PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Terça-Feira, 17 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10641

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

COMARCAS **3**
Entrância Especial **3**
Comarca de Cuiabá **3**
Diretoria do Fórum **5**
Gerência de Recursos Humanos 8
Central de Arrecadação 11

Varas Especializadas de Família e Sucessões **24**
1ª Vara Especializada de Família e Sucessões 24
2ª Vara Especializada de Família e Sucessões 29
4ª Vara Especializada de Família e Sucessões 31
5ª Vara Especializada de Família e Sucessões 36
6ª Vara Especializada de Família e Sucessões 46

Varas Especializadas da Fazenda Pública **70**
1ª Vara Especializada da Fazenda Pública 70
2ª Vara Especializada da Fazenda Pública 78
3ª Vara Especializada da Fazenda Pública 80
4ª Vara Especializada da Fazenda Pública 82
5ª Vara Especializada da Fazenda Pública 84
Vara Especializada de Execução Fiscal 89

Vara Especializada do Meio Ambiente **260**
Varas Criminais **268**
1ª Vara Criminal 269
3ª Vara Criminal 270
4ª Vara Criminal 271
5ª Vara Criminal 276
6ª Vara Criminal 276
8ª Vara Criminal 277
9ª Vara Criminal 277
10ª Vara Criminal 278
11ª Vara Criminal - J. Militar 278
12ª Vara Criminal 280
13ª Vara Criminal 281
14ª Vara Criminal 282
Vara Especializada Contra o Crime Organizado, os Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica e os Crimes Contra a Administração Pública 282

Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher **283**
1ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 283
2ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 287

Varas Especializadas da Infância e Juventude **292**
1ª Vara Especializada da Infância e Juventude 292

Juizados Especiais Cíveis **293**
Primeiro Juizado Especial Cível de Cuiabá **293**
Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá **370**
Terceiro Juizado Especial Cível de Cuiabá **429**
Quarto Juizado Especial Cível de Cuiabá 441

Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá **540**
Sexto Juizado Especial Cível de Cuiabá **594**
Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá **649**
JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental de Cuiabá 663
Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá 663

Juizado Especial Criminal Unificado **774**

COMARCAS

Entrância Especial

Comarca de Cuiabá

Intimação

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059954-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEMIRSON PEREIRA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA VICUNA MOURA DE ALMEIDA OAB - MT8770/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

VISTOS, EM PLANTÃO. Como dispõe o artigo 242 da CNGC1 , o Plantão Judiciário destina-se exclusivamente para casos urgentes expressamente identificados e para casos em que a medida postulada não possa aguardar a retomada do expediente sem manifesto prejuízo da parte interessada. Diante disso e em exame aos fatos reportado na petição inicial, não vislumbro que este caso seja hipótese de urgência que justifique a apreciação por este juízo plantonista. Portanto, tendo em vista a hipótese vertente não se amoldar a nenhuma das situações de urgências previstas na CNGC, deixo de apreciar a medida e, encerrado o período de funcionamento do plantão, encaminhem-se os autos à unidade judiciária a que foi distribuído o presente feito, nos termos do §7º do artigo 1º da Portaria Conjunta nº333/2019-PRES/CGJ, de 18/02/2019. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito PLANTONISTA [1] "O serviço de Plantão Judiciário destina-se exclusivamente ao recebimento, conhecimento ou decisão de : I – pedidos de habeas-corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista; II – medida liminar em dissídio de greve; III – comunicações de prisão em flagrante e apreciação dos pedidos de concessão de liberdade provisória; IV – decretação de prisão preventiva ou temporária em caso de justificada urgência de representação da autoridade policial ou do Ministério Público; V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência; VI – medida cautelar, de natureza civil ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou no caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; VII – medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais a que se referem as Leis 9.099, de 26 de setembro de 1995 e 10.259, de 12 de julho de 2001, limitadas as hipótese acima enumeradas.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059874-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEILA APARECIDA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NÃO HÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AUTORIAZAÇÃO DE VIAGEM JUDICIAL NACIONAL PJE Nº1059874-26.2019.8.11.0041 VISTOS EM PLANTÃO. ISMAEL WESLEY DE OLIVEIRA CASTRO, devidamente representado por seus genitores CLEITON CASTRO DA SILVA e GEILA APARECIDA DE OLIVEIRA, aduziu que programaram uma viagem familiar para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, contudo, pelo fato de não possuir documento original com foto, foi impedido de embarcar no voo programado para as 11h45 do dia 14/12/2019 e em razão disso, requer autorização judicial para viagem de ida e volta de Cuiabá à Natal pela companhia GOL LINHAS AÉRAS, de Cuiabá ao Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro à Cuiabá, com embarque de ida no dia 14/12/2019 e volta no dia 17/12/2019. DECIDO. Nos termos do artigo 83 do ECA[1] (Lei 8.069/90), ao adolescente menor de 16 (dezesseis) anos de idade, acompanhado de terceiro maior de idade, até o terceiro grau, comprovando o parentesco, não será exigido autorização judicial para viagem nacional. Contudo, o artigo 16[2], Resolução da ANAC nº400/2016, prevê que, para embarque doméstico de adolescente acima de 12 (doze) anos, é indispensável a apresentação de documento original com fotografia do menor, ainda que o adolescente se enquadre na situação descrita no artigo 83, §1º, alínea "b" do ECA. Pois bem. Como visto, é certo que a norma administrativa da ANAC prevê a obrigatoriedade de o adolescente, ainda que acompanhado de um dos genitores, esteja portando documento original com foto, a fim de preencher o requisito estabelecido para garantir a segurança tanto das companhias aéreas, quanto da administração pública, sobretudo, dos usuários do transporte aéreo. Da mesma forma, é sabido que a CNGC prevê o prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência para que se formule pedido judicial de autorização de viagem, implicando em uma melhor organização e planejamento por parte dos pais e responsáveis, quando decidem programar suas viagens familiares. Por outro lado, não é razoável impedir que ocorra a viagem em razão de rigorismo exacerbado que, está complemente suprido com as documentações apresentada à este juízo plantonista, a fim de corroborar a verossimilhança acerca da identidade do adolescente. É o que já decidiu a Egrégia Corte da Justiça deste Estado, em situação análoga, no julgamento do Agravo de Instrumento nº0042158-34.2016.8.11.0000 – Cód.42158 – 42158/2016. Assim, tendo o Requerente apresentado documento original que comprova a sua paternidade e identidade (Certidão de Nascimento), o Cadastro de Pessoa Física original (CPF nº065.426.011-71), comprovando sua identidade, documentos pessoais originais dos genitores, bem como os comprovantes das passagens adquiridas e as passagens remarcadas, constata-se que o menor Requerente é realmente filho de CLEITON CASTRO DA SILVA e GEILA APARECIDA DE OLIVEIRA, o que, nada obstaria o seu embarque desde que efetivamente acompanhado dos seus genitores. Quanto ao fato de o adolescente não possuir documento original com foto, não vislumbro que este seja motivo razoável para obstar o embarque do menor, pois os documentos apresentados nos autos não apresentam vestígios de falsificação e estes são legíveis suficientemente para a identificação da menor e de seus representantes. Some-se isso ainda ao fato de que o adolescente possui 12 (doze) anos de idade e a viagem será realizada com seus genitores, circunstância que demonstra conveniência na concessão do pleito. Por estas razões, DEFIRO o pleito requerimento formulado e AUTORIZO a viagem nacional do menor ISMAEL WESLEY DE OLIVEIRA CASTRO, nascido em 12/06/2007 na cidade de Cuiabá/MT, com Certidão de Nascimento Registrada Sob o nº280587, às fls.0067, no Livro nºA-489 do 3º Serviço Notarial e Registro de Pessoas Naturais desta Capital, portadora do CPF nº065.426.011-71 pela companhia GOL LINHAS AÉRAS, de Cuiabá ao Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro à Cuiabá, com embarque de ida no dia 14/12/2019 e volta no dia 17/12/2019, desde que devidamente acompanhado pela seus genitores CLEITON CASTRO DA SILVA (CPF nº705.765.051-53) e GEILA APARECIDA DE OLIVEIRA (CPF nº035.196.441-00), mediante apresentação da Certidão de Nascimento e CPF originais da menor, sendo, imprescindível, também a identificação dos genitores por meio de documento original nos moldes exigidos pela ANAC. Por se tratar de decisão proferida em Plantão Judicial, a cópia desta decisão, com o devido selo de autenticidade digital, servirá para todos os efeitos jurídicos como Autorização/Alvará Judicial de Viagem, cuja validade será exclusivamente até o dia de volta descrito acima. No primeiro dia útil após o plantão, promovam-se os atos necessários ao registro deste pronunciamento jurisdicional exarado em uma via frente e verso, assinada eletronicamente em ambos os lados. Cuiabá/MT, 14 de dezembro de 2019 YALE SABO MENDES Juiz de Direito PLANTONISTA (Portaria n.599/2019 – GRHFC) [1]Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. § 1º A autorização não será exigida quando: a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana; b) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado: 1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco; 2)de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável. §2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos. [2] Art. 16. O passageiro deverá apresentar para embarque em voo doméstico e internacional documento de identificação civil, com fé

pública e validade em todo o território brasileiro, observado o disposto no Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006. § 3º O passageiro menor de 12 (doze) anos poderá ser admitido para o embarque em voo doméstico mediante a apresentação de sua certidão de nascimento, observados os requisitos constantes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059857-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA VIEIRA (REQUERENTE)
B. V. B. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NÃO HÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE Nº 1059857-87.2019.8.11.0041(p) VISTOS EM PLANTÃO. AMANDA VIEIRA, portadora do rg nº 31221321, inscrita no CPF nº 03666821995, residente e domiciliada na Rua Jacaraí, n.06, bairro CPA I, em Cuiabá /MT, telefone n. (65) 99808-9339, email: amandavieira1105@gmail.com, na qualidade de genitora do menor BERNARDO VIEIRA BARROS, nascido em 14/04/2004 (15 anos), portador do RG nº 142775743, SSP/PR, requer AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA VIAGEM DE MENOR DE 16 ANOS DESACOMPANHADO dos pais ou responsável, na data de 15/12/2019, com destino à cidade de Ponta Grossa/PR. É o necessário Decido. A pretensão tem respaldo no artigo 83 da Lei nº 8.069/90, que estabelece a necessidade de autorização judicial para crianças ou adolescentes (até 16 anos incompletos) viajarem para outra Comarca desacompanhada dos pais ou responsável (guardião ou tutor) ou de parente (ascendente - avós ou bisavós) ou colateral maior de 18 anos até terceiro grau - irmãos/tios), comprovado documentalmente o parentesco – art.83,§1º "b", "1") ou de pessoa maior autorizada expressamente pelos pais/ou responsáveis legais. Cumpre frisar que recentemente a Resolução nº 295/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 19/09/2019, padronizou a interpretação dos artigos 83 a 85 do ECA, flexibilizando a necessidade de autorização judicial, caso os genitores ou responsável legal, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade autorizem expressamente o menor de 16 anos viajar desacompanhado. No mesmo sentido é o caso de dispensa da autorização judicial, quando o menor de 16 anos estiver portando passaporte válido em que conste expressa autorização para viajar desacompanhado ao exterior. Com tais considerações, ante a ausência dos documentos supra elencados e estando comprovados os requisitos legais autorizadores da medida, DEFIRO o pedido de AUTORIZAÇÃO para VIAGEM DESACOMPANHADO à criança/adolescente BERNARDO VIEIRA BARROS, nascido em 14/04/2004 (15 anos), portador do RG nº 142775743, SSP/PR, de Cuiabá/MT com destino à cidade de Ponta Grossa/PR (ida), onde será recebido por seu genitor Francisco de Almeida Barros, portador do RG n.6.086.151-0 SSP/PR, telefone (42) 99934-1443. Por se tratar de decisão proferida em Plantão Judicial, a cópia da presente servirá para todos os efeitos jurídicos com o devido selo de autenticidade. No primeiro dia útil após o plantão, promovam-se os atos necessários ao registro deste pronunciamento jurisdicional exarado em uma via frente e verso, assinada eletronicamente em ambos os lados. Cuiabá/MT, 14 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito Plantonista (Portaria n.599/2019 – GRHFC)

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059905-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KEILA PEREIRA SANTANA RIBAS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
não há (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE Nº 1059905-46.2019.8.11.0041 (p) VISTOS EM PLANTÃO. KEILA PEREIRA SANTANA RIBAS, portadora do rg nº 15003981, inscrita no CPF nº 013.771.291-01, residente e domiciliada na Rua Tiradentes n.339, bairro Jardim Renascer, em Cuiabá /MT, telefone n. (65) 99275-4176, email: keilaribas@gmail.com, na qualidade de genitora do(a) menor ANA JULIA RIBAS PORTELINHA, nascido(a) em 04/09/2009 (10 anos), portador(a) da Certidão de Nascimento matrícula nº 065375 01 55 2009 1 00150 158 0092180 55, requer AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA VIAGEM DE MENOR DE 16 ANOS DESACOMPANHADO dos pais ou responsável, na data de 15/12/2019, com origem de Cuiabá/MT e destino à cidade de Navegantes/SC. Relata ainda que na cidade destino a menor será recepcionada pelo seu genitor, JOÃO MARTINS PORTELINHA FILHO, portador do RG n.1562872-3/PR, CPF n.335.508.919-20, residente e domiciliado na Rua 1.101, n.88, Edificio Oscar Bremes, Apto 1.502, telefone (47) 3366-4252. É o necessário Decido. A pretensão tem respaldo no artigo 83 da Lei nº 8.069/90, que estabelece a necessidade de autorização judicial para crianças ou adolescentes (até 16 anos incompletos) viajarem para outra Comarca desacompanhada dos pais ou responsável (guardião ou tutor) ou de parente (ascendente - avós ou bisavós) ou colateral maior de 18 anos até terceiro grau - irmãos/tios), comprovado documentalmente o parentesco – art.83,§1º "b", "1") ou de pessoa maior autorizada expressamente pelos pais/ou responsáveis legais. Cumpre frisar que recentemente a Resolução nº 295/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 19/09/2019, padronizou a interpretação dos artigos 83 a 85 do ECA, flexibilizando a necessidade de autorização judicial, caso os genitores ou responsável legal, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade autorizem expressamente o menor de 16 anos viajar desacompanhado. No mesmo sentido é o caso de dispensa da autorização judicial, quando o menor de 16 anos estiver portando passaporte válido em que conste expressa autorização para viajar desacompanhado ao exterior. Com tais considerações, diante da ausência dos documentos supra elencados, e estando comprovados os requisitos legais autorizadores da medida, DEFIRO o pedido de AUTORIZAÇÃO para VIAGEM DESACOMPANHADO à criança/adolescente ANA JULIA RIBAS PORTELINHA, nascido(a) em 04/09/2009 (10 anos), portador(a) da Certidão de Nascimento matrícula nº 065375 01 55 2009 1 00150 158 0092180 55, com origem de Cuiabá/MT e destino à cidade de Navegantes/SC, onde será recebido por seu genitor JOÃO MARTINS PORTELINHA FILHO, portador do RG n.1562872-3/PR, CPF n.335.508.919-20, residente e domiciliado na Rua 1.101, n.88, Edificio Oscar Bremes, Apto 1.502, telefone (47) 3366-4252. Por se tratar de decisão proferida em Plantão Judicial, a cópia da presente servirá para todos os efeitos jurídicos com o devido selo de autenticidade. No primeiro dia útil após o plantão, promovam-se os atos necessários ao registro deste pronunciamento jurisdicional exarado em uma via frente e verso, assinada eletronicamente em ambos os lados. Cuiabá/MT, 14 de dezembro de 2019. YALE SABO MENDES Juiz de Direito Plantonista (Portaria n.599/2019 – GRHFC)

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059971-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONCEICAO APARECIDA DA CRUZ COSTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NÃO HÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE Nº 1059874-26.2019.8.11.0041 VISTOS EM PLANTÃO. CONCEIÇÃO APARECIDA DA CRUZ COSTA, Conselheira Tutelar lotada no Conselho Tutelar da Cidade Alta, nesta Capital, encaminhou a MENOR IMPÚBERE NÃO IDENTIFICADO, do sexo feminino, de aproximadamente 01 (um) ano de idade, que estaria suja e com muita fome, na companhia de sua genitora ISABEL CRISTINA ROSA ALBUEZ completamente embriagada, expondo a criança à iminente situação de risco. Assim, no uso de suas atribuições a Conselheira promoveu as diligencias de praxe, registrou os fatos no boletim de ocorrência anexo, encaminhando os fatos diretamente à este juízo plantonista, a fim de que seja expedida guia de acolhimento institucional em favor da infante. Derradeiro, nos termos da certidão do Id.27445970, a comunicação dos fatos ocorreu diretamente pela Conselheira Tutelar à esta autoridade judiciária, em razão das infrutíferas tentativas de contato com o representante ministerial plantonista nos números (65) 99944-5235 e 99941.8246. DECIDO. Em nível de direito material dá supedâneo ao presente pedido a Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), em especial o art.5º, dispondo que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Nessa linha, o artigo 98 do ECA estabelece que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis no caso

de falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, veja: Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta. Aliado a isso, no plano do direito instrumental dá azo à pretensão da Representante o art. 101 do ECA, que determina a deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar IX - colocação em família substituta. § 1 o O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. Como podemos observar, em resposta ao verdadeiro princípio traçado pelo citado art. 226, da Constituição Federal, a proteção à família de origem da criança ou adolescente foi também a preocupação primeira do legislador, que mesmo em situações extremas buscou alternativas à aplicação da medida de acolhimento institucional. Tal sistemática bem reflete o verdadeiro escalonamento existente na atual sistemática de aplicação de medidas de proteção a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal, familiar ou social na forma do disposto no art. 98 da Lei nº 8.069/90, que decorre da inteligência dos dispositivos acima relacionados em cotejo com os arts. 19 e 23 do mesmo Diploma Legal. Posto isto, o Conselho Tutelar se "encaixa" dentro de toda essa sistemática de proteção ao menor ou, mais especificamente, quanto a legitimidade para pleitear medida protetiva de acolhimento institucional, tal qual previsto no art. 101, inciso VII c/c art. 136, inciso I e V, ambos da Lei nº 8.069/90. Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; À par disso, consignados os contornos legais que autorizam a Requerente comparecer diretamente em juízo na falta do representante ministerial, passo a análise do pedido. In casu, conforme relatório encaminhado pelo Conselho Tutelar, a genitora da criança estava completamente embriagada, expondo à criança à situação de risco, aparentemente todos os dias, em estabelecimentos comerciais de fornecimento de bebida alcoólica notória foco de prostituição. Além disso, a criança apresenta estado lamentável de higiene pessoal e fome, impondo de fato uma medida judicial protetiva capaz de lhe dar abrigo e tratamento humano. Assim, dado ao elevado e iminente grau de risco à saúde, integridade física, sobretudo a própria vida do bebe de apenas um aninho de idade, entendo que o deferimento da medida de acolhimento institucional é o que se impõe. Destarte, na hipótese de impossibilidade de restabelecimento da convivência familiar – situação esta que somente poderá ser aferida após a apresentação de Plano Individual de Atendimento conclusivo e investigação do Ministério Público, em ação própria, postular a suspensão ou destituição do poder familiar – a criança poderá receber visita dos familiares, após a deliberação diversa do juízo competente. Pelo exposto, com fundamento no artigo 148, inciso VII do ECA, RECEBO O ENCAMINHAMENTO da representante do CONSELHO TUTELAR CIDADE ALTA e DECRETO A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL a ser cumprida na CASA LAR 01, localizado na Rua Las Vegas, nº250, bairro Jardim Califórnia, nesta Capital, administrada por Ana Lucia Vieira, telefones (65) 3365-1400 / 3365-1401, e-mail: casadacriançacuiabanacuiaba@gmail.com , que deverá receber a criança e entregar-lhe todos os atendimentos necessários na forma da lei, devendo PROIBIR o contato direto e indireto de familiares e terceiros até ulterior deliberação do juízo titular competente. Comunique-se os fatos certificados no Id.27445970 ao Procurador-Geral de Justiça, com o envio desta decisão para os devidos fins. Por se tratar de decisão proferida em Plantão Judicial, a cópia desta decisão, com o devido selo de autenticidade digital, servirá para todos os efeitos jurídicos como GUIA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL a ser cumprida pela Conselheira Tutelar representante, na forma do artigo 136 do ECA. Encerrado o período de funcionamento do plantão, encaminhem-se os autos à unidade judiciária competente. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019 YALE SABO MENDES Juiz de Direito PLANTONISTA (Portaria n.599/2019 – GRHFC)

Sentença

Sentença Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059910-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDOMIRO ROCCO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA MARQUES NUNES OAB - MT6737-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (INDEA/MT) (IMPETRADO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PLANTÃO CÍVEL DA COMARCA DE CUIABÁ 1059910-68.2019.8.11.0041 IMPETRANTE: VALDOMIRO ROCCO Advogados do(a) IMPETRANTE: FERNANDA MARQUES NUNES - MT6737-O, SIDNEI GUEDES FERREIRA - MT7900-O IMPETRADO: COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (INDEA/MT) VISTOS, A parte autora manifestou pela desistência da presente ação, sendo desnecessária anuência da parte Requerida por nao ter sido angularizada a relação processual. Desta feita, com fulcro no disposto no artigo 485, inciso VIII, homologo a desistência da ação e decreto a extinção do processo sem julgamento do mérito. Custas pelo autor, se devidas. Após o cumprimento de todas as formalidades, arquive-se. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se YALE SABO MENDES Juiz de Direito Plantonista (Portaria n.599/2019 – GRHFC)

Diretoria do Fórum

Despacho

CIA Nº. 0721824-32.2016.8.11.0001
DEFERIMENTO DE LICENÇAS MÉDICAS
Licenças médicas homologadas pela Coordenadoria de Perícia Médica do Estado de Mato Grosso:
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE
Alexandre Venceslau Pianta, Analista Judiciário, mat. 6049 – 15 dias – 29-10-2019 a 12-11-2019.
Ana Carolina Nunes Lopes Cançado Garcia, Analista Judiciário, mat. 14377 – 90 dias – 23-10-2019 a 20-1-2020.
Campoamor Velasquez, Oficial de Justiça, mat. 2069 – 60 dias – 25-10-2019 a 23-12-2019.
Danielly Neves da Luz Pimentel, Analista Judiciário, mat. 23589 – 11dias – 21-10-2019 a 31-10-2019.
Dikson Tsuyoshi Minami, Oficial de Justiça, mat. 5078 – 20 dias – 3-10-2019 a 22-10-2019.
Elaine Cristina Martins Lemos, Analista Judiciário, mat. 12728 – 30 dias – 7-11-2019 a 6-12-2019.
Erinaldo de Souza Miranda, Oficial de Justiça, mat. 6517 – 120 dias – 23-10-2019 a 19-2-2020.
Francisco Rodrigues da Silva, Oficial de Justiça, mat. 331 – 90 dias – 31-10-2019 a 28-1-2020.

Luciana Dias Mâncio, Oficial de Justiça, mat. 6717 – 30 dias – 3-10-2019 a 1-11-2019.
Martha Ribeiro Ens, Oficial de Justiça, mat. 33157 – 14 dias – 23-9-2019 a 8-10-2019.
Martha Ribeiro Ens, Oficial de Justiça, mat. 33157 – 15 dias – 14-10-2019 a 28-10-2019.
Neide Maria da Fonseca Pinheiro, Técnico Judiciário, mat. 471 – 15 dias – 29-10-2019 a 12-11-2019.
Ricardo Borges da Silva Campos, Oficial de Justiça, mat. 7874 – 30 dias – 29-10-2019 a 27-11-2019.
Thaís Soares Coelho Lourenço, Técnico Judiciário, mat. 314477 – 41 dias – 28-8-2019 a 7-10-2019.
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE, EM PRORROGAÇÃO:
Cleide Vargas de Castilho, Oficial de Justiça, mat. 3384 – 90 dias – 24-10-2019 a 21-1-2020.
João Carlos Lopes da Silva, Oficial de Justiça, mat. 8267 - 60 dias – 21-10-2019 a 19-12-2019.
João Márcio de Miranda Pinheiro, Oficial de Justiça, mat. 6813 – 30 dias – 24-10-2019 a 22-11-2019.
Joel Evangelista Nunes Ribeiro, Oficial de Justiça, mat. 2546 – 45 dias – 14-10-2019 a 27-11-2019.
Kacima Karima Assaf Vieira Rampazzo, Auxiliar Judiciário, mat. 7264 – 60 dias – 2-10-2019 a 30-11-2019.
Lygia Marinho Fontes Xavier, Técnico Judiciário, mat. 24402 – 22 dias – 1º-11-2019 a 22-11-2019.
Maria Auxiliadora Amorim de Souza, Auxiliar Judiciário, mat. 3133 – 90 dias – 22-9-2019 a 20-12-2019.
Ricardo Sola Fernandes, Oficial de Justiça, mat. 6147 – 120 dias – 19-7-2019 a 15-11-2019.
Rosevete dos Santos Maciel Teixeira, Técnico Judiciário, mat. 1977 – 15 dias – 1º-10-2019 a 15-10-2019.
Silvana Pavarine de Sá Velasquez, Oficial de Justiça, mat. 4175 – 90 dias – 16-10-2019 a 13-1-2020.
LICENÇA MATERNIDADE:
Danielly Neves da Luz Pimentel, Analista Judiciário, mat. 23589 – 180 dias – 1º-11-2019 a 28-4-2020.
Thaís Soares Coelho Lourenço, Oficial de Justiça, mat. 31477 – 180 dias – 8-10-2019 a 4-4-2020.
Cuiabá/MT, TIME \@ "d' de 'MMMM' de 'yyyy" 16 de dezembro de 2019 .
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá

Decisão

CIA Nº:
0751133-93.2019.8.11.0001 (Favor mencionar este número)
REQUERENTE:
Luciana Rezegue do Carmo – (OAB/MT 9.609)
Vistos etc.
Trata-se de pedido formulado pela Dr. Luciana Rezegue do Carmo – OAB/MT 9.609, cujo teor requer a inclusão do estagiári o Claudio Luiz de Araújo Junior para manusear, tirar fotocópias, retirar cartas precatórias e fazer Cargas de processos" (sic), com a " revogação das autorizações anteriores" (sic).
Nos termos do artigo 356 e seguintes da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral de Justiça do Foro Judicial – CNGCJ/TJMT, defiro o credenciamentodo estagiário Claudio Luiz de Araújo Junior (OAB/MT 23748/E), com a revogação das autorizações anteriores, nos moldes do pedido.
Às providências.
Após arquive-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado eletronicamente)
Luís Aparecido Bortolussi Júnior
Juiz de Direito Diretor do Foro

CIA n°:
0032522-39.2019.8.11.0000 (Favor mencionar este número)
Requerente (s):
Advogado (s):
Alfa Urbanismo Eirelli.
Márcio Emrich Guimarães Leão – OAB/GO 19.964
Cristina Viana de Siqueira Melazzo – OAB/GO 18.154
Vistos etc.
Trata-se de Pedido de Restituição de Valores de Custas Judiciais formulada por Alfa Urbanismo Eirelli, por meio de seu representante legal, no valor de R$ 751,78 (setecentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos).
A requerente postulou a "reconsideração do indeferimento do pleito outrora firmado porque está encontrando dificuldades para emissão da Certidão Declaratória certificando que a Guia que é objeto deste pedido restituição não foi utilizada para o, recurso do Agravo de Instrumento" (sic – andamento n. 29).
Asseverou que "no último dia 08.11.2019 foi requisitado sob o protocolo n. 0070820- 03.2019.8.11.0000 a referida certidão ao gestor da 7ª Vara Cível de Cuiabá, local onde o processo tramita em P instância. O andamento do referido pedido consta no expediente anexo, quando então este juízo poderá constatar que está em andamento o referido pedido que ainda não foi atendido" (sic – andamento n. 29).
Informou que "está encontrando dificuldades perante qual órgão a Certidão deverá ser requisitada e qual é a forma como isto deve ser realizado, razão pela qual, diante da demonstração de que foi protocolado um pedido ainda sem a resposta, requer a reconsideração do indeferimento e, ato contínuo, que seja enviado ofício para o órgão competente para emissão da referida certidão visando fazer com que a mesma seja emitida já que até o momento a pleiteante não conseguiu tal documento e precisa que o presente pleito tenha continuidade já que efetivamente a guia paga equivocadamente não foi utilizada e o Agravo n. 1003928-95.2019.8.11.0000 já foi até mesmo arquivado" (sic – andamento n. 29).
Pois bem, diante da informação de que a requerente está encontrando dificuldades em solicitar a referida Certidão, determino que seja expedido ofício ao Gestor da 7ª Vara Cível desta Comarca, para que certifique se a guia n. 14483 no valor de R$751,78 (setecentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos) foi ou não utilizada no processo n. 1035562-20.2018.811.0041 em trâmite naquele Juízo, no prazo de 5 (cinco) dias.
Por derradeiro, intime-se a requerente para que acoste ao pedido a Certidão ou Informação da Divisão de Custas do Departamento Judiciário Auxiliar - DEJAUX/TJMT, nos casos de não interposição de Agravo de Instrumento e não expedição de Certidão Negativa, nos termos estabelecidos na Instrução Normativa SCA nº 02/2011 - versão 4 do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no prazo de 15 (quinze) dias.
Por oportuno, considerando a comunicação anexa encaminhada pelo Departamento de Controle e Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (DCA/TJMT), na qual requer a suspensão de encaminhamento dos Pedidos de Restituição em cumprimento ao Ofício Circular nº 009/2019 – Diretoria Geral, determino que os pedidos de Restituição de Valores de Taxas e Custas Judiciais feitos à Diretoria do Foro de Cuiabá/MT permaneçam suspensos até a abertura do orçamento de 2020, momento no qual o DCA/TJMT encaminhará comunicado a todas as Comarcas, a fim de regularizar a remessa dos Pedidos de Restituição.
Cientifique a requerente da suspensão, temporária, das restituições de valores e taxas judiciais até a abertura do orçamento de 2020.
Intime-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019.
(assinado eletronicamente)
Luís Aparecido Bortolussi Júnior
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

CIA n°:
0706594-42.2019.8.11.0001 (Favor mencionar este número)
Requerente (s):
Advogado (s):
Açofer Indústria e Comércio LTDA.
Geraldo Carlos de Oliveira – OAB/MT 4.032
Vistos etc.
Trata-se de Pedido de Restituição de Valores de Custas Judiciais formulada por Açofer Indústria e Comércio LTDA, por meio de seu representante legal, no valor de R$ 3.187,00 (três mil cento e oitenta e sete reais).
Conforme regulamenta a Instrução Normativa SCA nº 02/2011 - versão 4 do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, os pedidos de restituição deverão ser instruídos com os seguintes documentos:
Requerimento da parte ou Advogado ao Juiz Diretor da Comarca ou Juizado Especial;

Procuração Judicial com poderes específicos para "receber e dar quitação" dos valores a serem restituídos a serem restituídos (art. 105 do CPC) – caso o beneficiário não seja o "pagante da guia" de recolhimento das custas processuais ou "parte do processo";
Contrato Social, quando o beneficiário for Pessoa Jurídica, número de CNPJ, data de nascimento de todos os Sócios, e-mail da empresa, e endereço completo;
Dados pessoais do beneficiário, quando for Pessoa Física, número do CPF, data de nascimento, e-mail e endereço;
Dados bancários do beneficiário, (banco, agência, e conta corrente), não podendo ser conta poupança ou conta salário;
Certidão devidamente selada, do Distribuidor Judicial, do Gestor da Vara/Juizado ou do Gestor da Central de Mandados, conforme o caso, em se tratando de recolhimento indevido, a maior, em duplicidade ou não utilização das guias em atos do processo (Autenticação, Desarquivamento, Certidões, Formal de Partilha, Recurso de Apelação ou Recurso Inominado);
Deferimento do(a) Meritíssimo(a)Juiz(a) Diretor(a) do Fórum ou Juizado Especial;
Certidão ou Informação da divisão de custas do Departamento Judiciário Auxiliar – DEJAUX/MT, nos casos de não interposição de Agravo de Instrumento e não expedição de Certidão Negativa;
Nos casos de restituição, com correção monetária dos valores provenientes de recolhimento a maior, em duplicidade ou indevido, o índice aplicado será a tabela de atualização monetária Gilberto Melo (tabela não expurgada) – HYPERLINK "http://www.gilbertomelo.com.br" www.gilbertomelo.com.br.
Apresentar as guias e comprovantes de pagamento.
Desse modo, tendo em vista que Açofer Indústria e Comércio LTDA é a beneficiária, verifica-se a ausência dos (as) seguintes documentos/informações no pedido:
Procuração Judicial com poderes específicos para "receber e dar quitação" dos valores a serem restituídos a serem restituídos (art. 105 do CPC) – caso o beneficiário não seja o "pagante da guia" de recolhimento das custas processuais";
Certidão devidamente selada, do Distribuidor Judicial, do Gestor da Vara/Juizado ou do Gestor da Central de Mandados, conforme o caso, em se tratando de recolhimento indevido, a maior, em duplicidade ou não utilização das guias em atos do processo (Autenticação, Desarquivamento, Certidões, Formal de Partilha, Recurso de Apelação ou Recurso Inominado);
Considerando que deve ser rigorosamente observada a presença de todos os itens que constam na relação, intime-se a requerente para apresentar os documentos acima, no prazo de 15 (quinze) dias.
Por oportuno, considerando a comunicação anexa encaminhada pelo Departamento de Controle e Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (DCA/TJMT), na qual requer a suspensão de encaminhamento dos Pedidos de Restituição em cumprimento ao Ofício Circular nº 009/2019 – Diretoria Geral, determino que os pedidos de Restituição de Valores de Taxas e Custas Judiciais feitos à Diretoria do Foro de Cuiabá/MT permaneçam suspensos até a abertura do orçamento de 2020, momento no qual o DCA/TJMT encaminhará comunicado a todas as Comarcas, a fim de regularizar a remessa dos Pedidos de Restituição.
Cientifique a requerente da suspensão, temporária, das restituições de valores e taxas judiciais até a abertura do orçamento de 2020.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019.
(assinado eletronicamente)
Luís Aparecido Bortolussi Júnior
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

CIA n.º 0744592-44.2019.8.11.0001
Interessado: VAUDILENE RONDON DE ARRUDA
Advogada: Brenda Plateira Borges Pezeti – OAB/MT n. 24021/O
Vistos etc.
Trata-se de requerimento formulado pela interessada Vaudilene Rondon de Arruda no qual requer seja deferido o "pedido da Escritura Pública de União Estável do casal, e consequentemente autorize a entrada dos funcionários do cartório na Penitenciária Central do Estado de Mato Grosso-PCE para a colher a assinatura do Sr. Carlos Eduardo, com a máxima urgência que o caso requer uma vez que a Carteira Individual de Visitante-CIV da Sra. VAUDILENE irá vencer em 14/12/2019 e ficará impedida de renovar a mesma até a resolução dessa questão" (sic – andamento n. 37).
Pois bem, o requerimento formulado pela interessada Vaudilene Rondon de Arruda deverá obedecer à decisão proferida na presente data por este Juízo (andamento n. 40), devendo para tanto o pedido de Escritura Pública de União Estável ser endereçado ao Cartório competente.
Expeça-se o necessário com a urgência que o caso requer.
Intime-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado eletronicamente)
Luís Aparecido Bortolussi Júnior
Juiz de Direito Diretor do Foro

CIA n°:
0745579-80.2019.8.11.0001 (Favor mencionar este número)
Requerente (s):
Advogado (s):
Marilene Terezinha de Oliveira Xavier.
Manoella Leandro Curty da Cunha – OAB/MT 13.801
Vistos etc.
Trata-se de Pedido de Restituição de Valores de Custas Judiciais formulada por Marilene Terezinha de Oliveira Xavier, por meio de seu representante legal, no valor de R$ 91,11 (noventa e um reais e onze centavos).
Conforme regulamenta a Instrução Normativa SCA nº 02/2011 - versão 4 do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, os pedidos de restituição deverão ser instruídos com os seguintes documentos:
Requerimento da parte ou Advogado ao Juiz Diretor da Comarca ou Juizado Especial;
Procuração Judicial com poderes específicos para "receber e dar quitação" dos valores a serem restituídos a serem restituídos (art. 105 do CPC) – caso o beneficiário não seja o "pagante da guia" de recolhimento das custas processuais ou "parte do processo";
Contrato Social, quando o beneficiário for Pessoa Jurídica, número de CNPJ, data de nascimento de todos os Sócios, e-mail da empresa, e endereço completo;
Dados pessoais do beneficiário, quando for Pessoa Física, número do CPF, data de nascimento, e-mail e endereço;
Dados bancários do beneficiário, (banco, agência, e conta corrente), não podendo ser conta poupança ou conta salário;
Certidão devidamente selada, do Distribuidor Judicial, do Gestor da Vara/Juizado ou do Gestor da Central de Mandados, conforme o caso, em se tratando de recolhimento indevido, a maior, em duplicidade ou não utilização das guias em atos do processo (Autenticação, Desarquivamento, Certidões, Formal de Partilha, Recurso de Apelação ou Recurso Inominado);
Deferimento do(a) Meritíssimo(a)Juiz(a) Diretor(a) do Fórum ou Juizado Especial;
Certidão ou Informação da divisão de custas do Departamento Judiciário Auxiliar – DEJAUX/MT, nos casos de não interposição de Agravo de Instrumento e não expedição de Certidão Negativa;
Nos casos de restituição, com correção monetária dos valores provenientes de recolhimento a maior, em duplicidade ou indevido, o índice aplicado será a tabela de atualização monetária Gilberto Melo (tabela não expurgada) – HYPERLINK "http://www.gilbertomelo.com.br" www.gilbertomelo.com.br.
Apresentar as guias e comprovantes de pagamento.
Desse modo, tendo em vista que Manoella Leandro Curty da Cunha é a beneficiária, verifica-se a ausência dos (as) seguintes documentos/informações no:
Dados pessoais do beneficiário, quando for Pessoa Física, data de nascimento;
Certidão devidamente selada, do Distribuidor Judicial, do Gestor da Vara/Juizado ou do Gestor da Central de Mandados, conforme o caso, em se tratando de recolhimento indevido, a maior, em duplicidade ou não utilização das guias em atos do processo (Autenticação, Desarquivamento, Certidões, Formal de Partilha, Recurso de Apelação ou Recurso Inominado).
Considerando que deve ser rigorosamente observada a presença de todos os itens que constam na relação, intime-se a requerente para apresentar os documentos acima, no prazo de 15 (quinze) dias.
Por oportuno, considerando a comunicação anexa encaminhada pelo Departamento de Controle e Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (DCA/TJMT), na qual requer a suspensão de

encaminhamento dos Pedidos de Restituição em cumprimento ao Ofício Circular nº 009/2019 – Diretoria Geral, determino que os pedidos de Restituição de Valores de Taxas e Custas Judiciais feitos à Diretoria do Foro de Cuiabá/MT permaneçam suspensos até a abertura do orçamento de 2020, momento no qual o DCA/TJMT encaminhará comunicado a todas as Comarcas, a fim de regularizar a remessa dos Pedidos de Restituição.
Cientifique a requerente da suspensão, temporária, das restituições de valores e taxas judiciais até a abertura do orçamento de 2020.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019.
(assinado eletronicamente)
Luís Aparecido Bortolussi Júnior
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

CIA n°:
0739846-36.2019.8.11.0001 (Favor mencionar este número)
Requerente (s):
Advogado (s):
Cristian Marques Dalben.
Maria Luiza Borella – OAB/MT 24.703
Vistos etc.
Trata-se de Pedido de Restituição de Valores de Custas Judiciais formulada por Cristian Marques Dalben, por meio de seu representante legal, no valor de R$ 557,84 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).
Conforme regulamenta a Instrução Normativa SCA nº 02/2011 - versão 4 do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, os pedidos de restituição deverão ser instruídos com os seguintes documentos:
Requerimento da parte ou Advogado ao Juiz Diretor da Comarca ou Juizado Especial;
Procuração Judicial com poderes específicos para "receber e dar quitação" dos valores a serem restituídos a serem restituídos (art. 105 do CPC) – caso o beneficiário não seja o "pagante da guia" de recolhimento das custas processuais ou "parte do processo";
Contrato Social, quando o beneficiário for Pessoa Jurídica, número de CNPJ, data de nascimento de todos os Sócios, e-mail da empresa, e endereço completo;
Dados pessoais do beneficiário, quando for Pessoa Física, número do CPF, data de nascimento, e-mail e endereço;
Dados bancários do beneficiário, (banco, agência, e conta corrente), não podendo ser conta poupança ou conta salário;
Certidão devidamente selada, do Distribuidor Judicial, do Gestor da Vara/Juizado ou do Gestor da Central de Mandados, conforme o caso, em se tratando de recolhimento indevido, a maior, em duplicidade ou não utilização das guias em atos do processo (Autenticação, Desarquivamento, Certidões, Formal de Partilha, Recurso de Apelação ou Recurso Inominado);
Deferimento do(a) Meritíssimo(a)Juiz(a) Diretor(a) do Fórum ou Juizado Especial;
Certidão ou Informação da divisão de custas do Departamento Judiciário Auxiliar – DEJAUX/MT, nos casos de não interposição de Agravo de Instrumento e não expedição de Certidão Negativa;
Nos casos de restituição, com correção monetária dos valores provenientes de recolhimento a maior, em duplicidade ou indevido, o índice aplicado será a tabela de atualização monetária Gilberto Melo (tabela não expurgada) – HYPERLINK "http://www.gilbertomelo.com.br" www.gilbertomelo.com.br.
Apresentar as guias e comprovantes de pagamento.
Desse modo, tendo em vista que Cristian Marques Dalben é o beneficiário, verifica-se a ausência dos (as) seguintes documentos/informações no pedido:
Certidão devidamente selada, do Distribuidor Judicial, do Gestor da Vara/Juizado ou do Gestor da Central de Mandados, conforme o caso, em se tratando de recolhimento indevido, a maior, em duplicidade ou não utilização das guias em atos do processo (Autenticação, Desarquivamento, Certidões, Formal de Partilha, Recurso de Apelação ou Recurso Inominado).
Considerando que deve ser rigorosamente observada a presença de todos os itens que constam na relação, intime-se a requerente para apresentar os documentos acima, no prazo de 15 (quinze) dias.
Por oportuno, considerando a comunicação anexa encaminhada pelo Departamento de Controle e Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (DCA/TJMT), na qual requer a suspensão de encaminhamento dos Pedidos de Restituição em cumprimento ao Ofício Circular nº 009/2019 – Diretoria Geral, determino que os pedidos de Restituição de Valores de Taxas e Custas Judiciais feitos à Diretoria do Foro de Cuiabá/MT permaneçam suspensos até a abertura do orçamento de 2020, momento no qual o DCA/TJMT encaminhará comunicado a todas as Comarcas, a fim de regularizar a remessa dos Pedidos de Restituição.
Cientifique o requerente da suspensão, temporária, das restituições de valores e taxas judiciais até a abertura do orçamento de 2020.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019.
(assinado eletronicamente)
Luís Aparecido Bortolussi Júnior
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

Gerência de Recursos Humanos

Portaria

PORTARIA Nº. 638/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de usufruto de 02 (dois) dias de compensatória, pelo Gestor Judiciário Joilson Ribeiro, matrícula nº. 368, do(a) Secretaria - 3ª Vara Criminal - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0751167-68.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) DEBORA APARECIDA DE ARRUDA , matrícula nº. 9800, Auxiliar Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 3ª Vara Criminal - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário Substituto, no período de 27/01/2020 a 28/01/2020 (compensatória).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 639/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 20 (dez) dias de usufruto de férias referente ao exercício 2018, pelo Gestor Judiciário Márcia Suzana Chupel, matrícula nº. 2135, do(a) Secretaria - 4ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0751186-74.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) EVANA CASTELLA , matrícula nº. 6145, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 4ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020 (férias).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 640/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 05 (cinco) dias de usufruto de compensatória, pelo Gestor Judiciário Márcia Suzana Chupel, matrícula nº. 2135, do(a) Secretaria - 4ª VaraCível - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0751190-14.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) EVANA CASTELLA , matrícula nº. 6145, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 4ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário, no período de 27/01/2020 a 31/01/2020 (compensatória). Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 641/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 10 (dez) dias de usufruto de férias referente ao exercício 2018, pelo Gestor Administrativo II Ana Rita Gonçalves Pinheiro, matrícula nº.7979 , do(a) Central de Administração - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0751194-51.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) ARLINDO RATTO JUNIOR, matrícula nº. 24482, Técnico Judiciário, lotado(a) na Central de Administração - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Administrativo II, no período de 07/01/2020 a 16/01/2020 (férias).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 642/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que consta do expediente CIA nº. 0750477-39.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) MARTA BARRETO HIDALGO, matrícula nº. 22992, Analista Judiciário, na Central de Administração da Comarca de Cuiabá, com efeitos a partir de 11/12/2019. Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 643/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 04 (quatro) dias de usufruto de férias referente ao exercício 2017, pelo Gestor Judiciário Wellitom Osorski Goulart, matrícula nº. 25149, do(a) Secretaria - 5ª Vara Esp. de Família e Sucessões - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0751270-75.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) WAGNER MARTINS DE CARVALHO, matrícula nº. 8670, Auxiliar Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 5ª Vara Esp. de Família e Sucessões - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário Substituto, no período de 07/01/2020 a 10/01/2020 (férias).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 645/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o retorno do servidor, que consta do expediente CIA nº. 0701154-65.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) ANDRE DURAN JULIANI, matrícula nº. 24414, Analista Judiciário, na secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, com efeitos a partir de 16/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA N.º 644/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando o Provimento nº 27/2019-CM, que estabelece a suspensão dos prazos processuais, com a realização de plantão judiciário, durante o recesso forense, no período de 20/12/2019 a 06/01/2020;
Considerando a Portaria nº 1466/2019-PRES, que no artigo 1º estabelece o horário de expediente do Tribunal de Justiça e das Comarcas do Estado de Mato Grosso, nos dias úteis do período de 20 de dezembro de 2019 a 06 de janeiro de 2020 (recesso forense), das 13 às 18 horas;
Considerando a Portaria nº 1466/2019-PRES, que no artigo 2º estabelece que as medidas judiciais protocoladas até as 15 horas do dia 19/12/2019 serão analisadas pelo magistrado sorteado e, após, deverão ser encaminhadas ao exame do magistrado plantonista;
Considerando a Portaria nº 1466/2019-PRES, que no artigo 3º estabelece que no período do recesso forense, em regime de plantão, serão apreciados apenas os feitos de natureza urgente;
Considerando a Portaria nº 1466/2019-PRES, que no artigo 4º estabelece que no recesso forense os processos serão protocolados por meio do Processo Judicial eletrônico-PJe na Primeira e Segunda Instâncias, exceto nas unidades judiciais de Primeiro Grau que não possuem o módulo de plantão do PJe;
Considerando a Portaria nº 1466/2019-PRES, que no artigo 5º estabelece que os Juízes Diretores dos Foros deverão elaborar escala dos servidores a eles subordinados para atuarem no recesso forense, em número suficiente ao atendimento demandado;
Considerando as Portarias n.º 1420/2019-PRES e n.º 1602/2019-PRES, que estabelecem a escala de plantão dos juízes da Primeira Instância do Estado de Mato Grosso, durante o recesso forense, das 15 horas do dia 19/12/2019 às 11 horas e 59 minutos do dia 07/01/2020;
Considerando o Provimento nº 1/2017-CM, que regulamenta as audiências de custódia no âmbito da Comarca de Cuiabá;
RESOLVE:
Art. 1º. Normatizar o plantão judiciário da Comarca de Cuiabá, durante o recesso forense, das 15 horas do dia 19/12/2019 às 11 horas e 59 minutos do dia 07/01/2020, no que se refere às unidades judiciais e administrativas, bem como aos servidores e estagiários;
Parágrafo Único – No dia 19/12/2019, o expediente forense será das 12 às 19 horas, sendo que, após as 15 horas, as medidas judiciais de natureza urgente que surgirem deverão ser encaminhadas diretamente para o Juiz Plantonista.
I – DAS UNIDADES JUDICIAIS, CENTRAL DE MANDADOS E CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO
Art. 2º. Convocar os gestores judiciários e oficiais de justiça elencados nos anexos I e II da presente Portaria, para atuarem no recesso forense da Comarca de Cuiabá, ficando vinculados aos Juízes de Direito das Áreas Cível e Criminal, conforme escala estabelecida pelas Portarias n.º 1420/2019-PRES e n.º 1602/2019-PRES.
§ 1º. No período de 20/12/2019 a 06/01/2020, os Atos das Audiências de Custódia serão cumpridos pelos respectivos gestores judiciários e oficiais de justiça das Varas Criminais Plantonistas.
I – No dia 19/12/2019, o recebimento dos flagrantes dos réus presos e que vão participar das audiências de custódia será feito das 8 às 15 horas pela Central de Distribuição, que procederá ao "cadastro rápido" e encaminhará em carga ao Juízo Criminal constante na escala de revezamento diário, estabelecida pela Portaria nº 611/2018-GRHFC, responsável por presidir as audiências de custódia nesse dia.
§ 2º. Os plantonistas do recesso forense deverão cumprir o plantão presencial no horário das 13 às 18 horas, nos dias úteis, e no horário das 13 às 17 horas nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, permanecerão em sistema de sobreaviso, em tempo integral.
§ 3º. Os gestores judiciários plantonistas cíveis e criminais devem convocar no mínimo 3 (três) servidores e/ou estagiários da própria secretaria, para auxiliarem nos trabalhos do plantão presencial, das 13 às 18 horas nos dias úteis e das 13 às 17 horas nos finais de semana, feriados e pontos facultativos.
§ 4º. Os gestores judiciários plantonistas criminais devem convocar 1

(um) servidor da própria secretaria, no período matutino, das 8 às 13 horas, para receber os flagrantes dos réus presos, que participarão das audiências de custódia, fazendo o "cadastro rápido", autuando e expedindo os documentos necessários ao cumprimento das determinações judiciais firmadas nas audiências de custódia.

§ 5º. A convocação de servidores de que trata os §§ 3º e 4º deverá ser feita via página do servidor, seguindo o caminho: gestor de ponto - convocação extraordinária - tipo de convocação "normal" - bate ponto "sim". Devendo os servidores, obrigatoriamente, registrarem o ponto no relógio biométrico, tanto na entrada como na saída do expediente.

§ 6º. A convocação de estagiários de que trata o § 3º deverá ser feita de forma verbal e somente poderá ocorrer nos dias úteis do recesso forense (não sendo permitida a prestação de serviço de estagiários aos finais de semana, feriados e pontos facultativos).

§ 7º. Cada gestor judiciário convocado deverá protocolar na Gestão de Recursos Humanos do Fórum de Cuiabá, Certidão original expedida em nome dos servidores (Gestor Judiciário, Oficiais de Justiça e Assessores) que participaram do plantão, para o fim específico de averbação de créditos de horas, juntamente com a Ata de Plantão original, no primeiro dia útil após o recesso forense (07/01/2020).

§ 8º. Em relação aos servidores da secretaria, convocados via página do servidor para auxiliar os trabalhos, conforme instrução contida no § 5º, não deverá ser expedida Certidão, pois o crédito de horas será gerado automaticamente pelo sistema.

§ 9º. Os servidores responsáveis pelas unidades judiciais Cíveis e Criminais, que integram a presente escala de plantão, deverão providenciar os materiais necessários para o trabalho (selo, papel, caneta, lápis, etc) até o dia 16/12/2019.

Art. 3º. Regulamentar a forma de transferência de um plantão para outro, em relação aos gestores judiciários e oficiais de justiça.

§ 1º. Cada gestor judiciário plantonista, ao término do seu plantão da escala (19h), entregará cópia da ata de ocorrências, por ele elaborada, ao próximo plantonista do recesso forense, juntamente com o aparelho de celular funcional e outros materiais (kit de plantão) que estejam sob sua guarda, bem como todos os processos recebidos de forma física (matéria criminal, flagrante de menor em conflito com a lei e comunicação de prisão civil de outras Comarcas), devidamente cadastrados, autuados e organizados com os documentos iniciais e posteriores, que deverão ser juntados, por meio de carga no sistema Apolo, de forma a facilitar a continuidade do trabalho para a nova turma plantonista.

§ 2º. Para facilitar a transferência de plantão entre os gestores judiciários de que trata o § 1º, caberá ao gestor plantonista subsequente buscar os materiais com o gestor plantonista atual.

§ 3º. O último gestor judiciário plantonista, tanto cível quanto criminal, fica responsável pelo protocolo dos processos de todo o período do recesso forense, no primeiro dia útil após o recesso (07/01/2020).

§ 4º. Os últimos gestores judiciários plantonistas, tanto cível como criminal, ficam também escalados para o plantão judiciário semanal das 19 horas e 01 minuto do dia 07/01/2020 até as 11 horas e 59 minutos do dia 10/01/2020.

§ 5º. Os mandados recebidos e cumpridos pelos oficiais de justiça durante o recesso forense deverão ser entregues para os gestores judiciários que estiverem de plantão no dia da devolução, durante o recesso forense.

§ 6º. Os primeiros oficiais de justiça convocados, tanto cível como criminal, deverão retirar os aparelhos de celular funcional na Central de Mandados do Fórum, até às 14 horas do dia 19/12/2019, bem como entregá-los aos seus sucessores ao término do seu plantão (19h), e assim sucessivamente.

§ 7º. Para facilitar a transferência de plantão entre os oficiais de justiça de que trata o § 6º, caberá ao oficial de justiça plantonista subsequente buscar o aparelho de celular funcional com o oficial de justiça plantonista atual.

§ 8º. Os últimos oficiais de justiça plantonistas, tanto cível como criminal, ficam escalados para o plantão judiciário semanal das 19 horas e 01 minuto do dia 07/01/2020 até as 11 horas e 59 minutos do dia 10/01/2020.

Art. 4º. Convocar os gestores judiciários das secretarias do Juizado Volante Ambiental, da Vara Especializada do Meio Ambiente, das duas Varas Especializadas da Infância e Juventude, das cinco Varas Especializadas de Família e Sucessões, das duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e das quatorze Varas Criminais para permanecerem em regime de sobreaviso, nos dias úteis do recesso Forense da Comarca de Cuiabá, no horário das 13 às 18 horas, exceto nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, para atendimento exclusivo aos Juízes plantonistas, se houver necessidade, visando garantir o atendimento aos casos urgentes, novos ou em curso.

§ 1º. O sistema de sobreaviso consiste em que o gestor judiciário ou servidor que o substituir ficará à disposição do juiz plantonista de sua área, podendo ser chamado ao Fórum, quando solicitado, para promover o acesso aos autos de origem, em que houver demanda de plantão judicial, sendo atribuição do gestor plantonista o cumprimento das decisões exaradas em período de recesso forense.

§ 2º. Caso o servidor plantonista de sobreaviso seja chamado ao Fórum, será atribuição do gestor plantonista a expedição de Certidão constando as horas trabalhadas, para o fim específico de averbação de crédito de horas.

Art. 5º. Convocar os servidores lotados na Central de Distribuição, elencados nos anexos I e II da presente Portaria, para trabalharem em sistema de revezamento, em tempo integral, de sobreaviso, para atendimento exclusivo aos Magistrados Plantonistas, em casos urgentes e/ou emergenciais, tais como, expedição das certidões criminais necessárias para instruir pedidos de liberdade e certidões cíveis urgentes.

Art. 6º. Convocar os servidores lotados na Central de Mandados para trabalharem em sistema de revezamento, permanecendo em regime de sobreaviso, nos dias úteis do recesso Forense da Comarca de Cuiabá, no horário das 13 às 18 horas, exceto nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, para atendimento exclusivo aos Magistrados e servidores plantonistas, em casos urgentes e/ou emergenciais.

§ 1º. Caso o servidor plantonista de sobreaviso seja chamado ao Fórum, será atribuição do gestor plantonista a expedição de Certidão constando as horas trabalhadas, para o fim específico de averbação de crédito de horas.

§ 2º. O Gestor Administrativo da Central de Mandados deverá providenciar, até o dia 16/12/2019, os materiais necessários para a impressão de mandados (e demais documentos) na Sala dos Oficiais de Justiça.

Art. 7º. Dispensar os servidores e estagiários das unidades judiciais, central de mandados e central de distribuição, que não forem convocados pelo gestor de ponto e que não constem elencados no artigo 4º e/ou nos anexos I e II da presente portaria.

II – DA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º. Convocar os servidores e estagiários lotados nas Gestões de Infraestrutura, de Recursos Humanos e de Tecnologia da Informação, bem como do Setor de Arquivo, para trabalharem em sistema de revezamento por unidade, para atendimento exclusivo aos Magistrados e servidores plantonistas, em casos urgentes e/ou emergenciais.

§1º. Os servidores das Gestões de Infraestrutura e de Tecnologia da Informação realizarão cumprimento de escala de revezamento nos dias úteis, de forma presencial, das 13 às 18 horas, exceto nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, devendo ser convocados pelo gestor de ponto, via página do servidor, seguindo o caminho: gestor de ponto - convocação extraordinária - tipo de convocação "normal" - bate ponto "sim". Os servidores deverão, obrigatoriamente, registrar o ponto no relógio biométrico, tanto na entrada como na saída do expediente.

§2º. Os servidores das Gestões de Infraestrutura, de Recursos Humanos e de Tecnologia da Informação ficarão em sistema de sobreaviso em tempo integral.

§3º. Os servidores do Setor de Arquivo realizarão cumprimento de escala de revezamento, permanecendo em regime de sobreaviso, nos dias úteis do recesso Forense da Comarca de Cuiabá, no horário das 13 às 18 horas, exceto nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, para atendimento exclusivo aos Juízes plantonistas, se houver necessidade, visando garantir o atendimento aos casos urgentes, novos ou em curso.

§ 4º. Caso o servidor plantonista de sobreaviso seja chamado ao Fórum, será atribuição do gestor plantonista a expedição de Certidão constando as horas trabalhadas, para o fim específico de averbação de crédito de horas.

Art. 9º. Dispensar os demais servidores e estagiários lotados na Central de Administração do Fórum e que não constam elencados no artigo 8º da presente portaria.

III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. A Gestão de Recursos Humanos do Fórum de Cuiabá ficará responsável pelo recebimento das escalas de revezamento de que tratam os artigos 4º, 6º e 8º da presente portaria, devendo elaborar documento único, com os nomes e telefones dos servidores plantonistas (presencial

e sobreaviso), bem como encaminhá-lo a todos os magistrados, gestores judiciários e administrativos plantonistas pelo e-mail funcional.
Parágrafo Único. A lista contendo os nomes e telefones dos servidores de que trata este artigo será disponibilizada apenas aos plantonistas do recesso forense desta Comarca de Cuiabá, não sendo permitida sua divulgação a terceiros.
Art. 11. Durante todo o período do recesso forense, os Juízes plantonistas Cíveis e Criminais, escalados pelas Portarias n.º 1420/2019-PRES e n.º 1602/2019-PRES responderão pelas Comarcas de Cuiabá e Santo Antônio de Leverger, sendo que cada Comarca contará com sua equipe de apoio (Gestor Judiciário e Oficial de Justiça).
IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. A presente Portaria deverá ser lançada no Sistema de Plantão Judiciário e, após a homologação, os dados nela contidos estarão disponíveis automaticamente no site do Tribunal de Justiça, link "Plantão de Comarcas", para acesso pelo cidadão.
Art. 13. A convocação dos Gestores Judiciários, Oficiais de Justiça e Distribuidores escalados para o plantão durante o recesso forense se dará por meio de publicação da presente Portaria no Diário da Justiça Eletrônico.
Art. 14. A Gestora da Central de Mandados deste Fórum deverá afixar a Portaria em local visível para que os Oficiais de Justiça escalados tomem conhecimento da convocação, notificando-os via e-mail funcional.
Art. 15. Os Gestores Administrativos das Unidades Judiciárias localizadas fora do prédio do Fórum deverão afixar a Portaria em local visível para que os Oficiais de Justiça escalados tomem conhecimento da convocação, notificando-os via e-mail funcional.
Art. 16. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente a Portaria n.º 599/2019-GRHFC de 04/12/2019.
Publique-se, remetendo-se cópia desta Portaria à Presidência, à Diretoria-Geral, à Corregedoria-Geral da Justiça, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Ordem dos Advogados do Brasil - MT, às Procuradorias Gerais do Estado e do Município de Cuiabá, à Coordenadoria da Policial Judiciária Civil, bem como aos servidores e magistrados, por e-mail funcional, além de afixação no átrio do Fórum.
Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

Os Anexos I e II encontram-se no Caderno de Anexo do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Anexo I

Clique aqui
Anexo II

Central de Arrecadação

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1124517 Nr: 20672-64.2016.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OTACILIO PEREIRA DE ARAÚJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3.127-A, OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB:4.062/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 907790 Nr: 35431-04.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KEVIN KAPONNE STOCCO ROMANA
PARTE(S) REQUERIDA(S): IUNI EDUCACIONAL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO PAULO MORESCHI - OAB:11686/MT, RICARDO TURBINO NEVES - OAB:12.454/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - OAB:6.551-A/MT, AMANDA DA COSTA MARQUES - OAB:16.381 OAB/MT, FERNANDA GUSMÃO PINHEIRO - OAB:17.251/MT, JEAN RAFAEL SANCHES - OAB:9976, LEANDRO PEREIRA DE MOURA - OAB:10788/MT, NORMA SUELI DE CAIRES GALINDO - OAB:6.524-B/MT, PAOLA CRISTINA RIOS PEREIRA FERNANDES - OAB:9.510/MT, TAMIRIS CRUZ POIT - OAB:14659/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.151,92(um mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 575,96(quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 575,96(quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 954096 Nr: 2112-11.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSINETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - OAB:16.625-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.542,56(um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo

R$ 771,28(setecentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 771,28(setecentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 833939 Nr: 39307-98.2013.811.0041
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCO DE ASSIS MARTINS FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS - OAB:10609
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIS RODRIGUES WAMBIER - OAB:14.469-A
Certifico que conforme solicitado em fls 188, os autos encontram-se aguardando retirada na Central de Arrecadação e Arquivamento pelo prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 392683 Nr: 28091-82.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AIME LAIS DA CRUZ FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAZIANE TEIXEIRA DA SILVA - OAB:8.575/MT, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5.736/O/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 144,41(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 420813 Nr: 6523-73.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TATIANE HELENA SOARES, A. S. S., TATIANE HELENA SOARES, L. S. S., A. M. S., M. L. S. P., JOSE MIGUEL DE ARRUDA PIRES
PARTE(S) REQUERIDA(S): VIAÇAO MOTTA LTDA, GLOBAL TURISMO PALAZO & CIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARILDO PINHEIRO DE SOUZA - OAB:12013/MT, RERISON RODRIGO BABORA - OAB:9.578 -B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO CARLOS PALAZZO - OAB:8157/MT, ANA CLÁUDIA BACCO MARQUES - OAB:124.576/SP, ANTONIO CLETO GOMES - OAB:5864/CE, CLAUDENIR PINHO CALAZANS - OAB:221164/SP, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.194-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 920,20(novecentos e vinte reais e vinte centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 427,74(quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 460,10(quatrocentos e sessenta reais e dez centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 864806 Nr: 5474-55.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NILZETE CLEMENTINA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JAIRO DA LUZ SILVA - OAB:6.777/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:OAB/MT 3.127-A, OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB:4.062/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 580,57(quinhentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 167,17(cento e sessenta e sete reais e dezessete centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO

RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 342359 Nr: 12537-44.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRASTELL TELECOMUNICAÇOES LTDA - ME, FLAVIO TEODORO SIQUEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALMAR BUSNELLO - OAB:12.213/MT, GABRIEL GAETA ALEIXO - OAB:11210-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO DE ASSIS GUERRA - OAB:62514, MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA - OAB:3662/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 3.677,72(três mil, seiscentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.855,04(um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 1.822,68(um mil, oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 373904 Nr: 10209-10.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCIANA KUSTHER CAVALCANTE
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDER FERREIRA DE SANTANA - OAB:10.138, GLAZIANE TEIXEIRA DA SILVA - OAB:8.575/MT, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT, MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON - OAB:12099-B, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 298,02 (duzentos e noventa e oito reais e dois centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 152,42(cento e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 132,66(cento e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 12,94(doze reais e noventa e quatro centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 969069 Nr: 8892-64.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARLOS PIO DE SIQUEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAU SEGUROS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIO LUCIO FRANCO PEDROSA - OAB:5746/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACÓ CARLOS SILVA COELHO - OAB:15013-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 724,95(setecentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 311,55(trezentos e onze reais e cinquenta e cinco centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 852651 Nr: 55428-07.2013.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): IMOBILIARIA CUIABÁ LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROCURADOR - OAB:13339/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO CESAR LEON BORDEST - OAB:9531
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 606,80(seiscentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 193,40(cento e noventa e três reais e quarenta centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):
Cod. Proc.: 925540 Nr: 46858-95.2014.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): INCORPORADORA ITÁLIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROCURADOR - OAB:13339/O, RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA - OAB:11990/OAB-MT, Thais Sversut Acosta - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARGARETH ROBERTA E SILVA POZZOBON - OAB:8884/MT, THAÍS SVERSUT ACOSTA - OAB:9634/OAB-MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 645,32(seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 231,92(duzentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 849772 Nr: 52932-05.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDILSON SANTOS DENAZETI LAHR, SOLANGE APARECIDA VENÂNCIO LAHR
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOLD DELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA CASTANHO SAGIN - OAB:11522/MT, RAFAEL CATISTE TENÓRIO - OAB:16331/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO RIVELLI - OAB:19023-A OAB/MT, JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR - OAB:OAB/SP 142.452
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 789,31(setecentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 375,91(trezentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1012932 Nr: 28803-62.2015.811.0041
AÇÃO: Exceção de Incompetência->Exceções->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROLF ALBRECHT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE FLORINDO PILHALARME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROLF ALBRECHT - OAB:30763
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TOMÁS ROBERTO NOGUEIRA - OAB:4464-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 378547 Nr: 14678-02.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELIANE FERREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SATORI AMBIENTAL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARTHUR PRUDENTE CAMPOS SOUZA VERAS - OAB:16335 OAB/MT, CLAUDIA SCATOLIN DE OLIVEIRA - OAB:9846
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERMIVAL JOSÉ FONTES - OAB:11782
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.320,06 (mil, trezentos e vinte reais e seis centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 627,67 (seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS e R$ 660,03 (seiscentos e sessenta reais e três centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 752266 Nr: 4094-65.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: MARILENE MACHADO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BFB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KAMILA DE SOUZA COUTINHO - OAB:10.661/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KAMILA DE SOUZA COUTINHO - OAB:10.661/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 167,58 (cento e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 124,02 (cento e vinte e quatro reais e dois centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 43,56 (quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1084169 Nr: 3497-57.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WENDERSON JUNIOR RAMOS MIRANDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO HAUEISEN DA MATA - OAB:OAB/MT - 26419A, JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MT 26.992-A, LAURA MARTINS OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 26.772, LUCIMAR CRISTINA GIMENES CANO - OAB:8506-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT - 26.417, YURI LIMA SANTOS - OAB:27.260/B
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1105103 Nr: 12578-30.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE PAULO SOUZA DA CRUZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando César Zandonadi - OAB:OAB/MT 5736/O
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1135253 Nr: 25206-51.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUCIMAR CAMARGO DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1140205 Nr: 27461-79.2016.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RONILDO FERREIRA DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA - OAB:9333/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDYEN VALENTE CALEPIS - OAB:28442/GO, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8184-A

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1237722 Nr: 17443-62.2017.811.0041
AÇÃO: Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA, ALCIDES LUIZ FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALESSANDRO HUMBERTO PINTO, GERSON PINTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALCIDES LUIZ FERREIRA - OAB:4.057/MT, ALCIDES LUIZ FERREIRA - OAB:5477/MT, MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA - OAB:3662/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:CUIABÁ
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerente, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1346417 Nr: 19065-45.2018.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESPOLIO DE ANA APARECIDA JOSE DE BRITO, DERNEVAL PINGO ALVES DE BRITO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOURIVAL ALVES DE BRITO, BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO MARRONI - OAB:23657
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$92,04(noventa e dois reais e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 810200 Nr: 16701-76.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KAMBUKIRA MERCADO E RESTAURANTE LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS BROKER LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WARLEM LEMES DA SILVA - OAB:15085/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON MARIO DE SOUZA - OAB:4635/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 597,26 (quinhentos e noventa sete reais e vinte e seis centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 183,86 (cento e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 835298 Nr: 40476-23.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RENILSON ROSA RIBEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMIKA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, OTÁVIO DE PAULA CUNHA NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA CRISTINA OLIVEIRA MOURA - OAB:13132
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO DOS SANTOS BARBOSA - OAB:4886/MT, ROSÂNGELA RODRIGUES PANTALEÃO - OAB:6481
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerente, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 3.066,98 (três mil e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.533,49 (mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e nove

centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 1.533,49 (mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 864418 Nr: 5165-34.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SEBASTIÃO FRANCISCO DAS CHAGAS NETO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAU SEGUROS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEILSON MENEZES GUIMARÃES - OAB:7960/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.194-A/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 808,50 (oitocentos e oito reais e cinquenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 395,10 (trezentos e noventa e cinco reais e dez centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 874840 Nr: 13303-87.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DALÇA DE SOUZA PEREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDVALDO ANGELO DA MATA - OAB:10014

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON MARIO DE SOUZA - OAB:4635/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 878467 Nr: 15785-08.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOELSON RIBEIRO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA - OAB:9.457/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 886152 Nr: 20636-90.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PAULO MARIO COSTA CARDOSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): SISTEMA FÁCIL INCORPORADORA IMOBILIÁRIA CUIABÁ - SPE LTDA, GUSTAVO CÉSAR FRANCO RODRIGUES, RAFAEL VIANA DE LIMA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Haona Laysla da Silva Boska - OAB:18342 - OAB /MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ WALTER FERREIRA JUNIOR - OAB:18.002-A OAB/MT, JOSÉ WALTER FERREIRA JUNIOR - OAB:OAB/SP 152165

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.059,46 (mil e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 529,73 (quinhentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 529,73 (quinhentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir

guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 921380 Nr: 44246-87.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DENILSON DO AMARAL CAVALCANTE
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT, SAMIR BENNETT BUAINAIN - OAB:13373/MT, SARA PEREIRA DE OLIVEIRA SPINELLI - OAB:18879
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 404,74 (quatrocentos e quatro reais e setenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 206,70 (duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 198,04 (cento e noventa e oito reais e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 939941 Nr: 54551-33.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOCELINO SOARES DE AMORIM, EDSON LUIZ PERIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS, ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, SIMILARES E PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO , JOAO GONÇALO DE FIGUEIREDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDSON LUIZ PERIN - OAB:8804
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO PAULO Z. MENDONÇA - OAB:6.576/MT, MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO - OAB:14941/MT, THALES DO VALLE BARBOSA ANJOS - OAB:14858, THALES VALLE BARBOSA ANJOS - OAB:14.958, VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS - OAB:3618/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 279,30(duzentos e setenta e nove reais e trinta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 206,70 (duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 72,60 (setenta e dois reais e sessenta centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 977324 Nr: 12746-66.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VILMA DA CRUZ SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Dr. Joir Augusto Laccal da Silva - OAB/MT 9.457 - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MT 26.992-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT 26417A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 986855 Nr: 17096-97.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MILTON DE FREITAS PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TOKIO MARINE SEGURADORA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANO GUILHERME BARBOSA DOS SANTOS - OAB:OAB 17.049/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante.

Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 990606 Nr: 18746-82.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIÃO JOSÉ DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LUZIA CARDOSO ALAMINO - OAB:9333
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1000258 Nr: 23584-68.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HORVILLI JOSE APARECIDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CEZAR ZANDONADI - OAB:5736 O MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 279,30(duzentos e setenta e nove reais e trinta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 206,70 (duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 72,60 (setenta e dois reais e sessenta centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1019826 Nr: 31830-53.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDUARDA LUIZA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1031667 Nr: 37615-93.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALENIL MARIA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONCREMAX CONCRETO ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS HENRIQUE FAGUNDES MAGALHÃES - OAB:17567-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B/MT, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:OAB/MT 12.009
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1037043 Nr: 40118-87.2015.811.0041
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TABAJARA AGUILAR PRAEIRO ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CAIAPÓS, GIOVANA GOLIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THIAGO MAGANHA DE LIMA - OAB:MT 17.538-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NATALIA RAMOS BEZERRA REGIS - OAB:12.048 OAB/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1044592 Nr: 43708-72.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEMIR CORANDINI LONGHI
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIM CELULAR S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO ANGELO DE MACEDO - OAB:6.811-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:16846-A/MT, FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FEGUEIREDO - OAB:7.627-A, RUBENS GASPAR SERRA - OAB:119.859/SP
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 280,15 (duzentos e oitenta reais e quinze centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 206,70 (duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 73,45 (setenta e três reais e quarenta e cinco centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1076087 Nr: 58031-82.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDRESSA RUBIA MACHADO ROSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUL AMERICA SAÚDE - CUIABÁ, SERRA J. C. CORRETORA DE SEGUROS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEILA MARIA DE ALMEIDA - OAB:9235
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO MARTINS SORNA - OAB:19.693-O, DENNER B. MASARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A, MARCOS CÉSAR JOSETTI FLORES - OAB:8933/MT, RONALDO LUIZ DE ARAUJO - OAB:2.909/MT, SILVIA JOCIANE LEITE BRANCO - OAB:7.085-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.235,54 (mil, duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 617,77 (seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 617,77 (seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 956271 Nr: 3210-31.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MADALENA FATIMA DE ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): OI S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - OAB:16.625-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.542,56 (mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 771,28 (setecentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 771,28 (setecentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 901143 Nr: 30698-92.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ DA SILVA ÂNGELO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THIAGO MAGANHA DE LIMA - OAB:MT 17.538-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JESSICA EDWIRGES NOGUEIRA RIBEIRO - OAB:18441/O, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4.482/MT, MARCELO BRASIL SALIBA - OAB:11.546-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 621,62 (seiscentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 208,22 (duzentos e oito reais e vinte e dois centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 808314 Nr: 14781-67.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SILVANETE MARIA TELES
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOLDFARD PDG 3 INCORPORAÇÕES LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO RAMSAY DE LACERDA - OAB:11892-A, EDUARDO ZIMIANI CIPRIANO - OAB:11.547/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO RIVELLI - OAB:19.023-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 944895 Nr: 57372-10.2014.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILVANE DE QUERIROZ ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): CERÂMICA CRISTOFOLETTI LTDA, VALTER AILSON CRISTOFOLETTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA MARCELA COSTA - OAB:188689
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANE BORDIGNON DA SILVA - OAB:13282, OTTO MEDEIROS DE AZEVEDO JÚNIOR - OAB:7683/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1069983 Nr: 55377-25.2015.811.0041
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DOROTEIA DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BENEDITO ANTONIO BRUNO - OAB:7818/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB:10133/MT, FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FEGUEIREDO - OAB:7.627-A, VITOR HUGO FORNAGIERI - OAB:15661
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):

Cod. Proc.: 871676 Nr: 10824-24.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PEDRO HERCULINO SOBRINHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BMG S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JAIME ULISSES PETERLINI - OAB:10600

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉ RENNÓ LIMA GUIMARÃES DE ANDRADE - OAB:78.069/MG, BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO - OAB:84.400/MG, DIOGO IBRAHIM CAMPOS - OAB:13.296/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento da taxa judiciária remanescente, no importe de R$ 687,89(seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 821307 Nr: 27505-06.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ROSINEIA PRADO COUTO

PARTE(S) REQUERIDA(S): DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, FIAT AUTOMÓVEIS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AUREMÁCIO JOSÉ TENÓRIO DE CARVALHO - OAB:4562

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO - OAB:91916/SP, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:OAB/MT 16864-A, RODRIGO LEITE DE BARROS ZANIN - OAB:12.129-A/MT, RODRIGO PAIVA DA SILVA - OAB:13.750

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida (DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA), para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 322,32(trezentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 161,16(cento e sessenta e um reais e dezesseis centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 161,16(cento e sessenta e um reais e dezesseis centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 821307 Nr: 27505-06.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ROSINEIA PRADO COUTO

PARTE(S) REQUERIDA(S): DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, FIAT AUTOMÓVEIS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AUREMÁCIO JOSÉ TENÓRIO DE CARVALHO - OAB:4562

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADELMO DA SILVA EMERENCIANO - OAB:91916/SP, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - OAB:OAB/MT 16864-A, RODRIGO LEITE DE BARROS ZANIN - OAB:12.129-A/MT, RODRIGO PAIVA DA SILVA - OAB:13.750

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida (FIAT AUTOMÓVEIS S/A), para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 966,92(novecentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 483,46(quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 483,46(quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 256970 Nr: 20157-78.2006.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FABIANA ANGÊLO

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELA MARQUES ECHEVERRIA - OAB:4.939/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B/MT, JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, Margarete da Graça Blanck Miguel Spadoni - OAB:8058/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 849628 Nr: 52825-58.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NATALINA DE MELO MITEV, DANIELA DE MELLO MITEV
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, VALPAMED SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FELIPE DA C. QUEIROZ - OAB:15.402, MARISA NEVES DE CARVALHO PERRI - OAB:9843-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB:10133, DANIELA LUBIANCA - OAB:376399, FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FEGUEIREDO - OAB:7.627-A, JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT, RODRIGO POUSO MIRANDA - OAB:12.333/MT, VITOR HUGO FORNAGIERI - OAB:OAB/MT 15.661
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, ficam devidamente INTIMADAS as parte requerente e requerida, para que efetuem, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,82 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos), a que foram condenados nos termos da r. sentença, sendo que para a parte requerente o valor de R$ 206,70 (duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 72,21 (setenta e dois reais e vinte e um centavos), para fins da guia de taxa. E para a parte requerida o valor de R$ 206,70 (duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 72,21 (setenta e dois reais e vinte e um centavos) para fins da guia de taxa. Ficam cientificados de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1038190 Nr: 40671-37.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALEX SANDRO ALVES DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCEL LOUZICH COELHO - OAB:8.637/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 279,30 (duzentos e setenta e nove reais e trinta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 206,70 (duzentos e seis reais e setenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 72,60 (setenta e dois reais e sessenta centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 971107 Nr: 9756-05.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADILSON CANDIDO DE PAULA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TELEFONICA BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:9901/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA B. DE OLIVEIRA SODRÉ PIONA - OAB:OAB/MT 13.333, DANIEL FRANÇA SILVA - OAB:17826/A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 965643 Nr: 7251-41.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAGALI DE CAMPOS SIQUEIRA DA CUNHA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES - OAB:18.047 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MG 123.907, LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:8506-A/MT, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT 26.417-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do

devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1004766 Nr: 25448-44.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FLAVIO FRIEDRICH SENA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 827235 Nr: 33120-74.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VANIA GARCIA ROSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONCREMAX CONCRETO E ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS - OAB:14507
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12009
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 5.827,38(cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 2.913,69(dois mil, novecentos e treze reais e sessenta e nove centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 2.913,69(dois mil, novecentos e treze reais e sessenta e nove centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Varas Especializadas de Família e Sucessões

1ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1019566-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSSARA DE VITA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA A M FANAIA OAB - MT10439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELZA SILVA DE VITA (INVENTARIADO)
Outros Interessados:
PEDRO ELIAS DOMINGOS DE MELLO OAB - MT9317/B (ADVOGADO(A))
HORTENCIA BEATRICE DE VITA DOMINGOS (HERDEIRO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 Nº do processo: 1019566-79.2018.8.11.0041 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Nos termos do Provimento 40/2007, e item 2.8.1.5 da Consolidação das Normas Gerais de Corregedoria – CNGC, procedo à intimação da parte autora, por meio do seu patrono, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão da contadoria de ID n. 27419176 e proceder ao pagamentos das custas. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1028585-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
N. S. L. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ISAIAS ALVES DE SOUZA OAB - MT15768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. M. D. S. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
HEMERSON LEITE DE SOUZA OAB - MT20626-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 Nº do processo: 1028585-12.2018.8.11.0041 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Nos termos do Provimento 40/2007, e item 2.8.1.5 da Consolidação das Normas Gerais de Corregedoria – CNGC, procedo à intimação da parte ré, por meio do seu patrono, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar, querendo, alegações finais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0028788-93.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELA RIBEIRO CARDOSO HUGUENEY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA XAVIER DA SILVA OAB - MT12162-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS HUGUENEY NETO (REQUERIDO)
VINICYUS CORREA HUGUENEY (REQUERIDO)
MATHEUS CORREA HUGUENEY (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO GONCALO GOMES DA SILVA JUNIOR OAB - MT7940-O (ADVOGADO(A))
ARIADNE MARTINS FONTES OAB - MT12953-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E

SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 0028788-93.2015.8.11.0041. REQUERENTE: DANIELA RIBEIRO CARDOSO HUGUENEY REQUERIDO: CLOVIS HUGUENEY NETO, VINICYUS CORREA HUGUENEY, MATHEUS CORREA HUGUENEY Vistos etc. Defiro o pedido do id.21559024, pelo que, suspendo a presente ação pelo prazo de 30 (trinta) dias. Ultrapassado o prazo acima assinalado, sem manifestação da parte, intimem-se os herdeiros para que, requeiram o que de direito, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 18 de julho de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Nelian Juiza de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0001366-81.1994.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZENA MARIA VELASCO DE BARROS (REQUERENTE)
MARCELO SOUZA DE BARROS (REQUERENTE)
MARCOS SOUZA DE BARROS (REQUERENTE)
SIMONE SOUZA DE BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Henrique Luiz de Souza Carvalho Domingues OAB - GO0024720A (ADVOGADO(A))
MILTON VIZINI CORRÊA JÚNIOR OAB - MT3076-A (ADVOGADO(A))
MARCELO SOUZA DE BARROS OAB - GO31153 (ADVOGADO(A))
FRANCISCO AGRICIO CAMILO OAB - DF02447 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE SIMAO AURELIANO DE BARROS FILHO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 0001366-81.1994.8.11.0041. REQUERENTE: ELIZENA MARIA VELASCO DE BARROS, MARCELO SOUZA DE BARROS, MARCOS SOUZA DE BARROS, SIMONE SOUZA DE BARROS ESPOLIO DE SIMAO AURELIANO DE BARROS FILHO Vistos etc. Em atenção ao pedido de id. 27465129, inicialmente tem que se esclarecer que a referida petição foi feita de forma física, quando deveria ter sido aviada pelo PJe. Ao chegar o pedido no arquivo, o correto seria que este tivesse sido juntado, prontamente, e remetido para esta magistrada, o que não ocorreu. Ante a insistência da parte de que havia requerimento para liberação de numerário, este Juízo providenciou o desarquivamento do processo físico e contatou que as folhas dos autos estavam totalmente desordenadas, o que após a devida adequação, encontrou-se o requerimento em meio às inúmeras folhas existentes. Esse o motivo do atraso e da ausência da petição nos autos digitais. Com a referida situação o feito quando remetido ao digno Ministério Público não continha o pedido de liberação do dinheiro de URV e, dada a existência de incapaz e de dívidas, somada ao fato de que o regime de casamento de Elizena Maria Velasco Barros com o de cujus era do da comunhão universal, a manifestação Ministerial é imprescindível para a devida análise judicial. Assim, com a urgência que a situação requer, por se tratar de direito de idosa, remetem-se os autos ao zeloso Parquet para o seu pronunciamento e, após, conclusos para deliberação. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1005472-29.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA DE SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMILLE FERNANDA FERREIRA DE SOUZA OAB - SP277652 (ADVOGADO(A))
TALITHA LAILA RIBEIRO OAB - MT14887-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAURO DIAS DE SOUZA (REQUERIDO)
UBIRATAM BARBOSA DE MOURA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAMEDE LIMA PARREIRA OAB - MT19809-O (ADVOGADO(A))
EMERSON BASTOS RIBEIRO OAB - MT25503/O (ADVOGADO(A))
ANEIRTON PARREIRA SILVA OAB - MT3577-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1005472-29.2018.8.11.0041. REQUERENTE: PAULA DE SANTANA REQUERIDO: UBIRATAM BARBOSA DE MOURA, MAURO DIAS DE SOUZA Vistos etc. Defiro o pedido formulado pelo zeloso Ministério Público[1]. Realize-se estudo psicossocial, com ênfase nos infantes, em 40 (quarenta) dias, em face do escasso número de profissionais para atender às demandas das Varas de Famílias e correlatas. Com a conclusão do estudo, dê-se vista dos autos ao zeloso Ministério Público. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 24792226

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1013887-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. R. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
K. S. V. R. (RÉU)
A. S. R. V. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL PAIVA MACHADO OAB - MT20827/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1013887-64.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LEONARDO REIS RÉU: KADJA SAMIRA VIEIRA REIS, ADNA SAMARA RIBEIRO VIEIRA Vistos etc. A prestação jurisdicional já fora entregue na presente demanda, conforme se vê da sentença do id.20480306, razão pela qual, indefiro o requerimento do id.26679564, uma vez que, as pretensões foram esgotadas e, qualquer outro requerimento, deverá se dar, por meio de ação autônoma. Após as formalidades legais e baixas necessárias, arquivem-se os presentes autos, independentemente de nova determinação. Intimem-se Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0000953-38.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARNALDO AUGUSTO DORILEO LEITE (REQUERENTE)
SANDRA MARIA LEITE MELO (REQUERENTE)
CARLOS GUILHERME DORILEO LEITE (REQUERENTE)
JOSE CELSO DORILEO LEITE (REQUERENTE)
SELMA DE CASSIA DORILEO LEITE (REQUERENTE)
SILBENE APARECIDA DORILEO LEITE (REQUERENTE)
MURILLO DORILEO LEITE BERNARDI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CELSO DORILEO LEITE OAB - MT8589-O (ADVOGADO(A))
JULIANA LEITE MELO LUFT OAB - MT11679-O (ADVOGADO(A))
DIEGO ALOISIO LUFT OAB - MT12436-O (ADVOGADO(A))
MARCELO EDVINO LUFT OAB - MT13265-N (ADVOGADO(A))
JOSE CELSO DORILEO LEITE FILHO OAB - MT23607-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DO CARMO DORILEO LEITE (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 0000953-38.2012.8.11.0041. REQUERENTE: ARNALDO AUGUSTO DORILEO LEITE, SANDRA MARIA LEITE MELO, CARLOS GUILHERME DORILEO LEITE, JOSE CELSO DORILEO LEITE, SELMA DE CASSIA DORILEO LEITE, SILBENE APARECIDA DORILEO LEITE, MURILLO DORILEO LEITE BERNARDI REQUERIDO: MARIA DO CARMO DORILEO LEITE Vistos etc. Em atenção ao pronunciamento do zeloso Ministério Público[1], concedo autorização judicial, para levantamento dos valores depositados pelo herdeiro José Celso Dorileo Leite, referente à compra do apartamento, localizado na Rua Cândido Mariano, na proporção de 1/6 (um sexto) do valor para cada herdeiro.

Atente-se quanto ao fato de que o referido valor não será repartido entre todos os herdeiros, devendo-se excluir José Celso Dorileo Leite, autor do depósito. Consigne-se que, os demais valores permanecerão depositados em conta judicial e somente serão liberados ao final. Intime-se o inventariante, para que se manifeste acerca do pronunciamento do nobre Ministério Público acostado ao id. 27325292, renovando-se, na sequência, as vistas. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 27325292

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 818256 Nr: 24633-18.2013.811.0041
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JMDJSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JJDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DULCIMARY LAURA DE OLIVEIRA - OAB:11738/ 11738MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ SIMÃO FERREIRA MARTINS - OAB:7520/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) ANGELA DA CRUZ, para devolução dos autos nº 24633-18.2013.811.0041, Protocolo 818256, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 432653 Nr: 1853-85.1993.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALMIRO RIZZIERI, ADENYR FONTANA
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDECIR ERRERA - OAB:3.365-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) DIOMAR REZZIERI, para devolução dos autos nº 1853-85.1993.811.0041, Protocolo 432653, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 432656 Nr: 1218-51.1986.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALMIRO RIZZIERI, ADENYR FONTANA RIZZIERI
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDECIR ERRERA - OAB:3365-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) DIOMAR REZZIERI, para devolução dos autos nº 1218-51.1986.811.0041, Protocolo 432656, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Decisão

Decisão Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1056911-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALIRIO FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
TEODORA MARIA DO ESPIRITO SANTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA HELENA SILVA ROSA OAB - MT22168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL GETULIO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1056911-45.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ALIRIO FERNANDES DA SILVA, TEODORA MARIA DO ESPIRITO SANTO REQUERIDO: MANOEL GETULIO DA SILVA Vistos etc. 1. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fulcro no art. 98, do Código de Processo Civil, ressalvada, desde já, a possibilidade de sua revogação, caso evidenciado nos autos a ausência de preenchimento dos pressupostos. 2. Em face dos elementos constantes dos autos, é possível a observância do rito do arrolamento sumário, em atenção ao disposto nos arts. 659 a 663 do Código de Processo Civil, ressalvada, desde já, a possibilidade de conversão para o rito do inventário ou de arrolamento comum. 3. Nomeio como inventariante Alirio Fernandes da Silva, independentemente de assinatura do termo de compromisso. 4. Deverá a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos certidão de inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, expedida pela CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados. 5. Determino a utilização do sistema BACENJUD em nome de Manoel Getúlio da Silva, CPF nº 108.364.971-04, para verificação de existência de ativos em nome da falecida. Proceda-se, também, pesquisa junto ao RENAJUD em busca de informações sobre a existência de veículo registrado em nome da de cujus. Os autos permanecerão em gabinete até que a indicação de existência/inexistência de ativos financeiros seja informada a este Juízo, via internet. (art. 1º, § 2º, do Provimento n.º 004/2007/CGJ). Caso haja valores, estes devem ser transferidos para conta judicial, devidamente vinculada a estes autos. 6. Outrossim, em face do disposto nos arts. 659, §2º e 662, as questões relacionadas a débito tributário relacionado à sucessão, não obstará a conclusão deste processo, já que a Fazenda Pública dispõe de meios legais específicos para a cobrança, e será intimada, ao final, para lançamento, em sendo o caso. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1044370-14.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. O. S. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. S. D. N. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1044370-14.2018.8.11.0041. AUTOR(A): MARIA DE OLIVEIRA SAMPAIO RÉU: JONALDO SANTANA DO NASCIMENTO Vistos etc. Trata-se de Ação de Alimentos, proposta por Junior Henryke de Oliveira (14 anos) e Juliana Aparecida de Oliveira Santana (9 anos), representadas por sua mãe, Maria de Oliveira Sampaio, em face de Jonaldo Santana do Nascimento, todos devidamente qualificados. Buscam os autores, a fixação de alimentos em seu favor, no importe de 02 (dois) salários mínimos vigentes. A ação fora recebida nos moldes do id.17867574, fixando os alimentos provisórios em 60,12% (sessenta virgula doze por cento) do salário mínimo vigente que, hoje equivale a R$ 600,00 (seiscentos reais). Em audiência de conciliação –id.18760228, realizada no dia 19.03.2019, não foi possível a composição entre as partes, dada a divergência com relação ao valor dos alimentos. Na oportunidade, o requerido ofertou a quantia de R$ 300,00 (trezentos reais). O requerido fora devidamente citado (id.18614369), apresentando contestação do id.19699898, argumentando que, não possui condições de arcar com o valor arbitrado. Houve impugnação no id.24369833. O digno Ministério Público manifestou-se no id.25587971. Às partes são legítimas, bem como, legítimos os seus interesses. A ação vem se desenvolvendo em marcha regular e não vislumbrando qualquer irregularidade a ser corrigida até o momento, dou o feito por saneado. Defiro o requerimento de produção de provas a ser efetivada na audiência de conciliação, instrução e julgamento que, ora designo para o dia 04 de março de 2020, às 14:40 horas, para depoimento pessoal de ambas as partes e oitiva de testemunhas, cujo rol deverá aportar aos autos, em 10 (dez) dias. Para a intimação das testemunhas, deve ser observado o art. 455 do CPC e seus parágrafos. De qualquer modo, importante destacar, desde logo que, nos moldes do art. 359 do CPC, a conciliação pode ser obtida em qualquer fase

processual, mormente no primeiro momento da audiência de instrução. Fixo os pontos controvertidos como sendo: a) aferição do binômio necessidade-possibilidade para análise do valor dos alimentos, a serem pagos pela requerida; b) aferição da capacidade econômico-financeira das partes; Notifique-se o digno Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 27 de novembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1028481-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA MARIA DE CARVALHO NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIO CAMILO DA SILVA NUNES (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
L. R. D. C. N. (HERDEIRO)
K. V. D. C. N. (HERDEIRO)
H. G. D. C. N. (HERDEIRO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1028481-83.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ROSA MARIA DE CARVALHO NUNES DE CUJUS: LUCIO CAMILO DA SILVA NUNES Vistos etc. Em face da concordância do zeloso Ministério Público[1], por se tratar de pequena monta frente às necessidades prementes dos filhos menores, concedo autorização judicial, para levantamento dos valores depositados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no valor de R$ 11.837,73 (onze mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos)[2], bem como, o valor correspondente ao FGTS e suas correções. Expeça-se o competente alvará, para transferência da quantia na conta corrente nº. 0024776-6, agência nº. 3218, do Banco Bradesco, titularizada por Fernanda Vaucher de Oliveira Kleim, CPF nº. 007.471.911-40 (id. 27477283). Intime-se a inventariante, para que retifique as primeiras declarações consignando o valor do imóvel integrante do acervo, tudo em conformidade com o art. 620, do Código de Processo Civil. Certifique-se quanto ao cumprimento da integralidade da decisão proferida no id. 21913177, especialmente quanto à expedição dos ofícios. Em sendo necessário, reitere-se para cumprimento em 24 (vinte e quatro horas), sob pena de incorrer o responsável nas cominações legais. Promova-se a busca de bens do espólio, por meio dos sistemas conveniados. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 27376987 [2] Id. 26496954

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1044168-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAMIL ALOIDE DE SOUZA (RECONVINTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERTON JOSE PACHECO SAMPAIO OAB - MT5776-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HERBERT VIANNA FERREIRA DE SOUZA (RECONVINDO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1044168-03.2019.8.11.0041. RECONVINTE: JAMIL ALOIDE DE SOUZA RECONVINDO: HERBERT VIANNA FERREIRA DE SOUZA Vistos etc. Intime-se a parte autora, para que, emende a inicial, em 15 (quinze) dias, colacionando aos autos, a procuração outorgada por Herbert Vianna Ferreira de Souza, bem como, a certidão de nascimento do mesmo, sob pena de indeferimento (art. 321, CPC). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1057624-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENIFER DA CONCEICAO AQUINO RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARGARIDA CARMO TAVEIRA OAB - MT12255-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VITORIA DA CONCEICAO AQUINO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1057624-20.2019.8.11.0041. REQUERENTE: GENIFER DA CONCEICAO AQUINO RAMOS REQUERIDO: VITORIA DA CONCEICAO AQUINO Vistos etc. Defiro a gratuidade postulada, com fundamento no art. 98 do CPC. Processe-se em segredo de justiça (CPC, art. 189, II). Nomeio como curadora provisória de Vitória da Conceição Aquino, mediante compromisso, Genifer da Conceição Aquino Ramos, para que, pratique os atos da vida civil da curatelanda que, envolvam gestão patrimonial e de recursos, inclusive, para sacar e receber, em seu nome, os valores respectivos. Além disso, a curadora poderá deliberar sobre o tratamento de saúde adequado, em conformidade com as prescrições médicas e demais representações, nos atos da vida civil, dentro dos limites previstos no art. 84, da Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Cite-se a curatelanda dos termos desta ação, fazendo constar do mandado que, a mesma poderá impugnar o pedido, contados 15 (quinze) dias após a citação. No ato da citação, o ilustre Oficial de Justiça, deverá informar, se a curatelanda, encontra-se em condições de locomoção para se apresentar em Juízo. Transcorrido o prazo da citação, sem manifestação da parte ré, remetam-se os autos à Defensoria Pública, que atua em defesa dos interesses da parte demandada, que, ora nomeio como curadora especial da beneficiária, conforme disciplina o art. 72, do CPC. Oficie-se o INSS, para que em 05 (cinco) dias, informe a este Juízo se a curatelanda recebe algum benefício previdenciário. Em caso positivo, que seja remetida cópia do prontuário e laudo médico, para ser juntado a estes autos. Consigno que, os demais pedidos serão apreciados após o pronunciamento do zeloso Ministério Público. Sirva cópia da presente como mandado de citação[1]. Realize-se estudo social em 30 (trinta) dias. Notifique-se o douto Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] VITÓRIA DA CONCEIÇÃO AQUINO: Rodovia Emanuel Pinheiro, nº 09, quadra 03, Bairro: Florianópolis, em Cuiabá/MT, CEP: 78055-799. ZONA 03.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-280 CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL EM DIVÓRCIO
Processo Número: 1058835-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO PEREIRA DAMACENO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELINEI MARIA DE ARRUDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1058835-91.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ROBERTO PEREIRA DAMACENO REQUERIDO: ELINEI MARIA DE ARRUDA Vistos etc. Trata-se de Ação Consensual de Conversão de Separação em Divórcio, proposta por Roberto Pereira Damaceno e Elinei Maria de Arruda, devidamente qualificados. Esclareceram os autores que, contraíram matrimônio, em 28 de fevereiro de 1987, e separaram-se, judicialmente, em 22 de outubro de 2004[1], oportunidade em que a divorcianda voltou a usar o nome de solteira e, visam hoje, de comum acordo, o divórcio. Informaram que, do matrimônio advieram dois filhos, ambos maiores e capazes e que não existem bens pendentes de partilha. Diante do exposto, e tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO o acordo realizado entre as partes, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil e, via de consequência, DECRETO o divórcio de Roberto Pereira Damaceno e Elinei Maria de Arruda, com fundamento nos arts. 226, §6º, da Constituição da República, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens. Concedo

a gratuidade processual postulada. Expeça-se mandado de averbação. Transitada em julgado, expeça-se o necessário e, após as formalidades legais e baixas devidas, arquivem-se os autos independentemente de nova determinação. Sem custas. P. I. C. Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 27201043

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1046673-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARNALDO MIGUEL FUMEGALLI (RECONVINTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON TELES DE FIGUEIREDO JUNIOR OAB - MT8896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAVID ARIANDRO DE AMORIN LIMA (RECONVINDO)
Outros Interessados:
EDSON TELES DE FIGUEIREDO JUNIOR OAB - MT8896-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1046673-64.2019.8.11.0041. REQUERENTES: ARNALDO MIGUEL FUMEGALLI E DAVID ARIANDRO DE AMORIN LIMA Vistos etc. Trata-se de Ação de Reconhecimento Voluntário de Paternidade Socioafetiva, proposta por Arnaldo Miguel Fumegalli e David Ariandro de Amorin Lima, devidamente qualificados. Consta dos autos que, David Ariandro de Amorin Lima, filho de Juvanete Siqueira de Amorin Lima, foi registrado como filho de Pedro de Souza Lima, o qual veio a óbito, em 21 de setembro de 2014[1]. Infere-se que, após o óbito do pai registral, o seu pai biológico, Arnaldo Miguel Fumegalli, buscou reaproximar-se, por meio de exame genético confirmaram a paternidade[2], razão pela qual, buscam o reconhecimento da paternidade socioafetiva, a fim de satisfazer o desejo de ambos. O pedido formulado na inicial cinge-se à inclusão do nome do pai socioafetivo, Arnaldo Miguel Fumagalli, verdadeiro pai biológico de David Ariandro de Amorin Lima, em seu registro civil de nascimento. Importante ressaltar que, as partes são maiores, capazes e estão devidamente representadas. O pai registral já faleceu e a considerar que não se visa a sua exclusão, não se verifica óbice à inclusão da paternidade socioafetiva. Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo realizado entre as partes, para DECLARAR que Arnaldo Miguel Fumegalli é pai socioafetivo de David Ariandro de Amorim Lima, nascido em 14 de abril de 1985, com fundamento no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Concedo a gratuidade processual postulada. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, para que promova a inclusão do nome do pai socioafetivo Arnaldo Miguel Fumegalli, assim como dos avós paternos, Cravino Fumegalli e Elvira Fumegalli. Em decorrência do reconhecimento voluntário da paternidade, autorizo a inclusão do patronímico paterno ao nome do autor, que passará a se chamar "David Ariandro de Amorim Lima Fumegalli", conforme requerido. Transitada em julgado esta decisão, procedam-se às baixas e anotações legais, arquivando-se os autos, independentemente de nova determinação. Sem custas. P.I.C. Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito [1] Id. 25063310 [2] Id. 25063315

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1042148-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO ANTONIO DE SOUZA STELLA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THALISSON GAYVA MORAES OAB - MT18846-O (ADVOGADO(A))
EDILENE DE SOUZA FERNANDES BELIZARIO OAB - MT21030/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA PAULA DE SOUZA STELLA (RÉU)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1042148-39.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARCIO ANTONIO DE SOUZA STELLA RÉU: ANA PAULA DE SOUZA STELLA Vistos etc. Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos, proposta por Márcio Antônio de Souza Stella, em face de Ana Paula de Souza Stella, devidamente qualificados. Consta dos autos que, o autor efetua o pagamento de pensão alimentícia, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) de sua remuneração em face da requerida, hoje com vinte e sete anos, concursada, assim, apta a arcar com o próprio sustento, razão pela qual pugnou por sua exoneração da obrigação alimentar. Infere-se que, constatada a ausência de título executivo definitivo, além de outros, determinou-se a emenda da inicial, nos moldes constantes do id. 24390417. A sequência, o autor juntou cópia do processo nº. 416/94, do qual constava somente a decisão que fixou alimentos provisórios (id. 24995833 – pág. 12), razão pela qual se reiterou a determinação no id. 25724409. O autor esclareceu que os únicos documentos existentes quanto à fixação dos alimentos já foram acostados aos autos (id. 26817286). É o relatório. Decido. Observa-se dos documentos apresentados pela parte autora que, após a fixação dos alimentos provisórios, o processo de alimentos foi arquivado, sem que tenham sido tornados definitivos ou mesmo extintos, à princípio. Nesse cenário, deverá o interessado procurar o cancelamento do desconto no processo originário, não havendo interesse processual, dada a inexistência de titulo definitivo, na propositura da presente ação de conhecimento. Diante do exposto, INDEFIRO a petição inicial, em razão da ausência de interesse processual, fundamento no art. 321, do Código de Processo Civil e, via de consequência, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, CPC. Transitada em julgado, cumpridas as formalidades legais e baixas necessárias, arquivem-se os autos independentemente de nova determinação. Sem custas. P.I.C. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034733-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEONICE REZENDE ALBUQUERQUE (AUTOR(A))
MAURO MAGER (AUTOR(A))
YURI ALBUQUERQUE VITAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE ORTEGA DE CALAZANS OAB - MT18550/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE REZENDE ALBUQUERQUE (RÉU)
MARCIO LUIS TAQUES VITAL (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1034733-05.2019.8.11.0041. AUTOR(A): YURI ALBUQUERQUE VITAL, CLEONICE REZENDE ALBUQUERQUE, MAURO MAGER RÉU: MARCIO LUIS TAQUES VITAL, SIMONE REZENDE ALBUQUERQUE Vistos etc. Trata-se de Ação de Adoção, proposta por Yuri Albuquerque Vital, Cleonice Rezende Albuquerque e Mauro Mager, em face de Simone Rezende Albuquerquer e Márcio Luiz Taques Vital devidamente qualificados. Consta dos autos que, Yuri Albuquerque Vital, nascido em 06 de junho de 2000, é filho dos requeridos, mas desde a mais tenra idade foi residir na casa dos tios, Cleonice Rezende Albuquerque e Mauro Mager, até que o afeto existente se transformou em amor filial. Infere-se que, o vínculo com a mãe biológica permaneceu inalterado, entretanto, o vínculo com o pai biológico não se concretizou, razão pela qual, pleiteiam a exclusão do nome do pai biológico e a inclusão do nome dos pais sócio-afetivos. Custas recolhidas (id. 22444462). A ação foi recebida, por força da decisão de id; 22451800. Em audiência de tentativa de conciliação, as partes acordaram quanto aos pedidos iniciais, em relação aos quais não se opuseram os requeridos, nos moldes constantes do id. 24259846. É o breve relatório. Fundamento e Decido. Trata-se de Ação de Adoção, proposta por Yuri Albuquerque Vital, Cleonice Rezende Albuquerque e Mauro Mager, em face de Simone Rezende Albuquerquer e Márcio Luiz Taques Vital devidamente qualificados. A adoção de maior de idade depende da participação efetiva do Poder Público e de sentença constitutiva, sendo regulada pela lei civil e, subsidiariamente, ser-lhe-á aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber, a teor do que dispõe o art. 1.619, do Código Civil. Por se tratar de maior de idade, não há que se falar em destituição de poder familiar, ao qual a própria maioridade incumbiu-se de extinguir. A diferença de idade entre adotantes e adotando supera o exigido pelo art.

42, §3º, do ECA. O estágio de convivência é absolutamente dispensável no caso concreto, até mesmo porque já decorreram, aproximadamente, dezenove anos de convivência, permitindo, assim, a concretização dos vínculos entre as partes e a maturação da vontade de regularizar o vínculo. Observa-se que, Yuri Albuquerque Vital nasceu, em 06 de junho de 2000, contando hoje com dezenove anos e, desde a mais tenra idade, reside na casa dos tios e, sem perder os vínculos com sua genitora, com eles construiu laços afetivos filiais. As fotos juntadas aos autos demonstram, primeiramente, que não há vínculo paterno-filial com o pai biológico, ora requerido, o que é corroborado por sua concordância na audiência de conciliação. Em segundo lugar, permitem vislumbrar que o autor, Mauro Mager, é quem esteve ao seu lado todos esses anos, ocupando o lugar paterno. De igual forma, o vínculo socioafetivo em relação a Cleonice Rezende Albuquerque, sua tia materna, completa o núcleo familiar criado, fundamentado no afeto, num verdadeiro ato de escolha entre pessoas que mutuamente se reconhecem como pais e filhos. Consigno que, os requeridos, pais biológicos do jovem, manifestaram expressamente sua concordância com os pedidos iniciais, não apresentando qualquer resistência. A evolução da humanidade, nos mostra que o homem é um ser em permanente construção e, nela as interações com o grupo familiar detêm os elementos mais significativos para o seu desenvolvimento, erguendo os pilares da sua existência. A família, portanto, está há muito sedimentada em fortes raízes de afeto, sendo que a adoção e o reconhecimento da maternidade sócioafetiva pleiteados apenas formalizarão os vínculos já existentes, nutridos durante todos esses anos. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, declaro a adoção e a maternidade socioafetiva entre Mauro Mager, Cleonice Rezende Albuquerque e Yuri Albuquerque Vital, com fundamento no art. 1.619 do Código Civil c/c art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Em decorrência da adoção civil, autorizo a inclusão do patronímico paterno ao nome do adotando, que passará a se chamar "Yuri Albuquerque Mager", conforme requerido. Ademais, determino a exclusão do nome do pai biológico, Márcio Luiz Taques Vital e, também dos avós paternos, Claudemiro da Costa Vital e Ana Taques Vital, do registro civil de nascimento do adotando. Via de consequência, promova-se a inclusão do nome do pai, Mauro Mager e dos avós paternos, Eduardo Mager e Fani Pydd Mager e da mãe socioafetiva, Cleonice Rezende Albuquerque. Transitada em julgado, cumpridas as formalidades legais e baixas necessárias, arquivem-se os autos independentemente de nova determinação. Custas recolhidas. P.I.C. Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

2ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1048408-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. M. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. A. C. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO MACHADO DA COSTA JUNIOR OAB - MT5682-O (ADVOGADO(A))
NALIAN BORGES CINTRA MACHADO OAB - MT14100-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da CNGC/MT, impulsiono o feito a fim de intimar a parte autora para, no prazo de 5 dias, apresentar nos autos a(s) guia(s) e o(s) comprovante(s) de pagamento da(s) diligência(s) do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça. Informo que a emissão da(s) guia(s) para pagamento da(s) diligência(s) deverá ser realizada no sítio eletrônico deste Tribunal, no link "Emissão de Guias Online".

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1004359-40.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DAMARES HELENA DE SOUZA SILVA (REQUERENTE)
CASSIO VINICIUS DE SOUZA SILVA (REQUERENTE)
EDA MARIA DE SOUZA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YARA TAINA DA SILVA OLIVEIRA NEVES OAB - MT23450/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAMASIO DA CONCEICAO SILVA (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
SERGIO VALERIO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo n°. 1004359-40.2018.8.11.0041 Vistos. Retornem os autos à Secretaria, para expedição do formal de partilha. Às providencias. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1041297-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. J. C. D. C. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. O. F. (REQUERIDO)
J. D. A. C. J. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1041297-97.2019.8.11.0041. REQUERENTE: MARILEI JOSE CURVO DE CAMPOS REQUERIDO: JOSENIL DE ARRUDA CAMPOS JUNIOR, JHOICY DE OLIVEIRA FERREIRA Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos dos artigos 98 e 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Trata-se de Ação de Guarda c/c Alimentos proposta por Marilei Jose Curvo de Campos, em desfavor de Josenil de Arruda Campos Junior e Jhoicy de Oliveira Ferreira, requerendo a guarda de Letícia Fernanda de Oliveira Campos (6 anos), todos devidamente qualificados nos autos. Narra a exordial que, a requerente é avó paterna da menina, de quem esta recebe o auxilio e os cuidados necessários para o seu pleno desenvolvimento, desde os seus 2 (dois) anos de vida. Afirma, ainda, que os pais da criança não possuem interesse na guarda da infante, eis que, o genitor encontra-se recluso no Centro de Ressocialização de Cuiabá e a mãe mesmo morando na mesma cidade tem pouco contato com a filha. Requer, assim, a regularização da guarda de Letícia Fernanda de Oliveira Campos. É o necessário à análise e decisão. O documento juntado no id. 24107143, demonstra o vínculo de parentesco existente entre a autora e a infante, posto que são avó e neta. Observando-se as informações trazidas à luz, não resta dúvida de que, neste momento, o deferimento do pedido de guarda em favor da autora, traz reais vantagens para a criança, sendo providência que atende ao seu maior interesse, regularizando a situação fática existente. Diante do exposto e de tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 33 do ECA, defiro o pedido de tutela de urgência, pelo que concedo a guarda provisória de Letícia Fernanda de Oliveira Campos à requerente, Marilei Jose Curvo de Campos e aos requeridos Josenil de Arruda Campos Junior e Jhoicy de Oliveira Ferreira na forma compartilhada, até ulterior deliberação, com a residência fixa na residência da avó paterna, e a convivência dos genitores de forma livre. Considerando a relação de parentesco entre a infante e os requeridos, conforme atesta a certidão de nascimento, defiro os alimentos provisórios a filha menor Letícia Fernanda de Oliveira Campos, que arbitro, por ora, em 30% (trinta por cento) do salário mínimo, incidindo inclusive, sobre férias e 13º salário, quando houver, para cada genitor. O valor dos alimentos deverá ser depositado, até o dia 10 (dez) de cada mês, na conta bancária indicada pela parte autora no item "7" da exordial – id. 24107150. O trinômio necessidade/possibilidade/proporcionalidade será aferido em momento oportuno, após exaurimento da cognição. Designo audiência de conciliação para o dia 04 de março de 2020, às 15h00min. Se não houver acordo, os requeridos terão, a partir daquela data, o prazo de 15 (quinze) dias para contestar, por intermédio de advogado, sob pena de revelia. Em razão da presente decisão, determino: Proceda-se com a realização de estudo psicossocial do caso, no prazo de 60 (sessenta) dias. Com o relatório, digam as partes, no prazo legal. Após, colha-se o parecer do Ministério Público. REQUISITE-SE o requerido no Centro de Ressocialização de Cuiabá. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 26 de novembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1039353-94.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE ENOIR DE MORAES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARENIR SANTANA DE MORAES (REQUERIDO)

Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PRAZO: 20 DIAS PROCESSO Nº. 1039353-94.2018.8.11.0041 ESPÉCIE: INTERDIÇÃO REQUERENTE: JOYCE ENOIR DE MORAES ADVOGADO(A) DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO INTERDITADA: ARENIR SANTANA DE MORAES, brasileiro, inscrita no RG nº. 0005621-9 SEPS/MT e CPF nº. 176.061.441-68, natural de Cuisbá/MT, nascida em 30/08/1959, filiação: Silverio Francisco de Moraes e Maria Lucidia de Moraes FINALIDADE: DAR CIÊNCIA AOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE TIVER CONHECIMENTO QUE, POR ESTE JUÍZO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CUIABÁ/MT, PROCESSOU OS PRESENTES AUTOS DE INTERDIÇÃO JULGADA PROCEDENTE EM 13/12/2019, COM A NOMEAÇÃO DA REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADA E QUALIFICADA COMO CURADORA DEFINTIVA DA INTERDITADA ARENIR SANTANA DE MORAES, ACIMA QUALIFICADA. SENTENÇA: "Vistos.Joyce Enoir de Moraes propôs a presente Ação de Curatela em face de Arenir Santana de Moraes. (...) Relatou que é filha da requerida, e esta, por sua vez, é portadora de esquizofrenia residual (CID 10 F 20.5), estando incapacitada a exercer os atos da vida civil. (...). É o relatório. DECIDO. Constata-se dos autos que a autora busca a curatela de sua mãe, que em virtude de ser portadora de esquizofrenia, não está apta para a prática dos atos da vida civil e também para os particulares, sendo dependente de terceira pessoa na defesa de seus interesses, conforme consta do atestado firmado pela médica especialista em saúde mental, Dra. Maria José da Silva, CRM – MT 1979, senão vejamos: “Portadora de transtorno mental de evolução crônica. Iniciou tratamento nesta Unidade de Saúde Mental em 14/04/2014, sendo responsável por seus cuidados, sua filha Joyce Enoir de Moraes, RG 1397262-6 SSP/MT CID: F70.” (ID n. 6720138). (...) Ante o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, julgo procedente o pedido e, por conseguinte, nomeio a senhora Joyce Enoir de Moraes como curadora definitiva à requerida Arenir Santana de Moraes. Por fim declaro extinto o processo com julgamento de mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Em obediência ao disposto no art. 755, § 3º do Código de Processo Civil, assim como no art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se o presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Dê-se ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, expeça-se o necessário, certifique-se e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Sem custas. P. I. C. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Sergio Valério – Juiz de Direito”. ADVERTÊNCIA: Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o presente Edital será publicado por uma vez no Diário da Justiça e afixado cópia no local de costume. Cuiabá - MT, 16 de dezembro de 2019. Evaneide Martins de Freitas do Amaral Gestora Judiciária No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 136282 Nr: 20927-76.2003.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IAN
PARTE(S) REQUERIDA(S): HLDP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTHIANNE NIGRO PIMENTA - OAB:6.674/MT, SEBASTIÃO DA SILVA GREGORIO - OAB:1752
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLINO DE CAMPOS NETO - OAB:7461
Nos termos do Provimento Nº 56/2007-CGJ e em cumprimento ao capítulo 2, seção 10, art. 431, da CNGC deste Tribunal, remeto o presente expediente a matéria para imprensa, a fim de intimar Vossa Senhoria, na qualidade de advogado(a), a devolver neste Juízo, no prazo de 3 dias, o processo epigrafado, sob pena de busca e apreensão, bem como, da aplicação das penalidades do art. 234, § 2º, do CPC.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 382756 Nr: 18303-44.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JMDDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): VMDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANETH GLÁUCIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NÚCLEO CÍVEL
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADÃO BENEDITO DA SILVA - OAB:8511
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) ADÃO BENEDITO DA SILVA, para devolução dos autos nº 18303-44.2009.811.0041, Protocolo 382756, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 398925 Nr: 32072-22.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JMDDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): JEAS, JEAS, JJDS, VMDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANETH GLÁUCIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NÚCLEO CÍVEL
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADÃO BENEDITO DA SILVA - OAB:8511/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) ADÃO BENEDITO DA SILVA, para devolução dos autos nº 32072-22.2009.811.0041, Protocolo 398925, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1104650 Nr: 12412-95.2016.811.0041
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LAYANE DE PAULA ALVES, LAYZE DE PAULA ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE IZAEL MOREIRA ALVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KLEYTON ALVES DE OLIVEIRA - OAB:16240
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) LISEANE PERES DE OLIVEIRA, para devolução dos autos nº 12412-95.2016.811.0041, Protocolo 1104650, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Notificação

Notificação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1047239-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. B. D. S. (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. R. D. S. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1047239-13.2019.8.11.0041. Vistos. Diante da certidão de id. 27420358, que manifesta o equívoco do despacho, EXPEÇA-SE ofício para adequar os descontos em folha, ou seja, minorando para o percentual de 10% (dez por cento). Expeça-se com urgência. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

4ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1013177-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. M. (AUTOR(A))
L. B. D. S. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO IVO NICODEMOS OAB - GO50042 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. B. M. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT _____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1013177-44.2019.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: LEONARDO BALIEIRO DOS SANTOS MENESES Endereço: RUA SAN FRANCISCO, 410, Ed. Garden Shangri-la, JARDIM CALIFÓRNIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78070-370 Nome: LUISA MATOS Endereço: RUA SAN FRANCISCO, 410, Ed. Garden Shangri-la, JARDIM CALIFÓRNIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78070-370 REQUERIDO: Nome: JULIA BALIEIRO MATOS Endereço: RUA SAN FRANCISCO, 410, Ed. Garden Shangri-la, JARDIM CALIFÓRNIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78070-370 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor da expedição do oficio conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária _____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1018508-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA FERREIRA DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ALEXANDRE SCHOFFEN OAB - MT10657-O (ADVOGADO(A))
ADRIANA FERREIRA DE JESUS OAB - 030.403.071-69 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCELINO PINHO DE HUNGRIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS KENJI TANAKA OAB - MT20773-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO GILPERES FERNANDES DA SILVA FINALIDADE: PROCEDER À INTIMAÇÃO DO REQUERIDO POR INTERMÉDIO DE SEU D. PATRONO para vista dos autos, no prazo legal, consoante Decisão Judicial Id n. 23491701. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018608-30.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE ALVES DE LIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILBERTO JUNIOR DE LIMA NUNES (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE 2 ª PUBLICAÇÃO DE INTERDIÇÃO PRAZO: 10 DIAS Dados do Processo: Processo: 1018608-30.2017.8.11.004. Parte Autora: Marlene Alves de Lima da Silva Parte Requerida: Gilberto Junior de Lima Nunes FINALIDADE: INTIMAÇÃO DAS PARTES E DEMAIS INTERESSADOS PARA TOMAREM CIÊNCIA DA SENTENÇA DE NOMEAÇÃO DA PARTE: Marlene Alves de Lima da Silva, COMO CURADOR (A), DO INTERDITADO (A):Gilberto Junior de Lima Nunes, PARA: EMPRESTAR, TRANSIGIR, DAR QUITAÇÃO, ALIENAR, HIPOTECAR, DEMANDAR OU SER DEMANDADA, E PRATICAR, EM GERAL, OS ATOS QUE NÃO SEJAM DE MERA ADMINISTRAÇÃO, (CF. ART. 1.782 DO CÓDIGO CIVIL), DEVENDO, PORTANTO, O CURADOR (A) SE RESPONSABILIZAR, AINDA, PELOS CUIDADOS RELACIONADOS À ENFERMIDADE DO (A) CURATELADO (A) E SEU BEM-ESTAR (SAÚDE E SUBSISTÊNCIA), (ART. 758 DO CPC). SENDO TERMINANTEMENTE VEDADA, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, A ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS OU DE QUALQUER NATUREZA, EVENTUALMENTE PERTENCENTES AO CURATELADO (A), E, AINDA, A PROIBIÇÃO DO CURADOR(A) FAZER EMPRÉSTIMO BANCÁRIO/FINANCIAMENTO, EM NOME DO INTERDITANDO (A), SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL; OBRIGANDO-SE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUA ADMINISTRAÇÃO, QUANDO SOLICITADAS. REQUERENDO O QUE ENTENDER CABÍVEL. SENTENÇA: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1018608-30.2017.8.11.004. Ação: Interdição c/c tutela de urgência liminar. Vistos, etc... Trata-se de Ação de Interdição c/c tutela de urgência liminar movida por Marlene Alves de Lima da Silva, em face de Gilberto Junior de Lima Nunes, ambos qualificados nos autos, sob o argumento, em síntese, de que é mãe do Requerido, o qual possui memória comprometida, distúrbios do pensamento e de senso percepção, afetividade comprometida, pragmatismo rebaixado, não possuindo, assim, capacidade para se auto gerir, dependendo de terceiros para realização de todos os cuidados relacionados à sua higiene e alimentação. Diante disso, pede a procedência da ação para fins de que seja decretada a interdição do Requerido e nomeada a Requerente sua Curadora. O pedido veio instruído com os documentos necessários a propositura da ação. Realizada audiência, o Requerido foi entrevistado e respondeu as perguntas que lhe foram feitas. Na mesma oportunidade, a Requerente esclareceu que o Requerido é um bom filho, mas em alguns momentos ele sorri e conversa sozinho e às vezes tem algumas crises, bem como informou que o mesmo não possui nenhum bem móvel ou imóvel. Em seguida, foi antecipado parcialmente os efeitos da tutela pretendida, nomeando a Requerente curadora provisória do Requerido e determinada outras providências, Id n. 9141004. Certidão informando que não houve impugnação pelo Requerido, Id n. 9908856. A d. Curadora especial nomeada apresentou contestação por negativa geral, Id n. 10094292, requerendo a realização de perícia médica para fins de que seja averiguada a gravidade da enfermidade do Requerido, com a consequente avaliação quanto a incapacidade absoluta ou relativa do mesmo. A Requerente4 postulou pelo agendamento de nova pericia psiquiátrica, Id n. 15922911. Relatório de estudo social acostado sob o Id n. 19404998. O Ministério Público opinou pela procedência do pedido, Id n. 20154512. Relatei. Fundamento e Decido. Antes de tudo, em que pese o requerimento da d. Curadora para realização de perícia médica para fins de que seja averiguada a gravidade da enfermidade do Requerido e da Requerente para que seja reagendada nova data para perícia, entendo, nesta oportunidade, desnecessária, uma vez que se

encontram acostadas aos autos provas suficientes da incapacidade do Requerido. Ademais, acrescente-se a isso que, desde maio de 2018, o Estado de Mato Grosso não disponibiliza médico especializado para fins de realização de perícia médica. Assim, indefiro o postulado e passo a análise do pedido inicial. Ressalto que é aplicável, inclusive aos processos em curso, em face do direito intertemporal e, neste caso, por assegurar os interesses das pessoas com deficiência, o vigente Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e o "Estatuto da Pessoa Com Deficiência", também em vigor, (Lei 13.146/2015). Assim sendo, necessário observar, ainda, que de acordo com art. 747 do CPC, a legitimidade da Requerente encontra-se comprovada nos autos, que bem demonstra que ela é mãe do Interditando, Id n. 8147943. Desta feita, é possível o julgamento do processo, no estado em que se encontra. Não se pode olvidar, também, que o "Estatuto da Pessoa com Deficiência" (Lei 13.146/2015), revogou o inciso II do art. 3º Código Civil, que estabelecia incapacidade absoluta das pessoas com "enfermidade ou deficiência mental", objetivando a "Inclusão da Pessoa com Deficiência", tanto é que em seu artigo 10 estabelece o seguinte: "Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida". Além do mais, por ser medida extraordinária, a curatela, de regra, conforme dicção do art. 85 da Lei 13.146/2015: "afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial". Dito isso, no caso em exame, verifica-se que é possível à interdição, nos termos da legislação, tendo em vista o laudo médico de Id n. 8147954 e laudo pericial, Id n. 8147966 este último realizado por médico perito junto a Seção Judiciária de Mato Grosso – Juizado Especial Federal - no processo n. 0015444-16.2016.4.01.3600, que tramit(a)ou perante a 9ª Vara Federal, nos quais atestam a incapacidade do Requerido. Realizado estudo social, Id n. 19404998, "(...) No contato com o interditado, verificou-se que este não possui condição de cuidar de si e de gerir os atos da vida civil, sendo dependente de terceiros para as atividades diárias (...)". Sendo possível, dessa forma, constatar as dificuldades pessoais enfrentadas pelo Requerido, decorrentes da doença, suas limitações e os cuidados que esta exige. Ademais, observou-se, ainda, que o Requerido vem recebendo todos os cuidados necessários ao seu bem estar. Neste sentido, aliás, já se decidiu: "(...) Diante dos documentos juntados aos autos, é induvidosa a necessidade de interdição do apelante, não sendo necessária a realização de exame pericial". Precedentes TJRS. APELO IMPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70075095596, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Leomar Bruxel, Julgado em 06/12/2018) Ainda: "(...) Nos termos do art. 370 do CPC, sopesando que o atestado médico e o parecer psicológico comprovam que a curatelada é permanentemente incapaz para praticar os atos da vida civil em razão de ser acometido de esquizofrenia paranoide e retardo mental moderado, despicienda, na hipótese em comento, a realização de prova pericial. (...)". (Apelação Cível Nº 70080344674, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 25/04/2019) Para Maria Helena Diniz: "A curatela é o encargo público cometido, por lei, a alguém para reger e defender uma pessoa e administrar os bens de maiores incapazes, que, por si sós, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental" (RT 529/80 - In Código Civil Anotado - p. 387). Quanto à nomeação do curador, Humberto Theodoro Júnior comenta: "A novel ordem jurídica alinhou-se à tendência jurisprudencial. Assim, será nomeado pessoa que melhor atenda aos interesses do curatelado (NCPC, art. 755, § 1º (...) Não mais é acolhida a disposição que assegura ao cônjuge ou companheiro o direito de ser curador do outro, quando interdito. " (In Curso de Direito Processual Civil, Volume II, Editora Forense, 50ª edição - 2016, pág. 537). Diante deste contexto, no caso em pauta, a indicação pode e deve recair sobre a pessoa da Requerente- mãe - do Interditando, que deverá exercer o encargo da curatela primordialmente no resguardo dos interesses do Interditando - a seguir melhor delimitados - inclusive quanto à subsistência e acompanhamento de sua enfermidade, para fins de recuperação, se possível, (art. 758 do CPC), em consonância, aliás, com o entendimento doutrinário: "O art. 758 do CPC/2015 dispõe sobre princípio que está na base do art. 1.776 do CC/2002 ("Havendo meio de recuperar o interdito, o curador promover-lhe-á o tratamento em estabelecimento apropriado"). Reconhece-se, assim, que o procedimento de interdição é voltado, sobretudo, à proteção do interditando, cuja autonomia só deve ser reduzida em hipóteses excepcionais (cf. comentário ao art. 747 do CPC/2015)." (in Novo Código de Processo Civil Comentado: notas comparativas ao CPC/1973, José Miguel Garcia Medina, 3ª ed. RT – 2015)

Pelo exposto, e mais que dos autos consta, decreto a interdição de Gilberto Junior de Lima Nunes até eventual cessação da incapacidade, nomeando-lhe curadora na pessoa de sua mãe Marlene Alves de Lima da Silva, com fundamento no art. 755, § 1º do CPC e 84 §§ 1º e 3º e art. 85 da Lei 13.146/2015, em razão da incapacidade de realizar pessoalmente atos da vida civil, de natureza patrimonial e negocial, para os quais necessitará da curadora nomeada, especialmente: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração, (cf. art. 1.782 do Código Civil), devendo, portanto, a curadora se responsabilizará, ainda, pelos cuidados relacionados à enfermidade do curatelado e seu bem-estar (saúde e subsistência), (art. 758 do CPC). Lavre-se termo ou alvará de curatela definitiva, art. 759 CPC e art. 1.012 § 1º CPC, devendo constar que é terminantemente vedada, sem autorização judicial, a alienação ou oneração de bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, acaso pertencentes ao curatelado, e, ainda, a proibição da Curadora fazer empréstimo bancário/financiamento, em nome do interditado, sem autorização judicial; obrigando-se à prestação de contas de sua administração, quando solicitadas. Dispensada a especialização de hipoteca legal ou caução, diante da idoneidade da curadora (mãe do interditado) e, ainda, pela ausência de notícia de patrimônio, considerável/significante a ser administrado. Em obediência ao disposto no artigo 755, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil de 2015 e no artigo 9º III, do Código Civil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais, publicando-se no DJE e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, por 6 (seis) meses, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital o nome do interditado, da Curadora e os limites da curatela, neste caso em razão da necessidade de intervenção da Curadora para a validade dos atos da vida civil/administração de natureza patrimonial e negocial do interditado, em especial art. 1.782 do Código Civil. Ciência ao Ministério Público. Sem custas nos termos dos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, certifique e arquivem os autos com as cautelas de estilo, anotações e baixas necessárias. P.I.C. Assinado eletronicamente por: GILPERES FERNANDES DA SILVA 21/05/2019 14:49:04 https://m.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAMGFTDJKN ID do documento: 20164980 PJEDAMGFTDJKN OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1038048-12.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELDER QUEIROZ DOS SANTOS OAB - MT11711-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOACIR DOS SANTOS (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE 1ª PUBLICAÇÃO DE INTERDIÇÃO PRAZO: 10 DIAS Dados do Processo: Processo: Numero: 1038048-12.2017.8.11.0041 Parte Autora: REQUERENTE: VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS Parte Requerida: REQUERIDO: MOACIR DOS SANTOS FINALIDADE: INTIMAÇÃO DAS PARTES E DEMAIS INTERESSADOS PARA TOMAREM CIÊNCIA DA SENTENÇA DE NOMEAÇÃO DA PARTE: Valmir Alaercio dos Santos, COMO CURADOR (A), DO INTERDITADO (A): Moacyr dos Santos_, PARA: EMPRESTAR, TRANSIGIR, DAR QUITAÇÃO, ALIENAR, HIPOTECAR, DEMANDAR OU SER DEMANDADA, E PRATICAR, EM GERAL, OS ATOS QUE NÃO SEJAM DE MERA ADMINISTRAÇÃO, (CF. ART. 1.782 DO CÓDIGO CIVIL), DEVENDO, PORTANTO, O CURADOR (A) SE RESPONSABILIZAR, AINDA, PELOS CUIDADOS RELACIONADOS À ENFERMIDADE DO (A) CURATELADO (A) E SEU BEM-ESTAR (SAÚDE E SUBSISTÊNCIA), (ART. 758 DO CPC). SENDO TERMINANTEMENTE VEDADA, SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, A ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS OU DE QUALQUER NATUREZA, EVENTUALMENTE PERTENCENTES AO

CURATELADO (A), E, AINDA, A PROIBIÇÃO DO CURADOR(A) FAZER EMPRÉSTIMO BANCÁRIO/FINANCIAMENTO, EM NOME DO INTERDITANDO (A), SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL; OBRIGANDO-SE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUA ADMINISTRAÇÃO, QUANDO SOLICITADAS. REQUERENDO O QUE ENTENDER CABÍVEL. SENTENÇA: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1038048-12.2017.8.11.0041 Ação: Interdição com pedido de Curatela provisória em antecipação de tutela. Vistos, etc... Trata-se de Ação de Interdição com pedido de Curatela provisória em antecipação de tutela movida por Valmir Alaercio dos Santos, em face de Moacyr dos Santos, ambos qualificados nos autos, sob o argumento, em síntese, de que o Requerido residia no município de Ivinhema/MS, até o início do mês de maio de 2014, porém, devido à idade avançada, por começar a apresentar sintomas de demência, em razão de ser portador de Mal de Alzheimer e diante da necessidade de ter maior atenção e apoio, o mesmo se mudou com sua esposa para esta Capital. Esclarece que atualmente o Requerido não mais possui o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, sendo incapaz de reger sua pessoa e seus bens. Informa que é o filho mais velho do Requerido e o único residente nesta Capital, e que sua mãe, esposa do Requerido, também é idosa, e, por isso, não tem interesse, condições e capacidade para assumir a curatela, restando o encargo e a incumbência ao Requerente. Pede, ao final, seja julgado procedente o pedido. O pedido veio instruído com os documentos necessários a propositura da ação. Por decisão, Id n. 11287264, foi antecipado os efeitos da tutela pretendida, nomeando o Requerente Curador provisório do Requerido e, ainda, determinada outras providências. O d. Curador Especial nomeado apresentou contestação/impugnação por negativa geral, Id n. 11633441. Relatório de estudo social acostado sob o Id n. 11699371. Laudo técnico psiquiátrico acostado sob o Id n. 22149928. Certidão informando que não houve impugnação pelo Requerido, Id n. 22172652. O Ministério Público opinou pela procedência do pedido para fins de que seja decretada a interdição do Requerido e nomeado o Requerente seu Curador, Id n. 22552568. O d. Curador Especial manifestou no Id n. 22949784, salientando que o laudo pericial, bem como o estudo social realizado afluem no sentido de que o Requerido não possui capacidade de reger sua pessoa e administrar seus bens na esfera civil, necessitando, portanto, de auxílio para o exercício de tais atos. Diante disso, requereu seja julgado procedente o pedido, a fim de que seja decretada a interdição do Requerido para fins de nomear como seu curador o Requerente. Relatei. Fundamento e Decido. Antes de tudo, necessário observar que de acordo com art. 747 do CPC, a legitimidade do Requerente encontra-se comprovada nos autos, que bem demonstra que ele é filho do Interditando. Desta feita, é possível o julgamento do processo, no estado em que se encontra. Não se pode olvidar, também, que o "Estatuto da Pessoa com Deficiência" (Lei 13.146/2015), revogou o inciso II do art. 3º Código Civil, que estabelecia incapacidade absoluta das pessoas com "enfermidade ou deficiência mental", objetivando a "Inclusão da Pessoa com Deficiência", tanto é que em seu artigo 10 estabelece o seguinte: "Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida". Além do mais, por ser medida extraordinária, a curatela, de regra, conforme dicção do art. 85 da Lei 13.146/2015: "afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial". Dito isso, no caso em exame, verifica-se que é possível à interdição, nos termos da legislação, tendo em vista o laudo técnico psiquiátrico, Id n. 22149928, conclusivo no sentido de que: "Segundo a avaliação realizada no paciente em 29/07/2019 o mesmo é portador de patologia CID 10 F00 (Demência na doença de Alzheimer) e não apresenta condições de gerir sua vida civil, e necessita de auxílio de terceiros para realizar todos os atos básicos de sua vida tanto para se alimentar quanto para cuidados de higiene pessoal". Neste sentido, aliás: "(...) É de ser mantida sentença que em pedido de interdição, julga-o procedente quando é constatado pelo exame médico pericial que o interditando encontra-se incapacitado para se auto conduzir e administrar seus bens. (...). Hipótese em que o laudo social e perícia médica, muito bem fundamentada, atestam que a interditada não tem o necessário discernimento completo para os atos da vida civil, deve ser decretada sua interdição. (...)" (TJMG - Apelação Cível 1.0702.11.051543-5/014, Relator(a): Des.(a) Belizário de Lacerda, 7ª Câmara Cível, julgamento em 17/04/2018, publicação da súmula em 24/04/2018) Ainda: "(...) A interdição, por se tratar de medida extrema, apenas pode ser deferida quando as provas produzidas nos autos não deixam margem à dúvida de ser o interditando incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens. (...)". (TJMG - Apelação Cível 1.0145.14.067623-3/001, Relator(a): Des.(a) Audebert Delage , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/08/2018, publicação da súmula em 20/08/2018) Para Maria Helena Diniz: "A curatela é o encargo público cometido, por lei, a alguém para reger e defender uma pessoa e administrar os bens de maiores incapazes, que, por si sós, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental" (RT 529/80 - In Código Civil Anotado - p. 387). Quanto à nomeação do curador, Humberto Theodoro Júnior comenta: "A novel ordem jurídica alinhou-se à tendência jurisprudencial. Assim, será nomeado pessoa que melhor atenda aos interesses do curatelado (NCPC, art. 755, § 1º (...) Não mais é acolhida a disposição que assegura ao cônjuge ou companheiro o direito de ser curador do outro, quando interdito. " (In Curso de Direito Processual Civil, Volume II, Editora Forense, 50ª edição - 2016, pág. 537). Diante deste contexto, no caso em pauta, a indicação pode e deve recair sobre a pessoa do Requerente- filho - do Interditando, que deverá exercer o encargo da curatela primordialmente no resguardo dos interesses do Interditando - a seguir melhor delimitados - inclusive quanto à subsistência e acompanhamento de sua enfermidade, para fins de recuperação, se possível, (art. 758 do CPC), em consonância, aliás, com o entendimento doutrinário: "O art. 758 do CPC/2015 dispõe sobre princípio que está na base do art. 1.776 do CC/2002 ("Havendo meio de recuperar o interdito, o curador promover-lhe-á o tratamento em estabelecimento apropriado"). Reconhece-se, assim, que o procedimento de interdição é voltado, sobretudo, à proteção do interditando, cuja autonomia só deve ser reduzida em hipóteses excepcionais (cf. comentário ao art. 747 do CPC/2015)." (in Novo Código de Processo Civil Comentado: notas comparativas ao CPC/1973, José Miguel Garcia Medina, 3ª ed. RT – 2015) Pelo exposto, e mais que dos autos consta, decreto a interdição de Moacyr dos Santos até eventual cessação da incapacidade, nomeando-lhe curador na pessoa de seu filho Valmir Alaercio dos Santos, com fundamento no art. 755, § 1º do CPC e 84 §§ 1º e 3º e art. 85 da Lei 13.146/2015, em razão da incapacidade de realizar pessoalmente atos da vida civil, de natureza patrimonial e negocial, para os quais necessitará do curador nomeado, especialmente: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração, (cf. art. 1.782 do Código Civil), devendo, portanto, o curador se responsabilizará, ainda, pelos cuidados relacionados à enfermidade do curatelado e seu bem-estar (saúde e subsistência), (art. 758 do CPC). Lavre-se termo ou alvará de curatela definitiva, art. 759 CPC e art. 1.012 § 1º CPC, devendo constar que é terminantemente vedada, sem autorização judicial, a alienação ou oneração de bens móveis, imóveis ou de quaisquer natureza, acaso pertencentes ao curatelado, e, ainda, a proibição do Curador fazer empréstimo bancário/financiamento, em nome do interditado, sem autorização judicial; obrigando-se à prestação de contas de sua administração, quando solicitado. Dispensada a especialização de hipoteca legal ou caução, diante da idoneidade do curador (filho do interditado) e, ainda, pela ausência de notícia de patrimônio, considerável/significante a ser administrado. Em obediência ao disposto no artigo 755, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil de 2015 e no artigo 9º III, do Código Civil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais, publicando-se no DJE e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, por 6 (seis) meses, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital o nome do interditado, do Curador e os limites da curatela, neste caso em razão da necessidade de intervenção do Curador para a validade dos atos da vida civil/administração de natureza patrimonial e negocial do interditado, em especial art. 1.782 do Código Civil. Ciência ao Ministério Público. Custas já pagas. Transitada em julgado, certifique e arquivem os autos com as cautelas de estilo, anotações e baixas necessárias. P.I.C. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1039379-92.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
K. D. S. G. (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
BEATRIZ APARECIDA TRINDADE DOS SANTOS OAB - 027.040.141-59 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
R. B. G. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALISSON RAMON DE PAULA MARIANO OAB - MT16173/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 20 DIAS Dados do Processo: Processo: Numero: 1039379-92.2018.8.11.0041 Parte Autora: AUTOR(A): KARINY DOS SANTOS GONÇALVES REPRESENTANTE: BEATRIZ APARECIDA TRINDADE DOS SANTOS Parte Requerida: RÉU: ROBERTO BARBOSA GONCALVES FINALIDADE: Intime-se a Exequente, através de sua representante legal, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar nos autos, requerendo o que entender cabível, apresentando, inclusive, demonstrativo de débito atualizado, caso ainda haja dívida a ser adimplida, sob pena de extinção e arquivamento. DECISÃO: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1039379-92.2018.8.11.0041 Ação: Cumprimento de Sentença Vistos, etc... Trata-se de pedido de Cumprimento de Sentença distribuída a esta Vara Especializada por força da declinação de competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Pontes e Lacerda. Dito isso, intime-se a Exequente, através de sua representante legal, pessoalmente, observando-se o endereço de Id n. 16475373, pág. 2, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar nos autos, requerendo o que entender cabível, apresentando, inclusive, demonstrativo de débito atualizado, caso ainda haja dívida a ser adimplida, sob pena de extinção e arquivamento. Não sendo a representante legal da Exequente encontrada para intimação pessoal, intime-a, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar nos autos, requerendo o que entender cabível, apresentando, inclusive, demonstrativo de débito atualizado, caso ainda haja dívida a ser adimplida, sob pena de extinção e arquivamento. Após, dê-se vista dos autos ao d. Defensor Público, para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se foi procurado ou não para dar prosseguimento ao feito. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1039506-30.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. F. R. G. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA DA SILVA RIBEIRO OAB - 000.841.891-85 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. G. D. S. (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 20 DIAS Dados do Processo: Processo: Numero: 1039506-30.2018.8.11.0041 Parte Autora: EXEQUENTE: LAIS FERNANDA RIBEIRO GONCALVES REPRESENTANTE: LARISSA DA SILVA RIBEIRO Parte Requerida: EXECUTADO: AGNALDO GONCALVES DA SILVA FINALIDADE: Intime-se a Exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço onde o Executado poderá ser encontrado. DECISÃO: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1039506-30.2018.8.11.0041 Ação: Cumprimento de Sentença Vistos, etc... Trata-se de pedido de Cumprimento de Sentença, proposto por L. F. R. G., representada por sua genitora, em desfavor de Agnaldo Gonçalves da Silva, todos devidamente qualificados nos autos, objetivando inicialmente o recebimento das prestações alimentícias em atraso, sob pena de prisão. Instruiu a inicial com os documentos necessários a propositura da ação. Intimado, o Executado apresentou comprovante de pagamento do débito alimentar, Id n. 17530272. Posteriormente, a Exequente pleiteou pela prisão civil do Executado, uma vez que, segundo afirma, ele não adimpliu os débitos de novembro/2018 a janeiro/2019 e 13º salário de dezembro/2018, Id n. 18104543. Parecer Ministerial acostado aos autos sob o Id n. 18563729, opinando pela prisão civil do Executado. Oficiada para proceder os descontos em folha de pagamento do Executado, fora informado pela empresa que ele não pertence ao quadro de funcionário desde 11/03/2019. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. De início, constata-se nos autos que, o Executado, mesmo sendo intimado pessoalmente para pagar o débito alimentar vencido e mais as prestações que se venceram no curso do processo, não efetuou, posto que adimpliu, apenas, as prestações anteriores ao ajuizamento da execução, conforme afirmado pela parte Exequente. Isso, só demonstra o seu descaso em relação a sua prole, que necessita dos alimentos para se manter/sobreviver, restando como única alternativa a este Julgador a decretação da prisão civil como medida drástica, extrema e excepcional que, in casu, se torna necessária. Evocamos, os ensinamentos de Yussef Said Cahali, aplicáveis ao caso sub judice, que, discorrendo sobre os motivos ensejadores da prisão civil, afirma: "... Decreta-se a prisão civil, não como pena, não com o fim de punir o executado pelo fato de não ter pago a prestação alimentícia, mas sim com o fim, muito diverso, de coagi-lo a pagar. Lembrando Bellot, a prisão civil é meio de experimentar a solvabilidade, ou de vencer a má vontade daquele que procura ocultar o que possui." (g.n.) Registra-se, por oportuno, que de acordo com o § 7º do art. 528 do CPC, "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo". Pelo exposto e com fundamento no art. 528 § 3º do CPC, DECRETO a prisão civil de Agnaldo Gonçalves da Silva, pelo prazo de 90 (noventa) dias, ficando automaticamente revogada ou suspensa com o pagamento do débito ora executado. Expeça-se mandado de prisão pelo Sistema BNMP – 2.0 – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – cujo mandado terá validade pelo período de 03 (três) anos, constando ainda expressamente no mandado a observação de que havendo o pagamento integral ou se decorrido o prazo de prisão, deverá o executado ser colocado imediatamente em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. A Autoridade Policial encarregada do cumprimento do mandado de prisão, deve se acautelar no sentido de que o conduzido/executado deverá ser recolhido em local apropriado, separado dos presos comuns (art. 528, § 4º CPC). Sem prejuízo do acima determinado, intime-se a Exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço onde o Executado poderá ser encontrado. Se informado o endereço, expeça-se mandado de prisão a ser cumprido por Oficial de Justiça, fazendo constar a mesma observação acima. Cumpra-se, expedindo o necessário. Após, aguarde-se o cumprimento do Mandado de Prisão ou manifestação de uma das partes. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1013552-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. S. R. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDIVAN FREITAS VIEIRA OAB - MT11192-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. E. D. A. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 20 DIAS Dados do Processo: Processo: Numero: 1013552-79.2018.8.11.0041 Parte Autora: REQUERENTE: JOCINETE DA SILVA ROSA ALMEIDA Parte Requerida: REQUERIDO: ALEX EVANDRO DE ALMEIDA FINALIDADE: Intime-se a Requerente Jocinete da Silva Rosa Almeida para que manifeste

interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação. DESPACHO: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Termo de Audiência Autos n. 1013552-79.2018.8.11.0041 – PJe – Divórcio Litigioso Finalidade: Conciliação Local/Data/Horário: Cuiabá, 12 de julho de 2018, às 14:45 horas P r e s e n t e s Conciliadora: - Zamaris Patrícia Dias de Souza Ocorrência: Feito o pregão às 14:44 horas, foi aberta a audiência. Restou prejudicada a tentativa de conciliação, em razão da ausência da Requerente e seu patrono. Ausente também o Requerido, o qual não foi citado e intimado, conforme id. 13942297. Deste modo, encaminho os autos ao MM. Juiz para deliberações. (audiência encerrada às 14:47 horas) DELIBERAÇÕES Em seguida foi proferido o seguinte despacho: Vistos, etc... Intime-se a Requerente, na pessoa do seu advogado para, em 15 (quinze) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Havendo interesse, manifeste-se acerca da certidão negativa de id. 13942297. Não havendo manifestação por parte do advogado, intime-se pessoalmente a Requerente Jocinete da Silva Rosa Almeida para que manifeste interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação. Nada mais havendo a registrar, o MM. Juiz determinou o encerramento deste termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu _____ Zamaris Patrícia Dias de Souza, que o digitei e subscrevi. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1016466-19.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARME VERA MINETTO RIBEIRO (REQUERENTE)
AMANDA GIOVANNA MINETTO RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MONICA CAMPOS MESQUITA OAB - MT8671-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

IMPULSIONAMENTO FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO da representante das autoras para ciência da expedição do Ofício, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Cuiabá - MT, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1004613-13.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
B. F. R. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. W. D. C. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 20 DIAS Dados do Processo: Processo: Numero: 1004613-13.2018.8.11.0041 Parte Autora: AUTOR(A): BRUNIELLY FERNANDA RAMOS Parte Requerida: RÉU: SANDRO WENDERSON DA CUNHA FINALIDADE:Intime-se a Requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender cabível. Despacho: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1004613-13.2018.8.11.0041. Ação: Alimentos. Vistos, etc... Diante do noticiado no Id n. 17623320, manifeste-se a Requerente, através de seu d. Defensor, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender cabível. Após, decorrido o prazo sem manifestação, o que deverá ser certificado, cumpra-se o determinado na sentença de Id n. 16042138, procedendo-se o arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, anotações e baixas necessárias. Cumpra-se. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1018435-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Y. H. P. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. R. L. D. S. R. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 20 DIAS Dados do Processo: Processo: Numero: 1018435-35.2019.8.11.0041 Parte Autora: AUTOR(A): YANARA HELENA PEREIRA Parte Requerida: RÉU: RENAN ROGERIO LEMES DOS SANTOS RODRIGUES FINALIDADE: INTIMAÇÃO da representante da Requerente sua genitora YANARA HELENA PEREIRA, brasileira, solteira, desempregada, portadora da Cédula de identidade RG n.º 2636971-0, expedida pela SESP/MT, inscrita no CPF sob n.º 056.867.641-66, para, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer perante a Defensoria Pública para fins de informar o atual endereço do Requerido Renan Rogerio Lemes dos Santos Rodrigues, ou mesmo seu local de trabalho, para fins de dar prosseguimento a este processo, cientificando-a de que o seu não comparecimento junto a Defensoria para as providências acima, importará na extinção e arquivamento deste processo.. DECISÃO: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n°. 1018435-35.2019.8.11.0041 Ação: Alimentos com pedido de provisórios. Vistos, etc... Atento ao postulado no Id n. 25865043, cumpra-se a Secretaria Judicial o determinado no Id n. 25650751, procedendo-se a intimação pessoal da representante da Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer perante a Defensoria Pública para fins de informar o atual endereço do Requerido Renan Rogerio Lemes dos Santos Rodrigues, ou mesmo seu local de trabalho, para fins de dar prosseguimento a este processo, cientificando-a de que o seu não comparecimento junto a Defensoria para as providências acima, importará na extinção e arquivamento deste processo. Ressalto que o(s) mandado(s) a ser(em) expedido(s) nestes autos, seja de intimação ou de citação, deverá(ão) ser cumprido(s) por Oficial de Justiça nos termos dos artigos 247, inciso I, e artigo 249, do Código de Processo Civil, levando em conta que as ações de competência desta Vara Especializada de Família e Sucessões, são sempre de casos especiais que em sua maioria envolve interesse de menores e incapazes e são de cunho de ações de Estado de conformidade com o ordenamento jurídico, devendo as intimações e citações serem feitas sempre na pessoa das partes (autor e réu). Cumpra-se, expedindo-se o necessário. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1019397-92.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
I. P. D. C. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. D. J. N. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ/MT EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 20 DIAS Dados do Processo: Processo: Numero: 1019397-92.2018.8.11.0041 Parte Autora: AUTOR(A): IZIANE PAES DA CONCEICAO Parte Requerida: RÉU: MATEUS DE JESUS NUNES FINALIDADE: Intimação do representante do requerente sua genitora Sra. IZIANE PAES DA CONCEIÇÃO, brasileira, solteira, babá, portadora da cédula de identidade RG nº 1844731-7 expedida pela SSP/MT e inscrita no CPF nº 955.733.051-15, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar com as providências que entender

cabíveis, sob pena de extinção e arquivamento. DESPACHO: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1019397-92.2018.8.11.0041 Ação: Alimentos com Pedido de Provisórios Vistos, etc... Atento ao noticiado no termo de audiência acostado sob o Id n. 21987186, dê-se vista dos autos ao Douto Defensor Público Dr. José Naaman Khouri, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar com as providências que entender cabíveis, sob pena de extinção e arquivamento. Após, voltem-me conclusos. Às providências. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizada pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Gestora Judiciária (assinatura eletrônica) SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6000.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012112-82.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANNA BEATRIZ DE FIGUEIREDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Raquel de Oliveira Corrêa OAB - MT11327-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMALHA MARCIA EVANGELISTA RABEL (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NUBIA GEORGIA OLIVEIRA SANTOS OAB - MT19286/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
Osvaldo Cassemir o Rabel Filho (TERCEIRO INTERESSADO)
Beatriz Fátima Figueiredo (TESTEMUNHA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1012112-82.2017.811.0041 Ação: Declaratória de Alienação parental com pedido de tutela provisória de urgência. Vistos, etc... Atento ao informado no termo de audiência Id n. 12287402 e pelas partes no Id n. 12287402, 13593951, 13977628, 15138309 e 20388749, antes de proferir decisão, para fins de melhor compreensão e eventual necessidade de cumprimento do acordo, intimem-se as partes, através de seus d. patronos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntarem aos autos termo de acordo, em peça única. Deve, ainda, a Requerente manifestar quanto ao pedido da Requerida em sua condenação nas verbas sucumbenciais e honorários advocatícios no valor de 20% (vinte por cento), Id n. 20388749. Após, se não for possível peticionamento conjunto, manifeste-se a Requerida, no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1022917-60.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. N. D. (REQUERENTE)
S. C. D. (REQUERENTE)
S. C. D. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DINEY LEITE DA COSTA OAB - MT21352-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. C. D. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT _____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1022917-60.2018.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: SIMONE CELSO DOURADO Endereço: RUA I, 05, QDA 11 LOTE, RESIDENCIAL SOLAR DA CHAPADA, CUIABÁ - MT - CEP: 78057-620 Nome: SILMARA CELSO DOURADO Endereço: RUA I, 05, QDA 11 LOTE 1, RESIDENCIAL SOLAR DA CHAPADA, CUIABÁ - MT - CEP: 78057-620 Nome: MANOEL NUNES DOURADO Endereço: RUA CENTO E TRINTA, CASA 22, QUADRA 37, SETOR I, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-031 REQUERIDO: Nome: ELIZABETH CELSO DOURADO Endereço: RUA F, 23, VILA POROXO, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78730-155 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a juntada do laudo, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária _____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

5ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Despacho Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1044173-59.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO TRANQUILO TUMELERO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1044173-59.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ANTONIO TRANQUILO TUMELERO Vistos, etc. Oficie – se novamente à Concessionária HONDA, solicitando informações dos valores SEGURO referente ao consórcio em nome de Matheus Henrick Ezak Tumelero, no prazo de 10 (dez) dias. Após, intime-se a parte autora para manifestar. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito.

Despacho Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1033666-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELLY COSTA ITACARAMBY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rosane Costa Itacaramby OAB - MT8755-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1033666-05.2019.8.11.0041. REQUERENTE: RAFAELLY COSTA ITACARAMBY Vistos, etc. Comungo com parecer do Ministério Público Id nº 23796674, determino a avaliação do imóvel através de Oficial de Justiça Avaliador, devendo o mesmo apresentar no prazo de 20 (vinte) dias. Após, dê-se vistas ao Ministério Público. Intime-se e cumpra-se, expedindo o necessário. Cumpra – se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1049140-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSCARINO SILVEIRA FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GARCIA NOGUEIRA OAB - MT0017244A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DJACI COELHO DA LUZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1049140-16.2019.8.11.0041. REQUERENTE: OSCARINO SILVEIRA FILHO REQUERIDO: DJACI COELHO DA LUZ Vistos, etc. Determino que seja oficiado o Banco do Brasil, requisitando-se informações referente a valores do PASEP, Caixa Econômica Federal referente ao PIS e FGTS, ambos em nome da falecida Djaci Coelho da Luz (CPF nº 040.771.561-49),

no prazo de 10 (dez) dias. Determino a realização de consulta junto ao BACENJUD, nas contas e aplicações da de cujus. Após, intimem-se o requerente na pessoa de seu patrono, via DJE, para se manifestar, por fim conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito.

Despacho Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1008616-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZENAIDE GOMES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOCRATES MOTA MARTINS OAB - MT20916/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

Vistos, etc. Determino a realização de consulta junto ao BACENJUD em nome da de cujus urgente. Após, conclusos. Cumpra – se. Cuiabá,16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-126 EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO
Processo Número: 1003407-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUDITE MOREIRA FELIX (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MONTEIRO ARAUJO OAB - MT8510-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO SIDNEI AFONSO (EMBARGADO)
ELISANGELA GONÇALVES DA SILVA (EMBARGADO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Vistos, etc. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do Novo Código de Processo Civil. Dê-se vistas ao Ministério Público. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1008805-86.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. G. A. D. S. (EXEQUENTE)
A. K. D. A. S. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS JOSE ALVES DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1008805-86.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: ANA KAROLYNA DE ARRUDA SOUZA, LUIZ GUSTAVO ARRUDA DE SOUZA EXECUTADO: MARCOS JOSE ALVES DE SOUZA Vistos, etc. Intime-se a parte Exequente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar sobre as certidões de ID n.º 19550568 e 20057901. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1041949-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. Y. H. T. (AUTOR(A))
LUIZA PAULA MINEKO DE ANDRADE HOSOGI (AUTOR(A))
G. Y. H. T. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WEVERTON LIMA TADA (RÉU)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Vistos, etc. Este processo por seu objeto deverá tramitar em segredo de justiça, conforme preceitua o art. 189, II, do Código de Processo Civil, e, em razão disto a Senhora Gestora deverá agir com as cautelas necessárias. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. Intime-se o executado, por mandado, para que efetue o pagamento do valor atualizado do débito, no valor de R$ 481,54 (quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), referente ao mês de julho de 2.018, no prazo de 15 dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), sendo que, em caso de pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o valor restante, nos termos do art. 523 e §2º, do NCPC, cabendo, ainda, o protesto do título executivo judicial (art. 528, §1º, do NCPC). Ainda, não ocorrendo pagamento, nesse prazo, deverá ser expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação de tantos bens quanto bastem para o pagamento do valor devido (art. 523, §3º do NCPC). Deverá constar do mandado que, decorrido o prazo previsto no art. 523, do NCPC, iniciará o prazo de 15 (quinze) dias, para o que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, a sua impugnação (art. 525, do NCPC). Tendo sido juntada a certidão do Senhor Oficial de Justiça nos autos, intime-se a parte exequente, para requerer o que entender de direito no prazo 05 (cinco) dias. Cientifique-se o Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1041940-89.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. Y. H. T. (AUTOR(A))
LUIZA PAULA MINEKO DE ANDRADE HOSOGI (AUTOR(A))
G. Y. H. T. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WEVERTON LIMA TADA (RÉU)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Vistos, etc. Este processo por seu objeto deverá tramitar em segredo de justiça, conforme preceitua o art. 189, II, do Código de Processo Civil, e, em razão disto a Senhora Gestora deverá agir com as cautelas necessárias. Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. Intime-se pessoalmente o Executado, para em 03 (três) dias, efetuar o pagamento das prestações alimentícias vencidas, alusivas aos meses de agosto, setembro e outubro de 2.018, no valor de R$ 1.439,58 (um mil quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos), bem como as prestações que se vencerem no curso da ação, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Se não pagar, não provar que efetuou, ou em caso de não restar comprovada a impossibilidade absoluta do adimplemento por meio da justificativa (art. 528, § 2º, NCPC), além de ser protestado o pronunciamento judicial (art. 528, § 1º, NCPC) ser-lhe-á decretada a prisão pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses (art. 528, § 3º, NCPC), salientando ao devedor que o cumprimento da pena não o exime do pagamento das prestações vencidas e vincendas (art. 528, § 7º, NCPC). Caso o devedor pague as prestações, fica suspensa a ordem de prisão, ou se expedirá alvará de soltura, conforme a hipótese. Advirta o devedor que o cumprimento da pena de prisão civil não elide o débito, podendo, eventualmente, o Ministério Público ser cientificado dos indícios da prática do crime de abandono material (art. 532 do NCPC). Tendo sido juntada a certidão do Senhor Oficial de Justiça nos autos, intime-se a parte exequente, para requerer o que entender de direito no prazo 05 (cinco) dias. Cientifique-se o Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1021655-12.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. B. C. F. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL BIANCO MELHORANCA OAB - 056.267.881-66 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO CASSUCI FRIOSI (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO

INTERESSADO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1021655-12.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: LUCAS BIANCO CASSUCI FRIOSI REPRESENTANTE: RAQUEL BIANCO MELHORANCA EXECUTADO: RODRIGO CASSUCI FRIOSI Vistos, etc. Intime-se a parte Exequente, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias quanto ao cumprimento do acordo realizado entre as partes. Advirta a parte credora que seu silêncio presumir-se-á a quitação do débito cobrado nos autos. Por fim, conclusos. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1021652-57.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. B. C. F. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL BIANCO MELHORANCA OAB - 056.267.881-66 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO CASSUCI FRIOSI (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1021652-57.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: LUCAS BIANCO CASSUCI FRIOSI REPRESENTANTE: RAQUEL BIANCO MELHORANCA EXECUTADO: RODRIGO CASSUCI FRIOSI Vistos, etc. Defiro os pedido de ID n.º 19690208 e determino seja: i) Expedido ofício para o Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de verificar os vencimentos líquidos do Executado, referente ao período de agosto de 2017 até o presente momento; ii) Expedido ofício para o órgão empregador do requerido, qual seja: Empresa Squadra Tecnologia, situada na Av. Raja Gabáglia, nº 3950, Bairro Estoril em Belo Horizonte/MG, com telefone: (31) 2104-7800, para que passe a proceder o desconto da pensão alimentícia (ID n.º 8851021[1]) e seja depositada diretamente na conta da genitora do menor, qual seja: Conta Corrente nº 49.806-8, Agência 2363-9, Banco do Brasil. Por fim, conclusos. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito [1] 20,57% do salário líquido do Senhor Rodrigo Cassuci Friosi, excluído-se apenas e tão somente os descontos obrigatórios (INSS e IR).

Despacho Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1003592-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO VITOR CARNESE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO FONTOURA SAMPAIO FARIA OAB - MT6469-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KRIS KAREN DE SOUZA PINHO DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1003592-02.2018.8.11.0041. REQUERENTE: JOAO VITOR CARNESE REQUERIDO: KRIS KAREN DE SOUZA PINHO DA SILVA Vistos, etc. Intime-se a parte Autora, para se manifestar sobre a certidão de ID n.º 20242895 no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, conclusos. Intime-se Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1023498-12.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATHALIA SOUZA PEREIRA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FLÁVIO RIBEIRO PEREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1023498-12.2017.8.11.0041. EXEQUENTE: NATHALIA SOUZA PEREIRA EXECUTADO: FLÁVIO RIBEIRO PEREIRA Vistos, etc. Intime-se a parte Exequente, para se manifestar sobre a petição de ID n.º 23006667 no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1033740-30.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISLAYNE BRUNA DE MAGALHAES AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA REGINA SIQUEIRA LOUREIRO OLIVEIRA OAB - MT7149-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAERTE SANTANA DE AMORIM (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Vistos, etc. Dê-se vistas ao Ministério Público. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013402-98.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO EDUARDO SAMPAIO ALENCAR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANA OTOBONI CINTRA (RÉU)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013402-98.2018.8.11.0041. AUTOR(A): JOAO EDUARDO SAMPAIO ALENCAR RÉU: SILVANA OTOBONI CINTRA Vistos, etc. Cumpra-se o ID n.º 13252139. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1033874-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KATYA LOREDANA BARBATO PALMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO DA CUNHA MACEDO OAB - MT8074-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAELE BARBATO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ALVARÁ DE CURATELA DEFINITIVA Nº 333/2019 Dados do Processo: Processo: 1033874-86.2019.8.11.0041; Tipo: Família e Sucessões Espécie: INTERDIÇÃO Requerente: KATYA LOREDANA BARBATO PALMA Requerido: RAFAELE BARBATO Autorizado(s): KATYA LOREDANA BARBATO PALMA (CPF: 483.299.321-68, RG: 472.485 SSP/MT) E SALMA CATARINA BARBATO

PAIVA (CPF: 377.953.841-53, RG: 0465863-9 SSP/MT) Destinatário(s): A QUEM DE DIREITO ENCARGO: CURADORAS DEFINITIVAS Finalidade: NOMEAR KATYA LOREDANA BARBATO PALMA E SALMA CATARINA BARBATO PAIVA, ACIMA QUALIFICADAS, CURADORAS DEFINITIVAS DE RAFAELE BARBATO, RG: W157320-0, CPF: 082.570.518-53, TENDO A FINALIDADE DE ASSISTIR O CURATELADO (REQUERIDO) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS (ART. 85, DA LEI 13.146/2015), DEVENDO O CURADOR OBSERVAR O DISPOSTO NOS ARTIGOS 1.774 E 1.781, DO CC. . OBSERVAÇÕES: A autenticidade deste alvará poderá ser certificada no endereço ou por meio do telefone indicado abaixo. A(s) pessoa(s) acima nominada(s) e qualificada(s), física(s) ou jurídica(s), fica(m) autorizada(s), pelo presente, a praticar(em) o(s) ato(s) acima especificado(s) no campo "FINALIDADE". Cuiabá, 11 de dezembro de 2019 Juiz de Direito Luis Fernando Voto Kirche SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905 - TELEFONE: (65) 3648-6485 - TELEFONE: (65) 3648-6486

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0014067-05.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA CARVALHO BECCARI (AUTOR(A))
MARIA INES SARAIVA BECCARI NETA (AUTOR(A))
MICHELLE CARMO CARVALHO BECCARI (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA ELIZA PATRIAN BECCARI (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO MOREIRA LEITE MAHON OAB - MT6363-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0014067-05.2016.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: MICHELLE CARMO CARVALHO BECCARI AUTOR(A): MARIA LUIZA CARVALHO BECCARI, MARIA INES SARAIVA BECCARI NETA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: FERNANDA ELIZA PATRIAN BECCARI Vistos, etc. Devidamente digitalizado, com certidão de trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observando as cautelas necessárias. Intime-se. Cumpra – se. Cuiabá – MT, 16 de dezembro de 2.019. Luis Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1025587-71.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEILA RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSÉ CARLOS FORMIGA JUNIOR OAB - MT5645-N (ADVOGADO(A))
SILVANA NOVAES SANTOS OAB - MT17644-O (ADVOGADO(A))
IONI FERREIRA CASTRO OAB - MT4298-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JEFERSON WILSON SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente Impulsiono o feito com intimação do PATRONO DO AUTOR, para em 5 dias retirar documento expedido nos autos, após esse prazo será remetido ao arquivo CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 .

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0017897-42.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO BOUGAINVILLE (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISABELLA FANINI FRANKLIN OAB - MT22714-O (ADVOGADO(A))
FRANCINE GOMES PAVEZI OAB - MT17162-O (ADVOGADO(A))
JAQUELINE PIOVESAN OAB - MT23046-O (ADVOGADO(A))
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO(A))
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS SARAIVA BECCARI (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
FERNANDA ELIZA PATRIAN BECCARI (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO MOREIRA LEITE MAHON OAB - MT6363-O (ADVOGADO(A))
MARCIO FREDERICO ARRUDA MONTENEGRO OAB - MT15329-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0017897-42.2017.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: CONDOMINIO BOUGAINVILLE ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: LUIZ CARLOS SARAIVA BECCARI, FERNANDA ELIZA PATRIAN BECCARI Vistos, etc. Considerando que a Senhora Michelle Carmo Carvalho Beccari passou a ser herdeira, proceda-se sua inclusão no polo passivo da ação. Em seguida, intime-se a Senhora Michelle Carmo Carvalho Beccari, para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias em relação ao pedido inicial. Em seguida, intime-se a parte Autora, para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, conclusos. Intime-se. Cumpra – se. Cuiabá – MT, 16 de dezembro de 2.019. Luis Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 0033293-69.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IWANA LUIZA GOMES DE ARRUDA (RECONVINTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERNANDES RODRIGO STREY OAB - MT7611-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO GOMES DE ARRUDA NETO (RECONVINDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO INACIO HELENE LESSA OAB - MT6571-O (ADVOGADO(A))
ADRIANO CARRELO SILVA OAB - MT6602-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0033293-69.2011.8.11.0041. RECONVINTE: IWANA LUIZA GOMES DE ARRUDA RECONVINDO: SEBASTIAO GOMES DE ARRUDA NETO Vistos, etc. Intimem - se as partes para se manifestarem quanto ao auto de avaliação de Id. 25108074, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra - se. CUIABÁ, 01 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 0033293-69.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IWANA LUIZA GOMES DE ARRUDA (RECONVINTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERNANDES RODRIGO STREY OAB - MT7611-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO GOMES DE ARRUDA NETO (RECONVINDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO INACIO HELENE LESSA OAB - MT6571-O (ADVOGADO(A))
ADRIANO CARRELO SILVA OAB - MT6602-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0033293-69.2011.8.11.0041. RECONVINTE: IWANA LUIZA GOMES DE ARRUDA RECONVINDO: SEBASTIAO GOMES DE ARRUDA NETO Vistos, etc. Intimem - se as partes para se manifestarem quanto ao auto de avaliação de Id. 25108074, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra - se. CUIABÁ, 01 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 0033293-69.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IWANA LUIZA GOMES DE ARRUDA (RECONVINTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERNANDES RODRIGO STREY OAB - MT7611-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO GOMES DE ARRUDA NETO (RECONVINDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO INACIO HELENE LESSA OAB - MT6571-O (ADVOGADO(A))
ADRIANO CARRELO SILVA OAB - MT6602-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0033293-69.2011.8.11.0041. RECONVINTE: IWANA LUIZA GOMES DE ARRUDA RECONVINDO: SEBASTIAO GOMES DE ARRUDA NETO Vistos, etc. Intimem - se as partes para se manifestarem quanto ao auto de avaliação de Id. 25108074, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra - se. CUIABÁ, 01 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1048175-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTA CARVALHO BERNADES LIMA (REQUERENTE)
VALERIA ASSUMPCAO CARVALHO BERNARDES (REQUERENTE)
LUIS FELIPE CARVALHO BERNARDES LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DONIZETH WILLIAN VEIGA DO NASCIMENTO OAB - MT20725-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias retirar documentos expedidos nos autos. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0034339-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. A. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES RIBEIRO OAB - MT11646-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
D. A. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
V. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
A. D. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
D. D. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
G. H. A. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
A. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
M. A. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE BERGAMINI CHIORATTO OAB - MT6798-O (ADVOGADO(A))
ROBERTO CAVALCANTI BATISTA OAB - MT5868-O (ADVOGADO(A))
JESSICA DA SILVA JESUS CAETANO OAB - MT24186-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE PROCESSO n. 0034339-20.2016.8.11.0041 Valor da causa: R$ 1.000,00 ESPÉCIE: [Reconhecimento / Dissolução] ->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: DEBORA ADERALDO ARRAIS Endereço: desconhecido POLO PASSIVO: Nome: ALESSANDRA ANDRADE E SILVA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO PASSIVO, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre o acordo entabulado. DESPACHO/DECISÃO: Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... As partes de ambos os processos: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093 e 22886-33.2013.811.0041 Código: 816444 resolvem entabular o presente acordo com a finalidade de reconhecer a existência de duas uniões estáveis parcialmente concomitantes com o falecido Alinor Olímpio da Silva. Cláusula Primeira: Reconhecem que a Senhora Debora Aderaldo Arrais conviveu com o falecido no período de 02 setembro 1999 a 16 de abril de 2008; e, a Senhora Arlene de Arruda conviveu com o falecido Alinor Olímpio da Silva em união estável no período de março de 1975 até 16 de abril de 2008. Cláusula Segunda: A senhora Arlene reconhece que o falecido constituiu a Senhora Débora como sua beneficiária junto à Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso e a Senhora Débora reconhece que o Senhor Alinor constituiu a Senhora Arlene como beneficiária Junto à Assembleia do Estado de Mato Grosso e à Cuiabá-Prev; sendo que no presente ato declaram que renunciam uma em relação a outra a qualquer pretensão junto aos respectivos órgãos de pleitear qualquer direito a percepção dos referidos benefícios. Cláusula Terceira: As partes desde já desistem de qualquer prazo recursal caso homologado o presente acordo. Cláusula Quarta: As partes arcarão com os honorários de seus respectivos Advogados. Dada a palavra ao Defensor Público: MM Juiz – Considerando que a Defensoria Pública atua na qualidade de curador especial em relação à requerida Alessandra, em ambos os processos, bem como em relação ao requerido George no processo número Processo: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093, não tendo a Defensoria Pública poderes para transigir em nome dos mesmos, requer-se a intimação dos referidos requeridos por Edital para manifestar sobre o acordo acima entabulado. Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... Defiro o pedido da Defensoria Pública para determinar a intimação dos requeridos George Henry Andrade e Silva e Alessandra Andrade e Silva por Edital no prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar. Decorrido o prazo, certifique-se e venham conclusos para Decisão. Saem intimadas as partes e respectivos Advogadas. Ciente a Defensoria pública. Cumpra-se. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, WELLITOM OSORSKI GOULART, digitei. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0034339-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. A. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES RIBEIRO OAB - MT11646-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
D. A. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
V. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
A. D. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
D. D. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
G. H. A. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
A. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
M. A. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE BERGAMINI CHIORATTO OAB - MT6798-O (ADVOGADO(A))
ROBERTO CAVALCANTI BATISTA OAB - MT5868-O (ADVOGADO(A))

JESSICA DA SILVA JESUS CAETANO OAB - MT24186-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE PROCESSO n. 0034339-20.2016.8.11.0041 Valor da causa: R$ 1.000,00 ESPÉCIE: [Reconhecimento / Dissolução] ->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: DEBORA ADERALDO ARRAIS POLO PASSIVO:Nome: GEORGE HENRY ANDRADE SILVA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO PASSIVO, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre o acordo entabulado. DESPACHO/DECISÃO: Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... As partes de ambos os processos: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093 e 22886-33.2013.811.0041 Código: 816444 resolvem entabular o presente acordo com a finalidade de reconhecer a existência de duas uniões estáveis parcialmente concomitantes com o falecido Alinor Olímpio da Silva. Cláusula Primeira: Reconhecem que a Senhora Debora Aderaldo Arrais conviveu com o falecido no período de 02 setembro 1999 a 16 de abril de 2008; e, a Senhora Arlene de Arruda conviveu com o falecido Alinor Olímpio da Silva em união estável no período de março de 1975 até 16 de abril de 2008. Cláusula Segunda: A senhora Arlene reconhece que o falecido constituiu a Senhora Débora como sua beneficiária junto à Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso e a Senhora Débora reconhece que o Senhor Alinor constituiu a Senhora Arlene como beneficiária Junto à Assembleia do Estado de Mato Grosso e à Cuiabá-Prev; sendo que no presente ato declaram que renunciam uma em relação a outra a qualquer pretensão junto aos respectivos órgãos de pleitear qualquer direito a percepção dos referidos benefícios. Cláusula Terceira: As partes desde já desistem de qualquer prazo recursal caso homologado o presente acordo. Cláusula Quarta: As partes arcarão com os honorários de seus respectivos Advogados. Dada a palavra ao Defensor Público: MM Juiz – Considerando que a Defensoria Pública atua na qualidade de curador especial em relação à requerida Alessandra, em ambos os processos, bem como em relação ao requerido George no processo número Processo: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093, não tendo a Defensoria Pública poderes para transigir em nome dos mesmos, requer-se a intimação dos referidos requeridos por Edital para manifestar sobre o acordo acima entabulado. Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... Defiro o pedido da Defensoria Pública para determinar a intimação dos requeridos George Henry Andrade e Silva e Alessandra Andrade e Silva por Edital no prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar. Decorrido o prazo, certifique-se e venham conclusos para Decisão. Saem intimadas as partes e respectivos Advogadas. Ciente a Defensoria pública. Cumpra-se.. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, WELLITOM OSORSKI GOULART, digitei. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.(M)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0022886-33.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. D. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
REJANE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT15962-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS FILHO OAB - MT13685-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
M. A. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
D. D. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
G. H. A. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
E. D. A. O. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
A. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
D. A. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
DARCI MELO MOREIRA OAB - MT2626-O (ADVOGADO(A))

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE PROCESSO n. 0022886-33.2013.8.11.0041. Valor da causa: R$ 1.000,00 ESPÉCIE: [Reconhecimento / Dissolução]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: DEBORA ADERALDO ARRAIS Endereço: desconhecido POLO PASSIVO: Nome: ALESSANDRA ANDRADE E SILVA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO PASSIVO, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre o acordo entabulado. DESPACHO/DECISÃO: Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... As partes de ambos os processos: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093 e 22886-33.2013.811.0041 Código: 816444 resolvem entabular o presente acordo com a finalidade de reconhecer a existência de duas uniões estáveis parcialmente concomitantes com o falecido Alinor Olímpio da Silva. Cláusula Primeira: Reconhecem que a Senhora Debora Aderaldo Arrais conviveu com o falecido no período de 02 setembro 1999 a 16 de abril de 2008; e, a Senhora Arlene de Arruda conviveu com o falecido Alinor Olímpio da Silva em união estável no período de março de 1975 até 16 de abril de 2008. Cláusula Segunda: A senhora Arlene reconhece que o falecido constituiu a Senhora Débora como sua beneficiária junto à Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso e a Senhora Débora reconhece que o Senhor Alinor constituiu a Senhora Arlene como beneficiária Junto à Assembleia do Estado de Mato Grosso e à Cuiabá-Prev; sendo que no presente ato declaram que renunciam uma em relação a outra a qualquer pretensão junto aos respectivos órgãos de pleitear qualquer direito a percepção dos referidos benefícios. Cláusula Terceira: As partes desde já desistem de qualquer prazo recursal caso homologado o presente acordo. Cláusula Quarta: As partes arcarão com os honorários de seus respectivos Advogados. Dada a palavra ao Defensor Público: MM Juiz – Considerando que a Defensoria Pública atua na qualidade de curador especial em relação à requerida Alessandra, em ambos os processos, bem como em relação ao requerido George no processo número Processo: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093, não tendo a Defensoria Pública poderes para transigir em nome dos mesmos, requer-se a intimação dos referidos requeridos por Edital para manifestar sobre o acordo acima entabulado. Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... Defiro o pedido da Defensoria Pública para determinar a intimação dos requeridos George Henry Andrade e Silva e Alessandra Andrade e Silva por Edital no prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar. Decorrido o prazo, certifique-se e venham conclusos para Decisão. Saem intimadas as partes e respectivos Advogadas. Ciente a Defensoria pública. Cumpra-se. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, WELLITOM OSORSKI GOULART, digitei. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO:

Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0022886-33.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. D. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
REJANE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT15962-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS FILHO OAB - MT13685-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
M. A. A. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
D. D. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
G. H. A. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
E. D. A. O. D. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
A. A. E. S. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
D. A. A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
DARCI MELO MOREIRA OAB - MT2626-O (ADVOGADO(A))

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE PROCESSO n. 0022886-33.2013.8.11.0041. Valor da causa: R$ 1.000,00 ESPÉCIE: [Reconhecimento / Dissolução]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: DEBORA ADERALDO ARRAIS POLO PASSIVO:Nome: GEORGE HENRY ANDRADE SILVA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO PASSIVO, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre o acordo entabulado. DESPACHO/DECISÃO: Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... As partes de ambos os processos: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093 e 22886-33.2013.811.0041 Código: 816444 resolvem entabular o presente acordo com a finalidade de reconhecer a existência de duas uniões estáveis parcialmente concomitantes com o falecido Alinor Olímpio da Silva. Cláusula Primeira: Reconhecem que a Senhora Debora Aderaldo Arrais conviveu com o falecido no período de 02 setembro 1999 a 16 de abril de 2008; e, a Senhora Arlene de Arruda conviveu com o falecido Alinor Olímpio da Silva em união estável no período de março de 1975 até 16 de abril de 2008. Cláusula Segunda: A senhora Arlene reconhece que o falecido constituiu a Senhora Débora como sua beneficiária junto à Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso e a Senhora Débora reconhece que o Senhor Alinor constituiu a Senhora Arlene como beneficiária Junto à Assembleia do Estado de Mato Grosso e à Cuiabá-Prev; sendo que no presente ato declaram que renunciam uma em relação a outra a qualquer pretensão junto aos respectivos órgãos de pleitear qualquer direito a percepção dos referidos benefícios. Cláusula Terceira: As partes desde já desistem de qualquer prazo recursal caso homologado o presente acordo. Cláusula Quarta: As partes arcarão com os honorários de seus respectivos Advogados. Dada a palavra ao Defensor Público: MM Juiz – Considerando que a Defensoria Pública atua na qualidade de curador especial em relação à requerida Alessandra, em ambos os processos, bem como em relação ao requerido George no processo número Processo: 34339-20.2016.811.0041 Código: 1156093, não tendo a Defensoria Pública poderes para transigir em nome dos mesmos, requer-se a intimação dos referidos requeridos por Edital para manifestar sobre o acordo acima entabulado. Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... Defiro o pedido da Defensoria Pública para determinar a intimação dos requeridos George Henry Andrade e Silva e Alessandra Andrade e Silva por Edital no prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar. Decorrido o prazo, certifique-se e venham conclusos para Decisão. Saem intimadas as partes e respectivos Advogadas. Ciente a Defensoria pública. Cumpra-se.. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, WELLITOM OSORSKI GOULART, digitei. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.(M)

Ato Ordinatório Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1007084-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AVELINA SANTANA DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

em pdf.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1034698-16.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CALISTA ROSA GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA OAB - MT22035/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON MANOEL DOS SANTOS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 5 dias retirar documentos expedidos nos autos. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1034749-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SILVA DE SOUZA OAB - MT14660-O (ADVOGADO(A))
MOSAR FRATARI TAVARES OAB - MT3239-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
JOANA BENEDITA DE SIQUEIRA (INVENTARIADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente Impulsiono o feito com intimação do Patrono da parte autora, para que compareça em Cartório no prazo de 05 (cinco) dias, para retirar documentos expedidos nos presentes autos, sob pena de arquivamento. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 .

Ato Ordinatório Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1034749-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SILVA DE SOUZA OAB - MT14660-O (ADVOGADO(A))
MOSAR FRATARI TAVARES OAB - MT3239-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOANA BENEDITA DE SIQUEIRA (INVENTARIADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente Impulsiono o feito com intimação do Patrono da parte autora, para que compareça em Cartório no prazo de 05 (cinco) dias, para retirar documentos expedidos nos presentes autos, sob pena de arquivamento. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 .

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0021830-57.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZELITO CARLOS DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
VALDECIL CARLOS DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ROSIMEIRE DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
LUIS CARLOS DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
CLAUDIO CARLOS DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ALEXANDRE FREITAS RIBEIRO TAQUES OAB - MT1-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Tereza da Costa Silva (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 10 dias requerer o que de direito. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1026960-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE SOUZA RODRIGUES BONASSI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ODAIR ANTONIO FRANCISCO OAB - MT22451-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUELLIN ESTEFFANE QUILIM SOARES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAIO BRAULIO DE SOUSA BARBOSA OAB - RO9192 (ADVOGADO(A))
KEDMA DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - RO7603 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação do PATRONO DA PARTE AUTORA para impugnar a contestação no prazo legal. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1031430-17.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO RIBEIRO ANTUNES (REQUERENTE)
JUCIMAURO BENEDITO DE FREITAS ANTUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANE GOMES FERREIRA OAB - MT9862-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 2 dias retirar alvarás. Após esse prazo os autos serão arquivados. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1076599 Nr: 58330-59.2015.811.0041
AÇÃO: Divórcio Consensual->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RCJ, VCMC
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DAUTO BARBOSA C. PASSARE - OAB:6199
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) FABIANO RABANEDA DOS SANTOS, para devolução dos autos nº 58330-59.2015.811.0041, Protocolo 1076599, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Decisão

Decisão Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1032658-61.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELINA MAURICIA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Nelson Alexandre Moreira Nunes OAB - MT16206-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1032658-61.2017.8.11.0041. REQUERENTE: ELINA MAURICIA DE OLIVEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Determino que seja oficiado o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para que informe quais os valores existentes de URV em nome da de cujus Renilce Maria de Oliveira– matricula 213. Cumpra-se. Cuiabá - MT., 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008269-12.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. F. R. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

MILVA ALESSANDRA CAVALHEIRO OAB - MT16448-O (ADVOGADO(A))
LUCIANA ANDREA FARIAS OAB - 551.485.731-04 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES (RÉU)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1008269-12.2017.8.11.0041. AUTOR(A): RAFAELA FARIAS RIBEIRO REPRESENTANTE: LUCIANA ANDREA FARIAS RÉU: LATAM AIRLINES Vistos, etc. Remetam-se os presentes autos à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá – MT, por se tratar de pedido de autorização de viagem. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003051-66.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO HENRIQUE NASCIMENTO DA SILVA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE APOLONIO DA SILVA (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1003051-66.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: THIAGO HENRIQUE NASCIMENTO DA SILVA EXECUTADO: JOSE APOLONIO DA SILVA Vistos, etc. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ajuizada por THIAGO HENRIQUE NASCIMENTO DA SILVA em face de JOSÉ APOLONIO DA SILVA, a fim de receber a pensão alimentícia dos meses de novembro e dezembro de 2.017 e janeiro de 2.018, no valor de R$ 1.492,35 (um mil quatrocentos e novecentas e dois reais e trinta e cinco centavos), bem como as prestações que se vencerem no curso da ação. Em 10.06.2019 o Oficial de Justiça juntou certidão positiva de intimação pessoal do Executado. O prazo para apresentar defesa transcorreu in albis (ID n.º 21205006). No ID n.º 21836571 a parte Exequente informa que o débito perfaz a quantia de R$ 12.016,36 (doze mil dezesseis reais e trinta e seis centavos), referente ao período de novembro de 2.017 a julho de 2.019. Ao final, requer a prisão civil do Executado. Com vista dos autos o membro do Ministério Público emitiu parecer favorável à decretação da prisão civil do Executado, pelo prazo legal mínimo (ID n.º 22247149). Vieram conclusos os autos. É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de Cumprimento de Sentença ajuizada por Thiago Henrique Nascimento da Silva em face de José Apolonio da Silva, a fim de receber a pensão alimentícia dos meses de novembro e dezembro de 2.017 e janeiro de 2.018, no valor de R$ 1.492,35 (um mil quatrocentos e novecentas e dois reais e trinta e cinco centavos), bem como as prestações que se vencerem no curso da ação. Inicialmente, ressalto que o objeto da presente ação corresponde aos meses de novembro de 2.017 a julho de 2.019, no valor de R$ 12.016,36 (doze mil dezesseis reais e trinta e seis centavos), sem prejuízo da inclusão automática das prestações que se vencerem no curso da ação (Súmula n.º 309 do S.T.J., C/.c art. 323 do C.P.C.). Na Ação de Divórcio, Processo n.º 2016-30.2014.811.0041, que tramitou perante esse Juízo, o genitor ficou responsável pelo pagamento de alimentos no equivalente a 51,62% todo dia 10 (dez) de cada mês. Contudo, o débito está inadimplente. Em 10.06.2019 o Oficial de Justiça juntou certidão positiva de intimação pessoal do Executado. O prazo para apresentar defesa transcorreu in albis (ID n.º 21205006). Desse modo, por estar ciente o executado de suas obrigações e não dispor de fundamento para alegar desconhecimento da lei (art. 3.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro); e, por não existir nos autos comprovantes de pagamentos referentes aos meses cobrados nos autos, decretar sua prisão civil é medida que se impõe. Ressalto que o Código Civil dispõe que, "se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo". (art. 1699, CC). Com o advento do Novo Código de Processo Civil o legislador oportunizou ao credor da verba alimentar a prisão civil do executado bem como o protesto do pronunciamento judicial (art. 528, § 1º, NCPC). Vejamos a Doutrina: [...] Não havendo o pagamento ou não sendo aceita a justificativa, a sentença ou a decisão interlocutória será protestada. Perceba-se que a parte final do caput do art. 528 refere-se ao pronunciamento judicial, pelo que se verifica que a possibilidade de protesto não está voltada não só às sentenças, como também às decisões interlocutórias, numa clara exceção à regra prevista no art. 517, a qual circunscreve o protesto para as sentenças transitadas em julgado. Assim, mediante o não pagamento, além do protesto, o juiz ordenará a prisão do executado pelo período de um a três meses (§ 3º). Não haverá mais dúvidas a respeito da possibilidade do juiz fixar o limite máximo da prisão em 90 (noventa) dias, porquanto o art. 19 da Lei 5.478 que se referia ao máximo de 60 (sessenta) dias, foi revogado. (WAMBIER et al., 2015). [...] Conclui-se, então, que a decretação de prisão civil bem como o protesto do pronunciamento judicial, cumulativamente, não constitui medida excessiva. Desse modo, há de se aplicar ao caso em tela, o art. 5º, inciso LXVII da Constituição Federal que preceitua: "Art. 5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos seguintes termos: (...); LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel; (...)". POSTO ISSO, com fulcro nos artigos 5°, LXVII da CF, 323 e 528, § 3° do NCPC, DECRETO A PRISÃO CIVIL do executado/devedor JOSE APOLONIO DA SILVA, qualificado nos autos, pelo prazo de 90 (noventa) dias. Proceda-se a inclusão do mandado de prisão junto ao B.N.M.P. Determino, ainda, o protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 528, § 1º do Novo Código de Processo Civil, após as devidas atualizações. Expeça-se o mandado de prisão aplicáveis à espécie, bem como o necessário ao protesto do pronunciamento judicial, antes, porém, proceda-se a atualização do débito que deu ensejo ao decreto de prisão e protesto do Executado, devendo a Contadoria Judicial levar em consideração os valores contidos na petição inicial. Outrossim, necessário ressalvar, ainda, que deve o meirinho e a autoridade policial encarregada que por se tratar de prisão de caráter civil, deverá o conduzido ser recolho em local apropriado separadamente de criminosos. Cientifique-se o Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042940-27.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOCIDIO NUNES CORREA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Parte(s) Polo Passivo:
EDILEUZA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1042940-27.2018.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: LOCIDIO NUNES CORREA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: EDILEUZA DA SILVA Vistos, etc. Trata – se de AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO C/C ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR E ARBITRAMENTO DE VALOR LOCATÍCIO ajuizada por LOCIDIO NUNES CORREA em face de EDILEUZA DA SILVA. Informa a parte Autora que no Processo n.º 20643-14.2016.811.0041, Código 1124464, foram decididas as seguintes questões: i) Reconhecimento e Dissolução de União Estável; ii) Partilha de Bens, que tramitou perante esse Juízo. Esclarece que o imóvel situado na Rua 07, Casa 19, Bairro Jardim Passaredo, Cuiabá, deve ser partilhado em 50% (cinquenta por cento) para cada parte. Ao final, em síntese, requer a procedência dos pedidos contidos na exordial, para extinguir o condomínio entre os litigantes. No ID n.º 17068788 o Juízo da 2.ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá – MT, declinou da competência e remeteu os autos a esse Juízo (ID n.º 17068788). Vieram conclusos os autos. É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata – se de Ação de Extinção de Condomínio c/c Alienação por Iniciativa Particular e Arbitramento de Valor Locatício ajuizada por Locidio Nunes Correa em face de Edileuza da Silva. Em 22.08.2018 esse Juízo sentenciou a Ação de Reconhecimento Cumulada com Dissolução de União Estável e Partilha de Bens, Processo n.º 20643-14.2016.811.0041, Código 1124464 (ID n.º 16952276). Todavia, a dissolução do condomínio não é de competência da Vara de Família, mas, sim, do Juízo Cível.

Vejamos a jurisprudência: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - BEM IMÓVEL PARTILHADO EM AÇÃO DE SEPARAÇÃO - COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL - RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. Já tendo o imóvel cuja reintegração na posse pretende a agravante sido partilhado em ação de separação judicial, tem-se que restou encerrada a prestação jurisdicional do Juízo de Família, sendo a competência para apreciação da matéria (direito possessório) do Juízo Cível. (TJ-MG - AI: 10223150106126002 MG, Relator: José de Carvalho Barbosa, Data de Julgamento: 28/03/2019, Data de Publicação: 05/04/2019) EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO - IMÓVEL PARTILHADO EM AÇÃO DE DIVÓRCIO - INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA - QUESTÃO QUE DEVE SER DIRIMIDA NO JUÍZO COMUM - REMESSA DOS AUTOS A UMA DAS VARAS CÍVEIS DA CAPITAL. ARTIGO 113, § 2º, DO CPC. É da competência do Juízo de Vara Cível processar e julgar ação de extinção de condomínio relativo a bem imóvel , ainda que o condomínio tenha se originado de partilha realizada em ação de separação judicial. Reconhecida a incompetência absoluta da Vara de Família, em razão da matéria, a remessa dos autos ao juízo competente é medida que se impõe, nos termos do artigo 113 § 2º, do Código de Processo Civil. (TJMG - Apelação Cível nº 1.0024.13.201998-5/001, Relator Des. Armando Freire, 1ª Câmara Cível, julgamento em 10/02/2015, publicação da sumula em 24/02/2015) EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMEPTÊNCIA. USO EXCLUSIVO DE IMÓVEL POR CONDÔMINO (EX-ESPOSO). ALUGUÉIS A TÍTULO INDENIZATÓRIO. BEM COMUM DE CASAL DIVORCIADO, JÁ PARTILHADO. DEBATE EXCLUSIVAMENTE PATRIMONIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL. CONFLITO ACOLHIDO. A ação ordinária em que se discute pagamento de aluguéis (frutos), provenientes do direito de propriedade de 50% (cinquenta por cento) de um condomínio, envolvendo matéria exclusivamente patrimonial, deve ser, em tese, processada e julgada no juízo cível. Nesse contexto, já tendo sido julgadas e definidas as questões pertinentes ao divórcio e correspondente partilha de bens, resta esgotada a competência do Juízo da Vara de Família. (TJMG - Conflito de Competência nº 1.0000.14.055387-6/000, Relator Des. Armando Freire, 1ª Câmara Cível, julgamento em 28/10/2014, publicação da sumula em 10/11/2014) Por consequência, declaro esse Juízo incompetente para processar e julgar a presente demanda. Desse modo, determino a redistribuição dos autos a uma das Varas Cíveis da Capital. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1034749-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SILVA DE SOUZA OAB - MT14660-O (ADVOGADO(A))
MOSAR FRATARI TAVARES OAB - MT3239-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOANA BENEDITA DE SIQUEIRA (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1034749-56.2019.8.11.0041. REQUERENTE: LUIZ HENRIQUE DE SIQUEIRA INVENTARIADO: JOANA BENEDITA DE SIQUEIRA Vistos etc, Diante do pedido da parte autora Id nº 26290130, pela expedição de alvará Judicial, uma vez que o autor é o único herdeiro conforme certidão de óbito e documentos nos autos, para levantamentos dos valores existente nos bancos, conforme extrato do Bacenjud no Id nº 27470418. Assim sendo, autorizo a expedição de ALVARÁ JUDICIAL, a favor do requerente LUIZ HENRIQUE DE SIQUEIRA, a fim de que efetue o saque juntos aos bancos, conforme informados do Bancenjud (Id nº 27470418). Intime-se e cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá - MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0005061-08.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA MARIA DE MEDEIROS MONTEIRO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY ANTONIO FERREIRA DE PINHO OAB - MT9178-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISLER MONTEIRO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 0005061-08.2015.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: SILVIA MARIA DE MEDEIROS MONTEIRO DA SILVA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ISLER MONTEIRO DA SILVA Vistos, etc. Comungo com o parecer do Ministério Público de Id nº 27453158, HOMOLOGO a prestação e contas. Cumpra – se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0022851-73.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO MEDEIROS MONTEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
SILVIA MARIA DE MEDEIROS MONTEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERNANDES GONCALVES DE LIMA OAB - MT11806-O (ADVOGADO(A))
ARY ANTONIO FERREIRA DE PINHO OAB - MT9178-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE ISLER MONTEIRO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 0022851-73.2013.8.11.0041. REQUERENTE: SILVIA MARIA DE MEDEIROS MONTEIRO DA SILVA, RODRIGO MEDEIROS MONTEIRO DA SILVA REQUERIDO: ESPOLIO DE ISLER MONTEIRO DA SILVA Vistos etc, Diante do pedido da parte autora Id nº 26139162 e, parecer do ministério público pela expedição de alvará Judicial no valor de até R$20.000,00 (vinte mil reais), devendo a parte autora prestar contas de despesas mensais excedentes a 10 (dez) mil reais. Assim, autorizo a expedição do competente Alvará Judicial, determinando o levantamento no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) depositados na Conta Única do Poder Judiciário, em favor da inventariante, bem como prestar conta dos valores excedentes a R$ 10.000,00 (dez mil reais) no prazo de 30 dias. Cumpra-se. Cuiabá - MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0015371-10.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIRCE DA ASCENCAO MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO FERNANDES DA SILVA PERES OAB - MT6668-O (ADVOGADO(A))
EDILSON PEDROSO TEIXEIRA OAB - SP117882-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DINARTE LEAO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
José Célio Garcia OAB - MT2809-O (ADVOGADO(A))
JULIO TARDIN OAB - MT4479-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUIS FERNANDO VOTO KIRCHE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 0015371-10.2014.8.11.0041. REQUERENTE: DIRCE DA ASCENCAO MOREIRA REQUERIDO: DINARTE LEAO Vistos, etc. Trata – se de AÇÃO CAUTELAR DE SEQUESTRO ajuizada por DIRCE DA ASCENÇÃO MOREIRA em face de DINARTE LEÃO. Nos Embargos de Declaração opostos por Dinarte Leão pugna o Embargante: i) pela reforma a decisão proferida na data de 31.08.2017, sob ID n.º 26125595, pag. 06, e ID n.º 26125596, pag. 1, conforme Embargos de Declaração sob ID n.º 26125596, pag. 02 a 4, e ID n.º 26125597, pag. 01 a 02; ii) pela reforma da decisão proferida às fls. 634/635 (ID n.º 26125652). É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata – se de Ação

Cautelar de Sequestro ajuizada por Dirce da Ascenção Moreira em face de Dinarte Leão. Os embargos de declaração cabem quando no pronunciamento jurisdicional houver omissão, contradição, obscuridade ou quando existir questão ou ponto o qual poderia o magistrado pronunciar de ofício. (art. 1.022 do NCPC). Neste sentido, segundo Nelson Nery Júnior, "os embargos declaratórios têm finalidade de completar uma decisão omissa ou, ainda aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório." (Código de Processo Civil Anotado, Editora Revista dos Tribunais, 3ª edição, pag. 781). Analisando os argumentos e os pedidos realizados pela parte Embargante evidencia-se a intenção de reformar decisão proferida no ano de 2.017 (ID n.º 26125595, fls. 06/26125596) e a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (fls. 634/635 – ID n.º 26125652). Desse modo, os embargos de declaração opostos é evidentemente protelatório. Por oportuno, ressalto que, em permanecendo a irresignação quanto ao teor dos pronunciamentos judiciais, deverá a parte interpor o recurso cabível, ficando desde já advertida quanto aos termos do art. 1.026, § 2.º do C.P.C. ANTE O EXPOSTO e, com tais considerações, por força do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, DEIXO DE ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 0004199-23.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. M. D. C. (REQUERENTE)
S. D. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EURICO DE CARVALHO OAB - MT1075-O (ADVOGADO(A))
RUBENS VALIM FRANCO OAB - MT6056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0004199-23.2004.8.11.0041 – Classe: DIVÓRCIO CONSENSUAL (98) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 0057775-42.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. F. M. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARGARIDA CARMO TAVEIRA OAB - MT12255-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. S. M. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANIR DE OLIVEIRA FERRAZ OAB - MT10607-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0057775-42.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ.

6ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Edital

COMARCA DE CUIABÁ-MT
TERCEIRA VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
JUÍZA DE DIREITO: ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSÃO
GESTOR JUDICIÁRIO: CARLOS HENRIQUE SALIÉS RIBEIRO
EDITAL DE LEVANTAMENTO DE CURATELA
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1026351-91.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
REQUERENTE: ELIETE CUNHA
REQUERIDO: MARINO SOUTO FONTES FILHO
LEVANTAMENTO DE CURATELA DE MARINO SOUTO FONTES FILHO
RESUMO DA SENTENÇA: Diante disto, apesar da patologia do demandado ser irreversível, os sintomas encontram-se controlados através do uso contínuo da medicação, não havendo motivos para a manutenção da curatela (art. 756 do CPC/2015). Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE LEVANTAMENTO DE CURATELA, o que faço com fulcro no art. 487, I, c/c artigo 756, ambos do CPC/2015, para LEVANTAR a curatela de Marino Souto Fontes Filho. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito. Transitada em julgado, inscreva-se a sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no órgão oficial por 03 (três) vezes, com intervalos de 10 (dez) dias. Ciência ao Ministério Público. Após, promovam-se as anotações e baixas necessárias e arquivem-se os autos. Custas processuais pelo requerido, devendo, no entanto, esta determinação, permanecer suspensa, por fazer jus aos benefícios da assistência judiciária gratuita, que ora lhe concedo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 5 de agosto de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1026569-22.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADOR: JAIRO JACINTO DOS SANTOS
INTERDITADA: ROSA MARIA RODRIGUES DA SILVA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Lesão corporal permanente, em decorrência de ter sofrido um Acidente vascular encefálico isquêmico
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Rosa Maria Rodrigues da Silva, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação do Sr. Jairo Jacinto dos Santos, convivente da curatelanda, como seu CURADOR, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o interditado (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do interdito e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelo Curador, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da curatelada, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, em razão dos benefícios da assistência judiciária gratuita concedida. Ciência ao

Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 8 de agosto de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1014305-36.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: CECILIA ROCHA DA SILVA
INTERDITADO: DIEGO JUNIOR DA SILVA CALAZANTE
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Esquizofrenia indiferenciada (CID 10 F20.3)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Diego Junior da Silva Calazante, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Cecilia Rocha da Silva, genitora do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, em razão do benefício da assistência judiciária gratuita concedido. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 24 de setembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1024873-14.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: MARIA LUCIA RONDON DE FIGUEIREDO
INTERDITADO: HILARIA CIRIACA DE ARMECE
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: portadora de Amnésia Dissociativa
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Hilaria Ciriaca de Armece, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. Maria Lucia Rondon de Figueiredo, filha da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da curatelada, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 2 de outubro de 2019
Assinado eletronicamente
Luiz Alberto Machado Júnior
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1024570-34.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADOR: JORGE CARLOS DUARTE
INTERDITADA: THAIS MUNIQUE SILVA DUARTE
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: portadora de Neuropatia Hereditária e Idiopática não especificada (CID 10 G60.9) e Epilepsia não especificada (CID 10 40.9)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Thais Munique Silva Duarte, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação do Sr. Jorge Carlos Duarte, genitor da curatelanda, como seu CURADOR, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da

interdita e do curador, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelo Curador. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 2 de outubro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1013933-87.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: INES PEREIRA MARQUES
INTERDITADA: VALERIA MAIRA MARQUES NEVES
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portadora de Esquizofrenia Catatônica, Esquizofrenia Paranoide, Psicose não Orgânica e outros sinais e sintomas relativos ao Sistema Nervoso
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Valeria Maira Marques Neves,, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. Ines Pereira Marques, genitora da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 3 de outubro de 2019
Assinado eletronicamente
Luiz Alberto Machado Júnior
Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 0055097-54.2015.8.11.0041
ESPÉCIE: [Capacidade]
CURADORA: ELIDA LEMES DO NASCIMENTO
INTERDITADA: LARRISA LEMES DA CONCEICAO
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Paralisia Quadriplégica CID G80.0
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Larrisa Lemes da Conceição, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. Elida Lemes do Nascimento, genitora da curatelada, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas pela parte requerida, contudo, anotando-se ser esta beneficiária da justiça gratuita. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 3 de outubro de 2019
Assinado eletronicamente
Luiz Alberto Machado Júnior
Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1022112-10.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: LUCIMAR MACHADO DE SOUZA
INTERDITADO: ALLAN VICTOR SOUZA XAVIER
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de paralisia cerebral hemiplegia espastica
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Allan Victor Souza Xavier, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Lucimar Machado de Souza, genitora do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o

curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 7 de outubro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1009391-89.2019.8.11.0041

ESPÉCIE: [ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, HONORÁRIOS PERICIAIS, CITAÇÃO, LIMINAR, MINISTÉRIO PÚBLICO, PROVAS]

CURADORA: ARMINDA MOURA DE AVILA MOURAO

INTERDITADA: LEONILDA MOURA DE AVILA

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: portadora de deficiência mental

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Leonilda Moura de Ávila, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, nomeio a Srª. Arminda Moura de Ávila Mourão, irmã da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 7 de outubro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1023160-38.2017.8.11.0041

ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]

CURADOR: SERGIO PASCOLI ROMANI

INTERDITADO: BRUNO RODRIGUES ROMANI

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: portador de ‘Esquizofrenia Paranoide’ (CID 10 F20.0)

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A CURATELA de BRUNO RODRIGUES ROMANI, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, mantenho a NOMEAÇÃO do Sr. SÉRGIO PASCOLI ROMANI, genitor do curatelando, como seu CURADOR, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelo Curador, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento do curatelado, conditio sine qua non para a expedição do termo correlato. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas pelo requerido, suspensa, todavia, em razão dos benefícios da assistência judiciária gratuita a que faz jus. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 10 de outubro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1004201-48.2019.8.11.0041

ESPÉCIE: [Curadoria dos bens do ausente]

CURADORA: HOSANA DA SILVA PERUARE

INTERDITADO: DOUGLAS DA SILVA PERUARE

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Quadro clínico compatível com Retardo Mental Moderado (CID 10 F71) e Epilepsia (CID 10 G40)

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO

O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Douglas da Silva Peruare, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Hosana da Silva Peruare, genitora do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento do curatelado, conditio sine qua non para a expedição do termo correlato. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 31 de outubro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 0029118-56.2016.8.11.0041
ESPÉCIE: [BEM DE FAMÍLIA]
CURADORES: HELENA FERREIRA DA SILVA MOESSA e JOÃO MOESSA DE LIMA
INTERDITADO: ROOSEVELT LUIS FERREIRA MOESSA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador doença mental crônica
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: Por conseguinte, NOMEIO a Sra. Helena Ferreira da Silva Moessa e o Sr. João Moessa de Lima, genitores do curatelando, respectivamente, como seus CURADORES, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, c.c. artigo 1.775-A, ambos do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistirem o interditado (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promoverem tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do interdito e dos curadores, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelos Curadores. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da a

ssistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 31 de outubro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1017423-54.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: EDUZE GOMES DA SILVA
INTERDITADO: ENEDINO BATISTA GOMES
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: portador de Alzheimer (CID 10 G30.0)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de Enedino Batista Gomes, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Eduze Gomes da Silva, irmã do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento do curatelado, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 31 de outubro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1042088-03.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Capacidade]
CURADORA: ANGELITA DOS SANTOS
INTERDITADO: WILHAN FERNANDO DOS SANTOS ALMEIDA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de quadro clínico compatível com Retardo Mental Profundo (CID 10 F73), Eplepsia não especificada (CID 10 G40.9) e Paralisia Cerebral (CID 10 G80)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Wilhan Fernando dos Santos Almeida, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Angelita dos Santos Almeida, mãe do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, o qual deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da parte requerida, conditio sine qua non para a expedição do termo judicial. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1029572-48.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: NILZA DA SILVA LARA
INTERDITADO: MATHEUS MATSUO LARA ITIKI
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de retardo mental grave (CID 10 F72)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA, Matheus Matsuo Lara Itiki, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis, e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Nilza da Silva Lara, genitora do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, o qual deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da parte requerida, conditio sine qua non para a expedição do termo judicial. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1004862-27.2019.8.11.0041
ESPÉCIE: [Curadoria dos bens do ausente]
CURADORA: BRUNA FRANCISCA DE PAULA
INTERDITADO: EMILIO FRANCISCO DE PAULA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de Esquizofrenia (CID 10 F20)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA, Emilio Francisco de Paula, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Bruna Francisca de Paula, irmã do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, o qual deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo

demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1001649-81.2017.8.11.0041

ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]

CURADORA: IVONE IZIDORA DO NASCIMENTO

INTERDITADO: GREICE ISIDORA DO NASCIMENTO

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Apresenta quadro de rebaixamento global intenso da inteligência, bem como graves limitações com incontinência das funções fisiológicas

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA, Graice Isidora do Nascimento, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Sra. Ivone Izidora do Nascimento, genitora da curatelada, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, o qual deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da curatelada, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1032490-59.2017.8.11.0041

ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]

CURADORA: DAYANE CEZAR GONTIGIO RIBEIRO LEITE

INTERDITADO: JOSE APARECIDO GONTIGIO

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de Alzheimer

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Jose Aparecido Gontigio, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Dayane Cezar Gontigio Ribeiro Leite, filha do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, o qual deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento do curatelado, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1005044-13.2019.8.11.0041

ESPÉCIE: [ANTECIPAÇÃO DE TUTELA / TUTELA ESPECÍFICA]

CURADORA: JUCILENE DO NASCIMENTO

INTERDITADO: GILSANE APARECIDA DO NASCIMENTO

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Diagnosticada com Oligofrenia Moderada

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Gilsane Aparecida do Nascimento, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. Jucilene do Nascimento, irmã da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com

fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1004022-17.2019.8.11.0041

ESPÉCIE: [ANTECIPAÇÃO DE TUTELA / TUTELA ESPECÍFICA, Curadoria dos bens do ausente]

CURADORES: VALMIR CECILIO ARAUJO SIQUEIRA e MARCIO FERNANDES DE ARAUJO SIQUEIRA

INTERDITADA: SUELYM RODRIGUES DE ARAUJO

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portadora de demência na doença de Alzheimer de início tardio (CID 10 F001)

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Suelyn de Araújo Siqueira, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis, e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO o Sr. Valmir Cecílio de Araújo Siqueira e o Sr. Marcio Fernandes de Araújo Siqueira, filhos da curatelanda, respectivamente, como seus CURADORES, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, c.c. artigo 1.775-A, ambos do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistirem a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promoverem tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e dos curadores, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelos Curadores. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas recolhidas no ID. 18364797. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1034613-93.2018.8.11.0041

ESPÉCIE: [Capacidade]

CURADORA: ANA MARIA CATARINA DE AQUINO

INTERDITADO: ALESSANDRA ALLEN DE AQUINO SILVA

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portadora de Síndrome de Turner (CID 10 Q 96) e Escoliose não especificada (CID 10 M 41.9)

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Alessandra Allen de Aquino Silva, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. Ana Maria Catarina de Aquino, genitora da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da curatelada, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1003037-82.2018.8.11.0041

ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]

CURADORA: GLORINHA DE ALMEIDA
INTERDITADO: LUCIVALDO ALMEIDA DA CRUZ
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de retardo mental moderado e epilepsia (CID 10 F72 e G40.8)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA o Sr. LUCIVALDO ALMEIDA DA CRUZ, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. GLORINHA ALMEIDA DA CRUZ, genitora do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir ao curatelado (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do interdito e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, a ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da parte requerida, conditio sine qua non para a expedição do termo judicial. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela parte demandada. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 8 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1029752-64.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: LINDALVA FERREIRA MUNIZ
INTERDITADA: CONCEIÇÃO FERREIRA MUNIZ
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portadora de retardo mental grave (CID 10 F72-9)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Conceição Ferreira Muniz, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, nomeio a Srª. Lindalva Ferreira Muniz, irmã da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, o qual

deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da curatelada, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 11 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1009142-41.2019.8.11.0041
ESPÉCIE: [Capacidade]
CURADORES: JOSE SERGIO FAGUNDES ALVES JUNIOR, LENITA MAIA MINHO
INTERDITADO: DENIS RAFAEL MINHO FAGUNDES ALVES
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Diagnosticado com Transtornos Globais do Desenvolvimento (CID 10 F84) e Retardo Mental Moderado (CID 10 F71)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Denis Rafael Minho Fagundes Alves, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis, e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Sra. Maia Minho e o Sr. José Sergio Fagundes Alves Junior, genitores do curatelando, como seus CURADORES, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, c.c. artigo 1.775-A, ambos do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistirem o interditado (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promoverem tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do interdito e dos curadores, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelos Curadores. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos

para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 12 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1007464-88.2019.8.11.0041
ESPÉCIE: [Capacidade]
CURADOR: JAILSON DA SILVA BARBOSA
INTERDITADO: JOSEMAR DA SILVA BARBOSA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO:
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 487, I, do CPC e art. 1.775, § 1º, do CC/2002, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de substituir a curatela do Sr. Josemar da Silva Barbosa, transferindo para o seu irmão, Sr. Jailson da Silva Barbosa, que passará a ser seu curador e, por conseguinte, confirmo a liminar de ID. 18414012. Custas pelo requerido, suspensa, todavia, em razão dos benefícios da assistência judiciária gratuita concedida. O termo de curatela deverá ser assinado assim que registrada a sentença, incumbindo-se o curador de assistir o interditado em todos os atos da vida civil, devendo o curador observar o disposto nos artigos 1.774 e 1.781 do Código Civil. Publique-se na forma prevista no art. 755, § 3º, do NCPC. Transitada em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Serviço Registral de Pessoas Naturais, somente para constar a modificação da curadoria do interditado. Expeça-se o alvará de curatela. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 12 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1032602-28.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [Capacidade]
CURADORA: ROSEMARY DE FARIA FUKUSHIMA
INTERDITADA: ZITA DE FARIA FUKUSHIMA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Diagnosticada com doença de Alzheimer (CID 10 G30)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA, Zita de Faria Fukushima, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis, confirmando a liminar outrora deferida. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Sra. Rosemary de Faria Fukushima, filha da curatelada, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do interdito e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 13 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1016067-24.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: JACIRA MARIA MENDES
INTERDITADA: MARIA ESTELA DA SILVA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portadora de Retardo Mental Grave – comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento (CID 10 F 72.1)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA, Maria Estela da Silva, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, por conseguinte, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Sra. Jacira Maria Mendes, genitora da curatelada, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações

necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 18 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1018271-41.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, CAPACIDADE PROCESSUAL, CITAÇÃO, OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER, LIMINAR, Relações de Parentesco, Tutela e Curatela]
CURADORA: JANICE AUGUSTA DE SOUZA
INTERDITADA: THYSSYANNE EULICE FERNANDA SOUZA FARIA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portadora de CID 10F78 (retardo mental) - transtornos mentais e comportamentais
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA, THYSSYANNE EULICE FERNANDA SOUZA FARIA, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, NOMEIO da Srª. MARIZETE CORDEIRO DANTAS RIBEIRO, genitora da curatelada, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a curatelada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, o qual deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 18 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1031868-77.2017.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADOR: SERVIO TULIO MIGUEIS JACOB
INTERDITADA: PAOLA CORREA MIGUEIS JACOB
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Sofre de quadro de paralisia cerebral
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA PAOLA CORRÊA MIGUEIS JACOB, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, mantenho a NOMEAÇÃO do Sr. SÉRVIO TÚLIO MIGUEIS JACOB, genitor da curatelada, como seu CURADOR, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-lhe assistir a curatelada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da curatelada e de seu curador, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelo Curador. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 18 de novembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1006184-19.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]
CURADORA: RITA BEATRIZ BIONDO
INTERDITADA: ARYANE BIONDO BARRETO
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portadora de retardo mental leve (CID 10 F70.8) e ansiedade generalizada (CID 10 F41.1)
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Aryane Biondo Barreto, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. Rita Beatriz Biondo, genitora da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da interdita e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do

CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da curatelada, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da parte curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 18 de novembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1004334-27.2018.8.11.0041

ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]

CURADORA: MARIA NELI BIZERRA

INTERDITADO: FRANCISCO LUIS MARTINS BEZERRA

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Diagnosticado com quadro clínico compatível com Esquizofrenia Paranóide (CID 10 F20.0)

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Francisco Luiz Martins Bezerra, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. e, via de consequência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Maria Neli Bizerra, mãe do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, em razão dos benefícios da assistência judiciária gratuita concedida. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 2 de dezembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1031423-59.2017.8.11.0041

ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]

CURADOR: JARY GOMES FILHO

INTERDITADO: ESTEVAO DE CASTRO GOMES

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de 'Esquizofrenia Paranoide' (CID 10 F20.0)

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA ESTEVÃO DE CASTRO GOMES, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, mantenho a NOMEAÇÃO do Sr. JARY GOMES FILHO, genitor do curatelado, como seu CURADOR, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e de seu curador, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelo Curador, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento do curatelado, conditio sine qua non para a expedição do termo correlato. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas pelo requerido, suspensa, todavia, em razão dos benefícios da assistência judiciária gratuita a que faz jus e ora concedo. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.

Cuiabá-MT, 2 de dezembro de 2019

Assinado eletronicamente

Carlos Henrique Saliés Ribeiro

Gestor Judiciário

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO Nº 1040102-14.2018.8.11.0041

ESPÉCIE: [Tutela e Curatela]

REQUERENTE: MARIANA BENEDITA DO NASCIMENTO

REQUERIDO: ERNESTINA MARIA DO NASCIMENTO

CAUSAS DA INTERDIÇÃO: portadora de Esquizofrenia (CID 10 F20.8)

LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.

RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Ernestina Maria do Nascimento, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis e, em decorrência, confirmo a liminar concedida nos autos. Por conseguinte, mantenho a nomeação da Srª. Mariana Benedita do Nascimento, filha da curatelanda, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a interditada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei

13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local, 01 (uma) vez e no Órgão Oficial, por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da curatelada e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento da curatelada, conditio sine qua non para a expedição do termo de curatela. Expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita vindicada e que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
PROCESSO Nº 1043857-46.2018.8.11.0041
ESPÉCIE: [Relações de Parentesco]
CURADOR: CARLOS EDUARDO VIEIRA DE SOUZA
INTERDITADO: PEDRO VIEIRA SOUZA
CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Portador de deficiência mental desde o seu nascimento, sendo incapaz de gerir a sua vida civil.
LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS.
RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil e artigo 747 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de DECRETAR A INTERDIÇÃO de PEDRO VIEIRA DE SOUZA, qualificado nos autos, por incapacidade civil para exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 1.782 do CC/02, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, mantenho a NOMEAÇÃO do Sr. LOURENÇO VIEIRA DE SOUZA, genitor do interditado, como seu CURADOR, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de representar o interditado (requerido) em todos os atos da vida civil atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e do curador, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pelo Curador, ocasião em que deverá apresentar em juízo cópia da certidão de nascimento do requerido, conditio sine qua non para a expedição do termo judicial. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pelo demandado, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei.
Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019
Assinado eletronicamente
Carlos Henrique Saliés Ribeiro
Gestor Judiciário

Intimação

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1057740-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. E. E. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES OAB - MT12794-O (ADVOGADO(A))
SILVANIA ESQUIVEL VENTURA OAB - 884.024.521-91 (REPRESENTANTE)
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-O (ADVOGADO(A))
MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. F. J. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1057740-26.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27047557 - "(...) Desta feita, declino da competência para conhecer da causa e apreciá-la e, por conseguinte, após preclusa a via recursal, determino a remessa dos autos ao d. Juízo competente. Transitada em julgado, proceda-se com as baixas e anotações estilares. Às providências." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1057646-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. P. N. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR NEGRAO BACARJI OAB - MT26773/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
K. F. D. M. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1057646-78.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27032441 - "(...) Desta feita, declino da competência para conhecer da causa e apreciá-la e, por conseguinte, após preclusa a via recursal, determino a remessa dos autos ao d. Juízo competente. Transitada em julgado, proceda-se com as baixas e anotações estilares. Às providências." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1058964-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. T. N. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO LINS RIOS OAB - MT23813/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. N. D. S. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1058964-96.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID

27236681 - "VISTOS, ETC. Analisando a peça de ingresso, verifico que o valor atribuído à causa está em desconformidade com as disposições contidas no art.292, do NCPC. Desta feita, faculto a emenda à inicial, o prazo de 15 (quinze) dias, para que, retifique o valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. De outro viés, necessário salientar que a parte autora, postula a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, todavia, não acostou ao feito a necessária e indispensável declaração de hipossuficiência, a ser firmada por ela, bem assim qualquer documento que demonstre que preenche os requisitos para o deferimento da benesse pretendida, assim, faculto que seja acostado ao feito, do mesmo lapso suso, a fim de regularizar a situação apontada, sob pena de ser indeferido o benefício de assistência judiciária. Às providências." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1037076-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. L. H. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZANA FERREIRA DA SILVA OAB - GO49014 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. A. F. F. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAYANNY DE ALMEIDA FARIA OAB - MT9290-B (ADVOGADO(A))
JARBAS LEITE FERNANDES OAB - MS2468 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1037076-71.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA, através de seu(sua)(s) advogado (a,s), via DJE, acerca da decisão de ID 26974657, bem como para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 28/01/2020, às 14:20 horas, neste Fórum da Capital, oportunidade em que deverá comparecer portando todos seus documentos pessoais e acompanhada de advogado(a)(s)/Defensor(a) Público, CIENTIFICANDO-A de que a audiência ora designada poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual (art. 696, do CPC). Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0009246-02.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. G. G. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CRISTOVAO MARTINS JUNIOR OAB - MT13294-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. G. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAN COLETA DUARTE OAB - MT25266-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 0009246-02.2009.8.11.0041 Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, tendo em vista o cálculo de ID 27412036, impulsiono os autos para intimar as partes Exequente e Executada a fim de, querendo e no prazo legal, sobre ele se manifestar e, após, para colher o parecer ministerial e irem conclusos. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Despacho Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1054216-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANAIR APARECIDA DE LIMA (INTERESSADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADALBERTO JORGE VERAS DE CARVALHO (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº. 1054216-21.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Acostado ao feito a resposta do BacenJud, prossiga-se no cumprimento do despacho de outrora. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1022896-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO ALMEIDA ZAITUNE (REQUERENTE)
MARIA FATIMA GOMES ALMEIDA ZAITUNE (REQUERENTE)
MAIRA ALMEIDA ZAITUNE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO MENDES VILAS BOAS OAB - MT10121-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE RUBENS DO AMARAL ZAITUNE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1022896-50.2019 VISTOS, ETC. Analisando os autos, defiro o pedido de expedição de alvará, para o levantamento da quantia informada no ID. 21518656, para pagamento das custas e taxas processuais, devendo em sequência ser comprovado nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Lado outro, determino a intimação da inventariante para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, cumpra, integralmente, a decisão de ID. 20790997, sob pena de remoção do cargo. Caso a inventariante, intimada por meio de seus patronos habilitados, não cumpra a decisão supra, determino, desde já, a sua intimação pessoal, para a implementação do outrora determinado. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1055562-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
W. D. S. O. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVILLIN KAREN FLORES DA SILVA OAB - MT26069/O (ADVOGADO(A))
RENATA ALVES BEZERRA OAB - MT25757/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. C. M. D. A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA ALVES BEZERRA OAB - 292.861.608-01 (PROCURADOR)
EVILLIN KAREN FLORES DA SILVA OAB - 039.003.731-16 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1055562-07.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27073180 - "(...) ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil/2015, HOMOLOGO, por sentença, os termos do acordo entabulado entre as partes, ID 26513516, para que sejam produzidos seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, DECRETO O DIVÓRCIO do casal Ligia Cristina Miranda D'Avila e Wanderson dos Santos Oliveira, com a consequente extinção do vínculo conjugal, bem assim para que sejam implementadas as demais obrigações assumidas na avença, notadamente àquelas atinentes à guarda compartilhada, com residência fixa no lar da genitora, alimentos e regulamentação de visita da filha menor. Transitada em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Serviço Registral Civil competente, bem assim, se necessário, o correlato Formal de Partilha, ficando o Serviço Registral, autorizado a exigir, se necessário, os comprovantes de recolhimento de eventual imposto devido. Desnecessária a inscrição no livro E do Cartório Local, nos termos do Provimento nº 43/2012, da CGJ. Ciência ao Ministério Público. Por fim, tendo em vista o acordo realizado, condeno os interessados ao pagamento, pro rata, das custas e despesas processuais, todavia, suspensa a exigibilidade em decorrência da gratuidade concedida. Após, promovam-se as anotações e baixas necessárias e o arquivamento dos autos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor

Judiciário

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056835-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. G. M. F. (AUTOR(A))
E. H. M. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
ALINE BORGES GUIMARÃES OAB - MT17214/B (ADVOGADO(A))
LUIZ EDUARDO LOPES JUNIOR OAB - MT13879-N (ADVOGADO(A))
LAURA REGINA MONTEIRO DOS SANTOS OAB - 697.248.731-53 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. B. M. F. J. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
KESIA MARTINS FORTES DOS REIS OAB - MT16125-B (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1056835-21.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27065944 - "(...) Isso posto, em observância ao binômio necessidade-possibilidade e, diante da notícia de que o requerido já arcava com as alusivas despesas, reconsidero a decisão outrora exarada para, tão somente, acrescentar ao importe já definido, que o requerido seja compelido a efetuar o pagamento dos materiais escolares do infante João Gabriel, bem como o pagamento integral das despesas relativas aos planos de saúde dos menores, os quais deverão ser quitados na data de seu vencimento pelo genitor. Por outro lado, no tocante ao pedido liminar para que sejam disponibilizados os rendimentos auferidos pelo requerido perante a Receita Federal, bem como quebra de sigilo fiscal e pesquisa junto ao Renajud e Infojud, entendo que não merece acolhimento. Isso, pois, em consonância ao artigo 5ª, incisos X e XII, ambos da Constituição Federal, versam acerca das quebras de sigilo bancário e fiscal, as quais, constituem em medidas excepcionais, a serem adotadas somente quando não houver outro meio de demostrar a capacidade financeira do alimentante. Desta feita, tendo em vista que o requerido sequer fora citado nos autos, INDEFIRO a alusiva pretensão. Por derradeiro, proceda-se com o necessário para o regular processamento do feito. Ciência ao Ministério Público. Às providências." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1042913-44.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DO CARMO ASSUNCAO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
URSULINA DO CARMO BUENO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ EDITAL DE INTERDIÇÃO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS PROCESSO Nº 1042913-44.2018.8.11.0041 ESPÉCIE: [Tutela e Curatela] CURADORA: ROSANGELA DO CARMO ASSUNCAO INTERDITADO: URSULINA DO CARMO BUENO CAUSAS DA INTERDIÇÃO: portadora de CID 10 – G 30.0 (Doença de Alzheimer de início precoce) LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS. RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA, URSULINA DO CARMO BUENO, qualificada nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. Por conseguinte, mantenho a nomeação de ROSANGELA DO CARMO ASSUNÇÃO, filha da curatelada, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir a curatelada (requerida) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome da curatelada e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento da curatelada, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas e honorários pela demandada, todavia, suspensa a sua exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita que ora concedo, eis que se extrai dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, atendendo aos ditames do art. 98 do CPC/2015. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019 Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Despacho Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1039674-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO DIAS DE AMORIM (REQUERENTE)
GERMANO DIAS DE AMORIM (REQUERENTE)
DOMINGOS DIAS DE AMORIM (REQUERENTE)
MARLENE DIAS DE AMORIM (REQUERENTE)
MARIA DAS NEVES AMORIM (REQUERENTE)
LEONE DIAS DE AMORIM (REQUERENTE)
ANTONIO DIAS DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
uilzania sobrinho Castanon Salustiano OAB - MT16090-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO DIAS DE AMORIM (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1039674-95.2019 VISTOS, ETC. Preliminarmente, vislumbro que o interessado Antonio Dias de Amorim outorgou poderes a advogada, de maneira que deverão ser realizadas as anotações de praxe. Lado outro, considerando que os demais interessados, Leone, Germano, Benedito, Domingos, Marlene e Maria, à princípio, permanecem assistidos pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, determino a intimação da Defensora Pública em atuação perante esta serventia para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar aquiescência com o plano de partilha amigável colacionado no ID. 26981340, bem assim, querendo, declinar as contas bancárias de titularidade dos interessados a fim de proceder com o levantamento da quantia a ser partilhada no feito. De outro norte, verifico que o nome do genitor do inventariado está divergente no documento colacionado no ID. 23743305 (certidão de óbito) e de ID. 26962692, de forma que necessários esclarecimentos, razão pela qual, concedo o prazo de 30 (trinta) dias para tanto. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1022896-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO ALMEIDA ZAITUNE (REQUERENTE)
MARIA FATIMA GOMES ALMEIDA ZAITUNE (REQUERENTE)
MAIRA ALMEIDA ZAITUNE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO MENDES VILAS BOAS OAB - MT10121-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE RUBENS DO AMARAL ZAITUNE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1022896-50.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 21580813 - "VISTOS, ETC. Analisando os autos, defiro o pedido de expedição de alvará, para o levantamento da quantia informada no ID. 21518656, para pagamento das custas e taxas processuais, devendo em sequência ser comprovado nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Lado outro, determino a intimação da inventariante para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, cumpra, integralmente, a decisão de ID. 20790997, sob pena de remoção do cargo. Caso a inventariante, intimada por meio de seus patronos habilitados, não cumpra a decisão supra, determino, desde já, a sua intimação pessoal, para a implementação do outrora determinado. Às providências." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0014731-07.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. C. D. O. P. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO MORAIS GOMES OAB - MT22449-O (ADVOGADO(A))
DANYELE APARECIDA GOMES DE AQUINO OAB - MT9140-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA DANIELA MORAIS GOMES OAB - MT8829-O (ADVOGADO(A))
BERARDO GOMES OAB - MT3587-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. P. P. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 0014731-07.2014.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27400126 - "VISTOS, ETC. Ante o teor da certidão de ID. 27255345, expeça-se o necessário para o arquivamento provisório do presente feito, condicionando o desarquivamento à nova manifestação da parte exequente ou até que sobrevenha informação do cumprimento do mandado de prisão. Ciência ao Ministério Público. Às providências." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1007148-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THAYLISE FERREIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LETICIA KRISTINY GARAY RODRIGUES DE MORAES OAB - MT25736/O (ADVOGADO(A))
DILMA DE FÁTIMA RODRIGUES DE MORAIS OAB - MT2826-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL FERREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1007148-75.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27452744. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1059813-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. C. M. D. A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO DE MATOS OAB - 977.958.101-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. S. A. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1059813-68.2019.8.11.0041 Certifico que, por meio desta, faço a intimação da parte AUTORA/REQUERIDA, através de seu(sua)(s) advogado(a,s), via DJE, acerca da decisão/sentença de ID 27487834 - "(...) Diante do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, diante dos comprovantes de pagamentos acostados aos autos, no que diz respeito à pensão em pecúnia e, por conseguinte, determino que se intime o executado para que, no prazo de 48 horas, efetue o pagamento do débito atinente às mensalidades escolares, atualizado no ID. 26567197, no importe de R$ 8.850,08, sob pena de ser decretada a sua prisão civil. Sobrevindo aos autos o alusivo comprovante de pagamento ou, decorrido in albis o mencionado interregno, manifeste-se a parte exequente em prosseguimento, oportunidade em que deverá apresentar o cálculo atualizado do débito exequendo. De outro viés, no que atine a pretensão da concessão da justiça gratuita, vindicada pelo executado em sua peça impugnatória, evola-se que, não obstante as alegações, não houve prova efetiva da condição de hipossuficiente. Em decorrência, considerando a inexistência de elementos autorizadores dos benefícios da assistência judiciária gratuita no caso dos autos, haja vista que ressai da peça de ingresso que o executado é médico e, em razão da sua profissão, a simples arguição de miserabilidade, desacompanhada de documentos que deixem entrever a situação ventilada, não é suficiente para demonstrar a alegada insuficiência de recursos, indefiro o benefício da assistência judiciária pretendida. Ciência ao Ministério Público. Às providências." Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Despacho Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1000409-23.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO RIVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO CRESTANI FAVA OAB - MT13031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR RIVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ALYNE RIVA RANIERI (HERDEIRO)
MIRELLA RIVA (HERDEIRO)
JULIETHE APARECIDA MIRANDA RIVA (HERDEIRO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo n.º 1000409-23.2018 VISTOS, ETC. Compulsando os autos, vislumbro que no plano de partilha amigável de ID. 17778790, está sendo partilhado números inexatos de bovinos para cada herdeiro (23,33 garrotes para cada filho), assim como não esclarece a quantidade de bovinos já vendidos e o remanescente, não restando clara a forma de partilha dos valores depositados no feito. Desta feita, concedo o prazo de 30 (trinta) dias, para que seja retificado a referida minuta de partilha. No alusivo interregno, o inventariante deverá esclarecer quanto a eventual hipoteca que recai sobre o bem matriculado sob o nº 60.608 e carrear ao feito a certidão negativa de dívida expedida pela Prefeitura de Acorizal/MT, em nome do falecido. Sem prejuízo, no prazo suso mencionado, deverá aportar ao feito a certidão de inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 845258 Nr: 48969-86.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VMPDN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDSON CRIVELATTI - OAB:8887
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HELENO BOSCO SANTIAGO DE BARROS - OAB:6.587
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) JÕAO BATISTA

ALVES BARBOSA JUNIOR, para devolução dos autos nº 48969-86.2013.811.0041, Protocolo 845258, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Decisão

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1016030-94.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT (REQUERENTE)
JOYLSON RODRIGUES BITTENCOURT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL FERNANDES FABRINI OAB - MT6667-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO RODRIGUES (INVENTARIADO)
ALDMIR BITTENCOURT RODRIGUES (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
ALBERTO PAMPADO NETO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1016030-94.2017.8.11.0041 REQUERENTE: JOYLSON RODRIGUES BITTENCOURT, JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT INVENTARIADO: ALDMIR BITTENCOURT RODRIGUES, JOAO RODRIGUES Vistos etc. 1. Intime-se a inventariante para que, no prazo de 30 (trinta) dias, cumpra, integralmente, o item 3 da decisão n.º 7356684, atribuindo valor ao imóvel inventariado; regularizando as cessões de direito hereditários informadas na declaração inicial; trazendo as certidões negativas de débitos dos falecidos ALDMIR BITTENCOURT RODRIGUES e JOÃO RODRIGUES e o comprovante do recolhimento/isenção do ITCD, ou requeira o que entender de direito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito com fundamento no art. 485, IV, do CPC. 2. Cumpridas tais determinações, renove-me à conclusão para homologação e não havendo cumprimento, certifique-se e, igualmente, renove-me à conclusão. 3. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, 16 de outubro de 2017. Alberto Pampado Neto Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1057529-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE SILVA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX DE LAURA DALTRO DE SOUZA OAB - MT16382-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CINDY INDY PECANHA (RÉU)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº. 1057529-87.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Inicialmente, necessário salientar que a parte autora postula a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, todavia, não acostou ao feito a necessária e indispensável declaração de hipossuficiência, a ser por ele firmada, bem assim qualquer documento que demonstre que preenche os requisitos para o deferimento da benesse pretendida, assim, faculto que seja acostado ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de regularizar a situação apontada, sob pena de ser indeferido o benefício de assistência judiciária. Decorrido o aludido interregno sem qualquer manifestação, certifique-se e, em seguida, conclusos. Por outro lado, atendida a determinação supra, após certificada a ocorrência, prossiga no cumprimento da decisão que se segue. Outrossim, tendo em vista que as ações que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, devem tramitar em segredo de justiça, conforme o art. 189, inciso II, do NCPC, determino que o presente feito seja processado em segredo de justiça. Prosseguindo, trata-se de Ação de Alimentos, Guarda e Regulamentação de Visita do Filho ajuizada por Benjamin Arthur de Souza Peçanha representado por seu genitor Eliane Silva de Souza em face de Cindy Indy Peçanha, todos qualificados nos autos. Ressai da peça de ingresso, que a representante legal do menor se relacionou com o requerido e, desta união, adveio o filho, Benjamin Arthur de Souza Peçanha. Depreende-se da r. peça de ingresso, o menor está sob a guarda de fato da genitora, razão pela qual, postula, a fixação dos alimentos, no percentual de 50% do salário mínimo, além de arcar com 50% das despesas relativas a consulta médica e medicamentos, bem como que seja regulamentada a guarda e o direito de visita do menor. Em seguida, vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Inicialmente, diante da diversidade de pretensão, assinalo que o feito será processado em conformidade com o art. 693 e s.s. Código de Processo Civil de 2015. Outrossim, vislumbro que o autor postula a fixação dos alimentos para o filho menor. A despeito, diante da demonstração da inequívoca relação de parentesco, bem assim em razão da obrigação conjunta dos genitores na assistência ao filho e, ainda, tendo em vista o binômio necessidade-possibilidade, ARBITRO alimentos provisórios no valor equivalente a 40% (quarenta pontos percentuais) do salário mínimo vigente, a serem pagos até o dia 10 (dez) de cada mês, e depositados na conta de titularidade da representante legal do menor, a saber, conta poupança 00074654-0, agência nº 0016, operação 013, da Caixa Econômica Federal. Na sequência, com fulcro no artigo 695 do NCPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 27 de fevereiro de 2020, às 15h20min, por ausência de data anterior na pauta. Cite-se o requerido e intimem-se as partes com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para que compareça à audiência de conciliação supra designada, acompanhada de seu advogado/defensor público (art. 695, §§ 2º, 4º, ambos do NCPC). Ademais, ressalto que o mandado de citação deverá conter apenas os dados necessários à audiência e estar desacompanhado da petição inicial (art. 695, § 1º, do NCPC), bem assim a ressalva que a ausência injustificada da parte autora ou da requerida na audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do artigo 334, §8º, do referido diploma legal. De outro viés, caso não haja acordo entre as partes na audiência, passa-se a incidir as normas do procedimento comum, podendo a parte requerida apresentar contestação, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir da realização da audiência ou do protocolo do pedido de cancelamento do ato, eventualmente apresentado pelo requerido no lapso legal, caso a parte autora tenha manifestado o desinteresse em sua realização, além das advertências do artigo 344 do Novo Código de Processo Civil. Por ocasião da citação, o requerido também deverá ser intimado, quanto aos alimentos provisórios fixados e que estes são devidos desde a citação (art. 13, §2º, da lei nº 5.478/1968. Lado outro, no que atine ao pleito da regulamentação da guarda e direito de visitas do menor, não sobrevindo acordo na audiência de conciliação designada, desde já determino que se intime a equipe técnica deste Juízo, na pessoa da psicóloga e assistente social, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda com a realização de estudo psicossocial na residência das partes, a fim de auxiliar este juízo na análise da pretensão. Ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1055493-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MIRYAN CASTRILLON DO CARMO MACHADO (REQUERENTE)
EULER EMANOEL DO CARMO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THOMAS UBIRAJARA CALDAS DE ARRUDA OAB - MT17009/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILCE CASTRILLON DO CARMO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº. 1055493-72.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Recebo a emenda à inicial, por conseguinte verifico que os interessados acostaram aos autos o comprovante de pagamento da guia de distribuição processual, ID. 26523595. Prosseguindo, vislumbro tratar-se de Ação de Interdição com Pedido de Tutela de Urgência de Curatela Compartilhada Provisória ajuizada por Miryan Castrillon do Carmo Machado e Euller Emanoel do Carmo Junior, em face de Nilce Castrillon do Carmo, todos qualificadas nos autos. Relata na exordial, que a interditanda é mãe dos requerentes e que

esta é portadora de Mal de Alzheimer (CID10 G30.9), patologia que agravou-se após ter sofrido um AVC, gerando, desde então, comprometimento cognitivo grave e perda completa de autonomia, o que a torna incapaz de praticar mesmo os atos mais simples da vida. Em decorrência, os requerentes postulam a concessão de tutela provisória para que sejam nomeados como curadores especiais da requerido, na qualidade de filhos. Vindica, ainda, a interdição definitiva da demandada. Vieram-me os autos conclusos. É o Relatório. Decido. Analisando o pedido de tutela provisória vindicada, necessário salientar que o artigo 749, parágrafo único, do Código de Processo Civil autoriza ao magistrado a nomeação de curador provisório ao interditando, quando houver justificada urgência. O artigo 300, caput, da lei processual, por sua vez, exige, para o deferimento da tutela provisória de urgência, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, constato que tais requisitos legais se perfazem presentes. Isso, pois, evola-se do atestado médico encartado no ID. 26499434, que a interditanda possui diagnóstico de transtorno neurocognitivo maior, do tipo Alzheimer, com comprometimento cognitivo grave, dependendo de terceiros para atividades da sua vida diária, deixando entrever que não possui autonomia para praticar os atos corriqueiros da vida civil, evidenciando, assim, a probabilidade do direito. De outro vértice, também constato a presença do fundado receio de dano, diante do quadro de saúde da interditanda, uma vez que esta, a princípio, não possui o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, evidenciando que a demora poderá ocasionar prejuízo com relação a sua própria pessoa e a gestão de seus bens. Pondero, ainda, que não vislumbro o perigo de irreversibilidade do deferimento da tutela de urgência vindicada, a qual poderá ser revogada a qualquer momento. Demais disso, a lei possibilita o exercício da curatela compartilhada, senão vejamos: Art. 1.775-A. Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) . Logo, em face das alegações apresentadas, imperativo o deferimento da curatela provisória, em razão da aptidão dos autores de maneira conjunta a curatela da demandada, o que, sem dúvidas, atenderá ao melhor interesse da mesma. No mais, não se pode deixar de mencionar que a ação de interdição é instrumento processual destinado à defesa dos interesses do incapaz, sendo de rigor, no caso dos autos, a concessão da tutela provisória postulada. Nesse sentido, válido destacar o seguinte ensinamento sobre a curatela, in verbis: “a curatela, em sua figura básica, visa proteger a pessoa maior, padecente de alguma incapacidade ou de certa circunstância que impeça a sua livre e consciente manifestação de vontade, resguardando-se com isso, também, o seu patrimônio” (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Manual de Direito Civil – volume único. São Paulo: Saraiva 2017. 1ª. p. 1.421). Ante o exposto, com supedâneo nos artigos 300 e 749, parágrafo único, ambos da Lei Processual, DEFIRO o pedido de tutela, por conseguinte, NOMEIO a Sra. Miryan Castrillon do Carmo Machado e o Sr. Euller Emanoel do Carmo Junior (filhos) como curadores provisórios da requerida Nilce Castrillon do Carmo, a fim de que possam assisti-la nos atos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 da Lei 13.146/2015). Em decorrência, determino seja lavrado o termo de compromisso, nos moldes do artigo 759 do Código de Processo Civil, ficando autorizado, provisoriamente, aos curadores ora nomeados, a realizar os atos necessários para gerir e administrar os bens da curatelada, ressaltando que, por ora, o exercício de seu munus será exclusivamente para fins de postulação de benefício perante o INSS, o recebimento de valores correlatos ante instituição bancária, representação perante entidades médico-hospitalares e demais atos inerentes a ambas, bem como representação perante órgãos públicos e empresas privadas, ficando os curadores provisórios obrigados à prestação de contas quando instada para tanto, observando-se, inclusive, o disposto no artigo 553 do CPC e as respectivas sanções. Lavre-se o Termo de Curatela Provisória, devendo constar que fica terminantemente vedada à alienação ou oneração de quaisquer bens imóveis, móveis ou de qualquer outra natureza, pertencentes a interditanda, e ainda, a proibição dos curadores de fazerem empréstimo bancário/financiamento em nome da interditanda, salvo, em quaisquer das hipóteses, com autorização judicial. No mais, designo audiência para entrevista do interditando (art. 751 do CPC) para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 14h00min. Cite-se a interditanda, cientificando-a, ainda, que, querendo, poderá impugnar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da referida audiência, bem como lhe é facultado constituir advogado (CPC, arts. 751 e 752). Esclareço que o Oficial de Justiça deverá observar o disposto no artigo 245, §1º, do Código de Processo Civil. Consigno, ainda, que, nos termos do art. 752, § 2º, do CPC, caso a interditanda ou qualquer das pessoas nominadas no §3º do referido artigo, não intervenham no processo, nomeio para exercer o múnus de curador especial, o núcleo de Atendimento da Defensoria Pública deste Estado, na pessoa de um de seus i. Defensores, que deverá ser intimado para ciência da nomeação, bem assim para requerer o que entender de direito. No mais, tendo em vista a necessidade de realização de perícia médica, e considerando que estão suspensas as perícias agendadas por este juízo, que seriam realizadas por médico oficial credenciado pela Secretaria de Justiça, mas tendo em vista que a parte autora não é beneficiária da assistência judiciária gratuita, NOMEIO, para a realização do ato, o Dr. Zanizor Rodrigues da Silva, médico psiquiatra, com consultório na Avenida das Flores, 797 - Jardim Cuiabá - CEP: 78043-172, nesta cidade, Fone: (65) 3624-3238 e (65) 3321-0768. Diante das disposições insertas no artigo 82 do novo Código de Processo Civil, tem-se que a antecipação das despesas com a perícia deve ser efetuada pelos requerentes, devendo constar no mandado de intimação do especialista nomeado tal informação. Ressalte-se que compete às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar quesitos, bem assim, se entenderem necessário, impugnar a indicação do perito e indicar assistente técnico, nos termos do artigo 465 do NCPC. Acostado ao feito os quesitos das partes, e não havendo impugnação atinente à nomeação efetuada, o profissional deverá ser intimado por mandado, o qual deverá ser instruído com cópia dos quesitos formulados, para se manifestar, em 05 dias, se concorda em realizar a perícia, e, se positivo, apresentar proposta de honorários e forma de pagamento, devendo desde já ser esclarecido que a perícia consistirá em responder os quesitos formulados com base nos documentos acostados ao processo e outros que a requerente entender por bem encartar a fim de melhor instruir o feito. De outro viés, o expert terá o mesmo prazo de 05 dias, a contar da intimação, para recusar o munus, mediante petição fundamentada. Aportado aos autos à proposta de honorários, manifestem-se as partes no prazo comum de 05 dias e, na sequência, conclusos para arbitramento, nos termos do artigo 465, §3º, do NCPC. De qualquer forma, consigno, desde já, que fixados os honorários por este juízo, o perito deverá ser novamente intimado o qual, não apresentando irresignação no que atine ao quantum, designará data, local e horário para a realização do ato, informando este juízo com antecedência de 30 dias, para que seja possível a intimação das partes. Realizado o ato pericial, o especialista terá o prazo de 20 dias para encaminhar o respectivo laudo, o qual conterá os elementos especificados no artigo 473 do CPC/2015. Com a perícia nos autos, abra-se vista para manifestação em 15 dias, mesmo lapso em que os pareceres dos assistentes técnicos deverão aportar ao feito (artigo 477 do NCPC). Ciência ao Ministério Público. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1057484-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. R. K. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANAYARA CRISTINA KINASZ OAB - 703.513.251-15 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO FELICIANO DE MORAIS (RÉU)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº. 1057484-83.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Ciente da decisão de ID. 26819686. Por conseguinte, vislumbro que a parte autora pretende a concessão da assistência judiciária gratuita, encartando aos autos declaração de hipossuficiência, e, por extrair-se dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, nos termos do art. 98 do CPC/2015, concedo-lhe o benefício pretendido. Outrossim, tendo em vista que as ações que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, devem tramitar em segredo de justiça, conforme o art. 189, inciso II, do NCPC, determino que o presente feito seja processado em segredo de justiça. Prosseguindo, trata-se de Ação de Alimentos e Regulamentação da Guarda ajuizada por

Maria Regina Kinasz Feliciano, representada por sua genitora Anayara Cristina Kinasz em face de Thiago Feliciano de Moraes, todos qualificados nos autos. Ressai da peça de ingresso, que a representante legal da menor se relacionou com o requerido e, desta união, adveio à filha, Maria Regina Kinasz Feliciano. Depreende-se da r. peça de ingresso, que desde o término do relacionamento dos genitores, a infante reside com a mãe, razão pela qual, postula, a fixação dos alimentos, no importe de R$350,00, bem como que seja regulamentada a guarda e o direito de visita da menor. Em seguida, vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Inicialmente, diante da diversidade de pretensão, assinalo que o feito será processado em conformidade com o art. 693 e s.s. Código de Processo Civil de 2015. Outrossim, vislumbro que o autor postula a fixação dos alimentos para a filha menor. A despeito, diante da demonstração da inequívoca relação de parentesco, bem assim em razão da obrigação conjunta dos genitores na assistência a filha e, ainda, tendo em vista o binômio necessidade-possibilidade, ARBITRO alimentos provisórios no valor equivalente a 35% (trinta e cinco pontos percentuais) do salário mínimo vigente, a serem pagos até o dia 10 (dez) de cada mês, e depositados na conta de titularidade da representante legal da menor, a saber, conta 1016333-1, agência nº 0417-0, do Banco Bradesco. Na sequência, com fulcro no artigo 695 do NCPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05 de março de 2020, às 15h00min, por ausência de data anterior na pauta. Cite-se o requerido e intimem-se as partes com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para que compareça à audiência de conciliação supra designada, acompanhada de seu advogado/defensor público (art. 695, §§ 2º, 4º, ambos do NCPC). Ademais, ressalto que o mandado de citação deverá conter apenas os dados necessários à audiência e estar desacompanhado da petição inicial (art. 695, § 1º, do NCPC), bem assim a ressalva que a ausência injustificada da parte autora ou da requerida na audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do artigo 334, §8º, do referido diploma legal. De outro viés, caso não haja acordo entre as partes na audiência, passa-se a incidir as normas do procedimento comum, podendo a parte requerida apresentar contestação, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir da realização da audiência ou do protocolo do pedido de cancelamento do ato, eventualmente apresentado pelo requerido no lapso legal, caso a parte autora tenha manifestado o desinteresse em sua realização, além das advertências do artigo 344 do Novo Código de Processo Civil. Por ocasião da citação, o requerido também deverá ser intimado, quanto aos alimentos provisórios fixados e que estes são devidos desde a citação (art. 13, §2º, da lei nº 5.478/1968. Lado outro, no que atine ao pleito da regulamentação da guarda e direito de visitas da menor, não sobrevindo acordo na audiência de conciliação designada, desde já determino que se intime a equipe técnica deste Juízo, na pessoa da psicóloga e assistente social, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda com a realização de estudo psicossocial na residência das partes, a fim de auxiliar este juízo na análise da pretensão. Ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1058998-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALO NUNES DA COSTA (REQUERENTE)
WENDER JUNIOR NASCIMENTO DA COSTA (REQUERENTE)
IGOR LUCAS NASCIMENTO COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO EURICO MARQUES LUZ OAB - MT6070-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA FERREIRA DO NASCIMENTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº. 1058998-71.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Inicialmente, vislumbro que a parte autora pretende a concessão da assistência judiciária gratuita, encartando aos autos declaração de hipossuficiência, e, por extrair-se dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, nos termos do art. 98 do CPC/2015, concedo-lhe o benefício pretendido. Por conseguinte, vislumbro tratar-se de Ação de Interdição e Curatela com Pedidos de Tutela Antecipada Urgente para nomeação de Curador e Outros Pedidos ajuizada por Wender Junior Nascimento da Costa, Igor Lucas Nascimento Costa e Gonçalo Nunes da Costa em face de Maria Aparecida Ferreira do Nascimento Costa, todos qualificados nos autos. Relatam na exordia, que a interditanda é portadora de Encefalite Viral "que é uma inflamação no cérebro que ocorre quando um vírus infecta esse órgão, hodiernamente, há a cura, não obstante, o tratamento deve ter início o mais rápido possível, para que se evite complicações como ocorreu com a Requerida", o que a torna incapaz de praticar mesmo os atos mais simples da vida. Em decorrência, os requerentes postulam a concessão de tutela provisória para que seja nomeado como curador especial da requerida, o Sr. Wender Junior. Vindica, ainda, a concessão da assistência judiciária gratuita, além da interdição definitiva da demandada. Vieram-me os autos conclusos. É o Relatório. Decido. Analisando o pedido de tutela provisória vindicada, necessário salientar que o artigo 749, parágrafo único, do Código de Processo Civil autoriza ao magistrado a nomeação de curador provisório a interditanda, quando houver justificada urgência. O artigo 300, caput, da lei processual, por sua vez, exige, para o deferimento da tutela provisória de urgência, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, constato que tais requisitos legais se perfazem presentes. Isso, pois, evola-se do atestado médico anexado no ID. 27234122 - Pág. 1, que a interditanda é portadora de sequelas graves de encefalite viral, com estado cognitivo comportamental comprometido, apresentando alterações de comportamento e linguagem, deixando entrever que não possui autonomia para praticar os atos corriqueiros da vida civil, evidenciando, assim, a probabilidade do direito. De outro vértice, também constato a presença do fundado receio de dano, diante do quadro de saúde da interditanda, uma vez que esta, a princípio, não possui o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, evidenciando que a demora poderá ocasionar prejuízo com relação a sua própria pessoa e a gestão de seus bens. Pondero, ainda, que não vislumbro o perigo de irreversibilidade do deferimento da tutela de urgência vindicada, a qual poderá ser revogada a qualquer momento. No mais, não se pode deixar de mencionar que a ação de interdição é instrumento processual destinado à defesa dos interesses do incapaz, sendo de rigor, no caso dos autos, a concessão da tutela provisória postulada. Nesse sentido, válido destacar o seguinte ensinamento sobre a curatela, in verbis: "a curatela, em sua figura básica, visa proteger a pessoa maior, padecente de alguma incapacidade ou de certa circunstância que impeça a sua livre e consciente manifestação de vontade, resguardando-se com isso, também, o seu patrimônio" (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Manual de Direito Civil – volume único. São Paulo: Saraiva 2017. 1ª. p. 1.421). Logo, em face das alegações apresentadas, imperativo o deferimento da curatela provisória. Ante o exposto, com supedâneo nos artigos 300 e 749, parágrafo único, ambos da Lei Processual, DEFIRO o pedido de tutela, por conseguinte, NOMEIO o Sr. Wender Junior Nascimento da Costa como curador provisório da requerida Maria Aparecida Ferreira do Nascimento Costa, a fim de que possa assisti-la nos atos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 da Lei 13.146/2015). Em decorrência, determino seja lavrado o termo de compromisso, nos moldes do artigo 759 do Código de Processo Civil, ficando autorizado, provisoriamente, o curador ora nomeado, a realizar os atos necessários para gerir e administrar os bens da curatelada, ressaltando que, por ora, o exercício de seu munus será exclusivamente para fins de postulação e recebimento de benefício perante o INSS, o recebimento de valores correlatos ante instituição bancária, representação perante entidades médico-hospitalares e demais atos inerentes a ambas, bem como representação perante órgãos públicos e empresas privadas, ficando o curador provisório obrigado à prestação de contas quando instada para tanto, observando-se, inclusive, o disposto no artigo 553 do CPCe as respectivas sanções. Lavre-se o Termo de Curatela Provisória, devendo constar que fica terminantemente vedada à alienação ou oneração de quaisquer bens imóveis, móveis ou de qualquer outra natureza, pertencentes a interditanda, e ainda, a proibição do curador de fazer empréstimo bancário/financiamento em nome d interditanda, salvo, em quaisquer das hipóteses, com autorização judicial. No mais, designo audiência para entrevista do interditando (art. 751 do CPC) para o dia 04 de março de 2020, às 15h00min. Cite-se a interditanda, cientificando-a, ainda, que, querendo, poderá impugnar o pedido, no prazo de 15 (quinze)

dias, contado da referida audiência, bem como lhe é facultado constituir advogado (CPC, arts. 751 e 752). Esclareço que o Oficial de Justiça deverá observar o disposto no artigo 245, §1º, do Código de Processo Civil. Consigno, ainda, que, nos termos do art. 752, § 2º, do CPC, caso a interditanda ou qualquer das pessoas nominadas no §3º do referido artigo, não intervenham no processo, nomeio para exercer o múnus de curador especial, o núcleo de Atendimento da Defensoria Pública deste Estado, na pessoa de um de seus i. Defensores, que deverá ser intimado para ciência da nomeação, bem assim para requerer o que entender de direito. De outro viés, necessário salientar que a POLITEC encontra-se impossibilitada para a realização das perícias judiciais, como também foi encerrado o convênio com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cuiabá/MT para tal fim, e, tendo em vista que restaram inócuos os esforços envidados por esta magistrada para a solução do impasse no intuito de atender os beneficiários da justiça gratuita, com o desiderato de otimizar a entrega da prestação jurisdicional e evitar a paralisação indevida do processo até que a situação seja solucionada, determino que a equipe técnica deste Juízo, formada por psicólogo e assistente social, no prazo de 30 (trinta) dias, realize estudo psicossocial do caso, a fim de verificar a atual situação da interditada e a possibilidade de concessão da curatela definitiva em favor da parte requerente. Sem prejuízo da determinação supra, faculto a parte autora que instrua o processo com todos os atestados, laudos, exames e receitas médicas que possuir, com o fito de demonstrar os fatos ventilados na exordial. Após, com o laudo do estudo psicossocial nos autos, intimem-se as partes, a fim de manifestarem-se, e colha-se o parecer do Ministério Público, voltando conclusos em seguida. Ciência ao Ministério Público. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1058314-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HUELTON FAUSTINO CARDOSO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BARBARA LENZA LANA OAB - MT10991/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANIA CARDOSO DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº. 1058314-49.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Inicialmente, vislumbro que a parte autora pretende a concessão da assistência judiciária gratuita, encartando aos autos declaração de hipossuficiência, e, por extrair-se dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, nos termos do art. 98 do CPC/2015, concedo-lhe o benefício pretendido. Por conseguinte, cuida-se de Ação de Interdição com Pedido de Curatela em Antecipação de Tutela ajuizada por Huelton Faustino Cardoso de Oliveira em face de Vânia Cardoso de Oliveira, ambos qualificados nos autos. Relata na exordial, que o requerente é filho da interditanda a qual, há aproximadamente 8 anos, começou a manifestar acometimento de enfermidade mental, apresentando perda de memória, agressividade e se comunicando sozinha, o que a torna incapaz de praticar mesmo os atos mais simples da vida. Em decorrência, o requerente postula a concessão de tutela provisória para que seja nomeado como curador da requerida, na qualidade de filho. Vindica, ainda, a concessão da assistência judiciária gratuita, além da interdição definitiva da demandada. Vieram-me os autos conclusos. É o Relatório. Decido. Analisando o pedido de tutela provisória vindicada, necessário salientar que o artigo 749, parágrafo único, do Código de Processo Civil autoriza ao magistrado a nomeação de curador provisório a interditanda, quando houver justificada urgência. O artigo 300, caput, da lei processual, por sua vez, exige, para o deferimento da tutela provisória de urgência, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, constato que tais requisitos legais não se perfazem presentes. Isso, pois, não fora encartado ao processo qualquer laudo, atestado ou exame médico lavrado por profissional psiquiatra, que deixe entrever a inexistência de capacidade da requerida para a prática dos atos da vida civil. Em decorrência, inexiste, da mesma forma, o fundado receio de dano, porquanto não evidenciado eventual quadro de incapacidade da demandada a exigir a nomeação provisória de curador. No mais, não se pode deixar de mencionar que a ação de interdição é instrumento processual destinado à defesa dos interesses do incapaz, dependendo, pois, de demonstração da existência de incapacidade. Nesse sentido, válido destacar o seguinte ensinamento sobre a curatela, in verbis: “a curatela, em sua figura básica, visa proteger a pessoa maior, padecente de alguma incapacidade ou de certa circunstância que impeça a sua livre e consciente manifestação de vontade, resguardando-se com isso, também, o seu patrimônio” (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Manual de Direito Civil – volume único. São PauLo: Saraiva, 2017. 1ª. p. 1.421) Logo, em face das alegações apresentadas, imperativo o indeferimento da curatela provisória. Por conseguinte, designo audiência para entrevista da interditanda (art. 751 do CPC) para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 14h15min. Cite-se a interditanda, cientificando-a, ainda, que, querendo, poderá impugnar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da referida audiência, bem como lhe é facultado constituir advogado (CPC, arts. 751 e 752). Esclareço que o Oficial de Justiça deverá observar o disposto no artigo 245, §1º, do Código de Processo Civil. Consigno, ainda, que, nos termos do art. 752, § 2º, do CPC, caso a interditanda ou qualquer das pessoas nominadas no §3º do referido artigo, não intervenham no processo, nomeio para exercer o munus de curador especial, o núcleo de Atendimento da Defensoria Pública deste Estado, na pessoa de um de seus i. Defensores, que deverá ser intimado para ciência da nomeação, bem assim para requerer o que entender de direito. De outro viés, necessário salientar que a POLITEC encontra-se impossibilitada para a realização das perícias judiciais, como também foi encerrado o convênio com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cuiabá/MT para tal fim, e, tendo em vista que restaram inócuos os esforços envidados por esta magistrada para a solução do impasse no intuito de atender os beneficiários da justiça gratuita, com o desiderato de otimizar a entrega da prestação jurisdicional e evitar a paralisação indevida do processo até que a situação seja solucionada, determino que a equipe técnica deste Juízo, formada por psicólogo e assistente social, no prazo de 30 (trinta) dias, realize estudo psicossocial do caso, a fim de verificar a atual situação da interditada e a possibilidade de concessão da curatela definitiva em favor da parte requerente. Sem prejuízo da determinação supra, faculto a parte autora que instrua o processo com todos os atestados, laudos, exames e receitas médicas que possuir, com o fito de demonstrar os fatos ventilados na exordial. Após, com o laudo do estudo psicossocial nos autos, intimem-se as partes, a fim de manifestarem-se, e colha-se o parecer do Ministério Público, voltando conclusos em seguida. Ciência ao Ministério Público. Às providências. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1011062-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CEZAR DE OLIVEIRA CRUZ (REQUERENTE)
TELMA REGINA OLIVEIRA PERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELOIZA MARY RODRIGUES RICARDO DOS SANTOS OAB - MT13719-B (ADVOGADO(A))
JULIERME FRANCISCO MEIRA SILVA OAB - MT11811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGNES DE OLIVEIRA CRUZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1011062-50.2019 VISTOS, ETC. Analisando a petição de ID. 20497938, vislumbro que não obstante os interessados tenham manifestado pelo levantamento de valores deixados pela falecida junto ao Banco do Brasil, depreende-se da petição inicial, colacionada no ID. 18726524, que os interessados partilharam tão somente os valores deixados pela extinta os quais estavam depositados perante a instituição financeira Sicredi, de maneira que o pleito trata-se de sobrepartilha, art. 669, II, do CPC. Desta feita, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que os interessados emendem a inicial, nos termos do art. 670 do CPC, sob pena de indeferimento. Determino que se promovam as anotações necessárias em relação à tramitação do feito, inclusive na autuação. Com

o aporte da emenda à inicial, prossiga-se no cumprimento da decisão que segue. Mantenho como inventariante a filha da de cujus, Sra. Telma Regina de Oliveira Peres, que independentemente de compromisso desempenhará seu encargo, ante o disposto no art. 617, do CPC, e lhe concedo o prazo de 60 (sessenta) dias, para que apresente ao feito as primeiras declarações ou partilha amigável. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1028533-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS ESTANISLAU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO AMBROSIO DE LA VIUDA OAB - SP290828 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR FERNANDES JUNIOR (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo nº 1028533-79.2019 VISTOS, ETC. Recebo a emenda à inicial de ID. 23348177. Outrossim, determino a retirada de visibilidade da petição de ID. 21313634, eis que encartada em duplicidade, o que apenas avoluma desnecessariamente o processo virtual e dificulta a análise do feito. Prosseguindo, constato que a peça vestibular não fora instruída com os documentos essenciais para o processamento da demanda, porquanto não fora colacionada aos autos a certidão de óbito do inventariado. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que seja acostada ao feito a correlata certidão de óbito, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321 do CPC. Com o aporte do documento mencionado, prossiga-se no cumprimento da decisão que segue. Trata-se de Ação de Inventário sob a forma de Arrolamento interposto por Vinicius Estanislau Fernandes, em razão do falecimento de Jair Fernandes Junior. Pretende o interessado a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o fundamento de que não possui condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo ao seu sustento. Entretanto, nas ações de inventário deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a capacidade financeira do espólio e não do requerente, do inventariante ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo próprio espólio. No caso dos autos, foi atribuído o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), à causa, que será oportunamente revisto por este juízo, na medida em que não houve a indicação/avaliação dos bens deixados pelo extinto, razão pela qual postergo a apreciação do pedido de gratuidade para após a apresentação das primeiras declarações, bem assim quanto ao exame do valor da causa. Outrossim, nos termos do art. 617, II do CPC/2015, nomeio o filho do de cujus Vinicius Estanislau Fernandes, como inventariante, devendo prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, do CPC/2015) e as primeiras declarações, no prazo de 20 (vinte) dias, em conformidade com o disposto no art. 620 do CPC/2015. Ressalto que as primeiras declarações deverão ser apresentadas pessoalmente pelo inventariante ou, alternativamente, através de procurador com poderes especiais, nos termos do art. 618, III do CPC/2015. Na ocasião da apresentação das primeiras declarações, deverá o inventariante juntar aos autos a certidão de inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ. No alusivo interregno, o inventariante deverá colacionar ao feito os documentos atualizados dos bens inventariados. Com o aporte das primeiras declarações, citem-se os demais interessados e intime-se a Fazenda Pública, para, querendo, manifestar-se sobre as primeiras declarações, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos art. 626 e ss do Código Processo Civil. Publique-se edital, nos termos do art. 626, §1º do CPC. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1007148-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THAYLISE FERREIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LETICIA KRISTINY GARAY RODRIGUES DE MORAES OAB - MT25736/O (ADVOGADO(A))
DILMA DE FÁTIMA RODRIGUES DE MORAIS OAB - MT2826-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL FERREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COMARCA DE CUIABÁ Processo n°. 1007148-75.2019 VISTOS, ETC. Inicialmente, verifico que o documento acostado ao ID. 25878079 - Pág. 1, encontra-se ilegível, devendo, pois, a inventariante, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder com novo encarte do referido documento, ressaltando que deverá atentar-se para a nitidez da aludida documentação. Lado outro, compulsando os autos, vislumbro que a interessada Maria Aparecida não manifestou-se quanto às primeiras declarações e sobre o pedido de venda do veículo VW/FOX, de maneira que concedo o prazo de 60 (sessenta) dias, para que aporte aos autos a aquiescência expressa da citada interessada. Imbricada aos autos o documento legível do veículo e da concordância da interessada Maria Aparecida, autorizo a inventariante a proceder com a venda do alusivo automóvel, por valor não inferior ao preço de mercado, mediante a expedição do competente alvará, no qual deverá constar a ressalva que o prazo para a concretização da operação é de 06 (seis) meses e o valor obtido com a transação deverá ser depositado judicialmente, em uma conta vinculada a estes autos. Outrossim, determino a intimação da inventariante para carrear aos autos a partilha amigável, no prazo de 60 (sessenta) dias, bem assim a certidão de inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ e o instrumento procuratório outorgado pela interessada Maria Aparecida à advogado, sob pena da presente ação, necessariamente, tramitar pelo rito do inventário solene, sendo imprescindível a avaliação dos bens inventariados e demais etapas fundamentais do aludido procedimento. No que tange à informação de existência de saldo em conta bancária, proceda-se com a pesquisa pelo Sistema BacenJud, para a verificação da existência de valores em nome do falecido, bem assim com o encarte do correlato protocolo de requisição. Sendo infrutífera a tentativa supra, oficie-se às instituições financeiras, quais sejam, Caixa Econômica Federal, Banco Sicoob – agência Santa Rita de Caldas/MG – Agrocredi, consignando, nos alusivos ofícios que, sendo constatada a existência de saldos positivos depositados em favor do inventariado, a quaisquer títulos (poupança, conta corrente, investimentos, título de capitalização, restituição de imposto de renda, etc.), deverão ser efetuados os depósitos na Conta Única do Poder Judiciário, no prazo de 15 (quinze) dias, e o Sr. Gestor proceder com a vinculação dos valores. Caso a inventariante, intimada por meio de seus patronos habilitados, não cumpra a decisão supra, determino, desde já, a sua intimação pessoal, para a implementação do decisório. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1058272-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE REIS LIMA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LARISSA REIS (RÉU)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº. 1058272-97.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Vislumbro que os interessados pretendem a concessão da assistência judiciária gratuita, encartando aos autos declaração de hipossuficiência, e, por extrair-se dos documentos carreados que, a princípio, possui insuficiência de recursos para pagar as custas, demais despesas processuais e honorários de sucumbência, nos termos do art. 98 do CPC/2015, concedo-lhes o benefício pretendido. Outrossim, tendo em vista que as ações que versem sobre casamento,

separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, devem tramitar em segredo de justiça, conforme o art. 189, inciso II, do NCPC, determino que o presente feito seja processado em segredo de justiça. Prosseguindo, trata-se de Exoneração de Alimentos Consensual ajuizada por José Reis Lima e Larissa Reis, ambos qualificados nos autos. Compulsando os autos, verifica-se que as partes entabularam acordo regulamentado a exoneração do genitor em relação à pensão alimentícia paga a filha Larissa e, vindicando a sua homologação, a teor das disposições insertas no artigo 487, inciso III, b, do Novo Código de Processo Civil, que assim dispõe, litteris: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; III - homologar: a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção; b) a transação; c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção. Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do § 1o do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, III, b, do NCPC, HOMOLOGO, por sentença, os termos do acordo de exoneração de alimentos, para que sejam produzidos seus jurídicos e legais efeitos, em que desoneram o requerente José, da obrigação alimentar outrora assumida. Por conseguinte, expeça-se ofício para o empregador do genitor, para que cesse o desconto da pensão alimentícia em folha de pagamento, somente em relação a filha Larissa. Custas e despesas pro rata, todavia, suspensa a exigibilidade, em razão da justiça gratuita concedida. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se dos presentes autos, com as devidas anotações e baixas de estilo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1021623-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA CRISTINA RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ DA PENHA CORREA OAB - MT8119-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JANDERSON AREVALO DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº. 1021623-36.2019.8.11.0041 VISTOS, ETC. Trata-se de Acordo de Guarda, Alimentos e Regulamentação de Visitas ajuizada por Joaquim Ribeiro Arévalo, representado por sua genitora Camila Cristina Ribeiro e Janderson Arévalo de Oliveira, todos qualificados nos autos. Ressai da exordial, em apertada síntese, que os interessados avençaram sobre a guarda, alimentos e visitas do menor Joaquim Ribeiro Arévalo e, ao final, vindicaram a sua homologação, ID. 20257619. Instado, o Ministério Público manifestou-se favorável ao pleito, ID. 20668830. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, III, b, do Novo Código de Processo Civil[1], HOMOLOGO, por sentença, os termos da avença de ID. 20257619, atinente à guarda unilateral em favor da genitora, alimentos e direito de convivência (visita), para que produzam seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito. Ciência ao Ministério Público. Custas recolhidas no ID 20377880. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os presentes autos, com as devidas anotações e baixas de estilo. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito [1] Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:(...) III - homologar: (...) b) a transação;(...)

Sentença Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1042984-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE HIPOLITO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANDY VINICIUS SPANHOL OAB - MT9114/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Maria Amelia Hipolito (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo n.º 1042984-46.2018 VISTOS, ETC. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Elenice Hipólito Pereira, ID. 26289664, através do qual objetiva modificar a decisão proferida no ID. 25904334. Certificada a tempestividade recursal, vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Da análise do pleito cumpre-me, inicialmente, verificar a tempestividade do recurso e, sob este prisma, tenho que a interposição dos presentes Embargos de Declaração se deu a aprazadamente, consoante se depreende da certidão de ID. 26307253, de maneira que passo a sua apreciação. É pacífico o entendimento de que os embargos de declaração constitui-se meio idôneo a ensejar o esclarecimento da obscuridade, solucionar a contradição ou o suprimento da omissão verificada no veredicto embargado (art. 1.022, incisos I, II e III, do CPC/2015). Visa à inteireza, à harmonia lógica e à clareza do decisum, aplainando dificuldades e afastando óbices à boa compreensão e eficaz execução do julgado. Decisão obscura é aquela que não é clara o suficiente para ensejar a adequada compreensão do texto. Isto é, a obscuridade existe quando a sentença não propicia às partes o pleno entendimento acerca das razões de convencimento expostos na decisão sufragada pelo julgador. Contraditória é a decisão que contém incoerências, ou seja, a contradição caracteriza-se pela incompatibilidade havida entre a fundamentação e a parte conclusiva da decisão. Já a omissão ocorre quando o órgão julgador deixa de se manifestar sobre algum ponto do pedido. Em outras palavras, a decisão é omissa quando deixar de analisar tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência, bem como aquela que incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do CPC/2015 (art. 1.022, parágrafo único). Com efeito, os embargos de declaração é recurso integrativo, e não substitutivo, de tal modo que não se presta à rediscussão da matéria. Não é possível, portanto, que se proceda, novamente, à análise da matéria já decidida. Sobre o alcance dos embargos declaratórios, leciona o processualista Humberto Theodoro Júnior, ipsis litteris: “O pressuposto de admissibilidade dessa espécie de recurso é a existência de obscuridade ou contradição no acórdão, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 535, ns. I e II). Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam a reforma do acórdão, ou da sentença. No entanto será inevitável alguma alteração no conteúdo do julgado, principalmente quando se tiver de eliminar omissão ou contradição. O que, todavia, se impõe ao julgamento dos embargos de declaração é que não se proceda a um novo julgamento da causa, pois a tanto não se destina esse remédio recursal”[1]. Nesse contexto, os embargos de declaração têm por principal objetivo esclarecer, complementar e aperfeiçoar qualquer decisão judicial (decisões interlocutórias, sentenças, decisões monocráticas e acórdãos) (art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015), de modo a permitir seja oferecida uma tutela jurisdicional clara e completa. Esse recurso não tem a função, portanto, de viabilizar a revisão ou a anulação das decisões judiciais, com a revisitação das teses suficientemente versadas, e, sim, de corrigir seus defeitos (erro material, erro de cálculo, obscuridade, contradição e omissão) (arts. 463 e 535 do Código de Processo Civil de 1973 e 494 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015), os quais podem comprometer a utilidade do decisório, em desprestígio à garantia de máxima efetividade do direito de ação (art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil). Outra não é a previsão do art. 494 do Código de Processo Civil de 2015, cuja redação é expressa no sentido de que ao juiz é dado modificar a decisão prolatada "para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo" e "por meio de embargos de declaração", bem como do art. 1.022 do mesmo diploma legal, segundo o qual há cabimento de embargos de declaração para: [a] "esclarecer obscuridade"; [b] "eliminar contradição"; [c] "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento"; e/ou [d] "corrigir erro material". Sem ao menos mencionar qualquer omissão, contradição ou obscuridade, o n.

causídico aduz que a decisão proferida no ID. 25904334, merece ser reconsiderada, uma vez que o patrimônio inventariado é de difícil liquidez e a inventariante não possui condições de arcar antecipadamente com o valor das custas e taxas processuais. Assim, não constato qualquer equívoco na decisão que possa ser sanado por meio de embargos, sendo certo que havendo irresignação do embargante em face do teor do pronunciamento judicial necessária a interposição de recurso propriamente dito. ANTE O EXPOSTO, recebo os presentes embargos, porquanto tempestivos, mas JULGO-OS IMPROCEDENTES. Todavia, considerando o teor do pleito de ID. 26289664, bem assim que o patrimônio inventariado certamente possuirá condições de arcar com as custas e taxas processuais, autorizo o pagamento ao final, devendo ser realizadas as anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito [1] in Curso de Direito Processual Civil, vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 669/670.

Sentença Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1008705-34.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JURANDIRA ARMIDA SPINELLI PALMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO DA CUNHA MACEDO OAB - MT8074-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VASCO ROIZ PALMA FILHO (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº 1008705-34.2018 VISTOS, ETC. Trata-se de requerimento de Abertura do Inventário interposto por Jurandira Armida Spinelli Palma, em razão dos bens deixados por Vasco Roiz Palma Filho, todos qualificados nos autos. Consoante decisão de ID. 13986775, fora determinada a emenda à inicial, a fim de que fossem ordenadas cronologicamente inicial e os documentos que a instruem, e, com o aporte da emenda, a nomeação da viúva como inventariante, e determinada a apresentação das primeiras declarações. Emenda à inicial, ID. 14592370. Aportaram ao feito as procurações outorgadas pelos herdeiros aos advogados constituídos, ID. 14592385, assim como os documentos pessoais dos interessados, ID. 14592407 - Pág. 1, 15242630, 15242632, 15242637 - Pág. 1, 15242895 - Págs. 1 e 2, a certidão óbito do inventariado, ID. 14592394, certidão de casamento do inventariado e requerente, ID. 14592486. Primeiras declarações e plano de partilha, ID. 15242621. No ID. 17885093, o valor da causa foi retificado, de ofício, por este juízo, e determinado o recolhimento das custas complementares. Ainda, o procedimento fora convertido para arrolamento sumário, determinada a juntada de certidões negativas de dívidas deixadas pelo de cujus, matrículas atualizadas dos bens inventariados e certidão de inexistência de testamento deixado pelo autor da herança. Foram colacionadas aos autos a certidão de inexistência de testamento, ID. 18438044, certidão negativa de dívida expedida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, ID. 22584085, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ID. 22584086, certidão positiva com efeito negativo expedida pela Prefeitura de Cuiabá/MT, ID. 26273274, assim como os documentos dos bens objeto de partilha, ID. 15242931, 26273279, 26273281, 26273283, 27098073. Vieram-me os autos conclusos. É o Relatório. Decido. Inicialmente, analisando os autos, verifico que os interessados são maiores, capazes, estão representados pelo mesmo patrono e de acordo com a forma de partilha do bem inventariado. Desta feita, considerando que os interessados estão concordes, cumpriram com as disposições insertas no art. 660 do CPC e apresentaram partilha amigável, não vislumbro razões para recrudescer o formalismo do procedimento, notadamente diante do advento do Código de Processo Civil de 2015 o qual visa, justamente, democratizar e difundir o acesso do jurisdicionado ao Poder Judiciário. Ante o exposto, com fulcro no art. 659 do Código de Processo Civil, homologo por sentença, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, o plano de partilha amigável constante no ID. 15242621, relativamente aos bens deixados pelo falecido Vasco Roiz Palma Filho, o que faço com observância dos artigos 660 a 663 do CPC, ressalvados erros, omissões ou eventuais direitos de terceiros. Contudo, a expedição dos formais de partilha ficará condicionada à juntada das certidões negativas atualizadas emitidas pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso e Município de Cuiabá, ambas em nome do inventariado, uma vez que as juntadas ao feito estão com as validades vencidas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Custas e despesas recolhidas nos ID's. 14592490, 14592434, 27098071 - Pág. 1, 27098072 - Pág. 1. Transitada em julgado, expeçam-se os competentes formais de partilha, fornecendo às partes interessadas as peças necessárias, e prossiga-se no cumprimento do §2º do art. 659 do CPC, até que sejam promovidas as anotações e baixas necessárias e sejam arquivados os autos. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1038176-95.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HAMILTON LEITAO BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO JOSE FERREIRA OAB - MT3574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEILA COSTA LEITAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº. 1038176-95.2018 VISTOS, ETC. Cuida-se de Abertura de Inventário com pedido de adjudicação, sob o rito de arrolamento sumário c/c pedido de alvará judicial proposto por Hamilton Leitão Batista, em razão do falecimento de Leila Costa Leitão, qualificados nos autos. Foram apresentados instrumento procuratório outorgado a advogado, ID. 16284212 - Pág. 1, documento pessoal do herdeiro da falecida, ID. 16284208 - Pág. 2, certidão de óbito da inventariada, ID. 16284215 - Pág. 1, certidões de óbito dos genitores da inventariada, ID. 16284220 - Págs. 1 e 2, certidão de casamento entre o requerente e a falecida, ID. 16284223 - Pág. 1, documentos referentes aos bens objeto de adjudicação por tratar-se de herdeiro único, ID. 16284233 e 17803117. Foi colacionado aos autos o comprovante de recolhimento de custas e taxas judiciárias, ID. 16352493 e 16352495. Através da decisão de ID. 16692724 foi deferida a prioridade na tramitação, eis que o requerente trata-se de pessoa idosa, convertido o processamento da presente para arrolamento sumário, nomeado o viúvo Hamilton Leitão Batista, como inventariante, determinada a juntada de certidões negativas de dívidas, bem como da certidão de inexistência de testamento deixado pela autora da herança, dentre outras providências. Aportaram aos autos a certidão positiva com efeito de negativa expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ID. 16284235 - Pág. 2, a certidão negativa expedida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, ID. 16284235 - Pág. 3, bem assim as certidões negativas de débitos imobiliários expedidas pelas Prefeituras de Chapada dos Guimarães/MT e Cuiabá/MT, a primeira em nome do cônjuge supérstite, ID. 17803115 – Págs. 1 e 2. Certidão de inexistência de testamento expedida pela CENSEC – Centro Notarial de Serviços Compartilhados, juntada no ID. 17803116. No ID. 17803113, o inventariante informa que, em razão da existência de seguro em nome da falecida, o débito referente à alienação fiduciária que recaía sobre o veículo inventariado foi quitado, juntando ao feito documento mencionado "Quitação de Empréstimo com Recurso do Seguro – Morte Natural", ID. 17803118. Ainda, relativamente ao financiamento do imóvel matriculado sob o nº 89.237, ressai dos autos que a cota parte da inventariada fora quitada, restando tão somente o equivalente ao débito do inventariante, ID. 17803119. Vieram-me os autos conclusos. É o Relatório. Decido. Inicialmente, ressai dos autos que a falecida era casada com o requerente pelo regime da comunhão universal de bens, ID. 16284223 - Pág. 1, faleceu sem deixar filhos, ID. 16284215 - Pág. 1, tampouco ascendentes, ID. 16284220 - Págs. 1 e 2. Analisando os autos, verifico que o autor pretende a homologação da partilha e expedição de carta de adjudicação, relativamente aos bens inventariados e, nesse sentido, não vislumbro razão para recrudescer o formalismo do procedimento, notadamente diante do advento do Código de Processo Civil de 2015 o qual visa, justamente, democratizar e difundir o acesso do jurisdicionado ao Poder Judiciário. Nesse viés, constato que foram cumpridas todas as formalidades legais, não havendo óbice para a homologação da presente ação de inventário pela forma de arrolamento sumário, porquanto o interessado trata-se de meeiro e herdeiro único da extinta. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 659 do Código de Processo Civil, homologo por sentença, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, o pedido constante no ID. 16284200, relativamente aos bens

deixados pela falecida Leila Costa Leitão, o que faço com observância dos artigos 660 a 663 do CPC, ressalvados erros, omissões ou eventuais direitos de terceiros. Tendo em vista que não aportaram ao feito as baixas nas alienações fiduciárias do imóvel matriculado sob o nº 89.237 e veículo inventariados, ID. 17803117 - Págs. 3 a 5 e 16284233 - Pág. 1, este juízo autoriza o inventariante a representar a falecida e receber o seu quinhão perante as instituições financeiras, eis que a de cujus tratava-se de mera detentora dos aludidos bens, até que sejam quitadas todas as parcelas dos financiamentos e sejam realizadas as baixas formais nos respectivos documentos, mediante a expedição dos competentes alvarás. Condiciono a expedição da carta de adjudicação e alvarás à juntada das certidões negativas de dívidas atualizadas expedidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, eis que as colacionadas ao feito estão com a validade expirada, bem assim à juntada das necessárias certidões negativas de dívidas – débitos gerais expedidas pelas Prefeituras de Cuiabá/MT e Chapada dos Guimarães/MT, em nome da extinta. Por conseguinte, transitada em julgado, consoante art. 659, §1º, do CPC, expeça-se a competente carta de adjudicação, fornecendo ao interessado as peças necessárias. Na sequência, dê-se ciência à Fazenda Pública, nos termos do § 2º do artigo 662 do CPC. Adotadas tais providências, promovam-se as anotações e baixas necessárias e o arquivamento dos autos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1034148-84.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARILDA TORRES (REQUERENTE)
VICTORIA RAMONA TORRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMONA JANE TORRES GONCALVES MEIRELES OAB - 873.978.701-04 (REPRESENTANTE)
SILVIA CRISTINA PAIM BIASI OAB - MT9262-O (ADVOGADO(A))
JOAO REUS BIASI OAB - MT3478-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUSTIMIANO TORRES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº 1034148-84.2018 VISTOS, ETC. Trata-se de Ação de Inventário na forma de Arrolamento Sumário, interposta por Victoria Ramona Torres e Marilda Torres Gonçalves, em razão do falecimento de Justimiano Torres, todos qualificados nos autos. Inicial colacionada no ID. 15794215. Foram apresentadas procurações outorgadas pelas interessadas, ID. 15794219, além de seus documentos pessoais, ID. 16878266, certidão de óbito e casamento do inventariado, ID. 15794223 - Pág. 1 e 15794224 - Pág. 1, e documento referente ao bem objeto de partilha, ID. 15794227 - Pág. 1. No ID. 15794229 foram juntadas a certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura de Bela Vista/MS e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Consoante decisão de ID. 16663148, foi postergada a apreciação do pedido de gratuidade judiciária, a filha do falecido foi nomeada inventariante, determinada a apresentação das primeiras declarações, juntada de certidões negativas de dívidas e outras providências. Conforme petição colacionada no ID. 16877872, a inventariante informa o falecimento da primeira requerente, ID. 16877889, requer a dispensa para assinatura do termo de inventariante e esclarece que o inventariado não deixou bens a inventariar, além do crédito arrolado na inicial. Foi colacionada a certidão negativa de débito expedida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, ID. 16878549, a partilha amigável, ID. 16992821, o documento pessoal do falecido, ID. 17180536, negativa de débitos expedida pela Prefeitura de Cuiabá/MT, ID. 17180749 e Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, ID. 17180753, assim como a declaração de isenção do ITCD, ID. 17180758 e a certidão de inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, ID. 17180767. A inventariante reitera a informação de que o inventariado deixou somente o crédito informado na petição de ingresso, ID. 17180528. Vieram-me os autos conclusos. É o Relatório. Decido. Inicialmente, no que concerne ao pedido de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, necessário esclarecer que, nas ações de inventário deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a capacidade financeira do espólio e não do inventariante ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo próprio espólio. No caso dos autos, tendo em vista que o valor da causa é de R$ 15.252,67 (quinze mil duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), importância esta que deixa a entrever que o espólio não possui capacidade financeira para arcar com as despesas processuais, razão pela qual, defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, com fundamento no artigo 98 do Código de Processo Civil, ressaltando que a isenção ora concedida abrange, além das custas, taxas, selos e despesas processuais, os honorários de advogado e peritos que atenderem os beneficiários. Prosseguindo, vislumbro que o inventariado era casado com a primeira requerente pelo regime da comunhão universal de bens, deixou uma filha, tendo como espólio tão somente os créditos arrolados inicialmente. Lado outro, considerando a informação de que a primeira requerente faleceu, ID. 16877889, tratando-se, no entanto, a inventariante, como única herdeira, recebo a presente na forma de arrolamento sumário (art. 659 do CPC), porquanto a herdeira é maior, capaz e está devidamente representada por advogados. Nesta toada, o artigo 659, §1º, da lei processual autoriza a homologação da adjudicação em favor do único herdeiro. Considerando que a interessada cumpriu com as disposições insertas no art. 660 do CPC e apresentou partilha amigável, não vislumbro razões para recrudescer o formalismo do procedimento, notadamente diante do advento do Código de Processo Civil de 2015 o qual visa, justamente, democratizar e difundir o acesso do jurisdicionado ao Poder Judiciário. ANTE O EXPOSTO, com fulcro nos arts. 659 e 487, I, ambos do Código de Processo Civil, homologo, por sentença, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, o pedido constante no ID. 16992821, relativamente ao crédito deixado pelo falecido Justimiano Torres, o que faço com observância dos artigos 660 a 663 do CPC, ressalvados erros, omissões ou eventuais direitos de terceiros. Entretanto, vislumbro que não aportou ao feito o depósito do valor informado no ID. 15794227 - Pág. 1, razão pela qual, determino a expedição de ofício ao Tribunal de Justiça deste Estado para que deposite na Conta Única do Poder Judiciário a aludida verba, devendo, na sequência, o Sr. Gestor proceder com a vinculação do numerário a uma subconta vinculada a este processo e, após, proceder com a expedição do competente alvará para levantamento de numerário. Transitada em julgado, expeça-se o competente alvará autorizando a interessada a proceder com o levantamento da quantia deixada pelo falecido, tão logo sobrevenha o depósito nos autos, e prossiga-se no cumprimento do §2º do art. 659 do CPC, até que sejam promovidas as anotações e baixas necessárias e sejam arquivados os autos. Custas e despesas pela interessada, suspensa a exigibilidade, todavia, diante da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Às providências. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Elza Yara Ribeiro Sales Sansão Juíza de Direito

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 0059966-94.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. A. O. M. (REQUERENTE)
M. D. O. M. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
N. P. (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0059966-94.2014.8.11.0041 – Classe: DIVÓRCIO CONSENSUAL (98) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 0037553-87.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
K. R. S. C. (RECONVINTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. G. B. (RECONVINDO)

Certifico que o Processo nº 0037553-87.2014.8.11.0041 – Classe: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ.

Varas Especializadas da Fazenda Pública

1ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046063-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG OAB - DF14005 (ADVOGADO(A))
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

FINALIDADE: REITERAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: "Nestas condições, ausentes os requisitos necessários para a concessão da tutela pretendida, sobretudo, em cognição sumária dos fatos, INDEFIRO o pedido. Nota-se, por outro lado, que a inicial não está devidamente instruída com a relação dos sindicalizados/representados abrangidos pela presente ação (representação processual). Desta forma, por prudência e cautela, determino a intimação do Sindicato para, no prazo de até 15 (quinze) dias, apresentar a relação dos servidores públicos que são/serão representados na presente ação, pena de anuência e concordância tácita com eventual morosidade na entrega jurisdicional."

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002717-55.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GARCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARILTON FAUSTINO DE AQUINO OAB - MT4589-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para impugnar a contestação, em até 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038510-32.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILLIARD GIOVANNI SILVEIRA HORTENCIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação em até 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028086-28.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA AGUIAR DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035644-85.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE EDUARDO PASSOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, especificar as provas que pretende produzir, justificando-as sob pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059856-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REPORMIX REPRESENTACOES LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELE YUKIE FUKUI OAB - MT13589-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANALISTA ADMINISTRATIVO DA SEFAZ - JUNIOR C. ARRUDA (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Desta forma, considerada a matéria e qualidade das partes, em obediência à Resolução nº 023/2013/TP, RECONHEÇO a incompetência deste Juízo para analisar e apreciar a presente ação declaratória, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos para a Vara Especializada da Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059209-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVA CRISTIANE DE ASSIS SAMPAIO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLEICE HELLEN COSTA LEITE OAB - MT9475-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º

DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Nestas condições, de passagem pelos fatos, por prudência e cautela, determino a impetrante, no prazo de até 15 (quinze) dias, querendo, promover a adequação da inicial ou ratificar se assim entender."

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059470-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA EMILIA DE FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Por prudência e cautela, determino a intimação da autora, para, querendo, no prazo de até 15 (quinze) comprovar a alegada hipossuficiência financeira na forma dos artigos 98, caput do CPC e 5º, LXXIV/CF e/ou promover o recolhimento das custas, bem como adequar o valor atribuído a causa à pretensão/proveito econômico buscado na ação, pena de indeferimento."

Intimação Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1059845-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN ELIAS DAHER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO D AMICO MADI OAB - MT14322-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Desta forma, considerada a matéria e qualidade das partes, em obediência à Resolução nº 023/2013/TP, RECONHEÇO a incompetência deste Juízo para analisar e apreciar a presente ação declaratória, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos para a Vara Especializada da Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059477-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SHAYENNE CASTILHO SAMPAIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Desta forma, o valor atribuído à causa, qualidade das partes e as restrições previstas no §1º do art. 2º da Lei nº 12.153/2009, em obediência à Resolução nº 04/2014/TP e Ofício Circular n° 356/2018-DAPI/CGJ, RECONHEÇO a incompetência deste Juízo para analisar e apreciar a matéria, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059463-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIANE COSTA MAGALHAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - MT16694-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"No caso, o rendimento da requerente não autoriza a concessão dos benefícios, razão pela qual INDEFIRO o pedido. Portanto, antes de qualquer deliberação, determino a intimação da requerente para, querendo, em até 15 (quinze) dias, promover o recolhimentos das custas processuais, pena de cancelamento da distribuição com base no artigo 290 do CPC. Com ou sem manifestação, conclusos. Intime-se. Cumpra-se Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059516-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERVAL ALVES DE SOUSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - MT16694-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Portanto, antes de qualquer deliberação, determino a intimação do requerente para, querendo, em até 15 (quinze) dias, promover o recolhimentos das custas processuais, pena de cancelamento da distribuição com base no artigo 290 do CPC. Com ou sem manifestação, conclusos. Intime-se. Cumpra-se Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1059226-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PROL INDUSTRIA METALURGICA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA PEREIRA BUENO OAB - MT12707-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:" Ante o exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO a concessão da tutela de urgência em caráter cautelar antecedente e, por consequência de causa e efeito, determino a suspensão imediata da exigibilidade dos créditos tributários dos TAD´s: 933790-8, 934007-5, 1143441-6 e 1143195-2, até julgamento de mérito, pena de multa diária a ser fixada por este Juízo. CITE-SE o requerido, na pessoa do seu representante legal (art. 242, § 3º c/c 247, III, ambos do CPC), para, querendo, no prazo legal, oferecer contestação (art. 306/CPC), consignado às advertências legais. Observo que o pedido principal deve ser formulado pela autora no prazo de 30 (trinta) dias, nos mesmos autos, nos termos art. 308/CPC. Cumpra-se por Oficial de Justiça Plantonista. Intime-se. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito".

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1042200-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIRIO SILVA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TALITHA LAILA RIBEIRO OAB - MT14887-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Nestas condições, ausente os requisitos autorizadores, INDEFIRO o pedido. Intime-se o requerente para, querendo, em até 15 (quinze) dias, promover o recolhimento das custas processuais, pena de cancelamento da distribuição com base no artigo 290 do CPC. Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se e conclusos. Intime-se. Cumpra-se Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1361737 Nr: 22038-70.2018.811.0041
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVELYN DE QUEIROZ SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSUELO DE FÁTIMA NUNES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARNALDO RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO - OAB:14.760, DANIEL RACHEWSKY SCHEIR - OAB:16.649/MT, GILBERTO MALTZ SCHEIR - OAB:8848/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
REFERÊNCIA: Nº 22038-70.2018.811.0041 - código: 1361737
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: EVELYN DE QUEIROZ SOUZA
IMPETRADA: GESTORA DA SAGPRE
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Evelyn de Queiroz Souza contra ato coator supostamente praticado pela gestora da Coordenadoria de Provimento da Secretaria Adjunta de Políticas de Gestão de Pessoas da Educação - COP/SAGPRE, para fins de cancelamento parcial da Nota Técnica nº 011/2018 e a consequente validação de seus diplomas de segunda licenciatura (História e Geografia). Pedido liminar indeferido. (f.150/152). Petição (f. 154/155) a impetrante desistiu da ação.
É a síntese.
Fundamento e Decido
O pedido posto pela impetrante é singelo e dispensa maiores elucubrações para acolhimento.
A desistência da ação é uma das hipóteses de extinção do processo (art. 485, VIII/CPC) e independe da concordância da autoridade apontada como coatora do ato. Nesse sentido: MS nº 23456 – STJ, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Pub.: DJ 29/6/2017.
Posto isso, por traduzir a soberana manifestação de vontade da impetrante e, para que surtam os efeitos legais e jurídicos desejados, HOMOLOGO por sentença a desistência, o que faço com base nos artigos 200, § único e 485, VIII, ambos do CPC.
Sem custas e honorários.
P. R. I. C.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 399060 Nr: 32719-17.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUTUM TRANSPORTADORA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OLGA GENY DE ALMEIDA ALVES - PROC. ESTADO - OAB:2606/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA LUIZA PERON MEDINA - OAB:7.295/MT, ANDREA PINTO BIANCARDINI - OAB:5.009/MT, ANNAVERA AURESCO ATÍLIO - OAB:7988/MT, MÔNICA FRAGA CASTRO LIMA FONSECA - OAB:11.819/MT, OTACÍLIO PERON - OAB:3.684-A/MT
PROCESSO: 657/2009 (cód. 399060)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: ESTADO DE MATO GROSSO
EXECUTADO: MUTUM TRANSPORTADORA ENGENHARIA LTDA
Vistos.
Intimado sobre a inexitosa tentativa de bloqueio de valores (f. 148/149), o Estado/MT postulou a restrição judicial em eventual veículo em nome do executado, via sistema RENAJUD (f. 151).
Em que pese a discrepância entre o valor exequendo e a medida pleiteada, todavia, ante o contexto processual, defiro o pedido do exequente (f. 151) e com base no art. 831 c/c 835, IV do CPC, determino a restrição judicial (mediante consulta RENAJUD) em veículo de propriedade da executada Mutum Transportadora Engenharia LTDA, CNPJ: 26.600.882/0001-10, suficiente para garantia da execução (f. 145/146).
Confirmada a restrição, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar sobre o prosseguimento da execução.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 709130 Nr: 2037-11.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (AAF) DA SECRETARIA DE FAZ. DO EST. DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO AMBROSIO CINTRA - OAB:8934/MT, PEDRO PAULO PEIXOTO DA SILVA JUNIOR - OAB:12.007
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
IMPETRADO: SEFAZ/MT
Vistos.
Processo com sentença proferida (f.103/105), ratificada no e. TJMT (f. 145/150) e transitada em julgado (f. 153).
Defiro a juntada de substabelecimento (f. 155/156).
Ante a inexistência de matérias pendentes de apreciação, remeta-se os autos ao arquivo, com as certificações e baixas de estilo.
Às providências.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1361943 Nr: 22241-32.2018.811.0041
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILMAR ALVES SILVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MICHELLE ALVES DONEGA - OAB:7.467/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
22PROCESSO: 22241-32.2018.811.0041 – código 1361943
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: GILMAR ALVES SILVEIRA
IMPETRADO: DIRETOR PRESIDENTE DO DETRAN-MT
Vistos.
MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por GILMAR ALVES DE SIQUEIRA contra suposto ato coator praticado pelo PRESDIENTE DO DETRAN-MT que condicionou a expedição de licenciamento (exercícios 2015/2016) ao pagamento das multas por infrações de trânsito vinculados ao veículo Honda City, ano 2012/2013, placas FDK-6043. Atribuiu à causa o valor de R$ 1.714,86.
É a síntese.
Fundamento e Decido.
Esta ação mandamental foi originariamente distribuída no plantão de 29.12.2018 (f. 05) que não apreciou o pedido liminar (decisão f. 73).
Ressalto ainda, embora declinado a competência (f. 110) o Juízo da 5ª VFP determinou a redistribuição para este Juízo da 1ª VFP (f. 113).
Para evitar mais atrasos na marcha processual e superado os registros necessários, passo a apreciar o pleito liminar.
O mandado de segurança é remédio constitucional adequado para proteger direito líquido e certo "sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça", conforme dispõe art. 1º da Lei 12.016/2009 c/c inciso LXIX do art. 5º/CF.
Para concessão da medida liminar faz-se necessária a presença dos pressupostos do fumus boni iuris e do periculum in mora, ou seja, a relevância dos fundamentos invocados e a probabilidade de ineficácia da medida caso não deferida a providência cautelar.
A expedição do licenciamento veicular (CRLV), independente do pagamento de multas, não é exercício automático. O eventual abuso de poder é evidenciado nos casos em que houver inequívoca comprovação de pagamento de todos os débitos tributários (e/ou parcelamento em situação regular), conjugado a ausência de notificação do condutor a respeito das infrações supostamente cometidas.
Imperioso ressaltar, em recente decisão no julgamento da ADI 2998 o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional os artigos do CTB que disciplinam sobre a exigência do pagamento de débitos tributários, encargos e multas vinculadas ao veículo, para expedição do licenciamento anual.
Posto isso, vê-se que os documentos encartados nos autos, não demonstram nesta fase de cognição sumária, a boa aparência do direito do impetrante, sobretudo diante do óbice intransponível para a análise da violação do alegado direito líquido e certo, em face da ausência de prova material da quitação dos tributos.
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.
Notifique-se a autoridade indicada como coatora para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009.
Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e ouça-se o MP (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009).
Após, conclusos.
Às providências.
Intime-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 960635 Nr: 5095-80.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDERSON JESUS DOS SANTOS, REUMAR ALVES DE JESUS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO - SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS GOMES BRANDÃO - DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO (PROC. ESTADO) - OAB:, MARILCI DE SOUZA COSTA E SILVA PROC DO ESTADO - OAB:4646
PROCESSO: 5095-80.2015.811.0041 (cód. 960635)
ESPÉCIE: AÇÃO ORDINÁRIA
REQUERENTE: ANDERSON JESUS DOS SANTOS E OUTRO
REQUERIDOS: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Trata-se de ação referente saúde pública referente ao fornecimento de suplemento alimentar para tratamento médico do requerente na modalidade de prestação continuada.
Ante a natureza da causa, com base no que dispõe o art. 2º, segunda parte, da Resolução TJ-MT/OE nº 09/2019 e Portaria nº 29/2019, declino da competência jurisdicional para processar estes autos, em favor do Juízo da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, para onde os autos deverão ser remetidos com a urgência necessária.
Às urgentes providências.
Cumpra-se, com as baixas de estilo.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1030165 Nr: 36859-84.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JUDSON CORREA DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KELMA REGINA BARBERATO GODOY - OAB:10814
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
REFERÊNCIA: Nº 36859-84.2015.811.0041 - cód. 1030165
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: JUDSON CORREA DA COSTA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOS
Vistos.
JUDSON CORREA DA COSTA aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONVERSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA PARA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento de que sofreu acidente de trabalho (ataque epilético enquanto manuseava substâncias químicas) que o deixou totalmente e permanentemente incapacitado para o labor. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 22.488,00 (emenda a inicial de f. 25). Deferida a antecipação de tutela (f. 26/27). Contestação (f. 46/52). Laudo pericial (f. 30/36). O autor reforça os termos da exordial em petição de f. 39/40. O Requerido não apresentou Contestação e nem manifestou quanto ao Laudo Pericial.
É a síntese do que reputo essencial.
FUNDAMENTO
Conforme relatado acima, o requerido não contestou a inicial.
O artigo 319 do Código de Processo Civil diz que "se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor", todavia, conforme já decidiu fartamente a jurisprudência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à REVELIA do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o livre convencimento do magistrado.
Nesse sentido: "O efeito da REVELIA não induz procedência do pedido e nem afasta o exame de circunstâncias capazes de qualificar os fatos fictamente comprovados." (RSTJ 53/335).
Portanto, mesmo sem a contestação nos autos, o magistrado deve avaliar não só os argumentos da parte autora, como também as demais provas juntadas aos autos, para assim formular o seu próprio entendimento.
Assim, passo à análise do caso em debate.
Versam os autos sobre pedido de restabelecimento/concessão de benefício previdenciário ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.
Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no art. 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:
"Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não

em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição".

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

"Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado." (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272.)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

"É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

"Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se que foi constatada a presença de incapacidade laborativa total e permanente. Não apresenta limitação para a vida independente. (...) 14 – Se a incapacidade for considerada permanente, a incapacidade é uniprofissional, multiprofissional ou omniprofissional? Resposta: Omniprofissional."

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado pelo médico perito (Dr. João Leopoldo Baçan - CRM/MT 5.753) concluiu que o autor está incapacitado de forma total e permanente para o trabalho.

Sobre a matéria, é oportuno realçar o entendimento jurisprudencial:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VOLUNTÁRIO E ESTIMATIVA DE CONDENAÇÃO OU PROVEITO ECONÔMICO INFERIOR A MIL SALÁRIOS MÍNIMOS. DESCABIDO O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIO. PERÍCIA MÉDICA QUE CONSTATOU A INCAPACIDADE PERMANENTE DO SEGURADO PARA O TRABALHO. BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TEMA 810 DO STF. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA INTEGRALMENTE MANTIDA.

1. Considerando a interposição de apelação pelo Instituto Nacional do Seguro Social e estimativa de que o montante final a ser pago pela autarquia não ultrapassará o teto de 1.000(mil) salários mínimos (R$ 998.000,00), não é caso de conhecimento do Reexame Necessário, consoante o disposto no parágrafo 1º do artigo 496 do CPC/2015 e na esteira da jurisprudência do STJ e desta Colenda Corte. 2. Verificada a incapacidade laboral do segurado, tanto sob o aspecto físico, quanto sob o aspecto sociocultural, devida a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez. 3. Inaplicabilidade da TR como índice de correção monetária. Mantida a atualização pelo IPCA-E nos termos da sentença. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. APELO DESPROVIDO. (Apelação / Remessa Necessária, Nº 70082797507, Décima Câmara Cível, TJRS, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado: 28-11-2019)

A presença de incapacidade total e definitiva do autor para o trabalho está demonstrada nas provas colididas nos autos, sobretudo, o Laudo elaborado pelo Perito Judicial.

Nestas condições, em prestígio ao princípio da fungibilidade dos benefícios previdenciários, respaldado pelo conjunto probatório que flui dos autos, a aposentadoria por invalidez corresponde ao benefício previdenciário que melhor se enquadra ao caso concreto.

Quanto à data de fixação do termo inicial para o recebimento do benefício, a Lei nº 8.213/91 prevê: Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

No mesmo sentido, caminha o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. MATÉRIA JÁ DECIDIDA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ AFASTADO.

1. O tema relativo à data de início de benefício proveniente de incapacidade laborativa já foi exaustivamente debatido nesta Corte, restando consolidado o entendimento de que o termo inicial da aposentadoria por invalidez deve ser fixado a partir do dia seguinte à cessação de eventual auxílio-doença anteriormente concedido, ou, não sendo o caso, do requerimento administrativo. Não havendo nenhuma das hipóteses, o dies a quo do benefício será o dia da citação. 2. A questão já foi analisada nesta Corte sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/73), restando pacificada a jurisprudência no sentido que "A citação válida informa o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia postulação". (REsp 1.369.165/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, DJe 7/3/2014).3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 980.742/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, 1ª Turma - STJ, julgado 13/12/2016, DJe 03/02/2017)

Portanto, termo inicial para recebimento da aposentadoria por invalidez será o dia seguinte ao da cessação do auxílio doença.

DECIDO

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, com base no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido posto na presente ação. CONDENO o requerido a conversão do benefício de auxílio doença em aposentadoria por invalidez, bem como ao pagamento do retroativo, se houver, desde a cessação indevida, com incidência de juros de mora e correção monetária observado os parâmetros demarcados no art. 41-A da Lei 8.213/91 e no RE 870947. Por consequência lógica de causa e efeito JULGO e DECLARO extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar o requerido nas custas e despesas processuais por ser isenta (art. 3º, I, Lei Estadual 7.603/2001). Entretanto, condeno-o ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 8º/CPC.

Honorários periciais a encargo do INSS, consoante disposto no § 2º, art. 8º da Lei 8.602/1993. Intime-o para providenciar o depósito em até 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Se positivo, autorizo o levantamento dos valores em favor do expert.

Inexistindo recurso voluntário (art. 496/CPC), certifique-se o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquive-se.

PRIC. Às Providências.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 847397 Nr: 50909-86.2013.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): DENOFA DO BRASIL LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANE SILVA COSTA GARCIA PROC DO ESTADO - OAB:7242

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CHARLES SALDANHA HANDELL - OAB:13383

PROCESSO: 50909-86.2013.811.0041 (cód. 847397)

ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: ESTADO DE MATO GROSSO

EXECUTADO: DENOFA DO BRASIL LTDA

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença (f. 87/88) inerente aos honorários sucumbenciais arbitrados na sentença (f. 83/84) transitada em

julgado (f. 86).
Intime-se o executado para no prazo de até 15 (quinze) dias (art. 523/CPC), efetuar o pagamento do quantum executado (f. 88), mediante depósito na Conta Única Judicial, pena de anuência e concordância tácita ao disposto no § 3º, do art. 523 do CPC.
Decorrido o prazo previsto no art. 525/CPC, certifique-se e intime-se o exequente para ciência e manifestação.
Retifique-se para cumprimento de sentença.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1296502 Nr: 7305-02.2018.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERSON MIRANDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: REGIANE ALVES DA CUNHA - OAB:7712/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL FEDERAL - OAB:
PROCESSO: 7305-02.2018.811.0041 (CÓD. 1296502)
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: GERSON MIRANDA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Vistos,
Trata-se de ação previdenciária aforada por GERSON MIRANDA contra o INSS, para concessão de auxílio doença e conversão em aposentadoria por invalidez, ante a redução da capacidade laborativa para trabalho (f. 04/08). Juntou cópias (f. 09/26). Originariamente, o processo foi distribuído para a 6ª Vara do Juizado Especial Federal de Mato Grosso, que declarou a incompetência absoluta e remeteu os autos para a Justiça Estadual f. 44/45), sendo redistribuído para este juízo. Contestação (f. 54/60). Impugnação (f. 72/82). Autor requereu produção de prova pericial (f. 83). MP afirmou inexistir motivos para atuar nestes autos (f. 86/87).
É a síntese relatorial.
Ante a orientação do CNJ (Recomendação Conjunta n° 01 de 15/12/2015), o teor do Ofício Circular AGU/PF-MT/DPREV nº 03/2017 emitido pelo Coordenador do Núcleo Previdenciário da Procuradoria Federal/MT e a necessidade de aferir a incapacidade laborativa, determino produção de prova pericial (art. 464/CPC).
Nomeio como perito o Doutor JOÃO LEOPOLDO BAÇAN, devidamente cadastrado pela CGJ/TJMT com endereço profissional à Rua Barão de Melgaço, 2754, Edifício Work Tower, 9º Andar, sala 908, Centro, Cuiabá/MT, telefone celular (65) 99601-1639. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais).
Ante a hipossuficiência do requerente, nos termos do art. 373, § 1º/CPC inverto o ônus da prova, de modo que caberá ao INSS produzir, a tempo e modo, a perícia técnica.
O requerido antecipará, desde logo, os honorários periciais, nos termos do art. 8º, § 2º da Lei 8.620/93, por tratar-se de ação que tem por objeto acidente de trabalho.
Intime-se o requerido para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o depósito dos valores dos honorários junto à Conta Única do TJMT vinculada a presente ação previdenciária, pena de anuência e concordância tácita com eventual bloqueio dos valores.
Seguem os quesitos do Juízo a serem respondidos pelo perito, nos moldes da Recomendação do CNJ nº 01/2015:
01 – O Requerente é portador de algum tipo de enfermidade/patologia? Em caso positivo, desde quando?
02 – Qual a origem da suposta enfermidade/patologia sofrida pelo Requerente?
03 – Quais as lesões e/ou consequências decorrentes da suposta “doença” sofrida pelo Requerente?
04 – Existe nexo causal/concausal entre as lesões advindas da enfermidade/patologia com o trabalho realizado pelo Requerente? Em caso positivo, quais os elementos técnicos objetivos que podem evidenciar tal nexo de causalidade?
05 – As lesões e/ou sequelas da enfermidade/ patologia impediam o exercício de atividade laboral do Requerente à época dos fatos narrados na inicial, no desempenho de suas atividades laborais diárias?
06 – Atualmente qual o estado de saúde do Requerente, e se as consequências da suposta enfermidade/patologia implicam na sua capacidade funcional?
07 – Diga o Sr. Perito se a atividade declarada requer a realização de esforços físicos, e em caso afirmativo, se de forma leve, moderada ou intensa?
08 – O diagnóstico atual foi estabelecido clinicamente ou existe alguma comprovação por exame complementar?
09 – No caso de resposta afirmativa ao quesito anterior, indicando a existência de exame complementar, qual foi o resultado do mesmo?
10 – A patologia declinada encontra-se em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)?
11 – O Requerente apresenta incapacitada laborativa para as atividades que anteriormente exercia?
12 – Caso a resposta anterior seja afirmativa, diga o Sr. Perito se a incapacidade laborativa, no seu entender, é permanente ou temporária?
13 – Caso a resposta ao quesito 11 seja negativa, diga o Sr. Perito se é possível identificar a presença de incapacidade laborativa pregressa compatível com os fatos narrados na inicial, bem como o período de duração da suposta incapacidade e os elementos técnicos objetivos que o levaram a tal conclusão?
14 – Se a incapacidade for considerada temporária, qual o prazo estimado a recuperação laborativa?
15 – Se a incapacidade for considerada permanente, a incapacidade é uniprofissional, multiprofissional ou omniprofissional?
16 – Caso a resposta ao quesito 15 seja que a incapacidade foi considerada permanente, existe capacidade laborativa residual para cumprimento de programa de reabilitação profissional?
Intime-se o Sr. perito JOÃO LEOPOLDO BAÇAN quanto à sua nomeação.
Após, conclusos.
Às providências. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1425832 Nr: 14666-36.2019.811.0041
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILMAR ALVES SILVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ MARCILIO DONEGÁ - OAB:71241/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
PROCESSO: 14666-36.2019.811.0041 (código 1425832)
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: GILMAR ALVES SILVEIRA
IMPETRADO: PRESIDENTE DO DETRAN / MT
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança redistribuído para este Juízo sob o fundamento de conexão com processo em tramite nesta 1ª Vara de Fazenda Pública.
Por prudência e cautela, determino o apensamento destes autos ao processo nº 22241-32.2018.811.0041 - código 1361943 consoante decisão (f. 32) e indicação na peça inicial (f. 04).
Às providências. Cumpra-se.
Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 741711 Nr: 38553-30.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NONDAS PEREIRA SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE

SOCIAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PROCURADORIA GERAL FEDERAL - OAB:, WILSON ROBERTO ALVES - OAB:6783/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

PROCESSO: 38553-30.2011.811.0041 (CÓD. 741711)
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: NONDAS PEREIRA DOS SANTOS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Vistos,

Trata-se de ação previdenciária aforada por NONDAS PEREIRA DOS SANTOS contra o INSS, para restabelecimento de auxílio doença, cumulado com auxílio acidente e/ou aposentadoria por invalidez, ante a redução da sua capacidade laborativa em decorrência de acidente de trabalho (f. 05/22). Juntou cópias (f. 24/59). Emenda à inicial (f. 61/63). Liminar deferida (f. 64/65). Contestação (f. 85/92). Impugnação (f. 99/101). O autor postulou produção de prova pericial (f. 103/106). Autor requereu produção de prova pericial (f. 103/106). MP afirmou inexistir motivos para atuação nestes autos (f. 107/108).

É síntese relatorial.

Ante a orientação do CNJ (Recomendação Conjunta n° 01 de 15/12/2015), teor do Ofício Circular AGU/PF-MT/DPREV nº 03/2017 emitido pelo Coordenador do Núcleo Previdenciário da Procuradoria Federal/MT e a necessidade de aferir a incapacidade laborativa, determino a produção de prova pericial (art. 464/CPC).

Nomeio como perito o Doutor JOÃO LEOPOLDO BAÇAN, devidamente cadastrado pela CGJ/TJMT com endereço profissional à Rua Barão de Melgaço, 2754, Edifício Work Tower, 9º Andar, sala 908, Centro, Cuiabá/MT, telefone celular (65) 99601-1639. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais).

Ante a hipossuficiência da parte requerente, nos termos do art. 373, § 1º/CPC, inverto o ônus da prova, de modo que caberá ao INSS produzir, a tempo e modo, a perícia técnica.

O requerido antecipará, desde logo, os honorários periciais, nos termos do art. 8º, § 2º da Lei 8.620/93, por tratar-se de ação que tem por objeto acidente de trabalho.

Desta forma, intime-se o requerido para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o depósito dos valores dos honorários junto à Conta Única do TJMT vinculada a presente ação previdenciária, pena de anuência e concordância tácita com eventual bloqueio dos valores.

Seguem os quesitos do Juízo a serem respondidos pelo perito, nos moldes da Recomendação do CNJ nº 01/2015:

01 – O Requerente é portador de algum tipo de enfermidade/patologia? Em caso positivo, desde quando?

02 – Qual a origem da suposta enfermidade/patologia sofrida pelo Requerente?

03 – Quais as lesões e/ou consequências decorrentes da suposta "doença" sofrida pelo Requerente?

04 – Existe nexo causal/concausal entre as lesões advindas da enfermidade/patologia com o trabalho realizado pelo Requerente? Em caso positivo, quais os elementos técnicos objetivos que podem evidenciar tal nexo de causalidade?

05 – As lesões e/ou sequelas da enfermidade/patologia impediam o exercício de atividade laboral do Requerente à época dos fatos narrados na inicial, no desempenho de suas atividades laborais diárias?

06 – Atualmente qual o estado de saúde do Requerente, e se as consequências da suposta enfermidade/patologia implicam na sua capacidade funcional?

07 – Diga o Sr. Perito se a atividade declarada requer a realização de esforços físicos, e em caso afirmativo, se de forma leve, moderada ou intensa?

08 – O diagnóstico atual foi estabelecido clinicamente ou existe alguma comprovação por exame complementar?

09 – No caso de resposta afirmativa ao quesito anterior, indicando a existência de exame complementar, qual foi o resultado do mesmo?

10 – A patologia declinada encontra-se em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)?

11 – O Requerente apresenta incapacitada laborativa para as atividades que anteriormente exercia?

12 – Caso a resposta anterior seja afirmativa, diga o Sr. Perito se a incapacidade laborativa, no seu entender, é permanente ou temporária?

13 – Caso a resposta ao quesito 11 seja negativa, diga o Sr. Perito se é possível identificar a presença de incapacidade laborativa pregressa compatível com os fatos narrados na inicial, bem como o período de duração da suposta incapacidade e os elementos técnicos objetivos que o levaram a tal conclusão?

14 – Se a incapacidade for considerada temporária, qual o prazo estimado a recuperação laborativa?

15 – Se a incapacidade for considerada permanente, a incapacidade é uniprofissional, multiprofissional ou omniprofissional?

16 – Caso a resposta ao quesito 15 seja que a incapacidade foi considerada permanente, existe capacidade laborativa residual para cumprimento de programa de reabilitação profissional?

Intime-se o Sr. Perito quanto à nomeação.

Após, conclusos.

Às providências. Cumpra-se.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 1281204 Nr: 2178-83.2018.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: AZENIR MARIA DE ASSIS

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA DA SILVA PEREIRA MACHADO - OAB:23035/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

REFERÊNCIA: 2178-83.2018.811.0041 (Cod. 1281204)
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: AZENIR MARIA DE ASSIS
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOS
Vistos.

AZENIR MARIA DE ASSIS aforou AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÓCIO PREVIDENCIÁRIO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento de que sofreu acidente de trabalho (escorregou na escada) que a deixou incapacitada para o labor. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 27.173,00. Inicialmente o processo foi distribuído ao 6º Juizado Especial Federal de Mato Grosso, mas, com a decisão de f. 60/61, os autos foram redistribuídos a esta 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública (f. 65). Laudo Pericial (f. 47/49). Em petição de f. 69/70, o Requerente reiterou os termos da inicial, discordando, em partes, do Laudo Pericial. Devidamente citado (f. 73-V), o Requerido não apresentou contestação (f. 74).

É a síntese do que reputo essencial.

FUNDAMENTO

Conforme relatado acima, o requerido não contestou a inicial.

O artigo 319 do Código de Processo Civil diz que "se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor", todavia, conforme já decidiu fartamente a jurisprudência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à REVELIA do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o livre convencimento do magistrado.

Nesse sentido: "O efeito da REVELIA não induz procedência do pedido e nem afasta o exame de circunstâncias capazes de qualificar os fatos fictamente comprovados." (RSTJ 53/335).

Portanto, mesmo sem a contestação nos autos, o magistrado deve avaliar não só os argumentos da parte autora, como também as demais provas juntadas aos autos, para assim formular o seu próprio entendimento.

Assim, passo à análise do caso em debate.

Versam os autos sobre pedido de restabelecimento e/ou concessão de benefício previdenciário ao fundamento que o requerente se encontra incapacitado para o trabalho habitual.

Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:

"Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de

reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição".

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado pode fazer jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema, cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

"Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado." (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

"É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

"Pericianda comprovou ser portadora de próteses totais em ambos os joelhos e artrose da coluna lombar que a tornam parcialmente e permanentemente incapacitada de desempenhar atividades laborativas".

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. Ricardo Augusto Trindade Almeida - CRM/MT 6.609) concluiu que a parte requerente está parcial e permanentemente incapacitada para o exercício de atividades laborais.

Pois bem, a ausência de incapacidade TOTAL para o labor, exclui a possibilidade de concessão dos benefícios Auxílio-Doença e aposentadoria por invalidez.

Quanto ao auxílio-acidente, merece destaque a jurisprudência estabelecida pelo STJ:

Tema 416: Exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão.

Tema 156: Será devido o auxílio-acidente quando demonstrado o nexo de causalidade entre a redução de natureza permanente da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida, sendo irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença.

Conclui-se, portanto, que não basta a comprovação de incapacidade parcial e permanente para o trabalho, faz-se necessário, também, que o requerente comprove o nexo de causalidade entre a redução de sua capacidade laborativa e o a atividade profissional exercida, de uma maneira que se evidencie a ocorrência do acidente de trabalho.

Ante a ausência de comprovação da incapacidade total da parte requerente para o exercício de suas atividades laborais, bem como do nexo de causalidade entre a lesão e atividade profissional exercida, é de ser negada o restabelecimento/implantação dos benefícios previdenciários, pois, não preenchidos os requisitos do arts. 42, 59 e 86, ambos da Lei nº 8.213/91.

Sobre a matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, bem como do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso:

"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.

1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - AUSÊNCIA DE PROVA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DOENÇA INCAPACITANTE E AS ATIVIDADES LABORAIS - REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL - NÃO DEMONSTRAÇÃO - AGRAVO RETIDO - NÃO RETITERADO EM SEDE RECURSAL - NÃO CONHECIDO - RECURSO PROVIDO E SENTENÇA RETIFICADA.

1.O auxílio-doença é concedido, nos termos do art. 59 da Lei 8.213/91, ao segurado, que, após cumprida a carência, seja considerado incapaz temporariamente para o trabalho.

2.[...].O auxílio doença pode ser classificado em previdenciário quando decorrente de doenças e acidentes comuns; ou acidentário quando decorrente de doença ocupacional e acidente de trabalho. O benefício pleiteado pela autora possui como pressuposto a comprovação do nexo de causalidade entre a patologia apresentada e a atividade laborativa por ela desempenhada ou pelo seu ambiente de trabalho.(TJ-RJ- Relator: BENEDICTO ULTRA ABICAIR, Data de Julgamento: 22/02/2016, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: 29/02/2016).

3.O autor não demonstrou que as enfermidades, notadamente, as dores na coluna decorreram da relação trabalhista ou do acidente sofrido, bem como a redução de sua capacidade laboral. Isso porque, de acordo com o CNIS-Cadastro Nacional de Informações Sociais, em toda sua laboral apenas laborou por menos de 1 ano.

4. Não comporta conhecimento agravo retido que não foi reiterado neste grau de jurisdição. Inteligência do §1º , do art.523 CPC/73.

5. Recurso provido. (N.U 0001579-26.2013.8.11.0040, , MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 04/06/2018, Publicado no DJE 15/08/2018)

Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da requerente é, pois, inevitável consequência da prova existente no bojo do processo, e nesse diapasão a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.

DECIDO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 487, inciso I/CPC, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na ação ajuizada pela requerente contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e, por consequência lógica de causa e efeito julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar a requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiária da Justiça Gratuita.

Por outro lado, com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º do CPC.

Inexistindo recurso voluntário (art. 496/CPC), certificado o trânsito em julgado e observado as formalidades legais, arquive-se.

PRIC.

Às Providências.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 928974 Nr: 48713-12.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JORGE ROMILTON SOARES RESENDE

PARTE(S) REQUERIDA(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LORENA DIAS GARGAGLIONE - OAB:14.629/MT, NATALIA RAMOS BEZERRA REGIS - OAB:12.048 OAB/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FILIPE XAVIER RIBEIRO - OAB:19465/B

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 746213 Nr: 43417-14.2011.811.0041

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA ROSILEY DE ARRUDA, MARIA DO CARMO DE ARRUDA, ADEMIR BIELISQUE, VALDECIN MANOEL DE ARRUDA, EVALDO DA SILVA, RONALDO ADORNO FERNANDO, PAULINO DE CAMPOS, PEDRO ARRUDA DO CARMO, RITA DE CÁSSIA NEGRÃO FURTADO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENZ PROCHNOW JUNIOR (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:5432/B, ROGÉRIO LUIZ GALLO (PROC. ESTADO) - OAB:6.677/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:, DEFENSORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:, DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL, ENILDO NEVES DE SOUZA - OAB:22.020

Posto isso, com base no art. 308/CC, indefiro o pedido para levantamento de alvará em nome de terceiros (f. 466/467).

Intime-se a credora RITA DE CÁSSIA NEGRÃO FURTADO, para, no prazo de até 15 (quinze) dias, declinar dados bancários de sua titularidade a fim de receber seu respectivo crédito, pena de arquivamento.

Por fim, defiro a juntada de instrumento procuratório em nome do advogado ENILDO NEVES DE SOUZA, OAB/MT 22020 (f. 468) e determino o cumprimento integral da sentença (f. 420/421) e decisão (f. 446).

Expeça-se o necessário. Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 847591 Nr: 51084-80.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: KATIA SILENE SOARES DE BARROS, PAULA VIVIANA QUEIROZ DANTAS DE ASSIS, VINICIUS JOSÉ NASCIMENTO DE ALMEIDA, LUZIA ROSA DE JESUS, RENILTON JOSE DE ASSUNÇÃO, MESSIAS DA CUNHA RUFINO, MARCIA PEREIRA SILVA, LEONIA ALVES SILVA COSTA, PATRICIA GORETTI SERRA YABUMOTO, CRISTINA ALVES, NÚBIA SANTANA DO NASCIMENTO OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA LUCIA RICARTE - OAB:4.411/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA LOPES (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:3.675/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE

PROCESSO: 51084-80.2013.811.0041 (cód. 847591)

ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTES: KÁTIA SILENE SOARES BARROS e outros

EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO

Vistos.

Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 1014). Os exequentes juntaram as peças (f. 1015/ 1005), enquanto o executado, apesar de ter vistas dos autos (f. 1014-v), decorreu o prazo legal sem manifestar-se (f. 1056).

É a síntese.

Decido.

A realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.

Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item 2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.

Faculto à ambas as partes a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC).

Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.

Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por exequente.

Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.

O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).

Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (art. 477, § 1º/CPC).

No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 2.420,00 (dois mil, quatrocentos e vinte reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.

Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado, expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.

Expeça-se o necessário. Às providências.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 1037246 Nr: 40195-96.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOERLY ENORÊ DE FIGUEIREDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSANGELA PASSADORE - OAB:6084/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS - OAB:

PROCESSO: 40195-96.2015.811.0041 (cód. 1037246)

ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: JOERLY ENORE DE FIGUEIREDO

EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO

Vistos.

Observada as indicações de assistente técnico e quesitos apresentados por ambas as partes (exequente f. 384/386 e executado f. 393), cumpram-se integralmente as determinações averbadas na decisão (f. 382).

Expeça-se o necessário. Às providências.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

2ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA

Processo Número: 1045183-07.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

J. S. FLORES & CIA LTDA (IMPETRANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

DANNILO MONTEIRO LIMA OAB - MT18365-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

GERENTE DE CADASTRO - SIOR - SECRATARIA DA FAZENDA - MT (IMPETRADO)
Ilmo. Sr. Secretário Adjunto da Receita Pública da Secretaria de Estado de Fazenda (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade REITERAR a intimação da parte autora para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1048923-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO DOS REIS MAGOGA OAB - SP283834 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PGE (IMPETRADO)
LUIZ CLAUDIO ARRUDA MORENO (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 875995 Nr: 14093-71.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOJA MAÇONICA CAPITULAR ACÁCIA CUIABANA, HUDSON MARCELO COSTAS, MARCELO DINIZ DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS EMÍLIO BIANCHI NETO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB:, NELSON PEREIRA DOS SANTOS (PROCURADOR ESTAD.) - OAB:3591-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 808915 Nr: 15390-50.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OSVALDO DIAS DANTAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RUSSIVELT PAES DA CUNHA - OAB:12487-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON PEREIRA DOS SANTOS - OAB:PROC. DO ESTADO
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 753326 Nr: 5223-08.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GONÇALINA CRUZ E SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HERLEN CRISTINE PEREIRA KOCH - OAB:8428/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA MONTEIRO DA SILVA MOREIRA - OAB:6740, JACKSON MÁRIO DE SOUZA - OAB:4635, LUIS EDUARDO CASTRO NASSIF - OAB:11866 OAB/MT, LUIS GUSTAVO BANZI TONUCCI - OAB:19.000 OABMT, PAULO EMÍLIO MAGALHÃES (PROCURADOR MUNICIPAL) - OAB:3.632/MT, ROSELY AMARAL DE SOUZA - OAB:11.864/MT
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 742930 Nr: 39868-93.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO HUMBERTO BUDOIA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO (PROC. ESTADO) - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA CERRI BUDOIA - OAB:10960-B/MT, PAULO HUMBERTO BUDOIA - OAB:3.339-A/MT, PAULO HUMBERTO BUDOIA FILHO - OAB:9906/MT
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 334853 Nr: 5351-67.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PAULO HUMBERTO BUDOIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA CERRI BUDOIA - OAB:10960-B/MT, PAULO HUMBERTO BUDOIA - OAB:3.339-A/MT, PAULO HUMBERTO BUDOIA FILHO - OAB:9906/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO (PROC. ESTADO) - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 334948 Nr: 5451-22.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERIVALDO SANTANA DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO HUMBERTO BUDOIA - OAB:3.339-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO (PROC. ESTADO) - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 347729 Nr: 17905-34.2008.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ERIVALDO SANTANA DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO (PROC. ESTADO) - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO HUMBERTO BUDOIA - OAB:3.339-A/MT
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0022782-46.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRIGOVERDI SA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GUILHERME JUNIOR OAB - MT2615-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

Certifico que o Processo nº 0022782-46.2010.8.11.0041 – Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 2ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ.

3ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046240-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BELINE DE SOUZA NEVES AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HENRIQUE DA SILVA LIMA OAB - MS9979-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1047939-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA XAVIER BRITO PALERMO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ABDUL MOHAMED HASSOUN DE SOUZA OAB - MT25018/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEDUC (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade REITERAR a intimação da parte autora para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1048664-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. H. B. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO MOREIRA PEREIRA OAB - MT22736/O (ADVOGADO(A))
FRANCINEIDE BETINE RAMOS DE LIMA OAB - 880.845.151-87 (REPRESENTANTE)
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046419-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDE LOPES DA SILVA FILIPUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1048678-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL GOMES DE FREITAS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL GOMES DE FREITAS OAB - MT18613-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054592-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BATERIA SANTOS LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDSON RAFAEL SILVA OAB - GO54492 (ADVOGADO(A))
PRISCILA FERREIRA DO NASCIMENTO OAB - GO51321 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Assim, aventada a hipótese da CDA referir-se ao crédito tributário ora combatido e considerando os termos da Resolução n. 23/2013/TP/TJMT, onde é definida a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal desta Comarca para processar e julgar as ações correlatas referentes a débitos fiscais inseridos em dívida ativa, INTIME-SE a requerente a manifestar-se a respeito da CDA, informando se o débito objeto da lide encontra-se inscrito em divida ativa, requerendo o que entender de direito. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se com urgência.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 0504562-64.2015.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
LOURDES CANDELARIA AGNELO RIBEIRO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO FREDERICO ARRUDA MONTENEGRO OAB - MT15329-O (ADVOGADO(A))
JOSEANE ALONSO DE OLIVEIRA OAB - MT18617/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
Cuiaba Prefeitura Municipal CNPJ - 03.533.064/0001-46 (REPRESENTANTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Isso posto, nos termos do artigo 485, inciso VI CPC, DECRETO a extinção da ação, sem resolução de mérito, pelo que DENEGO a segurança mandamental. Sem custas conforme o disposto no artigo 10, inciso XXII da Constituição Estadual de Mato Grosso. Sem honorários (súmula 512 STF e 105 STJ). Não sujeito a reexame necessário. P. R. I. A.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 862838 Nr: 3911-26.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCIA HELENA BOESSIO STEFANELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DETRAN - MT - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VITORINO PEREIRA DA COSTA - OAB:4.671/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCAS OSVIANI - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 844881 Nr: 48667-57.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JUINIR LUIZ DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL E DIRETOR DA POLICIA CIVIL DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO ZAGONEL - OAB:11.504/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 859484 Nr: 1331-23.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLEUZA PEREIRA LUZ, JOSE DAS GRAÇAS SOARES MAIA, SAMARA TORRES DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ERALDO VIEIRA DE AZEVEDO JUNIOR - OAB:16024/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIS OTÁVIO TROVO MARQUES DE SOUZA - OAB:5266-MT-PROC

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058155-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BOOKING.COM BRASIL SERVICOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMON HENRIQUE DA ROSA GIL OAB - SP303249 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1058155-09.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: AÇÃO ANULATÓRIA REQUERENTE: BOOKING.COM BRASIL SERVIÇOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA ADVOGADO: RAMON HENRIQUE DA ROSA GIL REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO movida por BOOKING.COM BRASIL SERVIÇOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA. contra o ESTADO DE MATO GROSSO com objetivo de suspender a exigibilidade das multas administrativas aplicadas pelo PROCON/MT e a prática de atos restritivos a sua atividade empresarial, como a inscrição na Dívida Ativa e CADIN e início da execução Narra a inicial que em razão de uma fiscalização do ano de 2014 foi penalizada pelo PROCON com multa no valor de R$ 30.000,00, por supostamente elevar os preços das diárias de hospedagem referentes ao período de realização de Copa do Mundo FIFA 2014, na cidade de Cuiabá. Alega, que tal encontra-se prescrita, além de ser ilegal e abusiva, porquanto atual somente como intermediadora no processo de reserva de quartos em estabelecimentos hoteleiros. Com a peça inicial viram os documentos. Atribuiu à causa o valor questionado. Petição (ID 27161357) a requerente juntou comprovante de recolhimento integral das multas. É a síntese. Fundamento e decido. A tutela de urgência possui caráter excepcional e sua concessão está condicionada à efetiva demonstração de probabilidade do direito da postulante e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300/CPC). A imposição de multa decorre do exercício do poder de polícia, possuindo natureza administrativa e não tributária. Nesse viés, afasta-se a aplicação dos dispositivos do Código Tributário Nacional, mormente o artigo 151, que trata das hipóteses de suspensão de exigibilidade do crédito tributário. Todavia, a comprovação do depósito judicial no valor integral da multa aplicada possibilita a suspensão da exigibilidade, não em razão do disposto legal supramencionado, senão pela possibilidade de discussão, no Poder Judiciário, acerca da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade do ato administrativo sancionador, mediante a garantia do juízo. Deste modo, não se está diante de um caso em que o pedido de suspensão da exigibilidade do crédito obteve alicerce na magnitude da fundamentação descrita ou no perigo de dano alegado, mas sim amparado pelo depósito absoluto das multas em litígio devidamente atualizada, conforme se extrai no documento de ID 27161363. Ante o exposto, nos termos dos fundamentos apresentados e em juízo sumário e provisório de cognição, DEFIRO o pedido de tutela de urgência pelo que DECRETO a suspensão da exigibilidade do crédito fiscal objeto dos processos administrativos nº F.A. 51.001.004.14-0004184 – A2014.014.005 e o nº F.A. 51.001.004.14-0004771 – AI 2014.12.0001, bem ainda determino que a parte requerida não inscreva nome da autora nos cadastros de inadimplentes, até ulterior deliberação deste juízo. Ante as especificidades do Ofício Circular nº 03/GPG/PGE/2016, para adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo de designar audiência de conciliação (art. 334, § 4º, II e 139, VI ambos do CPC c/c Enunciado nº 35 da ENFAM), eis que, pela natureza dos interesses em disputa, a auto composição se revela inviável. CITE-SE o requerido, na pessoa do seu representante legal (art. 242, § 3º c/c 247, III, ambos do CPC), para, querendo, no prazo legal, oferecer contestação (art. 335 c/c 183, § 1º e 2º, ambos do CPC), consignado às advertências legais. Contestado, intime-se a parte requerente para, querendo, impugnar a contestação em até 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, deverá especificar as provas que pretende produzir, mediante as justificativas necessárias, pena de indeferimento.

Sucessivamente, intime-se a parte requerida para, querendo, no prazo de até 05 (cinco) dias[1], indicar e justificar as provas que pretende produzir, pena de indeferimento. A seguir, ouça-se o MPE. Superadas as fases precedentes, conclusos. Às providências. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em substituiçãotabelar [1] Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

Decisão Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1057278-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIAN DAVIS DE SANTA ROSA OAB - MT6998-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1057278-69.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: AÇÃO ANULATÓRIA REQUERENTE: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A ADVOGADO: JULIAN DAVIS DE SANTA ROSA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO movida por PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. – BR contra o ESTADO DE MATO GROSSO, em qua a requerente oferta "caução/garantia antecipada de futura execução fiscal, o depósito integral das exigências fiscais", visando a suspensão dos créditos tributários referentes a Notificação/Auto de Infração ns. 141394000472017151 e 141394000462017178. É a síntese. Fundamento e decido. O procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente está previsto no art. 305 do CPC. Vejamos: "Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Parágrafo único. Caso entenda que o pedido a que se refere o caput tem natureza antecipada, o juiz observará o disposto no art. 303." Nesse viés, o pedido de tutela deve ser examinado à luz do que dispõe o art. 300 do CPC, verbis: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." Como se vê, a tutela de urgência possui caráter excepcional e sua concessão está condicionada à efetiva demonstração de probabilidade do direito da postulante e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo No caso em tela, a parte autora compromete-se a depositar o valor de R$ 144.862,25 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), com o intuito de "suspender a exigibilidade do crédito tributário, viabilizando a emissão e certidão positiva com efeito de negativa com relação ao débito TI's nºs 141394000462017178 e 141394000472017151". O depósito do montante integral do crédito tributário constitui uma das causas de suspensão de sua exigibilidade, nos termos do que dispõe o artigo 151, inciso II, do CTN. Deste modo, tendo a parte autora comprometido a efetuar o depósito em dinheiro no montante suficiente para cobrir o débito em discussão neste feito, o direito à suspensão da exigibilidade do crédito tributário é expressamente garantido pela legislação tributária. Isso posto, nos termos dos fundamentos apresentados e em juízo sumário e provisório de cognição, com amparo no artigo 300, caput e parágrafo 1º, do CPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência pelo que: a. DETERMINO à parte autora que efetue o depósito judicial em dinheiro junto à Conta Única do TJMT do debito tributário devidamente atualizado. b. DECRETO a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários objetos do TI nº 141394000462017178 e TI nº 141394000472017151. Materializado o deposito, INTIME-se a parte ré quanto à suspensão da exigibilidade do credito tributário acima indicado. CITE-SE o requerido, na pessoa do seu representante legal (art. 242, § 3º c/c 247, III, ambos do CPC), para, querendo, no prazo legal, oferecer contestação e indicar as provas que pretende produzir (art. 306, do CPC), consignado às advertências legais constantes do art. 307 do CPC. Atente-se a requerente para a regra do artigo 308, do CPC. Às providências. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em substituição tabelar

4ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059008-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INOVAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA GRAZIELA MARTINS PORTO OAB - MT12579-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Isso posto, nos termos do artigo 337, §§ 1º a 3º CPC, DECLARO a litispendência desta ação para com o Mandado de Segurança de nº 1055564-74.2019.8.11.0041 e, por conseguinte, DECRETO a extinção desta ação mandamental, sem julgamento de mérito (art. 485, V, CPC). Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as baixas e anotações de estilo. P.R.I.C.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1048813-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KASSIO NODA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS EDUARDO DE CASTRO NASSIF OAB - MT11866-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO ADJUNTO DA RECEITA PUBLICA DA SEFAZ MT (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Diante da realidade que flui dos autos e dos fundamentos averbados nos parágrafos anteriores, DECLARO a decadência do direito do impetrante em manejar o mandado de segurança em relação aos fatos da inicial e, por consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO COM A ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do art. 487, II, do NCPC. Encaminhe-se cópia desta sentença à autoridade impetrada para os devidos fins. Sem custas processuais e nem honorários advocatícios, pois incabíveis neste caso. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. P.R.I.C.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1037456-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVELIN DA CUNHA SIQUEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELAINE MARIA DE SOUZA E SILVA OAB - MT19569/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Isso posto, nos termos do artigo 57, do CPC, DECLARO tratar-se de ação contida em relação a AÇÃO ORDINÁRIA

de n. 25060-44.2015.811.0041, carecendo, portanto, interesse de agir à parte autora (art. 330, inciso III) e, por conseguinte, DECRETO a extinção desta ação mandamental, sem julgamento de mérito (art. 485, X, CPC). Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as baixas e anotações de estilo. P.R.I.C.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1022886-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME JUSTMANN FOBRICH (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGLEYTON BARBOSA DA SILVA OAB - MT15580-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Ilmo. Sr. Superintendente de Fiscalização (IMPETRADO)
Ilmo. Sr. Secretário Adjunto da Receita Pública da Secretaria de Estado de Fazenda (IMPETRADO)
Gerente de Monitoramento e Suporte à Fiscalização de Trânsito da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Diante do exposto, não vislumbrando defeito algum a ser depurado, REJEITO os embargos declaratórios opostos pela parte impetrante e DETRMINO à Secretaria que realize as alterações supra. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013624-37.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIEGE MACHADO DA ROSA ARANTES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, especificar as provas que pretende produzir, justificando-as sob pena de indeferimento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000827-29.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DJENANE BLANCO CANAVARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS REZENDE OAB - MT12432-O (ADVOGADO(A))
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1041439-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
REALSI ROBERTO CITADELLA OAB - SP0047925A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Diante do exposto, com fundamento no art. 64, §1°, do CPC e art. 2° da Resolução n° 023/2013/TP, DECLARO a incompetência absoluta deste Juízo, e DECLINO, ex officio, do processamento e julgamento desta demanda, determinando a sua remessa ao Juízo da Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001714-13.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DILMA MARIA DE PAULA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015026-22.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JONNY RIDDER GALVAO ARANIBAR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008111-88.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PRUDENCIO FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT0015120A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006821-04.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZACARIAS CONCEICAO VITALINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DENEZIO Pio da Silva OAB - MT14087-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005024-90.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERIKA CASSIA DE ALMEIDA SOARES KURPEL DARON (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora do retorno dos autos da 2ª Instância e para, querendo, requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 931063 Nr: 49865-95.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLELIA ARAUJO DE BRITO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANO ALVES ZANARDO - OAB:12.770, JOSÉ KROMINSKI - OAB:10896, Mário Donal Spalatti - OAB:23.230/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERALDO DA COSTA RIBEIRO FILHO - OAB:OAB/MT 3.234-B
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 890566 Nr: 23608-33.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO FERREIRA DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SEBASTIANA SANTANA DA SILVA - OAB:18.328/MT, VALERIA ADOLFO ORGEDA ROSADA - OAB:20909/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 706338 Nr: 493-85.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUPPA ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADAIANE TONHÁ GALVÃO - OAB:10130/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - OAB:PROC. DO ESTADO
Considerando o retorno os autos da instância superior, na forma do art. 152, VI do CPC, impulsiono estes autos para intimar a parte exequente para requerer o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 738769 Nr: 35360-07.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TEREZINHA MARQUES NUNES, KATIA REGINA FIGUEIRO D'ORNELLAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, METAMAT COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GRAZIELLA LIMA BARROS AMARAL - OAB:7478/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - OAB:PROC. DO ESTADO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:, SIMONE CAFURE BEZERRA - OAB:6.083
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

5ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057588-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
4 Z INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SENHOR SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DA RECEITA PÚBLICA (IMPETRADO)
AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: STO POSTO, consoante a fundamentação supra, DEFIRO A LIMINAR pleiteada para determinar às autoridades Impetradas que procedam ao imediato recebimento da Impugnação Administrativa (E-Process nº 5737157/2019) – Cobrança Administrativa nº 741381/1611/68/2019. Notifiquem-se pessoalmente as autoridades coatoras, enviando-lhes a segunda via da inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, prestem as informações de praxe, e na oportunidade intime-as do teor desta decisão (art. 7º, I da Lei nº 12.016/09). Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão enviando-lhe cópia da inicial, para que querendo ingresse no feito (art. 7º, II da Lei n° 12.016/2009). Em seguida, abro vistas ao ilustre representante do Ministério Público, para, querendo, manifestar-se no presente feito, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.016/09. Após, decorrido o prazo das informações, prestadas ou não, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se, pelo Oficial Plantonista, servindo este de mandado.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028280-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDINALVA IRMA DA SILVA ROCHA OURIVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA DE OLIVEIRA GONCALVES OAB - MT14645-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
estado de mato grosso (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1022638-74.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

JOIA- IND. COM. E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGLEYTON BARBOSA DA SILVA OAB - MT15580-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Ilmo. Sr. Secretário Adjunto da Receita Pública da Secretaria de Estado de Fazenda (IMPETRADO)
GERENTE DE CADASTRO E DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES DE RECEITA PÚBLICA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1035724-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INACIO CAMILO RUARO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Gustavo Vettorato OAB - MT11001-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERENTE DE CONTROLE E TRAMITAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO (GPAT) (IMPETRADO)
GERENTE DE CONTROLE E REEXAME DE PROCESSOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROS (IMPETRADO)
Fiscal de Tributos Estaduais, José Emetério Ribeiro Neto (IMPETRADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023161-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BUZETTI PNEUS CUIABA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - MT16694-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1003650-71.2019.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
PATISSERIE DU PARC LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO COSTA DE SOUZA OAB - MT7630/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (IMPETRADO)
GERENTE DE CONTA CORRENTE FISCAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1012275-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ABUDI PALACE HOTEL LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEBER CALIXTO DA SILVA OAB - MT7972-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL (IMPETRADO)
SUPERINTENDENCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS RECEITAS - SEFAZ/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões a Recurso de Apelação. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Roberto Teixeira Seror
Cod. Proc.: 1024503 Nr: 34105-72.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: THCDO, CARLINDO MATOS DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CUIABÁ, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUIABÁ, SECRETARIO ADJUNTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HUDSON ROQUE BOBATO SCHMITT - OAB:14360/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:355/MT, ELISANDRA QUELLEN DE SOUZA - OAB:18213, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12.009/MT, JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - OAB:18.440/MT, JULYANA LANNES ANDRADE - OAB:PROC. DO MUNC, KEILA DOS SANTOS ALMEIDA GONÇALVES - OAB:25.148/MT, NARA CRISTINA DA FONSECA - OAB:25096/O, NATALIA MANTOVANNI BEATO ARRAIS - OAB:17037, paulo vitor reginato - OAB:23017/O, ROSILENE MARCELO - OAB:8.886/MT, VENICIUS YUTAKA HARIMA - OAB:10.116/O
ISTO POSTO, afasto as preliminares de ilegitimidade passiva, tanto da Santa Casa quanto do Município de Cuiabá, e JULGO PROCEDENTE a ação indenizatória para condenar os requeridos, solidariamente, a pagarem a quantia de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ao autor, a título de danos morais, bem como uma pensão mensal vitalícia no valor de 02 (dois) salários mínimos, a ser custeada por cada um dos requeridos, para garantir a subsistência do autor, sem prejuízo do custeio dos medicamentos e tratamentos pertinentes, que e quando se fizerem necessários e devidamente demonstrados.Os valores serão atualizados com juros de mora no percentual da caderneta de poupança, desde o evento danoso (24/10/2014), conforme súmula 54 do STJ, e correção monetária pelo IPCA-E a partir da sentença, nos termos da súmula 362 do STJ, para os danos morais.Via de consequência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. O Município está isento de custas, por expressa disposição legal, portanto, condeno a Santa Casa ao pagamento das custas processuais.Outrossim, condeno os requeridos ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §§3º, II e 4º, III, do CPC.Não havendo recurso voluntário, subam os autos ao E. TJMT, para reexame necessário.Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019.ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 897920 Nr: 28235-80.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: KARINA MARCONDES COLET
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO - SAÚDE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Celia Trentini Zimiani Cipriano - OAB:7886/MT, EDUARDO ZIMIANI CIPRIANO - OAB:11.547/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PATRICK DE ARAÚJO AYALA (Procurador do Estado) - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 896178 Nr: 27128-98.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SILVANA BRABOSA DE MENDONÇA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESSOAL DA SEDUC-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO BOAVENTURA - OAB:9271/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 860826 Nr: 2371-40.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL - SECCIONAL DE MATO GROSSO, EZIEL DA SILVA SANTOS, MARCIONEY CINTRA LANES
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIRETORA GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS GATTASS - OAB:12.264/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA FLÁVIA G. DE OLIVEIRA AQUINO - SUBPROCURADORA - GERAL DE DEF. MEIO AMBIENTE - OAB:5.494/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 856249 Nr: 58601-39.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SOLUTIONS CORP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIO ADJUNTO DA RECEITA PÚBLICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURICIO BENEDITO PETRAGLIA JUNIOR - OAB:218515
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: OLGA GENY DE ALMEIDA ALVES - OAB:PROC., PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 462703 Nr: 31205-92.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MTM CONSTRUÇÕES LTDA, VALMIR CORREA, BENEDITO BELLO DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALMAR BUSNELLO - OAB:12.213/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO MARCUS PAIVA MACHADO - PROC. MUNICIPAL - OAB:5937 MT
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 396887 Nr: 31757-91.2009.811.0041
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MTM CONSTRUÇÕES LTDA, VALMIR CORREA, BENEDITO BELLO DE MORAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALMAR BUSNELLO - OAB:12.213/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO MARCUS PAIVA MACHADO - PROC. MUNICIPAL - OAB:5937 MT
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 384808 Nr: 20919-89.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SAWAGE EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDEVAL DÓRICO DA CRUZ E SILVA - OAB:9091-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO MARCUS PAIVA MACHADO - PROC. MUNICIPAL - OAB:5937 MT
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 920143 Nr: 43538-37.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AIRES SARTORI, ANA MAURA PEREIRA DA SILVA, BENEDITO MARQUES DA SILVA, CARLOS ROBERTO FERREIRA COELHO, DIONEZIO BONFIM DOS SANTOS, CLEITON JOSE DA SILVA, JANE KÁTIA VIVAS TAVEIRA DE CASTRO, LUCIANA DA COSTA JORTE, MARIA APARECIDA FIGUEIREDO DOS SANTOS, ERONIL GERINO MENDES, ELIANA DE SOUZA LIMA, ERICELY APARECIDA ORCHEL DE ALVARENGA, ERILENE DE CASTRO SOUZA, LIVIA VICTORIO DE CARVALHO ALMEIDA, MARIA IEDA DA SILVA, SOLANGE FERNANDES DE MELO, MARIA AUXILIADORA BANDEIRA BISPO, MORACYR ISAC DA ANUNCIAÇÃO FILHO, NEUCI APARECIDA BOTELHO, SANDRIGO GUIMARÃES RODA, VANUZA ALMEIDA SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCIA NIEDERLE - OAB: 10.458/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERALDO DA COSTA RIBEIRO FILHO - OAB:PROCURADOR EST
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 873177 Nr: 11952-79.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO

PARTE AUTORA: BETANIA FRANCO DE ASSIS, CLAUDIA ANTUNES DE MIRANDA, MAILSON RODRIGUES DE MORAES, DIONISIO JOSÉ BOCHESE ANDREONI, GLEYCE JUVENTELLES DE OLIVEIRA ANUNCIAÇAO, KATIA REGINA BORGES, VALDEVINA ROSA CAPISTRANO DA SILVA, NIUVA SANTOS DE CARVALHO, MARIO KENEDES SANTOS BARROS, SILVIO PLESLEY DA SILVA, MARIA HELENA SANTOS CANTANHEDE, TERESINHA CELIA DE MESQUITA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCIA NIEDERLE - OAB: 10.458/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERALDO DA COSTA RIBEIRO FILHO - OAB:PROCURADOR EST

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, § 4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA

Processo Número: 1049936-07.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

SIDIVALDO OEDER DE OLIVEIRA (IMPETRANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

DEBORA SIMONE SANTOS ROCHA FARIA OAB - MT4198-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE POSSE DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (IMPETRADO)

Magistrado(s):

ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ MANDADO DE SEGURANÇA (PJE 02) PROCESSO Nº 1049936-07.2019.8.11.0041 SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de medida liminar impetrado por SIDIVALDO OEDER DE OLIVEIRA contra ato indigitado coator de lavra do PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE POSSE DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ambos qualificados na exordial, objetivando a concessão da medida liminar que seja determinado à autoridade Impetrada que proceda à nomeação e posse do Impetrante no cargo de Professor de Educação Básica – Língua Portuguesa, para o qual foi devidamente aprovado em concurso público, convalidando os seus contratos temporários, inclusive o do ano de 2019. Aduz, em síntese, que foi aprovado em concurso público para o cargo de professor de Educação Básica – Língua Portuguesa, tendo sido nomeado por meio do Ato Governamental nº 24.891/2018 publicado no Diário Oficial de 07 de maio de 2018. Relata que compareceu para tomar posse no referido cargo perante a Superintendência de Gestão de Pessoas e, na oportunidade, recebeu uma certidão exarando seu Termo de Negativa de Posse nº 030/2018, ao argumento de que seu diploma não atendia aos requisitos exigidos no Edital, conquanto possui graduação em Educação no Campo, habilitação em Linguagens, enquanto o Edital previa a exigência de Licenciatura Plena em Letras. Pontua que a manifestação técnica que amparou o indeferimento da sua posse baseia-se em erro grave, abuso de poder e afronta ao contraditório, ao afirmar que o concurso público realizado pela SEDUC tratou de vagas com formações específicas, com necessidade de habilitação na disciplina pretendida. Ampara a sua pretensão à vista do fumus boni iuris e do periculum in mora. Instruiu a inicial com documentos acostados eletronicamente. Em síntese, é o necessário relato. Fundamento e Decido. Não é demais salientar que o Mandado de Segurança é remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Em outras palavras, para ser viável sua impetração, é imperativo que estejam comprovados os fatos alegados na inicial, porque, para a concessão da ordem, a situação fática e jurídica não pode gerar dúvida e, muito menos, depender a narrativa de dilação probatória. A comprovação dos fatos alegados devem ser feitos de plano, razão pela qual o mandado de segurança impossibilita a produção da prova necessária para a comprovação da ilegalidade do ato administrativo. Nesse norte, cumpre-me trazer à baila lições do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra Mandado de Segurança, 18ª Edição, Malheiros Editores, 1997, p. 34/35: "(...) Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais. Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança. Por se exigir situações e fatos comprovados de plano é que não há instrução probatória no mandado de segurança. Há apenas, uma dilação para informações do impetrado sobre as alegações e provas oferecidas pelo impetrante, com subsequente manifestação do Ministério Público sobre a pretensão do postulante. Fixada a lide nestes termos, advirá a sentença considerando unicamente o direito e os fatos comprovados com a inicial e as informações". Na hipótese dos presentes autos, pretende o Impetrante a concessão da liminar para que seja determinado à autoridade Impetrada que proceda à nomeação e posse do Impetrante no cargo de Professor de Educação Básica – Língua Portuguesa, para o qual foi devidamente aprovado em concurso público, convalidando os seus contratos temporários, inclusive o do ano de 2019. Ab initio, cabe preceituar expressamente o que diz o art. 37, I e II da Constituição Federal, in verbis: "Art. 37 (...) I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...)". Consoante dispositivo constitucional acima transcrito, vale dizer que a obrigatoriedade de concurso público tem por escopo a oportunidade e igualdade (princípios da Isonomia e Impessoalidade), de forma a erradicar privilégios e selecionar os mais aptos a exercer a função pública. De mais a mais, é certo que o edital, além de dar publicidade (ato convocatório), estabelece os requisitos para o cargo e as regras do certame. Daí provém a máxima de que o edital "faz lei entre as partes". Nesse sentido segue o entendimento da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, senão vejamos: "CONCURSO PÚBLICO - PARÂMETROS - EDITAL. O EDITAL DE CONCURSO, DESDE QUE CONSENTÂNEO COM A LEI DE REGÊNCIA EM SENTIDO FORMAL E MATERIAL, OBRIGA CANDIDATOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA". (RE 480129, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 30/06/2009, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-07 PP-01454). Segundo consta nos autos, o Impetrante foi aprovado no concurso público regido pelo edital nº 001/2017/SEDUC/MT, para o cargo de Professor da Educação Básica – Língua Portuguesa. Todavia, verifica-se que a autoridade coatora não concedeu a posse para a vaga em que o Impetrante foi aprovado, uma vez que, foi apresentada titulação de diploma diversa da exigida do edital. Percebe-se que o Edital do certame trazia a previsão dos requisitos necessários para aqueles que concorressem ao cargo de Professor da Educação Básica. Melhor abalizando, transcrevo os itens previstos no edital que rege o certame: "2.4. O cargo/perfil profissional, requisitos básicos e os vencimentos, são os estabelecidos a seguir: Cargo: Professor de Educação Básica do Estado de Mato Grosso Perfil Profissional: Língua Portuguesa. Diploma, devidamente registrado, ou Certificado acompanhado de Histórico Escolar, de conclusão de curso de graduação de nível superior de Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). (...) 3.1. O candidato aprovado e classificado neste Concurso Público será investido no cargo, se comprovar na data da posse: (...) e) comprovar, por ocasião da posse, os requisitos básicos exigidos para o cargo/perfil profissional, conforme item 2.4. deste Edital; (...)". Assevera-se, por oportuno, que o cargo ao qual o Impetrante concorreu era o de Professor da Educação Básica – Língua Portuguesa. Nesta senda, verifica-se que o ato coator combatido pelo Impetrante cinge-se quanto à negativa da autoridade impetrada em proceder com sua posse ao cargo, em razão de ter apresentado titulação de diploma diversa da exigida do edital. Percebe-se que o Impetrante é graduado em Educação do Campo, habilitação em

linguagens, e a previsão editalícia é expressa ao exigir a diplomação de conclusão de curso de graduação de nível superior de Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa. Desta feita, tal exigência se justifica uma vez que a atividade a ser desenvolvida é a educacional. Não sendo apresentada a titulação específica a qual prevê o cargo, não se mostra crível a concessão da posse do Impetrante, ficando, assim, constatada a ausência do preenchimento dos requisitos exigidos nos itens 2.4 e 3.1, "e", do edital do certame. Desta feita, não se pode reputar ilegal e abusivo o ato da autoridade coatora que atenta para o cumprimento das disposições legais e normativas contidas no edital do certame. Nesse sentido, segue o entendimento da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROFESSORA. REQUISITOS. DESCUMPRIMENTO. REGRA DO EDITAL. Não assiste à impetrante o alegado direito líquido e certo à nomeação e posse, considerando não ter preenchido o requisito de diplomação necessário, especificado no Edital do certame. Recurso desprovido". (RMS 18.584/DF, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Quinta Turma, DJ 16/5/05). "RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. REQUISITOS EXIGIDOS PELO EDITAL NÃO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. A Recorrente não possuía a habilitação específica exigida para o exercício do cargo de especialista na educação: supervisor pedagógico. Não atendeu aos requisitos exigidos pelo Edital que regula o certame – n.º 01/2001, na medida em apresentou somente o diploma de licenciada em Pedagogia, que comprovava estar habilitada em Supervisão de Ensino Fundamental – Licenciatura Curta. Não há falar em ofensa a direito líquido e certo a ser protegido pelo mandamus. 2. Recurso ordinário conhecido, porém, desprovido". (RMS 18.331/MG, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 2/5/05). Portanto, ante a ausência de um dos requisitos ensejadores para a concessão da medida liminar, qual seja o fumus boni iuris, impõe-se o indeferimento da medida. ISTO POSTO, consoante a fundamentação supra, INDEFIRO A LIMINAR a vindicada. Notifique-se pessoalmente a autoridade tida por coatora, para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações de praxe, e, na oportunidade, intime-a do teor desta decisão. Oficie-se a Procuradoria Geral do Estado sobre a presente decisão, enviando-lhe cópia da inicial, para que, querendo, ingresse no feito, consoante previsão do art. 7º, II da Lei nº 12.016/2009. Em seguida, abro vistas ao mister do Ministério Público, para, querendo, manifestar-se no presente feito, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.016/09. Após, decorrido o prazo das informações, prestadas ou não, voltam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1050081-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZOCA FARIA DA COSTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA DA SILVA CARNEIRO OAB - MT25186/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE MATO GROSSO -DETRAN (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 6) PROCESSO Nº 1050081-63.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Entendo necessário ouvir, primeiramente, a parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias, que deverá ser intimada para manifestar, sobre a petição do requerente. Após, voltem-me conclusos para análise. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1051965-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEVERTON FABRICIO DE SOUSA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR OAB - MT13822-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM PROCESSO: 1051965-30.2019.8.11.0041 (PJE 5) Vistos, etc. Intime-se as partes para requerer o que de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me cls. Intime-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019 ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043396-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILCELENE GOMES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMAR ALVES VILARINDO OAB - MT17526-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 5) PROCESSO Nº 1043396-40.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Intimem-se pessoalmente as partes para ratificarem os atos já praticados, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 0504779-10.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLINA GOMES BRITO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Secretário de Saúde do Municipio de Cuiabá (IMPETRADO)
Outros Interessados:
Cuiaba Prefeitura Municipal CNPJ - 03.533.064/0001-46 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

MANDADO DE SEGURANÇA PROCESSO Nº: 0504779-10.2015.8.11.0041 (PJE-6) Vistos, etc. Considerando a Resolução nº 09/2019/TJ-MT/OE, a qual fixou a competência da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande, ratione materiae, como o juízo competente para a apreciação e análise das ações referentes à saúde pública de prestação continuada (tratamento clínico ou cirúrgico, fornecimento de medicamentos e insumos) que figurem como parte o Estado de Mato Grosso, independente da fase processual (art. 2º), e considerando a Portaria nº 29/2019-CM, que autorizou a remessa dos processos a partir do dia 30.09.2019, tenho, por bem, declinar da competência em favor da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande, nos termos do art. 43 do CPC. No mais, determino que o presente feito seja redistribuído com a máxima urgência, dando-se todas as devidas baixas quanto a este juízo. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 16 de Dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016176-04.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILDES EUGENIA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALVARO MARCAL MENDONCA OAB - MT3247-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA DA CRUZ MENDONCA OAB - MT24398/O (ADVOGADO(A))
ELY MARIA DA CRUZ MENDONCA OAB - MT2100-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 6) PROCESSO Nº 1016176-04.2018.8.11.0041 Vistos, etc. Defiro o pedido de ID: 25497921, tendo em vista a tempestividade do Agravo Interno, remeto esses autos ao egrégio Tribunal de Justiça para análise do agravo. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019 ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1013202-91.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EUZEBIA FRANCISCA CAMARGO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDIVAN FREITAS VIEIRA OAB - MT11192-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

PROCEDIMENTO COMUM (PJE 6) PROCESSO: 1013202-91.2018.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Procedimento Comum Impetrado por EUZEBRIA FRANCISCA CAMARGO contra ato tido por coator emanado do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Verifica-se que foi determinada a manifestação da parte interessada para manifestar se ainda possui interesse no presente feito (ID 24485714), porém, o Autor quedou-se inerte, deixando escoar o prazo in albis. Em síntese, é o necessário relato. À vista da inércia do Impetrante em dar prosseguimento ao feito, resta evidente a aplicação do art. 485, § 1º do NCPC, cujo ordenamento autoriza o arquivamento dos autos e a extinção do processo, quando silente o autor quanto ao prosseguimento do feito. DISPOSITIVO ISTO POSTO, e consoante a fundamentação supra, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, incisos III e IV do NCPC, uma vez que a parte autora abandonou a causa. P.I. e, após, não havendo recurso voluntário, arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de Dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044461-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIONATA MARTINS DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KELMA REGINA BARBERATO GODOY OAB - MT10814/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
ROBERTO TEIXEIRA SEROR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ PROCEDIMENTO COMUM (PJE 02) PROCESSO Nº 1044461-70.2019.8.11.0041 SENTENÇA Vistos, etc. Cuida-se de Ação Previdenciária proposta por DIONATA MARTINS DE LIMA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ambos devidamente qualificados, objetivando a concessão do provimento antecipatório para que seja determinada a implantação do seu benefício previdenciário. A parte Autora aviou petição aos autos requerendo a homologação do pedido de desistência (ID nº 26688092). Em síntese, é o que merece registro. Verifica-se nos autos que a parte Autora manifestou nos autos requerendo a desistência da presente demanda. Desta feita, considerando que o acolhimento do pedido não trará qualquer prejuízo às partes, HOMOLOGO, por sentença, o pedido de desistência formulado pela parte Autora, para que surta seus jurídicos efeitos, e, via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, VIII do CPC/2015. Publique-se e Intime-se. Isento de custas. Sem interesse recursal. Cumprido o determinado acima, certifique-se o trânsito e arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. ROBERTO TEIXEIRA SEROR JUIZ DE DIREITO

Vara Especializada de Execução Fiscal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000086-18.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IAN SOUZA COUTO (AUTOR(A))
COUTO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME (AUTOR(A))
ELIENE SOUZA COUTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GLAUCIA AGUEDA DA SILVA MAGALHAES OAB - MT13652-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1000086-18.2018.8.11.0041 AUTOR(A): COUTO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME e outros (2) RÉU: ESTADO DO MATO GROSSO Vistos etc. 1. Cumpra-se imediatamente a decisão emanada da Instância Superior, relativamente à decisão proferida pela DD. Relatora Desa. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (ID Nº 22211824), nos autos de Recurso de Agravo de Instrumento nº 1010686-90.2019.8.11.0000. 2. Às providências. Cuiabá, 02 de agosto de 2019. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035335-30.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS PAULO CORREIA VIEIRA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FRANCISCO FELIX OAB - MT11158-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

CERTIDÃO Certifico que, em cumprimento à OS. 001/2015-Gab., impulsiono o presente feito para intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar nos autos.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028298-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TODESCHINI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSA CEBALHO DO CARMO OAB - MT0018223A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1028298-49.2018.8.11.0041 AUTOR(A): TODESCHINI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA - EPP RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Todeschini Exportação e Importação Ltda., qualificada nos autos, ajuizou a presente Ação Anulatória de Débito c/c Indenização Por Danos Morais c/c Pedido de Tutela Antecipada Inaudita Altera Pars, em face do Estado de Mato Grosso, visando tutela de urgência para que o requerido se abstenha de cobrar as CDA's nº 20142983 e 20148106 bem como se abstenha de emitir certidões e impedir o trânsito de mercadorias vendidas para sua inscrição estadual, além de suspender os efeitos do protesto e exclua o nome da requerente dos órgãos de proteção ao crédito e CADIN. Afirma que foi surpreendida com protestos referentes às CDA's nº 20142983 e 20148106, respectivamente nos valores de R$167.042,73 (cento e sessenta e sete mil e quarenta e dois reais e setenta e três centavos) e R$148.559,63 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos). Alega que é empresa comercial exportadora de pequeno porte em que exportou toros os produtos que adquiriu, sem sequer armazenar. Salienta que não foi intimada dos autos de infração e que foi inscrita em dívida ativa na qual os sócios foram incluídos como corresponsáveis. No mérito requer a procedência dos pedidos. Anexou documentos. Inicialmente distribuída na 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, o mesmo veio redistribuído para esse Juízo conforme declinio de competência de id nº 16903019. No despacho de id nº 21357847 foi remetida a apreciação do pleito de tutela de urgência para momento posterior à manifestação da parte requerida, que a apresentou, como se vê no id nº 21842792, oportunidade em que pugnou pelo indeferimento da tutela de urgência. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Tratando-se de medida destinada à suspensão da exigibilidade de débito com a Fazenda pública, aplicam-se as regras do art. 151, do Código Tributário nacional, in verbis: "Art. 151 – Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I – moratória; II – o depósito do seu montante integral; III – as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança. V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies

de ação judicial; VI – o parcelamento." (grifo nosso) No caso, devem ser analisadas as hipóteses previstas nos incisos II e V, do supracitado artigo. Quanto à possibilidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário pelo depósito do montante integral do valor exigido (inciso II, do art. 151, do CTN), vê-se que se trata de direito subjetivo conferido ex vi legis ao devedor, contra qual o credor não pode se opor. Cumpre salientar que tal depósito não se confunde com o pagamento da dívida, pois visa justamente impedir, até decisão final na ação anulatória, que seja promovida a execução e efetuada a penhora sobre bens do devedor/requerente. Caso a ação de conhecimento seja julgada procedente, o depósito efetuado pelo requerente será devolvido. Infere-se, ainda, que o depósito tratado no inciso II do art. 151do CTN, não se confunde com aquele vedado pela Súmula Vinculante n. 28, do Supremo Tribunal Federal – "É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário." –, pois não tem o condão de traçar requisito de admissibilidade para o exercício do direito constitucional de ação (art. 5º, XXXV, da CF), mas apenas de possibilitar a suspensão do crédito tributário mediante depósito do valor exigido. No caso em exame, verifica-se que a requerente não exerceu o seu direito subjetivo, ou seja, não o requereu, tampouco realizou o depósito do montante integral dos débitos aqui discutidos. Dessa forma, não há que se suspender a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151, inciso II, do CTN. Quanto à possibilidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário em razão de concessão de medida liminar ou de tutela antecipada (inciso V do art. 151 do CTN), frise-se, de início, que para a concessão de tutela de urgência deve concorrer dois requisitos legais, quais sejam: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; já para a concessão de tutelas de evidência, faz-se indispensável independentemente da demonstração do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, a caracterização do abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu; as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Na hipótese, a requerente fez pedido de tutela de urgência de natureza antecipada. Analisando os argumentos despendidos pela requerente, em análise sumária própria dessa fase processual, não vislumbro nos documentos que acompanham a inicial a boa aparência do direito do requerente e a razoabilidade de sua pretensão para a concessão da medida de urgência, na medida em que nesse momento de análise perfunctória, há de se ressaltar que a certidão de inscrição de dívida ativa goza de presunção de certeza e liquidez, eis que sua natureza pressupõe, necessariamente, um controle prévio da legalidade pela Administração Pública, realizada no processo de lançamento fiscal, presunção esta que somente pode ser ilidida através de prova inequívoca, hipótese esta não versada nos autos. Conclui-se então que a suspensão da exigibilidade do respectivo débito sem que seja efetuado o depósito (art. 151, II, do CTN) só é possível diante de uma certeza quase absoluta do direito do requerente verificada em situações nas quais se mostrarem patente a nulidade ou irregularidade do título executivo combatido, o que não se verifica nestes autos. ISTO POSTO, e com base nas alegações acima tecidas, não estando presentes os requisitos do art. 300 do CPC, INDEFIRO O PROVIMENTO ANTECIPATÓRIO vindicado para o fim de que o requerido se abstenha de cobrar as CDA's nº 20142983 e 20148106 bem como se abstenha de emitir certidões e impedir o trânsito de mercadorias vendidas para sua inscrição estadual, além de suspender os efeitos do protesto e exclua o nome da requerente dos órgãos de proteção ao crédito e CADIN. Promova-se a citação da parte requerida, para, querendo, apresentar contestação, no prazo legal. Intime e cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1031648-79.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PREFORMAX TRANSPORTE E INDUSTRIA PLASTICA S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1031648-79.2017.8.11.0041 REQUERENTE: PREFORMAX TRANSPORTE E INDUSTRIA PLASTICA S.A. REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. 1. Em que pese ser possível uma empresa seja também beneficiada com a Justiça Gratuita, a exegese subtraída do artigo 98 e seguintes, do NCPC, é no sentido de que as pessoas jurídicas devem comprovar de forma robusta, que seu lucro líquido mensal é insuficiente para custear as despesas processuais, não bastando, neste caso, a simples declaração de hipossuficiência como ocorre com as pessoas físicas. Neste mesmo sentido se posiciona o Egrégio TJMT: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA - JUSTIÇA GRATUITA – PESSOA JURÍDICA - COOPERATIVA – CONCESSÃO DE PAGAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS AO FINAL DO PROCESSO – REVOGAÇÃO POSTERIOR - POSSIBILIDADE – HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA DE FORMA INEQUÍVOCA – SÚMULA 481 DO STJ – DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. A PESSOA JURÍDICA pode beneficiar-se das isenções de que trata a gratuidade da JUSTIÇA em casos excepcionais (art. 99, § 3º, CPC/2015), desde que comprove de forma inequívoca que não pode fazer frente às despesas do processo em prejuízo de seu funcionamento. Deve ser revogada a gratuidade quando existem nos autos elementos que afastam a precariedade econômica alegada. O recolhimento das custas ao final do processo só é admitido quando cabalmente demonstrado a incapacidade financeira momentânea da parte." (N.U 1004848-69.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 29/05/2019, Publicado no DJE 31/05/2019)". 2. Deste modo, nos termos do artigo 321, § único, do CPC, concedo a parte autora o prazo de 30 (trinta) dias para que pague as custas judiciais ou comprove sua precária situação econômica, com cópia da Declaração de Imposto de Renda do último ano, de forma a demonstrar que o pagamento das custas judiciais poderá comprometer seu sustento. 3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para decisão. 4. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034161-20.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GIRA MUNDO TRANSPORTES LTDA EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO AUGUSTO ALVES FELICIANO DE SOUSA OAB - MT19504/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1034161-20.2017.8.11.0041 AUTOR(A): GIRA MUNDO TRANSPORTES LTDA EPP RÉU: Estado de Mato Grosso Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Inscrição em Dívida Ativa Com Pedido de Tutela Provisória In Limine Et Inaudita Altera Pars ajuizada por Giramundo Transportes Ltda., em desfavor do Estado de Mato Grosso. Compulsando os autos, verifico que a tutela de urgência foi indeferida, conforme se vê no id nº 11148812, ao que o requerido apresentou contestação no id nº 11522127, tendo a requerente impugnado, como se vê no id nº 12124969. No despacho de id nº 12347829 foi determinado para as partes manifestarem quanto a produção de provas, sendo que tanto autor (id nº 12619376) quanto requerido (id nº 12751268) pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. Conforme petitório de id nº 12760424, a parte requerente aduz a existência de do Recurso Extraordinário nº 632265, com Repercussão Geral reconhecida em que firmou a tese de que "somente lei em sentido formal pode instruir o regime de recolhimento ICMS por estimativa", oportunidade em que pleiteia a suspensão da exigibilidade da CDA nº 2017345024 bem como do protesto referente à mencionada CDA. Instada a se manifestar (id nº 22685298), o requerido pugnou pelo indeferimento do pleito tutelar. Vieram os autos conclusos. É o Relatório. Fundamento e Decido. Revendo meu posicionamento anterior, passo a análise do pedido de id nº 12760424. De início constato que o pedido formulado reveste-se de urgência. De sorte que a tutela almejada pela

parte autora está regulada no art. 294 do NCPC, o qual assim estabelece: “Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência”. É que o objeto final da ação é a anulação do débito da Fazenda Pública, enquanto o objetivo da Parte Autora ao veicular pedido de liminar é suspender a CDA objeto da lide bem com ode seu respectivo protesto, visando resguardar seus direitos prejudicados. Logo, a autora almeja a concessão liminar da tutela provisória de urgência, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário para evitar um dano irreparável ou de difícil reparação e que para sua concessão faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e §§, quais sejam: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. (...)”. Pois bem, em análise prefacial, própria dessa seara de cognição sumária, entendo como demonstrados os requisitos autorizadores da tutela de urgência pretendida, senão vejamos. Constato que a infração descrita na CDA nº 2017345024, se trata de Falta de Recolhimento ICMS Estimativa Simplificada. Oportuno ressaltar que o regime de apuração do ICMS por estimativa por operação simplificada foi inserido com a edição do Decreto nº 2.734/2010, posteriormente revogado pelo Decreto nº 392/2011, regulamentando o art. 30, da lei Estadual nº 7.098/98, o qual introduziu os artigos 87-J6 a 87-J17, do RICMS. De modo que a forma de apuração e cálculo do ICMS prevista no art. 30, V, da Lei nº 7.098/98 extrapola a regra determinada no art. 26, III, e §1º da lei Complementar nº 87/96, além de implicar em alterações no tipo tributário do imposto ao definir sua base de cálculo. Além disso, verifico que a forma de constituição do crédito tributário foi alterada uma vez que consoante o mencionado decreto (art. 87-J-6), a cobrança do ICMS se dá mediante lançamento de ofício e não mais por homologação, como previsto na Lei Complementar nº 87/96, bem como na Lei nº 7.098/98, logo, trata-se de mais uma afronta ao disposto na alínea “b”, do inciso III, do art. 146, da Constituição Federal, que exige lei complementar para dispor sobre lançamento. Nessa ordem de ideias é patente que a aplicação do regime descrito no artigo 87-J6, do RICMS/MT, revela-se ilegal, e por isso, entendo serem nulos os créditos tributários lançados com fundamento em tal dispositivo. Nesse sentido: “RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL C/C REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUTÁRIO - REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS ESTIMATIVAPOR OPERAÇÃO E ICMS ESTIMATIVA COMPLEMENTAR - CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - REJEITADA - ARTS. 87-J A 87-J-5 DO RICMS/MT - ALTERAÇÃO DE ASPECTOS DA NORMA TRIBUTÁRIA QUE CONTRARIA A NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDAS - NULIDADE DOS DÉBITOS QUESTIONADOS - PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS - RECURSOS DESPROVIDO - SENTENÇA EM REEXAME RATIFICADA. 1. Há de ser rejeitada a preliminar de carência de ação, por ausência de interesse processual, pois, se o ato normativo questionado pelo impetrante produz efeitos concretos e imediatos, ameaçando de lesão ou lesando direitos subjetivos, há que se admitir processualmente a utilização do mandamus pelo lesado. 2. Apesar de a autorização para cobrança por regime de estimativa ser regulada por normas complementares, tal atribuição não pode se dar ao arrepio do princípio da estrita legalidade tributária, segundo o qual elementos típicos do tributo devem ser estipulados por lei em sentido estrito, o que não ocorre no caso concreto, tendo em vista que a cobrança do imposto (ICMS) deu-se com base em disposições contidas em decreto, qual seja, o Decreto estadual nº 2.734/2010. 3. Uma vez reconhecida a ilegalidade e inconstitucionalidade do regime de cobrança, por desobediência a princípios constitucionais e legais, a nulidade dos débitos, cujos cálculos foram apresentados na via mandamental, é medida que se impõe.” (PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO APELAÇÃO / REMESSA NECESÁRIA Nº 66493/2016 - COMARCA CAPITAL RELATORA:DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO Data de Julgamento: 18-09-2017). O perigo de dano resta demonstrado em cobrança indevida em face da autora. Diante do exposto, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA para determinar a suspensão da exigibilidade da CDA nº 2017345024 bem como do protesto nº 245091, referentes à mencionada CDA, do 2º Ofício Notarial e Registral da Comarca de Primavera do Leste-MT, até ulterior deliberação. Expeça-se o necessário Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030949-54.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTEVES & ESTEVES LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA APARECIDA DE OLIVEIRA OAB - MT16389-O (ADVOGADO(A))
ANDERSON ROSSINI PEREIRA OAB - MT9086-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1030949-54.2018.8.11.0041 AUTOR(A): ESTEVES & ESTEVES LTDA - ME RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. 1. Cumpra-se imediatamente a decisão emanada da Instância Superior, relativamente à decisão proferida pela DD. Relatora Desa. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (id Nº 26497643), nos autos de Recurso de Agravo de Instrumento nº 1009906-53.2019.8.11.0000. 2. Às providências. Cuiabá, data registrada no sistema. Adair Julieta da Silva Juíza de Direita

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011876-96.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MORETTO & CIA LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WISTON CRISTALDO GOMES CHAVES OAB - MT22656/O (ADVOGADO(A))
REGIANE CAROLINE ROESLER OAB - MT23935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1011876-96.2018.8.11.0041 AUTOR(A): MORETTO & CIA LTDA - EPP RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO e outros Vistos etc... Trata-se de Pedido de Tutela Provisória de Urgência, por MORETTO & CIA LTDA. – EPP, em desfavor do Estado de Mato Grosso, cujo pleito de tutela de urgência foi deferido para suspender o pagamento do parcelamento efetuado pela parte Autora, como se vê na decisão de id nº 13544123, exatamente na forma requerida na exordial de id nº 13025179. No id nº 14471525 o requerido apresentou sua contestação, devidamente impugnada pela parte autora no id nº 14942213, sendo que no despacho de id nº 16121880 foi determinada, por este Juízo, a intimação das partes para manifestarem a pretensão de produzir provas. Conforme petitório de id nº 16927099, a requerente aduz que o requerido descumpriu a liminar na medida em que não suspendeu a exigibilidade das CDA’s 2017344923, 2017474195 e 2017474671, oportunidade em que pugna pela emissão de certidão positiva com efeitos de negativa. No petitório de id nº 18364388, a parte autora pugna por novo pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade das CDA’s da presente demanda, ao passo que no id nº 18381559 apresenta emenda ao pedido de tutela de urgência, o qual pugna alternativamente ao pedido de suspensão da exigibilidade, para que se emita a certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, o qual foi deferido para obtenção de regularidade fiscal. Como se vê no id nº 25902870, a requerente pleiteia novamente pela antecipação de tutela de urgência para suspender a exigibilidade do crédito em discussão sob risco de ficar fora dos benefícios da LC 631/2019. É o Relatório. Fundamento e Decido. Assim, passo à análise do pleito de tutela de urgência. O Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 300, dispõe que: “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidencie a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo” ou seja, determina que o magistrado poderá conceder a tutela antecipada, desde que presentes prova inequívoca do direito pleiteado, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Pois bem, em análise prefacial, própria dessa seara de cognição sumária, entendo como demonstrados os requisitos autorizadores da tutela de urgência pretendida, senão vejamos. Constato que as infrações descritas nas CDA’s objeto da lide, quais sejam, 2017472966, 2017474195 e 2017474671, constam Falta de Recolhimento ICMS Estimativa Simplificada. Oportuno ressaltar que o regime de apuração do ICMS por estimativa por

operação simplificada foi inserido com a edição do Decreto nº 2.734/2010, posteriormente revogado pelo Decreto nº 392/2011, regulamentando o art. 30, da lei Estadual nº 7.098/98, o qual introduziu os artigos 87-J6 a 87-J17, do RICMS. De modo que a forma de apuração e cálculo do ICMS prevista no art. 30, V, da Lei nº 7.098/98 extrapola a regra determinada no art. 26, III, e §1º da lei Complementar nº 87/96, além de implicar em alterações no tipo tributário do imposto ao definir sua base de cálculo. Além disso, verifico que a forma de constituição do crédito tributário foi alterada uma vez que consoante o mencionado decreto (art. 87-J-6), a cobrança do ICMS se dá mediante lançamento de ofício e não mais por homologação, como previsto na Lei Complementar nº 87/96, bem como na Lei nº 7.098/98, logo, trata-se de mais uma afronta ao disposto na alínea "b", do inciso III, do art. 146, da Constituição Federal, que exige lei complementar para dispor sobre lançamento. Nessa ordem de ideias é patente que a aplicação do regime descrito no artigo 87-J6, do RICMS/MT, revela-se ilegal, e por isso, entendo serem nulos os créditos tributários lançados com fundamento em tal dispositivo. Nesse sentido: "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL C/C REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUTÁRIO - REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS ESTIMATIVAPOR OPERAÇÃO E ICMS ESTIMATIVA COMPLEMENTAR - CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - REJEITADA - ARTS. 87-J A 87-J-5 DO RICMS/MT - ALTERAÇÃO DE ASPECTOS DA NORMA TRIBUTÁRIA QUE CONTRARIA A NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDAS - NULIDADE DOS DÉBITOS QUESTIONADOS - PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS - RECURSOS DESPROVIDO - SENTENÇA EM REEXAME RATIFICADA. 1. Há de ser rejeitada a preliminar de carência de ação, por ausência de interesse processual, pois, se o ato normativo questionado pelo impetrante produz efeitos concretos e imediatos, ameaçando de lesão ou lesando direitos subjetivos, há que se admitir processualmente a utilização do mandamus pelo lesado. 2. Apesar de a autorização para cobrança por regime de estimativa ser regulada por normas complementares, tal atribuição não pode se dar ao arrepio do princípio da estrita legalidade tributária, segundo o qual elementos típicos do tributo devem ser estipulados por lei em sentido estrito, o que não ocorre no caso concreto, tendo em vista que a cobrança do imposto (ICMS) deu-se com base em disposições contidas em decreto, qual seja, o Decreto estadual nº 2.734/2010. 3. Uma vez reconhecida a ilegalidade e inconstitucionalidade do regime de cobrança, por desobediência a princípios constitucionais e legais, a nulidade dos débitos, cujos cálculos foram apresentados na via mandamental, é medida que se impõe." (PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO APELAÇÃO / REMESSA NECESÁRIA Nº 66493/2016 - COMARCA CAPITAL RELATORA:DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO Data de Julgamento: 18-09-2017). No que tange à CDA nº 2017344923, tenho que em razão da impossibilidade de se suspender parcialmente a exigibilidade da CDA tão somente quanto a Falta de Recolhimento ICMS Estimativa Simplificada, em prejuízo a princípio da unidade e iliquidez do título, demonstrado, dessa forma, o fumus boni iuris, devendo, pois, prosperar o pleito tutelar de suspensão da exigibilidade da CDA. Nesse sentido: "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. ICMS. APLICABILIDADE DO ÍNDICE DE JUROS MORATÓRIOS PREVISTOS NA LEI ESTADUAL Nº 13.918/09. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. SUSPENSÃO DO PROTESTO. Deve ser observada a aplicação da porcentagem máxima da taxa SELIC aos juros moratórios relacionados às dívidas tributárias ante a constitucionalidade da sua aplicação aos débitos tributários do Estado de São Paulo. Precedentes da jurisprudência do TJSP e STJ e Súmula 27 do C. Tribunal de Justiça de São Paulo. Órgão Especial que se manifestou sobre a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 13.918/09. Suspensão da exigibilidade e cancelamento do protesto de CDA diante da inexigibilidade do débito fiscal, constituído de valor ilíquido pela adoção de sistemática de juros de inconstitucionalidade declarada. Impossibilidade de se determinar a suspensão parcial da CDA, diante da violação do princípio da unidade e da iliquidez do título. Decisão reformada. Recurso parcialmente provido." (TJ-SP - AI: 21933542920188260000 SP 2193354-29.2018.8.26.0000, Relator: Marcelo Berthe, Data de Julgamento: 30/10/2018, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 30/10/2018) Diante do exposto, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA para determinar a suspensão da exigibilidade das CDA's nº 2017472966, 2017474195, 2017474671 e 2017344923, até ulterior deliberação. Expeça-se o necessário. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006472-64.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
META EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL CAVALCANTE DA SILVA OAB - GO17826 (ADVOGADO(A))
CLAYTON MACHADO GOMES ARANTES OAB - GO10461 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1006472-64.2018.8.11.0041 REQUERENTE: META EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA REQUERIDO: estado de mato grosso Vistos etc... 1 – Primeiramente, anote-se a procuração acostada no ID nº 21808425, observando-se que as intimações para o exequente deverão ser feitas em nome do causídico Lourival Cavalcante da Silva. 2 – Diante da impugnação do cumprimento de sentença (ID nº 21286321), manifeste-se o exequente no prazo de 10 (dez) dias requerendo o que entender de direito. 3 – Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Flávia Catarina Oliveira Amorim Reis
Cod. Proc.: 883383 Nr: 18822-43.2014.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADELIA ASSAKA SHIMIZU
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROCURADOR - OAB:13339/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, em consonância com a previsão contida no Art. 833, inciso X, do CPC/2015, DEFIRO o pedido de liberação do valor de R$5.789,82- (fls. 24), bloqueado via BACEN-JUD das aplicações financeiras da Parte Executada, por se tratar de CONTA POUPANÇA e por não ultrapassar 40 (quarenta) salários mínimos, para DETERMINAR:I. CERTIFIQUE o Sr. Gestor sobre a VINCULAÇÃO a estes autos, dos valores bloqueados e transferidos em 08/08/2019, conforme se lê às fls. 23, para a Conta Única do E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso (ATO ORDINATÓRIO). II. Inexistindo, PROCEDA imediatamente a VINCULAÇÃO dos valores contristados e transferidos para a Conta Única a estes autos, mediante envio de Ofício ao E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, via Malote Digital, cujo código de rastreabilidade deve ser aqui anexado, CERTIFICANDO nestes autos (ATO ORDINATÓRIO).III. A seguir, concluída a vinculação acima, PROCEDA imediatamente à LIBERAÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS, mediante expedição de ALVARÁ JUDICIAL para a transferência eletrônica bancária (TED) para a conta poupança da Parte Executada indicada no pedido de fls. 24, sic, CERTIFICANDO nestes autos (ATO ORDINATÓRIO) e remetendo À CONCLUSÃO para assinatura do referido Alvará Judicial (ATO ORDINATÓRIO).IV. A seguir, DÊ-SE VISTA ao Município Exequente, conforme requerido à fls. 24, para se manifestar sobre o prosseguimento desta Execução Fiscal e requerer o que de direito, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive qua (...)o arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ)(...)CUMPRA sucessivamente.Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS(...)FIM

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 987858 Nr: 17628-71.2015.811.0041
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIANE FONTES ASSUMPÇÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROCURADOR - OAB:13339/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA ASSUMPÇÃO JUNIOR, para devolução dos autos nº 17628-71.2015.811.0041, Protocolo 987858, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Decisão

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1050612-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SOS RESGATE LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1050612-52.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/11/2019 18:14:14 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: SOS RESGATE LTDA - EPP CNPJ Nº 02.516.071/0001-77 - CONTRIBUINTE 178959 CDA Nº 2016 / 1399762 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 62420 - TLFHEP. VALOR DA CAUSA: R$ 2.375,91 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação

em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais

possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056684-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J.P.S. COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056684-55.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:03 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: J.P.S. COMERCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA - ME CNPJ Nº 01.956.612/0001-15 - CONTRIBUINTE 734936190 CDA's Nºs 2016 / 1267151; 2017 / 1487572; 2018 / 1599687; 2019 / 1879346 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.43.068.0083.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 6.301,96 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no

prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de

indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL

MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1050485-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JAIME DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1050485-17.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/11/2019 18:00:51 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JAIME DE OLIVEIRA CPF Nº 035.019.901-97 - CONTRIBUINTE 101715 CDA Nº 2016 / 1397638 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 36162 - MULTA ADM. VALOR DA CAUSA: R$ 5.070,26 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro

público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o

Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059041-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059041-08.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/12/2019 16:34:01 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ITAU UNIBANCO S.A. CNPJ Nº 60.701.190/3215-98 - CONTRIBUINTE 734802315 CDA Nº 2019 / 1926272 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 98154 - ISSQN. VALOR DA CAUSA: R$ 23.082,39 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao

ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para

viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053145-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA (EXECUTADO)

Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053145-81.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:33:21 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA CNPJ Nº 07.147.210/0001-56 - CONTRIBUINTE 374556 CDA's Nºs 1754383; 1754381; 1754385; 1754386; 1754387; 1754389; 1754392; 1754391; 1754394; 1754398; 1754401;1754400;1754395; 1754396; 1754397 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 87574 - MULTA ADM. VALOR DA CAUSA: R$ 5.110,02 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de

Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda

Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053146-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053146-66.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:33:56 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA CNPJ Nº 07.147.210/0001-56 - CONTRIBUINTE 374556 CDA's Nºs 2019 / 1754059; 2019 / 1754060; 2019 / 1754061; 2019 / 1754063; 2019 / 1754064; 2019 / 1754068; 2019 / 1754070; 2019 / 1754072; 2019 / 1754074; 2019 / 1754076; 2019 / 1754077; 2019 / 1754078 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 87574 - MULTA ADM. VALOR DA CAUSA: R$ 8.530,69 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos

eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se

à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058914-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO CERCI FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058914-70.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/12/2019 10:34:19 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ORLANDO CERCI FILHO CPF Nº 437.298.949-00 - CONTRIBUINTE 44468 CDA's Nºs 2017 / 1517401; 2018 / 1715119; 2019 / 1882225 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.24.033.0497.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 864.984,45 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de

Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF

que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058727-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOVAL NASCIMENTO DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058727-62.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:37:18 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOVAL NASCIMENTO DOS SANTOS CPF Nº 387.949.771-00 - CONTRIBUINTE 168181 CDA's Nºs 2016 / 1315831; 2017 / 1576468 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 04.4.14.007.0460.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 2.559,63 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES

FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos

Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058725-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS DE CAMPOS OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058725-92.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:37:08 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE CARLOS DE CAMPOS OLIVEIRA CPF Nº 482.211.121-00 - CONTRIBUINTE 55546 CDA's Nºs 2016 / 1272645; 2017 / 1526992; 2018 / 1687069; 2019 / 1799165 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.14.013.0359.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.491,39 DECISÃO

898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e,

nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058731-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAGALY PEREIRA GOMES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058731-02.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:37:34 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MAGALY PEREIRA GOMES CPF Nº 002.571.328-05 - CONTRIBUINTE 320050 CDA's Nºs 2016 / 1288228; 2017 / 1490186; 2018 / 1627090; 2019 / 1791957 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.42.017.0177.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.176,88 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para

novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as

intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058690-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AQUELINA LINA DE CAMPOS LEITAO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058690-35.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:04 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: AQUELINA LINA DE CAMPOS LEITÃO CPF Nº 206.759.331-53 - CONTRIBUINTE 734755682 CDA's Nºs 2016 / 1289357; 2017 / 1509483; 2018 / 1694183; 2019 / 1799002 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.14.024.0201.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 6.698,99 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85

do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos

para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a

suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059145-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO DIAS COUTINHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059145-97.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:23 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ORLANDO DIAS COUTINHO CPF Nº 141.674.091-00 - CONTRIBUINTE 381196 CDA's Nºs 2016 / 1265964; 2017 / 1491949; 2018 / 1704906; 2019 / 1842250 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.24.041.0243.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.991,91 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE

imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos

autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058729-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LOURIVAL FERREIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058729-32.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:37:26 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: LOURIVAL FERREIRA DA SILVA CPF Nº 021.733.361-34 - CONTRIBUINTE 1339 CDA's Nºs 2016 / 1366808; 2018 / 1593382; 2019 / 1786862 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.21.021.0213.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 3.458,00 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO

FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.

(Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para

cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058901-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO DOS CRIADORES DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058901-71.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/12/2019 10:04:17 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE MATO GROSSO CNPJ Nº 15.072.416/0001-92 - CONTRIBUINTE 166967 CDA's Nºs 2018 / 1725720; 2019 / 1785608; 2019 / 1926167; 2019 / 1926168 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.12.017.1772.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 2.777.688,23 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da

suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de

15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059147-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OSVALDIR EICKHOFF (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059147-67.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:28 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: OSVALDIR EICKHOFF CPF Nº 101.909.610-15 - CONTRIBUINTE 76582 CDA's Nºs 2016 / 1318151; 2018 / 1665238; 2019 / 1798890 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.14.001.0344.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.472,74 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos

Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e

máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se

automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059150-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO JOSE ROCHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059150-22.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:37 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PAULO JOSÉ ROCHA CPF Nº 340.460.891-72 - CONTRIBUINTE 734959495 CDA's Nºs 2016 / 1298849; 2018 / 1647143; 2019 / 1844588 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.14.064.0153.017 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.432,73 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça

no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este

artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059146-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OSCARLINO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059146-82.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:26 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: OSCARLINO DE SOUZA CPF Nº 243.929.529-91 - CONTRIBUINTE 3375 CDA's Nºs 2016 / 1331307; 2017 / 1492814; 2018 / 1716450; 2019 / 1778592 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.2.45.072.0528.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.740,45 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da

citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um

e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em

juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059151-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO RICARDO FORTUNATO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059151-07.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:40 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PAULO RICARDO FORTUNATO CPF Nº 496.808.381-53 - CONTRIBUINTE 364071 CDA's Nºs 2016 / 1374965; 2017 / 1535434; 2018 / 1617264; 2019 / 1917851 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.15.032.0024.070 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 8.261,79 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal,

nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança

instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059122-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA ELIEUZA CANDIDO LEITE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059122-54.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:27 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARIA ELIEUZA CANDIDO LEITE CPF Nº 229.569.721-20 - CONTRIBUINTE 91059 CDA's Nºs 2016 / 1377581; 2017 / 1463931; 2018 / 1632013; 2019 / 1830889 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 06.9.24.004.0121.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.314,64 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo

próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga,

remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os

bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059152-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO CARLOS FRANCESCHINI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059152-89.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:43 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PEDRO CARLOS FRANCESCHINI CPF Nº 001.910.191-00 - CONTRIBUINTE 252109 CDA's Nºs 2016 / 1321559; 2017 / 1470622; 2018 / 1667304; 2019 / 1811994 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.32.004.0252.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 7.196,25 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção

desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA :

RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059153-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO AUGUSTO VALENTE DO COUTO FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059153-74.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:33:55 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PEDRO AUGUSTO VALENTE DO COUTO FILHO CPF Nº 070.091.941-49 - CONTRIBUINTE 271545 CDA's Nºs 2016 / 1320854; 2017 / 1457006; 2019 / 1792298 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.33.028.0156.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: 4.903,16 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas

determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a

lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento

do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059148-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAMELLA BERNOBIC DA SILVEIRA POQUIVIQUI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059148-52.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:32 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: PAMELLA BERNOBIC DA SILVEIRA POQUIVIQUI CPF Nº 002.435.611-56 - CONTRIBUINTE 734809594 CDA's Nºs 2016 / 1291756; 2017 / 1512222; 2018 / 1702433; 2019 / 1800494 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.25.039.0771.095 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 8.382,59 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data

registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O

espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059001-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
L. M. DOS SANTOS LIGRAF GRAFICA E PAINEIS LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059001-26.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/12/2019 15:17:55 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: L. M. DOS SANTOS LIGRAF GRAFICA E PAINEIS LTDA - EPP CNPJ Nº 12.997.033/0001-37 - CONTRIBUINTE 734852559 CDA's Nºs 2016 / 1413722; 2016 / 1413724; 2016 / 1413725; 2016 / 1413726 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 108892 - ISSQN. VALOR DA CAUSA: R$ 277.515,91 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO

NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato

processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial

por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058691-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIO JAMAL PEREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058691-20.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:07 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FLAVIO JAMAL PEREIRA CPF Nº 083.278.258-01 - CONTRIBUINTE 309569 CDA's Nºs 2016 / 1267248; 2019 / 1805259 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.34.045.0342.058 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 3.747,31 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário,

devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual),

inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059124-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUCIA BEZERRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059124-24.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:33 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARIA LUCIA BEZERRA CPF Nº 427.881.291-49 - CONTRIBUINTE 32291 CDA's Nºs 2016 / 1343999; 2017 / 1490187; 2018 / 1637715; 2019 / 1791958 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.42.017.0186.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.757,91 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO

DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor,

ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 1058689-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRO GALINDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058689-50.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:01 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ALEXANDRO GALINDO CPF Nº 580.442.211-15 - CONTRIBUINTE 734781123 CDA's Nºs 2016 / 1328122; 2017 / 1466340; 2018 / 1686596; 2019 / 1879055 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.13.045.0162.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 9.559,71 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições,

façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40,

da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058674-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MATHEUS HIRAGA HAEFFNER (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058674-81.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:03 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MATHEUS HIRAGA HAEFFNER CPF Nº 054.706.081-58 - CONTRIBUINTE 734945951 CDA's Nºs 2016 / 1359088; 2017 / 1460440 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.33.067.0348.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 2.548,05 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO

ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao

serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059129-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAURO CID NUNES DA CUNHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059129-46.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:44 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MAURO CID NUNES DA CUNHA CPF Nº 099.987.487-04 - CONTRIBUINTE 329415 CDA's Nºs 2016 / 1302490; 2017 / 1490263; 2018 / 1692066; 2019 / 1794088 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.32.004.0146.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 6.912,42 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar;

Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120

dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059149-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIO ALVES COSTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059149-37.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:34 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PATRÍCIO ALVES COSTA CPF Nº 054.505.246-76 - CONTRIBUINTE 734963279 CDA's Nºs 2016 / 1344134; 2017 / 1497908; 2018 / 1670529 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.43.004.0480.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.873,34 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do

crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o

ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058692-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO SANTO BOLDORI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058692-05.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:10 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: FRANCISCO SANTO BOLDORI CPF Nº 105.498.971-00 - CONTRIBUINTE 391094 CDA's Nºs 2016 / 1339219; 2017

/ 1479596 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.24.064.0366.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.009,43 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o

devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para

efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058676-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MOACIR PONTES ACIOLI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058676-51.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:24 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MOACIR PONTES ACIOLI CPF Nº 079.992.187-40 - CONTRIBUINTE 270496 CDA's Nºs 2016 / 1368532; 2019 / 1805528 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.34.005.0330.007 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 3.784,13 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para

novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as

intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058677-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NELI SALIES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058677-36.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:27 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: NELI SALIES CPF Nº 078.513.401-87 - CONTRIBUINTE 361865 CDA's Nºs 2016 / 1364843; 2017 / 1527547; 2018 / 1649678; 2019 / 1796842 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.44.004.0168.004 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 3.336,40 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015,

sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o

arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1.,

nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059125-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO MARRAFAO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059125-09.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:35 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MÁRIO MARRAFAO CPF Nº 544.286.298-34 - CONTRIBUINTE 7868 CDA's Nºs 2016 / 1330748; 2017 / 1478445; 2018 / 1629828; 2019 / 1784357 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.23.004.0274.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 6.074,20 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da

suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente

comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058693-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE NETO BRITO DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058693-87.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:13 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE NETO BRITO DOS SANTOS CPF Nº 453.422.371-49 - CONTRIBUINTE 273491 CDA's Nºs 2016 / 1283156; 2017 / 1545987; 2018 / 1594176; 2019 / 1807621 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.33.038.0270.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 8.857,32 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II.

Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador

da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059130-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MERCIA ROSAN DIAS FIGUEREDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059130-31.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:46 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MERCIA ROSAN DIAS FIGUEREDO CPF Nº 389.009.049-49 - CONTRIBUINTE 77289 CDA's Nºs 2016 / 1317434; 2017 / 1510419; 2018 / 1729370; 2019 / 1814962 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.44.062.0228.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.015,77 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos

(ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que

deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059126-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARISTELA ALVES RODRIGUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059126-91.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:37 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARISTELA ALVES RODRIGUES CPF Nº 083.068.181-72 - CONTRIBUINTE 9145 CDA's Nºs 2016 / 1309117; 2017 / 1485611; 2018 / 1638600; 2019 / 1781718 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.14.051.0519.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.240,20 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30

DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e

máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se

automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058681-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIKO TOMIYAMA BORGES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058681-73.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:40 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARIKO TOMIYAMA BORGES CPF Nº 340.995.496-15 - CONTRIBUINTE 734792414 CDA's Nºs 2016 / 1343605; 2017 / 1482501; 2018 / 1688902; 2019 / 1900592 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 02.3.14.001.0323.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.117,56 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e

exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for

regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058682-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL ALESSANDRE LISBOA RODRIGUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058682-58.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:34:43 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RAFAEL ALESSANDRE LISBOA RODRIGUES CPF Nº 705.309.201-15 - CONTRIBUINTE 309660 CDA's Nºs 2016 / 1358556; 2017 / 1498009; 2018 / 1670018; 2019 / 1793719 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.24.009.0060.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 7.509,18 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O

CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da

condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva

citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058698-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VICENTE BENNO ECKERT (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058698-12.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:28 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: VICENTE BENNO ECKERT CPF Nº 080.652.920-20 - CONTRIBUINTE 92487 CDA's Nºs 2016 / 1365504; 2017 / 1542705; 2018 / 1712730; 2019 / 1826844 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 06.9.34.011.0051.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 6.674,67 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O

ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a

seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059133-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NAZIH HANNA JORGE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059133-83.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:53 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: NAZIH HANNA JORGE CPF Nº 241.019.311-00 - CONTRIBUINTE 182858 CDA's Nºs 2016 / 1318155; 2017 / 1498713; 2018 / 1680212 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.32.017.0246.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 6.333,88 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art.

240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga,

remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os

bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059132-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MODESTO FRANCISCO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059132-98.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:51 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MODESTO FRANCISCO DE SOUZA CPF Nº 230.076.301-00 - CONTRIBUINTE 735018360 CDA's Nºs 2016 / 1339016; 2017 / 1465349; 2018 / 1704095 2019 / 1804746 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.24.063.0235.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.783,54 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção

desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA :

RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059127-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARONITA CARVALHO DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059127-76.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:39 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARONITA CARVALHO DOS SANTOS CPF Nº 486.901.391-68 - CONTRIBUINTE 24530 CDA's Nºs 2016 / 1275930; 2017 / 1512951; 2018 / 1623695 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.13.028.0124.001- IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.133,17 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas

determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a

lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento

do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058701-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KELLIANY SILVA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058701-64.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:37 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: KELLIANY SILVA - ME CNPJ Nº 10.984.775/0001-00 - CONTRIBUINTE 734827785 CDA Nº 1926174 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 102597 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 8.904,41 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS

Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal

já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058704-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MT WEB SERVICOS DIGITAIS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058704-19.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:47 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MT WEB SERVIÇOS DIGITAIS LTDA - ME CNPJ Nº 13.121.469/0001-20 - CONTRIBUINTE 734853558 CDA Nº 1926178 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 109220 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 34.147,85 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e,

em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a

relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão

submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059144-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO DIAS COUTINHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059144-15.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:20 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ORLANDO DIAS COUTINHO CPF Nº 141.674.091-00 - CONTRIBUINTE 381196 CDA's Nºs 2016 / 1367809; 2017 / 1538651; 2018 / 1649926; 2019 / 1842252 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.24.041.0293.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.850,00 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a

indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito

fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059143-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO DIAS COUTINHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059143-30.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:17 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ORLANDO DIAS COUTINHO CPF Nº 141.674.091-00 - CONTRIBUINTE 381196 CDA's Nºs 2016 / 1281900; 2017 / 1538650; 2018 / 1628127 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.24.041.0233.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 2.801,65 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI)

INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo

incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058703-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
MELO MARTINS & MARTINS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058703-34.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/12/2019 16:35:43 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MELO MARTINS & MARTINS LTDA - ME CNPJ Nº 14.028.044/0001-34 - CONTRIBUINTE 734871935 CDA Nº 1926193 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 116156 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 5.641,05 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de

Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda

Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058912-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EXTRA CAMINHOES LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058912-03.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/12/2019 10:31:11 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: EXTRA CAMINHÕES LTDA CNPJ Nº 04.284.282/0001-57 - CONTRIBUINTE 313678 CDA Nº 2018 / 1588104 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 73488 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 151.155,19 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo

PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são

obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059138-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NILZA DE CARVALHO LEITE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059138-08.2019.8.11.0041

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:06 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: NILZA DE CARVALHO LEITE CPF Nº 537.701.881-87 - CONTRIBUINTE 41602 CDA's Nºs 2016 / 1270881; 2017 / 1526183; 2018 / 1680792 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.43.007.0057.002 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.793,58 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de

recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é

que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059137-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NILZA CRISTINA GOMES DE ARAUJO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059137-23.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:03 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: NILZA CRISTINA GOMES DE ARAUJO CPF Nº 667.197.201-04 - CONTRIBUINTE 333423 CDA's Nºs 2017 / 1473822; 2017 / 1583675; 2018 / 1647089; 2019 / 1844395 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.13.038.0103.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 9.234,93 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e

consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável

por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059141-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ODETE DE LIMA BARROS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059141-60.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:31:12 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ODETE DE LIMA BARROS CPF Nº 280.536.991-20 - CONTRIBUINTE 387514 CDA's Nºs 2017 / 1473889; 2017 / 1583765; 2019 / 1793869 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.25.026.0128.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 9.201,31 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa -

CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem

que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a

respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059128-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAURITANIA MARQUES RUICCI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059128-61.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:42 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MAURITANIA MARQUES RUICCI CPF Nº 007.274.491-09 - CONTRIBUINTE 734918344 CDA's Nºs 2016 / 1348657; 2017 / 1533651; 2018 / 1678241; 2019 / 1808728 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.35.010.0190.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.479,94 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento

administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais

sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059135-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NEY DE OLIVEIRA FRANCO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059135-53.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:58 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: NEY DE OLIVEIRA FRANCO CPF Nº 021.679.051-49 - CONTRIBUINTE 22688 CDA's Nºs 2016 / 1278700; 2017 / 1550563; 2019 / 1836417 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.41.032.0207.002 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.309,61 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos

honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de

2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida,

ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059134-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NEIDE DOS SANTOS CAPIOTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059134-68.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:56 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: NEIDE DOS SANTOS CAPIOTO CPF Nº 428.001.881-20 - CONTRIBUINTE 734843683 CDA Nº 1260456 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.45.018.0156.074 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 2.231,19 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO

INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos

dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059131-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MILITINO TEIXEIRA BARROS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059131-16.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:49 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MILITINO TEIXEIRA BARROS CPF Nº 137.782.771-20 - CONTRIBUINTE 25250 CDA's Nºs 2016 / 1348130; 2017 / 1463661; 2018 / 1618952; 2019 / 1844042 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.14.007.0233.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.346,80 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO

ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e

máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo

ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1059123-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA FRANCISCA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1059123-39.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2019 07:30:30 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARIA FRANCISCA DA SILVA CPF Nº 486.898.311-34 - CONTRIBUINTE 362608 CDA's Nºs 2016 / 1282702; 2017 / 1551658; 2018 / 1710982; 2019 / 1920183 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.2.43.032.0139.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 6.149,52 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição

intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará

que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058903-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSORCIO MARECHAL RONDON (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058903-41.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/12/2019 10:07:26 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CONSORCIO MARECHAL RONDON CNPJ Nº 17.274.081/0001-10 - CONTRIBUINTE 734910079 CDA Nº 2016 / 1416439 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 126569 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 453.192,18 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e

remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV

- mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e

decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1058907-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARCARI TERCEIRIZACAO LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1058907-78.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/12/2019 10:15:06 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ARCARI TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME CNPJ Nº 10.554.040/0001-39 - CONTRIBUINTE 734817320 CDA Nº 2017 / 1586260 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 100334 - ISSQN VALOR DA CAUSA: R$ 185.682,61 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS

realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido

pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Sentença

Sentença Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1026105-95.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CUIABA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1026105-95.2017.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/08/2017 09:07:49 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CUIABA CNPJ Nº 03.468.485/0001-30 - CONTRIBUINTE 150765 CDA's Nºs 2015 / 1240362; 2015 / 1240363 e 2015 / 1240364. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 4994 VALOR DA CAUSA: R$ 507.348,94- SENTENÇA 196 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se EXECUÇÃO FISCAL distribuída eletronicamente via PJE em 24/08/2017 pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CUIABA - CNPJ Nº 03.468.485/0001-30, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's Nºs 2015 / 1240362; 2015 / 1240363 e 2015 / 1240364, referente a ISSQN que incidiu sobre a Inscrição Municipal nº 4994, sendo atribuído à causa o valor de R$507.348,94-(ID's 9446604 e 9446609). Em 08/09/2017 foi proferido despacho determinando a citação por carta da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme o Art. 174 Parágrafo único, inciso I da Lei 5172/1966 – Código Tributário Nacional (ID 9791100). Inexiste nestes autos eletrônicos informação quanto à devolução do AR da Carta de Citação. Em 27/11/2018 o Município Exequente requereu a extinção do presente executivo fiscal, ante o pagamento administrativo do crédito executado, renunciando expressamente ao prazo recursal, anexando o Termo de NEGOCIAÇÃO Nº 352696, onde se lê que as CDA's executadas foram quitadas em 28/12/2017, acrescidas da CDA 1240365 estranha aos autos, pelo valor de R$288.876,90- (ID's 16715702 e 16715705). Eis o relato necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Existindo nos autos comprovante do pagamento do crédito executado, face o acordo extrajudicial firmado entre as Partes APÓS A DISTRIBUIÇÃO DESTE PJe, a este Juízo só resta homologar o pedido de extinção do processo formulado pelo Município Exequente, declarando pago o débito, extinto o crédito e extinguindo esta execução fiscal com julgamento do mérito, nos termos do Art.156, inc. I do CTN c/c Arts. 904, 924, inc. II e 925 do CPC/2015. Acerca da extinção de execução fiscal pela quitação do crédito pela Parte Executada, posiciona-se a jurisprudência do nosso E. Tribunal

de Justiça de Mato Grosso, verbis: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – QUITAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA – EXTINÇÃO DA AÇÃO COM APANÁGIO NO ARTIGO 924, II DO CPC/2015 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – CONDENAÇÃO DEVIDA À PARTE ADVERSA – QUITAÇÃO QUE SE VERIFICOU APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE – SENTENÇA REFORMADA, NESTE PONTO – RECURSO PROVIDO. 1 – Extinta a ação executiva fiscal com arrimo no artigo 924, inciso II, do CPC, em razão de a obrigação ter sido cumprida pelo devedor extrajudicialmente, após o ajuizamento da ação, mesmo que não resistida a pretensão é devida a condenação nas custas processuais e em honorários advocatícios, observando-se o PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, segundo o qual quem deu causa ao ajuizamento da ação é responsável pelo pagamento do ônus sucumbenciais. 2 – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça, inclusive no AgInt no AREsp 463.734/MG. Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO – PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018. 3 – Recurso conhecido e provido. (TJMT - Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Rela. Desa. Maria Aparecida Ribeiro, N.U 0000558-38.2018.8.11.0008, Julgado em 09/07/2019, Publicado no DJE 30/07/2019) (negritei). RECURSO DE APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL – ACORDO EXTRAJUDICIAL COM INCLUSÃO DE HONORÁRIOS AO FUNJUS – PAGAMENTO TOTAL DO DÉBITO - EXTINÇÃO DO FEITO – CUSTAS PROCESSUAIS DEVIDAS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Os honorários advocatícios recolhidos pelo FUNJUS - Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Jurídicos - da Procuradoria-Geral do Estado, substitui o valor arbitrado pelo Juízo a título de honorários advocatícios. 2. Cabe ao devedor a obrigação de pagar as custas processuais, diante do compromisso assumido no acordo extrajudicial. 3. Apelo parcialmente provido." (TJMT, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP, Ap 39008/2017, Julgado em 29/05/2017, Publicado no DJE 02/06/2017). ISTO POSTO, com fundamento nos Art.156, inc. I do CTN c/c Arts. 904, 924, inc. II e 925 do CPC/2015, DEFIRO o pedido de extinção apresentado pelo Município Exequente, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 1026105-95.2017.8.11.0041 e DECLARO EXTINTO o presente PJe COM JULGAMENTO DO MÉRITO, face o pagamento administrativo do crédito executado, após a distribuição deste PJe. Considerando que o Município Exequente renunciou expressamente ao prazo recursal, CERTIFIQUE-SE imediatamente o trânsito em julgado. Ante o PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, consagrado em sede de Recurso Repetitivo pelo E. Superior Tribunal de Justiça (STJ - Tema 143), segundo o qual o Juízo deve perquirir quem deu causa ao processo, para condenar no pagamento das custas processuais, referendado pela jurisprudência do nosso E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, uma vez que o pagamento administrativo foi efetuado após a distribuição desta ação, sendo vedado ao Juízo dispensar o recolhimento da taxa judiciária e custas processuais, conforme exegese do Art. 141 do CTN c/c Art. 35, inc. VII da LOMAN, CONDENO a Parte Executada no pagamento das CUSTAS PROCESSUAIS E TAXA JUDICIÁRIA em cinco dias, a contar da intimação, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, nos termos do item 2.8.2 da Seção 28 da CNG.CGJ/MT (Provimento nº 40/2014 e Provimento nº 80/2014-CGJ) e Protesto (Provimento nº 88/2014). DEIXO de condenar no pagamento de honorários sucumbenciais à Fazenda Pública Municipal Exequente, face à existência de acordo extrajudicial, onde se presume que seu valor já fora recolhido pelo Executado junto ao Fundo da Procuradoria Municipal (FPM), nos termos do Art. 7º da Lei Complementar Municipal nº 433 de 28/08/2017 c/c Lei nº 2654/1988. INTIME (PJe e DJe) desta sentença o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal subscritor da exordial. INTIME também a Parte Executada, pessoalmente e por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). Decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da inadimplência, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando-se ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). DEIXO de determinar a REMESSA destes autos para reexame desta sentença ao E. Tribunal de Justiça deste Estado, em razão de não se aplicar o disposto no Art. 496 do CPC/2015 a esta sentença de extinção proferida a pedido do Município Exequente. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL Art. 26 - Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Divida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes. Art. 39 - A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independerá de preparo ou de prévio depósito. - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a Central de Arquivamento e Arrecadação, e até a

expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Sentença Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1050550-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LETICIA CAMPOS GUEDES OURIVES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1050550-12.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/11/2019 18:07:18 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: LETICIA CAMPOS GUEDES OURIVES CPF Nº 688.931.671-15 - CONTRIBUINTE 348235 CDA's Nºs 2016 / 1357721; 2018 / 1715121 e 2019 / 1839511. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.11.007.0473.063 VALOR DA CAUSA: R$ 7.094,68- SENTENÇA 196 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se EXECUÇÃO FISCAL distribuída eletronicamente via PJE em 04/11/2019 pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de LETICIA CAMPOS GUEDES OURIVES - CPF Nº 688.931.671-15, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's Nºs 2016 / 1357721; 2018 / 1715121 e 2019 / 1839511, referente a IPTU que incidiu sobre a Inscrição Municipal nº 01.8.11.007.0473.063, sendo atribuído à causa o valor de R$7.094,68-- (ID's 25622202 e 25622204). Em 14/11/2019 foi proferido despacho determinando a citação por carta da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme o Art. 174 Parágrafo único, inciso I da Lei 5172/1966 – Código Tributário Nacional (ID 26167049). Inexiste nestes autos eletrônicos informação quanto à devolução do AR da Carta de Citação. Em 28/11/2019 o Município Exequente requereu a extinção do presente executivo fiscal, ante o pagamento administrativo do crédito executado, renunciando expressamente ao prazo recursal, anexando o Termo de NEGOCIAÇÃO Nº 412505, onde se lê que as CDA's executadas foram quitadas em 27/11/2019, pelo valor de R$5.456,63- (ID's 26593769 e 26593770). Eis o relato necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Existindo nos autos comprovante do pagamento do crédito executado, face o acordo extrajudicial firmado entre as Partes APÓS A DISTRIBUIÇÃO DESTE PJe, a este Juízo só resta homologar o pedido de extinção do processo formulado pelo Município Exequente, declarando pago o débito, extinto o crédito e extinguindo esta execução fiscal com julgamento do mérito, nos termos do Art.156, inc. I do CTN c/c Arts. 904, 924, inc. II e 925 do CPC/2015. Acerca da extinção de execução fiscal pela quitação do crédito pela Parte Executada, posiciona-se a jurisprudência do nosso E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, verbis: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – QUITAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA – EXTINÇÃO DA AÇÃO COM APANÁGIO NO ARTIGO 924, II DO CPC/2015 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – CONDENAÇÃO DEVIDA À PARTE ADVERSA – QUITAÇÃO QUE SE VERIFICOU APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE – SENTENÇA REFORMADA, NESTE PONTO – RECURSO PROVIDO. 1 – Extinta a ação executiva fiscal com arrimo no artigo 924, inciso II, do CPC, em razão de a obrigação ter sido cumprida pelo devedor extrajudicialmente, após o ajuizamento da ação, mesmo que não resistida a pretensão é devida a condenação nas custas processuais e em honorários advocatícios, observando-se o PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, segundo o qual quem deu causa ao ajuizamento da ação é responsável pelo pagamento do ônus sucumbenciais. 2 – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça, inclusive no Aglnt no AREsp 463.734/MG. Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO – PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018. 3 – Recurso conhecido e provido. (TJMT - Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Rela. Desa. Maria Aparecida Ribeiro, N.U 0000558-38.2018.8.11.0008, Julgado em 09/07/2019, Publicado no DJE 30/07/2019) (negritei). RECURSO DE APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL – ACORDO EXTRAJUDICIAL COM INCLUSÃO DE HONORÁRIOS AO FUNJUS – PAGAMENTO TOTAL DO DÉBITO - EXTINÇÃO DO FEITO – CUSTAS PROCESSUAIS DEVIDAS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Os honorários advocatícios recolhidos pelo FUNJUS - Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Jurídicos - da Procuradoria-Geral do Estado, substitui o valor arbitrado pelo Juízo a título de honorários advocatícios. 2. Cabe ao devedor a obrigação de pagar as custas processuais, diante do compromisso assumido no acordo extrajudicial. 3. Apelo parcialmente provido." (TJMT, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP, Ap 39008/2017, Julgado em 29/05/2017, Publicado no DJE 02/06/2017). ISTO POSTO, com fundamento nos Art.156, inc. I do CTN c/c Arts. 904, 924, inc. II e 925 do CPC/2015, DEFIRO o pedido de extinção apresentado pelo Município Exequente, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 1050550-12.2019.8.11.0041 e DECLARO EXTINTO o presente PJe COM JULGAMENTO DO MÉRITO, face o pagamento administrativo do crédito executado, após a distribuição deste PJe. Considerando que o Município Exequente renunciou expressamente ao prazo recursal, CERTIFIQUE-SE imediatamente o trânsito em julgado. Ante o PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE, consagrado em sede de Recurso

Repetitivo pelo E. Superior Tribunal de Justiça (STJ - Tema 143), segundo o qual o Juízo deve perquirir quem deu causa ao processo, para condenar no pagamento das custas processuais, referendado pela jurisprudência do nosso E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, uma vez que o pagamento administrativo foi efetuado após a distribuição desta ação, sendo vedado ao Juízo dispensar o recolhimento da taxa judiciária e custas processuais, conforme exegese do Art. 141 do CTN c/c Art. 35, inc. VII da LOMAN, CONDENO a Parte Executada no pagamento das CUSTAS PROCESSUAIS E TAXA JUDICIÁRIA em cinco dias, a contar da intimação, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, nos termos do item 2.8.2 da Seção 28 da CNG.CGJ/MT (Provimento nº 40/2014 e Provimento nº 80/2014-CGJ) e Protesto (Provimento nº 88/2014). DEIXO de condenar no pagamento de honorários sucumbenciais à Fazenda Pública Municipal Exequente, face à existência de acordo extrajudicial, onde se presume que seu valor já fora recolhido pelo Executado junto ao Fundo da Procuradoria Municipal (FPM), nos termos do Art. 7º da Lei Complementar Municipal nº 433 de 28/08/2017 c/c Lei nº 2654/1988. INTIME (PJe e DJe) desta sentença o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal subscritor da exordial. INTIME também a Parte Executada, pessoalmente e por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). Decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da inadimplência, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando-se ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). DEIXO de determinar a REMESSA destes autos para reexame desta sentença ao E. Tribunal de Justiça deste Estado, em razão de não se aplicar o disposto no Art. 496 do CPC/2015 a esta sentença de extinção proferida a pedido do Município Exequente. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL Art. 26 - Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Divida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes. Art. 39 - A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independerá de preparo ou de prévio depósito. - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a Central de Arquivamento e Arrecadação, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006;

AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004638-97.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELOIZA FRANCISCA DE ALMEIDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004638-97.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010483-13.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HELENO DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010483-13.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014279-75.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIO JOSE DE ANDRADE & COELHO LTDA (EXECUTADO)
EDSON DA SILVA COELHO (EXECUTADO)
LUCIO JOSE DE ANDRADE (EXECUTADO)
JOAO CARLOS PINHEIRO (EXECUTADO)
ALIRIO DOS SANTOS COSTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014279-75.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0031059-85.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS PINHEIRO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOANA ALYNE MOREIRA CASTELO BRANCO OAB - MT12595-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0031059-85.2009.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040516-44.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELLE ALVES DE CARVALHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040516-44.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041755-78.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NACIONAL EXPRESSO LTDA (EXECUTADO)
ITAMAR DE DEUS E SOUZA (EXECUTADO)
FABIO ANTONIO POZZI (EXECUTADO)
ZELMA BRAZ DE QUEIROZ VIEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDER JOSE GENEROZO MARTINS OAB - MG132435-O (ADVOGADO(A))
FERNANDO NETO BOTELHO OAB - MG42181-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0041755-78.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015354-08.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILTON LUIZ ANDRASCHKO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015354-08.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 0034308-20.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCA IZABEL ALMEIDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034308-20.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005854-78.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA OAB - MT11990-O (ADVOGADO(A))
MARGARETH ROBERTA E SILVA POZZOBON OAB - MT8884-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0005854-78.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0025894-13.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GRAFICA IMPERIAL LTDA - ME (AUTOR(A))
ELENIR DE ALMEIDA SILVA (AUTOR(A))
ELOIL FELIX DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0025894-13.2016.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052672-25.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AUGUSTO BOCCARA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0052672-25.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004826-75.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE VIEIRA DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004826-75.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037247-36.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KADE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA (EXECUTADO)
VANILSO DE ROSSI (EXECUTADO)
VALDIR DE ROSSI (EXECUTADO)
EVELCI DE ROSSI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0037247-36.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017309-06.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAX KRAUSE NETO (EXECUTADO)
ORTO-MAX IMPLANTES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0017309-06.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021435-07.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASTEMAC COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP (EXECUTADO)
LUCIENE SOUZA DA SILVA STRELOV (EXECUTADO)
MIKELLY DE MEDEIROS STRELOV ZORZANELLO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021435-07.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006501-59.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

L C BARCELOS - ME (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAURICIO OLIVEIRA FONSECA DE CAMPOS (EXECUTADO)
AURELIO ARAUJO DE CAMPOS (EXECUTADO)
SOCIEDADE COMERCIAL VERA CRUZ LTDA (EXECUTADO)
LUCIO OLIVEIRA FONSECA DE CAMPOS (EXECUTADO)
JOSE OLIVEIRA FONSECA DE CAMPOS (EXECUTADO)
HILDO ARAUJO DE CAMPOS (EXECUTADO)
ELZA OLIVEIRA FONSECA DE CAMPOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006501-59.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0048632-97.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOJAS AMERICANAS S.A. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0048632-97.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0022801-76.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELENIR DE ALMEIDA SILVA (AUTOR(A))
ELOIL FELIX DA SILVA (AUTOR(A))
GRAFICA IMPERIAL LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0022801-76.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001459-88.1987.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROMUALDO RODRIGUES DA SILVA (EXECUTADO)
FRANCISCO VERISSIMO (EXECUTADO)
COMERCIAL VERISSIMO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001459-88.1987.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0021041-92.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GRAFICA IMPERIAL LTDA - ME (AUTOR(A))
ELENIR DE ALMEIDA SILVA (AUTOR(A))
ELOIL FELIX DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0021041-92.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012433-57.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIA CELEDONIA DE MIRANDA ALMEIDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JORGE DOMINGOS SARAGIOTTO OAB - MT11362-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0012433-57.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0019287-67.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BOM ZON AMAZONIA AGRO-INDUSTRIAL LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0019287-67.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024956-72.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA DE MT LTDA. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024956-72.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034379-07.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034379-07.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de

2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0054137-69.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BASF SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAM BARQUETE PIMENTEL ROSA OAB - SP274415-O (ADVOGADO(A))
PEDRO MIRANDA ROQUIM OAB - SP173481-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0054137-69.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009945-08.2000.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J.M. BARBOSA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0009945-08.2000.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008512-41.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELOIL FELIX DA SILVA (EXECUTADO)
GRAFICA IMPERIAL LTDA - ME (EXECUTADO)
ELENIR DE ALMEIDA SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0008512-41.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046384-61.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COMERCIAL ALECRIM LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046384-61.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003135-26.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMYA CRISTINE GIACOMAZZO SOLIGO SANTAMARIA OAB - MT15906-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0003135-26.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042085-07.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARTHA LUCIANA CARDOSO MAIOLIO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0042085-07.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001014-69.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOANA ARAUJO VENANCIO (EXECUTADO)
CASSIA ARAUJO VENANCIO MATTOSO (EXECUTADO)
IMAGE CENTER LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001014-69.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0026004-90.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILSON ALBERICI (EXECUTADO)
TELEPIZZA COMERCIO DE PIZZAS LTDA - ME (EXECUTADO)
FABIO GIUBERTI SUCENA RASGA (EXECUTADO)
ORIOVALDO ALBERICI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0026004-90.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0025568-34.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORIOVALDO ALBERICI (EXECUTADO)
GILSON ALBERICI (EXECUTADO)
FABIO GIUBERTI SUCENA RASGA (EXECUTADO)
TELEPIZZA COMERCIO DE PIZZAS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0025568-34.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012647-67.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE MARTINHO SANTOS DA SILVA FILHO OAB - MT15258-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0012647-67.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002061-66.2018.8.11.0082
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0002061-66.2018.8.11.0082 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0035505-92.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREIA PEREIRA SANTANA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0035505-92.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038065-70.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO OLIVEIRA DE ARAUJO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038065-70.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003699-25.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRIGOVERDI SA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003699-25.2002.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038960-31.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MARTINHO SANTOS DA SILVA FILHO OAB - MT15258-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0038960-31.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0003441-27.2018.8.11.0082
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0003441-27.2018.8.11.0082 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002080-55.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OZAINE DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002080-55.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da

Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014037-14.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANA PEREIRA DE SOUZA (EXECUTADO)
ROSANA P. DE SOUZA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014037-14.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015083-38.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDIANA LUCIA LUCCA (EXECUTADO)
ATIVA - COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA - ME (EXECUTADO)
ILO SCHWENGBER (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015083-38.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046946-70.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEP INCORPORADORA E PARTICIPACOES LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046946-70.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024118-32.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON VALERIO POUSO OAB - MT3892-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMAGE CENTER LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024118-32.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0048098-56.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS DE ASSUNPCAO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0048098-56.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008006-41.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CMS ASSESSORIA DE CONDOMINIOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0008006-41.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0033717-43.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0033717-43.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046661-77.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

AMAZON FLEX COLCHOES ESPUMA E MOVEIS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046661-77.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045320-16.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEP INCORPORADORA E PARTICIPACOES LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045320-16.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046148-12.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JARDIM MARIANA EMP LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046148-12.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011802-98.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011802-98.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045607-76.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CIA ARMAZENAMENTO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045607-76.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012212-59.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADIMAR ARAUJO SATELIS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012212-59.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037289-07.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS ARMANDO SILVA MAGGIONI OAB - MT14733-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0037289-07.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045243-07.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENP ESCOLA NOVA PEDAGOGIA S/C LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045243-07.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos

termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001024-16.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CASSIA ARAUJO VENANCIO MATTOSO (EXECUTADO)
IMAGE CENTER LTDA - ME (EXECUTADO)
JOANA ARAUJO VENANCIO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001024-16.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0023012-98.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AUGUSTO BORGES OAB - MT6189-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE GERALDO CALEGARI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0023012-98.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021352-69.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021352-69.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006896-70.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S.A. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006896-70.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004001-64.1996.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MOVEBRAS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004001-64.1996.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006965-34.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS ANTONIO TIMOTHEO DA COSTA (EXECUTADO)
METAL DESIGN COMERCIO LTDA (EXECUTADO)
JOAO TIMOTHEO DA COSTA JUNIOR (EXECUTADO)
WILSON GAMBOGI PINHEIRO TAQUES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006965-34.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001030-76.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HIGINO HENRIQUE DE CARVALHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001030-76.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024228-31.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ODETTE CATHERINE LOUISE TRECHAUD (EXECUTADO)
MAXVINIL TINTAS E VERNIZES SA (EXECUTADO)
JOSE AUGUSTO DA SILVA CURVO (EXECUTADO)
FLAVIA GORI CURVO (EXECUTADO)
JOAQUIM AUGUSTO CURVO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0024228-31.2003.8.11.0041 – Classe:

EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012218-66.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGENOR RIBEIRO DE LIMA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012218-66.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010423-98.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FONTE DA ILHA MINERACAO LTDA (EXECUTADO)
VALDIR SACCOL (EXECUTADO)
PAULO ROBERTO SACCOL (EXECUTADO)
ADAO JOSE SACCOL (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010423-98.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009721-55.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DULCELEIA CARRIJO MOREIRA (EXECUTADO)
VALDIR ALVES DA SILVA (EXECUTADO)
PARIS COMERCIO & SERVICOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0009721-55.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005557-71.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELVES BATISTA FARIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005557-71.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0022314-92.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIA CARNEIRO LEITE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0022314-92.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004011-54.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RONALDO GONDIM DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004011-54.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004088-05.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO JOSE DE CAMPOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004088-05.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002129-57.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

MARCELO MARTINS LEAO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002129-57.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028254-86.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO LUMINA CINTRA JUNIOR - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0028254-86.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002410-13.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BOI GORDO INDUSTRIA E COMERCIO DE RACOES LTDA. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002410-13.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0022178-95.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULINA LOPES DA COSTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0022178-95.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005081-33.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EQUIP COMUNITARIO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005081-33.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009181-75.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ZANCHI DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
MARCIO ZANCHI DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
DENIZE ZANCHI DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
AUTO PECAS ZANCHI LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0009181-75.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007568-68.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0007568-68.2017.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010161-12.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0010161-12.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 0012021-14.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS ARMANDO SILVA MAGGIONI OAB - MT14733-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0012021-14.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014290-60.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE COELHO MAYMONE (EXECUTADO)
MAYRA BUAINAIN DE CASTRO MAYMONE (EXECUTADO)
AM AUDIO E VIDEO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014290-60.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029958-76.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISMAEL PEREIRA MAIA (EXECUTADO)
VATUTIN PEREIRA MAIA (EXECUTADO)
EXPRESSO MAIA LTDA (EXECUTADO)
MARIA FRANCISCA MAIA (EXECUTADO)
DIRSON PEREIRA MAIA (EXECUTADO)
CARLOS PEREIRA MAIA (EXECUTADO)
DIRCE PEREIRA MAIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029958-76.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040078-18.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ATACADAO ACOS CUIABA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040078-18.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001748-15.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001748-15.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015244-82.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TRES IRMAOS ENGENHARIA LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELISON NUNES DE SOUZA OAB - MT9833-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADI GENTIL OAB - MT5404-O (ADVOGADO(A))
Gustavo Cantarelli OAB - MT11964-N (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0015244-82.2008.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034297-15.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDA DE FATIMA REZENDE (EXECUTADO)
MARCA DO COURO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (EXECUTADO)
ENOQUE DE REZENDE SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034297-15.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012658-77.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

ROZEMARI GALGARD GAZZINI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012658-77.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021553-95.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO LEAO DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021553-95.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000041-07.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDER LUIZ DA SILVA (EXECUTADO)
RODRIGO TORRES DIAS (EXECUTADO)
SANDRO HEBER KMET (EXECUTADO)
LOCARAUTO LOCACAO DE VEICULOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000041-07.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042274-53.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0042274-53.2012.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0027875-58.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THEODORUS ANTONIUS ZWIJNENBERG (EXECUTADO)
LUIZ GUSTAVO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA (EXECUTADO)
AGRENCO ADMINISTRACAO DE BENS S.A. (EXECUTADO)
FRANCISCO CARLOS RAMOS (EXECUTADO)
ANTONIO AUGUSTO PIRES JUNIOR (EXECUTADO)
ROBERTO GRECO DE SOUZA FERREIRA (EXECUTADO)
AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO GRECO DE SOUZA FERREIRA OAB - SP162707-O (ADVOGADO(A))
LUCIA MARIA BERENSTEIN OAB - PE8398-O (ADVOGADO(A))
VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN OAB - MT4501-O (ADVOGADO(A))
MAURO SERGIO GUERRISE OAB - MT10124-O (ADVOGADO(A))
RONIMARCIO NAVES OAB - MT6228-O (ADVOGADO(A))
LUCIEN FABIO FIEL PAVONI OAB - MT6525-O (ADVOGADO(A))
ALESSANDRA ARAUJO DE CARVALHO SILVA OAB - MT12254-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0027875-58.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013121-48.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ZANCHI DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
DENIZE ZANCHI DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
AUTO PECAS ZANCHI LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013121-48.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013255-65.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE CUIABA (EXECUTADO)
DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM (EXECUTADO)
JOSE MASSON (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013255-65.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0035815-64.2014.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0035815-64.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032353-75.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TARCILA PEDROSA DE CASTILHO (EXECUTADO)
ESTILO VENTILADORES LTDA - ME (EXECUTADO)
EDILSON MOREIRA DE CASTILHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0032353-75.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016353-92.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOUNIR NAOUM (EXECUTADO)
USINA SANTA HELENA DE ACUCAR E ALCOOL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (EXECUTADO)
GEORGES HABIB NAOUM (EXECUTADO)
WILLIAM HABIB NAOUM (EXECUTADO)
NAOUM TURISMO E HOSPEDAGEM S/A (EXECUTADO)
USINA PANTANAL DE ACUCAR E ALCOOL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AIRTON FERNANDES DE CAMPOS OAB - GO5487-O (ADVOGADO(A))
Adelmo da Silva Emerenciano OAB - SP91916-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0016353-92.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001805-33.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001805-33.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0019263-97.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOLDCO PARTICIPACOES LTDA (EXECUTADO)
LEO JULIAN SIMPSON (EXECUTADO)
TIM S/A (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0019263-97.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0036982-24.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREWS GRACIANO DE SOUSA OAB - RJ143805-O (ADVOGADO(A))
FABIO FRAGA GONCALVES OAB - RJ117404-O (ADVOGADO(A))
ERNESTO JOHANNES TROUW OAB - RJ121095-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0036982-24.2011.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028007-03.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAIRANE FARIAS RABELO LEITAO OAB - PE28135-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0028007-03.2017.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011840-38.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARIA GONCALVES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
warlley nunes borges OAB - MT12448-O (ADVOGADO(A))
DANIEL MELLO DOS SANTOS OAB - MT11386-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0011840-38.1999.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0024844-49.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARIA GONCALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL MELLO DOS SANTOS OAB - MT11386-O (ADVOGADO(A))
warlley nunes borges OAB - MT12448-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FAZENDA PUBLICA ESTADUAL (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0024844-49.2016.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001810-55.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001810-55.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001768-06.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001768-06.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020206-12.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALMIR ANTONIO CASSANEGO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ORLANDO CAMPOS BALERONI OAB - MT4849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0020206-12.2012.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034192-14.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. P. M. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
V. A. C. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORLANDO CAMPOS BALERONI OAB - MT4849-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0034192-14.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005305-68.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TARAH ASSESSORIA E REPRESENTACAO EMPRESARIAL EIRELI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005305-68.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038956-91.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANESSA FERNANDES MENDONCA DA SILVA (EXECUTADO)
DILIO SERGIO PENEDO (EXECUTADO)
CARLOS HENRIQUE MOREIRA (EXECUTADO)
JOSE FORMOSO MARTINEZ (EXECUTADO)
RAFAEL GARCIA HIMMELSTINE (EXECUTADO)
ISAAC BERENSZTEJN (EXECUTADO)
ALBERTO M J J M G RAFAEL GONZAGA DE ORLEANS E BRAGANCA (EXECUTADO)

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES (EXECUTADO)
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL (EXECUTADO)
NORBERT GLATT (EXECUTADO)
JOEL KORN (EXECUTADO)
ANTONIO JOSE MENDES NETO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0038956-91.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015120-07.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSÉ QUINTÃO SAMPAIO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015120-07.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012136-16.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROMANO KAZUO SUZUKI (EXECUTADO)
SUZUKI E CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
AGLAIR FRANZONI SUZUKI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012136-16.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018576-96.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0018576-96.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014258-55.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014258-55.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014583-11.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSA MARIA GONCALVES DE LIMA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014583-11.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005820-06.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESUINA DE OLIVEIRA GARCIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005820-06.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016056-51.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO ALVES FERREIRA LOURO (EXECUTADO)
LOJAS AMERICANAS S.A. (EXECUTADO)
MIGUEL GOMES PEREIRA SARMIENTO GUTIERREZ (EXECUTADO)
RONNEY CAMPOS GALIAZZI PASTRO (EXECUTADO)
OSMAIR ANTONIO LUMINATTI (EXECUTADO)
ROBERTO MARTINS DE SOUZA (EXECUTADO)
ANNA CHRISTINA RAMOS SAICALI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016056-51.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ,

1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0048623-38.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOJAS AMERICANAS S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0048623-38.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012117-15.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012117-15.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010351-19.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CUIABA COLOR MATERIAIS FOTOGRAFICOS LTDA - ME (EXECUTADO)
AKEMI SAKUDE SUMIYOSHI (EXECUTADO)
TETSUO FERNANDO SUMIYOSCHI (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HOMERO HUMBERTO MARCHEZAN AUZANI OAB - MT6624-O (ADVOGADO(A))
WILLIAM KHALIL OAB - MT6487-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0010351-19.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005973-39.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ZILDOMAR ALVES VARANDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005973-39.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0006826-14.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CHAVES ABDALLA OAB - MT17571-O (ADVOGADO(A))
AMARO DE OLIVEIRA FALCÃO OAB - MT14522-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0006826-14.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032694-62.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CHAVES ABDALLA OAB - MT17571-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0032694-62.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013644-94.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELEONORA SANTOS DE FARIA (EXECUTADO)
ALDO SAMPAIO DE FARIA (EXECUTADO)
NEAR INFORMATICA LTDA - ME (EXECUTADO)
NATALINO BONFIM SAMPAIO DE FARIA (EXECUTADO)
ROBERTO SAMPAIO DE FARIA (EXECUTADO)
ILDA JOAQUINA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUGO BARROS DUARTE OAB - MT5373-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0013644-94.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ,

1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009528-35.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL ANTONIO TELES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0009528-35.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038468-39.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY OAB - MT6735-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0038468-39.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007363-10.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY OAB - MT6735-O (ADVOGADO(A))
STEFANIA LEANDRO RUWER OAB - MT17921-O (ADVOGADO(A))
SAMYA CRISTINE GIACOMAZZO SOLIGO SANTAMARIA OAB - MT15906-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0007363-10.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005676-76.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATALINO BONFIM SAMPAIO DE FARIA (EMBARGANTE)
ROBERTO SAMPAIO DE FARIA (EMBARGANTE)
ILDA JOAQUINA DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
ELEONORA SANTOS DE FARIA (EMBARGANTE)
ALDO SAMPAIO DE FARIA (EMBARGANTE)
NEAR INFORMATICA LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO BARROS DUARTE OAB - MT5373-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0005676-76.2007.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005861-70.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE GUILHERME ANISIO FRAGA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005861-70.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000920-77.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MINERVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000920-77.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000968-36.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRECHE ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NASLA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000968-36.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ,

1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020206-56.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KOKAI CONFECCOES CALCADOS E ARMARINHOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE EDUARDO MIRANDA OAB - MT5023-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0020206-56.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015634-62.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KOKAI CONFECCOES CALCADOS E ARMARINHOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARAH BEATRISSIA QUEIROZ OLIVEIRA OAB - MT8126-O (ADVOGADO(A))
JOSE EDUARDO MIRANDA OAB - MT5023-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0015634-62.2002.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014033-74.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDNA MARIA FERREIRA LEITE (EXECUTADO)
JOSE MUNIZ CLEMENTINO (EXECUTADO)
COMERCIAL DE PECAS JMC LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014033-74.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021075-14.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILENE BELMIRO GARCES (EXECUTADO)
VALDEIR ROSA GARCES (EXECUTADO)
SEBASTIAO MOTA VIEIRA & CIA LTDA (EXECUTADO)
JURACIARA LUCINDA FERREIRA (EXECUTADO)
SEBASTIAO DA MOTA VIEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021075-14.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020536-48.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JURACIARA LUCINDA FERREIRA (EXECUTADO)
VALDEIR ROSA GARCES (EXECUTADO)
SEBASTIAO DA MOTA VIEIRA (EXECUTADO)
SEBASTIAO MOTA VIEIRA & CIA LTDA (EXECUTADO)
JUCILENE BELMIRO GARCES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0020536-48.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021025-85.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JURACIARA LUCINDA FERREIRA (EXECUTADO)
SEBASTIAO DA MOTA VIEIRA (EXECUTADO)
SEBASTIAO MOTA VIEIRA & CIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021025-85.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015364-52.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GLOBAL PROF CONST E EMP LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015364-52.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ,

1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021076-96.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILENE BELMIRO GARCES (EXECUTADO)
VALDEIR ROSA GARCES (EXECUTADO)
SEBASTIAO DA MOTA VIEIRA (EXECUTADO)
SEBASTIAO MOTA VIEIRA & CIA LTDA (EXECUTADO)
JURACIARA LUCINDA FERREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021076-96.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057954-10.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0057954-10.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014324-98.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014324-98.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013694-81.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACQUELINE CRISTIANE CARVALHO (EXECUTADO)
J. C. CARVALHO COMERCIO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013694-81.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004829-98.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELLE TINOCO DE ANUNCIACAO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004829-98.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058364-68.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUAREZ CARNAIBA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058364-68.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010970-90.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA OAB - MT3221-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0010970-90.1999.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001688-66.2015.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM FELIPE SPADONI OAB - MT6197-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA AUGUSTA FANAIA VIEIRA OAB - MT15057-O (ADVOGADO(A))
STEFANIA LEANDRO RUWER OAB - MT17921-O (ADVOGADO(A))
Raffaela Santos Martins Amaral OAB - MT14516-O (ADVOGADO(A))
MARIA CECILIA FEDERICI DE ALMEIDA OAB - MT15710-O (ADVOGADO(A))
JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY OAB - MT6735-O (ADVOGADO(A))
KLEBER CORREA DE ARRUDA OAB - MT10528-O (ADVOGADO(A))
THIAGO RIBEIRO DE FIGUEIREDO MEIRA OAB - MT17041-O (ADVOGADO(A))
CLAUDINEIA KLEIN SIMON OAB - MT18781-O (ADVOGADO(A))
GABRIELA FERNANDES CAMPOS OAB - MT17161-O (ADVOGADO(A))
ELIDA MOTTINHA SILVA OAB - MT13138-O (ADVOGADO(A))
JULIANA GOMES TAKAYAMA OAB - MT14119-O (ADVOGADO(A))
SAMYA CRISTINE GIACOMAZZO SOLIGO SANTAMARIA OAB - MT15906-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0001688-66.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007939-37.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GENICE LUZIA DE BARROS SALUM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007939-37.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024229-16.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNIL DA SILVA TAQUES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0024229-16.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001270-46.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO DE ANDRADE (EXECUTADO)
FAZENDAS REUNIDAS BOI GORDO S/A (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001270-46.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038073-18.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADILSON AMERICO MACHADO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
ROSALINA AUGUSTA PEREIRA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
LEVANTE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038073-18.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002242-51.1985.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BORRACHARIA ALENCAR (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002242-51.1985.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021901-93.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GREENVEST INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EM AGRONEGOCIOS - EIRELI (EXECUTADO)
RODRIGO DERDYK (EXECUTADO)
AP PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS EM AGRONEGOCIOS LTDA. (EXECUTADO)
AP SERVICOS AGRONOMICOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021901-93.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ,

1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0043019-62.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAJORI IMOBILIARIA M JOAQUINA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0043019-62.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007883-19.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO SILVA RIBEIRO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007883-19.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012127-88.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CONCEICAO DA LUZ (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012127-88.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos das Portarias Conjuntas n°. 870/2019-PRES, 914/2019-PRES, 1076/2019-PRES-CGJ, 1146/2019-PRES-CGJ, 1196/2019-PRES-CGJ, 1272/2019-PRES-CGJ, 1398/2019-PRES-CGJ, 1455/2019-PRES-CGJ, 1511/2019-PRES-CGJ, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Vara Especializada do Meio Ambiente

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 54309 Nr: 2261-39.2019.811.0082
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: POUSADA PINDARA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CEPESCA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARNALDO FRANCO DE ARAÚJO - OAB:13.807
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por POUSADA PINDARA LTDA, devidamente qualificada, em face de ato atribuído ao CONSELHO ESTADUAL DE PESCA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CEPESCA, com pedido de liminar consistente em determinação para "que a autoridade coatora autorize a pesca no Rio Piquiri e suas lagoas marginais pelos hóspedes, clientes, proprietários, comercialização e transporte do respectivo pescado pelo território nacional, autorizando, dessa forma, a realização das atividades pela impetrante no mês de outubro de cada ano, iniciando neste ano de 2019, requerendo, ainda, seja fixado o período de defeso à pesca para aquela localidade e região, como sendo de novembro a fevereiro do ano seguinte, nos termos da Resolução n. 201, do IBAMA".
É o relatório. Decido.
Intime-se a parte impetrante para que se manifeste sobre a ilegitimidade passiva alegada pelo Estado de Mato Grosso, no prazo de 15(quinze) dias, nos termos dos artigos 9º e 10, ambos do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e façam-me os autos conclusos.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 53169 Nr: 1688-98.2019.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERNANDO MAURICIO MORAIS VILELA, MARIA DA GLÓRIA CINTRA LEMOS VILELA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES - OAB:138.094, MELINA LEMOS VILELA - OAB:243.283
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TICIANO JULIANO MASSUDA -PROCURADOR DO ESATADO DE MT. - OAB:22.561
Vistos.Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.Cite-se o ESTADO DE MATO GROSSO para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal, em conformidade com os artigos 183, 238 e 335, todos do Código de Processo Civil. Atente-se que a citação deverá ser efetivada por mandado (art. 222, "c", do CPC).Deixo de designar audiência de conciliação ou mediação em razão do disposto no art. 334, §4º, inciso II, do CPC-2015.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 42743 Nr: 3103-53.2018.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOAO APARECIDO DA CRUZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOELSON DE CAMPOS MACIEL - PROMOTOR DE JUSTIÇA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): JOAO APARECIDO DA CRUZ, Cpf: 63223422153, Rg: 07302290, Filiação: Conceição Barbosa dos Santos e Manoel Soarez da Cruz, data de nascimento: 23/10/1974, brasileiro(a), natural de Dom Aquino-MT, casado(a), borracheiro, Telefone 98109-1592. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: ART. 54, § 2º, II E V, E ART. 56. AMBOS DA LEI 9.605/98 C/C O ART. 2º E ART. 3º § ÚNICO, CP..
Despacho: DENUNCIANTE:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSODENUNCIADO:JOÃO APARECIDO DA CRUZVistos.1.DEFIRO o pedido do MPE de fl. 54, por conseguinte, DETERMINO a citação por edital do denunciado, nos termos do art. 361 do CPP, observando-se na íntegra os requisitos previstos no art. 365 do CPP. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: "Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário".2.Decorrido o prazo de dilação e inexistindo manifestação,

dê-se vista dos autos ao MPE para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.3.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 18 de novembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019

Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 41572 Nr: 2462-65.2018.811.0082

AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXANDRE JOAQUIM CORREA, ALEXANDRE DE ARRUDA HANCHET

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): ALEXANDRE DE ARRUDA HANCHET, Rg: 9013636, Filiação: Maria Miguelina de Arruda e Luis Hanchet, data de nascimento: 16/04/1985, brasileiro(a), natural de Sinop-MT, convivente, serviços gerais. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Resumo da Inicial: PESCA PREDATÓRIA NO DISTRITO DA GUIA

Despacho: AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERALRÉUS: ALEXANDRE JOAQUIM CORREA E OUTRO Vistos.1.DEFIRO o pedido do MPE de fl. 59, por conseguinte, DETERMINO a citação por edital do réu ALEXANDRE DE ARRUDA HANCJET, nos termos do art. 361 do CPP, observando-se na íntegra os requisitos previstos no art. 365 do CPP. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário".2.Decorrido o prazo de dilação e de apresentação de resposta à acusação, retornem os autos conclusos para deliberação.3.Em relação ao réu ALEXANDRE JOAQUIM CORREA, NOMEIO a DEFENSORIA PÚBLICA para promover a sua defesa, devendo ser intimada da nomeação, bem assim para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação, nos termos do art. 396-A, §2º, do Código de Processo Penal.4.Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 25 de novembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019

Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação das Partes

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 27409 Nr: 1641-66.2015.811.0082

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): DEOSDETE GONÇALVES DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Camila Ramos Coelho - OAB:16.745, Diogo Ibrahim Campos - OAB:13296

Vistos.

Considerando a notícia de que a parte executada quitou o débito exequendo de forma administrativa (fls. 153/155), JULGO EXTINTO o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do CPC/2015.

Condeno a parte executada nas custas e despesas processuais. Deixo de condenar em honorários advocatícios, uma vez que as Certidões de Dívida Ativa já contemplam os honorários advocatícios em favor da Procuradoria Geral do Município, em campo designado como “Fundo – PGM”.

Determino o imediato desbloqueio da penhora efetivada por meio do sistema Renajud (fls. 77/78).

Com o trânsito em julgado e pagas as custas, após as anotações de estilo, arquive-se.

Decorrido o prazo sem o pagamento das custas, o arquivamento deverá ser realizado sem baixa no Cartório Distribuidor, com o respectivo registro para os fins próprios.

P.R.I.C.

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 27775 Nr: 162-04.2016.811.0082

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE ALBERTO FRANÇA DE MELO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mônica Pagliuso Siqueira - Procuradora do Estado - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): JOSE ALBERTO FRANÇA DE MELO, Cpf: 50955578191, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, quanto aos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida. Data de Distribuição da Ação: 05/02/2016.

RESUMO DA INICIAL: Trata-se de Execução Fiscal promovida pela FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO em face de JOSE ALBERTO FRANÇA DE MELO, na quantia abaixo especificada, referente ao débito de CITAÇÃO DO EXECUTADO PARA PAGAR DÍVIDA OU OPRO EMBARGOS, inscrito(s) na(s) seguinte(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa: 15888/2015.

Data de Inscrição da Dívida Ativa: 22/09/2014

- Valor Total: R$ 2.943,03 - Valor Atualizado: R$ 2.943,03 - Valor Honorários: R$ 0,00

Despacho/Decisão: Vistos.DEFIRO o pedido retro. Proceda à citação, por edital, nos termos do artigo 8º, incisos III e IV, da Lei n. 6.830/80.Cumpra-se.

ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 30 (trinta) dias para opor(oporem) embargos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019

Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 28795 Nr: 888-75.2016.811.0082

AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): GS DISTRIBUIDORA DE MADEIRAS LTDA - EPP, KM PEDROSO & CIA LTDA - ME, GERALDO ROQUE JAKUBOSKI, SILVIO MARCOS DOS SANTOS, KAMILA MAYARA PEDROSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): GS DISTRIBUIDORA DE MADEIRAS LTDA - EPP, CNPJ: 22299141000190, Inscrição Estadual: 135768390, atualmente em local incerto e não sabido KM PEDROSO & CIA LTDA - ME, CNPJ: 14610751000134, Inscrição Estadual: 134423720, atualmente em local incerto e não sabido SILVIO MARCOS DOS SANTOS, Cpf: 01017215103, Rg: 1636151-2, Filiação: Graciolina de Jesus Santos e Evanor Marcos dos Santos, data de nascimento: 09/05/1988, brasileiro(a), natural de Laranjeiras do Sul-PR, convivente, desempregado/empresário, Telefone 66 99648-7046, atualmente em local incerto e não sabido GERALDO ROQUE JAKUBOSKI, Cpf: 69849684968, Rg: 4.196.383-2, data de nascimento: 09/05/1988, brasileiro(a), sócio administrador/empresario, Telefone 66 3566-6796 e atualmente em local incerto e não sabido KAMILA MAYARA PEDROSO, Cpf: 03143680199, Rg: 2101511-2, Filiação: Sueli Aparecida de Lima e Tirço Pedroso Júnior, data de nascimento: 13/03/1989, brasileiro(a), solteiro(a), empresaria. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: Art. 46, § Único c/c art. 2º e art. 3º, § único ambos da Lei 9.605/98
Despacho: Vistos. 1. Cuida-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra G S DISTRIBUIDORA DE MADEIRAS LTDA – EPP, SILVIO MARCOS DOS SANTOS, GERALDO ROQUE JAKUBOSKI, K M PEDROSO & CIA LTDA – ME e KAMILA MAYARA PEDROSO, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito descrito no artigo 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/98.2. Presentes os requisitos de admissibilidade da ação penal – indícios de autoria (fls. 09/14, 20, 29, 39/40, 43/47 e 71/72) e prova da materialidade (fls. 34 e 50) – e não sendo verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP, recebo a denúncia oferecida contra o(s) acusado(s), dando-o(s) como incurso(s) nas penas do(s) artigo(s) nela mencionado.3. Cite-se o(s) réu(s), por edital, para que apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 4. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 5. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. §2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".6. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados, citados, não constituírem defensor, dê-se vista ao Ministério Público para que requeira o que entender necessário.7. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 971/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 35291 Nr: 2192-75.2017.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jose Diogenes Silva, Claudio Roberto Borges Sassioto
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): JOSE DIOGENES SILVA, Cpf: 25761889315, Rg: 018054822001-0, Filiação: Adelia Silva, data de nascimento: 27/01/1963, brasileiro(a), natural de São Luís-MA, separado(a) judicialmente, caseiro, Telefone 998101-5417 e atualmente em local incerto e não sabido CLAUDIO ROBERTO BORGES SASSIOTO, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: Maus tratos (Rinha de Galo). Art. 32 da Lei 9.605/98. TC n. 153/2017/DEMA.
Despacho: Vistos. 1. Cuida-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra JOSÉ DIOGENES SILVA e CLAUDIO ROBERTO BORGES SASSIOTO, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito descrito no artigo 32, da Lei n. 9.605/98.2. Presentes os requisitos de admissibilidade da ação penal – indícios de autoria (fls. 06/07 e 13/15) e prova da materialidade (fls. 08/12 e 60/77) – e não sendo verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP, recebo a denúncia oferecida contra o(s) acusado(s), dando-o(s) como incurso(s) nas penas do(s) artigo(s) nela mencionado.3. Cite-se o(s) réu(s), por edital, para que apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 4. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 5. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. §2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".6. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados, citados, não constituírem defensor, dê-se vista ao Ministério Público para que requeira o que entender necessário.7. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 971/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 35600 Nr: 2417-95.2017.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Industria e Comércio de Madeiras Lima Ltda - ME, Jorge Luiz dos Santos de Sá
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SILVANA DA SILVA MORAES - OAB:7.139/MT
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LIMA LTDA - ME, CNPJ: 11155171000106 e atualmente em local incerto e não sabido JORGE LUIZ DOS SANTOS DE SÁ, Cpf: 70264906217, Rg: 1447341, Filiação: Rozineide dos Santos Sá, data de nascimento: 06/10/1996, brasileiro(a), natural de Porto Velho-RO, solteiro(a), empresário. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: Art. 46, Parágrafo Único da Lei 9.605/98 - Transporte irregular de madeiras. - TC nº 138/2017 DEMA/MT.
Despacho: Vistos. 1. Cuida-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO

PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LIMA LTDA ME e JORGE LUIZ DOS SANTOS DE SÁ, qualificados nos autos, em razão de ter transportado madeira com guia florestal inválida em 05.06.2017, imputando-lhes a prática do delito descrito no art. 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/98. Alega que a carga transportada não coincidia com a autorização emitida pelo órgão ambiental.2. Presentes os requisitos de admissibilidade da ação penal – indícios de autoria (fls. 11/13 e 20) e prova da materialidade (fls. 20/21, 35 e 63) – e não sendo verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP, recebo a denúncia oferecida contra o(s) acusado(s), dando-o(s) como incurso(s) nas penas do(s) artigo(s) nela mencionado.3. Cite-se o(s) réu(s), por edital, para que apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 4. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 5. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: "Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. §2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".6. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, dê-se vista ao Ministério Público para que requeira o que entender necessário.7. Cumpra-se, expedindo o necessário.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019

Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 971/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 37259 Nr: 3453-75.2017.811.0082

AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JESUS & AZEVEDO LTDA - ME, Fábio Rezende de Azevedo, Roni Ferreira de Jesus

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcelo Raizer Filho - OAB:23788/O, Willian Cesar de Moraes - OAB:16867

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): JESUS & AZEVEDO LTDA - ME, CNPJ: 26741685000110, Inscrição Estadual: 136627633, atualmente em local incerto e não sabido FÁBIO REZENDE DE AZEVEDO, Cpf: 03616542197, Rg: 21588260, brasileiro(a), empresário e atualmente em local incerto e não sabido RONI FERREIRA DE JESUS, Cpf: 04380960102, Rg: 23432306, Filiação: Dinair Ferreira dos Santos, data de nascimento: 15/02/1992, brasileiro(a), natural de Alta Floresta-MT, solteiro(a), empresário. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Resumo da Inicial: TRANSPORTE DE MADEIRA SEM LICENÇA VÁLIDA / APRESENTAR RESPOSA NO PRAZO DE 10 DIAS

Despacho: Vistos. 1. Cuida-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra JESUS & AZEVEDO LTDA – ME, FÁBIO REZENDE DE AZEVEDO e RONI FERREIRA DE JESUS, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito descrito no artigo 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/98.2. Presentes os requisitos de admissibilidade da ação penal – indícios de autoria (fls. 10, 37 e 43/44-v) e prova da materialidade (fls. 11/13, 20/26, 31/36 e 46) – e não sendo verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP, recebo a denúncia oferecida contra o(s) acusado(s), dando-o(s) como incurso(s) nas penas do(s) artigo(s) nela mencionado.3. Cite-se o(s) réu(s), por edital, para que apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 4. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 5. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: "Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. §2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".6. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados, citados, não constituírem defensor, dê-se vista ao Ministério Público para que requeira o que entender necessário.7. Cumpra-se.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.

Cuiabá, 13 de dezembro de 2019

Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 971/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 39428 Nr: 1104-65.2018.811.0082

AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): Dailan Garcia dos Santos Ind. E Com. De Madeiras - Epp, DAILAN GARCIA DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): DAILAN GARCIA DOS SANTOS IND. E COM. DE MADEIRAS - EPP, CNPJ: 19107568000134 e atualmente em local incerto e não sabido DAILAN GARCIA DOS SANTOS, Cpf: 04627699174, Rg: 2391309-6, Filiação: Pulsena Garcia dos Santos e Sebastiao Amancio dos Santos, brasileiro(a), casado(a), empresario. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Resumo da Inicial: TRANSPORTE SEM LICENÇA DE MADEIRA

Despacho: Vistos. 1. Cuida-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra DAILAN GARCIA DOS SANTOS IND. E COM. DE MADEIRAS – EPP e DAILAN GARCIA DOS SANTOS, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito descrito no artigo 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/98.2. Presentes os requisitos de admissibilidade da ação penal – indícios de autoria (fls. 17, 24 e 30/31) e prova da materialidade (fls. 22, 27/29, 34/35 e 48) – e não sendo verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP, recebo a denúncia oferecida contra o(s) acusado(s), dando-o(s) como incurso(s) nas penas do(s) artigo(s) nela mencionado.3. Cite-se o(s) réu(s), por edital, para que apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 4. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 5. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: "Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. §2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la,

concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".6. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados, citados, não constituírem defensor, dê-se vista ao Ministério Público para que requeira o que entender necessário.7. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 971/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39918 Nr: 1438-02.2018.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Altaner Marques Tomasi Eirelli, Altaner Marques Tomasi, Lidimar Machado Pereira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL MORAES VALENTE - OAB:21549/MT, SILVANA DA SILVA MORAES - OAB:7139
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): ALTANER MARQUES TOMASI EIRELLI, CNPJ: 24352115000103, Inscrição Estadual: 13618796, atualmente em local incerto e não sabido ALTANER MARQUES TOMASI, brasileiro(a) e atualmente em local incerto e não sabido LIDIMAR MACHADO PEREIRA, Cpf: 00791127141, Rg: 1838631-8, brasileiro(a), empresário. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: TRANSPORTE DE MADEIRA SEM LICENÇA VÁLIDA / APRESENTAR RESPOSA NO PRAZO DE 10 DIAS
Despacho: Vistos. 1. Cuida-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra ALTANER MARQUES TOMASI EIRELLI, ALTANER MARQUES TOMASI e LIDIMAR MACHADO PEREIRA, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito descrito no artigo 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/98.2. Presentes os requisitos de admissibilidade da ação penal – indícios de autoria (fls. 10, 12, 24/27 e 50/52) e prova da materialidade (fls. 16/18, 20/34, 38/41 e 60) – e não sendo verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP, recebo a denúncia oferecida contra o(s) acusado(s), dando-o(s) como incurso(s) nas penas do(s) artigo(s) nela mencionado.3. Cite-se o(s) réu(s), por edital, para que apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 4. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 5. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. §2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".6. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados, citados, não constituírem defensor, dê-se vista ao Ministério Público para que requeira o que entender necessário.7. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 971/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41118 Nr: 2165-58.2018.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIA MARCELA DE MANTOVA CARDOSO COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): CLAUDIA MARCELA DE MANTOVA CARDOSO COSTA, Cpf: 28659155220, Rg: 302516, Filiação: Maria de Lourdes de Mantova Cardoso e Onezi Araujo Cardoso, data de nascimento: 25/09/1967, brasileiro(a), natural de Paranavai-MT, casado(a), produtora rural. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: ART. 38 DA LEI 9.605/98 E ART. 50 INC. I, § ÚNICO, INC. I DA LEI Nº 6.766/79
Despacho: Vistos. 1. DEFIRO o pedido formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL à fl. 101.2. Cite-se a acusada CLAUDIA MARCELA DE MANTOVA CARDOSO COSTA, por edital, para que apresente resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 3. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 4. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código.2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".5. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, certifique-se e voltem-me os autos conclusos para análise do pedido de fl. 63.6. Após, voltem-me os autos conclusos.7. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41529 Nr: 2431-45.2018.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROCHO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, ANDRESSA BOTELHO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO CAETANO VACCHIANO -PROMOTOR DE JUSTIÇA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): ROCHO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ: 27977192000147, Inscrição Estadual: 00000004823095 e atualmente em local incerto e não sabido ANDRESSA BOTELHO DA SILVA, Cpf: 02250757259, Rg: 1227068, Filiação: Zileia Passos Botelho, data de nascimento: 14/11/1991, brasileiro(a), solteiro(a), empresária. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na

resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: TRASPORTE DE MADEIRA SEM LICENÇA VÁLIDA // PARA APRESENTAREM RESPOSTA À ACUSAÇÃO
Despacho: Vistos. 1. Cuida-se de denúncia oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra ROCHO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO EIRELI e ANDRESSA BOTELHO DA SILVA, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática do delito descrito no artigo 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/98.2. Presentes os requisitos de admissibilidade da ação penal – indícios de autoria (fls. 09/11, 28/31 e 49) e prova da materialidade (fls. 06, 11/19, 21, 34/36 e 56) – e não sendo verificada nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP, recebo a denúncia oferecida contra o(s) acusado(s), dando-o(s) como incurso(s) nas penas do(s) artigo(s) nela mencionado.3. Cite-se o(s) réu(s), por edital, para que apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 4. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 5. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código. §2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".6. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados, citados, não constituírem defensor, dê-se vista ao Ministério Público para que requeira o que entender necessário.7. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 971/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 50201 Nr: 3614-51.2018.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOMINGOS DA COSTA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): DOMINGOS DA COSTA DE SOUZA, Cpf: 48727741168, Rg: 733366, Filiação: Maria Candida Costa de Souza e Josuel Pires de Souza, data de nascimento: 25/12/1969, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, casado(a), lavador, Telefone 99699-4802. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: ART. 34, § ÚNICO, III, DA LEI Nº 9.605/98.
Despacho: Vistos. 1. DEFIRO o pedido formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL à fl. 66, na forma requerida.2. Cite-se o acusado, por edital, para que apresente resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 3. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 4. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código.2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".5. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, voltem-me os autos concluso para análise dos demais pedidos formulados pelo MPE.6. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 52747 Nr: 1458-56.2019.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCO FABIO CORREA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): MARCO FABIO CORREA, Cpf: 68970838104, Rg: 1061143-6, Filiação: Sebastiana Rodrigues Correa e Moyses Fabio Correa, data de nascimento: 23/10/1977, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, casado(a), feirante, Telefone 65 9934 5206. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: TRANSPORTE SEM LICENÇA DE PESCADO // APRESENTAR RESPOSTA NO PRAZO DE 10 DIAS
Despacho: Vistos. 1. DEFIRO o pedido formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL à fl. 60, na forma requerida.2. Cite-se o acusado, por edital, para que apresente resposta à acusação, no prazo de 10 (dez). 3. O edital, com prazo de dilação de 15 dias, deverá ser publicado em jornal de grande circulação, no diário oficial e afixado no átrio deste juízo. 4. Faça consignar no ato de citação as regras do art. 396-A e seus parágrafos, incluídos pela Lei 11.719/2008, quais sejam: “Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. §1.º A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 deste Código.2.º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias".5. Não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, dê-se nova vista dos autos ao MPE para ciência e manifestação.6. Cumpra-se, expedindo o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, JOSIAS DE PINHO MEYER JUNIOR, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Josias de Pinho Meyer Junior Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 55086 Nr: 2710-94.2019.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ IZIDORO CORSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VINICIUS KENJI TANAKA - OAB:oab/mt 20.773

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.[...]. Instada, a parte requerente promoveu a juntada de cópia do Processo Administrativo n. 347.292/2007 às fls. 29/125.No entanto, verifica-se que o documento acostado à fl. 29 – Auto de Infração n. 102.424 – não se apresenta legível, o que certamente dificultará no julgamento de mérito. Ademais, infere-se da manifestação da parte requerida (fls. 127/135) e dos documentos que a instruem (fls. 136/137), a prolatação de decisão – Decisão Administrativa n. 568/SGPA/SEMA/2019 – no âmbito do Processo Administrativo n. 347.292/2007, o qual, segundo consta da própria manifestação da parte requerente (fl. 138), já se encontra concluído, tendo em vista a inscrição do débito em dívida ativa – CDA n. 20192766352 (fls. 138-v/139) –, situações que denotam que os documentos juntados às fls. 29/125 não representam a cópia integral do aludido processo administrativo. Nesses termos, com fundamento nos artigos 320 e 321, do CPC, assinalo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte requerente providencie a juntada da cópia integral do Processo Administrativo n. 347.292/2007 ou complemente os documentos faltantes em relação aqueles já juntados às fls. 29/125, sem prejuízo da juntada de cópia legível do Auto de Infração n. 102.424, sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC, art. 321, parágrafo único).Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para deliberação.Intime-se. Cumpra-se, com urgência, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 42223 Nr: 2860-12.2018.811.0082

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOÃO MARIA DE ALMEIDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Andre Luiz Queiroz Da silva - OAB:22635/O, Edir Braga Júnior - OAB:4735

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Pelo exposto:1.INDEFIRO o pedido de fls. 498/584, por conseguinte, mantenho incólume a decisão proferida às fls. 442/451, sem embargo da sua suspensão, determinada no âmbito do Recurso de Agravo de Instrumento n. 1010799-44.2019.8.11.0000, distribuído para a Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do E. TJMT.2.INTIMEM-SE as partes para, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade sob pena de indeferimento.3.Em seguida, remetam-se os autos ao d. representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para análise e manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.4.Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide, se for o caso.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 51212 Nr: 630-60.2019.811.0082

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: NUTRIPURA NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SUBPROCURADOR GERAL FISCAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO SANTOS DE RESENDE - OAB:6358

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Diante do exposto, e em consonância com a fundamentação supra, CONHEÇO dos embargos declaratórios interpostos por NUTRIPURA NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA às fls. 62/64, por serem tempestivos e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.Decorrido o prazo para apresentação de eventual recurso, arquive-se com as baixas de estilo. Processo isento de custas e honorários advocatícios, conforme dispõe as Súmulas 512, do STF e 105, do STJ, bem como o artigo 10, inciso XXII, da Constituição do Estado de Mato Grosso.P.R.I. Após, decorrido o prazo recursal, arquive-se com as baixas de estilo. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 53336 Nr: 1771-17.2019.811.0082

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ALEXANDRE DIAS LIMA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUDMILA CAVALCANTE DA SILVA MOURA - OAB:7553

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Diante do exposto, INDEFIRO a liminar pretendida.CITE-SE o MUNICÍPIO DE CUIABÁ (MT) para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal, em conformidade com os artigos 183, 238 e 335, ambos do Código de Processo Civil.Deixo de designar audiência de conciliação ou mediação em razão do disposto no art. 334, §4º, inciso II, do Código de Processo Civil.Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 51696 Nr: 11580-67.2013.811.0041

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO AFONSO RODRIGUES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JÚLIO TOMAZ (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:MT 3791/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA ALVES RODRIGUES LOPES - OAB:84193/PR

Diante do exposto, e em consonância com a fundamentação supra, CONHEÇO dos embargos declaratórios interpostos por PAULO AFONSO RODRIGUES às fls. 35/38, por serem tempestivos e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.Decorrido o prazo para apresentação de eventual recurso, certifique-se.Após, INTIME-SE a parte exequente para requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 57126 Nr: 3795-18.2019.811.0082

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: NEIDER LUIZ VILELA BORGES

PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE DE REGULARIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AQUIRIA KATIA DE MOURA - OAB:56697, TOMAZ EDILSON FELICE CHAYB - OAB:22.407

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

IMPETRANTE: NEIDER LUIZ VILELA BORGES

IMPETRADO: SUPERINTENDENTE DE REGULARIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT

Vistos.

1. Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por NEIDER LUIZ VILELA BORGES, devidamente qualificado, em face de ato atribuído ao SUPERINTENDENTE DE REGULARIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT, com pedido de liminar consistente na determinação para que a autoridade impetrada promova a análise conclusiva do CAR MT-153284/2018, relacionado ao imóvel rural denominado Fazenda Santa Luzia, localizado no Município de Santa Cruz do Xingu (MT).

2. No entanto, verifica-se que a parte impetrante não instruiu a sua pretensão inicial com documento indispensável – recibo atualizado de inscrição de sua propriedade no cadastro ambiental rural – para o julgamento de mérito.

3. Nesses termos, com fundamento nos artigos 320 e 321, do CPC, assinalo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte impetrante

providencie a juntada do recibo de inscrição do imóvel rural denominado Fazenda Santa Luzia, localizado no Município de Santa Cruz do Xingu (MT), no cadastro ambiental rural, sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC, art. 321, parágrafo único).
4. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para deliberação.
5. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
Rodrigo Roberto Curvo
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 57201 Nr: 3835-97.2019.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: APARECIDO RODRIGUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JAIR KAUFFMAN - OAB:17421
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto: a) RETIFICO o valor da causa para R$1.303.544,75 (um milhão, trezentos e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), o que faço de ofício, nos termos do §3º do art. 292 do Código de Processo Civil;b) DEFIRO o pedido de parcelamento das custas processuais e da taxa judiciária em 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, sem prejuízo da correção monetária, com fundamento no art. 272, §6º, do Código de Processo Civil, c/c art. 468, §§6º e 7º, da CNGC – Foro Judicial;c) Com fundamento no artigo 321, do CPC/2015, ASSINALO o prazo de 15 (quinze) dias para que o requerente PROVIDENCIE a regularização correta do polo passivo da presente ação, bem como para PROMOVER o recolhimento das custas correspondentes, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, com fundamento no art. 290, do Código de Processo Civil; e d) EM IGUAL PRAZO, deverá a parte autora apresentar cópia integral do processo administrativo impugnado, possibilitando identificar os marcos interruptivos/suspensivos eventualmente existentes, visando corroborar a alegada ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.Grosso.Adotada a providência acima mencionada, INTIME-SE a parte autora para promover o recolhimento das custas processuais e da taxa judiciária correspondentes, nos termos aqui deferidos, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que deverá "acessar o site do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso – www.tjmt.jus.br , clicar no link 'Emissão de Guias Online' escolher a opção 'Distribuição/Mediação' na coluna "Primeira Instância – Fórum/Comarcas' e lançar a numeração do processo. O sistema alertará a seguinte mensagem: 'Existe um parcelamento cadastrado para esse processo deseja emitir s

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 56907 Nr: 3669-65.2019.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERALDO XAVIER GRUNWALD
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RIGERIO CAPOROSSI SILVA - OAB:6183
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cuida-se de ação proposta por GERALDO XAVIER GRUNWALD, qualificado nos autos, em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando a concessão de tutela provisória de urgência, consistente na suspensão dos efeitos da CDA n. 2017470368, objeto da Execução Fiscal n. 2758-53.2019.811.0082 (Cód. 55.192), distribuída para esta Vara Especializada do Meio Ambiente, ora em apenso. No mérito, requer a declaração de nulidade do Auto de Infração n. 107.705/2008, objeto da Execução Fiscal n. 2758-53.2019.811.0082 (Cód. 55.192).
A inicial foi instruída com os documentos de fls. 10/41.
Determinada a emenda à inicial à fl. 43, foi cumprida às fls. 44/45.
Considerando a existência de executivo fiscal em trâmite nesta Especializada do Meio Ambiente, foi determinado o apensamento da presente ação aos autos da Execução Fiscal n. 2758-53.2019.811.0082 (Cód. 55.192).
É o relatório. DECIDO.
Cuida-se de ação anulatória de débito fiscal ajuizada após a propositura da Ação de Execução Fiscal n. 2758-53.2019.811.0082 (Cód. 55.192), em apenso.
Segundo o art. 38 da Lei n. 6.830/1980:
"Art. 38 - A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma desta Lei, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos". [sem destaque no original]
Conforme entendimento do c. Superior Tribunal de Justiça "O ajuizamento de ação anulatória de lançamento fiscal é direito constitucional do devedor - direito de ação -, insuscetível de restrição, podendo ser exercido tanto antes quanto depois da propositura da ação exacional, não obstante o rito previsto para a execução contemple a ação de embargos do devedor como instrumento hábil à desconstituição da obrigação tributária, cuja exigência já esteja sendo exercida judicialmente pela Fazenda Pública". (REsp 937416/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05.6.2008, DJe 16.6.2008). [sem destaque no original]
Com efeito, o próprio art. 38 da Lei n. 6.830/1980 fundamenta o entendimento esposado pelo Tribunal Superior, ao esclarecer que a hipótese de discussão judicial da dívida ativa da Fazenda Pública pela via dos Embargos à Execução não exclui a possibilidade de discussão pela via do Mandado de Segurança, da Ação de Repetição de Indébito ou da Ação Anulatória do Ato Declarativo da Dívida.
Constata-se, dessa forma, que é perfeitamente admissível o ajuizamento da Ação Anulatória, que é direito constitucional da parte autora, que pode ser exercido mesmo durante o curso da ação de execução e independentemente da interposição de embargos à execução.
Por outro lado, em que pese o art. 38 da LEF condicionar o depósito do valor do débito para propositura da ação anulatória, é entendimento pacífico do c. Superior Tribunal de Justiça que o depósito preparatório não é condição de procedibilidade da Ação Anulatória. Senão, vejamos:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. DEPÓSITO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. FATO GERADOR. PAVIMENTAÇÃO DO ASFALTO. VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. AFERIÇÃO POR RACIOCÍNIO LÓGICO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A Ação Anulatória de Débito Fiscal não está condicionada ao depósito prévio de que trata o art. 38 da Lei 6.830/1990. Precedentes do STJ. 2. A contribuição de melhoria pressupõe a valorização do imóvel, devidamente apurada e demonstrada pelo Fisco. A singela alegação de que a pavimentação asfáltica necessariamente acarretou ganho em favor do proprietário é insuficiente para viabilizar a imposição tributária, mesmo porque se faz necessária a identificação do quantum. 3. Hipótese em que o Tribunal a quo consignou a ausência de comprovação da valorização do imóvel. 4. Agravo Regimental não provido". (AgRg nos EDcl no Ag 1107172/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03.9.2009, DJe 11.9.2009). [sem destaque no original]
"Processual Civil. Execução Fiscal. Ação Anulatória. Procedibilidade. Depósito Prévio. Dispensa. Lei 6.830/90 (art. 38). CTN, artigo 151, II. Súmula 112/STJ e 247/TFR. 1. A doutrina e jurisprudência enraizaram a compreensão de que o depósito prévio ditado no artigo 38, Lei 6.830/90, não constitui indispensável pressuposto de procedibilidade de ação anulatória de débito fiscal. 2. Recurso provido". (REsp 183.969/SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21.3.2000, DJe 22.5.2000 p. 74) [sem destaque no original].
Quanto ao pedido de liminar de suspensão da exigibilidade do crédito, a jurisprudência do STJ, por sua vez, está no sentido de que a Ação Anulatória poderá ter o efeito de suspensão do Executivo Fiscal, assumindo a mesma natureza dos Embargos à Execução, quando acompanhada do depósito do montante integral do débito exequendo.
Assim, em que pese o depósito prévio previsto no art. 38 da LEF não constituir condição de procedibilidade da Ação Anulatória, constitui faculdade do autor que deseja ter suspensa a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, inciso II, do CTN, impedindo, dessa forma, o ajuizamento ou o prosseguimento da Ação Executiva Fiscal.
Nesse sentido, eis o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA DO CRÉDITO FISCAL.

CONDICIONAMENTO AO DEPÓSITO PRÉVIO DO MONTANTE INTEGRAL. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA.

1. A propositura de ação anulatória de débito fiscal não está condicionada à realização do depósito prévio previsto no art. 38 da Lei de Execuções Fiscais, posto não ter sido o referido dispositivo legal recepcionado pela Constituição Federal de 1988, em virtude de incompatibilidade material com o art. 5º, inciso XXXV, verbis: 'a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito'.

2. 'Ação anulatória de débito fiscal. art. 38 da lei 6.830/80. Razoável a interpretação do aresto recorrido no sentido de que não constitui requisito para a propositura da ação anulatória de débito fiscal o depósito previsto no referido artigo. Tal obrigatoriedade ocorre se o sujeito passivo pretender inibir a Fazenda Pública de propor a execução fiscal. Recurso extraordinário não conhecido.' (RE 105552, Relator Min. DJACI FALCAO, Segunda Turma, DJ 30-08-1985).

3. Deveras, o depósito prévio previsto no art. 38, da LEF, não constitui condição de procedibilidade da ação anulatória, mas mera faculdade do autor, para o efeito de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do CTN, inibindo, dessa forma, o ajuizamento da ação executiva fiscal, consoante a jurisprudência pacífica do E. STJ. (Precedentes do STJ: AgRg nos EDcl no Ag 1107172/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 11/09/2009; REsp 183.969/SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2000, DJ 22/05/2000; REsp 60.064/SP, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/1995, DJ 15/05/1995; REsp 2.772/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/1995, DJ 24/04/1995)

4. O art. 535 do CPC resta incólume se o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

5. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008." (STJ. REsp n. 962.838-BA. Primeira Seção. Relator Ministro LUIZ FUX. Julgado em 25.11.2009. Publicado no DJe em 18.12.2009). [sem destaque no original]

Com efeito, cumpre salientar que tal depósito não se confunde com o pagamento da dívida, pois visa justamente impedir, até decisão final na ação anulatória, que seja promovida a execução e efetuada a penhora sobre bens da parte devedora/requerente. Caso a ação de conhecimento seja julgada procedente, o depósito efetuado pela parte requerente será devolvido.

Infere-se, ainda, que o depósito tratado no inciso II do art. 151 do CTN, não se confunde com aquele vedado pela Súmula Vinculante n. 28, do Supremo Tribunal Federal – "É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário." –, pois não tem o condão de traçar requisito de admissibilidade para o exercício do direito constitucional de ação (art. 5º, XXXV, da CF), mas apenas de possibilitar a suspensão do crédito tributário mediante depósito do valor exigido.

Registre-se, por oportuno, que recentemente – 25.6.2019 – a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que é cabível a suspensão da exigibilidade do crédito não tributário a partir da apresentação da fiança bancária e do seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento (REsp n. 1.381.254-PR), uma vez que não há dúvida quanto à liquidez de tais modalidades de garantia, permitindo, desse modo, a produção dos mesmos efeitos jurídicos do dinheiro.

Pois bem.

No caso em exame, verifica-se que a parte requerente não exerceu o seu direito subjetivo, ou seja, não apresentou fiança bancária ou seguro garantia judicial, tampouco realizou o depósito do montante integral do débito aqui discutido, inviabilizando, portanto, a suspensão com fundamento no inciso II do art. 151 do CTN.

Diante do exposto, INDEFIRO a liminar pretendida.

CITE-SE o ESTADO DE MATO GROSSO para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal, em conformidade com os artigos 183, 238 e 335, ambos do Código de Processo Civil.

Deixo de designar audiência de conciliação ou mediação em razão do disposto no art. 334, §4º, inciso II, do Código de Processo Civil.

Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 36427 Nr: 3001-65.2017.811.0082

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): ELMO ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bruno Barista Rosa - OAB:22122 OAB/GO, MURILO VASCONCELOS LIMA - OAB:OAB/GO 42.542

Vistos.

Considerando que a penhora on line deferida em 06.09.2018 (fls. 22/24), bloqueou na íntegra os valores executados, conforme cálculo apresentado pelo exequente em 10.08.2018 (fls. 18/21), bem como em razão da ausência de manifestação da parte executada, apesar de devidamente intimada (fl. 164), JULGO EXTINTO o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.

Expeça-se alvará para levantamento dos valores, observando os dados bancários informados à fl. 167.

Condeno a parte executada nas custas processuais.

Com o trânsito em julgado, pagas as custas, após as anotações de estilo, arquive-se.

Decorrido o prazo sem o pagamento das custas, o arquivamento deverá ser realizado com baixa no Cartório Distribuidor, com o respectivo registro para os fins próprios.

P.R.I.C.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 41802 Nr: 2611-61.2018.811.0082

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LAZARO BARBOSA SABINO & CIA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TADEU MUCIO GALVÃO MARQUES VALLIM - OAB:4717

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Diante do exposto, e em consonância com a fundamentação supra, CONHEÇO dos embargos declaratórios interpostos por LÁZARO BARBOSA SABINO & CIA LTDA às fls. 213/218, por serem tempestivos e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.Decorrido o prazo para apresentação de eventual recurso, certifique-se.Após, INTIMEM-SE as partes para, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade sob pena de indeferimento.Em seguida, remetam-se os autos ao d. representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para análise e manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide, se for o caso.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 23180 Nr: 691-28.2013.811.0082

AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CLÉBER CALIXTO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Cleber Calixto da Silva - OAB:7972-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca das informações e requerimentos apresentados pelo ESTADO DE MATO GROSSO às fls. 65/66, sob pena de concordância.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Varas Criminais

1ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Monica Catarina Perri Siqueira
Cod. Proc.: 315498 Nr: 14545-83.2011.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADRIANO MENDES DE MELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE IVAN HOUKLEF - OAB:6703/MT
Autos Código n° 315498
Vistos...
Abra-se vista às partes para os fins do artigo 422 do CPP , sob pena de preclusão, devendo, ainda, atualizar o endereço das testemunhas que, na oportunidade, arrolarem.
Após, conclusos para a designação de data para julgamento.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 26 de novembro de 2019.
Monica Catarina Perri Siqueira
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Monica Catarina Perri Siqueira
Cod. Proc.: 422488 Nr: 28134-06.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JEFFERSON DA SILVA GONZAGA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR - OAB:16527/MT
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CUIABA
JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL
Autos código nº 422488
Vistos, etc.
Cumpra-se a parte final do despacho de fls. 501, item V.
Certifique se o réu ainda encontra-se segregado na Penitenciária Moniz Sodré/RJ, ou se foi transferido para outro estabelecimento prisional daquela Federação, uma vez que, conforme informações de fls. 505, não esta preso em nenhuma das unidades prisionais deste Estado.
Defiro a oitiva das testemunhas indicadas pelo representante do Ministério Público na fase do artigo 422, do CPP. Quanto a defesa, embora intimada, não se manifestou. Contudo, em se tratando de uma faculdade processual, tal inércia não gera qualquer nulidade estando a parte devidamente intimada, como no presente caso (fls. 507).
Requisição de antecedentes criminais como de costume e requerido.
No mais, não havendo diligências a serem realizadas nem irregularidades a serem sanadas, DOU COMO PREPARADO o presente processo, ordenando que o pronunciado seja submetido a julgamento pelo E. Tribunal Popular do Júri, cuja sessão designo para o dia 28 de fevereiro de 2020, às 13h30min, no Plenário do Tribunal do Júri desta capital.
Conforme consignado, há notícia de que o réu encontra-se segregado na Penitenciária Moniz Sodré – UP Vicente Pirangibe – Rio de Janeiro/RJ desde o dia 09/06/2017 (fls. 502).
A cidade do Rio de Janeiro/RJ localiza-se a aproximadamente 1.926,7 km desta Capital. Por rodovia são aproximadamente vinte e cinco horas de viagem. No transporte aéreo, considerando as conexões, também seriam necessárias várias horas de deslocamento, além do grande dispêndio financeiro do Estado de Mato Grosso, com passagens aéreas, alimentação, etc, para o réu e todo o aparato policial que seria necessário para o recambiamento, que também poderá colocar em risco a segurança pública, ante a possibilidade de fuga.
Por tais razões e nos termos do artigo 185, § 2º e ss. do CPP, determino que o julgamento seja realizado por vídeo conferência, com as garantias dos parágrafos 4º e 5º do mesmo dispositivo legal.
Nos termos do artigo 185, § 3º, do CPP, intimem-se as partes.
Expeça-se carta precatória ao Juízo Criminal da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, deprecando a realização da videoconferência em relação aos atos que serão praticados naquele Juízo, especialmente no que tange à viabilidade técnica, e demais providências que se fizerem necessárias.
Depreque-se, também, a intimação do acusado, quanto à realização do julgamento, por videoconferência, com a advertência de que poderá indicar advogado da sua confiança para acompanha-lo nas dependências do fórum do Rio de Janeiro/RJ, quando da realização do ato, e de que não o fazendo será assistido pela Defensoria Pública daquele Estado ou por advogado dativo, se necessário, com as garantias legais, cuja nomeação também ficará a cargo do Juízo deprecado, providência que desde já solicitamos.
Outrossim, em face da decisão proferida no Expediente Virtual CIA n. 0042040-53.2019.8.11.0000, passo a reanalisar a prisão do réu:
A prisão preventiva do acusado foi decretada por ocasião do recebimento da denúncia (fls. 165/171), medida efetivada no dia 09/06/2017 (fls. 267/269-v) na cidade de São Gonçalo/RJ, com base nos seguintes fundamentos, que ora ratifico:
"Do exame dos fatos narrados e da documentação constante dos autos, bem como das razões apontadas pelo douto Promotor de Justiça, concluo que, a prisão preventiva do representado deve mesmo ser decretada, porque presentes os fundamentos e pressupostos legais. (...) No caso, a existência do crime doloso contra a vida de Kayk Pereira dos Santos, consumado, está demonstrada pela certidão de óbito de fls. 35 e pelo laudo pericial de necropsia de fls. 105/124. Os indícios suficientes de autoria irrompem das investigações realizadas, descritas no relatório final (fls. 126/130), bem como dos depoimentos das testemunhas de fls. 16/17; 18/19; 20/21; 24/25; 145/146. Especificamente às fls. 145/146, HALISSON VINICIUS, testemunha ocular, em aditamento ao seu depoimento prestado às fls. 38/39, declara: "(...) QUE eu estava na Avenida Principal, próximo ao centro comunitário acompanhado da pessoa de "SKOL", onde estávamos fumando maconha, até que em determinado momento a vítima KAYK chegou na motocicleta que pertence ao SKOL, estacionou a motocicleta ali próximo e saiu apressadamente; QUE a vítima passou pela gente e disse para SKOL "SUA CHAVE ESTÁ NO CAPACETE DA MOTO" e continuou andando; QUE uma caminhonete prata passou pela vítima, e os ocupantes disseram "É ELE! É ELE!" momento em que a vítima retornou e saiu correndo; QUE a caminhonete voltou de marcha ré, sendo que a vítima tentou se esconder em uma casa na esquina que sempre ficava com o portão aberto, mas naquele dia o portão estava fechado e não conseguiu entrar na casa; QUE os ocupantes da caminhonete alcançaram ele, sendo que um homem alto (por volta de 1,70m), magro, tatuagens pelo corpo, branco, usava um boné cinza, calça jeans clara e estava sem camisa, também portava uma pistola cromada; QUE o homem dizia: "É VOCÊ MESMO!", enquanto a vítima dizia "NÃO FAZ ISSO, NÃO FOI EU"; QUE eu avistei uma viatura da Polícia Militar ali perto e gritei por socorro, mas a viatura não atendeu ao meu pedido de socorro, não sei se me viram pedir socorro, acredito que sim; QUE o homem obrigou a vítima a entrar na caminhonete, mas logo em seguida ela saiu, nesse momento o homem efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima, cerca de seis ou sete, sendo que depois dos três primeiros disparos a vítima caiu ao chão, então o homem apontou a arma para a vítima já caída ao solo e efetuou mais uns seis disparos, todos contra o peito dela; QUE eu ví mais dois homens que acompanhavam o atirador, um era um pouco gordo, moreno, por volta de 1,60m de altura enquanto o outro é magro, por volta de 1,70m de altura e moreno, sendo que os outros dois não diziam nada durante a confusão, também não estavam armados, ficaram parados fora da caminhonete; (...); QUE após os fatos eu contei para uma "gurizada" que já estavam "investigando" o fato, a respeito das características físicas do atirador, ao que eles diziam que o apelido do autor do fato é "BRINQUINHO"; QUE eu também relatei para populares as características físicas dos outros homens que acompanhavam "BRINQUINHO" na hora dos fatos, e disseram que "BRINQUINHO" sempre anda junto com eles". Vale ressaltar também que às fls.147 foi feito reconhecimento fotográfico, no qual HAYNNER MARTINS DE MORAES foi reconhecido como sendo a mesma pessoa que no dia do crime estava em uma caminhonete prata, portava uma pistola e efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima KAYK. Preenchidos, assim, os dois requisitos primordiais ("prova da existência do crime e indício suficiente de autoria", CPP, art. 312), e não demonstrada a existência de nenhuma causa excludente da ilicitude obstativa da decretação, nos termos do sobredito artigo 314, do CPP, impende consignar, inicialmente, a existência objetiva e concreta de um de seus

pressupostos, qual seja, a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade efetiva do réu, sobressaída da gravidade da conduta delatada e da maneira da execução do delito, supostamente perpetrado, o que justifica e recomenda que ele fique sob custódia, para acautelar o meio social, evitando-se a reprodução de fatos criminosos, estimulada, por certo, pela aparente impunidade. Irrompe das pesquisas (anexas) que os réus possuem péssimos antecedentes, o que também foi destacado pelo d. Delegado de Polícia à fl. 128, a saber: "De acordo com as pesquisas criminais juntadas nos autos, HAYNNER ("BRINQUINHO") possui passagens por porte ilegal de arma de fogo, homicídio, tentativa de homicídio e por integrar organização criminosa (fls.61/70). (...). JEFFERSON ("IÉFE"), por sua vez, responde por vários roubos, formação de quadrilha, homicídio e tentativa de homicídio (fls.81/93)". Sobre o crime de homicídio, relativo ao processo código 165814, após pesquisa no sistema eletrônico constata-se que foi desmembrado o tocante ao réu HAYNNER, dando origem ao procedimento 319048 que resultou na sua absolvição. Por outro lado JEFFERSON, que respondia ao mesmo processo (165814) foi condenado. E diante dos fatos, com suas circunstâncias, narradas no relatório policial (fls. 126/130), na denúncia (fls. 04/06) e pelas pessoas ouvidas, a Justiça não pode cruzar os braços sem dar uma resposta, sob pena de desmoralização, desconfiança e insensibilidade de seus membros. De fato, a continuação dele em liberdade como se nada houvesse ocorrido, depois das graves acusações que lhe são lançadas, na interpretação do homem do povo, é um menosprezo ao direito e uma afronta à sociedade mato-grossense. O destemor perante a Justiça assusta a todos e firma a convicção da necessidade de medidas acautelatórias e protetivas do meio social, para não acentuar o desassossego e fomentar os atos de delinquência. Por isso, ante a impossibilidade de qualquer reação individual, compete a este Poder, na sua função pacificadora, tomar todas as providências que lhe são afetas, visando à punição dos infratores e à tranquilidade das pessoas de bem, atualmente tão abaladas e inseguras, em virtude da banalização dos atos de violência e perversidade praticados contra elas, sem qualquer temor dos agentes, sentimento de humanidade, respeito e valorização da vida. (...) Forçoso, assim, concluir que a liberdade dos acusados constitui mais uma ameaça à sociedade, por suas personalidades deformadas, aparentemente, evidenciadas da conduta que ora lhes é irrogada, o que deve ser reprimido para evitar que a sociedade fique, ainda mais, refém da criminalidade. Ainda vale ressaltar que, como visto, aos acusados foi imputada, na denúncia dantes recebida, a prática de crime definido como hediondo, o que impede a concessão de fiança. Igualmente pelo reconhecimento de motivos para a decretação da prisão preventiva, nos termos dos artigos 323, inciso II, e 324, inciso IV, do CPP. Da mesma forma não vejo possibilidade, pelo menos por ora, de substituir a prisão preventiva por outra medida cautelar, como previsto no § 6º, do artigo 282, do CPP, considerando a gravidade do fato delituoso irrogado e as suas circunstâncias e consequências, o que deve ser observado para a aplicação delas, por força do disposto no inciso II, desse mesmo artigo 282, do CPP. Além disso, a medida constritiva preserva, sem sombra de dúvida, pela experiência, as integridades físicas e psicológicas das pessoas chamadas a depor, abrandando seus temores, os quais crescem de acordo com a periculosidade dos supostos agentes, demonstrada pela conduta criminosa analisada. A propósito, as ponderações feitas pelo d. Delegado, ao pugnar pelo decreto de prisão dos representados: "(...) Também é certo que os indiciados são indivíduos de altíssima periculosidade, a ser ver pelas extensas fichas criminais dos mesmos, havendo inclusive informações de que os mesmos são integrantes da organização criminosa denominada COMANDO VERMELHO (CV), cujo grau de poder de fogo e intimidação é do conhecimento geral. Dessa forma, a prisão dos indiciados, garantirá uma instrução criminal tranquila, diminuindo consideravelmente os riscos para as testemunhas. De outro lado, conforme mencionado alhures, após o crime, os indiciados foragiram do distrito da culpa, encontrando-se em local incerto e não sabido." (fls. 129). Com essas considerações e ante o mais que dos autos consta, diante dos fatos nestes narrados e dos preceitos legais, aliados aos entendimentos da doutrina e da jurisprudência, acima mencionados, DEFIRO a representação da d. Autoridade Policial (fls. 129/130) e, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público (fls. 07/08), DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos réus HAYNNER MARTINS DE MORAES, vulgo "BRINQUINHO", natural de Cuiabá-MT, nascido dia 04/11/1988, filho de Jorge Luiz de Souza Moraes e de Odiceia Martins e JEFFERSON DA SILVA GONZAGA, vulgo "IÉFE", natural de Cuiabá-MT, nascido dia 24/08/1989, filho de Carlos Antonio Rodrigues Caetano Gonzaga e de Adair da Silva Pinto Gonzaga, para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, com fundamento nos artigos 311, 312, caput, e 313, I, todos do Código de Processo Penal."

Conforme consta nos autos o mandado de prisão expedido em desfavor do réu só foi cumprido no dia 09/06/2017, ou seja, passado mais de um ano da data do decreto, na cidade de São Gonçalo/RJ, para onde ele foragiu após a suposta prática do delito. Na ocasião, Jefferson se apresentou com o nome falso de Nivan Maykell Silva de Abreu, certamente no intuito de livrar-se da prisão (fls. 669-v).

Por ocasião da decisão de pronúncia, proferida no dia 02/04/2019, reanalisada e mantida a prisão do acusado com base nos mesmos fundamentos utilizados para a decretação da custodia cautelar (fls. 465/467), notadamente as condenações que o acusado ostenta pelos delitos de roubo majorado e homicídio, cujas penas, somadas, ultrapassam 14 anos de reclusão, conforme consta no extrato processual obtido no sítio do CNJ (SEEU), que junto aos autos (Processo Executivo de Pena n. 0017739-57.2012.8.11.0042).

Logo, inexistindo alteração na situação fática que embasou a decisão primeira, não há como conceder ao réu o benefício de aguardar o julgamento em liberdade.

É oportuno também acrescentar que nos termos da Súmula nº 21 do STJ, estando o réu pronunciado não há que se falar em excesso de prazo na formação da culpa. Mais ainda quando o julgamento pelo Tribunal do Júri já se encontra designado:

Súmula 21: "Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução."

Por tais razões, mantenho a prisão preventiva decretada contra o réu.

Expeça-se o necessário.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 16 de outubro de 2019.

Mônica Catarina Perri Siqueira

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Monica Catarina Perri Siqueira

Cod. Proc.: 320396 Nr: 20137-11.2011.811.0042

AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDECY DIAS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDINEY DOMINGUES BARROS - OAB:14282/MT

Autos Código n° 320396

Vistos...

Abra-se vista às partes para os fins do artigo 422 do CPP , sob pena de preclusão, devendo, ainda, atualizar o endereço das testemunhas que, na oportunidade, arrolarem.

Após, uma vez que o processo decorre da prática de violência domestica e familiar contra a mulher, conclusos para a designação de data para julgamento.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 18 de novembro de 2019.

Monica Catarina Perri Siqueira

Juíza de Direito

3ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 603420 Nr: 43387-92.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): HUGO HENRIQUE FEITOSA DA SILVA, RAFAEL DE SOUZA CAMPOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERICK RAFAEL DA SILVA

LEITE - OAB:24538/O
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO
Prazo:05
Intimando:DR. ERICK RAFAEL DA SILVA LEITE OAB/MT 24.538-O
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(A,S) ADVOGADO(A,S), acima qualificado, mais precisamente para manifestar quanto aos r. despacho de fls. 149/150, proferido nos autos da ação penal acima mencionada, conforme abaixo transcrito.
Resumo da inicial:Vistos, etc. R. Hoje. POR TAIS CONSIDERAÇÕES, indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva formulado às fls. 128-40. Por conseguinte, determino o atendimento a todas as determinações constantes do ato processual de fls. 123-5.
Dê ciência ao M. Público e advogado.
Int. e cumpra.
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 581869 Nr: 24083-10.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FELIPE RIBEIRO FACAIA DE MELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SERGIO BATISTELLA - OAB:9155/MT
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO
Prazo:05
Intimando:DR. SERGIO BATISTELLA OAB/MT 9.155
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(A,S) ADVOGADO(A,S), acima qualificado(s), mais precisamente para manifestar(em) no prazo e para os fins previstos na fase 403 do CPP, em conformidade com a Lei 11.719/2008 de 20/06/2008, nos autos acima mendionados
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 370996 Nr: 11579-45.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): MDAQ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, PABLINE MAYARA B. BELFORT MEDEIROS - OAB:23873/MT
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO
Prazo:05
Intimando:DRA. PABLINE MAYARA BARBOSA BELFORT MEDEIROS OAB/MT 23.873-O
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S), acima qualificado(s), mais precisamente da r. sentença condenatória proferida em 06/12/2019, às fls. 124, nos autos acima mencionados, na qual foi julgado extinta a pretensão punitiva descrita na denúncia em desfavor de MADSON DE ARAÚJO QUEIRÓZ pelo delito descrito no Artigo 107, IV, Art. 109, VI c/c art. 110, §1º, ambos do CP. Sem custa processuais, por ser beneficiário da Justiça Gratuita.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 370996 Nr: 11579-45.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MADSON DE ARAÚJO QUEIRÓZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, PABLINE MAYARA B. BELFORT MEDEIROS - OAB:23873/MT
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO
Prazo:05
Intimando:DRA. PABLINE MAYARA B. BELFORT MEDEIROS OAB/MT 23.873-O
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(A,S) ADVOGADO(A,S), acima qualificado, mais precisamente da r. sentença proferida em 06/12/2019, às fls. 124, nos autos acima mencionados, na qual foi declarado extinta a punibilidade do agente MADSON DE ARAÚJO QUEIRÓZ, com fundamento no artigo 107, VI, 109, VI, c/c Art. 110, §1º, todos do CP.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 408934 Nr: 13617-93.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IGOR SILVA SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ GUSTAVO VALDOMIR SOCCOL - OAB:27057, RODRIGO DE MESQUITA MORAIS - OAB:18973/MT
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO
Prazo:10
Intimando:DR. RODRIGO DE MESQUITA MORAIS OAB/MT 18.973
DR. LUIZ GUSTAVO VALDOMIR SOCCOL OAB/MT 27.057
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(A,S) ADVOGADO(A,S), acima qualificado(s), para apresentar(em) defesa preliminar, no prazo de 10 (dez) dias, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008, podendo argüir preliminares e alegar(em) tudo o que interessar à(s) sua(s) defesa(s), oferecer(em) documentos e justificações, especificar(em) as provas pretendidas e arrolar testemunhas (art. 401 da mesma Lei), qualificando-as e requerendo sua(s) intimação(ões), quando necessário.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

4ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 582028 Nr: 24213-97.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WANDERSON MARTINS SANTANA GOMES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAIARA FERNANDA CARNEIRO - OAB:20.371
AÇÃO PENAL PÚBLICA N.º 24213-97.2019.811.811.0042 CÓDIGO: 582028
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: WANDERSON MARTINS SANTANA GOMES
Vistos etc.
Sentença condenatória prolatada às fls. 300/312.
O acusado foi intimado da sentença condenatória e manifestou ter o interesse em recorrer (fl. 313/315-A).
A defesa interpôs recurso de apelação com as devidas razões (fls. 317/341), sendo o recurso tempestivo (fl. 342).

O representante do Ministério Público apresentou as devidas contrarrazões (fls. 343/358).
Sendo assim, RECEBO a Apelação interposta pelo réu WANDERSON MARTINS SANTANA GOMES de fls. 317/341, em efeito devolutivo.
Após, determino a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, observando a Sra. Gestora as formalidades legais, do artigo 601, do Código de Processo Penal.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 338448 Nr: 20031-15.2012.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDEMIRO RODRIGUES PORTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANILSON MIGUEL DE SOUZA AMORIM - OAB:
AÇÃO PENAL PÚBLICA N.º 20031-15.2012.811.0042 (CÓDIGO: 338448)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: VALDEMIRO RODRIGUES PORTO
Vistos.
Trata-se de pedido de revogação da prisão decretada em desfavor do acusado VALDEMIRO RODRIGUES PORTO.
Conforme decisão de fl. 75, a prisão do acusado VALDEMIRO RODRIGUES PORTO foi decretada tendo como fundamento o seu desaparecimento do distrito da culpa.
Às fls. 82/98 o réu constituiu advogado, apresentou comprovante de endereço, declarou a atividade lícita que exerce e a defesa sustentou que não há razões para manutenção do decreto segregatório.
Sua prisão foi decretada exclusivamente em razão de seu sumiço já que as demais circunstâncias lhe são favoráveis.
O artigo 316 do Código de Processo Penal dispõe que:
"O juiz poderá revogar a prisão preventiva, se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem".
Destarte, inexistindo outros motivos capazes de sustentar a manutenção da prisão e uma vez que o acusado já tomou ciência da presente Ação Penal não mais persiste o fundamento utilizado para decretação da segregação cautelar, qual seja, garantia de aplicação da lei penal, sendo a revogação do édito medida que se impõe, conforme dispõe o art. 316 do CPP.
Diante disso, REVOGO a decisão que decretou a PRISÃO PREVENTIVA de VALDEMIRO RODRIGUES PORTO, o que faço de ofício porque não vislumbro nenhuma possibilidade do réu seguir preso.
Recolha-se o mandado de prisão expedido e baixe a prisão no BNMP.
No mais, intime-se para apresentação de resposta à acusação.
Às providências.
Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 423202 Nr: 28894-52.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): CPRP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO - OAB:10402/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO - OAB:10402/O
Cód.: 423202
Vistos.
Os autos vieram-me conclusos para análise da destinação dos bens que foram apreendidos e encaminhados a este Juízo em razão da determinação da e. CGJ, constante nos autos do Pedido de Providência nº 187/2016, no sentido de que seja dado cumprimento à ordem de alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais constantes no Provimento nº 06/2017 (fl. 114).
Ouvido, o ministério Público manifestou-se favorável à alienação (fls. 258/259).
Na hipótese constato que a apreensão ocorreu há mais de dois anos e de lá para cá, não houve nenhuma manifestação sobre a restituição dos objetos.
É cediço que atualmente a administração da justiça precisa lidar com os pátios abarrotados de automóveis apreendidos, armas, instrumentos de trabalho, medicamentos, objetos pessoais, entre outras. Há uma elevada gama de situações que resultam os mais variados problemas.
É por isso que, em boa hora, a antecipada alienação de bens apreendidos foi prevista no art. 62 da Lei n. 11.343/2006, que trata de substâncias entorpecentes. E o Conselho Nacional de Justiça, gestor maior da administração da Justiça do Brasil, expediu a Recomendação n. 30, de 10 de fevereiro de 2010, para que a norma da lei especial fosse também aplicada em crimes de outra natureza, a fim de se evitar a depreciação dos bens pela falta de manutenção e ausência de condições de depósito que viabilizem sua preservação durante o curso do processo.
A nova sistemática trouxe a possibilidade de os bens serem utilizados provisoriamente pela polícia ou entidades, estabelecendo uma dinâmica de gestão que permitiu a redução dos recursos públicos a serem empregados no custeio do depósito destes bens.
Assim, a alienação antecipada de bens passou a ser estimulada e isso inclusive para dar cumprimento aos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.
Nesta esteira, os autos devem ser analisados com vistas à evitar a depreciação natural, a perda do valor dos bens por desuso para garantir o quanto possível, a equivalência com o valor real.
Analisando a apreensão constato que os bens apreendidos estão sob a custódia do Estado há mais de 04 (quatro) anos, sem que ninguém tenha manifestado interesse na sua propriedade.
Constato, ainda, que há dúvidas sobre a propriedade dos bens e a ausência de possíveis proprietários de boa-fé vai ao encontro da ressalva constante no art. 120 do CPP que, ao determinar a restituição de bens mediante termo nos autos, condiciona este ato à ausência de dúvida quanto ao direito do requerente. Segue o teor do artigo citado, in verbis:
Art. 120 – A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
É verdade que o Código Civil, no art. 1.210, protege o possuidor. No entanto, as peculiaridades do caso não podem ser deixadas de lado. Se não induzem à existência de posse de boa-fé e, menos ainda, de propriedade (CC, art. 1.228), a presunção será a de que os bens reclamados têm origem criminosa. Aplica-se ao caso o art. 335 do CPC, cuja interpretação por analogia é permitida pelo art. 3º do CPP, o qual recomenda, na falta de normas jurídicas particulares, a aplicação das regras da experiência comum.
Dessa forma tendo em vista as disposições constantes no art. 1.481 da CNGC e em razão do elevado prazo decorrido entre a apreensão e os dias atuais, aliado à fundada dúvida sobre a propriedade dos bens, entendo conveniente e oportuno determinar a ALIENAÇÃO ANTECIPADA, do Veículo i30, Hyundai, cor prata, placa MHH-4806, Tubarão/SC.
O valor da alienação deverá ficar disponível para resgate até a data do trânsito em julgado da sentença a ser prolatada nestes autos quando, então, poderá ser definitivamente destinado (art. 1.481, §5º da CNGC).
Intime-se.
Às providências.
Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 508427 Nr: 1230-41.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIAGO FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, ELIO MOREIRA NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL PANZARINI - OAB:10426
Cód.: 508427

Vistos.
Os autos vieram-me conclusos para análise da destinação dos bens que foram apreendidos e encaminhados a este Juízo em razão da determinação da e. CGJ, constante nos autos do Pedido de Providência nº 187/2016, no sentido de que seja dado cumprimento à ordem de alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais constantes no Provimento nº 06/2017 (fl. 114).

Ouvido, o ministério Público manifestou-se favorável à alienação (fls. 148/149).

Na hipótese constato que a apreensão ocorreu há mais de dois anos e de lá para cá, não houve nenhuma manifestação sobre a restituição dos objetos.

É cediço que atualmente a administração da justiça precisa lidar com os pátios abarrotados de automóveis apreendidos, armas, instrumentos de trabalho, medicamentos, objetos pessoais, entre outras. Há uma elevada gama de situações que resultam os mais variados problemas.
É por isso que, em boa hora, a antecipada alienação de bens apreendidos foi prevista no art. 62 da Lei n. 11.343/2006, que trata de substâncias entorpecentes. E o Conselho Nacional de Justiça, gestor maior da administração da Justiça do Brasil, expediu a Recomendação n. 30, de 10 de fevereiro de 2010, para que a norma da lei especial fosse também aplicada em crimes de outra natureza, a fim de se evitar a depreciação dos bens pela falta de manutenção e ausência de condições de depósito que viabilizem sua preservação durante o curso do processo.
A nova sistemática trouxe a possibilidade de os bens serem utilizados provisoriamente pela polícia ou entidades, estabelecendo uma dinâmica de gestão que permitiu a redução dos recursos públicos a serem empregados no custeio do depósito destes bens.
Assim, a alienação antecipada de bens passou a ser estimulada e isso inclusive para dar cumprimento aos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Nesta esteira, os autos devem ser analisados com vistas à evitar a depreciação natural, a perda do valor dos bens por desuso para garantir o quanto possível, a equivalência com o valor real.
Analisando a apreensão constato que os bens apreendidos estão sob a custódia do Estado praticamente 02 (dois) anos, sem que ninguém tenha manifestado interesse na sua propriedade.

Constato, ainda, que há dúvidas sobre a propriedade dos bens e a ausência de possíveis proprietários de boa-fé vai ao encontro da ressalva constante no art. 120 do CPP que, ao determinar a restituição de bens mediante termo nos autos, condiciona este ato à ausência de dúvida quanto ao direito do requerente. Segue o teor do artigo citado, in verbis:
Art. 120 – A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

É verdade que o Código Civil, no art. 1.210, protege o possuidor. No entanto, as peculiaridades do caso não podem ser deixadas de lado. Se não induzem à existência de posse de boa-fé e, menos ainda, de propriedade (CC, art. 1.228), a presunção será a de que os bens reclamados têm origem criminosa. Aplica-se ao caso o art. 335 do CPC, cuja interpretação por analogia é permitida pelo art. 3º do CPP, o qual recomenda, na falta de normas jurídicas particulares, a aplicação das regras da experiência comum.
Dessa forma tendo em vista as disposições constantes no art. 1.481 da CNGC e em razão do elevado prazo decorrido entre a apreensão e os dias atuais, aliado à fundada dúvida sobre a propriedade dos bens, entendo conveniente e oportuno determinar a ALIENAÇÃO ANTECIPADA, da Motocicleta Honda CG 150, placa KAH-3796, do Veículo Nissan Versa, placa FHS-7898 e das diversas peças de motocicleta Honda XRE.

O valor da alienação deverá ficar disponível para resgate até a data do trânsito em julgado da sentença a ser prolatada nestes autos quando, então, poderá ser definitivamente destinado (art. 1.481, §5º da CNGC).

Com relação ao Revólver Taurus, Calibre 38, n° 1747784 e as 06 munições, restitua-se a arma de fogo ao proprietário. Intime-se, fazendo constar no mandado que este deverá comparecer em juízo em até 05 (cinco) dias, munido do documento de propriedade e de porte da arma de fogo, para retirar o artefato.

Intime-se.
Às providências.
Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 509246 Nr: 2018-55.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDERSON SIQUEIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ESLY GERALDO PINHEIRO - OAB:16.549
Cód.: 509246
Vistos.
Os autos vieram-me conclusos para análise da destinação dos bens que foram apreendidos e encaminhados a este Juízo em razão da determinação da e. CGJ, constante nos autos do Pedido de Providência nº 187/2016, no sentido de que seja dado cumprimento à ordem de alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais constantes no Provimento nº 06/2017 (fl. 114).

Ouvido, o ministério Público manifestou-se favorável à alienação (fls. 72/73).

Na hipótese constato que a apreensão ocorreu há mais de dois anos e de lá para cá, não houve nenhuma manifestação sobre a restituição dos objetos.

É cediço que atualmente a administração da justiça precisa lidar com os pátios abarrotados de automóveis apreendidos, armas, instrumentos de trabalho, medicamentos, objetos pessoais, entre outras. Há uma elevada gama de situações que resultam os mais variados problemas.
É por isso que, em boa hora, a antecipada alienação de bens apreendidos foi prevista no art. 62 da Lei n. 11.343/2006, que trata de substâncias entorpecentes. E o Conselho Nacional de Justiça, gestor maior da administração da Justiça do Brasil, expediu a Recomendação n. 30, de 10 de fevereiro de 2010, para que a norma da lei especial fosse também aplicada em crimes de outra natureza, a fim de se evitar a depreciação dos bens pela falta de manutenção e ausência de condições de depósito que viabilizem sua preservação durante o curso do processo.
A nova sistemática trouxe a possibilidade de os bens serem utilizados provisoriamente pela polícia ou entidades, estabelecendo uma dinâmica de gestão que permitiu a redução dos recursos públicos a serem empregados no custeio do depósito destes bens.
Assim, a alienação antecipada de bens passou a ser estimulada e isso inclusive para dar cumprimento aos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Nesta esteira, os autos devem ser analisados com vistas à evitar a depreciação natural, a perda do valor dos bens por desuso para garantir o quanto possível, a equivalência com o valor real.
Analisando a apreensão constato que os bens apreendidos estão sob a custódia do Estado aproximadamente 02 (dois) anos, sem que ninguém tenha manifestado interesse na sua propriedade.

Constato, ainda, que há dúvidas sobre a propriedade dos bens e a ausência de possíveis proprietários de boa-fé vai ao encontro da ressalva constante no art. 120 do CPP que, ao determinar a restituição de bens mediante termo nos autos, condiciona este ato à ausência de dúvida quanto ao direito do requerente. Segue o teor do artigo citado, in verbis:
Art. 120 – A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

É verdade que o Código Civil, no art. 1.210, protege o possuidor. No entanto, as peculiaridades do caso não podem ser deixadas de lado. Se não induzem à existência de posse de boa-fé e, menos ainda, de propriedade (CC, art. 1.228), a presunção será a de que os bens reclamados têm origem criminosa. Aplica-se ao caso o art. 335 do CPC, cuja interpretação por analogia é permitida pelo art. 3º do CPP, o qual recomenda, na falta de normas jurídicas particulares, a aplicação das regras da experiência comum.
Dessa forma tendo em vista as disposições constantes no art. 1.481 da CNGC e em razão do elevado prazo decorrido entre a apreensão e os dias atuais, aliado à fundada dúvida sobre a propriedade dos bens, entendo conveniente e oportuno determinar a ALIENAÇÃO ANTECIPADA, da Motocicleta Honda Fan 125, cor Preta, placa NPD-1467.

O valor da alienação deverá ficar disponível para resgate até a data do trânsito em julgado da sentença a ser prolatada nestes autos quando, então, poderá ser definitivamente destinado (art. 1.481, §5º da CNGC).

Intime-se.
Às providências.
Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 473272 Nr: 13184-21.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AURELIANO GOMES DA SILVA BISNETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO - OAB:10402/O
Cód.: 473272
Vistos.
Os autos vieram-me conclusos para análise da destinação dos bens que foram apreendidos e encaminhados a este Juízo em razão da determinação da e. CGJ, constante nos autos do Pedido de Providência nº 187/2016, no sentido de que seja dado cumprimento à ordem de alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais constantes no Provimento nº 06/2017 (fl. 114).
Ouvido, o ministério Público manifestou-se favorável à alienação (fls. 484/485).
Na hipótese constato que a apreensão ocorreu há mais de dois anos e de lá para cá, não houve nenhuma manifestação sobre a restituição dos objetos.
É cediço que atualmente a administração da justiça precisa lidar com os pátios abarrotados de automóveis apreendidos, armas, instrumentos de trabalho, medicamentos, objetos pessoais, entre outras. Há uma elevada gama de situações que resultam os mais variados problemas.
É por isso que, em boa hora, a antecipada alienação de bens apreendidos foi prevista no art. 62 da Lei n. 11.343/2006, que trata de substâncias entorpecentes. E o Conselho Nacional de Justiça, gestor maior da administração da Justiça do Brasil, expediu a Recomendação n. 30, de 10 de fevereiro de 2010, para que a norma da lei especial fosse também aplicada em crimes de outra natureza, a fim de se evitar a depreciação dos bens pela falta de manutenção e ausência de condições de depósito que viabilizem sua preservação durante o curso do processo.
A nova sistemática trouxe a possibilidade de os bens serem utilizados provisoriamente pela polícia ou entidades, estabelecendo uma dinâmica de gestão que permitiu a redução dos recursos públicos a serem empregados no custeio do depósito destes bens.
Assim, a alienação antecipada de bens passou a ser estimulada e isso inclusive para dar cumprimento aos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.
Nesta esteira, os autos devem ser analisados com vistas à evitar a depreciação natural, a perda do valor dos bens por desuso para garantir o quanto possível, a equivalência com o valor real.
Analisando a apreensão constato que os bens apreendidos estão sob a custódia do Estado aproximadamente 03 (três) anos, sem que ninguém tenha manifestado interesse na sua propriedade.
Constato, ainda, que há dúvidas sobre a propriedade dos bens e a ausência de possíveis proprietários de boa-fé vai ao encontro da ressalva constante no art. 120 do CPP que, ao determinar a restituição de bens mediante termo nos autos, condiciona este ato à ausência de dúvida quanto ao direito do requerente. Segue o teor do artigo citado, in verbis:
Art. 120 – A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
É verdade que o Código Civil, no art. 1.210, protege o possuidor. No entanto, as peculiaridades do caso não podem ser deixadas de lado. Se não induzem à existência de posse de boa-fé e, menos ainda, de propriedade (CC, art. 1.228), a presunção será a de que os bens reclamados têm origem criminosa. Aplica-se ao caso o art. 335 do CPC, cuja interpretação por analogia é permitida pelo art. 3º do CPP, o qual recomenda, na falta de normas jurídicas particulares, a aplicação das regras da experiência comum.
Dessa forma tendo em vista as disposições constantes no art. 1.481 da CNGC e em razão do elevado prazo decorrido entre a apreensão e os dias atuais, aliado à fundada dúvida sobre a propriedade dos bens, entendo conveniente e oportuno determinar a ALIENAÇÃO ANTECIPADA, do Veículo Fiat Punto, cor Prata, placa NJA-5123 – Nova Mutum/MT.
O valor da alienação deverá ficar disponível para resgate até a data do trânsito em julgado da sentença a ser prolatada nestes autos quando, então, poderá ser definitivamente destinado (art. 1.481, §5º da CNGC).
Intime-se.
Às providências.
Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 482407 Nr: 22194-89.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GUSTAVO FIRMINO DA SILVA, EDINALDO LAURO CHAVES GUIMARÃES, ARYADNE FERREIRA DAVINO, INARA KARINE FRANCISCA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTÔNIO ROGÉRIO ASSUNÇÃO DA COSTA STEFAN - OAB:7030/MT
Cód.: 482407
Vistos.
Os autos vieram-me conclusos para análise da destinação dos bens que foram apreendidos e encaminhados a este Juízo em razão da determinação da e. CGJ, constante nos autos do Pedido de Providência nº 187/2016, no sentido de que seja dado cumprimento à ordem de alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais constantes no Provimento nº 06/2017 (fl. 114).
Ouvido, o ministério Público manifestou-se favorável à alienação (fls. 295/296).
Na hipótese constato que a apreensão ocorreu há mais de dois anos e de lá para cá, não houve nenhuma manifestação sobre a restituição dos objetos.
É cediço que atualmente a administração da justiça precisa lidar com os pátios abarrotados de automóveis apreendidos, armas, instrumentos de trabalho, medicamentos, objetos pessoais, entre outras. Há uma elevada gama de situações que resultam os mais variados problemas.
É por isso que, em boa hora, a antecipada alienação de bens apreendidos foi prevista no art. 62 da Lei n. 11.343/2006, que trata de substâncias entorpecentes. E o Conselho Nacional de Justiça, gestor maior da administração da Justiça do Brasil, expediu a Recomendação n. 30, de 10 de fevereiro de 2010, para que a norma da lei especial fosse também aplicada em crimes de outra natureza, a fim de se evitar a depreciação dos bens pela falta de manutenção e ausência de condições de depósito que viabilizem sua preservação durante o curso do processo.
A nova sistemática trouxe a possibilidade de os bens serem utilizados provisoriamente pela polícia ou entidades, estabelecendo uma dinâmica de gestão que permitiu a redução dos recursos públicos a serem empregados no custeio do depósito destes bens.
Assim, a alienação antecipada de bens passou a ser estimulada e isso inclusive para dar cumprimento aos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.
Nesta esteira, os autos devem ser analisados com vistas à evitar a depreciação natural, a perda do valor dos bens por desuso para garantir o quanto possível, a equivalência com o valor real.
Analisando a apreensão constato que os bens apreendidos estão sob a custódia do Estado há mais de 02 (dois) anos, sem que ninguém tenha manifestado interesse na sua propriedade.
Constato, ainda, que há dúvidas sobre a propriedade dos bens e a ausência de possíveis proprietários de boa-fé vai ao encontro da ressalva constante no art. 120 do CPP que, ao determinar a restituição de bens mediante termo nos autos, condiciona este ato à ausência de dúvida quanto ao direito do requerente. Segue o teor do artigo citado, in verbis:
Art. 120 – A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
É verdade que o Código Civil, no art. 1.210, protege o possuidor. No entanto, as peculiaridades do caso não podem ser deixadas de lado. Se não induzem à existência de posse de boa-fé e, menos ainda, de propriedade (CC, art. 1.228), a presunção será a de que os bens

reclamados têm origem criminosa. Aplica-se ao caso o art. 335 do CPC, cuja interpretação por analogia é permitida pelo art. 3º do CPP, o qual recomenda, na falta de normas jurídicas particulares, a aplicação das regras da experiência comum.

Dessa forma tendo em vista as disposições constantes no art. 1.481 da CNGC e em razão do elevado prazo decorrido entre a apreensão e os dias atuais, aliado à fundada dúvida sobre a propriedade dos bens, entendo conveniente e oportuno determinar a ALIENAÇÃO ANTECIPADA, do Veículo Renault Megane, cor cinza, placa CRT-4504.

O valor da alienação deverá ficar disponível para resgate até a data do trânsito em julgado da sentença a ser prolatada nestes autos quando, então, poderá ser definitivamente destinado (art. 1.481, §5º da CNGC).

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para que se manifeste sobre o pedido de restituição da arma de fogo (fls. 284/285).

Intime-se.

Às providências.

Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2019.

LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho

Cod. Proc.: 601549 Nr: 41732-85.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCAS GABRIEL FONSECA DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HELIO PASSADORE - OAB:3008-A

Ademais, inexistem causas manifestas de excludente da ilicitude do fato e da culpabilidade, tampouco causa extintiva da punibilidade, nos termos do artigo 397 do Código de Processo Penal, pelo que REJEITO as preliminares arguidas pela defesa.3. Deliberações:Em dando prosseguimento ao feito, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 20.01.2020, às 15h00min.Intimem-se as partes, o acusado e as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa. Requisite-se o réu.Expeça-se o necessário.Às providências.Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Lídio Modesto da Silva filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 558603 Nr: 2396-74.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MATHEUS CORREA DO NASCIMENTO, DONATO SILVA NASCIMENTO, NATALBERTH THIAGO GONÇALVES MOREIRA, GABRIEL HANER DE OLIVEIRA CAVALCANTE, ALEK VICTOR ESPIRITO SANTO SILVA, LUAN VITOR COSTA DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDER D.L.H.C.FADINI - OAB:7645, ELÍDIA PENHA GONÇALVES - OAB:, FERNANDA MENDES PEREIRA - OAB:4455/O, SIMONE APARECIDA MENDES PEREIRA - OAB:5019/MT

Intimar a defesa do réu Matheus Correa para apresentar memoriais escritos no prazo legal, ou renúncia, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis. É a segunda vez que se intima.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho

Cod. Proc.: 418555 Nr: 23833-16.2015.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JESUS SANTANA RIOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEISE JUSSARA ALVES - OAB:17867MT

Após o MM. Juiz prolatou a seguinte decisão:

Vistos etc.

I – Prejudico a presente solenidade, ante à ausência das partes.

II – Acolho o pedido ministerial, concedendo-lhe vista pelo prazo de 03 (Três) dias para manifestação.

III – Após, volte-me concluso.

IV – Às providências.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.

LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO

Juiz de Direito

AMARILDO CESAR FACHONE

Promotor de Justiça

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho

Cod. Proc.: 582551 Nr: 24744-86.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JONAS ANGELO CRUZ DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SILVANO MACEDO GALVAO - OAB:4.699

AÇÃO PENAL PÚBLICA N.º 24744-86.2019.811.0042 (CÓDIGO: 582551)

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

RÉU: JONAS ANGELO CRUZ DA SILVA

Vistos etc.

Havendo nos autos material probatório mínimo e potencialmente apto a deflagrar a persecutio criminis, RECEBO a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o acusado, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e inocorrentes as hipóteses do artigo 395 do mesmo Codex.

Cite-se o acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, responder à acusação.

Colacione no mandado a advertência de que o denunciado, em sua resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP).

Colacione, ainda, a obrigatoriedade de o Oficial de Justiça observar o que determina o item 7.5.1.4 da CNGC, indagando o acusado se ele pretende constituir advogado ou deseja que lhe seja nomeado defensor público ou dativo para patrocinar a sua defesa, caso em que o Oficial de Justiça deverá mencionar as razões pelas quais o denunciado não tem a intenção de contratar defensor, consoante item 7.5.1.5 da CNGC.

Caso o denunciado informe que possui advogado, determino que o Oficial de Justiça indague-o acerca do nome do causídico e endereço ou telefone ou outros dados que permitam a sua imediata localização.

Havendo nos autos, conste no mandado de citação pontos de referências para a localização do endereço residencial e/ou comercial do réu. – item 7.5.1.2 da CNGC.

Certificada a necessidade de nomeação de defensor público, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública desta Comarca para exercer a defesa do acusado, devendo para tanto, com fulcro no art. 396-A, § 2º, do CPP, ser aberta vista para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta.

Havendo pedido de restituição, por ato ordinatório, ouça o Ministério Público acerca da necessidade de manutenção da apreensão, antes de encaminhar os autos conclusos ao gabinete. Observe-se que os documentos pessoais devem ser restituídos à parte independente de ordem, consoante item 7.20.1.2.

Conste no mandado de citação que na hipótese de restituição de bens apreendidos, junto ao requerimento de restituição o réu deverá apresentar comprovante de propriedade e, tratando-se de veículo, documento atualizado que permita a sua circulação, para que o mesmo seja restituído, sendo que a restituição somente acontecerá após a manifestação do Ministério Público e mediante ordem expressa deste juízo, nesse sentido.

CERTIFIQUE-SE se há laudo pericial a ser juntado nos autos e, caso positivo, junte-se.

Cumpra-se.

Cuiabá - MT, 01 de agosto de 2019.

LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho

Cod. Proc.: 370261 Nr: 10730-73.2014.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDILENE DIVA REICHE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BENEDITO DA SILVA BRITO - OAB:3822
Vistos etc.
I – Com relação à proposta de Suspensão Condicional do Processo, segue termo anexo.
II – Às providências.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito
AMARILDO CESAR FACHONE
Promotor de Justiça
BENEDITO DA SILVA BRITO
Advogado da Ré

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 555122 Nr: 45661-63.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, FERNANDA LUCIANA LINO PIETRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PEDRO HENRIQUE LINO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA CRIMINAL - OAB:
AÇÃO PENAL PÚBLICA N.º 45661-63.2018.811.811.0042 CÓDIGO: 555122
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
RÉU: PEDRO HENRIQUE LINO DA SILVA
Vistos etc.
Sentença condenatória prolatada às fls. 441/455.
O acusado foi intimado da sentença condenatória e manifestou ter o interesse em recorrer (fl. 467/469 - A).
A defesa interpôs recurso de apelação com as devidas razões (fls. 480/481), sendo o recurso tempestivo (fl. 478).
O representante do Ministério Público apresentou as devidas contrarrazões (fls. 483487).
Sendo assim, RECEBO a Apelação interposta pelo réu PEDRO HENRIQUE LINO DA SILVA de fls. 480/481, em efeito devolutivo.
Após, determino a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, observando a Sra. Gestora as formalidades legais, do artigo 601, do Código de Processo Penal.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 370261 Nr: 10730-73.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDILENE DIVA REICHE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BENEDITO DA SILVA BRITO - OAB:3822
Vistos,
I – Apresentou-se a seguinte proposta de suspensão do processo pelo prazo de dois (02) anos, à denunciada, a qual foi aceita mediante as seguinte condição:
a) comparecer bimestralmente para informar e justificar suas atividades perante esta Vara.
b) Não ausentar da comarca por mais de 15 (quinze) dias sem prévia comunicação ao juízo.
c) Não mudar de endereço sem comunicar ao juízo.
Após o lapso temporal supra, tendo a denunciada cumpriada com as obrigações neste momento impostas e aceitas, diga o Ministério Público e em seguida, venham-me conclusos os autos.
Sai a denunciada devidamente intimado e ciente, de que o descumprimento de qualquer obrigação ora imposta, importará no prosseguimento normal desta ação.
II – Determino que a gestora adicione alerta de decurso do prazo para que findo este os autos sejam imediatamente remetidos à conclusão.
III – Às providências.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito
AMARILDO CÉSAR FACHONE
Promotor de Justiça
BENEDITO DA SILVA BRITO
Advogada Da Ré
VALDILENE DIVA REICHE
Ré

5ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 148673 Nr: 16684-76.2009.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GLEISON CARLOS LEITE DE BARROS, RICARDO XAVIER DE SOUZA LOPES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIX SIGUEAK ARIMA FILHO - OAB:2676/MT, LUCIANO AUGUSTO NEVES - OAB:12012/MT
EDITAL
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): GLEISON CARLOS LEITE DE BARROS, Cpf: 99425009104, Rg: 15176126, Filiação: Eronildes de Andrade Barros e Jussara Júlia Leite, data de nascimento: 20/02/1985, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, vigilante, Telefone 3646-5601/3646-0695. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAR O RÉU PARA RESTITUIÇÃO DOS OBJETOS APREENDIDOS, MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE, SOB PENA DE PERDIMENTO.
Despacho/Decisão: Cód. 148673Vistos etc.DETERMINO a imediata restituição de eventuais documentos pessoais e objetos, a quem de direito, desde comprovada sua propriedade. Se decorridos 60 (sessenta) dias da data da intimação desta decisão e não houverem sido reclamados os bens supramencionados, DECRETO a perda das coisas apreendidas em favor da União, podendo ser destruídas caso não haja interesse.Da mesma forma, havendo fiança depositada nestes autos, nos termos dos arts. 336 e 337 do CPP , bem como do art. 1.471 e §§ da CNGC/2016, DETERMINO a RESTITUIÇÃO DA FIANÇA atualizada.Em havendo valores apreendidos que não se refiram à fiança e que não estejam relacionados com o delito, devolva-se ao seu proprietário ou a seus sucessores, intimando-os para tanto, expedindo-se edital, se necessário, com o prazo de 15 (quinze) dias, consignando-se o prazo de 10 (dez) dias para comparecer em Juízo para levantamento da importância depositada. Escoado o prazo sem manifestação, DECLARO desde já o perdimento de qualquer importância lícita depositada nos autos em favor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.Existindo armas, simulacros ou munições apreendidos nos autos, a razão de não mais interessarem à persecução penal, nos termos do artigo 25 da Lei 10.826/03, DECRETO o seu perdimento e DETERMINO sejam as mesmas remetidas ao Comando do Exército da Região para doação a órgão de segurança pública ou destruição conforme o caso.Intimem-se.Cumpra-se expedindo o necessário.Após arquivem-se com as cautelas de estilo.Às providências.Cuiabá/MT, 06 de fevereiro de 2018.SILVANA FERRER ARRUDAJuíza de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, GESSICA REGINA VIDOTTI MACHADO, digitei.
Cuiabá, 08 de novembro de 2018
Weksley Baltazar Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

6ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 544236 Nr: 35549-35.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCELO HENRIQUE BEZERRA DA SILVA, LUAN MARCELO ARRUDA PONOCENO, THIAGO MEDEIROS DE ALMEIDA, IAM KEMERSON FERREIRA ALBERNAZ, CARLOS EDUARDO WALLAUER, AELSON DOS SANTOS BARBOSA, ROMARIO RIBEIRO NEVES, EDINALDO DE SOUZA GARCIA, MICAEL OLIVEIRA MEDEIROS, GEOVANE YGOR DE SOUZA, MATHEUS BEZERA DA SILVA, MARCIO LUCAS PREZA LIBANO, FRANCISCO JOSE DE SÁ SOUZA, JOÃO FERNANDO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE IVAN HOUKLEF - OAB:OAB/MT 6703, ALINE SILVA SALLES - OAB:74401/RS, DEFENSORIA PUBLICA DE MT - OAB:, EMANOEL GOMES DE SOUSA - OAB:18.303, JOEL FELICIANO MOREIRA - OAB:6833/MT, JOSEILDE SOARES CALDEIRA - OAB:15236/MT, MARCOS FELLIPE ROCHA E SILVA - OAB:24.471/O
Intimar os Drs.IVAN HOUKLEF - OAB/MT.6703, ALINE SILVA SALLES - OAB:74401/R, DEFENSORIA PUBLICA DE MT, EMANOEL GOMES DE SOUSA - OAB: 18.303, JOEL FELICIANO MOREIRA - OAB: 6833/MT,JOSEILDE SOARES CALDEIRA - OAB: 15236/MT, MARCOS FELLIPE ROCHA E SILVA - OAB: 24.471/0, representando o polo passivo.

8ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 509841 Nr: 2572-87.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIAGO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:
EDITAL
PRAZO 5 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 03507415001892, atualmente em local incerto e não sabido TIAGO DA SILVA OLIVEIRA, Cpf: 05852330124, Rg: 2538340-0, Filiação: Marly Silva de Oliveira, data de nascimento: 08/09/1991, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, servente, Telefone 99288-7330, atualmente em local incerto e não sabido ROBSON DANIEL FRANCISCO DA COSTA, Cpf: 84785110163, Rg: 880814, Filiação: Divina Francisca da Costa e Sebastião Rondon da Costa, data de nascimento: 16/03/1978, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, casado(a), policial militar, Telefone 3649-1249, atualmente em local incerto e não sabido YAN GEOVANE SIQUEIRA DA LUZ, Cpf: 73198013100, Rg: 886269, Filiação: Regina Lucia Moraes de Siqueira e Marcio da Luz, data de nascimento: 14/06/1993, brasileiro(a), solteiro(a), policial militar, Telefone 3653-7802, atualmente em local incerto e não sabido AURILENE DA SILVA AMORIM, Filiação: Francisca Estelita Soares de Amorim Silva e Antonio Francisco da Silva, data de nascimento: 14/09/1987, brasileiro(a), natural de Araripe-CE, solteiro(a), vendedora, Telefone 99301-1493 e atualmente em local incerto e não sabido atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAÇÃO DAS PARTES E EVENTUAIS INTERESSADOS OU LESADOS que requeiram a restituição dos bens que lhes porventura pertençam, apresentando os documentos legais, sob pena de alienação antecipada dos mesmos.
Despacho/Decisão: Processo cód. 509841Acusado(s): Tiago da Silva Oliveira.Analisando os presentes autos, em cumprimento a decisão lançada no Pedido de Providências n. 187/2016 (CIA n. 0153777-66.2016.8.11.0000) constato que a motocicleta veículo foi apreendido no mês de janeiro de 2018 (fls. 16).Ressalte-se que até a presente data não houve qualquer pedido de restituição por parte dos interessados e/ou não juntaram as documentações necessárias.É evidente, portanto, no caso em apreço, a falta de interesse do proprietário legítimo do veículo apreendido nestes autos. Neste caso, a alienação antecipada é o instrumento jurídico adequado para preservar o valor do bem apreendido, que pela ação do tempo ou outra circunstância sofra depreciação natural ou provocada, independentemente das medidas de preservação realizadas, ou, ainda, perca sua aptidão funcional para uso adequado, ou que, de qualquer forma, perca a equivalência com o valor real, na data da apreensão.Nesse pormenor, importante constar que no pátio e estacionamento interno do Fórum se encontram depositados um número elevado de veículos, que cresce diariamente diante das apreensões realizadas e o desinteresse dos proprietários em restituí-los, ficando alguns, inclusive, expostos às ações climáticas, deteriorando com o tempo, já que não há espaço e instalações adequados para manter o depósito desses bens. Ressalte-se que o art. 144-A do Código de Processo Penal possibilita a alienação antecipada para a preservação dos bens que estiverem sujeitos a deterioração ou dificuldade para a manutenção.No mesmo sentido a Recomendação n. 30, de 10 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece no item I, “b” que os magistrados “ordenem, em cada caso, e justificadamente, a alienação antecipada da coisa ou bem, apreendido para preservar-lhe o respectivo valor...”Diante disso, determino que:1.Se notifique o Acusado que estava na posse da motocicleta no momento da apreensão para que, no prazo de cinco dias, requeira a restituição, mediante documentação que comprove que o bem lhe pertence.2.Notifiquem, nos termos no art. 1.485 da CGNC, por edital, com prazo de cinco dias, para que, no mesmo prazo, eventuais interessados ou lesados requeiram a restituição dos bens que lhes porventura pertençam.Decorrido os prazos sem manifestação, ou indeferido os pedidos, buscando evitar o perecimento do(s) bem(s) apreendido(s), e, consequentemente, visando preservar o seu valor pecuniário, com base no caput e parágrafos do art. 144-A do CPP e § 1º do art. 1.481 da CNGC, defiro a alienação antecipada da motocicleta descrita no Auto de Apreensão de fls. 16, devendo ser oficiado ao MM Juiz Diretor do Fórum para que se digne em determinar as providências que se fizerem necessárias para a venda judicial do bem apreendido.Realizada a venda judicial, determino que os valores arrecadados fiquem vinculados ao presente feito até decisão final (§ 3º, do art. 144-A do CPP) na Conta Única do Poder Judiciário (§ 4º do art. 1.481 da CNGC), até o trânsito em julgado da sentença.Cumpra-se com URGÊNCIA.Cuiabá, 04 de novembro de 2019.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Lucas Miranda Meira, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Guilherme Paes Maiolino Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 301071 Nr: 18230-35.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDESIO DO CARMO ADORNO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ORLANDO MACHADO DA SILVA JÚNIOR - OAB:155360SP
Intimação da defesa, para apresentar memorias finais no prazo legal.

9ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 577583 Nr: 20189-26.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ÉZIO SANTOS DE ARAÚJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RODRIGO MOREIRA MARINHO

- OAB:18791

Certifico e dou fé que o recurso de apelação interposto pelo réu às fls. 168/169 é tempestivo, assim, impulsiono estes autos para abrir vistas ao(s) patrono(s) constituído(s) para apresentação de razões de apelação, no prazo legal.

10ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 131379 Nr: 2328-76.2009.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): WILSON DUARTE

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Mário Márcio Maio Pinheiro - OAB:4093

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): WILSON DUARTE, Cpf: 41974395120, Rg: 448348, Filiação: Odete Rodrigues Duarte e Francisco Duarte, data de nascimento: 10/10/1966, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, casado(a), médico, Telefone 3322-7326. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: Proceder a intimação do acusado para que compareça na Secretaria da Décima Vara Criminal, no prazo de 05 (cinco) dias, para fornecer dados bancários para ser restituido do valor remanescente da fiança.

Resumo da Inicial: Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público que denunciou o Réu nas penas do artigo 306 da Lei nº 9.503/1997.

Despacho/Decisão: Visto em correição.Ante a não localização do acusado, determino a intimação do mesmo por edital.Expeça-se o necessário.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MARIA DE FÁTIMA CARDOSO SOTT, digitei.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Kelvin Breno Rowe Rodrigues Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 409024 Nr: 13709-71.2015.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, HASSAN ZAKI FARES, LAZARA CASSIA GENEROSO DE MORAES

PARTE(S) REQUERIDA(S): HELLEM PATRICIA FERREIRA DE SOUZA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVANILSON MIGUEL DE SOUZA AMORIM - OAB:24800/O, FÁBIO ARTHUR DA ROCHA CAPILÉ - OAB:6187/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação dos assistentes de acusação, através dos Advogados Dr. Fabio Arthur da Rocha Capilé – OAB/MT nº 7344 e Dr. Evanilson Miguel de Souza Amorim – OAB/MT nº 24.800-O, para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, bem como da data da audiência de instrução e julgamento para o 06/02/2020, às 14h. DECISÃO: "Visto. 1. Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 06 de fevereiro de 2020, às 14h00min (art. 399 do CPP). 2. Intime-se a acusada, no endereço de f. 321, deferindo desde já, se necessário, a intimação por hora certa, conforme art. 362 do CPP, bem como, se necessário também, entrar em contato via celular. Ressalto ao oficial de justiça, que, estando à residência fechada, buscar informações na vizinhança se a acusada ainda mora no local. 3. Intimem-se as testemunhas de acusação e defesa, deferindo desde já, se necessário, a intimação por hora certa, conforme art. 362 do CPP, bem como advertindo-as que a ausência ensejará na condução coercitiva (art. 535 do CPP). 3.1. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para informar o endereço atualizado das testemunhas Valeska Chenta Vidotto e Francielce Monteiro Macedo. 4. Na audiência de instrução e julgamento proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, a acusada (art. 400 do CPP). 5. Sendo as testemunhas funcionários públicos, determino a intimação por meio de seus superior hierárquicos (CPP, art. 221, § 2º), bem como por meio eletrônico. 6. Cumpra-se com as certificações e expedições necessárias. 7. Dê-se ciência ao Ministério Público, a Defensoria Pública e/ou o(s) Advogado(s) constituído(s) nos autos.".

11ª Vara Criminal - J. Militar

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva

Cod. Proc.: 498242 Nr: 37386-62.2017.811.0042

AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): FABIO CARDOSO SENA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Considerando a necessidade de readequação de pauta, ANTECIPO a sessão de instrução outrora designada para o dia 03.03.2020, às 16h30min, visando o interrogatório do réu.

Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva

Cod. Proc.: 546118 Nr: 37264-15.2018.811.0042

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LUCIANO WASHINGTON DE OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARIANA SILVA PINHEIRO - OAB:17573, GIVANILDO GOMES - OAB:12.635

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Em face do exposto, CONHEÇO dos embargos de declaração, no entanto NEGO-LHES PROVIMENTO.Interposto recurso de apelação pela parte, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, § 1º, do NCPC.Se apresentada apelação adesiva pela parte recorrida (art. 997, §§ do NCPC), intime-se a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 2º, do NCPC.Caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, § 1º, do NCPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.009, § 2º, do NCPC.Após as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao e. TJMT (art. 1.009, § 3º, do NCPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (art. 932 do NCPC).Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva

Cod. Proc.: 572445 Nr: 15315-95.2019.811.0042

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: RENATO CARRADINE SOUSA, REINALDO JORGE MAGALHÃES

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR - OAB:13822, JANIA MIKAELLE GODOY MONTEIRO MATOS - OAB:22458/O, MARCIANO XAVIER DAS NEVES - OAB:11190

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO para o fim de anular o Ato Administrativo que excluiu os requerentes SD PM RENATO CARRADINE SOUSA E REINALDO JORGE MAGALHÃES das fileiras da PMMT (Solução CD 42.17 e Boletim do Comando Geral nº1776, de 31 de julho de 2017) e por consequência seja determinado a reintegração e pagamento dos valores a receber durante o período de exclusão, devendo

o processo ser encaminhado ao Juízo da Vara da Fazenda Pública para arbitramento e execução dos valores devidos contra a Fazenda Pública que possui rito especial, extrapolando a competência da Justiça Militar, nos termos do art. 125, §5º, da CF.Condeno o ESTADO DE MATO GROSSO ao pagamento de honorários de sucumbência, deixando de fixar o percentual de honorários, que deverá ocorrer quando da liquidação da sentença, nos termos do art. 85, §§3º e 4º, inc. II do Código de Processo Civil. A liquidação será realizada no juízo da Fazenda Pública, em face do exaurimento da competência deste juízo, nos termos do art. 125, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal.Oficie-se ao Comandante-Geral da PMMT, notificando-o da decisão.Após o trânsito em julgado, encaminhe-se os Autos ao Cartório Distribuidor para que o distribua ao Juízo da Fazenda Pública para o cumprimento da sentença, em face do exaurimento da competência deste juízo, nos termos do art. 125, §§4º e 5º da Constituição Federal.P.R.I.Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. Marcos Faleiros da SilvaJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva
Cod. Proc.: 577019 Nr: 1564-42.2012.811.0024
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JAIME PEGO FERREIRA JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR - OAB:13822, Marcia Maria da Silva - OAB:8922A
Não obstante o pedido de apresentação das razões recursais no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, formulado pela defesa do réu Jaime Pego Ferreira Junior à fl. 291, é descabida a aplicação do art. 600, §4° do CPP, pois o CPPM possui regramento específico em relação à apelação criminal (art. 526 e seguintes) e não há omissão do processo penal castrense no ponto (art. 3°, a, CPPM), o que desautoriza a incidência da norma processual comum.
Desta feita, conceda-se nova vista dos autos ao patrono do réu Jaime Pego Ferreira Junior para apresentação das razões recursais, nos termos do artigo 531 do CPPM.
Apresentadas as razões, abra-se vista para o Ministério Público para apresentar as contrarrazões.
Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, observando a Sra. Gestora Judiciária as formalidades legais.
Expeça-se o necessário.
Às providências.

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 507206 Nr: 46352-14.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDÉSIO FRANCISCO DE PAULA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
AUTOS Nº 46352-14.2017.811.0042 – Código 507206 Virtual
ESPÉCIE: Processo Crime Militar (art. 34 e ss do CPPM)->MATÉRIA CRIMINAL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
AUTOR(ES): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RÉU(S): EDÉSIO FRANCISCO DE PAULA
INTIMANDO: Réu(s): EDÉSIO FRANCISCO DE PAULA, Rg: 874.651, Filiação: Edith Leite de Paula e Eliseu Francisco de Paula, data de nascimento: 08/10/1964, brasileiro(a), natural de Várzea Grande-MT, casado(a), Endereço: Rua Nair Bello Souza Francisco, N. 11, Quadra 08, Bairro: Res. 8. de Março, Cidade: Várzea-grande-MT, CEP: 78116060. Atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação do denunciado, EDÉSIO FRANCISCO DE PAULA, acima qualificado, dos termos da denúncia abaixo transcrita de forma resumida, ficando ainda intimado para constituir advogado nos autos, sob pena de não o fazendo ser-lhe nomeada a Defensoria Pública para patrocinar sua defesa.
RESUMO DA INICIAL: Consta do Inquérito Policial Militar, que no dia 27 de dezembro de 2017, por volta das 20:00 horas, na Rua Nair Belo dF Souza Francisco, município de Várzea Grande-MT, o denunciado SD PM REF EDÉSIO FRANCISCO DE PAULA desrespeitou diante de outro militar, o superior 2° Sgt PM Júlio César da Silva Moraes. Ante o exposto, denuncio SD PM REF EDÉSIO FRANCISCO DE PAULA ante a prática do crime de desrespeito a superior, previsto no artigo 160 do Código Penal Militar e, mister se faz o recebimento desta, com o regular processamento, procedendo às oitivas das testemunhas arroladas e, posteriormente, interrogando-se o denunciado, para ao final, condená-lo à pena cominada.
DECISÃO/DESPACHO 1: “Inicialmente, RECEBO A DENÚNCIA, haja vista que preenchidos os requisitos previstos no art. 77, do CPPM e ausentes quaisquer das situações referidas no art. 78, do mesmo códex, que autorizam sua rejeição. Processe-se perante o CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA. Proceda-se ao necessário para CITAÇÃO do (s) acusado (s). No momento da citação o (s) acusado (s) deverá (ão) indicar defensor constituído ou manifestar o desejo de ser assistido pela Defensoria Pública, devendo a Gestora Judicial e/ou Oficial de Justiça ao lavrar a certidão de citação, sempre que possível, indicar os motivos pelo qual o acusado não tenciona contratar defensor. Cumpra-se o art. 1.373, III, da CNGC Judicial (4ª Edição). DESIGNO SESSÃO DE INSTRUÇÃO (oitiva de testemunhas) para o dia 12 DE SETEMBRO DE 2019, ÁS 14h40MIN. Faculto à defesa até 48h após a sessão de instrução, opor as exceções a que se refere o art. 407 do CPPM, bem como arrolar testemunhas na forma do art. 417, § 2º, do CPPM. O Ministério Público, igualmente, poderá opor exceções na forma do art. 408, do CPPM. Expeça-se o necessário para o cumprimento do ato. Cumpra-se.”
DECISÃO/DESPACHO 2: “Esgotadas as tentativas de realizar a citação pessoal do acusado, nos termos do art. 277, V, do CPPM, determino a citação por edital, fixando-se o prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 287, alínea c, do mesmo estatuto. Decorrido o prazo e não havendo resposta, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar em favor do réu (art. 71, § 2º, CPPM). Designo Sessão de Instrução para o dia 11 de AGOSTO DE 2020, 13H30MIN. Expeça-se o necessário para o cumprimento do ato..”
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Thais Matsuoka da Silva Ratis, digitei.
Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019.
Thalita Balan Taborda
Gestora Judiciária

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva
Cod. Proc.: 477158 Nr: 17000-11.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MPDEDMG, JGR, LMB
PARTE(S) REQUERIDA(S): ZB, EAFL, RJDB, JAEB, GLFCJ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gabriela Terra Cyrineu - OAB:24378, RODRIGO GERALDO RIBEIRO ARAÚJO - OAB:OAB/MT 9098, RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB:16169-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALE ARFUX JUNIOR - OAB:6843/MT, ARISTIDES SOARES DE CAMPOS NETO - OAB:23651/O, FRANCISCO DE ASSIS DO RÊGO MONTEIRO ROCHA JUNIOR - OAB:29.071/PR, JOÃO RAFAEL DE OLIVEIRA - OAB:56722/PR, LUCIANA GABARDO - OAB:78.507 OAB/PR, NEYMAN AUGUSTO MONTEIRO - OAB:3878/AC, SAULO RONDON GAHYVA - OAB:13216, STALYN PANIAGO PEREIRA - OAB:6115/B, Tenaressa Aparecida Araújo Della Líbera - OAB:7031, THIAGO DE ABREU FERREIRA - OAB:5928
Defiro o pedido de compartilhamento de provas, conforme solicitação de Ref. 927 e 942.
Defiro o pedido para devoluções dos 02 passaportes, conforme requerido pelo acusado Ronelson Jorge de Barros (ref. 973).
Não obstante o pedido de apresentação das razões recursais no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, formulado pela defesa do réu Zaqueu Barbosa (ref. 969), é descabida a aplicação do art. 600, §4° do CPP, pois o CPPM possui regramento específico em relação à apelação criminal (art. 526 e seguintes) e não há omissão do processo penal castrense no ponto (art. 3°, a, CPPM), o que desautoriza a incidência da norma processual comum.
Desta feita, conceda-se nova vista dos autos para apresentação das

razões recursais, nos termos do artigo 531 do CPPM.
Cumpra-se decisão de Ref. 969.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 477158 Nr: 17000-11.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MPDEDMG, JGR, LMB
PARTE(S) REQUERIDA(S): ZB, EAFL, RJDB, JAEB, GLFCJ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gabriela Terra Cyrineu - OAB:24378, RODRIGO GERALDO RIBEIRO ARAÚJO - OAB:OAB/MT 9098, RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB:16169-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALE ARFUX JUNIOR - OAB:6843/MT, ARISTIDES SOARES DE CAMPOS NETO - OAB:23651/O, FRANCISCO DE ASSIS DO RÊGO MONTEIRO ROCHA JUNIOR - OAB:29.071/PR, JOÃO RAFAEL DE OLIVEIRA - OAB:56722/PR, LUCIANA GABARDO - OAB:78.507 OAB/PR, NEYMAN AUGUSTO MONTEIRO - OAB:3878/AC, SAULO RONDON GAHYVA - OAB:13216, STALYN PANIAGO PEREIRA - OAB:6115/B, Tenaressa Aparecida Araújo Della Líbera - OAB:7031, THIAGO DE ABREU FERREIRA - OAB:5928
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS ASSISTENTES DE ACUSAÇÃO, para MANIFESTAR, nos termos do Art. 531, §1º do CPPM.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva
Cod. Proc.: 596885 Nr: 1388-09.2019.811.0092
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MICHAEL VITOR DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO RIBEIRO DA MOTA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO DA SILVA MONTEIRO - OAB:3.301/MT
Vistos.
Considerando que não houve tempo hábil para intimação do réu e sua defesa, REDESIGNO sessão de sorteio para o dia 30 de janeiro de 2020, às 14:30 horas.
Expeça-se o necessário para o cumprimento do ato.

12ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 384071 Nr: 26029-90.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO CAMILO DE BRITO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ANTONIO CAMILO DE BRITO, Filiação: Carmélia Maria de Brito/ Maria Carmelia de Brito e Teotônio Camilo da Silva/deontonio Camilo da Silva, data de nascimento: 19/10/1960, brasileiro(a), natural de Jucurutu-RN, convivente, agricultor/ pedreiro, Telefone 92266811. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: (...)Diante do exposto e tudo o que nos autos consta, por estar convencido da inexistência de crime doloso contra a vida praticado pelo réu Antônio Camilo de Brito, com fundamento no art. 419 do Código de Processo Penal , DESCLASSIFICO o delito de homicídio simples tentado, descrito na denúncia, para outro de competência do juiz singular. (...)
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Sandra Santini Veber, digitei.
Cuiabá, 07 de novembro de 2019
Ana Flávia Marcelino de Barros Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 436331 Nr: 12608-62.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROGÉRIO SOARES DE LIMA, WGEFERSON ALVES DE MELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): WGEFERSON ALVES DE MELO, Cpf: 04800292107, Rg: 237.6408-2, Filiação: Roseli Alves da Silva e Gilberto Pereira de Melo, data de nascimento: 21/04/1990, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, solteiro(a), pedreiro. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: Consta dos referidos autos que, no dia 01/01/2014, por volta das 05h30min, na Rua Mirabel, n° 219, Bairro Pedregal, nesta Capital, ROGÉRIO SOARES DE LIMA e WGEFERSON ALVES DE MELO, agindo com animus necandi, por motivo fútil e utilizando-se de recurso que dificultou a defesa da vítima, tentaram ceifar a vida de THALLISON ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS, não se consumando o delito por circunstâncias alheias à vontade dos agentes.Ante o exposto, o Ministerio Publico denuncia WGEFERSON ALVES DE MELO, COMO INCURSO NO ARTIGO 121,§2º, II e IV ,c/c 14, II do CP, requerendo que recebida e autuada esta inicial, seja ele citado para responder a acusação, prosseguindo o feito nos seus ulteriores atos com regular instrução e pronuncia para, ao final, ser condenado pelo E. tribunal do Juri.
Despacho: (...)XII- Desde já, determino que, se algum dos denunciados não for localizado nos endereços oferecidos e depois de esgotados os meios para encontrá-lo, seja efetuada a citação por edital, com o prazo de quinze dias, nos termos do artigo 361, c.c. artigo 363, § 1º, ambos do CPP, observando os requisitos e exigências contidas no artigo 365, do mesmo diploma processual, e os itens III, IV e V, desta decisão.(...)
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Sandra Santini Veber, digitei.
Cuiabá, 07 de novembro de 2019
Ana Flávia Marcelino de Barros Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 541394 Nr: 32837-72.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ NOALIS ANIBAL MAIA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): JOSÉ NOALIS ANIBAL MAIA, Cpf: 03800477130, Rg: 2086127-3, Filiação: Julia Anibal Brandão e Penicio Laurentino Maia, data de nascimento: 02/05/1948, brasileiro(a), natural de Russia/ce-CE, casado(a), pedreiro. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito),

qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: Consta que no dia dos fatos 23/06/2018, por volta das 08h na fazenda Santa Tereza, zona rural de Cuiabá, localizada a 30 km da comunidade Olho D'Agua, José Noales Anibal Maia, agindo com animus necani, por motvo futil e utilizando de meio cuel e de reurso que dificultou a defesa da vitima, ceifou a vida de Nivaldo Benedito de Assunção. Ante o exposto, o Ministerio Publico denuncia José Noales Anibal Maia, como incurso no artigo 121,§ 2º, II e IV do CP, requerendo que recebida e autuada a inicial, seja o denunciado citado para responder a acusação, prosseguindo o feito nos seus ulteriores atos com regular instrução e pronuncia para, no final, ser condenao pelo tribunal do juri popular.
Despacho: Código 541394 Vistos,Compulsando os autos, verifica-se que o acusado JOSÉ NOALIS ANIBAL MAIA, se encontra em local incerto e não sabido, razão pela qual, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal e em consonância com o parecer ministerial, à fl. 149, determino a citação por edital a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias em observância ao que prescreve o art. 365 do mesmo diploma legal. Devidamente afixado o edital nos termos do parágrafo único do art. 365 do CPP, o acusado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa.Decorrido o prazo e não havendo resposta positiva quanta citação do acusado, certifique-se e dê-se vistas ao Ministério Público para se manifestar no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 29 de julho de 2019. Flávio Miraglia FernandesJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Sandra Santini Veber, digitei.
Cuiabá, 07 de novembro de 2019
Ana Flávia Marcelino de Barros Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 582677 Nr: 24868-69.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, YANE GUIMARÃES SIMAN MECCA, JAMILL GUIMARÃES SIMAN
PARTE(S) REQUERIDA(S): YGOR HENRIQUE DA SILVA MARTINS, DANIELLE REIS DE SOUZA SIMAN, HERMES DOMINGOS DE OLIVEIRA, ATAILSON ESPIRITO SANTO, KAIO ANTONIO AMORIM DOS ANJOS, GABRIEL BRITO GABIATO PIRES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AUGUSTO BOURET ORRO - OAB:22-974
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO BOURET ORRO - OAB:22-974, CLAUDIONOR ANTONIO CHAVES DE LIMA - OAB:24.537/O
Nos termos art.701, XVII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, impulsiono os presentes autos para: intimar o Advogado AUGUSTO BOURET ORRO-OAB/MT 27031 do Assistente de Acusação para, no prazo legal, apresentar os memoriais.

13ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 587276 Nr: 28993-80.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JEFFERSON LUIZ SILVA PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Vistos, etc.
Inexistindo questões preliminares ou prejudiciais arguidas pela defesa (fl. 60) concluo que a dinâmica do evento descrito na denúncia precisa ser melhor esclarecida, não emergindo, nesta fase preambular, a certeza absoluta de que não houve ilícito criminal na conduta do denunciado, inocorrendo quaisquer das hipóteses do art. 397 do CPP, com nova redação da Lei nº 11.719/2008, prevalecendo, nesta etapa, o princípio do "in dubio pro societate".
Em suma, presentes os requisitos materiais e formais do art. 41 do CPP, nos termos do art. 56, da Lei nº 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo "Parquet", dando o denunciado JEFFERSON LUIZ SILVA PEREIRA como incurso nos artigos da "lex repressiva" nela mencionados.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/2020, às 15:30 horas, para o interrogatório do acusado e inquirição das testemunhas arroladas nos autos.
Para tanto, intime-se o acusado, as testemunhas arroladas na denúncia e na defesa prévia; dando-se ciência ao Promotor de Justiça e à Defesa.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 580066 Nr: 22488-73.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PEDRO HENRIQUE DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANA FELIX DE ARRUDA SOUZA - OAB:25038
JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA e CONDENO o denunciado PEDRO HENRIQUE DE SOUZA, brasileiro, solteiro, entregador, natural de Cuiabá/MT, nascido em 16.10.1992, portador do RG n. 3392909 SESP/DF e CPF n. 038.453.721-92, filho de Jandira Almeida de Souza, residente na Rua N, Quadra 33, n°. 276, Bairro Nova Esperança II, em Cuiabá/MT, nesta capital, nas sanções do art. 33, "caput" da Lei n. 11.343/06. TORNO A PENA CONCRETA E DEFINITIVA em desfavor de PEDRO HENRIQUE DE SOUZA, no patamar de 10 (dez) anos de reclusão.Levado pelos mesmos critérios, APLICO a pena de multa em 1000 (um mil) dias, que atento ao art. 60, caput, do Código Penal e ponderando a situação socioeconômica do réu, fixo valor do dia-multa em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos. Por isso, atento ao período de prisão provisória cumprida pelo condenado (art. 387, § 2º, do CPP), mas em observância aos critérios previstos no art. 59 c/c art. 33, § §2º e 3º, ambos do Código Penal c/c art. 42 da Lei de Drogas e ainda, a reincidência específica em desfavor do condenado e o disposto no Enunciado n°. 47 do TJMT, FIXO o regime prisional de início em FECHADO. Da mesma forma e com fundamento no que dispõe o art. 59, da Lei n. 11.343/06, NEGO ao condenado o direito de recorrer em liberdade, MANTENDO-SE a prisão cautelar, já que presentes os fundamentos da prisão preventiva, notadamente, a fim de garantir a ordem pública, para assegurar a aplicação da lei penal e evitar reiteração delituosa. DECRETO o perdimento em favor União da balança de precisão, posto que utilizada na prática do tráfico ilícito de entorpecentes. Da sentença, intimem-se o Ministério Público, o defensor e o condenado, pessoalmente, indagando a ele sobre o desejo de recorrer o que será feito mediante termo, tudo a teor do art. 1.421, "caput" e parágrafo único, da CNGCGJ/MT. CONDENO o réu ao pagamento das custas e demais despesas processuais, já que não demonstrada sua hipossuficiência financeiras e ademais, foi defendido por advogado particular. P.R.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 579615 Nr: 22110-20.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANA GABRIELLA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA CRIMINAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
(...)TORNO A PENA CONCRETA E DEFINITIVA em desfavor de ANA GABRIELLA DA SILVA SANTOS, vulgo "Gabi", brasileira, solteira, desempregada, natural de Cuiabá/MT, nascida em 22.11.1999, portadora do RG n° 21748209 SSP MT e inscrita no CPF n° 036.181.621-97, filha de Adoilson da Silva Santos e Lucy Laura da Silva Santos, residente na Rua Mato Grosso, Quadra 151, casa 05, Bairro Altos da Serra II, Cuiabá/MT, no patamar de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão e 420 (quatrocentos e vinte) dias-multaLevado pelos mesmos critérios, APLICO a pena de multa em 420 (quatrocentos e vinte) dias-multa(...)FIXO o regime prisional de início em SEMIABERTO.Considerando que a condenada ANA GABRIELLA DA SILVA SANTOS deverá cumprir sua pena no regime

semiaberto, CONCEDO-LHE o direito de aguardar em liberdade o processo e julgamento de eventual recurso, determinando seja imediatamente expedido ALVARÁ DE SOLTURA em seu favor(...) DEIXO de determinar a expedição de guia de execução provisória(...) DECRETO o perdimento em favor do Fundo Estadual sobre Drogas - FUNESD, da quantia de R$ 60,00 (sessenta reais), a ser creditada na conta do Banco do Brasil (001), agência: 3834-2, Conta Corrente: 1042746-5; CNPJ: 03.507.415/0020-07. Com relação ao documento apreendido à fl. 15, AUTORIZO a restituição(...) Da sentença, intimem-se o Ministério Público, o defensor e o condenado, pessoalmente, indagando a ele sobre o desejo de recorrer o que será feito mediante termo, tudo a teor do art. 1.421, "caput" e parágrafo único, da CNGCGJ/MT.Certificado o trânsito em julgado: 1) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa em conformidade com os artigos 50 do CP e 686 do CPP; 2) Oficie-se ao Cartório Distribuidor Local; 3) Oficie-se ao Instituto de Identificação Estadual e Federal; 4) Oficie-se ao TRE/MT; 5) Expeça-se Guia de Execução Penal Definitiva, encaminhando-a ao Juízo Competente.Custas pelo condenado, não cobráveis no momento, na forma do art. 98, §3º, do Novo Código de Processo Civil.P.R.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Cod. Proc.: 590267 Nr: 31694-14.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON ADÃO RIBEIRO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL DE MATO GROSSO - OAB:
Vistos, etc.
Inexistindo questões preliminares ou prejudiciais arguidas pela defesa (fl. 96) concluo que a dinâmica do evento descrito na denúncia precisa ser melhor esclarecida, não emergindo, nesta fase preambular, a certeza absoluta de que não houve ilícito criminal na conduta do denunciado, inocorrendo quaisquer das hipóteses do art. 397 do CPP, com nova redação da Lei nº 11.719/2008, prevalecendo, nesta etapa, o princípio do "in dubio pro societate".
Em suma, presentes os requisitos materiais e formais do art. 41 do CPP, nos termos do art. 56, da Lei nº 11.343/2006, RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo "Parquet", dando o denunciado EDSON ADÃO RIBEIRO DE SOUZA como incurso nos artigos da "lex repressiva" nela mencionados.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/2020, às 16:00 horas, para o interrogatório do acusado e inquirição das testemunhas arroladas nos autos.
Para tanto, intime-se o acusado, as testemunhas arroladas na denúncia e na defesa prévia; dando-se ciência ao Promotor de Justiça e à Defesa.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

14ª Vara Criminal

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 460836 Nr: 656-52.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jucynil Ribeiro Pereira - OAB:
Nos termos da legislação vigente e provimento nº 52/2007-CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado de defesa ANTÔNIO LUIZ DE DEUS JÚNIOR OAB/MT 7.167, da audiência designada para o dia 24/03/2020 às 16h00min.

Vara Especializada Contra o Crime Organizado, os Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica e os Crimes Contra a Administração Pública

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 334306 Nr: 15026-12.2012.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SIDNEY BETTCURT OU SIDNEI BETTCURT, RENATO SIGARINI, DIVINO BOSCO CAMPOS ALMEIDA, MAICON MARTINS FERREIRA, FAGNER FRANCISCO ELEUTÉRIO CHAVES, ANDRÉ WANDERSON COSTA CUNHA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDER DEUSDETH LUIZ HENRIQUE CHAVES FADINI - OAB:7645/MT, ANIBAL FELICIO GARCIA NETO - OAB:11443/MT, DIVANEIDE DOS SANTOS BERTO DE BRITO - OAB:9614, HILIOMAR HILLER - OAB:10768/MT, LUIZ CÁSSIO PEREIRA RIBEIRO - OAB:63.010/MG, MARCELO FELICIO GARCIA - OAB:7297/MT, MATHEUS GUILHERME POUSO GOMES - OAB:11578/MT, ROBSON DA SILVA - OAB:17056/MT, WESLEY DE AMORIM - OAB:OAB/MT 6610
Nos Termos da Legislação vigente e Provimento 52/2007 – CGJ, Impulsiono estes autos com a finalidade de DAR CIÊNCIA aos advogados de defesa acerca do retorno dos autos.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 588694 Nr: 30283-33.2019.811.0042
AÇÃO: Pedido de Prisão Preventiva->Pedido de Prisão->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MP
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, impulsiono os autos para intimar a defesa dos requeridos, advogados Dr. Francisco Anis Faiad, OAB/MT 3.520; Dr. Diego Knopp Fonseca, OAB/MT 16.997 da decisão de fls. 993/996. Nada mais.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jorge Luiz Tadeu Rodrigues
Cod. Proc.: 387134 Nr: 1157-74.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NILSON DA COSTA E FARIA, VALENTINA DE FÁTIMA DRAGONI, EDVALDO DE PAIVA, SIVALDO ANTONIO DA SILVA, PAULO VITOR BORGES PORTELLA, JEAN ESTEVAN CAMPOS OLIVEIRA, VANESSA ROSIN FIGUEIREDO, RODRIGO DE MARCH, RICARDO JOSÉ MARQUES DOS REIS, JESUS ONOFRE DA SILVA, LUIZ ANTONIO MEDRADO QUEIROZ, ROSANA GULARTE DOS SANTOS SILVA, WILLIAN LUIZ DA SILVA, ROSELI DE FATIMA MEIRA BARBOSA, MURILO CESAR LEITE GATTASS ORRO, ILDEVAN PIETRO GOMES LUZARDO PIZZA, ADILSON VILARINDO DE ALMEIDA, SILVIO CEZAR CORRÊA ARAÚJO, LÍDIO MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANO LUCAS LEITE - OAB:17994, ALESSANDER DEUSDETH LUIZ HENRIQUE CHAVES FADINI - OAB:7645/MT, ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA - OAB:18882, ALMINO AFONSO FERNANDES - OAB:3498/MT, ALMINO AFONSO FERNANDES JUNIOR - OAB:42.516, ANDERSON NUNES DE FIGUEIREDO - OAB:MT/5324, ARIÁDINE GROSSI - OAB:16442, AUGUSTO BOURET ORRO - OAB:22-974, AUGUSTO BOURET ORRO - OAB:22974/O, BRUNO OLIVEIRA CASTRO - OAB:9237/MT, CESAR AUGUSTO SOARES DA SILVA JUNIOR - OAB:13034/MT, CLAUDINEI FORTUNATO DO PRADO - OAB:16020, CLAYTON ANTUNES DOS SANTOS - OAB:18.823, CLEUBE BENEDITA PEREIRA MACEDO - OAB:13941, CRISLAINE VEIGA - OAB:15425, DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:, DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:, EDUARDO RIBEIRO ARAÚJO - OAB:17653, EUSTAQUIO INACIO DE NORONHA NETO - OAB:12548, FABIAN FEGURI - OAB:16.739/MT, FERNANDO CESAR FARIA - OAB:27469, FILIPE MAIA BROETO NUNES - OAB:23948/O, FLAVIO JOSE FERREIRA - OAB:3574/MT, GIOVANE SANTIN - OAB:24.541-B, GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO - OAB:7082, GUSTAVO LISBOA - OAB:41.233/DF, HAMILTON FERREIRA DA SILVA

JÚNIOR - OAB:11322, ILDEVAN PIETRO GOMES LUZARDO PIZZA - OAB:19676/0, JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY - OAB:22011/O, JOAO BOSCO RIBEIRO BARROS JUNIOR - OAB:9607, JOELMA MEDEIROS GONÇALVES - OAB:18275/O, JOSE PETAN TOLEDO PIZZA - OAB:15759-A, LÉO CATALA JORGE - OAB:17525/MT, LEONARDO MORO BASSIL DOWER - OAB:13194/MT, LINOIR LAZZARETTI JUNIOR - OAB:13666/MT, Lucilo de Freitas Macedo Filho - OAB:14415, LUIZ ARTUR DE OLIVEIRA RIBEIRO - OAB:19.714, LUIZ EDUARDO BILIBIO PIVA - OAB:16290, Marcelo Ambrosio Cintra - OAB:8934, MARCOS DANTAS TEIXEIRA - OAB:3850, MARIO GONÇALVES MENDES NETO - OAB:12142, MAUREN LAZZARETTI - OAB:6968/MT, RENAN FERNANDO SERRA ROCHA SANTOS - OAB:19.701, RENATA MARTINS DE FREITAS - OAB:9434/MT, RICARDO SALDANHA SPINELLI - OAB:15204/MT, RODOLFO COELHO RIBEIRO - OAB:16215, ROSANGELA PASSADORE - OAB:6.084, UEBER R. DE CARVALHO - OAB:4754, ULYSSES RIBEIRO - OAB:5464, VALBER MELO - OAB:8.927, VICTOR ALIPIO AZEVEDO BORGES - OAB:13975, VINÍCIUS MANOEL - OAB:19532-B/MT, VINICIUS SEGATTO JORGE DA CUNHA - OAB:12649/O

AUTOS N°. 1157-74.2015.811.0042 – ID 387134

Vistos, etc.

Cuida-se de ação penal proposta pelo Ministério Público em desfavor de Nilson da Costa e Faria e Outros, cujos autos se encontram em fase de Audiência de Instrução e Julgamento.

Às fls. 16.489/16.494, consta malote digital com informações vinda do E. Tribunal de Justiça do Estado.

Às fls. 16.515/16.516, a Defesa do réu Nilson da Costa e Faria pugnou pela desistência das testemunhas de Defesa arroladas.

É o relatório do necessário. Decido.

1 - Compulsando os autos, observa-se que as informações vinda do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, via malote digital, dizem respeito aos AUTOS nº 35367-15.2019.811.0042 – ID 594469. Sendo assim, DESENTRANHEM-SE as informações de fls.16.489/16.494, e colacione no feito competente.

2 – De outro norte, verifica-se que o réu Nilson da Costa e Faria arrolou as testemunhas: Clóvis da Silva Augusto Taques, Césio Antunes Dias e Douglas Lopes Riberio Junior. Entretanto, às fls. 16.515/16.516, a Defesa desistiu da oitiva das referidas testemunhas, pelo que HOMOLOGO a desistência para que surta os efeitos legais.

2.1 – Oficie-se a Comarca de São Miguel do Guaporé no Estado de Rondônia, solicitando a devolução da carta precatória que foi expedida para a oitiva da testemunha Douglas Lopes Ribeiro Junior, independentemente do cumprimento.

Cumpra-se.

Às providências.

Cuiabá - MT, 12 de dezembro de 2019

Jorge Luiz Tadeu Rodrigues

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 605167 Nr: 44938-10.2019.811.0042

AÇÃO: Incidentes->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: JAR

PARTE(S) REQUERIDA(S): MPDEDMG

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ZAID ARBID - OAB:1.822 A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação e do provimento 52/2007/CGJ impulsiono estes autos para intimar o advogado da réu para apresentar as razões do recurso em sentido estrito, interposto pelo recorrente, dentro do prazo legal.

Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

1ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Intimação

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO

Processo Número: 1034039-36.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

F. K. M. D. S. (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

RODRIGO PALOMARES MAIOLINO DE MENDONCA OAB - MT14961-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

P. L. M. (REQUERIDO)

Outros Interessados:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1034039-36.2019.8.11.0041. REQUERENTE: FERNANDA KRISTINA MARIANO DE SOUZA REQUERIDO: PAULO LUIZ MAGALHÃES VISTOS ETC. Trata-se de ação de divórcio c/c guarda e alimentos proposta por FERNANDA KRISTINA MARIANO DE SOUZA em face de PAULO LUIZ MAGALHÃES. Na petição id. 22673919 a parte autora peticionou informando que deseja desistir da ação nos termos do art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil. É importante ressaltar que o requerido não foi citado nem contestou a presente ação, sendo desnecessária a observância do § 4º do art. 485 do Código de Processo Civil. Destarte, HOMOLOGO o pedido de desistência da presente ação e, com fundamento no art. 485, VIII do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito. Isento de custas. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de estilo. Dê ciência ao Ministério Público. Às providências. P.I.CUMPRA-SE. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Processo Número: 1043361-80.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

G. F. D. S. (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

ALEXIA CAETANO BARBOSA OAB - MT26594/O (ADVOGADO(A))

ADRIANA CARDOSO SALES DA SILVA OAB - MT7590-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

H. P. B. (EXECUTADO)

Outros Interessados:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

J. F. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1043361-80.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: GABRIEL FERREIRA DE SOUSA EXECUTADO: HEVELYN PATRICIA BOLZANI VISTOS ETC. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS PELO RITO DA PRISÃO CIVIL proposta por GABRIEL FERREIRA DE SOUSA, menor, neste ato representado por seu genitor, JESUS FERREIRA DE SOUZA em face de JESUS FERREIRA DE SOUZA. Na petição id. 26560328 a parte autora peticionou informando que deseja desistir da ação nos termos do art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil. É importante ressaltar que a parte requerida não foi citada, sendo desnecessária a observância do § 4º do art. 485 do Código de Processo Civil. Destarte, HOMOLOGO o pedido de desistência da presente ação e, com fundamento no art. 485, VIII do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito. Isento de custas. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de estilo. Dê ciência ao Ministério Público. Às providências. P.I.CUMPRA-SE. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1007501-18.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

C. F. M. (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

EVAN CORRÊA DA COSTA OAB - MT8202-O (ADVOGADO(A))

EDE MARCOS DENIZ OAB - MT6808-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

J. T. D. M. (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:

NILCE MACEDO BARBOSA OAB - MT2552-O (ADVOGADO(A))

Outros Interessados:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1007501-18.2019.8.11.0041. AUTOR(A): CAMILA FREITAS MACHADO RÉU: JEAN TAYLOR DE MATTOS VISTOS etc. Defiro o pedido de dilação de prazo para juntada da matricula do imóvel pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente data. Com ou sem juntada da referida matrícula, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Intimem-se Às providências. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007501-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. F. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EVAN CORRÊA DA COSTA OAB - MT8202-O (ADVOGADO(A))
EDE MARCOS DENIZ OAB - MT6808-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. T. D. M. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NILCE MACEDO BARBOSA OAB - MT2552-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1007501-18.2019.8.11.0041. AUTOR(A): CAMILA FREITAS MACHADO RÉU: JEAN TAYLOR DE MATTOS VISTOS etc. Defiro o pedido de dilação de prazo para juntada da matricula do imóvel pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente data. Com ou sem juntada da referida matrícula, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Intimem-se Às providências. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1005089-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. S. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANE SANTOS DOS ANJOS OAB - MT18378-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
W. W. F. S. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1005089-17.2019.8.11.0041. REQUERENTE: SILBENE SOUZA DA SILVA REQUERIDO: WANDERSON WILLER FONTOURA SILVA VISTOS etc. Defiro o pedido de dilação de prazo para juntada da matricula do imóvel pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente data. Com ou sem juntada da referida matrícula, cetifique-se e voltem-me os autos conclusos. Intimem-se Às providências. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1046990-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
L. F. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
P. P. F. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA OAB - MT6183-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo nº 1046990-62.2019.8.11.0041. Vistos. Defiro o pedido de id. 2623516, com a ampliação das medidas protetivas deferidas em favor da requerente na decisão de id. 25139023, para devolução de seus documentos pessoais. E para tanto, determino a intimação do requerido, através de seu advogado – via DJE, para que proceda a devolução dos documentos pessoais da requerente, que eventualmente estejam em sua posse, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Ainda, dê-se vista à Defensoria Pública Cível para se manifestar acerca da resposta escrita apresentada – id. 25476301, acompanhada de documentos. Na sequência, dê-se vista ao Ministério Público para se manifestar, e após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1043679-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. F. D. S. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXIA CAETANO BARBOSA OAB - MT26594/O (ADVOGADO(A))
ADRIANA CARDOSO SALES DA SILVA OAB - MT7590-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
H. P. B. (EXECUTADO)
Outros Interessados:
J. F. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1043679-63.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: GABRIEL FERREIRA DE SOUSA EXECUTADO: HEVELYN PATRICIA BOLZANI VISTOS ETC. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS PELO RITO DA PENHORA proposta por GABRIEL FERREIRA DE SOUSA, menor, neste ato representado por seu genitor, JESUS FERREIRA DE SOUZA em face de HEVELYN PATRICIA BOLZANI. Na petição id. 26555992 a parte autora peticionou informando que deseja desistir da ação nos termos do art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil. É importante ressaltar que a parte requerida não foi citada, sendo desnecessária a observância do § 4º do art. 485 do Código de Processo Civil. Destarte, HOMOLOGO o pedido de desistência da presente ação e, com fundamento no art. 485, VIII do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito. Isento de custas. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de estilo. Dê ciência ao Ministério Público. Às providências. P.I.CUMPRA-SE. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036725-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. M. D. B. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO FELLIPE DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT0013676A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. R. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1036725-98.2019.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: MARLY MOTA DE BRITO ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: CLAUDEMIRO RICCI VISTOS. Trata-se de “AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL”, ajuizada por MARLY MOTA DE BRITO, em desfavor de CLAUDEMIRO RICCI, pretendendo, além da concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, o reconhecimento e dissolução da união estável existente entre as partes e a concessão “inicialmente, em sede de liminar, do exercício dos direitos de visita” e a “declaração do direito da autora à meação dos bens descritos na inicial”, atribuindo à causa, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 292 do CPC, que trata de ação divisória e demarcatória, o valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Ao tratar dos requisitos da petição inicial, o art. 319 do CPC, estabelece em seu inciso IV, que a petição inicial

indicará o pedido com as suas especificações e no caso, conforme acima asseverado, pretende a autora não só a declaração e dissolução da união estável, constando nos autos também pedido de "exercício do direito de visitas", apesar de não haver nada no corpo da petição a fundamentar tal pedido e de declaração do direito à meação. Não bastasse isso, a autora, apesar de ter arrolado 05 (cinco) imóveis, 25 (vinte e cinco) veículos e "rendimentos" sobre a atividades empresariais de 04 (quatro) empresas, atribuiu a causa o valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil) reais, sem mencionar se pretende a partilha dos referidos bens, pleiteando apenas a declaração do seu direito à meação, devendo, portanto emendar a inicial esclarecendo as divergências verificadas entre o corpo de sua petição e seus pedidos, retificando, inclusive o valor da causa. No que se refere ao pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, a despeito das argumentações da autora, verifico por meio de sua petição inicial e dos documentos juntados aos autos, que durante a constância da união estável, as partes adquiriram um patrimônio considerável, demonstrando, portanto, possuir condições de pagamento das custas e despesas processuais. Ressalto que a condição de hipossuficiente da parte não é constatada apenas pela mera alegação de dificuldades financeiras, mas sim, pelo conjunto probatório como um todo, da sua condição social e dos sinais exteriores de riqueza. Sobre o tema, vejamos decisões recentes do TJ/MT: "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - LEI 1.060, ARTIGO 5º LXXIV, CF. - DECISÃO ESCORREITA E MANTIDA.- Recurso conhecido e desprovido. 1. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito do termo pobreza, deferindo ou não o benefício da gratuidade da justiça. Não demonstrando nos autos, égide da presunção 'juris tantum', que o pagamento dos emolumentos devidos ocasionará prejuízo do sustento da parte ou de sua família, analisando cada caso concreto nos seus múltiplos e variados aspectos, correta está a decisão de piso que, fazendo as razões de fato e de direito, indefere a pretensão da gratuidade da justiça. 2.Revogando o efeito ativo anteriormente concedido, tem o agravante o prazo fixado pelo juiz para cumprimento daquela obrigação em todos os seus termos, sob pena das cominações legais consignadas na decisão agravada." (AI 97638/2016, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 15/02/2017, Publicado no DJE 17/02/2017) "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – JUSTIÇA GRATUITA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO – INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO DE PISO – DECISÃO ESCORREITA – INCISO LXXIV, ARTIGO 5º, CF/LEI 1.060/50. Recurso conhecido e desprovido. Demonstrado nos autos situação diversa do alegado, não prevalece a presunção de pobre nos termos do art. 4º da LAJ e, neste contexto, deve o autor comprovar tal requisito, moldes do inciso LXXIV, do artigo 5º, da Constituição Federal. Mantém-se a decisão que não demonstrados tais predicados, indefere a pretensão de gratuidade da justiça. Revoga-se liminar deferida em sede de agravo para que o magistrado de piso intime a parte, fixando prazo razoável para o pagamento dos custos do processo, sob pena de extinção do feito, sem julgamento do mérito e as regras sucumbenciais, se for o caso." (AI 75118/2016, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 10/08/2016, Publicado no DJE 30/08/2016) Por tais motivos, determino a INTIMAÇÃO da autora, por meio de seu patrono (via DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder à emenda da inicial da forma acima determinada e retificando o valor da causa, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme inteligência do art. 319, IV e V c/c art. 321, § único, ambos do CPC. E, por não restar comprovada a insuficiência de recursos para pagar as custas e demais despesas processuais, indefiro o pedido da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, determinando, que a autora, no prazo acima deferido, providencie o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil, com consequente extinção do processo (art. 485, I do CPC). Findo o prazo acima deferido, havendo manifestação ou não, o que deve ser certificado, renove-me à conclusão. Às providências. Intime-se e CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-505 BUSCA E APREENSÃO INFÂNCIA E JUVENTUDE
Processo Número: 1026512-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. S. D. S. M. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. M. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELCIO JOSE DOMINGOS OAB - MT12907-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1026512-33.2019.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: LAURA SANTA DE SOUZA MEZETTI ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: RODRIGO PEREIRA MEZETTI VISTOS Trata-se de pedido de "AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE CRIANÇA C/C GUARDA", ajuizada por LAURA SANTA DE SOUZA MEZETTI, em desfavor de RODRIGO PEREIRA MEZETTI, na qual as partes, em audiência de tentativa de conciliação, firmaram acordo com relação à forma como deveria se dar o direito de convivência com a criança, demonstrando a pretensão de exercício da guarda de forma compartilhada (termo de audiência de Id: 21396479), sendo os autos remetidos à representante do Ministério Público para manifestação, tendo ela se manifestado pela homologação do acordo (Id: 23686936). A despeito disso, o requerido manifestou-se nos autos, por meio da petição de Id: 22569296, pleiteando o cumprimento, com urgência, da decisão anterior ao acordo que determinava a realização de estudo psicossocial do caso. Dito isto e visando evitar futura nulidade, determino a intimação do requerido, via DJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça nos autos sua pretensão, se de homologação do acordo com extinção da presente ação, ou realização de estudo psicossocial com continuidade do feito. Findo o prazo, havendo manifestação ou não, o que deve ser certificado, envie-se os autos à Defensoria Pública – Núcleo de Defesa da Mulher, para manifestação em igual prazo e renove-me à conclusão. Às providências. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1023807-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. A. D. A. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. S. M. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAREN LEE BELMONT TEIXEIRA OAB - MT27069/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo nº 1023807-62.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS DEFINITIVOS proposto por J. L. A. M., menor impúbere, neste ato representada por sua genitora Sandra Alves de Almeida, em face Jedson Souza Mendes, devidamente qualificados. Após o recebimento da inicial – id. 20702317, instada a parte exequente a se manifestar, a mesma pugnou pela extinção da execução, ante o pagamento do débito cobrado nos autos – id. 26774016. Assim, considerando o pagamento do débito em questão, JULGO EXTINTA a presente execução, com fundamento no art. 924, inciso II, do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça deferida. Ciência ao Ministério Público. Após, ARQUIVE-SE o feito, com adoção das formalidades de praxe. P. I. CUMPRA-SE. Às providências. Cuiabá/MT, 09 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1005465-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
O. B. S. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA MACIEL SOUTO DO NASCIMENTO OAB - MT19458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. Y. D. A. P. (REQUERIDO)
M. D. A. P. (REQUERIDO)

C. A. R. (REQUERIDO)
L. C. D. A. S. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo nº 1005465-03.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS requeridas por OLGA BORGES SANTOS, em face de CELSO ALVES RONDON, MOZER DE ARRUDA PEREIRA, MIRIAM YAÇANA DE ARRUDA PEREIRA e LUCIENE CRISTINA DE ARRUDA SANTOS, devidamente qualificados nos autos (B.O. nº 2019.40331). Recebida a inicial, foram deferidas as medidas protetivas cabíveis em favor da requerente/vítima, nos termos da decisão de id. 17884709. Os requeridos foram regularmente intimados da decisão concessiva, conforme certidões de id. 17930419 e id. 20561554, não apresentando desde então qualquer manifestação escrita nos autos. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Cuida-se de MEDIDAS PROTETIVAS requeridas pela vítima OLGA BORGES SANTOS, em face de CELSO ALVES RONDON, MOZER DE ARRUDA PEREIRA, MIRIAM YAÇANA DE ARRUDA PEREIRA e LUCIENE CRISTINA DE ARRUDA SANTOS, que foram deferidas, posto que presentes os requisitos previstos no art. 300 do CPC, c/c art. 5º, da Lei nº 11.340/06. Inicialmente, importante destacar que o presente feito não possui o escopo de comprovar cabalmente a existência ou não da violência doméstica em si, posto que para tanto, existe a demanda autônoma, isto é, eventual ação penal ou cível (processo principal), mesmo porque, a natureza jurídica da presente ação é de cautelar satisfativa, posicionamento este por fim adotado pelo e. Tribunal de Justiça deste Estado, em consonância com o entendimento já consolidado no STJ. A propósito: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido". (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJE 07/04/2014) Os autos de Medidas Protetivas objetivam primordialmente o acautelamento da vítima em situação de risco, em havendo indícios razoáveis da violência sofrida, consubstanciados nos pressupostos da probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora) – art. 300 do CPC. Nessa ordem de ideias, tendo em vista o entendimento consolidado no e. Tribunal de Justiça deste Estado em relação a natureza jurídica da Medida Protetiva, não havendo nos autos nada que vulnere a decisão concessiva, o que fora oportunizado aos requeridos, que regularmente intimados, não apresentaram qualquer manifestação escrita nos autos, necessário se faz a confirmação da liminar anteriormente deferida, mesmo porque não houve qualquer fato novo desde então que ensejasse a revogação da liminar concedida. Entretanto, há que ser ponderado o caráter cautelar das medidas protetivas deferidas e, portanto, sua eficácia temporal limitada, sob pena de se caracterizar constrangimento ilegal em desfavor dos requeridos. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o presente pedido, pelo que CONFIRMO a liminar, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, restando MANTIDAS as medidas protetivas anteriormente deferidas, por mais 06 (seis) meses, a contar da presente data, salvo se a vítima se manifestar previamente pela sua revogação antes do referido prazo determinado. Em não havendo manifestação, com o transcurso do prazo de 06 (seis) meses, as medidas protetivas restarão automaticamente revogadas. Consigo, por oportuno, que em sendo o caso, diante de novas circunstâncias, a requerente poderá pleitear novamente a aplicação das medidas protetivas perante a Delegacia Competente. Sendo os réus pessoas pobres, isento-os do pagamento de eventuais custas processuais, bem como deixo de condená-los ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que nestas ações a vítima tem capacidade postulatória, conforme previsto no art. 19 da 11.340/06, não necessitando, destarte, de advogado. INTIMEM-SE pessoalmente os requeridos, inclusive expedindo Carta Precatória para intimação dos requeridos MOZER e MIRIAM, a ser cumprida no seguinte endereço: RUA LIRIDA CALLOU, QD 74, LT 080, CS - 02, APARECIDA DE GOIÂNIA/GO, conforme despacho de id. 19287929. INTIME-SE a requerente, por meio de seu patrono – via DJE. Ciência ao Ministério Público. Com o transcurso do prazo determinado de manutenção das medidas protetivas, certifique-se e ARQUIVE-SE, com a adoção das formalidades de praxe. P. I. CUMPRA-SE. Às providências. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 525479 Nr: 17430-26.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FELIPE DE MORAIS E SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): FELIPE DE MORAIS E SILVA, Cpf: 06657585101, Rg: 28354834, Filiação: Maria Aparecida de Morais e Silva e Benedito Clotilde da Silva, data de nascimento: 02/09/1997, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, solteiro(a), cabeleireiro, Telefone 9330-4328. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Despacho: VISTOS.Trata-se de Denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual em face de FELIPE DE MORAIS E SILVA, pela prática, em tese, dos delitos previstos nos artigos 21 do decreto de Lei nº 3.688/41 e artigo 147, c/c art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal Brasileiro, com os efeitos da Lei n° 11.340/2006, em desfavor da vítima THALIA BEATRIZ AGUILERA.Os indícios de autoria e materialidade estão caracterizados pelo boletim de ocorrência, termo de depoimentos, declarações.Destarte, estando à denúncia em ordem e não sendo caso para as hipóteses do art. 395 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA OFERTADA, na forma posta em Juízo, eis que presentes os indícios de autoria e materialidade e, com fundamento no art. 396 do Código de Processo Penal, determino a CITAÇÃO do acusado de FELIPE DE MORAIS E SILVA, para, no prazo de 10 (dez) dias, responder à acusação, por escrito, salientando no mandado que não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, ser-lhe-á nomeado Defensor Público (art. 396-A, § 2.º, Código de Processo Penal).Com a resposta, havendo arguição de preliminares, DÊ-SE vista ao Ministério Público Estadual.Não sendo apresentada resposta à acusação, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública Criminal que atual perante essa Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para patrocinar a defesa do acusado.EXPEÇAM-SE as Certidões de Antecedentes Criminais do Acusado, ATENTANDO-SE para o cumprimento ao art.1.373, III da CNGC.CIÊNCIA ao Ministério Público.CUMPRA-SE.Às providências.Cuiabá, 19 de agosto de 2019.Ana Graziela Vaz de Campos Alves CorrêaJuíza de Direito VISTOS.DEFIRO a cota Ministerial de fl. 63.DETERMINO a CITAÇAO POR EDITAL do acusado FELIPE DE MORAIS E SILVA, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal, com o prazo de 30 (trinta) dias.Findo o prazo e nada sendo requerido, certifique-se e renove-me à conclusão.EXPEÇA-SE o necessário. Às

providências.CUMPRA-SE.Cuiabá, 27 de novembro de 2019.Ana Graziela Vaz de Campos Alves CorrêaJuíza de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, TINA TUNNER DANIELA DE OLIVEIRA, digitei.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019
Murilo Cesar de Araujo Vieira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 387936 Nr: 2050-65.2015.811.0042
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LPDSCS
PARTE(S) REQUERIDA(S): DDSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Giovany Leite Ramos - OAB:22793/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AFONSO MANGABEIRA JUNIOR - OAB:14857/MT
Vistos.
Intimem-se as partes, através de seus advogados, para se manifestarem acerca do Mandado de Avaliação juntado aos autos às fls. 547/554, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, iniciando-se pela requerente.
No mesmo prazo, deverá a requerente também se manifestar acerca da petição que indica o cumprimento integral do acordo apresentada pelo requerido às fls. 555/557, bem como, para apresentar nos autos a indicação de outra conta bancária para a continuidade do pagamento da pensão alimentícia ou com relação a autorização de depósito judicial, em atenção a petição do requerido de fls. 558/559.
Com a indicação de nova conta bancária para depósito dos alimentos, intime-se a parte contrária para ciência.
Sem prejuízo, cumpra-se a integralmente a decisão de fls. 545/546, inclusive com a intimação para apresentar memoriais finais.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 583776 Nr: 25876-81.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSINO SANTOS DE MORAES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MIGUEL ANGELO CARROCIA - OAB:21968/O, VICTOR PINHEIRO DA SILVA - OAB:23458/O
Vistos.
Considerando que o Ministério Público apresentou memoriais às fls. 62/65, INTIME-SE a Defesa (via DJE) para igual providências.
Ademais, com relação ao petitório de fls. 60/61, declaro PREJUDICADO o pedido visto por se tratar de processo tão somente da ceara criminal.
Desta forma, INTIME-SE a defesa (vi DJE) para que regularize o referido pedido em autos de Medida Protetiva nº 1027111-69.2019.8.11.0041, inclusive que seja feita a individualização dos pertences que o mesmo irá restituir.
CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 490246 Nr: 29672-51.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NADIO MAGELA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIO SALES DE FREITAS - OAB:7888
Vistos.
Considerando o pedido de julgamento antecipado da lide formulado pelo Ministério Público às fls. 95/98, INTIME-SE a Defesa (via DJE), para que se manifeste no prazo legal.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 550170 Nr: 41025-54.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO FIGUEIREDO DA CRUZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Márcio Souza Santana - OAB:23776/0
Nos termos d aLegislação Vigente e do Provimento n° 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos , com a finalidade de intimar o patrono do réu para que no prazo legal apresente memoriais finais escritos.

2ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Intimação

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1039799-97.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
A. N. D. A. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
V. G. D. C. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1039799-97.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ANAJULIA NEVES DE ALMEIDA, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: VENCESLAU GONCALVES DE CARVALHO SENTENÇA Vistos etc. A vítima Ana Julia Neves de Almeida, qualificada nos autos em epígrafe, ingressou com ação cautelar cível satisfativa pleiteando a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha em desfavor do agressor Venceslau Gonçalves de Carvalho, pela prática de violência de gênero. Recebida a ação deferiu-se o pedido liminar, tendo sido concedidas em favor da autora diversas medidas protetivas. Considerando que o requerido não foi devidamente intimado/citado das medidas protetivas. Houve decisão de ID. 24815218 determinando a intimação da vítima para que no prazo de 05 dias informe o atual endereço do acusado, bem como manifestasse o seu interesso no prosseguimento do presente. Em diligencia de ID. 25407817 o Sr. Oficial de Justiça informou que a mesma não residi mais no endereço informado nos autos. É o sucinto relatório, passo a decidir. Fundamentos Versam os autos acerca de ação cautelar cível que a vítima ingressou em face do agressor. A autora tem por desiderato a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Compulsando os autos verifico que a requerente não foi intimada e que se mudou de endereço sem informar nos autos, conforme lhe competia por força do que estatui o parágrafo único do art. 274 do CPC. Note-se que, conforme estabelece o parágrafo único[1] do art. 274 do CPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço indicado nos autos, cumprindo às partes atualizarem o respectivo endereço sempre que houver modificação. No vertente caso, tendo a autora mudado de endereço sem informar nos autos, ex vi legis deve ser tida por intimada. Com efeito, tendo sido a autora intimada, pessoalmente, para, no prazo previstos no § 1º do art. 485 do CPC, dar prosseguimento ao feito; não tendo a autora dado prosseguimento ao feito no prazo legal; estando o processo paralisado por prazo superior ao permitido por lei (CPC, art. 485, III), impõe-se a extinção do feito, sem resolução do seu mérito por abandono. Dispositivo Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos, extingo o presente feito sem julgamento do seu mérito, ex vi do teor talhado no preceptivo do art. 485, inc. III, do CPC e, por corolário, torno sem efeito as medidas protetivas concedidas initio litis. Após o trânsito em julgado, procedidas às baixas e anotações de estilo, arquive-se o feito. Deixo de condená-la ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que não restou formada a relação processual no feito. Considerando que a autora é beneficiaria da justiça gratuita, a exigibilidade das custas processuais ficará suspensa e

somente poderá ser executada se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, as obrigações decorrentes da sucumbência, conforme estatui o § 3º[2] do art. 98 do CPC. P.R.I.C. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito [1] Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. [2] § 3o Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1034079-52.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. B. M. R. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARLAN ADIB FARES OAB - MT9265-O (ADVOGADO(A))
RICARDO DA SILVA MONTEIRO OAB - MT3301-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. D. M. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA OAB - MT9779-O (ADVOGADO(A))
ELARMIN MIRANDA OAB - MT1895-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1034079-52.2018.8.11.0041. REQUERENTE: FRANCIS BEATRIZ MATTOS ROMAGNOLI, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: SERGIO DAUZACKER MIRANDA SENTENÇA Vistos etc. A vítima Francis Beatriz Mattos Romagnoli, qualificada nos autos em epígrafe, ingressou com ação cautelar cível satisfativa pleiteando a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha em desfavor do agressor Sergio Dauszacker Miranda, pela prática de violência de gênero. Recebida a ação deferiu-se o pedido liminar, tendo sido concedidas em favor da autora diversas medidas protetivas. Citado o réu e intimado das medidas protetivas o mesmo apresentou resposta escrita (ID. 18658432) requerendo em suma pela revogação de medidas protetivas, uma vez que o caso ocorreu de maneira inversa, posto que, inverídicas e destorcidas as alegações declinadas perante a Autoridade Policial, assim o faz por medida da mais lídima e inteira justiça. A Requerente apresentou impugnação (ID. 26399652) a contestação requerendo a manutenção das presentes medidas protetivas. Após, volveram-me conclusos para decisão. É o sucinto relatório. Passo a decidir. Fundamentos Versam os autos acerca de ação cautelar cível que a vítima ingressou em face do agressor. A autora tem por desiderato a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Prefacialmente, antes de adentrarmos no exame do mérito da celeuma, é necessário desenredar que a ação em comento, consoante assente entendimento jurisprudencial firmado pelo Eg. STJ, tem natureza jurídica de ação cautelar cível satisfativa, independendo, portanto, da propositura de qualquer outra ação quer de natureza cível, quer de natureza penal. Senão vejamos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido. (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 07/04/2014) Grifei. Sendo, portanto, ação cautelar cível satisfativa a em comento, logo o sucesso da presente ação depende da demonstração de dois requisitos que emolduram toda e qualquer ação de cunho cautelar, a saber: o fumus boni iuris e o periculum in mora (CPC, art. 305[1]). O fumus boni iuris no vertente caso decorre da demonstração de indícios da existência de violência doméstica. O periculum in mora, por sua vez, representa a demonstração da necessidade da medida para salvaguardar a integridade física ou psicológica da vítima. Nesse sentido é a jurisprudência: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. REQUERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. SENTENÇA DE MÉRITO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. NÃO SUBSISTÊNCIA DA NECESSIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS. PROVA DA GRAVIDADE DA LESÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA REPRESENTA SEMPRE UM SÉRIO GRAVAME À LIBERDADE INDIVIDUAL, QUE NÃO PODE SER EFETIVADA SEM JUSTA CAUSA. NO CASO DE O MAGISTRADO CONCLUIR PELA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NÃO RESTA DÚVIDA DE QUE PODERÁ JULGAR, DE IMEDIATO, O MÉRITO DO FEITO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM QUEBRA DE PROCEDIMENTO OU NULIDADE DA SENTENÇA. 2. O OBJETIVO DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA É ASSEGURAR A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA DA MULHER. NÃO HAVENDO NOS AUTOS ELEMENTOS QUE APONTEM A URGÊNCIA DA CONCESSÃO DA MEDIDA, PODERÁ O MAGISTRADO JULGAR EXTINTO O FEITO, SOB O FUNDAMENTO DE INEXISTIREM INDÍCIOS OU ELEMENTOS DE PROVA DA GRAVIDADE DA LESÃO. 3. PRELIMINAR REJEITADA E, NO MÉRITO, RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - APR: 32814020108070002 DF 0003281-40.2010.807.0002, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 20/01/2011, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 26/01/2011, DJ-e Pág. 171) Grifei. APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. - As medidas protetivas são autônomas, no entanto, para seu deferimento, deve restar demonstrado nos autos a sua necessidade. (TJ-MG - APR: 10024080407695001 MG , Relator: Denise Pinho da Costa Val, Data de Julgamento: 25/02/2014, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 06/03/2014) Grifei. APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. - As medidas protetivas são autônomas, no entanto, para seu deferimento, devem estar demonstradas a sua necessidade e a sua urgência. V.V. APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AMEAÇA E AGRESSÃO FÍSICA - LEI MARIA DA PENHA - EXPEDIENTE APARTADO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PROCEDIMENTO AUTÔNOMO - CARÁTER SATISFATIVO -EXTINÇÃO DO FEITO - IMPOSSIBILIDADE - FALTA DE INTERESSE DE AGIR DA VÍTIMA - INOCORRÊNCIA - REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. - As medidas protetivas abarcadas pela Lei Maria da Penha têm natureza autônoma, de caráter satisfativo, devendo por isso, produzir efeitos enquanto perdurar uma situação de perigo que ensejou o requerimento de proteção do Estado e, não apenas enquanto for manejada uma persecução criminal contra o suposto ofensor. Inexistindo provas de que a referida situação de perigo deixou de existir, principalmente por não ter sido a vítima localizada para se manifestar sobre a necessidade atual ou não das medidas protetivas, impossível se extinguir o feito por falta de interesse de agir da mesma. (TJ-MG - APR: 10024102187127001 MG , Relator: Jaubert Carneiro Jaques, Data de Julgamento: 09/07/2013, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 19/07/2013) Grifei. Importante ressaltar

nesse permeio que a presente ação não se presta para deslindar e comprovar cabalmente se houve ou não a violência doméstica, bastando, como visto alhures, a presença de indícios da existência de violência doméstica para a caracterização do fumus boni iuris. A discussão acerca da existência ou não da violência doméstica e acerca da responsabilidade do réu por ela deve ser objeto da ação penal e não desta ação. Quanto ao fumus boni iuris, os documentos aportados ao feito pela vítima ID. 15784689 demonstraram a existência de indícios da prática de violência doméstica. No tocante ao periculum in mora, a necessidade da medida também restou demonstrada desde o início da lide, tanto que foi deferido o pedido liminar, sendo ainda necessária a manutenção da medida, haja vista a própria vítima manifestou pela manutenção das presentes medidas (ID. 26399652), impondo-se, portanto, a procedência do presente pedido e, por corolário, a confirmação da liminar preteritamente concedida. Malgrado seja caso de confirmação das medidas protetivas de urgência concedidas initio litis, é curial deslindar que as medidas protetivas têm caráter excepcional e não podem durar eternamente, sob pena de causar constrangimento ilegal e insegurança jurídica, impondo-se, portanto, a manutenção das medidas protetivas em comento enquanto persistir o caráter emergencial, de modo que as medidas ora confirmadas deverão ter prazo fixo de duração, podendo ser dilatado esse prazo, conforme a vítima comprove nos autos que persiste o caráter emergencial. Nesse sentido é a jurisprudência: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A medida protetiva prevista na lei 11.340/06 possui caráter excepcional, devendo ser aplicada apenas em situações de urgência que as fundamente e dentro dos prazos razoáveis de duração do processo, tendo-se sempre como escopo os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cr 1.0702.13.046887-0/001, Relator(a): Des.(a) Paulo Cézar Dias , 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 02/09/2015, publicação da súmula em 11/09/2015) Grifei. TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cr AI 10433130453759001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 12/09/2014 Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - IMPOSIÇÃODE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA SEM PRAZO DELIMITADO - INADMISSIBILIDADE - REVOGAÇÃO - DEFERIMENTO. 01. As medidas protetivas previstas no art. 22 da Lei 11.340 /2006, têm natureza excepcional e possuem características de urgência e preventividade. Não podem, portanto, subsistirem indefinidamente, sob pena de acarretar insegurança jurídica. 02. O longo lapso temporal decorrido entre a imposição das medidas e a ausência de posterior manifestação da ofendida sobre a continuidade da violência, retira daquela o caráter de emergência, justificando a cassação das restrições anteriormente impostas. Grifei. Consigo que as demais questões cíveis ou criminais envolvendo as partes deverão ser tratadas em autos próprios. Dispositivo Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos. ® julgo procedente o pedido em apreço e, por corolário, confirmo a decisão liminar proferida, mantendo, destarte, as medidas protetivas em favor da vítima pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da presente sentença, salvo se a vítima, ora autora, antes desse prazo, manifestar expressamente que não mais necessita das mesmas ou, ao contrário, comprovar que necessita da continuidade das medidas protetivas de urgência em seu favor por mais tempo. Conste no expediente de intimação da sentença advertência de que, caso a vítima não compareça em juízo para pleitear a continuidade das medidas protetivas e comprovar a necessidade da continuação das mesmas, ficam, automaticamente, revogadas as medidas protetivas de urgência, concedidas, nesses autos, initio littis. ® Publique-se a presente sentença no Diário de Justiça eletrônica, ex vi do teor talhado no preceptivo do art. 205, § 3º, do CPC. ® Intime-se a vítima acerca desta sentença com os benefícios do art. 212 do CPC. ® Sendo negativa a intimação da vítima da presente sentença por ter mudado de endereço, certifique-se nos autos se houve prévia comunicação no feito acerca da mudança de endereço. Sendo negativa a certidão, presume-se válida a intimação nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC. Decorrido o prazo de sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas; havendo medida de bloqueio de bens ou outras de natureza patrimonial e não existindo ação cível em curso nessa Vara tratando de partilha de bens, certifique-se nos autos e oficie-se ao Cartório competente informando sobre a revogação da medida. Decorrido o prazo sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas, havendo medida protetiva de suspensão de posse de arma de fogo, certifique-se nos autos e oficie-se ao superior hierárquico do agressor informando sobre a revogação da medida protetiva. Sendo o réu pessoa pobre, isento-o do pagamento de eventuais custas processuais, na forma do art. 12 lei de assistência judiciária[2]. Deixo de condenar o réu ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que nestas ações a vítima tem capacidade postulatória, conforme previsto no art. 19 da 11.340/06[3], não necessitando, destarte, de advogado. Extraia-se cópia da presente sentença e aporte ao feito principal eventualmente em trâmite. Após o trânsito em julgado, procedidas às baixas e anotações de estilo, remeta-se o feito ao arquivo. P.R.I.C. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Assinado Eletronicamente Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito [1] Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. [2] Art. 12. A parte beneficiada pelo isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita. [3] Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1025014-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. M. D. A. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIAN FEGURI OAB - MT16739-O (ADVOGADO(A))
GABRIEL FEGURI OAB - MT26604/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
B. B. G. D. S. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIELA ARANTES LEITE OAB - MT25240/O (ADVOGADO(A))
CARLOS ANTONIO PERLIN OAB - MT0017040A (ADVOGADO(A))
KLISMAHN SANTOS DO MONTE OAB - MT20902/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1025014-96.2019.8.11.0041. REQUERENTE: PAULA MARYE DE ANDRADE, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS Vistos etc. A vítima Paula Marye de Andrade, qualificada nos autos em epígrafe, ingressou com ação cautelar cível satisfativa pleiteando a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha em desfavor do agressor Basilio Bezerra Guimaraes dos Santos, pela prática de violência de gênero. Recebida a ação deferiu-se o pedido liminar, tendo sido concedidas em favor da autora diversas medidas protetivas (ID. 20822562). Citado o réu e intimado das medidas protetivas o mesmo apresentou respostas escritas IDs. 21238384 e 21426126, tendo requerido, em suma, sejam revogadas as medidas protetivas; seja realizada audiência e; seja transladado cópia dos autos n. 1042329-74-2018 e; que seja minorado o limite de aproximação com a vítima para 100 metros. A vítima apresentou petição (ID. 21865241) aduzindo, em suma, que o requerido descumpriu medidas protetivas; requereu aplicação de multa por tal descumprimento; impugnou à contestação; requereu a instauração de inquérito por eventual crime de descumprimento de medida protetiva; que o requerido seja proibido de tomar medida administrativa contra ela; que seja agravado a multa em caso de novo descumprimento. O requerido manifestou por meio das petições Ids. 22746690 e 26644860, tendo aduzido, em suma, que não houve descumprimento das medidas protetivas e que reconhecida a superveniente ausência de interesse de agir, com a consequente extinção do feito. O Ministério Público manifestou (ID. 26727860), requerendo a manutenção das medidas protetivas em favor da vítima. Após, volveram-me conclusos para decisão. É o sucinto relatório. Passo a decidir. Fundamentos Versam os autos acerca de ação cautelar cível que a vítima ingressou em face do agressor. A autora tem por desiderato a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Prefacialmente, antes de adentrarmos no exame do mérito da celeuma, é

necessário desenredar que a ação em comento, consoante assente entendimento jurisprudencial firmado pelo Eg. STJ, tem natureza jurídica de ação cautelar cível satisfativa, independendo, portanto, da propositura de qualquer outra ação quer de natureza cível, quer de natureza penal. Senão vejamos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido. (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 07/04/2014) Grifei. Sendo, portanto, ação cautelar cível satisfativa a em comento, logo o sucesso da presente ação depende da demonstração de dois requisitos que emolduram toda e qualquer ação de cunho cautelar, a saber: o fumus boni iuris e o periculum in mora (CPC, art. 305[1]). O fumus boni iuris no vertente caso decorre da demonstração de indícios da existência de violência doméstica. O periculum in mora, por sua vez, representa a demonstração da necessidade da medida para salvaguardar a integridade física ou psicológica da vítima. Nesse sentido é a jurisprudência: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. REQUERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. SENTENÇA DE MÉRITO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. NÃO SUBSISTÊNCIA DA NECESSIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS. PROVA DA GRAVIDADE DA LESÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA REPRESENTA SEMPRE UM SÉRIO GRAVAME À LIBERDADE INDIVIDUAL, QUE NÃO PODE SER EFETIVADA SEM JUSTA CAUSA. NO CASO DE O MAGISTRADO CONCLUIR PELA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NÃO RESTA DÚVIDA DE QUE PODERÁ JULGAR, DE IMEDIATO, O MÉRITO DO FEITO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM QUEBRA DE PROCEDIMENTO OU NULIDADE DA SENTENÇA. 2. O OBJETIVO DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA É ASSEGURAR A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA DA MULHER. NÃO HAVENDO NOS AUTOS ELEMENTOS QUE APONTEM A URGÊNCIA DA CONCESSÃO DA MEDIDA, PODERÁ O MAGISTRADO JULGAR EXTINTO O FEITO, SOB O FUNDAMENTO DE INEXISTIREM INDÍCIOS OU ELEMENTOS DE PROVA DA GRAVIDADE DA LESÃO. 3. PRELIMINAR REJEITADA E, NO MÉRITO, RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - APR: 32814020108070002 DF 0003281-40.2010.807.0002, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 20/01/2011, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 26/01/2011, DJ-e Pág. 171) Grifei. APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. - As medidas protetivas são autônomas, no entanto, para seu deferimento, deve restar demonstrado nos autos a sua necessidade. (TJ-MG - APR: 10024080407695001 MG , Relator: Denise Pinho da Costa Val, Data de Julgamento: 25/02/2014, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 06/03/2014) Grifei. APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. - As medidas protetivas são autônomas, no entanto, para seu deferimento, devem estar demonstradas a sua necessidade e a sua urgência. V.V. APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AMEAÇA E AGRESSÃO FÍSICA - LEI MARIA DA PENHA - EXPEDIENTE APARTADO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PROCEDIMENTO AUTÔNOMO - CARÁTER SATISFATIVO -EXTINÇÃO DO FEITO - IMPOSSIBILIDADE - FALTA DE INTERESSE DE AGIR DA VÍTIMA - INOCORRÊNCIA - REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. - As medidas protetivas abarcadas pela Lei Maria da Penha têm natureza autônoma, de caráter satisfativo, devendo por isso, produzir efeitos enquanto perdurar uma situação de perigo que ensejou o requerimento de proteção do Estado e, não apenas enquanto for manejada uma persecução criminal contra o suposto ofensor. Inexistindo provas de que a referida situação de perigo deixou de existir, principalmente por não ter sido a vítima localizada para se manifestar sobre a necessidade atual ou não das medidas protetivas, impossível se extinguir o feito por falta de interesse de agir da mesma. (TJ-MG - APR: 10024102187127001 MG , Relator: Jaubert Carneiro Jaques, Data de Julgamento: 09/07/2013, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 19/07/2013) Grifei. Importante ressaltar nesse permeio que a presente ação não se presta para deslindar e comprovar cabalmente se houve ou não a violência doméstica, bastando, como visto alhures, a presença de indícios da existência de violência doméstica para a caracterização do fumus boni iuris. A discussão acerca da existência ou não da violência doméstica e acerca da responsabilidade do réu por ela deve ser objeto da ação penal e não desta ação, motivo pelo qual indefiro o pedido de designação de audiência, nos termos do disposto no art. 16, da Lei 11.340/06, a uma, porque tal audiência é realizada nos autos de ação penal e, a duas, porque compete a vítima requerer tal audiência e, não o requerido. De igual forma, não se faz necessário o translado dos autos em tramite na 3ª Vara de Família para este feito, haja vista que os feitos possuem naturezas distintas e independentes, não havendo, portanto, qualquer relevância o pedido em comento para fins de análise dos pedidos de medidas protetivas formulada pela vítima nesta ação, motivo pelo qual, indefiro o pleito. Vencida essas questões, passo a analisar os requisitos para o sucesso da presente ação, conforme alhures expendido. Quanto ao fumus boni iuris, os documentos aportados aos autos pela vítima (ID. 20812324 a 20812336), demonstraram a existência de indícios da prática de violência doméstica, sobretudo, por se tratar de um direito subjetivo da vítima. No tocante ao periculum in mora, a necessidade da medida também restou demonstrada desde o início da lide, tanto que foi deferido o pedido liminar, sendo ainda necessária a manutenção da medida, haja vista que a vítima manifestou, (petição ID. 21865241), o desejo de manutenção das medidas protetivas em seu benefício, impondo-se, portanto, a procedência do presente pedido e, por corolário, a confirmação da liminar preteritamente concedida. Malgrado seja caso de confirmação das medidas protetivas de urgência concedidas initio litis, é curial deslindar que as medidas protetivas têm caráter excepcional e não podem durar eternamente, sob pena de causar constrangimento ilegal e insegurança jurídica, impondo-se, portanto, a manutenção das medidas protetivas em comento enquanto persistir o caráter emergencial, de modo que as medidas ora confirmadas deverão ter prazo fixo de duração, podendo ser dilatado esse prazo, conforme a vítima comprove nos autos que persiste o caráter emergencial. Nesse sentido é a jurisprudência: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A medida protetiva prevista na lei 11.340/06 possui caráter excepcional, devendo ser aplicada apenas em situações de urgência que as fundamente e dentro dos prazos razoáveis de duração do processo, tendo-se sempre como escopo os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cr 1.0702.13.046887-0/001, Relator(a): Des.(a) Paulo Cézar Dias , 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 02/09/2015, publicação da súmula em 11/09/2015) Grifei. TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cr AI 10433130453759001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 12/09/2014 Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - IMPOSIÇÃODE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA SEM PRAZO DELIMITADO - INADMISSIBILIDADE - REVOGAÇÃO - DEFERIMENTO. 01. As medidas protetivas previstas no art. 22 da Lei 11.340 /2006, têm natureza excepcional e possuem características de urgência e preventividade. Não podem, portanto, subsistirem indefinidamente, sob pena de acarretar insegurança jurídica. 02. O longo lapso temporal decorrido entre a imposição das medidas e a ausência de posterior manifestação da ofendida sobre a continuidade da violência, retira daquela o caráter de emergência, justificando a cassação das restrições anteriormente impostas. Grifei. Quanto ao pedido do requerido formulado em sua petição ID. 21426126, para que seja reduzido o limite de aproximação da vítima para 100 metros, verifico que o mesmo declarou que trabalha no Palácio Paiaguas, assim com a vítima, no entanto, em setores diferentes, sendo que o mesmo trabalha na SEPLAG e a vítima na SEMA. Com efeito,

considerando que os setores públicos onde o requerido e a vítima trabalham se encontram próximos, impõe-se a redução do limite de aproximação, conforme pugnado pelo requerido. Quanto a alegação da vítima formulada em petição 22746690, de que o requerido teria descumprido medidas protetivas de urgência e, portanto, deveria ser aplicada multa e instaurado inquérito policial para apuração dos fatos, compulsando os autos, não vislumbrei elementos mínimos capazes de ensejar a determinação de instauração de inquérito policial para tal fim, sobretudo, porque a vítima alegou que o requerido teria entrado em contato com seu cunhado (namorado de sua irmã) para lhe mandar um recado, no entanto, as mensagens acostadas aos autos pela vítima como prova de eventual descumprimento, não revelam, a priori, qualquer ato que justificasse a instauração de inquérito policial ou, ainda, que justificasse o agravamento da multa, já fixada em decisão inicial, no caso de descumprimento das medidas protetivas, motivo pelo qual, indefiro os pedidos formulados pela vítima em sua petição Id. 21865241, nas alíneas "b" (ii). Indefiro o pedido de proibição do requerido em tomar qualquer medida administrativa em face da vítima, ante a ausência de previsão legal, sobretudo, porque este juízo não é órgão regulador/corregedor da Secretaria de Gestão do Estado, sendo que, eventual, ato de retaliação do requerido em relação à vítima deverá ser comunicado ao órgão competente, bem como poderá ser objeto de discussão em processo administrativo. Consigno que as demais questões cíveis ou criminais envolvendo as partes deverão ser tratadas em autos próprios e, que o eventual descumprimento destas medidas protetivas pelo requerido deverá ser comunicado pela vítima diretamente na Delegacia competente, por meio de Boletim de Ocorrência, a fim de que os fatos declarados sejam apurados pela autoridade policial. Dispositivo Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos. ® Reduzo o limite de aproximação do requerido à vítima para 100 metros e; ® julgo procedente o pedido em apreço e, por corolário, confirmo a decisão liminar proferida, mantendo, destarte, as medidas protetivas em favor da vítima pelo prazo de 06 (seis) meses, considerando a redução do limite de aproximação acima, contados a partir da data da presente sentença, salvo se a vítima, ora autora, antes desse prazo, manifestar expressamente que não mais necessita das mesmas ou, ao contrário, comprovar que necessita da continuidade das medidas protetivas de urgência em seu favor por mais tempo. Conste no expediente de intimação da sentença advertência de que, caso a vítima não compareça em juízo para pleitear a continuidade das medidas protetivas e comprovar a necessidade da continuação das mesmas, ficam, automaticamente, revogadas as medidas protetivas de urgência, concedidas, nesses autos, initio littis. ® Publique-se a presente sentença no Diário de Justiça eletrônica, ex vi do teor talhado no preceptivo do art. 205, § 3º, do CPC. ® Intimem-se as partes acerca desta sentença com os benefícios do art. 212 do CPC. ® Sendo negativa a intimação da vítima da presente sentença por ter mudado de endereço, certifique-se nos autos se houve prévia comunicação no feito acerca da mudança de endereço. Sendo negativa a certidão, presume-se válida a intimação nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC. Decorrido o prazo de sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas; havendo medida de bloqueio de bens ou outras de natureza patrimonial e não existindo ação cível em curso nessa Vara tratando de partilha de bens, certifique-se nos autos e oficie-se ao Cartório competente informando sobre a revogação da medida. Decorrido o prazo sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas, havendo medida protetiva de suspensão de posse de arma de fogo, certifique-se nos autos e oficie-se ao superior hierárquico do agressor informando sobre a revogação da medida protetiva. Defiro o pedido de gratuidade de justiça ao requerido e, por corolário, isento-o do pagamento de eventuais custas processuais, na forma do art. 12 lei de assistência judiciária[2]. Deixo de condenar o réu ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que nestas ações a vítima tem capacidade postulatória, conforme previsto no art. 19 da 11.340/06[3], não necessitando, destarte, de advogado. Extraia-se cópia da presente sentença e aporte ao feito principal eventualmente em trâmite. Após o trânsito em julgado, procedidas às baixas e anotações de estilo, remeta-se o feito ao arquivo. P.R.I.C. Cuiabá, 13 de novembro de 2019. Assinatura Digital Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito [1] Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. [2] Art. 12. A parte beneficiada pelo isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita. [3] Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1049346-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. L. D. S. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. R. D. L. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1049346-30.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ROSANGELA LINAS DA SILVA, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: AVELINO ROQUE DE LIMA SENTENÇA Vistos etc. A vítima Rosangela Linas da Silva, qualificada nos autos em epígrafe, ingressou com ação cautelar cível satisfativa pleiteando a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha em desfavor do agressor Avelino Roque de Lima, pela prática de violência de gênero. Deferidas as medidas protetivas o feito teve seu curso normal. No seguimento, à vítima manifestou requerendo a extinção das presentes medidas. Tendo o Ministério Público manifestado favorável ao requerimento da vítima pela extinção da medida. Após, volveram-me conclusos para sentença. É o sucinto relatório, passo a decidir. Fundamentos Versam os autos acerca de ação cautelar satisfativa de medida protetiva. Não havendo mais interesse no prosseguimento do feito pela vítima, conforme informado pelo Ministério Público em sua cota, impõe-se, portanto, a extinção do presente feito sem resolução do seu mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Dispositivo Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expedidos e com o parecer ministerial, extingo o presente feito, ex vi do teor talhado no preceptivo do art. 485, inc. VIII, do CPC e, portanto, torno sem efeito às medidas protetivas preteritamente deferidas. Caso tenha sido deferida alguma medida que envolva proibição de porte de arma, oficie-se informando acerca desta decisão. Havendo medida de bloqueio de bens ou outras de natureza patrimonial e não existindo ação cível em curso nessa Vara tratando de partilha de bens, certifique-se nos autos e oficie-se ao Cartório competente informando sobre a revogação da medida. Após o trânsito em julgado, procedidas às baixas e anotações de estilo, remeta-se o feito ao arquivo. P.R.I.C. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Assinado Eletronicamente Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1056920-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. Q. T. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO QUEIROZ TELES OAB - MT0010440A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. S. B. Q. T. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-O (ADVOGADO(A))
DANIEL MELLO DOS SANTOS OAB - MT11386-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1056920-07.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: SILVIO QUEIROZ TELES EXECUTADO: PATRIZIA SARAVY BRAGA QUEIROZ TELES Vistos etc. Intime-se via DJE o patrono do exequente para que se manifeste sobre a petição de ID. 27359501. Intime-se. Cumpra-se com urgência. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Assinado Eletronicamente Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Tatiane Colombo
Cod. Proc.: 427339 Nr: 2661-81.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TEOBALDO LUIS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANA NASCIMENTO DE SOUZA - OAB:17829/MT, KARLA LETICIA DA SILVA - OAB:22787/O
Vistos etc.
Diante das ausências, resta prejudicada a presente audiência, pelo que a suspendo.
Intime-se o advogado de defesa para que, no prazo de 05 dias informe a este juízo se ele permanece na defesa do acusado e, sendo negativa a informação ou então decorrido o prazo, certifique o necessário, e proceda a intimação pessoal do acusado para que constitua novo advogado ou então se defesa ser defendido pela Defensoria Pública Criminal.
Em eventual interesse pela Defensoria Pública Criminal, vistas à instituição para que se manifeste sobre o endereço das suas testemunhas de defesa.
Após, venham os autos conclusos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 521833 Nr: 13846-48.2018.811.0042
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: PPDOP
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EULINA OLIVEIRA DOS SANTOS - OAB:19773/0
?julgo procedente o pedido em apreço e, por corolário, confirmo a decisão liminar proferida, mantendo, destarte, as medidas protetivas em favor da vítima pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da presente sentença, salvo se a vítima, ora autora, antes desse prazo, manifestar expressamente que não mais necessita das mesmas ou, ao contrário, comprovar que necessita da continuidade das medidas protetivas de urgência em seu favor por mais tempo. Conste no expediente de intimação da sentença advertência de que, caso a vítima não compareça em juízo para pleitear a continuidade das medidas protetivas e comprovar a necessidade da continuação das mesmas, ficam, automaticamente, revogadas as medidas protetivas de urgência, concedidas, nesses autos, initio littis.?Publique-se a presente sentença no Diário de Justiça eletrônica, ex vi do teor talhado no preceptivo do art. 205, § 3º, do CPC.?Intimem-se as partes acerca desta sentença com os benefícios do art. 212 do CPC.?Sendo negativa a intimação da vítima da presente sentença por ter mudado de endereço, certifique-se nos autos se houve prévia comunicação no feito acerca da mudança de endereço. Sendo negativa a certidão, presume-se válida a intimação nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC.Decorrido o prazo de sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas; havendo medida de bloqueio de bens ou outras de natureza patrimonial e não existindo ação cível em curso nessa Vara tratando de partilha de bens, certifique-se nos autos e oficie-se ao Cartório competente informando sobre a revogação da medida.Decorrido o prazo sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas, havendo medida protetiva de suspensão de posse de arma de fogo, certifique-se nos autos e oficie-se ao superior hierárquico do agressor informando sobre a revogação da medida (...)

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 352666 Nr: 14101-79.2013.811.0042
AÇÃO: Busca e Apreensão->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EFS
PARTE(S) REQUERIDA(S): LHZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DENISE FERNANDES BERGO - OAB:9675/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AURIVAL DIAS PEDROSO - OAB:13254/MT
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar as partes, através de seus advogados, para que manifestem interesse na realização de nova audiência de conciliação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 347640 Nr: 8392-63.2013.811.0042
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RGDSC, RGSC, RBSB, RGSC
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, MARILIA DIOZ ORIONE - OAB:26558/O, SARA DE LOURDES SOARES ORIONE E BORGES - OAB:4.807/B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: bruno fernandes de noronha aleixo - OAB:13766
Considerando a penhora negativa, impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte Exequente através de seu advogado, via DJE, para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar prosseguimento ao feito, no sentido de indicar outros bens da parte Executada passíveis de penhora.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 515048 Nr: 7504-21.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GONÇALO DOMINGO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MILTON CORREA DE MORAES - OAB:6664
Vistos etc.
Diante da ausência da vítima e do acusado, resta prejudicada a presente audiência.
Defiro o pedido formulado pela defesa, concedendo o prazo de 15 dias para vistas, bem como determino que a Secretaria deste juízo realize a devida retificação na autuação para fazer constar o advogado de defesa para que ele receba todas as intimações alusivas ao caso em tela, após, intime-o desta decisão.
Após a devolução dos autos pela defesa, remetam os autos ao Ministério Público para manifestar sobre o teor da certidão encartada à fl. 57 (negativa de intimação da vítima).
Cumpra-se.

Varas Especializadas da Infância e Juventude

1ª Vara Especializada da Infância e Juventude

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Gleide Bispo Santos
Cod. Proc.: 116117 Nr: 1796-87.2019.811.0063
AÇÃO: Procedimento ordinário->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: JLDSP, VMRP
PARTE(S) REQUERIDA(S): EdMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GEANDRE BUCAIR SANTOS - OAB:7722
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.,
1) Intime-se o genitor Vinicius Marcio Rodrigues Pereira, para que, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, preste contas do numerário levantado pelo Alvará de fls. 74;
2) Após, o cumprimento do item 1, por se tratar de prestação sobre prestação continuada, e diante da Resolução TJ-MT/OE nº. 09, de 25 de julho de 2019, que fixou a competência referente às ações relativas à saúde pública, onde figure como parte o Estado de Mato Grosso, deverão tramitar na 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, em atenção, a Portaria n. 29/2019-CM, de 23 de setembro de 2019, autorizou a partir de 30 de setembro de 2019, a distribuição/redistribuição das ações relativas à saúde pública, onde figure como parte o Estado de Mato Grosso, para a 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, declino da competência,

para apreciar este processo, em favor da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande/MT;
3) Dê-se ciência desta decisão a Procuradoria Geral do Estado – PGE;
4) Publique-se para ciência do advogado do requerente;
5) Em seguida, proceda-se a redistribuição destes autos para a 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande/MT.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 111006 Nr: 2809-58.2018.811.0063
AÇÃO: Procedimento ordinário->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: HGCP, HFP
PARTE(S) REQUERIDA(S): EdMG, MdC/M
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLOVIS JOSÉ DE SIQUEIRA NETO - OAB:23031, Plinio Jose de Siqueira Neto - OAB:10405/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, para devolução dos autos nº 2809-58.2018.811.0063, Protocolo 111006, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 113071 Nr: 4465-50.2018.811.0063
AÇÃO: Procedimento ordinário->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: LCdSdC, MNdC
PARTE(S) REQUERIDA(S): EdMG, UCCDTM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André Luiz C. N. Ribeiro - OAB:12.560, Marcos Antônio de Almeida Ribeiro - OAB:4466-MS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Élida Mottinha Silva - OAB:13.138, Maria Cecília Federici de Almeida Barros - OAB:15.710
f) Publique-se para ciência dos advogados André Luiz C.N. Ribeiro OAB/MT 12.560 e Maria Cecília Federici de A. Barros, OAB/MT 15.710;
g) Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações devidas.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 83975 Nr: 37-98.2013.811.0063
AÇÃO: Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança ou Adolescente->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): EdTVXL, ARdC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Breno Del Barco Neves - OAB:6.743, Fernando Garcia Barbosa - OAB:17.134, JOÃO CARLOS BRITO REBELLO - OAB:6024-4, Mayna Dantas de Carvalho Santos - OAB:9.052, Wesley Eduardo da Silva - OAB:13617/O
Publique-se para ciência do advogado Wesley Eduardo da Silva OAB/MT 13.617/O.
Após, arquivem-se os autos com as baixas e anotações devidas.

Juizados Especiais Cíveis

Primeiro Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020955-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILENE JOSYANE VIDOTTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO(A))
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-O (ADVOGADO(A))
JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES OAB - MT12794-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A (REQUERIDO)
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020955-88.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MILENE JOSYANE VIDOTTI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: IVO SERGIO FERREIRA MENDES, MAX MAGNO FERREIRA MENDES, JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES POLO PASSIVO: BANCO DO BRASIL SA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020962-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRA FUTUNATA AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RANIELY BENITES GONCALVES OAB - MT25747/O (ADVOGADO(A))
GILMARA DOS SANTOS REIS OAB - MT25053/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020962-80.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALEXANDRA FUTUNATA AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GILMARA DOS SANTOS REIS, RANIELY BENITES GONCALVES POLO PASSIVO: MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020964-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO REGINALDO DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LAURA RODRIGUES DE ARRUDA OAB - MT25689/O (ADVOGADO(A))
ADEMIR ROSA GOMES OAB - MT11390-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGATHA RENATA DA CRUZ OLIVEIRA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020964-50.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARCELO REGINALDO DE ALMEIDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANA LAURA RODRIGUES DE ARRUDA, ADEMIR ROSA GOMES POLO PASSIVO: AGATHA RENATA DA CRUZ OLIVEIRA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020969-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS ELIEZER FONSECA CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AURELIO AUGUSTO GONCALVES DA SILVA JUNIOR OAB - MT25211/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CLEUZA DE JESUS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020969-72.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUCAS ELIEZER FONSECA CARDOSO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: AURELIO AUGUSTO GONCALVES DA SILVA JUNIOR POLO PASSIVO: MARIA CLEUZA DE JESUS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA

TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020972-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
INDALECIO DUARTE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM OAB - MT21538/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOTELARIA KELLY LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020972-27.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:INDALECIO DUARTE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM POLO PASSIVO: HOTELARIA KELLY LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020974-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIVIA CRISTINI HAAS DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM OAB - MT21538/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOTELARIA KELLY LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020974-94.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LIVIA CRISTINI HAAS DA CUNHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM POLO PASSIVO: HOTELARIA KELLY LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020984-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLAN MORENO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020984-41.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VANDERLAN MORENO DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021040-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SABRINY BIANCA DA COSTA REZENDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
joeli mariane castelli OAB - MT0016746A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021040-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SABRINY BIANCA DA COSTA REZENDE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOELI MARIANE CASTELLI POLO PASSIVO: CLARO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021069-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON XAVIER DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021069-27.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CLEVERSON XAVIER DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020899-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARIDA ROBERTA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBELIA DA SILVA MENEZES OAB - MT23212-O (ADVOGADO(A))
GEISSANY GIULIA MARTINS SILVA OAB - MT14638/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado ao Juizado Especial de Várzea Grande. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquele Juizado, DETERMINANDO a redistribuição deste feito ao Juizado Especial Cível de Várzea Grande - Mato Grosso. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018966-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO FLORAIS ITALIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRHISTIANE NUNES SOARES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem

conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008480-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LISETE SALDANHA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA CARVALHO CARVIELLI OAB - MT20313/O (ADVOGADO(A))
AMANDA ANYELLE DA SILVA LUCHTENBERG OAB - MT24414/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013834-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENTO & ESBRUSSI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOCILENE DA SILVA RODRIGUES NEVES OAB - MT23243/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L.R.COMERCIO E PRODUTOS LTDA (EXECUTADO)

Processo n. 1013834-09.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: JOCILENE DA SILVA RODRIGUES NEVES - MT23243/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006008-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO COSTA DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006008-29.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO HENRIQUE REGINATO - MT0016639A , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 16/10/2019 Hora: 09:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 4 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006008-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO COSTA DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

1006008-29.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O , para querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006322-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE ASSIS SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI MÓVEL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

1006322-72.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: SUZINETE COSTA DE ALMEIDA - MT0021291A , para querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021093-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELZIANA ARRUDA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Pedro Moacyr Pinto Júnior OAB - MT7585-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021093-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HELZIANA ARRUDA DO NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PEDRO MOACYR PINTO JÚNIOR POLO PASSIVO: GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002595-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSMARY FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO FERREIRA COUTINHO OAB - MT16360-B (ADVOGADO(A))
MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA OAB - MT19174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 24/09/2019 Hora: 11:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 1º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS

ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002595-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSMARY FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO FERREIRA COUTINHO OAB - MT16360-B (ADVOGADO(A))
MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA OAB - MT19174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

1002595-08.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA - MT19174-O, RENATO FERREIRA COUTINHO - MT16360-B , para que, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003812-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO PAULO DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1003812-86.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEVAO NOBRE QUIRINO - RO9658 , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 02/10/2019 Hora: 09:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 21 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003812-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO PAULO DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

1003812-86.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - MT11065-A , para que, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006994-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERCILENE DA SILVA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006994-80.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ELISVALDO MENDES RAMOS - MT19438-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 1ª JEC Data: 22/10/2019 Hora: 11:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006994-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERCILENE DA SILVA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

1006994-80.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ELISVALDO MENDES RAMOS - MT19438-O , para que, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021101-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ISA CRISTINA DE FRANCA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021101-32.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ISA CRISTINA DE FRANCA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005166-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO GEOVANE GEREMIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005166-49.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos

com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: WARLEN LEMES DA SILVA - MT0015085A , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/10/2019 Hora: 11:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 29 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005166-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO GEOVANE GEREMIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

1005166-49.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O , para que, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarraz~oes ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021110-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CESAR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021110-91.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PAULO CESAR DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021113-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL DA SILVA GALENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021113-46.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GABRIEL DA SILVA GALENO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006911-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAYS FERREIRA RANDO OAB - MT25127/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO TRIANGULO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE OAB - RJ2255-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006911-64.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: TAYS FERREIRA RANDO - MT25127/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 1ª JEC Data: 23/10/2019 Hora: 09:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006911-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAYS FERREIRA RANDO OAB - MT25127/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO TRIANGULO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE OAB - RJ2255-A (ADVOGADO(A))

1006911-64.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: TAYS FERREIRA RANDO - MT25127/O , para que, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006677-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISLEINE CREPALDI SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULIANNE CREPALDI SILVA OAB - MT17257/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006677-82.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: GIULIANNE CREPALDI SILVA - MT17257/O-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 1ª JEC Data: 21/10/2019 Hora: 14:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006677-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISLEINE CREPALDI SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULIANNE CREPALDI SILVA OAB - MT17257/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

1006677-82.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: GIULIANNE CREPALDI SILVA - MT17257/O-O , para que, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021128-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO HONORATO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021128-15.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RICARDO HONORATO FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021134-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO RODRIGUES DA MATA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON SOARES NETO OAB - MT0015834A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021134-22.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:APARECIDO RODRIGUES DA MATA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON SOARES NETO POLO PASSIVO: TAM LINHAS AÉREAS S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021139-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAIANE STEFANI DOS SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA LAURA MEDEIROS DE AMORIM OAB - MT15131/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021139-44.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RAIANE STEFANI DOS SANTOS PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILENA LAURA MEDEIROS DE AMORIM POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020995-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELE SEBASTIANA MACIEL DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1020995-70.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020988-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CIDALIA BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)

Processo n. 1020988-78.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020997-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCYAN FERNANDO SOUZA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1020997-40.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021163-72.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE RIBEIRO DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO INVEST DE EDUCACAO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021163-72.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ELIANE RIBEIRO DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIANO ALVES ZANARDO POLO PASSIVO: INSTITUTO INVEST DE EDUCACAO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021001-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON DE CAMPOS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)

Processo n. 1021001-77.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021172-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUZINETE BRITO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021172-34.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CLEUZINETE BRITO DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FERNANDA RIBEIRO DAROLD, BERNARDO RIEGEL COELHO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021173-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEANDRES KERLLYS BRITO GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEANDRES KERLLYS BRITO GUIMARAES OAB - MT21555-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GASPAR LUIZ ZAMBIAZI (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021173-19.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEANDRES KERLLYS BRITO GUIMARAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JEANDRES KERLLYS BRITO GUIMARAES POLO PASSIVO: GASPAR LUIZ ZAMBIAZI FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021007-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ISDILAINE DOS SANTOS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1021007-84.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005951-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVONETE CAMARGO ZUQUETI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE CAMARGO ZUQUETI OAB - MT22175/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020726-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA REGINA MENDES SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1020726-31.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JAIR DEMETRIO - MT15904-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 12:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá –

MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020938-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEJAIR VIEIRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1020938-52.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DEJAIR VIEIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Processo em fase de Citação / Conciliação. Considerando que a parte reclamante não especificou de forma detalhada quais faturas pretende discutir nesta ação, intime-a para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende o pedido, sanando a omissão apontada, bem como apresentando histórico de consumo relativo a período anterior ao contestado na ação, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 330, I, CPC). Após, renove-se a conclusão (para Decisão Urgente). Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021201-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERNANI DOS REIS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021201-84.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ERNANI DOS REIS ALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020922-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO FRANCISCO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como as razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO o pedido da promovente determinando à empresa reclamada ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A que restabeleça o fornecimento de ENERGIA à Unidade Consumidora - Matrícula Nº 6/868413-6, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que se abstenha de efetuar a cobrança dos débitos discutidos nesta ação conforme indicado pelo promovente na exordial, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Determino ainda, que se abstenha de lançar o nome da reclamante nos bancos de dados cadastrais (SERASA, SPC e demais congêneres), concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. REGIME DE PLANTÃO. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020837-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONICE CAMPOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE SILVA MORANDI OAB - MT15961-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como as razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO o pedido da promovente determinando à empresa reclamada ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A que se abstenha de efetuar o corte no fornecimento de ENERGIA à Unidade Consumidora - Matrícula Nº 6/1160848-6, restabelecendo o fornecimento caso já tenha efetuado o corte, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Determino ainda, que se abstenha de lançar o nome da reclamante nos bancos de dados cadastrais (SERASA, SPC e demais congêneres), concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. REGIME DE PLANTÃO. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020837-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONICE CAMPOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE SILVA MORANDI OAB - MT15961-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como as razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Destarte, DEFIRO o pedido da promovente determinando à empresa reclamada ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A que se abstenha de efetuar o corte no fornecimento de ENERGIA à Unidade Consumidora - Matrícula Nº 6/1160848-6, restabelecendo o fornecimento caso já tenha efetuado o corte, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Determino ainda, que se abstenha de lançar o nome da reclamante nos bancos de dados cadastrais (SERASA, SPC e demais congêneres), concernente apenas aos débitos discutidos

nestes autos. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. REGIME DE PLANTÃO. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020964-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO REGINALDO DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LAURA RODRIGUES DE ARRUDA OAB - MT25689/O (ADVOGADO(A))
ADEMIR ROSA GOMES OAB - MT11390-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGATHA RENATA DA CRUZ OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado à Vara da Família desta comarca. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquele Vara, DETERMINANDO a redistribuição deste feito à uma das Varas da Família desta Capital. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021093-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELZIANA ARRUDA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Pedro Moacyr Pinto Júnior OAB - MT7585-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a requerente para emendar a inicial, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecendo as incongruências apresentados no que tange ao endereçamento da peça inicial. Somente após tal providência é que será analisado o pedido da parte. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020955-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILENE JOSYANE VIDOTTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO(A))
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-O (ADVOGADO(A))
JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES OAB - MT12794-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A (REQUERIDO)
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos: 1020955-88.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MILENE JOSYANE VIDOTTI REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA, BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A Vistos. Processo em fase de Citação / Conciliação. A parte reclamante ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais e alegou que possui cartão de crédito que é administrado pela instituição financeira reclamada, o qual encontra-se bloqueado em razão de suposto débito em nome de conta bancária encerrada. Sustentou que referida conta pertencia à pessoa jurídica da qual a reclamante era proprietária, contudo, ela foi encerrada em 2017 sem débitos. A título de tutela provisória de urgência, requereu o imediato desbloqueio de seu cartão de crédito, bem como que a parte reclamada se abstenha de realizar qualquer restrição em virtude de cobranças relacionadas à conta bancária 40.287-7, agência 4042. Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, para sua concessão, não poderá existir perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso em exame, em cognição incompleta típica deste momento, entendo que não há demonstração da probabilidade do direito, pois os documentos juntados nos autos são insuficientes para evidenciar que: a) houve encerramento da conta bancária vinculada a pessoa jurídica da parte reclamante; b) quando do encerramento, inexistiam débitos pendentes de pagamento. Esclareço que mesmo que a conta 40.287-7 esteja vinculada à pessoa jurídica, por ser a reclamante a proprietária e responsável por sua direção, conforme informado pela instituição financeira (ID 27434671), não há como compelir a reclamada a conceder crédito na hipótese do consumidor estar inadimplente com suas obrigações. Não havendo demonstração da probabilidade do direito, fica prejudicada a análise dos demais pressupostos para a concessão da tutela de urgência. Diante do exposto, indefiro a tutela de urgência. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021097-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO AUGUSTO NASCIMENTO PEGOLO DOS SANTOS OAB - MS9938 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado ao Juizado Especial da Fazenda Pública. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquele Juizado, DETERMINANDO a redistribuição deste feito ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta Capital. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013712-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL URUGUAI DE ALMEIDA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AERLISON ALONSO DE SOUZA SILVA OAB - MT23786-O (ADVOGADO(A))
ELISSON APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT12937-O (ADVOGADO(A))
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a Reclamada para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar-se acerca do Descumprimento de Liminar conforme informado no id.27247125, sob pena de majoração da multa. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004305-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARIDA MARIA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

LUIZ AUGUSTO TOMICHA ORTEGA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Dispenso relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme pedido contido nos autos. Assim, entendo que deve aplicado o ENUNCIADO DE Nº 90 DO FONAJE, a seguir transcrito: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária. Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com lastro legal no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Arquive-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010706-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ABEL GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010706-78.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE ABEL GOMES REQUERIDO: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, rejeito a preliminar de chamamento ao processo arguida pela reclamada a fim de incluir no polo passivo da demanda a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que é incabível em sede de Juizado Especial o fenômeno da intervenção de terceiro, nos termos do art. 10 da Lei 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito pelo débito no valor de R$ 4.579,55 (quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) com data de inclusão em 27/11/2017, promovido pelo reclamado. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com a empresa demandada, uma vez que o serviço prestado nunca foi contratado pelo reclamante. A reclamada, a seu turno, alega que a cobrança é referente à cessão de crédito de contrato anteriormente firmado pela parte autora com e a Caixa Econômica Federal referente ao contrato de cartão de crédito Mastercard Nacional nº 549318******2604, o que torna legítima a cobrança e a inserção dos dados daquele nos cadastros de proteção ao crédito em virtude do não pagamento da dívida. Analisado o processo e os documentos que o instruem, verifica-se que a reclamada se desincumbiu de ônus probatório que lhe competia e comprovou que o débito cobrado foi cedido pelo banco credor original do reclamante. Desse modo, analisando o conjunto probatório vislumbro que a parte requerida, fez a juntada certidão de cessão de crédito (Id nº 26217043), contrato de abertura de conta, extrato de faturas de cartão e demais documentos que demonstram a relação jurídica originária entre as partes (id nº 26214988 e 26214989). Aliado a isto, a reclamada anexou aos autos faturas da conta corrente da parte reclamante, o que demonstra claramente que houve movimentação da sua conta corrente realizando diversos pagamentos e compras. No caso em análise ressalto ser desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. De outra banda, vale ressaltar que a ausência de notificação acerca da cessão de crédito ao devedor não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os fatos necessários à preservação dos direitos cedidos, assim, a ausência de notificação não anula a relação jurídica originária. Neste sentido, já decidiu o STJ reiteradas vezes: “Impõe-se reconhecer que a utilização dos serviços de proteção de crédito constitui um mecanismo idôneo de preservação dos direitos cedidos ao novo credor, sendo-lhe permitida sua utilização mesmo ante a ausência de notificação ao devedor referente à cessão do crédito.” (RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.683 - RO (2016/0146174-3) – Relatora - MINISTRA NANCY ANDRIGHI – Data do Julgamento: Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2017) A propósito: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INEXISTENCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. RECONVENÇÃO. CESSÃO DE CRÉDITO COMPROVADA. AUSENCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DA DIVIDA ORIGINARIA. DA ORIGEM DO DÉBITO. Tendo a relação entre a autora e cedente sido demonstrada nos autos pela cessionária a fim de comprovar a origem do débito e não sendo demonstrado pela parte autora a quitação do débito não há falar em dever de indenizar. DA NOTIFICAÇÃO NA CESSÃO DE CRÉDITO. A observância do disposto no art. 290 do Código Civil não se presta a interpretar a regra de forma a beneficiar o devedor, mas sim para evitar que esse pague a pessoa diversa da devida. Desse modo, a ausência de notificação ao devedor quanto à cessão de crédito, quando legítima, não o desobriga de pagar a dívida nem impossibilita a inscrição pelo credor cessionário em caso de inadimplência, sendo legítima a cobrança realizada pelo atual credor. NEGADO SEGUIMENTO À APELAÇÃO. (Apelação Cível Nº 70061744009, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em 10/07/2015)”. Portanto, ante as circunstâncias em que os fatos ocorreram aliados à prova produzida pela requerida, permitem um juízo razoavelmente seguro de cognição a respeito dos fatos, os quais, muito provavelmente ocorreram da forma narrada na contestação. Dessa forma, comprovada a relação jurídica e a dívida imputada ao autor, a inscrição em cadastro de devedores não representa ilícito e consequentemente não há o que se falar em abalo de dano moral. Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar a reclamante a pagar à reclamada o valor total de R$ 4.579,55 (quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007569-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA PEREIRA DA SILVA FERNANDES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007569-88.2019.8.11.0001. INTERESSADO: ANTONIA PEREIRA DA SILVA FERNANDES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. ANTONIA PEREIRA DA SILVA FERNANDES ajuizou ação indenizatória em desfavor da VIVO S.A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte promovida que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. A liminar foi concedida. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e arguiu inépcia da ação. No mérito, sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral, requerendo a improcedência, com pedido contraposto e litigância de má fé. Ata da audiência de conciliação e impugnação à contestação. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Preliminar. Inépcia. Documentos imprescindíveis. Serasa. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Com base nesta regra, o ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere à demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Em análise do caso concreto, nota-se que o documento original do serasa não é considerado documento imprescindível para o ajuizamento de ações judiciais, pois, nos termos do artigo 319, inciso II, do CPC, é necessário apenas que a inicial indique o endereço eletrônico, o domicílio e a residência das partes. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. DESNECESSIDADE. Demanda veiculada com base em alegada ilegalidade do sistema de pontuação de crédito ofertada pela entidade cadastral. O comprovante de residência e, no caso, não é documento indispensável à propositura da demanda. Descabimento do indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70057584260, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/05/2014) Portanto, a preliminar de inépcia deve ser rejeitada. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidospodem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência de crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança indevida. Inexistência do crédito. Nos termos do artigo 394 do Código Civil, considera-se em mora o devedor que não efetuar o cumprimento de sua obrigação no prazo estabelecido. Todavia, não havendo fato ou omissão que justifique a obrigação reivindicada, não há mora do devedor (art. 396 do Código Civil). Desta forma, para que a mora seja efetivamente constituída, necessário que haja prova de fato ou omissão praticado pelo devedor. No caso, considerando que a parte promovente nega a existência da obrigação que resultou nos restritivos de crédito no valor de (R$128,87)torna-se imprescindível que a empresa promovida comprove a origem do seu suposto crédito, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto a tela juntada onde demonstra a existência de pagamentos realizados para o telefone 99985-1812, apresentado como a comprovar a relação contratual e a existência de débito não adimplido para as faturas de outubro e novembro/2017. Impõe esclarecer que quando da juntada da impugnação, a promovente reconhece o vínculo contratual, afirmando que foi ludibriada pela promovida, sem no entanto, juntar provas de suas alegações. Ademais, não há nos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do referido crédito (art. 373, inciso II, do CPC), situação em que evidencia a legitimidade da dívida e que não há conduta ilícita por parte da empresa promovida. Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço a existência do crédito em favor da parte promovida e, consequentemente, a cobrança é legítima e não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. Pedido contraposto Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei 9.099/95, é permitido à parte promovida formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte promovente. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do Fonaje, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte promovida for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95.POSSIBILIDADE DE PESSOA JURÍDICA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO NO JUIZADO ESPECIAL ENUNCIADO 31 DO FONAJE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS.(Embargos de Declaração Nº 71006086045, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 03/06/2016). CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PESSOA JURÍDICA. ADMISSÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. REPETIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL. INCABÍVEL. 1.É admissível nos Juizados Especiais a propositura de pedido contraposto por pessoa jurídica, sem acesso aos Juizados (Enunciado nº 31 do FONAJE). (...) (TJ-DF - ApelacaoCivel do Juizado Especial : ACJ 20140910107318 DF 0010731-71.2014.8.07.0009) Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte promovida seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança é legítima, conforme explanado no tópico anterior, que o pedido foi formulado de forma líquida e com base nos fatos alegados pela parte promovente, é devido o pedido contraposto. Desta forma, mormente quanto as informações contidas na contestação, no qual informa que o débito é referente a inadimplência é possível apurar que a parte promovente ainda deve a quantia de (R$ 128,87), dos débitos existentes inadimplidos e cadastrados nos órgãos de proteção ao crédito, discutidos na presente ação. Por esta razão, o pedido contraposto deve ser acolhido. Litigância de má-fé A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do CPC acompanhada do elemento dolo. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;II - alterar a verdade dos fatos;III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;VI - provocar incidente manifestamente infundado;VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do

processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 563.934/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte promovente ou da parte promovida ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. DISPOSITIVO Pelo exposto, proponho: a)julgar improcedente os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; b)julgar procedente o pedido contraposto para condenar a parte promovente a pagar à parte promovida a quantia de R$ 128,87 (cento e vinte e oito reais, oitenta e sete centavos) corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, ambos a partir da contestação; c) diante da improcedência do pleito inicial e da procedência do pedido contraposto, para que não haja equívocos na fase de cumprimento de sentença, retifique-se o cadastro das partes, invertendo os polos ativo e passivo; d)indeferir o pedido de litigância de má-fé; e)rejeitar a preliminar arguida. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009167-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIKLEUBER FERREIRA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1009167-77.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUCIKLEUBER FERREIRA DA CONCEICAO REQUERIDO: VIVO S.A. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, a preliminar de incompetência arguida pelo reclamante deve ser rejeitada tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção. Assim, rejeito a alegação de incompetência absoluta por complexidade, tendo em vista a desnecessidade da realização de perícia diante dos áudios juntados na inicial, faço isso, com fulcro no disposto nos artigos 5º e 33, da Lei 9.099/95. Do mesmo modo, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito pelo débito no valor de R$ 418,35 (quatrocentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos) com data de inclusão em 02/12/2018 promovida pela reclamada. Aduz, em sua peça inicial que não reconhece o referido débito uma vez que não possui qualquer relação jurídica com a demandada, razão pela qual a inscrição no cadastro de inadimplentes é abusiva e ilegal. A reclamada, em contestação, alega que a reclamante possui a linha telefônica nº 65-3057-5665 habilitada junto à reclamada, assim, aduz que o autor deixou de efetuar o pagamento de algumas faturas, o que levou à inserção de seus dados em cadastro de proteção ao crédito. Ao final, pugna, como pedido contraposto, pugna pela condenação do reclamante ao pagamento do valor inadimplido, além de condenação nas penas de litigância de má-fé. Analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifico que a reclamada se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, e comprovou a existência de relação jurídica entre as partes com a juntada de áudio em mp3, onde o reclamante autorizou a ativação de conta junto à reclamada e confirmou todos os seus dados pessoais para a celebração do negócio jurídico (id nº 26026311 – 7'00''). Registro, ainda, que o reclamante não trouxe nenhuma prova de que tenha efetuado o pagamento integral das faturas inadimplidas. Cumpre esclarecer que a providência adotada pela empresa reclamada no que diz respeito a gravação da conversa telefônica (autogravação), ainda que feita sem o conhecimento do interlocutor e sem ordem judicial prévia, é considerada meio lícito de prova, ademais, vale frisar que por diversas vezes o consumidor foi informado acerca da gravação da ligação. Portanto, não há que se falar em prova ilícita, uma vez que a presente modalidade de interceptação telefônica lato sensu não se confunde com a modalidade prevista na Lei nº 9.296/96. Deste modo, presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo valores em aberto, a inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar o reclamante a pagar à reclamada o valor de R$ 418,35 (quatrocentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008759-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELA FERNANDES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1008759-86.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GRACIELA FERNANDES DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente no que tange a preliminar de incompetência arguida pela parte autora em sua impugnação deve ser rejeitada tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção. Assim, rejeito a alegação de incompetência absoluta por complexidade por entender pela desnecessidade da realização de perícia diante da assinatura lançada nos documentos juntados na inicial e aquela lançada nos documentos juntados na contestação. Portanto, afasto a preliminar de perícia grafotécnica, faço isso, com fulcro no disposto nos artigos 5º e 33, da Lei 9.099/95. Do mesmo modo, ressalto que no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito promovido pela reclamada, ao argumento de que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com a empresa demandada. A reclamada, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a reclamante inadimplente, conforme documentos acostados aos autos, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, a reclamada juntou cópia do Termo de Adesão e Contratação de Serviços SMP devidamente assinado pela reclamante, além de documentos pessoais que sequer foram juntados na inicial (id. 26002677). Vale frisar que a semelhança da assinatura apresentada no contrato com aquela aposta nos documentos juntados nos autos é visualizada a olho nu, fato que afasta a conduta ilícita da requerida. Assim, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Desta feita, não há que se falar em declaração de inexistência do débito, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da reclamada. Presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débito, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante. OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar a reclamante ao pagamento do valor total de R$ 177,68 (cento e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007916-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO CARNEIRO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS ANTONIO GONCALVES DE ALMEIDA OAB - MT26051/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007916-24.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIO MARCIO CARNEIRO DE SOUZA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc. A parte requerente ajuizou Ação declaratória cumulada com indenização por danos morais, onde alegou ser cliente da parte requerida com a conta poupança nº 0020263-0, junto a agência 2793 e que teve o valor de aproximadamente R$3.000,00 bloqueado injustificadamente (ID. 23987802). Esclarece que buscou solucionar a questão administrativamente, sendo informado que o bloqueio ocorreu por questão de segurança (suspeita de fraude). A título de tutela provisória de urgência, requereu o desbloqueio da conta e no mérito pleiteou a indenização pelos danos morais. A liminar foi concedida conforme o ID. 24285843. Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação no ID. 25791243 e arguiu a preliminar falta de interesse de agir. No mérito sustentou a inexistência de conduta ilícita e a ausência de dano moral a ser indenizado. Ao final, postulou pela improcedência do feito. Termo da audiência de conciliação foi acostada no ID. 25557316 e a impugnação à contestação no ID. 26193821. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). PRELIMINAR Ausência de Interesse de Agir. Segundo a Teoria da Asserção, o simples fato de a parte requerente ter imputado à parte requerida a prática de ato ilícito, independentemente da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, é suficiente para a demonstração de seu interesse processual. Entender de forma contrária violaria frontalmente o Princípio ao Livre Acesso ao Poder Judiciário, ancorado no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Neste sentido: INTERESSE DE AGIR, LEGITIMIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. [...] 3. Deste modo, uma vez constatada a não-observância de tais regras básicas, surge o interesse-necessidade para a tutela pleiteada. Vale observar, ainda, que as condições da ação são vistas in satu assertionis (Teoria da Asserção), ou seja, conforme a narrativa feita pelo demandante, na petição inicial. Desse modo, o interesse processual exsurge da alegação do autor, realizada na inicial, o que, ademais, foi constatado posteriormente na instância ordinária. Tudo isso implica reconhecer a não-violação dos arts. 3º e 267, VI, do CPC. [...] (STJ, 2ª Turma, REsp nº 470.675/SP, Rel. Min.: Humberto Martins, DJU 16/10/2007). Desta forma, em análise do caso concreto, nota-se que a simples alegação contida na inicial de que a parte requerida causou dano moral à parte requerente é suficiente para evidenciar o interesse processual. Portanto, não havendo razão a arguição preliminar de ausência de interesse processual, rejeita-se. MÉRITO Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre

Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (art. 5º, inciso LXXVIII, CF), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação do serviço inerente ao bloqueio da conta e a existência de dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Falha na prestação de serviço. Ato ilícito. Em se tratando de relação de consumo, os prestadores de serviço têm o dever de prestá-los com qualidade e de forma eficiente, como se extrai da redação do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor: Artigo 22 - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Desta forma, quando o prestador executa o serviço contratado de forma ineficiente, descumpri com o objeto pactuado e comete conduta ilícita. Neste sentido: AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO - DIREITO DO CONSUMIDOR - TELEFONIA MÓVEL - TIM CELULAR S/A. AUSÊNCIA DE SINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONFIGURAÇÃO DO ATO ILÍCITO. 1 - A essencialidade do serviço de telefonia móvel, nos termos do caput e do parágrafo único, do art. 22 do CDC, deve ser prestado adequadamente, eficientemente, de maneira segura e contínua. Se descumprir essas determinações, a concessionária de serviço público será compelida a cumpri-las e reparar os danos causados, conforme firme entendimento deste eg. Tribunal de Justiça. 2 - O dano moral ocorreu em virtude de não poder contar com o uso dos serviços de telefonia móvel entre os dias 30/12/2014 e 02/01/2015 por falha da operadora ré, justamente no período de réveillon. 3 - O valor fixado a título de indenização por dano moral (R$ 1.500,00) alcança os vieses compensatório e desestimulatório, bem como respeita os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e a vedação ao enriquecimento sem causa. 4 - Os juros moratórios incidem a partir da data de citação nos casos de responsabilidade contratual. 5 - Negar provimento. (TJPE, 2ª Tur. AGV nº 3899296, Rel.: Márcio Fernando de Aguiar Silva, DJU 30/07/2015). A parte requerida alega que o bloqueio da conta da parte requerente ocorreu por suspeita de fraude, porém não instruiu os autos com nenhum documento que corrobore com sua alegação, levando a presunção que sua conduta foi por mera liberalidade. Assim, não há nenhuma justificativa para o bloqueio da conta, e, caso houvesse, cabia à parte requerida comunicar a parte requerente previamente a fim de sanar o impasse. No entanto, fez o bloqueio da conta impossibilitando a correntista de gerir e usufruir dos recursos ali depositados (ID. 23987802). Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. IRREGULARIDADE NO CPF. BLOQUEIO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. O bloqueio de movimentação de conta corrente pela instituição financeira em razão de irregularidade no CPF do correntista, decorrente da não declaração de imposto de renda, mostra-se indevido, diante da ausência de previsão legal. 2. As Resoluções do Banco Central n.º 3.006/2000 e 3.211/2004, que tratam sobre a exigência de CPF regular dos correntistas, condicionam a apresentação de tal documento apenas para abertura de contas bancárias, nada dispondo acerca de sua exigibilidade para a movimentação das contas correntes. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJDF, 1ª Tur. Cív; AGI nº 20140020100833, Rel.: Simone Lucindo, DJU 06/08/2014). Desta forma, o bloqueio da conta caracteriza ato ilícito perpetrada pela parte requerida. Dano moral. O dano moral pode decorrer da ofensa à honra, nas modalidades objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera subjetiva se reporta ao sofrimento suportado no seu íntimo. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que o bloqueio sem prévia comunicação de conta bancária (ID. 23987802), é suficiente para presumir a existência de dano moral, em decorrência da indisponibilidade de recursos financeiros, na modalidade subjetiva (dano in re ipsa). Isto porque o fato ocorrido teve o condão de proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. A propósito: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. BLOQUEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. DANOS MORAIS. DEVIDO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. [...] Não deve prosperar as alegações do recorrente-réu, uma vez que restou comprovada a má prestação de serviço quanto a não autorização do pagamento pelo cartão de crédito Itaúcard, que possuía limite para sua utilização, causando transtorno que foi além do mero aborrecimento. (Art. 14 do CDC) 3. Restou demonstrado que, mesmo após a parte recorrida-autora contatar a recorrente para informar que era ela quem estava efetuando a compra, o cartão continuou bloqueado, situação vexatória que expôs o consumidor sem justificativa. 4. A segurança contra fraudes presente no sistema da Operadora de Cartão de Crédito, não deve trazer situações vexatórias ao cliente, que neste caso, possuía perfil para aquisição do guarda roupa no valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). 5. Restou demonstrado que mesmo após a parte recorrida-autora contatar a recorrente para informar que era ela quem estava efetuando a compra, o cartão continuou bloqueado, situação vexatória que expôs o consumidor sem justificativa. (TJDF, 2ª Tur. Rec; RI nº 07034552420148070016, Rel.: Arnaldo Corrêa Silva, DJU 16/02/2016). Por essas razões, o dano moral encontra-se caracterizado. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: Compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. [...] 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp nº 253.665/SC, Rel. Min.: Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 21/03/2013). Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais). Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida na ID. 24285843, remetendo a discussão quanto ao seu descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do Princípio do Contraditório; b) rejeitar a preliminar arguida; c) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil; d) condenar a parte requerida a pagar a parte requerente a quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir da citação (15/10/2019 - ID. 25011018) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009329-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERLY FRANCISCO BIANCHINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009329-72.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ERLY FRANCISCO BIANCHINI REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. A parte requerente ajuizou Ação anulatória cumulada com indenização por danos morais, onde alegou desconhecer o valor reivindicado pela parte requerida que resultou na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Pleiteou a declaração de inexistência do débito, a exclusão do restritivo e a indenização pelos danos morais. Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação na ID. 26000913, onde arguiu a preliminar inépcia da petição inicial e a incompetência territorial. No mérito, sustentou a impossibilidade da declaração de inexistência do débito, a inocorrência de ato ilícito e do dano moral. Ao final, formulou pedido contraposto, postulou pela condenação em litigância de má fé e pela improcedência do feito com aplicação da Súmula 385 do STJ. Termo da audiência de conciliação foi acostada no ID. 25841731 e a impugnação à contestação na ID. 26243916. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). PRELIMINAR Inépcia. Documentos imprescindíveis. Nos termos do artigo 320 do Código de Processo Civil, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Com base nesta regra, o ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere à demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. [...] PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ, 3ª Turma, REsp nº 497.742/SE, Rel. Min.: Nancy Andrighi DJU 03/06/2003). Em análise do caso concreto, nota-se que o extrato original de balcão, não é considerado documento imprescindível para o ajuizamento de ações judiciais, mas sim para comprovar a existência do direito material em favor da parte requerente. Ademais, a parte requerente colacionou na ID. 24274558, o extrato que demostra a existência de restrição em seu nome. Portanto, a preliminar de inépcia deve ser rejeitada. Incompetência em razão do local. A competência territorial dos Juizados Especiais é definida, em caso de ação de reparação de dano de qualquer natureza, a critério do autor, entre o domicílio do réu, o domicílio do autor ou do local do ato ou fato, conforme preconiza o artigo 4º do referido texto legal: Artigo 4º - É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro: I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório; [...] III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza. Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo. Vale anotar que embora o consumidor tenha opção de escolha do local de distribuição de sua ação, não pode descartar as alternativas legais e escolher, aleatoriamente, outro foro com o objetivo de prejudicar a defesa da parte requerida ou violar o juízo natural. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC) - AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO FUNDO DE PENSÃO. [...] 2. Foro competente. 2.1. Cabe ao consumidor optar pelo foro de seu domicílio (artigo 101, inciso I, do código consumerista) ou pelo foro do domicílio do réu ou do local de cumprimento da obrigação (artigo 100 do CPC) ou pelo foro de eleição contratual (artigo 95 do CPC), não podendo, contudo, descartar tais alternativas legais e escolher, aleatoriamente, outro foro com o fito de furtar-se ao juízo estabelecido na lei processual, prejudicar a defesa do réu ou auferir vantagem com a já conhecida jurisprudência do Judiciário estadual favorável ao direito material postulado [...] (STJ, 4ª Turma, AgRg no AREsp nº 667.721/MG, Rel. Min. Marco Buzzi, DJU 09/06/2015). Diante do exposto, no caso concreto, nota-se que não há qualquer abuso de direito pela parte requerente, pois evidentemente não houve prejuízo a defesa da parte requerida e, muito menos, tentativa de violar o juízo natural, já que a presente ação foi devidamente distribuída entre os juizados desta capital. Ademais indicou a sede da parte requerida, localizada nesta Comarca. Por esta razão, este juízo é competente para processar e julgar a presente demanda. MÉRITO Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, observo que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (CF, art. 5º, LXXVIII), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do débito, o dano moral, o pedido contraposto e a litigância de má fé. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Dívida desconhecida. Nos termos do artigo 394 do Código Civil, considera-se em mora o devedor que não efetuar o cumprimento de sua obrigação no prazo estabelecido. Todavia, não havendo fato ou omissão que justifique a obrigação reivindicada, não há mora do devedor (CC, art. 396). Desta forma, para que a mora seja efetivamente constituída, necessário que haja prova de fato ou omissão praticado pelo devedor. No caso, considerando que a parte requerente nega a existência da obrigação que resultou no restritivo de crédito no valor de R$81,69, torna-se imprescindível que a parte requerida comprove a origem do seu suposto crédito, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 373, I). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado apenas a ficha cadastra (ID. 26000919), o histórico de contas (ID. 26000930) e o relatórios de ordem de serviço(ID. 26000940), os quais não têm o condão probatório, pois tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Assim, pela insuficiência de provas apresentadas pela parte requerida sobre a existência de vínculo contratual e mediante impugnação da parte requerente dos documentos apresentados na contestação, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte requerente, a cobrança é indevida e caracteriza conduta ilícita da parte requerida. Dano moral. O dano moral pode decorrer de ofensa à honra objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera da honra subjetiva se reporta ao sofrimento suportado. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que a inscrição indevida do nome da parte requerente nas instituições de restrição ao crédito (ID. 24274558), em regra, é suficiente para presumir a existência de dano moral na modalidade objetiva, como também na modalidade subjetiva (dano in re ipsa). Isto porque o restritivo de crédito tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social, dificultando-lhe a aquisição de crédito, como também proporcionando sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. A propósito: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. [...] INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO IN RE IPSA. DANO MORAL. [...] 2. Consoante a jurisprudência desta Corte, nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova. [...] (STJ, 4ª Turma, AgInt no AREsp nº 859.739/SP, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, DJU 01/09/2016). Vale consignar que é inaplicável o teor da Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça no presente caso, visto que não há restritivo pré-existente ao discutido nestes autos. Por essas razões, o dano moral encontra-se caracterizado. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve

atender a uma dupla finalidade: Compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. [...] 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do Estado de Santa Catarina desprovido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp nº 253.665/SC, Rel. Min.: Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 21/03/2013). Logo, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral na quantia de R$10.000,00 (dez mil reais). Pedido contraposto. Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei nº 9.099/95, é permitido à parte requerida formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte requerente. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do Fonaje, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte requerida for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95. Possibilidade de pessoa jurídica formular pedido contraposto no Juizado Especial Enunciado 31 do FONAJE. Princípio da Celeridade. Embargos Declaratórios Desacolhidos. (TJRS, 4ª Tur. Rec; Emb. Dec. nº 71006086045, Rel.: Gisele Anne Vieira de Azambuja, DJU 03/06/2016). Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte requerida seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança não é legítima, conforme explanado em tópicos anteriores. Por esta razão, o pedido contraposto deve ser indeferido. Litigância de má-fé. A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do Código de Processo Civil acompanhada do elemento dolo. Artigo 80 - Considera-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ, 4ª Turma, EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp nº 563.934/SC, Rel. Min.: Marco Buzzi, DJU 16/02/2017). Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte requerente ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas; b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para: c) declarar a inexistência do débito de R$81,69 (oitenta e um reais e sessenta e nove centavos); d) condenar a parte requerida a pagar a parte requerente a quantia de R$10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso (19/10/2017 - ID. 24274558) por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); e) determinar que a parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte requerente, sob pena de multa fixa de R$3.000,00 (três mil reais). f) indeferir o pedido contraposto; g) indeferir o pedido de condenação em litigância de má-fé. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008274-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RIZIA ALMEIDA SANTANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
JANIO QUADROS JOSE ROLDAO OAB - MG107099-O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008274-86.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RIZIA ALMEIDA SANTANA DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. RIZIA ALMEIDA SANTANA DA SILVA ajuizou ação indenizatória em desfavor da VIVO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte promovida que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. A liminar foi concedido. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e arguiu falta de interesse de agir e inépcia da ação. No mérito,sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral, requerendo a improcedência, com pedido contraposto e litigância de má fé. Ata da audiência de conciliação e impugnação à contestação. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Preliminar. Falta de Interesse de Agir. A promovida alega a preliminar falta de interesse de agir, tendo em vista que, houve a exclusão do nome da promovente dos órgãos de proteção ao crédito antes do ajuizamento da ação. Tecnicamente, as defesas processuais são examinadas antes do direito material (mérito). Todavia, no presente caso, por se tratar de um processo que tramita sob o rito dos Juizados Especiais, com base no princípio da simplicidade e informalidade (art. 2º da Lei 9.099/95), deixo de examiná-las, já que, nesta circunstância não traz nenhum prejuízo processual à parte recorrente. Por fim, relevante consignar que a discussão quanto à responsabilidade civil da parte promovida, depende da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório e estes pontos serão examinados, de forma apropriada, no mérito da demanda. Portanto, rejeito a preliminar de falta de interesse de agir. Preliminar. Inépcia. Documentos imprescindíveis. Serasa. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Com base nesta regra, o ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere à demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem

resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Em análise do caso concreto, nota-se que o documento original do serasa não é considerado documento imprescindível para o ajuizamento de ações judiciais, pois, nos termos do artigo 319, inciso II, do CPC, é necessário apenas que a inicial indique o endereço eletrônico, o domicílio e a residência das partes. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. DESNECESSIDADE. Demanda veiculada com base em alegada ilegalidade do sistema de pontuação de crédito ofertada pela entidade cadastral. O comprovante de residência e, no caso, não é documento indispensável à propositura da demanda. Descabimento do indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70057584260, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/05/2014) Portanto, a preliminar de inépcia deve ser rejeitada. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidospodem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência de crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança indevida. Inexistência do crédito. Nos termos do artigo 394 do Código Civil, considera-se em mora o devedor que não efetuar o cumprimento de sua obrigação no prazo estabelecido. Todavia, não havendo fato ou omissão que justifique a obrigação reivindicada, não há mora do devedor (art. 396 do Código Civil). Desta forma, para que a mora seja efetivamente constituída, necessário que haja prova de fato ou omissão praticado pelo devedor. No caso, considerando que a parte promovente nega a existência da obrigação que resultou nos restritivos de crédito no valor de (R$127,13)torna-se imprescindível que a empresa promovida comprove a origem do seu suposto crédito, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto ao contrato juntado e documentos pessoais, assim como, tela juntada onde demonstra a existência de pagamentos realizados para o telefone 99962-1012 apresentado como a comprovar a relação contratual e a existência de débito não adimplido das faturas de novembro e dezembro/2016 e janeiro/2017. Ademais, não há nos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do referido crédito (art. 373, inciso II, do CPC), situação em que evidencia a legitimidade da dívida e que não há conduta ilícita por parte da empresa promovida. Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço a existência do crédito em favor da parte promovida e, consequentemente, a cobrança é legítima e não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. Pedido contraposto Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei 9.099/95, é permitido à parte promovida formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte promovente. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do Fonaje, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte promovida for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95.POSSIBILIDADE DE PESSOA JURÍDICA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO NO JUIZADO ESPECIAL ENUNCIADO 31 DO FONAJE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS.(Embargos de Declaração Nº 71006086045, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 03/06/2016). CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PESSOA JURÍDICA. ADMISSÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. REPETIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL. INCABÍVEL. 1.É admissível nos Juizados Especiais a propositura de pedido contraposto por pessoa jurídica, sem acesso aos Juizados (Enunciado nº 31 do FONAJE). (...) (TJ-DF - ApelacaoCivel do Juizado Especial : ACJ 20140910107318 DF 0010731-71.2014.8.07.0009) Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte promovida seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança é legítima, conforme explanado no tópico anterior, que o pedido foi formulado de forma líquida e com base nos fatos alegados pela parte promovente, é devido o pedido contraposto. Desta forma, mormente quanto as informações contidas na contestação, no qual informa que o débito é referente a inadimplência é possível apurar que a parte promovente ainda deve a quantia de (R$ 127,13), dos débitos existentes inadimplidos e cadastrados nos órgãos de proteção ao crédito, discutidos na presente ação. Por esta razão, o pedido contraposto deve ser acolhido. Litigância de má-fé A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do CPC acompanhada do elemento dolo. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;II - alterar a verdade dos fatos;III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;VI - provocar incidente manifestamente infundado;VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 563.934/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte promovente ou da parte promovida ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. DISPOSITIVO Pelo exposto, proponho: a)julgar improcedente os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; b)julgar procedente o pedido contraposto para condenar a parte promovente a pagar à parte promovida a quantia de R$ 127,13 (cento e vinte e sete reais, treze centavos) corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, ambos a partir da contestação; c) diante da improcedência do pleito inicial e da procedência do pedido contraposto, para que não haja equívocos na fase de cumprimento de sentença, retifique-se o cadastro das partes, invertendo os polos ativo e passivo; d)indeferir o pedido de litigância de má-fé; e)rejeitar as preliminares arguidas; f)revogar a liminar concedida, cessando os seus efeitos. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei

9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007896-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007896-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos etc. PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS ajuizou ação indenizatória em desfavor do ITAU UNIBANCO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pelas partes promovidas que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral, requerendo a improcedência da ação. Ata da audiência de conciliação e impugnação à contestação, requerendo a decretação da revelia da parte promovida diante da ausência de carta de preposto com poderes para transigir. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Revelia A parte promovente requer a decretação da revelia da parte promovida, alegando a não juntada de carta de preposição aos autos, com poderes para transigir. Impõe observar que a parte promovida juntou carta de preposição contendo poderes para transigir, não justificando o pedido formulado pela parte promovente. Desta forma, considerando que foi apresentada a Carta de Preposição com poderes para transigir nos autos, afasto os efeitos da revelia. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência de crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança indevida. Inexistência do crédito. Nos termos do artigo 394 do Código Civil, considera-se em mora o devedor que não efetuar o cumprimento de sua obrigação no prazo estabelecido. Todavia, não havendo fato ou omissão que justifique a obrigação reivindicada, não há mora do devedor (art. 396 do Código Civil). Desta forma, para que a mora seja efetivamente constituída, necessário que haja prova de fato ou omissão praticado pelo devedor. No caso, considerando que a parte promovente nega a existência da obrigação que resultou nos restritivos de crédito no valor de (R$ 345,06) torna-se imprescindível que a empresa promovida comprove a origem do seu suposto crédito, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto ao contrato juntado, extrato bancário com movimentações como a comprovar a relação contratual e a existência de débitos não adimplidos conta corrente. Ademais, não há nos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do referido crédito (art. 373, inciso II, do CPC), situação em que evidencia a legitimidade da dívida e que não há conduta ilícita por parte da empresa promovida. Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço a existência do crédito em favor da parte promovida e, consequentemente, a cobrança é legítima e não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. DISPOSITIVO Pelo exposto, proponho: a)julgar improcedente os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010465-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALMIRO JOSE DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAGANHA DE LIMA OAB - MT17538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010465-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALMIRO JOSE DE MORAES REQUERIDO: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente no que tange a preliminar de incompetência arguida pela parte autora em sua impugnação deve ser rejeitada tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção. Assim, rejeito a alegação de incompetência absoluta por complexidade por entender pela desnecessidade da realização de perícia diante da assinatura lançada nos documentos juntados na inicial e aquela lançada nos documentos juntados na contestação. Portanto, afasto a preliminar de perícia grafotécnica, faço isso, com fulcro no disposto nos artigos 5º e 33, da Lei 9.099/95. Do mesmo modo, ressalto que no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito promovido pela reclamada, ao argumento de que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com a empresa demandada. A reclamada, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a reclamante inadimplente, conforme documentos acostados aos autos, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, a reclamada juntou cópia do Termo de Adesão e Contratação de Serviços SMP devidamente assinado pelo reclamante, além de documentos pessoais que sequer foram juntados na inicial (Id nº 26243635). Vale frisar que a semelhança da assinatura apresentada no contrato com aquela aposta nos documentos juntados nos autos é visualizada a olho nu, fato que afasta a conduta ilícita da requerida. Assim, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Desta feita, não há que se falar em declaração de inexistência do débito, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da reclamada. Presentes indícios substanciais de que o débito que

ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débito, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar o reclamante ao pagamento do valor total de R$ 196,90 (cento e noventa e seis reais e noventa centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007896-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007896-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos etc. PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS ajuizou ação indenizatória em desfavor do ITAU UNIBANCO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pelas partes promovidas que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral, requerendo a improcedência da ação. Ata da audiência de conciliação e impugnação à contestação, requerendo a decretação da revelia da parte promovida diante da ausência de carta de preposto com poderes para transigir. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Revelia A parte promovente requer a decretação da revelia da parte promovida, alegando a não juntada de carta de preposição aos autos, com poderes para transigir. Impõe observar que a parte promovida juntou carta de preposição contendo poderes para transigir, não justificando o pedido formulado pela parte promovente. Desta forma, considerando que foi apresentada a Carta de Preposição com poderes para transigir nos autos, afasto os efeitos da revelia. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência de crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança indevida. Inexistência do crédito. Nos termos do artigo 394 do Código Civil, considera-se em mora o devedor que não efetuar o cumprimento de sua obrigação no prazo estabelecido. Todavia, não havendo fato ou omissão que justifique a obrigação reivindicada, não há mora do devedor (art. 396 do Código Civil). Desta forma, para que a mora seja efetivamente constituída, necessário que haja prova de fato ou omissão praticado pelo devedor. No caso, considerando que a parte promovente nega a existência da obrigação que resultou nos restritivos de crédito no valor de (R$ 345,06) torna-se imprescindível que a empresa promovida comprove a origem do seu suposto crédito, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto ao contrato juntado, extrato bancário com movimentações como a comprovar a relação contratual e a existência de débitos não adimplidos conta corrente. Ademais, não há nos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do referido crédito (art. 373, inciso II, do CPC), situação em que evidencia a legitimidade da dívida e que não há conduta ilícita por parte da empresa promovida. Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço a existência do crédito em favor da parte promovida e, consequentemente, a cobrança é legítima e não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. DISPOSITIVO Pelo exposto, proponho: a)julgar improcedente os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007896-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007896-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos etc. PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS

SANTOS ajuizou ação indenizatória em desfavor do ITAU UNIBANCO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pelas partes promovidas que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral, requerendo a improcedência da ação. Ata da audiência de conciliação e impugnação à contestação, requerendo a decretação da revelia da parte promovida diante da ausência de carta de preposto com poderes para transigir. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Revelia A parte promovente requer a decretação da revelia da parte promovida, alegando a não juntada de carta de preposição aos autos, com poderes para transigir. Impõe observar que a parte promovida juntou carta de preposição contendo poderes para transigir, não justificando o pedido formulado pela parte promovente. Desta forma, considerando que foi apresentada a Carta de Preposição com poderes para transigir nos autos, afasto os efeitos da revelia. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência de crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança indevida. Inexistência do crédito. Nos termos do artigo 394 do Código Civil, considera-se em mora o devedor que não efetuar o cumprimento de sua obrigação no prazo estabelecido. Todavia, não havendo fato ou omissão que justifique a obrigação reivindicada, não há mora do devedor (art. 396 do Código Civil). Desta forma, para que a mora seja efetivamente constituída, necessário que haja prova de fato ou omissão praticado pelo devedor. No caso, considerando que a parte promovente nega a existência da obrigação que resultou nos restritivos de crédito no valor de (R$ 345,06) torna-se imprescindível que a empresa promovida comprove a origem do seu suposto crédito, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto ao contrato juntado, extrato bancário com movimentações como a comprovar a relação contratual e a existência de débitos não adimplidos conta corrente. Ademais, não há nos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do referido crédito (art. 373, inciso II, do CPC), situação em que evidencia a legitimidade da dívida e que não há conduta ilícita por parte da empresa promovida. Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço a existência do crédito em favor da parte promovida e, consequentemente, a cobrança é legítima e não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. DISPOSITIVO Pelo exposto, proponho: a)julgar improcedente os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008516-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDINEI DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1008516-45.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VALDINEI DE BRITO REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, ressalto que no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito promovido pela reclamada por débito no valor de R$ 367,66, com data de inclusão em 25/04/2018, ao argumento de que “não possui débito algum com a reclamada, razão pela qual a cobrança e a restrição creditícia são totalmente indevidas. A reclamada, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar o reclamante inadimplente, conforme documentos acostados aos autos, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Por sua vez, na impugnação, o reclamante sustenta que não reconhece o DÉBITO negativado, ainda, afirma que em nenhum momento questionou a relação jurídica. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, a reclamada juntou cópia do Termo de Adesão e Contratação de Serviços SMP devidamente assinado pela reclamante, além de documentos pessoais que sequer foram juntados na inicial (id. 25892343). Vale frisar que a semelhança da assinatura apresentada no contrato com aquela aposta nos documentos juntados nos autos é visualizada a olho nu, fato que afasta a conduta ilícita da requerida. Assim, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Cumpre destacar que o reclamante, de forma genérica, alega na peça inicial que teve seus dados negativados pela reclamante por dívida desconhecida e por contrato que “não se lembra” e na oportunidade da impugnação ao afirmar que nunca questionou o contrato que deu origem ao débito, age em evidente contradição e altera a narrativa apresentada na inicial, ofendendo assim os princípios do contraditório e ampla defesa. Neste sentido, a Turma Recursal Única do Tribunal de Justiça de Mato Grosso já decidiu: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA, POR PARTE DA CONSUMIDORA, QUANTO À CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA. TESES CONTRADITÓRIAS. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Na espécie, vislumbra-se que a Recorrente, na exordial, alegou de forma genérica ter sido informada da inserção de seu nome nas entidades de proteção ao crédito, por dívida desconhecida. Com efeito, não consta da exordial nenhuma afirmação de que a negativação é indevida em razão da inexistência de relação jurídica com a empresa Recorrente. Ao tecer alegações genéricas a respeito da negativação indevida, a parte demandante se “resguarda” contra as possíveis situações jurídicas que poderão ocorrer no processo após a manifestação da parte adversa. Assim é porque se a parte ré, na contestação, apresenta telas sistêmicas e históricos de pagamentos que comprovam a relação jurídica, nesse ato somente que a parte demandante apresenta impugnação afirmando que a empresa não apresentou contrato e que não teria relação jurídica com a empresa. Todavia, após a contestação, sem a juntada do contrato, a Recorrente passou a colocar em dúvida a própria existência da relação jurídica, o que, conforme mencionado alhures, em nenhum momento foi objeto de insurgência na exordial, modificando a sua assertiva. Registre-se que a Recorrida contestou a ação aduzindo que o débito é legítimo, pois oriundo de serviço da contratação de serviços de telefonia móvel utilizado pela consumidora,

bem como que a inserção do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito foi motivada pela inadimplência aos serviços contratados. Não houve qualquer impugnação específica quanto ao referido serviço, sua utilização e a inadimplência das faturas. Assim sendo, ante a evidente contradição entre as alegações tecidas na exordial e impugnação, as quais afastam definitivamente a verossimilhança das alegações autorais, tem-se como medida impositiva a improcedência dos pedidos formulados na presente ação. Inexistência de impugnação específica, por parte da consumidora, quanto à contratação do serviço que deu ensejo ao débito que originou a inscrição do seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito. Desobediência ao disposto no art. 373, I, do CPC. Dessa forma, CONHEÇO DO RECURSO e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO, de modo que indefiro a reforma da condenação, mantendo-se a sentença em sua íntegra nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95 e do art. 24 do Regimento Interno das Turmas Recursais Cíveis e Criminais dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso (Resolução n.º 003/96/TJMT), devendo a súmula do julgamento, servir de acórdão. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, a parte Recorrente arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 15% sobre o valor da causa. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (RI 1004647-93.2018.8.11.0006, Relator Dr. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO, Data do Julgamento: 03/09/2019.. Desta feita, não há que se falar em declaração de inexistência do débito, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da reclamada. Presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débito, a inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares arguidas e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar o reclamante ao pagamento do valor total de R$ 367,66 (trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008701-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA ALVES SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT15366/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008701-83.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FABIANA ALVES SOUZA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. A parte requerente ajuizou Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização com pedido liminar, onde alegou ser a titular da unidade consumidora nº 6/315070-3 e por indisponibilidade de recurso deixou de efetuar o pagamento, vindo a ter o serviço suspenso. Relata que obteve o valor para efetuar o pagamento da conta, sendo condicionada a religação do serviço a quitação do débito de R$557,33 referente a multa por recuperação de consumo. A título de tutela provisória de urgência, requereu o restabelecimento do serviço e a exclusão do restritivo. E no mérito pleiteou a anulação da fatura de dezembro/2018 no valor de R$557,33 e a indenização pelos danos morais. A liminar foi concedida conforme os ID. 24194278 e ID. 24861501 Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação no ID. 26073867, onde sustentou o inadimplemento da parte requerente, a ocorrência de fraude, a legalidade da cobrança, a ausência de ato ilícito e dano moral a ser indenizado. Postulou pela improcedência do feito. Ata da audiência de conciliação foi acostada no ID. 24782887 e a impugnação à contestação no ID. 25250367. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, observo que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (CF, art. 5º, LXXVIII), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do débito e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Suspensão de energia elétrica. As concessionárias de energia elétrica estão autorizadas a suspenderem seus serviços em caso de inadimplência. Neste sentido é o preconiza artigo 140, §3º da Resolução Normativa 414/2010 da ANEEL: § 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço, observado o disposto no Capítulo XIV, a sua interrupção: I - em situação emergencial, assim caracterizada a deficiência técnica ou de segurança em instalações de unidade consumidora que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico ou, ainda, o caso fortuito ou de força maior; ou II - após prévia notificação, por razões de ordem técnica ou de segurança em instalações de unidade consumidora, ou pelo inadimplemento do consumidor, considerado o interesse da coletividade. Em análise do caso concreto, nota-se que a parte requerente afirma que estava inadimplente com o pagamento das faturas, o que motivou a suspensão do serviço pela parte requerida. Não obstante afirma que já estava adimplente e teve o pedido de restabelecimento do serviço recusado em razão de uma multa referente ao mês de dezembro/2018 no valor de R$557,33 (ID. 24139013), não há prova nos autos da suspensão do serviço, bem como, do pedido da consumidora com a recusa da fornecedora. Cumpre mencionar que a parte requerente sequer juntou aos autos a data em que efetuou o pagamento das faturas e o protocolo de solicitação para religação do serviço que supostamente, foi negado. Embora se deva proporcionar ao consumidor a facilitação das provas de seus direitos (CDC, art. 6º, VIII), no presente caso, o ônus probatório continua com a parte requerida. Isto porque o consumidor não é hipossuficiente para comprovar a quitação, mas ao contrário, cabe a ele a prova do pagamento. Desse modo, pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos,

decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo-se que havia inadimplência. Portanto, a cobrança é legitima e não enseja conduta ilícita. Contestação de fatura. Havendo suspeita de irregularidade na fatura de energia elétrica, o consumidor tem direito a sua contestação, cabendo a concessionária a inspeção e aferição dos medidores técnicos existentes, sempre, respeitando o devido processo legal e o contraditório. Neste sentido é o que preconizam os artigos 129 e 137 da Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL. No caso de inconformismo com a cobrança de energia elétrica, cabe a concessionária a comprovação inequívoca do perfeito funcionamento do medidor, sendo necessária a demonstração da aferição e/ou inspeção. Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONHECIMENTO DO APELO NOBRE. POSSIBILIDADE. ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ADULTERAÇÃO DO MEDIDOR. PRESUNÇÃO DE AUTORIA DO CONSUMIDOR. DESCABIMENTO. [...] 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível a responsabilização do consumidor por débito de consumo sem a comprovação inequívoca de sua autoria na fraude do medidor. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, 2ª Turma, AgInt nos EDcl no REsp nº 1502609/PR, Rel. Min. Og Fernandes, DJU 25/10/2016). Naturalmente que as provas, a serem produzidas pelas concessionárias, tenham o devido valor jurídico, devem ser produzidas por órgãos oficiais competentes ou produzidas em respeito ao contraditório e ampla defesa. A propósito: AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INSPEÇÃO EM MEDIDOR. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO EQUIPAMENTO. COBRANÇA INDEVIDA DE CONSUMO PRESUMIDO. VERIFICAÇÃO UNILATERAL E SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO. 1- Na hipótese dos autos, apesar de o laudo administrativo produzido pela demandada constatar a ocorrência de avarias no medidor de energia do autor, não se mostra possível que o fornecedor, com base na simples afirmação de ocorrência de fraude, promova a cobrança retroativa de valores pretéritos unilateralmente apurados contra o consumidor. 2- Caso deseje exigir valores, deve antes comprovar a culpa do usuário na irregularidade do medidor, assim como juntar o memorial de cálculo de consumo da unidade ocupada, durante o período da suposta fraude e após a substituição do aparelho medidor. 3- É inadmissível tal procedimento por dívida apurada unilateralmente, não faturada, por suposta adulteração em medidor de energia, de acordo com a Jurisprudência Pacífica do TJPE, expressa pela Súmula 13: É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude. 4- Negado provimento ao Agravo da ré. (TJPE, 5ª Câm. Civ., AGV nº 3820313, Rel.: José Fernandes, DJU 24/02/2016). Verifico que concessionária não produziu provas que legitime a cobrança da fatura de dezembro/2018 (R$557,33 - ID. 24139013), pois não apresentou laudo técnico de aferição com certificação do órgão oficial competente, que comprove a irregularidade no medidor. Cumpre destacar que a parte requerida não encartou nenhum documento que legitime a cobrança do crédito exigido da parte requerente. Portanto, diante da irregularidade a cobrança é presumível a conduta ilícita da parte requerida. Dano moral. O dano moral pode decorrer de ofensa à honra objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera da honra subjetiva se reporta ao sofrimento suportado. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que, em regra, a simples cobrança indevida, embora caracterize conduta ilícita por si só, não configura o dano moral, visto que não tem o condão de levar a presunção de existência de dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque a esta modalidade de cobrança não denigre a imagem do consumidor e não gera sentimentos indesejados. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE CONDENATÓRIA - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DEVOLUÇÃO SIMPLES - AUSÊNCIA DE DANO MORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO CONSUMIDOR. [...] A cobrança indevida de serviço de telefonia, quando não há inscrição em cadastro de inadimplentes, não gera presunção de dano moral, sendo imprescindível a sua comprovação (STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp, nº 1.537.146/RS, Rel. Min.: Ricardo Villas Bôas Cueva, DJU 27/10/2015) [...]. (STJ, 4ª Turma, AgRg no AREsp nº 605.634/RS, Rel. Min.: Marco Buzzi, DJU 17/11/2016). No caso em tela, verifico que a parte requerida não incluiu o nome da parte requerente nos órgãos de proteção ao crédito, apenas a notificação (ID. 24342976) e a suspensão foi devida, pois a consumidora estava inadimplente, como visto anteriormente. Por essas razões, a simples cobrança caracteriza mero aborrecimento. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida nos ID. 24194278 e ID. 24861501, remetendo a discussão quanto ao seu descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do Princípio do Contraditório; b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil; c) determinar que a parte requerida, proceda no prazo de 30 (trinta) dias, a anulação da fatura de recuperação de consumo referente ao mês de dezembro/2018, no valor de R$557,33 (quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos), com vencimento em 29/03/2019, vinculado a unidade consumidora nº 6/315070-3. d) indeferir o pleito indenizatório por danos morais. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005591-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDINEI RODRIGUES PENA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019522-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELLE CHRISTINA DE ARRUDA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSA MARIA TEIXEIRA MATTAR OAB - MT6911-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELLE ZARK BORGES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Trata-se de Ação Monitória ajuizada por MICHELLE CHRISTINA DE ARRUDA CAMPOS em face de DANIELLE ZARK BORGES. Entretanto, o Enunciado nº 08 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais - dispõe: “As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais”. Como a ação monitória deve obedecer ao rito estabelecido nos arts. 700 e seguintes do CPC/2015, resta patente que se trata de procedimento especial, diverso do previsto no Juizado Especial. Urge salientar, entretanto, que o fato de não se aceitar o processamento da ação monitória no Juizado Especial não significa que o Promovente ficará impedido de procurar receber o seu crédito pelo Juizado Especial, pois poderá promover diretamente a execução se tiver título executivo ou, caso contrário, ajuizar ação de cobrança com esta finalidade que tramitará pelo rito previsto na Lei 9.099/95. Ante o exposto, levando-se em consideração que a ação monitória possui rito especial, e que as ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, com fulcro no art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Transitado em julgado arquive-se este processo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011762-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ANTONIETA GRACAS MUZZI CORREA CARDOZO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ CUIABANO OAB - MT12212/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011762-49.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA ANTONIETA GRACAS MUZZI CORREA CARDOZO REQUERIDO: CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING Vistos etc. A parte requerente ajuizou Ação indenizatória pelos danos materiais e morais, onde alegou que no dia 28/09/2019 veio a sofrer uma queda, em virtude de uma poça de sorvete que estava no chão do shopping (ID. 24892556 a 24892561). Relata que no local não havia nenhuma sinalização e ao solicitar o auxílio de um profissional, foi informado que o estabelecimento não dispõe de ambulatório. Narra que foi acionado o corpo de bombeiros que prestou os primeiros socorros e devido as queixas de dores, foi encaminhada ao hospital Jardim Cuiabá para receber atendimento. Afirma que foram realizados exames e preceituado medicação. Esclarece que após o incidente foi solicitado o ressarcimento junto a parte requerida, sendo recusado. Pleiteia a reparação dos danos materiais (R$367,30) e a indenização pelos danos morais. Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação no ID. 26367064, sustentou a ausência de prova e da responsabilidade civil, a inexistência de ato ilícito e de dano moral a ser indenizado. Ao final, postulou pela improcedência do feito. Termo da audiência de conciliação foi acostada no ID. 26453953 e a impugnação à contestação no ID. 26493148. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). É a síntese do necessário. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, observo que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (art. 5º, inciso LXXVIII, CF), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço, o dano material e moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Falha na prestação de serviço. Em se tratando de relação de consumo, os prestadores de serviço têm o dever de prestá-los com qualidade e de forma eficiente, como se extrai da redação do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor. Quando o prestador executa o serviço contratado de forma ineficiente, descumpri com o objeto pactuado e comete conduta ilícita. Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE. DANO MORAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITO INFRINGENTE. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem examinou a prova dos autos para concluir pela existência de danos morais, oriundos de acidente ocorrido nas dependências de shopping center. Alterar tal conclusão demandaria nova análise da matéria fática, inviável em recurso especial. 4. Embargos de declaração acolhidos, sem efeito infringente. (STJ, 4ª Turma, EDcl no AgInt no AREsp nº 1029399/DF, Rel. Min.: Antônio Carlos Ferreira, DJU 01/03/2018). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE EM SHOPPING CENTER. AUTORA EMPURRADA CONTRA UMA COLUNA DE ESPELHO. DANOS MATERIAIS. MAJORAÇÃO. DANOS MORAIS. MÃE E FILHO. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DANOS ESTÉTICOS AFASTADOS. DENUNCIAÇÃO À LIDE. AUSÊNCIA DE COBERTURA PARA OS DANOS MORAIS. [...] (TJRS, 5ª Câm. Cív; EDcl nº 70079093803, Rel.: Jorge André Pereira Gailhard, DJU 18/12/2018). No caso dos autos a parte requerente sustentou a ineficiência do serviço prestado pela parte requerida, pois o local não era estava em condições para transitar e não havia sinalização. Analisando o conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a parte requerida evidencia, por meio de fotos o sorvete no piso e o atendimento do corpo de bombeiros (ID. 24892556 a 24892561). Verifico ainda que a parte requerida não instruiu os autos com nenhum documento que possa excluir a sua responsabilidade sobre os fatos narrados pela parte requerente, limitando em arguiu apenas a inexistência de prova e de dano moral. Por tudo isso, entendo que está efetivamente configurada a falha na prestação do serviço da parte requerida. Dano material Quem ocasiona dano material a outrem tem o dever de indenizá-lo (CC, art. 186). Nos termos do artigo 402 do Código Civil, o dano material pode ser materializado tanto na modalidade de perdas emergentes quanto na modalidade de lucros cessantes. Independentemente da modalidade de dano material, diferentemente do dano moral, este não se presume, deve ser integralmente comprovado. Neste sentido: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CIVIL. VALOR IRRISÓRIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS. DANO MATERIAL NÃO PROVADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. [...] 6. De outro norte, no que se refere à indenização por danos materiais, nada há a ser provido. O dano material deve sempre estar devidamente demonstrado a conferir juridicidade à pretensão condenatória respectiva. 7. Na hipótese, não há sequer indicação do modelo do celular e óculos que a autora alega terem sido danificados. A existência e a extensão dos danos que alega haver sofrido não encontram, assim, suporte nos autos, e à evidência, não podem ser presumidos. Com efeito, não se julga ressarcimento de dano por verossimilhança e sim com a segurança exigida pelo ordenamento jurídico, onde a prova deve ser robusta e irretorquível, não se afigurando adequada a condenação por danos hipotéticos ou mera presunção. [...] (TJDF, 3ª Tur. Rec; ACJ nº 20150610060419, Rel.: Sandra Reves Vasques Tonussi, DJU 02/02/2016). Em análise do caso, nota-se que a parte requerente alega ter suportado dano material na modalidade de perdas emergentes em decorrência do pagamento de exames (R$148,30) e medicamentos (R$218,00) na soma de R$367,30 (trezentos e sessenta e sete reais e trinta centavos). Em exame do conjunto probatório, mormente quanto as notas fiscais anexadas nos ID. 24892565 e ID. 24892564, verifico que o dano material encontra devidamente comprovado no valor postulado, fazendo a parte requerente jus à indenização pelos danos materiais. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE. [...] 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva,

a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. [...] (STJ, 3ª Turma, REsp 1807242/RS, Rel. Min.: Nancy Andrighi, DJU 20/08/2019). Assim, demonstrado o evento danoso e o nexo causal com o serviço prestado pela parte requerida, caracteriza a obrigação de indenizar. Nesse passo, é devida a indenização por danos morais, por violação à integridade física da parte requerente, em razão de evidente falha na prestação do serviço do shopping center requerido. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. QUEDA DE CLIENTE EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL. FATO DO SERVIÇO. CONFIGURAÇÃO DO DEVER DE INDENIZAR. À luz das disposições do Código de Defesa do Consumidor, é objetiva a responsabilidade do estabelecimento comercial pelos danos causados com a queda de cliente. Prova dos autos que demonstra a falha no dever de segurança do shopping center demandado, uma vez que não adotou medidas protetivas eficientes para evitar a queda da parte autora, ocorrido no banheiro do estabelecimento, pelo fato de o piso estar molhado e escorregadio, sem qualquer sinalização. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS. MANUTENÇÃO. Situação retratada nos autos, consubstanciada na queda da parte autora no banheiro do shopping demandado em decorrência do piso escorregadio, da qual resultou fratura do colo do fêmur esquerdo, demandando intervenção cirúrgica e sessões de fisioterapia. Danos danos morais in re ipsa. Não comporta minoração o valor da indenização fixado em R$ 25.000,00 (dez mil reais), observando-se as peculiaridades do caso concreto, bem como a natureza jurídica da condenação e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. DANOS MATERIAIS. DESPESAS COM DESLOCAMENTO. COMPROVAÇÃO. Comprovadas pela parte autora as despesas com deslocamentos, bem como o nexo de causalidade com o evento danoso, fazem jus à restituição das quantias despendidas a tal título. RECURSO DESPROVIDO. (TJRS, 9ª Câm. Cív; APC nº 70080659055, Rel.: Tasso Caubi Soares Delabary, DJU 27/03/2019). APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS QUEDA EM ESTACIONAMENTO DE SHOPPING CENTER. LESÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. Trata-se de ação de indenização por danos morais decorrentes de lesão sofrida pela autora nas dependências do estabelecimento réu, julgada procedente na origem. Consoante entendimento jurisprudencial uníssono, o estabelecimento comercial ao oferecer estacionamento a seus clientes passa a responder pelos danos causados aos consumidores que nele estacionam seus veículos, haja vista os deveres de guarda e vigilância. Inteligência da Súmula nº 130 do STJ. A relação travada entre os litigantes é nitidamente de consumo, encontrando, portanto, amparo no Código de Defesa do Consumidor. Assim sendo, é aplicável à espécie o disposto no artigo 14 do Código Consumerista. A responsabilidade no caso em comento é objetiva, ou seja, independe de prova da culpa do agente causador do dano, uma vez verificada a falha na prestação do serviço. Incide na espécie a inversão do ônus da prova, a teor do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual, uma vez alegado que o acidente ocorreu pela queda da autora em razão da ausência de sinalização de piso escorregadio no estacionamento do shopping center, incumbe a parte requerida comprovar que inexistiu qualquer falha na prestação do serviço. No caso em comento, o ticket de estacionamento juntado aos autos (fl. 11), e as fotografias (fls. 12/15), atestaram que as lesões sofridas pela autora se deram em razão da queda sofrida pela ausência de sinalização de piso escorregadio, razão pela qual a acionante se desincumbiu do seu ônus probatório, ex vi legis do artigo 373, I, da novel legislação processual e restou configurado o ato ilícito, bem como o respectivo dever de indenizar. Comprovada a falha na prestação do serviço, que ocasionou o acidente sofrido pela autora, e não demonstrada qualquer excludente de responsabilidade, ônus que recaia ao réu, nos termos do artigo 373, II, da novel legislação processual, deve o requerido ser responsabilizado pelos prejuízos suportados pela acionante e ser condenado ao pagamento de indenização. No que tange ao quantum indenizatório à título de danos morais, valorando-se as peculiaridades da hipótese concreta e os parâmetros adotados normalmente pela jurisprudência para a fixação de indenização, em hipóteses símiles, entendo que o valor de R$ 3.000,00 [...] (TJRS, 6ª Câm. Cív; APC nº 70079505889, Rel.: Niwton Carpes da Silva, DJU 13/12/2018). Por essas razões, o dano moral encontra-se caracterizado. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. [...] 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp nº 253.665/SC, Rel. Min.: Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 21/03/2013). Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais). Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para: b) condenar a parte promovida a pagar a parte promovente a quantia de R$367,30 (trezentos e sessenta e sete reais e trinta centavos) a título de danos materiais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir do efetivo desembolso (cf. Súmula 43 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (22/02/2019 - mov. 06); c) condenar a parte promovida a pagar a parte promovente a quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (11/10/2019 - ID. 24893059) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011318-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAVINA FERNANDES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER RAYMUNDO TALHARTE OAB - MT26523/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMBEV S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO HENRIQUE GONCALVES OAB - SP0131351A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011318-16.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DAVINA FERNANDES DE ALMEIDA REQUERIDO: AMBEV S.A. Vistos etc., DAVINA FERNANDES DE ALMEIDA ajuizou ação indenizatória em desfavor da AMBEV S.A. Em síntese, alegou que o débito apontado no SERASA já foi discutido no processo

8053410-55.2017.811.0001, com sentença declarando a inexistência do débito, com exclusão do seu nome dos órgãos de proteção ao crédito. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. A liminar foi concedida. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e arguiu prescrição e coisa julgada ao processo 8053410-55.2017.811.0001. No mérito sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral, requerendo a improcedência da ação. Ata da audiência de conciliação e impugnação à contestação. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Preliminar. Coisa julgada. A coisa julgada, como elemento assecuratório da segurança jurídica, configura-se quando se reproduzem ações idênticas, com as mesmas partes, causa de pedir e pedido, estando uma delas já decidida por sentença de mérito que não caiba mais recurso, como preconiza o artigo 337, §§ 1º à 3º, do CPC: § 1o Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. § 2o Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. § 3o Há litispendência quando se repete ação que está em curso. Partindo deste conceito e em análise dos elementos probatórios disponíveis nestes autos, nota-se que há identidade de partes, causa de pedir (nome no serasa) e pedido (indenização por danos morais) destes autos com os autos paradigmas (8053410-55.2017.811.0001). Ademais, cabe ressaltar que em ambos os processos está sendo discutido a inscrição indevida do nome do promovente nos órgãos de proteção ao crédito pelo suposto débito existente no valor de (R$ 468,24), mesmo valor discutido nas duas ações, com pedido de danos morais. Ante o exposto, considerando que no presente caso há similitude dos elementos caracterizadores da ação, configurando a coisa julgada. Dispositivo: Pelo exposto, proponho: a)considerando que no presente caso há similitude dos elementos caracterizadores da ação, configurando a coisa julgada, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, V do Código de Processo Civil, e b)revogar a decisão que deferiu a tutela provisória de urgência cessando integralmente todos os seus efeitos; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008759-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELA FERNANDES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1008759-86.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GRACIELA FERNANDES DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente no que tange a preliminar de incompetência arguida pela parte autora em sua impugnação deve ser rejeitada tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção. Assim, rejeito a alegação de incompetência absoluta por complexidade por entender pela desnecessidade da realização de perícia diante da assinatura lançada nos documentos juntados na inicial e aquela lançada nos documentos juntados na contestação. Portanto, afasto a preliminar de perícia grafotécnica, faço isso, com fulcro no disposto nos artigos 5º e 33, da Lei 9.099/95. Do mesmo modo, ressalto que no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito promovido pela reclamada, ao argumento de que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com a empresa demandada. A reclamada, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a reclamante inadimplente, conforme documentos acostados aos autos, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, a reclamada juntou cópia do Termo de Adesão e Contratação de Serviços SMP devidamente assinado pela reclamante, além de documentos pessoais que sequer foram juntados na inicial (id. 26002677). Vale frisar que a semelhança da assinatura apresentada no contrato com aquela aposta nos documentos juntados nos autos é visualizada a olho nu, fato que afasta a conduta ilícita da requerida. Assim, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Desta feita, não há que se falar em declaração de inexistência do débito, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da reclamada. Presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débito, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante. OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar a reclamante ao pagamento do valor total de R$ 177,68 (cento e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009191-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALBA VALERIA MENDES MACHADO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1009191-08.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALBA VALERIA MENDES MACHADO DE SOUZA REQUERIDO: OI S.A S E N T E N Ç A Dispensado o relatório nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Do mesmo modo, afasto a preliminar de rejeição da inversão do ônus da prova, tendo em vista que a mesma se confunde com o mérito da lide, de modo que com ele deve ser analisado. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pois bem. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da reclamante nos cadastros de proteção ao crédito pela requerida por dívida no valor de R$ 181,30 (cento e oitenta e um reais e trinta centavos) com data de inclusão em 30/07/2018, no entanto a requerente afirma que jamais manteve vínculo com a requerida e não contratou qualquer serviço que pudesse ter originado o débito. Assim, pugna pela anulação do negócio jurídico com a consequente declaração de inexistência do débito que originou a referida negativação, bem como pela condenação da reclamada ao pagamento de reparação por danos morais. Por sua vez, em contestação a reclamada afirma que após análise do histórico da cobrança foi constatado que a parte autora realizou cadastro junto a requerida referente ao contrato nº 5094167766588, aduz, ainda, que constam no sistema operacional diversos pagamentos anteriores, o que também comprova que a reclamante já realizou outras compras. Por fim, como pedido contraposto, pugna pela condenação da reclamante ao pagamento do débito inadimplido, além da condenação nas penas de litigância de má-fé. No mérito a pretensão inicial merece juízo de parcial procedência. Destarte, embora tenha a reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, não apresentou qualquer documento apto a provar a contratação pela parte requerente. A reclamada em sua contestação insiste na regularidade da negativação, tendo em vista que fora localizado em observância ao seu sistema interno assinatura em nome da autora possuindo faturas pendentes, conforme telas sistêmicas colacionadas junto à peça de defesa. Ocorre que a imagens de suas telas de sistemas em verdade repercutem imagens de seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Resta, pois, impossível reputar 'telas de sistema' como prova segura que tenha a propriedade de convencer, não se caracterizando, pois, como prova no sentido próprio do termo, sendo apenas elementos indicativos que não devem ser tomados senão com reservas; fazem prova, isso sim, contra a parte que as produziu, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Desta feita, a parte requerida não apresentou provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor da consumidora resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- "A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. (...)" (REsp 1440721/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTATURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 11/11/2016). 4- "OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL." (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992, p. 16801). 5- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento." (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018) Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Portanto, em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante, resta, portanto, configurada a falha na prestação de serviço praticada pela reclamada, conforme descrito na inicial. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Por outro lado, melhor sorte não socorre a reclamante no que tange à ocorrência de danos morais. Em consulta ao sistema PROJUDI vislumbra-se que existem diversas ações em nome da parte autora onde também discute a inexistência de relação jurídica com outras empresas. Em que pese a procedência de algumas dessas ações vislumbra-se que a reclamatória ajuizada em desfavor do banco Bradesco Cartões (Processo nº 80870825420178110001) fora arquivada pela ausência injustificada da parte autora em audiência de conciliação, caracterizando, assim, a contumácia. Vale consignar que não foi apresentado recurso inominado. Assim, conforme extrato de negativação juntado nos autos daquele processo (mov. 1.3), vislumbra-se a existência de anotação pré-existente (17/06/2017) ao débito aqui discutido (30/07/2018), que não está sendo questionado judicialmente. Assim, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da empresa ré ao negativar o nome da reclamante por dívida inexistente, o fato de possuir registro anterior válido em cadastro de inadimplentes aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui não tenha tido prejuízo decorrente da conduta ilícita da reclamada. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, "Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento". De outra banda, quanto ao pleito contraposto apresentado pela reclamada, também não merece prosperar em razão da ausência de comprovação da

relação jurídica mantida com a demandante, e, por conseguinte, a existência de débito em seu nome. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante para DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito aqui litigado, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida e JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de danos morais. OPINO pela improcedência do pedido contraposto. Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011522-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FATIMA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS PAULO ALENCAR DE OLIVEIRA OAB - MT17536-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011522-60.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FÁTIMA MARIA DA SILVA REQUERIDO: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA Visto. Certo é que se mostra lícito às partes buscarem a finalização da demanda mediante concessão mútua, inclusive, dispensando o Magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar apenas e tão-somente a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, homologando a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, vislumbro que as partes são capazes e nada obsta a homologação da transação celebrada nos autos. Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, possuindo-a eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o artigo 515 do Código de Processo Civil. Assim, diante do acordo realizado em audiência de conciliação (ID. 26374047), outro caminho não há senão a homologação. Dispositivo. Ante o exposto, opino pela homologação por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o artigo 487, inciso III, alínea b do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008980-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOCILENE DA SILVA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CESAR DE SOUZA HUNGRIA OAB - MT16800/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ceres Bilate Baracat OAB - MT12869-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008980-69.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOCILENE DA SILVA SANTOS REQUERIDO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Vistos etc. A parte requerente ajuizou Ação indenizatória, onde alegou ser beneficiária do plano Unimed Premium com abrangência nacional (ID. 24191494) e no dia 14/09/2019 teve uma reação alérgica na cidade de Cáceres-MT, sendo atendida no hospital São Luís. Relata que teve o atendimento negado injustificadamente (ID. 24191499), pois estava adimplente com suas obrigações perante a parte requerida (ID. 24191497). Afirma que efetuou o pagamento da consulta e medicação no valor de R$352,53 (ID. 24191500 e ID. 24191503). Ao final, pleiteia a indenização pelos danos materiais no valor de R$352,53 e a indenização pelos danos morais. Devidamente citado no ID. 25364687, a parte requerida compareceu à audiência de conciliação (ID. 25754696), mas não apresentou a contestação conforme ID. 26436031. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Revelia. Nos termos dos artigos 344 do Código de Processo Civil e 20 da Lei nº 9.099/95, considera-se revel quando a parte requerida não comparece à audiência de conciliação ou não apresenta contestação. Em análise do caso concreto, nota-se que a parte requerida foi regularmente citada e compareceu à audiência de conciliação, todavia não apresentou a contestação. Desta forma, considero revel a parte requerida. Julgamento antecipado da lide. Diante da revelia e com base no teor do que dispõe o artigo 355, inciso II do Código de Processo Civil, é plenamente cabível e oportuno o julgamento antecipado da lide. Limites do conflito. A revelia gera confissão ficta quanto à matéria fática discutida nos autos, contudo, a presunção é relativa (art. 20 da Lei nº 9.099/95 e 344 do CPC), devendo o Juiz ponderar os elementos probatórios disponíveis nos autos e ressalvar os fatos que não dependem de provas, os notórios, os reconhecidos pelo autor e aqueles sobre os quais milita presunção legal de existência ou veracidade (CPC, art. 374), bem como no caso de litisconsórcio passivo, alguns deles contestar a ação (CPC, art. 345, I). Por isso, o simples fato de a parte requerida ser revel não implica automaticamente na procedência da pretensão autoral, mas induz a presunção relativa. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE. CHEQUE. PRESCRIÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. APRECIAÇÃO DE PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ART. 131 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. DESNECESSIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. [...] 2. A revelia enseja a presunção relativa da veracidade dos fatos narrados pelo autor da ação, podendo ser infirmada pelas demais provas dos autos, motivo pelo qual não determina a imediata procedência do pedido. [...] (STJ, 4ª Turma, AgRg no Ag nº 1237848/SP, Rel. Min.: Maria Isabel Gallotti, DJU 11/10/2016). Partindo desta premissa e em análise dos autos, observa-se que, em relação a recusa injustificada no atendimento da parte requerente, não há qualquer outra prova ou circunstância jurídica que possa fragilizar a presunção relativa da confissão ficta ocasionada pela revelia. Assim, diante das provas reunidas pela parte requerente na inicial eu comprovam o seu adimplemento, a cobertura nacional para o procedimento solicitado, não há justificativa para a recusa, caracterizando a falha na prestação de serviço da parte requerida. Logo, há conduta ilícita por parte da parte requerida. Dano material Quem ocasiona dano material a outrem tem o dever de indenizá-lo (art. 186 do CC). Nos termos do artigo 402 do Código Civil, o dano material pode ser evidenciado na modalidade perdas emergentes ou lucros cessantes. Independentemente da modalidade de dano material, diferentemente do dano moral, este não se presume, deve ser integralmente comprovado. Neste sentido: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CIVIL. VALOR IRRISÓRIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS. DANO MATERIAL NÃO PROVADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. [...]

6. De outro norte, no que se refere à indenização por danos materiais, nada há a ser provido. O dano material deve sempre estar devidamente demonstrado a conferir juridicidade à pretensão condenatória respectiva. 7. Na hipótese, não há sequer indicação do modelo do celular e óculos que a autora alega terem sido danificados. A existência e a extensão dos danos que alega haver sofrido não encontram, assim, suporte nos autos, e à evidência, não podem ser presumidos. Com efeito, não se julga ressarcimento de dano por verossimilhança e sim com a segurança exigida pelo ordenamento jurídico, onde a prova deve ser robusta e irretorquível, não se afigurando adequada a condenação por danos hipotéticos ou mera presunção. [...] (TJDF, 3ª Tur. Rec. JEC, ACJ nº 20150610060419, Rel.: Sandra Reves Vasques Tonussi, DJU 02/02/2016). Em análise do caso, nota-se que a parte requerente alega ter suportado dano material na modalidade de perdas emergentes no valor de R$352,53 (trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos), consistente ao pagamento dos exames, conforme nota fiscal anexados no ID. 24191500 e ID. 24191503. Assim, com base no conjunto probatório disponível nos autos, nota-se que o dano material encontra devidamente comprovado no valor pleiteado, fazendo a parte requerente jus à restituição. Dano moral. O dano moral pode decorrer de ofensa à honra objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera da honra subjetiva se reporta ao sofrimento suportado. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que a recusa ao atendimento médico hospitalar, em regra, é suficiente para presumir a existência de dano moral, em decorrência do dano à integridade física e emocional, na modalidade subjetiva (dano in re ipsa). Isto porque o fato ocorrido teve o condão proporcionar sentimentos indesejados como preocupação, frustração, angústia e ansiedade. A propósito: RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. PRAZO DE CARÊNCIA. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA. APENDICITE AGUDA. CARÊNCIA CONTRATUAL. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA RESTRITIVA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. [...] 2. A jurisprudência desta Corte vem reconhecendo o direito ao ressarcimento dos danos morais advindos da injusta recusa de cobertura de seguro saúde, pois tal fato agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, uma vez que, ao pedir a autorização da seguradora, já se encontra em condição de dor, de abalo psicológico e com a saúde debilitada. [...] (STJ, 3ª Turma, REsp nº 1243632/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJU 11/09/2012). Por essas razões, o dano moral encontra-se caracterizado. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. [...] 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp nº 253.665/SC, Rel. Min.: Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 21/03/2013). Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais). Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) decretar a revelia da parte requerida e os efeitos; b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil: c) condenar a parte requerida a pagar a parte requerente a quantia de R$352,53 (trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos) a título de danos materiais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir do efetivo desembolso (14/09/2019 - ID. 24191500 e ID. 24191503), conforme Súmula 43 do STJ e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação; d) condenar a parte requerida a pagar a parte requerente a quantia de R$5.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (23/10/2019 - ID. 25364687) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009067-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALDETTE DA SILVA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAMEDE LIMA PARREIRA OAB - MT19809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009067-25.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WALDETTE DA SILVA COSTA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc. A parte requerente ajuizou Ação declaratória de inexistência de débito cumulado com indenização por danos morais onde alegou ser correntista parte requerida e que no ano de 2016 foi vítima de um roubo em sua empresa que impossibilitou de honrar com seus compromissos, acarretando o inadimplemento perante o banco. Narra que formalizou uma renegociação da dívida no valor de R$1.860,39 (ID. 24213246 e ID. 24213255), mas, após o pagamento não foi encaminhado pela assessoria de cobrança a carta de anuência e nem houve a baixa no sistema do protesto junto ao 4º Serviço Notarial de Cuiabá (ID. 24243262). A título de tutela provisória de urgência, requereu a exclusão do protesto cartorário existente no seu nome. No mérito, pleiteou a declaração de inexistência de débito e a indenização por danos morais. A liminar foi concedida, conforme o ID. 24236401 Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação no ID. 26103931 e sustentou a inexistência de recusa de entrega da carta de anuência, a responsabilidade da parte requerente de proceder a baixa do protesto, o exercício regular do direito em virtude do inadimplemento, a ausência de ato ilícito e de dano moral a ser indenizado. Ao final, postulou pela improcedência do feito. Termo da audiência de conciliação foi acostada no ID. 25843731 e a impugnação à contestação no ID. 26291641. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (CF, art. 5º, LXXVIII), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a ilegalidade na manutenção do protesto e a ocorrência do dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Excludente de culpabilidade. O prestador de serviço possuí responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a sua culpa, conforme artigo 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor. No entanto, a

responsabilidade objetiva pode ser afastada quando comprovada a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como, nas hipóteses de casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. [...] (STJ, 4ª Turma, REsp nº 974.138/SP, Rel. Min.: Raul Araújo, DJU 22/11/2016). Neste contexto, a parte requerida sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusivamente do consumidor e, por isso, alega não possuir responsabilidade civil quanto ao ilícito questionado. No caso concreto, observo a culpa exclusiva do consumidor, pois a parte requerida não é responsável pelo cancelamento de protesto de títulos cambiais posteriormente pagos, visto que cabe ao consumidor ou terceiro interessado a exibição do documento de quitação do título protestado no Serviço Notarial. Neste sentido a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, em seu artigo 2º, vejamos: Artigo 2º - Será cancelado o protesto de títulos cambiais posteriormente pagos mediante a exibição e a entrega, pelo devedor ou procurador com poderes especiais, dos títulos protestados, devidamente quitados, que serão arquivados em cartório. § 1º Para os fins previstos no caput deste artigo, não serão aceitas cópias ou reproduções de qualquer espécie, ainda que autenticadas. § 2º Na impossibilidade de exibir o título protestado, o devedor, para obter o cancelamento do protesto, deverá apresentar declaração de anuência de todos que figurem no registro de protesto, com qualificação completa e firmas reconhecidas, devendo ser arquivada em cartório a referida declaração. Além da norma acima transcrita, a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que regula os serviços concernentes ao protesto de títulos, dispõe em seu artigo 26, in verbis: Artigo 26 - O cancelamento do registro do protesto será solicitado diretamente no Tabelionato de Protesto de Títulos, por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado, cuja cópia ficará arquivada. Importante ressaltar inclusive, que esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça firmado em julgamento de Recurso Repetitivo (tema 725): CANCELAMENTO DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. ÔNUS DO CANCELAMENTO DO PROTESTO LEGITIMAMENTE EFETUADO. DEVEDOR. CONFORME DISPÕE O ART. 2º DA LEI N. 9.492/1997, OS SERVIÇOS CONCERNENTES AO PROTESTO FICAM SUJEITOS AO REGIME ESTABELECIDO NESTA LEI. ALEGAÇÃO DE O DÉBITO TER SIDO CONTRAÍDO EM RELAÇÃO DE CONSUMO. IRRELEVÂNCIA, POR SE TRATAR DE PROCEDIMENTO SUBMETIDO A REGRAMENTO ESPECÍFICO. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto. 2. Recurso especial não provido. (STJ, 2ª Seção, Recurso Repetitivo Tema 725, REsp nº 1339436/SP, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, DJU 10/09/2014). Em análise dos autos, nota-se que a parte requerente não comprovou a solicitação da carta de anuência e nem a recusa da parte requerida em expedi-la, razão pela qual, não há dúvida que a manutenção do protesto ocorreu por sua exclusiva culpa. Consequentemente, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) revogar a decisão que deferiu a tutela provisória de urgência na ID. 24236401, cessando integralmente todos os seus efeitos; b) julgar improcedente os pedidos da ação proposta, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008441-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESPEDITO NUNES LEITE DE FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARCIA SOARES MODESTO OAB - MT13343-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008441-06.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ESPEDITO NUNES LEITE DE FRANCA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. A parte requerente ajuizou a Ação de indenização por danos morais, sob alegação de ser a titular da linha móvel sob nº (65) 99952-9313, com o plano pós pago mensal no valor de R$178,87. Afirma que solicitou a mudança do chip no dia 26/08/2019, sendo informado que em 24 horas o serviço estaria normalizado (protocolo nº 20196323179039). Narra que transcorrido o prazo informado pela parte requerida, o serviço não volto a funcionar. Esclarece que tentou solucionar o problema administrativamente pelos protocolos 20196323179039, 20196323151549, 20196340379968, 20196340387805, 20196351941403 e 20196373898161, 20196351941403 e 20196373898161, mas somente no dia 10/09/2019 conseguiu utilizar o serviço. Pleiteou o abatimento na fatura, a correção do seu nome da fatura e a indenização pelos danos morais no valor de R$8.000,00. Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestação no ID. 25890895, onde arguiu a preliminar incompetência em razão da matéria. No mérito sustentou a regularidade do serviço, a impossibilidade da repetição do indébito, a ausência de ato ilícito e dano moral a ser indenizado. Ao final, postulou pela improcedência do feito. Termo da audiência de conciliação acostada no ID. 25628735 e a impugnação à contestação no ID. 26168226. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). PRELIMINAR Incompetência em razão da matéria. Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada Juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de Organização Judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir Juízo Arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei nº 9.099/95, o Juizado Especial Cível é competência para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 - A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. [...] 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa - e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível - esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos - quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) - para definir o que são causas cíveis de menor complexidade. Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. [...] (STJ, 3ª Turma, RMS nº 30170/SC, Rel. Min.: Nancy Andrighi, DJU 05/10/2010). Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para

processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial. Em análise dos autos, no caso, não é necessário a produção da prova técnica para apurar a falha na prestação de serviço de telefonia, visto que a referida prova se torna impossível por falta de vestígios para a análise. No caso concreto, por não ser necessária a produção de prova pericial, não se trata de matéria de complexa e, consequentemente, este Juízo é competente para processar e julgar a presente demanda. MÉRITO. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (CF, art. 5º, LXXVIII), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Falha na prestação de serviço. Quando o prestador executa o serviço contratado de forma ineficiente, descumpri com o objeto pactuado e comete conduta ilícita. Neste sentido: AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO - DIREITO DO CONSUMIDOR - TELEFONIA MÓVEL - TIM CELULAR S/A. AUSÊNCIA DE SINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONFIGURAÇÃO DO ATO ILÍCITO. 1 - A essencialidade do serviço de telefonia móvel, nos termos do caput e do parágrafo único, do art. 22 do CDC, deve ser prestado adequadamente, eficientemente, de maneira segura e contínua. Se descumprir essas determinações, a concessionária de serviço público será compelida a cumpri-las e reparar os danos causados, conforme firme entendimento deste eg. Tribunal de Justiça. 2 - O dano moral ocorreu em virtude de não poder contar com o uso dos serviços de telefonia móvel entre os dias 30/12/2014 e 02/01/2015 por falha da operadora ré, justamente no período de réveillon. 3 - O valor fixado a título de indenização por dano moral (R$ 1.500,00) alcança os vieses compensatório e desestimulatório, bem como respeita os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e a vedação ao enriquecimento sem causa. 4 - Os juros moratórios incidem a partir da data de citação nos casos de responsabilidade contratual. 5 - Negar provimento. (TJPE, 2ª Tur; AGV sob n. 3899296, Rel.: Márcio Fernando de Aguiar Silva, DJU 30/07/2015). Em análise dos autos, nota-se que a parte requerente alega a indisponibilidade do serviço contratado pela parte requerida, o que dificulta a realização de ligações entre o período de 26/08/2019 a 10/09/2019. A parte requerida encartou nos autos o histórico de ligações (ID. 25890540), que foi impugnado pela parte requerente. Ademais o consumidor informou os protocolos realizados junto a parte empresa que não foram contestados pela empresa requerida (20196323179039, 20196323151549, 20196340379968, 20196340387805, 20196351941403 e 20196373898161, 20196351941403 e 20196373898161). Embora os protocolos de atendimento, em regra, não sejam consideradas provas robustas por não serem técnicas, no caso em exame, considero-o como válida, visto que, além de verossímeis, os fatos envolvidos devem ser interpretados em desfavor do prestador dos serviços, pois este detém o encargo probatório de disponibilizar a aludida gravação e não o fez (cf. art. 15 e 16 do Decreto nº 6.523/2008 que regula a Lei nº 8.078/1990 quanto ao Serviço de Atendimento ao Consumidor). Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. SOLICITAÇÃO DE CONTA DETALHADA DE TELEFONE POR CALL CENTER NÃO ATENDIDA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. O consumidor demandante possui o direito e solicitou detalhamento da conta de telefone pelo call center, informando o número de protocolo na petição inicial. Se houve juntada da documentação na resposta à ação pela operadora de telefonia, e não houve contestação quanto existência desse este pedido via call center, ou mesmo juntada da respectiva gravação, ocorre o reconhecimento da procedência do pedido, não se configurando hipótese de ausência de justa causa para o ajuizamento da medida cautelar, justificando-se, também, a condenação da demandada nos ônus de sucumbência, de acordo com o princípio da causalidade. [...] (TJRS, 20ª Câm. Cív; APC nº 70050500834, Rel.: Carlos Cini Marchionatti, DJU 12/09/2012). Diante da ausência das gravações realizadas pelo call center da parte requerida, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Conclui-se que houve a indisponibilidade do serviço noticiada pela parte requerente, concluindo que efetivamente não houve a prestação de serviço eficiente pela parte requerida. Dano material Quem ocasiona dano material a outrem tem o dever de indenizá-lo (art. 186 do CC). Nos termos do artigo 402 do Código Civil, o dano material pode ser materializado tanto na modalidade de perdas emergentes quanto na modalidade de lucros cessantes. Independentemente da modalidade de dano material, diferentemente do dano moral, este não se presume, deve ser integralmente comprovado. Neste sentido: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CIVIL. VALOR IRRISÓRIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS. DANO MATERIAL NÃO PROVADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. [...] 6. De outro norte, no que se refere à indenização por danos materiais, nada há a ser provido. O dano material deve sempre estar devidamente demonstrado a conferir juridicidade à pretensão condenatória respectiva. 7. Na hipótese, não há sequer indicação do modelo do celular e óculos que a autora alega terem sido danificados. A existência e a extensão dos danos que alega haver sofrido não encontram, assim, suporte nos autos, e à evidência, não podem ser presumidos. Com efeito, não se julga ressarcimento de dano por verossimilhança e sim com a segurança exigida pelo ordenamento jurídico, onde a prova deve ser robusta e irretorquível, não se afigurando adequada a condenação por danos hipotéticos ou mera presunção. [...] (TJDF, 3ª Tur. Rec; ACJ nº 20150610060419, Rel.: Sandra Reves Vasques Tonussi, DJU 02/02/2016). A parte promovente alega ter suportado dano material em decorrência da cobrança indevida de valores no período de 26/08/2019 a 10/09/2019, quando o serviço ficou indisponível. Entretanto, verifico que a parte não identifica quais os valores que pleiteia a título de dano material, o que impõe no indeferimento do pedido. Dano moral. O dano moral pode decorrer da ofensa à honra, nas modalidades objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera subjetiva se reporta ao sofrimento suportado no seu íntimo. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que a indisponibilidade do serviço de telefonia, é suficiente para presumir a existência de dano moral, em decorrência do dano ao conforto da vida moderna, na modalidade subjetiva (dano in re ipsa). Isto porque o fato ocorrido tem o condão proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade, já que se trata de um serviço essencial a vida moderna. A propósito: RECURSO CÍVEL INOMINADO - EMPRESA DE TELEFONIA - SUSPENSÃO INDEVIDA DOS SERVIÇOS DE INTERNET - INADIMPLÊNCIA - FALTA DE PROVAS - NEGLIGÊNCIA DA OPERADORA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A empresa de telefonia que suspende indevidamente a prestação de serviços de internet, comete ato ilícito, e emerge a obrigação de indenizar o consumidor pelos danos sofridos. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor. Mantém-se o valor da indenização a título de dano moral, se fixado dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT, TRU, RI sob nº 120100406709/2012, Rel: Valmir Alaércio dos Santos, DJU 19/04/2012). Por essas razões, o dano moral encontra-se caracterizado. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: Compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. [...] 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp nº 253.665/SC, Rel. Min.: Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 21/03/2013). Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$3.000,00 (três mil reais). DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas; b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil: c) indeferir o pleito indenizatório por danos materiais; d) condenar a parte requerida a pagar aos requerentes a quantia de R$3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (16/10/2019 - ID. 25079763) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS); e) determinar a alteração do nome da parte requerente na fatura para ESPEDITO NUNES LEITE DE FRANÇA. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007896-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007896-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos etc. PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS ajuizou ação indenizatória em desfavor do ITAU UNIBANCO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pelas partes promovidas que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral, requerendo a improcedência da ação. Ata da audiência de conciliação e impugnação à contestação, requerendo a decretação da revelia da parte promovida diante da ausência de carta de preposto com poderes para transigir. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Revelia A parte promovente requer a decretação da revelia da parte promovida, alegando a não juntada de carta de preposição aos autos, com poderes para transigir. Impõe observar que a parte promovida juntou carta de preposição contendo poderes para transigir, não justificando o pedido formulado pela parte promovente. Desta forma, considerando que foi apresentada a Carta de Preposição com poderes para transigir nos autos, afasto os efeitos da revelia. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência de crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança indevida. Inexistência do crédito. Nos termos do artigo 394 do Código Civil, considera-se em mora o devedor que não efetuar o cumprimento de sua obrigação no prazo estabelecido. Todavia, não havendo fato ou omissão que justifique a obrigação reivindicada, não há mora do devedor (art. 396 do Código Civil). Desta forma, para que a mora seja efetivamente constituída, necessário que haja prova de fato ou omissão praticado pelo devedor. No caso, considerando que a parte promovente nega a existência da obrigação que resultou nos restritivos de crédito no valor de (R$ 345,06) torna-se imprescindível que a empresa promovida comprove a origem do seu suposto crédito, pois se trata de fato constitutivo de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto ao contrato juntado, extrato bancário com movimentações como a comprovar a relação contratual e a existência de débitos não adimplidos conta corrente. Ademais, não há nos autos prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do referido crédito (art. 373, inciso II, do CPC), situação em que evidencia a legitimidade da dívida e que não há conduta ilícita por parte da empresa promovida. Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço a existência do crédito em favor da parte promovida e, consequentemente, a cobrança é legítima e não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. DISPOSITIVO Pelo exposto, proponho: a)julgar improcedente os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007865-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA ALMEIDA PIRES DE MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENY SULIVAN BARRETO CAMPOS RAMOS OAB - MT25973-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007865-13.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BRUNA ALMEIDA PIRES DE MIRANDA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc., BRUNA ALMEIDA PIRES DE MIRANDA ajuizou ação indenizatória em desfavor da ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Em síntese, alegou que é moradora do imóvel com UC 6/25043050, vindo a ter a sua energia suspensa no dia 21/08/2019 pelo débito da fatura em aberto com vencimento de 26/07/2019. Alega que, realizou o pagamento da fatura no mesmo dia, entretanto, a sua energia somente foi religada no dia 23/08/2019, ou seja, após 24 horas de prazo. Ao final, postulou indenização por danos materiais pela perda de alimentos e alimentação gasta com a família nesse período em restaurenta, assim como, indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação e sustentou a inexistência de culpa, alegando

que o pagamento ocorreu somente no dia 21/08/2019 de duas faturas em aberto e não somente a de agosto/2019, com o restabelecimento da energia dentro do prazo legal, requerendo a improcedência da ação. Ata da audiência de conciliação acostada e impugnação à contestação. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Ilegitimidade ativa. A indicação na petição inicial, da parte promovente, trazendo como causa de pedir fundamentos que evidenciam a existência de uma suposta relação jurídica de direito material com a parte promovida, é suficiente para sustentar a legitimidade das partes, como preconizado pela Teoria da Asserção, amplamente aceita no c. STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEORIA DA ASSERÇÃO. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DA LESÃO. TEORIA DA ACTIO NATA. MOMENTO DA OCORRÊNCIA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Não há ilegitimidade passiva nas hipóteses em que a pertinência subjetiva do réu em relação à pretensão deduzida em juízo torna-se evidente à luz da teoria da asserção, segundo a qual as condições da ação devem ser aferidas tomando como pressuposto, provisoriamente, apenas em juízo de admissibilidade da demanda, as próprias afirmações ou alegações contidas na petição inicial, dispensando-se qualquer atividade probatória. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no AREsp 740.588/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015) Diante do exposto, em exame apenas das alegações contidas na inicial, nota-se que as partes da relação jurídica de direito material (corte da energia elétrica na UC 6/25043050) não coincidem com as partes desta demanda, já que a parte promovente na presente ação é a Sra. BRUNA ALMEIDA PIRES DE MIRANDA, entretanto, os documentos juntados na inicial demonstram que a titular da UC 6/25043050é a Sra. MARCOS PONTES XAVIER. Portanto, não sendo a parte promovente legitima para figurar no polo ativo, reconheço a ilegitimidade ativa de ofício da parte promovente e, via de consequência, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 485, VI do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004060-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TAINAN FERREIRA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1004060-52.2019.8.11.0001. REQUERENTE: TAINAN FERREIRA SANTOS REQUERIDO: OI BRASILTELECOM S E N T E N Ç A Compulsando os autos verifica-se que a parte reclamante, embora devidamente intimada – Id 22832737, deixou de comparecer na audiência de conciliação sem apresentar qualquer justificativa plausível pela ausência na audiência – Id 24579620. Neste sentido, é importante ressaltar que a presença das partes nas audiências é obrigatória, devendo apresentar suas justificativas até a abertura da sessão, em caso de impossibilidade de comparecimento. Prescreve o Enunciado 20 do FONAJE: "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto". O artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, prescreve que: "Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o Autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo". Assim, não comparecendo a parte interessada na audiência, a extinção do processo é medida que se impõe. A extinção do processo independerá, no presente caso, de prévia intimação pessoal das partes (art. 51, §1º da Lei nº 9.099/95). Ensina o jurisconsulto Ricardo Cunha Chimenti que: "Não comparecimento do autor. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099, de 26-9-1995, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído". (in, Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, 8ª edição, Editora Saraiva, pág. 102). Nesse sentido, verbis: "PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. AUTOR. AUSÊNCIA. INTIMAÇÃO. ADVOGADO. VALIDADE. EXTINÇÃO. CONSEQUÊNCIA LEGAL. Nos termos do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, a ausência do autor a qualquer das audiências do processo acarreta a extinção do feito sem julgamento do mérito, não se justificando a falta quando o advogado da parte foi regularmente intimado da designação do ato. Recurso conhecido e não provido". (Recurso Inominado nº 2004.0001565-3, Juiz Relator Vitor Roberto Silva, Livro 45, folha 229/231, Julgado em 09/08/2004 - Turma Recursal Única do Juizado Especial Cível do Estado do Paraná). Para evitar a extinção do processo em razão do não comparecimento à audiência designada, a justificativa deve ser apresentada até o momento da abertura do referido ato. Devemos nos ater que o rigor da exigência do comparecimento pessoal das partes às audiências designadas decorre do princípio maior do sistema dos Juizados Especiais, que é a tentativa de conciliação entre os litigantes. Com efeito, o legislador atribuiu tal importância à conciliação que obrigou a presença pessoal das partes, estabelecendo sérias sanções para aquele que não comparecer à audiência: para o Autor, a extinção do feito, para a Ré, a revelia. (TJSP, 1º Colégio Recursal da Capital do Estado de São Paulo). Ante o exposto, com fundamento no Enunciado 20 do FONAJE e art. 51, inciso I da Lei nº 9.099/1995, OPINO pela EXTINÇÃO da presente ação, sem resolução de mérito, ante a ausência injustificada do reclamante à audiência. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei 90.99/95), OPINO pela CONDENAÇÃO do promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE, não podendo repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009892-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KEREN HAPUK SILVA BARBOZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE SOUZA AMARAL OAB - MT23226/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009892-66.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KEREN HAPUK SILVA BARBOZA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos etc. A parte requerente ajuizou Ação declaratória de ilegalidade de cobrança cumulada com indenizatória, onde alegou ser correntista do banco, titular do cartão sob n° 4180.5310.2333.1034 e no dia 23/05/2019 recebeu mensagem via SMS, sobre duas compras uma no valor de R$121,90 e outra no valor de R$229,23, parcelada em 3 vezes. Comunicou a parte requerida sobre os fatos (protocolo nº 143164733), sendo informada sobre a clonagem do cartão. Na ocasião, a atendente afirmou que seria bloqueado o cartão,

emitido um novo e excluído as referidas cobranças. Narra que recebeu um novo cartão conforme a fatura anexa (sob nº 4180.53**.****.1042), porém no mês 06/2019 houve o descontos dos compras contestadas. Relata que não efetuou o pagamento da fatura, pois não houve a exclusão dos valores. Pleiteou a declaração de inexistência do débito e a indenização pelos danos morais. Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação no ID. 25946691, onde arguiu a preliminar a falta de interesse de agir. No mérito, sustentou a regular contratação, a exclusão dos valores contestados, a ausência de ato ilícito e de dano moral a ser indenizado. Ao final, postulou pela improcedência do feito. Termo da audiência de conciliação foi acostada no ID. 26013413 e a impugnação à contestação na ID. 26154034. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). PRELIMINAR Ausência de Interesse de Agir. Segundo a Teoria da Asserção, o simples fato de a parte requerente ter imputado à parte requerida a prática de ato ilícito, independentemente da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, é suficiente para a demonstração de seu interesse processual. Entender de forma contrária violaria frontalmente o Princípio ao Livre Acesso ao Poder Judiciário, ancorado no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Neste sentido: INTERESSE DE AGIR, LEGITIMIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. [...] 3. Deste modo, uma vez constatada a não-observância de tais regras básicas, surge o interesse-necessidade para a tutela pleiteada. Vale observar, ainda, que as condições da ação são vistas in satu assertionis (Teoria da Asserção), ou seja, conforme a narrativa feita pelo demandante, na petição inicial. Desse modo, o interesse processual exsurge da alegação do autor, realizada na inicial, o que, ademais, foi constatado posteriormente na instância ordinária. Tudo isso implica reconhecer a não-violação dos arts. 3º e 267, VI, do CPC. [...] (STJ, 2ª Turma, REsp nº 470.675/SP, Rel. Min.: Humberto Martins, DJU 16/10/2007). Desta forma, em análise do caso concreto, nota-se que a simples alegação contida na inicial de que a parte requerida causou dano moral à parte requerente é suficiente para evidenciar o interesse processual. Portanto, não havendo razão a arguição preliminar de ausência de interesse processual, rejeita-se. MÉRITO Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, observo que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (art. 5º, inciso LXXVIII, CF), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a legalidade da cobrança e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Fraude bancária. Os prestadores de serviço devem ser cautelosos e observar a Função Social do Contrato (art. 421 do CC) para que terceiros de boa-fé não sejam prejudicados, principalmente em se tratando de relação de consumo. Por isso, quando o prestador de serviço não disponibiliza de meios de segurança eficientes e possibilita a ocorrência de fraude bancária, prejudicando consumidores que lhe confiam seus recursos financeiros, comete conduta ilícita. Nesse sentido: JUIZADO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA REALIZADA MEDIANTE FRAUDE. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADA. REVELIA. ATO ILÍCITO INTRÍNSECO AO RISCO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA AUTORA OU DE TERCEIRO. QUESTÃO SUPERADA PELOS EFEITOS DA CONTUMÁCIA. USO DO VALOR DO CHEQUE ESPECIAL E RETENÇÃO DO 13º SALÁRIO. VERBA ALIMENTAR. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. - [...] As relações comerciais entre as instituições financeiras e seus clientes são regidas pelo Código de Defesa do Consumidor. E neste caso, a falha de segurança na prestação do serviço pelo banco, que permitiu a realização de operações fraudulentas bancárias na conta corrente perpetradas por terceiros, caracteriza fato do serviço e atrai o dever de reparação (art. 14, CDC e STJ/Súmula 479/STJ). - [...] Restando incontroverso que as transferências de numerário, a partir da conta corrente, ocorreram mediante fraude, cabe à instituição financeira efetuar sua restituição, em razão do seu dever de guarda e vigilância dos valores depositados e confiados. - A apropriação de valor depositado na conta corrente, como o crédito concedido antecipadamente ao cliente (cheque especial) e a retenção do 13º salário para a cobertura do prejuízo, desconsiderando sua natureza alimenta, é fato suficiente para caracterizar o dano moral [...]. (TJDF, 1ª Tur; ACJ nº 20151010075246, Rel.: Luís Gustavo B. de Oliveira, DJU 16/02/2016). RESPONSABILIDADE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CONDENATÓRIA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. FRAUDE. BOLETO. - PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DO RÉU. (1) ILEGITIMIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. BOLETO. FRAUDE NA EMISSÃO. SÍTIO ELETRÔNICO. PAGAMENTO À CONTA DIVERSA. RESPONSABILIDADE DO BANCO. ACERTO. - Ao disponibilizar os serviços bancários através de meio eletrônico, os bancos assumem a responsabilidade de reparar os danos que decorram da falha de segurança no contado com o consumidor, como o caso de adulteração e fraude em boletos bancários. A obrigação de ofertar segurança às operações realizadas através da internet não é do consumidor, e sim da instituição financeira (TJDFT, AC n. 20150110360593, Rel. Des.: Alfeu Machado, DJU 21.06.2017). [...] (TJSC, 5ª Câm. Cív; APC n. 0322850-27.2014.8.24.0038, Rel. Des.: Henry Petry Junior, DJU 17/10/2017). Diante do exposto, examinando o caso concreto e diante das transações impugnadas pela parte requerente, cabe à instituição financeira comprovar de que efetivamente a transação foi realizada pelo consumidor. Todavia, compulsando as provas disponíveis nos autos, inexistem sequer indícios de que os lançamentos denominados Regishop e Sou Barato.com, foram realizados pela parte requerente. E não há qualquer elemento comprobatório de que a instituição financeira utilizou dos recursos tecnológicos disponíveis para identificar as transações e sua origem, pois não há evidência de que o cartão magnético disponibilizado ao consumidor era equipado com chip e exigia senha. Portanto, diante da fraude bancária, a cobrança é indevida e caracteriza conduta ilícita da parte requerida. Dano moral. O dano moral pode decorrer de ofensa à honra objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera da honra subjetiva se reporta ao sofrimento suportado. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que, em regra, a simples cobrança indevida (ID. 24398367), embora caracterize conduta ilícita por si só, não tem o condão de levar a presunção de existência de dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE CONDENATÓRIA - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DEVOLUÇÃO SIMPLES - AUSÊNCIA DE DANO MORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO CONSUMIDOR. [...] A cobrança indevida de serviço de telefonia, quando não há inscrição em cadastro de inadimplentes, não gera presunção de dano moral, sendo imprescindível a sua comprovação (AgRg no REsp N. 1.537.146/RS, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, julgado em 27/10/2015, DJe 3/11/2015). [...]. (STJ, 4ª Turma, AgRg no AREsp 605.634/RS, Rel. Min. Marco Buzzi, DJU 17/11/2016). Por essas razões, não há dano moral caracterizado. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho: a) rejeitar a preliminar arguida; b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil: c) determinar que a parte requerida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, proceda o cancelamento definitivo das cobranças denominadas Regishop e Sou Barato.com, da fatura do mês 06/2019 em nome da parte requerente; d) indeferir o pleito indenizatório por danos morais. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002402-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEIZE SANTOS DE ALMEIDA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1002402-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LEIZE SANTOS DE ALMEIDA PEREIRA REQUERIDO: VIVO S.A. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, a preliminar de incompetência arguida pelo reclamante deve ser rejeitada tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção. Assim, rejeito a alegação de incompetência absoluta por complexidade, tendo em vista a desnecessidade da realização de perícia diante dos áudios juntados na inicial, faço isso, com fulcro no disposto nos artigos 5º e 33, da Lei 9.099/95. Do mesmo modo, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito pelo débito no valor de R$ 98,77 (noventa e oito reais e setenta e sete centavos) com data de inclusão em 12/03/2018 promovida pela reclamada. Aduz, em sua peça inicial que não reconhece o referido débito uma vez que não possui qualquer relação jurídica com a demandada, razão pela qual a inscrição no cadastro de inadimplentes é abusiva e ilegal. A reclamada, em contestação, alega que a reclamante possui a linha telefônica nº 65999525419 habilitada junto à reclamada, assim, aduz que o autor deixou de efetuar o pagamento de algumas faturas, o que levou à inserção de seus dados em cadastro de proteção ao crédito. Ao final, pugna, como pedido contraposto, pugna pela condenação do reclamante ao pagamento do valor inadimplido, além de condenação nas penas de litigância de má-fé. Analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifico que a reclamada se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, e comprovou a existência de relação jurídica entre as partes com a juntada de áudio em mp3, onde o reclamante autorizou a ativação de conta junto à reclamada e confirmou todos os seus dados pessoais para a celebração do negócio jurídico (id nº 24496417 – 4'14''). Registro, ainda, que o reclamante não trouxe nenhuma prova de que tenha efetuado o pagamento integral das faturas inadimplidas. Cumpre esclarecer que a providência adotada pela empresa reclamada no que diz respeito a gravação da conversa telefônica (autogravação), ainda que feita sem o conhecimento do interlocutor e sem ordem judicial prévia, é considerada meio lícito de prova, ademais, vale frisar que por diversas vezes o consumidor foi informado acerca da gravação da ligação. Portanto, não há que se falar em prova ilícita, uma vez que a presente modalidade de interceptação telefônica lato sensu não se confunde com a modalidade prevista na Lei nº 9.296/96. Deste modo, presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo valores em aberto, a inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante. OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar o reclamante a pagar à reclamada o valor de R$ 98,77 (noventa e oito reais e setenta e sete centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003001-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILUZE SILVA MULLER PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILUZE SILVA MULLER PINHEIRO OAB - MT10523-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAURO CESAR SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003001-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARILUZE SILVA MULLER PINHEIRO REQUERIDO: MAURO CESAR SILVA Visto. Certo é que se mostra lícito às partes buscarem a finalização da demanda mediante concessão mútua, inclusive, dispensando o Magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar apenas e tão-somente a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, homologando a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, vislumbro que as partes são capazes e nada obsta a homologação da transação celebrada nos autos. Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, possuindo-a eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o artigo 515 do Código de Processo Civil. Assim, diante do acordo realizado em audiência de conciliação (ID. 24337022), outro caminho não há senão a homologação. Dispositivo. Ante o exposto, opino pela homologação por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o artigo 487, inciso III, alínea b do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009389-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA XAVIER SEJOPOLES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN ALMEIDA FREITAS DE MORAIS OAB - MT20281-O (ADVOGADO(A))
MARA YANE BARROS SAMANIEGO OAB - MT17883-O (ADVOGADO(A))
DANIEL POLETTO CHU OAB - MT22518/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009389-45.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RENATA XAVIER SEJOPOLES REQUERIDO: CLARO S.A. Vistos etc. A parte requerente ajuizou a Ação de indenização pelos danos morais com pedido liminar, onde alegou ter contrato o plano controle no valor de R$29,90 mensal. Afirma que em 02/2019, a parte requerida passou a cobrar valor superior ao devido. Esclarece que buscou a solução administrativamente, com o retornar para o plano anterior, mas não obteve êxito. A título de tutela provisória de urgência, requereu que a suspensão da cobrança diverso do contrato e que a parte requerida se abstenha de inserir seu nome no cadastro de inadimplente. No mérito, pleiteou a indenização por danos morais. A liminar foi concedida conforme o ID. 24297404. Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação no ID. 25847647, onde sustentou a ausência de ato ilícito e do dano moral a ser indenizado. Ao final, postulou pela improcedência do feito. Termo da audiência de conciliação foi acostada no ID. 25841068 e a impugnação à contestação no ID. 26080884. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, observo que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (art. 5º, LXXVIII, CF), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a legalidade da cobrança, a repetição do indébito e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança indevida diversa do pactuado. Qualquer modalidade de contrato deve respeitar o Princípio da Autonomia da Vontade, pois os negócios jurídicos devem ser concebidos como o resultado da convergência de vontades totalmente livres dos pactuantes. Para Maria Helena Diniz o princípio da autonomia da vontade se funda na liberdade contratual dos contratantes, consistindo no poder de estipular livremente, como melhor convier, mediante acordo de vontades, a disciplina de seus interesses, suscitando efeitos tutelados pela ordem jurídica. (DINIZ, 2008, p.23). Desta forma, quando o prestador de serviço efetua cobrança com aspectos diversos do que foi expressamente pactuado, comete conduta ilícita. Em exame do conjunto fático probatório reunido, verifico que não há prova nos autos acerca das condições do plano e do teor do contrato celebrado pelas partes. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII do CDC, o consumidor tem direito à facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Deste modo, considerando que a parte requerida possui plenas condições de comprovar o teor pactuado, tenho como verossímil as alegações da parte requerente diante da ausência de prova em sentido contrário. Pela insuficiência de provas quanto as condições do plano aderido pelo consumidor, aplicam-se as regras de hermenêutica que decide em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo-se que efetivamente houve cobrança sem amparo contratual, em desrespeito a autonomia da vontade. Portanto, considerando que a cobrança é indevida, visto que não amparada em cláusulas contratuais, há conduta ilícita praticada pela da parte requerida. Dano moral. O dano moral pode decorrer de ofensa à honra objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera da honra subjetiva se reporta ao sofrimento suportado. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que a simples cobrança diversa do contratado (ID. 24287188 a ID. 24287659), embora caracterize conduta ilícita, por si só, não configura o dano moral, visto que não tem o condão de levar a presunção de existência de dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque a esta modalidade de cobrança não denigre a imagem do consumidor e não gera sentimentos indesejados. Neste sentido: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE CONDENATÓRIA - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DEVOLUÇÃO SIMPLES - AUSÊNCIA DE DANO MORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO CONSUMIDOR. [...] A cobrança indevida de serviço de telefonia, quando não há inscrição em cadastro de inadimplentes, não gera presunção de dano moral, sendo imprescindível a sua comprovação (STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp, nº 1.537.146/RS, Rel. Min.: Ricardo Villas Bôas Cueva, DJU 27/10/2015) [...]. (STJ, 4ª Turma, AgRg no AREsp nº 605.634/RS, Rel. Min.: Marco Buzzi, DJU 17/11/2016). No caso em tela, verifico que a parte requerida não incluiu o nome da parte requerente nos órgãos de proteção ao crédito, bem como, não há registro nos autos da suspensão do fornecimento do serviço. Por essas razões, a cobrança dos débitos caracteriza mero aborrecimento. Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida na ID. 24297404, remetendo a discussão quanto ao seu descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do Princípio do Contraditório; b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil; c) indeferir o pleito indenizatório por danos morais. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005501-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO EDIBERTO PANZZA (REQUERENTE)
RONILDES PEDROSA DE AQUINO PANZZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PALOMARES MAIOLINO DE MENDONCA OAB - MT14961-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AUGUSTO MOTTA SOARES OAB - MT18555-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

22 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005501-68.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RONILDES PEDROSA DE AQUINO PANZZA, ANTONIO EDIBERTO PANZZA REQUERIDO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por RONILDES PEDROSA DE AQUINO PANZZA e ANTONIO EDIBERTO PANZZA em desfavor de UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que não assiste razão à parte autora. O que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora

sustenta que em 2019 seu seguro saúde sofreu dois reajustes, os quais entende abusivos. Assim, pretende seja declarada a abusividade da cláusula que estipula o reajuste das mensalidades do plano de saúde de acordo com a faixa etária e em índices anuais superiores aos parâmetros estipulados pela ANS, bem como a devolução dos valores cobrados a maior, bem como indenização por danos morais. Com efeito, no julgamento REsp 1.568.244/RJ, o egrégio STJ pacificou a questão para os fins do art. 1.040, do CPC, no sentido de que o reajuste de mensalidade de plano de saúde fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que haja previsão contratual, sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso. É o que se depreende do precedente citado: "RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. MODALIDADE INDIVIDUAL OU FAMILIAR. CLÁUSULA DE REAJUSTE DE MENSALIDADE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. LEGALIDADE. ÚLTIMO GRUPO DE RISCO. PERCENTUAL DE REAJUSTE. DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS. ABUSIVIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EQUILÍBRIO FINANCEIRO-ATUARIAL DO CONTRATO. 1. A variação das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde em razão da idade do usuário deverá estar prevista no contrato, de forma clara, bem como todos os grupos etários e os percentuais de reajuste correspondentes, sob pena de não ser aplicada (arts. 15, caput, e 16, IV, da Lei nº 9.656/1998).Nesse sentido: 2. A cláusula de aumento de mensalidade de plano de saúde conforme a mudança de faixa etária do beneficiário encontra fundamento no mutualismo (regime de repartição simples) e na solidariedade intergeracional, além de ser regra atuarial e asseguradora de riscos. 3. Os gastos de tratamento médico-hospitalar de pessoas idosas são geralmente mais altos do que os de pessoas mais jovens, isto é, o risco assistencial varia consideravelmente em função da idade. Com vistas a obter maior equilíbrio financeiro ao plano de saúde, foram estabelecidos preços fracionados em grupos etários a fim de que tanto os jovens quanto os de idade mais avançada paguem um valor compatível com os seus perfis de utilização dos serviços de atenção à saúde. 4. Para que as contraprestações financeiras dos idosos não ficassem extremamente dispendiosas, o ordenamento jurídico pátrio acolheu o princípio da solidariedade intergeracional, a forçar que os de mais tenra idade suportassem parte dos custos gerados pelos mais velhos, originando, assim, subsídios cruzados (mecanismo do community rating modificado). 5. As mensalidades dos mais jovens, apesar de proporcionalmente mais caras, não podem ser majoradas demasiadamente, sob pena de o negócio perder a atratividade para eles, o que colocaria em colapso todo o sistema de saúde suplementar em virtude do fenômeno da seleção adversa (ou antisseleção). 6. A norma do art. 15, § 3º, da Lei nº 10.741/2003, que veda "a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade", apenas inibe o reajuste que consubstanciar discriminação desproporcional ao idoso, ou seja, aquele sem pertinência alguma com o incremento do risco assistencial acobertado pelo contrato. 7. Para evitar abusividades (Súmula nº 469/STJ) nos reajustes das contraprestações pecuniárias dos planos de saúde, alguns parâmetros devem ser observados, tais como (i) a expressa previsão contratual; (ii) não serem aplicados índices de reajuste desarrazoados ou aleatórios, que onerem em demasia o consumidor, em manifesto confronto com a equidade e as cláusulas gerais da boa-fé objetiva e da especial proteção ao idoso, dado que aumentos excessivamente elevados, sobretudo para esta última categoria, poderão, de forma discriminatória, impossibilitar a sua permanência no plano; e (iii) respeito às normas expedidas pelos órgãos governamentais: a) No tocante aos contratos antigos e não adaptados, isto é, aos seguros e planos de saúde firmados antes da entrada em vigor da Lei nº 9.656/1998, deve-se seguir o que consta no contrato, respeitadas, quanto à abusividade dos percentuais de aumento, as normas da legislação consumerista e, quanto à validade formal da cláusula, as diretrizes da Súmula Normativa nº 3/2001 da ANS. b) Em se tratando de contrato (novo) firmado ou adaptado entre 2/1/1999 e 31/12/2003, deverão ser cumpridas as regras constantes na Resolução CONSU nº 6/1998, a qual determina a observância de 7 (sete) faixas etárias e do limite de variação entre a primeira e a última (o reajuste dos maiores de 70 anos não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o previsto para os usuários entre 0 e 17 anos), não podendo também a variação de valor na contraprestação atingir o usuário idoso vinculado ao plano ou seguro saúde há mais de 10 (dez) anos. c) Para os contratos (novos) firmados a partir de 1º/1/2004, incidem as regras da RN nº 63/2003 da ANS, que prescreve a observância (i) de 10 (dez) faixas etárias, a última aos 59 anos; (ii) do valor fixado para a última faixa etária não poder ser superior a 6 (seis) vezes o previsto para a primeira; e (iii) da variação acumulada entre a sétima e décima faixas não poder ser superior à variação cumulada entre a primeira e sétima faixas. 8. A abusividade dos aumentos das mensalidades de plano de saúde por inserção do usuário em nova faixa de risco, sobretudo de participantes idosos, deverá ser aferida em cada caso concreto. Tal reajuste será adequado e razoável sempre que o percentual de majoração for justificado atuarialmente, a permitir a continuidade contratual tanto de jovens quanto de idosos, bem como a sobrevivência do próprio fundo mútuo e da operadora, que visa comumente o lucro, o qual não pode ser predatório, haja vista a natureza da atividade econômica explorada: serviço público impróprio ou atividade privada regulamentada, complementar, no caso, ao Serviço Único de Saúde (SUS), de responsabilidade do Estado. 9. Se for reconhecida a abusividade do aumento praticado pela operadora de plano de saúde em virtude da alteração de faixa etária do usuário, para não haver desequilíbrio contratual, faz-se necessária, nos termos do art. 51, § 2º, do CDC, a apuração de percentual adequado e razoável de majoração da mensalidade em virtude da inserção do consumidor na nova faixa de risco, o que deverá ser feito por meio de cálculos atuariais na fase de cumprimento de sentença. 10. TESE para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que (i) haja previsão contratual, (ii) sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e (iii) não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso. 11. CASO CONCRETO: Não restou configurada nenhuma política de preços desmedidos ou tentativa de formação, pela operadora, de "cláusula de barreira" com o intuito de afastar a usuária quase idosa da relação contratual ou do plano de saúde por impossibilidade financeira. Longe disso, não ficou patente a onerosidade excessiva ou discriminatória, sendo, portanto, idôneos o percentual de reajuste e o aumento da mensalidade fundados na mudança de faixa etária da autora. 12. Recurso especial não provido.(REsp 1568244/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 19/12/2016)" No caso concreto, o contrato individual da autora, denominado PROPOSTA PLANO COLETIVO POR ADESÃO, registrado sob o número 6665, foi firmado em 16/08/2018, tendo os reajustes anuais com percentuais estipulados pela ANS. Ainda, quanto aos reajustes etários, que são os provenientes de mudança de idade, restou demonstrado que em 29/06/2018 a parte autora fez 50 anos, o que desencadeou o reajuste etário para a última faixa etária (50 à 59 anos), conforme previsão contratual. Dessa forma, analisando o contrato em questão, verifico que o reajuste por mudança de faixa etária está expressamente previsto contratualmente, assim como, os reajustes anuais. Outrossim, não restou comprovado que os percentuais aplicados tanto com relação aos reajustes por mudança de faixa etária quanto com relação aos reajustes anuais eram desarrazoados ou aleatórios e sem base atuarial idônea, ônus que incumbia à parte autora, na forma do art. 373, I, do CPC (art. 333, I, do CPC/1973). Aqui, diga-se que é inviável a inversão do ônus da prova porquanto não há verossimilhança nas alegações da parte autora, como prevê o art. 6°, VIII, do CDC, inclusive porque foram observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores. Nesse sentido: AÇÃO REVISIONAL. PLANO DE SAÚDE INDIVIDUAL. REAJUSTE DAS MENSALIDADES DO CONTRATO POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. ABUSIVIDADE NÃO VERIFICADA. I. No julgamento do REsp 1.568.244/RJ, o egrégio STJ pacificou a questão, para os fins do art. 1.040, do CPC, no sentido de que o reajuste de mensalidade de plano de saúde fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que haja previsão contratual, sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso. II. No caso concreto, o reajuste por mudança de faixa etária questionado pela parte autora ocorreu em de contrato firmado em 1998, devendo, portanto, seguir o que consta no contrato, respeitadas, quanto à abusividade dos percentuais de aumento, as normas da legislação consumerista e, quanto à validade formal da cláusula, as

diretrizes da Súmula Normativa nº 03/2001, da ANS. III. Dessa forma, analisando o contrato em questão, verifica-se que o reajuste por mudança de faixa etária está expressamente previsto. Outrossim, não restou comprovado que o percentual aplicado era desarrazoado ou aleatório e sem base atuarial idônea, ônus que incumbia à parte autora, na forma do art. 373, I, do CPC (art. 333, I, do CPC/1973). É inviável a inversão do ônus da prova porquanto não há verossimilhança nas alegações da parte autora, como prevê o art. 6°, VIII, do CDC, inclusive porque foram observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores. APELAÇÃO PROVIDA. (TJRS, Apelação Cível Nº 70074222209, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 27/03/2019) Reputa-se assim existente a relação jurídica entre as partes, mas restando inequívoca a inexistência de dano moral a ser reparado. Ante o exposto, julgo improcedente a pretensão contida na inicial, com resolução do mérito 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Revogo a medida liminar anteriormente concedida. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Cirlene Ribeiro de Figueiredo Juíza Leiga VISTOS, Homologo, POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo(a), na forma do art. 40 da Lei nº 9099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009745-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO FORTES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO DE MELO ROSA OAB - MT10097-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Carlos Alberto Miro da Silva OAB - MT16160-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009745-40.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANTONIO FORTES DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Visto. Certo é que se mostra lícito às partes buscarem a finalização da demanda mediante concessão mútua, inclusive, dispensando o Magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar apenas e tão-somente a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, homologando a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, vislumbro que as partes são capazes e nada obsta a homologação da transação celebrada nos autos. Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, possuindo-a eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o artigo 515 do Código de Processo Civil. Assim, diante da minuta de acordo encartado nos autos (ID. 26692547), outro caminho não há senão a homologação. Dispositivo. Ante o exposto, opino pela homologação por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o artigo 487, inciso III, alínea b do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007844-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO CAMPANER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TADEU CESARIO DA ROSA OAB - MT18331-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007844-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARCELO CAMPANER REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. A parte requerente ajuizou uma Ação indenizatória por danos morais, onde alegou ser o titular da unidade consumidora nº 6/2718384-7 e no dia 11/09/2019, a partir das 18 horas o fornecimento do serviço de energia foi interrompido em razão do transformador ter pegado fogo. Afirma que ficou sem energia por 51h30min e que possui três crianças residindo no imóvel, sendo uma de apenas 3 meses. Informa os protocolos de atendimento sob nº 59707592, 59721867, 59735838 e 59737032. no dia 19/03/2019, ao chegar em sua residência por volta das 18 horas, constatou que a energia estava oscilando. Ligou para o SAC e solicitou uma visita técnica (protocolo de atendimento nº 55971078). Pleiteia a indenização pelos danos morais. Devidamente citada, a parte requerida apresentou a contestação no ID. 25745097, sustentou a ausência de ato ilícito e a inexistência de dano moral a ser indenizado. Postulou pela improcedência do feito. Termo da audiência de conciliação foi acostado no ID. 25561277 e impugnação à contestação no ID. 26229872. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, observo que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (CT, art. 5º, LXXVIII), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Suspensão de energia elétrica. A parte requerida, na condição de concessionária de serviços públicos, tem o dever de prestar um serviço com eficiência e continuidade, conforme previsto no artigo 6º, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão: Artigo 6º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. § 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Em análise do caso concreto, nota-se que a parte requerida não instrui a contestação com elementos que comprove a continuidade no fornecimento do serviço na unidade consumidora, bem como a solução do problema no prazo legal. Ademais, a parte requerente informa os números dos protocolos sob nº 59707592, 59721867, 59735838 e 59737032, onde solicitou o reparo na unidade consumidora (ID. 23970933). Embora o protocolo de atendimento em call center não seja considerado prova técnica, no caso em exame considero-o como válida, visto que, além de verossímeis, os fatos envolvidos devem ser interpretados em desfavor do prestador dos serviços que detém o encargo probatório de disponibilizar a aludida gravação e não o fez (cf. art. 15 e 16 do Decreto nº 6.523/2008 que regula a Lei nº 8.078/1990 quanto ao o Serviço de Atendimento ao Consumidor). Neste sentido: DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. SOLICITAÇÃO DE CONTA DETALHADA DE TELEFONE POR CALL CENTER NÃO ATENDIDA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. O consumidor demandante possui o direito e solicitou detalhamento da conta de telefone pelo call center, informando o número de protocolo na petição inicial. Se houve juntada da documentação na resposta à ação pela operadora de telefonia, e não houve contestação quanto existência desse este pedido via call center, ou

mesmo juntada da respectiva gravação, ocorre o reconhecimento da procedência do pedido, não se configurando hipótese de ausência de justa causa para o ajuizamento da medida cautelar, justificando-se, também, a condenação da demandada nos ônus de sucumbência, de acordo com o princípio da causalidade. [...] (TJRS, 20ª Câm. Cív; APC nº 70050500834, Rel.: Carlos Cini Marchionatti, DJU 12/09/2012). Portanto, diante da ausência das gravações correspondentes aos protocolos informados nos autos, presume-se que efetivamente houve suspensão de energia elétrica injustificada, sem o restabelecimento no prazo devido. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE. [...] 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. [...] (STJ, 3ª Turma, REsp 1807242/RS, Rel. Min.: Nancy Andrighi, DJU 20/08/2019). Todavia, quando os fatos ofendem o direito a personalidade com superficialidade, equivalente as frustrações corriqueiras, não há dano moral indenizável, visto que caracteriza mero aborrecimento. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que a suspensão no fornecimento de energia elétrica é suficiente para presumir a existência de dano moral, isto porque o fato ocorrido tem o condão proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade, já que se trata de um serviço essencial a vida moderna. A propósito: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS - RELAÇÃO DE CONSUMO - SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANO MORAL - CONFIGURADO - QUANTUM FIXADO - MINORAÇÃO - DESCABIMENTO - Recurso conhecido e desprovido. A indenizatória contra empresa prestadora de serviço público, o regime a ser aplicado é o da responsabilidade civil objetiva, portanto desnecessário indagar a respeito da culpa do causador dos danos. Incidência do art. 37, § 6º, da CF e dos arts. 14 e 22, parágrafo único, do CDC. Evidenciado que a demandada é responsável pela suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, caracterizada está hipótese de responsabilidade civil. Danos morais in re ipsa, decorrentes do próprio fato lesivo, corte no fornecimento de serviço público cuja nota característica é a essencialidade. [...] (TJMT, 2ª Câm. Cív; Ap nº 90877/2015, Des. Sebastião de Moraes Filho, DJU 02/12/2015). Por essas razões, o dano moral encontra-se caracterizado. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: Compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. [...] 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do Estado de Santa Catarina desprovido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp nº 253.665/SC, Rel. Min.: Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 21/03/2013). Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais). Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil; b) condenar a parte requerida a pagar a parte requerente a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento), a partir da citação (30/09/2019 - ID. 24450429) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010306-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ROCIVALDO MOREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010306-64.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE ROCIVALDO MOREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: CLARO S.A. Vistos etc. A parte requerente ajuizou a Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais e pedido liminar, sob alegação de ser a titular da linha móvel sob nº (65) 99232-3589 e em março/2019 aderiu ao plano controle no valor mensal de R$29,90, ofertado via call center pela parte requerida. Afirma que por não receber as faturas, deixou de efetuar os pagamentos, o que acarretou a suspensão do serviço. Relata que mesmo após o adimplemento dos débitos, o serviço não foi restabelecido. Esclarece que tentou solucionar o problema administrativamente pelos protocolos 201971871562, 201974413506, mas sem êxito. A título de tutela provisória de urgência, requereu o restabelecimento do serviço na modalidade pré-pago e a indenização por danos morais. A liminar foi concedida conforme o ID. 24540551. Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestação no ID. 2632596 e arguiu a suspensão do serviço em razão do inadimplemento, o restabelecimento do serviço, a ausência de ato ilícito e dano moral a ser indenizado. Ao final, postulou pela improcedência do feito. Termo da

audiência de conciliação acostada no ID. 26056727 e a impugnação à contestação no ID. 26335005. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do Código de Processo Civil, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (CF, art. 5º, LXXVIII), julgo desnecessária a produção de outras provas em Audiência de Instrução e Julgamento. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Falha na prestação de serviço. Quando o prestador executa o serviço contratado de forma ineficiente, descumpri com o objeto pactuado e comete conduta ilícita. Neste sentido: AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO - DIREITO DO CONSUMIDOR - TELEFONIA MÓVEL - TIM CELULAR S/A. AUSÊNCIA DE SINAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONFIGURAÇÃO DO ATO ILÍCITO. 1 - A essencialidade do serviço de telefonia móvel, nos termos do caput e do parágrafo único, do art. 22 do CDC, deve ser prestado adequadamente, eficientemente, de maneira segura e contínua. Se descumprir essas determinações, a concessionária de serviço público será compelida a cumpri-las e reparar os danos causados, conforme firme entendimento deste eg. Tribunal de Justiça. 2 - O dano moral ocorreu em virtude de não poder contar com o uso dos serviços de telefonia móvel entre os dias 30/12/2014 e 02/01/2015 por falha da operadora ré, justamente no período de réveillon. 3 - O valor fixado a título de indenização por dano moral (R$ 1.500,00) alcança os vieses compensatório e desestimulatório, bem como respeita os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e a vedação ao enriquecimento sem causa. [...] (TJPE, 2ª Tur; AGV sob n. 3899296, Rel.: Márcio Fernando de Aguiar Silva, DJU 30/07/2015). Em análise dos autos, nota-se que a parte requerente alega a indisponibilidade do serviço após o pagamento do débito, em contrapartida, a parte requerida encartou nos autos o extrato do número (ID. 26325965). Verifico que o documento anexado pela parte requerida não evidencia a utilização do serviço pela parte requerente, apenas o registro de bonificação. Ademais o consumidor informou os protocolos realizados junto a empresa que não foram contestados. Importante ressaltar que embora os protocolos de atendimento não sejam consideradas provas técnicas, no caso em exame, considero-o como válida, pois além de verossímeis aos fatos narrados, cumpre ao prestador do serviço o encargo probatório de disponibilizar a aludida gravação e não o fez (cf. art. 15 e 16 do Decreto nº 6.523/2008 que regula a Lei nº 8.078/1990 quanto ao Serviço de Atendimento ao Consumidor). Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. SOLICITAÇÃO DE CONTA DETALHADA DE TELEFONE POR CALL CENTER NÃO ATENDIDA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. O consumidor demandante possui o direito e solicitou detalhamento da conta de telefone pelo call center, informando o número de protocolo na petição inicial. Se houve juntada da documentação na resposta à ação pela operadora de telefonia, e não houve contestação quanto existência desse este pedido via call center, ou mesmo juntada da respectiva gravação, ocorre o reconhecimento da procedência do pedido, não se configurando hipótese de ausência de justa causa para o ajuizamento da medida cautelar, justificando-se, também, a condenação da demandada nos ônus de sucumbência, de acordo com o princípio da causalidade. [...] (TJRS, 20ª Câm. Cív; APC nº 70050500834, Rel.: Carlos Cini Marchionatti, DJU 12/09/2012). Diante da ausência da gravação referente ao atendimento via call center, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Logo restou comprovado a indisponibilidade do serviço noticiada pela parte requerente, concluindo que efetivamente não houve a prestação de serviço eficiente pela parte requerida. Dano moral. O dano moral pode decorrer da ofensa à honra, nas modalidades objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera subjetiva se reporta ao sofrimento suportado no seu íntimo. Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que a indisponibilidade do serviço de telefonia, é suficiente para presumir a existência de dano moral, em decorrência do dano ao conforto da vida moderna, na modalidade subjetiva (dano in re ipsa). Isto porque o fato ocorrido tem o condão proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade, já que se trata de um serviço essencial a vida moderna. A propósito: RECURSO CÍVEL INOMINADO - EMPRESA DE TELEFONIA - SUSPENSÃO INDEVIDA DOS SERVIÇOS DE INTERNET - INADIMPLÊNCIA - FALTA DE PROVAS - NEGLIGÊNCIA DA OPERADORA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A empresa de telefonia que suspende indevidamente a prestação de serviços de internet, comete ato ilícito, e emerge a obrigação de indenizar o consumidor pelos danos sofridos. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor. Mantém-se o valor da indenização a título de dano moral, se fixado dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT, TRU, RI sob nº 120100406709/2012, Rel: Valmir Alaércio dos Santos, DJU 19/04/2012). Por essas razões, o dano moral encontra-se caracterizado. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: Compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL. [...] DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. [...] 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp nº 253.665/SC, Rel. Min.: Napoleão Nunes Maia Filho, DJU 21/03/2013). Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$3.000,00 (três mil reais). Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida na ID. 24540551, remetendo a discussão quanto ao seu descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do Princípio do Contraditório; b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil: c) condenar a parte requerida a pagar aos requerentes a quantia de R$3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (03/10/2019 - ID. 24596287) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Francys Loide Lacerda da Silva Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020962-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRA FUTUNATA AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RANIELY BENITES GONCALVES OAB - MT25747/O (ADVOGADO(A))

GILMARA DOS SANTOS REIS OAB - MT25053/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1020962-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALEXANDRA FUTUNATA AMORIM REQUERIDO: MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME Vistos. Processo em fase de Citação / Conciliação. Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do caput do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Neste sentido, o § 2º, do artigo 3º, da Lei 9099/95 exclui da competência dos Juizados Especiais Cíveis "as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial". No presente caso, mesmo sendo a parte reclamada uma instituição privada, mas pelo fato dessa integrar o Sistema Federal de Ensino e a discussão dos autos se reportar à emissão de diplomas que está subordinada à supervisão pedagógica do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), conclui-se que há interesse da União na presente demanda. Neste sentido, quanto aos conflitos relacionado a educação, inclusive, o STJ já manifestou entendimento em sede de Recurso Repetitivo (tema 584): ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. REGISTRO DE DIPLOMAS CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INTERESSE DA UNIÃO. INTELIGÊNCIA DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. (...) 2. No mérito, a controvérsia do presente recurso especial está limitada à discussão, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a competência para o julgamento de demandas referentes à existência de obstáculo à obtenção do diploma após a conclusão de curso de ensino a distância, por causa da ausência/obstáculo de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação. 3. Nos termos da jurisprudência já firmada pela 1ª Seção deste Sodalício, em se tratando da competência para processar e julgar demandas que envolvam instituições de ensino superior particular, é possível extrair as seguintes orientações, quais sejam: (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como, por exemplo, inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, a competência, via de regra, é da Justiça Estadual; e, (b) ao revés, sendo mandado de segurança ou referindo-se ao registro de diploma perante o órgão público competente - ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC) - não há como negar a existência de interesse da União Federal no presente feito, razão pela qual, nos termos do art. 109 da Constituição Federal, a competência para processamento do feito será da Justiça Federal. Precedentes. (...) (Recurso Repetitivo. Tema 584 do STJ. REsp 1344771/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/2013, REPDJe 29/08/2013, DJe 02/08/2013) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR. DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DECISÃO Trata-se de conflito de competência estabelecido entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FORO REGIONAL SANTANA SP (JUÍZO ESTADUAL) e o JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUÍZO FEDERAL). A questão, na origem, envolve ação de obrigação de fazer c.c. reparação por danos morais ajuizada por ADILSON NUNES DE LIRA contra ANHAGUERA EDUCACIONAL LTDA., objetivando a emissão da segunda via do certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Tributário, bem como reparação indenizatória. Alega o autor que, apesar de ter recebido o certificado, este teria sido extraviado por fatos alheios à sua vontade, razão da expedição da segunda via do documento. Ajuizada a ação no JUÍZO ESTADUAL, este se declarou incompetente, alegando que compete à Justiça Federal o julgamento das ações propostas contra as instituições de ensino superior, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). A demanda, então, foi ajuizada perante o JUÍZO FEDERAL, que declinou de sua competência e determinou a sua remessa à Justiça comum estadual, por entender que o representante de instituição particular de ensino não pratica atos no exercício de função pública delegada da União. O Ministério Público Federal opinou pela declaração de competência do Juízo Federal (e-STJ, fls. 90/95). É o relatório. DECIDO. Com base no art. 105, I, d, da Constituição Federal, conheço do incidente instaurado entre juízes vinculados a tribunais diversos. A controvérsia gira em torno de se definir qual o juízo competente para processar e julgar demanda que tem por objeto a expedição de certificado de conclusão de curso de ensino superior, bem como a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. Na hipótese dos autos, o pedido está voltado à expedição de certificado de conclusão de curso. Portanto, não estão sendo discutidas questões privadas, tais como as relativas ao adimplemento de contrato firmado entre as partes, mas sim questão atinente à emissão de diploma/certificado de curso, inerente à atividade-fim da instituição, o que firma a competência da Justiça Federal para conhecer e julgar a lide. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a competência será da Justiça Federal quando o feito versar sobre registro de diploma perante o órgão público ou de credenciamento junto ao MEC, bem como nas hipóteses em que o instrumento processual utilizado for o mandado de segurança. (...) Nessas condições, CONHEÇO do conflito para declarar competente o JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 15 de março de 2018. Ministro MOURA RIBEIRO Relator (STJ - CC: 153777 SP 2017/0199281-4, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Publicação: DJ 20/03/2018) PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. UNIVERSIDADE PRIVADA. MATRÍCULA. DESRESPEITO AO COMANDO DECISÓRIO DO CC N. 118.895/MG. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. Na hipótese, ocorreu afronta ao que foi decidido por este Tribunal Superior, porquanto, no julgamento do Conflito de Competência 118.895/MG, fora consignado que compete à Justiça Federal o julgamento de demandas envolvendo o Reitor da Universidade de Itaúna, em razão de ser a instituição de ensino delegatária do Poder Público Federal. (...) a Subseção da Justiça Federal de Divinópolis/MG é o foro competente para o processamento e julgamento das ações em que se discutem questões pertinentes à matrícula de alunos na Universidade de Itaúna-MG. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg na Rcl: 12126 MG 2013/0094572-3, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 26/06/2013, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/08/2013) Portanto, diante do interesse da União, este juízo é incompetente para processar e julgar a presente demanda. Posto isso, reconheço de ofício a incompetência deste juízo, em razão da matéria e, consequentemente, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso X, e 337, II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006683-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WEVERTON DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1006683-89.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WEVERTON DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Vistos, etc. WEVERTON DE OLIVEIRA ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de BANCO BRADESCO CARTÕES S/A. Em síntese, alegou que

desconhece o crédito reivindicado pela parte reclamada que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 25300495 e arguiu a preliminar de inépcia da inicial. No mérito, sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25262433 e não houve impugnação à contestação. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). INÉPCIA DA INICIAL. DOCUMENTOS IMPRESCINDÍVEIS. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação do comprovante da existência de restritivo não é imprescindível para o ajuizamento da ação indenizatória. Por isso, a preliminar deve ser afastada. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. COBRANÇA DE DÍVIDA DESCONHECIDA. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$547,85 (ID 23570366). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas faturas e telas de sistemas (ID 25300495 e 25300496), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em

comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto às pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 23570366, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devido o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$547,85), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho rejeitar a preliminar arguida e consequentemente, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: 1) declarar a inexistência do débito de R$547,85 (quinhentos e quarenta sete reais e oitenta cinco centavos); 2) determinar que a parte reclamada, no prazo de 5 dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$200,00, limitada a R$12.000,00, devendo a parte ser intimada pessoalmente (AR ou Oficial de Justiça) para o cumprimento da obrigação (Súmula 410 do STJ); 3) condenar a parte reclamada a pagar à parte reclamante a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso (14/04/2018, ID 23570366) por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010748-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TAMIRES CRISTINA DE PADUA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL RIBEIRO BRUNO MARIETTO OAB - MT25894/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

(REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010748-30.2019.8.11.0001 REQUERENTE: TAMIRES CRISTINA DE PADUA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. TAMIRES CRISTINA DE PADUA ajuizou reclamação com pedido condenatório em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Em síntese, alegou que a parte promovida efetuou a suspensão do fornecimento de energia elétrica de sua unidade consumidora. Aduziu ainda que a interrupção se deu por causa de faturas do mês de março que estão sendo cobradas que se encontram fora da sua média de consumo. A título de tutela provisória de urgência, requereu o re-estabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica (id. 24628479 a 24636378). Ao final, postulou indenização por danos morais. A antecipação de tutela foi concedida no id. 24636378. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no id. 26473128 e sustentou possibilidade da cobrança de débitos inerentes a recuperação de consumo, culpa exclusiva da promovente, exercício regular do direito e ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 26235944 e impugnação à contestação apresentada no id. 26709817. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a cobrança excessiva, o dano moral e o pedido contraposto. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. CONTESTAÇÃO DE FATURA. Havendo suspeita de irregularidade na fatura de energia elétrica, o consumidor tem direito a sua contestação, cabendo a concessionária a inspeção e aferição dos medidores, sempre, respeitando o devido processo legal e o contraditório. Neste sentido é o que preconizam os artigos 129 e 137 da Resolução Normativa 414/2010 da ANEEL. No caso de inconformismo com a cobrança de energia elétrica, cabe a concessionária a comprovação inequívoca do perfeito funcionamento do medidor, sendo necessária a demonstração da aferição e/ou inspeção. A propósito: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONHECIMENTO DO APELO NOBRE. POSSIBILIDADE. ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ADULTERAÇÃO DO MEDIDOR. PRESUNÇÃO DE AUTORIA DO CONSUMIDOR. DESCABIMENTO. (...) 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível a responsabilização do consumidor por débito de consumo sem a comprovação inequívoca de sua autoria na fraude do medidor. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ AgInt nos EDcl no REsp 1502609/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 04/11/2016) Assim sendo, para que a prova técnica tenham o devido valor jurídico, deve ser produzidas por órgãos oficiais competentes ou por perícia judicial, respeitando, sempre, o contraditório e a ampla defesa. Não destoa a jurisprudência de diversos Tribunais Estaduais: CIVIL E CONSUMIDOR. LIGHT. INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPEITA DE IRREGULARIDADE NO RELOGIO MEDIDOR INDEMONSTRADA. Serviço de energia elétrica, suspeita de irregularidade no relógio medidor. Lavratura do TOI e apuração de consumo recuperado. Defeito do serviço inegável. Inexistência de prova de fraude. Ré que não produziu prova impeditiva, modificativa ou extintiva do direito autoral, ou a presença de qualquer das excludentes de sua responsabilidade, na forma do § 3º do artigo 14 da Lei nº 8.078/90. Dano moral não configurado, posto que não há notícia de interrupção do fornecimento de energia ou negativação em cadastros restritivos. Sentença que nesse sentido apontou, incensurável, desprovimento do recurso. Unânime. (TJ-RJ - APL: 01916232420188190001, Relator: Des(a). MARÍLIA DE CASTRO NEVES VIEIRA, Data de Julgamento: 09/10/2019, VIGÉSIMA CÂMARA CÍVEL) PETIÇÃO INICIAL. PEDIDOS. INÉPCIA. CASO CONCRETO. INOCORRÊNCIA. ENERGIA. MEDIDOR. IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. DÉBITO. INEXISTÊNCIA. Evidenciado que os pedidos feitos na peça de ingresso da ação decorrem logicamente dos fatos narrados, não há que se falar em inépcia da petição inicial. É inexistente débito relativo à recuperação de consumo de energia elétrica quando evidenciado, por perícia da própria concessionária, que não havia problemas com o medidor. (Apelação, Processo nº 0004219-79.2014.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de julgamento: 09/03/2017) (TJ-RO - APL: 00042197920148220001 RO 0004219-79.2014.822.0001, Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 15/03/2017.) PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESOCNSTITUIÇÃO DE DÉBITO ORIUNDO DE AUTO DE INFRAÇÃO APÓS INSPEÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. COBRANÇA DA DIFERENÇA DE CONSUMO NÃO FATURADO. PERÍCIA ELABORADA DE FORMA UNILATERAL. ILEGALIDADE. AMEAÇA DE SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Havendo suspeita de irregularidade no consumo de energia, nos termos na Resolução 456 /2000 da ANEEL, a perícia técnica no medidor deve ser realizada por órgão competente vinculado à segurança pública e/ou por órgão metrológico oficial, não se admitindo como lícito o procedimento administrativo baseado em perícia realizada de modo unilateral por agentes da concessionária, com base na carga instalada na unidade consumidora. (...) 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-PI - AC: 00002612420108180135 PI 201500010006121, Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto, Data de Julgamento: 08/03/2016, 4ª Câmara Especializada Cível, Data de Publicação: 21/03/2016) AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INSPEÇÃO EM MEDIDOR. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO EQUIPAMENTO. COBRANÇA INDEVIDA DE CONSUMO PRESUMIDO. VERIFICAÇÃO UNILATERAL E SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO. 1- Na hipótese dos autos, apesar de o laudo administrativo produzido pela demandada constatar a ocorrência de avarias no medidor de energia do autor, não se mostra possível que o fornecedor, com base na simples afirmação de ocorrência de fraude, promova a cobrança retroativa de valores pretéritos unilateralmente apurados contra o consumidor. 2- Caso deseje exigir valores, deve antes comprovar a culpa do usuário na irregularidade do medidor, assim como juntar o memorial de cálculo de consumo da unidade ocupada, durante o período da suposta fraude e após a substituição do aparelho medidor. 3- É inadmissível tal procedimento por dívida apurada unilateralmente, não faturada, por suposta adulteração em medidor de energia, de acordo com a Jurisprudência Pacífica do TJPE, expressa pela Súmula 13: "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude. 4- Negado provimento ao Agravo da ré. (TJ-PE - AGV: 3820313 PE, Relator: José Fernandes, Data de Julgamento: 24/02/2016, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/03/2016) Na oportunidade, justifico que não foi transcrita nenhuma jurisprudência do STJ quanto a controvérsia em discussão, visto que se trata de matéria fática, vedada pela Súmula 7 do STJ: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. FRAUDE NO MEDIDOR. IRREGULARIDADE CONSTATADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento. 3. O acórdão embargado consignou que a fraude foi cabalmente comprovada nos autos, de modo que recai sobre o consumidor a responsabilidade pela guarda dos equipamentos de medição e, também, a obrigação pelo pagamento do consumo que, em razão de fraude ou irregularidade no medidor, deixou de ser registrado. Rever o entendimento do Tribunal de origem, que assentou estar comprovada fraude nos medidores de energia elétrica e ausência de dano moral,

demanda revolvimento de matéria fática, o que é inviável em Recurso Especial, à luz do óbice contido na Súmula 7/STJ. 4. Embargos de Declaração rejeitados com advertência de multa. (STJ EDcl no REsp 1788711/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019).. Em análise dos autos, observa-se que as faturas impugnadas (MARÇO de 2019) registraram consumo de 7.088 Kwh (ID 26473131). Por outro lado, com base no do histórico de consumo (ID 26473131), nota-se que a média de consumo apurada no período abril/2018 a fevereiro/2019 é de 204 kwh. Com base nestes apontamentos, constata-se que efetivamente há cobrança de fatura com consumo acima da média, o que já induz a irregularidade na cobrança. Ademais, nota-se ainda que a concessionária reclamada não produziu provas que comprove a legitimidade das faturas impugnadas, pois não apresentou laudo técnico de aferição com certificação do órgão oficial competente, pois o documento juntado no ID 26473133 a 26473140 foi elaborado unilateralmente pela própria concessionária, e, além disso, incompreensível e sem evidências de irregularidade, já que se trata de simples fotos sem qualquer conteúdo explicativo. Vale lembrar que, no presente caso, o ônus probatório pertence ao fornecedor dos serviços, visto que deve ser proporcionando ao consumidor a facilitação de prova de seus direitos (art. 6º, VIII, CDC), visto que a parte promovida tem melhores condições técnicas de elucidar a controvérsia em discussão. Portanto, havendo cobrança excessiva e pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo-se que houve conduta ilícita praticada pela parte reclamada. SUSPENSÃO DE SERVIÇO POR DÉBITO PRETÉRITO. Quanto à ilicitude da suspensão do fornecimento de serviços essenciais, tais como água e energia elétrica, o assunto já se encontra sedimentado no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme se observa com as jurisprudências abaixo transcritas de todas as suas duas turmas e da corresponde sessão que julgam direito público: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. IMPOSSIBILIDADE DE INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO POR DÉBITO PRETÉRITO. O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA É SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL E, POR ISSO, SUA DESCONTINUIDADE, MESMO QUE LEGALMENTE AUTORIZADA, DEVE SER CERCADA DE PROCEDIMENTO FORMAL RÍGIDO E SÉRIO, CONSTITUINDO HIPÓTESE DE REPARAÇÃO MORAL SUA INTERRUPÇÃO ILEGAL. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE NA SENTENÇA EM R$ 8.000,00 E MANTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DESCABIMENTO DE ALTERAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO DESPROVIDO. 1. Esta Corte pacificou o entendimento de que nos casos, como o presente, em que se caracteriza a exigência de débito pretérito referente ao fornecimento de energia, não deve haver a suspensão do serviço; o corte pressupõe o inadimplemento de dívida atual, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos. (...) (STJ AgRg no AREsp 570.085/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 06/04/2017) ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE DÉBITOS PRETÉRITOS. INTERRUPÇÃO. ILEGALIDADE. RELAÇÃO CONSUMERISTA. 1. O Superior Tribunal de Justiça consagra entendimento no sentido da ilicitude da interrupção, pela concessionária, dos serviços de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos. 2. Recurso Especial provido. (STJ REsp 1682992/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 09/10/2017) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO PRETÉRITO. CORTE NO FORNECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CARACTERIZADO. ACÓRDÃO EMBARGADO EM CONTRASTE COM A ATUAL JURISPRUDÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. Considera-se demonstrado o dissídio jurisprudencial quando o aresto apontado como paradigma (REsp. 909.146/RN, Rel. Ministro Humberto Martins) reflete a atual posição da Primeira Seção sobre a matéria. 2. É inviável a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de cobrança de débitos pretéritos. Exegese dos arts. 42 do CDC e 6º, § 3º, I e II, da Lei 8.987/95. 3. Embargos de Divergência providos. (STJ EREsp 1069215/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 01/02/2011) Em análise do caso concreto e com base no conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto à fatura inadimplente (ID 24628480), nota-se que o seu vencimento ocorreu em 31/05/2019 e a suspensão dos serviços apenas em 02/09/2019, evidenciando cobrança de débito pretérito e ensejando conduta ilícita da parte reclamada. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade do conforto, consistente na suspensão do fornecimento de energia elétrica, água encanada e internet, por se tratarem de serviços de fácil acesso no meio urbano moderno, tem o condão de gerar o dano moral Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO ESSENCIAL. DIREITO HUMANO À ÁGUA. DEMORA EXCESSIVA NO REABASTECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO SEM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. 5 ANOS. ART. 27 DO CDC. (...) 8. É inadmissível acatar a tese oferecida pela insurgente. A água é o ponto de partida, é a essência de toda vida, sendo, portanto, um direito humano básico, o qual deve receber especial atenção por parte daqueles que possuem o mister de fornecê-la à população. 9. As nuances fáticas delineadas no acórdão recorrido demonstram claramente o elevado potencial lesivo dos atos praticados pela concessionária recorrente, tendo em vista os cinco dias sem abastecimento de água na residência da parte recorrida, o que configura notória falha na prestação de serviço, ensejando, portando, a aplicação da prescrição quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor. 10. Recurso Especial não provido. (STJ REsp 1629505/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016) RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – RELAÇÃO DE CONSUMO - SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – DANO MORAL – CONFIGURADO – QUANTUM FIXADO – MINORAÇÃO – DESCABIMENTO - Recurso conhecido e desprovido. A indenizatória contra empresa prestadora de serviço público, o regime a ser aplicado é o da responsabilidade civil objetiva, portanto desnecessário indagar a respeito da culpa do causador dos danos. Incidência do art. 37, § 6º, da CF e dos arts. 14 e 22, parágrafo único, do CDC. Evidenciado que a demandada é responsável pela suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, caracterizada está hipótese de responsabilidade civil. Danos morais "in re

ipsa", decorrentes do próprio fato lesivo, corte no fornecimento de serviço público cuja nota característica é a essencialidade. (...) (TJMT Ap 90877/2015, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 02/12/2015, Publicado no DJE 11/12/2015) RECURSO CÍVEL INOMINADO - EMPRESA DE TELEFONIA - SUSPENSÃO INDEVIDA DOS SERVIÇOS DE INTERNET - INADIMPLÊNCIA - FALTA DE PROVAS - NEGLIGÊNCIA DA OPERADORA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A empresa de telefonia que suspende indevidamente a prestação de serviços de internet, comete ato ilícito, e emerge a obrigação de indenizar o consumidor pelos danos sofridos. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor. Mantém-se o valor da indenização a título de dano moral, se fixado dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT/TRU 120100406709/2012, VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Data do Julgamento 19/04/2012, Data da publicação no DJE 19/04/2012) Em exame do caso concreto, nota-se que a suspensão, por vários dias, no fornecimento de energia elétrica é suficiente para a caracterização do dano moral na modalidade subjetiva. Isto porque, a impossibilidade de utilização do referido serviço tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do conforto é devido o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. PEDIDO CONTRAPOSTO. Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei 9.099/95, é permitido à parte promovida formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte promovente. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do Fonaje, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte promovida for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95. POSSIBILIDADE DE PESSOA JURÍDICA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO NO JUIZADO ESPECIAL ENUNCIADO 31 DO FONAJE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS. (Embargos de Declaração Nº 71006086045, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 03/06/2016). CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PESSOA JURÍDICA. ADMISSÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. REPETIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL. INCABÍVEL. 1.É admissível nos Juizados Especiais a propositura de pedido contraposto por pessoa jurídica, sem acesso aos Juizados (Enunciado nº 31 do FONAJE). (...) (TJ-DF - Apelacao Civel do Juizado Especial : ACJ 20140910107318 DF 0010731-71.2014.8.07.0009) Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte promovida seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança não é legítima, conforme explanado em tópicos anteriores. Por esta razão, o pedido contraposto deve ser indeferido. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: 1) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 24636378, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório; 2) determinar que a empresa promovida, proceda, no prazo de 30 dias, a anulação das faturas de recuperação de consumo com vencimento em 31/05/2019 (R$473,17 e R$5.289,00) da UC. 6/1840687-6; 3) condenar a parte promovida a pagar à parte promovente a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (07/10/2019, id. 25094552) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS); 4) indeferir o pedido contraposto. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010431-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIELA DE MELLO CURVO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELIA SILVA DE QUEIROZ OAB - MT26266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010431-32.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GABRIELA DE MELLO CURVO REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. Vistos, etc. GABRIELA DE MELLO CURVO ajuizou

reclamação com pedido condenatório em desfavor de CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A, PATO DO MATO TUR VIAGENS E TURISMO LTDA e TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME. Em síntese, alegou falha na prestação de serviços decorrente de cancelamento de voo, de Salvador a Cuiabá, marcado para saída no dia 19/05/2019 e retorno no dia 25/05/2019, contudo, a empresa unilateralmente alterou o voo para saída no dia 17/05/2019 e retorno para o dia 27/05/2019, sendo necessário pagar hospedagem, alimentação e demais gastos no importe total de R$ 1.706,22 (id. 24548523 a 24549020). Ao final, postulou indenização por danos materiais e morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no id. 26093408 e arguiu a preliminar de ilegitimidade passiva e no mérito sustentou que o voo foi cancelado devido a recuperação judicial da Avianca, inexistência de culpa, culpa exclusiva de terceiro, ausência de dano material e moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 26107942 e impugnação à contestação apresentada no id. 26659770. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). ILEGITIMIDADE PASSIVA. A indicação na petição inicial das partes, trazendo como causa de pedir fundamentos que evidenciam a existência de uma suposta relação jurídica de direito material, é suficiente para sustentar a legitimidade, como preconizado pela Teoria da Asserção, amplamente aceita no c. STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEORIA DA ASSERÇÃO. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DA LESÃO. TEORIA DA ACTIO NATA. MOMENTO DA OCORRÊNCIA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Não há ilegitimidade passiva nas hipóteses em que a pertinência subjetiva do réu em relação à pretensão deduzida em juízo torna-se evidente à luz da teoria da asserção, segundo a qual as condições da ação devem ser aferidas tomando como pressuposto, provisoriamente, apenas em juízo de admissibilidade da demanda, as próprias afirmações ou alegações contidas na petição inicial, dispensando-se qualquer atividade probatória. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no AREsp 740.588/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015) Diante do exposto, em exame apenas das alegações contidas na inicial, nota-se que as partes da relação jurídica de direito material (relação contratual) coincidem com as partes desta demanda, tornando-as partes legítimas para figurar no polo ativo e passivo. Por fim, relevante consignar que a discussão quanto à responsabilidade civil da parte reclamada, depende da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, pontos que serão examinados de forma apropriada, no mérito da demanda. Portanto, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que, os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido o cancelamento de voo por mais de 4 horas, culpa exclusiva de terceiro, o dano material e moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. ATRASO NA CONCLUSÃO DO TRANSPORTE. As companhias de transporte aéreo de passageiro, em razão das peculiaridades decorrente da atividade econômica desenvolvida, que depende muito das condições climáticas para a sua operacionalização, possuem uma margem de tolerância de 4 (quatro) horas para a conclusão do serviço proposto após o prazo contratualmente previsto, conforme disposto nos artigos 230 e 231 do Código Brasileiro de Aeronáutica, in verbis: Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem. Art.231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço. No mesmo sentido são as normas regulamentadoras previstas no artigo 21 Resolução 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil: Art. 21. O transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro, nos seguintes casos: I - atraso de voo por mais de quatro horas em relação ao horário originalmente contratado; II - cancelamento de voo ou interrupção do serviço; III - preterição de passageiro; e IV - perda de voo subsequente pelo passageiro, nos voos com conexão, inclusive nos casos de troca de aeroportos, quando a causa da perda for do transportador. Parágrafo único. As alternativas previstas no caput deste artigo deverão ser imediatamente oferecidas aos passageiros quando o transportador dispuser antecipadamente da informação de que o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado. Desta forma, quando há atraso na chegada do passageiro por período superior a 4 (quatro) horas, independentemente do motivo do atraso, se simples atraso de embargue, cancelamento de voo, ou preterição de embargue, há caracterização de serviço ineficiente. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO. PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO. CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso. 2. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. 3. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ EDcl no REsp 1280372/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015) RECURSO INOMINADO. ATRASO DE VOO INFERIOR A 04 (QUATRO) HORAS. TEMPO RAZOÁVEL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O atraso de voo de menos de quatro horas para a chegada ao destino final, por si só, não configura danos morais. Trata-se de aborrecimentos da vida cotidiana, sem consequências graves na esfera psíquica do passageiro. 2. Consumidor que não comprova que houve atraso por mais de quatro horas. Conforme se depreende da prova do alegado compromisso que teria na cidade de destino, o próprio recorrente afirma que o voo estaria atrasado em 03 (três) horas. 3. Dano moral é a dor subjetiva, que refoge à normalidade do dia-a-dia. No caso, o que ocorreu foi mero dissabor, não constituindo, assim, lesão de bem integrante da personalidade da parte recorrente. O mero aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral. 4. Sentença mantida pelos próprios fundamentos, conforme autoriza o art. 46 da Lei 9.099/95. (TJMT, Turma Recursal, Recurso Cível 8011509-75.2015.811.0002, Relator Nelson Dorigatti, Data do Julgamento 18/10/2016) Vale destacar que, em caso de cancelamento de voo, mesmo com prévia notificação, nos termos do artigo 12 da Resolução 400/2016 da ANAC, o transportador deverá oferecer reacomodação em outro voo, próprio ou de terceiro que oferece serviço equivalente para o mesmo destino dentro do prazo de 4 horas para que a situação também não venha a ser caracterizada falha na prestação de serviço. Neste sentido: CÍVEL. RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. CANCELAMENTO DE VOO. RAZÕES CLIMÁTICAS. REACOMODAÇÃO EM OUTRO VOO EM PERÍODO INFERIOR A QUATRO HORAS. PEDIDO INICIAL QUE NÃO MERECE PROSPERAR. SENTENÇA REFORMADA. 1. Em que pese o cancelamento do voo, o consumidor foi reacomodado em outro voo, em período inferior a quatro horas, de modo que não restou configurada ausência de adequada assistência. 2. Conforme consta da inicial, o recorrido havia comprado passagem aérea para o voo com saída prevista para às 07:43 horas, no entanto, em razão do cancelamento de tal voo, o consumidor foi reacomodado em voo com saída prevista para às 11:30 horas. 3. Deste modo, merece provimento o recurso, para o fim de julgar improcedente o pedido inicial. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ,

esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos do vot (TJPR - 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o - 0002566-65.2015.8.16.0036/0 - São José dos Pinhais - Rel.: GIANI MARIA MORESCHI - - J. 19.08.2016) (TJ-PR - RI: 00025666520158160036 0 PR 0002566-65.2015.8.16.0036/0 (Acórdão), Relator: GIANI MARIA MORESCHI, Data de Julgamento: 19/08/2016, 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o, Data de Publicação: 23/08/2016).. Em análise dos autos, observa-se que o bilhete da passagem aérea previa a chegada da parte reclamante ao destino contratado (Cuiabá/MT) em 25/05/2019 às 20h05 (ID 24548523). Todavia, como comprovado pela parte reclamante, o voo chegou ao destino somente no dia 27/05/2019 às 15h50, ou seja, com atraso mais de 30h, lapso este superior ao legalmente permitido. Portanto, diante do atraso superior a 4 horas, a conduta da parte reclamada configura conduta ilícita. EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro, pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade os serviços prestados por seus parceiros empresariais, em virtude de sua culpa in ilegendo e in vigilando. Neste sentido: DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EMPRESA DE TELEFONIA DE LONGA DISTÂNCIA. PARCERIA EMPRESARIAL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À REGULAMENTO DA ANATEL. I - A alegação de ofensa à Regulamento da ANATEL não se enquadra na hipótese de cabimento de recurso especial prevista na alínea "a" do permissivo constitucional. I - A empresa que integra, como parceira, a cadeia de fornecimento de serviços é responsável solidária pelos danos causados ao consumidor por defeitos no serviço prestado. II - A exclusão da responsabilidade do fornecedor por ato de terceiro pressupõe a inexistência de defeito no serviço prestado. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no Ag 1153848 / SC, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Ministro SIDNEI BENETI) Ademais, além da culpa in ilegendo e in vigilando, com base na Teoria da Aparência, consagrada nas relações de consumo por meio do artigo 34 do CDC, aquele que se apresenta ao consumidor como responsável pelo serviço contratado tem plena responsabilidade civil mesmo que a conduta ilícita tenha sido praticada por seus parceiros empresariais. A propósito: CONSUMIDOR. CONTRATO. SEGURO. APÓLICE NÃO EMITIDA. ACEITAÇÃO DO SEGURO. RESPONSABILIDADE. SEGURADORA E CORRETORES. CADEIA DE FORNECIMENTO. SOLIDARIEDADE. 1. A melhor exegese dos arts. 14 e 18 do CDC indica que todos aqueles que participam da introdução do produto ou serviço no mercado devem responder solidariamente por eventual defeito ou vício, isto é, imputa-se a toda a cadeia de fornecimento a responsabilidade pela garantia de qualidade e adequação. 2. O art. 34 do CDC materializa a teoria da aparência, fazendo com que os deveres de boa-fé, cooperação, transparência e informação alcancem todos os fornecedores, direitos ou indiretos, principais ou auxiliares, enfim todos aqueles que, aos olhos do consumidor, participem da cadeia de fornecimento. 3. No sistema do CDC fica a critério do consumidor a escolha dos fornecedores solidários que irão integrar o polo passivo da ação. Poderá exercitar sua pretensão contra todos ou apenas contra alguns desses fornecedores, conforme sua comodidade e/ou conveniência. (...) (STJ REsp 1077911/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 14/10/2011) Desta forma, o simples fato da parte reclamada alegar que a conduta ilícita tenha sido praticada pela empresa aérea AVIANCA, não há como eximir sua responsabilidade. Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanecendo inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. DANO MATERIAL Quem ocasiona dano material a outrem tem o dever de indenizá-lo (artigo 186 do Código Civil). Nos termos do artigo 402 do Código Civil, o dano material pode ser materializado tanto na modalidade de perdas emergentes quanto na modalidade de lucros cessantes. Independentemente da modalidade de dano material, diferentemente do dano moral, este não se presume, deve ser integralmente comprovado. Neste sentido: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CIVIL. VALOR IRRISÓRIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS. DANO MATERIAL NÃO PROVADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 6. De outro norte, no que se refere à indenização por danos materiais, nada há a ser provido. O dano material deve sempre estar devidamente demonstrado a conferir juridicidade à pretensão condenatória respectiva. 7. Na hipótese, não há sequer indicação do modelo do celular e óculos que a autora alega terem sido danificados. A existência e a extensão dos danos que alega haver sofrido não encontram, assim, suporte nos autos, e à evidência, não podem ser presumidos. Com efeito, não se julga ressarcimento de dano por verossimilhança e sim com a segurança exigida pelo ordenamento jurídico, onde a prova deve ser robusta e irretorquível, não se afigurando adequada a condenação por danos hipotéticos ou mera presunção. (...) (TJ-DF - ACJ: 20150610060419, Relator: SANDRA REVES VASQUES TONUSSI, Data de Julgamento: 02/02/2016, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 07/03/2016 . Pág.: 533) Em análise do caso, nota-se que a parte promovente alega ter suportado dano material na modalidade de perdas emergentes em decorrência do pagamento de despesas de hotel e outros gastos no valor total de R$1.706,22. Em exame do conjunto probatório, mormente quanto aos documentos juntados com a inicial (id. 24548998 a 24549020), nota-se que o dano material encontra-se devidamente comprovado no valor postulado, fazendo a parte promovente jus à indenização pelos danos materiais. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA,

julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade de tempo tem o condão de gerar o dano moral. Neste sentido: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VIAGEM DE TURISMO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO AO QUE PRÉVIAMENTE AJUSTADO. DANO MORAL IN RE IPSA. CABIMENTO. Caso em que a parte autora realiza viagem ao exterior utilizando do pacote de turismo disponibilizado pela ré. Incômodos demonstrados no decorrer da viagem. Evidenciado aos autos que os demandantes realizaram contrato prevendo hospedagem em quarto de casal, sendo disponibilizados em hotel camas de solteiro. Troca de nomes nas reservas de hotéis, acarretando em perda de tempo e angústia aos autores em país estrangeiro. Dano moral in re ipsa, sendo o prejuízo decorrente das próprias circunstâncias do fato. Deram provimento ao recurso. Demanda julgada procedente em parte. Unânime. (Apelação Cível Nº 70041860479, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 26/05/2011) APELAÇÕES CÍVEIS. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA DE VALORES A MAIOR. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE ESTABELECIMENTO COMERCIAL E ADMINISTRADORA. INEXISTÊNCIA NO CASO CONCRETO. (...) A cobrança reiterada, na fatura do cartão de crédito, de valores superiores ao das compras realizadas, por período considerável, obrigando os demandantes a dirigirem-se à loja, ao PROCON e a ingressarem com demanda judicial para solucionar o impasse não pode ser considerada mero dissabor. (...) (TJRS Apelação Cível Nº 70051555514, Vigésima Quarta Câmara Cível, Relator: Jorge Maraschin dos Santos, Julgado em 29/05/2013) Neste sentido o STJ adota a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor, concebendo dano moral, quando o consumidor não aproveita bem o seu tempo. RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. TEMPO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. DEVER DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO. ART. 4º, II, "D", DO CDC. FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE PRODUTIVA. MÁXIMO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PRODUTIVOS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL COLETIVO. OFENSA INJUSTA E INTOLERÁVEL. VALORES ESSENCIAIS DA SOCIEDADE. FUNÇÕES. PUNITIVA, REPRESSIVA E REDISTRIBUTIVA. (...) 7. O dever de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho que é atribuído aos fornecedores de produtos e serviços pelo art. 4º, II, d, do CDC, tem um conteúdo coletivo implícito, uma função social, relacionada à otimização e ao máximo aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis na sociedade, entre eles, o tempo. 8. O desrespeito voluntário das garantias legais, com o nítido intuito de otimizar o lucro em prejuízo da qualidade do serviço, revela ofensa aos deveres anexos ao princípio boa-fé objetiva e configura lesão injusta e intolerável à função social da atividade produtiva e à proteção do tempo útil do consumidor. (STJ REsp 1737412/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 08/02/2019) Ademais, o tempo é um bem precioso e a parte reclamante poderia tê-lo utilizado para o convívio familiar, investimento em cultura e lazer e em atividades profissionais, evidenciando o dano moral subjetivo. Em exame do caso concreto, nota-se que o tempo de atraso de voo na chegada ao destino é suficiente para a caracterização do dano moral na modalidade objetiva e subjetiva, visto que se trata de tempo considerável. Isto porque, o desperdício do tempo tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do tempo é devido o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$8.000,00. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho rejeitar a preliminar arguida e consequentemente, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: 1) condenar as partes promovidas, solidariamente, a pagarem a parte promovente a quantia de R$ 1.706,22 (hum mil, setecentos e seis reais e vinte dois centavos) a título de danos materiais corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir do efetivo prejuízo (17/05/2019, id. 24548998), cf. Súmula 43 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação; 2) condenar as partes promovidas, solidariamente, a pagarem à parte promovente a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (15/10/2019, id. 25636468) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011726-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO RODRIGUES EVANGELISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON ALVES DE LIMA FILHO OAB - MT25519/O (ADVOGADO(A))
FABIO NUNES NEVES DE ARAUJO OAB - MT18415-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO PINHEDO HERNANDES OAB - MT19124-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011726-07.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOAO RODRIGUES EVANGELISTA REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia JOAO RODRIGUES EVANGELISTA ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais em desfavor de ÁGUAS CUIABÁ S/A. Em síntese alegou que seu consumo de água está sendo cobrado acima da média. A título de tutela provisória de urgência, requereu que a parte promovida se abstenha de efetuar a suspensão do fornecimento de água e de inserir o nome da parte promovente nos órgãos de proteção ao crédito, ao final postulou indenização por danos morais. A antecipação de tutela não foi concedida, ID 24896195. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26696909 e arguiu a preliminares de incompetência do juizado especial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26443579 e impugnação no ID 27159506. Incompetência em razão da matéria. Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o Enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são “causas cíveis de menor complexidade”. Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial, visto que se trata de prova complexa. Em análise dos autos, no caso concreto, não é necessária a produção da prova pericial para apurar a regularidade do hidrômetro deveria ter sido desvendado por laudo técnico extrajudicial juntado pela Reclamada. No caso concreto, por não ser necessária a produção de prova pericial, não se trata de matéria complexa e, consequentemente, este juízo é competente para processar e julgar a presente demanda. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26443579), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço essencial e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Contestação de fatura. Havendo suspeita de irregularidade na fatura de água, o consumidor tem direito a sua contestação, cabendo a concessionária a inspeção e aferição dos medidores técnicos existentes, sempre, respeitando o devido processo legal e o contraditório. Esta é a exegese extraída do artigo 111 Resolução 5/2012 da AMAES (Agência Municipal de Água e Esgotamento Sanitário de Cuiabá). No caso de inconformismo com a cobrança da água e esgoto, cabe a concessionária a comprovação inequívoca do perfeito funcionamento do medidor, sendo necessária a demonstração da aferição e/ou inspeção. Em caso análogo: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONHECIMENTO DO APELO NOBRE. POSSIBILIDADE. ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ADULTERAÇÃO DO MEDIDOR. PRESUNÇÃO DE AUTORIA DO CONSUMIDOR. DESCABIMENTO. (...) 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível a responsabilização do consumidor por débito de consumo sem a comprovação inequívoca de sua autoria na fraude do medidor. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ AgInt nos EDcl no REsp 1502609/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 04/11/2016) Naturalmente que as provas, a serem produzidas pelas concessionárias, tenham o devido valor jurídico, devem ser produzidas por órgãos oficiais competentes ou produzidas em respeito ao contraditório e ampla defesa. A propósito: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESOCNSTITUIÇÃO DE DÉBITO ORIUNDO DE AUTO DE INFRAÇÃO APÓS INSPEÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. COBRANÇA DA DIFERENÇA DE CONSUMO NÃO FATURADO. PERÍCIA ELABORADA DE FORMA UNILATERAL. ILEGALIDADE. AMEAÇA DE SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Havendo suspeita de irregularidade no consumo de energia, nos termos na Resolução 456 /2000 da ANEEL, a perícia técnica no medidor deve ser realizada por órgão competente vinculado à segurança pública e/ou por órgão metrológico oficial, não se admitindo como lícito o procedimento administrativo baseado em perícia realizada de modo unilateral por agentes da concessionária, com base na carga instalada na unidade consumidora. (...) 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-PI - AC: 00002612420108180135 PI 201500010006121, Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto, Data de Julgamento: 08/03/2016, 4ª Câmara Especializada Cível, Data de Publicação: 21/03/2016) AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INSPEÇÃO EM MEDIDOR. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO EQUIPAMENTO. COBRANÇA INDEVIDA DE CONSUMO PRESUMIDO. VERIFICAÇÃO UNILATERAL E SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO. 1- Na hipótese dos autos, apesar de o laudo administrativo produzido pela demandada constatar a ocorrência de avarias no medidor de energia do autor, não se mostra possível que o fornecedor, com base na simples afirmação de ocorrência de fraude, promova a cobrança retroativa de valores pretéritos unilateralmente apurados contra o consumidor. 2- Caso deseje exigir valores, deve antes comprovar a culpa do usuário na irregularidade do medidor, assim como juntar o memorial de cálculo de consumo da unidade ocupada, durante o período da suposta fraude e após a substituição do aparelho medidor. 3- É inadmissível tal procedimento por dívida apurada unilateralmente, não faturada, por suposta adulteração em medidor de energia, de acordo com a Jurisprudência Pacífica do TJPE, expressa pela Súmula 13: "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude. 4- Negado provimento ao Agravo da ré. (TJ-PE - AGV: 3820313 PE, Relator: José Fernandes, Data de Julgamento: 24/02/2016, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/03/2016) Em análise dos autos, observa-se que as faturas impugnadas (junho a setembro de 2019) registraram consumo de 19,34, 31,31 m³ (ID 26696913). Por outro lado, com base no do histórico de consumo acostado no mesmo ID, nota-se que a média de consumo apurada no período dezembro/2018 a maio/2019 é de 12m³. Com base nestes apontamentos, constata-se que efetivamente há cobrança de fatura com consumo acima da média, o que já induz a irregularidade na cobrança. Ademais, nota-se ainda que a concessionária reclamada não produziu provas que comprove a legitimidade das faturas impugnadas, pois não apresentou laudo técnico de aferição com certificação do órgão oficial competente, pois o documento juntado no ID 26696915 foi elaborado unilateralmente pela própria concessionária, e, além disso, incompreensível e sem evidências de irregularidade, já que se trata de simples fotos sem qualquer conteúdo explicativo. Vale lembrar que, no presente caso, o ônus probatório pertence ao fornecedor dos serviços,

visto que deve ser proporcionando ao consumidor a facilitação de prova de seus direitos (art. 6º, VIII, CDC), visto que a parte promovida tem melhores condições técnicas de elucidar a controvérsia em discussão. Portanto, havendo cobrança excessiva e pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo-se que houve conduta ilícita praticada pela parte reclamada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade do conforto, consistente na suspensão do fornecimento de energia elétrica, água encanada e internet, por se tratarem de serviços de fácil acesso no meio urbano moderno, tem o condão de gerar o dano moral Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO ESSENCIAL. DIREITO HUMANO À ÁGUA. DEMORA EXCESSIVA NO REABASTECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO SEM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. 5 ANOS. ART. 27 DO CDC. (...) 8. É inadmissível acatar a tese oferecida pela insurgente. A água é o ponto de partida, é a essência de toda vida, sendo, portanto, um direito humano básico, o qual deve receber especial atenção por parte daqueles que possuem o mister de fornecê-la à população. 9. As nuances fáticas delineadas no acórdão recorrido demonstram claramente o elevado potencial lesivo dos atos praticados pela concessionária recorrente, tendo em vista os cinco dias sem abastecimento de água na residência da parte recorrida, o que configura notória falha na prestação de serviço, ensejando, portando, a aplicação da prescrição quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor. 10. Recurso Especial não provido. (STJ REsp 1629505/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016) RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – RELAÇÃO DE CONSUMO - SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – DANO MORAL – CONFIGURADO – QUANTUM FIXADO – MINORAÇÃO – DESCABIMENTO - Recurso conhecido e desprovido. A indenizatória contra empresa prestadora de serviço público, o regime a ser aplicado é o da responsabilidade civil objetiva, portanto desnecessário indagar a respeito da culpa do causador dos danos. Incidência do art. 37, § 6º, da CF e dos arts. 14 e 22, parágrafo único, do CDC. Evidenciado que a demandada é responsável pela suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, caracterizada está hipótese de responsabilidade civil. Danos morais "in re ipsa", decorrentes do próprio fato lesivo, corte no fornecimento de serviço público cuja nota característica é a essencialidade. (...) (TJMT Ap 90877/2015, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 02/12/2015, Publicado no DJE 11/12/2015) RECURSO CÍVEL INOMINADO - EMPRESA DE TELEFONIA - SUSPENSÃO INDEVIDA DOS SERVIÇOS DE INTERNET - INADIMPLÊNCIA - FALTA DE PROVAS - NEGLIGÊNCIA DA OPERADORA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A empresa de telefonia que suspende indevidamente a prestação de serviços de internet, comete ato ilícito, e emerge a obrigação de indenizar o consumidor pelos danos sofridos. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor. Mantém-se o valor da indenização a título de dano moral, se fixado dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT/TRU 120100406709/2012, VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Data do Julgamento 19/04/2012, Data da publicação no DJE 19/04/2012) Em exame do caso concreto, nota-se que a ameaça da suspensão do fornecimento de água é suficiente para a caracterização do dano moral na modalidade subjetiva. Isto porque, a impossibilidade de utilização do referido serviço tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do conforto é devido o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho julgar parcialmente procedentes os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 24896195, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório; b) a empresa reclamada, deverá, no prazo de 15 dias: (a) revisar as faturas impugnadas, com base na média de consumo dos últimos 12 ciclos anterior ao lapso impugnado, (b) emitir nova fatura com vencimento em 45 dias a partir da data de sua juntada nos autos, (c) suspender o procedimento de interrupção dos serviços até o vencimento da nova fatura, devendo a parte ser intimada pessoalmente (AR ou Oficial de Justiça) para o cumprimento da obrigação (Súmula 410 do STJ); c) condenar a parte reclamada, solidariamente, pagar à parte reclamante a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (19/10/2019, ID 25162913) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº

9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011382-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DALVA DE MELO ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANE DE MELO ALMEIDA OAB - MT6762/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011382-26.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DALVA DE MELO ALMEIDA REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia DALVA DE MELO ALMEIDA ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais em desfavor de ÁGUAS CUIABÁ S/A. Em síntese alegou que seu consumo de água está sendo cobrado acima da média. A título de tutela provisória de urgência, requereu que a parte promovida se abstenha de efetuar a suspensão do fornecimento de água e de inserir o nome da parte promovente nos órgãos de proteção ao crédito, ao final postulou indenização por danos morais. A antecipação de tutela não foi concedida, ID 24815154. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26627544 e arguiu a preliminares de incompetência do juizado especial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26344560 e impugnação no ID 26988725. É a síntese do necessário. Incompetência em razão da matéria. Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o Enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são "causas cíveis de menor complexidade". Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial, visto que se trata de prova complexa. Em análise dos autos, no caso concreto, não é necessária a produção da prova pericial para apurar a regularidade do hidrômetro deveria ter sido desvendado por laudo técnico extrajudicial juntado pela Reclamada. No caso concreto, por não ser necessária a produção de prova pericial, não se trata de matéria complexa e, consequentemente, este juízo é competente para processar e julgar a presente demanda. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26344557), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço essencial e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Contestação de fatura. Havendo suspeita de irregularidade na fatura de água, o consumidor tem direito a sua contestação, cabendo a concessionária a inspeção e aferição dos medidores técnicos existentes, sempre, respeitando o devido processo legal e o contraditório. Esta é a exegese extraída do artigo 111 Resolução 5/2012 da AMAES (Agência Municipal de Água e Esgotamento Sanitário de Cuiabá). No caso de inconformismo com a cobrança da água e esgoto, cabe a concessionária a comprovação inequívoca do perfeito funcionamento do medidor, sendo necessária a demonstração da aferição e/ou inspeção. Em caso análogo: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONHECIMENTO DO APELO NOBRE. POSSIBILIDADE. ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ADULTERAÇÃO DO MEDIDOR. PRESUNÇÃO DE AUTORIA DO CONSUMIDOR. DESCABIMENTO. (...) 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível a responsabilização do consumidor por débito de consumo sem a comprovação inequívoca de sua autoria na fraude do medidor. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ AgInt nos EDcl no REsp 1502609/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 04/11/2016) Naturalmente que as provas, a serem produzidas pelas concessionárias, tenham o devido valor jurídico, devem ser produzidas por órgãos oficiais competentes ou produzidas em respeito ao contraditório e ampla defesa. A propósito: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESOCNSTITUIÇÃO DE DÉBITO ORIUNDO DE AUTO DE INFRAÇÃO APÓS INSPEÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. COBRANÇA DA DIFERENÇA DE CONSUMO NÃO FATURADO. PERÍCIA ELABORADA DE FORMA UNILATERAL. ILEGALIDADE. AMEAÇA DE SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Havendo suspeita de irregularidade no consumo de energia, nos termos na Resolução 456 /2000 da ANEEL, a perícia técnica no medidor deve ser realizada por órgão competente vinculado à segurança pública e/ou por órgão metrológico oficial, não se admitindo como lícito o procedimento administrativo baseado em perícia realizada de modo unilateral por agentes da concessionária, com base na carga instalada na unidade consumidora. (...) 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJ-PI - AC: 00002612420108180135 PI 201500010006121, Relator: Des. Fernando Lopes e Silva Neto, Data de Julgamento: 08/03/2016, 4ª Câmara Especializada Cível, Data de Publicação: 21/03/2016) AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INSPEÇÃO EM MEDIDOR. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO EQUIPAMENTO. COBRANÇA INDEVIDA DE CONSUMO PRESUMIDO. VERIFICAÇÃO UNILATERAL E SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO. 1- Na hipótese dos autos, apesar de o laudo administrativo produzido pela demandada constatar a ocorrência de avarias no medidor de energia do autor, não se mostra possível que o fornecedor, com base na simples afirmação de ocorrência de fraude, promova a cobrança retroativa de valores pretéritos unilateralmente apurados contra o consumidor. 2- Caso deseje exigir valores, deve antes comprovar a culpa do usuário na irregularidade do medidor, assim como juntar o memorial de cálculo de consumo da unidade ocupada, durante o período da suposta fraude e após a substituição do aparelho medidor. 3- É inadmissível tal procedimento por dívida apurada unilateralmente, não

faturada, por suposta adulteração em medidor de energia, de acordo com a Jurisprudência Pacífica do TJPE, expressa pela Súmula 13: "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude. 4- Negado provimento ao Agravo da ré. (TJ-PE - AGV: 3820313 PE, Relator: José Fernandes, Data de Julgamento: 24/02/2016, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/03/2016) Em análise dos autos, observa-se que as faturas impugnadas (julho a outubro de 2019) registraram consumo de 25, 34, 36, 37 e 36 m³ (ID 26627552). Por outro lado, com base no do histórico de consumo acostado no mesmo ID, nota-se que a média de consumo apurada no período dezembro/2018 a maio/2019 é de 15,16m³. Com base nestes apontamentos, constata-se que efetivamente há cobrança de fatura com consumo acima da média, o que já induz a irregularidade na cobrança. Ademais, nota-se ainda que a concessionária reclamada não produziu provas que comprove a legitimidade das faturas impugnadas, pois não apresentou laudo técnico de aferição com certificação do órgão oficial competente, pois o documento juntado no ID 266627555 e 26627557 foi elaborado unilateralmente pela própria concessionária, e, além disso, incompreensível e sem evidências de irregularidade, já que se trata de simples fotos sem qualquer conteúdo explicativo. Vale lembrar que, no presente caso, o ônus probatório pertence ao fornecedor dos serviços, visto que deve ser proporcionando ao consumidor a facilitação de prova de seus direitos (art. 6º, VIII, CDC), visto que a parte promovida tem melhores condições técnicas de elucidar a controvérsia em discussão. Portanto, havendo cobrança excessiva e pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo-se que houve conduta ilícita praticada pela parte reclamada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade do conforto, consistente na suspensão do fornecimento de energia elétrica, água encanada e internet, por se tratarem de serviços de fácil acesso no meio urbano moderno, tem o condão de gerar o dano moral Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO ESSENCIAL. DIREITO HUMANO À ÁGUA. DEMORA EXCESSIVA NO REABASTECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO SEM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. 5 ANOS. ART. 27 DO CDC. (...) 8. É inadmissível acatar a tese oferecida pela insurgente. A água é o ponto de partida, é a essência de toda vida, sendo, portanto, um direito humano básico, o qual deve receber especial atenção por parte daqueles que possuem o mister de fornecê-la à população. 9. As nuances fáticas delineadas no acórdão recorrido demonstram claramente o elevado potencial lesivo dos atos praticados pela concessionária recorrente, tendo em vista os cinco dias sem abastecimento de água na residência da parte recorrida, o que configura notória falha na prestação de serviço, ensejando, portando, a aplicação da prescrição quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor. 10. Recurso Especial não provido. (STJ REsp 1629505/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016) RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – RELAÇÃO DE CONSUMO - SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – DANO MORAL – CONFIGURADO – QUANTUM FIXADO – MINORAÇÃO – DESCABIMENTO - Recurso conhecido e desprovido. A indenizatória contra empresa prestadora de serviço público, o regime a ser aplicado é o da responsabilidade civil objetiva, portanto desnecessário indagar a respeito da culpa do causador dos danos. Incidência do art. 37, § 6º, da CF e dos arts. 14 e 22, parágrafo único, do CDC. Evidenciado que a demandada é responsável pela suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, caracterizada está hipótese de responsabilidade civil. Danos morais "in re ipsa", decorrentes do próprio fato lesivo, corte no fornecimento de serviço público cuja nota característica é a essencialidade. (...) (TJMT Ap 90877/2015, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 02/12/2015, Publicado no DJE 11/12/2015) RECURSO CÍVEL INOMINADO - EMPRESA DE TELEFONIA - SUSPENSÃO INDEVIDA DOS SERVIÇOS DE INTERNET - INADIMPLÊNCIA - FALTA DE PROVAS - NEGLIGÊNCIA DA OPERADORA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A empresa de telefonia que suspende indevidamente a prestação de serviços de internet, comete ato ilícito, e emerge a obrigação de indenizar o consumidor pelos danos sofridos. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor. Mantém-se o valor da indenização a título de dano moral, se fixado dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT/TRU 120100406709/2012, VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Data do Julgamento 19/04/2012, Data da publicação no DJE 19/04/2012) Em exame do caso concreto, nota-se que a suspensão, por vários dias, no fornecimento de energia elétrica é suficiente para a caracterização do dano moral na modalidade subjetiva. Isto porque, a impossibilidade de utilização do referido serviço tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do conforto é devido o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório,

servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto,), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho julgar parcialmente procedentes os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 24815154, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório; b) a empresa reclamada, deverá, no prazo de 15 dias: (a) revisar as faturas impugnadas, com base na média de consumo dos últimos 12 ciclos anterior ao lapso impugnado, (b) emitir nova fatura com vencimento em 45 dias a partir da data de sua juntada nos autos, (c) suspender o procedimento de interrupção dos serviços até o vencimento da nova fatura, devendo a parte ser intimada pessoalmente (AR ou Oficial de Justiça) para o cumprimento da obrigação (Súmula 410 do STJ); c) condenar a parte reclamada, solidariamente, pagar à parte reclamante a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (16/10/2019, ID 25059522) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009033-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUZANA VALERIA PEREIRA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CANTISANI DE CARVALHO OAB - PE43024 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009033-50.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SUZANA VALERIA PEREIRA DA CONCEICAO REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia SUZANA VALERIA PEREIRA DA CONCEIÇÃO ajuizou reclamação com pedido indenizatório por danos materiais e morais AZUL LINHAS AÉREAS S/A. Em síntese alegou que adquiriu passagens aéreas para voarem de Faro/Portugal para Cuiabá/MT no dia 06/09/2019 com conexão em Lisboa e em São Paulo. Asseverou que em virtude do cancelamento do voo AD 7498 de Faro para Lisboa, a empresa resolveu transportar a promovente e seus familiares de ônibus até Lisboa, contudo em razão da demora no percurso houve a perda do voo AD 8753 para São Paulo. Afirmou que após perderem o voo Ad 8753 foram abandonados pela companhia aérea promovida, não tiveram qualquer assistência material, tampouco preocupação em reacomodá-los em outro voo para a conclusão da viagem. Explicaram que precisaram chamar ajuda de uma amiga que mora em Lisboa e adquirir novas passagens para voltar para o Brasil. Asseverou que toda a situação vivenciada ultrapassa os meros aborrecimentos do cotidiano. Ao final postulou indenização por danos materiais e morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 2598839 e preliminarmente arguiu a ilegitimidade passiva e no mérito, sustentou a inexistência de culpa, uma vez que a autora não chegou a tempo para o embarque e ausência de danos. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25778806 e impugnação no ID 26262982 e 26263800. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Ilegitimidade passiva. A indicação na petição inicial das partes, trazendo como causa de pedir fundamentos que evidenciam a existência de uma suposta relação jurídica de direito material, é suficiente para sustentar a legitimidade, como preconizado pela Teoria da Asserção, amplamente aceita no c. STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEORIA DA ASSERÇÃO. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DA LESÃO. TEORIA DA ACTIO NATA. MOMENTO DA OCORRÊNCIA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Não há ilegitimidade passiva nas hipóteses em que a pertinência subjetiva do réu em relação à pretensão deduzida em juízo torna-se evidente à luz da teoria da asserção, segundo a qual as condições da ação devem ser aferidas tomando como pressuposto, provisoriamente, apenas em juízo de admissibilidade da demanda, as próprias afirmações ou alegações contidas na petição inicial, dispensando-se qualquer atividade probatória. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no AREsp 740.588/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015) Diante do exposto, em exame apenas das alegações contidas na inicial, nota-se que as partes da relação jurídica de direito material (relação contratual, venda de passagens aéreas) coincidem com as partes desta demanda, tornando-as partes legítimas para figurar no polo ativo e passivo. Por fim, relevante consignar que a discussão quanto à responsabilidade civil da parte reclamada, depende da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, pontos que serão examinados de forma apropriada, no mérito da demanda. Portanto, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25778806), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviços, o dano material e moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Atraso ma conclusão do transporte. As companhias de transporte aéreo de passageiro, em razão das peculiaridades decorrente da atividade econômica desenvolvida, que depende muito das condições climáticas para a sua operacionalização, possuem uma margem de tolerância de 4 (quatro) horas para a conclusão do serviço proposto após o prazo contratualmente previsto, conforme disposto nos artigos 230 e 231 do Código Brasileiro de Aeronáutica, in verbis: Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem. Art.231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço. No mesmo sentido são as normas regulamentadoras previstas no artigo 21 Resolução 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil: Art. 21. O transportador deverá oferecer as alternativas de reacomodação, reembolso e execução do serviço por outra modalidade de transporte, devendo a escolha ser do passageiro, nos seguintes casos: I - atraso de voo por mais de quatro horas em relação ao horário originalmente contratado; II - cancelamento de voo ou interrupção do serviço; III - preterição de passageiro; e IV - perda de voo subsequente pelo passageiro, nos voos com conexão, inclusive nos casos de troca de aeroportos, quando a causa da perda for do transportador. Parágrafo único. As alternativas previstas no caput deste artigo deverão ser imediatamente oferecidas aos passageiros quando o transportador dispuser antecipadamente da informação de que o voo atrasará mais de 4 (quatro) horas em relação ao horário originalmente contratado. Desta forma, quando há atraso na chegada do passageiro por período superior a 4 (quatro) horas, independentemente do motivo do atraso, se simples atraso de embargue, cancelamento de voo, ou preterição de embargue, há caracterização de serviço ineficiente. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA.

CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO. PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO. CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso. 2. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. 3. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada. 4. Embargos de declaração rejeitados. (STJ EDcl no REsp 1280372/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015) RECURSO INOMINADO. ATRASO DE VOO INFERIOR A 04 (QUATRO) HORAS. TEMPO RAZOÁVEL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O atraso de voo de menos de quatro horas para a chegada ao destino final, por si só, não configura danos morais. Trata-se de aborrecimentos da vida cotidiana, sem consequências graves na esfera psíquica do passageiro. 2. Consumidor que não comprova que houve atraso por mais de quatro horas. Conforme se depreende da prova do alegado compromisso que teria na cidade de destino, o próprio recorrente afirma que o voo estaria atrasado em 03 (três) horas. 3. Dano moral é a dor subjetiva, que refoge à normalidade do dia-a-dia. No caso, o que ocorreu foi mero dissabor, não constituindo, assim, lesão de bem integrante da personalidade da parte recorrente. O mero aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral. 4. Sentença mantida pelos próprios fundamentos, conforme autoriza o art. 46 da Lei 9.099/95. (TJMT, Turma Recursal, Recurso Cível 8011509-75.2015.811.0002, Relator Nelson Dorigatti, Data do Julgamento 18/10/2016) Vale destacar que, em caso de cancelamento de voo, mesmo com prévia notificação, nos termos do artigo 12 da Resolução 400/2016 da ANAC, o transportador deverá oferecer reacomodação em outro voo, próprio ou de terceiro que oferece serviço equivalente para o mesmo destino dentro do prazo de 4 horas para que a situação também não venha a ser caracterizada falha na prestação de serviço. Neste sentido: CÍVEL. RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. CANCELAMENTO DE VOO. RAZÕES CLIMÁTICAS. REACOMODAÇÃO EM OUTRO VOO EM PERÍODO INFERIOR A QUATRO HORAS. PEDIDO INICIAL QUE NÃO MERECE PROSPERAR. SENTENÇA REFORMADA. 1. Em que pese o cancelamento do voo, o consumidor foi reacomodado em outro voo, em período inferior a quatro horas, de modo que não restou configurada ausência de adequada assistência. 2. Conforme consta da inicial, o recorrido havia comprado passagem aérea para o voo com saída prevista para às 07:43 horas, no entanto, em razão do cancelamento de tal voo, o consumidor foi reacomodado em voo com saída prevista para às 11:30 horas. 3. Deste modo, merece provimento o recurso, para o fim de julgar improcedente o pedido inicial. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. , esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos do vot (TJPR - 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o - 0002566-65.2015.8.16.0036/0 - São José dos Pinhais - Rel.: GIANI MARIA MORESCHI - - J. 19.08.2016) (TJ-PR - RI: 00025666520158160036 0 PR 0002566-65.2015.8.16.0036/0 (Acórdão), Relator: GIANI MARIA MORESCHI, Data de Julgamento: 19/08/2016, 3Âª Turma Recursal em Regime de ExceÃ§Ã£o, Data de Publicação: 23/08/2016).. Em análise dos autos, observa-se que o bilhete da passagem aérea previa viagem da parte reclamante, seu esposo e filha ao destino contratado (Cuiabá/MT) em 06/09/2019 às 11h55 (ID 26263415). Todavia, o voo de Faro a Lisboa em Portugal foi cancelado e não houve reacomodação dos passageiros em outro voo, como reconhecido pela parte reclamada. Portanto, diante da ausência de reacomodação da parte reclamante dentro do prazo estabelecido, a conduta omissiva da parte reclamada configurou conduta ilícita. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro, pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade os serviços prestados por seus parceiros empresariais, em virtude de sua culpa in ilegendo e in vigilando. Neste sentido: DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EMPRESA DE TELEFONIA DE LONGA DISTÂNCIA. PARCERIA EMPRESARIAL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À REGULAMENTO DA ANATEL. I - A alegação de ofensa à Regulamento da ANATEL não se enquadra na hipótese de cabimento de recurso especial prevista na alínea "a" do permissivo constitucional. I - A empresa que integra, como parceira, a cadeia de fornecimento de serviços é responsável solidária pelos danos causados ao consumidor por defeitos no serviço prestado. II - A exclusão da responsabilidade do fornecedor por ato de terceiro pressupõe a inexistência de defeito no serviço prestado. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no Ag 1153848 / SC, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Ministro SIDNEI BENETI) Ademais, além da culpa in ilegendo e in vigilando, com base na Teoria da Aparência, consagrada nas relações de consumo por meio do artigo 34 do CDC, aquele que se apresenta ao consumidor como responsável pelo serviço contratado tem plena responsabilidade civil mesmo que a conduta ilícita tenha sido praticada por seus parceiros empresariais. A propósito: CONSUMIDOR. CONTRATO. SEGURO. APÓLICE NÃO EMITIDA. ACEITAÇÃO DO SEGURO. RESPONSABILIDADE. SEGURADORA E CORRETORES. CADEIA DE FORNECIMENTO. SOLIDARIEDADE. 1. A melhor exegese dos arts. 14 e 18 do CDC indica que todos aqueles que participam da introdução do produto ou serviço no mercado devem responder solidariamente por eventual defeito ou vício, isto é, imputa-se a toda a cadeia de fornecimento a responsabilidade pela garantia de qualidade e adequação. 2. O art. 34 do CDC materializa a teoria da aparência, fazendo com que os deveres de boa-fé, cooperação, transparência e informação alcancem todos os fornecedores, direitos ou indiretos, principais ou auxiliares, enfim todos aqueles que, aos olhos do consumidor, participem da cadeia de fornecimento. 3. No sistema do CDC fica a critério do consumidor a escolha dos fornecedores solidários que irão integrar o polo passivo da ação. Poderá exercitar sua pretensão contra todos ou apenas contra alguns desses fornecedores, conforme sua comodidade e/ou conveniência. (...) (STJ REsp 1077911/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 14/10/2011) Desta forma, o simples fato da parte reclamada alegar que a conduta ilícita tenha sido praticada pela companhia aérea parceira, não há como eximir sua responsabilidade. Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanecendo inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano material Quem ocasiona dano material a outrem tem o dever de indenizá-lo (artigo 186 do Código Civil). Nos termos do artigo 402 do Código Civil, o dano material pode ser materializado tanto na modalidade de perdas emergentes quanto na modalidade de lucros cessantes. Independentemente da modalidade de dano material, diferentemente do dano moral, este não se presume, deve ser integralmente comprovado. Neste sentido: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CIVIL. VALOR IRRISÓRIO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS. DANO MATERIAL NÃO PROVADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 6. De outro norte, no que se refere à indenização por danos materiais, nada há a ser provido. O dano material deve sempre estar devidamente demonstrado a conferir juridicidade à pretensão condenatória respectiva. 7. Na hipótese, não há sequer indicação do modelo do celular e óculos que

a autora alega terem sido danificados. A existência e a extensão dos danos que alega haver sofrido não encontram, assim, suporte nos autos, e à evidência, não podem ser presumidos. Com efeito, não se julga ressarcimento de dano por verossimilhança e sim com a segurança exigida pelo ordenamento jurídico, onde a prova deve ser robusta e irretorquível, não se afigurando adequada a condenação por danos hipotéticos ou mera presunção. (...) (TJ-DF - ACJ: 20150610060419, Relator: SANDRA REVES VASQUES TONUSSI, Data de Julgamento: 02/02/2016, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 07/03/2016 . Pág.: 533) Em análise do caso, nota-se que a parte reclamante alega ter suportado dano material na modalidade de perdas emergentes em decorrência dos gastos com as passagens aéreas não utilizadas em decorrência do cancelamento do voo AD 7498 de Faro para Lisboa no valor de R$7.203,00 e com as compras de novas passagens para retorno ao Brasil, no valor de R$14.154,42, totalizando R$21.357,42. Em exame do conjunto probatório, mormente quanto aos documentos juntados com a inicial (ID 24205070 e 24205074), nota-se que o dano material encontra-se devidamente comprovado no valor postulado, fazendo a parte reclamante jus à indenização pelos danos materiais. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade de tempo tem o condão de gerar o dano moral. Neste sentido: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VIAGEM DE TURISMO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO AO QUE PRÉVIAMENTE AJUSTADO. DANO MORAL IN RE IPSA. CABIMENTO. Caso em que a parte autora realiza viagem ao exterior utilizando do pacote de turismo disponibilizado pela ré. Incômodos demonstrados no decorrer da viagem. Evidenciado aos autos que os demandantes realizaram contrato prevendo hospedagem em quarto de casal, sendo disponibilizados em hotel camas de solteiro. Troca de nomes nas reservas de hotéis, acarretando em perda de tempo e angústia aos autores em país estrangeiro. Dano moral in re ipsa, sendo o prejuízo decorrente das próprias circunstâncias do fato. Deram provimento ao recurso. Demanda julgada procedente em parte. Unânime. (Apelação Cível Nº 70041860479, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 26/05/2011) APELAÇÕES CÍVEIS. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA DE VALORES A MAIOR. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE ESTABELECIMENTO COMERCIAL E ADMINISTRADORA. INEXISTÊNCIA NO CASO CONCRETO. (...) A cobrança reiterada, na fatura do cartão de crédito, de valores superiores ao das compras realizadas, por período considerável, obrigando os demandantes a dirigirem-se à loja, ao PROCON e a ingressarem com demanda judicial para solucionar o impasse não pode ser considerada mero dissabor. (...) (TJRS Apelação Cível Nº 70051555514, Vigésima Quarta Câmara Cível, Relator: Jorge Maraschin dos Santos, Julgado em 29/05/2013) Neste sentido o STJ adota a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor, concebendo dano moral, quando o consumidor não aproveita bem o seu tempo. RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. TEMPO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. DEVER DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO. ART. 4º, II, "D", DO CDC. FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE PRODUTIVA. MÁXIMO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PRODUTIVOS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL COLETIVO. OFENSA INJUSTA E INTOLERÁVEL. VALORES ESSENCIAIS DA SOCIEDADE. FUNÇÕES. PUNITIVA, REPRESSIVA E REDISTRIBUTIVA. (...) 7. O dever de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho que é atribuído aos fornecedores de produtos e serviços pelo art. 4º, II, d, do CDC, tem um conteúdo coletivo implícito, uma função social, relacionada à otimização e ao máximo aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis na sociedade, entre eles, o tempo. 8. O desrespeito voluntário das garantias legais, com o nítido intuito de otimizar o lucro em prejuízo da qualidade do serviço, revela ofensa aos deveres anexos ao princípio boa-fé objetiva e configura lesão injusta e intolerável à função social da atividade produtiva e à proteção do tempo útil do consumidor. (STJ REsp 1737412/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 08/02/2019) Ademais, o tempo é um bem precioso e a parte reclamante poderia tê-lo utilizado para o convívio familiar, investimento em cultura e lazer e em atividades profissionais, evidenciando o dano moral subjetivo. Em exame do caso concreto, nota-se que o tempo de atraso na chegada ao destino é suficiente para a caracterização do dano moral na modalidade objetiva e subjetiva, visto que se trata de tempo considerável. Isto porque, o desperdício do tempo tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do tempo é devido o dano moral. Assim como, a indisponibilidade financeira, ou seja, a impossibilidade do uso de certa quantia de recursos financeiros, tem o condão de gerar o dano moral, visto que pode comprometer o orçamento familiar e, consequentemente, o seu sustento e de sua família, bem como gerar inadimplemento de despesas básicas, ocasionando tanto sentimentos indesejados quanto a depreciação da imagem do consumidor em sua sociedade. A propósito: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. DÉBITOS INDEVIDOS. DANO MORAL. CARACTERIZADO. A manutenção da cobrança indevida de valores que representam significativa parcela dos rendimentos da autora, afetam seu orçamento familiar, causando-lhe sérios constrangimentos e abalo psicológico. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Possibilidade na forma simples. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (TJRS Apelação Cível Nº 70039190780, Segunda Câmara Especial Cível, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 31/08/2011) CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PROVA. DESCONTO. DANO MORAL. 1. A autora negou ter efetuado empréstimo consignado junto ao réu, e este não logrou fazer prova em contrário. 2. Ademais, as alegações da autora são verossímeis. Desde a constatação do depósito de valores em sua conta, buscou afastar a contratação. Depositou o valor em juízo. 3. A imposição de descontos mensais em parcos benefícios previdenciários, e a insistência, apesar do pedido de cancelamento, gera dano passível de reparação, mormente em se tratando de pessoa de vulnerabilidade agravada. 4. Recurso não provido.(TJ-SP - APL: 10090768220168260224 SP 1009076-82.2016.8.26.0224, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 22/02/2017, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 24/02/2017) De forma que, pode-se afirmar que o pagamento por novas passagens aéreas, no valor de R$14.154,42, sem o correspondente reembolso é suficiente para presumir a existência de dano moral na modalidade subjetiva, visto que se trata de valor significativo. Isto porque este fato tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como frustração, raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade financeira é devido o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da

vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$8.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) julgar parcialmente procedentes os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; b) condenar a parte reclamada, solidariamente, pagar a parte reclamante a quantia de R$ 21.357,42 (vinte e um mil trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos) a título de danos materiais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir do efetivo prejuízo (09/09/2019, ID 24205074), cf. Súmula 43 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação; c) condenar a parte reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (23/10/2019, ID 25362672) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008446-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MM - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS OAB - MT7202-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008446-28.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MM - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME REQUERIDO: TIM S/A Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia MM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais TIM S/A. Em síntese alegou que é usuária de linha telefônica móvel mantida pela parte promovida, e que foi indevidamente cobrada por uma multa de fidelização, no valor de R$2.469,60. Sustentou que a cobrança é relativa a portabilidade que foi solicitada para outra operadora de telefonia, contudo, o pedido foi cancelado posteriormente. E ao final postulou indenização por danos morais. A antecipação de tutela foi concedida, ID 24093695. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 2580713 e arguiu a preliminares ilegitimidade passiva e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25629157 e impugnação no ID 26004861. Ausência de Interesse de Agir. Segundo a Teoria da Asserção, o simples fato de a parte reclamante ter imputado à parte reclamada a prática de ato ilícito, independentemente da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, é suficiente para a demonstração de seu interesse processual. Entender de forma contrária violaria frontalmente o Princípio ao Livre Acesso ao Poder Judiciário, ancorado no artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB. Neste sentido: "(...) INTERESSE DE AGIR, LEGITIMIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. (...) 3. Deste modo, uma vez constatada a não-observância de tais regras básicas, surge o interesse-necessidade para a tutela pleiteada. Vale observar, ainda, que as condições da ação são vistas in satu assertionis ("Teoria da Asserção"), ou seja, conforme a narrativa feita pelo demandante, na petição inicial. Desse modo, o interesse processual exsurge da alegação do autor, realizada na inicial, o que, ademais, foi constatado posteriormente na instância ordinária. Tudo isso implica reconhecer a não-violação dos arts. 3º e 267, VI, do CPC. (...)" (STJ REsp 470.675/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16.10.2007, DJ 29.10.2007 p. 201) Desta forma, em análise do caso concreto, nota-se que a simples alegação contida na inicial de que a parte reclamada causou dano moral à parte reclamante é suficiente para evidenciar o interesse processual. Portanto, não havendo razão a arguição preliminar de ausência de interesse processual, rejeita-se. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25629157), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço pela parte promovida, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Falha na prestação de serviço. Em se tratando de relação de consumo, os prestadores de serviço têm o dever de prestá-los com qualidade e de forma eficiente, como se extrai da redação do artigo 22 do CDC. Neste sentido: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATO ILÍCITO. DANO MORAL. SUSPENSÃO DO SERVIÇO E COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELO. ALEGAÇÃO DE NÃO COMETIMENTO DE ATO ILÍCITO. IMPROVIMENTO SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME. 1. A cobrança indevida e a privação dos serviços diante da adimplência da autora demonstra falha na

prestação do serviço, configurando, assim, ato ilícito. 2. O desconforto causado pela privação dos serviços de internet e ainda o descaso para com a figura do consumidor, que buscou incessante e reiteradamente a solução do problema, gera ao mesmo, hipossuficiente na relação, por si só, repercussão grave no íntimo do apelado, pois causou aborrecimentos que ultrapassaram o mero dissabor, ficando privado da utilização do serviço devidamente contratado há anos, sem qualquer justificativa. 3. O valor da indenização no valor de R$ 5.000,00 é justo e proporcional, considerando as particularidades do caso sub judice, indo ao encontro do entendimento jurisprudencial pátrio. 4. Apelação cível não provida. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 3977188 PE, Relator: Jovaldo Nunes Gomes, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Câmara Extraordinária Cível, Data de Publicação: 08/11/2017) No caso dos autos a parte reclamante sustentou que o serviço de telefonia móvel foi prestado de forma ineficiente pela parte reclamada, pois foi indevidamente cobrada por multa de fidelização no valor de R$2.469,60, vez que o pedido de portabilidade das linhas telefônicas para outra operadora do serviço foi cancelado. A parte reclamada por sua vez, argumenta que o pedido de portabilidade somente foi cancelado após 20 dias, e que os descontos concedidos à promovente foram cancelados, de forma que os valores exigidos são devidos. Sabe-se que a cláusula de fidelidade consiste num pacto acessório em que o fornecedor do produto ou serviço subsidia o preço de determinado equipamento, ou parte dele, beneficiando nitidamente o consumidor. Por outro lado, o consumidor se comprometa em utilizar seus serviços por tempo determinada, pena de multa por rescisão contratual. Analisando o conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que na fatura juntada pela promovente no ID 24092865 há exigência de valores de outros créditos e débitos gerais no valor de $2.469,60, e somente R$416,38 pelos serviços prestados. Portanto, sendo indevida a multa de fidelização, a sua cobrança é ilegítima, o que caracteriza conduta ilícita pela parte reclamada. Dano moral. O dano moral pode decorrer da ofensa à honra, nas modalidades objetiva e subjetiva. Na esfera da honra objetiva, a ofensa atinge a reputação da vítima no meio social, ao passo que na esfera subjetiva se reporta ao sofrimento suportado. É pacífico que, embora as pessoas jurídicas possam sofrer dano moral (Súmula 227 do STJ), elas possuem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos. Em idêntico sentido, a jurisprudência do c. STJ: PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL REFLEXO. PESSOA JURÍDICA. (...) NÃO OCORRÊNCIA DE DANO IN RE IPSA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA OFENSA À HONRA OBJETIVA. (...) 2. A Súmula 227 do STJ preconiza que a pessoa jurídica reúne potencialidade para experimentar dano moral, podendo, assim, pleitear a devida compensação quando for atingida em sua honra objetiva. (STJ REsp 1022522/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) Partido desta premissa conceitual e com base nos elementos fáticos disponíveis, pode-se afirmar que a simples falha na prestação de serviço, embora caracterize conduta ilícita, por si só, não caracteriza dano moral, visto que não tem o condão de levar a presunção de existência de dano moral, em decorrência da indisponibilidade de crédito, na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato não tem o condão de denegrir a imagem da parte promovente e de gerar sentimentos indesejados. Neste sentido: RECURSO INOMINADO – RECLAMAÇÃO INDENIZATÓRIA – MERO ABORRECIMENTO – INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL. A simples falha na prestação de serviço, por si só, não tem o condão de gerar dano moral (STJ AgRg no Ag 1271295/RJ), salvo se estes atos ocasionarem repercussões danosas psicossociais, tais como a suspensão no fornecimento de serviços essenciais, inclusão de restrição de crédito, cobrança vexatória ou abusiva, dentre outros (STJ REsp 1365281/SP e AgRg no AREsp 200514/RJ). Não havendo prova de transtornos consideráveis, caracteriza-se mero aborrecimento inerente a vida em sociedade. Na sentença, o juízo de piso assim manifestou: “Conquanto a empresa promovida tenha praticado um ilícito (cobrança indevida), esta falha na prestação dos serviços não possui potencialidade lesiva para implicar na violação a direitos fundamentais de cunho personalíssimo e, portanto, na reparação de danos morais. Saliente-se que a cobrança indevida por si só se traduz em mero aborrecimento, visto que trivial e comum da sociedade moderna podendo ser e o foi suportado pela parte promovente”. (...) (TJMT/TRU RI nº 0017597-45.2013.811.0001, PROJUDI, julgado em 05 de agosto de 2014, Juiz Relator HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES) Por essas razões, não há dano moral caracterizado. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e; b) julgar parcialmente procedentes os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; c) declarar a inexistência do débito de R$2.469,60 (dois mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) decorrente de multa contratual de fidelização; d) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida nos IDs 24293695 e 24254486, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório; c) indeferir o pleito por danos morais. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008763-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN MARIA CONCEICAO DA COSTA (REQUERENTE)
DIOGO LEONARDO DELBEN FERREIRA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID CELSON FERREIRA DE LIMA OAB - MT11092-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008763-26.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DIOGO LEONARDO DELBEN FERREIRA DE LIMA, MIRIAN MARIA CONCEICAO DA COSTA REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia DIOGO LEONARDO DELBEN FERREIRA DE LIMA e MIRIAN MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA ajuizaram reclamação com pedido de obrigação de fazer c/c indenizatório por danos morais em desfavor de AGUAS CUIABÁ S.A. Em síntese, alegaram ter solicitado o restabelecimento do fornecimento de água e esgoto e a transferência da titularidade da matrícula do imóvel que alugaram para residirem. Aduziram que já se passaram mais de 17 dias do requerimento e ainda não houve atendimento do seu pleito. A título de tutela provisória de urgência, pugnaram o imediato restabelecimento dos serviços de abastecimento. Ao final, postularam indenização por danos morais. A antecipação de tutela foi concedida nos termos da decisão de ID

24179669. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26034513, e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostado no ID 25739520, e impugnação apresentado no ID 26254452. É a síntese do necessário. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25739520), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência da falha na prestação de serviço pela parte promovida, a responsabilidade civil e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Demora na realização de serviço público. Em se tratando de relação de consumo, os prestadores de serviços públicos têm o dever de prestá-los com qualidade e de forma eficiente, como se extrai da redação do artigo 22 do CDC. Por esta razão, a concessionária deve efetivar o restabelecimento do fornecimento de água em 48 horas úteis (art. 48 da Resolução 5/2012 da AMAES) Desta forma, quando a concessionária do serviço público ultrapassa o prazo informado na Resolução Normativa, presta um serviço ineficiente, cometendo assim conduta ilícita. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA NA LIGAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA. FORÇA MAIOR NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL EVIDENCIADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. A parte autora requereu a ligação da sua unidade consumidora em 30/01/2014, sendo que até o ingresso da ação e deferimento do pedido liminar para ligação da energia elétrica na unidade consumidora do autor, em 18/02/2014, não havia ocorrido o fornecimento do serviço. A própria demandada reconhece que excedeu o prazo de 3 dias estabelecido por norma reguladora. Ademais, a responsabilidade das prestadoras de serviço público é objetiva em razão da má prestação do seu serviço. Inteligência dos arts. 14 e 22 do CDC. Não resta configurada situação excludente de responsabilidade, força maior, uma vez que os eventos climáticos aduzidos pela concessionária ocorreram por, no máximo, 8 dias, enquanto a demandada restou inerte por quase 20 dias. Dano moral configurado. A impossibilidade de utilização do imóvel em razão do descaso da concessionária com o consumidor ultrapassa o simples dissabor do cotidiano, pois, traz angústia e preocupação ao consumidor lesado, ademais, o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial e qualquer impossibilidade, no seu fornecimento, sem explicação plausível, gera ofensa aos direitos da personalidade do consumidor. Quantum indenizatório fixado na sentença, R$ 2.500,00, mostra-se adequado aos parâmetros utilizados pelas Turmas Recursais Cíveis e em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004953626, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Marlene Landvoigt, Julgado em 26/08/2014) Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto ao documento juntado no ID 24157504, nota-se que o serviço fornecimento de água foi solicitado em 02/09/2019 e este somente foi executado após a concessão da antecipação de tutela em 24/09/2019 (ID 26034517), ou seja, depois do prazo estabelecido pela resolução normativa da AMAES, ensejando conduta ilícita. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade do conforto, consistente na suspensão do fornecimento de energia elétrica, água encanada e internet, por se tratarem de serviços de fácil acesso no meio urbano moderno, tem o condão de gerar o dano moral Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. SERVIÇO ESSENCIAL. DIREITO HUMANO À ÁGUA. DEMORA EXCESSIVA NO REABASTECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO SEM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. 5 ANOS. ART. 27 DO CDC. (...) 8. É inadmissível acatar a tese oferecida pela insurgente. A água é o ponto de partida, é a essência de toda vida, sendo, portanto, um direito humano básico, o qual deve receber especial atenção por parte daqueles que possuem o mister de fornecê-la à população. 9. As nuances fáticas delineadas no acórdão recorrido demonstram claramente o elevado potencial lesivo dos atos praticados pela concessionária recorrente, tendo em vista os cinco dias sem abastecimento de água na residência da parte recorrida, o que configura notória falha na prestação de serviço, ensejando, portando, a aplicação da prescrição quinquenal do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor. 10. Recurso Especial não provido. (STJ REsp 1629505/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016) RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – RELAÇÃO DE CONSUMO - SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – DANO MORAL – CONFIGURADO – QUANTUM FIXADO – MINORAÇÃO – DESCABIMENTO - Recurso conhecido e desprovido. A indenizatória contra empresa prestadora de serviço público, o regime a ser aplicado é o da responsabilidade civil objetiva, portanto desnecessário indagar a respeito da culpa do causador dos danos. Incidência do art. 37, § 6º, da CF e dos arts. 14 e 22, parágrafo único, do CDC. Evidenciado que a demandada é responsável pela suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, caracterizada está hipótese de responsabilidade civil. Danos morais "in re ipsa", decorrentes do próprio fato lesivo, corte no fornecimento de serviço público cuja nota característica é a essencialidade. (...) (TJMT Ap 90877/2015, DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 02/12/2015, Publicado no DJE 11/12/2015) RECURSO CÍVEL INOMINADO - EMPRESA DE TELEFONIA - SUSPENSÃO INDEVIDA DOS SERVIÇOS DE INTERNET - INADIMPLÊNCIA - FALTA DE PROVAS - NEGLIGÊNCIA DA OPERADORA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A empresa de telefonia que suspende indevidamente a prestação de serviços de internet, comete ato ilícito, e emerge a obrigação de indenizar o consumidor pelos danos sofridos. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor. Mantém-se o valor da indenização a título de dano moral, se fixado dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT/TRU 120100406709/2012, VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Data do Julgamento 19/04/2012, Data da publicação no DJE 19/04/2012) Em exame do caso concreto, nota-se que a demora no restabelecimento de fornecimento de água é suficiente para a

caracterização do dano moral na modalidade subjetiva. Isto porque, a impossibilidade de utilização do referido serviço tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do conforto é devido o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Pelo exposto, proponho: a) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: b) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 24179669, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório; c) condenar a parte promovida pagar a parte promovente a quantia de R$4.000,00 (quatro mil e quinhentos reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (11/10/2019, ID 24920029) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013683-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE GREGORIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
marinice de fátima da cruz OAB - MT13366-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARISA LOJAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1013683-43.2019.8.11.0001 REQUERENTE: IRENE GREGORIO DOS SANTOS REQUERIDO: MARISA LOJAS S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia IRENE GREGORIO DOS SANTOS ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais LOJAS MARISA S/A. Em síntese alegou ter relação com a parte promovida por meio do cartão de crédito. Argumentou que sempre é mal atendida pelas funcionárias da loja promovida e no mês de fevereiro novamente teve problemas em efetuar o pagamento da fatura. Asseverou que os pagamentos em dinheiro e cartão de débito não foram aceitos pelo sistema de compensação, de forma que foram debitados R$950,00 de sua conta bancária, mas que o valor não foi aceito para quitação da fatura. E ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26709267 e arguiu a preliminares ilegitimidade passiva e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26930023 e impugnação no ID 2716380. É a síntese do necessário. Ilegitimidade passiva. A indicação na petição inicial das partes, trazendo como causa de pedir fundamentos que evidenciam a existência de uma suposta relação jurídica de direito material, é suficiente para sustentar a legitimidade, como preconizado pela Teoria da Asserção, amplamente aceita no c. STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEORIA DA ASSERÇÃO. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DA LESÃO. TEORIA DA ACTIO NATA. MOMENTO DA OCORRÊNCIA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Não há ilegitimidade passiva nas hipóteses em que a pertinência subjetiva do réu em relação à pretensão deduzida em juízo torna-se evidente à luz da teoria da asserção, segundo a qual as condições da ação devem ser aferidas tomando como pressuposto, provisoriamente, apenas em juízo de admissibilidade da demanda, as próprias afirmações ou alegações contidas na petição inicial, dispensando-se qualquer atividade probatória. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no AREsp 740.588/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015) Diante do exposto, em exame apenas das alegações contidas na inicial, nota-se que as partes da relação jurídica de direito material (relação contratual, cartão de crédito) coincidem com as partes desta demanda, tornando-as partes legítimas para figurar no polo ativo e passivo. Por fim, relevante consignar que a discussão quanto à responsabilidade civil da parte reclamada, depende da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, pontos que serão examinados de forma apropriada, no mérito da demanda. Portanto, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que na audiência de conciliação (ID 26930023), a parte reclamada informou que, em relação a produzir prova oral, se manifestará na contestação e a parte reclamante já requereu a designação da audiência de instrução e julgamento. Embora a parte reclamante tenha requerido a produção de prova oral, o ônus probatório quanto a conduta ilícita é da parte reclamada. Porém, analisando à contestação, observa-se que não houve pedido específico, implicando no julgamento antecipado da lide. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço de cartão de crédito, a excludente de culpabilidade e o dano moral.

Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Falha na prestação de serviço. Em se tratando de relação de consumo, os prestadores de serviço têm o dever de prestá-los com qualidade e de forma eficiente, como se extrai da redação do artigo 22 do CDC. Neste sentido: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATO ILÍCITO. DANO MORAL. SUSPENSÃO DO SERVIÇO E COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELO. ALEGAÇÃO DE NÃO COMETIMENTO DE ATO ILÍCITO. IMPROVIMENTO SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME. 1. A cobrança indevida e a privação dos serviços diante da adimplência da autora demonstra falha na prestação do serviço, configurando, assim, ato ilícito. 2. O desconforto causado pela privação dos serviços de internet e ainda o descaso para com a figura do consumidor, que buscou incessante e reiteradamente a solução do problema, gera ao mesmo, hipossuficiente na relação, por si só, repercussão grave no íntimo do apelado, pois causou aborrecimentos que ultrapassaram o mero dissabor, ficando privado da utilização do serviço devidamente contratado há anos, sem qualquer justificativa. 3. O valor da indenização no valor de R$ 5.000,00 é justo e proporcional, considerando as particularidades do caso sub judice, indo ao encontro do entendimento jurisprudencial pátrio. 4. Apelação cível não provida. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 3977188 PE, Relator: Jovaldo Nunes Gomes, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Câmara Extraordinária Cível, Data de Publicação: 08/11/2017) No caso dos autos a parte reclamante sustentou que o serviço de compensação para pagamento de fatura de cartão de crédito foi prestado de forma ineficiente pela parte reclamada, pois o valor de R$950,00 foi debitado de sua conta bancária, via transação com cartão de débito, não foi aceito como pagamento da fatura do cartão de crédito 5411.XXXX.XXXX.4716, contudo também não foi estornado de volta. Analisando o conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a parte reclamante evidencia, por meio do extrato de sua conta bancária (ID 25389081) que no dia 11/02/2019 o valor de R$950,00 foi debitado por meio da transação 091715. Ainda em exame dos autos, nota-se que não há qualquer prova que possa demonstrar a este juízo de que o referido valor foi devolvido para a parte promovente. Vale lembrar que, no presente caso, o ônus probatório pertence ao fornecedor dos serviços, visto que deve ser proporcionado ao consumidor a facilitação de prova de seus direitos (art. 6º, VIII, CDC). Desse modo, pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo que houve falha na prestação de serviço e, consequentemente, conduta ilícita. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro, pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade os serviços prestados por seus parceiros empresariais, em virtude de sua culpa in ilegendo e in vigilando. Neste sentido: DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EMPRESA DE TELEFONIA DE LONGA DISTÂNCIA. PARCERIA EMPRESARIAL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À REGULAMENTO DA ANATEL. I - A alegação de ofensa à Regulamento da ANATEL não se enquadra na hipótese de cabimento de recurso especial prevista na alínea "a" do permissivo constitucional. I - A empresa que integra, como parceira, a cadeia de fornecimento de serviços é responsável solidária pelos danos causados ao consumidor por defeitos no serviço prestado. II - A exclusão da responsabilidade do fornecedor por ato de terceiro pressupõe a inexistência de defeito no serviço prestado. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no Ag 1153848 / SC, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Ministro SIDNEI BENETI) Ademais, além da culpa in ilegendo e in vigilando, com base na Teoria da Aparência, consagrada nas relações de consumo por meio do artigo 34 do CDC, aquele que se apresenta ao consumidor como responsável pelo serviço contratado tem plena responsabilidade civil mesmo que a conduta ilícita tenha sido praticada por seus parceiros empresariais. A propósito: CONSUMIDOR. CONTRATO. SEGURO. APÓLICE NÃO EMITIDA. ACEITAÇÃO DO SEGURO. RESPONSABILIDADE. SEGURADORA E CORRETORES. CADEIA DE FORNECIMENTO. SOLIDARIEDADE. 1. A melhor exegese dos arts. 14 e 18 do CDC indica que todos aqueles que participam da introdução do produto ou serviço no mercado devem responder solidariamente por eventual defeito ou vício, isto é, imputa-se a toda a cadeia de fornecimento a responsabilidade pela garantia de qualidade e adequação. 2. O art. 34 do CDC materializa a teoria da aparência, fazendo com que os deveres de boa-fé, cooperação, transparência e informação alcancem todos os fornecedores, direitos ou indiretos, principais ou auxiliares, enfim todos aqueles que, aos olhos do consumidor, participem da cadeia de fornecimento. 3. No sistema do CDC fica a critério do consumidor a escolha dos fornecedores solidários que irão integrar o polo passivo da ação. Poderá exercitar sua pretensão contra todos ou apenas contra alguns desses fornecedores, conforme sua comodidade e/ou conveniência. (...) (STJ REsp 1077911/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 14/10/2011) Desta forma, o simples fato da parte reclamada alegar que a conduta ilícita tenha sido praticada pela instituição financeira parceira, não há como eximir sua responsabilidade. Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanecendo inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra

objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade financeira, ou seja, a impossibilidade do uso de certa quantia de recursos financeiros, tem o condão de gerar o dano moral, visto que pode comprometer o orçamento familiar e, consequentemente, o seu sustento e de sua família, bem como gerar inadimplemento de despesas básicas, ocasionando tanto sentimentos indesejados quanto a depreciação da imagem do consumidor em sua sociedade. A propósito: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. DÉBITOS INDEVIDOS. DANO MORAL. CARACTERIZADO. A manutenção da cobrança indevida de valores que representam significativa parcela dos rendimentos da autora, afetam seu orçamento familiar, causando-lhe sérios constrangimentos e abalo psicológico. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Possibilidade na forma simples. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (TJRS Apelação Cível Nº 70039190780, Segunda Câmara Especial Cível, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 31/08/2011) CONTRATO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PROVA. DESCONTO. DANO MORAL. 1. A autora negou ter efetuado empréstimo consignado junto ao réu, e este não logrou fazer prova em contrário. 2. Ademais, as alegações da autora são verossímeis. Desde a constatação do depósito de valores em sua conta, buscou afastar a contratação. Depositou o valor em juízo. 3. A imposição de descontos mensais em parcos benefícios previdenciários, e a insistência, apesar do pedido de cancelamento, gera dano passível de reparação, mormente em se tratando de pessoa de vulnerabilidade agravada. 4. Recurso não provido.(TJ-SP - APL: 10090768220168260224 SP 1009076-82.2016.8.26.0224, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 22/02/2017, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 24/02/2017) Em exame do caso concreto, com base no documento juntado no ID 25389081, pode-se afirmar que o desconto indevido em conta corrente, no valor de R$950,00, sem o correspondente reembolso é suficiente para presumir a existência de dano moral na modalidade subjetiva, visto que se trata de valor significativo. Isto porque este fato tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como frustração, raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade financeira é devido o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$73,46), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e; b) julgar parcialmente procedentes os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; b) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) a título de danos materiais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir do efetivo prejuízo (11/02/2019, ID 25389081), cf. Súmula 43 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação; c) condenar a parte reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$4.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (19/11/2019, ID 26312264) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009823-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEMBERG DOUGLAS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009823-34.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALEMBERG DOUGLAS DE SOUZA REQUERIDO: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia ALEMBERG DOUGLAS DE SOUZA ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor do SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. Em síntese, alegou que recebeu cobranças em duplicidade nos dias 14 e 15 de maio de 2019. Ao final, postulou a repetição de indébito e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 26174066. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26006468. Minuta de acordo celebrado entre as parte ID 26518321. Considerando que as partes celebraram acordo nos autos (ID 26518321), devidamente reduzida a termo e sem aparente vício, com fulcro no artigo 57 da Lei 9.099/95, opino pela homologação do referido acordo para que surta os seus devidos efeitos jurídicos. Com fulcro no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, proponho a extinção do feito com resolução de mérito. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à

homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezario Juíza Leiga Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010645-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUCANDARIO JARDIM DAS GOIABEIRAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
anderson rosa ferreira OAB - MT14156-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUSIO BRUNNO DA SILVA (REQUERIDO)
BRUNA DALA VECHIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010645-23.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDUCANDARIO JARDIM DAS GOIABEIRAS LTDA - ME REQUERIDO: BRUNA DALA VECHIA, CLAUSIO BRUNNO DA SILVA Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia EDUCANDÁRIO JARDIM DAS GOIABEIRAS LTDA - ME ajuizou ação de cobrança em desfavor de BRUNA DALA VECHIA Em síntese, alegou que prestou serviços educacionais para os filhos da promovida. Asseverou que os meses de junho a agosto de 2018 e que houve tentativa de receber os valores consensualmente, porém sem êxito. Ao final, postulou receber a quantia de R$ 4.800,00. Devidamente citada no ID 25628665, a parte reclamada deixou de apresentar contestação. Atas de Audiência de Conciliação juntada no ID 26153190. É a síntese do necessário. Revelia. Considerando que a parte promovida foi regularmente citada e não apresentou contestação (ID 25628665), considero-a como revel. Julgamento antecipado da lide. Diante da revelia e com base no teor do que dispõe o artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil, é plenamente cabível e oportuno o julgamento antecipado da lide. Limites do conflito. A revelia gera confissão ficta quanto à matéria fática discutida nos autos, contudo, a presunção é relativa (art. 20 da Lei 9.099/95 e 344 do CPC), devendo o juízo ponderar os elementos probatórios disponíveis nos autos e ressalvar os fatos que não dependem de provas, os notórios, os reconhecidos pelo autor e aqueles sobre os quais milita presunção legal de existência ou veracidade (art. 374 do CPC). Por isso, o simples fato de o Reclamado ser revel não implica automaticamente na procedência da pretensão autoral, mas induz a presunção relativa. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE. CHEQUE. PRESCRIÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. APRECIAÇÃO DE PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ART. 131 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. DESNECESSIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. (...) 2. A revelia enseja a presunção relativa da veracidade dos fatos narrados pelo autor da ação, podendo ser infirmada pelas demais provas dos autos, motivo pelo qual não determina a imediata procedência do pedido. (...) (STJ AgRg no Ag 1237848/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 21/10/2016) Partindo desta premissa e em análise dos autos, observa-se que, em relação contratual, não há qualquer outra prova ou circunstância jurídica que possa fragilizar a presunção relativa da confissão ficta ocasionada pela revelia. Portanto, reconheço que há inadimplência contratual do promovido no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Dispositivo. Pelo exposto, opino: a) julgar parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial para, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil; b) condenar a promovida a pagar as taxas de despesas condominiais que chegam a soma de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), corrigido monetariamente pelo índice do INPC e acrescido de juros em 1% ao mês desde o vencimento das taxas. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013179-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANILLO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT10609-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL ALVES RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT18330/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1013179-37.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DANILLO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia DANILLO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito com repetição de indébito e indenizatório em desfavor do BANCO DO BRASIL S/A. Em síntese, alegou que recebeu abriu conta corrente universitária e houve cobranças de tarifas indevidas. Ao final, postulou a repetição de indébito e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 26244074. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 1013179, onde as partes celebraram acordo. Considerando que as partes celebraram acordo nos autos (ID 1013179), devidamente reduzida a termo e sem aparente vício, com fulcro no artigo 57 da Lei 9.099/95, opino pela homologação do referido acordo para que surta os seus devidos efeitos jurídicos. Com fulcro no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, proponho a extinção do feito com resolução de mérito. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezario Juíza Leiga Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006051-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEY ALLAN DA SILVA PASSOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINALVA DE MATOS SANTANA OAB - MT13002-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1006051-63.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WESLEY ALLAN DA SILVA PASSOS REQUERIDO: BANCO BMG S.A Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia WESLEY ALLAN DA SILVA PASSOS ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais BANCO BMG S/A. Em síntese alegou que possui contrato de cartão de crédito com a parte promovida, cujos pagamentos são efetuados através de cobrança em sua folha de pagamento. Sustentou que embora os pagamentos sejam feitos de forma regular, teve seus dados indevidamente negativados. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão dos seus dados dos cadastros de proteção ao crédito. A antecipação de tutela foi concedida, ID 23460421. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 25357779 e e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada na ID 25423646 e impugnação à contestação apresentada no ID 26299614. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25423646), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Quitação da dívida. A prova inequívoca do pagamento cabe ao devedor, podendo este, inclusive, reter o pagamento quando o credor se recusar entregar o comprovante de quitação (artigo 319 do Código Civil). Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO VERBAL ENTRE PARTICULARES. NÃO COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO VEÍCULO, OBJETO DO LITÍGIO. PROVA DO PAGAMENTO. ÔNUS DO DEVEDOR. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS. 1 (...) 2. Como se sabe, compete ao devedor a prova do pagamento, o que não ocorreu, na hipótese, uma vez que, não se pode concluir, de maneira inequívoca, que os depósitos realizados, pelo Apelante, foram destinados, exclusivamente, ao pagamento do veículo, objeto do litígio. (...) (TJ-GO - Apelação (CPC): 00912488320188090137, Relator: FRANCISCO VILDON JOSE VALENTE, Data de Julgamento: 23/09/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 23/09/2019). Analisando o conjunto fático probatório disponível nos autos, mormente quanto ao comprovante juntado no ID 26299631 a 263000649, constata-se que o referido débito foi renegociado com o reclamado. E que o promovente que pediu portabilidade da dívida contraída pelos empréstimos para outra instituição financeira (Olé Consignado) inclusive o débito oriundo do contrato juntado pela parte reclamada no ID 27252560, celebrado ainda em 2008. Ressalto ainda que a parte promovida manifestou-se em duas oportunidades após a juntada das referidas averbações contratuais e nada impugnou, conforme se vê nos ID's 26491305 e id 27252554. Portanto, considerando que as provas juntadas nos autos são suficientes como prova da quitação, conclui-se que houve cobrança indevida e, consequentemente, há conduta ilícita por parte da parte reclamada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a

atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabivel a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 23347038, nota-se que o restritivo impugnado foi o primero registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$2.482,92), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: b) declarar a inexistência do débito de R$ R$2.482,92 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), referente ao contrato 184708636; c) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 23460421, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório. d) condenar a parte reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (10/10/2019, ID24853929) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011705-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AILTON LOPES DOS SANTOS JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011705-31.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AILTON LOPES DOS SANTOS JUNIOR REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia AILTON LOPES DOS SANTOS ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais TELEFONICA BRASIL S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26666092 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, arguiu litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no ID26443852 e impugnação no ID 26796507. Inépcia da inicial. Documentos imprescindíveis. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação de comprovante de residência não é imprescindível para o ajuizamento de reclamação perante o Juizado Especial Cível, visto que, nos termos do artigo 319, inciso II, do CPC, é necessário apenas que a inicial indique o endereço eletrônico, o domicílio e a residência das partes. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. DESNECESSIDADE. Demanda veiculada com base em alegada ilegalidade do sistema de pontuação de crédito ofertada pela entidade cadastral. O comprovante de residência e, no caso, não é documento indispensável à propositura da demanda. Descabimento do indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70057584260, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/05/2014) Por isso, a preliminar deve ser afastada. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26443852), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$328,93 e R$778,38 (ID 24881067). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas faturas e relatórios (ID 266666093), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito

Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabivel a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24881067, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e

garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Impõe ainda consignar que, embora a existência de outros restritivos posteriores (ID 24881067), não afaste o dano moral, é inegável que influencia na fixação do quantum indenizatório em patamar inferior ao caso em que o consumidor tem uma única negativação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. (...) INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÕES POSTERIORES. DANO MORAL PURO CONFIGURADO. QUANTUM REDUZIDO. 1. Recorrente que pugna pela exclusão da condenação a título de danos morais, invocando a Súmula 385, do STJ, ou, alternativamente, a redução do quantum. 2. No caso em tela, incontroverso que o autor possui outras inscrições restritivas. No entanto, todas as demais anotações são posteriores àquela procedida pela demanda, com o que tenho como inaplicável o enunciado invocado. 3. Tangente ao valor arbitrado, este comporta redução. As inscrições posteriores devem ser levadas em conta apenas para reduzir o montante indenizatório de R$ 7.000,00 para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004295929, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ketlin Carla Pasa Casagrande, Julgado em 18/10/2013) Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$628,93 e R$778,38), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$3.000,00. Pedido contraposto. Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei 9.099/95, é permitido à parte reclamada formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte reclamante. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do Fonaje, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte reclamada for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95. POSSIBILIDADE DE PESSOA JURÍDICA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO NO JUIZADO ESPECIAL ENUNCIADO 31 DO FONAJE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS. (Embargos de Declaração Nº 71006086045, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 03/06/2016) CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PESSOA JURÍDICA. ADMISSÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. REPETIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL. INCABÍVEL. 1.É admissível nos Juizados Especiais a propositura de pedido contraposto por pessoa jurídica, sem acesso aos Juizados (Enunciado nº 31 do FONAJE). (...) (TJ-DF - Apelacao Civel do Juizado Especial : ACJ 20140910107318 DF 0010731-71.2014.8.07.0009) Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte reclamada seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança não é legítima, conforme explanado em tópicos anteriores, Por esta razão, o pedido contraposto deve ser indeferido. Litigância de má-fé. A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do CPC acompanhada do elemento dolo. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;II - alterar a verdade dos fatos;III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;VI - provocar incidente manifestamente infundado;VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 563.934/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte reclamada ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito de R$628,93 (seiscentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos), referente ao contrato 2072487239 e R$778,38 (setecentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos) referente ao contrato 0140150016; d) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 24092082, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório. e) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); f) indeferir o pedido contraposto; g) indeferir o pedido de litigância de má-fé. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008328-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA REGINA GUBERT 62781456187 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATEUS CASSIO LOPES DE LIMA OAB - MT19495-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUL AMERICA ODONTOLOGICO S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008328-52.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CARLA REGINA GUBERT 62781456187 REQUERIDO: SUL AMERICA ODONTOLOGICO S.A Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia CARLA REGINA GUBERT ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais SUL AMERICA ODONTOLOGICO S.A. Em síntese alegou que mantinha contrato com a parte promovida, o qual foi cancelado em junho/2017, contudo, foram emitidas cobranças indevidas posteriores que ocasionaram a negativação dos seus dados. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão dos seus dados dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. A antecipação de tutela foi concedida, ID 24072680. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26140977 e e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25612802 e impugnação no ID 26140977. É a síntese do necessário. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25612802), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Referência da dívida em relação à rescisão. A resilição unilateral das partes tem o condão de cessar os efeitos contratuais a partir da expressa notificação da parte contrária, conforme exegese extraída do artigo 473 do Código Civil. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. PRETENSÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO, CANCELAMENTO DE REGISTRO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NEGATIVA DECORRENTE DE COBRANÇA APÓS RESCISÃO DO CONTRATO. DANO MORAL CONFIGURADO. I. A cobrança após rescisão do contrato de prestação de serviços e a posterior inscrição nos órgãos de restrição ao crédito configura ato ilícito. (...)RECURSO DESPROVIDO À UNANIMIDADE. (Apelação Cível Nº 70064411598, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 13/08/2015). (TJ-RS - AC: 70064411598 RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Data de Julgamento: 13/08/2015, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/08/2015) TELEFONIA. COBRANÇA DE FATURAS APÓS RESCISÃO JUDICIAL DE CONTRATO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CONSUMIDOR NO SERASA. DANO MORAL CONFIGURADO. Causa dano moral a ação da Companhia Telefônica que emite cobranças após rescisão judicial do contrato firmado entre as partes e ainda inscreve o nome do consumidor no SERASA em razão do inadimplemento de faturas indevidas, pois referentes ao contrato já rescindido. (...) (TJ-RO - RI: 10047365220108220601 RO 1004736-52.2010.822.0601, Relator: Juiz Marcelo Tramontini, Data de Julgamento: 02/09/2011, Turma Recursal - Porto Velho, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 08/09/2011.) Embora os efeitos contratuais cessem com a rescisão, aceitável a cobrança posterior de valores remanescentes relativos ao período em que o contrato ainda estava vigente. A propósito: CONSUMIDOR. CONTRATO DE TELEFONIA MÓVEL. PORTABILIDADE. COBRANÇA DE VALORES REMANESCENTES ? DEVIDA. INCLUSÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO ? LEGÍTIMA. DANOS MORAIS ? NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 3. Alegou o recorrente que realizou portabilidade de suas linhas celulares, mas que estaria sendo cobrado indevidamente pela operadora antiga, em período posterior, motivo pelo qual requer que seja reconhecida a inexistência da dívida, a exclusão do seu nome de cadastro de proteção ao crédito e danos morais. 4. Correta a sentença que julgou improcedente a pretensão do autor, ora recorrente, pois, ao constatar a efetiva data da portabilidade ocorrida, em 12/02/2016, e o período ao qual se refere a cobrança, além de verificar os demais elementos probatórios dos autos, reconheceu como devida a cobrança perpetrada pela recorrida, referente a valores anteriores à portabilidade efetuada, fato que legitima a negativação ocorrida e afasta os danos morais. 5. A portabilidade foi efetivada em 12/02/2016 e o período do uso da fatura cobrada pela recorrida é de 14/01/16 até 13/02/2016, conforme se observa no ID nº 1382294 - pag. 1. (...) (TJ-DF 07260227820168070016 DF 0726022-78.2016.8.07.0016, Relator: ASIEL HENRIQUE DE SOUSA, Data de Julgamento: 29/06/2017, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 05/07/2017 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) Analisando o conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que: o contrato, objeto da cobrança, foi rescindido em 19/06/2017 (protocolo 50155600) e a dívida reivindicada possui vencimento em 24/06/2018 (ID 24068828). Ressalto que as condições gerais do contrato juntadas no ID 25783896, é documento apócrifo e não reconhecido pela parte promovente, assim, com base nestes apontamentos, observa-se que a cobrança possui referência posterior à rescisão do contrato. Desta forma a cobrança é indevida e, consequentemente, há conduta ilícita. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, o tratamento humilhante, com agressão física ou verbal ou o desprezo tem o condão de gerar o dano moral. Neste sentido: DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATENDIMENTO COMERCIAL.

TRATAMENTO VEXATÓRIO. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. Pretensão indenizatória por danos morais em razão de tratamento vexatório, com xingamentos, em atendimento telefônico comercial. Recurso do autor visando à majoração do valor da condenação. 2 - Danos morais. Valor da indenização. A indenização por danos morais deve atender aos objetivos de reprovação e desestímulo, assim como considerar a extensão do dano. No caso em exame, considerando o grau das ofensas proferidas pela atendente da ré (ID 6480029) bem como o fato de não terem sido articuladas diretamente ao autor, mas em conversa com terceiro, é de se concluir pela razoabilidade e proporcionalidade da indenização fixada em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Incabível, pois, a majoração. Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 3 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, pelo recorrente vencido, com exigibilidade suspensa em face gratuidade de justiça que ora se concede. (TJ-DF 07388287720188070016 DF 0738828-77.2018.8.07.0016, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA, Data de Julgamento: 01/02/2019, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/02/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24068828, nota-se que o restritivo impugnado foi o primero registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$431,85), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito R$1.112,58 (um mil cento e doze reais e cinquenta e oito centavos), referente ao contrato 2469757, R$317,88 (trezentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) referente ao contrato 2418492, R$317,88 (trezentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) referente ao contrato 2375614 e R$317,88 (trezentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) referente ao contrato 2334397; d) condenar a parte reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (17/10/2019, ID25120620) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS); Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011136-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALISSON RAFAEL PAULINO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDEVINO WEBSON FERREIRA DE SOUSA OAB - MT25900/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011136-30.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALISSON RAFAEL PAULINO DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia ALISSON RAFAEL PAULINO DA SILVA ajuizou reclamação com pedido de obrigação de fazer e danos morais em desfavor de TELEFONICA BRASIL S/A. Em síntese alegou ter adimplido todos os débitos com a parte promovida, mas os serviços prestados não foram restabelecidos. Sustentou que a parte promovida alega que há um débito em aberto do mês de março/2019, mas garantiu que todas as faturas foram devidamente pagas. A título de tutela provisória de urgência, requereu o restabelecimento da linha telefônica, e ao final pugnou por indenização por danos morais. A antecipação de tutela não foi concedida, ID 24735731. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26573432 e e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26284367 e impugnação no ID 26858655. É a síntese do necessário. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26284367), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviço da parte reclamada e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao

exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Suspensão do fornecimento de telefonia. As concessionárias de telefonia estão autorizadas a suspenderem seus serviços em caso de inadimplência tanto em caso de telefonia pós-paga, quanto na hipótese de crédito pré-pago com vigência vencida. Nos termos dos artigos 90, 92 e 97 da Resolução 632/2014 da Anatel, com 15 dias do início do inadimplemento ou do fim da vigência dos créditos pré-pago, a concessionária fica autorizada sucessivamente: (a) suspender parcialmente os serviços pelo prazo de 30 dias; (b) suspender totalmente os serviços pelo prazo de 30 dias; e (c) rescindir o contrato após 15 dias do prazo de suspensão total, implicando, consequentemente, na perda do número telefônico. Em análise do caso concreto, nota-se que foi respeitado o intervalo necessário para a rescisão contratual, pois entre o inadimplemento e a efetiva rescisão contratual (26/10/2018) decorreram mais de 75 dias, fato incontroverso, pois admitido por ambas as partes. A controvérsia se dá no fato de o promovente ter quitados todas as faturas e solicitado o restabelecimentos dos serviços em sua linha telefônica (65-99648-0889), em análise aos documentos juntados nos autos, verifica-se que a promovida reconhece que o promovente quitou seus débitos em 14/11/2018 e 25/04/2019 (ID 26573432 – folhas 04). Contudo, a parte promovente não comprova ter solicitado o restabelecimento de sua linha telefônica e tal fato poderia ser demonstrado até mesmo por meio de simples número de protocolo de call center. Desta forma, se não há sequer evidências de que a parte reclamante solicitou o serviço, não há como presumir que este foi prestado de forma ineficiente e, consequentemente, não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. Dispositivo. Pelo exposto, proponho julgar improcedentes os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga --- ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011752-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO FRAZAO DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011752-05.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RENATO FRAZAO DE ALMEIDA REQUERIDO: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia RENATO FRAZAO DE ALMEIDA ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais em desfavor de FINANCEIRA ITAU CDB S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26729525 e arguiu preliminarmente a inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada na ID 26442891 e impugnação à contestação apresentada no ID26866296. É a síntese do necessário. Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competência para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são "causas cíveis de menor complexidade". Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial. Em análise dos autos, diante da expressa impugnação da parte reclamante (ID 26866296), no caso, será necessária prova pericial grafotécnica para apurar se a rubrica constante no contrato juntado no ID 26729528 foi efetivamente assinada pela parte reclamante. No caso concreto, por ser necessária a produção de prova pericial, trata-se de matéria de complexa e, consequentemente, este juízo é incompetente para processar e julgar a presente demanda. Posto isso, proponho acolher a preliminar de incompetência e julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso X, e 337, II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezario Juíza Leiga Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012471-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA ALVES DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1012471-84.2019.8.11.0001 INTERESSADO: PATRICIA ALVES DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia PATRICIA ALVES DA SILVA ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos

morais BRADESCO CARTÕES S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26666169 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, arguiu litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26591564 e impugnação no ID 26849241. É a síntese do necessário. Inépcia da inicial. Documentos imprescindíveis. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação de comprovante de residência não é imprescindível para o ajuizamento de reclamação perante o Juizado Especial Cível, visto que, nos termos do artigo 319, inciso II, do CPC, é necessário apenas que a inicial indique o endereço eletrônico, o domicílio e a residência das partes. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. DESNECESSIDADE. Demanda veiculada com base em alegada ilegalidade do sistema de pontuação de crédito ofertada pela entidade cadastral. O comprovante de residência e, no caso, não é documento indispensável à propositura da demanda. Descabimento do indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70057584260, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/05/2014) Por isso, a preliminar deve ser afastada. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26591564), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$520,28 (ID 25095042). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a empresa reclamada não apresentou nos autos nenhuma evidência significativa da existência de crédito em seu favor. Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 25095042, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$520,28), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: b) declarar a inexistência do débito de R$520,28 (quinhentos e vinte reais e vinte e oito centavos) referente ao contrato número CT02200464177; c) determinar que a parte reclamada no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$12.000,00 (doze mil reais); d) condenar a parte reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade,

recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011113-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELMIRO ALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAGANHA DE LIMA OAB - MT17538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011113-84.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ELMIRO ALVES DOS SANTOS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia ELMIRO ALVES DOS SANTOS ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais em desfavor de TELEFONICA BRASIL S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26573635 e arguiu preliminarmente a inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada na ID 26283743 e impugnação à contestação apresentada no ID26697183. É a síntese do necessário. Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competência para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são "causas cíveis de menor complexidade". Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial. Em análise dos autos, diante da expressa impugnação da parte reclamante (ID 26697183), no caso, será necessária prova pericial grafotécnica para apurar se a rubrica constante no contrato juntado no ID 26573636 foi efetivamente assinada pela parte reclamante. No caso concreto, por ser necessária a produção de prova pericial, trata-se de matéria de complexa e, consequentemente, este juízo é incompetente para processar e julgar a presente demanda. Posto isso, proponho acolher a preliminar de incompetência e julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso X, e 337, II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezario Juíza Leiga Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010464-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REJANE CASSIA FIALHO JORGE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAELA MEIRELES MAIOLINO OAB - MT17501/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010464-22.2019.8.11.0001 REQUERENTE: REJANE CASSIA FIALHO JORGE REQUERIDO: CLARO S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia REJANE CASSIA FIALHO JORGE ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais CLARO S/A. Em síntese alegou que surpreendeu-se ao receber cobranças em seu nome referente a contrato em seu nome. Asseverou que nunca contratou com a promovida, já informou a promovida, inclusive comparecendo na loja física, mas continua recebendo cobranças. A título de tutela provisória de urgência, requereu que a promovida se abstenha de continuar cobrando, e ao final postulou indenização por danos morais. A antecipação de tutela não foi concedida, ID 24582357. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 2635673 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26109958 e impugnação no ID 26543661. É a síntese do necessário. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26109958), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em

favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$39,90 e R$42,16 (ID 24555940). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas faturas e telas de sistemas (ID 26325675 e 26325673), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade,

podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Todavia, quando os fatos ofendem o direito a personalidade com superficialidade, equivalente as frustrações corriqueiras, não há dano moral indenizável, visto que caracteriza mero aborrecimento. Em exame do caso concreto, pode-se afirmar que a simples cobrança, sem a existência de restritivo de crédito, por si só, não caracteriza dano moral, visto que agride o direito a personalidade sem profundidade, pois não tem o condão de denegrir a imagem da parte reclamante e de gerar sentimentos indesejados. Neste sentido: COBRANÇA INDEVIDA - NEGATIVAÇÃO NÃO COMPROVADA - DANOS MORAIS - MERO ABORRECIMENTO- RESTITUIÇÃO SIMPLES- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso diaadia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Dessa maneira, a simples cobrança indevida, sem comprovação da negativação do nome do autor, configura mero aborrecimento, sendo incabível o recebimento de indenização por danos morais. Como pressupostos para a repetição do indébito, são exigidas as comprovações, a cargo do requerente, de que houve o pagamento indevido que o mesmo se operou por erro daquele que o praticou, a teor do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. Não restando demonstrada a má-fé, descabe a aplicação da penalidade prevista no art. 42 do CDC, devendo a devolução ser de forma simples. Nas causas em que houver condenação, deve-se aplicar o disposto no § 2º do art. 85 do CPC/2015 para a fixação dos honorários advocatícios, observando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, o tempo exigido do advogado e, ainda, o lugar de prestação do serviço. (TJ-MG - AC: 10643150003447001 MG, Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 03/09/0019, Data de Publicação: 13/09/2019) Portanto, em se tratando de mero aborrecimento não é devida a indenização por danos morais. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito de R$42,16 (quarenta e dois reais e dezesseis centavos) e R$39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos), referente ao código das faturas 144949953; d) indeferir o pleito de dano moral. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006777-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALLAN CESAR MARQUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA (REQUERIDO)
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE FONSECA DE MELLO OAB - SP222219 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1006777-37.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALLAN CESAR MARQUES DA SILVA REQUERIDO: ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS, MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Vistos etc. ALLAN CESAR MARQUES DA SILVA ajuizou reclamação cível em desfavor de ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A - CASAS PERNANBUCANAS e MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA. Em síntese, alegou que adquiriu, junto a 1ª reclamada, um Smartphone Motorola One 64GB Preto, no dia em 25/02/2019, no valor de R$ 1.499,00 e que em menos de cinco meses o produto apresentou defeito, não funcionando mais. Sustentou que informou o defeito a 1ª reclamada, que o orientou a entrar em contato com a 2ª reclamada, que o informou a enviar o produto para assistência técnica. Desta forma, em 28/06/2019 dirigiu-se até a assistência técnica deixando o produto para que fosse reparado e no dia 01/07/2019, recebeu a ligação de que o aparelho encontrava-se consertado. Afirmou ainda, que no final do mês de julho/2019 o produto voltou a apresentar o mesmo defeito, visto que a bateria não segurava carga e pedia para atualizar software, sendo orientado novamente pela 2ª reclamada a enviá-lo para assistência técnica autorizada. Assim, envio o produto novamente em 25/07/2019, e no dia 31/07/2019 recebeu uma ligação da assistência técnica informando-o que o aparelho celular estava disponível para retirada. Alegou, que mesmo o aparelho tendo sido encaminhado por duas vezes a assistência técnica por apresentar defeito, foi surpreendido com a informação da exclusão da garantia porque o aparelho está empenado e que mesmo realizando reclamação administrativa junto a 2ª reclamada, não obteve êxito. Ao final, postulou indenização por danos materiais e morais. A antecipação de tutela não foi concedida no ID 23696477. Devidamente citadas, somente a parte promovida MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA foi citada e apresentou contestação no ID 25238694 e arguiu a preliminar de incompetência por necessidade de perícia técnica e, em seguida, contestou os pedidos formulados na inicial. A parte promovente requereu a desistência da ação em relação a 1ª reclamada ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A - CASAS PERNANBUCANAS (ID 25166202). Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25259510 e impugnação à contestação no ID 25390602. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Incompetência em razão da matéria. complexidade da matéria. Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o Enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo

objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são "causas cíveis de menor complexidade". Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial, visto que se trata de prova complexa. Em análise dos autos, diante da expressa impugnação da parte reclamante quanto ao laudo técnico juntado no id 25238700, no caso, será necessária prova pericial técnica para apurar o defeito no produto. No caso concreto, por ser necessária a produção de prova pericial, trata-se de matéria complexa e, consequentemente, este juízo é incompetente para processar e julgar a presente demanda. Pelo exposto, proponho acolher a preliminar de incompetência e julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso II da Lei 9.099/95 e artigos 485, inciso X e 337, II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012469-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAMILA YOHANA LEITE XAVIER DA CRUZ (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1012469-17.2019.8.11.0001 INTERESSADO: KAMILA YOHANA LEITE XAVIER DA CRUZ REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia KAMILA YOHANA LEITE XAVIER DA CRUZ ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais BRADESCO CARTÕES S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26611647 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, arguiu litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26549278 e impugnação no ID 26845890. É a síntese do necessário. Inépcia da inicial. Documentos imprescindíveis. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação de comprovante de residência não é imprescindível para o ajuizamento de reclamação perante o Juizado Especial Cível, visto que, nos termos do artigo 319, inciso II, do CPC, é necessário apenas que a inicial indique o endereço eletrônico, o domicílio e a residência das partes. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. DESNECESSIDADE. Demanda veiculada com base em alegada ilegalidade do sistema de pontuação de crédito ofertada pela entidade cadastral. O comprovante de residência e, no caso, não é documento indispensável à propositura da demanda. Descabimento do indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70057584260, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/05/2014) Por isso, a preliminar deve ser afastada. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26549278), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de

Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$520,28 (ID 25093772). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a empresa reclamada não apresentou nos autos nenhuma evidência significativa da existência de crédito em seu favor. Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas.

Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 25093772, nota-se que o restritivo impugnado foi o primero registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Impõe ainda consignar que, embora a existência de outros restritivos posteriores (ID 25093772), não afaste o dano moral, é inegável que influencia na fixação do quantum indenizatório em patamar inferior ao caso em que o consumidor tem uma única negativação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. (...) INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÕES POSTERIORES. DANO MORAL PURO CONFIGURADO. QUANTUM REDUZIDO. 1. Recorrente que pugna pela exclusão da condenação a título de danos morais, invocando a Súmula 385, do STJ, ou, alternativamente, a redução do quantum. 2. No caso em tela, incontroverso que o autor possui outras inscrições restritivas. No entanto, todas as demais anotações são posteriores àquela procedida pela demanda, com o que tenho como inaplicável o enunciado invocado. 3. Tangente ao valor arbitrado, este comporta redução. As inscrições posteriores devem ser levadas em conta apenas para reduzir o montante indenizatório de R$ 7.000,00 para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004295929, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ketlin Carla Pasa Casagrande, Julgado em 18/10/2013) Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$594,72), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$3.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: b) declarar a inexistência do débito de R$594,72 (quinhentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos) referente ao contrato número 044097451000082CT; c) determinar que a parte reclamada no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$12.000,00 (doze mil reais); d) condenar a parte reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020954-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAIRA APARECIDA DOS REIS FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020954-06.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JANAIRA APARECIDA DOS REIS FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015652-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADENIR LEMOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS STELLATO CALIXTO DOS SANTOS ANDRADE OAB - MT14979-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 18/12/2019 Hora: 14:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS

ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009624-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO VILLAGIO DOS YPES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FATIMA LUZENY LEITE DE OLIVEIRA OAB - MT7894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO CARLI PARENTE DE ANDRADE (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANDERLEI ELIAS DA CUNHA OAB - MT12086-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 10:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020958-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE NEI VARGAS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
SERASA S/A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020958-43.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JORGE NEI VARGAS RODRIGUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: HERBERT COSTA THOMANN POLO PASSIVO: SERASA S/A. e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020967-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA LEITE DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO AGIBANK S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020967-05.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANGELITA LEITE DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO AGIBANK S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1054153-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IVONE RONSSONI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIANE ALVES DA CUNHA OAB - MT7712-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

Ao arquivo com urgencia. cumpra-se . Às providencias . Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021017-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OLIMPIO SILVA DAMASCENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OLIMPIO SILVA DAMASCENO OAB - MT22765/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RIO TIBAGI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRINIZADOS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021017-31.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:OLIMPIO SILVA DAMASCENO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: OLIMPIO SILVA DAMASCENO POLO PASSIVO: RIO TIBAGI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRINIZADOS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021037-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO BOSCO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021037-22.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FERNANDO BOSCO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021058-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZANGELA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STEPHANIE PAULA DA SILVA OAB - MT24632-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIC EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021058-95.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ELIZANGELA RODRIGUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: STEPHANIE PAULA DA SILVA POLO PASSIVO: UNIC EDUCACIONAL LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021064-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA PRATES MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

INTERCONTINENTAL HOTEIS E TURISMO LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021064-05.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VANIA PRATES MACEDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIANO ALVES ZANARDO POLO PASSIVO: INTERCONTINENTAL HOTEIS E TURISMO LTDA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021065-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO AURELIO DA SILVEIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021065-87.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADAO AURELIO DA SILVEIRA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019072-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAS ELIAS DE MOURA PAESANO - ME (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO PROENÇA OAB - MT15440-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1019072-09.2019.8.11.0001. INTERESSADO: JONATHAS ELIAS DE MOURA PAESANO - ME REQUERIDO: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE Vistos etc. À parte autora para que cumpra a determinação na forma especificada na decisão de ID 26685823, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC. Prazo: 15 (quinze) dias. Após, tornem conclusos para a pasta de decisão urgente. Intime-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021076-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS APARECIDO DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS HENRIQUE DE PAULA SANTOS OAB - MT22298/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AVENIDA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021076-19.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CARLOS APARECIDO DE LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIS HENRIQUE DE PAULA SANTOS POLO PASSIVO: LOJAS AVENIDA LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021083-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO CARLOS DE CARVALHO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021083-11.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BENEDITO CARLOS DE CARVALHO FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003977-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMAURI RAMOS FERREIRA MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Juizado Sala: 2ª JEC Data: 03/10/2019 Hora: 12:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003795-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA BEZERRA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Márcio José Negrão Marcelo OAB - MT14599-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDILAINE SALVADOR DA SILVA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Juizado Sala: 2ª JEC Data: 03/10/2019 Hora: 09:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011496-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALISSON DA CRUZ MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 21/11/2019 Hora: 14:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS

ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010245-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO LUCIO MARTINS AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 14:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006552-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAIDE PARDINHO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA LITIELY DA ROSA MORENO OAB - MT20572-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OTICA CUIABA LTDA - EPP (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 21/10/2019 Hora: 16:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007663-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAJELA RAMIRES LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIA PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT10948-O (ADVOGADO(A))
MARCELLE RAMIRES PINTO COELHO OAB - MT9944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
M F AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 2ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 09:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008151-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARNALDO DOS SANTOS ATILIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
SUZIANE DA SILVA LOPES OAB - MT0022307A (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 2ª JEC Data: 30/10/2019 Hora: 10:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009108-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA DE OLIVEIRA FARIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO NAFAL DE CARVALHO OAB - MT26589/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/11/2019 Hora: 14:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009431-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 14:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003924-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO JOSE POFFO OAB - SC31808 (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008008-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILEIA DE ALMEIDA PORTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1008008-02.2019.811.0001 Autora: SILEIA DE ALMEIDA PORTO Ré: LATAM AIRLINES BRASIL PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais, proposta pela parte autora em desfavor à ré. As partes firmaram acordo conforme documento de id. 25126816. Após firmarem o dito acordo, a parte ré apresentou a petição de id. 25574224 e o comprovante de pagamento no id. 25574227. Pois bem. Certo é que se mostra lícito e louvável às partes buscarem a finalização de demandas mediante concessões mútuas, adequando-se ao espírito da nova sistemática do processo civil, o que, inclusive, dispensa o magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar, apenas e tão-somente, a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, com a homologação a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, vislumbro que as partes são capazes, e estão devidamente representadas por seus respectivos advogados, e nada obsta a homologação da transação celebrada, voluntariamente, nos autos. Nesse sentido, o artigo 487, III, B do Código de Processo Civil estabelece que: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transação; Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, possuindo ela eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o art. 515, do Novo Código de Processo Civil. Isso posto, OPINO PELA HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA da composição amigável firmada entre as partes conforme id. 25126816, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais. OPINO PELA EXTINÇÃO do presente feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, B do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Amanda de Castro Borges Reis Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017909-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA CRISTINA COBRA SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1017909-91.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JESSICA CRISTINA COBRA SIQUEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LINDOLFO MACEDO DE CASTRO, JULIANA MACEDO FOLES POLO PASSIVO: TIM CELULAR S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020101-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON GRIGGI FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA KAROLINE FERRUCI MARQUES TOLEDO OAB - MT19812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020101-94.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MILTON GRIGGI FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCIA KAROLINE FERRUCI MARQUES TOLEDO POLO PASSIVO: ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021098-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL NUNES DE SIQUEIRA TAQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021098-77.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RAQUEL NUNES DE SIQUEIRA TAQUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003924-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO JOSE POFFO OAB - SC31808 (ADVOGADO(A))

PROCESSO n. 1003924-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARLOS LOCK POLO PASSIVO: STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021100-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021100-47.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CELSO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado

Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019753-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICHELLY APARECIDA DOS SANTOS QUIONES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELECTROLUX DO BRASIL S/A (REQUERIDO)
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019753-76.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RICHELLY APARECIDA DOS SANTOS QUIONES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GRISIELY DAIANY MACHADO, RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO POLO PASSIVO: VIA VAREJO S/A e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018166-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUANNA PRISCILA CARVALHO LEAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018166-19.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUANNA PRISCILA CARVALHO LEAL ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017610-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA RUSSANI SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO DIAS DOS SANTOS OAB - MT17132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (REQUERIDO)
EMIVAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS VARZEA GRANDE LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO RODRIGUES PEREIRA OAB - MT15259-O (ADVOGADO(A))

PROCESSO n. 1017610-17.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CAMILA RUSSANI SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PEDRO DIAS DOS SANTOS POLO PASSIVO: EMIVAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS VARZEA GRANDE LTDA - ME e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021116-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLODOALDO FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIGREISO REIS LINO OAB - MT0016750A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021116-98.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CLODOALDO FERREIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JULIGREISO REIS LINO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020077-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALENCAR FELIX DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALENCAR FELIX DA SILVA OAB - MT7507-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021117-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE BARBOSA DE MESQUITA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021117-83.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSE BARBOSA DE MESQUITA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018905-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MOACIR PONTES GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PROCESSO n. 1018905-89.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MOACIR PONTES GONCALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE

CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020849-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOANA DE AMORIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018895-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR REIS DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO SEMPIO FARIA OAB - MT8078-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOTEIS SEARA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018895-45.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADEMIR REIS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RODRIGO SEMPIO FARIA POLO PASSIVO: HOTEIS SEARA LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009746-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE HELLEN CASTRO RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/11/2019 Hora: 14:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009464-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OTACIO NETO RODRIGUES ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CINTIA RAFAELLY ASSUNCAO E SILVA OAB - MT14971-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO INTERMEDIUM SA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 14:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004575-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEDEONI LEITE ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO PAULO CARVALHO FEITOSA OAB - MT10236/O-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO FERREIRA DA SILVA OAB - MT18755/O (ADVOGADO(A))
HERIS FILLIPE OLIVEIRA OAB - MT25112/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 2ª JEC Data: 08/10/2019 Hora: 09:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010533-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANILSON PEREIRA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1010533-54.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.838,31 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ANILSON PEREIRA DA COSTA Endereço: RUA SETE, 20, QUADRA 50, ALTOS DA GLÓRIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78057-310 POLO PASSIVO: Nome: BANCO ITAUCARD S/A Endereço: RUA BARÃO DE MELGAÇO, - DE 1747/1748 A 3269/3270, CENTRO SUL, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-800 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - ANILSON PEREIRA DA COSTA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 14/11/2019 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 18 de outubro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com

o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002674-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILTON MARIANO CASTRO DA MATA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1002674-84.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 13.380,38 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: GILTON MARIANO CASTRO DA MATA Endereço: RUA 11, 1, Qd 07, Serra Azul II, CUIABÁ - MT - CEP: 78048-600 POLO PASSIVO: Nome: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS Endereço: Acesso SEPN QUADRA 508, conjunto c, 2 Andar, 2 andar, ASA NORTE, BRASÍLIA - DF - CEP: 70740-543 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - GILTON MARIANO CASTRO DA MATA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 9 de outubro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010659-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDELEUZA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1010659-07.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.069,14 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: EDELEUZA FERREIRA Endereço: AVENIDA DOUTOR VICENTE EMÍLIO VUOLO, 19, TANCREDO NEVES, CUIABÁ - MT - CEP: 78053-648 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: BANCO BRADESCO, RUA BARÃO DE MELGAÇO 3475, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-908 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - EDELEUZA FERREIRA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 14/11/2019 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 9 de outubro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação,

com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009942-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALERY MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 09:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013486-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HERMESON BARBOSA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCINI CORREA DA SILVA OAB - MT24370-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 14/11/2019 Hora: 17:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010803-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIANA DE ALMEIDA BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU OAB - SP0217897A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1010803-78.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.231,14 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: FLAVIANA DE ALMEIDA BRITO Endereço: AVENIDA MIGUEL SUTIL, 8000, - DE 7992 A 8344 - LADO PAR, RIBEIRÃO DA PONTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78040-400 POLO PASSIVO: Nome: OMNI FINANCEIRA S/A Endereço: AVENIDA SÃO GABRIEL, 555, - LADO ÍMPAR conjunto 505, JARDIM PAULISTA, SÃO PAULO - SP - CEP: 01435-001 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - FLAVIANA DE ALMEIDA BRITO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 18/11/2019 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 9 de outubro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007377-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO MUNIZ DE ARRUDA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE PAULA GIACOMINI OAB - MT17627-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 2ª JEC Data: 24/10/2019 Hora: 14:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010122-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANESSA MADALENA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REJANE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT15962-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 11:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1011012-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA VALERIA PEREIRA UHDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO OLIVEIRA FRAGA OAB - MT18506-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MM TURISMO & VIAGENS S.A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 11:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011234-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRA JANAINA FINOCKET (REQUERIDO)
JANAINA FINOCKET LIMA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 17:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010321-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA MARTINS HAUSCHILDT OAB - MT21865/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 16:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011460-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUMAR CAMPELO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 21/11/2019 Hora: 14:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011826-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE ARAUJO MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DA SILVA FIGUEIRA OAB - MT19195-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE HERINGER FERREIRA SOROCABA - EPP (REQUERIDO)
RUTH DE QUEIROZLOPES - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA ALINE RAMOS FERREIRA OAB - MT7203-O (ADVOGADO(A))
SAMIR DARTANHAN RAMOS OAB - MT0008391A (ADVOGADO(A))
SIMONE CARVALHO BORGES OAB - MT25140/O-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA VIVIANE MOREIRA GIANDON OAB - PR32271 (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 25/11/2019 Hora: 16:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011258-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVONETE SILVA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 21/11/2019 Hora: 09:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011862-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARYSANDRA NASCIMENTO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GIZA HELENA COELHO OAB - SP166349-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 25/11/2019 Hora: 17:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021132-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAIRTON BERNALDO DA ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021132-52.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADAIRTON

BERNALDO DA ROSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: CLARO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021136-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ALFREDO DA SILVA MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021136-89.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CESAR ALFREDO DA SILVA MORAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018209-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANA DIAS JACQUES CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS DE ALMEIDA ALVES OAB - MT23879/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018209-53.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TATIANA DIAS JACQUES CORREA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VINICIUS DE ALMEIDA ALVES POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021147-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PLINIO ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMILSON FRANK GONCALVES DA SILVA OAB - MT24745/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021147-21.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PLINIO ALVES DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDMILSON FRANK GONCALVES DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021151-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALTECIR BERTUOL JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021151-58.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALTECIR BERTUOL JUNIOR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018168-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO CARLOS ARAUJO PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO CARLOS ARAUJO PRADO OAB - MT10001-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

PROCESSO n. 1018168-86.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SEBASTIAO CARLOS ARAUJO PRADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SEBASTIAO CARLOS ARAUJO PRADO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 29 de novembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021165-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ABRAHAM KHALIL WIHBY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO DE PERBOYRE BONILHA OAB - MT3844-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021165-42.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ABRAHAM KHALIL WIHBY ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RENATO DE PERBOYRE BONILHA POLO PASSIVO: BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006124-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIONINA CRUZ DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE0021233A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 16/10/2019 Hora: 14:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006124-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIONINA CRUZ DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE0021233A (ADVOGADO(A))

PROCESSO n. 1006124-35.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DIONINA CRUZ DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA POLO PASSIVO: Banco OLÉ CONSIGNADO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021186-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OSCAR JOSE SOARES DO PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO BARRETO TAVARES OAB - MT15363-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBAZAR.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021186-18.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:OSCAR JOSE SOARES DO PRADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOAO PAULO BARRETO TAVARES POLO PASSIVO: IBAZAR.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018417-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX MOREIRA ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018417-37.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALEX MOREIRA ROSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 30/01/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018296-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA MARIA DE ALMEIDA ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIGREISO REIS LINO OAB - MT0016750A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018296-09.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VANESSA MARIA DE ALMEIDA ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JULIGREISO REIS LINO POLO PASSIVO: BANCO ITAUCARD S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 30/01/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021193-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KALITA PIMENTEL CASTRO PIRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILZA DE CASTRO BRANCO OAB - MT17146-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARCOM S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021193-10.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KALITA PIMENTEL CASTRO PIRES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARILZA DE CASTRO BRANCO POLO PASSIVO: ARCOM S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020940-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEROLINO LOPES DE AQUINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020940-22.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEROLINO LOPES DE AQUINO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA POLO PASSIVO: GOL LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018474-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MAGNO RIBEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018474-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANTONIO MAGNO RIBEIRO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 30/01/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018276-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ZOLDER REPRESENTACOES LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELLO AUGUSTO DOS SANTOS NOCCHI OAB - MT14913-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISIDORO GABRIEL RIBEIRO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018276-18.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ZOLDER REPRESENTACOES LTDA - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NELLO AUGUSTO DOS SANTOS NOCCHI POLO PASSIVO: ISIDORO GABRIEL RIBEIRO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018230-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAIS ARAUJO CAVALLARI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA (REQUERIDO)
MULTILASER INDUSTRIAL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018230-29.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:THAIS ARAUJO CAVALLARI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SUZINETE COSTA DE ALMEIDA POLO PASSIVO: HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1011392-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA APARECIDA COSTA MARQUES SALDANHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANYLO FERREIRA DE ALCANTARA OAB - MT13724-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

Procedo a intimação da parte reclamada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da condenação, sob pena de multa de 10% (dez por cento).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021199-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ILMA BELA MENEGUELLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO DOMINGUES DE OLIVEIRA OAB - MT11670-B (ADVOGADO(A))
LUANA FERNANDA GUIMARAES GREFFE PEIXOTO OAB - MT13868/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021199-17.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ILMA BELA MENEGUELLI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUANA FERNANDA GUIMARAES GREFFE PEIXOTO, JULIANO DOMINGUES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019784-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE ANDRADE DA SILVA FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019784-96.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JORGE ANDRADE DA SILVA FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019679-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROZA LENIS ALVES LEMES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
HIGOR FEITOZA PEREIRA OAB - MT16379-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANO LIMA DE SOUZA (REQUERIDO)
LUCINEIA ABADIA DOS SANTOS (REQUERIDO)
S.M MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL EIRELI - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019679-22.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ROZA LENIS ALVES LEMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: HIGOR FEITOZA PEREIRA POLO PASSIVO: S.M MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL EIRELI - ME e outros (2) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Citação

Citação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003924-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO JOSE POFFO OAB - SC31808 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ CUIABÁ 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO para STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA - CNPJ: 03.094.889/0001-01 (REQUERIDO) PROCESSO n. 1003924-55.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 16.002,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO] ->PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 Endereço: AVENIDA MIGUEL SUTIL, 595, Box 01-A a 01-B, DOM AQUINO, CUIABÁ - MT - CEP: 78015-100 POLO PASSIVO: Nome: STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Endereço: Rua Oscar Schroeder, 140, Jardim Primavera, LONTRAS - SC - CEP: 89182-000 EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO EFETUAR A CITAÇÃO do pólo passivo, para todos os termos da ação indicada, ciente que deverá comparecer à audiência de conciliação, na data e hora designada, BEM COMO PROCEDER AO IMEDIATO CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS, CONFORME CÓPIA EM ANEXO. DADOS DA AUDIÊNCIA: , a ser realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM. ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA: 1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. (Para mandados de audiência) Nos termos do art. 373 da CNGC, nos casos de intimação para audiência, os mandados serão devolvidos até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da data designada, salvo deliberação em contrário. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018905-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MOACIR PONTES GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA PROCESSO n. 1018905-89.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.107,44 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MOACIR PONTES GONCALVES Endereço: RUA TRÊS, 260, QUADRA 8, OSMAR CABRAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78093-565 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERIDO - VIVO S.A. A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO supra-identificada, tem por finalidade a CITAÇÃO de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizada no Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006, bem como a sua INTIMAÇÃO para comparecer à audiência designada Tipo: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020958-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE NEI VARGAS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
SERASA S/A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020958-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JORGE NEI VARGAS RODRIGUES REQUERIDO: SERASA S/A., CLARO S.A. Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇAO DE TUTELA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual pretende a parte autora seja determinado a suspensão dos efeitos das restrições oriundas das dívidas existentes no cadastro do serasa. O pleito vai indeferido. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos a parte autora requer a exclusão das dívidas registradas no cadastro do serasa, como 'oferta de acordo". Contudo, tal registro não se trata uma negativação, mas sim de uma oferta de acordo pelo próprio sistema do serasa. Imperioso destacar que a referida anotação interna no banco de dados do serasa, não tem visibilidade pública, razão a qual, não tem o condão de dar ensejo à eventual indenização por danos morais ao menos não, o suficiente para a concessão do pedido liminar na forma postulada. Oportuno registrar que ainda que se possa vislumbrar a probabilidade do direito da autora (o que não é o caso dos autos, ante a flagrante ausência de provas), tal fato por si só não é suficiente à concessão da tutela de urgência se a ele não se somar a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado. Posto isso, INDEFIRO a liminar vindicada em razão da ausência dos elementos indispensáveis à concessão da medida liminar. Audiência de conciliação já designada. Cite-se. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018166-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUANNA PRISCILA CARVALHO LEAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018166-19.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUANNA PRISCILA CARVALHO LEAL REQUERIDO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado por LUANNA PRISCILA CARVALHO LEAL na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que é beneficiária do programa de financiamento estudantil (FIES), razão a qual, inexiste débito que possa originar a inscrição no rol de inadimplentes pela parte ré (EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A). O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente, uma vez que o débito é inexistente, visto que é beneficiária do programa de financiamento estudantil. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não seria coerente determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, poderia lhe causar algum embaraço nesse transcurso, de modo que entendo razoável a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Vale acrescentar que não se há de cogitar de irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual, até porque poderá a parte na hipótese de existir créditos, buscar a sua satisfação pelos meios legais. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da parte autora dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela parte ré. Intime-se a parte ré para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte autora, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007663-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAJELA RAMIRES LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIA PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT10948-O (ADVOGADO(A))
MARCELLE RAMIRES PINTO COELHO OAB - MT9944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
M F AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007663-36.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NAJELA RAMIRES LIMA REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A., M F AGENCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME, TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA REVELIA As empresas demandas regularmente citadas, compareceram a audiência de conciliação, contudo, não apresentaram contestação, razão pela qual OPINO por decretar a revelia de todas, nos termos do artigo 344 do CPC/15. Não havendo preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Pois bem. Pleiteia a Autora indenização por danos morais decorrente de cancelamento do pacote contratado, sem que fosse efetivada a devolução dos valores a Autora, bem como danos morais decorrentes dessa conduta. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, mas optaram por prosseguir com a demanda. As rés não apresentaram contestação. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos do artigo 17º do CDC, razão pela qual devem ser aplicados ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, razão pela qual OPINO por deferir a inversão do ônus da prova em favor da Autora. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL O ponto controvertido da presente demanda consiste na falha da prestação de serviço, o fato de as empresas Rés terem cancelado o pacote adquirido pela Autora, em razão de a empresa Avianca estar em processo de Recuperação Judicial e consequentemente não está conseguindo honrar com os compromissos firmados. Foi oportunizado a Autora a restituição dos valores pagos, o qual foi aceito por essa, contudo, até a presente não se efetivou a restituição do valor pago. Cumpre expor que a Autor adquiriu o pacote pelo valor total de R$ 1.735,98 (mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), sendo 03 (três) parcelas de R$ 358,99 (trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos), uma parcela de R$ 359,01 (trezentos e cinquenta e nove reais e um centavo) e uma entrada no valor de R$ 300,00 (trezentos reais). A Autora efetuou o pagamento integral dos valores, conforme consta dos documentos de ID n. 23912861, sem que o serviço fosse prestado ou os valores fossem restituídos. Assim, uma vez que a lei consumerista adota a teoria do risco da atividade, estabelecendo para os fornecedores em geral a responsabilidade civil objetiva, de forma que o transportador, como

prestador do serviço que é, está enquadrado no art. 14 do CDC, cujo §3º não incluiu como excludente do nexo de causalidade o caso fortuito e nem a força maior, o dever de indenizar é medida que se impõe. Na verdade, aqui não se trata de caso de força maior ou fortuito, mas sim uma má escolha das empresas Rés em seus parceiros comerciais, sendo evidente que o fato do voo ter sido cancelado pela empresa Avianca resulta no risco da atividade exercida pelas Rés. A teoria do risco da atividade implica na obrigação imposta ao empresário para que ele faça um cálculo, da melhor forma possível das várias possibilidades de ocorrências que possam afetar o seu negócio. Impositiva, portanto, a conclusão de que houve falha na prestação do serviço da Ré, situação para a qual não concorreu a Autora que, inegavelmente, suportou transtornos, frustrações e aborrecimentos que não podem ser considerados meros dissabores do cotidiano, como registra a contestação, conforme pacífica orientação jurisprudencial: Número do processo: 1.0625.07.074761-7/001(1) Relator: MARCOS LINCOLN Data do Julgamento: 02/12/2008 Data da Publicação: 23/01/2009 EMENTA: INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRESA AÉREA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DO VÔO. DEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. Na apuração da responsabilidade da prestadora de serviços de transporte aéreo, incide a regra inserta no art. 14 do CDC, segundo a qual o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos, causados por defeitos relativos à prestação de serviços. Os transtornos ocasionados pela alteração unilateral do horário do vôo por parte da empresa aérea ultrapassam a esfera dos meros aborrecimentos, ensejando a indenização não só pelos danos materiais, mas, também, pelo prejuízo moral. Recurso principal parcialmente provido e recurso adesivo integralmente provido. Súmula: DERAM PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PRINCIPAL E DERAM PROVIMENTO INTEGRAL AO ADESIVO. Finalmente, devo registrar que em se tratando de dano moral puro, não há necessidade da comprovação da repercussão patrimonial do dano, basta a sua ocorrência, conforme orienta o seguinte julgado: "O dano simplesmente moral, sem repercussão no patrimônio não há como ser provado. Ele existe tão somente pela ofensa, e é dela presumido, sendo o bastante para justificar a indenização". (TJPR 4ª C. AP. Rel. Wilson Reback – RT 681/163, in RUI STOCO, Responsabilidade Civil, RT, p. 493). Assim, provada a ofensa e o dano moral sua reparação é necessária, na forma do art. 5º, incisos V e X da Constituição Federal e do art. 944 e seguintes do Código Civil. DA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS No que tange ao quantum indenizatório, nos termos do artigo 944 do C.C., ressalto que para a fixação do dano moral, à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal a fim de dissuadi-la de novo atentado, o que entendo pertinente arbitrar na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a Autora a ser pago pelas Rés de forma solidária. DOS DANOS MATERIAIS É importante registrar que a Autora comprova aos autos o pagamento dos valores não restituídos pelas Rés, no valor total de R$ 1.735,98 (mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos). Posto isto, OPINO por condenar as Rés a indenizar a Autora em danos materiais, no valor de R$ 1.735,98 (mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos). Assim, ante todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática trazida por ambas as partes: 1. OPINO por deferir a inversão do ônus da prova em favor da Autora. 2. OPINO por decretar a revelia das rés, nos termos do artigo 344 do CPC/15. 3. OPINO POR JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, eis que comprovados o ato ilícito praticado pela Ré e os danos suportados pela Autora, para nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para CONDENAR as Rés, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais, na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a Autora como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde a data do cancelamento do pacote e a correção monetária a partir desta data. Ainda CONDENA-LAS a indenizar a Autora em danos materiais, no valor de R$ 1.735,98 (mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o desembolso e a correção monetária a partir da citação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011496-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALISSON DA CRUZ MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011496-62.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WALISSON DA CRUZ MOREIRA REQUERIDO: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Pois bem. Pleiteia o Autor indenização por danos morais, decorrente de suposta inclusão indevida no rol de inadimplentes. Designada audiência de conciliação para o dia 21 de novembro de 2019, e regularmente intimado, o Autor não compareceu a solenidade, conforme ata anexada ao ID n. 26353449, oportunidade que compareceu apenas o Réu que postulou a extinção do processo por ausência da parte Autora. Observo que a audiência se realizou há mais de 15 dias, sem que o Autor nada manifestasse a fim de justificar a sua ausência. O artigo 51, I da Lei nº 9.099/95, deixa claro que quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, o mesmo será extinto sem julgamento de mérito. Por tal motivo, OPINO pela EXTINÇÃO do presente feito sem resolução de mérito, ante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei n. 9.099, de 26.09.95. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), OPINO por CONDENAR o Autor ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e artigo 949, II da CNGC, não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Sem honorários, em conformidade com o art. 55, da Lei 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003977-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMAURI RAMOS FERREIRA MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo nº 1003977-36.2019.811.0001 Reclamante: AMAURI RAMOS FERREIRA MENDES Reclamado: BANCO BRADESCARD S/A. VISTOS, ETC. Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Inexistindo preliminares previstas no art. 337, do Código de Processo Civil a serem analisadas, passo ao exame do mérito. Pleiteia a parte autora a declaração de inexistência de débito e a condenação do Banco Reclamado por danos morais, ao argumento de que desconhece o débito apontado pelo Banco Reclamado, vez que não possui relação jurídica que pudesse justificar a referida cobrança. A presente relação é de consumo e, nessas circunstâncias, a responsabilidade do fornecedor em decorrência de vício na prestação do serviço é objetiva, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. In casu, o autor alega que seu nome foi incluído indevidamente em órgãos de proteção ao crédito pelo Reclamado por débito de R$ 208,96 (duzentos e oito reais e noventa e seis centavos), comprovado por meio de extrato do SPC/SERASA acostado aos autos, débito este que alega desconhecer. O Reclamado, em defesa, alega legitimidade do débito, porquanto é oriundo de serviços contratados pela parte autora, inexistindo ato ilícito capaz de ensejar a sua condenação por danos morais. Da análise das alegações e documentos que instruem o processo, verifica-se que o banco Reclamado não se desincumbiu do ônus probatório (art. 373, II, do CPC), que era a de comprovar a contratação e utilização dos seus serviços pela parte autora. Logo, não logrando êxito em comprovar a relação contratual e, via de consequência, que a inscrição do nome do reclamante estava calcada no inadimplemento de alguma obrigação pecuniária assumida por ela, o débito discutido nos autos deve ser declarado ilegal. Do mesmo modo, merece acolhimento o pedido de condenação do Reclamado pelos danos morais, porquanto restou devidamente comprovada a falha na prestação de serviço, notadamente porque inseriu indevidamente o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito por débito não comprovado. A propósito: "AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. CARACTERIZADA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. A quantificação da indenização a título de dano moral deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação enseje enriquecimento indevido, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao porte financeiro das partes, orientando-se o julgador pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, não deixando de observar, outrossim, a natureza punitiva e disciplinadora da indenização. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70061113304, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Julgado em 10/09/2014) (TJ-RS - AC: 70061113304 RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Data de Julgamento: 10/09/2014, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/09/2014)". Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, OPINO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 – DECLARAR a inexistência do débito de R$ 208,96(duzentos e oito reais e noventa e seis centavos), discutido nos autos; 2 – CONDENAR o Reclamado a indenizar o reclamante pelos danos morais por ele suportados em decorrência da negativação indevida, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso, conforme dispõe o art. 398 do C. C. e Súmula 54 do STJ. Outrossim, determino que o Banco Reclamado, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação desta decisum, providencie a exclusão do nome da parte Autora dos órgãos de proteção ao crédito, em relação ao débito discutido nos autos, sob pena de multa no importe de R$ 1.000,00 (um mil reais), em caso de descumprimento. Sem custas ou honorários, nesta fase, eis que não vislumbrada litigância de má-fé (Lei nº 9.099/95, art. 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. P. I. C. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito deste Juizado Especial, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Cristiany Roberta Conceição Juíza Leiga. SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no PJe. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010245-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO LUCIO MARTINS AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010245-09.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PEDRO LUCIO MARTINS AMORIM REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95, passo ao julgamento. Verifico que o feito se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do NCPC, como a própria audiência de instrução, uma vez que as provas essenciais dos autos são documentais, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do NCPC. O Autor sustenta em impugnação a contestação a nulidade da gravação por suposta quebra de sigilo telefônico. Ocorre que a gravação unilateral de ligação não viola ao sigilo previsto na constituição, uma vez que a Ré procedeu a comercialização de produto pela via telefônica, nada mais justo e licito a utilização dessa conversa para a comprovação da contratação. De igual forma, a constituição preserva a intimidade da pessoa e tal gravação não ofende a intimidade, tampouco, viola direito constitucional do Autor. Ainda, o artigo 369 do CPC/15 prevê que a parte poderá empregar todos os meios legais e moralmente legitimo como prova e a gravação da ligação da contratação de serviço não é meio imoral e ilícito e muito menos viola direito protegido do Autor. Em verdade, verifica-se, de logo, a má-fé do Autor que realizou a contratação de serviço pela via telefônica e objetiva a anulação da prova a fim de alcançar pretensão de direito inexistente, por tais considerações OPINO por rejeitar a preliminar suscitada. Em síntese, alega a Autora ter sido surpreendido com uma negativação de seu nome, à pedido da Ré, o que seria indevido, posto que nega vínculo contratual com a Ré. Sendo assim, a Autora busca perante esse Juízo alcançar a declaração da inexigibilidade do débito, anular o negócio jurídico, cancelar o contrato e o débito, para obter o reconhecimento dos danos morais, com a baixa da negativação. DA RESPONSABILIDADE CIVIL O ponto controvertido da contenda encontra fundamento num suposto débito, cuja origem o Autor desconhece, e a Ré, por sua vez, confirma a sua existência. E, dessa relação controvertida, teriam surgidos os danos pleiteados pelo Autor, de ordem moral. Analisando os autos verifico que a Ré, em defesa tempestiva, alega inexistência dos danos morais, bem como pontua a legitimidade da cobrança e da negativação, trazendo aos autos gravação da contratação realizada pelo Autor, e as faturas que subsidiaram a negativação. Consequentemente, cumpriu o ônus probatório do artigo 373, II do CPC/15. Pois bem. Para que o Réu seja responsabilizado civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal. Da documentação apresentada aos autos, tem-se que apesar da negativação dos dados do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, ser fato incontroverso, somente representa um exercício regular de direito por parte da Ré, e não configura ato ilícito, consoante lhe assegura o artigo 188, I do C.C. Vê-se que a proposta de adesão foi confirmada por gravação, e que, desde então, vem sendo geradas faturas representativas do consumo, o que reflete na manutenção do vínculo contratual. Consequentemente, entendo como ausente um dos requisitos da responsabilidade civil, qual seja, ato ilícito, razão pela qual não há que se falar em indenização, posto que restou comprovada a existência da

relação jurídica entre as partes e que de fato, o Autor contratou os serviços da Ré, sendo a negativação devida, principalmente quando o Autor não demonstrou o pagamento do valor negativado. Logo, a Ré apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pelo Autor. E nesse sentido que tem decidido a jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVIDA EXISTENTE. DEMONSTRADA A RELAÇÃO CONTRATUAL E A EXISTÊNCIA DE FATURAS VENCIDAS. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO. DANO MORAL INOCORRENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. (FRANCO, Luís Francisco. Recurso inominado n. 71005748660. J. em 07 Abr. 2016. Disp. em www.tjrs.jus.br. Acesso em 04 Out. 2017.) Por essas razões, não há que se falar em declaração de inexigibilidade de débito, anulação de negócio jurídico, cancelamento de contrato e débito, baixa de negativação, sequer indenização por danos morais, razão pela qual OPINO por julgar improcedentes os pedidos formulados pelo Autor pelos fundamentos postos. DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Importa-nos observar, por fim, que resta clara a alteração dos fatos, já que a Autora tenta indicar a inexistência de débito devidamente comprovados nos presentes autos, tornando-se a condenação em litigância de má-fé medida necessária, consoante autorizado pelo artigo 80 do CPC/15. Ademais, demandas como essa é um escarnio com o Poder Judiciário em que a parte objetiva alcançar enriquecimento ilícito, em total afronta a boa fé processual. Sendo certo que uma demanda em litigância de má-fé extrapola aos limites do direito de petição, bem como apresenta prejuízo ao Judiciário em amplitude, eis que há nítido desperdício de tempo de servidores para julgar feitos como esse. No caso, desperdício de pauta de audiência de conciliação; o tempo de serventuários de secretária para movimentar o feito com citação da parte adversa; o tempo do magistrado para analisar pedido de tutela de urgência; o tempo da parte adversa para comparecer em audiência de conciliação e valer-se de seu jurídico para se defender; por fim o tempo do magistrado para ultimar o presente julgamento. Desta feita, por estar evidente a litigância de má fé da parte Autora, OPINO por condena-lo, nos termos do artigo 80, II do CPC/15. Ressalta-se que, não obstante a gratuidade do trâmite processual perante os juizados especiais, o reconhecimento da litigância de má fé permite a condenação do vencido em custas e honorários, consoante artigo 55 da Lei nº 9.099/95. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A ré sustenta pela condenação do Autor ao pagamento do débito no valor R$ 325,21 (trezentos e vinte e cinco reais e vinte e um centavos). No caso, como a ré comprovou a existência do débito e a sua regularidade na cobrança, por consequência OPINO por deferir o pedido contraposto para determinar que o Autor pague o valor de R$ 325,21 (trezentos e vinte e cinco reais e vinte e um centavos), a ser devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e juros de 1% ao mês. Isso posto, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO por afastar a preliminar de nulidade de prova. 2. NO MÉRITO, OPINO pela IMPROCEDENCIA dos pedidos formulados na inicial quanto à declaração de inexigibilidade de débito, anulação de negócio jurídico, cancelamento de contrato e débito, baixa de negativação, sequer indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15. 3. Em consequência, OPINO pela CONDENAÇÃO do AUTOR por litigância de má fé, nos termos do art. 80, incisos II e III, do CPC/15, fixando, em seu desfavor, multa de 10% sob o valor atribuído à causa, consoante art. 81, caput do CPC. 4. OPINO, ainda, por CONDENÁ-LO ao pagamento das custas processuais, conforme o art. 949, III da CNGC (Seção 9), bem como ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). Sobre os valores aqui fixados incidem juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, contados da publicação desta sentença. 5. Por fim, OPINO por deferir o pedido contraposto para determinar que o Autor pague o valor de R$ 325,21 (trezentos e vinte e cinco reais e vinte e um centavos), a ser devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e juros de 1% ao mês, ambos a partir da citação. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008151-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARNALDO DOS SANTOS ATILIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
SUZIANE DA SILVA LOPES OAB - MT0022307A (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008151-88.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ARNALDO DOS SANTOS ATILIO REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Não havendo preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Pois bem. Pleiteia o Autor declarar a inexistência de dívida que resultou na inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, bem como reconhecer os danos morais sofridos. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram e não foi possível alcançar a auto composição. A parte Ré apresentou contestação, postulando a improcedência dos pedidos da Autora. A parte Autora apresenta impugnação a contestação, reiterando-se os termos da petição inicial DA RESPONSABILIDADE CIVIL Em síntese, alega o Autor ter sido surpreendido com uma negativação de seu nome, à pedido da Ré, no valor total de R$ 213,77 (duzentos e treze reais e setenta e sete centavos), o que seria indevido, posto que nega ter realizado parcelamento de débito com a Ré. O ponto controvertido da contenda encontra fundamento num suposto débito, cuja origem o Autor sustenta desconhecer por não ter realizado qualquer parcelamento, e a Ré, por sua vez, confirma a sua existência. E, dessa relação controvertida, teriam surgidos os danos pleiteados pelo Autor, de ordem moral. Analisando os autos verifico que a Ré, em defesa, alega inexistência dos danos morais, bem como pontua a legitimidade da cobrança e da negativação, trazendo aos autos documento que comprova a inverossimilhança das alegações do Autor, como Termo de parcelamento de débito, termo de contratação firmado entre as partes, bem como a autorização do LIS, que tem a mesma funcionalidade de cheque especial, portanto, a Ré comprova o vinculo existente entre as partes e consequentemente a obrigação pela a qual o Autor afirma não ter feito. Dos documentos, denota-se que de fato o Autor deve ao banco valores decorrentes de liberação de crédito em cheque especial e o parcelamento automático do débito não constitui irregularidade, eis que os juros aplicados são menores que do próprio LIS firmado. Da analise, o fato de o Autor negar a realização do parcelamento, não afasta a sua responsabilidade do pagamento do principal, o qual é plenamente valido. Consequentemente, verifico que a Ré cumpriu o ônus probatório do artigo 373, II do CPC/15, sendo que a Autora se limita em afirmar que é tela sistêmica. Pois bem. Para que o Réu seja responsabilizado civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal. Da documentação apresentada aos autos, tem-se que apesar da negativação dos dados do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, ser fato incontroverso, somente representa um exercício regular de direito por parte da Ré, e não configura ato ilícito, consoante lhe assegura o artigo 188, I do C.C. Vê-se que a existência da dívida é fato suficiente para demonstrar a relação contratual existente e que dessa relação jurídica originou a negativação do nome do Autor. Consequentemente, entendo como ausente um dos requisitos da responsabilidade civil, qual seja, ato ilícito, razão pela qual não há que se falar em indenização, posto que restou comprovada a existência da relação jurídica entre as partes e que de fato, a Autora contratou os serviços da Ré, sendo a negativação devida, principalmente quando a

Autora não demonstrou o pagamento do valor negativado. Logo, a Ré apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pela Autora. E nesse sentido que tem decidido a jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVIDA EXISTENTE. DEMONSTRADA A RELAÇÃO CONTRATUAL E A EXISTÊNCIA DE FATURAS VENCIDAS. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO. DANO MORAL INOCORRENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. (FRANCO, Luís Francisco. Recurso inominado n. 71005748660. J. em 07 Abr. 2016. Disp. em www.tjrs.jus.br. Acesso em 04 Out. 2017.) Por essas razões, não há que se falar em declaração de inexigibilidade de débito, anulação de negócio jurídico, cancelamento de contrato e débito, baixa de negativação, sequer indenização por danos morais, razão pela qual OPINO por julgar improcedentes os pedidos formulados pela Autora pelos fundamentos postos. DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Importa-nos observar, por fim, que resta clara a alteração dos fatos, já que o Autor tenta indicar a inexistência de débito devidamente comprovados nos presentes autos, tornando-se a condenação em litigância de má-fé medida necessária, consoante autorizado pelo artigo 80 do CPC/15. Ademais, demandas como essa é um escarnio com o Poder Judiciário em que a parte objetiva alcançar enriquecimento ilícito, em total afronta a boa fé processual. Sendo certo que uma demanda em litigância de má-fé extrapola aos limites do direito de petição, bem como apresenta prejuízo ao Judiciário em amplitude, eis que há nítido desperdício de tempo de servidores para julgar feitos como esse. No caso, desperdício de pauta de audiência de conciliação; o tempo de serventuários de secretária para movimentar o feito com citação da parte adversa; o tempo do magistrado para analisar pedido de tutela de urgência; o tempo da parte adversa para comparecer em audiência de conciliação e valer-se de seu jurídico para se defender; por fim o tempo do magistrado para ultimar o presente julgamento. Desta feita, por estar evidente a litigância de má fé da parte Autora, OPINO, por condena-la, nos termos do artigo 80, II do CPC/15. Ressalta-se que, não obstante a gratuidade do trâmite processual perante os juizados especiais, o reconhecimento da litigância de má fé permite a condenação do vencido em custas e honorários, consoante artigo 55 da Lei nº 9.099/95. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A ré sustenta pela condenação do Autor ao pagamento do débito no valor R$ 1.037,18 (mil, trinta e sete reais e dezoito centavos). No caso, como a ré comprovou a existência do débito e a sua regularidade na cobrança, por consequência OPINO por deferir o pedido contraposto para determinar que o Autor pague o valor de R$ 1.037,18 (mil, trinta e sete reais e dezoito centavos), a ser devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e juros de 1% ao mês. Isso posto, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO pela IMPROCEDENCIA dos pedidos formulados na inicial quanto à declaração de inexigibilidade de débito, anulação de negócio jurídico, cancelamento de contrato e débito, baixa de negativação, sequer indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15. 2. Em consequência, OPINO, pela CONDENAÇÃO do AUTOR por litigância de má fé, nos termos do art. 80, incisos II e III, do CPC/15, fixando, em seu desfavor, multa de 10% sob o valor atribuído à causa, consoante art. 81, caput do CPC. 3. OPINO, ainda, por CONDENÁ-LO ao pagamento das custas processuais, conforme o art. 949, III da CNGC (Seção 9), bem como ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). Sobre os valores aqui fixados incidem juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, contados da publicação desta sentença. 4. Por fim, OPINO por deferir o pedido contraposto para determinar que o Autor pague o valor de R$ 1.037,18 (mil, trinta e sete reais e dezoito centavos), a ser devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e juros de 1% ao mês, ambos a partir da citação. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003795-50.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
CARLA BEZERRA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Márcio José Negrão Marcelo OAB - MT14599-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDILAINE SALVADOR DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003795-50.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CARLA BEZERRA DE CARVALHO REQUERIDO: EDILAINE SALVADOR DA SILVA Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA REVELIA A Ré devidamente citada, deixou de comparecer ao ato conciliatório, razão pela qual, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.099/95, OPINO por decreto a revelia da Ré. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Não havendo preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Pois bem. Pleiteia a Autora seja ressarcido pela Ré ao pagamento do valor de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) e o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a titulo de dano moral. Restou comprovado nos autos, que no dia 10/04/2019, a Autora envolveu-se em acidente de trânsito de natureza colisão, na qual a Ré causou o referido acidente, conforme se extrai da dinâmica do acidente e do Serviço de Atendimento Imediato(SAI). Na ação de reparação de danos há que se apurar se houve ou não dolo ou culpa do agente na ocorrência do evento danoso, bem como se houve relação de causalidade entre o ato do agente e o prejuízo sofrido pela vítima. Concorrendo tais requisitos, surge o dever de indenizar. Prelecionam os artigos 186 e 927 do Código Civil: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. No presente caso, é fato incontroverso que houve uma colisão entre os automóveis das partes, causando danos materiais no veículo da Autora, bem como que quem deu causa ao evento foi a Ré, na medida em que as provas dos autos militam a favor da sua presunção de culpa. Na circulação de veículos, determina o Código de Trânsito a observância de regras para a manutenção da segurança de todos, cuja ausência, por si só, configura conduta culposa. Em suma, o ônus da prova capaz de elidir a presunção de culpa daquele que colide na traseira de outro veículo é do próprio abalroador, ônus do qual a Ré não se desincumbiu, pelo que deve incidir a presunção de que foi o causador do acidente. Portanto, a culpa é justamente a omissão de cautela que as circunstâncias exigiam do agente, para que sua conduta, num dado momento, não viesse criar uma situação de risco e finalmente, não gerasse dano previsível a outrem (Humberto Theodoro Júnior – Responsabilidade Civil – EUD – p. 51). Nesse sentido: RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. Batida na traseira. Culpa caracterizada. Indenização. 1. Culpa presumida do motorista que colide por trás. Inexistência de prova de ingresso repentino, em via preferencial, do veículo colhido na traseira. Ao revés, provas testemunhas apontam que o veículo estava parado quanto foi atingido pelo ônibus conduzido pelo preposto da ré, que mudava de faixa. Ré que não se desincumbiu no ônus de afastar a presunção de culpa de seu preposto. Indenização devida. 2. Danos materiais bem delineados pelos documentos carreados aos autos. 3. Tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios devem ser fixados a partir do evento danoso. Inteligência da Súmula 54 do STJ. 4. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00865083720098260000 SP 0086508-37.2009.8.26.0000, Relator: Gilson Delgado Miranda, Data de Julgamento: 25/06/2013, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/06/2013). Por outro lado, no que concernem as despesas para o conserto do automóvel, tenho que razão assiste a Autora, de modo que deve prevalecer o valor de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), de acordo com a nota fiscal apresentada para o conserto do veículo ID n. 22780390. No tocante aos danos morais, em que pese a Ré tenha agido de forma contrária a norma de transito e omitiu-se em arcar com a suas responsabilidades, tal conduta não é suficiente para ocasionar danos morais. Em verdade, a Autora não teve qualquer prejuízo a sua moral

subjetiva e o ato praticado pela Ré ocasionou tão somente prejuízo de ordem patrimonial. Nesse sentido, OPINO por indeferir o pedido de danos morais, eis que a conduta da ré não trouxe qualquer prejuízo de ordem moral a Autora. Assim, ante todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática trazida por ambas as partes: 1. OPINO por decreto a revelia da Ré, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.099/95. 2. OPINO por JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, eis que comprovados o ato ilícito praticado pela Ré para nos termos do artigo 487, I do CPC/15 CONDENA-LA ao pagamento de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do desembolso. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006552-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAIDE PARDINHO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA LITIELY DA ROSA MORENO OAB - MT20572-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OTICA CUIABA LTDA - EPP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006552-17.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DAIDE PARDINHO DE OLIVEIRA REQUERIDO: OTICA CUIABA LTDA - EPP Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURIDICA A Sociedade encerrada perde a sua personalidade jurídica, contudo, a sua representação em Juízo ocorre pelo administrador dos bens, nos termos do artigo 75, IX do CPC/15, no caso a responsável é a Sócia ALBERTINA DE FIGUEIREDO MATIAS, conforme consta na cláusula quarta do distrato societário anexado ao ID n. 25214932. Por tais considerações, rejeito a preliminar de extinção sem resolução do mérito, tendo em vista que a Sra. ALBERTINA DE FIGUEIREDO MATIAS é a responsável pela administração de bens da sociedade dissolvida. DA REVELIA Em que pese, a Sra. ALBERTINA DE FIGUEIREDO MATIAS se fez representada por procurador em audiência de conciliação, por força de seu quadro de saúde, tal fato por si só não seria suficiente para operar a sua revelia, contudo, verifica-se que a Ré não apresentou contestação nos autos se limitando em sustentar a preliminar já afastada. Razão pela qual OPINO por decretar a revelia da Ré, sem aplicar os seus efeitos, nos termos do artigo 345, IV do CPC/15. Não havendo outras preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Pois bem. Pleiteia a Autora declarar a inexistência de dívida que resultou no protesto de seu nome perante o Cartório de Protesto de Cuiabá, bem como o reconhecimento de danos morais sofridos. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, mas optaram por prosseguir com a demanda. A parte Ré não apresentou contestação. A parte Autora postulou para que fosse decretada a revelia, bem como reitera os termos da inicial. A tutela de urgência foi indeferida e a Autora postulou reconsideração, bem como apresentou os títulos protestados, conforme consta dos documentos de ID n. 25012844, 25012846 e 25012853. DA RESPONSABILIDADE CIVIL Em síntese, alega a Autora ter adquirido 02 (dois) óculos no valor total de R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais) em 10 parcelas de R$ 216,50 (duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). A Autora afirma que quitou todas as parcelas e em agosto de 2019 foi surpreendido com o protesto de seu nome perante o Cartório de Protesto de Cuiabá-MT. Analisando as provas dos autos, se percebe que a Autora não pagou nenhum dos boletos nas redes bancárias e também não houve o pagamento tempestivo das parcelas, sempre foram adimplidas com atraso e diretamente com a credora. Também verifico que os títulos foram levados a protestos em datas bem próxima aos respectivos vencimentos. De igual modo, sabe-se que o devedor tem o prazo de 03 (três) dias para efetuar o pagamento da data do protocolo para evitar o protesto, o que não ocorreu, razão pela qual é regular o protesto efetuado pela Ré. Ademais, o devedor ao efetuar o pagamento do débito diretamente ao credor deverá alcançar carta de anuência ou o próprio titulo protestado para efetivar a sua baixa. A situação apresentada se difere de negativação realizada perante os órgãos de proteção ao crédito e de protesto realizado perante o cartório competente, no primeiro caso a responsabilidade pela baixa pertence ao credor e no segundo caso a responsabilidade pelo cancelamento do protesto cabe ao devedor, conforme entendimento jurisprudencial, essencialmente, pelo TEMA 725 do STJ: “No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto.” Nos autos, não há qualquer comprovação de que a Ré tenha apresentado óbice para que a Autora providenciasse o cancelamento do protesto, eis que forneceu todos os títulos, conforme se dispõe dos documentos de ID n. 25012844, 25012846 e 25012853. Por outro lado, em que pese exista custas e emolumentos cartorários para efetivar o cancelamento do protesto, tal ônus pertence a própria Autora a qual não efetuou o pagamento tempestivo dos títulos. Assim se posiciona a jurisprudência: “CANCELAMENTO DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. ÔNUS DO CANCELAMENTO DO PROTESTO LEGITIMAMENTE EFETUADO. DEVEDOR. CONFORME DISPÕE O ART. 2º DA LEI N. 9.492/1997, OS SERVIÇOS CONCERNENTES AO PROTESTO FICAM SUJEITOS AO REGIME ESTABELECIDO NESTA LEI. ALEGAÇÃO DE O DÉBITO TER SIDO CONTRAÍDO EM RELAÇÃO DE CONSUMO. IRRELEVÂNCIA, POR SE TRATAR DE PROCEDIMENTO SUBMETIDO A REGRAMENTO ESPECÍFICO. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto. 2. Recurso especial não provido. (REsp 1339436/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2014, DJe 24/09/2014)” Pois bem. Para que o Réu seja responsabilizado civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal. Da documentação apresentada aos autos, tem-se que apesar dos títulos protestados estarem pagos pela Autora, não há qualquer comprovação dos autos de que a Ré tenha apresentado resistência injustificada em fornecer os títulos para o cancelamento do protesto, e a situação posta somente representa um exercício regular de direito por parte da Ré, e não configura ato ilícito, consoante lhe assegura o artigo 188, I do C.C. Consequentemente, entendo como ausente um dos requisitos da responsabilidade civil, qual seja, ato ilícito, razão pela qual não há que se falar em indenização, posto que a responsabilidade para proceder o cancelamento do protesto pertence a Autora. Logo, a Ré apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pela Autora. Por essas razões, incumbe a Autora proceder o cancelamento do protesto mediante apresentação dos títulos em seu poder, conforme consta dos documentos de ID n. 25012844, 25012846 e 25012853, razão pela qual OPINO por julgar improcedentes os pedidos formulados pela Autora pelos fundamentos postos. Isso posto, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO por rejeitar a preliminar suscitada pela Ré pelos motivos postos. 2. OPINO por decretar a revelia da Ré, sem aplicar os seus efeitos, nos termos do artigo 345, IV do CPC/15. 3. OPINO pela IMPROCEDENCIA dos pedidos formulados na inicial quanto à declaração de inexigibilidade de débito, anulação de negócio jurídico, cancelamento de contrato e débito, baixa de negativação, sequer indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus

jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007570-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANO SOUZA ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ceres Bilate Baracat OAB - MT12869-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007570-73.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JULIANO SOUZA ARAUJO REQUERIDO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA REVELIA Em que pese, a ré tenha apresentado contestação aos autos, verifico a sua ausência de comparecimento em audiência de conciliação mesmo estando devidamente intimada para comparecer ao auto, razão pela qual OPINO por decretar a sua revelia nos termos do artigo 20 da Lei. 9.099/95. Não havendo preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Pois bem. Pleiteia o Autor obrigação de fazer para que a Ré autorizasse a internação de sua filha, eis que demandava quadro de urgência e foi negado, em razão de existência de carência do plano de saúde do Autor. Ainda postula os danos morais pela conduta praticada pela Ré. Oportunizada a conciliação, apenas o Autor compareceu a audiência, a qual restou prejudicada. A parte Ré em contestação postula pela improcedência dos pedidos formulados pelo Autor. A parte Autora não impugna a contestação, contudo, postula seja decretada a Revelia da Ré. A tutela de urgência foi deferida para determinar que a Ré internasse e procedesse com o atendimento médico de urgência em favor da filha do Autor, bem como foi deferida a inversão do ônus da prova em seu favor. DA RESPONSABILIDADE CIVIL O ponto controvertido da demanda consiste se o plano do Autor estava no período de carência ou não, contudo, é incontroverso a situação de urgência da intervenção do procedimento de saúde da filha do Autor. Para a situação, é irrelevante se o plano do autor se encontrava em carência ou não, eis que o procedimento a que se sujeitava a filha do Autor era de emergência e o art. 35-C, I, da Lei nº. 9.656/98, estabelece que: "Art. 35-C. É obrigatória a cobertura do atendimento nos casos: I - de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizada em declaração do médico assistente;" Logo, não se pode ignorar que a situação em tela era de risco, enquadrando-se, pois, como caso de urgência/emergência, à luz do art. 12, inciso V, alínea "c", da referida Lei. "Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas: (...) V- quando fixar períodos de carência: (...) c. prazo máximo de vinte e quatro horas para a cobertura dos casos e urgência e emergência; Portanto, o presente caso se enquadra perfeitamente nas hipóteses de exclusão do prazo de carência determinado no contrato firmado entre as partes, pois se trata de emergência/urgência, sendo nula a cláusula que versa no sentido contrário. Diante disso, a recusa da Ré na cobertura da internação da filha do Autor, não se mostrou justificada, tendo em vista a observação prevista na Lei nº. 9.656/98, no sentido de que o prazo máximo de carência não pode ultrapassar 24 horas, em casos de urgência e emergência. Neste sentido segue a jurisprudência: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. IPERGS. SAÚDE. FORNECIMENTO DE CIRURGIA PARA IMPLANTE DE STENT FARMACOLÓGICO. PRAZO DE CARÊNCIA. URGÊNCIA CARACTERIZADA. Parte a quem indicada a realização, de forma urgente, de novo procedimento para colocação de dois stents farmacológicos, conforme atestados médicos de especialistas em cardiologia. Paciente com histórico de infarto agudo do miocárdio, cuja situação de emergência anterior já havia autorizado, mediante cobertura do plano de saúde, cirurgia da mesma espécie. Quadro clínico de urgência que autoriza a exceção do prazo de carência previsto na Resolução nº 329/2004. Normatização reguladora do Instituto que em momento algum desautoriza a realização do procedimento necessário para a satisfação do bem perseguido - saúde. CUSTAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO POR METADE PARA A AUTARQUIA. As autarquias estaduais devem arcar com o pagamento das custas processuais pela metade, na forma da redação original do artigo 11, Lei Estadual nº 8.121/85. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA DESTINADOS AO FADEP. AFASTAMENTO. Não se sustenta nos casos em que patrocinados os interesses dessa parte pela Defensoria Pública, órgão do Estado, tendo em vista a confusão que aí se estabelece. Questão resolvida pela Súmula 421 do STJ. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70068551035, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 27/04/2016) Ademais, a Ré deveria adotar ao menos o bom senso, tendo em vista que o prazo de carência do Autor se encerraria em 03 (três) dias da solicitação da internação, bem como o quadro de saúde demandava cautela necessária ao quadro emergencial apresentado e tal aspecto foi ignorado completamente pela Ré. Outrossim, verifico que o atendimento da obrigação de fazer ocorreu no período de vencimento da carência, antes mesmo do deferimento da presente tutela de urgência deferida, razão pela qual OPINO por julgar prejudicada a obrigação de fazer, ante a perda superveniente do objeto. Em relação ao dano moral, este ocorreu quando da indevida recusa da Ré em realizar a internação da filha do Autor quando da sua solicitação e não com o fim do prazo de carência. O plano de saúde quando contratado tem a finalidade de atender as necessidade médicas do usuário quando necessário e, normalmente, situações de saúde eleva a condição psicológica das partes ao limite, essencialmente, quando se trata de quadro de emergência/urgência. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que a recusa indevida da seguradora á cobertura médica é causa de danos morais. Vejamos: "Civil. Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais. Negativa ilegal de cobertura, pelo plano de saúde, a atendimento médico de emergência. Configuração de danos morais. Na esteira de diversos precedentes do STJ, verifica-se que a recusa indevida à cobertura médica pleiteada pelo segurado é causa de danos morais, pois agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito daquele. Recurso especial provido. (REsp 907718 ES 2006/0266103-0, Terceira Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Dje 20/10/2008)" Somente o fato de recusar indevidamente a cobertura pleiteada, em momento de vulnerabilidade emocional, já justifica o pedido de indenização, presentes a aflição e o sofrimento psicológico. Saliente-se, ademais, que a responsabilidade civil do fornecedor é objetiva, pois que a condição de prestadoras de serviços impõe a Ré o dever de zelar pela perfeita qualidade do serviço prestado, incluindo neste contexto o dever de informação, proteção e boa-fé objetiva para com o consumidor. Os danos morais restam claros pela falha na prestação de serviço uma vez que foi negado ao Autor o atendimento do plano de saúde, é sabido que o dano extra patrimonial diz respeito à violação dos direitos ligados à dignidade humana, e a doutrina especializada e a Jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça vêm entendendo ser dispensável a prova de sua ocorrência, por se encontrar ínsito na própria ilicitude, de modo que, provada a conduta antijurídica, demonstrado está o dano moral, à guisa de uma presunção natural, que decorre das regras de experiência comum, ou seja, presume-se. Assim se justifica a qualidade in re ipsa que a doutrina lhe atribui. Assim, é evidente o reconhecimento dos danos morais, porquanto o consumidor teve sua honra subjetiva atingida, passando por incômodos e constrangimentos desnecessários, o que já configura o referido prejuízo imaterial. No que tange ao quantum indenizatório, ressalto que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da

contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado, no caso, OPINO por condenar a Ré a indenizar o Autor no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a titulo de danos morais. Isso posto, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO por decretar a revelia da Ré, nos termos do artigo 20 da Lei 9.099/95. 2. OPINO por manter o deferimento da justiça gratuita. 3. No mérito, OPINO por JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, eis que comprovados o ato ilícito praticado pela Ré para nos termos do artigo 487, I do CPC/15 CONDENA-LA ao pagamento de indenização por dano de ordem moral sofrido pelo Autor, na proporção de R$ 10.000,00 (dez mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso e a correção monetária a partir desta data. 4. OPINO por julgar prejudicada a obrigação de fazer, por perda superveniente do objeto. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010179-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDIANY CORREA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA DE PAULA MOTERANI OAB - MT16236-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010179-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CLEIDIANY CORREA LIMA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. A parte Ré sustenta a incompetência territorial pelo fato da Autora ter juntado no processo comprovante de residência em nome de terceiros. Ocorre que não merece guarida a tese levantada pela Ré, eis que a Autora apresentou Declaração de Residência e de Moradia de lavratura pelo titular da fatura juntada como comprovante de endereço. Portanto, OPINO por rejeitar a preliminar de incompetência territorial, eis que a Autora apresentou declaração de residência e de moradia, com o mesmo endereço declinado à inicial. A Ré alega preliminar de falte de interesse processual da Autora por não buscar a resolução administrativa através do sistema www.consumidor.gov.br. Ocorre que não existe a necessidade de esgotamento de vias extrajudiciais para a parte buscar amparo judicial. Isto posto, OPINO por rejeitar a preliminar de falta de interesse de agir da Autora. Não havendo outras preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Pois bem. Pleiteia a Autora declarar a inexistência de dívida que resultou na inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, bem como reconhecer os danos morais sofridos. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, mas optaram por prosseguir com a demanda. A parte Ré apresentou contestação, postulando a improcedência dos pedidos da Autora. A parte Autora impugna a contestação reiterando-se os termos da inicial. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos do artigo 17º do CDC, razão pela qual devem ser aplicados ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, razão pela qual OPINO por manter a decisão que deferiu a inversão do ônus da prova em favor da Autora. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL O ponto controvertido da presente demanda consiste na ilegalidade da cobrança de débito no valor de R$ 107,49 (cento e sete reais e quarenta e nove centavos). Em que pese o Réu tenha apresentado relação de faturas em nome da Autora, tal fato não é suficiente para comprovar a contratação dos serviços pela Autora. Assim, não se reconhece como licita a conduta da Ré, que não adotou conduta transparentes na relação com a consumidora, demonstrando, portanto, flagrante falha na prestação de serviço, e violação à política nacional da relação de consumo, nos termos do artigo 4º do CDC. Logo, tem-se que da defesa da Ré, extraem-se alegações que não desconstituem, extinguem ou modificam as alegações do Autor, sequer legitimam a cobrança realizada. Consequentemente, verifica-se o ato ilícito da Ré, na negligência no lidar com o consumidor, seja por cobrar débitos inexistentes ou por incluir o seu nome nos órgãos de proteção ao crédito em decorrência dessa cobrança ilícita ao Autor. E é exatamente nessa conduta que se concretiza a falha na prestação do serviço pela Ré, que autoriza a responsabilidade objetiva do artigo 14 do CDC. Assim, de fato, OPINO por reconhecer que houve falha na prestação do serviço pelo Réu, ao realizar cobrança ilícita de fatura que não se comprova ter sido realizado pelo Autor, bem como proceder com a restrição do nome do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, para DECLARAR a inexistência da dívida ora discutida, no valor de R$ 107,49 (cento e sete reais e quarenta e nove centavos). DO PLEITO PELOS DANOS MORAIS O Réu agiu de forma ilícita e, inegavelmente, violou o patrimônio moral da Autora, causando lesão a sua honra e reputação. Trata-se de dano in re ipsa, que prescinde de prova da ocorrência de prejuízo concreto, o qual se presume, conforme as regras de experiência comum. O apontamento dos dados do Autor aos órgãos de proteção ao crédito por débito indevido constitui falha na prestação o serviço e enseja a responsabilização civil objetiva da empresa, sendo comprovado pelo extrato anexado a inicial. Esse é o entendimento que tem prevalecido na jurisprudência: CONSUMIDOR. RESTRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CARACTERIZADO. SÚMULA 385/STJ NÃO INCIDENTE NO CASO CONCRETO. RECURSO PARA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO OU MINORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO. SENTENÇA MANTIDA. 1. O recorrente não demonstrou fato impeditivo ao direito, uma vez que não acostou aos autos qualquer contrato firmado pelo recorrido, apto a ensejar seu apontamento em órgão de proteção ao crédito. Ademais não há falar na falta de ato ilícito ou em mero dissabor, porque evidenciado está o abalo moral pela simples restrição oriunda da má prestação dos serviços. O dano moral decorre do abalo à imagem e honra da parte recorrida diante de sua inserção e manutenção no sistema de proteção ao crédito. Afinal, está consolidado na jurisprudência o entendimento de que "a inscrição ou a manutenção indevida em cadastro de inadimplentes gera, por si só, o dever de indenizar e constitui dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (STJ - AgRg no Ag 1.379.761/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão). Por outro lado, é inaplicável, no caso concreto, a incidência da Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal Justiça, já que, segundo interpretação da própria Corte Superior, em precedente julgado, "a Súmula 385/STJ ('Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento') tem aplicação específica, se referindo a hipóteses em que a indenização é pleiteada em face de órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito, que deixa de providenciar a notificação de que cuida o art. 43 do CDC antes de efetivar a legítima anotação do nome do devedor no cadastro" (STJ - AgRg no AREsp 142.777/ES, Rel. Ministro Raul Araújo). Com efeito, a presente ação não foi proposta em face de órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito. Não fosse o bastante, o documento juntado aos autos (f. 55), em que constam supostas restrições por outras empresas, demonstra que o apontamento do recorrente foi anterior a outros apontamentos. 2. Para o arbitramento na compensação do dano moral, a lei não fornece critérios. Destarte, a doutrina e jurisprudência apontam critérios para servir de parâmetros na fixação do valor, o que, por óbvio, deve amoldar-se a cada caso. No presente caso, afigura-se razoável e proporcional o arbitramento feito na sentença em observância às finalidades compensatória, punitiva, pedagógica e preventiva da condenação, bem assim às circunstâncias da

causa, especialmente a capacidade financeira do ofensor (instituição financeira) e tempo de permanência da restrição (desde o ano de 2011). 3. O artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, permite ao magistrado impor multa para efetivação da tutela específica e o parágrafo 6º, daquele dispositivo, autoriza ao juiz modificar o valor ou a periodicidade da multa, até mesmo de ofício e diante de sentença transitada em julgado, sendo descabido, portanto, a discussão em sede de recurso inominado sobre a exorbitância do valor arbitrado, se a multa poderá ser aplicada em quantia inferior àquele valor estabelecido inicialmente pelo juiz. Precedentes: STJ - AgRg no REsp 1.124.949/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma; AgRg no Ag 1.147.543/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma; AgRg no Ag 1.143.766/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma. Falta gravame a justificar o interesse recursal na redução da multa. 4. Recurso conhecido parcialmente e não provido. 5. Condena-se o recorrente vencido no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. (Acórdão n.665662, 20120810070123ACJ, Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 26/03/2013, Publicado no DJE: 04/04/2013. Pág.: 251) Nesse sentido, está presente o dever de indenizar por parte do Réu a Autora. DA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS No que tange ao quantum indenizatório, nos termos do artigo 944 do C.C., ressalto que para a fixação do dano moral, à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal a fim de dissuadi-la de novo atentado, o que entendo pertinente arbitrar na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Assim, ante todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática trazida por ambas as partes: 1. OPINO por indeferir as preliminares de incompetência territorial e de falta de interesse de agir. 2. OPINO por manter a decisão que concedeu a tutela de urgência e a inversão do ônus da prova em favor da Autora. 3. OPINO POR JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, eis que comprovados o ato ilícito praticado pelo Réu e os danos suportados pelo Autor, para nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para DECLARAR a inexistência da dívida ora discutida, no valor de R$ 107,49 (cento e sete reais e quarenta e nove centavos), e reconhecer os danos de ordem moral sofridos pelo Autor, e por conseguinte condenar o Réu ao pagamento de indenização, na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso e a correção monetária a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009431-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009431-94.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SANDRA DE OLIVEIRA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. A Ré afirma que ocorreu a prescrição para a Autora reclamar de indenização decorrente de reparação civil, prevista no artigo 206, §3º, V do Código Civil. No entanto, entendo que, no caso, incide o prazo do artigo 27 do CDC, considerando que os pedidos da autora versa acerca de danos morais. Logo, vê-se que não há a prescrição suscitada, razão pela qual OPINO por afastar a aludida preliminar. A parte Ré sustenta a incompetência territorial pelo fato da Autora ter juntado no processo comprovante de residência em nome de terceiros. Ocorre que não merece guarida a tese levantada pela Ré, eis que a Autora apresentou Declaração de Residência. Portanto, OPINO por rejeitar a preliminar de incompetência territorial, eis que a Autora apresentou declaração de residência e de moradia, com o mesmo endereço declinado à inicial. Não havendo outras preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Ademais, há de consignar que a parte ré sustenta como preliminar a ausência da juntada de documento expedido diretamente pelos órgãos de proteção ao crédito, contudo, tal fato refere-se a matéria probatório e não causa de extinção da ação sem resolução de mérito, portanto, será analisada com o mérito do presente litigio. Pois bem. Pleiteia a Autora declarar a inexistência de dívida que resultou na inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, bem como reconhecer os danos morais sofridos. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram e não foi possível alcançar a auto composição. A parte Ré apresentou contestação, postulando a improcedência dos pedidos da Autora. A parte Autora apresenta impugnação a contestação, reiterando-se os termos da petição inicial DA RESPONSABILIDADE CIVIL Em síntese, alega o Autor ter sido surpreendido com uma negativação de seu nome, à pedido da Ré, no valor total de R$ 184,56 (cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), o que seria indevido, posto que nega vínculo contratual com a Ré. O ponto controvertido da contenda encontra fundamento num suposto débito, cuja origem a Autora desconhece, e a Ré, por sua vez, confirma a sua existência. E, dessa relação controvertida, teriam surgidos os danos pleiteados pela Autora, de ordem moral. Analisando os autos verifico que a Ré, em defesa, alega inexistência dos danos morais, bem como pontua a legitimidade da cobrança e da negativação, trazendo aos autos documento que comprova a inverossimilhança das alegações da Autora, como Termo de parcelamento de débito firmado pela própria Autora, referente a UC 6/413333-1, UC essa que é a mesma que deu origem a negativação, portanto, a Ré comprova o vinculo existente entre as partes e consequentemente a obrigação pela a qual a Autora afirma não existir. Consequentemente, cumpriu o ônus probatório do artigo 373, II do CPC/15, sendo que a Autora se limita em afirmar que é tela sistêmica. Pois bem. Para que o Réu seja responsabilizado civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal. Da documentação apresentada aos autos, tem-se que apesar da negativação dos dados do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, ser fato incontroverso, somente representa um exercício regular de direito por parte da Ré, e não configura ato ilícito, consoante lhe assegura o artigo 188, I do C.C. Vê-se que o termo do parcelamento é realizado pela própria Autora, o que é fato suficiente para demonstrar a relação contratual existente e que dessa relação jurídica originou o débito da Autora. Consequentemente, entendo como ausente um dos requisitos da responsabilidade civil, qual seja, ato ilícito, razão pela qual não há que se falar em indenização, posto que restou comprovada a existência da relação jurídica entre as partes e que de fato, a Autora contratou os serviços da Ré, sendo a negativação devida, principalmente quando a Autora não demonstrou o pagamento do valor negativado. Logo, a Ré apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pela Autora. E nesse sentido que tem decidido a jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVIDA EXISTENTE. DEMONSTRADA A RELAÇÃO CONTRATUAL E A EXISTÊNCIA DE FATURAS VENCIDAS. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO. DANO MORAL INOCORRENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. (FRANCO, Luís Francisco. Recurso inominado n. 71005748660. J. em 07 Abr. 2016. Disp. em www.tjrs.jus.br. Acesso em 04 Out. 2017.) Por essas razões, não há que se falar em declaração de inexigibilidade de débito, anulação de negócio jurídico, cancelamento de contrato e débito, baixa de negativação, sequer indenização por danos morais, razão pela qual OPINO por julgar improcedentes os pedidos formulados pela Autora pelos fundamentos postos. DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Importa-nos observar, por fim, que resta clara a alteração dos fatos, já que o Autor tenta indicar a inexistência de débito devidamente comprovados nos presentes autos, tornando-se a condenação em litigância de má-fé medida necessária, consoante autorizado pelo artigo 80 do CPC/15. Ademais, demandas como essa é um escarnio com o Poder Judiciário em que a parte objetiva alcançar enriquecimento ilícito, em total afronta a boa fé processual. Sendo certo que uma demanda em litigância de má-fé extrapola aos limites do direito de petição, bem como apresenta prejuízo ao Judiciário em amplitude, eis que há nítido desperdício de tempo de servidores para julgar feitos como esse. No caso, desperdício de pauta de audiência de conciliação; o tempo de serventuários de secretária para movimentar o feito com citação da parte adversa; o tempo do magistrado para analisar pedido de tutela de urgência; o tempo da parte adversa para comparecer em audiência de conciliação e valer-se de seu jurídico para se defender; por fim o tempo do magistrado para ultimar o presente julgamento. Desta feita, por estar evidente a litigância de má fé da parte Autora, OPINO, por condena-la, nos termos do artigo 80, II do CPC/15. Ressalta-se que, não obstante a gratuidade do trâmite processual perante os juizados especiais, o reconhecimento da litigância de má fé permite a condenação do vencido em custas e honorários, consoante artigo 55 da Lei nº 9.099/95. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A ré sustenta pela condenação da Autora ao pagamento do débito no valor R$ 3.819,28 (três mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos). No caso, como a ré comprovou a existência do débito e a sua regularidade na cobrança, por consequência OPINO por deferir o pedido contraposto para determinar que a Autora pague o valor de R$ 3.819,28 (três mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), a ser devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e juros de 1% ao mês. Isso posto, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO por rejeitar as preliminares suscitadas pela Ré de prescrição e incompetência territorial. 2. OPINO pela IMPROCEDENCIA dos pedidos formulados na inicial quanto à declaração de inexigibilidade de débito, anulação de negócio jurídico, cancelamento de contrato e débito, baixa de negativação, sequer indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15. 3. Em consequência, OPINO, pela CONDENAÇÃO da AUTORA por litigância de má fé, nos termos do art. 80, incisos II e III, do CPC/15, fixando, em seu desfavor, multa de 10% sob o valor atribuído à causa, consoante art. 81, caput do CPC. 4. OPINO, ainda, por CONDENÁ-LA ao pagamento das custas processuais, conforme o art. 949, III da CNGC (Seção 9), bem como ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). Sobre os valores aqui fixados incidem juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, contados da publicação desta sentença. 5. Por fim, OPINO por deferir o pedido contraposto para determinar que o Autor pague o valor de R$ 3.819,28 (três mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), a ser devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e juros de 1% ao mês, ambos a partir da citação. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009108-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA DE OLIVEIRA FARIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO NAFAL DE CARVALHO OAB - MT26589/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009108-89.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DEBORA DE OLIVEIRA FARIA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. A parte Ré sustenta o indeferimento da petição inicial por ausência de comprovante de endereço de órgão oficial. Ocorre que não merece guarida a tese levantada pela Ré, eis que a Autora apresentou comprovante de endereço valido, portanto, OPINO por rejeitar a preliminar suscitada pela Ré. A Ré alega preliminar de falte de interesse processual da Autora por não buscar a resolução administrativa através do sistema www.consumidor.gov.br. Ocorre que não existe a necessidade de esgotamento de vias extrajudiciais para a parte buscar amparo judicial. Isto posto, OPINO por rejeitar a preliminar de falta de interesse de agir da Autora. Não havendo outras preliminares especificas arguidas pelas partes, passo a analise do mérito da controvérsia dos autos, o qual verifico ser desnecessária a produção de prova em audiência de instrução e julgamento, eis que as provas documentais acostadas ao caderno processual são suficientes, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Pois bem. Pleiteia a Autora declarar a inexistência de dívida que resultou na inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, bem como reconhecer os danos morais sofridos. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, mas optaram por prosseguir com a demanda. A parte Ré apresentou contestação, postulando a improcedência dos pedidos da Autora. A parte Autora impugna a contestação reiterando-se os termos da inicial. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos do artigo 17º do CDC, razão pela qual devem ser aplicados ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, razão pela qual OPINO por deferir a inversão do ônus da prova em favor da Autora. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL O ponto controvertido da presente demanda consiste na ilegalidade da cobrança de débito no valor de R$ 172,39 (cento e setenta e dois reais e trinta e nove centavos). Em que pese o Réu tenha apresentado relação de faturas e chamadas em nome da Autora, tal fato não é suficiente para comprovar a contratação dos serviços pela Autora. Assim, não se reconhece como licita a conduta da Ré, que não adotou conduta transparentes na relação com a consumidora, demonstrando, portanto, flagrante falha na prestação de serviço, e violação à política nacional da relação de consumo, nos termos do artigo 4º do CDC. Logo, tem-se que da defesa da Ré, extraem-se alegações que não desconstituem, extinguem ou modificam as alegações do Autor, sequer legitimam a cobrança realizada. Consequentemente, verifica-se o ato ilícito da Ré, na negligência no lidar com o consumidor, seja por cobrar débitos inexistentes ou por incluir o seu nome nos órgãos de proteção ao crédito em decorrência dessa cobrança ilícita ao Autor. E é exatamente nessa conduta que se concretiza a falha na prestação do serviço pela Ré, que autoriza a responsabilidade objetiva do artigo 14 do CDC. Assim, de fato, OPINO por reconhecer que houve falha na prestação do serviço pelo Réu, ao realizar cobrança ilícita de fatura que não se comprova ter sido realizado pelo Autor, bem como proceder com a restrição do nome do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, para DECLARAR a inexistência da dívida ora discutida, no valor de R$ 172,39 (cento e setenta e dois reais e trinta e nove centavos). DO PLEITO PELOS DANOS MORAIS O Réu agiu de forma ilícita e, inegavelmente, violou o patrimônio moral da Autora, causando lesão a sua honra e reputação. Trata-se de dano in re ipsa, que prescinde de prova da ocorrência de prejuízo concreto, o qual se presume, conforme as regras de experiência comum. O apontamento dos dados do Autor aos órgãos de proteção ao crédito por débito indevido constitui falha na prestação o serviço e enseja a responsabilização civil objetiva da empresa, sendo comprovado pelo extrato anexado a inicial. Esse é o entendimento que tem prevalecido na jurisprudência: CONSUMIDOR. RESTRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CARACTERIZADO. SÚMULA

385/STJ NÃO INCIDENTE NO CASO CONCRETO. RECURSO PARA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO OU MINORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO. SENTENÇA MANTIDA. 1. O recorrente não demonstrou fato impeditivo ao direito, uma vez que não acostou aos autos qualquer contrato firmado pelo recorrido, apto a ensejar seu apontamento em órgão de proteção ao crédito. Ademais não há falar na falta de ato ilícito ou em mero dissabor, porque evidenciado está o abalo moral pela simples restrição oriunda da má prestação dos serviços. O dano moral decorre do abalo à imagem e honra da parte recorrida diante de sua inserção e manutenção no sistema de proteção ao crédito. Afinal, está consolidado na jurisprudência o entendimento de que "a inscrição ou a manutenção indevida em cadastro de inadimplentes gera, por si só, o dever de indenizar e constitui dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (STJ - AgRg no Ag 1.379.761/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão). Por outro lado, é inaplicável, no caso concreto, a incidência da Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal Justiça, já que, segundo interpretação da própria Corte Superior, em precedente julgado, "a Súmula 385/STJ ('Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento') tem aplicação específica, se referindo a hipóteses em que a indenização é pleiteada em face de órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito, que deixa de providenciar a notificação de que cuida o art. 43 do CDC antes de efetivar a legítima anotação do nome do devedor no cadastro" (STJ - AgRg no AREsp 142.777/ES, Rel. Ministro Raul Araújo). Com efeito, a presente ação não foi proposta em face de órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito. Não fosse o bastante, o documento juntado aos autos (f. 55), em que constam supostas restrições por outras empresas, demonstra que o apontamento do recorrente foi anterior a outros apontamentos. 2. Para o arbitramento na compensação do dano moral, a lei não fornece critérios. Destarte, a doutrina e jurisprudência apontam critérios para servir de parâmetros na fixação do valor, o que, por óbvio, deve amoldar-se a cada caso. No presente caso, afigura-se razoável e proporcional o arbitramento feito na sentença em observância às finalidades compensatória, punitiva, pedagógica e preventiva da condenação, bem assim às circunstâncias da causa, especialmente a capacidade financeira do ofensor (instituição financeira) e tempo de permanência da restrição (desde o ano de 2011). 3. O artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, permite ao magistrado impor multa para efetivação da tutela específica e o parágrafo 6º, daquele dispositivo, autoriza ao juiz modificar o valor ou a periodicidade da multa, até mesmo de ofício e diante de sentença transitada em julgado, sendo descabido, portanto, a discussão em sede de recurso inominado sobre a exorbitância do valor arbitrado, se a multa poderá ser aplicada em quantia inferior àquele valor estabelecido inicialmente pelo juiz. Precedentes: STJ - AgRg no REsp 1.124.949/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma; AgRg no Ag 1.147.543/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma; AgRg no Ag 1.143.766/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma. Falta gravame a justificar o interesse recursal na redução da multa. 4. Recurso conhecido parcialmente e não provido. 5. Condena-se o recorrente vencido no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. (Acórdão n.665662, 20120810070123ACJ, Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 26/03/2013, Publicado no DJE: 04/04/2013. Pág.: 251) Nesse sentido, está presente o dever de indenizar por parte do Réu a Autora. DA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS No que tange ao quantum indenizatório, nos termos do artigo 944 do C.C., ressalto que para a fixação do dano moral, à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal a fim de dissuadi-la de novo atentado, o que entendo pertinente arbitrar na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ Aduz a Ré que o Autor alterou a verdade dos fatos para deduzir pretensão ilícita perante o Poder Judiciário. Ocorre que não assiste razão a parte Ré, eis que está evidenciado pelo conjunto probatório dos autos que os fatos narrados pela Autora são verossímeis e, portanto, não há que se cogitar a pretensão em litigância de má-fé. Isto posto, OPINO por indeferir o pedido de litigância de má-fé formulado pela Ré. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A ré sustenta pela condenação do Autor ao pagamento do débito no valor R$ 172,39 (cento e setenta e dois reais e trinta e nove centavos), contudo, a conclusão é de que tal débito é inexistente, por consequência, OPINO por indeferir o pedido contraposto, tendo em vista que o débito cobrado pela Ré é inexistente. Assim, ante todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática trazida por ambas as partes: 1. OPINO por indeferir as preliminares de indeferimento da petição inicial e de falta de interesse de agir. 2. OPINO por deferir a inversão do ônus da prova em favor da Autora. 3. OPINO POR JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, eis que comprovados o ato ilícito praticado pelo Réu e os danos suportados pelo Autor, para nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para DECLARAR a inexistência da dívida ora discutida, no valor de R$ R$ 172,39 (cento e setenta e dois reais e trinta e nove centavos), e reconhecer os danos de ordem moral sofridos pelo Autor, e por conseguinte condenar o Réu ao pagamento de indenização, na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso e a correção monetária a partir desta data. 4. Ainda, OPINO por determinar que o Réu proceda com a baixa da restrição do nome do Autor, do SERASA/SPC, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, para a hipótese de descumprimento da medida, fixa-se multa no importe de R$ 1.000,00 (mil reais). 5. Por fim, não tendo a Ré demonstrado a legalidade da cobrança, OPINO por indeferir o pedido formulado em contestação, quanto à condenação da Autora em litigância de má fé. 6. Por fim, OPINO por indeferir o pedido contraposto, tendo em vista que o débito cobrado pela Ré é inexistente. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Luiz Gustavo Derze Villalba Carneiro Juiz Leigo Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo , na forma do art. 40, da Lei 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC n.º 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010895-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010895-56.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOAO BATISTA DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL Observo que a parte Autora conta, hoje, com mais de 60 anos de idade, sendo idosa na forma do artigo 1º da lei nº 10.741/03. Dessa feita, OPINO por reconhecer o seu direito à prioridade de tramitação processual, consoante garantido pelo artigo 71 da aludida lei, bem como assegurado pelo artigo 1.048 do CPC/15. DA RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA Evidencia-se que o valor dado à causa é discrepante daquele pretendido a este título, em evidente descumprimento do art. 292, VI, do Código de Processo Civil c.c. Enunciado nº 39/FONAJE. Inviabilizada a possibilidade de correção pela parte, nesta fase. No caso concreto, a parte autora pretende a declaração da inexistência do débito no valor de R$ 107,70 e indenização por dano moral no valor sugerido de R$ 27.120,00. Pelo artigo 292, VI do CPC, o valor da causa, na ação em que haja cumulação de pedidos, deve ser a

somatória de todos eles. No entanto, a somatória de ambos os pedidos é diferente do valor da causa apontado na inicial, qual seja, R$ 13.000,00. Assim, diante do que determina o artigo 292, §3º do CPC, OPINO pela correção, de ofício, do valor da causa, para fixá-lo em R$ 27.227,70. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DAS PRELIMINARES ARGUIDAS FALTA DE INTERESSE DE AGIR A Ré suscita preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa "situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa" (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a parte Autora a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. INÉPCIA DA INICIAL Tem-se que a Ré se manifestou acerca do comprovante de negativação juntado à inicial, o qual alega não ser emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Contudo, vê-se que Ré não apresentou qualquer contraprova que o desconstituísse, bem como que não há controvérsia acerca da negativação do nome da parte autora, razão pela qual OPINO por aceitá-lo para todos os fins processuais. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de inépcia da inicial arguida pela ré. DA JUNTADA DE DOCUMENTO SIGILOSO Vê-se que a ré junta à defesa (Doc. ID nº 26702715) um relatório de chamadas que teriam sido originadas pelo autor e que, dada a natureza do documento, que teriam informações relativas aos valores cobrados da parte autora, pugna que o juízo decida se o documento será arquivado em pasta própria, passível de consulta apenas pelas partes e seus advogados, ou se o processo tramitará em segredo de justiça. Analisando referido documento, não entendo que seja o caso de arquivá-lo em pasta própria, tampouco de decretar a tramitação do feito em segredo de justiça. Primeiramente, porque as informações de valores cobrados da parte autora não constitui quebra de sigilo de suas informações. Além disso, no referido documento não consta, sequer, o nome e o número de documento da parte, não havendo qualquer outro documento nos autos que, de fato, relacione o documento à pessoa do autor. Assim sendo, OPINO por indeferir o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça, não sendo o caso, também, de se arquivar o documento em pasta própria. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO Tem-se, ainda, que a ré pleiteia a realização de perícia no áudio apresentado com a defesa, o qual foi impugnado pela parte autora na impugnação à contestação. OPINO por indeferir o aludido pedido, por entender que a perícia no áudio, neste processo, não é necessária à formação do convencimento motivado do artigo 371 do CPC, restando REJEITADA a preliminar de incompetência do juizado. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada (Audiência de ID nº 26257412) sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas, requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte Autora ter sido surpreendida com negativação em seu nome oriunda da empresa Ré, no valor de R$ 107,70, cuja origem aduz desconhecer. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, porém, optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. No caso em tela, tem-se que a Ré, na oportunidade defensiva, não logrou êxito em demonstrar a existência do vínculo entre as partes. Trouxe apenas documentos produzidos unilateralmente e telas sistêmicas, sobre as quais a jurisprudência já reconheceu que "são documentos produzidos unilateralmente e, portanto, inservíveis para prova da existência de relação jurídica entre as partes." ((N.U 1001836-06.2018.8.11.0025, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 12/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019). Da análise dos fatos, vê-se que a defesa do Réu não está acompanhada de provas robustas que subsidiem o vínculo contratual e o débito negativado. Apesar de apresentar áudio, com suposta confirmação dos dados do Autor para a contratação do serviço, não apresentou qualquer documento aonde constasse a assinatura do Autor em contratações, sequer a origem do valor negativado, o qual também não é comprovado nos documentos colacionados à defesa, pois, apesar de a ré juntar aos autos o aludido relatório de chamadas, este não contem nenhuma informação que o individualize como sendo relativo ao autor. Além disso, nem mesmo as faturas juntadas pela ré, somadas, corresponde ao valor negativado. Consequentemente, entendo que a Ré não observou o ônus que lhe é atribuído pelo artigo 373, II do CDC, pois deveria ter colacionado aos autos o contrato específico que subsidiou a negativação, principalmente quando a parte Autora negou a existência do débito negativado. Assim, a Ré não demonstrou fato impeditivo, extintivo ou modificativo ao direito pleiteado pela parte Autora ou qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a existência da negativação, razão pela qual presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Logo, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 107,70, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por determinar que a ré exclua o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 107,70, caso a ré não o faça. DO PLEITO PELOS DANOS MORAIS No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição da parte Autora a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto à negativações infundadas, demonstrando a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: Declaratória de inexistência de relação jurídica c/c dano moral – Ônus do fornecedor do serviço de comprovar a existência da relação jurídica – Dano moral in re ipsa, decorrente da inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito – Indenização arbitrada com ponderação, observadas as circunstâncias do caso concreto – Prazo para cumprimento da obrigação de cancelar as cobranças mais do que razável, pois seu termo "a quo" é a data do trânsito em julgado – Multa fixada com razoabilidade, inexistindo fundadas razões para sua redução ou exclusão – Recurso a que se nega provimento. (TSUNO, Marcelo. Recurso inominado n. 1019311-74.2017.8.26.0224. J. em 03 Out. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br.) No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento

injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal. Ademais, há que se ressaltar que a parte autora possui débitos posteriores, conforme se denota pelo extrato de ID nº 24158230. Assim sendo, a existência de inscrição posterior também deve sopesar no momento da fixação do dano moral. Neste sentido: Recurso Inominado nº.: 1001364-58.2017.8.11.0051-PJE- RP Origem:Juizado Especial Cível de Campo VerdeRecorrente(s):BANCO BRADESCO S.ARecorrido(s):BRUNO PEREIRA BORGESJuíza Relatora:Dra. Patrícia Ceni Data do Julgamento:18/06/2019 E M E N T ARECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – INSURGÊNCIA DA PARTE RECLAMADA – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA NA QUANTIA DE R$ 227,94 (duzentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA RECLAMADA – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM INDENIZATÓRIO NO VALOR DE R$ 4.000,00 (quatro mil reais) QUE NÃO MERECE REPAROS – SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.De análise aos autos, tenho que não restou incontroversa a relação jurídica entre as partes, uma vez que a parte Reclamada não colacionou aos autos nenhum documento que comprove a relação jurídica entre as partes.Assim, não havendo qualquer comprovação da relação jurídica, bem como a legitimidade da negativação em nome do consumidor, há de ser reconhecida a inscrição por dívida indevida, tenho que os danos morais devem ser mantidos, já que são in re ipsa.É certo que o valor da indenização deve guardar consonância com o dano sofrido, a potencialidade lesiva, a capacidade econômica do agente e da vítima, bem como a inexistência de negativações posteriores.Neste cenário, entendo que a quantia arbitrada (R$ 4.000,00) se mostra compatível com os critérios acima indicados, não havendo que se falar em diminuição do quantum, notadamente quando em situações semelhantes esta Magistrada costuma aplicar valores deste mesmo patamar. Manutenção da sentença em todos os termos. Recurso conhecido e improvido. (N.U 1001364-58.2017.8.11.0051, TURMA RECURSAL, PATRICIA CENI DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Julgado em 18/06/2019, Publicado no DJE 24/06/2019) Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, e ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 1.000,00 (um mil reais), como medida de caráter pedagógico. Quanto ao pedido contraposto e de condenação da parte autora em litigância de má-fé, OPINO por indeferi-los, eis que manifestamente improcedentes. DISPOSITIVO: Isso posto, após analisar as versões fáticas e documentações trazidas por ambas as partes: 1. OPINO por reconhecer o direito da parte autora à prioridade de tramitação processual, devendo a secretaria promover as anotações necessárias no cadastro do feito 2. OPINO por corrigir o valor da causa, fixando-o em R$ 27.227,70. 3. OPINO por REJEITAR as preliminares de inépcia da inicial, falta de interesse de agir e incompetência do juizado. 4. OPINO por indeferir o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça, não sendo o caso, também, de se arquivar qualquer documento juntado pela ré em pasta própria. 5. No mérito, OPINO por reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 6. OPINO pela procedência parcial dos pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, reconhecendo a falha na prestação do serviço da Ré, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 107,70, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 7. OPINO por determinar que a ré exclua o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. 8. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 107,70, mediante SERASA JUD, caso a ré não o faça. 9. No que concerne aos danos morais, OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa, e por condenar a Ré à ressarci-lo no valor justo e razoável que OPINO por arbitrar na proporção de R$ 1.000,00 (um mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (13/05/2017) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014182-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014182-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HERBERT COSTA THOMANN REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. Analisando os autos, observa-se que as partes transigiram (Audiência de ID nº 27247013) e a quitação será realizada disponibilização de vouchers para aquisição de passagens aéreas, conforme disciplinado na minuta do acordo. Portanto, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, opino pela HOMOLOGAÇÃO, por sentença, do acordo supra e, consequentemente, pela EXTINÇÃO do processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, “b” do CPC. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Parte superior do formulário Parte inferior do formulário Parte superior do formulário Parte inferior do formulário Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011319-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KHALED MAHMOUD ALI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSCAR CESAR RIBEIRO TRAVASSOS FILHO OAB - MT6002-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MERCADOPAGO COM. REPRESENTACAO LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011319-98.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KHALED MAHMOUD ALI REQUERIDO: MERCADOPAGO COM. REPRESENTACAO LTDA Vistos etc. Dispensado o relatório, face ao disposto no art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL Observo que a parte Autora conta, hoje, com mais de 60 anos de idade, sendo idosa na forma do artigo 1º da lei nº 10.741/03. Dessa feita, OPINO por reconhecer o seu direito à prioridade de tramitação processual, consoante garantido pelo artigo 71 da aludida lei, bem como assegurado pelo artigo 1.048 do CPC/15. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou

despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DA PRELIMINAR ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RÉ Observo que a ré suscitou a sua ilegitimidade passiva, afirmando que não possui qualquer responsabilidade pela compra realizada pela autora junto à empresa vendedora, pois somente disponibiliza o espaço virtual para que terceiros realizem a venda de seus produtos, sendo somente eles responsáveis pela entrega. No entanto, o artigo 7º, parágrafo único, do CDC prevê a responsabilidade solidária de todos os que participam da suposta ofensa. Verifica-se, ainda, que a parte autora acessou a plataforma virtual da ré para realizar a compra e através dela efetuou pagamento. Ademais, a Ré, como participante da cadeia de consumo, deve responder pela qualidade dos produtos que disponibiliza no mercado de consumo, até porque, certamente, aufere lucro com a venda, razão pela qual OPINO por REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela Ré. FALTA DE INTERESSE DE AGIR A Ré suscita preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa "situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa" (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a parte Autora a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a necessidade de audiência de instrução e julgamento ou produção de outras provas, requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. DO MÉRITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, consoante artigos 2º e 3º CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos legislação de consumo, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL A parte autora ingressou com ação de indenização por danos materiais e morais em desfavor da Ré, alegando, em síntese, a aquisição de um celular, através de seu canal de vendas, pelo valor de R$ 1.079,88, alegando que não recebeu o produto. Sustenta que entrou em contato diversas vezes com a empresa ré, solicitando a restituição do valor pago, sendo que não obteve resposta, não tendo recebido, de fato, nenhuma informação concreta, tampouco o produto. Requer, assim, a devolução do valor pago pelo produto e indenização por danos morais. Em defesa tempestiva, a Ré afirma que realizou a contento o serviço que oferece aos usuários, uma vez que não é vendedora de qualquer produto, somente intermedia a negociação entre os compradores e vendedores, não tendo qualquer responsabilidade pelos danos narrados na inicial. Tal alegação restou sedimentada com a análise da preliminar, estando a responsabilidade da contestante nítida no caso em apreço. Ainda, a ré informa que a autora não teria entrado em contato consigo para tentar solucionar o problema e que, caso isso ocorresse, de acordo com as diretrizes e orientações colocadas à disposição da parte autora, esta teria recebido a restituição do valor pago pelo produto não entregue. Pois bem. Para que a parte Autora seja indenizada, é imprescindível a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo causal entre eles. No caso em tela, entendo que resta incontroverso nos autos a compra realizada, bem como a não entrega. Assim, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o autor tem o direito de ser ressarcido monetariamente: Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço. Logo, tenho que a ré não se desincumbiu de seu ônus, não tendo comprovado a efetiva entrega do produto à parte autora, tampouco comprovando que efetuou a restituição do valor. O art. 14, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. A responsabilidade da Reclamada é objetiva, em vista da relação de consumo existente e do risco da atividade desenvolvida. Dispõe o art. 927, do Código Civil que: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem." Assim, OPINO por reconhecer que houve o ato ilícito, com a falha na prestação de serviços, por deixar a ré de entregar à parte autora o produto adquirido. Esse comportamento por parte da Ré viola a dinâmica da relação de consumo e, principalmente o artigo 6º, III e VI do CDC. Portanto, no que tange aos danos materiais, ou seja, os "prejuízos de ordem econômica suportadas pelo ofendido", (GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 747.), OPINO reconhecer que a parte Autora os sofreu na proporção de R$ 1.079,88, contudo, de forma simples, uma vez que não se tratou de cobrança indevida, caso que daria ensejo à restituição dobrada, mas de descumprimento contratual. Sob os danos materiais deverão incidir juros de 1% (um por cento) ao mês, a serem contados a partir da citação (30/10/2019) e correção monetária a partir do efetivo pagamento (12/09/2019). No que se refere aos danos morais, entendo que razão não assiste à parte autora. Em que pese a experiência vivida, sendo obviamente desagradável efetuar uma compra, realizar o pagamento e não receber o produto, entendo que o fato, por si só, não enseja a reparação moral pretendida, isso porque o autor não comprovou ter realizado qualquer tentativa administrativa para receber seu dinheiro de volta. É óbvio que no tipo de comércio desenvolvido pela ré existem riscos que a mesma deve arcar com relação a vendedores inidôneos. Contudo, seria no mínimo razoável que o autor tivesse entrado em contato com a ré para solucionar o problema, uma vez que, eu sua plataforma de vendas, é tão fácil realizar uma reclamação quanto efetuar uma compra, além do que lá constam todas as informações necessárias para a solicitação de ajuda. Assim, o caso em apreço, especificamente, não passa de um mero aborrecimento do cotidiano, não havendo que se falar na existência de danos morais. Neste sentido: APELAÇÕES CÍVEIS. REGIME DE EXCEÇÃO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇAO DE CONSUMO. COMPRA PELA INTERNET E NÃO ENTREGA DE PRODUTO PAGO. AUSENTE DANO MORAL Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais em face de compra pela internet, via site Mercado Livre, com o pagamento do produto e não entrega, julgada parcialmente procedente na origem. Citação por edital – ausência de nulidade. A legislação não exige que se faça indefinidas e indeterminadas pesquisas de endereço e diligências para a localização do réu. Houveram diligências que resultaram frustradas é o quanto basta para preencher a tipicidade legal para a citação por edital. Indenização por danos materiais e morais - O autor comprovou a aquisição do produto adquirido via internet, através do site de vendas do Mercado Livre, mas, apesar de adimplido o preço, não recebeu o produto. Dano material consistente no valor do objeto comprado e não recebido. O não recebimento de um objeto comprado pela internet implica em mero descumprimento contratual, sem repercussão no patrimônio moral do

indivíduo, embora se trata de situação desagradável, incômoda e geradora de aborrecimento. Esses são os infortúnios da vida moderna e tecnologicamente evoluída, mormente quando a autora não chegou a ter seu nome negativado nos órgãos de restrição ao crédito, nem sofreu qualquer outro constrangimento capaz de ensejar reparação a título de dano moral APELAÇÕES DESPROVIDAS (Apelação Cível, Nº 70075486217, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em: 08-11-2018) OPINO, assim, por JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais feito pela parte autora. DISPOSITIVO: Por todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática e probatória apresentada por ambas as partes, OPINO por: 1. RECONHECER o direito da parte autora à prioridade de tramitação processual, devendo a secretaria promover as anotações necessárias no cadastro do feito. 2. REJEITAR as preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir arguidas pela ré à contestação. NO MÉRITO, 3. RECONHECER a relação de consumo, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, e DEFERIR a inversão do ônus probatório, em favor da parte Autora, consoante autoriza o artigo 6º, VIII do CDC. 4. OPINO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para assegurar o direito da parte Autora à restituição do valor pago, no montante de R$ 1.079,88, de forma simples, condenando a Ré à ressarci-lo. Sob os danos materiais deverão incidir juros de 1% (um por cento) ao mês, a serem contados a partir da citação (30/10/2019) e correção monetária a partir do efetivo pagamento (12/09/2019). 5. JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais. Sem custas e honorários (art. 55, parte inicial, da Lei nº 9.099/95). À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009464-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OTACIO NETO RODRIGUES ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CINTIA RAFAELLY ASSUNCAO E SILVA OAB - MT14971-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO INTERMEDIUM SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009464-84.2019.8.11.0001. REQUERENTE: OTACIO NETO RODRIGUES ASSUNCAO REQUERIDO: BANCO INTERMEDIUM SA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulado em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR O Réu suscita preliminar de falta de interesse de agir, afirmando que efetuou a devolução dos valores pleiteados pelo autor em sua conta no dia 30/09/2019, pelo que a presente ação perdeu seu objeto. Além do réu ter juntado o comprovante de estorno do valor na conta do autor, este, em impugnação, confirma o recebimento. No tocante ao pedido de ressarcimento do valor, portanto, de fato houve a perda do objeto. Assim, OPINO por ACOLHER PARCIAMENTE a preliminar de falta interesse de agir arguida pelo réu, bem como por JULGAR EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com relação ao pedido de restituição do valor transferido da conta do autor, nos termos do art. 485, VI do CPC, por perda de objeto. O processo continua com relação ao pleito de danos morais. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Superadas as preliminares, da análise do processo, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, como a própria audiência de instrução, para a formação do convencimento motivado preconizado no artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 25853759), reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. DA RELAÇÃO DE CONSUMO - DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO Anota-se que é pacífico o entendimento de que o caso em comento deve ser analisado sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, já que Autor e Réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor esclarecidos no artigo 2º e 3º do aludido diploma legal. Reconhecida a incidência da legislação de consumo e a vulnerabilidade da parte Autora, consequentemente deve-se incidir, também, a inversão do ônus probatório, o que OPINO por DEFERIR, conforme art. 6º, VIII do CDC. Importa consignar que a jurisprudência é dominante no sentido de que "a inversão do ônus da prova prevista no CDC não importa em desonerar o autor da produção mínima dos fatos constitutivos do seu direito." (ZILLES, Fabiana. Recurso inominado n. 71006867881. J. em 27 Jun. 2017. Disp. em www.tjrs.jus.br. Acesso em 10 Maio de 2018.) DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Trata-se de Ressarcimento c/c Indenização por Danos morais na qual o autor alega, em síntese, que no dia 04/09/2019 recebeu uma ligação de um número pertencente ao banco réu, aonde mantem a sua conta, na qual o atendente teria todas as informações pessoais e bancárias do autor e, momentos depois de efetuar algumas confirmações, várias transferências e transações foram feitas até não restar mais dinheiro em sua conta, tendo sido subtraído de si a quantia de R$ 13.815,00. Sustenta que entrou imediatamente em contato com o Banco réu, o qual teria registrado a reclamação do autor, porém o mesmo não obteve resposta, motivo pelo qual ingressou com a presente ação requerendo a restituição do valor acima mencionado, além de indenização por danos morais. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, mas optaram por prosseguir com a demanda. O Réu, em defesa tempestiva, sustenta que efetuou a devolução do valor na conta do autor no dia 30/09/2019, mesmo antes de ter sido citado acerca da presente ação, pugnando pela extinção do feito pela perda de objeto e, alternativamente, a improcedência da ação. Pois bem. Para fins de responsabilização civil, faz-se necessário a presença de três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal entre eles. Da análise dos autos, entendo que o pedido inicial não merece prosperar, pois, conforme se evidenciou, em que pese a existência de fraude ocorrida na conta do autor, após a realização de reclamação administrativa, o réu acolheu o pedido e efetuou a devolução do valor que havia sido subtraído da conta do autor. Ressalta-se que em nenhum momento houve alegação, tampouco comprovação, de que tenha havido recusa por parte do réu em efetuar a devolução de maneira administrativa. Por mais que o autor afirme na sua impugnação que houve demora na devolução do valor, tal fato, por si só, não enseja a caracterização de danos morais. Além disso, não houve qualquer comprovação de que a demora na resolutiva tenha causado maiores danos, muito menos na esfera moral, ao demandante. Assim, OPINO pela improcedência do pedido de Indenização por Danos Morais. DISPOSITIVO Ante ao exposto e fundamentado, após a análise dos fatos e argumentos expostos por ambas as partes: 1. OPINO por ACOLHER PARCIAMENTE a preliminar de falta interesse de agir arguida pelo réu, bem como por JULGAR EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com relação ao pedido de restituição do valor transferido da conta do autor, nos termos do art. 485, VI do CPC, por perda de objeto. 2. NO MÉRITO, OPINO por reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por deferir a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, com fundamento no art. 6º, VIII do CDC. 3. OPINO por JULGAR IMPROCEDENTE a pretensão formulada na inicial quanto à indenização por danos morais, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Sem custas e honorários (art. 55, parte inicial, da Lei nº 9.099/95). Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT.

Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013907-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ANDRE DE LACERDA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
mariana correa da costa de lacerda souza OAB - MT13031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DELTA AIR LINES INC (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO GOMES BRESSANE OAB - MT8616-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013907-78.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUIZ ANDRE DE LACERDA SOUZA REQUERIDO: DELTA AIR LINES INC Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. Analisando os autos, observa-se que as partes transigiram (Petição de ID nº 26555216) e a quitação será realizada mediante depósito em conta, conforme disciplinado na minuta do acordo. Portanto, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, opino pela HOMOLOGAÇÃO, por sentença, do acordo supra e, consequentemente, pela EXTINÇÃO do processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, "b" do CPC. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Parte superior do formulário Parte inferior do formulário Parte superior do formulário Parte inferior do formulário Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010533-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANILSON PEREIRA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010533-54.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANILSON PEREIRA DA COSTA REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. FUNDAMENTO E DECIDO GRATUIDADE A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Da análise dos autos verifico que se encontra maduro para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 26149353) sobre a produção de outras provas ou a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais em face de BANCO ITAUCARD S/A. Em apertada síntese, afirma a parte autora que teve seu nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente, no valor de R$ 838,31, alegando que desconhece a dívida com o banco réu. Diante disso, ingressa com a presente demanda visando, além da declaração de inexistência do débito, indenização moral. O Banco réu, por seu turno, informou que adotou todas as medidas para a verificação dos pressupostos de validade do ato jurídico, que a parte autora contraiu dívida inadimplida e que, portanto, a negativação de seu nome foi legítima. Além disso, o banco réu juntou contrato de abertura de conta corrente, além de juntar extrato de utilização e débito em nome do autor, afirmando que este possui débito a ser adimplido junto ao réu. A parte autora, após a apresentação da defesa, não impugnou a contestação e documentação a ela acostada, apesar de ter sido intimada para tanto (Audiência de ID nº 26149353). Em razão de se tratar de relação de consumo, está patente a hipossuficiência do consumidor, onde o réu está mais apto a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe ao Réu provar a veracidade de seus argumentos alegados na qualidade de fornecedor de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque suas assertivas podem ser consideradas como fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Destarte, apesar de a presente ação tratar de relação de consumo, a parte Reclamante não está dispensada de cooperar para o deslinde do feito. Outrossim, não podemos confundir a inversão do ônus da prova, deferida em casos de hipossuficiência do consumidor, com a ausência de dever pela parte Reclamante de consignar ao menos indícios de suas alegações. O réu, em sua contestação, juntou aos autos o contrato que comprova o vínculo entre as partes, demonstrando a utilização da conta por parte do autor e comprovando que existe saldo devedor a ser adimplido. A parte autora não impugnou a contestação e documentos a ela acostados. Em análise da situação acima evidenciada, é clarividente que a dívida procedeu da utilização dos serviços do réu pela parte autora. Outrossim, a parte autora nega a existência da dívida, a qual, entretanto, foi comprovada pelo réu. Desta forma, restando comprovada a existência de relação contratual, bem como a sua inadimplência, não há que se falar em negativação indevida e consequentemente, não há que se falar em declaração de inexistência de débito e, tampouco, dano moral indenizável. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A Reclamada pretende o reconhecimento da exigibilidade dos débitos existentes em nome do autor, no valor de R$ 2.291,23, diante da comprovação da contratação e em face de inadimplência da parte Reclamante. Merece guarida o pedido contraposto apresentado pela Reclamada, contudo, de maneira parcial, uma vez que o pedido contraposto feito pela parte ré deve se ater aos limites do pedido feito pela parte autora na inicial. Assim, OPINO por JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contraposto, reconhecendo-se como devida a importância de R$ 838,31. DISPOSITIVO Posto isso: 1. Opino pela IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, declarando extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. 2. Por outro lado, opino pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto para declarar exigivel o débito inserido no SPC no valor de R$ 838,31, devendo incidir os juros moratórios simples de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC/IBGE a partir do ajuizamento desta ação. Sem custas e honorários, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Projeto de sentença sujeito à homologação da MMª. Juíza Togada, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus advogados. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1011826-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE ARAUJO MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DA SILVA FIGUEIRA OAB - MT19195-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE HERINGER FERREIRA SOROCABA - EPP (REQUERIDO)
RUTH DE QUEIROZLOPES - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA ALINE RAMOS FERREIRA OAB - MT7203-O (ADVOGADO(A))
SAMIR DARTANHAN RAMOS OAB - MT0008391A (ADVOGADO(A))
SIMONE CARVALHO BORGES OAB - MT25140/O-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA VIVIANE MOREIRA GIANDON OAB - PR32271 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011826-59.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FERNANDA DE ARAUJO MIRANDA REQUERIDO: RUTH DE QUEIROZLOPES - ME, ELIANE HERINGER FERREIRA SOROCABA - EPP Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulada em segunda instância, caso haja interposição de recurso. DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA A ré BRITISH AND AMERICAN suscita ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente ação, uma vez que mantem contrato de franquia com a primeira ré, contudo, não fez parte do contrato discutido nesta ação. De fato, a ré que arguiu a presente preliminar não faz parte do contrato discutido nesta ação. Apesar de constar que o método utilizado pela contratada é o oferecido pela segunda ré, é a primeira demandada que consta como contratada no contrato objeto da lide. Por mais que conste a marca da segunda ré no adendo contratual de ID nº 26705267 (páginas 5 e 6), o mesmo se refere ao método de ensino propriamente dito. Ainda, é fato que a autora ingressou com a presente ação alegando existência de vício de consentimento no momento da contratação, afirmando que lhe foram oferecidas condições que não constam do contrato assinado justamente pela primeira ré, ou seja, a segunda requerida, além de não fazer parte do contrato, não teria feito parte também do combinado extracontratual cujo a autora alega ter sido firmado e descumprido pela primeira ré. Assim, entendo que, neste caso específico, a franqueadora BRITISH AND AMERICAN FRANSHISING LTDA é parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente ação, pelo que OPINO por ACOLHER a preliminar de ilegitimidade passiva e por JULGAR EXTINTO o processo com relação a ela, com fulcro no art. 485, VI do CPC, determinando que a secretaria promova a exclusão da ré acima mencionada no cadastro do feito. DA ANÁLISE DO MÉRITO – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que o processo se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora e a parte ré que permanece no polo passivo da presente, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 26465272) sobre a produção de outras provas ou a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, porém, optaram em prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação à inversão do ônus da prova, o que OPINO por DEFERIR nesta oportunidade, consoante preconizado no artigo 6º, VIII do CDC. DA RESPONSABILIDADE CIVIL A autora alega que firmou contrato com a empresa ré em 30 de novembro de 2017 e, pelo período de 12 meses, pagou o curso, tento frequentado as aulas por apenas 11 vezes durante este período, alegando que, quando da contratação, encontrava-se muito atarefada e não sabia quando poderia cursar, tendo sido aceito pela ré que a autora efetuasse o pagamento e iniciasse as aulas quando tivesse disponibilidade. Afirma que, no mês de agosto/2018, a Reclamante procurou a escola, informando que ainda carecia de mais tempo para iniciar o curso, recebendo a informação de que não teria problema, pois quando estivesse pronta, poderia cursar. Assevera que em dezembro de 2018, quando já tinha disponibilidade para começar, procurou a ré, que informou a impossibilidade de fazê-lo ante a expiração do prazo contratado. Requer, assim, a devolução do valor pago pelo curso, incluindo o material didádico e indenização por danos morais. Em defesa tempestiva, a Ré RUTH DE QUEIROZ LOPES – ME nega as alegações da autora, afirmando que ela sempre teve ciência de que o contrato de prestação de serviços tinha o prazo de duração de 12 meses, bem como que a autora, de fato, iniciou o curso no dia 30/01/2018, tendo comparecido em aulas nos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho. Alega, ainda, que a autora tinha o costume de marcar e desmarcar as aulas, havendo, em seu contrato, em torno de 33 aulas desmarcadas, além de 9 ausências sem aviso, asseverando que a autora, já em abril de 2018 entrou em contato com a ré informando que não estava se adaptando ao método de ensino oferecido e que não tinha disponibilidade de tempo para as aulas, acreditando que havia se precipitado quando assinou o contrato. Assim, imputa à autora a culpa por ela não ter concluído o curso objeto do contrato aqui discutido, pugnando pela improcedência da ação. Pois bem. Incumbe à Reclamada, na qualidade de fornecedora de serviços, provar a veracidade de seus argumentos alegados, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas se configuram em fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Destarte, apesar de a presente ação tratar de relação de consumo, a parte Reclamante não está dispensada de cooperar para o deslinde do feito. Outrossim, não podemos confundir a inversão do ônus da prova, deferida em casos de hipossuficiência do consumidor, com a ausência de dever pela parte Reclamante de consignar ao menos indícios de suas alegações. Neste diapasão, a ré alegou a existência de fato modificativo/extintivo do direito da autora, alegando, primeiramente, a inexistência de vício de consentimento no momento da assinatura do contrato, bem como que a autora iniciou o curso em janeiro de 2018, sendo que a ré esteve sempre a disposição para cumprir a sua parte no contrato, o que somente não ocorreu em razão da ausência da autora. No que se refere vício de consentimento, consta dos autos contrato assinado pela autora que dispõe expressamente que o curso deve ser concluído em 12 meses (ID 26705267 – páginas 5 e 6) e, tendo a autora alegado a existência de pactuação oral em sentido contrário, bem como a existência de vícios, caberia a ela comprovar suas alegações, o que não foi feito nos autos. Ao contrário, a ré juntou aos autos um áudio (ID 26743122) no qual a própria autora informa que tomou uma decisão precipitada no momento em que contratou o curso, que não tinha tempo para assistir as aulas, tampouco para estudar, mas que, para não perder o valor que já tinha investido, estava decidindo continuar no curso e ir "levando com a barriga" do jeito que desse. Ainda, a ré comprovou que a autora iniciou manifestar desinteresse em prosseguir no curso já em abril de 2018 (ID nº 26743120) e não em agosto como informou a autora na inicial. Ressalto que o fato de não haver marcação do curso contratado no contrato de ID nº 24908869 (alegação feita na impugnação), não significa que as alegações da autora sejam verídicas no que tange à possibilidade de se estender a vigência do contrato sem renovação do mesmo, mormente quando há documento assinado pela autora que prevê expressamente o período de duração do curso (ID 26705267 – páginas 5 e 6). Assim, entendo que a autora tinha plena ciência das condições para realização do curso contratado, assim como do prazo de duração do mesmo e, por motivos pessoais, deixou de comparecer, pelo que a recusa da ré em estender o contrato é legítima. Da análise do processo e dos documentos que o instruem, portanto, entendo que não restou comprovado nos autos qualquer ato ilícito praticado pela parte ré, inexistindo comprovação do nexo causal entre o dano alegado pela autora e a conduta da demandada. DISPOSITIVO Ante ao exposto e fundamentado, e, após analisar as versões fáticas e jurídicas apresentadas por ambas as partes: 1. OPINO por ACOLHER a preliminar de ilegitimidade passiva e por JULGAR EXTINTO o processo com relação à ré BRITISHI AND AMERICAN FRANSHISING LTDA, com fulcro no art. 485, VI do CPC, determinando que a secretaria promova a exclusão da ré acima mencionada no cadastro do feito. 2. No MÉRITO, OPINO por reconhecer a relação de consumo, consoante artigos 2º e 3º do CDC, e por aplicar ao

caso os ditames contidos legislação de consumo, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, em favor da Autora, nos termos do artigo 6º, VIII. 3. No entanto, nos termos do artigo 487, I do CPC, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos feitos pela parte autora. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado, para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010659-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDELEUZA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010659-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDELEUZA FERREIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 26155967) sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte Autora ter sido surpreendida com a negativação de seu nome, levada à cabo pelo réu, por uma dívida no valor de R$ 69,14. Requer a declaração de inexistência da dívida e indenização por danos morais. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, porém, optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por DEFERIR nesta oportunidade, com fundamento no art. 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre ambos. No caso em tela, tem-se que a parte Ré, na oportunidade defensiva (ID nº 26041244), defende que houve contratação, pugnando pela improcedência da ação, contudo, verifica-se que a defesa vem desprovida de qualquer documentação. Ou seja, a parte ré não trouxe aos autos qualquer comprovação que pudesse evidenciar a existência de relação jurídica entre as partes ou a legitimidade da inscrição do nome da parte autora nos cadastros restritivos de crédito. Assim, a parte Ré não demonstrou fato impeditivo, extintivo ou modificativo ao direito pleiteado pela parte Autora ou qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a negativação aqui discutida, razão pela qual presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Logo, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO O DÉBITO NO VALOR DE R$ 69,14, bem como que a parte ré SE ABSTENHA de efetuar novas cobranças sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Ainda, OPINO por DETERMINAR que o réu retire o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito com relação ao débito aqui discutido, no prazo de 10 dias, sob pena de multa fixa que OPINO arbitrar em R$ 2.000,00. Desde já, OPINO por determinar que a secretaria adote as providências necessárias no sentido de retirar o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, com relação ao débito aqui discutido, mediante sistema SERASA JUD, caso a ré não o faça. No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição da parte Autora a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto à negativação infundada, demonstrando a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: DANO MORAL Negativação do nome da recorrida, sem justa razão Inexistência de relação jurídica que desse lastro à conduta - Dano moral configurado - Manutenção da r. sentença de primeiro grau que arbitrou a indenização no valor de R$12.000,00. (VILLAR, Claudio Teixeira. Recurso inominado 3004013-64.2013.8.26.0477. J. em 24 Abr. 2015. Disp. em www.tjsp.jus.br.) E, no que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstancias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos e, ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico. DISPOSITIVO Isso posto, após analisar as versões fáticas e documentações trazidas por ambas as partes, OPINO por: 1. RECONHECER a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora. 2. JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, reconhecendo a falha na prestação do serviço do Réu, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 69,14, bem como que a parte ré SE ABSTENHA de efetuar novas cobranças sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 3. Ainda, OPINO por DETERMINAR que o réu retire o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito com relação ao débito aqui discutido, no prazo de 10 dias, sob pena de multa fixa que OPINO arbitrar em R$ 2.000,00. 4. Desde já, OPINO por determinar que a secretaria adote as providências necessárias no sentido de retirar o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, com relação ao débito aqui discutido, mediante sistema SERASA JUD, caso a ré não o faça. 5. No que concerne aos danos morais, OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa, e por condenar a parte Ré à ressarci-lo no valor justo e razoável que OPINO por arbitrar na proporção de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (23/02/2019) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos

artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004575-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEDEONI LEITE ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO PAULO CARVALHO FEITOSA OAB - MT10236/O-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO FERREIRA DA SILVA OAB - MT18755/O (ADVOGADO(A))
HERIS FILLIPE OLIVEIRA OAB - MT25112/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

2 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004575-87.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GEDEONI LEITE ALVES REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulada em segunda instância, caso haja prolação de recurso. RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA Resta evidenciar que o valor dado à causa é discrepante daquele pretendido a este título, em evidente descumprimento do art. 292, VI, do Código de Processo Civil c.c. Enunciados nº 39 e 170/FONAJE. Inviabilizada a possibilidade de correção pela parte, nesta fase. No caso concreto, o autor narra a cobrança de duas multas com cobrança de recuperação de consumo por fraude no hidrômetro de sua residência, aduzindo concordar com a primeira multa cobrada na fatura com vencimento em 24/07/2017, uma vez que confessa ter realizado a fraude no hidrômetro verificada pela ré, mas discordando da segunda, cobrada na fatura com vencimento no dia 25/09/2017, no valor de R$ 1.010,57 (referente à multa "fiscalização na Ligação) e R$ 332,83 (referente à cobrança retroativa). Assim, o autor considera haver uma cobrança indevida no valor de R$ 1.343,40. Além disso, o autor pugna pelo recebimento de indenização por dano moral no valor de R$ 10.000,00. Pelo artigo 292, VI do CPC, o valor da causa, na ação em que haja cumulação de pedidos, deve ser a somatória de todos eles. Assim, diante do que determina o artigo 292, §3º do CPC, OPINO pela correção, de ofício, do valor da causa, para fixá-lo em R$ 11.343,40 DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Sem preliminares a serem enfrentadas. Da análise dos autos, verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Doc. ID nº 24725629), reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. DA RELAÇÃO DE CONSUMO Em razão de se tratar de relação de consumo, é patente a hipossuficiência da consumidora, e a maior aptidão da Ré à provar o insucesso da demanda, do que àquela a demonstrar a sua procedência, razão pela qual OPINO por RATIFICAR a inversão do ônus da prova deferida ao autor à decisão de ID nº 23981660. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Trata-se de Reclamação Cível proposta pela parte Autora, em desfavor da Ré, em razão de suposta cobrança de multa e valores que considera indevido, com danos morais. Em síntese, o autor sustenta que recebeu a fiscalização da empresa ré em sua residência em duas oportunidades, uma no dia 22/06/2017 e outra no dia 09/08/2017. Com relação à fiscalização do dia 22/06/2017, o autor confessa que, de fato, havia desvio de ramal em sua residência e, por isso, não questiona o valor da multa e recuperação de consumo cobrada na fatura com vencimento em 24/07/2017. Aliás, com relação à fiscalização acima mencionada, o próprio autor apresenta o respectivo Termo de Ocorrência e Irregularidade (ID nº 22912564). Entretanto, não concorda o autor com o resultado da fiscalização ocorrida no dia 09/08/2017, pois afirma que naquela oportunidade, a mangueira que fornecia água à sua residência provinha de um vizinho. Assim, não concorda com os débitos provenientes desta fiscalização, cobrados na fatura com vencimento em 25/09/2017, nos valores de R$ 1.010,57 (referente à multa "fiscalização na Ligação) e R$ 332,83 (referente à cobrança retroativa). Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, mas optaram por prosseguir com a demanda. A Ré apresentou defesa tempestiva, informando que houve uma vistoria no hidrômetro da parte Autora, oportunidade em que teria verificado fraude no medidor, defendendo a legitimidade das cobranças contestadas pelo autor. Dessa feita, salienta a ré ter notificado a parte Autora e lhe propiciado o contraditório e ampla defesa com relação às vistorias, fiscalizações e aplicação da multa e refaturamento dos valores, considerando a cobrança retroativa. Requer a improcedência dos pedidos iniciais. Pois bem. Diante da alegada inversão probatória, que nada mais é do que técnica de julgamento, caberia à Ré provar a veracidade de suas alegações, seja na qualidade de fornecedora de serviços, seja porque a sua assertiva seria fato extintivo, modificativo ou extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. No caso em comento, tem-se que a irresignação da parte Autora diz respeito, primeiramente, à imputação, pela Ré, de uma fatura com cobrança de multa, relativa à suposta fiscalização e irregularidade apontada em seu hidrômetro. Apesar da Ré asseverar pela regularidade do procedimento administrativo, é incontroverso que o mesmo foi elaborado de maneira unilateral, sem propiciar à parte Autora o exercício pleno do seu direito constitucional ao contraditório na esfera administrativa. Aplicou-lhe a multa sem, ao menos, averiguar as alegações tecidas pelo autor. Vê-se que não foi juntado nenhum documento à defesa que demonstre a vistoria realizada, não há qualquer TOI ou termo de vistoria. Somente fotografias apresentadas no corpo da contestação, as quais, por si só, não comprovam a existência da fraude sustentada pela ré. O único TOI presente nos autos foi juntado pelo autor, como dito em linhas anteriores, e diz respeito à fiscalização e multa com as quais o autor concorda em pagar. Com relação à segunda fiscalização, ocorrida em 09/08/2017, não houve qualquer comprovação de comunicação, tampouco foi colhida a assinatura da autora ou qualquer outra pessoa que residisse ou estivesse no imóvel nas oportunidades que a ré procedeu com as vistorias e fiscalizações, não tendo a ré se preocupado, efetivamente, com a formalidade da comunicação para o exercício pleno do contraditório administrativo pela parte Autora. Ora, como se tratava de aplicação de uma penalidade administrativa – Multa – à parte autora, deveria ter sido propiciada a defesa prévia, antes da imposição. No entanto, a Ré já emitiu a fatura constando a multa, coagindo a parte Autora ao pagamento sob ameaça de suspensão do fornecimento de água. Importa consignar que a Ré assevera a regularidade de suas atitudes, em observância à Res. Normativa nº 05/12 da AMAES. De início, tem-se que a aludida resolução jamais poderá prevalecer-se às regras gerais estabelecidas na constituição federal, bem como ao Código de Defesa do Consumidor. Tem-se, no entanto, que a aludida resolução deixa claro no artigo 111, I, que o Termo de Ocorrência de Irregularidade deve ser devidamente assinado pelo responsável pela unidade usuária, o que não se viu no documento apresentado pela ré. Nesse contexto, tem-se que a Ré comete ato ilícito nos termos do artigo 186 do C.C, quando, na cobrança de valores da parte consumidora, deixa de observar o procedimento predisposto na Res. Normativa nº 05/12 da AMAES. As condutas da Ré, portanto, violam o artigo 6º, III, IV, VI e IX do CDC, pois não há informações adequadas e claras sobre os fatos, mas sim, um método comercial coercitivo e desleal, uma verdadeira prática abusiva imposta na prestação de serviço. Logo, a suposta fraude no hidrômetro, por si só, sem a observância do devido processo administrativo ou a demonstração do efetivo envolvimento da parte Autora no fato, ou mesmo no próprio Termo de Ocorrência e Irregularidade válido, não possui o condão de imputar a

obrigação à parte consumidora quanto ao pagamento de multa ou recuperações de consumo, porquanto constitui elemento probatório de intensa fragilidade. É a empresa fornecedora de água quem tem de provar que o fato danoso não ocorreu ou que ocorreu por culpa exclusiva do consumidor, pois ela é quem dispõe de recursos técnicos necessários à comprovação de suas alegações, o que não verifico nos presentes autos. Frise-se, que a responsabilidade da empresa reclamada, como fornecedora de serviços, é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos." Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Dessa feita, se a multa por suposta irregularidade é apurada unilateralmente pela concessionária, sem oportunizar o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa em sede administrativa, impõe-se o reconhecimento da inexigibilidade do débito, principalmente quando a Ré não comprovou a legalidade da cobrança, sequer a responsabilidade e envolvimento da parte Autora com os fatos. Assim, uma vez que não há prova suficiente que demonstre a legalidade da multa, ou da contribuição específica da parte Autora para tal, sequer há comprovação da pertinência da cobrança das multas impostas, OPINO pela declaração de inexistência dos débitos específicos nos valores de R$ 1.010,57 (referente à multa "fiscalização na Ligação) e R$ 332,83 (referente à cobrança retroativa), cobrados na fatura com vencimento em 25/09/2017. OPINO, ainda, por determinar que a ré efetue o refaturamento da fatura acima mencionada, extirpando da mesma os valores declarados inexistentes, devendo encaminhar para a residência do autor, no prazo de 15 dias contados do trânsito em julgado da presente, a nova fatura para pagamento, com data de vencimento programada para 15 dias após o recebimento da fatura pelo autor. Em que pese a declaração de inexistência dos débitos acima mencionados, entendo que o pedido de restabelecimento do fornecimento de água na residência do autor não merece acolhimento, haja vista que a suspensão ocorreu em razão de débito anterior, cujo dever de pagamento é confesso pelo autor. Assim, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de restabelecimento no fornecimento de água feito pelo autor. De igual modo, entendo que não merece guarida o pedido de indenização por danos morais, uma vez que o pedido do autor se baseia no fato de ter sofrido interrupção no fornecimento de serviço essencial. Contudo, tendo em vista que a suspensão ocorreu por débito que o autor confessa dever, não há que se falar em existência de danos morais no caso em apreço, mormente quando o autor confessa, inclusive, ter praticado a fraude verificada na fiscalização realizada pela ré. Assim, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTE também o pedido de indenização por danos morais. DISPOSITIVO Isso posto, após analisar as versões fáticas e probatórias apresentadas por ambas as partes, OPINO por: 1. CORRIGIR, de ofício, do valor da causa, para fixá-lo em R$ 11.343,40. 2. RECONHECER a relação de consumo entre as partes, nos termos dos artigos 2º e 3º CDC, para RATIFICAR a inversão do ônus da prova deferida em favor da parte Autora à decisão de ID nº 23981660. 3. JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos do autor, apenas para DECLARAR A INEXISTÊNCIA dos débitos específicos nos valores de R$ 1.010,57 (referente à multa "fiscalização na Ligação) e R$ 332,83 (referente à cobrança retroativa), cobrados na fatura com vencimento em 25/09/2017. 4. DETERMINAR que a ré efetue o refaturamento da fatura acima mencionada, extirpando da mesma os valores declarados inexistentes, devendo encaminhar para a residência do autor, no prazo de 15 dias contados do trânsito em julgado da presente, a nova fatura para pagamento, com data de vencimento programada para 15 dias após o recebimento da fatura pelo autor. 5. JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos de restabelecimento no fornecimento de água e indenização por danos morais, com fulcro no art. 487, I do CPC, nos termos da fundamentação supra. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010980-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECI DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010980-42.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VALDECI DE CARVALHO REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. FUNDAMENTO E DECIDO GRATUIDADE A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. INÉPCIA DA INICIAL A ré pleiteou que a inicial fosse indeferida, questionando a idoneidade do extrato apresentado pela Autora à inicial. O artigo 330, I do CPC/15, estabelece que a petição inicial será indeferida quando for inepta, ao passo que o §1º estabelece as hipóteses nas quais considera-se inepta a petição inicial. A eventual fragilidade das provas não está ali elencada, podendo subsidiar o julgamento do mérito da contenda, mas não sua extinção precoce. Ademais, a negativação do nome da parte autora é fato incontroverso nos autos, não tendo a ré apresentado, ainda, qualquer documento capaz de desconstituir o extrato juntado pela parte autora, razão pela qual OPINO por rejeitar a aludida preliminar. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência De ID nº 26280191), requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação, na qual requereu a designação de audiência de instrução e julgamento, a qual entendo ser desnecessária, pois as provas constantes dos autos, em conjunto com as alegações das partes, são suficientes para dirimir a controvérsia. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação declaratória c.c. indenização por danos morais em face de TELEFONICA BRASIL S/A. Em apertada síntese, afirma a requerente que teve seu nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente, negando a existência de vínculo com a empresa requerida. Diante disso, ingressa com a presente demanda visando, além da declaração de inexistência do débito, indenização moral. A requerida, por seu turno, informou que adotou todas as medidas para a verificação dos pressupostos de validade do ato jurídico, que a reclamante contraiu dívida inadimplida e acostou aos autos o áudio que comprova a contratação por parte do autor (ID nº 26609434). A parte autora, em sua manifestação (ID nº 26615934) não impugna os áudios juntados pela ré, mas sustenta que não nega que tenha contratado os serviços da ré, somente nunca ficou inadimplente. Pois bem. Em razão de se tratar de relação de consumo, está patente a hipossuficiência do consumidor, onde a reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à Reclamada provar a veracidade de seus argumentos alegados na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus

da prova, seja porque suas assertivas se caracterizam em fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Destarte, apesar de a presente ação tratar de relação de consumo – consistente em negativação indevida – a parte Reclamante não está dispensada de cooperar para o deslinde do feito. Outrossim, não podemos confundir a inversão do ônus da prova, deferida em casos de hipossuficiência do consumidor, com a ausência de dever pela parte Reclamante de consignar ao menos indícios de suas alegações. A empresa reclamada juntou aos autos os áudios nos quais a parte autora confirma a contratação do serviço oferecido pela ré. Em análise minuciosa da documentação e do áudio, é clarividente que a dívida procedeu da utilização dos serviços da parte reclamada. Outrossim, a parte autora, ao contrário do que alegou em sua impugnação, negou expressamente a existência de relação jurídica com a ré em sua inicial: "O Requerente jamais solicitou serviços ou celebrou contrato junto à empresa Requerida.", relação esta, entretanto, que foi comprovada pela requerida. Desta forma, restando comprovada a existência de relação contratual negada pelo autora com a inicial, caberia ao autor comprovar o pagamento das respectivas faturas, o que não foi feito, não havendo, assim, que se falar em negativação indevida e, consequentemente, não há que se falar em declaração de inexistência de débito e, tampouco, em dano moral indenizável. DA LITIGANCIA DE MÁ-FÉ A parte autora aduz em sua inicial que nunca solicitou os serviços ou contratou os serviços da empresa ré, negando a existência de vínculo entre as partes, o qual restou comprovado, como já explanado em linhas anteriores. É evidente que a demandante litiga de má-fé. Os documentos juntados pela demandada são provas irrefutáveis desta situação. O Enunciado 136 do FONAJE quanto ao tema, assim se posiciona: ENUNCIADO 136 – O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO). Tendo em vista que a parte reclamante faltou com seu dever processual e deduziu uma pretensão totalmente desrevestida de fundamento fático e jurídico, resta caracterizada a litigância de má-fé, devendo, por consequência imperiosa, ser-lhe aplicada a multa prevista no art. 81 do CPC, que ora arbitro em 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa e demais prejuízos que poderão ser comprovados nos autos. Ademais, OPINO pela condenação da parte Reclamante ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A Reclamada pretende o reconhecimento da exigibilidade do débito inserido no SPC, diante da comprovação do consumo e em face de inadimplência da Reclamante. Merece guarida o pedido contraposto apresentado pela Reclamada, reconhecendo-se como devida a importância de R$ 157,44. DISPOSITIVO Posto isso, 1. Opino por REJEITAR a preliminar de inépcia da inicial. 2. Opino também pela IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, declarando extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. 3. Por outro lado, opino pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto para declarar exigível o débito inserido no SPC no valor de R$ 157,44, devendo incidir os juros moratórios simples de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC/IBGE a partir do ajuizamento desta ação (07/10/2019). 4. OPINO, ainda, pela CONDENAÇÃO da parte reclamante ao pagamento da multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa, bem como ao pagamento das custas do processo e honorários do advogado, que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Projeto de sentença sujeito à homologação da MMª. Juíza Togada, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus advogados. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011234-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRA JANAINA FINOCKET (REQUERIDO)
JANAINA FINOCKET LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011234-15.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME REQUERIDO: JANAINA FINOCKET LIMA, ALESSANDRA JANAINA FINOCKET Vistos etc. Dispensado o relatório, conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, observa-se que as partes transigiram (ID nº 26286037) e a quitação será realizada mediante depósito em conta, conforme informado na minuta do acordo. Portanto, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, opino pela HOMOLOGAÇÃO, por sentença, do acordo supra e, consequentemente, pela EXTINÇÃO do processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, "b" do CPC. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002464-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA RANDO DAMACENO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON SOARES NETO OAB - MT0015834A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002464-33.2019.8.11.0001. INTERESSADO: PATRICIA RANDO DAMACENO REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra maduro para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC/15. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 24442372), reportou-se à impugnação. A parte ré, por sua, vez, requereu a designação de audiência de instrução e julgamento, a qual entendo desnecessária para o deslinde do feito, que demanda essencialmente de produção de provas documentais, a exemplo da comprovação da prestação de assistência material à parte autora em razão dos atrasos nos voos. OPINO, assim, por indeferir o pedido de designação de audiência de instrução e julgamento feito pela ré. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. DA RELAÇÃO DE CONSUMO Inicialmente, cumpre anotar que é pacífico o entendimento de que o caso em comento deve ser analisado sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, já que parte Autora e parte Ré se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor esclarecidos no

artigo 2º e 3º do aludido diploma legal. E, nesse sentido, entende a jurisprudência pátria quanto à relação de consumo existente entre as partes no transporte aéreo: "Aplica-se ao transporte aéreo as regras do Código de Defesa do Consumidor, bem como a teoria do risco do empreendimento, segundo a qual todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo do fornecimento de bens e serviços tem o dever de responder pelos fatos e vícios resultantes do empreendimento, independentemente de culpa." (DORIGATTI, Nelson. Procedimento do Juizado Especial Cível 24687022016811000 1/2016. J. em 19 Out. 2016. Disp. em www.tjmt.jus.br. Acesso em 22 Abr. 2017.) Reconhecida a incidência da legislação de consumo e a vulnerabilidade da parte Autora, consequentemente deve-se incidir, também, a inversão do ônus probatório, o que desde já OPINO por deferir, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. DA RESPONSABILIDADE CIVIL Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais em que a autora alega ter adquirido bilhetes da ré para o trecho Rio de Janeiro/RJ – Cuiabá/MT, que partiria da capital carioca no dia 05/08/2019 às 21h45min, com conexão em Confins – MG às 22h45min, saída as 23h30min e CHEGADA em Cuiabá prevista para 00h45min do dia 06/08/2019. Sustenta, contudo, que o primeiro voo sofreu atraso, o que gerou a perda da conexão (Confins ? Cuiabá), razão pela qual a autora foi realocada em outro voo com o acréscimo de mais uma conexão em Campinas/SP, voo este (Confins/MG ? Campinas/SP) que também sofreu atraso e fez a autora perder outra conexão, pela segunda vez. Com isso, a autora sustenta que foi realocada em outro voo e só conseguiu chegar ao destino final com 11 (onze) horas de atraso ao inicialmente contratado. Pleiteia, portanto, indenização pelos danos morais sofridos. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, mas optaram por prosseguir com a demanda. A Ré, em defesa tempestiva, reconhece o atraso nos dois voos informados pela autora, mas afirma, de maneira genérica, que o primeiro atraso ocorreu em razão de necessidade de manutenção da aeronave e o segundo, em razão de escala de comissários. Ainda, sustenta ter oferecido alimentação à autora, pelo que pleiteia a improcedência da ação. Pois bem. Da análise dos Autos, tem-se que são incontroversos os atrasos no voo e o atraso de 11 horas para chegar ao destino final, sendo que a autora deveria ter chegado em 06/08/2019, às 00h45min em Cuiabá/MT e somente chegou às 11h50min, o que representa um atraso considerável. Observo, ainda, que, embora a ré tenha prestado assistência consistente em alimentação à autora, não comprovou ter prestado assistência material de hospedagem ou mesmo informações claras e precisas quanto às razões dos atrasos, bastando-se em fundamentar na suposta existência de problemas técnicos, sem qualquer documento que assim corroborasse. Para que a Ré seja responsabilizada civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal entre ambos. Pois bem. O atraso do voo inicialmente contratado e o atraso para se chegar ao destino final são incontroversos. A Companhia Aérea que se dispõe a prestar o aludido serviço, deve zelar pela segurança dos seus passageiros e pela observância dos horários estabelecidos, posto que imprescindíveis para a aquisição das passagens. No caso em tela, observa-se que a Ré não logrou êxito em demonstrar as reais razões para as alterações dos voos e sem, sequer, ter prestado informações claras e precisas ao consumidor ou a assistência material que lhe incumbia. Da análise dos fatos, vê-se que a parte Autora foi vítima de uma prestação de serviço desidiosa, que fez com que a mesma fosse submetida a um atraso considerável do horário inicial aprazado de chegada. Em momento algum viu-se condutas da Ré para esclarecer ao consumidor, na oportunidade, exatamente o que estava ocorrendo em relação aos voos, sequer prestar assistência, deixando de observar o ônus probatório que lhe é peculiar, consoante artigo 373, II do CPC, não apresentando provas desconstitutivas, modificativas ou extintivas do direito da Autora. Portanto, a falta de assistência adequada ao passageiro, o atraso incontroverso para chegar ao destino final e, ainda, a falta de informações concretas pelos prepostos da ré, configura falha na prestação dos serviços e ato ilícito, nos termos dos artigos 186 do Código civil, c/c 14, caput, do CDC, pois viola a dinâmica do direito do consumidor, deixando de atender a sua necessidade e violando, portanto, o artigo 6º, I, II, III, IV e VI do CDC. Viola, ainda, a Res. 400 da ANAC, em especial as suas obrigações quando do atraso de voo, preconizadas nos artigos 20 e 21, e seus incisos, ao passo que não se viu nos autos comportamento da Ré quanto à informações precisas e imediatas à Autora, sequer fornecimento de alternativas de reacomodação, reembolso ou assistência material para satisfazer as suas necessidades, conforme exige o artigo 26, III da aludida resolução. Ressalta-se que o atraso foi superior a 13 horas, período que, em momento algum, pode ser considerado como razoável. O art 27 da referia resolução assim determina: Art. 27. A assistência material consiste em satisfazer as necessidades do passageiro e deverá ser oferecida gratuitamente pelo transportador, conforme o tempo de espera, ainda que os passageiros estejam a bordo da aeronave com portas abertas, nos seguintes termos: I - superior a 1 (uma) hora: facilidades de comunicação; II - superior a 2 (duas) horas: alimentação, de acordo com o horário, por meio do fornecimento de refeição ou de voucher individual; e III - superior a 4 (quatro) horas: serviço de hospedagem, em caso de pernoite, e traslado de ida e volta. Como já dito, em que pese a prestação de serviço de alimentação, não ficou comprovado nos autos o fornecimento de hospedagem. Frise-se que a parte autora aportou no aeroporto de Confins/MG às 23h40min do dia 05/08/2019 e somente saiu daquele aeroporto às 06h20min do dia seguinte, sendo que deveria ter chegado no destino final às 00h45min. Caracterizada, então, a má prestação de serviço por parte da Ré, que não logrou êxito em comprovar fatos para se eximir de sua responsabilidade. No caso em tela, não se pode deixar de reconhecer o sofrimento advindo da ineficácia da prestação dos serviços por parte da Ré, não só pela frustração da expectativa da parte autora em aportar no destino no horário aprazado, como também em não demonstrar tê-la tratado de maneira digna, para tentar mitigar os danos causados pelo aludido atraso, o que faz presente o nexo causal, ou seja, "o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado" (CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005. P. 71.) Entendo, ainda, que não deve prevalecer a tese de mero dissabor, principalmente considerando a angústia sofrida pela parte Autora com a sensação de insegurança causada pelo cancelamento e falta de assistência. E assim tem decidido a jurisprudência pátria: Transporte aéreo-Passageiro impossibilitado de embarcar em conformidade com as condições contratadas, por conta de remanejamento da malha aérea -Inocorrência de evento excludente da responsabilidade civil-Dano moral comprovados e caracterizados-Necessidade de readequação do valor em vistas das circunstâncias subjetivas e objetivas–Recurso parcialmente provido. (POZ, Luiz Fernando Cardoso Dal. Recurso inominado n. 1005670-93.2018.8.26.0576. J. em 15 Abr. 2019. Disp. em www.tjsp.jus.br.) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE AÉREO – INTERESSE PROCESSUAL EVIDENCIADO - ATRASO/CANCELAMENTO DE VOO INJUSTIFICADO - SUPOSTA READEQUAÇÃO DA MALHA AÉREA – FATO NÃO COMPROVADO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – TRANSTORNOS QUE EXTRAVASARAM OS LIMITES DA RAZOABILIDADE – DANOS MORAIS EVIDENCIADOS - INDENIZAÇÃO DEVIDA. DANO MORAL - PREJUÍZO - IN RE IPSA - FIXAÇÃO QUE DEVE CONSIDERAR OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E DE ACORDO COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO – RECURSO IMPROVIDO. (SOUZA, Antonio Roberto Andolfatto de. Recurso inominado n. 1029146-63.2018.8.26.576. J. em 08 Abr. 2019. Disp. em www.tjsp.jus.br.) RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – REMANEJAMENTO DA AUTORA PARA OUTRO VOO, PARTINDO DE OUTRO AEROPORTO, EM DECORRÊNCIA DE EXCESSO DE PESO NA AERONAVE – ATRASO NA CHEGADA AO DESTINO DE APROXIMADAMENTE 5 (CINCO) HORAS – FORTUITO INTERNO – QUESTÃO TÉCNICA INTRINSECAMENTE LIGADA À ATIVIDADE-FIM DESEMPENHADA PELA RECORRENTE – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – FORTUITO INTERNO QUE NÃO EXCLUI O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO FORNECEDOR E OS DANOS EXPERIMENTADOS PELO CONSUMIDOR – FATOS QUE ULTRAPASSARAM O LIMIAR DO MERO ABORRECIMENTO E DOS QUAIS DECORRERAM DANOS MORAIS – INDENIZAÇÃO BEM FIXADA PELO JUÍZO A QUO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. (MORAIS, Artur Pessoa de Melo. Recurso inominado n. 0001387-80.2017.8.26.0543. J. em 31 Jan. 2019. Disp. em www.tjsp.jus.br.) Portanto, resta claro o dever da Ré em prestar um serviço de qualidade e não ter submetido a parte Autora ao atraso verificado para aportar ao destino final, sem prestar assistência nos termos da resolução acima referida. Situação que foge completamente da esfera do mero dissabor. Consequentemente, RECONHEÇO o dano moral in re ipsa, pois, indubitavelmente, ultrapassa a seara do mero desconforto, configurando efetiva lesão à personalidade. DA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS Provada a ofensa e o dano moral, sua reparação é impositiva, na forma dos art. 944 e seguintes do Código Civil. Para o arbitramento dos valores, é imprescindível conjugar alguns

critérios, como a situação econômica da lesada, a intensidade do sofrimento, a gravidade da conduta e as circunstâncias que envolvem o caso. Nesse sentido, considerando o comportamento das partes e as provas produzidas aos autos por ambas as partes, entendo que a fixação do quantum indenizatório em R$ 6.000,000 (seis mil reais) é suficiente para reparar, nos limites do razoável, o prejuízo moral que o fato acarretou. Valor que guarda correspondência com a gravidade do fato e do seu resultado danoso, bem assim com as condições da vítima e da empresa autora da ofensa, revelando-se, além disso, ajustada ao princípio da equidade, representando um equilíbrio que não significa enriquecimento ilícito à vítima, e representa à Ré um impacto suficiente para impedi-la de reiterar o aludido comportamento no mercado de consumo. DISPOSITIVO Isso posto, consoante os fundamentos acima expostos, e após analisar as versões dos fatos trazidas por ambas as partes, OPINO: 1. Pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos pedidos formulados pela Autora, nos termos do artigo 487, I do CPC, para reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em seu favor, consoante artigo 6º, VIII do CDC. 2. Comprovados o ato ilícito, o dano, e o nexo causal que os une, OPINO por reconhecer a falha na prestação do serviço pela Ré, para condená-la ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), à título de danos morais in re ipsa, como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde a citação (23/08/2019), e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010321-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA MARTINS HAUSCHILDT OAB - MT21865/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010321-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIO MARCIO DA SILVA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DAS PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL A Ré suscita preliminar de inépcia da inicial, afirmando que o autor não comprovou ter tentado solucionar o problema administrativamente, pois, em que pese ter mencionado que entrou em contato com a ré, não indicou qualquer número de protocolo de atendimento. Entretanto, a parte autora não está obrigada a tentar resolver o problema administrativamente antes de ingressar com a ação, pelo que a ausência de prova nesse sentido não tem relevância no presente feito. Tem-se que a Ré, ainda, manifestou-se acerca do comprovante de negativação juntado à inicial, o qual alega não ser emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Contudo, vê-se que Ré não apresentou qualquer contraprova que o desconstituísse, bem como que não há controvérsia acerca da negativação do nome da parte autora, razão pela qual OPINO por aceitá-lo para todos os fins processuais. Portanto, OPINO por REJEITAR as preliminares de inépcia da inicial arguidas pela ré à defesa. DA INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO Após a apresentação da defesa com a juntada de áudio comprovando a contratação dos serviços da ré pelo autor, este se manifestou pela necessidade de realização de perícia para atestar que a voz constante no áudio seria sua. Contudo, a contratação não é negada pelo autor, que somente contesta a existência de débito na inicial. Assim, entendo que a perícia se mostra desnecessária no caso em apreço, pelo que OPINO por afastar a alegação de incompetência do juizado feita pelo autor à impugnação. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 26079350), requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação, na qual foi genérica com relação à produção de provas. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte Autora ter sido surpreendida com negativação em seu nome oriunda da empresa Ré, no valor de R$ 100,07, cuja origem aduz desconhecer. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, porém, optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. No caso em tela, tem-se que a Ré, na oportunidade defensiva, não logrou êxito em demonstrar a existência do débito em nome do autor. Trouxe apenas telas sistêmicas, sobre as quais a jurisprudência já reconheceu que "são documentos produzidos unilateralmente e, portanto, inservíveis para prova da existência de relação jurídica entre as partes." ((N.U 1001836-06.2018.8.11.0025, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 12/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019). Além disso, juntou áudio que comprovaria a contratação do plano pelo autor, o qual, contudo, não negou a existência da relação jurídica na inicial, mas somente do débito negativado. Assim, a ré deveria ter colacionado aos autos as faturas inadimplidas que deram origem à negativação aqui discutida, o que não foi feito. Consequentemente, entendo que a Ré não observou o ônus que lhe é atribuído pelo artigo 373, II do CDC, pois deveria ter colacionado aos autos as faturas que deram origem ao débito, principalmente quando a parte Autora negou a existência de débito entre as partes. Assim, a Ré não demonstrou fato impeditivo, extintivo ou modificativo ao direito pleiteado pela parte Autora ou qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a existência da negativação, razão pela qual presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Logo, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 100,07, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por determinar que a ré exclua o nome da autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 100,07, caso a ré não o faça. No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição da parte Autora a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto à negativações infundadas, demonstrando a clara negligência da Ré, e

sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: Declaratória de inexistência de relação jurídica c/c dano moral – Ônus do fornecedor do serviço de comprovar a existência da relação jurídica – Dano moral in re ipsa, decorrente da inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito – Indenização arbitrada com ponderação, observadas as circunstâncias do caso concreto – Prazo para cumprimento da obrigação de cancelar as cobranças mais do que razoável, pois seu termo "a quo" é a data do trânsito em julgado – Multa fixada com razoabilidade, inexistindo fundadas razões para sua redução ou exclusão – Recurso a que se nega provimento. (TSUNO, Marcelo. Recurso inominado n. 1019311-74.2017.8.26.0224. J. em 03 Out. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 06 Out. 2018.) No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação e, atendo-se aos limites do pedido da parte autora, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico. Quanto ao pedido contraposto e de condenação da parte autora em litigância de má-fé, OPINO por indeferi-los, eis que manifestamente improcedentes. DISPOSITIVO: Isso posto, após analisar as versões fáticas e documentações trazidas por ambas as partes, 1. OPINO por REJEITAR as preliminares de inépcia da inicial arguidas pela ré. 2. OPINO por afastar a alegação de incompetência do juizado feita pelo autor à impugnação. 3. No mérito, OPINO por reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 4. OPINO pela procedência dos pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, reconhecendo a falha na prestação do serviço da Ré, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 100,07, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 5. OPINO por determinar que a ré exclua o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. 6. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 100,07, mediante SERASA JUD, caso a ré não o faça. 7. No que concerne aos danos morais, OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa, e por condenar a Ré à ressarci-lo no valor justo e razoável que OPINO por arbitrar na proporção de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (06/05/2018) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009746-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE HELLEN CASTRO RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009746-25.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOYCE HELLEN CASTRO RIBEIRO REQUERIDO: MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. FUNDAMENTO E DECIDO DO VALOR DA CAUSA Evidencia-se que o valor dado à causa é discrepante daquele pretendido a este título, em evidente descumprimento do art. 292, VI, do Novo Código de Processo Civil c.c. Enunciado nº 39/FONAJE. Inviabilizada a possibilidade de correção pela parte, nesta fase. No caso concreto, a parte autora requer a declaração de inexistência do débito no valor de R$ 148,32 e indenização por danos morais no valor e R$ 11.148,32, dando à causa o valor de R$ 11.148,32. De acordo com o art. 292, VI, do CPC, o valor da causa, quando há cumulação de pedidos, deve corresponder à somatória de todos eles. Assim, OPINO por corrigir de ofício e fixar o valor da causa em R$ 11.296,64. GRATUIDADE A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR O Ré suscita preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que “para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade”. Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa “situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa” (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue o Autor a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. DA INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR A ré, ainda, requer a improcedência do pedido de inversão do ônus da prova, alegando que a natureza da relação jurídica das partes não caracteriza a autora como consumidora final dos produtos adquiridos. De fato, conforme contrato juntado com a defesa, a autora se cadastrou como revendedora da ré e, assim, os pedidos de produtos feitos pela parte autora não tinham como destinatário final a sua pessoa. Não há, assim, que se falar em aplicação do CDC no caso em comento. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESCISÃO DE CONTRATO. REVENDA DE COSMÉTICOS. COMPROVAÇÃO DO PEDIDO. PAGAMENTO NÃO EFETUADO. DEVER DE ADIMPLEMENTO CONFIGURADO. A relação tratada no processo, de fato, não se qualifica como de consumo, pois a parte autora de revendedora da empresa recorrente. Assim, inaplicável o CDC, no caso concreto. Prova dos autos que demonstra a aquisição dos cosméticos pela demandante, cujo valor deve ser adimplido. A alegação de que não teria ocorrido a solicitação dos produtos pela autora, não se sustenta, pois contrariada por meio da prova de que a solicitação ocorre mediante consulta de catálogo virtual, cujo acesso ocorre mediante a utilização de login e senha pessoal. Sentença mantida, a teor do disposto no art. 46 da Lei 9.099/95. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJ-RS - Recurso Cível Nº 71008226342, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Julgado em 24/04/2019. Data da Publicação: DJ do dia 03/05/2019). OPINO, assim, por indeferir o pedido de inversão do ônus da prova feito pela autora. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Da análise dos autos verifico que se encontra maduro para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371

do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada (Audiência de ID nº 26016995) sobre a produção de outras provas ou a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais em face de BANCO SANTANDER S/A. Em apertada síntese, afirma a parte autora que teve seu nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito indevidamente, no valor de R$ 148,32, alegando que desconhece a dívida com a empresa ré. Diante disso, ingressa com a presente demanda visando, além da declaração de inexistência do débito, indenização moral. A ré, por seu turno, informou que adotou todas as medidas para a verificação dos pressupostos de validade do ato jurídico, que a parte autora contraiu dívida inadimplida e, que, portanto, a negativação de seu nome foi legítima. Além disso, a ré informou que a autora firmou consigo contrato de revenda, tendo juntado o respectivo documento assinado pela autora e juntou também (ID nº 26090135, 26090136 e 26090138) o pedido feito pela autora, a nota fiscal da compra e o comprovante de entrega dos produtos. Apesar de autora alegar, em sua impugnação, alegar que a ré não comprovou a origem do débito, não impugnou tais documentos. Incumbia à Ré comprovar a veracidade de seus argumentos alegados, na qualidade de fornecedora de serviços, uma vez que suas assertivas se constituem em fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Como dito acima, a ré, em sua contestação, juntou aos autos o contrato que comprova o vínculo entre as partes, bem como farta documentação que demonstra a origem do débito negativado, bem como a ciência inequívoca da parte autora acerca dos fatos. Em análise da situação acima evidenciada, é clarividente que a dívida procedeu da utilização dos serviços prestados pela ré à autora. Outrossim, a parte autora nega a existência da dívida, a qual, entretanto, foi comprovada pela parte ré. Desta forma, restando comprovada a existência de relação contratual, bem como a sua inadimplência, não há que se falar em negativação indevida e consequentemente, não há que se falar em declaração de inexistência de débito e, tampouco, em dano moral indenizável. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A Reclamada pretende o reconhecimento da exigibilidade do débito existente em nome da autora, no valor de R$ 185,86, diante da comprovação da contratação e em face de inadimplência da parte Reclamante. Merece guarida o pedido contraposto apresentado pela Reclamada, contudo, de maneira parcial, uma vez que o pedido contraposto feito pela parte ré deve se ater aos limites do pedido feito pela parte autora na inicial. Assim, OPINO por JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contraposto, reconhecendo-se como devida a importância de R$ 148,32. DA LITIGANCIA DE MÁ-FÉ A parte autora ingressou com a presente ação alegando desconhecer a origem da dívida com a ré, sendo que esta juntou aos autos contrato que demonstra a existência da relação jurídica e documentos que demonstram a origem do débito e a ciência inequívoca da parte autora acerca do mesmo. É evidente que a parte demandante litiga de má-fé. Os documentos juntados pelo demandado e os fatos constantes dos autos são provas irrefutáveis desta situação. O Enunciado 136 do FONAJE quanto ao tema, assim se posiciona: ENUNCIADO 136 – O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO). Tendo em vista que a parte reclamante faltou com seu dever processual e deduziu uma pretensão totalmente desrevestida de fundamento fático e jurídico, resta caracterizada a litigância de má-fé, devendo, por consequência imperiosa, ser-lhe aplicada a multa prevista no art. 81 do NCPC, que ora arbitro em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa e demais prejuízos que poderão ser comprovados nos autos. Ademais, OPINO pela condenação da parte Reclamante ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. DISPOSITIVO Posto isso, OPINO por: 1. RETIFICAR o valor da causa para fixá-lo em R$ R$ 11.296,64. 2. REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir arguida pela ré. 3. JULGAR IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, declarando extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. 4. Por outro lado, opino pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto para declarar exigível o débito negativado, no valor de R$ 248,32, devendo incidir os juros moratórios simples de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC/IBGE a partir do ajuizamento desta ação. 5. OPINO, ainda, pela CONDENAÇÃO da parte reclamante ao pagamento da multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, bem como ao pagamento das custas do processo e honorários do advogado, que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Projeto de sentença sujeito à homologação da MMª. Juíza Togada, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus advogados. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010347-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANE MARCIA METELLO DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA CRISTINA DE AVILA COSTA OAB - MT22210-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010347-31.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JANE MARCIA METELLO DA COSTA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulada em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO Antes de adentrar ao mérito, tem-se que a Ré suscitou a necessidade de prova pericial no medidor de energia elétrica da Autora, o que afastaria a competência do juizado especial. Nesse peculiar, entendo que as provas juntadas aos autos, em concurso com as alegações das partes, são suficientes para a solução da controvérsia. Por estas razões, OPINO por afastar a preliminar de incompetência do juizado, por não entender que a prova pericial seja imprescindível para a formação do convencimento motivado do artigo 371 do CPC. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise do processo, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, como a própria audiência de instrução, para a formação do convencimento motivado preconizado no artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 26083118), reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO É oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no aludido diploma, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão DEFERIDA à decisão de ID nº 24556333 OPINO por ratificar nesta oportunidade, nos

termos do artigo 6º, VIII. Importante consignar que a jurisprudência é clara no sentido de que "a inversão do ônus da prova prevista no CDC não importa em desonerar o autor da produção mínima dos fatos constitutivos do seu direito." (ZILLES, Fabiana. Recurso inominado n. 71006867881. J. em 27 Jun. 2017. Disp. em www.tjrs.jus.br.) DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL – MÉRITO Trata-se de Ação de Declaração de Inexistência de débito c/c Indenização por Danos Morais. Em síntese, a parte Autora alega que é consumidora da Ré, mas questiona a fatura com vencimento em 30/09/2019, no valor de R$ 1.018,30 (995 kwh), que estaria muito além da sua média mensal de consumo, que alega ser de 500 a 600 kwh. Dessa feita, requer a readequação da fatura, bem como reconhecimento dos danos morais. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, mas optaram por prosseguir com a demanda. Para que a Ré seja responsabilizada civilmente, faz-se necessário a presença de três requisitos básicos: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. Neste caso, da análise dos fatos, tenho que a parte ré, em contestação tempestiva, logrou êxito em demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a existência do débito e a obrigação de pagar, que atingem a esfera jurídica da parte Autora. Em que pesem as alegações feitas pela autora na inicial, ressalta-se que a média lá apontada não é, de fato, a média mensal consumida pela autora. Conforme se comprova pelo histórico de leitora de ID nº 26248428, a média mensal de consumo da autora nos 12 meses que antecederam o mês aqui discutido, por simples cálculos aritméticos, foi de 716 kwh. Além disso, deve ser observado que nesses 12 meses acima mencionados o consumo da autora sofreu variações significativas. Nos meses de junho e agosto de 2019 o consumo foi de, respectivamente, 609 e 550 kwh. Já nos meses de novembro de 2018 e fevereiro de 2019 o consumo foi de, respectivamente, 850 e 828 kwh. Vê-se, portanto, que o consumo de energia no mês discutido nesta ação é, de fato, mais alto que o consumo médio mensal da autora, porém é muito próximo ao consumo de energia em meses que não foram objeto de nenhuma impugnação por parte da autora, conforme acima demonstrado. Assim, os elementos probatórios constantes nos autos demonstram a legitimidade da cobrança e indicam que há a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte Autora. Em caso semelhante, já se manifestou a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. AMPLA/ FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA EXCESSIVA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. PROVA PERICIAL DESNECESSÁRIA. COMPROVAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VARIAÇÃO EXORBITANTE DA MÉDIA DE CONSMO DA UNIDADE RESIDENCIAL. INSUBSISTÊNCIA DA TESE AUTORAL FRENTE À PROVA DOS AUTOS. DOCUMENTOS UNILATERALMENTE PRODUZIDOS PELA RÉ, EM CONTESTAÇÃO, QUE CONFEREM VEROSSIMILHANÇA ÀS SUAS ALEGAÇÕES, NÃO REFUTADAS EM RÉPLICA. ARTIGO 14, § 3º, DO CDC. ÔNUS DO QUAL SE DESIMCUMBIU A RÉ. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. 1. Controvérsia sobre a ocorrência de falha na prestação de serviço pela demandada, consistente na cobrança e valores acima do real consumo. 2. Inversão do ônus da prova. Deferimento da perícia requerida pela autora. Desinteresse da concessionária ré na produção da prova. 3. Ausência de cerceamento de defesa. Desnecessidade de perícia técnica. Insubsistência da tese autoral frente à prova dos autos. A ré, desincumbindo-se do ônus previsto no art. 14, § 3º, do CDC, comprovou a inexistência de variação exorbitante da média de consumo da unidade residencial. 4. Juntada de telas sistêmicas, de produção unilateral, em contestação, que conferem verossimilhança às alegações da ré e que não foram refutadas em réplica. Documento hábil a comprovar a tese defensiva de regularidade na cobrança. Ausência de impugnação específica pela autora. 5. A prova dos autos que é suficiente para afastar as alegações da parta autora/apelante, restando caracterizada a regularidade do serviço prestado. É que a média de consumo da requerente já havia apresentado picos de consumo tais como os que aconteceram no período questionado. Eventual aumento do valor da fatura não está, necessariamente, relacionado ao aumento da quantidade de consumo em KWh, haja vista a majoração do preço do KWh, o aumento dos tributos, a variação de bandeiras tarifárias (vermelha, amarela, verde) etc. 6. Ausência de irregularidade no fornecimento do serviço. Descabimento dos pedidos de refaturamento e de devolução de indébito. 7. Ausência de ato ilícito. Dano moral não configurado. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-RJ – APL: 00228991920168190004, Relator: Des(a). MÔNICA DE FARIA SARDAS, Data de Julgamento: 02/10/2019, VIGÉSIMA CÂMARA CÍVEL) Portanto, OPINO por REVOGAR a liminar deferida à Decisão de ID nº 24556333 e por JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela autora na inicial. DISPOSITIVO Ante o exposto e fundamentado, após a análise dos fatos e documentos apresentados por ambas as partes: 1. OPINO por rejeitar a preliminar de incompetência do juízo 2. NO MÉRITO, OPINO por reconhecer a relação de consumo, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, e por RATIFICAR a inversão do ônus da prova DEFERIDA em favor da parte Autora à Decisão de ID nº 24556333. 3. OPINO, contudo, por REVOGAR a liminar deferida à Decisão de ID nº 24556333, bem como pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na inicial quanto à declaração de inexistência de débito, revisão e fatura e indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, I do CPC. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010122-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANESSA MADALENA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REJANE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT15962-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010122-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WANESSA MADALENA DA SILVA REQUERIDO: IUNI EDUCACIONAL S/A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA OPINO por reconhecer o tramite processual gratuito, pois o artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas deverá ser formulado em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DA RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO A autora ingressou com a presente ação em face de IUNI EDUCACIONAL S/A, sendo que, à defesa, a pessoa jurídica de EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A informou ter incorporado a ré, apresentando defesa e documentação em seu nome. Assim, OPINO por CORRIGIR, do ofício, o polo passivo da demanda, devendo a secretaria promover as diligências necessárias para alteração do cadastro do feito, devendo constar como parte ré EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 2605483) sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais, em que a autora alega que cursava direito na instituição ré e que, por problemas pessoais, teve que efetuar o trancamento do curso pelo prazo de 18 meses. Sustenta que, ao retornar para a faculdade, foi informada que havia um débito no valor de R$ 13.952,14, o qual, com desconto, passou a ser de R$ 6.376,07, valor este que a autora vem pagando de forma parcelada, sendo a entrada de

R$ 600,00 paga em 22.02.2018 e o restante, em 12 parcelas de R$ 579,64. Prossegue afirmando que foi impedida de voltar a cursar a faculdade na requerida sob alegação de que deveria efetuar o pagamento do débito de R$ 18.172,71, valor este que alega ser desconhecido. Afirma que somente voltaria a estudar se efetuasse o pagamento de R$ 5.000,00 de entrada e parcelas de R$ 1.900,00, valor este impossível de ser pago pela autora. Assevera que após todos esses transtornos, perdeu uma DILATAÇAO do Fies e fez com que a autora tenha que pagar o semestre de 2020 em diante, até finalizar seu curso de direito, ou seja, a requerente perdeu uma DILATAÇÃO sem estar estudando e, com isso, o semestre de 2020 terá que ser pago e, caso não tivesse perdido a DILATAÇÃO, não precisava efetuar o pagamento do semestre de 2020. Em razão desses fatos, pugna pelo recebimento de indenização por danos morais. Vê-se, pelos fatos narrados pela autora, que, embora ela mencione desconhecer o débito no valor de R$ 18.172,71, não há qualquer pedido nos autos com relação aos valores. A ação visa unicamente a reparação moral em razão da autora ter perdido a dilatação do FIES por culpa que imputa à ré. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à audiência, mas optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, consoante artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos legislação de consumo, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por DEFERIR nesta oportunidade, em favor da Autora, com fulcro no art. 6º, VIII do CDC. Incumbe à Reclamada, na qualidade de fornecedora de serviços, provar a veracidade de seus argumentos alegados, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas se configuram em fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Destarte, apesar de a presente ação tratar de relação de consumo, a parte Reclamante não está dispensada de cooperar para o deslinde do feito. Outrossim, não podemos confundir a inversão do ônus da prova, deferida em casos de hipossuficiência do consumidor, com a ausência de dever pela parte Reclamante de consignar ao menos indícios de suas alegações. Vê-se pelo relato da parte autora que a mesma imputa à ré a culpa pela perda de Dilatação do FIES. A ré, à defesa, informa que o pedido de Dilatação do FIES é feito pela própria aluna, no caso, a autora, bem como que somente é possível realizar 2 pedidos de dilatação e 2 pedidos de suspensão semestral do curso, sendo que a autora assumidamente ficou sem estudar por 18 meses, ou seja, 3 semestres. Com relação às pendências financeiras, apesar de não serem parte direta do pedido, a ré informa que o débito da autora para consigo é de R$ 6.076,07, sendo que tal débito foi objeto de acordo para pagamento parcelado, tendo a autora pago somente a entrada no valor de R$ 600,00 e estando inadimplente com relação a todas as parcelas restantes. Em sua impugnação, a autora não refuta as alegações da ré, principalmente no que tange à sua culpa pela perda da dilatação, bem como no que tange à impossibilidade de se suspender o financiamento por prazo superior a 12 meses (2 semestres). De igual forma, a autora não comprova ter efetuado o pagamento de qualquer das parcelas do débito que assume ser devido por si à ré. No que tange à alegada dívida no valor R$ 18.172,71, a qual a autora alega que foi o motivo de não ter conseguido voltar a cursar a faculdade na requerida, não há nos autos qualquer comprovação da existência de tal cobrança, nem nos documentos juntados com a inicial, nem nos documentos carreados com a defesa, nos quais consta somente o débito que a autora confessa dever à ré. Da análise do processo e dos documentos que o instruem, portanto, entendo que não restou comprovado nos autos qualquer ato ilícito praticado pela parte ré, inexistindo comprovação do nexo causal entre o dano alegado pela autora e a conduta da demandada. Ao contrário, do que consta nos autos, a culpa pela perda da dilatação do FIES foi exclusiva da parte autora. Assim sendo, entendo que a improcedência do pleito inicial é medida que se impõe. DO PEDIDO CONTRAPOSTO A ré sustenta que a autora é devedora confessa, pugnando pela sua condenação ao pagamento da quantia atualizada de R$ 15.414,17. Entretanto, em se tratando de pedido contraposto, o mesmo somente tem cabimento se fundado nos mesmos fatos e pedidos feitos pela parte autora na inicial. Apesar de a autora mencionar na inicial os valores devidos e não devidos à ré, os mesmos não fazem parte da causa de pedir. Assim, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto feito pela ré à defesa. DISPOSITIVO Ante ao exposto e fundamentado, e, após analisar as versões fáticas e jurídicas apresentadas por ambas as partes: 1. OPINO por CORRIGIR, de ofício, o polo passivo da demanda, devendo a secretaria promover as diligências necessárias para alteração do cadastros do feito, devendo constar como parte ré EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A. 2. No MÉRITO, OPINO por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da autora. 3. Entretanto, nos termos do artigo 487, I do CPC, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos feitos na inicial. 4. OPINO, por fim, por JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto feito pela ré à defesa. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado, para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013486-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HERMESON BARBOSA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCINI CORREA DA SILVA OAB - MT24370-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013486-88.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HERMESON BARBOSA DE SOUZA REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DA RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO A Ré pleiteia que o polo passivo seja retificado para constar apenas TIM S/A, ante a existência de incorporação noticiada à contestação. OPINO por deferir o aludido pedido, determinando que a secretaria promova a retificação no cadastro do feito para constar como parte ré TIM S/A. FALTA DE INTERESSE DE AGIR A Ré suscita preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que “para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade”. Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa “situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa” (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta ilícita supostamente praticada pela Ré. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a parte Autora a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por RJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA A ré argui, ainda, preliminar de ilegitimidade passiva, alegando que a afirmação do autor é a de que o acesso móvel objeto da presente demanda deveria ter sido portado para a empresa ora demandada, mas que por motivo que não sabe precisar, a mesma não foi realizada. Ainda, sustenta que, atualmente, o acesso móvel do autor encontra-se portado para outra empresa (VIVO), sendo que a ré não seria parte legítima para figurar no polo passivo da presente. Razão não acompanha a ré, uma vez que a afirmação do autor não é a de que a portabilidade na empresa ré não tenha sido realizada. A alegação da inicial é de que a portabilidade foi feita, mas para o número provisório que a ré disponibilizou para o autor e

não para o número que ele possuía há anos na antiga operadora CLARO, qual seja, 65 99954-7070, como havia sido solicitado. Ainda, há alegação de que, após realizar a portabilidade de seu número (65 99954-7070) para outra empresa (VIVO), o autor não consegue receber ligações de outra operadora que não a VIVO, atribuindo a culpa por tal problema à ré. Assim, a parte ré é legítima para figurar no polo passivo da demanda, uma vez que a falha na prestação de serviço alegada pelo demandante e a culpa pelos danos narrados são atribuídas a ela. OPINO, assim, por REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos, verifico que o processo se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 26230427) sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas, reportaram-se à contestação e à impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte autora que compareceu até a sede da ré para efetuar a portabilidade de seu número (65 99954-7070), que era da empresa CLARO, para a empresa demandada. Sustenta que, decorrido o prazo para que a portabilidade fosse realizada, a mesma ocorreu para o número provisório que havia sido concedido para o autor e não para o seu número antigo (65 99954-7070). Informa que entrou em contato inúmeras vezes que a ré, que não conseguiu resolver o problema e, para não perder o número acima informado, compareceu ate uma terceira empresa (VIVO) e solicitou a portabilidade de seu número para esta operadora de telefonia. Prossegue asseverando que, não obstante tenha ocorrido a portabilidade, o autor não consegue receber ligações de outras operadoras que não a VIVO, atribuindo a culpa por tal problema à demandada, que estaria retendo as informações do número do autor em sua base de dados. Assim, requer que a ré seja compelida a baixar definitivamente de seu banco de dados o número de telefone do autor para que o mesmo possa receber ligações de outras operadoras, bem como indenização por danos morais. Oportunizada a conciliação entre as partes, estas compareceram à audiência, mas optaram em prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos do art. 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por DEFERIR nesta oportunidade, com fulcro no art. 6º, VIII do mesmo diploma legal. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. Alega a parte autora que compareceu até a sede da ré para efetuar a portabilidade de seu número (65 99954-7070), que era da empresa CLARO, para a empresa demandada. Sustenta que, decorrido o prazo para que a portabilidade fosse realizada, a mesma ocorreu para o número provisório que havia sido concedido para o autor e não para o seu número antigo (65 99954-7070). Informa que entrou em contato inúmeras vezes que a ré, que não conseguiu resolver o problema e, para não perder o número acima informado, compareceu até uma outra empresa (VIVO) e solicitou a portabilidade de seu número para esta companhia. Pois bem. Com relação a tais fatos, a ré não se manifestou em sua contestação, pelo que os mesmos se tornaram incontroversos e, assim sendo, resta clara a falha na prestação de serviços, uma vez que, por culpa da empresa ré, o autor ficou vários dias sem acesso ao número de telefone que possuía há anos, além de ter sido obrigado a comparecer em outra operadora de telefonia e solicitar a migração de seu número para ela, a fim de que o mesmo não fosse perdido. No caso em tela, tem-se que a Ré, na oportunidade defensiva, não alegou qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, pois, acerca do equívoco praticado no momento de realizar a portabilidade objeto da lide, não houve qualquer justificativa, não tendo a ré observado o ônus que lhe é atribuído pelo artigo 373, II do CDC, pois deveria ter colacionado aos autos qualquer subsídio que demonstrasse a legitimidade de suas condutas, o que não ocorreu. Não há qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a conduta narrada pelo autor na inicial. Assim, ao ter privado o autor do acesso ao número de telefone que possuía há anos, além de tê-lo obrigado a escolher uma outra operadora de telefonia para que ele não perdesse referido número, restou caracterizada a falha na prestação de serviço, sendo que, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado, também, o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C. Assim, no que tange aos danos morais, OPINO por reconhecê-los na modalidade in re ipsa, pois a exposição da parte Autora às situações narradas na inicial, em demasia desgastantes, caracteriza má prestação de serviço, que gera um dano que extrapola a esfera do mero dissabor. Ressalto que a Ré não prestou ao Autor a assistência devida, sequer as informações claras e transparentes, que são exigidas pelo artigo 6º, I, III e VI CDC, restando plenamente presente o nexo causal. E assim tem decidido a jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – SERVIÇO DE TELEFONIA – PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA POR NECESSIDADE DE PERÍCIA REJEITADA – INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS – BLOQUEIO INDEVIDO DE LINHA TELEFÔNICA – AUSÊNCIA DE INADIMPLEMENTO – RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA FRUSTRADA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM RAZOÁVEL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do artigo 3º da Lei nº 9.099/95, o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Não sendo indispensável a realização de perícia, rejeita-se a preliminar de incompetência. A responsabilidade do fabricante e do fornecedor de serviços é objetiva, pelo que respondem, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores em decorrência da falha na prestação de serviço, nos termos do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor. O bloqueio da linha telefônica quando não há inadimplemento que autorize, configura falha na prestação do serviço apta a ensejar indenização por dano moral, ainda mais quando há várias reclamações administrativas não solucionadas. O valor da indenização por dano moral deve ser mantido quando fixado de acordo com os critérios de proporcionalidade e razoabilidade. Sentença mantida. Recurso desprovido. (N.U 8010028-48.2017.8.11.0086, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 05/07/2019, Publicado no DJE 09/07/2019) No que tange ao quantum indenizatório, ressalto que, para a fixação do dano, moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar, para a vítima, uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal a fim de dissuadi-la de novo atentado. Assim, entendo que seja pertinente o valor na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do artigo 944 do C.C. Ultrapassado o pedido de indenização moral, resta analisar o pedido de obrigação de fazer, já que a alegação do autor é a de que, não obstante tenha ocorrido a portabilidade, ele não consegue receber ligações de outras operadoras que não a VIVO, atribuindo a culpa por tal problema à demandada, que estaria retendo as informações do número do autor em sua base de dados. Assim, requer que a ré seja compelida a baixar definitivamente de seu banco de dados o número de telefone do autor para que o mesmo possa receber ligações de outras operadoras. Em sua contestação, a ré sustenta que não tem como ser responsabilizada por suposta falha, em que a parte autora fosse impedida de receber ligações de outras operadoras, porque não há em seu sistema qualquer tecnologia que lhe permita proibir tais ligações, visto que somente há a possibilidade de bloquear o acesso por completo. Além disso, sustenta que o número do autor está portado para a Operadora VIVO, não tendo a ré mais qualquer gerência sobre o mesmo. O autor, em sua impugnação, ratifica a tese inicial, insistindo que seu número 65 99954-7070 encontra-se inativo para receber chamadas de outras operadoras. Primeiramente, não há qualquer prova nos autos acerca dos fatos alegados, ou seja, o autor não comprovou que, de fato, seu número esteja impedido de receber ligações de outras operadoras que não a VIVO. Ainda, a fim de dirimir a controvérsia, este juiz leigo, no momento em que elaborava o presente projeto de sentença, ligou de seu próprio número de celular (Operadora Claro) para o número do autor (65

99954-7070), tendo o mesmo chamado normalmente. Inclusive o autor retornou a ligação através de um outro número (65 98101-2371), apresentando-se como Hemerson e questionando a ligação perdida que havia em seu aparelho celular. Assim, comprova-se que o número do autor não só está funcionando normalmente, como também está recebendo ligações de outras operadoras que não a VIVO. Portanto, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de obrigação de fazer feito pelo autor. DISPOSITIVO Isso posto, após analisar as versões fáticas e documentações trazidas por ambas as partes, OPINO por: 1. DEFERIR o pedido de retificação do polo passivo, determinando que a secretaria promova a retificação no cadastro do feito para constar como parte ré TIM S/A. 2. REJEITAR as preliminares de falta de interesse de agir e ilegitimidade passiva arguidas pela ré à defesa. 3. No mérito, RECONHECER a relação de consumo entre as partes e DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora. 4. RECONHECER a existência dos danos morais, na modalidade in re ipsa, e por CONDENAR a Ré a ressarci-lo no valor justo e razoável que OPINO arbitrar na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (12/04/2018) e a correção monetária, a partir desta data. 5. JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de obrigação de fazer. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juiza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010803-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIANA DE ALMEIDA BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU OAB - SP0217897A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010803-78.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FLAVIANA DE ALMEIDA BRITO REQUERIDO: OMNI FINANCEIRA S/A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulada em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA Oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, sendo a Autora vítima do evento, consoante artigo 17 do CDC, razão pela qual devem ser aplicados ao caso os ditames contidos legislação de consumo, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII do mesmo diploma legal. DO JULGAMENTO ANTECIPADO Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência e ID nº 26251668), reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação declaratória de inexistência de débito c/c Danos Morais. Alega a parte Autora que teve seu nome negativado indevidamente pela empresa Ré, no valor de R$ 2.231,14, apesar de desconhecer a origem do débito. Requer a declaração de inexistência do débito, bem como indenização por danos morais. Importa consignar que a parte Autora nega a existência de relação jurídica entre as partes. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, mas optaram em prosseguir com a demanda. A Ré, em defesa tempestiva, defende a legitimidade da cobrança, fundada num suposto exercício regular do direito, uma vez que a parte Autora teria uma dívida originária com a instituição BV FINANCEIRA CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, a qual teria sido objeto de cessão para a ré. Pois bem. Para que a Ré venha a ser responsabilizada civilmente, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: ato ilícito, dano e nexo de causalidade dentre eles. Ao examinar o feito, vislumbro que, na defesa, a Ré não trouxe qualquer documentação que atestasse a idoneidade da negativação e da cobrança, como a cessão de crédito firmada entre si e a aludida instituição, que lhe autorizasse a negativar o nome da parte Autora. A Ré não trouxe aos autos elementos de prova capazes de comprovar que são devidas as cobranças, pois não apresentou qualquer documento que comprovasse a relação jurídica entre as partes, trouxe apenas um termo de cessão entre si e a BV FINANCEIRA (ID nº 26370551), no qual consta que a cessão diz respeito aos créditos constantes no anexo I, o qual, contudo, não se encontra nos autos. A ré não trouxe aos autos, portanto, nada que comprovasse eventual cessão ou o direito, especificamente, em negativar o nome da Autora. Portanto, presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Em casos semelhantes, já decidiu a jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CC INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA – NEGATIVAÇÃO DE NOME PERANTE OS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS DÉBITOS, POR PARTE DA FORNECEDORA E DA CESSIONÁRIA DO CRÉDITO–DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO E RETIRADA DA ANOTAÇÃO DESTE DOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO – DANOS MORAIS CONFIGURADOS, DIANTE DA NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. (JUSTO, Ricardo Fernandes Pimenta. Recurso inominado n. 0026340-4.2011.8.26.0590. J. em 25 Ago. 2017. Disp. em www.tjsp.jus.br.) Logo, na esfera da responsabilidade civil, a Ré não demonstrou fato impeditivo, desconstitutivo ou modificativo do direito da parte Autora, uma vez que não acostou aos autos qualquer contrato firmado pela mesma, ou outro documento apto a ensejar a cobrança ou seu apontamento em órgão de proteção ao crédito, restando configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida. Houve, portanto, falha na prestação do serviço pela Ré, ao negativar indevidamente o nome da Autora, sem acautelar-se da segurança necessária e, ainda, não apresentando nenhuma conduta hábil a mitigar os danos causados. Vê-se que, independentemente de fraude ou má-organização interna, a responsabilidade neste caso é objetiva e não depende, para a respectiva responsabilização civil, da culpa da Ré, a qual deve assumir os riscos da atividade econômica que explora, não transferindo-os ao consumidor vulnerável, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA no valor de R$ 2.231,14 e, CONSEQUENTEMENTE, DECLARAR NULA QUALQUER COBRANÇA RELATIVA AOS PRESENTES FATOS. OPINO por condenar a Ré à abster-se de efetuar qualquer cobrança com os mesmos subsídios, sob pena de multa fixa, que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). A aludida multa passa a incidir a partir da demonstração inequívoca da cobrança posterior ao transito em julgado da presente. OPINO por determinar que a ré providencie, no prazo de 10 dias, a adoção das medidas necessárias para retirada da negativação aqui discutida, sob pena de multa fixa que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por autorizar, desde já, à r. Secretaria a tomar as providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, mediante sistema SERASA JUD, caso a ré não o faça. DO PLEITO PELOS DANOS MORAIS No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição do

Autor a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto à negativação infundada, demonstrando a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: DANO MORAL Negativação do nome da recorrida, sem justa razão Inexistência de relação jurídica que desse lastro à conduta - Dano moral configurado - Manutenção da r. sentença de primeiro grau que arbitrou a indenização no valor de R$12.000,00. (VILLAR, Claudio Teixeira. Recurso inominado 3004013-64.2013.8.26.0477. J. em 24 Abr. 2015. Disp. em www.tjsp.jus.br.) No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstancias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal. Sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos e, ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico. DISPOSITIVO: Assim, ante todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática trazida por ambas as partes: No MÉRITO, comprovados o dano, a culpa e o nexo de causalidade que os une, OPINO PELA PROCEDÊNCIA PARCIAL dos pedidos contidos na inicial, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para reconhecer a relação de consumo, e deferir a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA no valor de R$ 2.231,14 e. CONSEQUENTEMENTE, DECLARAR NULA QUALQUER COBRANÇA RELATIVA AOS PRESENTES FATOS. OPINO por condenar a Ré a abster-se de efetuar qualquer cobrança com os mesmos subsídios, sob pena de multa fixa, que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). A aludida multa passa a incidir a partir da demonstração inequívoca da cobrança posterior ao trânsito em julgado da presente. 5. OPINO por determinar que a ré providencie, no prazo de 10 dias, a adoção das medidas necessárias para retirada da negativação aqui discutida, sob pena de multa fixa que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por autorizar, desde já, à r. Secretaria a tomar as providências necessárias para a retirada das negativações aqui discutidas, mediante SERASA JUD, caso a ré não o faça. OPINO, por fim, em reconhecer os danos de ordem moral sofridos pela parte Autora e por condenar a Ré ao pagamento de indenização, na proporção que OPINO por arbitrar em R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (07/09/2019) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011348-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO CORDEIRO MONTEIRO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011348-51.2019.8.11.0001. INTERESSADO: GUSTAVO CORDEIRO MONTEIRO REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DO MÉRITO DO JULGAMENTO ANTECIPADO Da análise dos autos verifico que o processo se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 26520197) sobre a produção de outras provas ou a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Oportunizada a conciliação (Audiência de ID nº 26520197), as partes compareceram à solenidade, porém, optaram em prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação à inversão do ônus da prova, já deferida em favor da parte Autora à Mov. 24819151, o que OPINO por RATIFICAR nesta oportunidade, consoante preconizado no artigo 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Indenização por Danos Morais, na qual a parte Autora afirma que possuía um débito junto ao réu, referente a cartão de crédito, o qual foi objeto de parcelamento devidamente quitado pelo autor, quando também foi requerido o cancelamento do contrato. Sustenta, contudo, que foi surpreendido pela negativação de seu nome pelo réu, uma vez que o débito negativado encontra-se quitado. Requer, assim, a declaração de inexistência do débito e indenização por danos morais. Pois bem. Para que a Ré seja condenada, segundo a logística da responsabilidade civil, é imprescindível a coexistência de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. Não obstante a inversão do ônus da prova, deve-se deixar claro que tal fato não pressupõe o êxito absoluto da demanda pleiteada, pois a jurisprudência é pacífica no sentido de que "a inversão do ônus da prova prevista no CDC não importa em desonerar o autor da produção mínima dos fatos constitutivos do seu direito." (ZILLES, Fabiana. Recurso inominado n. 71006867881. J. em 27 Jun. 2017). Neste sentido, a parte Autora informa que efetuou a quitação do débito que tinha com o réu, ocasião em que solicitou o cancelamento do contrato. O réu, à defesa, reconhece o parcelamento e a quitação mencionada pelo autor na inicial, contudo, afirma que o autor continuou a utilizar o cartão de crédito, que gerou novas faturas, que foram inadimplidas e deram origem à negativação aqui discutida. Em sua impugnação, o autor ressalta insistentemente que a ré não apresentou o contrato assinado entre as partes, bem como que ela não contestou o fato de o autor ter solicitado o cancelamento e o respectivo protocolo. No que se refere à não juntada do contrato, entendo que tal fato é irrelevante no processo, pois a existência de relação jurídica entre as partes é incontroversa. Ainda, o autor não nega que tenha continuado a utilizar o cartão de crédito após o pedido de cancelamento. Portanto, ainda que seja fato incontroverso nos autos o pedido de cancelamento, obviamente que a utilização do cartão posteriormente a tal pedido se configura em desistência tácita do mesmo. Logo, o que se evidencia nos autos é que, embora o autor tenha quitado o débito que tinha com a ré e tenha solicitado o cancelamento do cartão, continuou a utilizá-lo, gerando faturas que foram inadimplidas, juntadas pela ré com a defesa, não tendo o autor comprovado o pagamento do

débito. Consequentemente, pelo conjunto probatório, tem-se que a Ré apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pela parte Autora, razão pela qual OPINO pela IMPROCEDÊNCIA TOTAL dos pleitos feitos pela autora quanto à declaração de inexistência do débito, baixa da negativação e indenização por danos morais. DISPOSITIVO Isso posto, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO por reconhecer a relação de consumo, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, e por RATIFICAR a inversão do ônus da prova deferida em favor da autora. 2. OPINO, contudo, pela IMPROCEDENCIA dos pedidos formulados na inicial, nos termos do artigo 487, I do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado, para análise e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010942-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010942-30.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELAINE CRISTINA DOS SANTOS SILVA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da lei nº 9.099/95. DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. A parte ré, à defesa, suscita a inépcia da inicial, haja vista os vários endereços diferentes fornecidos pela autora em sua petição inicial. A autora, na impugnação, não se manifestou sobre a preliminar levantada pela arte ré. Verifica-se que a parte autora protocolizou a petição inicial, na qual indica o seu endereço como sendo: RUA 52, CASA 49, QUADRA 214, BAIRRO PEDRA 90, NA CIDADE DE CUIABÁ-MT; Como comprovante de endereço, a parte autora junta (ID nº 24677889) uma fatura de energia elétrica em seu nome, cujo endereço nela constante é RUA DAS CAMELIAS 20 0021329521000 - QDA 05. Os documentos de ID nº 24678393 contém outro endereço: RUA DAS TULIPAS, QD 10, Nº 24 e fatura de energia elétrica em nome de terceiro desconhecido. Ora, não obstante serem os Juizados Especiais Cíveis regidos pelos princípios da informalidade e simplicidade, fato é que as ações devem ser ajuizadas com os documentos indispensáveis à sua propositura e com as informações corretas acerca do autor da ação, o que não se verifica no caso em apreço, pelo que se mostra inepta a petição inicial e, por consequência, deve a mesma ser indeferida, uma vez que não cabe, neste momento processual, a sua emenda. Ante ao exposto e fundamentado, OPINO por indeferir a petição inicial, por inépcia, e por JULGAR EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, I do CPC. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002674-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILTON MARIANO CASTRO DA MATA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002674-84.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GILTON MARIANO CASTRO DA MATA REQUERIDO: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulado em segunda instância, caso haja interposição de recurso. DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE À defesa, a Ré suscitou suposta ausência de legitimidade para figurar no polo passivo, uma vez que a notificação prévia acerca do lançamento da negativação seria de responsabilidade dos órgãos de proteção ao crédito. Sabe-se que a legitimidade ad causam é bilateral "pois o autor está legitimado para propor ação em face daquele réu, e não de outro". (DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: Teoria geral do processo e processo de conhecimento. Vol. 01. 12 ed. Bahia: Juspodium, 2010. p. 204.) E, neste caso, a parte Autora ingressou com a demanda contra quem pleiteou a sua negativação aos órgãos de proteção ao crédito. Sob esse aspecto, OPINO por REJEITAR a aludida preliminar. DO PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE REVELIA DA RÉ Vê-se que o autor, em sua impugnação, pugna pela decretação de revelia da ré, uma vez que o preposto que compareceu à audiência de ID nº 26273574 não teria poderes para transigir. OPINO por INDEFERIR o pedido, uma vez que a carta de preposição de ID nº 26166512 confere ao preposto que compareceu à audiência o aludido poder para transigir. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Da análise do processo, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, como a própria audiência de instrução, para a formação do convencimento motivado preconizado no artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 26273574), reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos do artigo 2º e 3º c/c art. 17º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos na legislação de consumo, inclusive a inversão do ônus da prova, contida no artigo 6º, VIII, o que OPINO por deferir à parte autora. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Dívida c/c Indenização por Danos Morais, na qual a parte Autora suscita suposta negativação indevida de seu nome, no valor de R$ 3.308,38, à pedido da Ré. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade e optaram por prosseguir com a demanda. O ponto controvertido da contenda encontra fundamento justamente em suposto débito, cuja origem a parte Autora desconhece e a parte Ré, por sua vez, afirma existir. E, dessa relação controvertida, teriam surgidos os danos pleiteados pela Autora, de ordem moral. Para que a Ré seja responsabilizada, faz-se necessário a presença de três requisitos

basilares: Ato ilícito, dano e nexo causal entre ambos. Analisando os autos verifico que a Ré trouxe aos autos uma cessão firmada entre si e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (ID nº 26153558), bem como as faturas de cartão de crédito de titularidade do autor (ID nº 26153561) que teriam dado origem ao débito objeto da cessão e da negativação aqui discutida, não tendo apresentado qualquer comprovante de que a parte Autora teria, efetivamente, ciência dessa cessão. Nesse sentido, a Autora manifestou em impugnação, justamente para retificar a suposta necessidade de se notificar previamente, nos termos do artigo 290 do Código Civil, que assim assevera: Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita. No entanto, sobre esse tema, tem firmado entendimento a jurisprudência pátria: INSERÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. NEGADO VÍNCULO JURÍDICO. DÉBITO EXISTENTE. ALEGAÇÃO POSTERIOR À CONSTESTAÇÃO ACERCA DA NÃO COMUNICAÇÃO SOBRE A CESSÃO CIVIL DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 329, II, DO CPC. A EXIGÊNCIA DO ART. 290, DO CÓDIGO CIVIL, NÃO IMPLICA QUE DA FALTA DE NOTIFICAÇÃO DECORRA INEXISTÊNCIA OU INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. DANO MORAL INOCORRENTE. SENTENÇA MANTIDA. (DINIZ, Fernando Eduardo Diegues. Recurso inominado n. 1032660-37.2016.8.26.0562. J. em 06 Dez. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 21 Fev. 2019.) CESSÃO DE CRÉDITO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE NOTIFICAÇÃO. VALIDADE DA TRANSFERÊNCIA. DÉBITO INCONTROVERSO. APONTAMENTO AOS CADASTROS DE INADIMPLENTES NÃO ABUSIVO. SENTENÇA MANTIDA. (DINIZ, Fernando Eduardo Diegues. Recurso inominado n. 1013096-38.2017.8.26.0562. J. em 25 Maio 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 21 Fev. 2019.) Além disso, a parte autora ressalta também a inexistência do contrato entre as partes, contudo, em se tratando de cessão de crédito, por óbvio que não haverá contrato assinado entre autor e ré, mas sim desta para com o cedente, documento este que consta nos autos, como já assinalado anteriormente. Ainda, é fato que não houve impugnação com relação às faturas também já mencionadas em linhas anteriores. Assim, as faturas comprovam a existência da dívida originária e a cessão legitima a ré para cobrar a dívida da parte autora. Dessa feita, entendo que a Ré, neste processo, demonstrou a legitimidade da cobrança, oriunda de um termo de cessão firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, demonstrando os subsídios que a legitima na cobrança em exercício regular de direito, nos termos do artigo 188, I do C.C. Consequentemente, pelo conjunto probatório, tem-se que a Ré apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pela parte Autora, razão pela qual OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pleito quanto à declaração de inexistência de débito, baixa de negativação e indenização por danos morais. DISPOSITIVO Isso posto, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO por REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré à contestação. 2. OPINO por INDEFERIR o pedido de decretação de revelia da ré feito pelo autor à impugnação. NO MÉRITO: 3. OPINO por reconhecer a relação de consumo, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, e por deferir a inversão do ônus da prova, preconizada no artigo 6º, VIII do mesmo diploma legal. 4. OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pleito quanto à declaração de inexistência de débito, baixa de negativação e indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado, para análise e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009942-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALERY MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009942-92.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VALERY MARTINS DOS SANTOS REQUERIDO: IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do NCPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. A autora, em sua petição inicial, indicou como parte ré o BANCO IBI S/A, indicando o número 74.481.201/0001-94 como sendo o seu CNPJ. Entretanto, quando da realização do cadastro do feito, a parte autora cadastrou como pessoa jurídica a empresa IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA, com o mesmo número do CNPJ acima mencionado. Em sua contestação, a ré IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA, detentora do CNPJ indicado pela autora na inicial como sendo do BANCO IBI S/A, sustenta, em sede preliminar, a sua ilegitimidade para compor o polo passivo da presente ação, pois não é a responsável pela inserção dos dados da autora nos cadastros de inadimplentes, sustentando, ainda, que a contestante e o BANCO IBI S/A são administrados por pessoas jurídicas distintas. Em sua impugnação, a parte autora não se manifestou sobre a preliminar arguida na defesa, limitando-se a ressaltar a ausência de comprovação, na defesa, acerca do vínculo supostamente existente entre as partes. Pois bem. Sabe-se que a legitimidade ad causam é bilateral “pois o autor está legitimado para propor ação em face daquele réu, e não de outro” (DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: Teoria geral do processo e processo de conhecimento. Vol. 01. 12 ed. Bahia: Juspodium, 2010. p. 204.). No caso em tela, entendo que a Ré IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA, não é parte legítima para figurar nesta demanda, uma vez que, conforme diz a própria autora, a negativação de seu nome foi levada a cabo pelo BANCO IBI S/A. Assim, OPINO por reconhecer a ilegitimidade passiva da ré IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA, bem como por EXTINGUIR O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. À apreciação da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação do presente projeto, conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011188-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI PINHEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011188-26.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROSELI PINHEIRO DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso

ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR A Ré suscita preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa "situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa" (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a parte Autora a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 26304570), requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação, na qual fez pedido genérico de produção de provas. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte Autora ter sido surpreendida com negativação em seu nome oriunda da empresa Ré, no valor de R$ 240,72, cuja origem aduz desconhecer. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, porém, optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. No caso em tela, tem-se que a Ré, na oportunidade defensiva, não logrou êxito em demonstrar a existência do vínculo entre as partes. Trouxe apenas telas sistêmicas, sobre as quais a jurisprudência já reconheceu que "são documentos produzidos unilateralmente e, portanto, inservíveis para prova da existência de relação jurídica entre as partes." ((N.U 1001836-06.2018.8.11.0025, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 12/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019). Consequentemente, entendo que a Ré não observou o ônus que lhe é atribuído pelo artigo 373, II do CDC, pois deveria ter colacionado aos autos o contrato específico que subsidiou a negativação, principalmente quando a parte Autora negou a existência de débito entre as partes. Assim, a Ré não demonstrou fato impeditivo, extintivo ou modificativo ao direito pleiteado pela parte Autora, ou qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a existência da negativação, razão pela qual presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Logo, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 240,72, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por determinar que a ré exclua o nome da autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 240,72, caso a ré não o faça. No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição da parte Autora a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto à negativações infundadas, demonstrando a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: Declaratória de inexistência de relação jurídica c/c dano moral – Ônus do fornecedor do serviço de comprovar a existência da relação jurídica – Dano moral in re ipsa, decorrente da inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito – Indenização arbitrada com ponderação, observadas as circunstâncias do caso concreto – Prazo para cumprimento da obrigação de cancelar as cobranças mais do que razoável, pois seu termo "a quo" é a data do trânsito em julgado – Multa fixada com razoabilidade, inexistindo fundadas razões para sua redução ou exclusão – Recurso a que se nega provimento. (TSUNO, Marcelo. Recurso inominado n. 1019311-74.2017.8.26.0224. J. em 03 Out. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 06 Out. 2018.) No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal. Ademais, há que se ressaltar que a parte autora possui débitos posteriores, conforme se denota pelo extrato de ID nº 24735728. Assim sendo, a existência de inscrição posterior também deve sopesar no momento da fixação do dano moral. Neste sentido: Recurso Inominado nº.: 1001364-58.2017.8.11.0051- PJE- RP Origem:Juizado Especial Cível de Campo VerdeRecorrente(s):BANCO BRADESCO S.ARecorrido(s):BRUNO PEREIRA BORGESJuíza Relatora:Dra. Patrícia Ceni Data do Julgamento:18/06/2019 E M E N T ARECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – INSURGÊNCIA DA PARTE RECLAMADA – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA NA QUANTIA DE R$ 227,94 (duzentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA RECLAMADA – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM INDENIZATÓRIO NO VALOR DE R$ 4.000,00 (quatro mil reais) QUE NÃO MERECE REPAROS – SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.De análise aos autos, tenho que não restou incontroversa a relação jurídica entre as partes, uma vez que a parte Reclamada não colacionou aos autos nenhum documento que comprove a relação jurídica entre as partes.Assim, não havendo qualquer comprovação da relação jurídica, bem como a legitimidade da negativação em nome do consumidor, há de ser reconhecida a inscrição por dívida indevida, tenho que os danos morais devem ser mantidos, já que são in re ipsa.É certo que o valor da indenização deve guardar consonância com o dano sofrido, a potencialidade lesiva, a capacidade econômica do agente e da vítima, bem como a inexistência de negativações posteriores.Neste cenário, entendo que a quantia arbitrada (R$ 4.000,00) se mostra compatível com os critérios acima indicados, não havendo que se falar em diminuição do quantum, notadamente quando em situações semelhantes esta Magistrada costuma aplicar valores deste mesmo patamar. Manutenção da sentença em todos os termos. Recurso conhecido e improvido. (N.U 1001364-58.2017.8.11.0051, TURMA RECURSAL, PATRICIA CENI DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Julgado em 18/06/2019, Publicado no DJE 24/06/2019) Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação e, atendo-se aos limites do pedido da parte autora, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), como medida de caráter pedagógico. Quanto ao pedido contraposto, OPINO por indeferi-lo, eis que manifestamente improcedente. DISPOSITIVO: Isso posto, após analisar as versões fáticas e

documentações trazidas por ambas as partes, 1. OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir arguida pela ré. 2. No mérito, OPINO por reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 3. OPINO pela procedência dos pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, reconhecendo a falha na prestação do serviço da Ré, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 240,72, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 4. OPINO por determinar que a ré exclua o nome da autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. 5. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 240,72, mediante SERASA JUD, caso a ré não o faça. 6. No que concerne aos danos morais, OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa, e por condenar a Ré à ressarci-lo no valor justo e razoável que OPINO por arbitrar na proporção de R$ 3.000,00 (três mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (13/02/2016) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011351-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO RAFAEL DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS DE ALMEIDA ALVES OAB - MT23879/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011351-06.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DIEGO RAFAEL DE SOUZA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DAS PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL A Ré suscita preliminar de inépcia da inicial por três motivos, quais sejam, documento de identificação do autor ilegível, comprovante de residência em nome de terceiros e narrativa confusa e contraditória, não tendo o autor informado aonde teria tomado conhecimento da negativação aqui discutida, bem como por não indicar se desconhece somente o débito ou também a relação jurídica com a parte ré. Com relação ao documento de identificação do autor, percebe-se que um de seus lados não está em bom estado de conservação, não se tratando de problema no arquivo, mas no próprio documento. O lado que contém as informações do autor está legível. Ainda, fato é que o ator compareceu à audiência de conciliação munido de seu documento, que foi conferido pelo conciliador. Assim, OPINO por aceitar o documento pessoal apresentado pelo autor com a inicial. No que tange ao comprovante de residência, verifica-se que o mesmo está em nome da irmã do autor, que juntou o respectivo comprovante de vínculo. Ainda, a ré não apresentou qualquer contraprova que o viesse a desconstituir. OPINO por aceitar também o comprovante e endereço carreado aos autos pelo autor. Por fim, ao contrário do que afirma a ré, o autor negou na inicial a existência da relação jurídica e do débito, além do que a ausência de indicação do local aonde o autor tomou conhecimento da negativação, por si só, não torna a petição inicial inepta, tampouco tem influência no deslinde da causa. Da narrativa dos fatos decorre logicamente a conclusão. Portanto, OPINO por REJEITAR as preliminares de inépcia da inicial arguidas pela ré à defesa. DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR A Ré suscita, ainda, preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que “para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade”. Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa “situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa” (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a parte Autora a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 26339731), requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação, na qual também requereu o julgamento antecipado. Outrossim, “(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)”(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte Autora ter sido surpreendida com negativação em seu nome oriunda da empresa Ré, no valor de R$ 177,88, cuja origem aduz desconhecer. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, porém, optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. No caso em tela, tem-se que a Ré, na oportunidade defensiva, não logrou êxito em demonstrar a existência do vínculo entre as partes. Trouxe apenas telas sistêmicas, sobre as quais a jurisprudência já reconheceu que “são documentos produzidos unilateralmente e, portanto, inservíveis para prova da existência de relação jurídica entre as partes.” ((N.U 1001836-06.2018.8.11.0025, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 12/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019). Consequentemente, entendo que a Ré não observou o ônus que lhe é atribuído pelo artigo 373, II do CDC, pois deveria ter colacionado aos autos o contrato específico que subsidiou a negativação, principalmente quando a parte Autora negou a existência de débito entre as partes. Assim, a Ré não demonstrou fato impeditivo, extintivo ou modificativo ao direito pleiteado pela parte Autora, ou qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a existência da negativação, razão pela qual presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Logo, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 177,88, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por determinar que a ré exclua o nome da autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10

(dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 177,88, caso a ré não o faça. No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição da parte Autora a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto à negativações infundadas, demonstrando a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: Declaratória de inexistência de relação jurídica c/c dano moral – Ônus do fornecedor do serviço de comprovar a existência da relação jurídica – Dano moral in re ipsa, decorrente da inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito – Indenização arbitrada com ponderação, observadas as circunstâncias do caso concreto – Prazo para cumprimento da obrigação de cancelar as cobranças mais do que razoável, pois seu termo "a quo" é a data do trânsito em julgado – Multa fixada com razoabilidade, inexistindo fundadas razões para sua redução ou exclusão – Recurso a que se nega provimento. (TSUNO, Marcelo. Recurso inominado n. 1019311-74.2017.8.26.0224. J. em 03 Out. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 06 Out. 2018.) No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação e, atendo-se aos limites do pedido da parte autora, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como medida de caráter pedagógico. Quanto ao pedido contraposto e de condenação da parte autora em litigância de má-fé, OPINO por indeferi-los, eis que manifestamente improcedentes. DISPOSITIVO: Isso posto, após analisar as versões fáticas e documentações trazidas por ambas as partes, 1. OPINO por REJEITAR as preliminares de falta de interesse de agir e inépcia da inicial arguidas pela ré. 2. No mérito, OPINO por reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 3. OPINO pela procedência dos pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, reconhecendo a falha na prestação do serviço da Ré, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 177,88, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 4. OPINO por determinar que a ré exclua o nome da autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. 5. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 177,88, mediante SERASA JUD, caso a ré não o faça. 6. No que concerne aos danos morais, OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa, e por condenar a Ré à ressarci-lo no valor justo e razoável que OPINO por arbitrar na proporção de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (17/03/2019) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011258-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVONETE SILVA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011258-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IVONETE SILVA ALVES REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR O Ré suscita preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que “para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade”. Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa “situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa” (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a parte Autora a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL Vê-se que a ré se manifestou, ainda em sede preliminar, acerca do comprovante de endereço apresentado pela parte autora, que não estaria em seu nome, além de ter questionado o extrato juntado pela autora para comprovação da negativação aqui discutida. Com relação ao comprovante de endereço, vê-se que está em nome do cônjuge da autora, tendo a mesma juntado a certidão de casamento comprovando o vínculo entre as partes. No que tange ao extrato, vê-se que Ré não apresentou qualquer contraprova que o desconstituísse. Além disso, a negativação do nome da parte autora é fato incontroverso nos autos. Assim sendo, OPINO por aceitar os documentos juntados pela parte autora para todos os fins processuais, REJEITANDO a preliminar de inépcia da inicial arguida pela ré na contestação. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 26333635). sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, “(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)”(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte Autora ter sido surpreendida com a negativação de seu nome, levada à cabo pelo réu, por uma dívida no valor de R$ 1.561,47, com vencimento em 08/07/2019. Requer a declaração de inexistência da dívida e indenização por danos morais. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram,

porém, optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por DEFERIR nesta oportunidade, com fundamento no art. 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre ambos. No caso em tela, tem-se que a parte Ré, na oportunidade defensiva (ID nº 26616017), pugna pela improcedência da ação, contudo, sequer contesta os fatos alegados na inicial, não demonstrando a origem da dívida, tampouco a legitimidade do réu em negativar o nome da parte autora. Verifica-se que a defesa vem desprovida de qualquer documentação. Ou seja, a parte ré não trouxe aos autos qualquer comprovação que pudesse evidenciar a existência de relação jurídica entre as partes ou a legitimidade da inscrição do nome da parte autora nos cadastros restritivos de crédito. Assim, a parte Ré não demonstrou fato impeditivo, extintivo ou modificativo ao direito pleiteado pela parte Autora ou qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a negativação aqui discutida, razão pela qual presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Logo, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO O DÉBITO NO VALOR DE R$ 1.561,47, bem como que a parte ré SE ABSTENHA de efetuar novas cobranças sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Ainda, OPINO por DETERMINAR que o réu retire o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito com relação ao débito aqui discutido, no prazo de 10 dias, sob pena de multa fixa que OPINO arbitrar em R$ 2.000,00. Desde já, OPINO por determinar que a secretaria adote as providências necessárias no sentido de retirar o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, com relação ao débito aqui discutido, mediante sistema SERASA JUD, caso a ré não o faça. DA ANÁLISE DOS DANOS DE ORDEM MORAL Analisando o pleito pela reparação de danos morais, tem-se que, apesar do apontamento dos dados da Autora nos órgãos de proteção ao crédito, por débito que a Ré não conseguiu demonstrar, constituir falha na prestação o serviço, no caso em espeque, não há como se reconhecer danos morais propriamente ditos. Isso porque a parte autora já possuía outros apontamentos nos órgãos restritivos de crédito quando da inserção da negativação aqui discutida, consoante se vê pelo extrato juntado com a inicial. Desse modo, a improcedência da pretensão indenizatória se impõe, pois, restando comprovado que havia anotação preexistente do nome do consumidor nos órgãos de proteção, inexiste dano moral a ser indenizado, a teor do enunciado sumular nº 385, do Superior Tribunal de Justiça: Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento. Nesse sentido, cito jurisprudência da Turma Recursal do nosso estado: EMENTA:RECURSO CÍVEL INOMINADO – DEMANDA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS– INSCRIÇÃO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO –FRAUDE – APONTAMENTO DE DÍVIDA CONTRAÍDA POR TERCEIRO – NEGLIGÊNCIA DA PARTE CREDORA QUANTO Á INVESTIGAÇÃO DA DENUNCIADA FRAUDE COMERCIAL – DANO MORAL– AFASTADO – EXISTÊNCIA DE OUTRAS LEGÍTIMAS RESTRIÇÕES ANTERIORES –SÚMULA 385 DO STJ – REJEITADO – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A inscrição em órgãos de proteção ao crédito gera o chamado “dano moral puro” que dispensa a prova de sua ocorrência. A preexistência de legítima negativação em nome do consumidor afasta a ocorrência de dano moral indenizável, nos termos da súmula 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. (N.U 1000518-98.2017.8.11.0032, TURMA RECURSAL, SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA, Turma Recursal Única, Julgado em 22/07/2019, Publicado no DJE 24/07/2019) E, havendo, pois, inscrição prévia do nome do consumidor nos órgãos de proteção, inexiste o abalo de crédito, porquanto o nome já se encontrava restrito no comércio quando realizada a inscrição que ora se discute, razão pela qual OPINO pelo indeferimento dos danos morais. Quanto ao pedido contraposto e de condenação da parte autora em litigância de má-fé, OPINO por indeferi-los, eis que manifestamente improcedentes. DISPOSITIVO Isso posto, após analisar as versões fáticas e documentações trazidas por ambas as partes, OPINO por: 1. REJEITAR as preliminares de falta de interesse de agir e inépcia da inicial arguidas pelo réu à defesa. NO MÉRITO, OPINO por: 2. RECONHECER a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora. 3. JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, reconhecendo a falha na prestação do serviço do Réu, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 1.561347, bem como que a parte ré SE ABSTENHA de efetuar novas cobranças sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 4. Ainda, OPINO por DETERMINAR que o réu retire o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito com relação ao débito aqui discutido, no prazo de 10 dias, sob pena de multa fixa que OPINO arbitrar em R$ 2.000,00. 5. Desde já, OPINO por determinar que a secretaria adote as providências necessárias no sentido de retirar o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, com relação ao débito aqui discutido, mediante sistema SERASA JUD, caso a ré não o faça. 6. No que concerne aos danos morais, OPINO por seu indeferimento, a teor do que dispõe a Súmula 385 do STJ. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011862-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARYSANDRA NASCIMENTO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GIZA HELENA COELHO OAB - SP166349-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011862-04.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARYSANDRA NASCIMENTO DE SOUZA REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulada em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DA NULIDADE DA PROCURAÇÃO Antes de adentrar ao mérito, a ré, à defesa, sustenta que a procuração outorgada pela autora ao seu causídico não menciona contra quem a ação deve ser proposta, pugnando pela intimação da parte para juntar procuração com firma reconhecida sob pena de extinção do processo por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Entretanto, a procuração de ID nº 24917148 confere os poderes necessários para que o causídico represente a parte autora e ingresse com a presente ação, não havendo dispositivo legal obrigando a constar na procuração a empresa contra a qual a ação será proposta, tampouco de exigência de reconhecimento de firma. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. DA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA Evidencia-se que o valor dado à causa está em consonância com o que determina art. 292, VI, do Novo Código de Processo Civil c.c. Enunciado nº 39/FONAJE. No caso concreto, a parte autora pretende a declaração da inexistência de débito e indenização por danos morais e atribuiu à causa o valor da soma de ambos os pedidos. Ainda, não há que se falar em exorbitância do valor atribuído pelo autor. Assim, entendo que não merece prosperar a impugnação ao valor da causa apresentada pela parte ré, pelo que OPINO

pela sua REJEIÇÃO. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA Oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, sendo a Autora vítima do evento, consoante artigo 17 do CDC, razão pela qual devem ser aplicados ao caso os ditames contidos legislação de consumo, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII do mesmo diploma legal. DO JULGAMENTO ANTECIPADO Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência e ID nº 26469586), requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação declaratória de inexistência de débito c/c Danos Morais. Alega a parte Autora que teve seu nome negativado indevidamente pela empresa Ré, no valor de R$ 500,77, apesar de desconhecer a origem do débito. Requer a declaração de inexistência do débito, bem como indenização por danos morais. Importa consignar que a parte Autora nega a existência de relação jurídica entre as partes. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à solenidade, mas optaram em prosseguir com a demanda. A Ré, em defesa tempestiva, defende a legitimidade da cobrança, fundada num suposto exercício regular do direito, uma vez que a parte Autora teria uma dívida originária com o BANCO SANTANDER, o qual teria sido objeto de cessão para a ré. Pois bem. Para que a Ré venha a ser responsabilizada civilmente, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: ato ilícito, dano e nexo de causalidade dentre eles. Ao examinar o feito, vislumbro que, na defesa, a Ré não trouxe qualquer documentação que atestasse a idoneidade da negativação e da cobrança, como a cessão de crédito firmada entre si e a aludida instituição, que lhe autorizasse a negativar o nome da parte Autora. A Ré não trouxe aos autos elementos de prova capazes de comprovar que são devidas as cobranças, pois não apresentou qualquer documento que comprovasse a relação jurídica entre as partes, trouxe apenas um termo de cessão entre si e o BANCO SANTANDER (ID nº 26409977), no qual consta que os créditos cedidos estão discriminados em CD, contudo, não há qualquer documentação que vincule a dívida da autora com a referida cessão. É fato, ainda, que a ré, à defesa, pleiteia o prazo suplementar de 15 dias para apresentação da documentação comprobatória de suas alegações (cópia do contrato e demais documentos comprobatórios). Contudo, a documentação a ser apresentada nos autos pela parte ré deve ser colacionada com a defesa, além do que o prazo suplementar de 15 dias pleiteado pela ré já transcorreu, uma vez que a defesa foi protocolizada no dia 22/11/2019. Assim, OPINO por INDEFERIR o pedido de dilação de prazo para apresentação de documentos pela parte ré. A ré não trouxe aos autos, portanto, nada que comprovasse eventual cessão ou o direito, especificamente, em negativar o nome da Autora. Portanto, presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Em casos semelhantes, já decidiu a jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CC INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA – NEGATIVAÇÃO DE NOME PERANTE OS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS DÉBITOS, POR PARTE DA FORNECEDORA E DA CESSIONÁRIA DO CRÉDITO–DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO E RETIRADA DA ANOTAÇÃO DESTE DOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO – DANOS MORAIS CONFIGURADOS, DIANTE DA NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. (JUSTO, Ricardo Fernandes Pimenta. Recurso inominado n. 0026340-4.2011.8.26.0590. J. em 25 Ago. 2017. Disp. em www.tjsp.jus.br.) Logo, na esfera da responsabilidade civil, a Ré não demonstrou fato impeditivo, desconstitutivo ou modificativo do direito da parte Autora, uma vez que não acostou aos autos qualquer contrato firmado pela mesma, ou outro documento apto a ensejar a cobrança ou seu apontamento em órgão de proteção ao crédito, restando configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida. Houve, portanto, falha na prestação do serviço pela Ré, ao negativar indevidamente o nome da Autora, sem acautelar-se da segurança necessária e, ainda, não apresentando nenhuma conduta hábil a mitigar os danos causados. Vê-se que, independentemente de fraude ou má-organização interna, a responsabilidade neste caso é objetiva e não depende, para a respectiva responsabilização civil, da culpa da Ré, a qual deve assumir os riscos da atividade econômica que explora, não transferindo-os ao consumidor vulnerável, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA no valor de R$ 500,77 e, CONSEQUENTEMENTE, DECLARAR NULA QUALQUER COBRANÇA RELATIVA AOS PRESENTES FATOS. OPINO por condenar a Ré à abster-se de efetuar qualquer cobrança com os mesmos subsídios, sob pena de multa fixa, que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). A aludida multa passa a incidir a partir da demonstração inequívoca da cobrança posterior ao transito em julgado da presente. OPINO por determinar que a ré providencie, no prazo de 10 dias, a adoção das medidas necessárias para retirada da negativação aqui discutida, sob pena de multa fixa que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por autorizar, desde já, à r. Secretaria a tomar as providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, mediante sistema SERASA JUD, caso a ré não o faça. DO PLEITO PELOS DANOS MORAIS No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição do Autor a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver seu nome exposto à negativação infundada, demonstrando a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: DANO MORAL Negativação do nome da recorrida, sem justa razão Inexistência de relação jurídica que desse lastro à conduta - Dano moral configurado - Manutenção da r. sentença de primeiro grau que arbitrou a indenização no valor de R$12.000,00. (VILLAR, Claudio Teixeira. Recurso inominado 3004013-64.2013.8.26.0477. J. em 24 Abr. 2015. Disp. em www.tjsp.jus.br.) No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstancias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal. Sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos e, ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico. DISPOSITIVO: Assim, ante todo o exposto e fundamentado, após a análise da versão fática trazida por ambas as partes, OPINO por: 1. REJEITAR a preliminar de ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. 2. REJEITAR a impugnação ao valor da causa suscitada pela parte ré à contestação. 3. No MÉRITO, comprovados o dano, a culpa e o nexo de causalidade que os une, OPINO PELA PROCEDÊNCIA PARCIAL dos pedidos contidos na inicial, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para reconhecer a relação de consumo, e deferir a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 4. OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA no valor de R$ 500,77 e. CONSEQUENTEMENTE, DECLARAR NULA QUALQUER COBRANÇA RELATIVA AOS PRESENTES FATOS. 5. OPINO por condenar a Ré a abster-se de efetuar qualquer cobrança com os mesmos subsídios, sob pena de multa fixa, que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). A aludida multa passa a incidir a partir da demonstração inequívoca da cobrança posterior ao trânsito em julgado da presente. 6. 5. OPINO por determinar que a ré providencie, no prazo de 10 dias, a adoção das medidas necessárias para retirada da negativação aqui discutida, sob pena de multa fixa que OPINO por arbitrar em R$ 2.000,00 (dois mil reais). 7. OPINO por autorizar, desde já, à r. Secretaria a tomar as providências necessárias para a retirada das negativações aqui discutidas, mediante SERASA JUD, caso a ré não o faça. 8. OPINO, por

fim, em reconhecer os danos de ordem moral sofridos pela parte Autora e por condenar a Ré ao pagamento de indenização, na proporção que OPINO por arbitrar em R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (17/05/2019) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011806-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
QUINTINO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011806-68.2019.8.11.0001. REQUERENTE: QUINTINO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA Evidencia-se que o valor dado à causa é discrepante daquele pretendido a este título, em evidente descumprimento do art. 292, VI, do Código de Processo Civil c.c. Enunciado nº 39/FONAJE. Inviabilizada a possibilidade de correção pela parte, nesta fase. No caso concreto, a parte autora pretende a declaração da inexistência do débito no valor de R$ 149,97 e indenização por dano moral no valor sugerido de 20 salários mínimos, ou seja, R$ 19.960,00. Pelo artigo 292, VI do CPC, o valor da causa, na ação em que haja cumulação de pedidos, deve ser a somatória de todos eles. No entanto, a somatória de ambos os pedidos é diferente do valor da causa apontado na inicial, qual seja, R$ 10.000,00. Assim, diante do que determina o artigo 292, §3º do CPC, OPINO pela correção, de ofício, do valor da causa, para fixá-lo em R$ 20.109,97. GRATUIDADE DA JUSTIÇA A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DAS PRELIMINARES ARGUIDAS INÉPCIA DA INICIAL Tem-se que a Ré se manifestou acerca do comprovante de negativação juntado à inicial, o qual alega não ser emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Contudo, vê-se que Ré não apresentou qualquer contraprova que o desconstituísse, bem como que não há controvérsia acerca da negativação do nome da parte autora, razão pela qual OPINO por aceitá-lo para todos os fins processuais. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de inépcia da inicial arguida pela ré. DA JUNTADA DE DOCUMENTO SIGILOSO Vê-se que a ré junta à defesa (Doc. ID nº 26702715) um relatório de chamadas que teriam sido originadas pelo autor e que, dada a natureza do documento, que teriam informações relativas aos valores cobrados da parte autora, pugna que o juízo decida se o documento será arquivado em pasta própria, passível de consulta apenas pelas partes e seus advogados, ou se o processo tramitará em segredo de justiça. Analisando referido documento, não entendo que seja o caso de arquivá-lo em pasta própria, tampouco de decretar a tramitação do feito em segredo de justiça. Primeiramente, porque as informações de valores cobrados da parte autora não constitui quebra de sigilo de suas informações. Além disso, no referido documento não consta, sequer, o nome e o número de documento da parte, não havendo qualquer outro documento nos autos que, de fato, relacione o documento à pessoa do autor. Assim sendo, OPINO por indeferir o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça, não sendo o caso, também, de se arquivar o documento em pasta própria. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 26463159) sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. Alega a parte Autora ter sido surpreendida com negativação em seu nome oriunda da empresa Ré, no valor de R$ 149,97, cuja origem aduz desconhecer. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, porém, optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. No caso em tela, tem-se que a Ré, na oportunidade defensiva, não logrou êxito em demonstrar a existência do vínculo entre as partes. Trouxe apenas documentos produzidos unilateralmente e telas sistêmicas (ilegíveis, a propósito), sobre as quais a jurisprudência já reconheceu que "são documentos produzidos unilateralmente e, portanto, inservíveis para prova da existência de relação jurídica entre as partes." ((N.U 1001836-06.2018.8.11.0025, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 12/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019). Da análise dos fatos, vê-se que a defesa do Réu não está acompanhada de provas robustas que subsidiem o vínculo contratual e o débito negativado. Apesar de apresentar áudio, com suposta confirmação dos dados do Autor para a contratação do serviço, não apresentou qualquer documento aonde constasse a assinatura do Autor em contratações, sequer a origem do valor negativado, o qual também não é comprovado nos documentos colacionados à defesa, pois, apesar de a ré juntar aos autos o aludido relatório de chamadas, este não contem nenhuma informação que o individualize como sendo relativo ao autor. Além disso, não juntou aos autos qualquer fatura que tivesse sido inadimplida. Consequentemente, entendo que a Ré não observou o ônus que lhe é atribuído pelo artigo 373, II do CDC, pois deveria ter colacionado aos autos o contrato específico que subsidiou a negativação, principalmente quando a parte Autora negou a existência do débito negativado. Assim, a Ré não demonstrou fato impeditivo, extintivo ou modificativo ao direito pleiteado pela parte Autora ou qualquer argumento forte o suficiente para subsidiar a existência da negativação, razão pela qual presume-se verdadeira a versão posta na inicial. Logo, na esfera da responsabilidade civil, restou configurado o ato ilícito, nos termos do artigo 186 e 927 do C.C., sendo o nexo causal a própria negativação indevida, razão pela qual OPINO por DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 149,97, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). OPINO por determinar que a ré exclua o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 149,97, caso a ré não o faça. DO PLEITO PELOS DANOS MORAIS No que concerne aos danos morais, os fatos relatados são suficientes a ensejar a exacerbação dos sentimentos do homem médio, acarretando à Ré a obrigação de indenizar o consumidor pelo abalo moral sofrido, o qual OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa. Ora, há evidente violação da boa-fé contratual e indevida exposição da parte Autora a sentimentos como insegurança jurídica e revolta, ao ver

seu nome exposto à negativações infundadas, demonstrando a clara negligência da Ré, e sua falha na prestação do serviço. Assim aduz a jurisprudência: Declaratória de inexistência de relação jurídica c/c dano moral – Ônus do fornecedor do serviço de comprovar a existência da relação jurídica – Dano moral in re ipsa, decorrente da inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito – Indenização arbitrada com ponderação, observadas as circunstâncias do caso concreto – Prazo para cumprimento da obrigação de cancelar as cobranças mais do que razável, pois seu termo "a quo" é a data do trânsito em julgado – Multa fixada com razoabilidade, inexistindo fundadas razões para sua redução ou exclusão – Recurso a que se nega provimento. (TSUNO, Marcelo. Recurso inominado n. 1019311-74.2017.8.26.0224. J. em 03 Out. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 06 Out. 2018.) No que tange à quantificação do dano moral, insta ressaltar que não há critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbindo ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Deve-se apurar um montante equilibrado que sirva como desestímulo para a repetição do fato danoso, e represente à vítima uma compensação financeira que, de alguma forma, amenize o seu sofrimento injustamente suportado, levando em consideração, dentre outros, a situação econômica das partes, a intensidade do sofrimento, a gravidade e grau de culpa da Ré, bem como as circunstâncias que envolveram os fatos, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, e ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico. Quanto ao pedido contraposto e de condenação da parte autora em litigância de má-fé, OPINO por indeferi-los, eis que manifestamente improcedentes. DISPOSITIVO: Isso posto, após analisar as versões fáticas e documentações trazidas por ambas as partes: 1. OPINO por corrigir o valor da causa, fixando-o em R$ 20.109,97. 2. OPINO por REJEITAR a preliminar de inépcia da inicial. 3. OPINO por indeferir o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça, não sendo o caso, também, de se arquivar qualquer documento juntado pela ré em pasta própria. 4. No mérito, OPINO por reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em favor da parte Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 5. OPINO pela procedência parcial dos pedidos iniciais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, reconhecendo a falha na prestação do serviço da Ré, para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO NO VALOR DE R$ 149,97, bem como a nulidade de qualquer cobrança sob o mesmo subsídio, sob pena de multa fixa de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 6. OPINO por determinar que a ré exclua o nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito, referente ao débito aqui discutido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa fixa que OPINO fixar em R$ 2.000,00. 7. OPINO por determinar à r. Secretaria a adoção das providências necessárias para a retirada da negativação aqui discutida, no valor de R$ 149,97, mediante SERASA JUD, caso a ré não o faça. 8. No que concerne aos danos morais, OPINO por reconhecê-lo na modalidade in re ipsa, e por condenar a Ré à ressarci-lo no valor justo e razoável que OPINO por arbitrar na proporção de R$ 6.000,00 (seis mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (29/08/2019) e a correção monetária, a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007377-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO MUNIZ DE ARRUDA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE PAULA GIACOMINI OAB - MT17627-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007377-58.2019.8.11.0001. INTERESSADO: AGNALDO MUNIZ DE ARRUDA REQUERIDO: CLARO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA OPINO por reconhecer o tramite processual gratuito, pois o artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas deverá ser formulado em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao serem indagadas (Audiência de ID nº 25391789) sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas, reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais, em que a parte autora alega que possuía dois números ativos com a reclamada, quais sejam, (65) 9232-8696 e (65) 9292-7965, tendo solicitado o cancelamento do primeiro número, (65) 9232-8696, permanecendo ativa a linha (65) 9292-7965. Afirma, entretanto, que o número (65) 9292-7965 também foi desativado, mesmo não tendo sido objeto do pedido de cancelamento acima mencionado. Requer, assim, indenização por danos morais. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram à audiência, mas optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No caso, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, consoante artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos legislação de consumo, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por deferir nesta oportunidade, em favor da parte Autora, com fulcro no art. 6º, VIII do CPC. Incumbe à Reclamada, na qualidade de fornecedora de serviços, provar a veracidade de seus argumentos alegados, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas se configuram em fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Destarte, apesar de a presente ação tratar de relação de consumo, a parte Reclamante não está dispensada de cooperar para o deslinde do feito. Outrossim, não podemos confundir a inversão do ônus da prova, deferida em casos de hipossuficiência do consumidor, com a ausência de dever pela parte Reclamante de consignar ao menos indícios de suas alegações. O fato de a parte autora ter solicitado o cancelamento da linha de número (65) 9232-8696, bem como de ter pretendido permanecer com a linha (65) 9292-7965 ativa, é incontroverso nos autos. Em sua defesa, a ré sustenta que a linha (65) 9292-7965 foi cancelada por inadimplência, tendo juntado aos autos as respectivas faturas que deram ensejo ao cancelamento da linha do autor. Em sua impugnação, a parte autora não se manifesta sobre as faturas acima mencionadas, não tendo comprovado, ainda, o seu pagamento. Logo, a reclamada arguiu e comprovou fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor, carreando aos autos as faturas não pagas que deram ensejo ao cancelamento da linha móvel. Da análise do processo e dos documentos que o instruem, portanto, entendo que não restou comprovado nos autos qualquer ato ilícito praticado pela parte ré, inexistindo comprovação do nexo causal entre o dano alegado e a conduta da demandada. Assim sendo, entendo que a improcedência dos pleitos iniciais é medida que se impõe. DISPOSITIVO Ante ao exposto e fundamentado, e, após analisar as versões fáticas e jurídicas apresentadas por ambas as partes: 1. No MÉRITO, OPINO por DEFERIR a

inversão do ônus da prova em favor da parte autora, nos termos do art. 6º, VIII do CDC. Entretanto, nos termos do artigo 487, I do CPC, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTE os pedidos feitos pela parte autora. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado, para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011012-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA VALERIA PEREIRA UHDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO OLIVEIRA FRAGA OAB - MT18506-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MM TURISMO & VIAGENS S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011012-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIANA VALERIA PEREIRA UHDE REQUERIDO: MM TURISMO & VIAGENS S.A Vistos e examinados os autos, Dispensado o relatório a teor do artigo 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO E DECIDO GRATUIDADE A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita não tem cabimento nesta fase processual, uma vez que o acesso ao primeiro grau em sede de Juizado Especial independe do recolhimento de custas, taxas ou despesas processuais, conforme dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95. Portanto, remete-se a discussão para a fase de admissibilidade de eventual recurso inominado que possa futuramente ser interposto. DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RÉ A Ré alegara em sua contestação, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente ação, afirmando que é plataforma de pesquisa, comparação e intermediação de vendas de passagens aéreas, não podendo ser responsabilizada pelo conteúdo dos serviços turísticos prestados pela companhia aérea, a qual é a verdadeira responsável pelo objeto central do presente litígio. Sem maiores delongas, não merece prosperar a presente preliminar, primeiramente, porque não há que se falar em responsabilidade da companhia aérea, haja vista que presente ação versa sobre danos causados, conforme alegação da parte autora, em decorrência da quebra de contrato realizado entre si e a ré, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva da companhia aérea, que sequer chegou a fazer parte do contrato aqui discutido. Ademais, a autora entrou na plataforma virtual da ré e lá efetuou a compra aqui discutida, sendo que o pagamento, de igual forma, foi feito à ré, sendo, portanto, cristalina a sua legitimidade para compor o polo passivo da presente ação, motivo pelo qual OPINO por REJEITAR a preliminar arguida. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO Da análise dos autos verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que a parte autora, ao ser indagada sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência de ID nº 26280228, requereu o julgamento antecipado da lide e a parte ré, reportou-se à contestação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO Anota-se que é pacífico o entendimento de que o caso em comento deve ser analisado sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, já que Autora e Ré se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor esclarecidos no artigo 2º e 3º do aludido diploma legal. Reconhecida a incidência da legislação de consumo e a vulnerabilidade da parte Autora, consequentemente deve-se incidir, também, a inversão do ônus probatório, o que desde já OPINO por deferir, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA RÉ Trata-se o presente caso de ação Indenização por Danos Morais e Materiais proposta pela autora em desfavor da ré, na qual o autor alega, em suma, que efetuou a compra de passagens aéreas na plataforma de vendas da ré, para voar pela companhia AVIANCA, pelo valor de R$ 1.521,20, sendo que, em razão da situação ocorrida com a Companhia aérea AVIANCA, os bilhetes foram cancelados. Sustenta que buscou a ré administrativamente para ter ressarcido o valor pago pelas passagens, o que não foi feito até a presente data. Requer, assim, a devolução do valor pago e indenização por danos morais. Regularmente citada, a ré apresentou contestação, afirmando que a responsabilidade pelo cancelamento das passagens é da companhia aérea, a qual, como já foi dito anteriormente, não participou do contrato realizado entre as partes, objeto da presente ação. Compete à parte autora demonstrar os fatos constitutivos do direito que alega possuir, em observância ao art. 373, do CPC, sendo que, no caso em tela, ficou demonstrada a compra de bilhetes aéreos pela parte autora junto à demandada, conforme documentação apresentada com a peça inicial. Os danos alegados se deram, conforme relato da inicial, em razão do cancelamento do voo e da recusa em devolver o valor pago pelas passagens. A defesa não contesta os fatos alegados na inicial, nem no que diz respeito ao cancelamento e nem no que tange ao pedido de ressarcimento feito pela autora administrativamente. Pois bem. De início, ressalta-se que os riscos da atividade exercida pela ré não podem ser repassados ao consumidor, haja vista que os valores cobrados pelos bilhetes aéreos são previamente calculados com a previsão de imprevistos, dentre eles, o cancelamento do voo, seja por qual motivo for. No caso dos autos, ante a ausência de impugnação específica por parte das empresas rés, entendo que restou comprovada a falha na prestação de serviços. Assim, restou incontroverso que a autora adquiriu bilhetes da ré, que foram cancelados, não tendo havido o ressarcimento do valor. O art. 14, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. O Parágrafo Primeiro do mesmo artigo refere: "O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I – o modo de seu fornecimento; II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III – a época em que foi fornecido." Em se tratando de defeito do serviço prestado pela Ré, enquadra-se ao pedido da parte autora o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor, onde os fornecedores de serviços respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, por defeitos relativos à prestação de serviço. Assim, OPINO por reconhecer que houve o ato ilícito, com a falha na prestação de serviços, por deixar a ré prestar com eficiência os serviços pagos pela autora, bem como por ter deixado para solucionar o problema quando procurada pela parte autora. Esse comportamento por parte da Ré viola a dinâmica da relação de consumo, e, principalmente o artigo 6º, III e VI do CDC. No que tange aos danos materiais, entendo que a parte autora comprovou tê-los sofrido, no valor pago pelas passagens, R$ 1.521,20. Assim OPINO por JULGAR PROCEDENTE o pedido de indenização por danos materiais, condenando a ré a pagar à autora o valor de R$ 1.521,20. Sobre os danos materiais deverão incidir juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, e correção monetária (INPC) a partir do efetivo pagamento (09/03/2019). No que tange aos danos morais, entendo que a situação experimentada pela autora enseja a reparação pelo dano sofrido. Ora, é claro que imprevistos acontecem, principalmente em se tratando de aviação, em que os mais inúmeros fatores podem influenciar no atraso ou no cancelamento de voos. Entretanto, não se viu nos autos nenhuma atitude da ré no sentido de minimizar os danos causados à autora. Tal descaso com a parte consumidora autoriza o reconhecimento dos danos morais, não apenas em virtude do abalo inequivocamente sofrido, mas também pelo caráter punitivo dos danos morais. Logo, neste caso específico, entendo justa a aplicação de reparação extrapatrimonial, ainda que pelo caráter punitivo e dissuasório da medida. Quanto à fixação da verba indenizatória, deve-se atentar para a condição econômica da vítima e a do ofensor, o grau de culpa, a extensão do dano e a finalidade da sanção reparatória. Portanto, tenho que o valor deva ser fixado, em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), visto

que este se coaduna às diretrizes extraídas dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. DISPOSITIVO Ante o exposto: 1. OPINO por REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré em sua contestação. 2. NO MÉRITO, OPINO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos pedidos formulados pela Autora, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para reconhecer a relação de consumo entre as partes, e por DEFERIR a inversão do ônus da prova em seu favor, consoante artigo 6º, VIII do CDC. 3. OPINO JULGAR PROCEDENTE o pedido de indenização por danos materiais, condenando a ré a pagar à autora o valor de R$ 1.521,20. Sobre os danos materiais deverão incidir juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, e correção monetária (INPC) a partir do efetivo pagamento (09/03/2019). 4. OPINO, ainda, por CONDENAR a Ré, à título de danos morais, ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à parte autora, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, aplicados a partir do evento danoso (05/07/2019 – data da negativa de devolução do valor pago pelas passagens – Doc ID nº 24694878) e correção monetária, medida pelo INPC/IBGE, a contar desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012361-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON ALVES MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012361-85.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDERSON ALVES MARTINS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da lei nº 9.099/95. DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais. A parte ré, à defesa, suscita a inépcia da inicial, haja vista o autor ter juntado comprovante de endereço em nome de terceira pessoa. O autor, na impugnação, não se manifestou sobre a preliminar levantada pela arte ré. Verifica-se que a parte autora protocolizou a petição inicial e, como comprovante de endereço, juntou uma fatura de energia elétrica em nome de Karen Marcela Almeida do Nascimento, desacompanhada de qualquer comprovação de vínculo de tal pessoa com o autor. Ora, não obstante serem os Juizados Especiais Cíveis regidos pelos princípios da informalidade e simplicidade, fato é que as ações devem ser ajuizadas com os documentos indispensáveis à sua propositura, o que não se verifica no caso em apreço, pelo que se mostra inepta a petição inicial e, por consequência, deve a mesma ser indeferida, uma vez que não cabe, neste momento processual, a sua emenda. Ante ao exposto e fundamentado, OPINO por indeferir a petição inicial, por inépcia, e por JULGAR EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, I do CPC. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011460-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUMAR CAMPELO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011460-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDUMAR CAMPELO DA SILVA REQUERIDO: SKY BRASIL SERVICOS LTDA Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulado em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DA RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO A ré informa que a empresa SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA foi incorporada pela SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA, sendo esta, portanto, a denominação que deve constar no polo passivo da demanda. OPINO por deferir o pedido de retificação do polo passivo, determinando que a secretaria promova a alteração no cadastro do feito para constar como parte ré SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR A Ré suscita preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não há demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que “para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade”. Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa “situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa” (FUX, Luiz, Curso de direito processual civil: Processo de Conhecimento. Vol. I. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 177.) Exatamente o caso em tela, no qual a parte Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a parte Autora a esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Ainda, fato é que o autor informou na inicial que, em algumas das inúmeras ligações que recebeu da ré, explicou o ocorrido, tendo inclusive entrado em contato com a ré, através da atendente Simone, que se comprometeu em repassar as informações para a empresa e retornar com uma resposta em cinco dias, fatos estes não contestados pela ré em sua defesa. Em que pese, portanto, a inexistência de obrigação de tentativa administrativa para solução do problema antes do ajuizamento da ação, nesse caso, especificamente, entendo que restaram incontroversas as tentativas administrativas feitas pelo autor. Assim, OPINO por REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir. DOS PEDIDOS DE APLICAÇÃO DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA LIMINAR Vê-se que o autor, às petições de ID nº 25669150 e 26055106, informa que a ré teria descumprido a liminar e junta comprovantes de e-mail e sms de cobrança. Contudo, a liminar deferida (ID nº 24863337) foi no sentido de a ré se abster em efetuar ligações para o promovente nos telefones informados, (65) 98126-4444, (65) 99935-7164, (65) 3621-1718, (65) 99940-1590, bem como que se abster de inserir o nome do promovente no rol de maus pagadores de instituições de proteção ao crédito. Assim, não tendo sido comprovada qualquer ligação ou a inserção do nome do autor nos cadastros restritivos de crédito, não há que se falar em aplicação de multa por descumprimento da liminar. DO MÉRITO DO JULGAMENTO

ANTECIPADO DA LIDE NO MÉRITO, da análise dos autos, verifico que se encontra apto para julgamento, posto que desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do CPC. Aliado a isso, verifico que as partes, ao ser indagadas sobre a realização de audiência de instrução e julgamento ou produção de novas provas (Audiência ID nº 26351853), reportaram-se à contestação e impugnação. Outrossim, "(...) a produção probatória se destina ao convencimento do julgador e, sendo assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas, em virtude da irrelevância para a formação de sua convicção(...)"(TJ-BA - APL: 05598098420168050001, Relator: Antonio Cunha Cavalcanti, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 02/10/2018), razão pela qual passo ao julgamento antecipado do mérito, conforme o art. 355, I do CPC. Propiciada a conciliação, as partes compareceram à audiência, mas optaram por prosseguir com a demanda. DA RELAÇÃO DE CONSUMO É oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, consoante artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos legislação de consumo, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão DEFERIDA em favor da parte Autora à Decisão de ID nº 24863337, OPINO por RATIFICAR nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Materiais e Morais, na qual a parte autora sustenta que vem recebendo incontáveis ligações oriundas da parte ré, que insiste em cobrar valores relativos a serviços supostamente a ele prestados no ano de 2019, os quais são indevidos pelo autor, que informa ter utilizado os serviços da ré, porém somente até o ano de 2015, quando foram cancelados sem a existência de qualquer débito pendente. Informa que as ligações de cobrança chegam a ocorrer até 50 vezes por dia e não apenas no horário comercial, sustentando já haver recebido ligações de cobrança as 05h00. Sustenta que já explicou o problema para a ré em algumas dessas ligações recebidas, bem como que já entrou em contato com a parte ré, solicitando que a mesma pare de efetuar tais ligações e explicando que o débito não é seu. Requer, assim, que a ré seja compelida a interromper as ligações para os telefones informados na inicial, bem como a declaração de inexistência de débito e indenização por danos materiais e morais. Em defesa tempestiva, a Ré impugna as telas juntadas pelo autor como meio de comprovação das ligações, pois, segundo ela, não há como comprovar que os números pertencem a ré, tampouco há como ser identificadas como sendo realmente de telefones do autor. Ainda, informa que o autor possuía o contrato nº 1517164952 habilitado em 22/04/2019, que segue cancelado e adimplente, conforme tela sistêmica carreada com a defesa. Assevera a inexistência de danos materiais e morais e requer a improcedência da ação. Pois bem. Para que a Ré seja responsabilizada civilmente é imprescindível a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade dentre eles. Analisando os autos, verifico que a ré alega que o autor possuía o contrato nº 1517164952 habilitado em 22/04/2019, que segue cancelado e adimplente. Entretanto, o autor negou a existência de relação jurídica com a ré, não tendo havido qualquer comprovação de que o contrato acima referido tenha sido habilitado a pedido do autor. Resta incontroverso, portanto, que houve contratação sem consentimento e/ou sem o pedido do autor. Ainda, o autor informou na inicial inúmeras ligações recebidas da ré, individualizou datas e horários de algumas delas e demonstrou os números recebidos. Por mais que as telas juntadas pelo autor na inicial não possam ser identificadas como pertencentes a ele e também não haja comprovação de que os números nelas constantes sejam oriundos da ré, os fatos narrados na inicial não foram contestados. A ré não nega que tenha efetuado as incontáveis ligações descritas na inicial, bem como não nega que o débito existente em nome do autor, objeto de tais cobranças, seja indevido. Ressalta-se, ainda, que, não obstante as ligações, o autor comprovou ter recebido diversas cobranças também por e-mail, estas incontroversas, o que corrobora com a tese inicial de cobrança insistente de valores indevidos. Esse comportamento da ré, em efetuar ligações excessivas e indesejadas, cobrando valores que são indevidos pelo consumidor, mesmo após este ter explicado o problema e solicitado expressamente a cessação das ligações, sem dúvidas fere o direito da parte Autora. Neste sentido: DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS. LIGAÇÕES INDESEJADAS. PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO E TRANQUILIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM MAJORADO. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1. Restaram nítidos, nos autos, os danos morais caracterizados por todo o transtorno e angústia indiscutivelmente sofridos pela apelante/autora em virtude das ligações telefônicas incessantes e indesejadas realizadas pelas apeladas/rés. 2. A indenização serve a propósito punitivo e preventivo, não podendo, porém, exorbitar da compensação efetivamente devida, para não restar configurado o enriquecimento sem causa. Assim, dadas as nuances do caso concreto, majoro de R$ 1.000,00 para R$ 5.000,00 a título de danos morais, montante este que satisfaz os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade. 3. Recurso a que se dá provimento. (TJ-PE – AC: 3851341 PE, Relator: José Fernandes de Lemos, Data de Julgamento: 02/10/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/10/2019). RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECEBIMENTO EXCESSIVO DE LIGAÇÕES E TORPEDOS. DANO MORAL CONFIGURADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. O envio diário de centenas de mensagens indesejadas (torpedos), e dezenas de ligações, todos os horários do dia, inclusive de madrugada, é prática abusiva que ultrapassa o mero dissabor, restando configurado o dano moral. (TJ-RO – RI: 70388363820178220001 RO 7038836-38.2017.822.0001. Data de Julgamento: 05/09/2019) Assim, não se reconhece eventual exercício regular de direito pela Ré, que excluiria o ato ilícito (Art. 188 C.C.), sequer atitudes transparentes na relação com o consumidor, demonstrando, portanto, flagrante falha na prestação de serviço. Comportamento que, por si só, fere a própria política nacional da relação de consumo, nos termos do artigo 4º do CDC. Logo, entendo que restou configurado o ato ilícito, caracterizado pela cobrança indevida e pelo número excessivo de ligações telefônicas indesejadas feitas aos telefones da parte autora. Assim, primeiramente, OPINO por RATIFICAR a liminar deferida à Decisão de ID nº 24863337, tornando-a definitiva e, por conseguinte, JULGAR PROCEDENTE o pedido de obrigação de fazer no sentido de determinar que a promovida se abstenha de efetuar ligações para o promovente nos telefones informados, (65) 98126-4444, (65) 99935-7164, (65) 3621-1718, (65) 99940-1590, bem como que se abstenha de inserir o nome do promovente no rol de maus pagadores de instituições de proteção ao crédito com relação ao débito aqui discutido, sob pena de multa fixa que OPINO manter em R$ 2.000,00. Quanto ao dano moral, uma vez comprovada a conduta ilícita da Ré, entendo que tal atitude, por si só, é capaz de causar danos à esfera moral da autora, que ultrapassam a esfera do mero dissabor, conforme jurisprudência já acima transcrita. E, nesses moldes, tem-se que o dano moral é in re ipsa, e o nexo causal necessário, ou seja, "o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado" (CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 71.), está fartamente demonstrado. No que tange ao quantum indenizatório, ressalto que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal a fim de dissuadi-la de novo atentado. No caso, considerando esses elementos, OPINO por fixar a indenização dos danos morais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte Autora, refletindo no patrimônio da ofensora de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Por fim, no que se refere aos danos materiais, OPINO por indeferi-los, uma vez que não houve pagamento do valor cobrado pela parte autora, não havendo que se falar em devolução da quantia. DISPOSITIVO Ante ao exposto e fundamentado, após a análise da versão fática trazida por ambas as partes, OPINO por: 1. DEFERIR o pedido de retificação do polo passivo, determinando que a secretaria promova a alteração no cadastro do feito para constar como parte ré SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. 2. REJEITAR a preliminar de falta de interesse de agir arguida pela ré. 3. INDEFERIR os pedidos de aplicação de multa por descumprimento da liminar feitos pelo autor. 4. RATIFICAR a liminar deferida à Decisão de ID nº 24863337, tornando-a definitiva e, por conseguinte, JULGAR PROCEDENTE o pedido de obrigação de fazer no sentido de determinar que a promovida se abstenha de efetuar ligações para o promovente nos telefones informados, (65) 98126-4444, (65) 99935-7164, (65) 3621-1718,

(65) 99940-1590, bem como que se abstenha de inserir o nome do promovente no rol de maus pagadores de instituições de proteção ao crédito com relação ao débito aqui discutido, sob pena de multa fixa que OPINO manter em R$ 2.000,00. 5. RATIFICAR, também, a inversão do ônus da prova deferida em favor da parte autora. 6. RECONHECER os danos morais sofridos pela parte Autora, de responsabilidade da Ré, para condená-la ao pagamento indenização por danos morais, na proporção que OPINO arbitrar em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sob o valor, OPINO por incidir juros de mora de 1% ao mês, a partir do evento danoso (17/07/2019 – data em que as ligações começaram), e correção monetária pelo INPC, a partir da homologação da presente. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado, para análise e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, através de seus patronos. João Manoel Pasqual Ferrari Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95 e art. 8º, § único da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018774-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO ANDRE MANJABOSCO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR TEIXEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Número do Processo: 1018774-17.2019.8.11.0001 Polo Ativo: BRUNO ANDRÉ MANJABOSCO Polo Passivo: JULIO CESAR TEIXEIRA PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. A presente demanda teve origem do Termo de Ocorrência lavrado no Processo nº 256/2019 JV 03, elaborado pelo Serviço de Atendimento Imediato do Poder Judiciário (SAI), na data de 27/11/2019. Como se sabe, o SAI é um serviço do poder judiciário, vinculado aos juizados especiais, cuja finalidade é atender, in locu, os acidentes de trânsito sem vítimas, proporcionando rapidez na solução dos conflitos. Ao compulsar os autos, vislumbro que, no aludido termo, lavrado pelo r. conciliador, constou a dinâmica do sinistro envolvendo as partes acima descritas, e a manifestação expressa de ambas, pela solução amigável do litígio. Pois bem. Certo é que se mostra lícito e louvável às partes buscarem a finalização de demandas mediante concessões mútuas, adequando-se ao espírito da nova sistemática do processo civil, o que, inclusive, dispensa o magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar, apenas e tão-somente, a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, com a homologação a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, tenho que as partes são capazes, e que ambas assinaram o termo de acordo, na presença do r. conciliador. Portanto, nada obsta a homologação da transação celebrada, voluntariamente, nos autos. Nesse sentido, o artigo 487, III, B do Código de Processo Civil estabelece que: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transação; Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, e possui a eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o art. 515, do Novo Código de Processo Civil. Isso posto, OPINO PELA HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA da composição amigável firmada entre as partes no Termo de Conciliação atrelado ao Processo n. 256/2019 JV 03, para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais. OPINO PELA EXTINÇÃO do presente feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, B do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Paula Pinheiro de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014544-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE VIVIAN SMOZINSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRENDA RODRIGUES SILVA OAB - AM14329 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTROI INCORPORADORA E LOTEADORA EIRELI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Número do Processo: 1014544-29.2019.8.11.0001 Polo Ativo: FELIPE VIVIAN SMOZINSKI Polo Passivo: CONSTROI INCORPORTADORA E LOTEADORA EIRELI PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Trata-se de Ação de Rescisão Contratual c/c Restituição de Valores Pagos e Indenização por Danos Morais Decorrentes de Cláusulas Abusivas, proposta pelo Autor em desfavor à Ré. Antes mesmo da Ré apresentar defesa, em audiência de conciliação, as partes resolveram se compor, amigavelmente, e, assim, encerrarem o litígio. (Mov. 27290822) Pois bem. Certo é que se mostra lícito e louvável às partes buscarem a finalização de demandas mediante concessões mútuas, adequando-se ao espírito da nova sistemática do processo civil, o que, inclusive, dispensa o magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar, apenas e tão-somente, a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, com a homologação a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, vislumbro que as partes são capazes, e que nada obsta a homologação da transação celebrada, voluntariamente, nos autos. Observo, inclusive, que, segundo os termos do acordo, o valor transacionado será depositado, na conta do Autor, indicada à solenidade. Nesse sentido, o artigo 487, III, B do Código de Processo Civil estabelece que: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transação; Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, e possui a eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o art. 515, do Novo Código de Processo Civil. Isso posto, OPINO PELA HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA da composição amigável firmada entre as partes na audiência de Mov. 27290822, para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais. OPINO PELA EXTINÇÃO do presente feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, B do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Paula Pinheiro de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009571-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA MANTIQUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANA LUIZA DE FRANCA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009571-31.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA MANTIQUEIRA EXECUTADO: JULIANA LUIZA DE FRANCA Vistos, etc. Trata-se de “AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL”, ajuizada por CONDOMÍNIO PARQUE CHAPADA MANTIQUEIRA em face de JULIANA

LUIZA DE FRANÇA. Relatório dispensado, nos termos da lei. Como cediço, as sentenças, nos Juizados Especiais, obedecerão aos limites traçados nos artigos 2º e 38, da Lei nº 9.099/95, c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC, c.c, Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Fundamento e decido. Do exame dos autos, verifica-se que a parte reclamante foi intimada acerca dos despachos prolatados id.: 24435178 e 25135567, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar: (...) intime-se o exequente, a fim de que apresente o original do título, na Secretaria da Vara, no prazo de 5 (cinco) dias, para que ele seja carimbado, conforme determinado no Enunciado n.º 126, do FONAJE: Em execução eletrônica de título extrajudicial, o título de crédito será digitalizado e o original apresentado até a sessão de conciliação ou prazo assinado, a fim de ser carimbado ou retido pela secretaria (XXIV Encontro ? Florianópolis/SC). Insta consignar que os artigos 319 e 320, do CPC, apresentam os requisitos para a propositura da ação, da seguinte forma: "Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. § 1o Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção. § 2o A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu. § 3o A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça. Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação". No caso, a supracitada intimação foi devidamente expedida para o autor, tendo decorrido o prazo sem nenhuma manifestação. Dessa forma, considerando que os documentos necessários para a propositura da ação não foram apresentados pela parte autora, apesar de intimada para suprir tal necessidade, forçoso o indeferimento da petição inicial, conforme dispõe o artigo 321, parágrafo único, do CPC: "Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial" (grifei). Ante o exposto, com fundamento no art. 320, parágrafo único, do CPC, INDEFIRO a petição inicial e, com observância do art. 485, I, do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO sem apreciação de mérito. Vale ressaltar, por oportuno, que não há prejuízo a novo ajuizamento da lide, respeitadas as normas processuais atinentes à espécie. Sem custas e honorários advocatícios (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95). Intime-se e, transitada em julgado, ao arquivo. Cumpra-se. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013345-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INARA REGINA AMIKI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013345-69.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: INARA REGINA AMIKI Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL", ajuizada por NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR ME em face de INARA REGINA AMIKI. Relatório dispensado, nos termos da lei. Como cediço, as sentenças, nos Juizados Especiais, obedecerão aos limites traçados nos artigos 2º e 38, da Lei nº 9.099/95, c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC, c.c, Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Fundamento e decido. Do exame dos autos, verifica-se que a parte reclamante foi intimada acerca do despacho prolatado (id.: 25590624), para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar: (...) intime-se o exequente, a fim de que apresente o original do título, na Secretaria da Vara, no prazo de 5 (cinco) dias, para que ele seja carimbado, conforme determinado no Enunciado n.º 126, do FONAJE: Em execução eletrônica de título extrajudicial, o título de crédito será digitalizado e o original apresentado até a sessão de conciliação ou prazo assinado, a fim de ser carimbado ou retido pela secretaria (XXIV Encontro ? Florianópolis/SC). Insta consignar que os artigos 319 e 320, do CPC, apresentam os requisitos para a propositura da ação, da seguinte forma: "Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. § 1o Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção. § 2o A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu. § 3o A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça. Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação". No caso, a supracitada intimação foi expedida para o autor, tendo decorrido o prazo sem nenhuma manifestação. Dessa forma, considerando que os documentos necessários para a propositura da ação não foram apresentados pela parte autora, apesar de intimada para suprir tal necessidade, forçoso o indeferimento da petição inicial, conforme dispõe o artigo 321, parágrafo único, do CPC: "Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial" (grifei). Ante o exposto, com fundamento no art. 320, parágrafo único, do CPC, INDEFIRO a petição inicial e, com observância do art. 485, I, do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO sem apreciação de mérito. Vale ressaltar, por oportuno, que não há prejuízo a novo ajuizamento da lide, respeitadas as normas processuais atinentes à espécie. Sem custas e honorários advocatícios (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95). Intime-se e, transitada em julgado, ao arquivo. Cumpra-se. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018510-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLOVIS ARANTES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREA CRISTINA FERREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Número do Processo: 1018510-97.2019.8.11.0001 Partes: CLOVIS ARANTES ANDREA CRISTINA FERREIRA PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. A presente demanda teve origem do Termo de Ocorrência lavrado no Processo nº 238/2019 JV 03, elaborado pelo Serviço de Atendimento Imediato do Poder Judiciário (SAI), na data de 11/11/2019. Como se sabe, o SAI é um serviço do poder judiciário, vinculado aos juizados especiais, cuja finalidade é atender, in locu, os acidentes de trânsito sem vítimas, proporcionando rapidez na solução dos conflitos. Ao compulsar os autos, vislumbro que, no aludido termo, lavrado pelo r. conciliador, constou a dinâmica do sinistro envolvendo as partes acima descritas, e a manifestação expressa de ambas, pela solução amigável do litígio. Pois bem. Certo é que se mostra lícito e louvável às partes buscarem a finalização de demandas mediante concessões mútuas, adequando-se

ao espírito da nova sistemática do processo civil, o que, inclusive, dispensa o magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar, apenas e tão-somente, a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, com a homologação a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, vislumbro que as partes são capazes, e que ambas assinaram o termo de acordo, na presença da r. conciliadora. Portanto, nada obsta a homologação da transação celebrada, voluntariamente, nos autos. Nesse sentido, o artigo 487, III, B do Código de Processo Civil estabelece que: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transação; Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, e possui a eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o art. 515, do Novo Código de Processo Civil. Isso posto, OPINO PELA HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA da composição amigável firmada entre as partes no Termo de Conciliação atrelado ao Processo n. 238/2019 JV 03, para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais. OPINO PELA EXTINÇÃO do presente feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, B do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Paula Pinheiro de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013957-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISLAINE DE FRANCA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013957-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GISLAINE DE FRANCA CAMPOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Dispenso relatório nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. A parte reclamante pugnou pela desistência da ação, conforme petição encartada nos autos. Assim, entendo que deve ser aplicado o Enunciado nº 90 do FONAJE: "A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária." Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Diante disso, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Fica revogada eventual decisão de tutela de urgência já proferida. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Arquivem-se os autos, nos termos do Enunciado/MT n.º 12. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito.

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015080-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GOLDEN GREEN RESIDENCE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIR GASPAR DE LIMA (EXECUTADO)
ELIZABETE OLIVEIRA DE LIMA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1015080-40.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: GOLDEN GREEN RESIDENCE EXECUTADO: ADEMIR GASPAR DE LIMA, ELIZABETE OLIVEIRA DE LIMA Vistos, etc. A parte credora requereu a desistência da execução, alegando que a dívida já se encontra paga. Assim, diante da quitação do débito, homologo o pedido de desistência apresentado pela parte credora e, nos termos do artigo 924, II do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução. Intimem-se e, em seguida, arquive-se. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016178-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS CONDOMINOS DO CONDOMINIO CAMPESTRE VIVENDAS MANOA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELLE DE LARA PINTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016178-60.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS CONDOMINOS DO CONDOMINIO CAMPESTRE VIVENDAS MANOA EXECUTADO: DANIELLE DE LARA PINTO Vistos, etc. A parte credora requereu a extinção da presente demanda, informando que a dívida já se encontra adimplida (id.: 27350611). Assim, diante da quitação do débito, homologo o pedido de desistência apresentado pela parte credora e, nos termos do artigo 924, II do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução. Intimem-se e, em seguida, arquive-se. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019024-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICIUS RODRIGUES BRAGA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HUDSON WILLIAN TEODORO RODRIGUES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Número do Processo: 1019024-50.2019.8.11.0001 Partes: MARCOS VINICIUS RODRIGUES BRAGA HUDSON WILLIAN TEODORO RODRIGUES PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. A presente demanda teve origem do Termo de Ocorrência lavrado no Processo nº 233/2019 JV 02, elaborado pelo Serviço de Atendimento Imediato do Poder Judiciário (SAI), na data de 29/11/2019. Como se sabe, o SAI é um serviço do poder judiciário, vinculado aos juizados especiais, cuja finalidade é atender, in locu, os acidentes de trânsito sem vítimas, proporcionando rapidez na solução dos conflitos. Ao compulsar os autos, vislumbro que, no aludido termo, lavrado pelo r. conciliador, constou a dinâmica do sinistro envolvendo as partes acima descritas, e a manifestação expressa de ambas, pela solução amigável do litígio.Pois bem. Certo é que se mostra lícito e louvável às partes buscarem a finalização de demandas mediante concessões mútuas, adequando-se ao espírito da nova sistemática do processo civil, o que, inclusive, dispensa o magistrado de julgar as diversas questões postas nos autos, cabendo verificar, apenas e tão-somente, a satisfação dos requisitos formais do negócio jurídico, com a homologação a manifestação da vontade apresentada pelas partes. No caso, vislumbro que as partes são capazes, e que ambas assinaram o termo de acordo, na presença da r. conciliadora. Portanto, nada obsta a homologação da transação celebrada, voluntariamente, nos autos. Nesse sentido, o artigo 487, III, B do Código de Processo Civil estabelece que: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transação; Com efeito, a sentença homologatória de conciliação ou de transação é título executivo judicial, e possui a eficácia da sentença condenatória, segundo estabelece o art. 515, do Novo Código de

Processo Civil. Isso posto, OPINO PELA HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA da composição amigável firmada entre as partes no Termo de Conciliação atrelado ao Processo n. 233/2019 JV 02, para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais. OPINO PELA EXTINÇÃO do presente feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, B do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Paula Pinheiro de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Terceiro Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020959-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARMINDA CORREA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMARA DOS SANTOS REIS OAB - MT25053/O (ADVOGADO(A))
RANIELY BENITES GONCALVES OAB - MT25747/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020959-28.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CARMINDA CORREA DA COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GILMARA DOS SANTOS REIS, RANIELY BENITES GONCALVES POLO PASSIVO: MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020960-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO DA SILVA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
SERASA S/A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020960-13.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALESSANDRO DA SILVA RODRIGUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: HERBERT COSTA THOMANN POLO PASSIVO: SERASA S/A. e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020965-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA LEITE DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020965-35.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANGELITA LEITE DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020968-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELLE SILVA E SOUZA CARVALHO (REQUERENTE)
DIEGO DE CARVALHO ZACCARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA (REQUERIDO)
MM TURISMO & VIAGENS S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020968-87.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DIEGO DE CARVALHO ZACCARO e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES POLO PASSIVO: MM TURISMO & VIAGENS S.A e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021023-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA OLIVIA ARTMANN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA OLIVIA ARTMANN OAB - MT26806/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APPLE COMPUTER BRASIL LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021023-38.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BRUNA OLIVIA ARTMANN ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: BRUNA OLIVIA ARTMANN POLO PASSIVO: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021029-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RENAN DA SILVA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021029-45.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSE RENAN DA SILVA NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021031-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA BRITO AMARAL DE MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021031-15.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUANA BRITO AMARAL DE MOURA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021033-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACKELINE PAIVA BIANCHINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021033-82.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JACKELINE PAIVA BIANCHINI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010616-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAIQUELON CASTRO VIANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Sara de Lourdes Soares Orione e Borges OAB - MT4807-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGV BRASIL ASSOCIACAO DE AUTOGESTAO VEICULAR (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOANNA GRASIELLE GONCALVES GUEDES OAB - MG157314 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

D E C I S Ã O O pedido é de reconsideração da decisão que indeferiu o pleito de antecipação de tutela. Em que pese a argumentação, não identifico o justificado receio de ineficácia do provimento final, devendo as partes aguardarem a prolação da sentença. Intimem-se, cumpra-se. Após, concluso para a pasta de sentença. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021089-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GENI QUARESMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR HUGO DA CRUZ SANTOS OAB - MT21852-O (ADVOGADO(A))
YASMINI TAVEIRA ABREU GRETER OAB - MT22379-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021089-18.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA GENI QUARESMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VITOR HUGO DA CRUZ SANTOS, YASMINI TAVEIRA ABREU GRETER POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 12:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021099-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TERENCIANA FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021099-62.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TERENCIANA FERREIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021102-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021102-17.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CELSO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021106-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA DA SILVA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021106-54.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FABIANA DA SILVA SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1021143-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE ALVES DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYHANA SHINO TADA ROJAS OAB - MT24379/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021143-81.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA JOSE ALVES DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DAYHANA SHINO TADA ROJAS POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021154-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NOBERTA PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021154-13.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NOBERTA PEREIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FERNANDA RIBEIRO DAROLD, BERNARDO RIEGEL COELHO POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021156-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CIRLANDIA DA COSTA BEZERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021156-80.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CIRLANDIA DA COSTA BEZERRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FERNANDA RIBEIRO DAROLD, BERNARDO RIEGEL COELHO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021177-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO LUCIO DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021177-56.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MAURO LUCIO DE ALMEIDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021189-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO BITTENCOURT NOVAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY AMARAL DE ANDRADE OAB - MT24017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APPLE (REQUERIDO)
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021189-70.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GUSTAVO BITTENCOURT NOVAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WESLEY AMARAL DE ANDRADE POLO PASSIVO: APPLE e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021143-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE ALVES DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYHANA SHINO TADA ROJAS OAB - MT24379/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1021143-81.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA JOSE ALVES DE ARRUDA REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Antes de analisar o pedido liminar, intime-se a parte reclamante para se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Cite-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021196-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNEIY DA SILVA BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021196-62.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EDNEIY DA SILVA BRITO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 27/01/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018192-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

PETRONIO DA SILVA CAMPOS ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PATRICIA SALGADO OAB - MT13260-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

D E S P A C H O Antes de analisar a liminar, intime-se a parte reclamada para se manifestar no prazo de 03 (três) dias. Cite-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1003889-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO AUGUSTO DE BARROS CORREA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO(A))
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Intimo o Reclamado para em 15 dias, proceder ao pagamento da condenação. O não pagamento ocasionará bloqueio e a incidência da multa de 10% (art. 523, § 1º, arts. 79 e 774 CPC).

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021089-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GENI QUARESMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR HUGO DA CRUZ SANTOS OAB - MT21852-O (ADVOGADO(A))
YASMINI TAVEIRA ABREU GRETER OAB - MT22379-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1021089-18.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA GENI QUARESMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto. A possibilidade de antecipação de tutela cautelar nos Juizados Especiais, deve obedecer aos limites traçados no art. 2º e art. 84, da Lei nº 8.078/90 c.c. art. 1.046, §2º, do CPC c.c. Enunciado nº 163 do FONAJE. O fundamento relevante da demanda resta, aparentemente, consubstanciado nas afirmações da parte Reclamante de que teve o fornecimento de energia elétrica suspenso arbitrariamente, uma vez que havia uma fatura pendente de pagamento com vencimento em 16/11/2019 e outra com vencimento nesta data, 16/12/2019, conforme demonstrado pelo extrato de consumo/pagamento juntado nos autos (mov. 27467625). O justificado receio de ineficácia do provimento final evidencia-se nos termos da Lei nº 6.942/1997, que determina que o corte no fornecimento só se dará após notificação expressa por parte da empresa reclamada com um mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, bem como, pelo risco de limitar o acesso da parte Reclamante ao serviço essencial. Isto posto, com fundamento no art. 84, §3º, do CDC c.c. art. 176 da Resolução 414 da ANEEL, DEFIRO a antecipação de tutela, determinando à parte Reclamada até ulterior deliberação deste juízo, promova a ligação de energia na UC indicada na inicial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Evidentemente, não estará a Empresa Reclamada obrigada ao cumprimento desta decisão no caso da existência de débito que justifique a suspensão do serviço, bem como, em caso de impedimento técnico na UC, o que deverá ser justificado em juízo no mesmo prazo. Fixo multa simples em R$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo descumprimento da presente determinação, sem prejuízo da resposta criminal por crime de desobediência. Ainda, antevendo a relação consumerista entre as partes, DEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, naquilo que não for responsabilidade processual da parte Reclamante, porquanto presentes os requisitos legais. Cite-se para responder à reclamação (se possível na via eletrônica), bem como, intime-se do deferimento da antecipação por Mandado, com as cópias necessárias. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020960-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO DA SILVA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
SERASA S/A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020960-13.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALESSANDRO DA SILVA RODRIGUES REQUERIDO: SERASA S/A e CLARO S/A Trata-se de reclamação cível com pedido liminar, onde a parte reclamante pretende que as reclamadas procedam com a baixa da inscrição no portal de ofertas da plataforma do Consumidor Serasa Experian. Com efeito, para a concessão de medida de urgência deve restar caracterizado nos autos a probabilidade do direito e o perigo de dano. Em síntese, a parte autora nega ter relação jurídica com a empresa requerida, bem como o débito no valor de R$ 283,69 (duzentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos), referente ao contrato de nº 719052963556. Por se tratar de relação consumerista e o consumidor hipossuficiente, além de se tratar de fato negativo, a alegação da parte reclamante reveste-se de uma presunção apriorística, sujeita ao contraditório postecipado e à prova nele produzida. Aí resta configurado o fumus boni iuris. Acerca do periculum in mora, esse resta apontado pelos prejuízos que experimenta com a anotação na plataforma da restrição ao crédito, bem como as cobranças indevidas. Não se cogita em irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual. Diante do exposto, DEFIRO a liminar vindicada, para o fim de DETERMINAR às reclamadas, até ulterior deliberação deste juízo, que procedam com a exclusão das propostas de acordo na plataforma do Serasa Experian Consumidor, desde que seja referente à dívida discutida nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Para tanto, determino que se oficie ao órgão negativador correspondente, para cumprimento da liminar. Arbitro, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$500,00 (quinhentos reais). Ademais, DETERMINO que a parte reclamante emende a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), apresentando comprovante de endereço atualizado (água, energia ou telefonia) em seu nome, ou se em nome de terceiro, comprove o vínculo jurídico com a pessoa do endereço declinado, SOB PENA DE SEU INDEFERIMENTO E REVOGAÇÃO DA LIMINAR. Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020810-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TANIA MARIA MORETTI BOTELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

D E C I S Ã O Cuida-se de pedido liminar formulado pela parte reclamante na qual pretende ter cessado desconto realizado em seu benefício por cartão de crédito cuja realização nega tenha feito. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos de evidência do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Sustenta a parte que o contrato que origina o desconto não fora por ela entabulado. A alegação induz a fato negativo - o de que não entabulou o contrato. Contudo, é imperioso ressaltar que os contratos

- em relação aos quais argumenta não ter pactuado - remetem a descontos desde setembro/2016, fato que, por si só, faz ruir o perigo da demora e a plausibilidade do direito - em cognição estrita não-exauriente. Diante do exposto, INDEFIRO a liminar. Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004509-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA LUIZA MONTEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1004509-10.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANTONIA LUIZA MONTEIRO DA SILVA REQUERIDO: BANCO FINASA BMC S.A. PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório. As partes litigaram em feito distribuído na 2ª Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá, nº 1000633-58.2018.8.11.0041, que teve como objeto a busca e apreensão de veículo alienado à parte Reclamante, diante da inadimplência desta junto a instituição financeira Reclamada, a qual foi julgada extinta sem julgamento de mérito, com condenação da Reclamada à devolução integral do equivalente ao valor de mercado do bem, calculado pela Tabela Fipe, diante da impossibilidade da restituição do veículo em razão da alienação extrajudicial promovida pela Reclamada. A referida ação foi julgada nos seguintes termos: "(...)Diante do exposto e considerando o que mais consta dos autos ACOLHO EM PARTE a Exceção de Pré-Executividade, nos termos da decisão acima prolatada, devendo prevalecer a condenação posta no v. Acórdão dos honorários advocatícios em R$ 2.000,00 (dois mil reais),, mais a restituição do valor do bem apreendido ser realizada pela Tabela Fipe de R$ 68.146,00 (sessenta e oito reais e cento e quarenta e seis reais) conforme indicado no id. 19010646, extirpar do cálculo a multa do art. 3º, §6º do Decreto Lei nº 911/69 e a indenização por perdas e danos, sendo aplicado a multa de 10% e honorários advocatícios de 10% sobre o débito de acordo com o art. 523 do CPC, referente ao cumprimento de sentença". Insurge a parte Reclamante narrando o descumprimento da ordem judicial, pois noticia que, solicitada a devolução do valor avaliado para o bem, deduzido o valor do débito junto a Reclamada, restando uma diferença a receber de R$ 23.736,58 (vinte e três mil e setecentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), esta se recusa a assim proceder, informando o uso do valor como indenização pelaas "despesas contratuais, são elas: Registros em cartórios, Honorários advocatícios, Comissionamento da empresa Leiloeira", o que a Reclamante entende indevido. Fundamento e Decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Mérito. No caso, o descumprimento de ordem judicial proferida nos autos sob o nº 1000633-58.2018.8.11.0041, com a cobrança de valores que entende indevidos, sobretudo diante da condenação da Reclamada ao pagamento de custas processuais naquele feito, não revela fato novo, mas tão somente extensão de ato executório. Ou seja, mediante simples petição, pode a parte Reclamante promover o desarquivamento da reclamação e postular o devido cumprimento, inclusive com arbitramento de multa pelo juízo. De todo o exposto, é possível extrair que a parte Reclamante não tem interesse processual na demanda, pela ocorrência da COISA JULGADA, sendo, em tese, ato próprio de execução do julgado. Ante o exposto, nos termos do art. 485, V, do CPC, indefiro a inicial, JULGANDO EXTINTO o processo SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ante o reconhecimento da coisa julgada ocorrida no feito sob o nº 1000633-58.2018.8.11.0041, em trâmite na 2ª Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010904-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ISABEL TOLEDO LUFT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO EDVINO LUFT OAB - MT13265-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010904-18.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA ISABEL TOLEDO LUFT REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende ser reparada pelos danos morais decorrentes de cancelamento de voo internacional, contratado da Reclamada, resultando em atraso na chegada do destino superior a 7 (sete) horas. Já a Reclamada sustenta a ausência de danos morais indenizáveis, apresentando como justificativa pelo atraso do voo contratado a necessidade de realizar manutenção técnica não programada na aeronave alocada para o voo. No presente caso, em face da verossimilhança das alegações da parte autora e de sua hipossuficiência, impõe-se a inversão do ônus da prova, cabendo à parte Reclamada a comprovação de inexistência de falha na prestação do serviço nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Verifico a demonstração nos autos de que houve falha na prestação de serviços, uma vez que a impossibilidade de cumprir o contrato de transporte da forma como convencionada, quer por razões técnicas, ou qualquer outro motivo, não afasta a responsabilidade do prestador do

serviço de disponibilizar outro meio menos gravoso capaz de atender às necessidades do consumidor, de forma a minimizar os transtornos, o que não ocorreu no presente caso. Nesse sentido: "Ementa: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO. SUPERIOR A QUATRO HORAS. PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO. CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. Cuida-se de ação por danos morais proposta por consumidor desamparado pela companhia aérea transportadora que, ao atrasar desarrazoadamente o voo, submeteu o passageiro a toda sorte de humilhações e angústias em aeroporto, no qual ficou sem assistência ou informação quanto às razões do atraso durante toda a noite. 2. O contrato de transporte consiste em obrigação de resultado, configurando o atraso manifesta prestação inadequada. 3. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso. 4. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. 5. Em virtude das especificidades fáticas da demanda, afigura-se razoável a fixação da verba indenizatória por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). 6. Recurso especial provido." (STJ - REsp n. 1280372/SP – rel. min. Ricardo Villas Bôas Cueva - DJe 10/10/2014.). Grifei. A responsabilidade do fornecedor de serviços é objetiva, pelo que responde, independente de culpa, pela reparação pelos danos causados aos consumidores em decorrência da falha na prestação do serviço, nos termos do art. 14 do CDC. Desta feita, para que pudesse de desonerar da obrigação de indenizar, deveria provar que, tenho prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inciso I e II, do art. 14 do CDC), o que não se verificou no presente caso. O fato reconhecido extrapola a seara contratual, a ponto de gerar dano moral, diante da realocação da Reclamante em voo com escala em país diverso do contratado, acrescendo conexão não prevista inicialmente e resultando no prolongamento da viagem por mais de 07 (sete) horas, a revelar a sujeição da Reclamante, pessoa idosa, à aflição psicológica e desgaste físico desnecessário. Por fim, considerando que as despesas dedutíveis em imposto de renda das empresas devem respeitar o binômio "necessidade e usualidade" (art. 299 do RIR/99 - art. 47, da Lei 4.506/64), concluo que a presente condenação não poderá ser lançada a título dedutível pelas partes Reclamadas. Nesse sentido: "Ementa: INDENIZAÇÃO - DESPESAS DEDUTÍVEIS DO LUCRO OPERACIONAL. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - DESPESAS INDEDUTÍVEIS - Os gastos com indenizações civis por atos ilícitos não são dedutíveis na apuração da base de cálculo do imposto de renda, eis que não se trata de dispêndios necessários ou usuais." (RF - Processo de Consulta nº 271/00 - SRRF/7a RF - Dispositivos Legais: RIR/99, arts. 299 e 344 - PN CST 32/81 - Data da Decisão: 31.10.2000 - Publicação no DOU: 01.12.20000). Isto posto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para: a) condenar a Reclamada a pagar a parte Reclamante o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação e correção monetária (INPC) a partir desta data (súmula 362 do STJ) e b) tratando-se de condenação por ato ilícito, não poderá o valor fixado ser dedutível em imposto de renda da Empresa Reclamada/condenada, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012837-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO OLIVEIRA DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1012837-26.2019.8.11.0001. INTERESSADO: REGINALDO OLIVEIRA DA SILVA REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Preliminar. - DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO – NECESSIDADE DE PERÍCIA. Apresentada gravação de áudio em contestação, sobre a qual nega a parte Reclamante a legitimidade, conclui-se que a causa em exame ostenta complexidade em razão da prova, pois, para o seu desate, indispensável a realização de perícia, na forma estabelecida pelo art. 464 e seguintes do Código de Processo Civil, expediente que não se compatibiliza com o rito célere, simples e informal dos Juizados Especiais, consonante determina o art. 2º, da Lei 9.099/95. Isto posto, com fulcro no art. 51, II da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 485, do CPC, DECLARO a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, extinguindo o processo sem apreciação do mérito. Sem custas e honorários advocatícios (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Submeto à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012542-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIARA DA SILVA FRANCA JUNQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARYANE MARTINS SANTANA OAB - GO47642 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1012542-86.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JANDIARA DA SILVA FRANCA JUNQUEIRA REQUERIDO: ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório. Noticia a parte Reclamante que foi surpreendida com a negativação de seu nome junto ao SCPC por dívida que alega ser indevida. Em contestação, a parte Reclamada junta Ficha Cadastral e comprovante de entrega de mercadorias assinados pela Reclamante, bem como documentos pessoais da parte Reclamante, a justificar a contratação do serviço e respectiva dívida, sem resistência pela parte Reclamante. Fundamento e decido. Mérito - principal. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO

INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende a declaração de inexistência de débito junto a Reclamada, bem como a baixa da restrição correspondente e indenização por danos morais. A prova produzida pela Reclamada (id. 26542539) demonstra a ausência de elementos para declarar a inexistência da dívida e, por conseguinte, ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. Destaco ainda que a parte promovente sequer se opõe aos documentos colacionados pela Ré, quedando inerte quando instada a se manifestar. De outro lado, a propositura de reclamação judicial (aproveitando-se da gratuidade em primeiro grau), sabendo ser devedor, para, com sorte, alcançar condenação em dano moral (busca pela indenização), se mostra verdadeira aventura jurídica caracterizadora da má-fé e que deve ser prontamente repelida (art. 80, II e V, do CPC). Desimporta no caso se a parte Reclamante tem direito ao benefício da justiça gratuita, haja vista que a condenação ao pagamento da pena de litigância de má-fé não está abrangida pela AJG. Aliás, esse entendimento já foi objeto de enunciado do FONAJE: "Enunciado 114: A gratuidade da justiça não abrange o valor devido em condenação por litigância de má-fé." Ademais, a isenção da condenação ao pagamento da pena de litigância de má-fé representa completo desvirtuamento da AJG. A justiça gratuita destina-se à isenção das despesas necessárias ao ajuizamento de uma ação, não à isenção do pagamento de verba que representa verdadeira punição ao litigante improbo. No mais, estar-se-ia incentivando o exercício temerário do direito de ação. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INTELIGÊNCIA DO ART. 18 DO CPC. 1. "A concessão da gratuidade da Justiça, não tem o condão de eximir o beneficiário da concessão do recolhimento da punição por conduta que ofende a dignidade do tribunal e a função pública do processo, que sobreleva aos interesses da parte" (AgRg nos EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1250721 / SP, rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 10/02/2011). Precedentes. 2. O art. 3º da Lei n. 1.060/1950 delineou todas as taxas, custas e despesas às quais o beneficiário faz jus à isenção, não se enquadrando no seu rol eventuais multas e honorários advocatícios impostos pela atuação desleal da parte no curso da lide. 3. A intenção do legislador ao conceder a assistência judiciária foi proporcionar o acesso ao Judiciário a todos, até mesmo aos que se encontram em condição de miserabilidade, e não criar mecanismos para permitir às partes procrastinar nos feitos sem sujeitar-se à aplicação das sanções processuais. 4. Recurso especial provido." (STJ – 2ª T - REsp 1259449/RJ RECURSO ESPECIAL 2011/0131457-0 – rel. min. MAURO CAMPBELL MARQUES – j. 15/09/2011 – DJe 21/09/2011). Grifei. Mérito – contraposto. Por todo o exposto, o deferimento do pedido contraposto é decorrência lógica, todavia, no valor original do débito, com os acréscimos legais a partir do vencimento, diante da ausência de descrição do cálculo apresentado. Isto posto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e PROCEDENTE o pedido contraposto, condenando a parte Reclamante a pagar à Reclamada o valor de R$ 510,86 (quinhentos e dez reais e oitenta e seis centavos), acrescido de juros de 1% (um por cento) a.m. e correção monetária (INPC) desde o vencimento, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Ademais, reconhecendo a litigância de má-fé, CONDENO a parte Reclamante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) do valor da causa, custas processuais e honorários advocatícios que FIXO em 10% (dez por cento) do valor da causa, com fulcro nos arts. 80, II, e 81, ambos do CPC, c/c art. 55, caput, da Lei 9.099/95 e Enunciado 136/FONAJE. Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010243-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALAN SENNA OLIVEIRA DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010243-39.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALAN SENNA OLIVEIRA DE PAULA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório. Noticia a parte Reclamante que foi surpreendida com a negativação de seu nome junto ao SCPC por dívida que alega ser indevida. Em contestação, a parte Reclamada junta Termo de Adesão a produtos e serviços, bem como documentos pessoais da parte Reclamante, a justificar a contratação do serviço e respectiva dívida, sem resistência pela parte Reclamante. Fundamento e decido. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende a declaração de inexistência de débito junto a Reclamada, bem como a baixa da restrição correspondente e indenização por danos morais. A prova produzida pela Reclamada (id. 26155169) demonstra a ausência de elementos para declarar a inexistência da dívida e, por conseguinte, ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. Destaco ainda que a parte promovente sequer se opõe aos documentos colacionados pela Ré, quedando inerte quando instada a se manifestar. De outro lado, a propositura de reclamação judicial (aproveitando-se da gratuidade em primeiro grau), sabendo ser devedor, para, com sorte, alcançar condenação em dano moral (busca pela indenização), se mostra

verdadeira aventura jurídica caracterizadora da má-fé e que deve ser prontamente repelida (art. 80, II e V, do CPC). Desimporta no caso se a parte Reclamante tem direito ao benefício da justiça gratuita, haja vista que a condenação ao pagamento da pena de litigância de má-fé não está abrangida pela AJG. Aliás, esse entendimento já foi objeto de enunciado do FONAJE: "Enunciado 114: A gratuidade da justiça não abrange o valor devido em condenação por litigância de má-fé." Ademais, a isenção da condenação ao pagamento da pena de litigância de má-fé representa completo desvirtuamento da AJG. A justiça gratuita destina-se à isenção das despesas necessárias ao ajuizamento de uma ação, não à isenção do pagamento de verba que representa verdadeira punição ao litigante improbo. No mais, estar-se-ia incentivando o exercício temerário do direito de ação. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INTELIGÊNCIA DO ART. 18 DO CPC. 1. "A concessão da gratuidade da Justiça, não tem o condão de eximir o beneficiário da concessão do recolhimento da punição por conduta que ofende a dignidade do tribunal e a função pública do processo, que sobreleva aos interesses da parte" (AgRg nos EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1250721 / SP, rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 10/02/2011). Precedentes. 2. O art. 3º da Lei n. 1.060/1950 delineou todas as taxas, custas e despesas às quais o beneficiário faz jus à isenção, não se enquadrando no seu rol eventuais multas e honorários advocatícios impostos pela atuação desleal da parte no curso da lide. 3. A intenção do legislador ao conceder a assistência judiciária foi proporcionar o acesso ao Judiciário a todos, até mesmo aos que se encontram em condição de miserabilidade, e não criar mecanismos para permitir às partes procrastinar nos feitos sem sujeitar-se à aplicação das sanções processuais. 4. Recurso especial provido." (STJ – 2ª T - REsp 1259449/RJ RECURSO ESPECIAL 2011/0131457-0 – rel. min. MAURO CAMPBELL MARQUES – j. 15/09/2011 – DJe 21/09/2011). Grifei. Isto posto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Ademais, reconhecendo a litigância de má-fé, CONDENO a parte Reclamante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) do valor da causa, custas processuais e honorários advocatícios que FIXO em 10% (dez por cento) do valor da causa, com fulcro nos arts. 80, II, e 81, ambos do CPC, c/c art. 55, caput, da Lei 9.099/95 e Enunciado 136/FONAJE. Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011370-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO LUIS MAGALHAES SERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

22 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1011370-12.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CELSO LUIS MAGALHAES SERRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Preliminar. - DOS DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. A presente Reclamação se encontra devidamente instruída com os documentos necessários para o deslinde do feito, restando suficiente demonstrada a inscrição negativa objeto de discussão, inexistindo exigência legal de apresentação do extrato de negativação oficialmente expedido pelo SCPC para tal fim. Rejeito, portanto, a preliminar. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende a declaração de inexistência de débito, bem como a baixa da negativação decorrente e indenização por danos morais, por se tratar de cobrança indevida. No presente caso, em face da verossimilhança das alegações da parte Autora e de sua hipossuficiência, escorreita a manutenção da inversão do ônus da prova, cabendo à parte Reclamada a comprovação de inexistência de falha na prestação do serviço, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Em defesa, a parte Reclamada sustenta a legalidade da cobrança, todavia, não apresenta nenhum documento ilustrando a origem do débito defendido. Ressalta-se que, nestas circunstâncias, ainda que existente em tese, vínculo negocial entre as partes, cumpre à Reclamada trazer aos autos documentos consistentes que pudessem comprovar inequivocamente a origem do débito por contraprestação de eventuais produtos fornecidos ou serviços prestados, nos termos do art. 373, II, do CPC. Entretanto, assim não o fez. Inexiste nos autos a demonstração inequívoca da contratação (contrato devidamente assinado; áudio da gravação; e-mail; etc...). Portanto, não se desincumbiu a parte Reclamada da obrigação processual que lhe competia. No caso, caracterizado está o defeito do serviço cuidando-se, portanto, de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, previsto no artigo 14, do CDC, respondendo o fornecedor por esse serviço defeituoso. Como decorrência da responsabilidade objetiva, para que o prestador do serviço possa se desonerar da obrigação de indenizar, deve provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses, do prestador do serviço e se não a produzir, será responsabilizado. Desta forma, o dano decorrente da má prestação do serviço, no caso concreto é "in re ipsa", ou seja, só a negativação indevida já configura dano moral. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ somente permite a alteração do valor da indenização por danos morais, arbitrado na origem, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a importância fixada. 2. No presente caso, para rever o entendimento da Corte de origem, a fim de atender ao apelo do consumidor para majorar o valor dos danos morais, seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ. 3. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª T - REsp

1692025/SE RECURSO ESPECIAL 2017/0172159-4 – rel. min. Herman Benjamin – j. 10/10/2017 – DJe 23/10/2017). Grifei. Por fim, considerando que as despesas dedutíveis em imposto de renda das empresas devem respeitar o binômio "necessidade e usualidade" (art. 299 do RIR/99 - art. 47, da Lei 4.506/64), concluo que a presente condenação não poderá ser lançada a título dedutível pela parte Reclamada. Nesse sentido: "Ementa: INDENIZAÇÃO - DESPESAS DEDUTÍVEIS DO LUCRO OPERACIONAL. INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - DESPESAS INDEDUTÍVEIS - Os gastos com indenizações civis por atos ilícitos não são dedutíveis na apuração da base de cálculo do imposto de renda, eis que não se trata de dispêndios necessários ou usuais." (RF - Processo de Consulta nº 271/00 - SRRF/7a RF - Dispositivos Legais: RIR/99, arts. 299 e 344 - PN CST 32/81 - Data da Decisão: 31.10.2000 - Publicação no DOU: 01.12.20000). Ante o exposto, rejeito a preliminar e, nos termos do artigo 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para: a) declarar a inexistência de débito entre as partes no valor de R$ 1.975,17 (um mil novecentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos); b) condenar a parte Reclamada a pagar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação e correção monetária (INPC) a partir desta data; c) tratando-se de condenação por ato ilícito, não poderá o valor fixado ser dedutível em imposto de renda da Empresa Reclamada/condenada e d) permanecendo a negativação após o trânsito em julgado, informe a parte nos autos a fim de que a Secretaria do juízo expeça ofício ao Órgão Negativador, para baixa definitiva do registro, extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012672-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GIOVANINI BRUNO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1012672-76.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GIOVANINI BRUNO DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Preliminar. - DA CARÊNCIA DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. A tutela jurisdicional não está condicionada ao ingresso anterior nas vias administrativas ou ao esgotamento dos demais meios extrajudiciais de solução de conflito. - DOS DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. A presente Reclamação se encontra devidamente instruída com os documentos necessários para o deslinde do feito, restando suficiente demonstrada a inscrição negativa objeto de discussão, inexistindo exigência legal de apresentação do extrato de negativação oficialmente expedido pelo SCPC para tal fim, tampouco de comprovante de endereço em nome próprio. Rejeito, portanto, as preliminares. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. A parte Reclamante pretende a declaração de inexistência de débito, bem como a baixa da negativação decorrente e indenização por danos morais, por se tratar de cobrança indevida. Em defesa, a parte Reclamada sustenta a legalidade da cobrança, todavia, não apresenta nenhum documento capaz de demonstrar a origem da dívida defendida. No presente caso, em face da verossimilhança das alegações da parte Autora e de sua hipossuficiência, escorreita a inversão do ônus da prova, cabendo à parte Reclamada a comprovação de inexistência de falha na prestação do serviço, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Ressalta-se que, nestas circunstâncias, ainda que existente em tese, vínculo negocial entre as partes, cumpre à Reclamada trazer aos autos documentos consistentes que pudessem comprovar inequivocamente a origem do débito por contraprestação de eventuais produtos fornecidos ou serviços prestados, nos termos do art. 373, II, do CPC. Entretanto, assim não o fez. Inexiste nos autos a demonstração inequívoca da contratação (contrato devidamente assinado; áudio da gravação; e-mail; etc...) que originou o débito discutido, sendo que "telas de sistemas" e faturas isoladas e eventualmente apresentadas não se prestam a comprovar a relação jurídica entre as partes. Portanto, não se desincumbiu a parte Reclamada da obrigação processual que lhe competia, nos termos do artigo 373, II, do CPC. No caso, caracterizado está o defeito do serviço cuidando-se, portanto, de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, previsto no artigo 14, do CDC, respondendo o fornecedor por esse serviço defeituoso. Como decorrência da responsabilidade objetiva, para que o prestador do serviço possa se desonerar da obrigação de indenizar, deve provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses, do prestador do serviço e se não a produzir, será responsabilizado. Desta forma, o dano decorrente da má prestação do serviço, no caso concreto é "in re ipsa", ou seja, só a negativação indevida já configura dano moral. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ somente permite a alteração do valor da indenização por danos morais, arbitrado na origem, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a importância fixada. 2. No presente caso, para rever o entendimento da Corte de origem, a fim de atender ao apelo do consumidor para majorar o valor dos danos morais, seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ. 3. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª T - REsp 1692025/SE RECURSO ESPECIAL 2017/0172159-4 – rel. min. Herman Benjamin – j. 10/10/2017 – DJe 23/10/2017). Grifei. Por fim, considerando que as despesas dedutíveis em imposto de renda das empresas devem respeitar o binômio "necessidade e usualidade" (art. 299 do RIR/99 - art. 47, da Lei 4.506/64), concluo que a presente condenação não poderá ser lançada a título dedutível pela parte Reclamada. Nesse sentido: "Ementa: INDENIZAÇÃO - DESPESAS DEDUTÍVEIS DO LUCRO OPERACIONAL.

INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - DESPESAS INDEDUTÍVEIS - Os gastos com indenizações civis por atos ilícitos não são dedutíveis na apuração da base de cálculo do imposto de renda, eis que não se trata de dispêndios necessários ou usuais." (RF - Processo de Consulta nº 271/00 - SRRF/7a RF - Dispositivos Legais: RIR/99, arts. 299 e 344 - PN CST 32/81 - Data da Decisão: 31.10.2000 - Publicação no DOU: 01.12.20000). Ante o exposto, rejeito as preliminares e, nos termos do artigo 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para: a) declarar a inexistência de débito entre as partes no valor de R$ 477,26 (quatrocentos e setenta e sete reais vinte e seis centavos); b) condenar a parte Reclamada a pagar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% (um por cento) a.m. a partir da citação e correção monetária (INPC) a partir desta data; c) tratando-se de condenação por ato ilícito, não poderá o valor fixado ser dedutível em imposto de renda da Empresa Reclamada/condenada e d) permanecendo a negativação após o trânsito em julgado, informe a parte nos autos a fim de que a Secretaria do juízo expeça ofício ao Órgão Negativador, para baixa definitiva do registro, extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Yasmin Penteado Baggio de Carvalho Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011864-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANIRA DARC FERREIRA DA SILVA ALTIMARI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEIBIO ARAUJO OLIVEIRA FREITAS OAB - MT26416/O (ADVOGADO(A))
DIONILDO GOMES CAMPOS OAB - MT3302-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1011864-71.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WANIRA DARC FERREIRA DA SILVA ALTIMARI REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Preliminar Da revelia. A parte Reclamada foi devidamente citada/intimada no id. nº 25863150, todavia, deixou de comparecer à audiência de conciliação, e tampouco justificou sua ausência no prazo legal, razão pela qual, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.099/95, reconheço a revelia. Entretanto, segundo dispõe o artigo 354 do CPC, a revelia não produz efeito quando: o litígio versar sobre direitos indisponíveis; a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; ou ainda, quando as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos. Desta forma, a ocorrência da revelia não importa necessariamente em procedência do pedido, pois deve sempre o Juiz verificar se há fundamento no direito pleiteado pela parte autora. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória oral e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. Ressai das alegações da parte Reclamante de que é consumidora na UC nº 24069-9, e que desde o ano de 2015 o consumo cobrado tem superado ao realmente consumido; a prova constante dos autos demonstra que aparte não efetua o pagamento das faturas de serviços desde junho/2017, e que a parte Reclamada se recusa a celebrar acordo nos termos ofertados; bem como a reestabelecer os serviços sem a respectiva contraprestação/adimplência. No caso, embora a parte Reclamante tenha alegado valor/consumo incompatível com o uso do serviço de água, não provou qualquer irregularidade na medição do consumo, apresentando apenas discordância quanto ao valor faturado, ou seja, permanecendo na esfera da alegação. E mais, além do longo período questionado (dezembro/2014 a abril/2019), a reclamação somente aportou em juízo em outubro/2019, ou seja, muito tempo depois dos fatos ocorridos, inviabilizando o aprofundamento nas provas/diligências possíveis em sede de juizado especial. Escolhendo a parte o microssistema dos juizados especiais, reconhece e concorda com a sua limitação processual no caso concreto. Inexiste prova técnica produzida pela parte Reclamante indicando a absoluta regularidade do sistema hidrossanitário na Matrícula nº 24069-9, contando do relógio medidor para dentro do imóvel, no período questionado. De outro lado, além do fato de que os atos praticados pelas Concessionárias de Serviço Público gozam de presunção de veracidade, tem-se que o consumo e respectivo valor das faturas questionadas oscilam de forma a demonstrar a possível ocorrência de leitura de consumo. Nesse sentido: "Ementa: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. CORSAN. EXCESSO DE CONSUMO. REQUERIDA QUE ATRIBUIU O EXCESSO DE CONSUMO A VAZAMENTO NA ÁREA INTERNA DO IMÓVEL DO AUTOR. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR QUANTO A VAZAMENTO NA INSTALAÇÃO PREDIAL INTERNA. LEITURAS SEGUINTES QUE RETORNARAM AO CONSUMO MÉDIO ANTERIOR. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS DA CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO. O autor não comprovou erro por parte da ré relativamente à cobrança impugnada. O histórico de consumo demonstra que em FEV/14 houve consumo de 536m³, quando a média anterior e posterior a esta leitura era de menos de 30m³. Tal fato (leitura dentro da média antes e depois da leitura discrepante) demonstra que não há falha no medidor, levando à conclusão de vazamento interno na rede de água da casa do autor. O dever de conservação das instalações hidráulicas após o ramal de entrada do imóvel é do usuário, frisando que o ato da ré, concessionária de serviço público, goza de presunção de legitimidade. Ausente prova de erro de leitura, o pedido é improcedente. RECURSO DESPROVIDO." (TJRS – TRP – RI nº 0051690-53.2015.8.21.9000 – rel. juiz LUCAS MALTEZ KACHNY – j. 21/11/2016). Grifei. Ainda que se considere a responsabilidade objetiva do prestador do serviço em face da incidência do Código de Defesa do Consumidor, é obrigação da parte Reclamante a demonstração da verossimilhança de suas alegações que, no caso concreto, reclama prova documental. A circunstância de existir relação de consumo não impõe, necessariamente, a inversão do ônus da prova, a qual, também não é absoluta, pois, para tanto, necessária a mínima demonstração da hipossuficiência do consumidor ou a verossimilhança das alegações (CDC, art. 6º, inciso VIII), o que não se verifica no presente caso. Por fim, ante a conclusão sobre a impossibilidade de revisão pretendida e ausência de ato ilícito praticado pela parte Reclamada, inexiste falar-se em dano moral. Isto posto, reconheço a revelia da

Reclamada, mas nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema PJE. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Felipe Douglas Santos Lucas Juiz Leigo SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011946-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CILEA FELIZARDA BRITO DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA DA CRUZ MENDONCA OAB - MT24398/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1011946-05.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CILEA FELIZARDA BRITO DE LIMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Fundamento e decido. Antes de enfrentar o mérito, necessário o registro de que as demandas que envolvem discussão sobre consumo de energia, apesar de evidente a necessidade de perícia, especialmente para se estabelecer, com segurança, as questões atinentes ao correto fornecimento do serviço e a quantidade exata de consumo com a incidência das consequências dai derivadas (sistema de bandeiras, multas, etc), as reiteradas decisões da Turma Recursal/TJMT, determinam que o juízo deve utilizar-se de "outros meios de prova" à solução do conflito, para fixação "virtual" de eventual consumo. Preliminar – Incompetência. Conforme reiteradas decisões da Turma Recursal, é sim competente o juizado especial para julgar causas que envolvam, inclusive, a necessidade de perícia, desde que utilizados "outros meios de provas". Nesse sentido: "Ementa: PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS – NECESSIDADE DE PERÍCIA COMPLEXA – PRELIMINAR REJEITADA. Conforme disposto na Lei nº 9.099/1995, que rege os Juizados Especiais, aquela não exclui de sua competência a prova técnica; determina, tão somente, que o valor e a matéria a ser tratada possam ser considerados de menor complexidade. Implica dizer que a complexidade da causa não está relacionada à necessidade de perícia. ..." (TJMT – TRU – RI nº 0047585-72.2017.8.11.0001 – rel. juiz Marcelo Sebastião do Prado de Moraes – j. 7/08/2018). Rejeito a preliminar. - Do interesse de agir A preliminar se confunde com o mérito e com ele será analisada. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. Ressai das alegações da parte Reclamante de que é consumidora na UC nº 6/337692-8, e que pelo período de junho/2016 a fevereiro/2018 utilizava de equipamentos ligados à rede elétrica 24 horas por dia para tratamento domiciliar de seu esposo. Noticia que não efetua o pagamento das faturas desde julho/2017, em razão da recusa da Reclamada em celebrar acordo nos termos ofertados, e que após o falecimento de seu esposo (fevereiro/2018) o consumo de energia não reduziu, contestando dessa forma também, o consumo cobrado. Em defesa a reclamada aduz que a demanda reflete mero inconformismo da Requerente, que não há irregularidade na cobrança e que o valor debitado deve-se à composição da fatura. No caso, embora a parte Reclamante tenha alegado valor/consumo incompatível com o uso do serviço de energia elétrica, não provou qualquer irregularidade na medição do consumo, apresentando apenas discordância quanto ao valor faturado, ou seja, permanecendo na esfera da alegação. Ademais, conforme consta dos documentos que acompanham a peça de contestação, notadamente o histórico de consumo (id. 26750387) é possível observar que a própria tese da Reclamante não se sustenta, apenas a título de demonstração, é possível constatar que nos seis meses anteriores ao noticiado falecimento do esposo da Reclamante, a média de consumo equivalia a 867 Kwh, ao passo que nos seis meses posteriores a fevereiro/2018 a média de consumo reduziu para 504 Kwh, uma nítida redução na ordem de 58% (cinquenta e oito por cento). Ainda que se considere a responsabilidade objetiva do prestador do serviço em face da incidência do Código de Defesa do Consumidor, é obrigação da parte Reclamante a demonstração da verossimilhança de suas alegações que, no caso concreto, reclama prova documental. A circunstância de existir relação de consumo não impõe, necessariamente, a inversão do ônus da prova, a qual, também não é absoluta, pois, para tanto, necessária a mínima demonstração da hipossuficiência do consumidor ou a verossimilhança das alegações (CDC, art. 6º, inciso VIII), o que não se verifica no presente caso. Desta feita, ante a conclusão sobre a impossibilidade de revisão pretendida e ausência de ato ilícito praticado pela parte Reclamada, inexiste falar-se em dano moral. Finalmente, sobre a pretensão de parcelamento, ressalto que o parcelamento de dívida é uma faculdade/liberalidade do credor, não havendo previsão no ordenamento jurídico de tal ônus ao credor, muito pelo contrário, conforme norteia o art. 314 do Código Civil "Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou". Assim, ainda mais considerando não haver qualquer narrativa sobre fato imputável à Ré como participativo no débito inadimplido, imperioso concluir que a improcedência da pretensão é a medida que se impõe. Mérito – CONTRAPOSTO. Da conclusão ocorrida no pedido principal, é possível reconhecer correta a pretensão da Empresa Reclamada na cobrança dos valores indicados na petição inicial (art. 31 da Lei nº 9.099/95), ou seja, referente às faturas de serviços inadimplidas entre fevereiro/2018 a outubro/2019. No mais, a existência de outros débitos deve, se for o caso, ser objeto de ação própria. Isto posto, com fundamento art. 487, I, do CPC e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido principal. De outro lado, JULGO PROCEDENTE o pedido contraposto para condenar a parte Reclamante ao pagamento das faturas de serviços inadimplidas entre os meses de fevereiro/2018 a outubro/2019, representadas pelos valores de R$ 685,86 (seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) R$ 435,32 (quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), R$ 498,42 (quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos), R$ 516,31 (quinhentos e dezesseis reais e trinta e um centavos), R$ 390,25 (trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos), R$ 374,87 (trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), R$ 409,40 (quatrocentos e nove reais e quarenta centavos), R$ 572,84 (quinhentos e setenta e dois reais oitenta e quatro centavos), R$ 776,11 (setecentos e

setenta e seis reais e onze centavos), R$ 746,57 (setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), R$ 736,45 (setecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), R$ 701,70 (setecentos e um reais e setenta centavos), R$ 621,60 (seiscentos e vinte e um reais e sessenta centavos), R$ 715,02 (setecentos e quinze reais e dois centavos), R$ 560,50 (quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos), R$ 583,82 (quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos), R$ 514,18 (quinhentos catorze reais e dezoito centavos), R$ 446,22 (quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), R$ 539,65 (quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos), R$ 657,45 (seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) R$ 753,26 (setecentos e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos), corrigidas monetariamente (INPC) e juros de mora de 1% (um por cento) a.m., conforme disposição do art. 406 do CC c.c. art. 161, §1º, do CTN, contados de cada vencimento respectivamente; extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema PJE. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Felipe Douglas Santos Lucas Juiz Leigo SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011825-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONILSON FELIPE DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1011825-74.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RONILSON FELIPE DO NASCIMENTO REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório. Noticia a parte Reclamante que foi surpreendida com a negativação de seu nome junto ao SCPC por uma dívida no valor de R$ 905,09 (novecentos e cinco reais e nove centavos); que não possui relação jurídica com a Reclamada e não recebeu qualquer notificação sobre o débito. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Mérito Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. No presente caso, em face da verossimilhança das alegações da parte Autora e de sua hipossuficiência, impõe-se a inversão do ônus da prova, cabendo à parte Reclamada a comprovação de inexistência de falha na prestação do serviço nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Inexiste nos autos a demonstração inequívoca da contratação (contrato devidamente assinado; áudio da gravação; e-mail; etc...), sendo que "telas sistêmicas", ou "faturas" isoladas e eventualmente apresentadas, não se prestam a comprovar a relação jurídica entre as partes. Portanto, não se desincumbiu a parte Reclamada da obrigação processual que lhe competia, nos termos do artigo 373, II, do CPC. No caso, caracterizado está o defeito do serviço cuidando-se, portanto, de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, previsto no artigo 14, do CDC, respondendo o fornecedor por esse serviço defeituoso. Como decorrência da responsabilidade objetiva, para que o prestador do serviço possa se desonerar da obrigação de indenizar, deve provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses, do prestador do serviço e se não a produzir, será responsabilizado. Desta forma, o dano decorrente da má prestação do serviço, no caso concreto é "in re ipsa", ou seja, só a negativação indevida já configura dano moral. Nesse sentido: "Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ somente permite a alteração do valor da indenização por danos morais, arbitrado na origem, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a importância fixada. 2. No presente caso, para rever o entendimento da Corte de origem, a fim de atender ao apelo do consumidor para majorar o valor dos danos morais, seria necessário revolver o contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ. 3. Recurso Especial não conhecido." (STJ – 2ª T - REsp 1692025/SE RECURSO ESPECIAL 2017/0172159-4 – rel. min. Herman Benjamin – j. 10/10/2017 – DJe 23/10/2017). Grifei. De outro lado, conforme extrato do órgão de restrição, colacionado à petição inicial, está registrada a existência de inúmeras outras negativações em nome da parte Reclamante, inclusive anteriores àquela discutida nos autos, o que impede, no caso concreto, a configuração de dano decorrente da falha na prestação do serviço. Aplicável, no caso, a Súmula 385 do STJ. "Súmula 385 - Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento." Nesse sentido: "Ementa: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. 1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional. 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). 3. Embora os precedentes da referida súmula tenham sido acórdãos em que a indenização era buscada contra cadastros restritivos de crédito, o seu fundamento - "quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito", cf. REsp 1.002.985-RS, rel. Ministro Ari Pargendler - aplica-se também às ações voltadas contra o suposto credor que efetivou a inscrição irregular. 4. Hipótese em que a inscrição indevida coexistiu com quatorze outras anotações que as instâncias ordinárias verificaram constar em nome do autor em cadastro de inadimplentes. 5. Recurso especial a que se nega provimento." (STJ – 2ª S – REsp nº 1.386.424/MG – RELª. para acórdão MINª. MARIA IZABEL GALOTTI – j. 27/04/2016). Grifei. Por fim, é de se registrar que, cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito e não à parte Reclamada, o dever de notificar previamente o devedor acerca de possível negativação, nos termos da Súmula 359, do

STJ. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para: a) declarar a inexistência do débito no valor de R$ 905,09 (novecentos e cinco reais e nove centavos); b) indeferir o pedido de indenização por dano moral; c) determinar à Empresa Reclamada promova a exclusão do nome da parte Reclamante dos Órgãos Negativadores de crédito, pela dívida discutida na inicial, no prazo de 5 (cinco) dias; e, d) permanecendo a negativação após o trânsito em julgado, informe a parte nos autos a fim de que a Secretaria do juízo expeça ofício ao Órgão Negativador, para baixa definitiva do registro; extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema PJE. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Felipe Douglas Santos Lucas Juiz Leigo SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Quarto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020952-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ALBERTO PEREIRA DE FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMARA DOS SANTOS REIS OAB - MT25053/O (ADVOGADO(A))
RANIELY BENITES GONCALVES OAB - MT25747/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
UNIC EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020952-36.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUIZ ALBERTO PEREIRA DE FRANCA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GILMARA DOS SANTOS REIS, RANIELY BENITES GONCALVES POLO PASSIVO: UNIC EDUCACIONAL LTDA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020953-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020953-21.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA DO CARMO REIS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO POLO PASSIVO: CLARO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020956-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELBERT LOURIVAL DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020956-73.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HELBERT LOURIVAL DE ARAUJO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020970-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PETRONIO DA SILVA CAMPOS ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PATRICIA SALGADO OAB - MT13260-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020970-57.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PETRONIO DA SILVA CAMPOS ROCHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CLAUDIA PATRICIA SALGADO POLO PASSIVO: MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020983-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINTE MARIA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020983-56.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUCINTE MARIA DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020991-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA REGINA MARQUES DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO BENEDITO FREITAS DE ALMEIDA OAB - MT24739/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BUD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020991-33.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CELIA REGINA MARQUES DE FREITAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CAIO BENEDITO FREITAS DE ALMEIDA POLO PASSIVO: BUD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE

CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016285-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBSON TEIXEIRA RAIMUNDO OAB - MT20192/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REALIZE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (REQUERIDO)
LOJAS RENNER S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1016285-07.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JOSE ROBSON TEIXEIRA RAIMUNDO - MT20192/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020461-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEANNY ARRUDA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA OAB - MT24299/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1020461-29.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA - MT24299/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020487-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BUENO HAIR CABELEIREIRO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVANETE FATIMA DO AMARAL OAB - MT10151-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1020487-27.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: IVANETE FATIMA DO AMARAL - MT10151-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014846-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA BASSITT FERREIRA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TARGUS RIGON WESKA OAB - MT7530-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GENUS-EDITORA,GRAFICA E COMERCIO LTDA (REQUERIDO)

Processo n. 1014846-58.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: TARGUS RIGON WESKA - MT7530-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 12:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020942-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DILSON BENEDITO ALVES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO COSTA DOS SANTOS OAB - MT0015771A-O (ADVOGADO(A))
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VERENINHA RODRIGUES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)

Processo n. 1020942-89.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: DIEGO COSTA DOS SANTOS - MT0015771A-O, JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI - MT15112-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003158-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FIALHO PINTO OAB - MG108654-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003158-02.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS EXECUTADO: MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, por força do artigo 38, in fine, da Lei nº 9.099/95. Cuida-se de embargos à execução opostos por MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA em face da execução de cotas condominiais movida por CONDOMÍNIO PARQUE CHAPADA DOS

PAMPAS, alegando, em síntese, inexigibilidade da obrigação diante da sua ilegitimidade passiva e excesso de execução. Manifestação da parte embargada acostada ID. 24554993. II- MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Esclareça-se de início que em sede dos Juizados Especiais Cíveis, afetos que são à legislação especial, a defesa do executado far-se-á, necessariamente, mediante embargos à execução, conforme preceitua o artigo 52, IX da Lei nº 9099/95, haja vista que a referida legislação dispõe diferentemente do que estabelece o Código de Processo Civil sobre a matéria. 4. Os embargos foram opostos atempadamente. Seguro está o juízo pelo depósito judicial realizado pela embargante, no valor da quantia exequenda. Afasto a preliminar de ausência dos requisitos ensejadores à ação de execução suscitada pela embargante, haja vista que o demonstrativo discriminado do débito, acompanhado da farta documentação acostada à inicial, é título hábil para alicerçar a Execução, posto que goza de certeza, liquidez e exigibilidade, consoante o que dispõe o art. 784, X, do CPC. Cito ainda, a jurisprudência: “AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONDOMÍNIO. EXECUÇÃO DE QUOTAS CONDOMINIAIS. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUÇÃO. CUMULAÇÃO. QUOTAS CONDOMINIAIS. VINCENDAS. A execução deve ser instruída com o título executivo líquido, certo e exigível no qual se materializa o crédito vencido e com a memória atualizada do débito pela qual é quantificada a pretensão executiva. A quota condominial constitui título executivo extrajudicial sendo possível a cumulação de execuções em face do mesmo devedor tão somente pelas parcelas vencidas na data do ajuizamento da execução. Aplicação dos art. 784 , X e art. 780 do CPC/15 . - Circunstância dos autos em se impõe manter a decisão recorrida. RECURSO DESPROVIDO.” (Agravo de Instrumento Nº 70075264606, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Moreno Pomar, Julgado em 23/09/2017). 4. No mérito, os embargos devem ser julgados parcialmente procedentes. Embora a embargante tenha efetuado a venda do imóvel ao Sr. GILBERTO CAETANO LEITE em 05/01/2018, esclareço que a responsabilidade do condômino pelo pagamento das taxas de condomínio se constitui a partir da entrega das chaves, momento em que se dá a efetiva posse do imóvel. A respeito: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. NECESSIDADE DE POSSE EFETIVA. PRECEDENTES. 1. Consoante decidido pela Segunda Seção, no julgamento do EREsp nº 489.647-RJ, de minha relatoria, em 25/11/2009," a efetiva posse do imóvel, com a entrega das chaves, define o momento a partir do qual surge para o condômino a obrigação de efetuar o pagamento das despesas condominiais ". 2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 535.078/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 05/09/2014) No presente caso, verifico que a efetiva posse do imóvel pelo adquirente se deu somente em 18/06/2018, conforme se extrai do “Termo de Autorização de Posse” juntado pela Embargada. Portanto, a embargante é parte legítima para responder pelas taxas condominiais vencidas de competência 03/2018 a 06/2018. Em que pese à existência da cláusula 6.2.1 do "Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda", imputando ao adquirente a responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas, impostos, taxas, multas e contribuições, a partir da data da efetiva notificação para o recebimento/disponibilização das chaves, tal disposição contratual é abusiva e nula de pleno direito, uma vez que coloca o consumidor em exagerada desvantagem frente à incorporadora. Nesse sentido: “JUIZADO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA OU EM CONSTRUÇÃO. TAXA CONDOMINIAL. PREVISÃO CONTRATUAL. REPASSE DA TAXA DE CONDOMÍNIO AO CONSUMIDOR ANTES DA ENTREGA DAS CHAVES DO IMÓVEL. CLÁUSULA ABUSIVA. NECESSIDADE DA IMISSÃO NA POSSE. RECURSO DESPROVIDO. - A cláusula do contrato de promessa de compra e venda, que atribui ao adquirente a responsabilidade pelo pagamento da taxa de condomínio antes mesmo da imissão na posse ou entrega das chaves, é nula de pleno direito. - Tal disposição contratual é abusiva por colocar o consumidor em exagerada desvantagem frente a incorporadora. No caso, "a efetiva posse do imóvel, com a entrega das chaves, define o momento a partir do qual surge para o condômino a obrigação de efetuar o pagamento das despesas condominiais" (EREsp 489.647/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 15/12/2009). - Recurso conhecido e desprovido. - Condeno o recorrente nas custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação. - A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme regra do artigo 46 da Lei dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis.” (TJ-DF - Apelação Cível do Juizado Especial : ACJ 20150910061860, Orgão Julgador 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Publicação Publicado no DJE : 29/10/2015 . Pág.: 419, Julgamento 20 de Outubro de 2015, Relator LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA) De igual modo, não merece prosperar a alegação de que a executada é responsável pelo pagamento de apenas 30% (trinta por cento) do valor da taxa condominial das unidades não comercializadas, com base em previsão expressa contida na Convenção de Condomínio. A jurisprudência é pacífica no sentido de que tal disposição contratual é abusiva e nula de pleno direito, uma vez que, estipulada unilateralmente pela construtora, esta se auto beneficia com desconto no pagamento das taxas condominiais, colocando-se em condição mais favorável em detrimento dos demais condôminos. Ademais, as unidades não comercializadas são de propriedade da construtora, logo, esta deve arcar com o pagamento integral das taxas condominiais, vez que a auto concessão de desconto viola o art. 12 da Lei de Incorporações. Nesse sentido: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. RESPONSABILIDADE. DÉBITOS ANTERIORES À EFETIVA IMISSÃO NA POSSE PELO COMPROMISSÁRIO-COMPRADOR. EXCESSO DE COBRANÇA. DESCONTO DE 70% DO VALOR DEVIDO. MULTA MORATÓRIA DE 2%. TAXAS ADMINISTRATIVA E CARTORÁRIA. 1. Apelação interposta da r. sentença que, em ação de cobrança de taxa de condomínio, julgou improcedente o pedido inicial por considerar que a Construtora-ré não tem mais qualquer relação material com o imóvel, já tendo ocorrido a efetiva transmissão da propriedade por meio de registro na matrícula do bem. 2. A Construtora é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide em que se busca o recebimento de despesas condominiais geradas em período anterior à imissão do compromissário-comprador na posse do imóvel. 3. Nas aquisições de imóvel precedidas de compromisso de compra e venda, a responsabilidade quanto aos encargos de condomínio depende da relação jurídica material existente com o imóvel, representada pela imissão na posse pelo compromissário-comprador e pela ciência inequívoca do condomínio acerca da transação. REsp 1.345.331/RS, julgado em 08/04/2015, pelo rito dos recursos repetitivos. 4. No caso dos autos, a Construtora-ré é a responsável pelo pagamento das despesas condominiais, uma vez que, embora o Condomínio-autor reconheça a celebração do compromisso de compra e venda e também a transferência de domínio, há prova de que a imissão da compromissária-compradora na posse do imóvel ocorreu somente em data posterior às taxas inadimplidas. 5. É inaplicável a cláusula de Convenção de Condomínio que, estipulada unilateralmente pela Construtora-ré, conceda em proveito próprio, exoneração de 70% das despesas condominiais, porquanto representa benefício injustificado, que prejudica a manutenção do patrimônio comum e a onera demasiadamente os demais condôminos, gerando enriquecimento ilícito. 6. A multa de 2% é exigível porquanto prevista em Convenção de Condomínio e estipulada no limite constante do art. 1.336, § 1º, do CC. 7. Também são exigíveis as taxas administrativas e cartoriais, as quais se referem, respectivamente, aos valores despendidos com honorários advocatícios e emolumentos na cobrança extrajudicial da dívida, pois a cobrança está autorizada em Assembleia Geral e respaldada pelos arts. 389 e 395 do CC. 8. Apelação do Condomínio-autor conhecida e provida. Acordão DAR PROVIMENTO. UNÂNIME.” (TJ-DF : 20161610064083 0003810-92.2016.8.07.0020, Orgão Julgador 2ª TURMA CÍVEL, Publicação Publicado no DJE : 26/04/2017 . Pág.: 281/315, Julgamento 19 de Abril de 2017, Relator CESAR LOYOLA) Ainda: “Condomínio. Despesas. Cobrança. Ação julgada parcialmente procedente. Desconto de 30% das despesas condominiais para unidades não comercializadas ou que estejam na posse da construtora. Disposição abusiva. Incidência, ademais, do art. 122 do CC. Nulidade reconhecida. Precedentes jurisprudenciais. Dever de cada condômino de pagar sua quota-parte e sem qualquer desconto. Necessidade de observância de isonomia entre os condôminos, independente de sua condição pessoal. Recurso provido. Consoante jurisprudência pacífica deste Tribunal, a cláusula que estabelece redução de 30% da taxa condominial, em favor da construtora, para as unidades

autônomas não comercializadas ou que estejam em sua posse, deve ser considerada abusiva e nula de pleno direito, observando-se, ainda, que sujeita uma parte ao arbítrio da outra (art. 122 do CC).” (TJ-SP - Apelação : APL 10201599320148260506 SP 1020159-93.2014.8.26.0506, Orgão Julgador32ª Câmara de Direito Privado, Publicação 07/07/2016, Julgamento 7 de Julho de 2016, Relator Kioitsi Chicuta) Colhe-se ainda da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de 27/03/2018, juntada em mov. 1, a alteração da previsão constante do art. 32 da Convenção de Condomínio, de modo que a construtora passou a responder pelo percentual de 100% das despesas condominiais das unidades que estivessem sob a sua posse. Quanto à incidência de honorários advocatícios, o art. 29 da Convenção do Condomínio (mov. 1) estabelece que os condôminos inadimplentes estão sujeitos ao pagamento de custas e honorários de advogado, quando houver procedimento judicial. Desse modo, tenho que é lícita a cobrança de verba despendida para contratar advogado para ajuizar ação de cobrança/execução contra condômino inadimplente, uma vez que, devidamente autorizada pela convenção do condomínio, tal despesa não pode recair sobre os demais condôminos. A respeito: “CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C DECLARATÓRIA DE EXCESSO DE COBRANÇA E DANOS MORAIS. INADIMPLEMENTO DE COTAS CONDOMINIAIS. NÃO ENCAMINHAMENTO DOS BOLETOS BANCÁRIOS. ARGUMENTO INSUBSISTENTE. DÍVIDA DE NATUREZA PORTABLE. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO CONDÔMINO EM MORA. LEGITIMIDADE. CC, ARTS. 389 E 395. EXCESSO DE COBRANÇA INEXISTENTE. TRATAMENTO VEXATÓRIO. AUSÊNCIA DE PROVA. CPC, ART. 333, I. DANO MORAL AFASTADO. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. À LUZ DOS ARTS. 1.315 E 1.336 DO CC E 12 DA LEI N. 4.591/64 (DISPÕE SOBRE O CONDOMÍNIO EM EDIFICAÇÕES E AS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS), O CONDÔMINO É OBRIGADO, NA PROPORÇÃO DE SUA PARTE, A CONCORRER PARA AS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO OU DIVISÃO DA COISA, E A SUPORTAR OS ÔNUS A QUE ESTIVER SUJEITA, CUJO INADIMPLEMENTO ENSEJA O ACRÉSCIMO DE JUROS DE MORA E MULTA DE ATÉ 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O DÉBITO. 2. AS DESPESAS AFETAS AO CONDOMÍNIO REPRESENTAM DÍVIDAS PORTÁVEIS E COM VENCIMENTO CERTO, AS QUAIS DEVEM SER PAGAS JUNTO AO CREDOR. NA EVENTUALIDADE DE NÃO RECEBIMENTO DO BOLETO DE PAGAMENTO EM TEMPO HÁBIL, DEVE O CONDÔMINO, CIENTE DE SUA OBRIGAÇÃO, BUSCAR OUTRAS FORMAS DE PAGAMENTO. 2.1. A FALTA DE RECEBIMENTO DOS BOLETOS BANCÁRIOS, NO PARTICULAR, NÃO JUSTIFICA A INADIMPLÊNCIA DO CONDÔMINO, EM RELAÇÃO ÀS COTAS DE OUTUBRO DE 2011 E DE JANEIRO DE 2012, SENDO LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS MORATÓRIOS. NÃO BASTASSE ISSO, IN CASU, NÃO SE PODE OLVIDAR QUE A DISPENSA DO ENVIO DOS BOLETOS BANCÁRIOS, VIA CORREIO, QUEDOU DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, CUJA DOCUMENTAÇÃO PASSOU A SER DISPONIBILIZADA NO SITE DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA COBRANÇA E, DE MODO FÍSICO, NA PORTARIA DO PRÓPRIO CONDOMÍNIO. 3. OS HONORÁRIOS DECORRENTES DA COBRANÇA DAS COTAS CONDOMINIAIS EM ATRASO NÃO OSTENTAM NEM NATUREZA SUCUMBENCIAL NEM CONTRATUAL, MAS SIM DE JUSTA COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA MORA (CC, ARTS. 389 E 395). SUA FUNÇÃO É RESSARCIR O CONDOMÍNIO DAS DESPESAS REALIZADAS PARA A COBRANÇA DOS VALORES EM ATRASO DA PARTE INADIMPLENTE, NÃO PODENDO SER REPASSADA AOS DEMAIS CONDÔMINOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE DESPESA EXTRA. 3.1. IN CASU, DIANTE DA PREVISÃO CONSTANTE DO REGIMENTO INTERNO, DEVE O CONDÔMINO INADIMPLENTE ARCAR COM AS DESPESAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA A COBRANÇA DAS COTAS CONDOMINIAIS EM ATRASO, EX VI DOS ARTS. 389 E 395 DO CÓDIGO CIVIL. 4. O DANO MORAL SE RELACIONA DIRETAMENTE COM OS PREJUÍZOS OCASIONADOS A DIREITOS DA PERSONALIDADE, COMO, POR EXEMPLO, À HONRA, À IMAGEM, À INTEGRIDADE PSICOLÓGICA E FÍSICA, À LIBERDADE ETC. DAÍ PORQUE A VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DESSAS PRERROGATIVAS, AFETAS DIRETAMENTE À DIGNIDADE DO INDIVÍDUO, CONSTITUI MOTIVAÇÃO SUFICIENTE PARA FUNDAMENTAR UMA AÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS. 4.1. A COBRANÇA DE DÍVIDA É ATO LEGÍTIMO E DECORRE DE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO DO CREDOR (CC, ART. 188, I), SOMENTE GERANDO O DEVER DE INDENIZAR QUANDO CONSTATADO ABUSO EM SUA ATUAÇÃO. NA ESPÉCIE, A AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DA EXISTÊNCIA DE COBRANÇA VEXATÓRIA (CPC, ART. 333, I), DE MODO A AFRONTAR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO DEVEDOR, AFASTA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (APC 20120610089916 DF 0008742-10.2012.8.07.0006 TJ-DF; Orgão Julgador 1ª Turma Cível; Publicação DJE 25/03/2014, Pág. 125; Julgamento 19/03/2014; Relator Alfeu Machado) Portanto, com base nos cálculos apresentados pela exequente, o total devido pela executada é de R$ 903,37 (novecentos e três reais e trinta e sete centavos). III- DISPOSITIVO Ante o exposto, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTES os embargos opostos pela executada para DECLARAR devido pela executada os débitos de 03/2018 a 06/2018 da unidade 304, Bloco 10, totalizando R$ 903,37 (novecentos e três reais e trinta e sete centavos). Preclusas as vias recursais, expeça-se alvará para levantamento do valor de R$ 903,37 (novecentos e três reais e trinta e sete centavos) em favor da parte exequente CONDOMÍNIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003158-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FIALHO PINTO OAB - MG108654-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003158-02.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS EXECUTADO: MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, por força do artigo 38, in fine, da Lei nº 9.099/95. Cuida-se de embargos à execução opostos por MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA em face da execução de cotas condominiais movida por CONDOMÍNIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS, alegando, em síntese, inexigibilidade da obrigação diante da sua ilegitimidade passiva e excesso de execução. Manifestação da parte embargada acostada ID. 24554993. II- MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Esclareça-se de início que em sede dos Juizados Especiais Cíveis, afetos que são à legislação especial, a defesa do executado far-se-á, necessariamente, mediante embargos à execução, conforme preceitua o artigo 52, IX da Lei nº 9099/95, haja vista que a referida legislação dispõe diferentemente do que estabelece o Código de Processo Civil sobre a matéria. 4. Os embargos foram opostos atempadamente. Seguro está o juízo pelo depósito judicial realizado pela embargante, no valor da quantia exequenda. Afasto a preliminar de ausência dos requisitos ensejadores à ação de execução suscitada pela embargante, haja vista que o demonstrativo discriminado do débito, acompanhado da farta documentação acostada à inicial, é título hábil para alicerçar a Execução, posto que goza de certeza, liquidez e exigibilidade, consoante o que dispõe o art. 784, X, do CPC. Cito ainda, a jurisprudência: “AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONDOMÍNIO. EXECUÇÃO DE QUOTAS CONDOMINIAIS. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUÇÃO. CUMULAÇÃO. QUOTAS CONDOMINIAIS. VINCENDAS. A execução deve ser instruída com o título executivo líquido, certo e exigível no qual se materializa o crédito vencido e com a memória atualizada do débito pela qual é quantificada a pretensão executiva. A quota condominial constitui título executivo extrajudicial sendo possível a cumulação de execuções em face

do mesmo devedor tão somente pelas parcelas vencidas na data do ajuizamento da execução. Aplicação dos art. 784 , X e art. 780 do CPC/15 . - Circunstância dos autos em se impõe manter a decisão recorrida. RECURSO DESPROVIDO." (Agravo de Instrumento Nº 70075264606, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Moreno Pomar, Julgado em 23/09/2017). 4. No mérito, os embargos devem ser julgados parcialmente procedentes. Embora a embargante tenha efetuado a venda do imóvel ao Sr. GILBERTO CAETANO LEITE em 05/01/2018, esclareço que a responsabilidade do condômino pelo pagamento das taxas de condomínio se constitui a partir da entrega das chaves, momento em que se dá a efetiva posse do imóvel. A respeito: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. NECESSIDADE DE POSSE EFETIVA. PRECEDENTES. 1. Consoante decidido pela Segunda Seção, no julgamento do EREsp nº 489.647-RJ, de minha relatoria, em 25/11/2009," a efetiva posse do imóvel, com a entrega das chaves, define o momento a partir do qual surge para o condômino a obrigação de efetuar o pagamento das despesas condominiais ". 2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 535.078/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 05/09/2014) No presente caso, verifico que a efetiva posse do imóvel pelo adquirente se deu somente em 18/06/2018, conforme se extrai do "Termo de Autorização de Posse" juntado pela Embargada. Portanto, a embargante é parte legítima para responder pelas taxas condominiais vencidas de competência 03/2018 a 06/2018. Em que pese à existência da cláusula 6.2.1 do "Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda", imputando ao adquirente a responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas, impostos, taxas, multas e contribuições, a partir da data da efetiva notificação para o recebimento/disponibilização das chaves, tal disposição contratual é abusiva e nula de pleno direito, uma vez que coloca o consumidor em exagerada desvantagem frente à incorporadora. Nesse sentido: "JUIZADO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL NA PLANTA OU EM CONSTRUÇÃO. TAXA CONDOMINIAL. PREVISÃO CONTRATUAL. REPASSE DA TAXA DE CONDOMÍNIO AO CONSUMIDOR ANTES DA ENTREGA DAS CHAVES DO IMÓVEL. CLÁUSULA ABUSIVA. NECESSIDADE DA IMISSÃO NA POSSE. RECURSO DESPROVIDO. - A cláusula do contrato de promessa de compra e venda, que atribui ao adquirente a responsabilidade pelo pagamento da taxa de condomínio antes mesmo da imissão na posse ou entrega das chaves, é nula de pleno direito. - Tal disposição contratual é abusiva por colocar o consumidor em exagerada desvantagem frente a incorporadora. No caso, "a efetiva posse do imóvel, com a entrega das chaves, define o momento a partir do qual surge para o condômino a obrigação de efetuar o pagamento das despesas condominiais" (EREsp 489.647/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 15/12/2009). - Recurso conhecido e desprovido. - Condeno o recorrente nas custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação. - A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme regra do artigo 46 da Lei dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis." (TJ-DF - Apelação Cível do Juizado Especial : ACJ 20150910061860, Orgão Julgador 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Publicação Publicado no DJE : 29/10/2015 . Pág.: 419, Julgamento 20 de Outubro de 2015, Relator LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA) De igual modo, não merece prosperar a alegação de que a executada é responsável pelo pagamento de apenas 30% (trinta por cento) do valor da taxa condominial das unidades não comercializadas, com base em previsão expressa contida na Convenção de Condomínio. A jurisprudência é pacífica no sentido de que tal disposição contratual é abusiva e nula de pleno direito, uma vez que, estipulada unilateralmente pela construtora, esta se auto beneficia com desconto no pagamento das taxas condominiais, colocando-se em condição mais favorável em detrimento dos demais condôminos. Ademais, as unidades não comercializadas são de propriedade da construtora, logo, esta deve arcar com o pagamento integral das taxas condominiais, vez que a auto concessão de desconto viola o art. 12 da Lei de Incorporações. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. RESPONSABILIDADE. DÉBITOS ANTERIORES À EFETIVA IMISSÃO NA POSSE PELO COMPROMISSÁRIO-COMPRADOR. EXCESSO DE COBRANÇA. DESCONTO DE 70% DO VALOR DEVIDO. MULTA MORATÓRIA DE 2%. TAXAS ADMINISTRATIVA E CARTORÁRIA. 1. Apelação interposta da r. sentença que, em ação de cobrança de taxa de condomínio, julgou improcedente o pedido inicial por considerar que a Construtora-ré não tem mais qualquer relação material com o imóvel, já tendo ocorrido a efetiva transmissão da propriedade por meio de registro na matrícula do bem. 2. A Construtora é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide em que se busca o recebimento de despesas condominiais geradas em período anterior à imissão do compromissário-comprador na posse do imóvel. 3. Nas aquisições de imóvel precedidas de compromisso de compra e venda, a responsabilidade quanto aos encargos de condomínio depende da relação jurídica material existente com o imóvel, representada pela imissão na posse pelo compromissário-comprador e pela ciência inequívoca do condomínio acerca da transação. REsp 1.345.331/RS, julgado em 08/04/2015, pelo rito dos recursos repetitivos. 4. No caso dos autos, a Construtora-ré é a responsável pelo pagamento das despesas condominiais, uma vez que, embora o Condomínio-autor reconheça a celebração do compromisso de compra e venda e também a transferência de domínio, há prova de que a imissão da compromissária-compradora na posse do imóvel ocorreu somente em data posterior às taxas inadimplidas. 5. É inaplicável a cláusula de Convenção de Condomínio que, estipulada unilateralmente pela Construtora-ré, conceda em proveito próprio, exoneração de 70% das despesas condominiais, porquanto representa benefício injustificado, que prejudica a manutenção do patrimônio comum e a onera demasiadamente os demais condôminos, gerando enriquecimento ilícito. 6. A multa de 2% é exigível porquanto prevista em Convenção de Condomínio e estipulada no limite constante do art. 1.336, § 1º, do CC. 7. Também são exigíveis as taxas administrativas e cartoriais, as quais se referem, respectivamente, aos valores despendidos com honorários advocatícios e emolumentos na cobrança extrajudicial da dívida, pois a cobrança está autorizada em Assembleia Geral e respaldada pelos arts. 389 e 395 do CC. 8. Apelação do Condomínio-autor conhecida e provida. Acordão DAR PROVIMENTO. UNÂNIME." (TJ-DF : 20161610064083 0003810-92.2016.8.07.0020, Orgão Julgador 2ª TURMA CÍVEL, Publicação Publicado no DJE : 26/04/2017 . Pág.: 281/315, Julgamento 19 de Abril de 2017, Relator CESAR LOYOLA) Ainda: "Condomínio. Despesas. Cobrança. Ação julgada parcialmente procedente. Desconto de 30% das despesas condominiais para unidades não comercializadas ou que estejam na posse da construtora. Disposição abusiva. Incidência, ademais, do art. 122 do CC. Nulidade reconhecida. Precedentes jurisprudenciais. Dever de cada condômino de pagar sua quota-parte e sem qualquer desconto. Necessidade de observância de isonomia entre os condôminos, independente de sua condição pessoal. Recurso provido. Consoante jurisprudência pacífica deste Tribunal, a cláusula que estabelece redução de 30% da taxa condominial, em favor da construtora, para as unidades autônomas não comercializadas ou que estejam em sua posse, deve ser considerada abusiva e nula de pleno direito, observando-se, ainda, que sujeita uma parte ao arbítrio da outra (art. 122 do CC)." (TJ-SP - Apelação : APL 10201599320148260506 SP 1020159-93.2014.8.26.0506, Orgão Julgador32ª Câmara de Direito Privado, Publicação 07/07/2016, Julgamento 7 de Julho de 2016, Relator Kioitsi Chicuta) Colhe-se ainda da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de 27/03/2018, juntada em mov. 1, a alteração da previsão constante do art. 32 da Convenção de Condomínio, de modo que a construtora passou a responder pelo percentual de 100% das despesas condominiais das unidades que estivessem sob a sua posse. Quanto à incidência de honorários advocatícios, o art. 29 da Convenção do Condomínio (mov. 1) estabelece que os condôminos inadimplentes estão sujeitos ao pagamento de custas e honorários de advogado, quando houver procedimento judicial. Desse modo, tenho que é lícita a cobrança de verba despendida para contratar advogado para ajuizar ação de cobrança/execução contra condômino inadimplente, uma vez que, devidamente autorizada pela convenção do condomínio, tal despesa não pode recair sobre os demais condôminos. A respeito: "CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C DECLARATÓRIA DE EXCESSO DE COBRANÇA E DANOS MORAIS. INADIMPLEMENTO DE COTAS CONDOMINIAIS. NÃO ENCAMINHAMENTO DOS BOLETOS BANCÁRIOS. ARGUMENTO INSUBSISTENTE. DÍVIDA DE NATUREZA PORTABLE. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO CONDÔMINO EM MORA. LEGITIMIDADE. CC, ARTS. 389 E 395. EXCESSO DE COBRANÇA INEXISTENTE. TRATAMENTO VEXATÓRIO. AUSÊNCIA DE PROVA. CPC, ART. 333, I. DANO MORAL AFASTADO. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. À LUZ DOS ARTS. 1.315 E 1.336 DO CC E 12 DA LEI N. 4.591/64 (DISPÕE SOBRE O CONDOMÍNIO EM EDIFICAÇÕES E AS

INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS), O CONDÔMINO É OBRIGADO, NA PROPORÇÃO DE SUA PARTE, A CONCORRER PARA AS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO OU DIVISÃO DA COISA, E A SUPORTAR OS ÔNUS A QUE ESTIVER SUJEITA, CUJO INADIMPLEMENTO ENSEJA O ACRÉSCIMO DE JUROS DE MORA E MULTA DE ATÉ 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O DÉBITO. 2. AS DESPESAS AFETAS AO CONDOMÍNIO REPRESENTAM DÍVIDAS PORTÁVEIS E COM VENCIMENTO CERTO, AS QUAIS DEVEM SER PAGAS JUNTO AO CREDOR. NA EVENTUALIDADE DE NÃO RECEBIMENTO DO BOLETO DE PAGAMENTO EM TEMPO HÁBIL, DEVE O CONDÔMINO, CIENTE DE SUA OBRIGAÇÃO, BUSCAR OUTRAS FORMAS DE PAGAMENTO. 2.1. A FALTA DE RECEBIMENTO DOS BOLETOS BANCÁRIOS, NO PARTICULAR, NÃO JUSTIFICA A INADIMPLÊNCIA DO CONDÔMINO, EM RELAÇÃO ÀS COTAS DE OUTUBRO DE 2011 E DE JANEIRO DE 2012, SENDO LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS MORATÓRIOS. NÃO BASTASSE ISSO, IN CASU, NÃO SE PODE OLVIDAR QUE A DISPENSA DO ENVIO DOS BOLETOS BANCÁRIOS, VIA CORREIO, QUEDOU DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, CUJA DOCUMENTAÇÃO PASSOU A SER DISPONIBILIZADA NO SITE DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA COBRANÇA E, DE MODO FÍSICO, NA PORTARIA DO PRÓPRIO CONDOMÍNIO. 3. OS HONORÁRIOS DECORRENTES DA COBRANÇA DAS COTAS CONDOMINIAIS EM ATRASO NÃO OSTENTAM NEM NATUREZA SUCUMBENCIAL NEM CONTRATUAL, MAS SIM DE JUSTA COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA MORA (CC, ARTS. 389 E 395). SUA FUNÇÃO É RESSARCIR O CONDOMÍNIO DAS DESPESAS REALIZADAS PARA A COBRANÇA DOS VALORES EM ATRASO DA PARTE INADIMPLENTE, NÃO PODENDO SER REPASSADA AOS DEMAIS CONDÔMINOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE DESPESA EXTRA. 3.1. IN CASU, DIANTE DA PREVISÃO CONSTANTE DO REGIMENTO INTERNO, DEVE O CONDÔMINO INADIMPLENTE ARCAR COM AS DESPESAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA A COBRANÇA DAS COTAS CONDOMINIAIS EM ATRASO, EX VI DOS ARTS. 389 E 395 DO CÓDIGO CIVIL. 4. O DANO MORAL SE RELACIONA DIRETAMENTE COM OS PREJUÍZOS OCASIONADOS A DIREITOS DA PERSONALIDADE, COMO, POR EXEMPLO, À HONRA, À IMAGEM, À INTEGRIDADE PSICOLÓGICA E FÍSICA, À LIBERDADE ETC. DAÍ PORQUE A VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DESSAS PRERROGATIVAS, AFETAS DIRETAMENTE À DIGNIDADE DO INDIVÍDUO, CONSTITUI MOTIVAÇÃO SUFICIENTE PARA FUNDAMENTAR UMA AÇÃO COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS. 4.1. A COBRANÇA DE DÍVIDA É ATO LEGÍTIMO E DECORRE DE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO DO CREDOR (CC, ART. 188, I), SOMENTE GERANDO O DEVER DE INDENIZAR QUANDO CONSTATADO ABUSO EM SUA ATUAÇÃO. NA ESPÉCIE, A AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DA EXISTÊNCIA DE COBRANÇA VEXATÓRIA (CPC, ART. 333, I), DE MODO A AFRONTAR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO DEVEDOR, AFASTA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (APC 20120610089916 DF 0008742-10.2012.8.07.0006 TJ-DF; Orgão Julgador 1ª Turma Cível; Publicação DJE 25/03/2014, Pág. 125; Julgamento 19/03/2014; Relator Alfeu Machado) Portanto, com base nos cálculos apresentados pela exequente, o total devido pela executada é de R$ 903,37 (novecentos e três reais e trinta e sete centavos). III- DISPOSITIVO Ante o exposto, OPINO por JULGAR IMPROCEDENTES os embargos opostos pela executada para DECLARAR devido pela executada os débitos de 03/2018 a 06/2018 da unidade 304, Bloco 10, totalizando R$ 903,37 (novecentos e três reais e trinta e sete centavos). Preclusas as vias recursais, expeça-se alvará para levantamento do valor de R$ 903,37 (novecentos e três reais e trinta e sete centavos) em favor da parte exequente CONDOMÍNIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021028-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRONE MONTEIRO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO FERREIRA MENDES FILHO OAB - MT4985-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021028-60.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:IRONE MONTEIRO FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: OTAVIO FERREIRA MENDES FILHO POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021048-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLORIA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021048-51.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GLORIA MARIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021050-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES MARTINS DE MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCIDES FERREIRA OAB - MT12540-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021050-21.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA DE LOURDES MARTINS DE MORAIS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EUCIDES FERREIRA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021053-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL RUFINO DE OLIVEIRA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL RUFINO DE OLIVEIRA NETO OAB - MT26541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV ENGENHARIA (REQUERIDO)
MRV PRIME PROJETO MT J INCORPORACOES SPE LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021053-73.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MANOEL RUFINO DE OLIVEIRA JUNIOR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANOEL RUFINO DE OLIVEIRA NETO POLO PASSIVO: MRV ENGENHARIA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a)

Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021054-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANELICE MARTINS BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANY GOMES NASCIMENTO OAB - MT25727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021054-58.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANELICE MARTINS BATISTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TATIANY GOMES NASCIMENTO POLO PASSIVO: IUNI EDUCACIONAL S/A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020708-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ APARECIDA INACIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1020708-10.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: LUIZ FERNANDO DA SILVA - MT17657-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 08:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021081-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JADSON FIGUEIREDO DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021081-41.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JADSON FIGUEIREDO DA CRUZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013038-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA CAROLINA DA SILVA (EXECUTADO)

Procedo à intimação da parte contrária para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre petição juntada no movimento retro.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021084-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA BENTA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Pedro Moacyr Pinto Júnior OAB - MT7585-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021084-93.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANA BENTA DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PEDRO MOACYR PINTO JÚNIOR POLO PASSIVO: GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021090-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO CORREA DA SILVA CARRION (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Milton Correa de Moraes OAB - MT6664-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AIR EUROPA LINEAS AEREAS SOCIEDAD ANONIMA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021090-03.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FABIO CORREA DA SILVA CARRION ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON CORREA DE MORAES POLO PASSIVO: AIR EUROPA LINEAS AEREAS SOCIEDAD ANONIMA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020978-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA - EPP (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUDSON CESAR MELO FARIA OAB - MT6474-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

Processo n. 1020978-34.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: HUDSON CESAR MELO FARIA - MT6474-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 17:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019402-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

DENTAL DIAGNOSIS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL DOS SANTOS QUEIROZ (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018956-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELCIO JOSE DOMINGOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELCIO JOSE DOMINGOS OAB - MT12907-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAURO AUGUSTO MOREIRA PINTO (EXECUTADO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018935-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAMILSON ADRIANO DE SOUZA MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CHRISTIANO CÉSAR DA SILVA OAB - MT14688-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L M COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021105-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BARBARA IGNEZ RIBEIRO ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDLLER FELIX RODRIGUES OAB - MT26598/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
F R T OPERADORA DE TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021105-69.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BARBARA IGNEZ RIBEIRO ANDRADE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDLLER FELIX RODRIGUES POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012141-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAMILE SILVA LOBO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WILTON PEREIRA MILHOMEM (REQUERIDO)
ROSA PAIXAO SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012141-87.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KAMILE SILVA LOBO REQUERIDO: WILTON PEREIRA MILHOMEM, ROSA PAIXAO SANTOS Vistos, Defiro o pedido de ID. 27344900. Expeça-se mandado de intimação ao promovido WILTON PEREIRA MILHOMEM, no endereço “Rua Frederico Solon, Quadra 42, casa 02, Bairro Jardim Itororó Várzea Grande, CEP 78138-790”, da decisão que consta no ID. 26600506. Aguarde-se audiência agendada. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020585-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA BARROS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME BARROS DE OLIVEIRA OAB - MT23664-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020585-12.2019.8.11.0001. INTERESSADO: MARIA DE FATIMA BARROS REQUERIDO: BANCO PAN Vistos, Peticiona a parte reclamante postulando a reconsideração da decisão que deferiu o pleito formulado liminarmente. Não vislumbro quaisquer circunstâncias capazes de modificar o que deliberado, de modo que INDEFIRO o pedido que consta no ID nº. 27343531 e mantenho a decisão atacada por seus próprios fundamentos. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009380-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAMELLA DAYANE JESUS DA COSTA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO RODRIGO CORREA DA SILVA OAB - MT24421-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NATIELLY MAGNO DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
EMILIA HANNA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1009380-83.2019.8.11.0001. INTERESSADO: PAMELLA DAYANE JESUS DA COSTA REQUERIDO: NATIELLY MAGNO DE OLIVEIRA, EMILIA HANNA DE OLIVEIRA Vistos, Defiro o pedido de ID. 27118267. Expeça-se mandado de citação no endereço informado e na forma requerida. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014206-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR SOARES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1014206-55.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GILMAR SOARES DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, Consoante Termo de Audiência de Conciliação, o advogado da parte reclamante requer a concessão do prazo de 05 dias para justificar a ausência da parte promovente ao ato. DEFIRO o pedido. Concedo o prazo de 5 (cinco) dias para a parte reclamante apresentar justificativa da ausência em audiência de conciliação, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012790-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTHER GONCALVES DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:

RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012790-52.2019.8.11.0001. INTERESSADO: ESTHER GONCALVES DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos, Consoante Termo de Audiência de Conciliação, o advogado da parte reclamante requer a concessão do prazo de 05 dias para justificar a ausência da parte promovente ao ato. DEFIRO o pedido. Concedo o prazo de 5 (cinco) dias para a parte reclamante apresentar justificativa da ausência em audiência de conciliação, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014883-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAMMY MARCELLY PALMEIRA FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO JOSE OJEDA NUNES OAB - MT23840/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014883-85.2019.8.11.0001. REQUERENTE: THAMMY MARCELLY PALMEIRA FIGUEIREDO REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, Consoante Termo de Audiência de Conciliação, o advogado da parte reclamante requer a concessão do prazo de 05 dias para justificar a ausência da parte promovente ao ato. DEFIRO o pedido. Concedo o prazo de 5 (cinco) dias para a parte reclamante apresentar justificativa da ausência em audiência de conciliação, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018921-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO FLORAIS DO VALLE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELIA APARECIDA VEXEL FONTES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018921-43.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO FLORAIS DO VALLE EXECUTADO: HELIA APARECIDA VEXEL FONTES Vistos, Intime-se a parte exequente para que se manifeste quanto à petição juntada no ID. 27361690, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1021052-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL GRANADA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA LAURA DA SILVA MARTINS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1021052-88.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL GRANADA EXECUTADO: ANA LAURA DA SILVA MARTINS Vistos, Cite-se a parte executada, por aviso de recebimento, para que no prazo de (03) três dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Em caso de penhora, o exequente deverá proceder à entrega do original do título de crédito à Secretaria deste Juizado (Enunciado 126 do FONAJE) até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1021000-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
V.A.C. RIBEIRO - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VILMA APARECIDA CONTATO RIBEIRO OAB - 027.007.138-50 (REPRESENTANTE)
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA RIBEIRO OAB - MT24799-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUZILENE DIAS DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1021000-92.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: V.A.C. RIBEIRO - ME REPRESENTANTE: VILMA APARECIDA CONTATO RIBEIRO EXECUTADO: LUZILENE DIAS DE SOUZA Vistos, Cite-se a parte executada, por aviso de recebimento, para que no prazo de (03) três dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Em caso de penhora, o exequente deverá proceder à entrega do original do título de crédito à Secretaria deste Juizado (Enunciado 126 do FONAJE) até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020953-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020953-21.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DO CARMO REIS REQUERIDO: CLARO S.A. Vistos, Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 (cinco) dias, emendar a inicial, juntando aos autos cópia do histórico de cobranças/pagamentos da linha telefônica objeto da demanda ((65) 3637-2514), bem como, comprove o pagamento da fatura referente ao mês de dezembro/2019, sob pena de indeferimento da liminar. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003067-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GESSICA TAILA DE TOLEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1003067-09.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GESSICA TAILA DE TOLEDO REQUERIDO: ENERGISA S/A Vistos. Intime-se a parte contrária para que manifeste quanto aos Embargos de Declaração apresentados no ID. 26725216, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007783-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAIRSO ALVES BARRETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR OAB - MT8578-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1007783-79.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JAIRSO ALVES BARRETO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, Intime-se a parte promovente para se manifestar quanto aos Embargos de Declaração apresentado no ID. 27214970, no prazo de 5 (cinco) dias, após retorne os autos conclusos. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020932-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GELTON GUIMARAES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELTON GUIMARAES DE OLIVEIRA OAB - MT26092-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020932-45.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GELTON GUIMARAES DE OLIVEIRA REQUERIDO: INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT Vistos, Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos comprovante de negativação atualizado emitido pelo órgão no qual consta a inscrição do débito (consulta de balcão), devendo contar a data em que o documento foi emitido, sob pena de indeferimento da liminar. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005327-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE FERREIRA DE PINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1005327-59.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JORGE FERREIRA DE PINHO REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Intime-se a parte contrária para que manifeste quanto aos Embargos de Declaração que consta no ID. 26879426, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004059-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL ALVES DE DEUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1004059-67.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GABRIEL ALVES DE DEUS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Intime-se a parte contrária para que manifeste quanto aos Embargos de Declaração apresentados no ID. 26758388, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003184-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELENI DE SOUZA CAVALCANTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1003184-97.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELENI DE SOUZA CAVALCANTE REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Intime-se a parte contrária para que manifeste quanto aos Embargos de Declaração que consta no ID. 26879426, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021011-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA NEVES DOS SANTOS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1021011-24.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada

justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021002-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AUDINEY NASCIMENTO DE ALMEIDA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1021002-62.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020998-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA REGINA DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1020998-25.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020994-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA DE SOUZA RIBEIRO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRA THAYS REGINA OAB - MT27209/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1020994-85.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: ALEXSANDRA THAYS REGINA - MT27209/B, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007643-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA DE MORAES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINALVA DE MATOS SANTANA OAB - MT13002-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1007643-45.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: MARINALVA DE MATOS SANTANA - MT0013002A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 08:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 18 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006269-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAREN PRISCILA SOARES COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006269-91.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA - MT0021410A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 11:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 1 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021123-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDETE MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021123-90.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CLAUDETE MARIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de

2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021127-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ PAULO DE ALMEIDA CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021127-30.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUIZ PAULO DE ALMEIDA CORREA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011919-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GOLDEN GREEN RESIDENCE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CARLOS DA SILVA (EXECUTADO)

Processo n. 1011919-22.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: JULIANA DE SOUSA ANDRADE - MT16875-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 12:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 4 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009711-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA CRISTINA DOS SANTOS LEITAO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009711-65.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: SILVANA DA SILVA REZENDE - MT25724/O, LEMIR FEGURI - MT0010335A-N, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 15:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 30 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006718-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA NASCIMENTO TORRES NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZABELLA MOURA NOGUEIRA OAB - MT0020540A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006718-49.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: IZABELLA MOURA NOGUEIRA - MT0020540A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 21/10/2019 Hora: 12:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 9 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1038353-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELKRITON MORAES PINTEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA DE FIGUEIREDO ROCHA E SILVA OAB - MT15923-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1038353-25.2019.8.11.0041 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: LARISSA DE FIGUEIREDO ROCHA E SILVA - MT15923-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 30/10/2019 Hora: 14:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 18 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008462-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILNA DE CAMPOS DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA CARVALHO CARVIELLI OAB - MT20313/O (ADVOGADO(A))
AMANDA ANYELLE DA SILVA LUCHTENBERG OAB - MT24414/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008462-79.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA ANYELLE DA SILVA LUCHTENBERG - MT24414/O, da data

designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 31/10/2019 Hora: 10:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 19 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008423-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILDETE SALVADOR DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARA DA SILVA SANTOS OAB - MT25746/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008423-82.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: LEONARA DA SILVA SANTOS - MT25746/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 31/10/2019 Hora: 09:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 19 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007960-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE FATIMA DE AVILA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1007960-43.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ANA LÚCIA RICARTE - MT4411-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 16:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 18 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021144-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA MONIQUE NONATO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMILSON FRANK GONCALVES DA SILVA OAB - MT24745/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021144-66.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CARLA MONIQUE NONATO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDMILSON FRANK GONCALVES DA SILVA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1056563-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VITOR LOTUFO MULLER (AUTOR(A))
MONICA LOTUFO MULLER (AUTOR(A))
SILBENE MARIA NEVES LOTUFO BARBOSA MULLER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINE LOTUFO E MULLER OAB - MT22953/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (RÉU)

Processo n. 1056563-27.2019.8.11.0041 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) AUTOR(A): CAROLINE LOTUFO E MULLER - MT22953/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004059-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL ALVES DE DEUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1004059-67.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS - MT0015383A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 03/10/2019 Hora: 09:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 22 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003067-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GESSICA TAILA DE TOLEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A

(ADVOGADO(A))

Processo n. 1003067-09.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: RODRIGO BRANDÃO CORREA - MT0016113A-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 30/09/2019 Hora: 08:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012790-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTHER GONCALVES DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1012790-52.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: RONAN DA COSTA MARQUES - MT21093/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 02/12/2019 Hora: 10:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 18 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020487-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BUENO HAIR CABELEIREIRO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVANETE FATIMA DO AMARAL OAB - MT10151-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1020487-27.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: IVANETE FATIMA DO AMARAL - MT10151-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 31/01/2020 Hora: 17:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021164-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANETE CECILIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021164-57.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SILVANETE CECILIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020956-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELBERT LOURIVAL DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

PROCESSO: 1020956-73.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: HELBERT LOURIVAL DE ARAUJO RECLAMADO(A): VIVO S.A. Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito em Substituição Legal

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014019-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMOBILIARIA IGUACU LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REJANE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT15962-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS FILHO OAB - MT13685-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVERIO JOVELINO RODRIGUES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014019-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IMOBILIARIA IGUACU LTDA - ME REQUERIDO: SILVERIO JOVELINO RODRIGUES Vistos, Intime-se a parte reclamante para manifestar-se nos autos indicando endereço que realização da citação. Anoto para tanto o prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020192-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MADERAL COMERCIO DE MADEIRA E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GERALDO RIBEIRO DE ARAUJO OAB - MT9098-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AD DIALETO AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA (REQUERIDO)
CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020192-87.2019.8.11.0001. AUTOR(A): MADERAL COMERCIO DE MADEIRA E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP RÉU: CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS

DE PAGAMENTO S.A. REQUERIDO: AD DIALETO AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial indicando com precisão a qualificação da parte reclamada Sem Parar Express Ltda., porquanto conforme se evola dos autos o CNPJ informado na petição inicial como sendo dessa reclamada pertence à pessoa de Ad Dialeto Agência de Publicidade Ltda. Anoto para tanto o prazo 05 (cinco) dias, sob pena de caracterização de desistência quanto a essa reclamada, permanecendo a demanda tão só quanto à reclamada CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S/A. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012322-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL RACHEWSKY SCHEIR OAB - MT16449-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO WILIAM PEIXOTO DA SILVA (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de certidão de mandado negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016899-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE CARVALHO (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de certidão de mandado negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012316-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IKARO RIBEIRO ALBANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALAN LONGO TORRES OAB - MT13922-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LD CONSTRUTORA LTDA - ME (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de certidão de mandado negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006865-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELI DE CASTRO UTSCH (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIGREISO REIS LINO OAB - MT0016750A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006865-75.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JULIGREISO REIS LINO - MT0016750A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 21/10/2019 Hora: 17:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021190-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ORIAS PEIXOTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVOILSON FERREIRA MAIA OAB - MT18522-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021190-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ORIAS PEIXOTO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: IVOILSON FERREIRA MAIA POLO PASSIVO: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002735-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA NETO DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1002735-42.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 25/09/2019 Hora: 09:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 14 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010527-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA MESQUITA BUENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1010527-47.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART - MT26935/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 14/11/2019 Hora: 08:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 3 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1009784-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAIS PAULA DE CAMPOS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CSF S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO DIAS SOBRAL PINTO OAB - RJ83175 (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009784-37.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI - MT0014519A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/11/2019 Hora: 10:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 27 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008571-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS ISAAC SOARES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT12933-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12921-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008571-93.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO - MT12933/O, RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS - MT0012921A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 31/10/2019 Hora: 14:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 20 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009572-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANO JOSE MARTINS LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009572-16.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO SANTANA SILVA - MT21438/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 11:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 26 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007107-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO SANTANA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA OAB - MT15495/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A (REQUERIDO)
ATACADAO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ARY FRANCO CESAR OAB - SP123514-O (ADVOGADO(A))
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007107-34.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANTONIO SANTANA DE CAMPOS REQUERIDO: CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A, ATACADAO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Cuida-se de AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA em que a parte Autora pugna pelo pagamento de indenização de seguro prestamista contratado perante as Reclamadas, quando da aquisição dos serviços de cartão de crédito. Pugna, ao final, pela aplicação do seguro contratado, bem como pela condenação da reclamada em reparação por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Deixo de analisar as preliminares arguidas pela defesa, em razão do resultado do julgamento do mérito da demanda, nos termos do Art. 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito se amolda nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência. A parte reclamante relata que adquiriu os serviços de cartão de crédito Atacadão, o qual foi obrigado a adquirir o seguro da 1ª Reclamada. Aduz que em 27/03/2019 deixou de receber auxílio doença, motivo pelo qual solicitou a aplicação do seguro contratado para a quitação das faturas que não puderam mais ser adimplida, cujo débito perfaz o importe de R$ 2.056,45. Contudo, a Reclamada negou a indenização sem qualquer motivo. A 1ª Reclamada, por sua vez, em sede de contestação alegou que houve a negativa pelo motivo do sinistro ter ocorrido antes da aquisição do seguro, portanto não coberto pela contratação. Alega, ainda, que o Autor busca a aplicação de cláusula de exclusão da cobertura e não de aplicação. Já a 2ª Reclamada sustenta que o Autor não comprovou os fatos constitutivos de seu direito. Com efeito, verifica-se que razão não assiste ao Reclamante. No caso dos autos, constata-se que o Autor não logrou êxito em demonstrar que se enquadra nas hipóteses de cobertura do contrato de seguro contratada, as quais constam na Cláusula 4 do contrato anexo aos autos, haja vista que a cessação do recebimento de Auxílio-Doença não pode ser traduzida como desemprego involuntário. Ademais, verifica-se que a incapacidade

física autoral já existia quando da contratação do seguro, vez que o Autor passou a receber o auxílio em 26/11/2013 e o contrato de seguro teve inicio de vigência em 01/11/2017. Por fim, conforme mencionado em decisão de indeferimento da liminar, a cláusula contratual invocada pelo Reclamante para o recebimento da indenização do seguro contratado, em verdade, são cláusulas de exclusão do recebimento, assim, inaplicáveis ao caso. Portanto, legitima a negativa de cobertura do seguro contratado. Dessa forma, não há, no caso dos autos, como caracterizar a atitude ilícita da Reclamada, tampouco como se estabelecer o nexo de causalidade entre sua ação e os alegados danos suportados pelo Reclamante, motivo pelo qual se afasta no todo a sua responsabilidade. Por fim, não se vislumbra nos autos qualquer negativa de atendimento por parte da Reclamada, não existindo qualquer ato ilícito praticado por ela. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações do reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ANTONIO SANTANA DE CAMPOS em desfavor de CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A. e ATACADAO S.A. Deixo de condenar o reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007107-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO SANTANA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA OAB - MT15495/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A (REQUERIDO)
ATACADAO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ARY FRANCO CESAR OAB - SP123514-O (ADVOGADO(A))
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007107-34.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANTONIO SANTANA DE CAMPOS REQUERIDO: CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A, ATACADAO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Cuida-se de AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA em que a parte Autora pugna pelo pagamento de indenização de seguro prestamista contratado perante as Reclamadas, quando da aquisição dos serviços de cartão de crédito. Pugna, ao final, pela aplicação do seguro contratado, bem como pela condenação da reclamada em reparação por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Deixo de analisar as preliminares arguidas pela defesa, em razão do resultado do julgamento do mérito da demanda, nos termos do Art. 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito se amolda nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência. A parte reclamante relata que adquiriu os serviços de cartão de crédito Atacadão, o qual foi obrigado a adquirir o seguro da 1ª Reclamada. Aduz que em 27/03/2019 deixou de receber auxílio doença, motivo pelo qual solicitou a aplicação do seguro contratado para a quitação das faturas que não puderam mais ser adimplida, cujo débito perfaz o importe de R$ 2.056,45. Contudo, a Reclamada negou a indenização sem qualquer motivo. A 1ª Reclamada, por sua vez, em sede de contestação alegou que houve a negativa pelo motivo do sinistro ter ocorrido antes da aquisição do seguro, portanto não coberto pela contratação. Alega, ainda, que o Autor busca a aplicação de cláusula de exclusão da cobertura e não de aplicação. Já a 2ª Reclamada sustenta que o Autor não comprovou os fatos constitutivos de seu direito. Com efeito, verifica-se que razão não assiste ao Reclamante. No caso dos autos, constata-se que o Autor não logrou êxito em demonstrar que se enquadra nas hipóteses de cobertura do contrato de seguro contratada, as quais constam na Cláusula 4 do contrato anexo aos autos, haja vista que a cessação do recebimento de Auxílio-Doença não pode ser traduzida como desemprego involuntário. Ademais, verifica-se que a incapacidade física autoral já existia quando da contratação do seguro, vez que o Autor passou a receber o auxílio em 26/11/2013 e o contrato de seguro teve inicio de vigência em 01/11/2017. Por fim, conforme mencionado em decisão de indeferimento da liminar, a cláusula contratual invocada pelo Reclamante para o recebimento da indenização do seguro contratado, em verdade, são cláusulas de exclusão do recebimento, assim, inaplicáveis ao caso. Portanto, legitima a negativa de cobertura do seguro contratado. Dessa forma, não há, no caso dos autos, como caracterizar a atitude ilícita da Reclamada, tampouco como se estabelecer o nexo de causalidade entre sua ação e os alegados danos suportados pelo Reclamante, motivo pelo qual se afasta no todo a sua responsabilidade. Por fim, não se vislumbra nos autos qualquer negativa de atendimento por parte da Reclamada, não existindo qualquer ato ilícito praticado por ela. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja

vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações do reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ANTONIO SANTANA DE CAMPOS em desfavor de CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A. e ATACADAO S.A. Deixo de condenar o reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007107-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO SANTANA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA OAB - MT15495/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A (REQUERIDO)
ATACADAO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ARY FRANCO CESAR OAB - SP123514-O (ADVOGADO(A))
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007107-34.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANTONIO SANTANA DE CAMPOS REQUERIDO: CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A, ATACADAO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Cuida-se de AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA em que a parte Autora pugna pelo pagamento de indenização de seguro prestamista contratado perante as Reclamadas, quando da aquisição dos serviços de cartão de crédito. Pugna, ao final, pela aplicação do seguro contratado, bem como pela condenação da reclamada em reparação por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Deixo de analisar as preliminares arguidas pela defesa, em razão do resultado do julgamento do mérito da demanda, nos termos do Art. 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito se amolda nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência. A parte reclamante relata que adquiriu os serviços de cartão de crédito Atacadão, o qual foi obrigado a adquirir o seguro da 1ª Reclamada. Aduz que em 27/03/2019 deixou de receber auxílio doença, motivo pelo qual solicitou a aplicação do seguro contratado para a quitação das faturas que não puderam mais ser adimplida, cujo débito perfaz o importe de R$ 2.056,45. Contudo, a Reclamada negou a indenização sem qualquer motivo. A 1ª Reclamada, por sua vez, em sede de contestação alegou que houve a negativa pelo motivo do sinistro ter ocorrido antes da aquisição do seguro, portanto não coberto pela contratação. Alega, ainda, que o Autor busca a aplicação de cláusula de exclusão da cobertura e não de aplicação. Já a 2ª Reclamada sustenta que o Autor não comprovou os fatos constitutivos de seu direito. Com efeito, verifica-se que razão não assiste ao Reclamante. No caso dos autos, constata-se que o Autor não logrou êxito em demonstrar que se enquadra nas hipóteses de cobertura do contrato de seguro contratada, as quais constam na Cláusula 4 do contrato anexo aos autos, haja vista que a cessação do recebimento de Auxílio-Doença não pode ser traduzida como desemprego involuntário. Ademais, verifica-se que a incapacidade física autoral já existia quando da contratação do seguro, vez que o Autor passou a receber o auxílio em 26/11/2013 e o contrato de seguro teve inicio de vigência em 01/11/2017. Por fim, conforme mencionado em decisão de indeferimento da liminar, a cláusula contratual invocada pelo Reclamante para o recebimento da indenização do seguro contratado, em verdade, são cláusulas de exclusão do recebimento, assim, inaplicáveis ao caso. Portanto, legitima a negativa de cobertura do seguro contratado. Dessa forma, não há, no caso dos autos, como caracterizar a atitude ilícita da Reclamada, tampouco como se estabelecer o nexo de causalidade entre sua ação e os alegados danos suportados pelo Reclamante, motivo pelo qual se afasta no todo a sua responsabilidade. Por fim, não se vislumbra nos autos qualquer negativa de atendimento por parte da Reclamada, não existindo qualquer ato ilícito praticado por ela. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim,

não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações do reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ANTONIO SANTANA DE CAMPOS em desfavor de CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A. e ATACADAO S.A. Deixo de condenar o reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006638-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA PIRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006638-85.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AGLAIR FRANZONI SUZUKI - MT16114/O-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 21/10/2019 Hora: 11:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 6 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006311-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PRO OTICA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAYROUZ MAHALA ARFOX OAB - MT13033-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA COSTA SILVA (REQUERIDO)

Processo n. 1006311-43.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: FAYROUZ MAHALA ARFOX - MT13033-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 11/11/2019 Hora: 17:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 1 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009377-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
W. B. R. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA OLIVIA DE ALMEIDA CERQUEIRA OAB - MT16095-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIRCEU APARECIDO DOS SANTOS (REQUERIDO)

Processo n. 1009377-31.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ANA OLIVIA DE ALMEIDA CERQUEIRA - MT0016095A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 10:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 25 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008547-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAIELE ANDRADE SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008547-65.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO SANTANA SILVA - MT21438/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 31/10/2019 Hora: 12:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 19 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008142-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR HENRIQUE DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008142-29.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: WARLEN LEMES DA SILVA - MT0015085A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 30/10/2019 Hora: 10:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 18 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008060-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HOZANA MIRANDA DA CRUZ SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008060-95.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: EVALDO LUCIO DA SILVA - MT10462/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 30/10/2019 Hora: 09:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 17 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009663-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA DA GUIA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RIBEIRO ALVES OAB - MT23093/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NAVITAS VAREJO E DISTRIBUICAO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA OAB - RJ113675 (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009663-09.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: EMERSON RIBEIRO ALVES - MT23093/O-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 15:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 27 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005770-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE APARECIDO BATISTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT19164-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005770-10.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA - MT19164-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 15/10/2019 Hora: 09:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 3 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005770-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE APARECIDO BATISTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT19164-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005770-10.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA - MT19164-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 15/10/2019 Hora: 09:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 3 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008788-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON DE ALMEIDA LARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008788-39.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: DARGILAN BORGES CINTRA - MT9150-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 04/11/2019 Hora: 10:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento

do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 23 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005770-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE APARECIDO BATISTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT19164-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005770-10.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA - MT19164-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 15/10/2019 Hora: 09:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 3 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008748-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008748-57.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 04/11/2019 Hora: 10:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 23 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002362-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARTUR BARROS FREITAS OSTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR BARROS FREITAS OSTI OAB - MT18335/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002362-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ARTUR BARROS FREITAS OSTI REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A 1002362-11.2019.8.11.0001 S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de reclamação cível em que o Reclamante alega falha na prestação do serviço em razão de retenção de quantia paga por passagem cancelada. Pede a condenação da Reclamada em danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Inexistem preliminares a serem analisadas. 3. No mérito a ação é improcedente. O Reclamante alega que na data de 06/08/2019 adquiriu passagens aéreas da Reclamada com destino à Brasília/DF para a data de 12/08/2019 pelo valor de R$ 1.701,24 (mil e setecentos e um reais e vinte e quatro centavos). No entanto, afirma que no dia 11/08/2019 solicitou o cancelamento das passagens e o reembolso da quantia paga pela passagem cancelada. Aduz que a Reclamada afirmou que reembolsaria apenas a quantia de R$ 271,34 (duzentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos). Inconformado ajuizou a presente demanda objetivando o recebimento do valor integralmente pago para aquisição das passagens canceladas e reparação em danos morais pela suposta falha na prestação de serviço da Reclamada. A Reclamada, por sua vez, nega a falha na prestação de serviço alegando que na data de 12/08/2019 realizou o reembolso ao Reclamante da quantia de R$ 1.271,34 (mil e duzentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), pois afirma ser devida a retenção de multa pela rescisão antecipada do contrato no importe de R$ 429,90 (quatrocentos e vinte e nove reais e noventa centavos). Após análise detida aos autos verifico que razão não assiste ao Reclamante, vez que o art. 11 da Resolução nº 400 da ANAC é claro ao dispor que o cancelamento sem ônus ao consumidor somente ocorrerá quando as passagens forem canceladas dentro do prazo de 24h contados do recebimento do comprovante da compra. No presente caso, o Reclamante adquiriu as passagens em 06/08/2019, no entanto, o pedido de cancelamento somente ocorreu em 11/08/2019 faltando apenas um dia para o embarque. Portanto, não há se falar em cancelamento livre de ônus, conforme preconizada o art. 11 da resolução acima mencionada. A Reclamada comprovou que realizou na data de 12/08/2019 (um dia após o pedido de cancelamento e no dia do ajuizamento da presente reclamação) o reembolso ao Reclamante na quantia de R$ 1.271,34 (mil e duzentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos). Afirma, no entanto, que realizou a retenção da quantia de R$ 429,00 (quatrocentos e vinte e nove reais) a título de multa. Não se verifica abuso por parte da Reclamada tendo em vista que o Reclamante pleiteou o cancelamento da passagem faltando um dia para o início da viagem, não sendo razoável não se aplicar multa pela desistência. Dessa forma, não verifico qualquer abuso de direito ou ato ilícito praticado pela Reclamada a caracterizar falha na prestação de serviço e, portanto, o dever de reparação. Sendo assim, não verifico ilegalidade praticada pela Reclamada, já que, os referidos documentos se traduzem em prova a socorrer as suas alegações apresentando os dados pertinentes para o deslinde da controvérsia. Ora, a parte Reclamante deveria, quando da impugnação à contestação rebater os termos da contestação, acaso assim entendesse, e para tanto trazer aos autos comprovação do que ali alegou fato que inexistiu. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. De outro tanto, a parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC).

Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, pela IMPROCEDÊNCIA do pedido inicial feito por ARTUR BARROS FREITAS OSTI em desfavor de TAM LINHAS AÉREAS S/A, ambos com qualificação nos autos. Deixo de condenar o Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Sentença submetida à apreciação e homologação da Exmo. Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá, Dr. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE. CAMILA SILVA DE SOUZA Juíza Leiga do 4º Juizado Especial Cível da Capital CUIABÁ, 22 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003619-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAZARIO DIAS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO MARQUES E SILVA OAB - MT7731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004677-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADELAINE FRANCO DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007898-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALMIR DE JESUS FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008489-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCILEY ALVES SAMPAIO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1008489-62.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: EVALDO LUCIO DA SILVA - MT10462/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 31/10/2019 Hora: 11:20 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 19 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007744-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REGINA DE OLIVEIRA DESSUNTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGINA DE OLIVEIRA DESSUNTE OAB - MT24238/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUBMARINO VIAGENS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1007744-82.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: REGINA DE OLIVEIRA DESSUNTE - MT24238/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 10:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 16 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007418-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GERCINA GALDINO FERNANDES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA BARTOLINA DA ROSA OAB - MT24762/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007227-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVAN GUIDO GONCALVES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERODILCE SANTOS GUIMARAES OAB - MT16518-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1007227-77.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ERODILCE SANTOS GUIMARAES - MT0016518A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação, Sala: 4ª JEC Data: 23/10/2019 Hora: 10:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002554-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
M. DOS SANTOS EIRELI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAKEIBY FONSECA OAB - MT24453/O (ADVOGADO(A))
THIAGO ERIKSSON DOS SANTOS OAB - MT12136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006785-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO LIMA DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021195-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GERSON ALVES DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA OAB - MT0017686A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021195-77.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GERSON ALVES DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO ITAUCARD S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 27/01/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003649-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO JOAO LEONCIO DE PADUA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO LEONCIO REZENDE DE PADUA OAB - MT2708/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004709-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIANA DA SILVA SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12921-O (ADVOGADO(A))
MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT12933-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004038-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOLINDA ALVES DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021197-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA DZIACHAN MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO ANTONIO DE LIMA OAB - MT0007303S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEMPRE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS (REQUERIDO)
UNIMED NORTE NORDESTE-FEDERACAO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021197-47.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BRUNA DZIACHAN MARQUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROGERIO ANTONIO DE LIMA POLO PASSIVO: UNIMED NORTE NORDESTE-FEDERACAO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004019-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

SHAYRA DE SA CASTELO BRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005309-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WELSON DOS SANTOS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020942-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DILSON BENEDITO ALVES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO COSTA DOS SANTOS OAB - MT0015771A-O (ADVOGADO(A))
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VERENINHA RODRIGUES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020942-89.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DILSON BENEDITO ALVES DA COSTA REQUERIDO: VERENINHA RODRIGUES DE OLIVEIRA I- Cuida-se de "AÇÃO DE COBRANÇA" formulada por Dilson Benedito Alves da Costa em desfavor de Vereninha Rodrigues de Oliveira na qual postula, em sede de tutela de urgência, a realização de bloqueio em contas bancárias de titularidade da parte reclamada até o montante de R$34.123,24 (trinta e quatro mil, cento e vinte e três reais e vinte e quatro centavos) em razão de crédito que alega possuir. O pleito vai indeferido. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se constada dos autos a parte reclamante afirma ter realizado empréstimos à parte reclamada o qual alcança na data de hoje o montante de R$34.123,24 (trinta e quatro mil, cento e vinte e três reais e vinte e quatro centavos). Ocorre que conforme a própria parte reconhece na exordial inexistiu contrato formalizado entre as partes, o que não impossibilita o reconhecimento da negociação, entretanto, acaba por afastar nesta ocasião elemento imprescindível para a demonstração da probabilidade do direito alegado. Ainda que traga aos autos comprovantes de depósito, tais, por si só não tem o condão de permitir a realização liminar do bloqueio do montante indicado. As circunstâncias que se colhe dos autos, embora possam presumir algum grau de possibilidade de haver perigo de dano, não são, por si só, suficientes para a concessão da tutela de urgência, eis que para tanto devem coexistir ambos os requisitos legais, situação não verificada nesta prematura fase processual. Posto isso, INDEFIRO a liminar vindicada em razão da ausência dos elementos indispensáveis à concessão da medida liminar. II- Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019934-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA VIEIRA SOUSA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERNANDES TEIXEIRA OAB - MT36891-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019934-77.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FRANCISCA VIEIRA SOUSA GOMES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, Cuida-se de pedido liminar formulado por FRANCISCA VIEIRA SOUSA GOMES na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que o débito apontado pela parte reclamada TELEFÔNICA BRASIL S.A. registrado no rol de inadimplentes. Passo análise da liminar. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito não existe. Importa ainda considerar que não há muito a ser provado pela reclamante no caso em apreço, uma vez que, ao asseverar fato negativo, impossível se apresenta trazer aos autos qualquer adminículo de prova, senão a demonstração da inscrição, o que resta documentado nos autos. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Vale acrescentar que não se há de cogitar de irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual, até porque poderá a parte na hipótese de existir créditos, buscar a sua satisfação pelos meios legais. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada junto ao SERASA, no valor de R$ 221,16 (duzentos e vinte e um reais e dezesseis centavos), com data de inclusão de 18/fevereiro/2018. Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$1.000,00 (mil reais). Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020689-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIRCIO BENEDITO NUNES DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO OLIVEIRA FRAGA OAB - MT18506-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020689-04.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DIRCIO BENEDITO NUNES DE SIQUEIRA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos, Compulsando os autos verifico que a parte reclamante pretende a antecipação dos efeitos da tutela, trazendo os elementos que entende necessários a comprovação de suas alegações. Entretanto, é sabido que a tutela antecipada deve corresponder à tutela definitiva que será prestada se a ação for julgada procedente, devendo estar apta a assumir os contornos de definitividade pela superveniência da sentença. Há, ainda, de se produzir "prova inequívoca" que não ofereça possibilidade de discussão, que convença por sua "aparência de verdade". No caso vertente, verifico que é prudente e recomendável postergar-se a solução do feito para a sentença final de mérito, após imprescindível cognição exauriente, atendendo-se ao princípio do devido

processo legal e seus consectários. Destarte, ao analisar as alegações da parte requerente, conjugadas com os documentos encartados junto à inicial, não vislumbro a existência dos requisitos exigidos pela lei para o deferimento da tutela antecipada, consistente na prova inequívoca da verossimilhança das alegações. Nesse sentido: Agravo de instrumento – Ordinária declaratória de inexigibilidade de débito – Tutela provisória de urgência para exclusão da negativação do nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito- Indeferimento – Ausência, por ora, dos requisitos legais previstos no art. 300 do CPC – Inexistência de elementos suficientes a demonstrar, neste momento processual e de forma indene de dúvidas, que a cobrança objeto de questionamento, e que deu origem à negativação, foi efetivada de forma indevida – Necessidade de dilação probatória – Decisão mantida - Recurso desprovido. (TJ-SP 20699417620188260000 SP 2069941-76.2018.8.26.0000, Relator: Sergio Gomes, Data de Julgamento: 08/05/2018, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/05/2018. Logo, mostrando-se necessária a dilação probatória do feito para melhor embasamento da demanda, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada, diante da ausência dos requisitos previstos no artigo 300 do CPC. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021050-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES MARTINS DE MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCIDES FERREIRA OAB - MT12540-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1021050-21.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DE LOURDES MARTINS DE MORAIS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, Cuida-se de pedido liminar formulado por MARIA DE LOURDES MARTINS DE MORAIS na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que não manteve relação jurídica com a parte reclamada TELEFÔNICA BRASIL S/A (VIVO S/A) que desse causa ao débito levado à inscrição no rol de inadimplentes. Passo análise da liminar. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente, uma vez que não possui relação jurídica com a reclamada. Importa ainda considerar que não há muito a ser provado pela reclamante no caso em apreço, uma vez que, ao asseverar fato negativo, impossível se apresenta trazer aos autos qualquer adminículo de prova, senão a demonstração da inscrição, o que resta documentado nos autos. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Vale acrescentar que não se há de cogitar de irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual, até porque poderá a parte na hipótese de existir créditos, buscar a sua satisfação pelos meios legais. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada junto ao SERASA, no valor de R$ 430,86 (quatrocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos), com data de inclusão de 23/setembro/2019. Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$1.000,00 (mil reais). Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006858-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIZETE DA COSTA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DA SILVA SANTOS OAB - MT22680/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1006858-83.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIZETE DA COSTA RODRIGUES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Cuida-se de Embargos de Declaração em que a parte Embargante alega omissão, pleiteando efeito modificativo. Os embargos foram interpostos dentro do prazo previsto no art. 1.023, do CPC. É o breve relatório. Decido. É de se observar que, em regra, somente é possível conferir caráter modificativo aos declaratórios, se existente omissão na decisão sobre questão debatida nos autos ou devidamente demonstrada a contradição e o manifesto equívoco do julgador, o que não ocorreu nesse caso específico da sentença ora questionada. Imperativo declarar que os presentes embargos são manifestamente protelatórios, porquanto, não objetivam aclarar ou a integrar a decisão, tendo em vista que o meio impugnativo ora manejado busca, tão só, modificar o entendimento declinado pelo Estado-juiz acerca da matéria ora impugnada, o que não se compadece com o recurso manejado. Deste modo, restando evidenciada a inexistência de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC, a impertinência do recurso é manifesta. Ante o exposto, CONHEÇO do presente Embargos de Declaração, e REJEITO-OS, mantendo incólume a sentença que consta no ID. 26388204. Intimem-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020991-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA REGINA MARQUES DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO BENEDITO FREITAS DE ALMEIDA OAB - MT24739/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BUD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020991-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CELIA REGINA MARQUES DE FREITAS REQUERIDO: BUD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA I – Cuida-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, CUMULADA COM DANOS MORAIS" proposta por Célia Reigna Marques de Freitas em desfavor de Brastemp – BUD Com. De Eletrodomésticos Ltda., na qual postula, em sede de tutela de urgência, que seja determinada a substituição do produto adquirido junto à reclamada consistente em um fogão Brastemp Gourmand, código BSY5CAR, porquanto apresentou vícios que o tornou impróprio ao uso. O pleito que visa a substituição do produto adquirido deve ser deferido em caráter de tutela de urgência. Com efeito, conforme disposição expressa do Art. 300 do CPC, para que se possa conceder a tutela de urgência resta impositiva a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano, ou ainda o risco ao resultado útil do processo. Buscando a reclamante a concessão da tutela de urgência indicada no art. 18, §1º do CDC, tenho que para tanto mostra-se imprescindível a demonstração de que estão satisfeitos os requisitos para tanto, isto é, a evidência do vício; a demonstração da ciência das reclamadas e que não tenha havido solução no prazo legal. Colhe-se dos autos que o objeto da demanda permanece impróprio ao uso, de modo que superado o prazo legal, qual seja, 30 dias, surge ao consumidor a escolha das hipóteses descritas no art. 18, §1º do CDC, de modo que perfeitamente admissível a antecipação da tutela no caso em apreço. O risco de dano é latente, pois conforme fez constar em sua petição a reclamante utiliza-se do fogão para o preparo de alimentos em sua residência, tratando-se de objeto de uso essencial em uma residência. Por tais motivos é que DEFIRO a concessão da tutela de urgência pretendida pela parte reclamante para o fim de DETERMINAR à reclamada que

promova a substituição do produto adquirido, qual seja, um fogão Brastemp Gourmand, código BSY5CAR por outro de iguais características ou superior, em perfeito estado. Anoto o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento da deliberação. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Determino que o mandado de citação/intimação SEJA INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO, porquanto o sistema PJe tem apresentado inconsistências que impossibilitam a parte intimada de ter acesso a documentos dos autos que se apresentam relevantes ao cumprimento da ordem judicial. II – Já designada audiência de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020952-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ALBERTO PEREIRA DE FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMARA DOS SANTOS REIS OAB - MT25053/O (ADVOGADO(A))
RANIELY BENITES GONCALVES OAB - MT25747/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
UNIC EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020952-36.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUIZ ALBERTO PEREIRA DE FRANCA REQUERIDO: UNIC EDUCACIONAL LTDA, EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A I- Cuida-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA LIMINAR" formulada por Luiz Alberto Pereira de França em desfavor de Universidade de Cuiabá – UNIC/UNIME, postulando, em sede de tutela de urgência, que seja a reclamada compelida a efetuar a entrega do diploma de conclusão do curso de graduação em odontologia. Defiro o pleito. Conforme disposição expressa do Art. 300 do CPC, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, requisitos que, in casu, concorrem. Conforme se evola dos autos há documentação bastante para conduzir à verossimilhança da alegação vertida na inicial, porquanto resta demonstrado que o curso já se findou e bem assim que a parte reclamante o concluiu, sendo aprovado. Referido documento é próprio à caracterização da verossimilhança, uma vez que a própria reclamada certifica ter o reclamante concluído o curso por ela ministrado. De outro tanto o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ressai do fato de que aguarda a reclamante desde agosto/2019, quando comprovadamente solicitada a expedição do diploma, sem que tenha, até o presente momento recebido o documento. Tal situação é suficiente para demonstrar a possibilidade de dano à parte reclamante, porquanto sabido que as exigências para o mercado de trabalho são amplas, militando, de modo imensurável a comprovação por meio do diploma até mesmo para fins de registro no órgão de classe, o qual por certo aponta maior qualificação do candidato a uma vaga de emprego, quer no setor público, quer no privado. Vale ainda considerar que o reclamante demonstra ter sido aprovado em concurso público, fato que reforça o perigo de dano que circunda a hipótese descrita nos autos. Por tais razões é que DEFIRO a concessão da tutela de urgência para o fim de DETERMINAR à reclamada que proceda a confecção, registro e entrega do diploma de graduação no curso de odontologia. Anoto o prazo de 20 (vinte) dias para a conclusão do processo de expedição e entrega do respectivo diploma, observando que, acaso haja atraso, arcará a reclamada com a pena pecuniária (multa) que fixo no montante de R$4.000,00 (quatro mil reais). Determino que o mandado de citação/intimação SEJA INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO, porquanto o sistema PJe tem apresentado inconsistências que impossibilitam a parte intimada de ter acesso a documentos dos autos que se apresentam relevantes ao cumprimento da ordem judicial. II- Já designada audiência de tentativa de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021063-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GREICI PEREIRA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO AUGUSTO NASCIMENTO PEGOLO DOS SANTOS OAB - MS9938 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1021063-20.2019.8.11.0001. AUTOR(A): GREICI PEREIRA DO NASCIMENTO RÉU: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Cuida-se de ação manejada contra o Município de Cuiabá. Constata-se que o endereçamento da petição inicial se deu ao juizado especial da Fazenda Pública, nada obstante, equivocadamente a parte o tenha dirigido ao juizado especial cível. Posto isso, tratando-se não só de endereçamento ao juizado especial da fazenda pública, mas também pelo fato de ser a parte reclamada pessoa jurídica de direito público, DETERMINO a redistribuição do presente feito ao Juizado Especial da Fazenda Pública. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014520-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1014520-98.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELISVALDO MENDES RAMOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, Peticiona a parte reclamante informando o descumprimento da liminar deferida. Junta aos autos áudios referentes à ligações recebidas contrariando ao que determinado na decisão de Id. nº 25588524. Posto isso, DETERMINO seja a parte reclamada intimada pessoalmente para o fim de dar integral e imediato cumprimento ao que deliberado na decisão que concedeu a tutela de urgência (Id. nº 25588524). Fixo, para a hipótese de novo descumprimento da medida, multa no importe de R$4.000,00 (quatro mil reais), em substituição àquela anteriormente fixada. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015632-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOANILDES MARIA DO NASCIMENTO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO OAB - MT4937-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1015632-05.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOANILDES MARIA DO NASCIMENTO SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A, SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Vistos, Peticiona a parte reclamada SDB Comércio de Alimentos Ltda. aduzindo que não há como cumprir a obrigação de fazer. Atento ao teor da decisão de Id. nº 26896260 que concedeu a tutela de urgência verifica-se que o obrigação de fazer imposta no em sede de tutela de urgência ao alcança a pessoa da reclamada SDB Comércio de Alimentos Ltda., porquanto a

decisão consignou expressamente que fosse o reclamado Banco Bradescard S/A intimado pessoalmente para o fim de dar cumprimento à obrigação de fazer imposta nos autos. Posto isso, resta prejudicado o pleito formulado no petitório de Id. nº 27459150. Intime-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005313-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO BORGES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1005313-75.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANTONIO BORGES DOS SANTOS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Cuida-se de Embargos de Declaração em que a parte Embargante alega omissão na sentença proferida nestes autos. A parte contrária manifesta quanto aos embargos de declaração, conforme consta no ID. 27212586. Os embargos foram interpostos dentro do prazo previsto no art. 1.023, do CPC. É o breve relatório. Decido. É de se observar que, em regra, somente é possível conferir caráter modificativo aos declaratórios, se existente omissão na decisão sobre questão debatida nos autos ou devidamente demonstrada a contradição e o manifesto equívoco do julgador, o que não ocorreu nesse caso específico da sentença ora questionada. Imperativo declarar que os presentes embargos são manifestamente protelatórios, porquanto, não objetivam aclarar ou a integrar a decisão, tendo em vista que o meio impugnativo ora manejado busca, tão só, modificar o entendimento declinado pelo Estado-juiz acerca da matéria ora impugnada, o que não se compadece com o recurso manejado. Deste modo, restando evidenciada a inexistência de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC, a impertinência do recurso é manifesta. Ante o exposto, CONHEÇO do presente Embargos de Declaração, e REJEITO-OS, mantendo incólume a sentença que consta no ID. 26386848. Intimem-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003437-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO ARYA FLORAIS MALL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INCORP AND PARTNERS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003437-85.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO ARYA FLORAIS MALL EXECUTADO: INCORP AND PARTNERS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Vistos. Autorizada pelo disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95, deixo de apresentar o relatório referente a presente demanda judicial. Fundamento. Decido. Compulsando os autos verifico que a parte exequente não localizou bens passíveis de penhora em nome da parte executada, restando infrutíferas as tentativas de bloqueio, conforme se verifica dos extratos carreados aos autos. Posto isso, considerando-se a inexistência de bens penhoráveis se faz suficiente para ensejar a extinção do feito, com fulcro no artigo 53, §4º da Lei nº 9.099/95, não dependendo a extinção de prévia intimação pessoal das partes, a teor do que dispõem o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95. Sem custas e honorários, nos termos do artigo 51, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Observadas as cautelas de estilo, arquivem-se. Publicada com inserção no Sistema Projudi. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005680-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE GOMES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005680-02.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME EXECUTADO: ALINE GOMES DE OLIVEIRA Vistos. Autorizada pelo disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95, deixo de apresentar o relatório referente a presente demanda judicial. Fundamento. Decido. Compulsando os autos verifico que a parte exequente não localizou bens passíveis de penhora em nome da parte executada, restando infrutíferas as tentativas de bloqueio, conforme se verifica dos extratos carreados aos autos. Posto isso, considerando-se a inexistência de bens penhoráveis se faz suficiente para ensejar a extinção do feito, com fulcro no artigo 53, §4º da Lei nº 9.099/95, não dependendo a extinção de prévia intimação pessoal das partes, a teor do que dispõem o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95. Sem custas e honorários, nos termos do artigo 51, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Observadas as cautelas de estilo, arquivem-se. Publicada com inserção no Sistema Projudi. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1007889-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL PANTANAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GRACIELLE SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007889-41.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL PANTANAL EXECUTADO: GRACIELLE SILVA Vistos. Autorizada pelo disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95, deixo de apresentar o relatório referente a presente demanda judicial. Fundamento. Decido. Compulsando os autos verifico que a parte exequente não localizou bens passíveis de penhora em nome da parte executada, restando infrutíferas as tentativas de bloqueio, conforme se verifica dos extratos carreados aos autos. Posto isso, considerando-se a inexistência de bens penhoráveis se faz suficiente para ensejar a extinção do feito, com fulcro no artigo 53, §4º da Lei nº 9.099/95, não dependendo a extinção de prévia intimação pessoal das partes, a teor do que dispõem o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95. Sem custas e honorários, nos termos do artigo 51, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Observadas as cautelas de estilo, arquivem-se. Publicada com inserção no Sistema Projudi. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014560-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA HELENA DOS SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014560-80.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA HELENA DOS SANTOS PEREIRA REQUERIDO: VIVO

S.A. Vistos, RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) DISPOSITIVO. Posto isso, com fundamento no art. 51, I, da lei 9.099/95I, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Revogo eventual liminar deferida nos autos. Sem custas para a parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006998-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
V H E R CURSOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIZE MARIA RODRIGUES FRANCA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006998-20.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: V H E R CURSOS EDUCACIONAIS LTDA - EPP EXECUTADO: ELIZE MARIA RODRIGUES FRANCA Vistos. Autorizada pelo disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95, deixo de apresentar o relatório referente a presente demanda judicial. Fundamento. Decido. Compulsando os autos verifico que a parte exequente não localizou bens passíveis de penhora em nome da parte executada, restando infrutíferas as tentativas de bloqueio, conforme se verifica dos extratos carreados aos autos. Posto isso, considerando-se a inexistência de bens penhoráveis se faz suficiente para ensejar a extinção do feito, com fulcro no artigo 53, §4º da Lei nº 9.099/95, não dependendo a extinção de prévia intimação pessoal das partes, a teor do que dispõem o art. 51, § 1º, da Lei 9099/95. Sem custas e honorários, nos termos do artigo 51, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Observadas as cautelas de estilo, arquivem-se. Publicada com inserção no Sistema Projudi. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014818-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FREDSON DOMINGOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA III - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014818-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FREDSON DOMINGOS DA SILVA REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA III - NAO PADRONIZADO Vistos, RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) DISPOSITIVO. Posto isso, com fundamento no art. 51, I, da lei 9.099/95I, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Revogo eventual liminar deferida nos autos. Sem custas para a parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014527-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOVENTINO PEREIRA DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014527-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOVENTINO PEREIRA DIAS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO

SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) DISPOSITIVO. Posto isso, com fundamento no art. 51, I, da lei 9.099/95I, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Revogo eventual liminar deferida nos autos. Sem custas para a parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. Cumpra-se. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012906-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA REGINA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA REGINA SOUZA OAB - MT0014947A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012906-58.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DEBORA REGINA SOUZA REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A., TAM LINHAS AÉREAS S/A Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em audiência de conciliação chegaram à composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado entre a Reclamante DEBORA REGINA SOUZA e a Reclamada TAM LINHAS AÉREAS S/A nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. OPINO ainda pela Homologação de desistência do processo com Relação a Reclamada CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019321-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO WALZ (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RENAN NEVES MONTEIRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1019321-57.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LEONARDO WALZ REQUERIDO: RENAN NEVES MONTEIRO Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013713-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADVAIL MARCELO TEIXEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HILTON DA SILVA CORREA OAB - MT23278/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013713-78.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ADVAIL MARCELO TEIXEIRA DA SILVA REQUERIDO: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em audiência de conciliação chegaram à composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e

atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013178-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR AUGUSTO NASCIMENTO MORAES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRE PHELIPE PINTO SILVA FERRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013178-52.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CESAR AUGUSTO NASCIMENTO MORAES REQUERIDO: ANDRE PHELIPE PINTO SILVA FERRO Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em audiência de conciliação chegaram à composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019036-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE DA SILVA COSTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SHEILA APARECIDA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1019036-64.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO HENRIQUE DA SILVA COSTA REQUERIDO: SHEILA APARECIDA DA SILVA Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013306-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA IGNOTTI FAIAD (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA IGNOTTI FAIAD OAB - MT16735-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013306-72.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARINA IGNOTTI FAIAD REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em audiência de conciliação chegaram à composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014414-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIALYS DA SILVA ARGENTINO (REQUERIDO)
Magistrado(s):

TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014414-39.2019.8.11.0001. INTERESSADO: STUDIO S FORMATURAS EIRELI REQUERIDO: TIALYS DA SILVA ARGENTINO Vistos, Conforme petição (id. 26929852), houve o pagamento da obrigação com a concordância da parte reclamante quanto ao valor adimplido. Posto isso, com fulcro no art. 924, II, do CPC, OPINO pela extinção do processo. Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008387-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NATALIA REGINA AGUIAR CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA MONTEIRO CAMARGO OAB - MT14694-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008387-40.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NATALIA REGINA AGUIAR CARVALHO REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA E DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOR MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais), contrato nº. 0241343103, data da ocorrência 15/06/2017. Ao final, pugnou pela declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação, a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela. Acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que em absoluto se caracterizam como documento, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO. Quanto ao dano moral, destaco que a responsabilidade da empresa reclamada como fornecedora de serviço é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.” Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço, e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia, deve ser responsabilizado pelos danos causados à parte reclamante. Logo, tenho que efetivamente houve falha na prestação do serviço, na medida em que a reclamada negativou indevidamente o nome da parte reclamante nos órgãos de proteção ao crédito. Por outro lado, melhor sorte não socorre a reclamante no que tange à ocorrência de danos morais no presente caso, tendo em vista que conforme extrato de negativação colacionado aos autos verifico que há restrição anterior inserida pela Empresa Gazin. Destaco que cabe à parte Autora comprovar que a negativação anterior é ilegítima, a fim de afastar o entendimento da súmula 385 do STJ. Em análise ao sistema Pje observa-se que não existe processo discutindo a restrição impostas pelo Empresa Gazin. Assim, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da empresa ré ao negativar o nome da reclamante por dívida inexistente, o fato de possuir registro anterior válido em cadastro de inadimplentes aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui não haver prejuízo decorrente da conduta ilícita da reclamada. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, “Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento”. Nesse sentido: “NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. PREEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO APARENTEMENTE LEGÍTIMA. A não demonstração pelo apelante-autor da ilicitude das negativações preexistentes e concomitantes afasta o dever de compensação por danos morais por apontamento indevido em órgãos de proteção ao crédito. Observância da Súmula nº 385, STJ. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. (APL 10529389220138260100 SP 1052938-92.2013.8.26.0100, TJ-SP, Relator: Alberto Gosson, 20ª Câmara de Direito Privado, Julgado: 02/07/2015.”. “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CDL. ART. 43, § 2º, DO CDC. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DEVEDOR. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. EXISTÊNCIA DE VÁRIOS REGISTROS. CANCELAMENTO. 1.A ausência de comunicação importa no descumprimento de obrigação legal por parte da ré, cujo colorário é o dever de indenizar em se tratando de relação consumerista, pois o consumidor não pode ficar sujeito ao alvedrio do órgão de restrição de crédito na escolha daqueles que enviará ou não a comunicação prevista em lei, formalidade esta que, uma vez descumprida, também resulta no cancelamento do registro levado a efeito. 2.A norma em tela é decorrência do dever de informar, de alertar o consumidor acerca do apontamento negativo, obrigação específica que ao ser descumprida ocasiona diversos prejuízos aos consumidores, de quem é ocultada informação relevante

que trará reflexos diretos no seu direito ao crédito. 3.A parte autora possui diversas anotações nos órgãos restritivos de crédito, portanto a ausência de comunicação não é passível de gerar o dever de reparação, vez que se trata de devedora contumaz. Inteligência da Súmula n. 385. 4. Pretensão de indenização por danos morais afastada, tendo em vista a ausência de nexo causal a autorizar a indenização pretendida, em função da parte postulante se tratar de devedora contumaz com registros precedentes. Efetivada a determinação de cancelamento da inscrição, diante do reconhecimento da ilegalidade do registro levado a efeito, possibilitada a nova efetivação deste, caso sejam cumpridas as exigências do art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Dado parcial provimento ao recurso. (Apelação Cível Nº 70036753747, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 26/01/2011)" III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por NATALIA REGINA AGUIAR CARVALHO em desfavor da TELEFÔNICA BRASIL S/A apenas para DECLARAR a inexistência do débito objeto da pressente demanda e OPINAR pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de indenização por danos morais. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte Reclamada na contestação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009796-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BONDESPACHO DA SILVA NETO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009796-51.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOAO BONDESPACHO DA SILVA NETO REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Cuida-se de reclamação cível na qual o Reclamante alega que adquiriu da Reclamada pacote de viagem com destino à cidade de Porto de Galinhas/PE, incluindo hospedagem e aéreo, pelo valor de R$ 2.955,08 (dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos). Aduz que o transporte aéreo seria feito pela empresa Avianca, porém, em virtude de ela ter declarado falência, no dia 24 de setembro de 2019, a Reclamada entrou em contato afirmando que não seria possível realizar a viagem contratada, pois o voo havia sido cancelado. A Reclamada deu como opção ao autor a devolução dos valores em 30 ou 60 dias, ou a remarcação da data da viagem, ou a mudança do local de destino para Porto Seguro – BA, e ainda, o pagamento de diferença no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) para ser reacomodado em outro voo. O Reclamante afirma que diligenciou junto a Reclamada para o recebimento imediato do valor pago pelo pacote turístico, pois pretendia utilizar o valor no período de férias. Ocorre que a Reclamada informou que não seria possível a devolução no prazo pretendido, pois o estorno somente poderia ocorrer no prazo de 30 à 60 dias. Diante da negativa da Reclamada, o autor afirma que fez Reclamação administrativa no Procon e no sítio eletrônico "reclame aqui", com o intuito de ser reacomodado em outro voo para o mesmo local e mesma data, não obtendo êxito. Assim, o Reclamante requer liminarmente que a Reclamada o reacomode em outro voo para o mesmo destino contratado, na mesma data. No mérito, requer que a Reclamada seja condenada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. A preliminar de ILEGITIMIDADE PASSIVA arguida pela Reclamada não merece guarida, devendo ser rejeitada, uma vez que ela integra a cadeia de fornecedores e prestadores do serviço, sendo, portanto, corresponsável por qualquer vício ou defeito que cause prejuízo ao consumidor, nos termos do art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe a reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as suas assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A Reclamada, ao apresentar defesa, afirma não possuir responsabilidade pelo ocorrido, tendo em vista que os danos foram ocasionados por culpa exclusiva de terceiro, no caso, da Companhia Aérea Avianca, que entrou em recuperação judicial e deixou de honrar com os voos que havia comercializado. Sustenta que a intermediação turística é uma atividade completamente distinta do transporte de pessoas, portanto, a imputação da responsabilidade pretendida pelo autor não é possível. Pois bem, analisando detidamente os autos, verifico que a Reclamada não respeitou o disposto no artigo 20, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor. A lei consumerista regulamenta que o fornecedor de serviço responde pelos vícios, podendo o consumidor exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada. Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço. Está devidamente comprovado que a parte Autora tentou de forma administrativa receber o valor pago pelo pacote turístico, contudo, a Reclamada somente ofereceu ao consumidor o estorno no prazo de 30 à 60 dias, em total violação ao Código de defesa do Consumidor. Com essa conduta, o Reclamante foi obrigado a ingressar com demanda judicial para ver seu direito garantido, já que as tratativas extrajudiciais não foram suficientes para fazer a Reclamada cumprir os dispositivos legais. Desse modo, reconhecer a falha na prestação do serviço é medida que se impõe, pois não é admissível que a empresa não zele pela qualidade dos serviços fornecidos ao consumidor. Assim, assume os riscos das atividades que desempenha o que torna desnecessário discutir possível omissão ou culpa uma vez que se trata de relação consumerista. Nesse ínterim, cumpre anotar que esses casos tratam de relação de consumo e que o dano moral afirmado é decorrente da má prestação de um serviço e da conduta imprudente das empresas, consequentemente, deve ser aplicada a teoria do risco do empreendimento (CDC, art. 14). De acordo com Carlos Roberto Gonçalves a "responsabilidade civil objetiva do prestador de serviços, prescindindo do elemento culpa para que haja o dever de indenizar, tendo em vista o fato de vivermos em uma sociedade de produção e de consumo em massa, responsável pela despersonalização ou desindividualização das relações entre produtores, comerciantes e prestadores de serviços, em um polo, e compradores e usuários do serviço, no outro" (GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil: Doutrina, Jurisprudência. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002). O Código Civil deixa evidente no art. 186 ao prescrever que todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. De outro norte, o art. 927 do mesmo Diploma Legal, ao tratar da obrigação de

indenizar, preceitua que aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. A Constituição Federal, no seu artigo 5º, incisos V e X, protege de forma eficaz a honra e a imagem das pessoas, assegurando direito à indenização pelo dano material e moral que lhes forem causados. O direito à reparação do dano depende da concorrência de três requisitos, que estão bem delineados no supracitado artigo, razão pela qual, para que se configure o ato ilícito, será imprescindível que haja: fato lesivo voluntário, causado pelo agente, por ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência; ocorrência de um dano patrimonial ou moral e, nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Assim, na eventualidade de não restarem provados esses pressupostos, indevida será a obrigação reparatória. No entanto, haverá casos em que se dispensa o elemento culpa, por se tratar de responsabilidade objetiva, tal como o caso dos autos. Resta quantificar o dano moral. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 6.000,00 (seis mil reais), acrescidos de correção monetária e juros legais. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido do Reclamante JOAO BONDESPACHO DA SILVA NETO para CONDENAR a Reclamada CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S/A ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de danos morais, corrigidos a partir desta data pelo IGP-M da FGV, mais juros de mora de 1% a contar da citação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006396-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO RIBEIRO DE ASSIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006396-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIO MARCIO RIBEIRO DE ASSIS REQUERIDO: BANCO BMG S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Cuida-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO C/C DECLARATÓRIA DE QUITAÇÃO COM REPARAÇÃO DE DANOS MATERAIS, DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA em que as alegações fundam-se em cobranças indevidas, haja vista que a princípio a parte Autora havia contratado empréstimo consignado, porém, o crédito é cobrado como se fosse saque em cartão de crédito, sem que isso fosse previamente informado. Informa que nunca recebeu ou utilizou qualquer cartão de crédito, sendo que estava ciente que se tratava apenas de empréstimo consignado. Pugnou por liminar para que a Reclamada suspenda as cobranças em sua folha de pagamento, concedida por este juízo e, ao final, requereu sua confirmação, com a condenação da Reclamada para restituir em dobro os valores indevidamente debitados em sua folha de pagamento, bem como ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A parte reclamante instrui a exordial com a cópia digitalizada de documento comprobatório dos descontos diretamente em sua folha de pagamento, além de alegar que no ato do contrato foi-lhe oferecido empréstimo consignado. Contudo, após algum tempo percebeu que o valor continuava a ser cobrando e, ao entrar em contato com a Reclamada foi surpreendida, pois se tratava de pagamento de cartão de crédito. No entanto, alega que nunca contratou os serviços atinentes a cartão de crédito, bem como nunca utilizou o mesmo, sendo que somente realizou contratação de empréstimo consignado. A Reclamada, por sua vez, informou que atuou dentro dos limites do exercício regular do seu direito de credora. A fim de comprovar a legalidade dos descontos efetuados, a Reclamada trouxe aos autos o contrato (id. 25017736) comprovando a relação jurídica entre as partes, as faturas de consumo (id. 25018092/ 25018097/ 25018101) que demonstram a utilização do cartão de crédito, bem como áudio (id. 25017736) no qual o Autor requer o desbloqueio do cartão de crédito. Assim, não verifico ilegalidade praticada pela Reclamada, já que, os referidos documentos se traduzem em prova a socorrer as suas alegações apresentando os dados pertinentes para o deslinde da controvérsia. Ora, a parte Reclamante deveria ao apresentar impugnação à contestação rebater os termos da defesa e trazer documentos que demonstrem os fatos constitutivos do seu direito, o que não ocorreu. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. De outro tanto, a parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) Desse modo, não se

afigura a hipótese de condenação em danos morais, haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do NCPC. Assim, não incorreu a Reclamada em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). Assim, não basta a mera alegação e a invocação do CDC quanto a pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido inicial feito por MARIO MARCIO RIBEIRO DE ASSIS em desfavor do BANCO BMG S.A ambos com qualificação nos autos. Revogo a liminar anteriormente concedida no id. 23647785. Deixo de condenar a Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007476-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUBIVAM SEBASTIAO DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007476-28.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JUBIVAM SEBASTIAO DE CARVALHO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURIDICO C/C INEXIGILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude débito no valor de R$ 94,33 (noventa e quatro reais e trinta e três centavos), proveniente do documento nº 0007116067201508, data da ocorrência 15/01/2016. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando o processo instruído com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a analise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência e procedência do pedido contraposto. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora possuiu Unidade Consumidora dos serviços oferecidos pela Empresa Reclamada habilitada em seu nome. A parte Autora, inclusive assinou Termos de Confissão de Dívida referentes a unidade consumidora (id. 25599761). A negociação de dívida está devidamente assinada pela parte Reclamante e está acompanhada dos documentos pessoais dela. A parte Reclamante não impugnou os documentos pessoais apresentados pela parte Reclamada. Assim, o código de processo civil, no artigo 411, inciso III, dispõe que presume ser autêntico o documento quando não houver impugnação da parte contra quem foi produzido. Portanto, a cobrança é devida, uma vez que existem provas do vínculo jurídico existente entre as partes e dos débitos que se encontram em aberto. Cabia a parte reclamante acostar ao processo comprovante de pagamento das faturas de consumo de energia ou ao menos demonstrar que os serviços não foram utilizados ou não foram fornecidos, ônus que lhe incumbia, nos termos do Art. 373, I do CPC. Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Por derradeiro, acolho o pedido contraposto formulado pela Reclamada, haja vista que os débitos referentes a utilização dos serviços não foram pagos pela parte Reclamante. Assim, cabível a condenação da Reclamante ao pagamento do valor de R$ 1.084,80 (um mil e oitenta e quatro reais e oitenta centavos). Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por JUBIVAM SEBASTIAO DE CARVALHO em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Ainda, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte reclamada para CONDENAR a parte autora a pagar seu débito pendente no valor R$ 1.084,80 (um mil e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da data do vencimento, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde

logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007960-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE FATIMA DE AVILA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007960-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARLENE FATIMA DE AVILA REQUERIDO: BANCO PAN I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Cuida-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO C/C DECLARATÓRIA DE QUITAÇÃO COM REPARAÇÃO DE DANOS MATERAIS, DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA em que as alegações fundam-se em cobranças indevidas, haja vista que a princípio a parte Autora havia contratado empréstimo consignado, porém, o crédito é cobrado como se fosse saque em cartão de crédito, sem que isso fosse previamente informado. Informa que nunca recebeu ou utilizou qualquer cartão de crédito, sendo que estava ciente que se tratava apenas de empréstimo consignado. Pugnou por liminar para que a Reclamada suspenda as cobranças em sua folha de pagamento, concedida por este juízo e, ao final, requereu sua confirmação, com a condenação da Reclamada para restituir em dobro os valores indevidamente debitados em sua folha de pagamento, bem como ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A parte reclamante instrui a exordial com a cópia digitalizada de documento comprobatório dos descontos diretamente em sua folha de pagamento, além de alegar que no ato do contrato foi-lhe oferecido empréstimo consignado. Contudo, após algum tempo percebeu que o valor continuava a ser cobrando e, ao entrar em contato com a Reclamada foi surpreendida, pois se tratava de pagamento de cartão de crédito. No entanto, alega que nunca contratou os serviços atinentes a cartão de crédito, bem como nunca utilizou o mesmo, sendo que somente realizou contratação de empréstimo consignado. A Reclamada, por sua vez, informou que atuou dentro dos limites do exercício regular do seu direito de credora. A fim de comprovar a legalidade dos descontos efetuados a Reclamada trouxe junto a defesa as faturas de consumo (id. 25465758 / 25465759) que demonstram a utilização do cartão de crédito. Assim, não verifico ilegalidade praticada pela Reclamada, já que, os referidos documentos se traduzem em prova a socorrer as suas alegações apresentando os dados pertinentes para o deslinde da controvérsia. Ora, a parte Reclamante deveria ao apresentar impugnação à contestação rebater os termos da defesa e trazer documentos que demonstrem os fatos constitutivos do seu direito, o que não ocorreu. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. De outro tanto, a parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais, haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do NCPC. Assim, não incorreu a Reclamada em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). Assim, não basta a mera alegação e a invocação do CDC quanto a pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido inicial feito por MARLENE FATIMA DE AVILA em desfavor do BANCO BMG S.A ambos com qualificação nos autos. Revogo a liminar anteriormente concedida no id. 24031871. Deixo de condenar a Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007407-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VILSON DOS SANTOS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO(A))
JOAO DA SILVA MANCIO JUNIOR OAB - MT23050-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007407-93.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VILSON DOS SANTOS RODRIGUES REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL COM PEDIDO DE LIMINAR, na qual a parte Reclamante afirma que solicitou o cancelamento do plano telefônico em 2017, contudo, seu nome foi incluso no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito. A parte Autora afirma que utilizou o serviço de telefonia oferecido pela Reclamada, porém, em 07/02/2018, ingressou com ação judicial contra a reclamada e, desde então efetuou o cancelamento do plano que possuía. Acontece que após o cancelamento do serviço, a Reclamada incluiu o nome da Reclamante no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, por débito no valor de R$ 174,75 (cento e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), contrato nº 0312784589, disponível em 25/05/2019. Assim, a parte autora requer liminarmente a retirada do seu nome do cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção, no mérito requer a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, bem como a declaração de nulidade do débito. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica o preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Deixo de analisar as preliminares arguidas pela Reclamada com fundamento no artigo 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Pleiteia a parte Autora a declaração de nulidade do débito, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, ao argumento que após solicitar o cancelamento do serviço, a requerida incluiu seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Ao contestar, a Requerida afirma que o serviço foi prestado conforme contratado e a parte Autora efetuou o pagamento regular das faturas até o mês de setembro de 2018. Contudo, sem qualquer justificativa, o consumidor deixou de efetuar o pagamento das faturas referente aos meses de outubro de 2018 à fevereiro de 2019, fato gerador do débito no valor de R$ 174,75 (cento e setenta e quarto reais e setenta e cinco centavos). Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil/2015. Tratando-se de pedido de indenização, exige-se da parte que o formula, prova suficiente do ato ilícito ensejador da pretensão; neste caso, não há nos autos prova alguma de que de fato houve o pedido de cancelamento dos serviços por parte do consumidor. A petição inicial, quanto aos fatos, é extremamente genérica e contraditória. O Autor afirma em sua inicial que moveu uma ação contra a Reclamada e que desde então efetuou o cancelamento do plano que tinha. Ocorre que analisando o processo nº 8016162-21.2018.811.0001, observa-se que ele tinha como objeto falha na prestação do serviço por bloqueio indevido da linha telefônica, em que pese o autor estivesse adimplente com as faturas de consumo. O pedido feito naquela ação era para reestabelecimento do serviço, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por Danos Morais. Dessa forma, nota-se que os fatos narrados no presente processo são contraditórios e incoerentes, pois não pode o Autor ter requerido o cancelamento do serviço em 2017 e no ano de 2018 estar litigando requerendo o reestabelecimento do serviço. Ademais, naquele processo o Autor cita que os protocolos nºs 20184022398785 e 20175284845864 foram gerados pelas Reclamações de suspensão indevida da linha, já na presente demanda, afirma que os mesmos protocolos são referentes ao pedido de cancelamento, o que demonstra total falta de lealdade processual da parte Autora. Resta evidenciado, portanto, que o cancelamento do serviço não foi comprovado pela parte requerente, sendo que cabia a mesma comprovar os fatos constitutivos de seu direito, nos termos do art. 373, inciso I, do CPC. No mesmo sentido assevera o julgado abaixo: RECURSO CÍVEL INOMINADO - DEMANDA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - CONSUMIDOR - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET - PEDIDO DE CANCELAMENTO NEGADO - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - CARÊNCIA DE PROVAS DO PEDIDO DE CANCELAMENTO - PROTOCOLOS DUVIDOSOS - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO ? DESPROVIDO. A inicial deve ser acompanhada de provas indiciárias mínimas a fim de comprovar a ilicitude provocada pela demandada, sendo assim, a ausência dos fatos constitutivos do direito, leva a improcedência dos pedidos iniciais, consoante o art. 333, inciso I do CPC. Recurso conhecido e desprovido. (TJMT; Turma Recursal; RI n.º 0012512-41.2014.811.0002; Relator Dr. Juiz Alex Nunes De Figueiredo; julgado em 04/09/2015). (grifo nosso). Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e nem em configuração de danos morais. Por derradeiro, acolho o pedido contraposto formulado pela Reclamada, haja vista que o débito referente a utilização do serviço não foi pago pela parte Reclamante. Assim, cabível a condenação da Reclamante ao pagamento do valor de R$ 174,75 (cento e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por VILSON DOS SANTOS RODRIGUES em desfavor da VIVO S.A. Ainda, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte reclamada para CONDENAR a parte autora a pagar seu débito pendente no valor R$ 174,75 (cento e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da data do vencimento, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir desta data. Revogo a liminar anteriormente concedida na id. 24551789. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008423-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILDETE SALVADOR DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARA DA SILVA SANTOS OAB - MT25746/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008423-82.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GILDETE SALVADOR DOS SANTOS REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA na qual a parte Autora afirma que estão sendo procedidos descontos indevidos em sua aposentadoria a título de empréstimo consignado, porém, alega nunca ter mantido vínculo contratual com o banco Reclamado. Assim, requer liminarmente a suspensão dos descontos indevidos em sua aposentadoria. No mérito

requer a condenação do Reclamado ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO Questão que prefere às demais diz com relação à competência do Juizado Especial Cível para processar e julgar a presente demanda. Pois bem. A competência do Juízo é um dos pressupostos processuais, que devem ser observados pelo Juiz, ainda que não alegado pelas partes, por se tratar de princípio de ordem pública. Assim, o Magistrado tem a obrigação legal de analisar se estão presentes os pressupostos processuais, dentre eles a competência do Juízo. A competência absoluta, em razão da matéria, é de ordem pública e se informa pela classificação de direito material que se dá a pretensão deduzida. É imutável e deve ser declarada até mesmo de ofício pelo juiz, se for o caso. Se não o fizer, cabe à parte alegá-la na primeira oportunidade que lhe couber falar nos autos (contestação), como matéria preliminar de defesa. O legislador infraconstitucional buscou criar um sistema onde à celeridade e a simplicidade devem nortear a atividade jurisdicional, razão pela qual restou estabelecido no art. 3º da Lei 9.099/95, que o juizado especial cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, significando que, ficam excluídas da competência deste as causas em que se exige a necessidade de perícia complexa para o desate da questão, como no caso dos autos. Com efeito, comparando as assinaturas dos documentos anexos aos autos, não se tem como concluir se as assinaturas foram apostas pela Reclamante. Portanto, com base na prova dos autos, resta evidente a necessidade de produção da prova pericial, a fim de identificar se a assinatura é ou não da parte reclamante ou até mesmo se o documento de identificação civil apresentado no ato da contratação do serviço da requerida seria ou não fraudado, pois somente com o deslinde dessa controvérsia restará clara a solução da presente causa. A Lei nº 9099/95 é clara ao estabelecer a competência dos juizados especiais para processar e julgar, tão-somente, causas cíveis de menor complexidade. De acordo com o inciso II do artigo 51, da Lei nº 9.099/95, extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: "II – quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;" Nesse sentido, verbis: "RECURSO INOMINADO - COMPLEXIDADE DA CAUSA, POIS IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL GRAFOTÉCNICA, AFASTANDO A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO." (RNEI, 3021/2011, DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO, TURMA RECURSAL ÚNICA/MT, Data do Julgamento 27/03/2012, Data da publicação no DJE 13/04/2012) (grifei) "FRAUDE. CONTRATO ASSINADO. NEGATIVAÇÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. A prova pericial grafotécnica é a única pertinente para comprovar a falsidade de assinatura, que é de natureza complexa e, por conseguinte, incompatível com o rito Juizado Especial, impondo-se, portanto, a extinção do processo sem resolução do mérito." (RNEI, 4951/2010, DR. NELSON DORIGATTI, 2ª TURMA RECURSAL/MT, Data do Julgamento 01/02/2011, Data da publicação no DJE 17/02/2011) (destaquei) Portanto, sobressai à incompetência do Juizado Especial Cível, razão por que há de ser extinto o feito, sem julgamento do mérito, ante a complexidade da causa. III – DISPOSITIVO Assim é que importa dar aplicação à norma constante do inciso II do artigo 51 da Lei nº 9.099/95 de modo que, diante da complexidade inerente à causa, OPINO pelo RECONHECIMENTO de INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA deste Juizado Especial para processar e julgar o feito, JULGANDO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito. OPINO, ainda, pela REVOGAÇÃO da liminar concedida (nº 24097498). Preclusa a via recursal, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008462-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILNA DE CAMPOS DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA CARVALHO CARVIELLI OAB - MT20313/O (ADVOGADO(A))
AMANDA ANYELLE DA SILVA LUCHTENBERG OAB - MT24414/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008462-79.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SILNA DE CAMPOS DUARTE REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante afirma que o voo contratado junto a Reclamada sofreu atraso que causou a perda da conexão. A Reclamante afirma que foi reacomodada em outro voo que partiu apenas no dia seguinte para o destino final. Ao final pugnou pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Ante a ausência de preliminar passo à análise do mérito da causa. 3. No mérito a pretensão é procedente. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Da análise dos autos, verifica-se que a parte Reclamante adquiriu passagem aérea da empresa reclamada para o trecho Aracajú/SE – Cuiabá/MT, com conexão em Guarulhos/SP. A viagem estava prevista para o dia 13 de agosto de 2019, com partida em Aracajú ás 16h50min, chegada em Guarulhos/SP às 19h40min, decolagem às 20h55min e chegada no destino final às 22h15min. Contudo, a parte Autora afirma que o voo sofreu atraso para decolar no Aeroporto de Aracajú fazendo com que ela perdesse a conexão. Assim, foi reacomodada em outro voo que partiu de Guarulhos/SP apenas no dia seguinte às 10h00min. A parte reclamante alega que a falha na prestação do serviço lhe causou diversos transtornos, devendo a Reclamada ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais. Em sede de contestação, a empresa Reclamada alega que o voo de Aracajú/SE para Guarulhos/SP sofreu atraso devido a instabilidade climática na região de conexão, o que ocasionou intenso tráfego aéreo na região de pouso. Contudo, aduz que a parte autora foi reacomodada em voo subsequente, a fim de que chegasse ao seu destino o mais cedo possível. Em que pese a Reclamada tenha afirmado que agiu de acordo com as normas previstas na Resolução nº 400 da ANAC, tenho que as determinações da agência reguladora não foram respeitadas. O artigo 28 da Resolução da ANAC determina que a reacomodação deverá ser feita a escolha do passageiro, em voo próprio ou de terceiro, para o mesmo destino, na primeira oportunidade, ou em voo próprio do transportador a ser realizado em data e horário de conveniência do passageiro. Art. 28. A reacomodação será gratuita, não se sobreporá aos contratos de transporte já firmados e terá precedência em relação à celebração de novos contratos de transporte, devendo ser feita, à escolha do passageiro, nos seguintes termos: I - em voo próprio ou de terceiro para o mesmo destino, na primeira oportunidade; ou II - em voo próprio do transportador a ser realizado em data e horário de conveniência do passageiro. Parágrafo único. Os PNAEs, nos termos da Resolução nº 280, de 2013, terão prioridade na reacomodação. Dessa forma, cabia a Reclamada demonstrar que ofereceu opções de reacomodação a parte Autora ou demonstrar que reacomodou a passageira no primeiro voo disponível para o destino contratado, o que não foi feito. Assim, é inconteste a obrigação da

Reclamada à reparação dos danos de ordem moral causados à parte Reclamante. Com efeito, a responsabilidade da reclamada como fornecedora de serviços é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço, e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia, deve ser responsabilizado pelos danos causados à parte reclamante. É incontroverso nos autos que a parte reclamante contratou os serviços de transporte aéreo da reclamada e que este não foi prestado nos limites do contrato, já que houve atraso de aproximadamente 13 (treze) horas para cumprimento do itinerário de seu voo. Logo, não há que se falar em inocorrência de danos morais à parte reclamante, isso porque o atraso do voo contratado lhe causou transtorno, cansaço, frustração e desconforto, uma vez que foi surpreendida com a deficiente prestação de serviço. O dano moral experimentado pela parte Reclamante exsurge da falha na prestação do serviço da reclamada. Nesse sentido, verbis: "JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. ATRASO DE VOO E PERDA DE CONEXÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Pela sistemática do Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, a responsabilidade civil nos casos como o dos autos é objetiva, a qual independe de demonstração de culpa, não sendo reconhecida a excludente prevista no § 3º, inciso II, do citado artigo, surge o dever de indenizar atribuído à empresa aérea. 2. As indenizações tarifadas previstas nas Convenções Internacionais (Varsóvia, Haia e Montreal) não se aplicam às fixações de reparação de danos morais decorrentes de má prestação do serviço de transporte aéreo internacional, prevalecendo o Código de Defesa do Consumidor (STJ. AgRg no AREsp 83.338/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 04/10/2012). No mesmo sentido é o entendimento no Supremo Tribunal Federal, segundo o qual: Afastam-se as normas especiais do Código Brasileiro da Aeronáutica e da Convenção de Varsóvia quando implicarem retrocesso social ou vilipêndio aos direitos assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor. (RE 351750, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 17/03/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 EMENT VOL-02375-03 PP-01081 RJSP v. 57, n. 384, 2009, p. 137-143). 3. Restou incontroverso nos autos que a parte ré atrasou o voo adquirido pela parte autora, não tendo sequer logrado comprovar que as alegadas condições climáticas desfavoráveis ocorreram no horário do vôo contratado (CPC, Art. 333, inciso II). 4. Comprovado, mediante prova documental, que a recorrida necessitou comprar passagem aérea em outra companhia para empreender viagem no trecho internacional volta (Miami/Brasília) porque a recorrente não a alocou em outro vôo que satisfizesse seus compromissos no brasil, patente o dano material sofrido e, portanto, o dever de indenizar. 5. Provoca angústia e desconforto no consumidor, a delonga exagerada na solução do problema e a impossibilidade de a recorrente seguir, salvo por meio de outra companhia aérea, para o destino almejado. Assim, do descumprimento do contrato de transporte aéreo, advieram situações que ocasionaram constrangimento e desconforto à recorrida, causando-lhe abalo à honra subjetiva. Ferido algum dos atributos da personalidade, restam caracterizados os danos morais. 6. O valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) fixado a título de indenização por danos morais apresenta-se razoável e proporcional, não havendo motivo para redução. 7. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com a súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46, Lei 9.099/95. A recorrente responde por custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação". (TJDFT, Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF – Rel. FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, Ri 0715400-71.2015.8.07.0016, julgado em 28.04.2016, publicado em 04.05.2016) No que diz respeito aos danos morais, a reparação do dano é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a desídia da reclamada. O dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Dessa forma, resta evidente a ocorrência de dano moral, ante os transtornos e dissabores causados a parte reclamante em razão da falha na prestação do serviço efetivado pela reclamada, sendo desnecessário, nestes casos, a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai da verificação da conduta. No que tange ao quantum indenizatório, insta ressaltar que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbe, ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, inciso I do NCPC, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido inicial, para CONDENAR a Reclamada GOL LINHAS AEREAS S.A a pagar a parte Reclamante SILNA DE CAMPOS DUARTE a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007107-31.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCILINA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA CLEUZA DE JESUS OAB - MT0020413A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007107-31.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LUCILINA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 134,97 (cento e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), contrato nº. 0346707132, disponibilização: 27/12/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência de relação jurídica, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à

norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. No que tange a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pela Reclamada, insta ressaltar que o art. 3º do Código de Processo Civil dispõe que "para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade", sendo condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse processual, os quais devem estar presentes de modo cumulativo. No caso dos autos, a parte reclamante pugna na inicial pelo pagamento de indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida de seu nome, desta forma, entendo que o interesse de agir está presente, considerando que se mostra necessário o ajuizamento da ação para buscar a satisfação de sua pretensão. Ademais, quando do ajuizamento da presente demanda, 11 de julho de 2019, o nome da parte Autora ainda estava inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, sendo que a baixa da restrição foi procedida em momento posterior ao ajuizamento do processo. Portanto, verifica-se que foi necessário o ajuizamento de processo judicial para que a Reclamada procedesse a baixa da inscrição nos órgãos de proteção ao crédito. Assim, resta evidenciado o interesse de agir da parte Autora. Deixo de analisar a preliminar de ausência de prova mínima, tendo em vista que se confunde com o mérito da presente demanda. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. A ocorrência da inscrição do nome da parte Autora nos órgãos de proteção ao crédito restou devidamente comprovada na presente demanda, pois a Reclamada trouxe documento (id. 25497169, pág. 02), o qual demonstra que o nome da parte Autora foi inscrito no cadastro de inadimplentes no dia 27/12/2018 e somente foi retirado do cadastro em 16/07/2019, data posterior ao ajuizamento da presente demanda. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade da cobrança objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim, a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por LUCILINA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA em desfavor de VIVO S/A para DECLARAR a inexistência de relação jurídica, DECLARAR a inexigibilidade do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002813-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ DOS SANTOS ALVES MENDONCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002813-36.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDRE LUIZ DOS SANTOS ALVES MENDONCA REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante afirma que o voo contratado junto a Reclamada sofreu atraso que causou a perda da conexão. A parte Reclamante afirma que foi reacomodada em outro voo que partiu apenas no dia seguinte, chegando no destino final com atraso de aproximadamente 14 (quatorze) horas. Ao final pugnou pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Não existem preliminares a serem analisadas. 3. Passo a análise do mérito da presente, destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Código de Processo Civil, porquanto não vislumbro a necessidade de produção de provas outras que não as já colacionadas nos autos, ademais as partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. Da análise dos autos, verifica-se que a parte Reclamante adquiriu passagem aérea da empresa reclamada para o trecho São Paulo – Cuiabá/MT, com conexão em Confins/MG. A viagem estava prevista para o dia 04 de agosto de 2019, com partida em São Paulo às 18h10min e chegada no destino final às 22h55min. Contudo, a parte Autora afirma que o voo sofreu atraso para decolar no Aeroporto de São Paulo/SP fazendo com que ela perdesse a conexão. Assim, foi reacomodada em outro voo que partiu de Confins/MG apenas no dia seguinte, chegando ao destino final às 14h10min, com 14 (quatorze) horas de atraso. A parte reclamante alega que a falha na prestação do serviço lhe causou diversos transtornos, devendo a Reclamada ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais. A Reclamada, ao apresentar contestação, afirma que o voo ocorreu normalmente, inclusive saiu com 10 (dez) minutos de antecedência. O que ocorreu foi que a parte Autora perdeu seu documento e somente constatou o ocorrido no portão de embarque. Diante da situação, a Reclamada afirma que reacomodou o passageiro no próximo voo disponível, disponibilizando alimentação e hospedagem, por mera liberalidade. Portanto, a Reclamada afirma que não há que se falar em sua responsabilização, pois os danos sofridos ocorreram por culpa exclusiva do consumidor. Pois bem. Adianto que não há como acolher o pedido inicial, senão vejamos. Em consulta ao site da ANAC (https://sas.anac.gov.br/sas/siros/(S(pqpqzkx1f51c3edyearmtvuw))/view/vra/frmConsultaVRA), foi obtida a informação de que no dia 04/08/2019, o voo da Reclamada nº 2678, partiu de Congonhas/SP com 10 (dez) minutos de antecedência e aterrissou no destino final com 12 (doze) minutos de antecedência. Dessa forma, verifico que não houve o atraso alegado pela parte Autora. Assim, está evidenciada a verossimilhança das alegações apresentadas pela Reclamada na contestação. Em que pese toda falta de atenção e descuido da parte Reclamante com seus documentos pessoais, a Reclamada, demonstrando respeito e boa-fé, procedeu a reacomodação da parte Autora em outro voo, sem cobrar nada por isso. A responsabilidade da Reclamada como fornecedora de serviços é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos." Tal responsabilidade é afastada quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses da prestadora do serviço, e tendo ela se desincumbido do ônus que lhes cabia, não deve ser responsabilizada pelos danos causados à parte reclamante. Logo, tenho que efetivamente não houve falha na prestação do serviço, na medida em que a Reclamada não cometeu ato ilícito. A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for ela hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quando a pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ANDRE LUIZ DOS SANTOS ALVES MENDONCA em desfavor da AZUL LINHAS AEREAS. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008182-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ODAIR CORREA DE CARVALHO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008182-11.2019.8.11.0001. INTERESSADO: ODAIR CORREA DE CARVALHO REQUERIDO: VIVO S.A. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C PEDIDO LIMINAR na qual a parte Autora alega que firmou contrato de prestação de serviços junto a Ré, porém, passou por dificuldades financeiras e ficou inadimplente. Alega que em contato com a Reclamada efetuou acordo no valor de R$ 332,09 (trezentos e trinta e dois reais e nove centavos) incluso o encargo do parcelamento, a ser pago em uma entrada de R$ 97,40 (noventa e sete reais e quarenta centavos) e mais 04 (quatro) parcelas de R$ 58,67 (cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos). Ocorre que mesmo após o pagamento da entrada e da primeira parcela, a Ré mantém o nome do Autor inscrito nos órgãos de proteção ao crédito. Assim, requer a retirada do seu nome dos órgãos de proteção ao crédito e a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à

norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Deixo de analisar as preliminares arguidas pela Reclamada, com fundamento no artigo 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados do Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da Reclamada, por débito que o Reclamante afirma indevido ante a efetuação de acordo com a Ré. A Reclamada, ao apresentar defesa, afirma que a dívida inscrita nos órgãos de proteção ao crédito se refere a contrato diverso e a linha diversa da que foi objeto de acordo. O contrato que originou o débito e que deu ensejo ao registro negativo é o de n.º 899958253954, vinculado à linha fixa de n.º (65) 3056-3448, e cujos débitos inscritos são os de janeiro (R$144,99) e fevereiro (R$233,40) de 2019, somando o montante de R$348,39. Assim, a Reclamada afirma que a parte autora não obra com a verdade ao afirmar que ela descumpriu o acordo e manteve o seu negativo de forma abusiva ou ilícita. Pois, a dívida em questão não possui nenhuma relação com o contrato, com a linha e com acordo informados pela parte autora. A parte Autora não impugnou os fatos trazidos pela parte Reclamada na contestação e, portanto, deixou de demonstrar fato constitutivo do seu direito, conforme determina o artigo 373, inciso I do CPC. Dessa forma, a inscrição do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito ocorreu de maneira correta. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ODAIR CORREA DE CARVALHO em desfavor de VIVO S.A. Revogo a liminar anteriormente concedida na id. 24047206. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1038353-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELKRITON MORAES PINTEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA DE FIGUEIREDO ROCHA E SILVA OAB - MT15923-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1038353-25.2019.8.11.0041 REQUERENTE: HELKRITON MORAES PINTEL REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C COM MEDIDA DE LIMINAR na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de dois débitos nos valores de R$ 369,84 (trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), contrato nº MP709766009338781066, data da inclusão: 02/10/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Em que pesem os argumentos tecidos pela parte Reclamante, em contestação, a parte Reclamada combateu suas alegações e apresentou prova suficiente da existência de relação jurídica entre as partes através do áudio (id. 25564426). A Reclamada também demonstrou da existência do débito por meio das faturas coligida aos autos (id. 25564427), de onde se denota a utilização do cartão de crédito, o que indica a existência de contratação e utilização do serviço bancário. A parte ré apresentou documentação idônea acerca do negócio jurídico firmado e demonstrou a origem e a validade do débito. A parte Reclamante não impugnou os documentos apresentados pela parte Reclamada. Assim, o código de processo civil, no artigo 411, inciso III, dispõe que presume ser autêntico o documento quando não houver impugnação da parte contra quem foi produzido. Desta forma, o pretendido na inicial é improcedente, posto que as alegações trazidas pelo banco réu refutaram a tese da Reclamante, pois há traço da contratação e utilização do serviço e, diante da inadimplência injustificada, não há que se falar em dor, humilhação ou danos à honra. A documentação juntada pela parte Reclamada demonstra o efetivo negócio jurídico celebrado e que relaciona as partes, bem como a utilização do benefício colocado a disposição da parte Reclamante, não se podendo

negar conhecimento a origem da dívida. Vejam-se, nesse sentido, que as faturas exibem transação realizadas, bem como pagamentos, sugerindo evidência acerca da efetiva utilização do cartão de crédito. Vejamos ao seguinte julgado em caso análogo: AÇÃO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS - INOCORRÊNCIA - Fatos alegados na petição inicial não demonstrados pelo acervo probatório - Apresentação de documentos, extratos e faturas do cartão de crédito que comprovam a disponibilidade do crédito e a sua utilização reiterada, gerando o saldo devedor em discussão - Ausência de quitação da dívida - Cobrança devida - Dano moral - Não ocorrência - Exercício regular do direito do credor - Sentença de improcedência mantida - RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - APL: 00412991920088260602 SP 0041299-19.2008.8.26.0602, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 05/08/2015, 16ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Data de Publicação: 05/08/2015) (g.n.) Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a parte requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8.078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por HELKRITON MORAES PINTEL em desfavor de BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013991-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO PIERRETON BARROS DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO(A))
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013991-79.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO PIERRETON BARROS DE LIMA REQUERIDO: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em audiência de conciliação, chegaram à composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013147-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA MARIA MOURA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO(A))
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NU PAGAMENTOS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013147-32.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDNA MARIA MOURA MARQUES REQUERIDO: NU PAGAMENTOS S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA na qual a parte Reclamante alega que seu nome foi inscrito indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por débito no valor de R$ 2.163,80 (dois mil, cento e sessenta e três reais e oitenta centavos), data da inclusão: 21/06/2019. Contudo, a parte Autora afirma que jamais contratou os serviços da Requerida, desconhecendo completamente a origem da dívida. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Não existem preliminares a serem analisadas. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir, pois não manteve relação jurídica com a parte Reclamada. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em que pesem as alegações da defesa, verifico que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos que viesse a comprovar a origem, validade e regularidade da cobrança objeto da presente. Assim, a parte reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiro os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim, a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, em detida análise ao extrato de negativação acostado ao processo, verifico a inexistência de negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por EDNA MARIA MOURA MARQUES em desfavor de NU PAGAMENTOS S.A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação. Torno definitiva a liminar anteriormente concedida na id. 25277761, com a aplicação de multa no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), em virtude do descumprimento da decisão. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014021-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014021-17.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em petição conjunta, noticiaram a composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente

litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014824-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILENE MORAES BERTOLINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA ALESSANDRA SANT ANA MOTA OAB - MT21238/O (ADVOGADO(A))
MARCO TULIO DIAS FERREIRA OAB - MT17768/B (ADVOGADO(A))
GUSTAVO STEFERSON DA CRUZ GOMES OAB - MT15721/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014824-97.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MILENE MORAES BERTOLINI REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em audiência de conciliação, chegaram à composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007643-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA DE MORAES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINALVA DE MATOS SANTANA OAB - MT13002-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007643-45.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VANESSA DE MORAES SILVA REQUERIDO: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA na qual a parte Reclamante alega que seu nome foi inscrito indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por débito no valor de R$ 1.068,04 (hum mil e sessenta e oito reais e quatro centavos), contrato nº 038472071000048C3, disponível em 23/02/2019. No entanto, a parte Autora afirma que o valor inscrito nos órgãos de proteção ao crédito é referente a parcela de janeiro de 2019 do consórcio que mantém junto ao banco Reclamado. Em virtude de crise financeira a parte Autora afirma que deixou de pagar a parcela de janeiro de 2019 do consórcio. Porém, quando conseguiu meios de pagar a parcela, o banco reclamado realizou a cobrança abusiva de juros pelo atraso, o que inviabilizou o pagamento da parcela de janeiro. Como o banco se manteve irredutível com relação ao recebimento da parcela de janeiro de 2019, sem a cobrança dos juros abusivos, a parte Autora ajuizou ação de consignação em pagamento em trâmite na 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ – PROCESSO NÚMERO 1012636-11.2019.8.11.0041,ocasião em que depositou em juízo os valores referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019. Dessa forma, a parte Autora alega que a inscrição do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito é indevida, pois o valor da negativação encontra-se depositado em juízo no processo nº 1012636-11.2019.8.11.0041 e portanto, encontra-se quitado. Ao final, pugnou pela condenação do Banco Reclamado ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A parte Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. Assim, rejeito a preliminar. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma estar quitado nos autos do processo

nº 1012636-11.2019.8.11.0041. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. O Banco Reclamado, ao contestar, afirma que a parte Autora está em mora com relação as faturas dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, bem como aduz que nos autos do processo nº 1012636-11.2019.8.11.0041, não existe determinação daquele juízo para consignar valores, para dar como quitadas as parcelas, tão pouco, houve o repasse de qualquer monta para o Reclamado que possibilitasse a compensação e a quitação das parcelas. Pois bem, em análise ao processo nº 1012636-11.2019.8.11.0041, observa-se que ele encontra-se sentenciado. Ao sentenciar, o Magistrado da 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ, declarou extinta a obrigação da parte Autora com relação às parcelas consignadas dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2019, do contrato de consórcio firmado entre as partes. Assim, em que pesem as alegações da defesa, verifico que o Banco Reclamado nada juntou ou trouxe aos autos que viesse a comprovar a regularidade das cobranças objeto da presente. Assim, a parte reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiro os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim, a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, em detida análise ao extrato de negativação acostado ao processo, verifico a inexistência de negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por VANESSA DE MORAES SILVA em desfavor de BANCO BRADESCO S.A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação. Torno definitiva a liminar anteriormente concedida (id. 24029883), sem a aplicação de multa. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006269-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAREN PRISCILA SOARES COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006269-91.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KAREN PRISCILA SOARES COSTA REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual alega a reclamante que seu voo contratado junto à requerida sofreu alterações unilaterais, sendo cancelado e remarcado para o próximo dia, causando danos de ordem moral e material. Ao final pugnou pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização pelos morais sofridos. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A responsabilidade civil do transportador aéreo pelo cancelamento de voo é regida pela Lei nº 8.078/90. Sendo assim, é imperativo o reconhecimento do prazo prescricional quinquenal previsto no artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, o que afasta a aplicação da prescrição trienal, conforme pretende a Reclamada. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, pois a matéria de fato já se encontra provada nos autos pelos documentos coligidos tanto pela parte Reclamante quanto pela parte Reclamada, estando o presente processo com a documentação necessária para julgamento. Considerando que o juiz é o destinatário da prova, cabe a ele cabe apreciar a necessidade ou não da realização de audiência de instrução e julgamento, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que aquele a demonstrar a

sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbindo a reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de serviço, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do NCPC. Pois bem. Verifico que a parte Reclamante adquiriu passagem aérea da reclamada, com partida em Cuiabá/MT e destino à Fortaleza/CE, com conexão em Brasília/DF, marcada para o dia 30/12/2015, com saída às 16h45min e chegada no destino final às 22h00min. Contudo, a Reclamada cancelou o voo pela necessidade de realizar manutenção não programada na aeronave, tendo a Reclamante que aguardar até às 03h20min do dia seguinte, para conseguir embarcar em outro voo, chegando ao seu destino às 13h00min, com aproximadamente 14 (quatorze) horas de atraso. Em sua defesa, a Requerida aduziu em síntese que por necessidade de reparos emergenciais na aeronave, o voo da parte Autora foi cancelado, visando salvaguardar o bem-estar dos passageiros e tripulação. Afirma que prestou toda a assistência aos passageiros, não havendo motivo para ser responsabilizada pelo pagamento de indenização por dano moral. No entanto, da análise dos autos e dos documentos anexos, incontroverso resta o cancelamento do voo da parte autora. Bem como é inequívoco que a Reclamada realocou a parte Autora em outro voo somente no dia seguinte ao inicialmente contratado, o que gerou um atraso de 14(quatorze) horas para desembarque no destino final. Assim, deveria a Reclamada ter providenciado voo que visasse diminuir esse lapso temporal, mesmo que tivesse que reacomodar a Autora em voo de outra empresa. Portanto, resta inconteste a obrigação da reclamada à reparação dos danos de ordem moral, causados a reclamante. Com efeito, a responsabilidade da reclamada como fornecedora de serviço é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço, e não tendo ela se desincumbido do ônus que lhe cabia, deve ser responsabilizada pelos danos causados à parte reclamante. Assim sendo, é incontroverso nos autos que a parte reclamante contratou os serviços de transporte aéreo da requerida e que estes serviços não foram prestados nos limites do contrato, já que houve alteração unilateral do voo, com o consequente atraso no cumprimento do itinerário programado pela requerente, não tendo sido cumpridas as normas estabelecidas pela Anac (Resolução nº 400/2016). Logo, não há que se falar em inocorrência de danos morais à parte reclamante, isso porque o atraso para o cumprimento do itinerário contratado lhe causou transtorno, cansaço, frustração e desconforto, uma vez que fora surpreendida com a deficiente prestação de serviços contratados. O dano moral experimentado pela parte reclamante exsurge da falha na prestação do serviço da reclamada. Nesse sentido, verbis: "Ementa: "APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. INDENIZAÇÃO. CANCELAMENTO E ATRASO DE VOO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. A responsabilidade das empresas de transporte aéreo é objetiva (art. 14 do CDC), somente podendo ser elidida por culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Excludente suscitada pela ré, correspondente a alteração na malha aérea, que não restou comprovada. Ônus probatório que recaía sobre a demandada e do qual não se desincumbiu (art. 333, II, do CPC). 2. Danos materiais evidenciados na espécie. Dever de restituição da importância despendida com alimentação. 3. Danos morais que independem da prova do efetivo prejuízo, pois já trazem em si estigma de lesão. Quantum indenizatório fixado na sentença reduzido. Observância dos parâmetros fixados por este órgão fracionário em casos semelhantes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA." (Apelação Cível Nº 70045554888, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 29/02/2012) (grifei) No que pertine aos danos morais, a reparação do dano é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a desídia da reclamada. O dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Dessa forma, resta evidente a ocorrência de dano moral, ante os transtornos e dissabores causados a parte reclamante em razão da falha na prestação do serviço efetivado pela reclamada, sendo desnecessária, nestes casos, a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai da verificação da conduta. No que tange ao quantum indenizatório, insta ressaltar que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbe, ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. No que diz respeito ao pedido de danos materiais feito pela parte Reclamante, tenho que não merece procedência. A reparação de danos materiais pressupõe a demonstração de um efetivo prejuízo patrimonial suportado pela parte reclamante. A parte Autora não instruiu o processo com documentos que demonstrem os gastos com taxi, bem como não trouxe nenhum documento demonstrando o valor da diária do hotel. Cabe salientar que reparação por danos materiais não comporta presunção, deve ser demonstrado exatamente o prejuízo patrimonial sofrido, o que não ocorreu no processo, em virtude da ausência de provas. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, inciso I do NCPC, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do dos pedidos formulados por KAREN PRISCILA SOARES COSTA em desfavor de TAM LINHAS AÉREAS S/A para CONDENAR a Reclamada a pagar para a parte Reclamante o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir desta data e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá DR. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009881-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCILAINE DA SILVA MALHEIROS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA OAB - MT24299/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009881-37.2019.8.11.0001. INTERESSADO: JUSCILAINE DA SILVA MALHEIROS REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em petição conjunta noticiaram a composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e

arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003612-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISELLE PRIMA GALVAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELLE PRIMA GALVAO OAB - MT21478-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003612-79.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GISELLE PRIMA GALVAO REQUERIDO: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS em que a alegação funda-se em falha na prestação de serviços consistente em cobrança de serviço acima do contratado. Pleiteou a condenação da Reclamada a obrigação de fazer consistente no cumprimento do valor contratado, a repetição do indébito dos valores cobrados indevidamente, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Acolho o pedido de retificação do polo passivo feito pela Reclamada. No caso dos autos, pretende a parte reclamada que seja negado o pedido de concessão de assistência judicial gratuita. Ocorre que, com relação ao pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, o art. 54, da Lei n.º 9.099/1995, isenta os processos de custas no primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais Cíveis. Ademais, a concessão dos benefícios da justiça gratuita deverá ser apreciada no exame de eventual recurso inominado. 3. No mérito a ação é procedente. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A parte Autora afirma ser cliente da empresa Reclamada há muitos anos através da linha telefônica (65) 9 9287-9789, pagando o valor mensal de R$ 49,99 (quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), para utilizar o plano TIM CONTROLE B PLUS. No dia 10 de junho de 2019, preposto da Reclamada entrou em contato com ela, oferecendo um benefício por 12 meses com a disponibilização de 20 Gigas de internet e ligações ilimitadas, sem qualquer alteração no valor do plano contratado. Na ligação, a autora alega que ficou registrado de forma clara que era um benefício por 12 (doze) meses, sem obrigação de adesão ao final desse período ao plano superior e principalmente, não haveria qualquer alteração do valor pago pelo serviço de telefonia móvel. Ocorre que no mês seguinte, a autora foi surpreendida com fatura no valor de R$ 87,18 (oitenta e sete reais e dezoito centavos). Diante disso, iniciou-se uma tentativa de solução do problema de forma administrativa, porém sem êxito. A Reclamante relata que após a ligação, todas as faturas que recebeu estão com valor superior ao devido. Narra que abriu reclamação administrativa junto a ANATEL e tentou por diversas vezes solucionar o problema com a Reclamada, porém, todas as tentativas foram frustradas. Assim, a parte Autora requer que a Ré cumpra com a oferta do plano no valor R$ 49,99 (quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), que restitua em dobro os valores pagos em excesso, bem como que a Reclamada seja condenada ao pagamento de indenização por Danos Morais. Na contestação a reclamada aduz que a parte Autora contratou o plano TIM BLACK C LIGHT, o que ocasionou a emissão de faturas mensais, sendo que as cobranças efetuadas somente se tratam de exercício regular do direito. Após análise detida aos autos, verifico que razão assiste a Reclamante, pois os documentos colacionados à inicial socorrem às suas alegações, em especial o histórico de consumo (id. 22750993), o qual demonstra que o valor que a parte Autora pagava antes do contato da Reclamada era o de R$ 49,99 (quarenta e nove reais e noventa e nove centavos) e o chat (id. 22750539), no qual a Reclamada afirma que no próximo mês o valor a ser cobrado seria de R$ 44,99 (quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos). Ainda, pesam contra a Reclamada os diversos registros de reclamações junto a central de relacionamento e a ANATEL, conforme protocolos informados na inicial. Dessa forma, cabia a empresa Reclamada trazer aos autos o áudio do contato feito no dia 10 de junho de 2019, visando demonstrar que os fatos narrados pela parte Reclamante não são verdadeiros, o que não foi feito. Assim, as provas trazidas pela Autora demonstram a veracidade dos fatos narrados na inicial e fazem crer que de fato houve a contratação do plano pelo valor de R$ 49,99 (quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), porém a Reclamada procedeu cobranças indevidas mês a mês causando incômodos a consumidora que ultrapassaram o mero aborrecimento. Por outro lado, a Reclamada não trouxe fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito do Reclamante ônus ao qual lhe incumbia nos termos do art. 373, II do NCPC. Diante disso, resta evidente que há, nesses casos, falha na prestação do serviço, pois não é admissível que a empresa não zele pela qualidade do serviço fornecido ao consumidor. Assim, assumem o risco da atividade que desempenham, o que torna desnecessário discutir possível omissão ou culpa uma vez que se trata de relação consumerista. Nesse ínterim, cumpre anotar que esses casos tratam de relação de consumo e que o dano moral afirmado é decorrente da má prestação de um serviço e da conduta imprudente da empresa, consequentemente, deve ser aplicada a teoria do risco do empreendimento (CDC, art. 14). De acordo com Carlos Roberto Gonçalves a "responsabilidade civil objetiva do prestador de serviços, prescindindo do elemento culpa para que haja o dever de indenizar, tendo em vista o fato de vivermos em uma sociedade de produção e de consumo em massa, responsável pela despersonalização ou desindividualização das relações entre produtores, comerciantes e prestadores de serviços, em um pólo, e compradores e usuários do serviço, no outro" (GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil: Doutrina, Jurisprudência. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002). O Código Civil deixa evidente no art. 186 ao prescrever que todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. De outro norte, o art. 927 do mesmo Diploma Legal, ao tratar da obrigação de indenizar, preceitua que aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. A Constituição Federal, no seu artigo 5º, incisos V e X, protege de forma eficaz a honra e a imagem das pessoas, assegurando direito à indenização pelo dano material e moral que lhes forem causados. O direito à reparação do dano depende da concorrência de três requisitos, que estão bem delineados no supracitado artigo, razão pela qual, para que se configure o ato ilícito, será imprescindível que haja: fato lesivo voluntário, causado pelo agente, por ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência; ocorrência de um dano

patrimonial ou moral e, nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Assim, na eventualidade de não restarem provados esses pressupostos, indevida será a obrigação reparatória. No entanto, haverá casos em que se dispensa o elemento culpa, por se tratar de responsabilidade objetiva, tal como o caso dos autos. Resta quantificar o dano moral. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescidos de correção monetária e juros legais. No que diz respeito ao pedido de restituição dos valores pagos em excesso, tenho que o pleito merece procedência. Restou demonstrado na presente demanda que a Reclamada procedeu cobrança indevida, pois exigiu valor diverso do contratado. Soma-se a isso o fato de que a Reclamada não logrou êxito em comprovar a validade e legalidade das cobranças objeto da presente demanda. Assim, cabível a condenação da Reclamada a restituição dos valores cobrados em excesso nas faturas de consumo, de forma dobrada, conforme determina o artigo 42, parágrafo único do CDC. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido da Reclamante para: 1. CONDENAR que a Reclamada oferte a Reclamante o plano TIM BLACK C LIGHT, com 20 GB de internet e ligações ilimitadas, pelo valor de R$ 49,99 (quarenta e nove reais e noventa e nove centavos); 2. CONDENAR a Reclamada ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação; 3. CONDENAR a Reclamada a restituir a Reclamante a quantia de R$ 156,38 (cento e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos) referente às cobranças em excesso, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir do efetivo desembolso, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação. Torno definitiva a liminar anteriormente concedida na id. 22761654, com a aplicação de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em virtude do descumprimento da decisão. Retifique-se o polo passivo da presente demanda para constar como Reclamada a empresa TIM S/A., inscrita no CNPJ sob nº 02.421.421/0001-11. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009711-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA CRISTINA DOS SANTOS LEITAO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009711-65.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROSA CRISTINA DOS SANTOS LEITAO NASCIMENTO REQUERIDO: BANCO BRADESCO I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA na qual a parte Reclamante alega que seu nome foi inscrito indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por débito no valor de R$ 246,65 (duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), contrato nº 706428771000049EC, data da ocorrência: 05/10/2016. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. No que tange a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pela Reclamada, insta ressaltar que o art. 3º do Código de Processo Civil dispõe que "para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade", sendo condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse processual, os quais devem estar presentes de modo cumulativo. No caso dos autos, a parte reclamante pugna na inicial pelo pagamento de indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida de seu nome, desta forma, entendo que o interesse de agir está presente, considerando que se mostra necessário o ajuizamento da ação para buscar a satisfação de sua pretensão. Assim, rejeito a preliminar. A parte Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante desconhece, verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em que pesem as alegações da defesa, verifico que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos que viesse a comprovar a origem, validade e regularidade da cobrança objeto da presente. Assim, a parte reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO. Quanto ao dano moral, destaco que a responsabilidade da empresa reclamada como fornecedora de serviço é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos." Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do

serviço, e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia, deve ser responsabilizado pelos danos causados à parte reclamante. Logo, tenho que efetivamente houve falha na prestação do serviço, na medida em que a reclamada negativou indevidamente o nome da parte reclamante nos órgãos de proteção ao crédito. Por outro lado, melhor sorte não socorre a reclamante no que tange à ocorrência de danos morais no presente caso, tendo em vista que conforme extrato de negativação colacionado aos autos (id. 26181807), verifico que há restrição anterior inserida pela Empresa Calcard. Destaco que cabe à parte Autora comprovar que a negativação anterior é ilegítima, a fim de afastar o entendimento da súmula 385 do STJ. Em análise ao sistema Pje, observa-se que não existe processo discutindo a restrição impostas pela Empresa Calcard. Assim, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da empresa ré ao negativar o nome da reclamante por dívida inexistente, o fato de possuir registro anterior válido em cadastro de inadimplentes aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui não haver prejuízo decorrente da conduta ilícita da reclamada. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, "Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento". Nesse sentido: "NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. PREEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO APARENTEMENTE LEGÍTIMA. A não demonstração pelo apelante-autor da ilicitude das negativações preexistentes e concomitantes afasta o dever de compensação por danos morais por apontamento indevido em órgãos de proteção ao crédito. Observância da Súmula nº 385, STJ. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. (APL 10529389220138260100 SP 1052938-92.2013.8.26.0100, TJ-SP, Relator: Alberto Gosson, 20ª Câmara de Direito Privado, Julgado: 02/07/2015.". "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CDL. ART. 43, § 2º, DO CDC. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DEVEDOR. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. EXISTÊNCIA DE VÁRIOS REGISTROS. CANCELAMENTO. 1.A ausência de comunicação importa no descumprimento de obrigação legal por parte da ré, cujo colorário é o dever de indenizar em se tratando de relação consumerista, pois o consumidor não pode ficar sujeito ao alvedrio do órgão de restrição de crédito na escolha daqueles que enviará ou não a comunicação prevista em lei, formalidade esta que, uma vez descumprida, também resulta no cancelamento do registro levado a efeito. 2.A norma em tela é decorrência do dever de informar, de alertar o consumidor acerca do apontamento negativo, obrigação específica que ao ser descumprida ocasiona diversos prejuízos aos consumidores, de quem é ocultada informação relevante que trará reflexos diretos no seu direito ao crédito. 3.A parte autora possui diversas anotações nos órgãos restritivos de crédito, portanto a ausência de comunicação não é passível de gerar o dever de reparação, vez que se trata de devedora contumaz. Inteligência da Súmula n. 385. 4. Pretensão de indenização por danos morais afastada, tendo em vista a ausência de nexo causal a autorizar a indenização pretendida, em função da parte postulante se tratar de devedora contumaz com registros precedentes. Efetivada a determinação de cancelamento da inscrição, diante do reconhecimento da ilegalidade do registro levado a efeito, possibilitada a nova efetivação deste, caso sejam cumpridas as exigências do art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Dado parcial provimento ao recurso. (Apelação Cível Nº 70036753747, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 26/01/2011)" III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ROSA CRISTINA DOS SANTOS LEITAO NASCIMENTO em desfavor da BANCO BRADESCO S.A apenas para DECLARAR a inexistência do débito objeto da presente demanda e OPINAR pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de indenização por danos morais. Torno definitiva a liminar anteriormente concedida na id. 24427265, sem a aplicação de multa. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011919-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GOLDEN GREEN RESIDENCE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CARLOS DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011919-22.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: GOLDEN GREEN RESIDENCE EXECUTADO: JULIO CARLOS DA SILVA Vistos, etc. Verifico que restou demonstrado o cumprimento da obrigação. De acordo com o artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, extingue-se a execução quando o devedor satisfaz a obrigação. Portanto, o fim da execução forçada é a satisfação coativa do direito da parte credora. Se o pagamento é obtido, seja voluntária ou forçosamente, a extinção do feito é medida que se impõe. Isto Posto, em conformidade com o estatuído nos artigos 924, inciso II, c/c 925 do Código de Processo Civil, OPINO pela extinção do processo, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Expeça-se alvará para levantamento do valor de R$ 2.494,63 (dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), em favor da Holder Assessoria de Cobrança, CNPJ nº 21.184.070.0001-17, banco Santander, agência 3466, conta corrente 13.003624-8, conforme requerido pelo Exequente (id. 27325691). Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009835-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO JANGADA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY OAB - MT220110-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA VENCESLAU FERREIRA ARANTES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009835-48.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RIO JANGADA EXECUTADO: FERNANDA VENCESLAU FERREIRA ARANTES Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em petição, noticiaram a composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o

presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006718-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA NASCIMENTO TORRES NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZABELLA MOURA NOGUEIRA OAB - MT0020540A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006718-49.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PATRICIA NASCIMENTO TORRES NUNES REQUERIDO: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS E PEDIDO DE LIMINAR na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de débito no valor de R$ 94,09 (noventa e quatro reais e nove centavos), contratos nº 001761601630000, data da inclusão 14/04/2019. A parte Reclamante narra que foi cliente da instituição financeira Reclamada, através da contratação de cartão de crédito na loja Ponto Frio. Diz que utilizou o cartão para comprar alguns produtos, porém, solicitou o cancelamento do serviço quando não possuía qualquer débito pendente de pagamento. No entanto, após, o pedido de cancelamento, a parte Autora afirma que foi surpreendida com a inscrição do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Em contato com a instituição financeira, esta ficou de passar uma resposta da origem do débito, porém, nunca deu ciência a parte Autora da origem do débito. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Não existem preliminares para serem analisadas. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Ao apresentar defesa, a Reclamada reconhece que a parte Autora solicitou o cancelamento do cartão de crédito em 14/11/2017, pagando integralmente a fatura com vencimento em 15/11/2017. Contudo, narra que em 22/08/2017, a parte Autora tinha efetuado parcelamento de fatura. Na data de cancelamento do cartão ainda restavam em aberto 09 das 12 parcelas do parcelamento. A Reclamada afirma que informou a Autora que o cancelamento do cartão de crédito não liquidava o parcelamento no valor de R$ 75,06 (setenta e cinco reais e seis centavos), sendo o saldo residual de responsabilidade da cliente. Uma vez que não liquidou integralmente sua dívida junto ao banco Réu, a parte autora tornou-se inadimplente e deu causa às cobranças e negativação em órgãos de proteção ao crédito. Analisando o processo, observa-se que a parte Reclamada trouxe junto a contestação as faturas do cartão de crédito (id. 25504619/ 25504620/ 25504616/ 25504617/ 25504618), as quais demonstram o parcelamento da fatura que originou o débito inscrito nos órgãos de proteção ao crédito. Assim, a parte ré apresentou documentação idônea acerca do negócio jurídico firmado e demonstrou a origem e a validade do débito. Desta forma, o pretendido na inicial é improcedente, posto que as alegações trazidas pelo banco réu refutaram a tese da Reclamante, pois há traço da contratação e utilização do serviço e, diante da inadimplência injustificada, não há que se falar em dor, humilhação ou danos à honra. A documentação juntada pela parte Reclamada demonstra o efetivo negócio jurídico celebrado e que relaciona as partes, bem como a utilização do benefício colocado a disposição da Reclamante, não se podendo negar conhecimento a origem da dívida. Se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a parte requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8.078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por PATRICIA NASCIMENTO TORRES NUNES em desfavor do FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006618-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS CAMPOS VIEIRA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006618-94.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JONAS CAMPOS VIEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados do Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por dívida que o autor alega desconhecer sua origem, tendo em vista que afirma que não possui qualquer débito com a requerida que viesse a justificar a negativação de seu nome no valor total de R$ R$ 138,96, contrato nº. 2044988247. Pugnando ao final, pela declaração de inexistência dos débitos que originaram as negativações nos valores acima citados, bem como reparação de ordem moral. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Deixo de analisar as preliminares em razão do resultado do mérito da demanda, nos termos do Art. 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a analise do mérito da presente destacando que o feito se amolda nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. No mérito a pretensão é improcedente. Afirma a parte reclamante que não possui dívida com a reclamada, no entanto seu nome fora incluído, indevidamente, nos órgãos de proteção ao crédito. Pois bem. Da análise dos autos, verifica-se que a parte reclamante não anexou aos autos, comprovante de que seu nome foi incluído nos órgãos de proteção ao crédito pela requerida, destaca-se que a parte Autora não acostou qualquer extrato de negativação, não comprovando os fatos constitutivos de seu direito. Como se sabe, o direito à indenização está adstrito à evidência da ilicitude e à comprovação de três elementos, quais sejam: a ação ou omissão dolosa ou culposa do causador do dano; o dano e o nexo causal existente entre a conduta do agente e o resultado lesivo. A ausência de qualquer deles desautoriza o reconhecimento do dever de indenizar. Em demandas em que se busca indenização por danos morais em virtude de inscrição negativa em cadastros de inadimplentes, não se admite a presunção da efetivação do registro negativo. É imprescindível que se traga prova cabal do fato alegado, a qual se trata de certidão do órgão competente, sendo dever da parte autora instruir a demanda com os documentos necessários a amparar o direito invocado. Ocorre que, in casu, a efeito de não restar comprovada a ocorrência da inscrição, inexistindo abalo de crédito, ou prova nos autos de constrangimento ou transtorno que pudesse ensejar a compensação pecuniária a título de danos morais, não havendo razão, portanto, para o deferimento da pretensão indenizatória. Nesse sentido, verbis: "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO DO AUTOR NOS ÓRGÃOS RESTRITIVOS AO CRÉDITO. LESÃO EXTRAPATRIMONIAL NÃO VERIFICADA. O nome do demandante não consta, nem nunca constou em cadastro de inadimplentes por solicitação da parte ré, de modo que não consumada a anotação a que se refere o comunicado acostado aos autos, inexistiu abalo de crédito, ou prova nos autos de constrangimento ou transtorno que pudesse ensejar a compensação pecuniária a título de dano moral, não havendo razão, portanto, para o deferimento da pretensão indenizatória. APELAÇÃO PROVIDA. SUCUMBÊNCIA REDISTRIBUÍDA." (Apelação Cível Nº 70038266326, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mário Crespo Brum, Julgado em 27/04/2011) (grifei) Observa-se dos autos que não restou provada qualquer conduta omissiva ou comissiva praticada pela parte reclamada que possa resultar em indenização por dano moral a parte requerente, porque danos morais, na definição do jurista Wilson Mello da Silva, "são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, entendendo-se por patrimônio ideal, em contraposição com o patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico" (O Dano Moral e sua Reparação, Rio, 1955, nº 1) e isso não ficou caracterizado neste feito. É importante consignar que o dano moral é exteriorizado por condutas que diminui a personalidade ou desmoraliza os dotes do ser humano, assim definidos por Maria Helena Diniz, na forma seguinte, verbis: "O dano moral, ensina-nos Zannoni, não é a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois estes estados de espírito constituem o conteúdo, ou melhor, a conseqüência do dano. A dor que experimentam os pais pela morte violenta do filho, o padecimento ou complexo de quem suporta um dano estético, a humilhação de quem foi publicamente injuriado são estados de espírito contingentes e variáveis em cada caso, pois cada pessoa sente a seu modo. O direito não repara qualquer padecimento, dor ou aflição, mas aqueles que foram decorrentes da privação de um bem jurídico sobre o qual a vítima teria interesse reconhecido juridicamente. P. ex.; se vemos alguém atropelar outrem, não estamos legitimados para reclamar indenização , mesmo quando este fato nos provoque grande dor. Mas, se houver relação de parentesco próximo entre nós e a vítima, seremos lesados indiretos. Logo, os lesados indiretos e a vítima poderão reclamar a reparação pecuniária em razão de dano moral, embora não peçam um preço para a dor que sentem ou sentiram, mas, tão-somente, que se lhes outorgue um meio de atenuar, em parte, as conseqüências da lesão jurídica por eles sofrida" (Curso de Direito Civil Brasileiro, 7º volume, Responsabilidade Civil, editora Saraiva, páginas 67/68). (grifei) O suposto prejuízo sofrido pela parte reclamante não veio guarnecido de comprovação. Desta feita, os elementos constantes dos autos não são suficientes para deferimento do pleito. Assim, verifico não restarem preenchidos os requisitos contidos no artigo 186 do Código Civil, tampouco no artigo 6º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, para que restasse caracterizada a obrigação de indenizar, nos moldes pleiteados na exordial. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos iniciais feitos por JONAS CAMPOS VIEIRA em desfavor de VIVO S.A. Deixo de condenar a reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007543-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOACIL BENEDITO VENTURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SOUZA NASCIMENTO OAB - MT21417-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007543-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOACIL BENEDITO VENTURA REQUERIDO: VIVO S.A. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO LIMINAR DE TUTELA DE URGÊNCIA em que a alegação funda-se em falha na prestação de serviços uma vez que a Reclamada procedeu à suspensão da linha telefônica da parte Reclamante, ainda que adimplente. Pleiteou a parte Autora a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Não existem preliminares para serem analisadas. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. A parte Reclamante afirma que foi surpreendido com a suspensão dos serviços da linha telefônica que mantém com a Empresa Reclamada, em que pese tenha efetuado a quitação de todas as contas. Em contato com a Reclamada, foi informado que o bloqueio da linha é referente ao inadimplemento da conta do mês de julho de 2019, no valor de R$ 51,98 (cinquenta e um reais e noventa e oito centavos). Contudo, a parte Autora alega que a conta de julho de 2019 foi adimplida na data de 18/07/2019, dois dias antes ao vencimento. Assim, afirma que a suspensão do serviço é indevida. A Reclamada, ao apresentar defesa, narra que a parte Autora celebrou novo contrato denominado "vivo controle digital 3,5 GB" em 19/07/2019 e teve o serviço de telefonia móvel parcialmente bloqueado no dia 20/08/2019, em razão da inadimplência da fatura do mês de julho de 2019, no valor de R$ 64,99 (sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), referente ao novo plano. A Ré relata que a fatura quitada pela parte Autora no mês de julho de 2019, no valor de R$ 51,98 (cinquenta e um reais e noventa e oito centavos) corresponde ao contrato anterior atrelado ao plano vivo Pós 8GB, que foi encerrado, sem débitos pendentes. Pois bem, analisando a fatura e o comprovante de pagamento apresentado pela parte Autora (id. 23885247), observa-se que de fato o pagamento é referente a utilização do plano Pós 8GB. No entanto, conforme fatura trazida pela Reclamada (id. 25778464), o débito que motivou o bloqueio da linha é referente a utilização do plano "vivo controle digital 3,5 GB". Não existe no processo nenhum documento que indique que a parte Autora esteja adimplente com todas as faturas de consumo referentes ao plano controle. A parte Autora não impugnou os fatos e os documentos trazidos pela parte Reclamada na contestação, nada disse a respeito da troca de plano ocorrida no mês de julho de 2019 e, portanto, deixou de demonstrar fato constitutivo do seu direito, conforme determina o artigo 373, inciso I do CPC. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por JOACIL BENEDITO VENTURA em desfavor de VIVO S.A. Revogo a liminar anteriormente concedida na id. 23890215. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006430-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRAIDES MARIA DE JESUS GREPAN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006430-04.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IRAIDES MARIA DE JESUS GREPAN REQUERIDO: BANCO BMG S/A, I- Dispensado o relatório por força do disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Cuida-se de "AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO C/C DECLARATÓRIA DE QUITAÇÃO COM REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS, DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA" proposta por Iraides Maria de Jesus em desfavor do Banco BMG S/A, pretendendo a reparação moral e material por conduta que atribui à reclamada. Infere-se de modo claro que a parte autora, postula a repetição do indébito em razão de valores que pagou atinentes às taxas e juros aplicados em razão do contrato entabulado com o reclamado. Mostra-se imperativo ponderar sobre pedidos como tais. A reclamante ao sustentar que deve menos do que foi cobrado ou ainda que as taxas praticadas pela instituição bancária, seja porque foram inseridas taxas e tarifas indevidas ou ilegais, seja pela alegação de que a taxa de juros é abusiva, inelutavelmente acaba por trazer para o bojo dos autos a problemática inerente à realização de cálculos aritméticos que, no mais das vezes, exigem conhecimento específico, como quando se discute sobre juros, taxa linear, taxa efetiva, coeficentes de redução etc., o que conduz à iliquidez do ato sentencial. O parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9099/95 está assim redigido: "Art. 38. ... Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido." Calha a lição de Demócrito Reinaldo: "Pode haver, conforme o caso, sentença condenatória, constitutiva ou meramente declaratória, no processo especial. Em tendo caráter condenatório, será sempres líquida. E essa exigência de que o valor da obrigação contida na sentença seja sempre líquida decorre da circunstância de que, no processo especial dos Juizados Cíveis, não existe uma fase própria destinada à liquidação de sentença. No processo especial, portanto, a sentença será sempre líquida, contendo a conversão em índice indexador da economia (art. 52, I). Com isso, evitam-se as complicações e demoras ocorrentes quando se trata de implementar providências para a fixação do quantum , que, se adotados no processo

especial, seriam sumamente prejudiciais à informalidade e celeridade do seu procedimento." (Comentários à Lei n. 9.099, de 26-9-1995, Editora Saraiva, página 183). Note-se que só o fato de realizar perícia subverteria o princípio consistente na celeridade, que norteia os juizados especiais cíveis (art. 2º da Lei nº 9.099/95). Não fora apenas isso, o Provimento nº 004/2008-CM, atribuiu nova competência a algumas varas cíveis de feitos gerais, adotando a nomenclatura "Vara Especializada de Direitos Bancários", atribuindo a tais varas a competência de processar e julgar os feitos relativos às causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central. III- Posto isso, com fulcro no art. 38, parágrafo único c/c art. 51, inciso II, ambos da Lei nº 9.099/95, e nos fundamentos expendidos, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito. Sem condenação nos ônus sucumbenciais (Lei nº 9.099/95, art. 55). Intimem-se e se cumpra. Cuiabá, 05 de setembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006284-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENTO SANTANA BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006284-60.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BENTO SANTANA BATISTA REQUERIDO: BANCO BMG S/A,, BANCO PAN, BANCO OLÉ CONSIGNADO I- Dispensado o relatório por força do disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Cuida-se de "AÇÃO JUDICIAL COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA" proposta por Bento Santana Batista em desfavor do Banco BMG S/A, Banco PAN S/A e Banco OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A, pretendendo a reparação moral e material por conduta que atribui às reclamadas. Infere-se de modo claro que a parte autora pretende, por meio da presente demanda, revisar os contratos que possui com as reclamadas, porquanto sustenta que os descontos realizados pelas demandadas superam o limite legal de 30% (trinta por cento). Mostra-se imperativo ponderar sobre pedidos como tais. Ainda que não se tenha formada a relação processual no caso presente, desnecessário aguardar a sua consecução em razão de que a situação jurídica que se aventa nos autos já aponta a impossibilidade de processamento do feito nesta justiça especializada. Ao postular a parte reclamante que os valores descontados de seus proventos superam o limite legal é certo que busca o prolongamento dos descontos a fim de que as prestações sejam reduzidas mensalmente. Ocorre que aos contratos de empréstimos/financiamentos tem aplicação de regras que consideram o prazo a fim de encontrar a taxa de juros a ser aplicada e que ao final resultará na parcela a ser cobrada. Ora, havendo a fixação de tais pontos no momento da contratação, já se tem por conhecido o valor da parcela do início ao fim do contrato, de modo que a sua modificação por certo resultará em efetiva alteração contratual do que pactuado entre as partes. Nesse contexto é de se verificar que a sentença não se mostrará adequada à solução da lide, porquanto não se trata de mero prolongamento do prazo, mas sim de situação que modificará o teor da contratação, sendo, em tal hipótese imprescindível a verificação de circunstâncias que exigem conhecimento técnico adequado, prova essa que somente será apresentada a partir de prova pericial. Admitir a tramitação do feito neste juízo, já se antevendo a necessidade de produção de prova nesse sentido acaba por afrontar o princípio da celeridade e economia processual, porquanto terá desenvolvimento de atos que não alcançarão a solução da lide e não serão aproveitados em favor de quaisquer das partes. Necessariamente, ao acomodar processo de revisão contratual, como é a presente demanda, embora não se encontre assim nominada, inelutavelmente acaba por trazer para o bojo dos autos a problemática inerente à realização de cálculos aritméticos que, no mais das vezes, exigem conhecimento específico, como quando se discute sobre juros, taxa linear, taxa efetiva, coeficentes de redução etc., o que conduz à iliquidez do ato sentencial. O parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9099/95 está assim redigido: "Art. 38. ... Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido." Calha a lição de Demócrito Reinaldo: "Pode haver, conforme o caso, sentença condenatória, constitutiva ou meramente declaratória, no processo especial. Em tendo caráter condenatório, será sempres líquida. E essa exigência de que o valor da obrigação contida na sentença seja sempre líquida decorre da circunstância de que, no processo especial dos Juizados Cíveis, não existe uma fase própria destinada à liquidação de sentença. No processo especial, portanto, a sentença será sempre líquida, contendo a conversão em índice indexador da economia (art. 52, I). Com isso, evitam-se as complicações e demoras ocorrentes quando se trata de implementar providências para a fixação do quantum , que, se adotados no processo especial, seriam sumamente prejudiciais à informalidade e celeridade do seu procedimento." (Comentários à Lei n. 9.099, de 26-9-1995, Editora Saraiva, página 183). Note-se que só o fato de realizar perícia subverteria o princípio consistente na celeridade, que norteia os juizados especiais cíveis (art. 2º da Lei nº 9.099/95). Não fora apenas isso, o Provimento nº 004/2008-CM, atribuiu nova competência a algumas varas cíveis de feitos gerais, adotando a nomenclatura "Vara Especializada de Direitos Bancários", atribuindo a tais varas a competência de processar e julgar os feitos relativos às causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central. III- Posto isso, com fulcro no art. 38, parágrafo único c/c art. 51, inciso II, ambos da Lei nº 9.099/95, e nos fundamentos expendidos, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito. Sem condenação nos ônus sucumbenciais (Lei nº 9.099/95, art. 55). Intime-se. Preclusas as vias impugnativas, arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá, 18 de setembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018054-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS BELOTO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS EDUARDO DE CASTRO NASSIF OAB - MT11866-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO DO CARMO MOREIRA DOS SANTOS (REQUERIDO)
MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

PROCESSO: 1018054-50.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: VINICIUS BELOTO - ME RECLAMADO(A): MARIO DO CARMO MOREIRA DOS SANTOS e outros S E N T E N Ç A Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). Homologo a desistência da ação, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil e, de conseguinte, declaro extinto o presente processo, fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013472-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANE GONCALVES DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

PROCESSO: 1013472-07.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME EXECUTADO(A): TATIANE GONCALVES DA SILVA SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado. Posto isso, com fulcro no art. 922 do CPC, HOMOLOGO o acordo e SUSPENDO a execução pelo prazo para cumprimento voluntário da obrigação. Decorrido o prazo, independente de nova intimação, deverão as partes se

pronunciarem para extinção ou prosseguimento do feito. Intimem-se. Após, remetam-se os autos ao arquivo provisório. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015854-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YANA KAROLINA SCALABRIN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELLIPE DE ALMEIDA OAB - MT24591/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

PROCESSO: 1015854-70.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME EXECUTADO(A): YANA KAROLINA SCALABRIN SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado. Posto isso, com fulcro no art. 922 do CPC, HOMOLOGO o acordo e SUSPENDO a execução pelo prazo para cumprimento voluntário da obrigação. Decorrido o prazo, independente de nova intimação, deverão as partes se pronunciarem para extinção ou prosseguimento do feito. Intimem-se. Após, remetam-se os autos ao arquivo provisório. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020855-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA BORGES SOUZA DA MATTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

PROCESSO: 1020855-36.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ADRIANA BORGES SOUZA DA MATTA EXECUTADO(A): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito em Substituição Legal

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020856-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EVELYN PATRICIA DE ARRUDA BRANDALISE (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON BOSCO DE ALMEIDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

PROCESSO: 1020856-21.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: EVELYN PATRICIA DE ARRUDA BRANDALISE EXECUTADO(A): EDSON BOSCO DE ALMEIDA SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Tiago Souza Nogueira de Abreu Juiz de Direito em Substituição Legal

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002328-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA SILVA DE AQUINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA SILVA DE AQUINO OAB - MT7373/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AEREAS S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002328-36.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA LUCIA SILVA DE AQUINO REQUERIDO: TAM LINHAS AEREAS S/A. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Autora alega falha na prestação de serviço da Reclamada que lhe causou transtorno, frustração e cansaço. Assim, requer a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Não existem preliminares a serem analisadas. 3. Superada a preliminar referida acima, passo a análise do mérito da presente, destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Código de Processo Civil, porquanto não vislumbro a necessidade de produção de provas outras que não as já colacionadas nos autos, ademais as partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. A Reclamante relata que se inscreveu para o concurso público do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, prova que ocorreu no dia 03 de agosto de 2019. Para se deslocar até o local da prova, adquiriu passagem da empresa Reclamada, para o dia 02/08/2019, para o trecho Cuiabá/MT - Belém/PA, com conexão no aeroporto de Congonhas/SP, com partida em Cuiabá programada para as 08h50min e chegada no destino final às 19h45min. A Reclamante aduz que o embarque ocorreu às 8h10min e quando chegou em Congonhas, por volta das 12h, permaneceu no aeroporto aguardando o embarque da conexão que ocorreria às 15h30min. Quando percebeu que o voo não aparecia no painel eletrônico, dirigiu-se ao balcão para pedir esclarecimento sobre o atraso e, foi surpreendida com a notícia de que não havia conexão no aeroporto de Congonhas para o voo contratado por ela e que o embarque ocorreria no aeroporto de Guarulhos. Como não havia mais tempo de embarcar no voo inicialmente contratado, a Autora apresentou documentos ao preposto da Reclamada e explicou que precisava chegar a tempo da prova do concurso que ocorreria no dia seguinte. Assim, a Reclamante foi reacomodada em outro voo chegou em Belém às 4h00min do dia seguinte, o que causou diversos danos, pois não descansou direito para realizar a prova do concurso, bem como foi exposta a longa espera no saguão do aeroporto. A Reclamada, ao apresentar contestação, afirma que a parte autora ficou esperando a conexão no aeroporto errado, por conta própria, o que fez com que ela perdesse o voo inicialmente contratado. Aduz que mesmo a consumidora tendo se equivocado com relação ao aeroporto de embarque, ofereceu como cortesia a reacomodação no voo LA 3666. Portanto, não há que se falar em responsabilidade da Reclamada, pois os danos sofridos ocorreram por culpa exclusiva dela. Pois bem. Adianto que não há como acolher o pedido inicial, senão vejamos. Analisando o bilhete aéreo adquirido pela parte Autora (id. 22507175), observa-se que ela adquiriu passagem aérea de Cuiabá-MT para Belém, com conexão na cidade de São Paulo, onde deveria ser procedida a troca de aeroporto. A chegada em São Paulo seria no aeroporto de Congonhas e o embarque para o destino Final seria feito no Aeroporto de Guarulhos/SP. A passagem foi adquirida pela própria Autora e, portanto, ela deveria ter se atentado a troca de aeroporto na Cidade de São Paulo/SP, tanto no momento da aquisição das passagens quanto no momento da chegada na capital paulista, o que claramente não foi feito. Desta forma, ignorando as informações presentes nos bilhetes aéreos, a Autora desembarcou no aeroporto de Congonhas/SP e ali permaneceu aguardando a conexão que ocorreria às 15h30min. Ocorre que a autora, assim que desembarcasse

no Aeroporto de Congonhas deveria ter tomados as providências para se deslocar até o aeroporto de Guarulhos/SP, onde deveria embarcar no próximo voo com destino a Bélem/PA, o que não ocorreu. Desta forma, está evidente que a parte Autora não realizou a leitura dos cartões de embarque e não tomou conhecimento de todas as informações da sua viagem. No caso em análise, a Reclamante ficou aguardando no aeroporto incorreto por descuido na análise dos documentos da sua viagem, não havendo o que se falar em falha na prestação do serviço. Em que pese toda falta de atenção e descuido da Reclamante, a Reclamada, demonstrando respeito e boa-fé, procedeu a reacomodação da parte Autora em outro voo, sem cobrar nada por isso. A responsabilidade da Reclamada como fornecedora de serviços é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos." Tal responsabilidade é afastada quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses da prestadora do serviço, e tendo ela se desincumbido do ônus que lhes cabia, não deve ser responsabilizada pelos danos causados à parte reclamante. Logo, tenho que efetivamente não houve falha na prestação do serviço, na medida em que a Reclamada não cometeu ato ilícito. A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for ela hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quando a pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por MARIA LUCIA SILVA DE AQUINO em desfavor da TAM LINHAS AEREAS S/A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007227-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVAN GUIDO GONCALVES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERODILCE SANTOS GUIMARAES OAB - MT16518-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ PROCESSO Nº 1007227-77.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: IVAN GUIDO GONCALVES JUNIOR RECLAMADA: IUNI EDUCACIONAL S/A S E N T E N Ç A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS na qual a parte Reclamante afirma que teve seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, pela Caixa Econômica Federal, por suposto débito no valor de R$ 1.764,76 (hum mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos). Ao procurar a instituição bancária, foi informado que o débito é referente ao Contrato nº 10.1569.185.0005234-54, realizado junto ao FIES, para a quitação de curso contratado junto a Requerida/UNIC. O Reclamante afirma que realizou matrícula junto a requerida, assinou contrato do FIES, contudo, antes do início das aulas, pediu a desistência do curso. Na ocasião foi explicado que as informações da desistência seriam repassadas ao FIES e este daria baixa no contrato, bem como o valor pago pelo FIES a instituição de ensino seria devolvido diretamente para o FIES. O Reclamante afirma que o procedimento adotado pela Requerida o prejudicou, pois recebeu o valor do semestre, não prestou os serviços, não devolveu ao FIES e permaneceu alimentando o sistema como se ele ainda fosse estudante. Assim, requer a devolução do valor do valor pago a Reclamada, em dobro, bem como a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Preliminarmente, a Reclamada alega que a Justiça Estadual é incompetente para analisar a presente demanda, pois a negativação objeto da presente demanda foi inscrita pela Caixa Econômica Federal, bem como porque o Autor pretende a devolução de valores atinentes ao FIES, que é uma verba federal destinada exclusivamente ao custeio dos serviços educacionais. Devido a este fato, ACOLHO A PRELIMINAR ARGUIDA. Vislumbro que os valores que a parte Autora requer a devolução são oriundos do contrato de financiamento estudantil - FIES, que por sua vez, possui regras próprias, visando à concessão de crédito a alunos carentes, de forma a oportunizar a frequência ao ensino superior. Portanto, a presente demanda se trata de restituição de valores atinentes ao Financiamento Estudantil (FIES), promovido pelo Governo Federal, resta claro o interesse direto da União, notadamente tratar-se de verba de natureza federal, e, por conseguinte, a clara incompetência absoluta dos Juizados Especiais Estaduais para apreciação da matéria. Nesse sentido, consigno teor do artigo 109 da Constituição Federal, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Conclui-se que é necessário o reconhecimento da incompetência absoluta da Justiça Estadual, em razão da matéria, para o processamento e julgamento da demanda, com fulcro nos arts. 109, I da Constituição Federal, pelo que, a extinção do feito sem resolução de mérito é medida que se impõe, nos termos do art. 51, IV da Lei nº 9.099/95 III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 485, VI do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO do processo promovido por IVAN GUIDO GONCALVES JUNIOR em desfavor da IUNI EDUCACIONAL S/A, sem julgamento de mérito, com fundamento no artigo 51, IV da Lei n.º 9.099/95. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007744-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

REGINA DE OLIVEIRA DESSUNTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGINA DE OLIVEIRA DESSUNTE OAB - MT24238/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUBMARINO VIAGENS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007744-82.2019.8.11.0001. REQUERENTE: REGINA DE OLIVEIRA DESSUNTE REQUERIDO: SUBMARINO VIAGENS LTDA. I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS na qual a parte Reclamante alega que os voo adquiridos no sítio eletrônico da Reclamada foram cancelados. A Reclamante afirma que o voo de ida foi cancelado, sendo que a Reclamada não procedeu a reacomodação dela em outro voo, fazendo com que ela adquirisse outra passagem aérea da companhia aérea Azul para conseguir concretizar a viagem. Com relação ao voo de volta, o voo foi igualmente cancelado, sendo a Autora reacomodada em outro voo que partiu apenas no dia seguinte. Ao final pugnou pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por dano moral e material. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Acolho o pedido de retificação do polo passivo para constar SV VIAGENS LTDA, CNPJ nº 06.179.342/0001-05. A preliminar de ILEGITIMIDADE PASSIVA arguida pela Reclamada, não merece guarida, devendo ser rejeitada, uma vez que ela integra a cadeia de fornecedores e prestadores do serviço, sendo, portanto, corresponsável por qualquer vício ou defeito que cause prejuízo ao consumidor, nos termos do art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Da análise dos autos, verifica-se que a Reclamante adquiriu passagens aéreas de ida e volta comercializadas pela Reclamada para o trecho Cuiabá – Confins, com escala em Guarulhos/SP, para o dia 26/04/ 2019 e volta no dia 29/04/2019. Os voos comercializados seriam operados pela companhia aérea Avianca Brasil. Pois bem, a Reclamante alega que o voo de ida foi cancelado e a companhia aérea não a reacomodou em outro voo. Ao tentar entrar em contato com a Reclamada para solução do problema, não obteve sucesso, pois o serviço de call center funcionava apenas de segunda à sexta-feira, até às 21h. Assim, a autora não viu outra alternativa a não ser adquirir nova passagem aérea para não perder os compromissos profissionais que possuía na cidade de destino. Com relação ao voo de volta, a Reclamante afirma que o voo também foi cancelado, sendo que a companhia aérea reacomodou ela em voo que partiu apenas no dia seguinte, tendo a autora chegado ao seu destino final com atraso, além de ter que arcar com custos de deslocamento de ida e volta para o hotel. Da análise dos documentos anexos aos autos (id. 23947023/ 23947025), resta inequívoco os cancelamentos dos voos adquiridos pela parte Autora. Em sede de contestação, a Reclamada apresentou defesa narrando que é apenas intermediadora, que não possui gerência sobre os cancelamentos de voos, pois eles são coordenados pela companhia aérea, portanto, não pode ser responsabilizada pela falha na prestação do serviço. Contudo, é inconteste a obrigação da Reclamada à reparação dos danos causados a parte Reclamante. Por mais que a Reclamada afirme não ser responsável pelos danos causados ao consumidor, o entendimento jurisprudencial é no sentido de que tanto a companhia aérea quanto a agência de viagens são legítimas para figurarem no polo passivo, pois integram a cadeira de fornecedores. Nesse sentido: Ementa: APELAÇÕES CÍVEIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL DE PASSAGEIRO. PACOTE TURÍSTICO. CANCELAMENTO UNILATERAL DE VÔO DE RETORNO. LONGA ESPERA NOS AEROPORTOS. TRANSTORNOS QUE TRANSCENDEM O MERO INCÔMODO OU DISSABOR. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA RATIFICADA. PRECEDENTES. Preliminar de ilegitimidade passiva não acolhida. Nos termos do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores que participarem da cadeia de fornecimento ou prestação do serviço respondem solidariamente pelos vícios de qualidade por ele apresentado. Nesta senda, tanto a companhia aérea quanto a agência de viagens são partes legítimas para figurarem no polo passivo da demanda, eis que integram a cadeia de fornecedores. Preliminar de não conhecimento do recurso ante ausência de fundamentação específica. Os autores, em suas razões de apelo, atacam os pontos da sentença, razão pela qual não há falar em ausência de fundamentação específica acerca dos pontos da sentença. Nos termos do art. 14 do CDC, a responsabilidade da companhia aérea é objetiva, porque concessionária do serviço público do transporte aéreo de passageiros, pelos danos causados aos seus clientes/passageiros. Ou seja, responde independentemente da existência de culpa por defeitos relativos à prestação do serviço, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição. Quantum indenizatório dos danos morais mantido, pois em consonância com os parâmetros usualmente praticados pela Câmara em casos similares. Honorários majorados, na forma do artigo 85, § 11º, do Código de Processo Civil. PRELIMINARES REJEITADAS. APELAÇÕES IMPROVIDAS. (Apelação Cível, Nº 70081636201, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em: 26-06-2019) Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CANCELAMENTO DE VOO. PERDA DE CONEXÃO. RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA DE TURISMO. TODOS OS FORNECEDORES DO SERVIÇO SÃO RESPONSÁVEIS SOLIDARIAMENTE PELOS DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR. DEVER DE REPARAÇÃO. A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO É OBJETIVA (ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR), SOMENTE PODENDO SER ELIDIDA POR CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA, FATO DE TERCEIRO DESCONEXO DO SERVIÇO, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DA MALHA AÉREA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE FORÇA MAIOR APTA AO AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA COMPANHIA ÁEREA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PREJUÍZO SUBJETIVO CONFIGURADO. REDUÇÃO DO QUANTUM. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA CÂMARA. RECURSO PROVIDO NO PONTO. UNÂNIME. DERAM PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS. (Apelação Cível, Nº 70081432411, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em: 05-06-2019) Com efeito, a responsabilidade da reclamada como fornecedora de serviços é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses dos prestadores do serviço, e não tendo eles se desincumbido dos ônus que lhes cabiam, devem ser responsabilizados pelos danos causados à parte reclamante. É incontroverso nos autos que a parte reclamante contratou os serviços de transporte aéreo comercializado pela reclamada e que este não foi prestado nos limites do contrato, já que houveram cancelamentos e atraso no cumprimento do itinerário dos voos, não tendo sido cumpridas as normas estabelecidas pela Anac. Logo, não há que se falar em inocorrência de danos morais à parte reclamante, isso porque o atraso do voo contratado lhe causou transtorno, cansaço, frustração e desconforto, uma vez que foi surpreendida com a deficiente prestação de serviço. O dano moral experimentado pela parte Reclamante exsurge da falha na prestação do serviço da reclamada. Nesse sentido, verbis: “JUIZADOS ESPECIAIS

CÍVEIS. CONSUMIDOR. ATRASO DE VOO E PERDA DE CONEXÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Pela sistemática do Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, a responsabilidade civil nos casos como o dos autos é objetiva, a qual independe de demonstração de culpa, não sendo reconhecida a excludente prevista no § 3º, inciso II, do citado artigo, surge o dever de indenizar atribuído à empresa aérea. 2. As indenizações tarifadas previstas nas Convenções Internacionais (Varsóvia, Haia e Montreal) não se aplicam às fixações de reparação de danos morais decorrentes de má prestação do serviço de transporte aéreo internacional, prevalecendo o Código de Defesa do Consumidor (STJ. AgRg no AREsp 83.338/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 04/10/2012). No mesmo sentido é o entendimento no Supremo Tribunal Federal, segundo o qual: Afastam-se as normas especiais do Código Brasileiro da Aeronáutica e da Convenção de Varsóvia quando implicarem retrocesso social ou vilipêndio aos direitos assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor. (RE 351750, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 17/03/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 EMENT VOL-02375-03 PP-01081 RJSP v. 57, n. 384, 2009, p. 137-143). 3. Restou incontroverso nos autos que a parte ré atrasou o voo adquirido pela parte autora, não tendo sequer logrado comprovar que as alegadas condições climáticas desfavoráveis ocorreram no horário do vôo contratado (CPC, Art. 333, inciso II). 4. Comprovado, mediante prova documental, que a recorrida necessitou comprar passagem aérea em outra companhia para empreender viagem no trecho internacional volta (Miami/Brasília) porque a recorrente não a alocou em outro vôo que satisfizesse seus compromissos no brasil, patente o dano material sofrido e, portanto, o dever de indenizar. 5. Provoca angústia e desconforto no consumidor, a delonga exagerada na solução do problema e a impossibilidade de a recorrente seguir, salvo por meio de outra companhia aérea, para o destino almejado. Assim, do descumprimento do contrato de transporte aéreo, advieram situações que ocasionaram constrangimento e desconforto à recorrida, causando-lhe abalo à honra subjetiva. Ferido algum dos atributos da personalidade, restam caracterizados os danos morais. 6. O valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) fixado a título de indenização por danos morais apresenta-se razoável e proporcional, não havendo motivo para redução. 7. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com a súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46, Lei 9.099/95. A recorrente responde por custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação". (TJDFT, Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF – Rel. FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, Ri 0715400-71.2015.8.07.0016, julgado em 28.04.2016, publicado em 04.05.2016) No que diz respeito aos danos morais, a reparação do dano é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a desídia da reclamada. O dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Dessa forma, resta evidente a ocorrência de dano moral, ante os transtornos e dissabores causados a parte reclamante em razão da falha na prestação do serviço efetivada pela reclamada, sendo desnecessária, nestes casos, a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai da verificação da conduta. No que tange ao quantum indenizatório, insta ressaltar que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbe, ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. Já com relação ao pedido de condenação da reclamada ao pagamento de indenização por dano material, tenho que merece acolhimento. A parte Reclamante trouxe aos autos provas indicando que teve que adquirir nova passagem aérea para realizar o voo de ida para o Aeroporto de Confins (id. 23947591) e, portanto, não utilizou a passagem adquirida perante a Reclamada. Não existem provas nos autos indicando que a Reclamada procedeu o reembolso integral do valor pago pela passagem que não foi utilizada. Assim, a Reclamada deverá restituir a parte Autora o valor de R$ 303,66 (trezentos e três reais e sessenta e seis centavos), de forma simples, pois não estão presentes os pressupostos para repetição do indébito previstos no artigo 42, parágrafo único do CDC. A Reclamada também deverá restituir o valor de R$ 49,39 (quarenta e nove reais e trinta e nove centavos), referente aos gastos com transporte de ida e volta para o Aeroporto de Confins, que estão devidamente comprovados através da juntada dos comprovantes (id. 23947598/ 23947599/ 23947602). III – DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, inciso I do NCPC, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por REGINA DE OLIVEIRA DESSUNTE em desfavor da SUBMARINO VIAGENS LTDA para CONDENAR a Reclamada a pagar para a parte Reclamante o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir desta data e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, bem como CONDENAR a Reclamada a pagar a Autora o valor de R$ 353,05 (trezentos e cinquenta e três reais e cinco centavos), a título de danos materiais, valor este corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir do desembolso. Retifique-se o polo passivo da presente demanda para constar SV VIAGENS LTDA, CNPJ nº 06.179.342/0001-05. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006098-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA MARIA QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006098-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROSANA MARIA QUEIROZ REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INAUDITA ALTERA PARS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 151,80 (cento e cinquenta e um reais e oitenta centavos), contrato nº. 0234618389, disponível em 30/05/2019. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que

suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno e faturas de consumo. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação e as faturas de consumo apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (33011604200982600 00 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. Contudo, verifico que a parte Autora possui negativações posteriores que deverão ser levadas em consideração na quantificação do dano moral. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ROSANA MARIA QUEIROZ em desfavor de VIVO S/A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada na contestação. Torno definitiva a liminar anteriormente concedida na id. 23360484, sem a aplicação de multa. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005610-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENY DA SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILA ANDRADE ZILIANI OAB - MT0021552A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005610-82.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GENY DA SILVA ALMEIDA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓTIA DE INEXITÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude débito no valor de R$243,35 (duzentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos), proveniente do documento nº 0002593989201809, data de vencimento 18/09/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II

- MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. No que diz respeito ao valor da causa, não há nada a ser adequado, visto que o valor descrito na petição inicial guarda correspondência com a pretensão econômica da parte Autora. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando o processo instruído com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a analise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência e procedência do pedido contraposto. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora possui duas Unidade Consumidora dos serviços oferecidos pela Empresa Reclamada habilitada em seu nome. A parte Autora, inclusive assinou dois Termos de Confissão de Dívida referentes as unidades consumidoras (id. 25081370 e 25081375). Todas as negociações de dívidas estão devidamente assinadas pela parte Reclamante e estão acompanhada dos documentos pessoais dela. Portanto, a cobrança é devida, uma vez que existem provas do vínculo jurídico existente entre as partes e dos débitos que se encontram em aberto. A parte Reclamante não impugnou os documentos apresentados pela parte Reclamada. Assim, o código de processo civil, no artigo 411, inciso III, dispõe que presume ser autêntico o documento quando não houver impugnação da parte contra quem foi produzido. Cabia a reclamante acostar ao processo comprovante de pagamento das faturas de consumo de energia ou ao menos demonstrar que os serviços não foram utilizados ou não foram fornecidos, ônus que lhe incumbia, nos termos do Art. 373, I do CPC. Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Por derradeiro, acolho o pedido contraposto formulado pela Reclamada, haja vista que os débitos referentes a utilização dos serviços não foram pagos pela parte Reclamante. Assim, cabível a condenação da Reclamante ao pagamento do valor de R$ 2.505,42 (dois mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e dois centavos). Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por GENY DA SILVA ALMEIDA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Ainda, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte reclamada para CONDENAR a parte autora a pagar seu débito pendente no valor R$ 2.505,42 (dois mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e dois centavos), corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da data do vencimento, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008748-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008748-57.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUCIENE DO NASCIMENTO REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido do Reclamado, em virtude de débito no valor de R$ 954,41 (novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos), contrato nº 4180530708114000, disponível em 25/05/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexigibilidade do débito, bem como pela condenação do Reclamado ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que

suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Deixo de analisar as preliminares arguidas pela Reclamada com fundamento no artigo 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora aderiu perante o Banco Reclamado ao serviço de cartão de crédito, cuja proposta de adesão (id. 25668023) segue anexa à petição contestatória. Analisando a assinatura presente na proposta de adesão apresentada junto a contestação, constata-se que ela é idêntica a assinatura presente no termo de audiência de conciliação. Assim, mesmo a olhos desarmados é possível afirmar que a assinatura presente na proposta de adesão é oriunda do próprio punho da parte Autora. A parte Reclamada também trouxe junto com a peça contestatória faturas de consumo do cartão de crédito contratado pela parte Reclamante (id. 25668021). Nas faturas é possível verificar que houveram pagamentos, o que elide qualquer possibilidade de fraude, haja vista que o estelionatário, em regra, não realiza pagamento dos débitos que adquiriu em nome da vítima. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se os contratos existem, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que o requerido restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pelo Requerido se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu o banco Reclamado em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da parte reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da parte Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por LUCIENE DO NASCIMENTO em desfavor do BANCO BRADESCARD S.A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008489-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCILEY ALVES SAMPAIO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008489-62.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JUCILEY ALVES SAMPAIO DE ARRUDA REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de débito no valor de R$ 572,33 (quinhentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), contratos nº 001814958390000, disponível em 28/04/2017. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a

respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Em que pesem os argumentos tecidos pela parte Reclamante, em contestação a parte Reclamada combateu suas alegações e apresentou prova suficiente da existência de relação jurídica entre as partes através do áudio juntado no id. 25636022, bem como trouxe prova da existência do débito por meio das faturas coligida ao id. 25636030 destes autos, de onde se denota a utilização do cartão de crédito, o que indica a existência de contratação e utilização do serviço bancário. A parte ré apresentou documentação idônea acerca do negócio jurídico firmado e demonstrou a origem e a validade do débito. Desta forma, o pretendido na inicial é improcedente, posto que as alegações trazidas pelo banco réu refutaram a tese da Reclamante, pois há traço da contratação e utilização do serviço e, diante da inadimplência injustificada, não há que se falar em dor, humilhação ou danos à honra. A documentação juntada pela parte Reclamada demonstra o efetivo negócio jurídico celebrado e que relaciona as partes, bem como a utilização do benefício colocado a disposição da Reclamante, não se podendo negar conhecimento a origem da dívida. Vejam-se, nesse sentido, que as faturas exibem transação realizadas, bem como pagamentos, sugerindo evidência acerca da efetiva utilização do cartão de crédito. Vejamos ao seguinte julgado em caso análogo: AÇÃO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS - INOCORRÊNCIA - Fatos alegados na petição inicial não demonstrados pelo acervo probatório - Apresentação de documentos, extratos e faturas do cartão de crédito que comprovam a disponibilidade do crédito e a sua utilização reiterada, gerando o saldo devedor em discussão - Ausência de quitação da dívida - Cobrança devida - Dano moral - Não ocorrência - Exercício regular do direito do credor - Sentença de improcedência mantida - RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - APL: 00412991920088260602 SP 0041299-19.2008.8.26.0602, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 05/08/2015, 16ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Data de Publicação: 05/08/2015) (g.n.) Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a parte requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8.078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por JUCILEY ALVES SAMPAIO DE ARRUDA em desfavor do ITAU UNIBANCO S/A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008788-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON DE ALMEIDA LARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008788-39.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDILSON DE ALMEIDA LARA REQUERIDO: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPARAÇÃO POR DANOS em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da parte Autora nos cadastros de proteção ao crédito, pelo débito no valor de R$836,34 (oitocentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos), contrato nº 1513937579, data 05/02/2019. Assim, requer o cancelamento do débito objeto da lide, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Acolho o pedido de retificação do polo passivo para constar a denominação SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. No caso dos autos, pretende a parte reclamada que seja negado o pedido de concessão de assistência judicial gratuita. Ocorre que, com relação ao pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, o art. 54, da Lei n.º 9.099/1995, isenta os processos de custas no primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais Cíveis. Ademais, a concessão dos benefícios da justiça gratuita deverá ser apreciada no exame de eventual recurso inominado. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária à designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária,

considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados do Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da Reclamada, por débito que o Reclamante afirma indevido vez que não possui relação jurídica com a Reclamada. A Reclamada alega que a negativação decorreu em razão da inadimplência da Reclamante perante a empresa. Contudo, deixou de trazer aos autos a comprovação da relação jurídica havida entre as partes a justificar a negativação procedida. Dessa forma, não trouxe fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da Reclamante, cingindo-se a alinhavar alegações sem qualquer lastro probatório. Não demonstra a licitude da inscrição a que deu causa, o que lhe competia em face da relação de consumo – ainda que suposta – que se estabelece entre as partes, o que conduz à necessária facilitação dos direitos da parte autora, seja porque hipossuficiente (técnica e juridicamente), seja pela verossimilhança do alegado na exordial. Descura, assim, a demandada do dever de impugnação específica de que trata o art. 341, caput, do CPC, o que faz presumir a veracidade dos fatos articulados pela parte autora. Por conseguinte, impõe-se acolher os pedidos consistentes em declarar a inexigibilidade do débito, desconstituir a anotação (ou o registro) nos órgãos de proteção ao crédito. A conduta consistente em encaminhar ou manter o nome da Reclamante no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art.43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pela requerida. In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos da presente demanda ajuizada por EDILSON DE ALMEIDA LARA em desfavor de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA para DECLARAR a inexistência do débito objeto da lide e para CONDENAR a Reclamada a pagar ao Reclamante a importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual será atualizado da data do arbitramento (Súmula 362/STJ) pelo IGP-M da FGV, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês do arbitramento. Retifique-se o polo passivo da presente demanda para constar SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005770-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE APARECIDO BATISTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT19164-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005770-10.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FELIPE APARECIDO BATISTA DOS SANTOS REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS em que a alegação funda-se em falha na prestação de serviços por compra recusada. Pleiteou condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Não existem preliminares a serem analisadas. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A parte Reclamante relata ser consumidor dos serviços prestados pelo banco Reclamado, através da utilização do cartão de crédito "tudo azul itaú platinum", cujo limite de crédito disponível é de R$ 7.000,00 (sete mil reais). Ao tentar utilizar o cartão de crédito no dia 03 de junho de 2019 para efetuar o pagamento dos móveis planejados adquiridos para sua residência, foi surpreendido com a não autorização da compra. O Autor alega que no momento em que tentou realizar a compra possuía limite de crédito disponível, bem como afirma que não foi cientificado pelo banco Reclamado de qualquer bloqueio. Diante da não autorização da compra, o Reclamante narra que passou diversos constrangimentos, pois tal fato ocorreu na presença de diversas pessoas que se encontravam no local. Em contato o banco Reclamado, este não soube informar o motivo da não autorização da compra, tendo informado apenas que havia limite disponível e que era para o autor tentar passar o cartão após 03 (três) horas da primeira recusa, que a compra seria autorizada. Ocorre que ao tentar passar o cartão de crédito novamente, mais uma vez a autorização não ocorreu. No dia seguinte, o Autor se deslocou até uma agência do Reclamado para tentar solucionar o problema com o cartão de crédito. Na ocasião novamente foi informado que havia limite para compra e que era para realizar nova tentativa de compra, que desta vez seria autorizado, o que novamente não ocorreu. Assim, a parte Autora requer a condenação do banco Reclamado ao pagamento de indenização por danos morais em virtude da falha na prestação do serviço. Na contestação o Reclamado nega a falha na prestação de serviço. Afirma que a compra não foi concretizada, pois a

transação estava fora do perfil de utilização do cartão pela parte autora, o que acionou o sistema de segurança do Réu e acarretou o bloqueio da transação como medida de segurança. Após análise detida aos autos verifico que razão assiste ao Reclamante. Em que pese a parte Reclamada tenha afirmado que a compra não foi autorizada por estar fora do padrão de utilização do cartão, tenho que tal alegação não é suficiente para elidir a falha na prestação do serviço alegada pela parte Autora. A alegação da transação estar fora do padrão de consumo da parte Autora é suficiente para justificar a primeira não autorização da compra. No entanto, a partir do momento em que o Banco Reclamado é cientificado pelo consumidor de que ele pretende realizar uma transação fora do seu padrão de consumo, porém, dentro do seu limite de crédito, cabe a instituição financeira tomar as providências cabíveis para que a transação seja efetuada. Observa-se que assim que a compra não foi autorizada, o Autor deu ciência ao banco da sua intenção de realizar a compra através do cartão de crédito, tanto através do "SAC" quanto presencialmente na Agência, conforme protocolos apresentados na inicial. As provas dos autos indicam que a instituição bancária, mesmo tomando conhecimento da intenção do consumidor de realizar a compra, não tomou as providências para viabilizar a conclusão da transação. Dessa forma, entendo que a parte Reclamada não logrou êxito em comprovar que os serviços foram prestados na forma contratada, ônus que lhe competia nos termos do art. 373, II do NCPC. Desse modo, reconhecer a falha na prestação de serviço é medida que se impõe. Nesse contexto tenho claro o dano moral sofrido pelo autor, ao sentir-se lubridiado pela Reclamada que não prestou os serviços nos limites do imposto em Lei. É evidente que há, nesses casos, falha na prestação do serviço, pois não é admissível que a empresa não zele pela qualidade do serviço fornecido ao consumidor. Assim, assume o risco da atividade que desempenha, o que torna desnecessário discutir possível omissão ou culpa uma vez que se trata de relação consumerista. Nesse ínterim, cumpre anotar que esses casos tratam de relação de consumo e que o dano moral afirmado é decorrente da má prestação de um serviço e da conduta imprudente da empresa, consequentemente, deve ser aplicada a teoria do risco do empreendimento (CDC, art. 14). De acordo com Carlos Roberto Gonçalves a "responsabilidade civil objetiva do prestador de serviços, prescindindo do elemento culpa para que haja o dever de indenizar, tendo em vista o fato de vivermos em uma sociedade de produção e de consumo em massa, responsável pela despersonalização ou desindividualização das relações entre produtores, comerciantes e prestadores de serviços, em um pólo, e compradores e usuários do serviço, no outro" (GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil: Doutrina, Jurisprudência. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002). O Código Civil deixa evidente no art. 186 ao prescrever que todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. De outro norte, o art. 927 do mesmo Diploma Legal, ao tratar da obrigação de indenizar, preceitua que aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. A Constituição Federal, no seu artigo 5º, incisos V e X, protege de forma eficaz a honra e a imagem das pessoas, assegurando direito à indenização pelo dano material e moral que lhes forem causados. O direito à reparação do dano depende da concorrência de três requisitos, que estão bem delineados no supracitado artigo, razão pela qual, para que se configure o ato ilícito, será imprescindível que haja: fato lesivo voluntário, causado pelo agente, por ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência; ocorrência de um dano patrimonial ou moral e, nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Assim, na eventualidade de não restarem provados esses pressupostos, indevida será a obrigação reparatória. No entanto, haverá casos em que se dispensa o elemento culpa, por se tratar de responsabilidade objetiva, tal como o caso dos autos. Resta quantificar o dano moral. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescidos de correção monetária e juros legais. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido do Reclamante FELIPE APARECIDO BATISTA DOS SANTOS para o fim de CONDENAR o Reclamado ITAU UNIBANCO S/A ao pagamento do montante de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009663-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA DA GUIA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RIBEIRO ALVES OAB - MT23093/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NAVITAS VAREJO E DISTRIBUICAO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA OAB - RJ113675 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009663-09.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUANA DA GUIA RODRIGUES REQUERIDO: NAVITAS VAREJO E DISTRIBUICAO LTDA I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C ACÃO DE INDENIZACÃO POR DANOS MORAIS em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por dívida no valor de R$ 240,29 (duzentos e quarenta reais e vinte e nove centavos), contrato nº 2224460005, data da disponibilização 14/02/2019. Pugnando ao final, pela declaração de nulidade do débito que originou a negativação em apreço, bem como pugnou ainda pela condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ 8.000,00 (oito mil reais). É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Deixo de analisar as preliminares aventadas pela Reclamada, com fundamento no artigo 488 do CPC. 3. No mérito a pretensão merece Juízo de Improcedência. Verifico dos autos que a documentação apresentada pela requerente se limitou ao referido extrato de negativação, além de fotocópia de seus documentos pessoais (RG), procuração e declaração de inexistência do débito. Já de outro tanto, a parte requerida trouxe junto com a contestação ficha de cadastro, devidamente assinada pela parte Autora e instruída com documentos pessoais e comprovante de endereço (id. 26005673), o comprova a existência de relação jurídica entre as partes. Ressalto ainda que a reclamada também juntou em sua peça de defesa as notas fiscais dos produtos adquiridos pela requerente (id. 26005678) e a Declaração de Recebimento de mercadoria (id. 26005683). Os referidos documentos se

traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pela requerida, apresentando todos os dados pertinentes, além do que a autora não trouxe qualquer contraprova hábil a contradizer as alegações trazidas na peça de defesa, haja vista que aduziu o débito ser indevido e que desconheceria a origem destes, no entanto, nada juntou que comprove suas alegações. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373 O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Desta feita, vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência dos pedidos em seu desfavor. De outro tanto, a parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só à certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) Não merece acolhimento, portanto o pleito de indenização por danos morais, eis que não houve abalo, uma vez que existe contrato entre as partes com débito pendente de quitação. Quanto ao pedido de condenação da parte Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos iniciais feitos por LUANA DA GUIA RODRIGUES em desfavor da NAVITAS VAREJO E DISTRIBUICAO LTDA. Deixo de condenar a reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008060-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HOZANA MIRANDA DA CRUZ SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008060-95.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HOZANA MIRANDA DA CRUZ SILVA REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, uma vez que desconhece os débitos no valor de e R$ 681,76 (seiscentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), referente à um suposto contrato n. º 000028800221062, com data de inclusão em 23/10/2018. Pede a declaração de inexistência do débito objeto da lide, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Rejeito a preliminar de incompetência do juízo por necessidade de realização de perícia grafotécnica, vez que verifico que há nos autos elementos de prova suficientes para o deslinde da controvérsia. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da Reclamada, por débito que a Reclamante afirma não possuir. A Reclamada, por sua vez, informou que o débito descrito na restrição é referente à contratação dos serviços de Limite Itaú pra Saque – LIS, o qual consiste na concessão de crédito emergencial permitindo que o consumidor movimente além do saldo disponível em conta. A reclamada afirma que a Reclamante movimentou sua conta, fez o uso do Limite Itaú pra Saque – LIS e deixou o saldo negativo sem a devida regularização, fato esse que ensejou a pendência atual, que foi devidamente cobrada nos termos da legislação vigente. A fim de comprovar a legalidade da negativação, a Reclamada trouxe aos autos contrato firmado pela Reclamante (id. 25552454), cujas assinaturas são idênticas as apostas nos documentos que instruíram a inicial. Além dos contratos, a Reclamada trouxe documentos pessoais do Reclamante e extrato da conta corrente movimentada pela parte Reclamante (id. 25552453). Assim, não verifico ilegalidade praticada pela Reclamada, já que, os referidos documentos se traduzem em prova a socorrer as suas alegações apresentando os dados pertinentes para o deslinde da controvérsia. Ora, a parte Reclamante deveria, quando da impugnação à contestação rebater os termos da contestação, acaso assim entendesse, e para tanto trazer aos autos comprovação do que ali alegou, fato que inexistiu. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. De outro tanto, a parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais, haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do NCPC. Assim, não incorreu a reclamada em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). Assim, não basta a mera alegação e a invocação do CDC quanto a

pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido inicial feito por HOZANA MIRANDA DA CRUZ SILVA em desfavor de ITAU UNIBANCO S/A ambos com qualificação nos autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008379-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE TUPANA PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA MONTEIRO CAMARGO OAB - MT14694-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008379-63.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE TUPANA PEREIRA DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA E DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOR MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de dois débitos nos valores de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), contrato nº 0002121711201712, data da ocorrência: 14/12/2017 e R$ 208,00 (duzentos e oito reais), contrato nº 0002121711201801, data da ocorrência: 15/01/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexigibilidade dos débitos que originaram a negativação em apreço, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença, motivo pelo qual deixo de acolher o pedido de desistência (id. 25987785). Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência e procedência do pedido contraposto. Compulsando os documentos juntados com a contestação, observa-se que a parte Autora é titular da Unidade Consumidora nº 2121711-2, situada rua gabriel arrais, nº 67, quadra 03, lote 14, bairro coxipó da ponte, Cuiabá-MT. A parte Autora para comprovar endereço ao ajuizar o processo nº 8027147-49.2018.811.0001, juntou como comprovante de residência fatura referente à Unidade Consumidora nº 2121711-2. Inclusive, a fatura juntada no processo nº 8027147-49.2018.811.0001 é uma das faturas questionadas na presente ação. Desta forma, ao contrário do que alega na petição inicial, não restam dúvidas de que a parte Autora reside no endereço onde a Unidade Consumidora está cadastrada. Além do mais, como é cediço, para que o consumidor passe a receber o fornecimento da energia elétrica em sua residência, basta que se dirija até uma agência da Reclamada e solicite a transferência ou o cadastramento da Unidade Consumidora para seu nome, sem a necessidade de assinatura de qualquer contrato. Desta forma, muito embora não exista contrato físico, este se presume válido, gerando todos os efeitos de um contrato escrito, haja vista que comprovado pela parte Reclamada que a Reclamante já residiu no imóvel em que a UC está cadastrada. Portanto, a cobrança é devida. É que há determinadas relações contratuais que prescindem da existência de contrato instrumentalizado, ou mesmo de acordo verbalizado, o que ocorre em profusão nas relações de consumo que, conforme lição de Rizzatto Nunes, “São aquelas em que um comportamento de fato, socialmente generalizado, faz com que se aceite a existência de um contrato, ainda que ele jamais tenha sido firmado. O contrato é presumido diretamente do fato da ação ou comportamento. São, tecnicamente falando, ’relações de fato contratuais’ (Curso de Direito do Consumidor, São Paulo, Saraiva, pág. 669). Ora, se o serviço foi prestado e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Portanto, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Por derradeiro, acolho o pedido contraposto formulado pela Reclamada, haja vista que os débitos referentes a utilização dos serviços não foram pagos pela parte Reclamante. Assim, cabível a condenação da Reclamante ao pagamento do valor de R$ 1.209,61 (um mil e duzentos e nove reais e sessenta e um centavos). Quanto ao pedido de condenação à litigância de má-fé formulado pela reclamada, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do NCPC, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por JOSE TUPANA PEREIRA DA SILVA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Ainda, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte reclamada para CONDENAR a parte autora a pagar seu débito pendente no valor de R$ 1.209,61 (um mil e duzentos e nove reais e sessenta e um centavos), corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da data do vencimento, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir desta data. Deixo de condenar a parte reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em

julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008643-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MICHEL SANTOS DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE SOUZA AMARAL OAB - MT23226/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008643-80.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MICHEL SANTOS DO NASCIMENTO REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 324,34 (trezentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos), contrato nº 0339334215, data 17/05/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Em análise detida dos autos verifico que a parte Reclamante apenas colacionou junto a inicial documentos pessoais, declarações, procuração e extrato de negativação. Destaco que a parte Reclamante apenas nega ter qualquer dívida em aberto com a Reclamada. De outro lado, compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora realmente detinha junto à Reclamada a contratação dos serviços de telefonia móvel, vez que a defesa está instruída com áudio, que demonstra a contratação de plano controle. Anote-se, por derradeiro, que, como os serviços foram utilizados pela parte consumidora resta configurado a celebração do contrato, caso em que não seria hipótese de prática abusiva. É que há determinadas relações contratuais que prescindem da existência de contrato instrumentalizado, ou mesmo de acordo verbalizado, o que ocorre em profusão nas relações de consumo que, conforme lição de Rizzatto Nunes, "São aquelas em que um comportamento de fato, socialmente generalizado, faz com que se aceite a existência de um contrato, ainda que ele jamais tenha sido firmado. O contrato é presumido diretamente do fato da ação ou comportamento. São, tecnicamente falando, 'relações de fato contratuais' (Curso de Direito do Consumidor, São Paulo, Saraiva,pág. 669). Outrossim, é cediço que a contratação dos serviços de telefonia móvel em muitos dos casos são efetuados contato telefônico. Nesse sentido: REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL. CONTRATAÇÃO VIA TELEFONE DEMONSTRADA NOS AUTOS. COBRANÇA REGULAR, PEDIDO IMPROCEDENTE. CONDENAÇÃO POR MÁ-FÉ CONFIRMADA. RECURSO IMPROCEDENTE. (TJ-RS - Recurso Cível: 71004747234 RS, Relator: Roberto Arriada Lorea, Data de Julgamento: 10/07/2014, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/07/2014). Assim, a cobrança é devida, uma vez que o conjunto probatório acostado aos autos é capaz de afastar as alegações autorais. Ora, se houve contratação e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Destaco que os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do

CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por MICHEL SANTOS DO NASCIMENTO em desfavor de VIVO S.A. OPINO, ainda, pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada para CONDENAR a parte Reclamante ao pagamento da quantia de R$328,34 (trezentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), referente ao valor do débito negativado, devendo esse valor ser atualizado monetariamente pelo IGP-M da FGV e juros de mora de 1% ao mês a partir da data da apresentação da contestação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007094-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DILZA MONTEIRO MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007094-35.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DILZA MONTEIRO MOREIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA POR DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Autora pugna pela condenação da parte Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, haja vista a suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, pois estava adimplente com a fatura de energia elétrica na data do corte. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a analise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 3. A pretensão merece juízo de improcedência. Pretende a parte autora receber indenização por danos morais oriundos da suposta suspensão indevida do fornecimento de energia por parte da Reclamada. Alega em sua exordial que a Reclamada efetuou a suspensão do fornecimento de energia no seu imóvel no dia 08/07/2019, em virtude do inadimplemento da fatura com vencimento em 03/04/2019, no valor de R$ 167,01 (cento e sessenta e sete reais e um centavo). A Reclamante afirma que informou aos prepostos da Reclamada que a fatura já se encontrava adimplida, porém, não foi suficiente para evitar a interrupção do serviço. Diante disso, diligenciou até a sede da Reclamada, onde a preposta informou que não existia no sistema informação de pagamento da fatura com vencimento em 03/04/2019, ocasião em que foi fornecida nova fatura para pagamento e foi informado que o serviço somente seria reestabelecido com novo pagamento. A autora alega ter mostrado a preposta da Reclamada o comprovante de pagamento da fatura com vencimento em 03/04/2019, no entanto, a preposta se manteve irredutível e afirmou que teria que ser feito novo pagamento. Assim, a Reclamante afirma que fez novo pagamento da fatura para ter o serviço reestabelecido. Dessa forma, requer a repetição do indébito do valor pago em duplicidade, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. Em Contestação a Reclamada afirma que a suspensão foi legitima, haja vista que a Reclamante estava inadimplente com a fatura do mês de 04/2019, com vencimento em 06/05/2019, a qual fora adimplida somente após a data prevista de corte, em 09/07/2019. Aduz ainda que os fatos narrados na petição inicial são mentirosos, pois a Reclamante não foi obrigada a fazer o pagamento em duplicidade, bem como o valor pago em duplicidade foi devidamente restituído na fatura do mês seguinte. Em que pese às alegações autorais, verifico que razão não assiste. Da análise detida dos documentos acostados aos autos, vejo que a parte Autora narra fatos falsos ao afirmar que foi obrigada a realizar o pagamento fatura com vencimento em 03/04/2019 em duplicidade para ter o serviço de energia elétrica reestabelecido. Conforme comprovantes de pagamentos apresentados pela parte Autora, o primeiro pagamento foi feito no dia 02/05/2019 e o segundo pagamento foi feito no dia 29/05/2019. A suspensão do serviço ocorreu apenas no dia 09/07/2019, ou seja, um mês após o segundo pagamento. Dessa forma, não pode a Reclamante ter sido obrigada a fazer pagamento em duplicidade em 09/07/2019, quando os pagamentos já haviam sido realizados. Portanto, observa-se que a parte autora fabulou os fatos narrados na petição inicial. No que diz respeito a suspensão do serviço, verifico que de fato a parte autora estava inadimplente com a fatura do mês de 04/2019, com vencimento em 06/05/2019, sendo que efetuou o pagamento dela somente no dia 09/07/2019, dia em que ocorreu a suspensão no fornecimento do serviço. A priori importante destacar que a Reclamada suspendeu os serviços da parte Autora com a observância do prazo mínimo de notificação do consumidor estipulado pela legislação aplicável às concessionárias distribuidoras de energia elétrica (Resolução nº. 414/2010 da ANEEL). Com efeito, o Art. 173, I, alínea "b" da Resolução nº. 414/2010 da ANEEL estabelece que a suspensão, em caso de inadimplemento, só poderá ocorrer após notificação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, in verbis: "Art. 173. Para a notificação de suspensão do fornecimento à unidade consumidora, prevista na seção III deste Capítulo, a distribuidora deve observar as seguintes condições: I – a notificação seja escrita, específica e com entrega comprovada ou, alternativamente, impressa em destaque na fatura, com antecedência mínima de: a) 3 (três) dias, por razões de ordem técnica ou de segurança; ou b) 15 (quinze) dias, nos casos de inadimplemento". No caso dos autos verifico que a fatura do mês de maio de 2019, que contem a notificação de suspensão do serviço foi apresentada dia 28/05/2019, ou seja, a suspensão do serviço poderia ocorrer a partir do dia 12/06/2019, quinze dias após a apresentação da notificação, o que evidentemente foi feito, pois a suspensão ocorreu apenas no dia 08/07/2019. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera patrimonial e extrapatrimonial. Destaco que, a parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, ônus que lhe incumbia, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que

exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações do reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por DILZA MONTEIRO MOREIRA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Deixo de condenar o reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007426-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HUMBERTO FERNANDO MONTEIRO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO FERREIRA MENDES FILHO OAB - MT4985-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007426-02.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HUMBERTO FERNANDO MONTEIRO FERREIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL CONTRA COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR QUEIMA DE APARELHO na qual o Reclamante alega que no dia 13 de março de 2019, por volta das 14h00min, houve queda de energia, ficando apenas uma fase. O fornecimento de energia somente foi normalizado, após ligação com pedido de informações sobre a situação. O autor relata que quando a energia foi reestabelecida, constatou que alguns eletrodomésticos não estavam funcionando. Assim, realizou solicitação de ressarcimento de danos elétricos, sendo realizada duas verificações técnicas, gerando dois processos, sendo um do televisor (processo 201902122) e outro do vídeo game Playstation (processo 201902369). Após as vistorias técnicas, ficou constatada a impossibilidade de realizar consertos nos dois equipamentos, ocasião em que a Reclamada solicitou alguns documentos para dar prosseguimento no processo de ressarcimento. O Reclamante afirma que com relação ao televisor obteve êxito, porém, com relação ao vídeo game, a Reclamada indeferiu o ressarcimento, sob o argumento de que o consumidor não cumpriu o prazo de 90 (noventa) dias para a entrega dos orçamentos. No entanto, o Autor afirma que entregou os documentos conforme protocolo nº 57590986, em 05/06/2019 às 15h35min, ocasião em que foram entregues documentos pessoais, laudos técnicos e orçamentos. Após o indeferimento, o Autor alega que tentou contato com a Reclamada para reverter a decisão administrativa, porém, recebeu a mesma justificativa o indeferimento. Assim, diante do indeferimento equivocado, requer a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. No mérito a ação é improcedente. Da análise dos autos, verifica-se que o Reclamante afirma que seu aparelho de vídeo game foi queimado em virtude da queda de energia ocorrida no dia 18 de março de 2019. Relata que solicitou ressarcimento do dano elétrico, no entanto, teve o seu pedido negado sob a justificativa de que não foram entregues os laudos solicitados pela concessionária. No entanto, o Reclamante aduz que os documentos foram devidamente entregues no dia 05/06/2019 às 15h35min. A Reclamada, ao apresentar defesa, afirma que foram solicitadas informações ao Autor e a resposta não foi protocolada até a presente data. Pois bem, analisando detidamente os autos verifico que razão não assiste ao Reclamante. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Em que pese às alegações da parte autora, analisando detidamente os autos, verifico que ela deixou de instruir os autos com documentos essenciais para melhor análise da demanda. A parte Autora, ao ajuizar a presente demanda, não traz provas de que o aparelho de vídeo foi danificado em virtude da ocorrência de danos elétricos. Cabia a parte Autora apresentar laudo técnico comprovando o defeito no vídeo game, bem como cabia a ela demonstrar que o defeito apresentado foi ocasionado por dano elétrico, especificamente, por queda de energia. Também cabia a parte Autora demonstrar o custo de conserto do aparelho ou a impossibilidade de conserto. Ocorre que a parte Autora nada trouxe. Cabe salientar que a parte Autora, trouxe junto a inicial (id. 23843118), laudos que demonstram o dano elétrico sofrido pelo televisor e a causa do dano. Dessa forma, a parte Autora é totalmente capaz de produzir a mesma prova no que diz respeito ao vídeo game Playstation, o que não foi feito. Causa estranheza o fato do autor trazer toda a documentação atinente ao televisor e não trazer um documento sequer a respeito do dano causado no vídeo game, o que induz a conclusão de que o consumidor não entregou os documentos solicitados a concessionária de energia, dando assim, causa ao indeferimento do processo de ressarcimento de danos. Ademais, a jurisprudência tem se manifestado pela improcedência da ação em caso de inexistência de laudo técnico que demonstre o nexo de causalidade entre a oscilação de energia e os danos no aparelho: CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. QUEIMA DE REFRIGERADOR E APARELHO DE SOM. INEXISTÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO QUE DEMONSTRE O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DESCARGA ELÉTRICA E OS DANOS NOS APARELHOS, ÔNUS QUE COMPETIA AO AUTOR. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004724688, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 18/12/2013) (TJ-RS - Recurso Cível: 71004724688 RS , Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 18/12/2013, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/01/2014) Ementa: APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO

REGRESSIVA. DANO ELÉTRICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO NEXO CAUSAL ENTRE A QUEIMA DOS APARELHOS SEGURADOS E EVENTUAL FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. Trata-se de ação regressiva, na qual postula a parte autora o ressarcimento dos prejuízos decorrentes de indenização securitária paga a seu cliente/segurado, em face dos danos que tiveram causados pelas falhas na prestação dos serviços, fornecidos pela requerida, julgada procedente na origem. A responsabilidade da requerida, na condição de concessionária de energia elétrica e prestadora de um serviço público é objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, respondendo pelos danos que seus agentes derem causa, seja por ação, seja por omissão. A concessionária de energia elétrica responde independentemente da existência de culpa, pelos danos causados, eximindo-se do ressarcimento apenas quando comprovar a inexistência de deficiência no fornecimento de energia ou algumas das excludentes do dever de indenizar, tendo em vista ser obrigada a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos. Inteligência do art. 22 do CDC. In casu, o laudo técnico que instruiu a regulação do sinistro e juntado à fl. 26 em nenhum momento faz referência de que a queima dos equipamentos do segurado ocorreu em razão de oscilação e/ou interrupção no fornecimento de energia elétrica, afirmando que os eletrodomésticos foram danificados em razão de raio que atingiu a residência no dia 18.05.2018. Assim, inexistindo comprovação do nexo causal entre a queima dos aparelhos segurados e eventual falha na prestação do serviço de energia elétrica, a reforma da sentença é medida impositiva. APELAÇÃO PROVIDA.(Apelação Cível, Nº 70082433152, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em: 26-09-2019) Ora, a parte Reclamante deveria, quando do ajuizamento da ação, instruir a petição inicial com documentos que comprovassem a falha na prestação do serviço, a fim de dar cumprimento ao ônus previsto no art. 373, I, do CPC. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) A parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, pela IMPROCEDÊNCIA do pedido inicial feito por HUMBERTO FERNANDO MONTEIRO FERREIRA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ambos com qualificação nos autos. Deixo de condenar o Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006865-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELI DE CASTRO UTSCH (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIGREISO REIS LINO OAB - MT0016750A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006865-75.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NELI DE CASTRO UTSCH REQUERIDO: BANCO BRADESCO I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de débito no valor de R$ 467,62 (quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos), contrato nº 265520351000087EC, data da inclusão: 02/10/2017. Todavia, a parte Reclamante afirma que não possui relação jurídica com a parte Requerida e nunca contratou qualquer serviço dela. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Não existem preliminares a serem analisadas. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora aderiu a empréstimo pessoal com taxa prefixada oferecido pela instituição financeira Reclamada (id. 25222671), cujo contrato segue anexo à petição contestatória. Analisando a assinatura presente no contrato apresentado junto a contestação, constata-se que ela é idêntica a assinatura presente nos documentos que instruem a inicial. Assim, mesmo a olhos desarmados é possível afirmar que a assinatura presente no contrato é oriunda do próprio punho da parte Autora. A parte Reclamante não impugnou os documentos apresentados pela parte Reclamada. Assim, o código de processo civil, no artigo 411, inciso III, dispõe que presume ser autêntico o documento quando não houver impugnação da parte contra quem foi produzido. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos dados no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível

de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quando à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por NELI DE CASTRO UTSCH em desfavor de BANCO BRADESCO S.A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009140-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE JESUS GIMENES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009140-94.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FABRICIO DE JESUS GIMENES REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 210,02 (duzentos e dez reais e dois centavos), contrato nº. 0218270608, data da inclusão 06/04/2015. Ao final, pugnou pela anulação do negócio jurídico, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. No que tange a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pela Reclamada, insta ressaltar que o art. 3º do Código de Processo Civil dispõe que "para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade", sendo condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse processual, os quais devem estar presentes de modo cumulativo. No caso dos autos, a parte reclamante pugna na inicial pelo pagamento de indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida de seu nome, desta forma, entendo que o interesse de agir está presente, considerando que se mostra necessário o ajuizamento da ação para buscar a satisfação de sua pretensão. Assim, rejeito a preliminar. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem

reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por FABRICIO DE JESUS GIMENES em desfavor de VIVO S/A para ANULAR o negócio jurídico, DECLARAR a inexigibilidade do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada na contestação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006638-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA PIRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006638-85.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDNA PIRES REQUERIDO: BANCO BRADESCO I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que seu nome foi inscrito indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por débito no valor de R$ 97,30 (noventa e sete reais e trinta centavos), contrato nº 2948670380000017AD, com data da inclusão em 13/04/2019. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência de relação jurídica, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A parte Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. Com relação a preliminar de ausência de documento indispensável para a propositura da demanda, ante a alegação da requerida de que a parte autora não teria juntado comprovante de endereço em seu nome, não merece guarida. A demanda foi proposta no domicílio da reclamada, conforme autorizado pelo art. 4º, I da Lei 9.009/95. No que tange a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pela Reclamada, insta ressaltar que o art. 3º do Código de Processo Civil dispõe que "para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade", sendo condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse processual, os quais devem estar presentes de modo cumulativo. No caso dos autos, a parte reclamante pugna na inicial pelo pagamento de indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida de seu nome, desta forma, entendo que o interesse de agir está presente, considerando que se mostra necessário o ajuizamento da ação para buscar a satisfação de sua pretensão. Assim, rejeito a preliminar. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma desconhecer. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em que pesem as alegações da defesa, verifico que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos que viesse a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente. Assim, a parte reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do

nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (33011604200982600 00 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiro os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim, a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, em detida análise ao extrato de negativação acostado ao processo, verifico a inexistência de negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por EDNA PIRES em desfavor de BANCO BRADESCO S.A para DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre as partes, DECLARAR a inexigibilidade do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere aos débitos discutidos nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1006657-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THADEU LUIZ MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006657-91.2019.8.11.0001. REQUERENTE: THADEU LUIZ MOREIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por débito no valor de R$ 271,51 (duzentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos), contrato nº 0000409438201803, data da ocorrência 26/03/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência de relação jurídica com a Requerida, a declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. No que diz respeito a preliminar de ausência do pagamento de custas pelo ajuizamento de nova ação após arquivamento, observo que a preliminar não merece acolhimento. Analisando o presente processo, observa-se que ele tem como objeto negativação diferente das restrições que são discutidas no processo 8023756-54.2016.811.0002. Dessa forma, a presente demanda não trata de ajuizamento de ação anteriormente extinta, trata-se de fato novo. O Recolhimento de custas somente é exigido quando se ajuíza ação que já foi anteriormente extinta por inércia da parte, o que não é o caso da presente demanda. Assim, rejeito a preliminar aventada pela Reclamada. Quanto a alegação de conexão formulada pela Reclamada, entendo que ela deve ser afastada, vez que a demanda proposta pela parte Autora discute negativação distinta, com valores distinto e possui documento de origem diferente. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária à designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. No mérito a pretensão é Procedente. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma desconhecer, verifico

assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Reclamante contratou o serviço referente à UC 409438 e para comprovar a origem dos débitos colaciona a defesa telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu telas de sistemas de seus programas de software, que em absoluto se caracterizam como documento, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento emanado pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, a parte autora não possui restrições preexistentes em seu nome. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por THADEU LUIZ MOREIRA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto feito pela Reclamada na contestação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere aos débitos discutidos nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008841-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008841-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DE FATIMA ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de RECLAMAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por débito no valor de R$ 21,52 (vinte um reais e cinquenta e dois centavos), contrato nº 0020141420630203, data da ocorrência 25/04/2014. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto à arguição de prescrição suscitada pela reclamada, rejeito-a, tendo em vista que o dano gerado de inscrição indevida se protrai no tempo, somente iniciando-se o prazo prescricional com a retirada do nome dos cadastros de proteção ao crédito. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos

constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. Com relação a preliminar de incompetência territorial, ante a alegação da requerida de que a parte autora não teria juntado comprovante de endereço em seu nome, não merece guarida. A demanda foi proposta no domicílio da reclamada, conforme autorizado pelo art.4º, I da Lei 9.009/95. Não há que se falar em retificação do valor da causa, haja vista que o valor atribuído na petição inicial guarda correspondência com pretensão econômica da parte autora. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária à designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. No mérito a pretensão é Procedente. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma desconhecer, verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Reclamante contratou o serviço referente à UC 266966-1 e para comprovar a origem dos débitos colaciona a defesa telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu telas de sistemas de seus programas de software, que em absoluto se caracterizam como documento, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento emanado pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, a parte autora não possui restrições preexistentes em seu nome. Contudo, verifico que a parte Autora possui restrições posteriores que deverão ser levadas em consideração na quantificação do dano moral. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por MARIA DE FATIMA ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto feito pela Reclamada na contestação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere aos débitos discutidos nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007803-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MIREIA FERNANDES SANTANA PACHECO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007803-70.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MIREIA FERNANDES SANTANA PACHECO REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURIDICO C/C INEXIGILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 191,88 (cento e noventa e um reais e oitenta e oito centavos), contrato nº. 0283546648, data da ocorrência: 26/02/2017. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do

essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por MIREIA FERNANDES SANTANA PACHECO em desfavor de VIVO S/A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada na contestação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008833-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILCE DE ARRUDA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008833-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARILCE DE ARRUDA COSTA REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de RECLAMAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, na qual a parte Reclamante alega que teve seu

nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 165,30 (cento e sessenta e cinco reais e trinta centavos), contrato nº. 0304561492, data da inclusão: 10/09/2017. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Com relação a preliminar de ausência de documento indispensável para a propositura da demanda, ante a alegação da requerida de que a parte autora não teria juntado comprovante de endereço em seu nome, não merece guarida. A demanda foi proposta no domicílio da reclamada, conforme autorizado pelo art. 4º, I da Lei 9.009/95. No que tange a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pela Reclamada, insta ressaltar que o art. 3º do Código de Processo Civil dispõe que "para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade", sendo condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse processual, os quais devem estar presentes de modo cumulativo. No caso dos autos, a parte reclamante pugna na inicial pelo pagamento de indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida de seu nome, desta forma, entendo que o interesse de agir está presente, considerando que se mostra necessário o ajuizamento da ação para buscar a satisfação de sua pretensão. Assim, rejeito a preliminar. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação, a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela. Acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno e faturas de consumo. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação e as faturas de consumo apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que em absoluto se caracterizam como documento, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO. Quanto ao dano moral, destaco que a responsabilidade da empresa reclamada como fornecedora de serviço é objetiva, nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos." Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovado que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço, e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia, deve ser responsabilizado pelos danos causados à parte reclamante. Logo, tenho que efetivamente houve falha na prestação do serviço, na medida em que a reclamada negativou indevidamente o nome da parte reclamante nos órgãos de proteção ao crédito. Por outro lado, melhor sorte não socorre a reclamante no que tange à ocorrência de danos morais no presente caso, tendo em vista que conforme extrato de negativação colacionado aos autos verifico que há restrição anterior inserida pela Empresa Imagem e Eventos. Destaco que cabe à parte Autora comprovar que a negativação anterior é ilegítima, a fim de afastar o entendimento da súmula 385 do STJ. Em análise ao sistema Pje observa-se que não existe processo discutindo a restrição impostas pelo Empresa Imagem e Eventos. Assim, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da empresa ré ao negativar o nome da reclamante por dívida inexistente, o fato de possuir registro anterior válido em cadastro de inadimplentes aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui não haver prejuízo decorrente da conduta ilícita da reclamada. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, "Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento". Nesse sentido: "NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. PREEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO APARENTEMENTE LEGÍTIMA. A não demonstração pelo apelante-autor da ilicitude das negativações preexistentes e concomitantes afasta o dever de compensação por danos morais por apontamento indevido em órgãos de proteção ao crédito. Observância da Súmula nº 385, STJ. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. (APL 10529389220138260100 SP 1052938-92.2013.8.26.0100, TJ-SP, Relator: Alberto Gosson, 20ª Câmara de Direito Privado, Julgado: 02/07/2015.". "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CDL. ART. 43, § 2º, DO CDC. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DEVEDOR. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. EXISTÊNCIA DE VÁRIOS REGISTROS. CANCELAMENTO. 1.A ausência de comunicação importa no descumprimento de obrigação legal por parte da ré, cujo colorário é o dever de indenizar em se tratando de relação consumerista, pois o consumidor não pode ficar sujeito ao alvedrio do órgão de restrição de crédito na escolha daqueles que enviará ou não a comunicação prevista em lei, formalidade esta que, uma vez descumprida, também resulta no cancelamento do registro levado a efeito. 2.A norma em tela é decorrência do dever de informar, de alertar o consumidor acerca do apontamento negativo, obrigação específica que ao ser descumprida ocasiona diversos prejuízos aos consumidores, de quem é ocultada informação relevante que trará reflexos diretos no seu direito ao crédito. 3.A parte autora possui diversas anotações nos órgãos restritivos de crédito, portanto a ausência de comunicação não é passível de gerar o dever de reparação, vez que se trata de devedora contumaz. Inteligência da Súmula n. 385. 4. Pretensão de indenização por danos morais afastada, tendo em vista a ausência de nexo causal a autorizar a indenização pretendida, em função da parte postulante se tratar de devedora contumaz com registros precedentes. Efetivada a determinação de cancelamento da inscrição, diante do reconhecimento da ilegalidade do registro levado a efeito, possibilitada a nova efetivação deste, caso sejam cumpridas as exigências do art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Dado parcial provimento ao recurso. (Apelação Cível Nº 70036753747, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 26/01/2011)" III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por MARILCE DE ARRUDA COSTA em desfavor da VIVO S/A apenas para DECLARAR a inexistência do débito objeto da pressente demanda e OPINAR pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de indenização por danos morais. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte Reclamada na contestação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor

Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008571-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS ISAAC SOARES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT12933-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12921-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008571-93.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUCAS ISAAC SOARES SILVA REQUERIDO: CLARO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 58,48 (cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), contrato nº. 109568509, data da disponibilidade 25/05/2018. A parte Autora afirma que possui contrato de telefonia móvel com a parte Reclamada e a sua linha está com os serviços funcionando normalmente, tendo em vista que encontra-se adimplente com o pagamento das faturas de consumo. No entanto, a parte Autora afirma que foi surpreendida com a inclusão do seu nome no cadastro de inadimplentes, pois não possui nenhum débito em aberto com a Empresa Reclamada. Inclusive, alega que a fatura inscrita nos órgãos de proteção ao crédito foi devidamente adimplida em 15/01/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma já ter adimplido. Em contestação, a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora ativou em 25.11.2017, a linha nº (65) 99201-2998 no contrato nº 109568509. Esse plano controle foi migrado em 27.11.2017, para plano pré-pago. Em virtude disso, foi gerada fatura referente ao período de 25/11/2017 à 15/12/2017, com vencimento em 01/01/2018, no valor de R$ 58,48 (cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), que gerou a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito. Pois bem, analisando os fatos narrados na contestação em conjunto com os documentos que instruem a defesa, tenho que a cobrança efetuada pela Reclamada é ilícita e, por consequência, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito é indevida. A Reclamada afirma que a parte Autora ativou a linha (65) 99201-2998 no contrato nº 109568509, em 25.11.2017 e já no dia 27.11.2017, ou seja, 02 (dois) dias após a ativação da linha, houve migração do plano para pré pago. Em virtude desse curto período de ativação da linha, foi gerada a fatura no valor de R$ 58,48 (cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), com vencimento em 01/01/2018. Analisando a citada fatura, observa-se que ela está cobrando pelo período de uso de 25/11/2017 à 15/12/2017. No entanto, conforme a própria Reclamada afirmou em sua defesa, o contrato nº 109568509 teve vigência do dia 25.11.2017 ao dia 27.11.2017. Portanto, a fatura com vencimento em 01/01/2018 somente poderia estar cobrando o período de uso do dia 25.11.2017 ao dia 27.11.2017, pois foi o único período em que o plano esteve vigente. Dessa forma, verifica-se que a fatura no valor de R$ 58,48 (cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), com vencimento em 01/01/2018, possui cobrança indevida, pois está cobrando do consumidor período em que o plano já estava cancelado e os serviços não estavam sendo fornecidos. Desta forma, tenho que a Reclamada não trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a validade e regularidade da cobrança objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim, a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em

tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por LUCAS ISAAC SOARES SILVA em desfavor de CLARO S.A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008174-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ODILZA MARIA DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008174-34.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ODILZA MARIA DA SILVA PEREIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de 03 (três) débitos, sendo um no valor de R$ 516,36 (quinhentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos), contrato nº 0000211112201602, data da inclusão 30/03/2016, outro no valor de R$ 132,52 (cento e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), contrato nº 0000211112201604, data da inclusão 12/06/2016 e outro no valor de R$ 126,78 (cento e vinte e seis reais e setenta e oito centavos), contrato nº 0000211112201605, data da inclusão 04/07/2016. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência de relação jurídica, declaração de inexistência do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando o processo instruído com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência e procedência do pedido contraposto. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora possuiu Unidade Consumidora dos serviços oferecidos pela Empresa Reclamada habilitada em seu nome. A parte Autora, inclusive assinou 02 (dois) Termos de Confissão de Dívida referentes a unidade consumidora (id. 25798178/ 25798189). A negociação de dívida está devidamente assinada pela parte Reclamante e está acompanhada dos documentos pessoais dela. Portanto, a cobrança é devida, uma vez que existem provas do vínculo jurídico existente entre as partes e dos débitos que se encontram em aberto. Cabia a parte reclamante acostar ao processo comprovante de pagamento das faturas de consumo de energia ou ao menos demonstrar que os serviços não foram utilizados ou não foram fornecidos, ônus que lhe incumbia, nos termos do Art. 373, I do CPC. Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Por derradeiro, acolho o pedido contraposto formulado pela Reclamada, haja vista que os débitos referentes a utilização dos serviços não foram pagos pela parte Reclamante. Assim, cabível a condenação da Reclamante ao pagamento do valor de R$ 1.817,34 (hum mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos). Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ODILZA MARIA DA SILVA PEREIRA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Ainda, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte reclamada para CONDENAR a parte autora a pagar seu débito pendente no valor R$ 1.817,34 (hum mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos), corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da data do vencimento, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo

persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008565-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARIVANIA FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008565-86.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ARIVANIA FERREIRA DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por dívida no valor de R$ 145,33 (cento e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos), contrato nº 0002249259201904, data da inclusão 03/05/2019. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência de relação jurídica com a Requerida, a declaração de inexigibilidade dos débitos que originaram as negativações objeto da presente demanda, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. Com relação a preliminar de incompetência territorial, ante a alegação da requerida de que a parte autora não teria juntado comprovante de endereço em seu nome, não merece guarida. A demanda foi proposta no domicílio da reclamada, conforme autorizado pelo art.4º, I da Lei 9.009/95. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária à designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir, verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Reclamante contratou o serviço referente à UC 2249259-9 e para comprovar a origem dos débitos colaciona a defesa telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu telas de sistemas de seus programas de software, que em absoluto se caracterizam como documento, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (33011604200982600 00 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Considerando que os autos são carentes de elementos que permitam um exame completo das circunstâncias acima mencionadas, e orientando-se

pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento emanado pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, a parte autora não possui restrições preexistentes em seu nome. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ARIVANIA FERREIRA DA SILVA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A para DECLARAR a inexistência de relação jurídica, DECLARAR a inexigibilidade do débito inscritos nos bancos de dados dos órgãos de proteção ao crédito que geraram as negativações do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto feito pela Reclamada na contestação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008734-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOCILEIDE MARQUES DO AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008734-73.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOCILEIDE MARQUES DO AMARAL REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 203,33 (duzentos e três reais e trinta e três centavos), contrato nº. 0241380701, data da inclusão 14/07/2017. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno e faturas de consumo. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação e as faturas de consumo apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (33011604200982600 00 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor.

Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por JOCILEIDE MARQUES DO AMARAL em desfavor de VIVO S/A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá DR. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009511-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ORSOLINA RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009511-58.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ORSOLINA RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 91,48 (noventa e um reais e quarenta e oito centavos), contrato nº. 0360422033, data da disponibilização: 08/08/2019. Ao final, pugnou pela anulação do negócio jurídico, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. No que tange a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pela Reclamada, insta ressaltar que o art. 3º do Código de Processo Civil dispõe que "para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade", sendo condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse processual, os quais devem estar presentes de modo cumulativo. No caso dos autos, a parte reclamante pugna na inicial pelo pagamento de indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida de seu nome, desta forma, entendo que o interesse de agir está presente, considerando que se mostra necessário o ajuizamento da ação para buscar a satisfação de sua pretensão. Assim, rejeito a preliminar. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação, a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela. Acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno e faturas de consumo. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que em absoluto se caracterizam como documento, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (33011604200982600 00 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa),

decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. Com relação ao extrato de negativação apresentado pela Reclamada (id. 26147423, pág. 10), tenho que o documento não pode ser considerado meio de prova idôneo, pois se trata de um recorte do extrato, onde não é possível verificar se as informações ali constantes são referentes a parte Autora. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ORSOLINA RODRIGUES DA SILVA em desfavor de VIVO S/A para ANULAR o negócio jurídico, DECLARAR a inexigibilidade do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá DR. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008142-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR HENRIQUE DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008142-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: OSMAR HENRIQUE DE CARVALHO REQUERIDO: CLARO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da Parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por dívida no valor de R$ 1.155,14 (hum mil, cento e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos), contrato nº 00000000000102077401, disponível em 07/08/2017. Ao final, pugnou declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes, a declaração de inexistência do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica o preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora aderiu perante a Reclamada aos serviços de telefonia, cujo contrato segue anexo à petição contestatória (id. 25850456). A parte Reclamada também trouxe junto a contestação o documento pessoal da parte Reclamante que foi apresentado no momento da contratação dos serviços (id. 25850447, pág. 03). Este documento não foi impugnado e não existem provas nos autos indicando que ele tenha sido perdido, furtado ou roubado. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduz em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera

alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por OSMAR HENRIQUE DE CARVALHO em desfavor de CLARO S.A. OPINO, ainda, pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada para CONDENAR a Reclamante ao pagamento da quantia de R$ 1.155,14 (hum mil, cento e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos), referente ao valor do débito, devendo esse valor ser atualizado monetariamente pelo IGP-M da FGV e juros de mora de 1% ao mês a partir do vencimento. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008547-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAIELE ANDRADE SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008547-65.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DAIELE ANDRADE SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de débito no valor de R$77,71 (setenta e sete reais e setenta e um centavos), contrato nº 41805000888111000, data da disponibilização 16/04/2019. Ao final, pugnou pela anulação do negócio jurídico, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Deixo de analisar as preliminares arguidas pela Reclamada, com fundamento no artigo 488 do CPC. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora aderiu perante a Reclamada aos serviços de cartão de crédito, cuja Proposta de Adesão segue anexa à petição contestatória (id. 25926008). Analisando a assinatura presente na proposta de adesão apresentada junto a contestação, constata-se que ela é idêntica as assinaturas presentes nos documentos que instruem a inicial. Assim, mesmo a olhos desarmados é possível afirmar que a assinatura presente na proposta de adesão é oriunda do próprio punho da parte Autora. A parte Reclamada também trouxe junto com a peça contestatória faturas de consumo do cartão de crédito contratado pela parte Reclamante (id. 25926009). Nas faturas é possível verificar que houveram diversos pagamentos, o que elide qualquer possibilidade de fraude, haja vista que o estelionatário, em regra, não realiza pagamento dos débitos que adquiriu em nome da vítima. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III -

DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por DAIELE ANDRADE SILVA em desfavor do BANCO BRADESCARD S.A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009241-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA BENEDITA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO OAB - MT25986/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009241-34.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA BENEDITA FERREIRA REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 101,82 (cento e um reais e oitenta e dois centavos), contrato nº. 0265245599, disponível 16/06/2016. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Com relação a preliminar de ausência de documento indispensável para a propositura da demanda, ante a alegação da requerida de que a parte autora não teria juntado comprovante de endereço em seu nome, não merece guarida. A demanda foi proposta no domicílio da reclamada, conforme autorizado pelo art. 4º, I da Lei 9.009/95. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno e faturas de consumo. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação e as faturas de consumo apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (33011604200982600 00 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a

ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por MARIA BENEDITA FERREIRA em desfavor de VIVO S/A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Torno definitiva a liminar anteriormente concedida na id. 24272932, sem a aplicação de multa. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá DR. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013477-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FATIMA SEBASTIANA GOMES SAMPAIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NATURA COSMÉTICOS S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013477-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FATIMA SEBASTIANA GOMES SAMPAIO REQUERIDO: NATURA COSMÉTICOS S.A Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em petição conjunta noticiaram a composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014378-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GISELE DOS SANTOS CHAVES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014378-94.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: GISELE DOS SANTOS CHAVES Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em petição conjunta, noticiaram a composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005856-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CURSOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIEZIO PEREIRA DA FONSECA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005856-78.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CURSOS LTDA - ME REQUERIDO: ELIEZIO PEREIRA DA FONSECA I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA de mensalidades do curso de treinamento de profissionais e idiomas, tendo como autora IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CURSOS LTDA - ME e como Reclamado ELIEZIO PEREIRA DA FONSECA, devidamente qualificados na exordial. A Reclamante alega ser credora de débitos referentes as mensalidades dos meses de abril e julho

de 2017 do curso fornecido ao Aluno Matheus de Assis da Fonseca, bem como é credora de valores referentes ao valor do material didático e a multa por descumprimento do contrato, cuja importância atualizada ao momento da distribuição da presente já remontava a importância de R$ 1.890,85 (hum mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos), conforme consta da planilha de atualização anexa. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. 2. Compulsando os autos, verifica-se que a parte reclamada, apesar de devidamente citada e intimada, não compareceu a audiência de conciliação, bem como não apresentou sua defesa no prazo determinado. Desta forma, em se tratando de direito disponível, deve ser imposto os efeitos da revelia, com o imediato julgamento da causa, nos termos do artigo 23, da Lei nº 9.099/95. Ressalte-se que a contumácia da parte reclamada importa em confissão ficta dos fatos aduzidos na inicial, contudo, não induz necessariamente a procedência do pedido, desde que convicção diversa possa ser extraída dos elementos existentes nos autos. 3. No mérito a pretensão é parcialmente procedente. Almeja a parte reclamante o recebimento de valores referentes à prestação de serviços educacionais. Pois bem. Da análise dos documentos anexos nos autos, verifica-se que o filho do requerido frequentou curso de treinamento de profissionais e idiomas, no entanto, não houve o pagamento de algumas mensalidades, não houve o pagamento dos materiais escolares utilizados pelo aluno, nem mesmo foi adimplida as multas por descumprimento do contrato. E, de outro turno, não havendo prova desconstitutiva do direito da parte reclamante, mister se faz o acolhimento de parte do pedido inicial. III – DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido formulado pelo IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CURSOS LTDA - ME em desfavor de ELIEZIO PEREIRA DA FONSECA para condenar o requerido ao pagamento da importância de R$ 1.890,85 (hum mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos), devidamente atualizados pelo IGP-M/FGV, desde a propositura da ação e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, ambos até o efetivo pagamento. Sem custas e sem honorários, por força do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009784-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAIS PAULA DE CAMPOS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CSF S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO DIAS SOBRAL PINTO OAB - RJ83175 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009784-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LAIS PAULA DE CAMPOS SOUZA REQUERIDO: BANCO CSF S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATÓRIA DE DÍVIDA c.c. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de débito no valor de R$ 687,01 (seiscentos e oitenta e sete reais e um centavo), contrato nº 10012322151, data da inclusão 24/08/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em apreço, bem como a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Não existem preliminares a serem analisadas. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora aderiu perante a Reclamada aos serviços de cartão de crédito, cuja Proposta de Adesão segue anexa à petição contestatória (id. 25942733). A proposta de adesão está instruída com os documentos pessoais da parte Autora e com foto da reclamante tirada no dia da contratação do serviço. A parte Reclamada também trouxe junto com a peça contestatória faturas de consumo do cartão de crédito contratado pela parte Reclamante (id. 25942734). Nas faturas é possível verificar que houve pagamento, o que elide qualquer possibilidade de fraude, haja vista que o estelionatário, em regra, não realiza pagamento dos débitos que adquiriu em nome da vítima. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como

conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por LAIS PAULA DE CAMPOS SOUZA em desfavor do BANCO CSF S.A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008126-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EULER MACIEL DE MENEZES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA ALVES PEREIRA DE OLIVEIRA OAB - MT23308/O (ADVOGADO(A))
LUCAS MACIEL DE MENEZES OAB - MT25780/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008126-75.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EULER MACIEL DE MENEZES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS na qual o Reclamante alega que no dia 05 de junho de 2019, no período matutino e por volta das 15h30min, ocorreram quedas de energia em sua unidade consumidora e, no momento em que ocorreram as quedas, seu aparelho computador encontrava-se ligado. O autor afirma que após as quedas de energia seu aparelho começou a apresentar defeitos na peça do hd ssd, modelo: hard disk ssd 120 gb (sata 3) (kingston). Alega que entrou em contato com a Reclamada no dia 06 de junho de 2019, para solicitar o ressarcimento do dano elétrico, ocasião em que lhe foi informado que uma visita seria realizada no dia 14/06/2019. Posteriormente, a Reclamada enviou e-mail para o Reclamante dizendo que a solicitação de ressarcimento de danos elétricos seria analisada sem a necessidade de vistoria em campo. Desconfiado com a informação recebida, o Reclamante afirma que se deslocou a sede da Reclamada, onde a atendente informou que ele deveria, por sua conta, fazer 02 (dois) orçamentos do valor da peça danificada e 02 (dois) laudos técnicos diferentes do motivo que veio a danificar o aparelho. Ocorre que, antes mesmo de conseguir realizar todo procedimento solicitado pela Reclamada, o autor recebeu carta de indeferimento a qual trazia a informação de que "não há registro de perturbação no sistema elétrico que possa ter afetado a unidade consumidora para a data e hora aproximadas, informadas na ocorrência do dano". O autor afirma que mesmo após o indeferimento do ressarcimento de danos, procurou a Reclamada diversas vezes para resolver a lide, porém não obteve êxito. Assim, requer o ressarcimento dos danos materiais sofridos pela queda de energia, bem como requer a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do Fonaje. 2. No mérito a ação é improcedente. Da análise dos autos, verifica-se que o Reclamante afirma que a peça do seu computador foi queimada em virtude de quedas de energia ocorridas no dia 05 de junho de 2019. O Reclamante alega que solicitou ressarcimento do dano elétrico, no entanto, teve o seu pedido negado sob a justificativa de que não houve registro de perturbação no sistema elétrico que possa ter afetado a unidade consumidora da parte Autora. A Reclamada, ao apresentar defesa, afirma que inexiste comprovação da suposta queda de energia na data de 05/06/2019, bem como afirma que não há registro de perturbação no sistema elétrico na data que possa ter afetado a unidade consumidora do Requerente. Pois bem, analisando detidamente os autos verifico que razão não assiste ao Reclamante. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Em que pese às alegações da parte autora, analisando detidamente os autos, verifico que esta deixou de instruir o processo com documentos essenciais para melhor análise da demanda. A parte Autora, ao ajuizar a presente demanda, não traz provas de que as peças do seu computador foram danificadas em virtude da ocorrência de danos elétricos. No processo sequer existe prova de que as peças encontram-se danificadas. Cabia a parte Autora apresentar laudo técnico comprovando o defeito no hd ssd, modelo: hard disk ssd 120 gb (sata 3) (kingston), bem como cabia a ela demonstrar o que ocasionou o defeito. Também cabia a parte Autora demonstrar o custo de conserto do aparelho ou a impossibilidade de conserto. Ocorre que a parte Autora nada trouxe. Dessa forma, a jurisprudência se manifesta pela improcedência da ação em caso de inexistência de laudo técnico que demonstre o nexo de causalidade entre a oscilação de energia e os danos no aparelho: CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. QUEIMA DE REFRIGERADOR E APARELHO DE SOM. INEXISTÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO QUE DEMONSTRE O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DESCARGA ELÉTRICA E OS DANOS NOS APARELHOS, ÔNUS QUE COMPETIA AO AUTOR. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004724688, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 18/12/2013) (TJ-RS - Recurso Cível: 71004724688 RS , Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 18/12/2013, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/01/2014) Ementa: APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA. DANO ELÉTRICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO NEXO CAUSAL ENTRE A QUEIMA DOS APARELHOS SEGURADOS E EVENTUAL FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. Trata-se de ação regressiva, na qual postula a parte autora o ressarcimento dos prejuízos decorrentes de indenização securitária paga a seu cliente/segurado, em face dos danos que tiveram causados pelas falhas na prestação dos serviços, fornecidos pela requerida, julgada procedente na origem. A responsabilidade da requerida, na condição de concessionária de energia elétrica e prestadora de um serviço público é objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, respondendo pelos danos que seus agentes derem causa, seja por ação, seja por omissão. A concessionária de energia elétrica responde independentemente da existência de culpa, pelos danos causados, eximindo-se do ressarcimento apenas quando comprovar a inexistência de deficiência no fornecimento de energia ou algumas das excludentes do dever de indenizar, tendo em vista ser obrigada a fornecer serviços

adequados, eficientes, seguros e contínuos. Inteligência do art. 22 do CDC. In casu, o laudo técnico que instruiu a regulação do sinistro e juntado à fl. 26 em nenhum momento faz referência de que a queima dos equipamentos do segurado ocorreu em razão de oscilação e/ou interrupção no fornecimento de energia elétrica, afirmando que os eletrodomésticos foram danificados em razão de raio que atingiu a residência no dia 18.05.2018. Assim, inexistindo comprovação do nexo causal entre a queima dos aparelhos segurados e eventual falha na prestação do serviço de energia elétrica, a reforma da sentença é medida impositiva. APELAÇÃO PROVIDA.(Apelação Cível, Nº 70082433152, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em: 26-09-2019) Ora, a parte Reclamante deveria, quando do ajuizamento da ação, instruir a petição inicial com documentos que comprovassem a falha na prestação do serviço, a fim de dar cumprimento ao ônus previsto no art. 373, I, do CPC. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) A parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Nesse sentido colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) III – DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, pela IMPROCEDÊNCIA do pedido inicial feito por EULER MACIEL DE MENEZES em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ambos com qualificação nos autos. Deixo de condenar a parte Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010527-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA MESQUITA BUENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010527-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULA MESQUITA BUENO REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de débito no valor de R$ 197,15 (cento e noventa e sete reais e quinze centavos), contrato nº MP7097660078562, data: 17/09/2018. Ao final, pugnou pela declaração e inexistência do débito inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art. 488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Em que pesem os argumentos tecidos pela parte Reclamante, em contestação a parte Reclamada combateu suas alegações e apresentou prova suficiente da existência de relação jurídica entre as partes através da juntada do áudio (id. 26125002). A Reclamada também demonstrou da existência do débito por meio das faturas coligida aos autos (id. 26124998), de onde se denota a utilização do cartão de crédito, o que indica a existência de contratação e utilização do serviço bancário. A parte ré apresentou documentação idônea acerca do negócio jurídico firmado e demonstrou a origem e a validade do débito. Desta forma, o pretendido na inicial é improcedente, posto que as alegações trazidas pelo banco réu refutaram a tese da Reclamante, pois há traço da contratação e utilização do serviço e, diante da inadimplência injustificada, não há que se falar em dor, humilhação ou danos à honra. A documentação juntada pela parte Reclamada demonstra o efetivo negócio jurídico celebrado e que relaciona as partes, bem como a utilização do benefício colocado a disposição da Reclamante, não se podendo negar conhecimento a origem da dívida. Vejam-se, nesse sentido, que as faturas exibem transação realizadas, bem como pagamentos, sugerindo evidência acerca da efetiva utilização do cartão de crédito. Vejamos ao seguinte julgado em caso análogo: AÇÃO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS - INOCORRÊNCIA - Fatos alegados na petição inicial não demonstrados pelo acervo probatório - Apresentação de documentos, extratos e faturas do cartão de crédito que comprovam a disponibilidade do crédito e a sua utilização reiterada, gerando o saldo devedor em discussão - Ausência de quitação da dívida - Cobrança devida - Dano moral - Não ocorrência - Exercício regular do direito do credor - Sentença de improcedência mantida - RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - APL: 00412991920088260602 SP 0041299-19.2008.8.26.0602, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 05/08/2015, 16ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Data de Publicação: 05/08/2015) (g.n.) Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a parte requerida

restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8.078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por PAULA MESQUITA BUENO em desfavor de BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008751-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDINA BRITO DO PINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008751-12.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDINA BRITO DO PINHO REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 117,08 (cento e dezessete reais e oito centavos), contrato nº. 2140469726, disponível 05/08/2019. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Com relação a preliminar de ausência de documento indispensável para a propositura da demanda, ante a alegação da requerida de que a parte autora não teria juntado comprovante de endereço em seu nome, não merece guarida. A demanda foi proposta no domicílio da reclamada, conforme autorizado pelo art. 4º, I da Lei 9.009/95. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno e faturas de consumo. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação e as faturas de consumo apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (33011604200982600 00 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos

cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por EDINA BRITO DO PINHO em desfavor de VIVO S/A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá DR. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009572-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANO JOSE MARTINS LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009572-16.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JULIANO JOSE MARTINS LEITE REQUERIDO: BANCO BRADESCO I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por dívidas as quais a parte autora alega serem indevidas, uma vez que não possui débitos com a Reclamada que justifiquem as negativações de seu nome nos valores de R$ 452,11 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e onze centavos), contrato nº 026252191000014EC, disponível em 26/08/2016 e R$ 141,60 (cento e quarenta e um reais e sessenta centavos), contrato nº 026252191000014CT, disponível em 05/09/2016. Ao final, pugnou pela anulação do negócio jurídico, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. No que tange a preliminar de falta de interesse de agir, arguida pela Reclamada, insta ressaltar que o art. 3º do Código de Processo Civil dispõe que "para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade", sendo condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse processual, os quais devem estar presentes de modo cumulativo. No caso dos autos, a parte reclamante pugna na inicial pelo pagamento de indenização por danos morais decorrentes da negativação indevida de seu nome, desta forma, entendo que o interesse de agir está presente, considerando que se mostra necessário o ajuizamento da ação para buscar a satisfação de sua pretensão. A parte Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. Assim, rejeito a preliminar. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que os registros dos dados da parte autora com referência as negativações em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deram por solicitação da requerida, por débitos que a parte reclamante afirma não possuir, verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em que pesem as alegações da defesa, verifico que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos que viesse a comprovar a origem, validade e regularidade da cobrança objeto da presente. Assim, a parte reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...).

(3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, em detida análise ao extrato de negativação acostado ao processo, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por JULIANO JOSE MARTINS LEITE em desfavor de BANCO BRADESCO para ANULAR o negócio jurídico, DECLARAR a inexigibilidade dos débitos que geraram as negativações do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere aos débitos discutidos nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002735-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA NETO DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002735-42.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ADRIANA NETO DE LIMA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da Parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por dívida a quail a parte autora alega desconhecer no valor de R$ 283,37 (duzentos e oitenta e três reais e trinta e sete centavos), referente ao contrato n. º 0335752659, disponível em 30/07/2019. Ao final, pugnou pela anulação do negócio jurídico, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica o preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora aderiu perante a Reclamada aos serviços de telefonia móvel, cujo contrato segue anexo à petição contestatória (id. 26103327), juntamente com cópia dos documentos pessoais da parte Autora. Analisando a assinatura presente no contrato apresentado junto a contestação, constata-se que ela é idêntica as assinaturas presentes nos documentos que instruem a inicial. Assim, mesmo a olhos desarmados é possível afirmar que a assinatura presente no contrato é oriunda do próprio punho da parte Autora. Portanto, a cobrança é devida, uma vez que o contrato está devidamente assinado pela parte Reclamante. Ademais, a parte Reclamada trouxe junto a contestação o documento pessoal da parte Reclamante que foi apresentado no momento da contratação dos serviços. Este documento não foi impugnado e não existem provas nos autos indicando que ele tenha sido perdido, furtado ou roubado. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº

71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ADRIANA NETO DE LIMA em desfavor de VIVO S.A. OPINO, ainda, pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada para CONDENAR a Reclamante ao pagamento da quantia de R$ 283,37 (duzentos e oitenta e três reais e trinta e sete centavos), referente ao valor do débito, devendo esse valor ser atualizado monetariamente pelo IGP-M da FGV e juros de mora de 1% ao mês a partir do vencimento. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020285-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DINAMAR DE DEUS MIRANDA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANO ZOTESSO FAVARO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020285-50.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DINAMAR DE DEUS MIRANDA REQUERIDO: JULIANO ZOTESSO FAVARO Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008582-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAURINEY PINTO DO MONTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12921-O (ADVOGADO(A))
MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT12933-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008582-25.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LAURINEY PINTO DO MONTE REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Trata-se de AÇÃO DE DANOS MORAIS na qual a parte Autora afirma que seu nome foi inscrito indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da empresa Reclamada, em virtude de débito no valor de R$ 62,13 (sessenta e dois reais e treze centavos), contrato nº 0114686788, data da inclusão: 26/08/2019. No entanto, a parte Autora afirma que realizou o pagamento do débito antes da data do vencimento. Assim, requer a declaração de inexistência do débito inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, bem como requer a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO Questão que prefere às demais diz com relação à competência do Juizado Especial Cível para processar e julgar a presente demanda. Pois bem. A competência do Juízo é um dos pressupostos processuais, que devem ser observados pelo Juiz, ainda que não alegado pelas partes, por se tratar de princípio de ordem pública. Assim, o Magistrado tem a obrigação legal de analisar se estão presentes os pressupostos processuais, dentre eles a competência do Juízo. A competência absoluta, em razão da matéria, é de ordem pública e se informa pela classificação de direito material que se dá a pretensão deduzida. É imutável e deve ser declarada até mesmo de ofício pelo juiz, se for o caso. Se não o fizer, cabe à parte alegá-la na primeira oportunidade que lhe couber falar nos autos (contestação), como matéria preliminar de defesa. O legislador infraconstitucional buscou criar um sistema onde à celeridade e a simplicidade devem nortear a atividade jurisdicional, razão pela qual restou estabelecido no art. 3º da Lei 9.099/95, que o juizado especial cível tem competência para conciliação,

processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, significando que, ficam excluídas da competência deste as causas em que se exige a necessidade de perícia complexa para o desate da questão, como no caso dos autos. Diante da notícia trazida pela Reclamada de que o comprovante de pagamento apresentado pela parte Autora foi adulterado, resta evidente a necessidade de produção da prova pericial, a fim de identificar se o documento trazido pela parte Autora seria ou não fraudado, pois somente com o deslinde dessa controvérsia restará clara a solução da presente causa. A Lei nº 9099/95 é clara ao estabelecer a competência dos juizados especiais para processar e julgar, tão-somente, causas cíveis de menor complexidade. De acordo com o inciso II do artigo 51, da Lei nº 9.099/95, extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: "II – quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;" Nesse sentido, verbis: "RECURSO INOMINADO - COMPLEXIDADE DA CAUSA, POIS IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL GRAFOTÉCNICA, AFASTANDO A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO." (RNEI, 3021/2011, DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO, TURMA RECURSAL ÚNICA/MT, Data do Julgamento 27/03/2012, Data da publicação no DJE 13/04/2012) (grifei) "FRAUDE. CONTRATO ASSINADO. NEGATIVAÇÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. A prova pericial grafotécnica é a única pertinente para comprovar a falsidade de assinatura, que é de natureza complexa e, por conseguinte, incompatível com o rito Juizado Especial, impondo-se, portanto, a extinção do processo sem resolução do mérito." (RNEI, 4951/2010, DR. NELSON DORIGATTI, 2ª TURMA RECURSAL/MT, Data do Julgamento 01/02/2011, Data da publicação no DJE 17/02/2011) (destaquei) Portanto, sobressai à incompetência do Juizado Especial Cível, razão por que há de ser extinto o feito, sem julgamento do mérito, ante a complexidade da causa. III – DISPOSITIVO Assim é que importa dar aplicação à norma constante do inciso II do artigo 51 da Lei nº 9.099/95 de modo que, diante da complexidade inerente à causa, OPINO pelo RECONHECIMENTO de INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA deste Juizado Especial para processar e julgar o feito, JULGANDO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011124-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELAINE ESPERIDIAO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDI TOCANTINS SILVA OAB - MT16519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011124-16.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELAINE ESPERIDIAO DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da parte Reclamante nos cadastros de proteção ao crédito, por dívidas as quais a parte autora alega serem indevidas, uma vez que não possui débitos com a Reclamada que justifiquem as negativações de seu nome nos valores de R$ 1.246,66 (hum mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos), contrato nº 4180530862407000, disponível em 24/07/2018 e R$ 850,36 (oitocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), contrato nº 4180530862407000, disponível em 24/07/2018. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. A parte Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. Assim, rejeito a preliminar. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução e julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que os registros dos dados da parte autora com referência as negativações em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deram por solicitação da requerida, por débitos que a parte reclamante afirma não possuir, verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em que pesem as alegações da defesa, verifico que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos que viesse a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente. Assim, a parte reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é

ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta consignar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, haja vista que, em detida análise ao extrato de negativação acostado ao processo, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ELAINE ESPERIDIAO DA SILVA em desfavor de BANCO BRADESCARD S.A para DECLARAR a inexistência dos débitos que geraram as negativações do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da citação. INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere aos débitos discutidos nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014041-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS DE ALMEIDA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILZA DE CASTRO BRANCO OAB - MT17146-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO OLIVEIRA DA COSTA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAN SANTOS DAMACENO OAB - MT12721-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014041-08.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MATHEUS DE ALMEIDA OLIVEIRA REQUERIDO: RODRIGO OLIVEIRA DA COSTA Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em petição conjunta noticiaram a composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006311-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PRO OTICA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAYROUZ MAHALA ARFOX OAB - MT13033-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA COSTA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006311-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PRO OTICA LTDA - ME REQUERIDO: LUCIANA COSTA SILVA I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA de cheque. O Reclamante alega ser credor do valor de R$ 1.782,00 (hum mil, setecentos e oitenta e dois reais), oriundos dos cheques nº 850724, 850775, 850776, 850781, 850782 e 850783 do Banco do Brasil, de titularidade da Reclamada. Informa que os valores atualizados até o ajuizamento da demanda perfazem o importe de R$2.362,68 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos). É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. O feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil, pois a requerida embora citada/intimada, não compareceu em audiência de conciliação, bem como não apresentou defesa até a presente data. O art. 20 da Lei 9.099/95 estabelece que: "não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz". Já o art. 344 do CPC/2015 dispõe que: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". Desta forma, ante ao não comparecimento da Reclamada na audiência de conciliação, bem como a ausência de contestação, a confissão ficta dos fatos aduzidos na inicial é medida que se impõe, contudo, conforme elencado no art. 20 exposto alhures, pertence ao juiz a convicção quanto a ocorrência dos fatos narrados pelo Autor, cabendo a este auferir a ocorrência ou não dos danos conforme narrados na inicial, de acordo com as provas produzidas pela parte Reclamante. 3. No mérito a pretensão é Procedente. Extrai-se da exordial que o Reclamante é credor da Reclamada mediante a emissão dos cheques 850724, 850775, 850776, 850781, 850782 e 850783, no entanto, não houve pagamento. O cheque constitui obrigação autônoma em relação a sua causa subjacente. A simples emissão comprova a existência do débito. No caso concreto, a parte reclamada é emitente do cheque, não sendo necessária, portanto, a discussão do negócio jurídico subjacente, devendo a Reclamada provar a existência de fato modificativo, constitutivo ou extintivo do direito do autor, o que não se verificou no caso em tela. A respeito: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO

PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. CHEQUE PRESCRITO. CAUSA DEBENDI. O cheque é ordem de pagamento à vista e não desgarra de seus alicerces: autonomia, literalidade e abstração. Daí que as obrigações decorrentes do cheque subsistem independentemente da causa originária; portanto, o cheque não comporta discussão em torno de sua causa geradora. Ora, por conta da natureza do cheque, título abstrato que independe do negócio subjacente, é ônus do devedor lançar elementos atuáveis na desconstituição do título. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70051024909, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 14/03/2013) III – DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por PRO OTICA LTDA - ME em desfavor de LUCIANA COSTA SILVA para CONDENAR a Reclamada ao pagamento de R$2.362,68 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), a ser devidamente atualizados pelo IGP-M/FGV, bem como acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos desde a data da citação até o efetivo pagamento. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016828-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL OTACILIO REIS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO REICHE OAB - MT18868-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016828-10.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MANOEL OTACILIO REIS SANTOS REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos, etc. Dispensado o relatório a teor do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Após regular tramitação processual, as partes, em petição conjunta, noticiaram a composição amigável frente ao litígio constante dos presentes autos. Não há qualquer óbice legal à celebração da transação pactuada para pôr fim ao presente litígio (art. 840, do Código Civil), pois não vislumbra violação ao princípio ou norma de ordem pública, nem a existência de defeito insanável, tendo sido preservados os respectivos interesses. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, assim, presentes os requisitos legais a homologação, extinção e arquivamento do feito é medida que se impõe. Por tais considerações, ante o disposto no art. 840 e seguintes, do Código Civil, c.c. art. 57, da Lei n.º 9.099/95, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surtam e produzam os seus jurídicos e legais efeitos(art. 200 do Código de Processo Civil), o acordo entabulado pelas partes nos moldes em que fora celebrado, observando que foram preservados os interesses e vontade das partes e atendidas as formalidades legais. Em consequência, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitado esta em julgado, ARQUIVE-SE os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009377-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
W. B. R. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA OLIVIA DE ALMEIDA CERQUEIRA OAB - MT16095-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIRCEU APARECIDO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009377-31.2019.8.11.0001. REQUERENTE: W. B. R. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - EPP REQUERIDO: DIRCEU APARECIDO DOS SANTOS I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por W. B. R. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - EPP em desfavor de DIRCEU APARECIDO DOS SANTOS. A parte Autora é empresa atuante no ramo de locação de veículos. Afirma ser credora do Reclamado na importância de R$ 1.970,37 (hum mil, novecentos e setenta reais e trinta e sete centavos), valor oriundo da locação do veículo Gol 1.0 placa QBY 2662. Ao final requer a condenação do Reclamado ao pagamento do valor em aberto. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Compulsando os autos, verifica-se que o reclamado, apesar de devidamente citado e intimado, não compareceu à audiência de conciliação realizada nestes autos, e nem apresentou justificativa plausível de sua ausência. Desta forma, não tendo sido sequer alegado motivo de força maior ou impedimento escusável para a ausência na audiência de conciliação, e, em se tratando de direito disponível, deve ser imposto os efeitos da revelia, com o imediato julgamento da causa, nos termos do artigo 23, da Lei nº 9.099/95. Ressalte-se que a contumácia do reclamante importa em confissão ficta dos fatos aduzidos na inicial, contudo, não induz necessariamente a procedência do pedido, desde que convicção diversa possa ser extraída dos elementos existentes nos autos. 3. No mérito a pretensão é Procedente. A parte Autora é empresa atuante no ramo de locação de veículos e afirma ser credora do Reclamado na importância atualizada de R$ 2.177,15 (dois mil, cento e setenta e sete reais e quinze centavos), valor oriundo da locação do veículo Gol 1.0 placa QBY-2662. Pois bem, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil (art. 373, I e II do CPC) que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Cabia a parte Requerida apresentar contestação demonstrando fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, conforme preceitua o artigo 373, inciso II, do CPC. Não tendo se desincumbido do ônus que lhe cabia, deve a parte Requerida realizar o pagamento do débito que possui com a Requerente. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por W. B. R. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - EPP, em desfavor de DIRCEU APARECIDO DOS SANTOS para CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 2.177,15 (dois mil, cento e setenta e sete reais e quinze centavos), a ser devidamente atualizado pelo IGP-M/FGV, bem como acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos desde a citação até o efetivo pagamento. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada,

intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009564-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOILSON DOS SANTOS EVANGELISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009564-39.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOILSON DOS SANTOS EVANGELISTA REQUERIDO: OI S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 292,94 (duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), contrato nº. 0000005055725172, data da ocorrência: 28/05/2019. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Não existem preliminares a serem analisadas. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência a negativação em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deu por solicitação da requerida, por débito que a parte reclamante afirma desconhecer. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação apenas traduzem que a demandada reproduziu telas dos seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. Contudo, verifico que a parte Autora possui restrição posterior que deverá ser levada em consideração na quantificação do dano moral. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por JOILSON DOS SANTOS EVANGELISTA em desfavor da OI S.A para DECLARAR a inexistência do débito que gerou a negativação do nome da parte Autora, objeto desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso. Por pertinência, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto feito pela Reclamada na contestação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010102-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010102-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELIAS DA SILVA PEREIRA REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por duas dívidas sendo uma no valor de R$ 302,91 (trezentos e dois reais e noventa e um centavos), contrato nº. 0000899955519552, data da inclusão 05/05/2019 e outra no valor de R$ 288,24 (duzentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos), contrato nº 0000899949016458, data da inclusão 30/06/2019. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência do débito que originou a negativação em comento, bem como pela condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Com relação a preliminar de ausência de documento indispensável para a propositura da demanda, ante a alegação da requerida de que a parte autora não teria juntado comprovante de endereço em seu nome, não merece guarida. A demanda foi proposta no domicílio da reclamada, conforme autorizado pelo art. 4º, I da Lei 9.009/95. A Reclamada requer o indeferimento da exordial, vez que a parte Reclamante não teria acostado o extrato de negativação original. Contudo, verifico que a parte Autora acostou extrato de negativação legível e em seu nome. Caberia a Reclamada acostar ao processo outro extrato a fim de demonstrar a inexistência da negativação, não sendo o caso de indeferimento da inicial, mas sim de ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito autoral, o que levaria à improcedência da demanda. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Da análise dos documentos acostados na exordial permite constatar que o registro dos dados da parte autora com referência as negativações em apreço nos órgãos de proteção ao crédito se deram por solicitação da requerida, por débitos que a parte reclamante afirma não possuir. Verifico assim que se desincumbiu do ônus probatório quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Em contestação a Reclamada aduz que a cobrança é devida, uma vez que a parte Autora contratou os serviços fornecidos por ela, acostando para comprovar suas alegações telas de seu sistema interno e faturas de consumo. Destaco que as imagens juntadas no bojo da contestação e as faturas de consumo apenas traduzem que a demandada reproduziu documentos dos seus programas de software, que não são meio de prova idôneo, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e, ainda, poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Desta forma, tenho que a Reclamada nada juntou ou trouxe aos autos provas que viessem a comprovar a origem, validade e regularidade das cobranças objeto da presente, por assim não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC/2015, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DOS DÉBITOS NEGATIVADOS, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. Nesse sentido: "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Inserção indevida do nome da autora em cadastro de negativação Ausência de relação contratual com a parte contrária que possa permitir a esta a afirmação de credora Inexistência de prova de relação de crédito e de débito, o que reforça a afirmação de que a inscrição é indevida. Danos morais Ocorrência - Abalo demonstrado pela injustificada negativação do nome da autora Inscrição irregular (...). (3301160420098260000 SP 0330116-04.2009.8.26.0000, Relator: Salles Rossi, Data de Julgamento: 01/08/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/08/2012)". Assevero ainda, que em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores de serviços devem prestar os serviços de forma segura, e, assim não fazendo, devem reparar os danos causados, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ressalto que o fato da inserção dos dados da parte requerente nos cadastros de proteção ao crédito por si só já gera abalo moral, sendo que na sociedade hodierna o nome é um dos bens pessoais mais preciosos, sendo que qualquer ato que o desabone torna quase impossível realizar compras, abrir contas, dentre outros atos necessários ao bom viver. Assim a conduta consistente em encaminhar ou manter o nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito, por caracterizar abuso de direito, exige reparação moral. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter público, conforme preceitua o art. 43, § 4º da Lei 8.078/90, portanto carece de manter-se atualizado a fim de proteger os usuários, o que não restou observado pelo requerido. Ademais, In casu, o dano moral é o "damnum in re ipsa" (o dano está na própria coisa), decorrendo diretamente do fato, prescindindo de comprovação efetiva do prejuízo. Ora, é o registro ou manutenção indevida do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, a par de implicar palpáveis incômodos, percalços, transtornos, prejuízos e constrangimentos desnecessários, provoca abalo de crédito e afronta a dignidade da pessoa humana, haja vista que o nome do cidadão constitui-se em direito personalíssimo indissociável da dignidade que é ínsita a todo e qualquer sujeito de direitos. A reparação moral deve, necessariamente, guardar relação com a realidade do evento ocorrido, bem como tornar efetiva a função preventiva-punitiva-compensatória da indenização, sob a égide dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a evitar (1º) a ocorrência reiterada de atos lesivos, (2º) que implique locupletamento sem causa ao credor e (3º) que nada signifique financeiramente ao devedor. Recomenda-se que tenha como padrão do legitimado o homo medius, que "... seria aquele cidadão ideal que tivesse a igual distância do estóico ou do homem de coração seco de que fala Ripert, e do homem de sensibilidade extremada e doentia.", devem ser consideradas a gravidade do dano, o comportamento do ofensor e do ofendido - dolo ou culpa, sua posição social e econômica, a repercussão do fato à vista da maior ou menor publicidade, a capacidade de absorção por parte da vítima etc. Assim, orientando-se pelos citados princípios de sobredireito (razoabilidade e proporcionalidade), estabeleço a quantificação do dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Insta salientar que, no caso em tela, inaplicável o entendimento estabelecido pela Súmula 385 do STJ, vez que, em detida análise ao extrato de negativação acostada com a exordial, verifico que a parte Autora não possui negativações preexistentes. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ELIAS DA SILVA PEREIRA em desfavor de VIVO S/A para DECLARAR a inexistência dos débitos que geraram as negativações do nome da parte Autora, objetos desta reclamação, bem como CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da presente data, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso.

INTIME-SE a Reclamada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda à exclusão do nome da parte reclamante do cadastro negativo, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá DR. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011206-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERIVALDA DAMAS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011206-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ERIVALDA DAMAS DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO cc DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, em virtude de 02 (dois) débitos, sendo um no valor de R$ 82,63 (oitenta e dois reais e sessenta e três centavos), contrato nº 07.0000020151705674652, data da disponibilização 11/12/2015 e outro no valor de R$ 44,54 (quarenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), contrato nº 0007373787201603, data da disponibilização 29/04/2016. Ao final, pugnou pela declaração de inexigibilidade dos débitos que originaram as negativações em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando o processo instruído com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. 4. A pretensão merece juízo de improcedência e procedência do pedido contraposto. Compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora possuiu Unidade Consumidora dos serviços oferecidos pela Empresa Reclamada habilitada em seu nome. A parte Autora, inclusive assinou Termos de Confissão de Dívida referente a unidade consumidora. A negociação de dívida está devidamente assinada pela parte Reclamante e está acompanhada dos documentos pessoais dela. Portanto, a cobrança é devida, uma vez que existem provas do vínculo jurídico existente entre as partes e dos débitos que se encontram em aberto. Cabia a parte reclamante acostar ao processo comprovante de pagamento das faturas de consumo de energia ou ao menos demonstrar que os serviços não foram utilizados ou não foram fornecidos, ônus que lhe incumbia, nos termos do Art. 373, I do CPC. Desta forma, se o contrato existe, e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Assim, os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8.078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Por derradeiro, acolho o pedido contraposto formulado pela Reclamada, haja vista que os débitos referentes a utilização dos serviços não foram pagos pela parte Reclamante. Assim, cabível a condenação da Reclamante ao pagamento do valor de R$ 739,10 (setecentos e trinta e nove reais e dez centavos). Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por ERIVALDA DAMAS DA SILVA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Ainda, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC/2015, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte reclamada para CONDENAR a parte autora a pagar seu débito pendente no valor R$ 739,10 (setecentos e trinta e nove reais e dez centavos), corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV a partir da data do vencimento, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir desta data. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1010514-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA MARCOLINA DA SILVA ROSA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SANTOS ARRUDA OAB - MT19671/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010514-48.2019.8.11.0001. INTERESSADO: RAFAELA MARCOLINA DA SILVA ROSA REQUERIDO: VIVO S.A. I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, na qual a parte Reclamante alega que teve seu nome inscrito de forma indevida no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, a pedido da parte Reclamada, por dívida no valor de R$ 148,96 (cento e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), contrato nº 0337506728, disponível em 25/06/2019. Ao final, pugnou pela declaração de inexistência de relação jurídica, declaração de inexigibilidade do débito que originou a negativação em apreço, bem como indenização por danos morais. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficiente à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Quanto às preliminares, deixo de examiná-las, tendo em vista o princípio da primazia da decisão de mérito insculpido pelo Código de Processo Civil no art.488, vez que para a parte Reclamada é mais importante o exame do mérito que a extinção do processo sem análise dele. 3. Cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, estando alias os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Assim, passo a análise do mérito da presente destacando que o feito amolda-se nos requisitos para julgamento antecipado da lide elencados no art. 355, I e II do Novo Código de Processo Civil. Em análise detida dos autos verifico que a parte Reclamante apenas colacionou junto a inicial documentos pessoais, declarações, procuração e extrato de negativação. De outro lado, compulsando os documentos juntados com a contestação, constata-se que a parte Autora realmente detinha junto à Reclamada a contratação dos serviços de telefonia móvel, vez que a defesa está instruída com áudio (id. 26239024), que demonstra a contratação de plano controle. Anote-se, por derradeiro, que, como os serviços foram utilizados pela parte consumidora resta configurado a celebração do contrato, caso em que não seria hipótese de prática abusiva. É que há determinadas relações contratuais que prescindem da existência de contrato instrumentalizado, ou mesmo de acordo verbalizado, o que ocorre em profusão nas relações de consumo que, conforme lição de Rizzatto Nunes, "São aquelas em que um comportamento de fato, socialmente generalizado, faz com que se aceite a existência de um contrato, ainda que ele jamais tenha sido firmado. O contrato é presumido diretamente do fato da ação ou comportamento. São, tecnicamente falando, 'relações de fato contratuais' (Curso de Direito do Consumidor, São Paulo, Saraiva,pág. 669). Outrossim, é cediço que a contratação dos serviços de telefonia móvel em muitos dos casos são efetuados contato telefônico. Nesse sentido: REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL. CONTRATAÇÃO VIA TELEFONE DEMONSTRADA NOS AUTOS. COBRANÇA REGULAR, PEDIDO IMPROCEDENTE. CONDENAÇÃO POR MÁ-FÉ CONFIRMADA. RECURSO IMPROCEDENTE. (TJ-RS - Recurso Cível: 71004747234 RS, Relator: Roberto Arriada Lorea, Data de Julgamento: 10/07/2014, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/07/2014). Assim, a cobrança é devida, uma vez que o conjunto probatório acostado aos autos é capaz de afastar as alegações autorais. Ora, se houve contratação e restou inadimplente, conclui-se que a parte autora é devedora do valor apontado no extrato de negativações, no que a requerida restringe-se ao exercício regular de direito que lhe compete. Destaco que os documentos colacionados pela parte Requerida se traduzem em provas a socorrer às suas alegações. Consigno, ainda, que a responsabilidade pela notificação extrajudicial quando da inclusão dos danos no cadastro de inadimplentes é de responsabilidade do órgão mantenedor, nos termos da Súmula 359 do STJ. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. INSCRIÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO ORIUNDO DO PARCELAMENTO DOS CUSTOS TIDOS PELA CONCESSIONÁRIA COM A INSTALAÇÃO DO RAMAL COLETOR, QUANDO DA LIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. DÉBITO NÃO PAGO. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR. DÉBITO QUE SE MOSTRA DEVIDO. A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA, ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, §2º DO CDC E SÚMULA 359 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71006460158, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 16/12/2016). Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do CPC/2015. Assim, não incorreu a Requerida em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). A incidência da Lei 8078/90 traz como possível consectário o da inversão do ônus da prova desde que sejam verossímeis as alegações da parte autora ou for hipossuficiente, segundo regras de experiência (CDC, 6º, VIII)[1]. Não obstante toda gama de proteção que se destina ao consumidor, inclusive, com fundamento constitucional - CRFB/88, art. 5º, XXXII e 170, V -, tal fato não lhe desobriga de produzir o mínimo de prova, de carrear aos autos elementos que confiram plausibilidade à sua sustentação. Assim, não basta à mera alegação e a invocação do CDC quanto à pretensão amealhada não encontra o menor sustentáculo nas provas carreadas. Logo, não há como conferir crédito às alegações da reclamante na medida em que os fatos provados vão de encontro à sua pretensão, impondo-se, assim, lançar édito de improcedência. Quanto ao pedido de condenação da Reclamante à litigância de má-fé, tenho que o pedido não merece prosperar, haja vista que inexistentes os requisitos ensejadores de tal penalidade. III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 487, I do CPC/2015, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados por RAFAELA MARCOLINA DA SILVA ROSA em desfavor de VIVO S.A. OPINO, ainda, pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada para CONDENAR a parte Reclamante ao pagamento da quantia de R$ 148,96 (cento e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), referente ao valor do débito negativado, devendo esse valor ser atualizado monetariamente pelo IGP-M da FGV e juros de mora de 1% ao mês a partir da data da apresentação da contestação. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU, para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Luiz Henrique Moreira da Silva Juiz Leigo [1] "É necessário que da narrativa decorra verossimilhança tal que naquele momento da leitura se possa aferir, desde logo, forte conteúdo persuasivo. E, já que se trata de medida extrema, deve o juiz aguardar a peça de defesa para verificar o grau de verossimilhança na relação com os elementos trazidos pela contestação. E é essa a teleologia da norma, uma vez que o final da proposição a reforça, ao estabelecer que a base são "as regras ordinárias de experiência". Ou, em outros

termos, terá o magistrado de se servir dos elementos apresentados na composição do que usualmente é aceito como verossímil. É fato que a narrativa interpretativa que se faz da norma é um tanto abstrata, mas não há alternativa, porquanto o legislador se utilizou de termos vagos e imprecisos ("regras ordinárias de experiência"). Cai-se, então, de volta ao aspecto da razoabilidade e, evidentemente, do bom senso que deve ter todo juiz." (NUNES, Rizzatto. Curso de direito do Consumidor. Editora Saraiva – 6ª edição, 2011, pp. 841/2)

Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020944-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA PINHO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)
INNOVATION FLYTOUR GAPNET TRAVEL PARTICIPACOES LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020944-59.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CAMILA PINHO DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES POLO PASSIVO: INNOVATION FLYTOUR GAPNET TRAVEL PARTICIPACOES LTDA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020947-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELE RUBERT LIBRELOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020947-14.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GRACIELE RUBERT LIBRELOTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 11:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020961-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HARYSSON PABLO FERREIRA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020961-95.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HARYSSON PABLO FERREIRA DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: HERBERT COSTA THOMANN POLO PASSIVO: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 11:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020975-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM OAB - MT21538/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOTELARIA KELLY LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020975-79.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM POLO PASSIVO: HOTELARIA KELLY LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 11:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020982-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAIANE SOUZA RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020982-71.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DAIANE SOUZA RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020985-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DUANY COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020985-26.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DUANY COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 12:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020989-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARLETE DE MORAES PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMUNDO DA SILVA TAQUES JUNIOR OAB - MT8463-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
BANCO SEMEAR S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020989-63.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ARLETE DE MORAES PINTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDMUNDO DA SILVA TAQUES JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BMG S.A e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020990-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ISABEL VALDOMIR NADAF (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ GUSTAVO VALDOMIR SOCCOL OAB - MT27057/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOCALIZA RENT A CAR SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020990-48.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA ISABEL VALDOMIR NADAF ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ GUSTAVO VALDOMIR SOCCOL POLO PASSIVO: LOCALIZA RENT A CAR SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 14:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021041-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSUEL FIDELIS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021041-59.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSUEL FIDELIS DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021061-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA CAROLINA AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021061-50.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FERNANDA CAROLINA AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021062-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REZIEL JUNIOR SANTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL GERMANO DE CAMPOS NETO OAB - MT17002/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021062-35.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:REZIEL JUNIOR SANTI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANOEL GERMANO DE CAMPOS NETO POLO PASSIVO: LATAM AIRLINES GROUP S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 14:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002583-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HILDENETE MONTEIRO FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO MONTEIRO DE ARRUDA FORTES OAB - MT16282/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1002583-91.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 14.700,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: HILDENETE MONTEIRO FORTES Endereço: RUA SÍRIO LIBANESA, 165, AP. 902, POPULAR, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-390 POLO PASSIVO: Nome: BANCO DO BRASIL SA Endereço: RUA COMANDANTE COSTA, 1205, - DE 921/922 A 1771/1772, CENTRO SUL, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-400 Nome: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Endereço: REDE CEMAT, 184, RUA VEREADOR JOÃO BARBOSA CARAMURU 184, BANDEIRANTES, CUIABÁ - MT - CEP: 78010-900 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DOS EMBARGOS JUNTADOS, PRAZO LEEGAL. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta,

qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003798-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUSELI DE FATIMA NUNES BORDIN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERTON JOSE PACHECO SAMPAIO OAB - MT5776-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SELMA JOSE DA SILVA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1003798-05.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 2.885,29 ESPÉCIE: [PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: SUSELI DE FATIMA NUNES BORDIN Endereço: avenida Espigão, 864, setor II, TIJUCAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-280 POLO PASSIVO: Nome: SELMA JOSE DA SILVA Endereço: RUA E, 09, QUADRA 03, RESIDENCIAL MARECHAL CÂNDIDO RONDON, CUIABÁ - MT - CEP: 78097-006 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DA CERTIDAO DO OFICIAL DE JUSTIÇA JUNTADO NOS AUTOS. PRAZO 05 DIAS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014375-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ AGUILAR DA GAMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR BERNARDINELLI DACACHE OAB - MT15361/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1014375-42.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDRE LUIZ AGUILAR DA GAMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VITOR BERNARDINELLI DACACHE POLO PASSIVO: EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 14:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1021042-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO BEZERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELIA SILVA DE QUEIROZ OAB - MT26266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HUGHES TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E S P A C H O Intime-se a parte Reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar o pedido, apresentando a petição inicial nos autos, sob pena de extinção e consequente arquivamento do feito. Decorrido o prazo acima assinalado, com ou sem satisfação, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006826-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROMILDA FATIMA DE SOUZA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:

BRUNO NADAF GUSMAO OAB - MT16014-O (ADVOGADO(A))
RENAN NADAF GUSMÃO OAB - MT16284-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RENAN NADAF GUSMÃO, BRUNO NADAF GUSMAO, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 17/10/2019 Hora: 09:45 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 11 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021092-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA GONCALVES POMPERMAYER FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL ROQUE SAGIN OAB - MT0017891A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021092-70.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DEBORA GONCALVES POMPERMAYER FRANCA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIEL ROQUE SAGIN POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013055-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU (REQUERENTE)
NATANNY ELIDA DE OLIVEIRA MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON VIZINI CORRÊA JÚNIOR OAB - MT3076-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPAGNIE NATIONALE ROYALAIR MAROC (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

D E S P A C H O Diante da juntada de documentos novos no id 27341097, intime-se a parte reclamada para, no prazo de cinco dias, manifestar-se nos autos. Após, conclusos os autos para sentença. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017160-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HERALDO CANDIA DE FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO OAB - MT12073-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OSMIL GONCALO DE ARRUDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1017160-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HERALDO CANDIA DE FIGUEIREDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO POLO PASSIVO: OSMIL GONCALO DE ARRUDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021095-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAM KYOSHI DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021095-25.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WILLIAM KYOSHI DO NASCIMENTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021096-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLARIANE RAMOS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERICA DE JESUS FRANCA OAB - MT25036/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PRIMME TEC EIRELI - ME (REQUERIDO)
SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021096-10.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KLARIANE RAMOS DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ERICA DE JESUS FRANCA POLO PASSIVO: PRIMME TEC EIRELI - ME e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020824-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OLGA CARNEIRO MENEZES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLLAINY REGINA FERREIRA QUINTINO OAB - MT25236 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020824-16.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:OLGA CARNEIRO MENEZES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WESLLAINY REGINA FERREIRA QUINTINO POLO PASSIVO: BANCO DO BRASIL SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para

comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 30/01/2020 Hora: 17:45 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005758-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CRISTINA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1005758-93.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.118,54 POLO ATIVO: Nome: MARIA CRISTINA SILVA Endereço: AC COXIPÓ DA PONTE, 20, AVENIDA NESTOR DE LARA PINTO 183, JARDIM DAS PALMEIRAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78080-970 POLO PASSIVO: Nome: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Endereço: RUA VEREADOR JOÃO BARBOSA CARAMURU, 184, BANDEIRANTES, CUIABÁ - MT - CEP: 78010-040 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021108-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA ROBERTA BISCARO GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MÁRIO LÚCIO FRANCO PEDROSA OAB - MT5746-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAYRA SOUZA CASTRO DE ABREU (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021108-24.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARCIA ROBERTA BISCARO GOMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MÁRIO LÚCIO FRANCO PEDROSA POLO PASSIVO: MAYRA SOUZA CASTRO DE ABREU FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021109-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE BRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA ROSA DE AZEVEDO OLIVEIRA SECCHI OAB - SP170025-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021109-09.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FABIO HENRIQUE BRANCO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARTA ROSA DE AZEVEDO OLIVEIRA SECCHI POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005652-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAROLINA CRUZ AMERICO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 15/10/2019 Hora: 16:00 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em)

devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 16 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007909-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE DOS REIS LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALERIA REVELLES GUAREZI OAB - MT24470/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VALERIA REVELLES GUAREZI, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 17:30 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 26 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002596-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAIK FERNANDO ALENCAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCYELLE LOCATELLI CALGAROTO OAB - MT25411/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
B2W COMPANHIA DIGITAL (REQUERIDO)
BEL MICRO COMPUTADORES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
MARIA ANGELA REZENDE OAB - MG0041812A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1002596-90.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.879,99 POLO ATIVO: Nome: MAIK FERNANDO ALENCAR Endereço: AVENIDA DAS PALMEIRAS, 15, JARDIM IMPERIAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78075-850 POLO PASSIVO: Nome: B2W COMPANHIA DIGITAL Endereço: LOJAS AMERICANAS S/A, 105, RUA SACADURA CABRAL 102, SAÚDE, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20081-902 Nome: BEL MICRO COMPUTADORES LTDA Endereço: RODOVIA ANEL RODOVIÁRIO CELSO MELLO AZEVEDO, 3713, anexo 13, BONSUCESSO (BARREIRO), BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30622-213 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002596-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAIK FERNANDO ALENCAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCYELLE LOCATELLI CALGAROTO OAB - MT25411/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
B2W COMPANHIA DIGITAL (REQUERIDO)
BEL MICRO COMPUTADORES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
MARIA ANGELA REZENDE OAB - MG0041812A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1002596-90.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.879,99 POLO ATIVO: Nome: MAIK FERNANDO ALENCAR Endereço: AVENIDA DAS PALMEIRAS, 15, JARDIM IMPERIAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78075-850 POLO PASSIVO: Nome: B2W COMPANHIA DIGITAL Endereço: LOJAS AMERICANAS S/A, 105, RUA SACADURA CABRAL 102, SAÚDE, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20081-902 Nome: BEL MICRO COMPUTADORES LTDA Endereço: RODOVIA ANEL RODOVIÁRIO CELSO MELLO AZEVEDO, 3713, anexo 13, BONSUCESSO (BARREIRO), BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30622-213 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo

Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002596-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAIK FERNANDO ALENCAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCYELLE LOCATELLI CALGAROTO OAB - MT25411/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
B2W COMPANHIA DIGITAL (REQUERIDO)
BEL MICRO COMPUTADORES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
MARIA ANGELA REZENDE OAB - MG0041812A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1002596-90.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.879,99 POLO ATIVO: Nome: MAIK FERNANDO ALENCAR Endereço: AVENIDA DAS PALMEIRAS, 15, JARDIM IMPERIAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78075-850 POLO PASSIVO: Nome: B2W COMPANHIA DIGITAL Endereço: LOJAS AMERICANAS S/A, 105, RUA SACADURA CABRAL 102, SAÚDE, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20081-902 Nome: BEL MICRO COMPUTADORES LTDA Endereço: RODOVIA ANEL RODOVIÁRIO CELSO MELLO AZEVEDO, 3713, anexo 13, BONSUCESSO (BARREIRO), BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30622-213 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021115-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA SILVA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021115-16.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JANAINA SILVA DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004970-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JADER PEREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1004970-79.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 21.409,00 POLO ATIVO: Nome: JADER PEREIRA DE SOUZA Endereço: RUA SÃO JUDAS TADEU, 207, CIDADE VERDE, CUIABÁ - MT - CEP: 78028-570 POLO PASSIVO: Nome: BANCO DO BRASIL SA Endereço: BANCO DO BRASIL (SEDE III), SBS QUADRA 1 BLOCO G LOTE 32, ASA SUL, BRASÍLIA - DF - CEP: 70073-901 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PETIÇÃO (241) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar

as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012511-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE MONIK DE ARRUDA PENHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO FERNANDO PECORA DE AMORIM OAB - MT17695-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELLDEN DO CARMO PAULA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1012511-66.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.170,09 ESPÉCIE: [NOTA PROMISSÓRIA]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: CRISTIANE MONIK DE ARRUDA PENHA Endereço: AVENIDA SÃO SEBASTIÃO, 122, - ATÉ 430/431, CIDADE ALTA, CUIABÁ - MT - CEP: 78030-400 POLO PASSIVO: Nome: WELLDEN DO CARMO PAULA Endereço: RUA JORNALISTA ROLANDO GUERRA, 02, Quadra 24, COOPHAMIL, CUIABÁ - MT - CEP: 78028-235 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MANIFESTAR ACERCA DO AR NEGATIVO JUNTADO NOS AUTOS. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002451-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WELLEN CANDIDO LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLEN CANDIDO LOPES OAB - MT11608/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EBAZAR.COM.BR. LTDA (REQUERIDO)
FABIO MAGOSSI COMUNICACAO - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WELLEN CANDIDO LOPES, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação Juizado Sala: 5ª JEC Data: 03/10/2019 Hora: 09:10 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 15 de agosto de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003706-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ROSANGELA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IONE GERALDA GONTIJO BORGES OAB - MT10346/O (ADVOGADO(A))
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOSE ROBERTO BORGES PORTO, IONE GERALDA GONTIJO BORGES, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 03/10/2019 Hora: 11:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 12 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004092-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEMEIRE SILVA BASTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTÔNIO CARLOS GERALDINO OAB - MT9056-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUI NOGUEIRA PAES CAMINHA BARBOSA OAB - SP274876 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1004092-57.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 7.519,79 POLO ATIVO: Nome: ROSEMEIRE SILVA BASTOS Endereço: BOM JESUS, 06, DOM AQUINO, CUIABÁ - MT - CEP: 78015-610 POLO PASSIVO: Nome: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, 2.789, - DE 1971 A 4019 - LADO ÍMPAR, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ - MT - CEP: 78068-600 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, CONSÓRCIO] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005052-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA OAB - MT21278/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON AUGUSTO RIBEIRO DOS SANTOS - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 10/10/2019 Hora: 14:00 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 13 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005052-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA OAB - MT21278/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON AUGUSTO RIBEIRO DOS SANTOS - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1005052-13.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 1.000,00 POLO ATIVO: Nome: MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA Endereço: DAS BROMELIAS, 185, COND FLORAIS CUIABA, FLORAIS, CUIABÁ - MT - CEP: 78048-904 POLO PASSIVO: Nome: EDSON AUGUSTO RIBEIRO DOS SANTOS - EPP Endereço: AVENIDA TENENTE-CORONEL DUARTE, 1949, -

DE 791 AO FIM - LADO ÍMPAR, DOM AQUINO, CUIABÁ - MT - CEP: 78015-500 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PETIÇÃO (241) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005678-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIVIA MOREIRA DE ALCANTARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AUDAX CEZAR FORTES OAB - MT19089/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GUILHERME AUDAX CEZAR FORTES, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 15/10/2019 Hora: 16:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 16 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005972-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONIEL WELLINTON PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO GONCALVES DE PINHO, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 16:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 16 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006203-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIR LUIZA DE MAGALHAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALMIRO ANTONIO PINHEIRO DA SILVA OAB - MT9331-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VALMIRO ANTONIO PINHEIRO DA SILVA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 17/10/2019 Hora: 09:10 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais

do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 17 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006225-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON DO NASCIMENTO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARMEN LUCIA BARBOSA OAB - MT12051/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA LUCIA SOUZA SANTOS 94104131172 (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARMEN LUCIA BARBOSA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 17/10/2019 Hora: 09:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 17 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007928-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMABILE ANDRESSA DE SOUZA SAVIOLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EVALDO LUCIO DA SILVA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 17:50 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 26 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021138-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANETE CECILIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021138-59.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SILVANETE CECILIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008015-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MATOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 30/10/2019 Hora: 09:50 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 26 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008015-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MATOS DA SILVA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1008015-91.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 13.817,61 POLO ATIVO: Nome: JOAO MATOS DA SILVA Endereço: RUA ANDRADINA, 212, NOVO MATO GROSSO, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-737 POLO PASSIVO: Nome: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO Endereço: RUA IGUATEMI, 151, 19 Andar, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP - CEP: 01451-011 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008138-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA DAYANY ALVES SILVA BAMPI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HILTON DA SILVA CORREA OAB - MT23278/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: HILTON DA SILVA CORREA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 30/10/2019 Hora: 11:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 27 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008244-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER ROBERTO RODRIGUES DE PADUA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOS SANTOS LIMA OAB - MT18087-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROBERTO DOS SANTOS LIMA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 30/10/2019 Hora: 14:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 27 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010882-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIANA DO CARMO BRASIL RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA,

de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 11:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 9 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008563-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CLAUDIA SALGADO DE MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CLAUDIA SALGADO DE MACEDO OAB - MT14511-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANA CLAUDIA SALGADO DE MACEDO, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 31/10/2019 Hora: 12:20 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 2 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009150-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
L.K.F. REIS E CIA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA REY CARVALHO OAB - MT12590-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIELLY MOURA VILELA (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PATRICIA REY CARVALHO, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 09:50 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 24 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009413-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO VILELA DOS ANJOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIO HENRIQUE REGINATO, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 16:00 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 1 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009575-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EVALDO LUCIO DA SILVA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 10:20 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 1 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009575-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EVALDO LUCIO DA SILVA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 10:20 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 1 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010015-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA RIBEIRO TAQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 14:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 3 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007926-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA PEREIRA RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EVALDO LUCIO DA SILVA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 29/10/2019 Hora: 17:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a,

s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 26 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006289-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAROLINE FRANCIELE NATT (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1006289-82.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VISUAL FORMATURAS LTDA - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO, GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA POLO PASSIVO: KAROLINE FRANCIELE NATT FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009470-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEISY CORREA E SILVA TUNES (REQUERENTE)
ALLAN VICTOR DE ALMEIDA TUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOGNO PEREIRA OAB - MT19710/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE SOGNO PEREIRA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 09:20 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 1 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009470-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEISY CORREA E SILVA TUNES (REQUERENTE)
ALLAN VICTOR DE ALMEIDA TUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOGNO PEREIRA OAB - MT19710/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE SOGNO PEREIRA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 07/11/2019 Hora: 09:20 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 1 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021158-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANETE CECILIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021158-50.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SILVANETE CECILIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021159-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA VITORIA PEREIRA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021159-35.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FERNANDA VITORIA PEREIRA LOPES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FERNANDA RIBEIRO DAROLD, BERNARDO RIEGEL COELHO POLO PASSIVO: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021161-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANETE CECILIA DA SILVA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021161-05.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SILVANETE CECILIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009332-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KARINY PATRICIA TAQUES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON SOARES NETO OAB - MT0015834A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON SOARES NETO, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 14:50 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 1 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021175-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO DE ARAUJO FERREIRA OAB - MT20777/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMI-KA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021175-86.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA DE FATIMA CARVALHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LEONARDO DE ARAUJO FERREIRA POLO PASSIVO: EMI-KA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021182-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO ANTONIO DE OLIVEIRA OAB - MT9225-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUPERMERCADO COMPER (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021182-78.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOAO BATISTA SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SERGIO ANTONIO DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: SUPERMERCADO COMPER FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010130-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIELE DE AMORIM SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 16:50 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 1 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010173-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO JORGE DA CRUZ LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLOVIS LUCIO DANTAS OAB - MT23762-O (ADVOGADO(A))
Lucio Mauro Dantas OAB - MT13712-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

GASP - GRUPO ASSISTENCIAL SOLIDARIO POPULAR (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO SANTOS COSTA OAB - MG156525 (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CLOVIS LUCIO DANTAS, LUCIO MAURO DANTAS, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 17:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 3 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004061-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REGIS VILELA LEAL (REQUERENTE)
ISABELA PRADO DOMINGOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR BARROS FREITAS OSTI OAB - MT18335/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KLM ROYAL DUTCH ARLINES (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ARTUR BARROS FREITAS OSTI, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 26/11/2019 Hora: 15:30 Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 16:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 11 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004061-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REGIS VILELA LEAL (REQUERENTE)
ISABELA PRADO DOMINGOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTUR BARROS FREITAS OSTI OAB - MT18335/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KLM ROYAL DUTCH ARLINES (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ARTUR BARROS FREITAS OSTI, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 26/11/2019 Hora: 15:30 Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 16:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 11 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009301-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Antonio Eduardo Costa e Silva OAB - MT13752-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEX COURIER S.A. (REQUERIDO)
PHILCO ELETRONICOS SA (REQUERIDO)
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO IRINEU DA SILVA OAB - SP0306306A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
PEDRO LOPES LEITE OAB - RJ188090 (ADVOGADO(A))
RODRIGO GONZALEZ OAB - SP158817 (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANTONIO EDUARDO COSTA E SILVA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 14:20 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a,

s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 30 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009301-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Antonio Eduardo Costa e Silva OAB - MT13752-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEX COURIER S.A. (REQUERIDO)
PHILCO ELETRONICOS SA (REQUERIDO)
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO IRINEU DA SILVA OAB - SP0306306A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
PEDRO LOPES LEITE OAB - RJ188090 (ADVOGADO(A))
RODRIGO GONZALEZ OAB - SP158817 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1009301-07.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.819,15 POLO ATIVO: Nome: GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA Endereço: RUA BÉRGAMO, 6, JARDIM ITÁLIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-740 POLO PASSIVO: Nome: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. Endereço: RUA SERAFIM CONSTANTINO, 100, 1 andar, CENTRO, SÃO CAETANO DO SUL - SP - CEP: 09510-220 Nome: PHILCO ELETRONICOS SA Endereço: RUA PALMEIRA DO MIRITI, 287, GILBERTO MESTRINHO, MANAUS - AM - CEP: 69006-373 Nome: TEX COURIER S.A. Endereço: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, 2769, SUPERIOR RMBAU N 2601, BLOCO 1 ARMAZEM 02 E 04, PARQUE COLÚMBIA, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 21535-501 Nome: MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. Endereço: ESTRADA CAMBOATÁ, 2207, GALPÃO 2 SALA A3, MEU RANCHINHO, QUEIMADOS - RJ - CEP: 26379-160 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009301-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Antonio Eduardo Costa e Silva OAB - MT13752-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEX COURIER S.A. (REQUERIDO)
PHILCO ELETRONICOS SA (REQUERIDO)
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO IRINEU DA SILVA OAB - SP0306306A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
PEDRO LOPES LEITE OAB - RJ188090 (ADVOGADO(A))
RODRIGO GONZALEZ OAB - SP158817 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1009301-07.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.819,15 POLO ATIVO: Nome: GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA Endereço: RUA BÉRGAMO, 6, JARDIM ITÁLIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-740 POLO PASSIVO: Nome: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. Endereço: RUA SERAFIM CONSTANTINO, 100, 1 andar, CENTRO, SÃO CAETANO DO SUL - SP - CEP: 09510-220 Nome: PHILCO ELETRONICOS SA Endereço: RUA PALMEIRA DO MIRITI, 287, GILBERTO MESTRINHO, MANAUS - AM - CEP: 69006-373 Nome: TEX COURIER S.A. Endereço: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, 2769, SUPERIOR RMBAU N 2601, BLOCO 1 ARMAZEM 02 E 04, PARQUE COLÚMBIA, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 21535-501 Nome: MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. Endereço: ESTRADA CAMBOATÁ, 2207, GALPÃO 2 SALA A3, MEU RANCHINHO, QUEIMADOS - RJ - CEP: 26379-160 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009301-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Antonio Eduardo Costa e Silva OAB - MT13752-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEX COURIER S.A. (REQUERIDO)
PHILCO ELETRONICOS SA (REQUERIDO)
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO IRINEU DA SILVA OAB - SP0306306A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
PEDRO LOPES LEITE OAB - RJ188090 (ADVOGADO(A))
RODRIGO GONZALEZ OAB - SP158817 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1009301-07.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.819,15 POLO ATIVO: Nome: GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA Endereço: RUA BÉRGAMO, 6, JARDIM ITÁLIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-740 POLO PASSIVO: Nome: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. Endereço: RUA SERAFIM CONSTANTINO, 100, 1 andar, CENTRO, SÃO CAETANO DO SUL - SP - CEP: 09510-220 Nome: PHILCO ELETRONICOS SA Endereço: RUA PALMEIRA DO MIRITI, 287, GILBERTO MESTRINHO, MANAUS - AM - CEP: 69006-373 Nome: TEX COURIER S.A. Endereço: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, 2769, SUPERIOR RMBAU N 2601, BLOCO 1 ARMAZEM 02 E 04, PARQUE COLÚMBIA, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 21535-501 Nome: MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. Endereço: ESTRADA CAMBOATÁ, 2207, GALPÃO 2 SALA A3, MEU RANCHINHO, QUEIMADOS - RJ - CEP: 26379-160 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009301-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Antonio Eduardo Costa e Silva OAB - MT13752-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEX COURIER S.A. (REQUERIDO)
PHILCO ELETRONICOS SA (REQUERIDO)
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO IRINEU DA SILVA OAB - SP0306306A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
PEDRO LOPES LEITE OAB - RJ188090 (ADVOGADO(A))
RODRIGO GONZALEZ OAB - SP158817 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1009301-07.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.819,15 POLO ATIVO: Nome: GEUSAMAR PEREIRA FERREIRA Endereço: RUA BÉRGAMO, 6, JARDIM ITÁLIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-740 POLO PASSIVO: Nome: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. Endereço: RUA SERAFIM CONSTANTINO, 100, 1 andar, CENTRO, SÃO CAETANO DO SUL - SP - CEP: 09510-220 Nome: PHILCO ELETRONICOS SA Endereço: RUA PALMEIRA DO MIRITI, 287, GILBERTO MESTRINHO, MANAUS - AM - CEP: 69006-373 Nome: TEX COURIER S.A. Endereço: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, 2769, SUPERIOR RMBAU N 2601, BLOCO 1 ARMAZEM 02 E 04, PARQUE COLÚMBIA, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 21535-501 Nome: MVX COMERCIO ELETRONICO LTDA. Endereço: ESTRADA CAMBOATÁ, 2207, GALPÃO 2 SALA A3, MEU RANCHINHO, QUEIMADOS - RJ - CEP: 26379-160 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009969-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CATIA SANCHEZ ROBOREDO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
ISABELA REIS DE OLIVEIRA PORTELA OAB - PR53397 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ISABELA REIS DE OLIVEIRA PORTELA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 14:20 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 3 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003997-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO CECILIA MEIRELES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILTON PROCOPIO CASAL BATISTA OAB - MT5604-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANE FIGUEIREDO DA SILVA BRENNER (REQUERIDO)
NAMIR LUIZ BRENNER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DE ABREU FERREIRA OAB - MT5928-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1003997-27.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.692,37 POLO ATIVO: Nome: CONDOMINIO EDIFICIO CECILIA MEIRELES Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1.520, - DE 997/998 A 1843/1844, DUQUE DE CAXIAS II, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 POLO PASSIVO: Nome: NAMIR LUIZ BRENNER Endereço: Rua Floriano Peixoto, 1.520, - DE 997/998 A 1843/1844, Duque de Caxias II, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 Nome: TATIANE FIGUEIREDO DA SILVA BRENNER Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1.520, - DE 997/998 A 1843/1844, DUQUE DE CAXIAS II, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO, Despesas Condominiais]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003997-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO CECILIA MEIRELES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILTON PROCOPIO CASAL BATISTA OAB - MT5604-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANE FIGUEIREDO DA SILVA BRENNER (REQUERIDO)
NAMIR LUIZ BRENNER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DE ABREU FERREIRA OAB - MT5928-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1003997-27.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.692,37 POLO ATIVO: Nome: CONDOMINIO EDIFICIO CECILIA MEIRELES Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1.520, - DE 997/998 A 1843/1844, DUQUE DE CAXIAS II, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 POLO PASSIVO: Nome: NAMIR LUIZ BRENNER Endereço: Rua Floriano Peixoto, 1.520, - DE 997/998 A 1843/1844, Duque de Caxias II, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 Nome: TATIANE FIGUEIREDO DA SILVA BRENNER Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1.520, - DE 997/998 A 1843/1844, DUQUE DE CAXIAS II, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 ESPÉCIE: [INADIMPLEMENTO, Despesas Condominiais]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE.

Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004647-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCUS PAULO NUNES NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1004647-74.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 12.971,59 POLO ATIVO: Nome: MARCUS PAULO NUNES NASCIMENTO Endereço: RUA DEZESSETE, PARQUE RESIDENCIAL TROPICAL VILLE, CUIABÁ - MT - CEP: 78042-819 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Endereço: NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, PRÉDIO PRATA, 4 ANDAR, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 ESPÉCIE: [ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021194-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA DAMIAO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TADEU CESARIO DA ROSA OAB - MT18331-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS DONA DO LAR LTDA (REQUERIDO)
WHIRLPOOL S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021194-92.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADRIANA DAMIAO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TADEU CESARIO DA ROSA POLO PASSIVO: WHIRLPOOL S.A e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010726-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAUL RITLA SEIXAS MARTINS CORDEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIO JOSE DOS SANTOS, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 08:50 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 10 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010726-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAUL RITLA SEIXAS MARTINS CORDEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP:

78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1010726-69.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 527,74 POLO ATIVO: Nome: RAUL RITLA SEIXAS MARTINS CORDEIRO Endereço: RUA COMENDADOR HENRIQUE, DOM AQUINO, CUIABÁ - MT - CEP: 78015-050 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 291, - ATÉ 825 - LADO ÍMPAR, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06020-000 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013383-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAPHNE ANDALUZA LOPES ADAMS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1013383-81.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 14.163,64 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: DAPHNE ANDALUZA LOPES ADAMS Endereço: AVENIDA MÁRIO AUGUSTO VIEIRA, 269, MORADA DO OURO II, CUIABÁ - MT - CEP: 78053-734 POLO PASSIVO: Nome: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. Endereço: RUA TAMOIOS, 246, - ATÉ 489/490 - térreo, JARDIM AEROPORTO, SÃO PAULO - SP - CEP: 04630-000 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - DAPHNE ANDALUZA LOPES ADAMS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 19/12/2019 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 12 de novembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009726-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAIME DE SOUZA O MOTORISTA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO RAFAEL PIRES DOS SANTOS OAB - SP375671 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TUBARAO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - ME (REQUERIDO)
LUPUS DESENVOLVIMENTO EM ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)
AGRO META AGROINDUSTRIAL EIRELI - EPP (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1009726-34.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 6.063,76 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JAIME DE SOUZA O MOTORISTA - ME Endereço: Rodovia SC 443, 655, Centro, SANGÃO - SC - CEP: 88717-000 POLO PASSIVO: Nome: TUBARAO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - ME Endereço: AC DISTRITO INDUSTRIAL, SN, AVENIDA PEDRO PAULO DE FARIA JUNIOR 1934, DISTRITO INDUSTRIAL, CUIABÁ - MT - CEP: 78098-970 Nome: AGRO META AGROINDUSTRIAL EIRELI - EPP Endereço: AVENIDA MIGUEL SUTIL, 2674, - DE 8346 A 10748 - LADO PAR, SANTA ROSA, CUIABÁ - MT - CEP: 78040-365 Nome: LUPUS DESENVOLVIMENTO EM ALIMENTOS LTDA Endereço: Rua Francisco Alexandre Ferreira, S/N, Cachoeira dos Bagres, RIO BONITO - RJ - CEP: 28800-000 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - JAIME DE SOUZA O MOTORISTA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 19/12/2019 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada

antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 7 de novembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010836-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTY ARAUJO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 19/11/2019 Hora: 11:10 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 10 de outubro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009159-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE LIMA DE SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 10:00 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 24 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002737-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO SERRA SHINIKE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DA SILVA ALVES OAB - MT11167-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO SANTORO SALOMAO OAB - SP199085-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1002737-12.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 30.000,00 POLO ATIVO: Nome: FABIO SERRA SHINIKE Endereço: AVENIDA FRANÇA, 440, SANTA ROSA, CUIABÁ - MT - CEP: 78040-170 POLO PASSIVO: Nome: Aguas Cuiabá S/A Endereço: AVENIDA GONÇALO ANTUNES DE BARROS, 3196, - LADO PAR, CARUMBÉ, CUIABÁ - MT - CEP: 78050-667 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ÁGUA, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA, acima qualificadas, do inteiro teor da r. sentença vinculada disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo

Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005470-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIONE RODRIGUES BUFOLLO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) , de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 15/10/2019 Hora: 11:40 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 13 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005967-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO SANTANA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO PENA DE MOURA FRANCA OAB - SP0138190A (ADVOGADO(A))

JUSTIÇA GRATUITA INTIMAÇÃO FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA, de conformidade com o despacho abaixo transcrito, para comparecer à audiência de conciliação designada, acompanhada de advogado(s) ou defensor(es) público(s). DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência que se realizará no dia Tipo: Conciliação, Sala: 5ª JEC Data: 16/10/2019 Hora: 11:10 (horário de Mato Grosso), no no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM) ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e não apresentando defesa, presumir-se-ão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados pela requerente na petição inicial. 2. Não obtida a conciliação, o requerido oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (Art. 278 do CPC). 3. O não comparecimento do Promovente à Audiência de Instrução e Julgamento, sem prévia justificação, acarretará a extinção do processo, com a condenação do Promovente no pagamento das custas, na forma do art. 51, I, § 2º, da Lei 9.099/95. O não comparecimento do Promovido à Audiência de Instrução e Julgamento importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. OBSERVAÇÕES: Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer(em) devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. , 16 de setembro de 2019 Gestora Judiciária Autorizado pelo Provimento 55/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021200-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERNANI DOS REIS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021200-02.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ERNANI DOS REIS ALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: BANCO DO BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020891-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ILANILDO FILHO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020891-78.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FRANCISCO ILANILDO FILHO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANO MORAL E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, na qual pretende a parte requerente a antecipação dos efeitos da tutela para o fim de que seja determinado à parte requerida que proceda ao restabelecimento do fornecimento dos serviços de energia elétrica em sua unidade consumidora. Defiro a concessão da medida. A parte colaciona aos autos documentos que demonstram que a cobrança refere-se à recuperação de consumo. Considerando a contestação da fatura arguida pela parte autora, e que a referida suspensão estaria amparada em exação unilateral de diferença de consumo de energia elétrica referente à período pretérito, conforme observação constante na

fatura acostada, entendo que está amparada em situação bastante para lhe apontar boa-fé, fato que permite a concessão da medida. Com efeito, a conduta da parte ré tem sido motivo de reparo pela jurisprudência, que tem rechaçado o corte de serviço de tal estirpe, quando fundado em cobrança de diferença de consumo, relativa a fornecimento em período pretérito, apurada em aferição unilateral de medidor de consumo ineficiente/avariado. Confira: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORTE DE ENERGIA. DÉBITO PRETÉRITO DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇA NA FATURA ORDINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CORTE. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA. 1) O corte no fornecimento de energia elétrica, em virtude de inadimplência, é autorizado para débito atual e desde que haja prévia notificação do consumidor, porém, em relação a débitos pretéritos, de recuperação de consumo de energia, a concessionária não poderá fazê-lo, pois acaba tornando inviável o adimplemento da fatura, violando, assim, o equilíbrio econômico e financeiro do contrato e o devido processo legal de apuração do débito previsto na Resolução nº 414/2010 da ANEEL; 2) Agravo de Instrumento provido para, reformando a decisão, conceder tutela provisória de urgência para determinar que a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) se abstenha de suspender o corte no fornecimento de energia elétrica em relação a débito pretérito. (TJ-AP - AI: 00002987020198030000 AP, Relator: Desembargadora SUELI PEREIRA PINI, Data de Julgamento: 04/06/2019, Tribunal). (Destaquei). Tendo em vista o fato de que a parte autora traz a juízo a questão a fim de buscar solução ao conflito de interesses, entendo que está amparada em situação bastante para lhe apontar boa-fé, fato que permite a concessão da medida. Vale ainda observar a caracterização do serviço de fornecimento de energia elétrica como serviço de natureza essencial (art. 10, inciso I da Lei nº 7783/89), bem como pela própria norma elencada no art. 22, caput e parágrafo único do CDC é de se anotar como regra a continuidade dos serviços tidos como essenciais. Por tais argumentos é que entendo prudente determinar à parte ré que PROCEDA ao RESTABELECIMENTO do fornecimento de energia elétrica à residência da parte autora (UC nº 6/926279-1), hipótese que anoto o prazo de 05 (cinco) horas. Deverá o Sr. Meirinho fazer constar de sua certidão o horário em que encerrada a diligência. DEFIRO ainda a suspensão da cobrança relativa a recuperação de consumo no valor de R$ 712,38 (setecentos e doze reais e trinta e oito centavos), objeto da demanda, bem assim determino que a parte ré se abstenha de promover a inscrição dos dados da parte autora no rol de inadimplentes. Impõe registrar que a presente decisão não exime a parte autora de realizar o adimplemento das demais obrigações provenientes do serviço de fornecimento de energia elétrica, mas tão só suspende a cobrança alusiva à fatura ora contestada. Fixo, na hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação. Cite-se. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020819-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EXPEDITO NUNES NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO RENATO RODRIGUES CARVALHO OAB - MT0010170A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020819-91.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EXPEDITO NUNES NASCIMENTO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE LIMINAR, na qual pretende a parte requerente a antecipação dos efeitos da tutela para o fim de que seja determinado à parte requerida que se abstenha de suspender o fornecimento dos serviços de energia elétrica em sua unidade consumidora. Defiro a concessão da medida. A parte colaciona aos autos documentos que demonstram que as cobranças referem-se à recuperação de consumo. Considerando a contestação das faturas arguidas pela parte autora, e que a referida suspensão estaria amparada em exação unilateral de diferença de consumo de energia elétrica referente à período pretérito, conforme observação constante na fatura acostada, entendo que está amparada em situação bastante para lhe apontar boa-fé, fato que permite a concessão da medida. Com efeito, a conduta da parte ré tem sido motivo de reparo pela jurisprudência, que tem rechaçado o corte de serviço de tal estirpe, quando fundado em cobrança de diferença de consumo, relativa a fornecimento em período pretérito, apurada em aferição unilateral de medidor de consumo ineficiente/avariado. Confira: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORTE DE ENERGIA. DÉBITO PRETÉRITO DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇA NA FATURA ORDINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CORTE. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA. 1) O corte no fornecimento de energia elétrica, em virtude de inadimplência, é autorizado para débito atual e desde que haja prévia notificação do consumidor, porém, em relação a débitos pretéritos, de recuperação de consumo de energia, a concessionária não poderá fazê-lo, pois acaba tornando inviável o adimplemento da fatura, violando, assim, o equilíbrio econômico e financeiro do contrato e o devido processo legal de apuração do débito previsto na Resolução nº 414/2010 da ANEEL; 2) Agravo de Instrumento provido para, reformando a decisão, conceder tutela provisória de urgência para determinar que a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) se abstenha de suspender o corte no fornecimento de energia elétrica em relação a débito pretérito. (TJ-AP - AI: 00002987020198030000 AP, Relator: Desembargadora SUELI PEREIRA PINI, Data de Julgamento: 04/06/2019, Tribunal). (Destaquei). Tendo em vista o fato de que a parte autora traz a juízo a questão a fim de buscar solução ao conflito de interesses, entendo que está amparada em situação bastante para lhe apontar boa-fé, fato que permite a concessão da medida. Vale ainda observar a caracterização do serviço de fornecimento de energia elétrica como serviço de natureza essencial (art. 10, inciso I da Lei nº 7783/89), bem como pela própria norma elencada no art. 22, caput e parágrafo único do CDC é de se anotar como regra a continuidade dos serviços tidos como essenciais. Por tais argumentos é que entendo prudente determinar à reclamada que SE ABSTENHA de suspender o fornecimento de energia elétrica à residência da parte reclamante (UC nº 6/2244306-3). Caso já tendo o feito, concedo o prazo de 05 (cinco) horas para que promova o RESTABELECIMENTO. DEFIRO ainda a suspensão da cobrança das faturas, objeto da demanda relativas à recuperação de consumo, nos valores de R$357,30 (trezentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos) e R$3.029,77 (três mil e vinte e nove reais e setenta e sete centavos) bem assim determino que a parte requerida se abstenha de promover a inclusão dos dados da parte requerente no rol de inadimplentes. Impõe registrar que a presente decisão não exime a parte requerente de realizar o adimplemento das demais obrigações provenientes do serviço de fornecimento de energia elétrica, mas tão só suspende a cobrança dos valores referentes ao período objeto da demanda. Fixo, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Audiência de conciliação já designada. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça em regime de plantão. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020898-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS AUGUSTO GOMES PORTAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020898-70.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MATHEUS AUGUSTO GOMES PORTAO REQUERIDO: TELEFONICA BRASIL S.A. Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado por MATHEUS AUGUSTO GOMES PORTÃO na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que não manteve relação jurídica com a reclamada TELEFÔNICA BRASIL S/A que desse causa ao débito levado à inscrição no rol de inadimplentes. O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a

probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente, uma vez que não possui relação jurídica com a reclamada. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada. Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020985-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DUANY COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE DÍVIDA c/c CANCELAMENTO DE DÉBITO c/c DANOS MORAIS c/c PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada por DUANY COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA-ME em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. O instituto da tutela antecipada possui fundamento constitucional, porquanto decorre do direito fundamental à tutela efetiva (art. 5.º, inc. XXXV, da CF/88), sendo certo que o direito fundamental consagrado no aludido dispositivo garante ao jurisdicionado não apenas o direito formal de propor a ação, mas também assegura o direito a uma tutela adequada e efetiva. Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Isto posto, com amparo no artigo 300 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, determinando a intimação da Reclamada para suspender a cobrança das faturas nos valores de R$ 2.321,76 (dois mil trezentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos), R$ 2.560,55 (dois mil quinhentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos) e R$ 2.629,35 (dois mil seiscentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos), bem como abster-se de SUSPENDER o fornecimento de energia elétrica na Unidade Consumidora, e ainda proceda a exclusão da parte autora dos órgãos de proteção ao crédito, concernente apenas as faturas discutidas nestes autos, no prazo de 24 horas, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento da decisão. Por outro lado, constato que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência" (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal acima apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor do Reclamante, devendo a Reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da direito do mesma. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação, já designada nos autos. Cite-se a Reclamada do inteiro teor do pedido inicial e intime-a da audiência, com advertência de que o não comparecimento implicará em confissão e revelia (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Intime-se o Reclamante, cientificando-o de que a ausência injustificada na audiência ensejará a extinção do processo e condenação nas custas processuais (art. 51, inciso I, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95). Expeça-se o necessário. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se EM REGIME DE PLANTÃO. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020935-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAYARA APARECIDA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Acerca de referidos requisitos, leciona o mestre Humberto Theodoro Júnior que "inequívoca é a prova capaz de autorizar uma sentença de mérito favorável à parte que invoca a tutela antecipada. A verossimilhança refere-se ao juízo de convencimento a ser feito em torno de todo o quadro fático invocado pela parte, não apenas quanto à existência de seu direito subjetivo, mas, principalmente, no relativo ao perigo de dano e sua irreparabilidade". (in Processo Cautelar, 20ª ed., Editora Universidade de Direito, pág. 452). Analisados os documentos trazidos com a inicial, tenho que não assiste à Reclamante em pleitear a antecipação dos efeitos da tutela, pois ausente o requisito fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Assim, diante do contexto fático que se apresenta nos autos, tenho que o pleito autoral ainda ressente de maior dilação probatória, o que por certo será realizado no decorrer da instrução processual, não se mostrando possível, neste momento processual. Pelo exposto, não preenchendo os requisitos necessários à concessão da medida perquirida, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, vindicado pela parte Reclamante. Anoto, outrossim, que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência" (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal retro apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor da reclamante, devendo a reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de direito do mesmo. No mais, intimem-se as partes para comparecer na audiência de conciliação já designada. Pelo mesmo mandado, cite-se a parte Requerida para querendo contestar, no prazo legal, indicando-se provas, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela Requerente, caso não seja a ação contestada. Intimem-se. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013689-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
QUESIA VITORIA CAPELARI DOS SANTOS (REQUERIDO)
CELESTE CAPELARI DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013689-50.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME REQUERIDO: QUESIA VITORIA CAPELARI DOS SANTOS, CELESTE CAPELARI DOS SANTOS Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 26936875. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com

lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013808-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA DE PAULA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINO ALEIXO JUNIOR OAB - MT16527-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013808-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ERICA DE PAULA PEREIRA REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 26967848. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008032-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANE SEZAR PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008032-30.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ADRIANE SEZAR PEREIRA REQUERIDO: INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 26975327. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014071-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAMARIS LETICIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MÁRIO LÚCIO FRANCO PEDROSA OAB - MT5746-O (ADVOGADO(A))
KARYME PARADA PEDROSA OAB - MT22946-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014071-43.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DAMARIS LETICIA DA SILVA REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 27122678. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014047-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA FERNANDA FAVERO MENNA BARRETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INALDO XAVIER DE SIQUEIRA SANTOS NETO OAB - MT9270-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014047-15.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA FERNANDA FAVERO MENNA BARRETO REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 27238260. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015084-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DE SOUSA VERAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE VENERO DA SILVA OAB - MT25541/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO PESSOA MACHADO (REQUERIDO)
CASSIA PATRICIA E SILVA PESSOA EIRELI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1015084-77.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DANIEL DE SOUSA VERAS REQUERIDO: CASSIA PATRICIA E SILVA PESSOA EIRELI, RICARDO PESSOA MACHADO Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 27265537. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020091-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAN SILVA ROCHA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CEZAR SOARES MACIEL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020091-50.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JONATHAN SILVA ROCHA REQUERIDO: CEZAR SOARES MACIEL Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 27181023. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006631-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DOS SANTOS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1006631-93.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DANIEL DOS SANTOS SOUZA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Do mesmo modo, no que tange a preliminar de incompetência arguida pela reclamada deve ser rejeitada tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção. Assim, rejeito a alegação de incompetência absoluta por complexidade por entender pela desnecessidade da realização de perícia diante da assinatura lançada nos documentos juntados na inicial e aquela lançada nos documentos juntados na contestação. Portanto, afasto a preliminar de perícia grafotécnica, faço isso, com fulcro no disposto nos artigos 5º e 33, da Lei 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, promovido pelo reclamado, ao argumento de que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com o banco demandado. O reclamado, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar o reclamante inadimplente, conforme documentos acostados aos autos, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, o reclamado juntou cópia da proposta de adesão (id nº 25524083 e 25524087), devidamente assinado pelo reclamante, além de documento pessoal e diversas faturas de consumo em nome do autor. No caso, desnecessária a realização perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Deste modo, tenho que a simples análise das alegações das partes, em confronto com os documentos apresentados, leva-me à conclusão de que a parte requerida comprovou a existência da relação jurídica entre os litigantes. A propósito, o reclamado juntou o extrato das faturas do cartão de crédito que demonstram que houve o pagamento dos valores nos primeiros meses do contrato, entretanto, sem qualquer justificativa o autor deixou de cumprir com suas obrigações. Vale frisar que os extratos apresentados apartados de outros documentos normalmente não são levados em consideração para comprovar a relação contratual. Não obstante, no caso vieram acompanhados do termo de contratação do serviço devidamente assinado, portanto, fica mais que demonstrada a relação jurídica entre as partes. Ademais, quando a parte requerente se depara com essas provas no processo, ela deve impugnar argumentando que efetuou o pagamento das faturas relativas ao cartão de crédito ao qual estava vinculado, ou, ainda, a solicitação de cancelamento do serviço, o que não se verifica no caso. Desta feita, não há que se falar em declaração de inexistência do débito, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder do reclamado. Presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débito, a inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé arguido pelo reclamado, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009149-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON DIAS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1009149-56.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDSON DIAS SANTOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A I - RELATÓRIO Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. II – PRELIMINARES Inicialmente afasto a preliminar de ausência de interesse arguida pelo reclamado, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão. Neste contexto, aplicando-se as disposições da legislação consumerista ao caso em tela, especialmente as que vedam práticas abusivas, mostra-se viável o exame da pretensão autoral, notadamente de cunho reparatório. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, assegura ao cidadão o acesso à justiça sem a necessidade de prévio requerimento na via administrativa, sendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição garantia constitucional. Do mesmo modo, indefiro o pedido de juntada de extrato oficial dos órgãos de proteção ao crédito visto que o documento apresentado não obsta a

defesa do réu, que alegando inconformidade nos registros dos órgãos de proteção ao crédito deve juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. III - MÉRITO Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito por débitos no valor de R$ 482,54 (quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), com data de inclusão em 22/11/2018, promovido pelo reclamado. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com o banco demandado, uma vez que o serviço prestado nunca foi contratado pela reclamante. O reclamado, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a parte autora inadimplente, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação do serviço é motivo suficiente para inserção de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. O reclamado em sua peça de defesa insiste que houve contratação do serviço por parte do reclamante, entretanto, não apresentou sequer o número do contrato, ou, ainda, "telas de sistema", como costuma fazer em casos semelhantes. Assim, não carreou aos autos qualquer prova que pudesse comprovar a relação jurídica entre os litigantes. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante para a referida contratação. Cumpre à instituição financeira agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. A propósito, vale frisar que o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Deste modo, não tendo o requerido examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo o banco adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Desta feita, diante da ausência de provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- "A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. (...)" (REsp 1440721/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTATURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 11/11/2016). 4- "OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL." (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992, p. 16801). 5- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento." (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Vale frisar que em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Por outro lado, melhor sorte não socorre o reclamante no que tange à ocorrência de danos morais. Em consulta ao sistema PROJUDI vislumbra-se que o reclamante possui outra ação onde também discute a inscrição indevida de seus dados nos órgãos de proteção ao crédito. Deste modo, é possível observar através dos documentos colacionados nos autos do Processo nº 80603910320178110001 que o autor possui inscrição preexistente ao débito ora litigado, conforme se extrai do documento colacionado no evento 1.2. , Portanto, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da empresa ré ao negativar o nome da reclamante por dívida inexistente, o fato de possuir registro anterior válido em cadastro de inadimplentes aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui não tenha tido prejuízo decorrente da conduta ilícita da reclamada. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, "Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento". Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante para DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito aqui litigado e determinar a exclusão definitiva de seus dados dos órgãos de proteção ao crédito referente ao débito do valor de R$ 482,54 (quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de danos morais. Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome do reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006186-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAELLUN LUCAS DE ARAUJO QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1006186-75.2019.8.11.0001. REQUERENTE: KAELLUN LUCAS DE ARAUJO QUEIROZ REQUERIDO: OI S.A S E N T E N Ç A Dispensado o relatório nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados do reclamante nos cadastros de proteção ao crédito pela requerida por dívida no valor de R$ 283,40 (duzentos e oitenta e três reais e quarenta centavos), com data de inclusão em 16/03/2017, no entanto o requerente afirma que jamais manteve vínculo com a requerida e não contratou qualquer serviço que pudesse ter originado o débito. Assim, pugna pela anulação do negócio jurídico com a consequente declaração de inexistência do débito que originou a referida negativação, bem como pela condenação da reclamada a reparação por danos morais. Por sua vez, em contestação a reclamada afirma que após análise do histórico da cobrança foi constatado que a parte autora realizou cadastro junto a requerida, aduz, ainda, que constam no sistema operacional diversos pagamentos anteriores, o que também comprova que a reclamante mantinha relação jurídica com a empresa. No mesmo sentido, aduz que para o cadastro de assinaturas os dados são fornecidos exclusivamente pelo cliente, não podendo ser alegado que a requerida teve acesso aos dados sem conhecimento ou anuência do cliente. Portanto, a ausência de pagamento ante a devida prestação de serviço da empresa requerida é motivo suficiente para inserção do nome da parte nos órgãos de proteção ao crédito. Destarte, embora tenha a reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, não apresentou qualquer documento apto a provar a contratação pela parte requerente. A reclamada em sua contestação insiste na regularidade da negativação, tendo em vista que fora localizado em observância ao seu sistema interno assinatura em nome da autora, possuindo faturas pendentes, conforme telas sistêmicas colacionadas junto à peça de defesa. Ocorre que a imagens de suas telas de sistemas em verdade repercutem imagens de seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Resta, pois, impossível reputar 'telas de sistema' como prova segura que tenha a propriedade de convencer, não se caracterizando, pois, como prova no sentido próprio do termo, sendo apenas elementos indicativos que não devem ser tomados senão com reservas; fazem prova, isso sim, contra a parte que as produziu, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Desta feita, a parte requerida não apresentou provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor da consumidora resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA – INCIDÊNCIA DO CDC - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – APLICABILIDADE DO ART. 373, II, DO CPC/ART. 6º, VIII, DO CDC – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO COMPROVADA – "PRINT" DE TELA – PROVA UNILATERAL – INVIABILIDADE - DÍVIDA INEXISTENTE - ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – INSCRIÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS "IN RE IPSA" CONFIGURADOS – MINORAÇÃO - OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – VALOR CONSIDERADO RAZOÁVEL - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.O ônus de provar os fatos extintivos, impeditivos e modificativos do direito do autor é do réu. Não se considera prova idônea de contratação os "prints" de tela do sistema da própria empresa de telefonia, eis que são unilaterais e, portanto, não se prestam a demonstrar de forma cabal a prestação dos serviços.A negativação do consumidor do consumidor nos Cadastros de Proteção ao Crédito configuram dano moral "in re ipsa". O dano moral advém do próprio fato, a responsabilidade resulta do agente causador, dispensando a comprovação da extensão dos danos, sendo estes evidenciados pelas circunstâncias do fato (STJ AgRg no Ag 1365711/RS).A indenização por dano moral deve ser fixada em montante que não onere em demasia o ofensor, atenda à finalidade para a qual foi concedida, compensando o sofrimento da vítima e desencorajando a outra parte quanto aos outros procedimentos de igual natureza. (N.U 0002109-56.2015.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 23/07/2019, Publicado no DJE 25/07/2019). Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Portanto, em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante, resta, portanto, configurada a falha na prestação de serviço praticada pela reclamada, conforme descrito na inicial. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Por outro lado, melhor sorte não socorre o reclamante no que tange à ocorrência de danos morais. Em consulta ao sistema PROJUDI vislumbra-se que o autor possui outras ações onde também discute a validade do registro de seus dados nos órgãos de proteção ao crédito. Neste sentido, pode-se observar que nos autos do processo nº 80916739320168110001, o reclamante teve os seus pedidos iniciais julgados improcedentes, e por consequência, o débito inscrito no cadastro de inadimplentes em discussão naquele procedimento foi considerado válido. Assim, conforme extrato de negativação juntado nos autos daquele procedimento (Mov. 1.5), vislumbra-se a existência de anotação pré-existente ao débito aqui discutido. Deste modo, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da empresa ré ao negativar o nome do reclamante por dívida inexistente, o fato de possuir registro anterior válido em cadastro de inadimplentes aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui não tenha tido prejuízo decorrente da conduta ilícita da reclamada. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, "Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento". Quanto ao pleito contraposto apresentado pela reclamada, este não merece ser acolhido, em razão da ausência de comprovação da relação jurídica mantida com o demandante, e, destarte, a existência de débito em nome daquele Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante para DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito aqui litigado, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida no valor de R$ 283,40 (duzentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) e JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de danos morais. Por fim, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela parte reclamada. Intime-se a parte reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006196-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA ALVES RIGONE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1006196-22.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDREIA ALVES RIGONE REQUERIDO: VIVO S.A. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, afasto a prejudicial de mérito suscitada pela ré no que tange a prescrição, tendo em vista que o prazo prescricional, para fins de ação de indenização por danos morais por inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito, passa a fluir da data da ciência do fato gerador da pretensão, o que, in casu, ocorreu em 05/09/2019 (Id. 23434824), data em que foi realizada a consulta dos dados da autora no cadastro de proteção ao crédito. Ainda, a reclamada alega que o extrato de negativação apresentado pela autora não evidencia a legitimidade das informações ali prestadas e requer a juntada de documento físico emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Indefiro o pedido, visto que o documento apresentado não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos deveria juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da reclamante nos cadastros de proteção ao crédito pela requerida por dívida no valor de R$ 113,25 (cento e treze reais e vinte e cinco centavos) com data de inclusão em11/04/2016, no entanto a requerente afirma desconhecer a dívida. Assim, pugna pela anulação do negócio jurídico com a consequente declaração de inexistência do débito que originou a negativação, bem como pela condenação da reclamada em indenização por danos morais. Por sua vez, em contestação a reclamada afirma que após análise do histórico da cobrança foi constatado que a parte autora realizou cadastro junto à requerida referente a linha telefônica nº 65 99600-1302, aduz, ainda, que constam no sistema operacional diversos pagamentos anteriores, o que também comprova que a autora mantinha relação jurídica com a empresa. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação de serviço da empresa é motivo suficiente para inserção do nome da parte nos órgãos de proteção ao crédito. Por fim, como pedido contraposto, pugna pela condenação da reclamante ao pagamento do débito inadimplido, além da condenação às penas de litigância de má-fé. Destarte, embora tenha a reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, não apresentou qualquer documento apto a provar a contratação pela parte requerente. A reclamada em sua contestação insiste na regularidade da negativação, tendo em vista que fora localizado em observância ao seu sistema interno assinatura em nome da autora, possuindo faturas pendentes, conforme telas sistêmicas colacionadas junto à peça de defesa. Ocorre que as imagens de suas telas de sistemas em verdade repercutem imagens de seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Resta, pois, impossível reputar 'telas de sistema' como prova segura que tenha a propriedade de convencer, não se caracterizando, pois, como prova no sentido próprio do termo, sendo apenas elementos indicativos que não devem ser tomados senão com reservas; fazem prova, isso sim, contra a parte que as produziu, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Desta feita, a parte requerida não apresentou provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR-JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- "A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. 5- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento." (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pelo requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Portanto, em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Infere-se, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante, resta, portanto, configurada a falha na prestação de serviço praticada pela reclamada, conforme descrito na inicial. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, não é possível aplicar a regra contida na Súmula nº 385 do STJ, tendo em vista que a negativação objeto do presente processo é a única restrição em nome da autora no cadastro de inadimplentes. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante para: 1 - Declarar a inexistência do débito aqui litigado, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida no valor de R$ 113,25 (cento e treze reais e vinte e cinco centavos) 2 – Condenar a parte reclamada ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça). Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três

mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007686-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA DIAS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB - MG0096864A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1007686-79.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANA CAROLINA DIAS DE SOUZA REQUERIDO: OMNI FINANCEIRA S/A S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Vale dizer que o julgamento antecipado da causa vertente não representa cerceamento de defesa ou violação ao princípio do contraditório, pois há nos autos elementos de convicção suficientes para que a sentença seja proferida, evitando-se que a causa tenha seu desfecho protraído, homenageando-se, desse modo, a tão colimada celeridade processual. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito por débito no valor de R$ 772,59 (setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), com data de inclusão em 03/11/2018 promovido pelo reclamada. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com a empresa demandada, uma vez que o serviço prestado nunca foi contratado. A reclamada, por sua vez, alega que a cobrança é referente ao contrato de cédula de crédito bancário nº 1.01630.0356261.18 no valor de R$ 742,00, divididos em cinco parcelas mensais de R$ 148,40, entretanto, a reclamante não adimpliu nenhuma das parcelas, assim, a inclusão de seus dados nos órgãos de proteção ao crédito configura exercício regular de direito. Analisado o processo e os documentos que o instruem, verifica-se que a reclamada se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia e comprovou não apenas a celebração do negócio jurídico entre as partes litigantes como também a origem dos débitos que originaram a negativação. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, a reclamado juntou Cédula de Crédito Bancário nº 1.01630.0356261.18, , além de documentos pessoais da reclamante diversos daqueles juntados na petição inicial, comprovante de residência e foto tirada no local da compra (Id 25498417). A simples análise das alegações das partes, em confronto com os documentos apresentados, leva-me à conclusão de que a parte requerida comprovou a existência da relação jurídica entre os litigantes. Quando a parte requerente se depara com essas provas no processo, ela deve impugnar argumentando que não assinou o documento, ou que se assinou o produto/serviço não foi entregue/prestado, o que não se verifica no caso. Vale lembrar que a inversão do ônus da prova não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte requerente o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, inciso I, do CPC. Outrossim, não há que se falar em declaração de inexistência do débito, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da reclamada. Presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débito, a inclusão do devedor nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser legítimo uma vez que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, contudo, apenas no valor da restrição aqui discutida, visto que, não foi colacionado nos autos demonstrativo do cálculo do montante em aberto. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante. Outrossim, OPINO pela PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar a reclamante ao pagamento do valor total de R$ 778,59 (setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, artigos 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010655-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOCINETE DA SILVA ROSA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO(A))
FELIPE GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT25041/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010655-67.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOCINETE DA SILVA ROSA ALMEIDA REQUERIDO: BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente afasto a preliminar de ausência de interesse arguida pelo reclamado, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão. Neste contexto, aplicando-se as disposições da legislação consumerista ao caso em tela, especialmente as que vedam práticas abusivas, mostra-se viável o exame da pretensão autoral, notadamente de cunho reparatório. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, assegura ao cidadão o acesso à justiça sem a necessidade de prévio requerimento na via administrativa,

sendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição garantia constitucional. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito por débitos nos valores de R$ 479,58; R$ 207,91 e R$ 150,40 com data de inclusão em 15/04/2019, 10/05/2019 e 12/05/2019, respectivamente, promovidos pelo reclamado. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com o banco demandado, uma vez que o serviço prestado nunca foi contratado pela reclamante. O reclamado, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a parte autora inadimplente, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação do serviço é motivo suficiente para inserção de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. O reclamado em sua peça de defesa insiste que houve contratação do serviço por parte do reclamante, entretanto, não apresentou sequer o número do contrato, ou, ainda, "telas de sistema", como costuma fazer em casos semelhantes. Assim, não carreou aos autos qualquer prova que pudesse comprovar a relação jurídica entre os litigantes. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante para a referida contratação. Cumpre à instituição financeira agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. A propósito, vale frisar que o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Deste modo, não tendo o requerido examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo o banco adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Desta feita, diante da ausência de provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- "A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. (...)" (REsp 1440721/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTATURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 11/11/2016). 4- "OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL." (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992, p. 16801). 5- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento." (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Vale frisar que em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, não é possível aplicar a regra contida na Súmula nº 385 do STJ, tendo em vista que as negativações em análise no presente processo são as únicas restrições da autora no cadastro de inadimplentes. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante para: 1 - Declarar a inexistência dos débitos aqui litigados, bem como determinar a exclusão definitiva das restrições indevidas. 2 – Condenar a parte reclamada ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça). Intime-se o reclamado para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005389-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANCEUMOS LOPES MACEDO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1005389-02.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANCEUMOS LOPES MACEDO REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. O reclamante

alega em síntese que é titular da unidade consumidora nº 482425, contratada junto à reclamada. Afirma que em março/2019 e abril/2019 recebeu cobranças indevidas nos valores de R$ 420,69 (quatrocentos e vinte reais e sessenta e nove centavos) e R$ 770,06 (setecentos e setenta reais e seis centavos), respectivamente, decorrente de apuração de danificação de hidrômetro, realizada unilateralmente pela reclamada. Aduz que não concorda com os valores lanças em sua fatura de água, uma vez que possui uma média mensal muito inferior ao que foi cobrado, deste modo, pugna pelo cancelamento dos valores lançados em decorrência de suposta fraude apurada pela reclamada. Em contestação, a reclamada alegou que agiu no exercício regular de direito, visto que fora constatada fraude no medidor instalado na unidade consumidora do reclamante, não havendo o que se falar em inexistência de débito, tampouco danos morais. Ao final, pugna pela condenação do autor ao pagamento dos valores inadimplidos. Por se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que aquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. No que tange ao mérito, a questão central reside na ocorrência ou não de falha na prestação de serviços por parte da reclamada. Nesse ínterim, não se pode perder de vista o disposto no art. 14 do CDC, o qual estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços. O reclamante alega que a reclamada realizou vistoria no hidrômetro e emitiu cobrança consistente em multa por fraude no hidrômetro. Entretanto, o reclamante afirma que não houve qualquer violação ou fraude no medidor. A reclamada, por sua vez, aduz que compareceu no imóvel, conforme vistora realizada em 17/09/2019, constatando a suposta fraude cometida (arame introduzido no hidrômetro), conforme termo de vistoria in loco e registro fotográfico anexos na defesa, o que resultou na multa cobrada, de forma legítima, portanto. Pois bem. O autor sustenta não ser o responsável pela avaria no hidrômetro. No entanto, é entendimento assente ser o consumidor depositário do aparelho, que se encontra nos limites da sua residência, sendo, assim, responsável pela manutenção e integridade. Ainda que o autor não saiba como o furo na superfície do hidrômetro, deve arcar com o custo da troca, que foi efetuada pela ré no valor de R$ 158,08 (cento e cinquenta e oito reais e oito centavos). Com relação à multa pela avaria, nos valores de R$ 420,69 e R$ 770,06, deve o valor ser afastado, uma vez que não restou comprovada a fraude com intenção de locupletamento, pelo autor, inclusive porque o consumo registrado após a troca do medidor se manteve na média apurada dos meses anteriores. Assim, descabe a imposição da multa cobrada nos meses de março e abril de 2019. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. VIOLAÇÃO DO HIDRÔMETRO. COBRANÇA DE MULTA PELA AVARIA, TROCA DO MEDIDOR E RECUPERAÇÃO DO PERÍODO DA IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DE VANTAGEM POR PARTE DA CONSUMIDORA OU PROVA DA AUTORIA DO FATO. MULTA AFASTADA, POR NÃO DEMONSTRADA A FRAUDE PRATICADA PELA AUTORA. VALOR DA REPOSIÇÃO DO HIDRÔMETRO DEVIDO. CONSUMO REGISTRADO APÓS A TROCA DO MEDIDOR EM CONFORMIDADE COM A MÉDIA DOS MESES ANTERIORES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71008394512, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luis Antonio Behrensdorf Gomes da Silva, Julgado em 24/05/2019) Reputa-se assim existente a relação jurídica obrigacional entre as partes, bem como a necessidade de refaturamento das faturas nos valores originais de R$ 420,69 (março/2019) e 770,06 (abril/2019), retirando-se os valores indevidamente cobrados, qual seja, a multa imposta pela requerida na fatura de março/2019, retificando-a para o total devido de R$ 194,78 (cento e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos) referente ao consumo do autor e o custo da troca do hidrômetro, e na fatura de abril/2019 que seja retirada a cobrança do valor de R$ 736,13 (setecentos e trinta e seis reais e treze centavos), referente ao consumo retroativo de água, devendo ser cobrada na fatura apenas o valor de R$33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos). Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na inicial para o fim de DECLARAR a inexistência de débito da parte autora com a parte ré referente as faturas de competência dos meses de março/2019 e abril/2019, revisando-as e adequando-as para o valor total de R$194,78 (cento e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos) – março/2019 e R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos) – abril/2019, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Mantenho a medida liminar anteriormente concedida. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010611-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LUCAS RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010611-48.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE LUCAS RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente afasto a preliminar de ausência de interesse arguida pelo reclamado, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão. Neste contexto, aplicando-se as disposições da legislação consumerista ao caso em tela, especialmente as que vedam práticas abusivas, mostra-se viável o exame da pretensão autoral, notadamente de cunho reparatório. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, assegura ao cidadão o acesso à justiça sem a necessidade de prévio requerimento na via administrativa, sendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição garantia constitucional. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito por débito no valor de R$ 56,05 com data de inclusão em 07/10/2016 promovido pelo reclamado. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com o banco demandado, uma vez que o serviço prestado nunca foi contratado pela reclamante. O reclamado, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a parte autora inadimplente, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação do serviço é motivo suficiente para inserção de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. O reclamado em sua peça de defesa insiste que houve contratação do serviço por parte do reclamante, entretanto, não apresentou sequer o número do contrato, ou, ainda, “telas de sistema”, como costuma fazer em casos semelhantes. Assim, não carreou aos autos qualquer prova que pudesse comprovar a relação jurídica entre os litigantes. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante para a referida contratação. Cumpre à instituição financeira agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. A propósito, vale frisar que o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Deste modo, não tendo o requerido examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo o

banco adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Desta feita, diante da ausência de provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- “A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. (...)” (REsp 1440721/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTATURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 11/11/2016). 4- “OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL.” (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992, p. 16801). 5- “A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.” (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Vale frisar que em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, não é possível aplicar a regra contida na Súmula nº 385 do STJ, tendo em vista que a negativação em análise no presente processo é a única restrição do autor no cadastro de inadimplentes. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante para: 1 - Declarar a inexistência dos débitos aqui litigados, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida no valor de R$ 56,05 (cinquenta e seis reais e cinco centavos) 2 – Condenar a parte reclamada ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça). Intime-se o reclamado para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome do reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010743-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA COSTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010743-08.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FLAVIA COSTA DOS SANTOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente afasto a preliminar de ausência de interesse arguida pelo reclamado, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão. Neste contexto, aplicando-se as disposições da legislação consumerista ao caso em tela, especialmente as que vedam práticas abusivas, mostra-se viável o exame da pretensão autoral, notadamente de cunho reparatório. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, assegura ao cidadão o acesso à justiça sem a necessidade de prévio requerimento na via administrativa, sendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição garantia constitucional. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito por débito no valor de R$ 126,82 (cento e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos) com data de inclusão em 13/07/2019, respectivamente, promovidos pelo reclamado. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com o banco demandado, uma vez que o serviço prestado nunca foi contratado pela reclamante. O reclamado, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a parte autora inadimplente, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação do serviço é motivo suficiente para inserção de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. O reclamado em sua peça de defesa insiste que houve contratação do serviço por parte do reclamante, entretanto, não apresentou sequer o número do contrato, ou, ainda, “telas de sistema”, como costuma fazer em casos semelhantes. Assim, não carreou aos autos qualquer prova que pudesse comprovar a relação jurídica entre os litigantes. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante para a referida contratação. Cumpre à instituição financeira agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. A propósito, vale frisar que o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de

falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Deste modo, não tendo o requerido examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo o banco adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Desta feita, diante da ausência de provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- “A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. (...)” (REsp 1440721/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTATURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 11/11/2016). 4- “OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL.” (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992, p. 16801). 5- “A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.” (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Vale frisar que em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, não é possível aplicar a regra contida na Súmula nº 385 do STJ, tendo em vista que a negativação em análise no presente processo é a única restrição da autora no cadastro de inadimplentes. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante para: 1 - Declarar a inexistência dos débitos aqui litigados, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida no valor de R$ 126,82 (cento e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos) 2 – Condenar a parte reclamada ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça). Intime-se o reclamado para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010377-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAVID LUIZ RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GOMES FERREIRA NETO OAB - MT6508-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010377-66.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DAVID LUIZ RIBEIRO REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Vale dizer que o julgamento antecipado da causa vertente não representa cerceamento de defesa ou violação ao princípio do contraditório, pois há nos autos elementos de convicção suficientes para que a sentença seja proferida, evitando-se que a causa tenha seu desfecho protraído, homenageando-se, desse modo, a tão colimada celeridade processual. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. O reclamante alega ter adquirido passagens aéreas da demandada trecho Cuiabá/MT – Florianópolis/SC, conexão em Campo Grande, Curitiba e Porto Alegre com embarque previsto para o dia 08/02/2019 às 03h15min e chegada às 12h05min, no entanto, o voo de conexão entre Campo Grande/Curitiba sofreu atraso e, por consequência, a alteração de seu itinerário sendo necessário completar a viagem de Curitiba/Florianópolis por meio terrestre (VAN) o que acarretou no atraso da chegada em seu destino final em cinco horas, tendo em vista que desembarcou em Florianópolis às 17h00min do dia 08/02/2019. Deste modo, requer a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. Por sua vez, a reclamada afirma não ter havido ato ilícito e que o atraso do voo ocorreu em razão de problemas técnicos na aeronave ocasionando a manutenção não programada. Assim, sustenta que cumpriu com todos os seus deveres junto ao consumidor ao realoca-lo no próximo voo, inexistindo danos extrapatrimoniais a indenizar Analisado o processo e os documentos que o instrui, o atraso do voo contratado pelo autor resta incontroverso, limitando-se a ré a alegar que o fato ocorreu por necessidade de manutenção da aeronave não programada. Sendo objetiva a responsabilidade da reclamada, na qualidade de fornecedora de serviço, devem comprovar o adimplemento das obrigações contratuais e prestação

adequada do serviço de transporte aéreo. Não obstante, ao reclamante incumbe a prova do vício do serviço, uma vez que, provado este, provado estará o dano. O Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n.º 7.565, de 1986) prevê que cumpre ao transportador a realocação de passageiros em caso de atraso de voo superior a 04 horas, ou, não sendo possível, a assunção de despesas de alimentação e hospedagem, sem prejuízo da responsabilidade civil. "Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem". "Art. 231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço. Parágrafo único. Todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil". Por sua vez, o Código de Defesa do Consumidor, determina que o dever de informação por parte dos fornecedores de produtos e serviços é, correlatamente, direito básico do consumidor: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem"; A companhia aérea não anexou nenhum documento a fim de provar a prestação adequada do serviço de transporte, limitando-se a atribuir a responsabilidade pelo atraso do voo do autor a problemas técnicos com aeronave. Deste modo, não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia a teor do art. 373, II, CPC, e não juntou nos autos nenhum documento capaz de demonstrar a legalidade de seus atos, assim como não trouxe nenhuma prova relativa às alegações de que o atraso ocorreu por problemas operacionais, que teria provocado a alteração do voo inicialmente contratado pelo reclamante. Logo, não há no caso qualquer causa de excludente de responsabilidade por caso fortuito ou fato de terceiro, sendo certo que tendo vendido bilhetes para determinado horário e sendo impedido de trafegar pelas autoridades da aviação civil em razão de problemas técnicos, deve a reclamada reparar os danos causados. Desta feita, a situação vivenciada pelo reclamante decorrente da demora, desconforto, aflição e transtornos a que fora submetida, ultrapassa o limite do mero aborrecimento, por culpa exclusiva da demandada, devendo reparar pelos danos causados. A propósito: APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. CANCELAMENTO DE VOO EM FUNÇÃO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE. ATRASO DE MAIS DE SETE HORAS PARA CHEGADA AO DESTINO. DEVER DE INDENIZAR ASSENTE. É de ser mantida a sentença de procedência do pedido de indenização por danos morais, pois as companhias aéreas respondem objetivamente pelos danos causados aos transportados. No caso em apreço, a ré não logrou demonstrar causa excludente de responsabilidade, já que a necessidade de manutenção de aeronave não é fato imprevisível. Atraso superior a sete horas para chegada ao destino. Indenização mantida em R$ 3.000,00 (três mil reais) para cada autor, pois adequado e proporcional. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70069966893, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 28/07/2016). No que se refere ao quantum indenizatório, o procedimento de sua fixação é norteado pelo critério da proporcionalidade, segundo o qual devem ser levadas em consideração as circunstâncias em que o fato danoso ocorreu, o grau de culpa do causador do dano e a realidade financeira dos litigantes. O valor a ser arbitrado por danos morais não deve também ser desmedido que leve ao enriquecimento sem causa, tampouco ínfimo, a ponto do agressor não perceber seu desacerto. Na hipótese presente, infere-se que a parte reclamada não agiu com culpa grave, mas é de grande porte, do ponto de vista de suas possibilidades econômico-financeiras. A repercussão do fato danoso na esfera íntima da parte autora pode ser classificada como moderada, se comparada a outras adversidades e considerando que o atraso foi de aproximadamente 05 horas. Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente ação para CONDENAR a reclamada a compensar o reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça). Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006608-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DOMINGOS PEREIRA NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1006608-50.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DOMINGOS PEREIRA NUNES REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. De outra banda, afasto a preliminar de rejeição da inversão do ônus da prova, tendo em vista que se confunde com o mérito da lide, de modo que com ele deve ser analisado. Ainda, preliminarmente, a reclamada alega que o extrato de negativação apresentado pelo autor não evidencia a legitimidade das informações ali prestadas e requer a juntada de documento físico emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Indefiro o pedido, visto que o documento apresentado não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos deveria juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Superada as preliminares passo a analisar o mérito. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados do reclamante nos cadastros de proteção ao crédito pela requerida por dívida no valor de R$ 185,99 (cento e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos) com data de inclusão em 27/06/2019, no entanto o requerente afirma desconhecer a dívida; Assim, pugna pela anulação do negócio jurídico com a consequente declaração de inexistência do débito que originou a negativação, bem como pela condenação da reclamada em indenização por danos morais. Por sua vez, em contestação a reclamada afirma que após análise do histórico da cobrança foi constatado que a parte autora realizou cadastro junto à requerida referente a linha telefônica nº 65-99683-1609, aduz, ainda, que constam no sistema operacional diversos pagamentos anteriores, o que também comprova que o autor mantinha relação jurídica com a empresa. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação de serviço da empresa é motivo suficiente para inserção do nome da parte nos órgãos de proteção ao crédito. Por fim, como pedido contraposto, pugna pela condenação do reclamante ao pagamento do débito inadimplido, além da condenação às penas de litigância de má-fé. Destarte, embora tenha a reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, não apresentou qualquer documento apto a provar a contratação pela parte requerente. A reclamada em sua contestação insiste na regularidade da negativação, tendo em vista que fora localizado em observância ao seu

sistema interno assinatura em nome do autor, possuindo faturas pendentes, conforme telas sistêmicas colacionadas junto à peça de defesa. Ocorre que as imagens de suas telas de sistemas em verdade repercutem imagens de seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Resta, pois, impossível reputar 'telas de sistema' como prova segura que tenha a propriedade de convencer, não se caracterizando, pois, como prova no sentido próprio do termo, sendo apenas elementos indicativos que não devem ser tomados senão com reservas; fazem prova, isso sim, contra a parte que as produziu, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Desta feita, a parte requerida não apresentou provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- "A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. 5- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento." (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pelo requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Portanto, em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Infere-se, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante, resta, portanto, configurada a falha na prestação de serviço praticada pela reclamada, conforme descrito na inicial. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, observa-se que a inscrição ora discutida é o registro mais antigo em nome do autor, o que afasta a incidência da súmula nº 385 do STJ. Entretanto, apesar de afastada a incidência da súmula 385 do STJ o fato de existir outras restrições em seu cadastro faz-se necessária a redução do quantum indenizatório, assim considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). De outra banda, quanto ao pleito contraposto apresentado pela reclamada, não merece ser acolhido, em razão da ausência de comprovação da relação jurídica mantida com o demandante, e, destarte, a existência de débito em seu nome. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, também não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante para: 1 - Declarar a inexistência do débito aqui litigado, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida no valor de R$ 185,99 (cento e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos); 2 – Condenar a parte reclamada ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça); 3 – OPINO pela improcedência do pedido contraposto; Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome do reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009941-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEMORA YASMIN STELLE RONDON (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1009941-10.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NEMORA YASMIN STELLE RONDON REQUERIDO: VIVO S.A. S E N T E N Ç A I - RELATÓRIO Dispensado o relatório nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. II – PRELIMINARES Inicialmente, esclareço que no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. De outra banda, afasto a preliminar de rejeição da inversão do ônus da prova, tendo em vista que se confunde com o mérito da lide, de modo que com ele deve ser analisado. Ainda, preliminarmente, a reclamada alega que o extrato de negativação apresentado pelo autor não evidencia a legitimidade das

informações ali prestadas e requer a juntada de documento físico emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Indefiro o pedido, visto que o documento apresentado não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos deveria juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. III – MÉRITO Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de inscrição indevida dos dados da reclamante nos cadastros de proteção ao crédito pela requerida por dívida no valor de R$ 200,61 (duzentos reais e sessenta e um centavo) com data de inclusão em 21/04/2014, no entanto a requerente afirma desconhecer a dívida. Assim, pugna pela anulação do negócio jurídico com a consequente declaração de inexistência do débito que originou a negativação, bem como pela condenação da reclamada em indenização por danos morais. Por sua vez, em contestação a reclamada afirma que após análise do histórico da cobrança foi constatado que a parte autora realizou cadastro junto à requerida referente a linha telefônica nº 65-99273-2645, aduz, ainda, que constam no sistema operacional diversos pagamentos anteriores, o que também comprova que a autora mantinha relação jurídica com a empresa. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação de serviço da empresa é motivo suficiente para inserção do nome da parte nos órgãos de proteção ao crédito. Destarte, embora tenha a reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, não apresentou qualquer documento apto a provar a contratação pela parte requerente. A reclamada em sua contestação insiste na regularidade da negativação, tendo em vista que fora localizado em observância ao seu sistema interno assinatura em nome do autor, possuindo faturas pendentes, conforme telas sistêmicas colacionadas junto à peça de defesa. Ocorre que as imagens de suas telas de sistemas em verdade repercutem imagens de seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Resta, pois, impossível reputar 'telas de sistema' como prova segura que tenha a propriedade de convencer, não se caracterizando, pois, como prova no sentido próprio do termo, sendo apenas elementos indicativos que não devem ser tomados senão com reservas; fazem prova, isso sim, contra a parte que as produziu, motivo pelo qual aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Desta feita, a parte requerida não apresentou provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- "A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. 5- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento." (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pelo requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Portanto, em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Por outro lado, melhor sorte não socorre o reclamante no que tange à ocorrência de danos morais. Em consulta ao extrato de negativação apresentado pela autora é possível observar que o débito questionado neste processo não é o primeiro registro da autora no cadastro de inadimplentes, assim, embora demonstrada a conduta ilícita por parte da empresa ré ao negativar o nome da reclamante por dívida inexistente, o fato de possuir registro anterior válido em cadastro de inadimplentes aponta a inexistência de abalo de crédito, do que se conclui não tenha tido prejuízo decorrente da conduta ilícita da reclamada. Destarte, não há que se falar em dano moral indenizável, em conformidade com o disposto no enunciado n. 385 da súmula do STJ, segundo o qual, "Da anotação irregular em cadastro de proteção de crédito, não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito do cancelamento". De outra banda, quanto ao pleito contraposto apresentado pela reclamada, também não merece prosperar em razão da ausência de comprovação da relação jurídica mantida com a demandante, e, por conseguinte, a existência de débito em seu nome. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. IV - DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela reclamante para DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito aqui litigado, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida no valor de R$ 200,61 (duzentos reais e sessenta e um centavos) e JULGAR IMPROCEDENTE o pedido de danos morais. OPINO pela improcedência do pedido contraposto. Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010108-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ITAMAR WILL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010108-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ITAMAR WILL REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. Ressalto ainda que na oportunidade da audiência de conciliação as partes não manifestaram interesse na realização de audiência de instrução e julgamento em razão da ausência de necessidade de produção de prova testemunhal, o que autoriza o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Do mesmo modo, afasto a prejudicial de mérito suscitada pela ré no que tange a prescrição, tendo em vista que o prazo prescricional, para fins de ação de indenização por danos morais por inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito, passa a fluir da data da ciência do fato gerador da pretensão, o que, in casu, ocorreu em 18/09/2019 (Id. 24453979), data em que foi realizada a consulta dos dados da autora no cadastro de proteção ao crédito. Ainda, a reclamada sustenta que o extrato de negativação apresentado pelo autor não evidencia a legitimidade das informações ali prestadas e requer a juntada de documento físico emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Indefiro o pedido, visto que o documento apresentado não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos deveria juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Pleiteia o reclamante, indenização por danos morais diante da inserção de seu nome em cadastro de restrição de crédito promovida pela reclamada por débito no valor de R$ 10,89 (dez reais e oitenta e nove centavos), com data de inclusão em 11/12/2015. Neste sentido, argumenta que desconhece os referidos débitos, uma vez que não solicitou qualquer serviço junto à concessionária. A reclamada, em contestação, alega a existência de contrato de prestação de serviços de energia elétrica firmado pelo autor referente à UC cadastrada sob o nº 634301-6, situada na ESTRADA LINHA 16 10 LINHA 16 CHAC. 10 C. BAIRRO: CINTURAO VERDE ZONA: LOCAL: COXIPO DA PONTE, CUIABÁ/MT, razão pela qual, a o apontamento dos dados do autor no cadastro de inadimplentes configura exercício regular do direito. Ao final, como pedido contraposto, pugna pela condenação do reclamante ao pagamento do débito inadimplido, além da condenação nas penas de litigância de má-fé. Por se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifica-se que a reclamada não trouxe o contrato firmado pela autora referente à unidade consumidora em discussão, trazendo apenas o histórico de contas do cliente, os quais, por serem produzidos unilateralmente não podem ser aceitos como meio de prova, motivo pelo qual reputo como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ademais, as imagens de suas telas de sistemas em verdade repercutem imagens de seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Resta, pois, impossível reputar 'telas de sistema' como prova segura que tenha a propriedade de convencer, não se caracterizando, pois, como prova no sentido próprio do termo, sendo apenas elementos indicativos que não devem ser tomados senão com reservas. Desta feita, a parte requerida não apresentou provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Vale frisar que em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Do mesmo modo, o entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, observa-se que as negativações em análise são as únicas restrições em seu nome, portanto, não se aplica no presente caso a Súmula nº 385 do STJ. De outra banda, quanto ao pleito contraposto apresentado pela reclamada, este não merece ser acolhido, em razão da ausência de comprovação da relação jurídica mantida com o autor, e, destarte, a existência de débito. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, também não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 – Declarar a inexistência do débito aqui litigado e, por conseguinte, determinar a exclusão definitiva do nome do reclamante dos órgãos de proteção ao crédito referente ao débito no valor de R$ 10,89 (dez reais e oitenta e nove centavos); 2 - CONDENAR a reclamada a compensar o reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça); 3 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto. Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome do reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009065-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERLENO PEREIRA DE AQUINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FRANCISCO FELIX OAB - MT11158-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1009065-55.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ERLENO PEREIRA DE AQUINO REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente afasto a preliminar de ausência de interesse arguida pelo reclamado, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão. Neste contexto, aplicando-se as disposições da legislação consumerista ao caso em tela, especialmente as que vedam práticas abusivas, mostra-se viável o exame da pretensão autoral, notadamente de cunho reparatório. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, assegura ao cidadão o acesso à justiça sem a necessidade de prévio requerimento na via administrativa, sendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição garantia constitucional. Ainda, preliminarmente, a reclamada alega que o extrato de negativação apresentado pelo autor não evidencia a legitimidade das informações ali prestadas e requer a juntada de documento físico emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Indefiro o pedido, visto que o documento

apresentado não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos deveria juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito por débito no valor de R$ 867,88 (oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito reais) com data de inclusão em 05/07/2019 promovido pelo reclamado. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito e não possui qualquer relação jurídica com o banco demandado, uma vez que o serviço prestado nunca foi contratado pela reclamante. O reclamado, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a parte autora inadimplente, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Deste modo, a ausência de pagamento ante a devida prestação do serviço é motivo suficiente para inserção de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. O reclamado em sua peça de defesa insiste que houve contratação do serviço por parte do reclamante, entretanto, não apresentou sequer o número do contrato, ou, ainda, "telas de sistema", como costuma fazer em casos semelhantes. Assim, não carreou aos autos qualquer prova que pudesse comprovar a relação jurídica entre os litigantes. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante para a referida contratação. Cumpre à instituição financeira agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. A propósito, vale frisar que o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Deste modo, não tendo o requerido examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo o banco adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Desta feita, diante da ausência de provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – INCLUSÃO DO NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – TELEFONIA – FATURA INADIMPLIDA – CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO – IMPOSSIBILIDADE DE PROVA NEGATIVA PELO AUTOR – TELAS DO SISTEMA DE ATENDIMENTO - PROVAS UNILATERAIS – PARTE REQUERIDA QUE NÃO DESINCUMBIU DO ÔNUS – INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO – NEGATIVAÇÃODO NOME INDEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA – VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – REDUÇÃO DO VALOR- JUROS – EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 DO STJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ARBITRAMENTO – SÚMULA 362 DO STJ – RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. 1- A inscrição indevida em cadastro de inadimplente por dívida de serviço de telefonia, que não se comprova a efetiva contratação do serviço gera direito à indenização por dano moral, independente da prova do dano moral (in re ipsa) sofrido pelo consumidor. Precedentes do STJ. 2- As telas de sistema de atendimento consistem em provas unilaterais e não são hábeis para comprovação da contratação do serviço de telefonia Fl. 1 de 22 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO Nº 145213/2017 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO fixa. 3- "A indenização por danos morais possui tríplice função, a compensatória, para mitigar os danos sofridos pela vítima; a punitiva, para condenar o autor da prática do ato ilícito lesivo, e a preventiva, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Ainda, o valor da indenização deverá ser fixado de forma compatível com a gravidade e a lesividade do ato ilícito e as circunstâncias pessoais dos envolvidos. (...)" (REsp 1440721/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTATURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 11/11/2016). 4- "OS JUROS MORATORIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL." (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992, p. 16801). 5- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento." (Súmula 362, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/10/2008, DJe 03/11/2008). (APELAÇÃO Nº 145213/2017 - RELATORA:DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO - Número do Protocolo: 145213/2017 Data de Julgamento: 31-07-2018). Vale frisar que em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, não é possível aplicar a regra contida na Súmula nº 385 do STJ, tendo em vista que a negativação em análise no presente processo é a única restrição do autor no cadastro de inadimplentes. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante para: 1 - Declarar a inexistência dos débitos aqui litigados, bem como determinar a exclusão definitiva da restrição indevida no valor de R$ 867,88 (oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos); 2 – Condenar a parte reclamada ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça). Intime-se o reclamado para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome do reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008249-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN FRANCELINO MARCONDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1008249-73.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WILLIAN FRANCELINO MARCONDES REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A S E N T E N Ç A I - RELATÓRIO Dispensado o relatório, conforme artigo 38 da Lei 9.099/95. II – PRELIMINAR Inicialmente, a preliminar de incompetência arguida pela parte reclamante deve ser rejeitada tendo em vista que os

documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção. Assim, rejeito a alegação de incompetência absoluta por complexidade, tendo em vista a desnecessidade da realização de perícia diante da assinatura lançada nos documentos juntados na inicial e aquela lançada nos documentos juntados na contestação. Diante disto, entendo desnecessária a realização de perícia grafotécnica, faço isso, com fulcro nos disposto nos artigos 5º e 33, da Lei 9.099/95. III - MÉRITO Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito por débito no valor de R$ 282,59 (duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), com data de inclusão em 01/07/2016 promovido pelo reclamado. Aduz, em sua peça inicial que desconhece o referido débito, uma vez que nunca manteve qualquer relação jurídica com a instituição financeira. O reclamado, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito uma vez que a reclamante é titular da conta corrente nº 092800, agência 1130, contratada em 19/12/2014, assim, existindo valores em aberto a inscrição de seus dados é legítima. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, o reclamado juntou cópia da autorização para abertura de conta devidamente assinada pela reclamante (id nº 25549641), além de documentos pessoais do autor. Vale frisar que semelhança da assinatura apresentada no contrato com aquela aposta nos documentos juntados na inicial e exarada no termo de audiência é visualizada a olho nu, fato que afasta a conduta ilícita do requerido. No caso, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Ainda, tendo o reclamado apresentado o contrato devidamente assinado caberia a reclamante apresentar prova de quitação dos valores em aberto, o que também não fez, ao contrário, questiona o débito negativado, entretanto, nada diz acerca da relação jurídica mantida com o banco, fato este omitido em sua peça inaugural. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil/2015. Desta feita, não há que se falar em declaração de inexistência do débito, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder do reclamado. Presentes indícios substanciais de que o débito que ensejou a negativação é devido, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débito, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos e configuração de danos morais. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018). Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, também não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. IV – DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, artigos 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010067-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDE RODRIGUES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010067-60.2019.8.11.0001. INTERESSADO: NEIDE RODRIGUES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A S E N T E N Ç A I - RELATÓRIO Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Inicialmente, cumpre destacar que, no caso em apreço não será necessária a designação de audiência de instrução em julgamento, por ser matéria de prova documental, assim, estando os presentes autos instruídos com a documentação necessária, considerando que o juiz é o destinatário da prova, a ele cabe apreciar a necessidade ou não de sua realização, para o fim de firmar seu convencimento e proferir julgamento a respeito da lide. II – PRELIMINARES A nova sistemática processual trouxe como norma fundamental a primazia do julgamento do mérito, positivado no artigo 4º da Lei Processual que dispõe: Art. 4o As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa. No mesmo sentido, dispõe o artigo 488 do Código Processual: Art. 488. Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485. Ainda, em atenção aos princípios basilares que orientam a Lei 9.099/95, dentre eles a simplicidade, celeridade e economia processual, dispensa-se a análise das questões preliminares arguidas pelo réu. Portanto, quanto ao exame das preliminares suscitadas pelo demandado, como o mérito é favorável ao réu, dispensa-se o exame das questões prefaciais por ele invocada em atenção ao princípio da primazia do julgamento do mérito. II - MÉRITO Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante, indenização por danos morais diante da inserção de seu nome em cadastro de restrição de crédito promovida pela reclamada, ao argumento que desconhece o referido débito, uma vez que não solicitou nem adquiriu qualquer produto ou serviço junto à concessionária. A reclamada, em contestação, alega a existência de contrato de prestação de serviços de energia elétrica firmado pelo autor referente à UC sob nº 732127-6, localizada na Rua Governador Valadares, nº 18, quadra 163, Bairro Altos da Serra – Cuiabá/MT, da qual constam débitos em aberto correspondente ao inadimplemento do parcelamento de dívida realizado em nome da autora no valor de R$ 1.142,79 (mil cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos) Assim, em sua defesa, afirma que não cometeu qualquer ilícito, por estar a reclamante inadimplente, conforme documentos acostados aos autos, razão pela qual a inscrição de seus dados é legítima. Ao final, como pedido contraposto, pugna pela condenação da reclamante ao pagamento do débito inadimplido. Cabia à requerida impugnar especificamente os pontos aduzidos na inicial e apresentar documentos comprovando a legalidade da negativação, o que o fez, conforme se verifica nos documentos acostados à defesa. Visando demonstrar que de fato os serviços foram contratados pela parte autora, a reclamada juntou o histórico de consumo, documentos pessoais e o contrato de assunção e confissão de dívidas, novação, parcelamento de débitos assinado em todas as vias pela parte promovente (id nº 25951418), cuja semelhança da assinatura apresentada no contrato com aquela aposta nos documentos juntados na inicial e exarada no termo de audiência é visualizada a olho nu, fato que afasta a conduta ilícita da requerida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista

que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil/2015. No presente caso, a parte requerente não apresentou impugnação. Diante da apresentação do contrato de confissão de dívida e parcelamento com assinatura da autora e demais documentos pessoais, a requerente não se deu nem ao trabalho de levantar suspeita quanto a idoneidade das assinaturas. Não tendo a parte requerente se manifestado a respeito da autenticidade ou do conteúdo presente nos documentos apresentados pela parte requerida, presume-se que os mesmos são verdadeiros e refletem os fatos narrados na contestação. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Nesse sentido: APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. LICITUDE DA INSCRIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Diante da negativa da parte autora quanto à existência de débito junto à ré, cabia a esta comprovar o contrário, ônus do qual se desincumbiu a contento, atendendo ao que dispõe o art. 373, II, do CPC. Comprovada a origem da dívida, e ausente o devido pagamento, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito se constituiu em exercício regular de direito, sendo lícita, portanto. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078143062, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 08/08/2018) Quanto ao pedido contraposto apresentado pela reclamada, entendo ser parcialmente legítimo visto que restou comprovada a existência de débito pendente de pagamento, entretanto, limito a condenação ao valor da inscrição questionada nestes autos, uma vez que a concessionária de energia elétrica não apresentou cálculo de evolução do débito. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. IV - DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo reclamante. Outrossim, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido contraposto apresentado para o fim de condenar o reclamante ao pagamento do valor de R$ 108,17 (cento e oito reais e dezessete centavos), a ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE e aplicação de juros de mora a partir da contestação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, artigos 54 e 55) e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010018-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALESKA CEZARIO DIPERRO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1010018-19.2019.8.11.0001. INTERESSADO: VALESKA CEZARIO DIPERRO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A S E N T E N Ç A I – RELATÓRIO Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. II - PRELIMINARES Inicialmente, afasto a prejudicial de mérito suscitada pelo réu no que tange a prescrição, tendo em vista que o prazo prescricional, para fins de ação de indenização por danos morais por inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito, passa a fluir da data da ciência do fato gerador da pretensão, o que, in casu, ocorreu em 10/09/2019 (Id. 24427331), data em que foi realizada a consulta dos dados do autor no cadastro de proteção ao crédito. Do mesmo modo, afasto a preliminar de ausência de interesse arguida pelo reclamado, posto que o interesse processual está presente sempre que a parte tenha a necessidade de exercer o direito de ação (e, consequentemente, instaurar o processo) para alcançar o resultado que pretende, relativamente à sua pretensão. Neste contexto, aplicando-se as disposições da legislação consumerista ao caso em tela, especialmente as que vedam práticas abusivas, mostra-se viável o exame da pretensão autoral, notadamente de cunho reparatório. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, assegura ao cidadão o acesso à justiça sem a necessidade de prévio requerimento na via administrativa, sendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição garantia constitucional. Por fim, o reclamado levanta preliminar alegando que a parte reclamante não juntou nenhum comprovante de residência em seu nome. Rejeito a preliminar de inépcia da inicial arguida pelo reclamado, uma vez que ausente qualquer vício capaz de ensejar a inépcia da inicial, conforme previsão do parágrafo único do art. 330, § 1º do NCPC. Com efeito, deve ser priorizado o acesso à justiça em detrimento de certas exigências, que acabam acarretando entrave processual e, por conseguinte, a ineficácia dos princípios que regem os juizados especiais, em atenção à celeridade processual. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Pleiteia a reclamante, indenização por danos morais diante da inserção de seu nome em cadastro de restrição de crédito promovida pela reclamada por pendências financeiras no valor total de R$ 75,42 (setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), com data de inclusão em 08/05/2015. Neste sentido, argumenta que desconhece o referido débito, uma vez que não solicitou nem adquiriu qualquer produto ou serviço junto à concessionária. A reclamada, em contestação, alega a existência de contrato de prestação de serviços de energia elétrica firmado pelo autor referente à UC sob nº 1314637-8 localizada no endereço Estrada Rural S/N, bairro: Comunidade Brianorte, Nova Maringá – Cuiabá/MT da qual constam débitos em aberto no valor de R$ 1.204,15 (mil duzentos e quatro reais e quinze centavos), o que originou as negativações ora discutidas. Ao final, como pedido contraposto, pugna pela condenação da reclamante ao pagamento do débito inadimplido, além da condenação nas penas de litigância de má-fé. Por se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifica-se que a reclamada não trouxe o contrato firmado pelo autor referente à unidade consumidora em discussão, trazendo apenas o histórico de contas do cliente, os quais, por serem produzidos unilateralmente não podem ser aceitos como meio de prova, motivo pelo qual reputo como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Ademais, as imagens de suas telas de sistemas em verdade repercutem imagens de seus programas de software, que em absoluto não se caracterizam como documentos, porque constituem dados que são elaborados única e unilateralmente pela reclamada, sem qualquer participação da parte adversa, de maneira que não tem o condão de produzir certeza acerca de seu conteúdo, além da possibilidade de serem produzidos posteriormente ao fato e poderem ser adulterados mediante simples comando de quem tem acesso aos dados. Resta, pois, impossível reputar 'telas de sistema' como prova segura que tenha a propriedade de convencer, não se caracterizando, pois, como prova no sentido próprio do termo, sendo apenas elementos indicativos que não devem ser tomados senão com reservas. Desta feita, a parte requerida não apresentou provas aptas a comprovar a validade e legalidade da contratação de seus serviços e da cobrança do débito negativado e não tendo se descurado do ônus probatório que lhe competia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor resta cabível, pois, a desconstituição do débito negativado. Vale frisar que em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do

responsável pela cobrança dos débitos demonstrar de forma incontroversa a origem da dívida, o que não logrou fazer, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Do mesmo modo, o entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. Analisando os documentos trazidos pela parte reclamante, observa-se que a negativação analisada no presente processo é a restrição mais antiga em seu nome, portanto, não se aplica no presente caso a Súmula nº 385 do STJ. Inobstante afastada a incidência da súmula 385 do STJ o fato de existir outras restrições em nome da requerente, ainda que sub judice, impõe a redução do quantum indenizatório, assim considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$2.000,00 (dois mil reais). De outra banda, quanto ao pleito contraposto apresentado pela reclamada, este não merece ser acolhido, em razão da ausência de comprovação da relação jurídica mantida com a demandante, e, destarte, a existência de débito em seu nome. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, também não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. IV - DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 – Declarar a inexistência do débito aqui litigado e, por conseguinte, determinar a exclusão definitiva do nome da reclamante dos órgãos de proteção ao crédito em relação ao débito no valor de R$ 75,42 (setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos); 2 - CONDENAR a reclamada a compensar a reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária pelo índice do INPC a partir desta data (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça); 3 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto; Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome da reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Emanuelle dos Santos Widal Garcia Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020785-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KLEVERSON WILLIAM DE AMORIM ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMIZAEL JOSE CANDIDO OAB - MT23138/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE NOVAIS MATOS NETO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA A parte reclamante propôs a presente RECLAMAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR, em desfavor do reclamado, objetivando em sede de liminar, a busca e apreensão de um veículo. É o essencial. DECIDO. A ação de busca e apreensão situa-se entre aquelas de procedimento especial de jurisdição contenciosa, as quais, por suas peculiaridades refogem do rito processual estabelecido pela Lei 9.099/95, em face de princípios jurídicos dentre os quais os da simplicidade e celeridade processual, incompatíveis com as causas de maior complexidade. Assim, a questão é de impossibilidade processual do rito perante o procedimento dos juizados, impondo-se a extinção sem resolução de mérito. Corroborando: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. DISCUSSÃO ACERCA DA DOCUMENTAÇÃO DE VEÍCULO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E AÇÃO CAUTELAR, AMBAS AJUIZADAS PERANTE A JUSTIÇA COMUM. POSSIBILIDADE DE DECISÕES CONFLITANTES. INCOMPETÊNCIA DO JEC RECONHECIDA. EXTINÇÃO DO FEITO, DE OFÍCIO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTE A INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. PROCESSO EXTINTO, DE OFÍCIO, PREJUDICADO O RECURSO. UNÂNIME. (Recurso Cível, N° 71008491425, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Julgado em: 30-10-2019). Nesse sentido, temos o Enunciado nº 8 do Fórum Permanente de Juízes Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil – FONAJE: “Enunciado 8 - As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais”. Ante o exposto, indefiro a petição inicial e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da LJE. Após, arquive-se com as cautelas legais. P.I.C. Juiz Adauto dos Santos Reis

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019347-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO MACAUBAS LEITE DE CAMPOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SAMIA CARVALHO BORGES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1019347-55.2019.8.11.0001 Reclamante: LUCIANO MACAUBAS LEITE DE CAMPOS Reclamado: SAMIA CARVALHO BORGES S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26800123), e, com supedâneo no artigo 487, III, “b” do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003908-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS BORGES DIAS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GERVASIO CORREA DE LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1003908-04.2019.8.11.0001 Reclamante: ANTONIO CARLOS BORGES DIAS Reclamado: GERVASIO CORREA DE LIMA S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26855371), e, com supedâneo no artigo 487, III, “b” do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO

Processo Número: 1003548-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VIRGINIA SOARES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERICA DE ASSIS VELOZO BRAGA OAB - MT16078-O (ADVOGADO(A))
QUERINA DE ASSIS DA SILVA OAB - MT21504/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1003548-69.2019.8.11.0001 Reclamante: VIRGINIA SOARES DA SILVA Reclamada: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral, razão pela qual indefiro o pedido de designação de audiência de instrução e julgamento pleiteado pela parte reclamada. Rejeito a preliminar de incompetência arguida pela Reclamada, tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes para formar um juízo de convicção, não havendo necessidade de produção de outros tipos de prova, como a pericial. Passo a analisar o mérito da demanda. Alega a Autora na petição inicial que é usuária dos serviços da Reclamada através da unidade consumidora nº 6/1990126-3, e que discorda do valor cobrado na fatura de 04/2018 no valor de R$ 414,11, muito acima da sua média de consumo, outrossim informa a inscrição do seu nome no cadastro de proteção ao crédito, e que tentou resolver o problema administrativamente, porém, não obteve êxito. A Reclamada, em sua defesa, alega que inexiste ato ilícito, aduzindo que na fatura de março/2018 não foi possível a realização de leitura no medidor da unidade consumidora da Autora, sendo esta faturada pela média, e assim a fatura 04/2018, objeto da ação, refere-se ao valor acumulado de dois meses, requerendo assim a improcedência da presente ação. No caso, tratando-se de relação de consumo, impõe-se a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à parte reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Pois bem, analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifica-se que a Reclamada não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, a teor do art. 373, II, do CPC, e não comprovou que houve acúmulo de consumo na fatura 03/2019, nem apresentou justificativa plausível para tal procedimento, uma vez que apenas mencionou não ter sido possível a leitura, sem comprovar a impossibilidade da leitura. Outrossim, verifica-se inclusive através do documento histórico de contas juntado pela empresa no ID. 25613134, que a fatura 03/2019 foi gerada no valor de R$ 156,99 e registrando 224 kWh, dentro da média de consumo dos meses anteriores. Salienta-se que o acúmulo de consumo se dá devido o intervalo de leitura ter sido realizado de forma diversa a disposta no art. 84 da Resolução 414/2010, o que não restou comprovado pela Reclamada no presente caso. Insta consignar ainda que, a Reclamada não juntou nenhum documento nos autos para corroborar suas alegações, razão pela qual, entendo como verossímeis as alegações declinadas na inicial. Desta feita, verifica-se que a documentação e as assertivas apresentadas demonstram que de fato houve o registro consideravelmente superior a média de consumo da autora, na fatura objeto da lide, não tendo sido apresentada ou comprovada qualquer justificativa plausível para a cobrança constante na mesma, devendo, portanto, ser readequada a média de consumo do imóvel. Corroborando: "RECURSO INOMINADO. AÇÃO COMINATÓRIA. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA EXORBITANTE DE CONSUMO REGULAR. EXCEDENTE LANÇADO EM QUANTIA MAIOR AO VALOR DA MÉDIA. HIPÓTESE QUE ENSEJA O CANCELAMENTO DA FATURA DISCREPANTE, COM REEMISSÃO DA COBRANÇA COM BASE NA MÉDIA. SENTENÇA PARCIALMENTE MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004902284, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 29/01/2015)." Quanto ao dano moral, em si mesmo, não há que se falar em prova; o que se deve comprovar é o fato que gerou o desconforto e a indignação da Reclamante, e restou comprovado, aliado ao fato de que houve a inscrição do seu nome no cadastro de proteção ao crédito. E provado o fato, impõe-se a condenação, pois, nesses casos, em regra, considera-se o dano in re ipsa. Por fim, o pedido contraposto formulado pela Reclamada não merece prosperar, tendo em vista que não restou provada a legalidade da fatura objeto da demanda. Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, e o faço para: DETERMINAR que a Reclamada proceda à readequação da fatura do mês 04/2018, com base na média dos seis últimos meses anteriores a emissão da primeira fatura indevida aqui discutida. CONDENAR a reclamada ao pagamento de indenização por dano moral a Reclamante no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir da citação. OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto formulado pela Reclamada. MANTENHO A LIMINAR CONCEDIDA NO ID. 23689076. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora, no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004487-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LETICYA PALMEIRA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBENIS PEREIRA JARA OAB - MT15967-O (ADVOGADO(A))
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1004487-49.2019.8.11.0001 Reclamante: LETICYA PALMEIRA RODRIGUES Reclamada: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela parte Reclamada, uma vez que, incumbe à mesma escolher bem seus parceiros comerciais, ademais, a responsabilidade do intermediário decorre da disponibilização do serviço veiculado, assim como, é ela quem recebe os pagamentos, passando a imagem de que garantiria o negócio realizado. Isto posto, verifica-se a responsabilidade objetiva, em virtude da relação de consumo existente e do risco da atividade desenvolvida, em consonância com os artigos 7º, parágrafo único e art. 25, §1º, do CDC, restando, deste modo, configurada a responsabilidade solidária. Corroborando: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONSUMIDOR. COMPRA DE PASSAGENS AÉREAS. EMISSÃO CANCELADA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA RÉ DECOLAR.COM. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INTERMEDIAÇÃO DA COMPRA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Observa-se, in casu, a existência de duas relações jurídicas que, embora independentes, estão interligadas. É incontroverso nos autos o vício de cancelamento do voo pela Insel Air Aruba N.V, que repercute, indubitavelmente, na relação de compra e venda de passagem com a Apelada Decolar.Com Ltda. 2. À luz do Código de Defesa do Consumidor, sempre que houver vício no produto ou serviço que prejudique o consumidor, ainda que a cadeia de consumo se divida em várias partes diferenciadas, em que cada produto ou serviço se refira a um ou mais fornecedores, prevalece a solidariedade entre todos, não podendo repelir a responsabilidade objetiva. 3. Recurso conhecido e provido. (TJ-AM –

AC: 06305998620178040001 AM 0630599-86.2017.8.04.0001, Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Data de Julgamento: 20/05/019, Segunda Câmara Cível, data de Publicação: 24/05/2019)". Passo ao exame do mérito. A Reclamante alega na petição inicial: - que em 09/2018 adquiriu pacote de viagem para Santiago/Chile junto a Reclamada, e que o trecho nacional seria realizado pela AVIANCA, saindo de Cuiabá/MT a Guarulhos/SP, e pela empresa AVIANCA COLOMBIA terminaria a viagem, saindo de Guarulhos e Santiago às 11hrs05min, - que em 13/05/2019 foi informada que o voo que seria realizado pela Avianca saindo de Cuiabá a SP, seria cancelado e que seria reacomodada no voo da empresa AZUL, - que foi informada que não teria problema com o voo para Santiago, contudo, este voo pela AZUL atrasou duas horas, chegando em Guarulhos somente às 07hrs10min acarretando na perda da conexão para o voo internacional pela AVIANCA COLOMBIA, - que tentou resolver administrativamente, uma nova reacomodação para o voo internacional, contudo sem êxito, - que passou o dia no aeroporto e só conseguiu novo voo pela companhia AEROLINEAS ARGENTIMAS às 18hrs00min, e chegando a Santiago às 11hrs00min do dia 16/06/2019, - que como perdeu a conexão para o voo internacional, e empresa considerou now show, e cancelou a passagem de regresso, e, portanto, tendo que adquirir as passagens de ida e regresso da companhia AEROLINEAS ARGENTIMAS, motivo qual requer, indenização por dano moral e material. Em sua defesa, a Reclamada aponta culpa exclusiva de terceiro, que afasta a responsabilidade da mesma, e que não possui ingerência na atuação da companhia aérea, e, portanto não possuindo responsabilidade no cancelamento do voo. Pugna pela improcedência da ação. O caso em exame é de relação de consumo, impõe a inversão do ônus da prova com fulcro no art. 6º, VIII, do CDC, a fim de proporcionar equilíbrio na relação processual. Assim, incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviço, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Pois bem, analisado o processo e os documentos a ele acostados, verifica-se que é incontroverso que houve problemas no contrato inicialmente firmado entre as partes, acarretando na perda do voo internacional, que partiria de Guarulhos/SP à Santiago/Chile pela empresa AVIANCA COLOMBIA, que por vez, acarretou na necessidade de nova aquisição de passagens aéreas, uma vez que a Reclamada não reacomodou a Reclamante em novo voo internacional. Isto posto, a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia, a teor do art. 373, II, CPC, eis que não juntou nos autos nenhum documento hábil a demonstrar a ausência de reponsabilidade no caso em tela, deixando inclusive de provar que ofereceu ou que não houvesse outro voo, até mesmo em outra empresa que fosse compatível com o inicialmente contratado. Registro ainda que, não concebe o cancelamento da passagem, sob alegação de now show, uma vez que é lícita tal pratica a qual configura venda casada, condicionando o trecho de ida à utilização do trecho de volta. A situação emanada do processo configura, à toda evidência, desconsideração para com a pessoa do consumidor, retirando-o do seu equilíbrio psíquico, fato suficiente a embasar a condenação por danos morais. Trata-se, no caso, de relação de consumo, da qual restou caracterizado o defeito do serviço e o dano moral decorrente desse defeito, cuidando-se, portanto, de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, previsto no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, respondendo o fornecedor por esse serviço defeituoso. Pela teoria do risco do empreendimento, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo de fornecimento de serviços, tem o dever de responder pelos fatos resultantes do empreendimento, independentemente de culpa. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a executar determinados serviços e o defeito do serviço é um dos pressupostos da responsabilidade por danos nas relações de consumo, inclusive o dano moral. Destarte, a situação vivenciada pela Reclamante decorrente do descaso, gerou desconforto, aflição e transtornos a que foi submetido por culpa da empresa Reclamada, sendo, sem sombra de dúvida, passível de indenização. Do mesmo modo, acolho o pedido de indenização por danos materiais, uma vez que, restou devidamente comprovados pela Reclamante a aquisição de nova passagem, além de gastos com alimentação, no montante de R$ 2.286,38 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos). Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: CONDENAR a Reclamada a ressarcir a título de dano material a Reclamante, o valor de R$ 2.286,38 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos), devendo tal valor ser devidamente corrigido pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir do desembolso, CONDENAR a Reclamada a indenizar a Reclamante pelos danos morais sofridos, o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), o qual deverá ser devidamente corrigido pelo INPC/IBGE a partir desta data e acrescido de juros legais a partir da citação. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007053-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RITA DELMIRA BARROS BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007053-68.2019.8.11.0001 Reclamante: RITA DELMIRA BARROS BORGES Reclamada: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. A parte reclamada arguiu "preliminar de impossibilidade de inversão do ônus da prova" e, em razão da mesma se confundir com o mérito da lide com ele será analisada. Rejeito a preliminar de impugnação do valor da causa inicialmente atribuído pela parte Autora para que corresponda à soma dos danos morais e valor discutido da inscrição, uma vez que o valor atribuído tem efeito meramente estimativo, podendo ser redefinido pelo Juízo. A propósito: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. VALOR DA CAUSA. DANOS MORAIS. VALOR ESTIMATIVO. O valor indicado a título de indenização por danos morais tem cunho meramente estimativo, por se tratar de uma sugestão do autor, sendo livre seu arbitramento pelo Magistrado. Desta forma, não se faz impositiva a inclusão do valor sugerido no cálculo das custas processuais. A atribuição de valor à causa por estimativa ou equivalente ao de alçada é admissível quando os elementos necessários à quantificação do proveito econômico buscados na demanda são incertos e dependem da dilação probatória. Possibilidade de indicação do valor de alçada como valor da causa. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70068187541, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marta Borges Ortiz, Julgado em 23/03/2016). E sendo assim, considerando que a parte discute a inscrição no valor de R$ 153,15, bem como danos morais, sugerindo 40 salários mínimos, ou valor a ser arbitrado pelo juízo, necessário se faz a adequação do valor da causa, determino que o valor a causa seja readequado para R$ 39.920,00 (trinta e nove mil e novecentos e vinte reais), nos termos do art. 292, §3º do CPC. A Reclamada arguiu ainda a "preliminar de ausência de consulta extraída no balcão dos Órgãos de Proteção do Crédito", pedido este que indefiro visto que o documento apresentado pela autora no ID. 23764352, não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos constante do mesmo deve juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Passo ao exame do mérito. Pleiteia a Reclamante indenização por danos morais em face da inserção de seu nome em cadastro de restrição de crédito promovida pela Reclamada, por débito no valor de R$ 153,15, ao argumento de que não reconhece o mesmo. A Reclamada, em contestação, sustenta que a Reclamante contratou os seus serviços através da linha telefônica de nº (65) 99817- 6821, e os utilizou, sem, contudo, efetuar o pagamento das faturas, motivo pelo qual a inscrição é devida, inexistindo o dever de

indenizar. No caso, tratando-se de relação de consumo impõe-se a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Da análise do processo e dos documentos a ele acostados verifica-se que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (CPC, art. 373, II), de comprovar a contratação e utilização dos serviços que presta pela parte Autora, sendo certo que as telas sistêmicas apresentadas juntamente com a defesa não são hábeis a comprovar as suas alegações, por se tratar de prova única, produzida unilateralmente, e de fácil manipulação. Logo, restou demonstrada a falha na prestação de serviço por parte da Reclamada ao inscrever os dados da Reclamante no cadastro de proteção ao crédito por débito que não foi comprovada a sua responsabilidade, tornando cabível a desconstituição do mesmo. Vale ressaltar que, apesar da existência de outras restrições em nome da Reclamante, conforme faz prova o extrato apresentado nos autos na mov. 01, estas se deram em data posterior, não podendo ser aplicada a Súmula 385 do STJ, fazendo jus à indenização por dano moral. Entretanto, as restrições posteriores devem ser consideradas para fins de arbitramento de condenação, conforme entendimento jurisprudencial: "APELAÇÃO CÍVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. Inaplicabilidade do CPC/2015. Art. 14 do CPC. Regra de direito intertemporal. Decisão proferida anteriormente a entrada da Lei 13.105/2015. No caso dos autos, tendo em vista a ausência de demonstração da inadimplência da autora pelo requerido, ônus que lhe incumbia e não se desincumbiu, não há causa para amparar o cadastro realizado. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ. Não havendo qualquer inscrição legítima preexistente, não há o que se cogitar a aplicação da presente súmula. QUANTUM INDENIZATÓRIO. A contraprestação pelo sofrimento auferido tem a função de compensar a dor injustamente causada à vítima e servir de reprimenda ao agente para que não reincida em situações como a ocorrida, sendo necessária a observação das condições financeiras das partes, a gravidade do fato, além do grau de culpa no cometimento do ato ilícito. Quantum mantido. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70064433261, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alexandre Kreutz, Julgado em 01/06/2016)." Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares arguidas e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 – DECLARAR a inexistência do débito discutido nos presentes autos, 2 – CONDENAR a Reclamada a indenizar a Reclamante por danos morais o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso (Sum. 54 do STJ). Intime-se a Reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à exclusão do nome da Reclamante do cadastro de restrição de crédito apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007118-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO ROSA PLIMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SILVA SOUTO OAB - MT14018-O (ADVOGADO(A))
DANIEL SILVA SOUTO OAB - MT14019-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007118-63.2019.8.11.0001 Reclamante: MARIA DO CARMO ROSA PLIMO Reclamado: BANCO CETELEM S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Sem preliminares, passo à análise do mérito. Pleiteia a Reclamante indenização por danos morais ao argumento de que teve seus dados inscritos em cadastro de proteção ao crédito indevidamente pelo Banco Reclamado, por débito no valor de R$ 129,80, com a alegação de que desconhece o mesmo, pois nunca possuiu qualquer contrato com o Réu. O Reclamado, em defesa, alega que o débito mencionado é decorrente do crediário contrato nº 4457051060 9 0 01 realizado pela autora em 27/09/2018 na loja IPLACE MTZ no montante de R$ 3.774,10, contudo que encontra-se inadimplido, o que torna legítima a cobrança e a inserção dos dados da Autora nos cadastros de proteção ao crédito. Com a defesa, apresenta o contrato devidamente assinado pela Reclamante. A Reclamante apresentou impugnação, momento qual aduziu que diante dos documentos juntados pelo banco, não faria qualquer ressalva, inclusive dando por satisfeita as argumentações do Réu. Em razão de se tratar de relação de consumo aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem, da análise dos documentos acostados ao processo verificou-se que é incontroversa a relação jurídica entre as partes, bem como que o Reclamado se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, e trouxe aos autos o contrato firmado com a Reclamante e que originou o débito objeto da ação. Ademais, a Reclamante não trouxe aos autos nenhuma prova de que tenha efetuado o pagamento de seu débito relativo ao contrato juntado pelo Banco, além de ter ocultado tais informações em sua petição inicial. Dessa feita, o conjunto probatório autoriza a conclusão de que houve relação negocial firmada, não havendo que se falar em inscrição indevida. Corroborando: "TJ- PR_ Processo Cível e do Trabalho _RI 00021213420148160181 0 PR 0002121-34.2014.8.16.0181/0_(acórdão) (TJ-PR)_ Data de publicação : 19/08/2015. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO DEVIDA NO SERASA. AUSENCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO DEBITO.EXERCICIO REGULAR DE DIREITO.(...)". Deste modo, não merece procedência o pedido de condenação do Banco Reclamado por danos morais, porquanto não restou comprovada conduta ilícita do mesmo ao inserir o nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito por débito comprovado. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela Reclamante na petição inicial. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007282-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRLEY DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO JUNIOR OAB - MT25057-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007282-28.2019.8.11.0001 Reclamante: IRLEY DE SOUZA Reclamado: BANCO BMG S.A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado

da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo Reclamado, uma vez que não há dúvidas que o Itaú concluiu a aquisição do Banco BMG no âmbito do Banco Itaú BMG Consignado, constando no próprio site a seguinte informação: Itaú Unibanco Holding S. A informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que no âmbito da associação existente com o Banco BMG S.A para oferta, distribuição e comercialização de crédito consignado (Associação) por meio do Itaú Unibanco BMG Consignado, instituição controlada pelo Itaú Unibanco, celebrou, em 29/04/2014, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A, um acordo de unificação de negócios com o BMG e seus controladores, logo, ambas as instituições pertencem ao mesmo conglomerado econômico. Corroborando: "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA – UNIFICAÇÃO DE NEGÓCIOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – RECURSO DO BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A NÃO CONHECIDO. APELO DO BANCO BMG S/A CONHECIDO E IMPROVIDO – SENTENÇA CONFIRMADA. 1. "A legitimidade (legitimatio ad causam), é a titularidade ativa e passiva da ação" (Humberto Theodoro Junior, in Curso de Direito Processual Civil, vol I, p. 57. 2. Em se tratando de recurso, a legitimidade está definida no art. 499 do Código de Processo Civil, in verbis: "O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público." 3. Na espécie, a parte contra quem foi ajuizada a demanda e contra quem recaiu a condenação fixada na sentença foi o BANCO BMG S.A., e não BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A. Nesta ordem, verifica-se que o segundo. Recorrente não se configura como parte vencida na lide, nos termos do art. 499, do Código de Processo Civil, de forma que não possui legitimidade para recorrer, inclusive na qualidade de terceiro prejudicado, haja vista que não demonstrou seu interesse recursal neste. Não se conhece, pois, do recurso interposto por BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A. 4.No que tange ao recurso interposto pelo BANCO BMG S/A, este limita-se a suscitar preliminar de ilegitimidade passiva, ao aduzir que o contrato foi celebrado com o BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A, o qual não pertenceria ao conglomerado BMG. 5. Entretanto, o Histórico de Consignações emitido pelo INSS, constante à fls. 22 do caderno processual, faz referência ao empréstimo bancário n. 209437803, ora questionado, no valor de R$ 3.182,42 (três mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos) firmado com o BANCO BMG em julho/2010. Ademais, consta informação no site do agente financeiro, cujo entendimento já foi inclusive pacificado pela jurisprudência pátria, no sentido de que as instituições financeiras BANCO BMG S/A e BANCO Itaú BMG Consignado S/A são partes do mesmo grupo econômico. Preliminar de ilegitimidade passiva do Banco BMG S/A conhecido e improvido. Sentença confirmada. (TJCE 0007041-36.2016.806.012, Relator: Maria de Fátima de Melo Loureiro, Data Julgamento: 21/02/2018, Segunda Câmara de Direito Privado, P. 21/02/2018). Passo à análise do mérito da presente demanda. O Reclamante alega na petição inicial: - que após analisar seu holerite foi surpreendido com descontos indevidos, realizado pelo banco Reclamado, uma vez que nunca recebeu nenhum valor do suposto empréstimo, tampouco manteve vinculo negocial com o banco, - que os descontos pelo banco vêm sendo realizados em sua folha de pagamento desde 2014, requerendo a restituição de R$ 9.571,38 (nove mil quinhentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), além de indenização por dano moral. O reclamado em sua defesa limita-se a alegar que é ilegítimo a figurar no polo passivo da ação, pugnando pela improcedência da ação. Inobstante as alegações retro, denota-se que o Reclamado não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia por força do disposto no art. 373, II do CPC, eis que não juntou nenhum documento capaz de demonstrar a existência de relação contratual entre as partes, bem como que o Autor tenha autorizado o débito em seus holerites, razão pela qual deve ser declarado inexistente o contrato objeto dos descontos objeto da ação. Logo, resta demonstrada a falha na prestação de serviço por parte do Reclamado ao descontar na folha de pagamento do Reclamante valores que não foram comprovados sua contratação, sendo cabível, portanto, que este seja restituído no valor pleiteado a titulo de dano material, no montante de R$ 9.571,38 (nove mil quinhentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos). Do mesmo modo, entendo restar demonstrada a ausência de vínculo contratual entre as partes que pudesse originar qualquer débito, sendo, portanto, indevido o procedimento do Reclamado, cuja conduta desidiosa para com o Reclamante ultrapassa o mero aborrecimento, devendo reparar os danos a ele causados. Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: DECLARAR inexistente a relação jurídica entre as partes, e CANCELAR os descontos; CONDENAR o Reclamado a restituir ao Reclamante, em razão dos descontos indevidos, a quantia de R$ 9.571,38 (nove mil quinhentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), valor este que deverá ser corrigido pelo INPC/IBGE e acrescido de juros legais a partir da data dos respectivos descontos; e CONDENAR o reclamado a indenizar o reclamante pelos danos morais sofridos, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523,§1°, do CPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007789-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERMESON DE SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELENITA EGINA DE ASSUNCAO CARVALHO OAB - MT20643/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007789-86.2019.8.11.0001 Reclamante: ERMESON DE SANTANA Reclamado: BANCO BRADESCARD S.A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Sem preliminares, passo à análise do mérito. Pleiteia o Reclamante indenização por danos morais ao argumento de que teve seus dados inscritos em cadastro de proteção ao crédito indevidamente pelo Banco Reclamado, por débito no valor de R$ 300,96, com a alegação de que desconhece o mesmo. O Reclamado, em defesa, alega que o débito mencionado é decorrente do cartão de crédito IBICARD C&A VISA INTERNACIONAL sob o nº 0004282672126047015, contratado pelo Autor e utilizado, contudo inadimplido, o que torna legítima a cobrança e a inserção dos dados deste nos cadastros de proteção ao crédito. Com a defesa, apresenta o contrato devidamente assinado pelo Reclamante. Em razão de se tratar de relação de consumo aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem, da análise dos documentos acostados ao processo verifica-se que o Reclamado se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, e trouxe aos autos o contrato firmado com o Reclamante, contendo assinatura idêntica à do mesmo nos documentos trazidos com a inicial. Vale salientar que no documento juntado pelo Reclamado consta assinatura idêntica às dos documentos anexados na petição inicial e, portanto, não há que se falar que a assinatura não seja da parte autora, sendo desnecessária a realização de perícia. Nesse sentido: "RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. BANCOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RÉ QUE JUNTA CONTRATO COM A ASSINATURA DA AUTORA. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. ASSINATURA VISIVELMENTE IGUAL A DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA AUTORA. SENTENÇA IMPROCEDENTE MANTIDA.

RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. Desnecessidade de perícia técnica para fins de análise de assinatura, pois a mesma é visivelmente idêntica a da autora no decorrer da lide, bem como a do documento de identidade acostado na inicial. Ré que logrou êxito em trazer fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da autora, acostando cópia do contrato do empréstimo com a assinatura e documentos da autora, afastando assim, o alegado na inicial. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, conforme art. 46 da Lei dos Juizados Especiais Cíveis. RECURSO IMPROVIDO." (Recurso Cível Nº 71005028071, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Arriada Lorea, Julgado em 11/09/2014, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 12/09/2014). Ademais, o Reclamante não trouxe aos autos nenhuma prova de que tenha efetuado o pagamento de seu débito relativo ao contrato juntado pelo Banco, além de ter ocultado tais informações em sua petição inicial. Dessa feita, o conjunto probatório autoriza a conclusão de que houve relação negocial firmada, não havendo que se falar em inscrição indevida. Corroborando: "TJ- PR_ Processo Cível e do Trabalho _RI 000212134201481601810 PR 0002121-34.2014.8.16.0181/0_(acórdão) (TJ-PR)_ Data de publicação : 19/08/2015. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO DEVIDA NO SERASA. AUSENCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO DEBITO.EXERCICIO REGULAR DE DIREITO.(...)". Deste modo, não merece procedência o pedido de condenação do Banco Reclamado por danos morais, porquanto não restou comprovada conduta ilícita do mesmo ao inserir o nome do Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito por débito comprovado. Imperioso mencionar, inclusive, que se há alguma irregularidade no caso vertente esta está no agir da parte Reclamante, que na tentativa de se eximir de suas obrigações tentou esdruxulamente induzir em erro este juízo alterando a verdade dos fatos, ficando caracterizada a litigância de má-fé prevista no artigo 80 do CPC. Eis o entendimento jurisprudencial: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO JURÍDICO. DÉBITO NÃO QUITADO PELO CONTRATANTE. NEGATIVAÇÃO DEVIDA. ATO ILÍCITO. AUSÊNCIA. DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. OCORRÊNCIA. Presente nos autos documentação que comprova o vínculo jurídico entre as partes, bem como a existência de débito em aberto, revela-se devida, em caso de inadimplência, a inscrição do nome do devedor nos cadastros de órgãos de proteção ao crédito. Se a parte litiga de má-fé, alterando a verdade dos fatos de modo temerário ao promover demanda infundada, cabe a sua condenação no pagamento de multa, nos termos do art. 80 c/c art. 81 do NCPC. (TJ-MG - Apelação Cível AC 10000170501407001 MG (TJ-MG, publicado em 01/09/2017)." Ante o exposto, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pela Reclamante na petição inicial. OPINO pela condenação do Reclamante à pena de litigância de má-fé que fixo em 9,9 % sobre o valor da causa, a ser revertido em favor da parte Reclamada, na forma do artigo 81, do Código de Processo Civil. Outrossim, em decorrência da má-fé, condeno o Reclamante, na forma do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 9,9% sobre o valor da causa, levando-se em conta os critérios do art. 85, §8º do CPC/2015. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009451-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEISON COSME MARTINS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1009451-85.2019.8.11.0001 Reclamante: CLEISON COSME MARTINS RODRIGUES Reclamado: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral, motivo pelo qual indefiro o pleito da parte reclamada para o comparecimento da autora em juízo. A Reclamada requereu a retificação do polo passivo, determinando que passe a constar FIDC NPL Ipanema VI – NP, inscrita no CNPJ nº 26.405.883/0001-03, contudo, tal pedido resta prejudicado, uma vez consta na inicial exatamente esta parte, além de estar cadastrada no projudi. Rejeito a preliminar de inaplicabilidade do CDC no presente caso, uma vez que se permite a ampliação da proteção consumerista ao se identificar a fragilidade de um dos polos da relação. A parte autora em sede de impugnação arguiu preliminar para aplicação da revelia à empresa, alegando que a carta de preposição apresentada na audiência de conciliação não possui poderes para transigir, contudo afasto este pleito, uma vez que a preposição anexada pelo reclamado no ID 25854382 lhe dá poderes para transigir. Passo ao exame do mérito. Pleiteia o Reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito promovido pelo Reclamado, por débito no valor de R$ 1.265,01, ao argumento de que desconhece o mesmo. O Reclamado, em defesa, alega que a cobrança é referente à cessão de crédito anteriormente firmado pelo Reclamante com o Banco Santander, do qual decorre o débito apontado, tornando legítima a cobrança e a inserção dos seus dados nos cadastros de proteção ao crédito em virtude do não pagamento da dívida. Nesse sentido, insta registrar que a cessão de crédito, prevista nos arts. 286 a 298 do Código Civil constitui negócio jurídico bilateral, gratuito ou oneroso, pelo qual o credor transfere a outrem, no todo ou em parte a sua posição na relação negocial. A relação obrigacional, portanto, é mantida e todos os elementos são transferidos, inclusive acessórios e garantias, ressalvada a hipótese do contrato estipular o contrário. De acordo com o que dispõe o art. 290 do CC, a cessão de crédito não se realiza necessariamente com a participação do devedor, é dizer, não há que se ter a concordância do devedor para que a cessão, modo de transmissão de obrigações, seja válida. Pois bem. Analisado o processo e documentos a ele acostados verifica-se que o Reclamado não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, a teor do art. 373, II, do CPC, de comprovar a origem do débito que ensejou a inscrição do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, juntando apenas documento relativo a cessão. Logo, não tendo sido comprovada a relação contratual entre a Reclamante e o Banco Santander, tampouco a origem do débito objeto da ação, e, via de consequência, que a inserção do nome da parte Reclamante decorreu do inadimplemento de alguma obrigação pecuniária assumida pela mesma, deve o débito discutido nos autos ser declarado ilegal. Destarte, resta induvidosa a falha na prestação do serviço por parte do Reclamado ao inscrever os dados do Reclamante em cadastro de proteção ao crédito por débito decorrente de serviço não prestado, devendo reparar os danos a ele causados, os quais, sem dúvida, ultrapassam a barreira do mero aborrecimento. Corroborando: "APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RELAÇÃO JURÍDICA- PROVA INEXISTENTE - DEVER DE INDENIZAR - DANOS MORAIS - VALOR - ORIENTAÇÃO DO STJ- SENTENÇA MANTIDA. 1-Nas ações declaratórias negativas, em que uma das partes alega a inexistência da relação jurídica, cabe ao réu a prova da realização do negócio que deu ensejo à dívida. 2-Não demonstrada pela instituição financeira a existência de relação contratual, impõem-se a manutenção da sentença de procedência do pedido inicial e de condenação na indenização por danos morais. 3- Para a fixação dos danos morais, deve-se considerar a dupla finalidade do instituto, que é a punição do ofensor, como forma de coibir a sua reincidência na prática delituosa e a compensação da vítima pela dor e sofrimento vivenciados. Recurso não provido. (TJ-MG - Apelação Cível AC 10261140003094001 MG (TJ-MG) – Relator José Arthur Filho - Data de publicação: 30/04/2015)". Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA da ação para: 1 – DECLARAR ilegal a cobrança realizada pelo Reclamado ao Reclamante, referente ao débito objeto da lide, 2 - CONDENAR o reclamado a indenizar a Reclamante por danos morais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros

legais a partir do evento danoso (sum. 54 STJ). Intime-se o Reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à exclusão do nome do Reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta fase (LJE, arts. 54 e 55). Ao reverso, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012211-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BERNARDETE BORTOLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSLEINE VIRGINIA FERREIRA OAB - MT0016427A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1012211-07.2019.8.11.0001 Reclamantes: BERNARDETE BORTOLI Reclamada: GOL LINHAS AEREAS S.A. S E N T E N Ç A Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida Reclamada, uma vez que compete a empresa aérea reclamada, a manter a consumidora informada sobre eventuais mudanças nos voos por ela contratado. Passo ao exame do mérito. A Reclamante alega na petição inicial: - que adquiriu passagem aérea da Ré, para viagem saindo de Cuiabá à Porto Seguro no dia 04/04/2019 às 05hrs40min, e que somente no dia do voo, no embarque, foi informada que o voo havia sido alterado para o dia 05/04/2019 às 09hrs05min, - que esta alteração acarretou em mais de 12 (doze) horas de espera do voo contratado, além de perder uma diária, motivo qual requer indenização por dano material e moral. Em sua defesa, a Reclamada sustenta que o cancelamento do voo inicialmente contratado se deu em razão de alteração da malha aérea. Pugna pela improcedência da ação. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Assim, incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviço, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque a sua assertiva é fato extintivo de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Pois bem. Ocorre que, analisado o processo e os documentos a ele acostados verifica-se que é incontroverso o cancelamento do voo inicialmente contratado pela Autora. Contudo, registra-se que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe cabia a teor do art. 373, II, CPC, e não juntou nos autos nenhum documento capaz de demonstrar a legalidade de seus atos, assim como não trouxe nenhuma prova relativa às alegações de que ocorreu alteração da malha aérea na data do voo contratado pela Autora, que necessitasse alterar o voo e que afastasse sua responsabilidade. Registro que, a Reclamada sequer comprovou ter informado ou notificado a Reclamante em tempo hábil acerca do cancelamento do voo contratado, e, portanto, não obedecendo a resolução 400/201 da ANAC, que prevê que a informação deve ser realizada com 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Deste modo, cabia a Reclamada cumprir com o que foi pactuado com a consumidora, o que não restou comprovado nos autos, sendo certo que, os fornecedores de serviços respondem independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sofre sua fruição e riscos. Pela teoria do risco do empreendimento, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo de fornecimento de serviços, tem o dever de responder pelos fatos resultantes do empreendimento, independentemente de culpa. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a executar determinados serviços e o defeito do serviço é um dos pressupostos da responsabilidade por danos nas relações de consumo, inclusive o dano moral. Destarte, a situação vivenciada pela Reclamante decorrente do descaso, gerou desconforto, aflição e transtornos a que fora submetida por culpa da empresa Reclamada, sendo, sem sombra de dúvida, passível de indenização. Neste sentido: "APELAÇÃO CÍVEL. TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIRO. ALTERAÇÃO UNILATERAL NO VOO DE RETORNO. LONGA ESPERA NOS AEROPORTOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. TRANSTORNOS QUE TRANSCENDEM O MERO INCÔMODO OU DISSABOR. PRECEDENTES. (Apelação Cível Nº 70079120879, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 17/10/2018)". Contudo, não há como acolher o pedido de indenização por danos materiais, inexistindo provas quanto ao valor pago na diária, tampouco no montante informado, uma vez que não há provas neste sentido. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente ação para: CONDENAR a Reclamada, a indenizar a Reclamante pelos danos morais sofridos, o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), o qual deverá ser devidamente corrigido pelo INPC/IBGE a partir desta data e acrescido de juros legais a partir da citação. OPINO pela IMPROCEDENCIA do pedido de indenização por danos materiais. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, "caput", da LJE. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012503-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
YASMIM FABRICIA DO NASCIMENTO MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HIGOR FEITOZA PEREIRA OAB - MT16379-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1012503-89.2019.8.11.0001 Reclamante: YASMIM FABRICIA DO NASCIMENTO MELO Reclamado: BANCO DO BRASIL SA SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral, razão pela qual indefiro o pedido de designação de audiência de instrução e julgamento pleiteado pela parte reclamante. Rejeito a "preliminar" de "impugnação ao pedido de deferimento de justiça gratuita" arguido pelo reclamado, uma vez que o momento oportuno para o requerimento de gratuidade ocorre quando da interposição de recurso inominado. Isto porque, somente na interposição de recurso poder-se-á, se for o caso, formular o pedido ora indeferido, pois somente a partir dessa fase é que a gratuidade deixa de ser generalizada (por determinação da Lei 9.099/95) e abre-se, então, a possibilidade de incidência da Lei 1.060/50. Passo ao exame do mérito. Alega a Reclamante na inicial: - que há dois meses tenta abrir uma conta salário junto ao Banco Réu, para recebimento de pensão, contudo, sem êxito, - que o Estado emitiu um oficio ao Banco, solicitando a abertura da conta em nome da Autora para pagamento da pensão e, mesmo assim, a abertura da conta não foi realizada. O Reclamado, em defesa, alega que no dia 28/08/2019 a Autora compareceu ao Banco e solicitou a abertura de conta para recebimento de pensão, sendo prontamente atendida e tendo a conta aberta em nome do menor, e que esta conta encontra-se ativa desde aquela data. Por esta razão, pugna pela improcedência da ação. Em razão de se tratar de relação de consumo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Pois bem. Da análise dos documentos acostados aos autos tem-se que o Banco Reclamado não se desincumbiu do ônus probatório que lhe

competia a teor do art. 373, II, do CPC, não produzindo provas de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da Reclamante, cingindo-se a formular alegações sem qualquer lastro probatório. Registro que o Banco não trouxe provas que eximissem sua responsabilidade no evento em tela, mesmo porque deixou de impugnar as alegações da autora, de que houve recusa de abertura de conta em nome desta, alegando apenas que cumpriu com a solicitação e abriu a conta em nome do menor, quando a irresignação da Reclamante se reside na negativa da abertura da conta em seu nome, inclusive conforme oficio emitido pelo Estado ao Réu. Ante o exposto, tem-se que o Reclamado não comprovou legalidade na recusa da abertura da conta em nome da Autora e tampouco trouxe aos autos os documentos que pudessem corroborar suas alegações, motivo qual aceito como verdadeira as alegações contidas na inicial. Destarte, resta induvidosa a falha na prestação do serviço por parte do reclamado, devendo reparar os danos causados à Reclamante, os quais, sem dúvida, ultrapassam a barreira do mero aborrecimento. Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito PROCEDÊNCIA da presente ação para: CONDENAR o Reclamado a indenizar a Reclamante por danos morais no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir da citação. MANTENHO A LIMINAR CONCEDIDA NO ID. 25128352. Preclusa a via recursal, após apresentada a memória do cálculo pela parte autora, no requerimento de cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, § 1º, do NCPC, em consonância com a Súmula nº. 18, editada pela eg. Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007034-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VITOR HUGO CABRAL MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI MÓVEL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1007034-62.2019.8.11.0001 Reclamante: VITOR HUGO CABRAL MARQUES Reclamada: OI MÓVEL S/A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Rejeito a preliminar de incompetência do juizado especial arguida pela Reclamada em razão de necessidade de produção de prova pericial, tendo em vista que as provas existentes no processo são hábeis à formação de juízo de convicção. Passo ao exame do mérito. Alega o Reclamante que é usuário dos serviços de internet fixa da Reclamada, e que vem pagando suas faturas, contudo teve sua internet bloqueada por inúmeras vezes. Informa que já reclamou administrativamente, contudo sem êxito. A Reclamada, por sua vez, alega em defesa que o serviço do Autor foi suspenso por falta de pagamento dos débitos referente aos períodos 21/04/2019 a 04/06/2019, e, portanto, licito o bloqueio do serviço. Pugna pela improcedência da ação. Anoto num primeiro momento que assiste ao Reclamante o direito à inversão do ônus da prova, na medida em que, além de se tratar de uma relação de consumo, encontra-se ele em situação de inferioridade frente a Reclamada, notadamente nos aspectos técnico e probatório, pois somente a Ré poderá fornecer melhores detalhes sobre o regular funcionamento da linha móvel. Já ao consumidor, torna-se mais dificultosa essa tarefa. Isto posto, os documentos encartados ao processo demonstram que a Reclamada se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia a teor do art. 373, II, do CPC, e comprovou que o serviço foi bloqueado em razão de faturas inadimplidas, ao passo que o Autor, deixou de trazer nos autos o comprovante de pagamento das faturas informadas em defesa, e que pudessem corroborar suas alegações. De fato, observa-se que o Reclamante não juntou nenhum comprovante de pagamento das faturas dos períodos de 21/04/2019 a 04/06/2019, eis que tal ato comprovaria suas alegações. Assim, tenho que a ré logrou êxito em comprovar a ausência de responsabilidade no evento, diante da inadimplência do Reclamante, e, portanto, não há falar em indenização por danos morais. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo Reclamante, determinando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado desta decisão. Sem custas ou honorários advocatícios nesta fase em consonância com o art. 55, “caput”, da LJE. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009847-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRO TEIXEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

Processo nº 1009847-62.2019.8.11.0001 Reclamante: ALEXANDRO TEIXEIRA DA SILVA Reclamada: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral em razão de que se trata de matéria exclusiva de direito. A parte reclamada arguiu “preliminar de impossibilidade de inversão do ônus da prova” e, em razão da mesma se confundir com o mérito da lide com ele será analisada. Por fim, a Reclamada arguiu “preliminar de ausência de juntada do documento original da negativação do nome da parte Autora”, pedido este que indefiro visto que o documento apresentado pelo autor na mov. 01, não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos constante do mesmo deve juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Passo ao exame do mérito. Pleiteia o Reclamante indenização por danos morais em face da inserção de seu nome em cadastro de restrição de crédito promovida pela Reclamada, por débito no valor de R$ 110,34, ao argumento de que não reconhece o mesmo. A Reclamada, em contestação, sustenta que o Reclamante contratou os seus serviços os utilizou, sem, contudo, efetuar o pagamento das faturas, motivo pelo qual a inscrição é devida, inexistindo o dever de indenizar. No caso, tratando-se de relação de consumo impõe-se a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Da análise do processo e dos documentos a ele acostados verifica-se que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (CPC, art. 373, II), de comprovar a contratação e utilização dos serviços que presta pela parte Autora, sendo certo que as telas sistêmicas apresentadas juntamente com a defesa não são hábeis a comprovar as suas alegações, por se tratar de prova única, produzida unilateralmente, e de fácil manipulação. Logo, restou demonstrada a falha na prestação de serviço por parte da Reclamada ao inscrever os dados do Reclamante no cadastro de proteção ao crédito por débito que não foi comprovada a sua responsabilidade, tornando cabível a desconstituição do mesmo.

Outrossim, inobstante a existência de outras restrições em nome do Autor, conforme faz prova o extrato apresentado nos autos impende ressaltar que estas se deram em datas posteriores à discutida nos autos, não podendo ser aplicada a Súmula 385 do STJ, fazendo jus à indenização por dano moral. Entretanto, as restrições posteriores devem ser consideradas para fins de arbitramento de condenação, conforme entendimento jurisprudencial: "APELAÇÃO CÍVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. Inaplicabilidade do CPC/2015. Art. 14 do CPC. Regra de direito intertemporal. Decisão proferida anteriormente a entrada da Lei 13.105/2015. No caso dos autos, tendo em vista a ausência de demonstração da inadimplência da autora pelo requerido, ônus que lhe incumbia e não se desincumbiu, não há causa para amparar o cadastro realizado. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ. Não havendo qualquer inscrição legítima preexistente, não há o que se cogitar a aplicação da presente súmula. QUANTUM INDENIZATÓRIO. A contraprestação pelo sofrimento auferido tem a função de compensar a dor injustamente causada à vítima e servir de reprimenda ao agente para que não reincida em situações como a ocorrida, sendo necessária a observação das condições financeiras das partes, a gravidade do fato, além do grau de culpa no cometimento do ato ilícito. Quantum mantido. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70064433261, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alexandre Kreutz, Julgado em 01/06/2016)." Isto posto, tenho que o pedido contraposto, e de condenação da autora às penas de litigância de má-fé formulado pela reclamada, não merece acolhimento, uma vez que restou caracterizado nos autos a ilicitude praticada pela mesma ao inscrever seu nome nos órgãos de proteção ao crédito por débitos não comprovados nos autos. Rejeito ainda o pedido de litigância de má-fé atribuído ao patrono da parte reclamante, uma vez que a litigância de má-fé é passível de aplicação tão somente à parte autora, não sendo possível atribuí-la ao patrono da mesma e, se a parte reclamada entender a ocorrência de atos temerários ou de má-fé por parte do patrono deverá ajuizar ação própria para tal, conforme art. 32, parágrafo único da Lei 8906/94. Corroborando: "Ementa: CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ADVOGADOS DAS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM AÇÃO PRÓPRIA (TRANSCEDÊNCIA RECONHECIDA). Demonstrada possível violação dos artigos 32, parágrafo único, da lei 8.906/90 e 5º, LIV, da Constituição Federal, impõe-se o provimento dos agravos de instrumento para determinar o processamento dos recursos de revista. Agravos de instrumentos providos. II. RECURSOS DE REVISTAS REGIDOS PELA LEI 13.467/2017. ANÁLISE CONJUNTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DOS ADVOGADOS DAS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EM AÇÃO PRÓPRIA (TRANSCEDÊNCIA RECONHECIDA). A jurisprudência do TST é no sentido de que a responsabilidade do advogado, na hipótese de litigância de má-fé, deve ser apurada em ação própria, na esteira do art. 32, parágrafo único, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/90), não podendo ser imposta nos próprios autos em que verificada a conduta. Recursos de revistas conhecidos e providos. (TST - RECURSO DE REVISTA RR 21149-45.2016.5.04.0005, 2ª Turma, publicado no DEJT em 24/05/2019)." Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares arguidas e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 – DECLARAR a inexistência do débito discutido nos presentes autos; 2 – CONDENAR a Reclamada a indenizar ao Reclamante por danos morais o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir desta decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso (Sum. 54 do STJ), 3 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto e de litigância de má-fé formulado pela Reclamada. Intime-se a Reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à exclusão do nome do Reclamante do cadastro de restrição de crédito apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada ao valor do teto permitido nos Juizados Especiais (40 salários mínimos) e com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Manuella Cardozo Torres Juíza Leiga Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013052-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON GOMES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo nº 1013052-02.2019.8.11.0001 Reclamante: ANDERSON GOMES DE OLIVEIRA Reclamado: BANCO BRADESCO S/A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei 9.099/95. DECIDO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade de produção de prova oral. Rejeito a preliminar de inépcia de inicial por ausência de juntada de comprovante original de negativação dos dados do Reclamante no cadastro de proteção ao crédito, uma vez que a Reclamada não trouxe nenhuma prova que descaracterize a consulta trazida na petição inicial. Do mesmo modo, rejeito a preliminar de ausência de interesse de agir suscitada pelo Reclamado, uma vez que ele não é obrigado a exaurir as vias administrativas para ingressar com reclamação judicial. Passo à análise do mérito. Pleiteia o Reclamante indenização por danos morais em razão da inserção do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, promovido pelo Reclamado, sob o argumento de que não possui débito com o banco. O Reclamado, em defesa, sustenta a existência de contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, do qual constam débitos em aberto, sendo justificada a inscrição dos dados do Reclamante no cadastro de proteção ao crédito e inexistindo qualquer dever de indenizar. No caso, tratando-se de relação de consumo, impõe-se a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Porém, em que pesem as alegações do Reclamado, constata-se que não foi juntada nenhuma prova da efetiva abertura de conta, contratação de cartão de crédito ou contrato de empréstimo feito pelo Reclamante. Assim, não tendo o Reclamado se desincumbido do ônus probatório que lhe incumbia, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, aceito como verdadeiros os fatos narrados pelo Reclamante, que provou o fato constitutivo do direito que almeja trazendo ao processo o extrato comprobatório da negativação do seu nome em cadastro de restrição de crédito. Sendo assim, resta demonstrada a falha na prestação de serviço por parte da Reclamada ao inscrever os dados do Reclamante no cadastro de proteção ao crédito por débito inexistente, devendo reparar os danos a ele causados, pois estes sem dúvida ultrapassam a barreira do mero aborrecimento. Corroborando: "APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONTRATUAL E DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – TELEFONIA FIXA – CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA – INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – DANO MORAL PRESUMIDO – MANUTENÇAO DO QUANTUM ARBITRADO – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DE OI S.A. CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO – RECURSO DE JOÃO ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS DESPROVIDO. Nas ações declaratórias negativas, em que uma das partes alega inexistência da relação jurídica, cabe ao réu à prova da realização do negócio que deu ensejo à dívida, não sendo comprovado, surge a obrigação de indenizar. A simples negativação ou manutenção indevida enseja dano moral e direito à indenização em tese, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao nome do cidadão. A indenização pelo dano moral deve ser arbitrada de acordo com a capacidade financeira do ofensor e a extensão da ofensa

suportada pela vítima, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT - Ap. 7617/2015, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, julgado 04/12/2018, DJE 10/12/2018)". Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 - DECLARAR a inexigibilidade do débito discutido no presente processo; 2 - CONDENAR a Reclamada a indenizar o Reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir da decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso; Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, para proceder à exclusão do nome do Reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada ao valor do teto permitido nos Juizados Especiais (40 salários mínimos) e com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010523-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EWANGLLA SOUZA BELLEM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo nº 1010523-10.2019.8.11.0001 Reclamante: EWANGLLA SOUZA BELLEM Reclamada: OI S.A SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme o art. 38 da Lei 9.099/95. DECIDO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade de produção de prova oral. Sem preliminares, passo ao julgamento do mérito. Pleiteia a Reclamante indenização por danos morais ao argumento de que seu nome foi inserido em cadastro de restrição ao crédito indevidamente pela Reclamada, por débito que alega desconhecer. A Reclamada, em defesa, alega que não cometeu nenhum ilícito, em razão de que a Reclamante firmou com ela contrato de prestação de serviço de telefonia e deixou de adimplir com as obrigações decorrentes do contrato, sendo devida a inscrição dos dados dele no cadastro de proteção ao crédito. Formula, ainda, pedido contraposto pela condenação da autora em litigância de má-fé. Da análise dos autos cumpre ressaltar, porém, que a Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (CPC/2015, art. 373, II), vez que não juntou nenhum documento capaz de demonstrar a existência de relação contratual entre as partes que pudesse ensejar a inscrição dos dados da Reclamante no cadastro de proteção ao crédito. De fato, não trouxe a Reclamada aos autos nenhum documento comprovando que houve contratação e utilização de serviço pela Reclamante à época em que a fatura discutida foi gerada. Sendo assim, resta demonstrada a falha na prestação de serviço por parte da Reclamada ao inscrever os dados da Reclamante no cadastro de proteção ao crédito por débito inexistente, devendo reparar os danos a ele causados, pois estes sem dúvida ultrapassam a barreira do mero aborrecimento. Corroborando: "APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONTRATUAL E DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – TELEFONIA FIXA – CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA – INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – DANO MORAL PRESUMIDO – MANUTENÇAO DO QUANTUM ARBITRADO – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DE OI S.A. CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO – RECURSO DE JOÃO ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS DESPROVIDO. Nas ações declaratórias negativas, em que uma das partes alega inexistência da relação jurídica, cabe ao réu à prova da realização do negócio que deu ensejo à dívida, não sendo comprovado, surge a obrigação de indenizar. A simples negativação ou manutenção indevida enseja dano moral e direito à indenização em tese, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao nome do cidadão. A indenização pelo dano moral deve ser arbitrada de acordo com a capacidade financeira do ofensor e a extensão da ofensa suportada pela vítima, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (TJMT - Ap. 7617/2015, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, julgado 04/12/2018, DJE 10/12/2018)". Indefiro o pedido de litigância de má-fé e também o pedido contraposto formulado pela Reclamada, tendo em vista que não restou comprovada a relação jurídica entre as partes. Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição da preliminar arguida e no mérito pela PROCEDÊNCIA da presente ação para: 1 - DECLARAR a inexigibilidade do débito discutido no presente processo; 2 - CONDENAR a Reclamada a indenizar a Reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir da decisão e acrescido de juros legais a partir do evento danoso; 3 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto e litigância de má fé formulados pela Reclamada. Intime-se a Reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à exclusão do nome da Reclamante do cadastro de restrição de crédito apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada ao valor do teto permitido nos Juizados Especiais (40 salários mínimos) e com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013406-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO DIAS DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO DIAS DA COSTA OAB - MT23967/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DALVA BARRETO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1013406-27.2019.8.11.0001 Reclamante: ANTONIO DIAS DA COSTA Reclamado: DALVA BARRETO S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26871437), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012909-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1012909-13.2019.8.11.0001 Reclamante: FERNANDA RIBEIRO DAROLD Reclamado: AZUL LINHAS AEREAS S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26780578), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo (a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012835-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAYNARA CAMPOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1012835-56.2019.8.11.0001 Reclamante: RAYNARA CAMPOS DA SILVA Reclamado: TIM CELULAR S.A S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26735960), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo (a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018779-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VITORIA FISCHER ROCHA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ABELARDO PASETTI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018779-39.2019.8.11.0001 Reclamante: VITORIA FISCHER ROCHA Reclamado: ABELARDO PASETTI S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26614941), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo (a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018533-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELLE DE SOUZA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018533-43.2019.8.11.0001 Reclamante: MICHELLE DE SOUZA Reclamado: ROGERIO CARLOS ARANTES DE OLIVEIRA S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 2556063), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo (a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013677-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STEPHANIE FERREIRA GOMES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1013677-36.2019.8.11.0001 Reclamante: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME Reclamado: STEPHANIE FERREIRA GOMES S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26931639), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012974-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
QUEILA FERREIRA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1012974-08.2019.8.11.0001 Reclamante: QUEILA FERREIRA OLIVEIRA Reclamado: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26712101), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013536-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA HELENA PEREIRA GARCIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ORTIZ GONSALEZ OAB - MT4066-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDOMIRO MESSIAS DE LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1013536-17.2019.8.11.0001 Reclamante: MARIA HELENA PEREIRA GARCIA Reclamado: CLAUDOMIRO MESSIAS DE LIMA S E N T E N Ç A HOMOLOGO por sentença para que surtam os jurídicos e legais efeitos o acordo realizado entre as partes nestes autos (ID. 26819243), e, com supedâneo no artigo 487, III, "b" do CPC, OPINO pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando o contido no artigo 41 da Lei nº 9.099/95, arquivem-se imediatamente estes autos, dando-se as baixas e demais anotações necessárias, ressalvada a possibilidade de desarquivamento em face de pedido de execução. Intimem-se. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Diani de Moraes Juíza Leiga Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Adauto dos Santos Reis Juiz de Direito

Sexto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020946-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR CARMO DE ABREU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESSIKA CONCEICAO SILVA MESQUITA OAB - MT22998-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NS2.COM INTERNET S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020946-29.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JAIR CARMO DE ABREU ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JESSIKA CONCEICAO SILVA MESQUITA POLO PASSIVO: NS2.COM INTERNET S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020948-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO DE ARRUDA CAMPOS GOTZSCH (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRAINHER DE MOURA PAZ PEREIRA OAB - MT23324-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MADESHOPPING COMERCIO DE MADEIRAS E LAMINADOS LTDA - ME (REQUERIDO)
EDINALDO FLAVIO MONERATO (REQUERIDO)
VANIA ROBERTA KUNST (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020948-96.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEANDRO DE ARRUDA CAMPOS GOTZSCH ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: BRAINHER DE MOURA PAZ PEREIRA POLO PASSIVO: VANIA ROBERTA KUNST e outros (2) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020966-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA LEITE DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020966-20.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANGELITA LEITE DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020971-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PATRICIA SALGADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PATRICIA SALGADO OAB - MT13260-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA TEREZA DA COSTA SANCHO (REQUERIDO)
VICTOR SAVIO SANCHO LIMA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020971-42.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CLAUDIA PATRICIA SALGADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CLAUDIA PATRICIA SALGADO POLO PASSIVO: VICTOR SAVIO SANCHO LIMA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT -

CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020973-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CHRISTIANE HAAS ALBUQUERQUE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM OAB - MT21538/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOTELARIA KELLY LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020973-12.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CHRISTIANE HAAS ALBUQUERQUE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM POLO PASSIVO: HOTELARIA KELLY LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010811-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ BERTONI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 14/11/2019 Hora: 10:15 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014356-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLEICIELE FERREIRA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/12/2019 Hora: 09:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012159-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITA NASCIMENTO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 21/11/2019 Hora: 14:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006880-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO OLIVEIRA VITORIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ DUTRA DE PAULA OAB - MT5053-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONCEICAO APARECIDA DE PAULA ALEIXO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO DE ARAUJO FERREIRA OAB - MT20777/O-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 6ª JEC Data: 22/10/2019 Hora: 12:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020379-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GOLDEN GREEN RESIDENCE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDESIO MARTINS DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020379-95.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: GOLDEN GREEN RESIDENCE EXECUTADO: EDESIO MARTINS DA SILVA DESPACHO INICIAL Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Cite-se a parte Executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Inocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe-se audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime-se o Exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, arquivam-se os autos. Expeça-se o necessário. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019444-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE SIQUEIRA NEGRAO - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS GATTASS PESSOA JUNIOR OAB - MT12264-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO DOS ANJOS NERYS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019444-55.2019.8.11.0001.

EXEQUENTE: ALINE SIQUEIRA NEGRAO - ME EXECUTADO: ANTONIO DOS ANJOS NERYS DESPACHO INICIAL Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Cite-se a parte Executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Inocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe-se audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime-se o Exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, arquivam-se os autos. Expeça-se o necessário. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020696-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL AGUA MARINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDMILSON SOARES SENA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020696-93.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL AGUA MARINHA EXECUTADO: EDMILSON SOARES SENA DESPACHO INICIAL Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Cite-se a parte Executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Inocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe-se audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime-se o Exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, arquivam-se os autos. Expeça-se o necessário. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021039-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021039-89.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RAFAEL FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR POLO PASSIVO: INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009491-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARTINHO APARECIDO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004490-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA CRISTINA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTYNY LAYANA GONCALVES DE ALMEIDA OAB - MT16279-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA DE OLIVEIRA GONCALVES OAB - MT14645-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021046-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA MACEDO DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021046-81.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUCIANA MACEDO DIAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006852-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA INES DE MEDEIROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO HENRIQUE COUTINHO DOS SANTOS OAB - MT12882-O (ADVOGADO(A))
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-B (ADVOGADO(A))
ELISSON APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT12937-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007102-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO RICARDO CORREIA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Sara de Lourdes Soares Orione e Borges OAB - MT4807-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004711-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAZARIO DIAS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO MARQUES E SILVA OAB - MT7731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008184-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO CRESTANI JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA OAB - MT5768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004658-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS DE ARAUJO ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002398-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLA GUIMARAES OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARESSA DE OLIVEIRA VOGADO TAVARES OAB - MT26941/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007305-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HILDA ROSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
jonathas borges hosaka OAB - MT15136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005671-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASTROGILDO MAGNO DE CAMPOS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER SPIGUEL JUNIOR OAB - MT12209-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008530-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCICLEIA MOTA DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1008530-29.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LUCICLEIA MOTA DIAS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc., Denota-se que a parte Requerida acostou novos documentos (ID 26218614). Assim, intime-se a Autora para que se manifeste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. Após o transcurso do prazo, conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Letícia Batista de Souza Juíza Leiga DESPACHO Homologo a minuta de despacho elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003231-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE DOS SANTOS ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009379-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA GUARIM DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HALISON RODRIGUES DE BRITO OAB - MT0022355A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008319-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELIA PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006048-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILSON JESUS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYCON TADEU LAMIM OAB - MT0016012A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 6ª JEC Data: 16/10/2019 Hora: 10:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006954-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICIUS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 6ª JEC Data: 22/10/2019 Hora: 14:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011797-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCELIA FLOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA OAB - MT25681/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 21/11/2019 Hora: 11:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1040180-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

MANOEL CESAR DIAS AMORIM OAB - MT6470/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
jose carlos alves (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB - MT11877-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 13/11/2019 Hora: 15:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008849-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOEL MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 6ª JEC Data: 04/11/2019 Hora: 17:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009398-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELEN WANESSA DE PIERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 06/11/2019 Hora: 11:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021059-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCELINO MARTINS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDECIR CALÇA OAB - MT5247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOCALIZA RENT A CAR SA (REQUERIDO)
PROVAC TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021059-80.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUCELINO MARTINS DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VALDECIR CALÇA POLO PASSIVO: PROVAC TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012214-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME XIX INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA OAB - MG80055-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO FIALHO PINTO OAB - MG108654-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificadas, PARA TOMAR CIÊNCIA DA PENHORA REALIZADA NOS AUTOS, BEM COMO PARA COMPARECER NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO ENDEREÇO E DIA ABAIXO INDICADOS, ocasião em que a parte executada poderá oferecer Embargos a Execução, nos moldes do art. 53, §1º, da Lei 9.099/1995. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para: Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 15:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017792-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELO MARCELO POUSO GRACIOLI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROOSEVELT ALOISIO LEAL DE QUEIROZ JUNIOR OAB - MT13661/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a Reclamada para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar-se acerca do Descumprimento de Liminar conforme informado no id.27314401, sob pena de majoração da multa. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008746-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO CELESTINO DAS NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021078-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA CARDOSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021078-86.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDREIA CARDOSO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021079-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ELIANO ALMEIDA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KASSIA REGINA NAVES SILVA BRAGA OAB - MT25030/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021079-71.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FRANCISCO ELIANO ALMEIDA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KASSIA REGINA NAVES SILVA BRAGA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021080-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANUANA DA SILVA BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021080-56.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JANUANA DA SILVA BORGES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021086-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO CARLOS DE CARVALHO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021086-63.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BENEDITO CARLOS DE CARVALHO FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018129-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO ANITA MALFATTI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOISE MARIA VIEGAS DORILEO (EXECUTADO)
MARCOS TOMAS CASTANHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018129-89.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO ANITA MALFATTI EXECUTADO: MARCOS TOMAS CASTANHA, LOISE MARIA VIEGAS DORILEO DESPACHO INICIAL Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Cite-se a parte Executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Inocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe-se audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime-se o Exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, arquivam-se os autos. Expeça-se o necessário. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012312-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
UNIAO ATACADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CUIABA COMERCIO DE ALARMES LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAIO CESAR DE SOUZA MORENO OAB - MT25733/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012312-44.2019.8.11.0001. REQUERENTE: UNIAO ATACADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI - ME REQUERIDO: CUIABA COMERCIO DE ALARMES LTDA - ME DECISÃO Vistos. Trata-se de Ação de Indenização por danos morais formada pelas partes acima indicadas. Por ausência de irregularidade processual, declaro o feito saneado. Determino a realização de prova testemunhal, momento em que deverão ser colhidas todas as demais provas necessárias para a elucidação dos fatos indicados na inicial Assim, designe-se audiência de instrução e julgamento para oitiva das partes e testemunhas (artigo 28, da Lei 9.099/95). Consigno que cada parte deverá apresentar até o máximo de três testemunhas, independentemente de intimação, nos termos do artigo 34, da Lei n. 9.099/95, sob pena de preclusão. Caso a parte pretenda a intimação pelo Juízo, deverá apresentar o rol de testemunhas à Secretaria, com antecedência de pelo menos 05 (cinco) dias da data da audiência, nos termos do artigo 34, §1º, da Lei n. 9.099/95. Às providências. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga DECISÃO Homologo a minuta da decisão elaborado pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021104-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021104-84.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CELSO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021107-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021107-39.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CELSO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021111-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO NONATO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLEICE HELLEN COSTA LEITE OAB - MT9475-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021111-76.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARCIO NONATO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GLEICE HELLEN COSTA LEITE POLO PASSIVO: OI S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021129-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO HONORATO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021129-97.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RICARDO HONORATO FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018963-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLE PAULA GRASSI DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 08:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003428-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEFA ANGELA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARESSA DE OLIVEIRA VOGADO TAVARES OAB - MT26941/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Juizado Sala: 6ª JEC Data: 01/10/2019 Hora: 09:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021146-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEIDE DE OLIVEIRA ROSA FONSECA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSMAR PEREIRA DE SOUZA OAB - MT12743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021146-36.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEIDE DE OLIVEIRA ROSA FONSECA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: OSMAR PEREIRA DE SOUZA POLO PASSIVO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015886-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

ALEXANDRE KEIJI MARIAMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 19/12/2019 Hora: 08:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010305-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEOMARQUIS LIMA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLA FERNANDA AMARAL SEGUNDO OAB - MT13867/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/11/2019 Hora: 15:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015886-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE KEIJI MARIAMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 08:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017362-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLA VEYGA GARCIA NONATO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1017362-51.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DANIELLA VEYGA GARCIA NONATO REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA DESPACHO VISTOS Trata-se de Ação de Declaração de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais formada pelas partes acima indicadas. O autor afirma a possibilidade de alterar os dados processuais para constar o nome social. Requer a ratificação da decisão anterior. Analisando os autos, constato que ocorreu a perda do objeto do pedido efetuado em 10/10/2019, uma vez que o nome social da parte já fora registrada no Sistema PJE, conforme acima indicado. Posto isso, deixo de apreciar o pedido, uma vez que ocorreu a efetivação da decisão anterior. Assim, aguarde-se a realização da audiência. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021180-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TALITA DE ARAUJO SANTOS 05294154374 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON SOARES NETO OAB - MT0015834A (ADVOGADO(A))
TALITA DE ARAUJO SANTOS OAB - 052.941.543-74 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021180-11.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TALITA DE ARAUJO SANTOS 05294154374 ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON SOARES NETO POLO PASSIVO: OI BRASILTELECOM FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007357-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SERRA NETO (REQUERENTE)
REGINA MARUITI SERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO OAB - MT0019091A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que, autorizado pelo provimento 55/2007-CGJ c/c art. 203, § 4°, do CPC, passo a impulsionar estes autos para intimar a parte executada para em 15 (quinze) dias efetuar o pagamento, sob pena de incidir na multa prevista no art. 523, §1º, 1ª parte do CPC.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015412-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ROBERTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA CAVALCANTI DE OLIVEIRA CAPITELLI OAB - MT27083/O (ADVOGADO(A))
BIANCA NOGUEIRA SILVA OAB - MT21879/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO LUIS DA SILVA VIRGOLINO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1015412-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FRANCISCO ROBERTO DA SILVA REQUERIDO: THIAGO LUIS DA SILVA VIRGOLINO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais formada entre as partes acima indicadas. O autor alega que o requerido não fora localizado para receber a citação. Requer a redesignação da audiência, bem como a pesquisa via Infojud para localizar o endereço do demandado. Analisando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar em parte, visto que incumbe ao demandante realizar diligências para localizar o requerido. Posto isso, DEFIRO em parte o pedido do autor para determinar o cancelamento da audiência de conciliação, bem como a redesignação do ato após a apresentação do endereço atualizado. INTIME-SE o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço atualizado do requerido. Com o cumprimento desta decisão, PROCEDA-SE A redesignação da audiência de conciliação. Cite-se o demandado e Intimem-se as partes para comparecerem no ato, consignando-se as advertências legais. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o

prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010711-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MAZARELLO LEITE VIRGOLINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER DE LIMA SANTOS OAB - MT10669/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO OAB - MG103082-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1010711-03.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA MAZARELLO LEITE VIRGOLINO REQUERIDO: BANCO OLÉ CONSIGNADO Compulsando os autos, constato que a reclamante, no id.26333843, requereu a redesignação da audiência de conciliação, tendo, inclusive, juntado atestado médico. Assim, acolho a justificativa apresentada pelo reclamante, razão pela qual, determino a designação de nova audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002498-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUCANDARIO ESPACO DO SABER LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANIA TEOFILO DO REGO OAB - PE17012 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOLANYARA ANGELICA PEREIRA GUIMARAES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Remetam-se os autos ao Gabinete do Juiz Titular 6, com as homenagens deste Juízo. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003328-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO ARYA FLORAIS MALL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELI CRISTINA OSHITANI OAB - MT6079-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a parte embargada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar acerca da petição encartada no id. 27298981 Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002323-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ELIZABETH MILANEZI DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO JOVENTINO COELHO OAB - MT5950-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004016-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO GOMES FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL ROQUE SAGIN OAB - MT0017891A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

1. Recebo o recurso aviado em seu efeito devolutivo, pois presentes os requisitos de admissibilidade; 2. As contrarrazões já foram apresentadas, devendo o feito ser encaminhado de imediato para a Turma Recursal Única; Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017254-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE DA MATA GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE MATOS ARAUJO OAB - MT18347-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IARA DA SILVA AMORIM (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Considerando os princípios norteadores dos Juizados Especiais Cíveis, no sentido de que o processo deve orientar-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (artigo 2º da Lei nº 9099/95). Assim, INDEFIRO o pedido encartado no id. 26864775 dos autos. Determino a redesignação da audiência de conciliação. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015947-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS CONDOMINOS DO CONDOMINIO CAMPESTRE VIVENDAS MANOA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEICIENE MARIA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017221-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO DE OLIVEIRA NOGUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

MAITE CAROLINE OLIVEIRA DE MELLO OAB - MT17461-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLENE PINHEIRO DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Emende o exequente a inicial em 10 (dez) dias, promovendo a adequação da execução de título extrajudicial ao princípio da literalidade, o que implica na exclusão da multa de 2% do total da execução, além da retirada da multa de 10%, uma vez que no rito do Juizado Especial não há que se falar em honorários nesta instância. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017899-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL ILHAS DOS ACORES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEISLIE DE FATIMA HAENISCH OAB - MT5860-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO CERANTOLA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Emende o exequente a inicial, em 05 (cinco) dias, a Matrícula do Imóvel ou outro documento que comprove a posse do imóvel pelo Executado. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018560-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO PEREIRA FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA MONTEIRO CAMARGO OAB - MT14694-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Embora distribuído e concluso para análise de urgência, observo que não existe o pedido de medida liminar na peça exordial, ou seja, não há motivo para tal conclusão. Assim, designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020678-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLA DAS MINAS DO CUIABA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO DA SILVA JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Emende o exequente a inicial em 05 (cinco) dias, juntando documento que comprove a propriedade e/ou posse do imóvel pelos executados. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008723-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX KRAUSE MENDONCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANIA LIBORIO FELICIANO MENDONCA OAB - MT7528/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HDI SEGUROS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))
RUBIA EMANUELLA SOARES RIBEIRO OAB - MT16120-O (ADVOGADO(A))
STEPHANNI FERREIRA SILVA OAB - MT17617-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1008723-44.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALEX KRAUSE MENDONCA REQUERIDO: HDI SEGUROS S.A. Vistos. Tendo em vista a necessidade de dilação probatória, determino a realização audiência de instrução, momento em que deverão ser colhidas todas as demais provas necessárias para a elucidação dos fatos indicados na inicial Assim, designe-se audiência de instrução e julgamento para oitiva das partes e testemunhas (artigo 28, da Lei 9.099/95). Consigno que cada parte deverá apresentar até o máximo de três testemunhas, independentemente de intimação, nos termos do artigo 34, da Lei n. 9.099/95, sob pena de preclusão. Caso a parte pretenda a intimação pelo Juízo, deverá apresentar o rol de testemunhas à Secretaria, com antecedência de pelo menos 05 (cinco) dias da data da audiência, nos termos do artigo 34, §1º, da Lei n. 9.099/95. Às providências. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. Diante disso, homologo a minuta de despacho elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1021025-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAYANE DOS SANTOS GUIMARAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1021025-08.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME EXECUTADO: DAYANE DOS SANTOS GUIMARAES DESPACHO INICIAL Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Cite-se a parte Executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Inocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe-se audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime-se o Exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, arquivam-se os autos. Expeça-se o necessário. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020923-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL GRANADA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIANA FRANCISCA DA CRUZ ANUNCIACAO (EXECUTADO)
JACIRA APARECIDA DA ANUNCIACAO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020923-83.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL GRANADA EXECUTADO: JACIRA APARECIDA DA ANUNCIACAO, SEBASTIANA FRANCISCA DA CRUZ

ANUNCIACAO DESPACHO INICIAL Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial formado pelas partes acima indicadas. Cite-se a parte Executada, por Carta AR, com as advertências do artigo 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três), dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Inocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para penhora online. Após a realização da penhora, designe-se audiência de conciliação, conforme determina o art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95, oportunidade em que a parte executada poderá oferecer embargos por escrito ou oralmente. O Devedor não sendo encontrado, intime-se o Exequente para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, arquivam-se os autos. Expeça-se o necessário. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016836-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ENEAS JOSE GARCEZ DE CAMARGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CARLA VALER AIMI OAB - MT23602-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTOCRED SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
LOJAS AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 22/01/2020 Hora: 14:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004016-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO GOMES FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL ROQUE SAGIN OAB - MT0017891A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Juizado Sala: 6ª JEC Data: 03/10/2019 Hora: 08:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021202-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERNANI DOS REIS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021202-69.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ERNANI DOS REIS ALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 13/02/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019343-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO VERCEZI CARRADORE - EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA LUIZA FREITAS DE ALMEIDA OAB - MT21195-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BARBARA MONIQUE ARAUJO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019787-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO VERCEZI CARRADORE - EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA LUIZA FREITAS DE ALMEIDA OAB - MT21195-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAROLINE LEONILDA TORRES (EXECUTADO)
MARILUCIA BINI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020103-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLA DAS MINAS DO CUIABA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDO DE MATTIS CAMARGO (EXECUTADO)
NATALINA MAIA BARBOSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem

conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020277-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO GARDEN 3 AMERICAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY OAB - MT220110-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACQUELINE PRADO LOTUFO (EXECUTADO)
FRANCISCO LOTUFO NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019904-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HIGOR FEITOZA PEREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HIGOR FEITOZA PEREIRA OAB - MT16379-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAICON MAIKELY JACOBOWSKI DE ABREU (EXECUTADO)
SARACURA MOTO PECAS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020204-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WALCLIDSON SEBA BATISTA (EXECUTADO)
ANDREA ADATIVA FERREIRA QUEIROZ SEBA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020352-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO ARMENTANO II (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILVA MARIA SOARES DO NASCIMENTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020823-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIFICIO AVANT-GARDE BUSINESS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA BARBOSA DA MATA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020823-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIFICIO AVANT-GARDE BUSINESS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA BARBOSA DA MATA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020858-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENTALIS - LOCADORA DE MAQUINAS EIRELI - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA SOUZA REIS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019709-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCO LUIGI DALL AGLIO FERREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOCINEI BATISTA DE ALMEIDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020308-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILEIDE NUNES DE QUEIROZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020103-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLA DAS MINAS DO CUIABA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDO DE MATTIS CAMARGO (EXECUTADO)
NATALINA MAIA BARBOSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020606-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ DEVAUX DE LARA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019709-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCO LUIGI DALL AGLIO FERREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOCINEI BATISTA DE ALMEIDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020150-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELEN CAROLINA MARTINS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020606-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ DEVAUX DE LARA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020144-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE MARIA AMORIM FAVERO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018963-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLE PAULA GRASSI DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas na exordial, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, nos termos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Isto Posto, DEFIRO em parte a liminar para determinar a parte reclamada UNIVAG - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE que proceda à rematrícula da promovente no 9º semestre do curso de direito, bem como possibilite à parte autora a realização das provas e o lançamento das notas das provas já realizadas, e todas as demais atividades acadêmicas, como acesso aos portais, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o caso de descumprimento desta decisão - não se trata de multa diária. Designe-se audiência de conciliação e cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019108-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA MOURA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA REGINA ALMEIDA DOS SANTOS OAB - MT19840-O (ADVOGADO(A))
ALDEYR LIMA DE MELO OAB - MT10017-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Notadamente no caso dos autos, verifico a ausência de prova inequívoca das alegações despendidas na inicial. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que a pretensão se apresenta nebulosa, nesta fase de cognição sumária. Isso porque, as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte reclamante, circunstâncias que tornam temerária a concessão da providência reclamada, restando prudente o aguardo da formação do contraditório e a dilação probatória. O pedido de inversão do ônus da prova será analisado quando da prolação da sentença. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020920-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELAURA MARIA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Pugna o Promovente pela concessão de liminar para que o seu nome seja retirado dos bancos de dados cadastrais dos órgãos de restrição ao crédito. Notadamente no caso dos autos, onde verifico, conforme extrato de protocolo nº 002.202.799.732-9, expedido pelo SPC BRASIL, por meio do convênio entre o CDL – Cuiabá, onde demonstra que possui outras anotações positiva em seu nome. Assim, entendo que está ausente um dos pressupostos autorizadores da concessão da tutela acautelatória, qual seja, o periculum in mora. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as

consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018539-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILDETE SOUZA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTH AIARDES OAB - MT15463-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Notadamente no caso dos autos, verifico a ausência de prova inequívoca das alegações despendidas na inicial. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que a pretensão se apresenta nebulosa, nesta fase de cognição sumária. Isso porque, as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte reclamante, circunstâncias que tornam temerária a concessão da providência reclamada, restando prudente o aguardo da formação do contraditório e a dilação probatória. O pedido de inversão do ônus da prova será analisado quando da prolação da sentença. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020308-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUCILEIDE NUNES DE QUEIROZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002887-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIO JUVELINO DIAS (REQUERENTE)
GERALDA XAVIER ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIANY COSMES DA SILVA OAB - MT25021/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Compulsando os autos, constata-se que o recurso inominado interposto pela recorrente, no id.27413856, encontra-se intempestivo. Em análise das movimentações, verifica-se que a sentença fora publicada no Diário de Justiça Eletrônico na data 22/11/2019, tendo sido o recurso interposto na data 13/12/2019. Decorrido, portanto, o prazo legal para interposição da peça recursal. Isto posto, deixo de receber o recurso inominado ante a sua INTEMPESTIVIDADE. Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003428-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEFA ANGELA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARESSA DE OLIVEIRA VOGADO TAVARES OAB - MT26941/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Compulsando os autos, constata-se que o recurso inominado interposto pela recorrente, no id. 27300801, encontra-se intempestivo. Em análise das movimentações, verifica-se que a sentença fora publicada no Diário de Justiça Eletrônico na data 22/11/2019, tendo sido o recurso interposto na data 11/12/2019. Decorrido, portanto, o prazo legal para interposição da peça recursal. Isto posto, deixo de receber o recurso inominado ante a sua INTEMPESTIVIDADE. Às providências. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018963-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLE PAULA GRASSI DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas na exordial, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, nos termos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Isto Posto, DEFIRO em parte a liminar para determinar a reclamada IUNI EDUCACIONAL S/A que proceda à rematrícula da promovente no 9º semestre do curso de Direito, bem como possibilite à parte autora a realização das provas e o lançamento das notas das provas já realizadas, e todas as demais atividades acadêmicas, como acesso aos portais, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o caso de descumprimento desta decisão - não se trata de multa diária. Designe-se audiência de conciliação e cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016836-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ENEAS JOSE GARCEZ DE CAMARGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CARLA VALER AIMI OAB - MT23602-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTOCRED SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
LOJAS AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL, protocolo nº 002.203.901.862-2, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019593-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
D F PINTO - ME (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENZA DA SILVA MARTINS OAB - MT9636-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BIO FLORAIS COMERCIO DE FLORAIS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Isto posto, DEFIRO a liminar pretendida para determinar a suspensão dos efeitos do protesto Instrumento de nº. 40961, livro 7371, fls. 70 - Data do protesto 01/06/2019 - valor do título R$ 451,27 (Quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), portador do CNPJ: 01.480.770/0001-41 junto ao Cartório do 4º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Cuiabá-MT, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. OFICIE-SE ao 4º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Cuiabá-MT, para suspender os efeitos dos protestos lançados pela reclamada em desfavor do reclamante. Entregue-se o ofício à parte Promovente para que esta providencie o recolhimento dos emolumentos. Designe-se nova data de audiência de conciliação, citem-se e intimem-se as partes reclamadas para nela comparecerem. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016840-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO LE CHAMP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Nilton Cecilio de Mesquita OAB - MT8067-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a parte embargada para, no prazo de 15 (quinze) dias,manifestar acerca da petição encartada no id. 26574044 Cumpra-se EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005621-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THYAGO FERNANDO FERNANDES DA FONSECA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUCICLEI TRINDADE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Intime-se a parte reclamada para manifestar acerca da petição encartada no id.26923340 dos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, referente ao pedido da parte requerente, noticiando o descumprimento do acordo. Nos termos do §1° do artigo 77 do CPC , advirto que caso haja criação de embaraços à efetivação da ordem judicial a conduta será punida como ato atentatório à dignidade da justiça. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018920-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA MARIA SOARES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO DE MELO ROSA OAB - MT10097-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLADAL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018920-58.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SONIA MARIA SOARES DA SILVA REQUERIDO: CLADAL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais c/c Repetição de Indébito formada pelas partes acima indicadas. O requerente aduz que possui a titularidade da conta poupança da Caixa Econômica Federal, Agência n. 0686, conta 013.00014638-5. Assevera que constatou diversos descontos indevidos em sua conta no valor de R$ 151,60, que totalizam a quantia de R$ 454,80. Assegura que não contratou seguro da empresa demandada. Requer, em tutela de urgência, a abstenção dos descontos. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. Na data de 06/12/2019, foi proferida decisão indeferindo o pedido de urgência. O demandante aduz que a decisão judicial não se refere ao objeto da lide. Requer a apreciação os pedidos e o prosseguimento do feito. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Inicialmente, chamo o feito à ordem para revogar a decisão proferida em 06/12/2019 (movimento n. 27064509), visto que se trata de processo distinto ao presente. Assim, passo a apreciar o pedido de urgência. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Analisando os autos, constato que a pretensão do autor não merece prosperar, porquanto inexiste prova de que o desconto indicado com o número 329810 fora efetuado pelo requerido. Friso que não há informação sobre a empresa responsável pelos descontos. Assim, não há prova da irregularidade praticada pelo suplicado. Ademais, há indícios de que o autor efetuou a exclusão dos descontos em sua conta bancária, em 04/11/2019 , conforme o extrato juntado ao feito. Portanto, não há perigo de dano irreparável ou de difícil reparação para o caso de concessão do pedido ao final. Deste modo, o requerente deixou de provar os requisitos legais para a concessão do pleito, sendo imprescindível aguardar a dilação probatória. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE “INDENIZAÇÃO C/C OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER” – INTEMPESTIVIDADE RECURSAL – REJEITADA – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA – ASPECTOS NEBULOSOS E CONFUSOS QUE DEMANDAM INSTRUÇÃO PROBATÓRIA – REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC/2015 NÃO PREENCHIDOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da decisão agravada no DJe, tendo início o prazo para interposição do recurso no primeiro dia útil seguinte ao considerado como data da publicação, nos termos do art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.419/2006, não havendo falar em intempestividade da interposição do agravo de instrumento protocolizado exatamente no último dia do prazo. 2. O art. 300, caput, do CPC/2015, estabelece que a “TUTELA de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade

do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." 3. Hipótese em que não há no conjunto probatório documentos aptos à elucidação dos fatos, de modo que a alegação de que as partes celebraram contrato de trespasse ainda não resta suficientemente demonstrada, existindo fundada dúvida quanto a esse fato e, portanto, quanto à alegada violação ao disposto no art. 1.147 do CC, especialmente porque o contrato prevê terceirização dos serviços de assistência técnica, não restando satisfatoriamente comprovado que houve alienação do fundo de comércio da agravada à agravante. 4. Não estando demonstrada a probabilidade do direito invocado, havendo necessidade de ampla instrução probatória para o convencimento do magistrado acerca das alegações que embasam o pleito autoral, correta a decisão que INDEFERE o pedido de antecipação da TUTELA (TUTELA de urgência). (N.U 1006717-67.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOAO FERREIRA FILHO, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 11/06/2019, Publicado no DJE 18/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA por ausência dos requisitos legais. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o requerido juntar o contrato que originou o débito. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006611-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSINEY DE OLIVEIRA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006611-05.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSINEY DE OLIVEIRA PEREIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por JOSINEY DE OLIVEIRA PEREIRA em face de VIVO S.A. onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendida pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Em que pesem as arguições do requerido, relativo as preliminares e mérito, constato que não merecem acolhimento, pois indica fatos totalmente divergentes à presente, tendo inclusive mencionado suposto débito em nome de terceiro Géssica Molina Soto. Posto isso, REJEITO as preliminares alegadas pela parte demandada. Pela simples apreciação dos autos, constato que a pretensão do autor merece acolhimento em parte. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Assim, defiro a inversão do ônus em favor do Autor. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Logo, a parte Ré deve ser responsabilizada pelo ocorrido, já que deixou de contestar especificamente os fatos indicados na exordial, restando a presunção de veracidade as arguições do autor, conforme o artigo 341, do CPC; Art. 341. Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se: I - não for admissível, a seu respeito, a confissão; II - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato; III - estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto. Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial. Ademais, incumbe ao requerido comprovar a existência de relação jurídica por se tratar de prova negativa. Deste modo, por clara ausência de prova da contratação dos serviços pelo autor, resta evidente a falha na prestação de serviço, passível de indenização. Neste sentido : EMENTARECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA ? DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO DO INSS ? ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS NÃO CONTRATADOS ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? TELAS UNILATERAIS INSUFICIENTES ? ATO ILÍCITO CARACTERIZADO ? DANO MORAL CONFIGURADO ?

FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO.Nos termos do artigo 17 do Código de Processo Civil para postular ou ser demandado em juízo é necessário que haja legitimidade.A legitimidade decorre da titularidade da relação jurídica de direito material objeto da demanda, de modo que legitimado ativo é aquele que atribui a si o direito que pleiteia e legitimado passivo é aquele a quem o autor atribui o dever de satisfazer a pretensão.Diante da comprovação de que os descontos em folha de pagamento se deram, também, por parte do Recorrente inegável sua legitimidade passiva, ainda mais porque prevalece a responsabilidade objetiva e solidária dos que integram o mesmo grupo econômico.Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços comprovar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento, o que não restou comprovado.A contratação, quando negada, se prova mediante a juntada do contrato escrito ou do áudio oriundo de ?call center? e, no caso, não houve a juntada de qualquer documento que comprove a existência de relação jurídica entre as partes, de modo que os descontos no benefício do INSS devem ser restituídos e o dano moral ser indenizado.O valor da indenização por dano moral deve ser mantido quando fixada com razoabilidade assim como o dano material comprovadamente sofrido.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1002816-24.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Portanto, tem-se que a Ré não se desincumbiu do seu ônus probatório. Logo, a declaração de inexistência de débito é medida que se impõe. O art. 186 do CC dispõe que “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. No esteio, o art. 927 do mesmo Codex: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Dessa forma, caracterizando-se o ato ilícito cometido pela Ré, surge o seu dever de indenizar. Nada obstante, o dano moral nas circunstâncias em de que tratam estes autos, de acordo com reiterada jurisprudência, não depende de comprovação de dano sofrido, bastando a demonstração do fato ocorrido, haja vista que a impossibilidade da medição do mal causado por técnica ou meio de prova do sofrimento. No caso dos autos o dano moral subsiste pela simples ofensa dirigida a outrem e pela mera violação do seu direito de permanecer com o nome desprovido de máculas, o que torna desnecessária a comprovação específica do prejuízo sofrido, conforme orienta o seguinte julgado: O dano simplesmente moral, sem repercussão no patrimônio não há como ser provado. Ele existe tão somente pela ofensa, e é dela presumido, sendo o bastante para justificar a indenização?. (TJPR 4ª C. AP. Rel. Wilson Reback ? RT 681/163, in RUI STOCO, Responsabilidade Civil, RT, p. 493). Assim, provada a ofensa e o dano moral sua reparação é impositiva, na forma do art. 5o, incisos V e X da Constituição Federal e do art. 944 e seguintes do Código Civil. No que se refere ao quantum da indenização, a melhor doutrina e jurisprudência orientam que para o seu arbitramento justo, o juiz deve levar em consideração principalmente o poderio econômico de quem deve indenizar, mas, não isoladamente, pois também são de relevância outros aspectos, tais como a situação pessoal do ofendido, a gravidade do dano moral, sobretudo no que diz respeito aos reflexos negativos do ilícito civil na auto-estima da vítima e nas suas relações sociais, o grau da culpa e a rapidez na atenuação da ofensa e de seus efeitos. No caso concreto, tomando como parâmetro os critérios acima referidos e tendo em conta, principalmente, a situação financeira dos litigantes a fixação do quantum indenizatório em R$ 6.000,00 (seis mil reais) é suficiente para reparar, nos limites do razoável, o prejuízo moral que o fato acarretou. Com efeito, tal estimativa guarda perfeita correspondência com a gravidade objetiva do fato e do seu resultado danoso, bem assim com as condições da vítima e da empresa autora da ofensa, revelando-se, além disso, ajustada ao princípio da equidade e à orientação pretoriana, segundo a qual "a eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado" (acórdão publicado em RT 650, p. 63 a 67). Destarte, caminho outro não há senão o da procedência do pedido. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil a pretensão contida na inicial para DECLARAR a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio, e ainda, a título de danos morais, CONDENO a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ), e assim o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Confirmo eventual tutela concedida neste feito. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006954-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICIUS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006954-98.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARCOS VINICIUS RODRIGUES REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C

INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por MARCOS VINIVICUS MARQUES RODRIGUESem face de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendida pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Inicialmente, constato que as preliminares arguidas pelo demandado não merecem acolhimento, visto que o autor possui a faculdade de requerer o intento pela via administrativa, não sendo requisito para ajuizar ação judicial. Registro, ainda, que a exclusão das cobranças não ocasionam a perda do objeto, já que realizou o ato após o ajuizamento. Além disso, restou demonstrada a restrição do nome da parte autora no rol de mal pagadores. Ademais, o demandado não juntou qualquer indício de inveracidade da hipossufiência financeira da parte autora. Com isso, rejeito as preliminares arguidas. Pela simples análise dos autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar em parte, visto que demonstrada a irregularidade praticada pelo demandado. . O requerido alega na contestação que houve regular contratação dos serviços, bem como que não houve dano moral, que se trata de mero aborrecimento, já que a parte autora não teria provado tal dano, tampouco demonstrou ter quitado o débito. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Assim, defiro a inversão do ônus em favor do Autor. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Logo, a parte Ré deve ser responsabilizada pelo ocorrido, pois, em que pese alegue que o débito é legítimo, nada comprova, quem emitiu contas a serem pagas e lançou o nome da parte Autora em órgãos de proteção ao crédito foi a Reclamada. Neste sentido : EMENTARECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA ? DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO DO INSS ? ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS NÃO CONTRATADOS ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? TELAS UNILATERAIS INSUFICIENTES ? ATO ILÍCITO CARACTERIZADO ? DANO MORAL CONFIGURADO ? FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO.Nos termos do artigo 17 do Código de Processo Civil para postular ou ser demandado em juízo é necessário que haja legitimidade.A legitimidade decorre da titularidade da relação jurídica de direito material objeto da demanda, de modo que legitimado ativo é aquele que atribui a si o direito que pleiteia e legitimado passivo é aquele a quem o autor atribui o dever de satisfazer a pretensão.Diante da comprovação de que os descontos em folha de pagamento se deram, também, por parte do Recorrente inegável sua legitimidade passiva, ainda mais porque prevalece a responsabilidade objetiva e solidária dos que integram o mesmo grupo econômico.Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços comprovar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento, o que não restou comprovado.A contratação, quando negada, se prova mediante a juntada do contrato escrito ou do áudio oriundo de ?call center? e, no caso, não houve a juntada de qualquer documento que comprove a existência de relação jurídica entre as partes, de modo que os descontos no benefício do INSS devem ser restituídos e o dano moral ser indenizado.O valor da indenização por dano moral deve ser mantido quando fixada com razoabilidade assim como o dano material comprovadamente sofrido.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1002816-24.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Portanto, tem-se que a Ré não se desincumbiu do seu ônus probatório. Logo, a declaração de inexistência de débito é medida que se impõe. O art. 186 do CC dispõe que “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. No esteio, o art. 927 do mesmo Codex: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Dessa forma, caracterizando-se o ato ilícito cometido pela Ré, surge o seu dever de indenizar. Nada obstante, o dano moral nas circunstâncias em de que tratam estes autos, de acordo com reiterada jurisprudência, não depende de comprovação de dano sofrido, bastando a demonstração do fato ocorrido, haja vista que a impossibilidade da medição do mal causado por técnica ou meio de prova do sofrimento. No caso dos autos o dano moral subsiste pela simples ofensa dirigida a outrem e pela mera violação do seu direito de permanecer com o nome desprovido de máculas, o que torna desnecessária a comprovação específica do prejuízo sofrido, conforme orienta o seguinte julgado: O dano simplesmente moral, sem repercussão no patrimônio não há como ser provado. Ele existe tão somente pela ofensa, e é dela presumido, sendo o bastante para justificar a indenização?. (TJPR 4ª C. AP. Rel. Wilson Reback ? RT 681/163, in RUI STOCO, Responsabilidade Civil, RT, p. 493). Assim, provada a ofensa e o dano moral sua reparação é impositiva, na forma do art. 5o, incisos V e X da Constituição Federal e do art. 944 e seguintes do Código Civil. No que se refere ao quantum da indenização, a melhor doutrina e jurisprudência orientam que para o seu arbitramento justo, o juiz deve levar em consideração principalmente o poderio econômico de quem deve indenizar, mas, não isoladamente, pois também são de relevância outros aspectos, tais como a situação pessoal do ofendido, a gravidade do dano moral, sobretudo no que diz respeito aos reflexos negativos do ilícito civil na auto-estima da vítima e nas suas relações sociais, o grau da culpa e a rapidez na atenuação da ofensa e de seus efeitos. No caso concreto, tomando como parâmetro os critérios acima referidos e tendo em conta, principalmente, a situação financeira dos litigantes a fixação do quantum indenizatório em R$ 6.000,00 (seis mil reais) é suficiente para reparar, nos limites do razoável, o prejuízo moral que o fato acarretou. Com efeito, tal estimativa guarda perfeita correspondência com a gravidade objetiva do fato e do seu resultado danoso, bem assim com as condições da vítima e da empresa autora da ofensa, revelando-se, além disso, ajustada ao princípio da equidade e à orientação pretoriana, segundo a qual "a eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado" (acórdão publicado em RT 650, p. 63 a 67). Destarte, caminho outro não há senão o da procedência do pedido. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil a pretensão contida na inicial para determinar a exclusão do nome da parte autora do rol de mal pagadores, bem como determinar a anulação do negócio jurídico e ainda, a título de danos morais, CONDENO a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ), e assim o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Confirmo eventual tutela concedida neste feito. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006048-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILSON JESUS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYCON TADEU LAMIM OAB - MT0016012A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006048-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SILSON JESUS DA SILVA REQUERIDO: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Trata-se de ACAO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITOS COM INDENIZACAO POR DANOS MORAIS movida por SILSON JESUS DA SILVA em face de FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que não reconhece o débito oriundo da contratação. No entanto, a parte ré, em contestação logrou demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora e que, por sua vez, não foram suficientemente impugnados, limitando-se a parte autora a reiterar a negativa de contratação. Em defesa a Reclamada demonstrou que a reclamante possui vínculo jurídico com a mesma, o que pode ser atestado pelos documentos trazidos com a defesa, especialmente, Proposta de adesão e contrato de serviços devidamente assinados. Ademais, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso e a parte autora não impugnou satisfatoriamente a assinatura. Nesse sentido: EMENTA RECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ? JUNTADA DE CONTRATO E DOCUMENTOS ? AUSÊNCIA DO AUTOR NA AUDIÊNCIA INJUSTIFICADAMENTE ? AUSÊNCIA MOTIVADA PELA JUNTADA DE CONTRATO ? SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA ? CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ MANTIDA ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO. Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços que requereu a negativação do nome do consumidor provar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento.Havendo a juntada de contestação antes da audiência, a qual fora instruída com cópia de contrato e outros documentos, tem-se por evidente que a ausência em audiência foi motivada por tais fatos, visando a extinção do processo e fugir das sanções decorrentes da litigância de má-fé.Diante da ausência em audiência motivada pela juntada do contrato, cuja relação fora negada, resta comprovado que houve movimentação da máquina judiciária indevidamente e desprovida de fundamento justo e legal.Manutenção da sentença que julgou improcedente a pretensão inicial e condenou a parte promovente às penas da litigância de má-fé.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1005098-35.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Ainda, analisando as provas trazidas pela parte autora e as provas trazidas pela reclamada, resta caracterizada a litigância de má fé da reclamante, nos termos do artigo 80, do Código de Processo Civil, notadamente quando se observa a alteração clarividente da verdade dos fatos, sustentando-se demanda contra a Reclamada, mesmo ausente qualquer direito supostamente afetado. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ainda, RECONHEÇO litigância de má-fé e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) do valor atribuído à causa atualizado, custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003957-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO FLAVIO BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI OAB - DF0013158A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1003957-45.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROGERIO FLAVIO BARBOSA REQUERIDO: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos

relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por ROGÉRIO FLAVIO BARBOSA em face de ATIVOS S/A. onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendida pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Em contestação, alegam a Reclamada que houve regular contratação dos serviços, bem como que não houve dano moral, que se trata de mero aborrecimento, já que a parte autora não teria provado tal dano, tampouco demonstrou ter quitado o débito. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Assim, defiro a inversão do ônus em favor do Autor. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Logo, a parte Ré deve ser responsabilizada pelo ocorrido, pois, em que pese alegue que o débito é legítimo, nada comprova, quem emitiu contas a serem pagas e lançou o nome da parte Autora em órgãos de proteção ao crédito foi a Reclamada. Neste sentido : EMENTARECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA ? DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO DO INSS ? ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS NÃO CONTRATADOS ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? TELAS UNILATERAIS INSUFICIENTES ? ATO ILÍCITO CARACTERIZADO ? DANO MORAL CONFIGURADO ? FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO.Nos termos do artigo 17 do Código de Processo Civil para postular ou ser demandado em juízo é necessário que haja legitimidade.A legitimidade decorre da titularidade da relação jurídica de direito material objeto da demanda, de modo que legitimado ativo é aquele que atribui a si o direito que pleiteia e legitimado passivo é aquele a quem o autor atribui o dever de satisfazer a pretensão.Diante da comprovação de que os descontos em folha de pagamento se deram, também, por parte do Recorrente inegável sua legitimidade passiva, ainda mais porque prevalece a responsabilidade objetiva e solidária dos que integram o mesmo grupo econômico.Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços comprovar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento, o que não restou comprovado.A contratação, quando negada, se prova mediante a juntada do contrato escrito ou do áudio oriundo de ?call center? e, no caso, não houve a juntada de qualquer documento que comprove a existência de relação jurídica entre as partes, de modo que os descontos no benefício do INSS devem ser restituídos e o dano moral ser indenizado.O valor da indenização por dano moral deve ser mantido quando fixada com razoabilidade assim como o dano material comprovadamente sofrido.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1002816-24.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Ademais, a requerida não trouxe aos autos documentos que comprovem que os serviços foram prestados, como sustenta a Ré, apenas imagens de telas sistêmicas e faturas sem assinatura que não provam que a Autora teria solicitado e usufruído do serviço. Portanto, tem-se que a Ré não se desincumbiu do seu ônus probatório. Logo, a declaração de inexistência de débito é medida que se impõe. O art. 186 do CC dispõe que “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. No esteio, o art. 927 do mesmo Codex: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Dessa forma, caracterizando-se o ato ilícito cometido pela Ré, surge o seu dever de indenizar. Nada obstante, o dano moral nas circunstâncias em de que tratam estes autos, de acordo com reiterada jurisprudência, não depende de comprovação de dano sofrido, bastando a demonstração do fato ocorrido, haja vista que a impossibilidade da medição do mal causado por técnica ou meio de prova do sofrimento. No caso dos autos o dano moral subsiste pela simples ofensa dirigida a outrem e pela mera violação do seu direito de permanecer com o nome desprovido de máculas, o que torna desnecessária a comprovação específica do prejuízo sofrido, conforme orienta o seguinte julgado: O dano simplesmente moral, sem repercussão no patrimônio não há como ser provado. Ele existe tão somente pela ofensa, e é dela presumido, sendo o bastante para justificar a indenização?. (TJPR 4ª C. AP. Rel. Wilson Reback ? RT 681/163, in RUI STOCO, Responsabilidade Civil, RT, p. 493). Assim, provada a ofensa e o dano moral sua reparação é impositiva, na forma do art. 5o, incisos V e X da Constituição Federal e do art. 944 e seguintes do Código Civil. No que se refere ao quantum da indenização, a melhor doutrina e jurisprudência orientam que para o seu arbitramento justo, o juiz deve levar em consideração principalmente o poderio econômico de quem deve indenizar, mas, não isoladamente, pois também são de relevância outros aspectos, tais como a situação pessoal do ofendido, a gravidade do dano moral, sobretudo no que diz respeito aos reflexos negativos do ilícito civil na auto-estima da vítima e nas suas relações sociais, o grau da culpa e a rapidez na atenuação da ofensa e de seus efeitos. No caso concreto, tomando como parâmetro os critérios acima referidos e tendo em conta, principalmente, a situação financeira dos litigantes a fixação do quantum indenizatório em R$ 6.000,00 (seis mil reais) é suficiente para reparar, nos limites do razoável, o prejuízo moral que o fato acarretou. Com efeito, tal estimativa guarda perfeita correspondência com a gravidade objetiva do fato e do seu resultado danoso, bem assim com as condições da vítima e da empresa autora da ofensa, revelando-se, além disso, ajustada ao princípio da equidade e à orientação pretoriana, segundo a qual "a eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado" (acórdão publicado em RT 650, p. 63 a 67). Destarte, caminho outro não há senão o da procedência do pedido. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil a pretensão contida na inicial para determinar a exclusão do nome da parte autora do rol de mal pagadores, bem como DECLARAR a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio, e ainda, a título de danos morais, CONDENO a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ), e assim o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Confirmo eventual tutela concedida neste feito. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso,

homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009510-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009510-73.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA GOMES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Cuida-se de AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por MARIA GOMES em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A diante de suposto lançamento indevido de seu nome nos cadastros restritivos de crédito. Rejeito a preliminar suscitada pela Reclamada, porque a extrato oficial não é documento essencial à propositura da ação. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que não reconhece o débito oriundo da contratação. No entanto, a parte ré, em contestação logrou demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora e que, por sua vez, não foram suficientemente impugnados. Em defesa a Reclamada demonstrou que a reclamante possui vínculo jurídico com a mesma, o que pode ser atestado pelos documentos trazidos com a defesa, especialmente, Termo de adesão e contrato de serviços devidamente assinados, bem como cópia dos documentos pessoais. Ademais, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Nesse sentido: EMENTA RECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ? JUNTADA DE CONTRATO E DOCUMENTOS ? AUSÊNCIA DO AUTOR NA AUDIÊNCIA INJUSTIFICADAMENTE ? AUSÊNCIA MOTIVADA PELA JUNTADA DE CONTRATO ? SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA ? CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ MANTIDA ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO. Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços que requereu a negativação do nome do consumidor provar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento.Havendo a juntada de contestação antes da audiência, a qual fora instruída com cópia de contrato e outros documentos, tem-se por evidente que a ausência em audiência foi motivada por tais fatos, visando a extinção do processo e fugir das sanções decorrentes da litigância de má-fé.Diante da ausência em audiência motivada pela juntada do contrato, cuja relação fora negada, resta comprovado que houve movimentação da máquina judiciária indevidamente e desprovida de fundamento justo e legal.Manutenção da sentença que julgou improcedente a pretensão inicial e condenou a parte promovente às penas da litigância de má-fé.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1005098-35.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Ainda, analisando as provas trazidas pela parte autora e as provas trazidas pela reclamada, resta caracterizada a litigância de má fé da reclamante, nos termos do artigo 80, do Código de Processo Civil, notadamente quando se observa a alteração clarividente da verdade dos fatos, sustentando-se demanda contra a Reclamada, mesmo ausente qualquer direito supostamente afetado. O pedido contraposto merece acolhimento, posto que o valor cobrado fora comprovado documentalmente. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ainda, RECONHEÇO litigância de má-fé e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) do valor atribuído à causa atualizado, custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE. Julgo procedente o pedido contraposto no importe de R$ 186,09, com incidência de juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC a partir do vencimento. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011951-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA CRISTINA MATOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011951-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULA CRISTINA MATOSO REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para

julgamento antecipado, uma vez que não há necessidade de produção de prova em audiência. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais c/c repetição de indébito proposta por PAULA CRISTINA MATOSO em desfavor de : BANCO BRADESCO. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que parcial razão assiste à parte autora. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que haviam descontos de um seguro em nome de terceiro, da qual não teria contratado. Por fim pede tutela antecipada, devolução em dobro e o pagamento de indenização a título de danos morais supostamente sofridos. De outro lado, a parte ré deixou de instruir os autos com o contrato para provar a regularidade e legitimidade da cobrança dos serviços, conforme relatado pela reclamante. Ora, a parte reclamada é responsável pela cobrança indevida dos serviços não contratados, mormente porque a ela competia o dever de cautela e verificar eventual falha em seu sistema de cobrança. A parte ré não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade da dívida. Além disso, o requerido deixou de contestar especificamente o valor dos danos materiais, tendo inclusive confessado a cobrança. Portanto, a cobrança do débito referente aos serviços acima mencionados deve ser declarada indevida, bem como a condenação a restituir o valor de R$ R$ 1.047,86 em dobro em conformidade ao parágrafo único, do art. 42, do CDC, é a medida que se impõe. Nesse sentido: EMENTA RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – DESCONTO INDEVIDO DE VALORES EM CONTA – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO - RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA PERANTE PROCON– AUSÊNCIA DE REEMBOLSO NA ESFERA ADMINISTRATIVA –– INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – NÃO COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS DESCONTOS – FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – DANO MORAL CONFIGURADO E FIXADO DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – DANO MATERIAL DEVIDO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA- RECURSO DESPROVIDO. A responsabilidade do fabricante e do fornecedor de serviços é objetiva, pelo que responde independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores em decorrência da falha na prestação de serviço, nos termos do art. 14, do CDC. Não restando comprovada a contratação e a legitimidade dos descontos na conta do promovente, além de não devolver valores cobrados administrativamente, resta caracterizado o dever de indenizar por dano moral e material. Sentença mantida. Recurso desprovido. (N.U 8010303-02.2014.8.11.0086, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 19/07/2019, Publicado no DJE 22/07/2019) Conquanto a empresa promovida tenha praticado um ilícito (cobrança indevida), esta falha na prestação dos serviços não possui potencialidade lesiva para implicar na violação a direitos fundamentais de cunho personalíssimo e, portanto, na reparação de danos morais. Saliente-se que a cobrança indevida por si só se traduz em mero aborrecimento, visto que trivial e comum da sociedade moderna podendo ser e o foi suportado pela parte promovente. Aliás, a história revela e é certo que a vida em sociedade, naturalmente - e sempre foi assim desde o início das civilizações –, impõe perdas e ganhos em diferentes graus e isso é salutar para o desenvolvimento econômico e intelectual da sociedade. Ora, se todos quiserem ganhar sobre toda e qualquer situação da vida cotidiana, por conseguinte, causará sérios desequilíbrios e prejuízos à vida em sociedade. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES as pretensões iniciais, para DETERMINAR o cancelamento em definitivo do seguro não contratados, DECLARAR indevida a cobrança referente aos, bem como, CONDENAR a Reclamada ao pagamento do à parte autora do valor de R$ 1.047,86 (mil e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos), a ser calculados em dobro, com incidência de juros de mora de 1% a.m., a partir da citação válida e correção monetária pelo INPC a partir desta decisão, e assim o faço COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, CPC. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1040180-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL CESAR DIAS AMORIM OAB - MT6470/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
jose carlos alves (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB - MT11877-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1040180-71.2019.8.11.0041. REQUERENTE: LAZARO JOSE BORGES REQUERIDO: JOSE CARLOS ALVES, BANCO ITAUCARD S/A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337, do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DE SUSTAÇAO DE PROTESTO C/C DECLARATORIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (pedido de LIMINAR) movida por LAZARO JOSE BORGES em face de JOSE CARLOS ALVES e BANCO ITAUCARD S/A. Acolho a preliminar suscitada pelo Requerido JOSE CARLOS ALVES, diante da sua flagrante ilegitimidade, posto que o protesto é ato do portador, não do Tabelião, motivo pelo qual esta não possui qualquer responsabilidade. Logo, em consequência, com arrimo no que dispõe o art. 485, VI do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que o protesto é indevido, uma vez que não reconhece os débitos oriundos da contratação. No entanto, a parte ré, em contestação logrou demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora e que, por sua vez, não foram satisfatoriamente impugnados. Neste contexto, caberia à Requerida comprovar os fatos extintivos de sua responsabilidade, ou seja, deveria PROVAR QUE A PARTE AUTORA ESTÁ EM DÉBITO COM A REQUERIDA JUSTIFICANDO A INSCRIÇÃO EM PROTESTO, o que foi feito, desincumbindo-se de seu ônus probatório, a teor do disposto no artigo 373, II, CPC. No caso em comento, a Reclamada pugna pela existência do débito, juntando aos autos Cédula de Crédito Bancário e demais documentos devidamente assinados, os quais indicam a relação contratual, o que afasta a indicação de contratação fraudulenta. Ademais, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados pela reclamada e os apresentados na inicial dispensa aludido recurso, e a

autora não impugnou satisfatoriamente os documentos. Assim, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório, mesmo frente às meras argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, consequentemente tem-se a inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Neste sentido: LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Declaratória de Inexigibilidade de Débito cumulada com Indenização por Danos Morais. Anotação de dados nos cadastros de inadimplentes. Dívida existente, originária de operações financeiras realizadas com cartão de crédito e não adimplidas. Sentença de improcedência da ação e condenação em litigância de má-fé. Comprovada a má-fé da autora no ajuizamento da ação, quanto à alegação de inexistência de débito que gerou a negativação. Autora que, mesmo após a vinda da documentação com a contestação, que elucida a origem do débito, tenta alterar a verdade dos fatos. Penalidade por litigância de má-fé mantida, fixada nos termos legais. Recurso improvido. (TJ-SP 10050993120178260068 SP 1005099-31.2017.8.26.0068, Relator: Silveira Paulilo, Data de Julgamento: 15/05/2018, 21ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/05/2018) Via de consequência, inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, a improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte do Reclamante é medida que se impõe. Ainda, analisando as provas trazidas pela parte autora e as provas trazidas pela reclamada, resta caracterizada a litigância de má fé da reclamante, nos termos do artigo 80, do Código de Processo Civil, notadamente quando se observa a alteração clarividente da verdade dos fatos, sustentando-se demanda contra a Reclamada, mesmo ausente qualquer direito supostamente afetado. Ante o exposto, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva do Requerido JOSE CARLOS ALVESE e julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ainda, RECONHEÇO litigância de má-fé e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) do valor atribuído à causa atualizado, custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013612-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON LEMES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013612-41.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ADILSON LEMES DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, que ADILSON LEMES DE OLIVEIRA move contra BANCO BRADESCO. Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.. Fundamento e Decido. Analisando os autos, constato que o requerente deixou de comparecer na audiência de conciliação e, ainda, não apresentou justificativa prévia. Cabe à parte autora comparecer a todas as audiências realizadas no âmbito do rito da Lei nº. 9.099 /95, sob pena de extinção do processo, conforme o disposto no artigo 51, da mencionada Lei: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. De igual modo, o enunciado 20, do Fonaje dispõe que: ENUNCIADO 20 – O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Ressalto que o autor deve justificar sua ausência antes, durante ou até o prazo razoável (05 dias) da data de realização do ato, sob pena de preclusão. Nesse sentido: JUIZADOS ESPECIAIS. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DA PARTE AUTORA NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. JUSTIFICATIVA PRECÁRIA. EXTINÇÃO POR DESÍDIA. PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Consoante o preceituado no Enunciado nº 20 do Fonaje, nos Juizados Especiais, a ausência injustificada da parte autora a quaisquer das audiências é causa de extinção do processo sem resolução do mérito, a teor do disposto no artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95. 2. Ademais, a justificativa para a ausência deve ocorrer antes ou no momento da audiência, sob pena de preclusão. Precedente desta Turma Recursal: EVERSON MENDES LIMA versus TAM LINHAS AEREAS S/A. Acórdão nº 991266, 07031065020168070016, Relator: JOÃO FISCHER 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 01/02/2017, Publicado no DJE: 14/02/2017. Pág.: Sem Página Cadastrada.) 3. No caso em exame, a audiência de conciliação foi designada para o dia 31.05.2017, às 14 horas e 30 minutos, comparecendo ao ato apenas o advogado (a) da parte requerente e a parte ré. Mesmo sendo regularmente intimado, restou ausente o autor. A justificativa da ausência só foi apresentada, após a conclusão da audiência. Ressalta-se que o atestado médico (ID 2147297) não demonstra que o autor não tinha condições para comparecer à sessão de conciliação, pois limita-se a informar genericamente que deveria afastar-se de atividades, mas sem especificar quais. Ademais, verifica-se que a emissão deste foi às 16 horas e 48 minutos, portanto, posteriormente ao horário da audiência. 4. Recurso CONHECIDO e NÃO PROVIDO. Sentença mantida. Condeno o recorrente vencido em honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da causa, contudo, suspendo a sua exigibilidade em face da gratuidade de justiça que ora defiro. A Súmula de julgamento servirá de acórdão, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. (07127611220178070016 DF 0712761-12.2017.8.07.0016; 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF; Relator JOÃO FISCHER; Publicado no DJE em 19/09/2017). Portanto, diante da ausência do demandante à sessão de conciliação, a extinção do feito é medida que se impõe. Diante do exposto, julgo extinto o feito sem resolução de mérito, nos termos do artigo 51, I, da Lei n. 9.099/1995. Ainda, Revogo Concessão da liminar concedida, caso venha existir nos autos. Considerando que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei 9.099/95), CONDENO a parte promovente no pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE, não podendo repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito. Transitado em julgado arquive-se o feito procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registra-se. Intime-se. Cumpra-se. Dr. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007089-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS CIPRIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007089-13.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CARLOS CIPRIANO DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores,

que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Cuida-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM DECORRÊNCIA DA INCLUSÃO INDEVIDA NO SPC E SERASA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por CARLOS CIPRIANO DA SILVA em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A diante de suposto lançamento indevido de seu nome nos cadastros restritivos de crédito. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Rejeito a preliminar suscitada pela Reclamada, porque a comprovante de endereço em nome da parte Autora não é documento essencial à propositura da ação. De igual forma, afasto a preliminar suscitada pela Reclamada, primeiro porque a extrato oficial não é documento essencial à propositura da ação, segundo porque restou inconteste a negativação do nome da parte autora e terceiro por falta de amparo legal. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que não reconhece o débito oriundo da contratação. No entanto, a parte ré, em contestação logrou demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora e que, por sua vez, não foram suficientemente impugnados. Em defesa a Reclamada demonstrou que a reclamante possui vínculo jurídico com a mesma, o que pode ser atestado pelos documentos trazidos com a defesa, especialmente, Termo de adesão e contrato de serviços devidamente assinados, bem como cópia dos documentos pessoais. Ademais, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso e a parte autora confirmou a assinatura. Nesse sentido: EMENTA RECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ? JUNTADA DE CONTRATO E DOCUMENTOS ? AUSÊNCIA DO AUTOR NA AUDIÊNCIA INJUSTIFICADAMENTE ? AUSÊNCIA MOTIVADA PELA JUNTADA DE CONTRATO ? SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA ? CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ MANTIDA ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO. Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços que requereu a negativação do nome do consumidor provar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento.Havendo a juntada de contestação antes da audiência, a qual fora instruída com cópia de contrato e outros documentos, tem-se por evidente que a ausência em audiência foi motivada por tais fatos, visando a extinção do processo e fugir das sanções decorrentes da litigância de má-fé.Diante da ausência em audiência motivada pela juntada do contrato, cuja relação fora negada, resta comprovado que houve movimentação da máquina judiciária indevidamente e desprovida de fundamento justo e legal.Manutenção da sentença que julgou improcedente a pretensão inicial e condenou a parte promovente às penas da litigância de má-fé.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1005098-35.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Ainda, analisando as provas trazidas pela parte autora e as provas trazidas pela reclamada, resta caracterizada a litigância de má fé da reclamante, nos termos do artigo 80, do Código de Processo Civil, notadamente quando se observa a alteração clarividente da verdade dos fatos, sustentando-se demanda contra a Reclamada, mesmo ausente qualquer direito supostamente afetado. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ainda, RECONHEÇO litigância de má-fé e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) do valor atribuído à causa atualizado, custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE. Julgo procedente o pedido contrapposto no importe de R$ 172,60, com incidência de juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC a partir do vencimento. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009547-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CRISTINA DUARTE EMIDIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009547-03.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANA CRISTINA DUARTE EMIDIO REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial.

Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por ANA CRISTINA DUARTE EMIDIO em face de VIVO S.A. onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendida pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Em contestação, alegam a Reclamada que houve regular contratação dos serviços, bem como que não houve dano moral, que se trata de mero aborrecimento, já que a parte autora não teria provado tal dano, tampouco demonstrou ter quitado o débito. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Assim, defiro a inversão do ônus em favor do Autor. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Logo, a parte Ré deve ser responsabilizada pelo ocorrido, pois, em que pese alegue que o débito é legítimo, nada comprova, quem emitiu contas a serem pagas e lançou o nome da parte Autora em órgãos de proteção ao crédito foi a Reclamada. Neste sentido : EMENTARECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA ? DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO DO INSS ? ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS NÃO CONTRATADOS ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? TELAS UNILATERAIS INSUFICIENTES ? ATO ILÍCITO CARACTERIZADO ? DANO MORAL CONFIGURADO ? FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO.Nos termos do artigo 17 do Código de Processo Civil para postular ou ser demandado em juízo é necessário que haja legitimidade.A legitimidade decorre da titularidade da relação jurídica de direito material objeto da demanda, de modo que legitimado ativo é aquele que atribui a si o direito que pleiteia e legitimado passivo é aquele a quem o autor atribui o dever de satisfazer a pretensão.Diante da comprovação de que os descontos em folha de pagamento se deram, também, por parte do Recorrente inegável sua legitimidade passiva, ainda mais porque prevalece a responsabilidade objetiva e solidária dos que integram o mesmo grupo econômico.Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços comprovar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento, o que não restou comprovado.A contratação, quando negada, se prova mediante a juntada do contrato escrito ou do áudio oriundo de ?call center? e, no caso, não houve a juntada de qualquer documento que comprove a existência de relação jurídica entre as partes, de modo que os descontos no benefício do INSS devem ser restituídos e o dano moral ser indenizado.O valor da indenização por dano moral deve ser mantido quando fixada com razoabilidade assim como o dano material comprovadamente sofrido.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1002816-24.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019)

Ademais, a requerida não trouxe aos autos documentos que comprovem que os serviços foram prestados, como sustenta a Ré, apenas imagens de telas sistêmicas e faturas sem assinatura que não provam que a Autora teria solicitado e usufruído do serviço. Portanto, tem-se que a Ré não se desincumbiu do seu ônus probatório. Logo, a declaração de inexistência de débito é medida que se impõe. O art. 186 do CC dispõe que “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. No esteio, o art. 927 do mesmo Codex: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Dessa forma, caracterizando-se o ato ilícito cometido pela Ré, surge o seu dever de indenizar. Nada obstante, o dano moral nas circunstâncias em de que tratam estes autos, de acordo com reiterada jurisprudência, não depende de comprovação de dano sofrido, bastando a demonstração do fato ocorrido, haja vista que a impossibilidade da medição do mal causado por técnica ou meio de prova do sofrimento. No caso dos autos o dano moral subsiste pela simples ofensa dirigida a outrem e pela mera violação do seu direito de permanecer com o nome desprovido de máculas, o que torna desnecessária a comprovação específica do prejuízo sofrido, conforme orienta o seguinte julgado: O dano simplesmente moral, sem repercussão no patrimônio não há como ser provado. Ele existe tão somente pela ofensa, e é dela presumido, sendo o bastante para justificar a indenização?. (TJPR 4ª C. AP. Rel. Wilson Reback ? RT 681/163, in RUI STOCO, Responsabilidade Civil, RT, p. 493). Assim, provada a ofensa e o dano moral sua reparação é impositiva, na forma do art. 5o, incisos V e X da Constituição Federal e do art. 944 e seguintes do Código Civil. No que se refere ao quantum da indenização, a melhor doutrina e jurisprudência orientam que para o seu arbitramento justo, o juiz deve levar em consideração principalmente o poderio econômico de quem deve indenizar, mas, não isoladamente, pois também são de relevância outros aspectos, tais como a situação pessoal do ofendido, a gravidade do dano moral, sobretudo no que diz respeito aos reflexos negativos do ilícito civil na auto-estima da vítima e nas suas relações sociais, o grau da culpa e a rapidez na atenuação da ofensa e de seus efeitos. No caso concreto, tomando como parâmetro os critérios acima referidos e tendo em conta, principalmente, a situação financeira dos litigantes a fixação do quantum indenizatório em R$ 6.000,00 (seis mil reais) é suficiente para reparar, nos limites do razoável, o prejuízo moral que o fato acarretou. Com efeito, tal estimativa guarda perfeita correspondência com a gravidade objetiva do fato e do seu resultado danoso, bem assim com as condições da vítima e da empresa autora da ofensa, revelando-se, além disso, ajustada ao princípio da equidade e à orientação pretoriana, segundo a qual "a eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado" (acórdão publicado em RT 650, p. 63 a 67). Destarte, caminho outro não há senão o da procedência do pedido. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil a pretensão contida na inicial para determinar a exclusão do nome da parte autora do rol de mal pagadores, bem como DECLARAR a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio, e ainda, a título de danos morais, CONDENO a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ), e assim o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Confirmo eventual tutela concedida neste feito. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1011797-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCELIA FLOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA OAB - MT25681/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011797-09.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JUCELIA FLOR REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337, do Novo Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por JUCELIA FLOR em desfavor de BANCO DO BRASIL S.A. A parte autora requer a inversão do ônus. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessário a presença dos requisitos mencionados. No caso, verifico que a hipossuficiência da demandante em relação à requerida, sendo imprescindível a inversão para possibilitar a igualdade entre as partes. Deste modo, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. O que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que teve seu nome negativado sob o fundamento de dívida que inexiste. Com isso, requer a indenização a título de dano material e moral. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que não reconhece o débito oriundo da contratação. No entanto, a parte ré, em contestação logrou demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora e que, por sua vez, não foram suficientemente impugnados, limitando-se a parte autora a reiterar a negativa de contratação. Em defesa a Reclamada demonstrou que a reclamante possui vínculo jurídico com a mesma, o que pode ser atestado pelos documentos trazidos com a defesa, especialmente, contrato de serviços devidamente assinados, bem como o CDC automático e o comprovante do empréstimo efetuado. Ademais, desnecessária a realização de perícia grafotécnica posto que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso e a parte autora confirmou a assinatura. Nesse sentido: EMENTA RECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ? JUNTADA DE CONTRATO E DOCUMENTOS ? AUSÊNCIA DO AUTOR NA AUDIÊNCIA INJUSTIFICADAMENTE ? AUSÊNCIA MOTIVADA PELA JUNTADA DE CONTRATO ? SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA ? CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ MANTIDA ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO. Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços que requereu a negativação do nome do consumidor provar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento.Havendo a juntada de contestação antes da audiência, a qual fora instruída com cópia de contrato e outros documentos, tem-se por evidente que a ausência em audiência foi motivada por tais fatos, visando a extinção do processo e fugir das sanções decorrentes da litigância de má-fé.Diante da ausência em audiência motivada pela juntada do contrato, cuja relação fora negada, resta comprovado que houve movimentação da máquina judiciária indevidamente e desprovida de fundamento justo e legal.Manutenção da sentença que julgou improcedente a pretensão inicial e condenou a parte promovente às penas da litigância de má-fé.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1005098-35.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Ainda, analisando as provas trazidas pela parte autora e as provas trazidas pela reclamada, resta caracterizada a litigância de má fé da reclamante, nos termos do artigo 80, do Código de Processo Civil, notadamente quando se observa a alteração clarividente da verdade dos fatos, sustentando-se demanda contra a Reclamada, mesmo ausente qualquer direito supostamente afetado. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ainda, RECONHEÇO litigância de má-fé e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) do valor atribuído à causa atualizado, custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010511-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIANA SANTANA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010511-93.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SEBASTIANA SANTANA DE ALMEIDA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc.. Trata-se de AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C ACÃO DE INDENIZACÃO POR DANOS MORAIS proposta por SEBASTIANA SANTANA DE ALMEIDA em face do BANCO BRADESCO S/A, Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Quanto a possibilidade de incompetência do juizado, ante a suposta necessidade de realização de prova pericial contrato apresentado à defesa. Todavia, entendo que o conteúdo probatório trazido aos autos é suficiente para o julgamento da lide com o convencimento motivado, consoante artigo 371 do CPC/15, razão pela qual OPINO pelo NÃO ACOLHIMENTO do pedido. DO MÉRITO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Superada a preliminar suscitadas pelo Réu, analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado do artigo 371 do NCPC, como a própria audiência de instrução,

uma vez que as provas essenciais dos autos são documentais, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do NCPC. Em síntese, alega a Autora ter sido surpreendida com a negativação de seu nome, à pedido do Réu, incluído junto aos órgãos de proteção ao crédito pelo Requerido; que não possuiu qualquer débito com a reclamada, no valor total de R$ 193,43 (Cento e noventa e três reais e quarenta e três centavos),,gerados em tese pelo contrato nº. 045528931000006FI e 045528931000006RE, data 02/05/2019 e 14/04/2019., o que seria indevido, posto que desconhece a dívida. Sendo assim, a Autora veio à Juízo pleiteando a tutela jurisdicional, justamente para declarar a inexistência do débito, e obter o reconhecimento dos danos morais. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Autor impugna mas, não contrapõe qualquer documento trazido pela requerida; DA RELAÇÃO DE CONSUMO In casu, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, razão pela qual deve ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive com relação ao ônus da prova, cuja inversão OPINO por se deferir nesta oportunidade, nos termos do artigo 6º, VIII, principalmente considerando que o Requerida teria maior facilidade de comprovar a legitimidade da negativação. Oportunizada a conciliação, restando infrutífera . Da Contestação a parte Reclamada, alega que parte autora possui vínculo jurídico com a instituição financeira que, a negativação do valor de R$ 96,71 (noventa e seis reais e setenta e um centavos) é referente a renegociação de dívida realizada na data de 18/01/2019, contrato nº 361.004.023, no valor de R$ 496,75 (quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), para pagamento em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 54,07 (cinquenta e quatro reais e sete centavos), todavia, a Reclamante efetuou apenas e tão somente o pagamento integral da 1ª (primeira) parcela, bem como o pagamento parcial da 2ª (segunda) parcela no valor de R$ 11,43 (onze reais e quarenta e três centavos),; Trouxe contrato assinado no instrumento de confissão Nº 361.004.023;assinatura no instrumento de confissão Nº 361.004.203.; contendo dados pessoais RG/CPF, com assinatura similar ao do documento com a assinatura da parte autora na Inicial: O endereço do cadastro do cliente é o mesmo endereço que consta em nome do Autor no Serasa; DA RESPONSABILIDADE CIVIL O ponto controvertido da contenda encontra fundamento num suposto débito, cuja origem a Autora desconhece, e o Réu, por sua vez, afirma existir. E, dessa relação controvertida, teriam surgidos os danos pleiteados pela Autora, de ordem moral. Para que o Réu seja responsabilizado civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal. Analisando os autos verifico que o Requerido, em defesa, alega inexistência dos danos morais, bem como pontua a legitimidade da cobrança e da negativação, trazendo aos autos o termo de adesão, com a devida assinatura do Autor, RG/CPF idêntica à aposta na documentação apresentada à inicial, demonstrando que a mesma aderiu ao serviço, e que há o vínculo contratual que o legitima na cobrança. Consequentemente, cumpriu o ônus probatório do artigo 373, II do CPC/15. Assim, a negativação dos dados do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, é fato incontroverso nos autos, no entanto, representa um exercício regular de direito por parte do Réu, não configurando ato ilícito, consoante lhe garante o artigo 188, I do C.C. Consequentemente, ausente um dos requisitos da responsabilidade civil, não há que se falar em indenização, posto que restou comprovada a existência da relação jurídica entre as partes e que de fato, a Autora contratou os serviços do Requerida, sendo a negativação devida, principalmente quando a Autora não demonstrou o pagamento do valor negativado. Logo, o Réu apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pela Autora. E nesse sentido que tem decidido a turma recursal de nosso estado: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVIDA EXISTENTE. DEMONSTRADA A RELAÇÃO CONTRATUAL E A EXISTÊNCIA DE FATURAS VENCIDAS. PAGAMENTO NÃO COMPROVADO. EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO. DANO MORAL INOCORRENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO. (FRANCO, Luís Francisco. Recurso inominado n. 71005748660. J. em 07 Abr. 2016. Disp. em www.tjrs.jus.br. Acesso em 04 Out. 2017.) Por essas razões, não há que se falar em declaração de inexistência de débito, sequer em indenização por danos morais, razão pela qual OPINO por julgar improcedentes os pedidos formulados pela Autora. Logo, não há nos autos mínima comprovação da alegada falha na prestação do serviço do réu, e a prova da contratação trazida nestes autos, por si só, é suficiente para afastar a pretensão autoral. DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Importa-nos observar, por fim, que resta clara a alteração dos fatos, já que o Autora tenta indicar a inexistência de débito devidamente comprovada nos presentes autos, tornando-se a condenação em litigância de má-fé medida necessária, consoante autorizado pelo artigo 80 do CPC/15. DISPOSITIVO: ISSO POSTO, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da fundamentação supra: 1. OPINO por reconhecer a relação de consumo, e deferir a inversão do ônus probatório em favor da Autora, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 2. OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na inicial no que tange à declaração de inexistência de débito e danos de ordem moral, nos termos do artigo 487, I do CPC/15. 3. Em consequência, OPINO pela CONDENAÇÃO da Autora por litigância de má-fé, nos termos do art. 80, incisos II e III, do CPC/15, fixando, em seu desfavor, multa de 5% sob o valor atribuído à causa, consoante art. 81, caput do CPC. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 6º Juizado para homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS JUÍZ LEIGO S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008849-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOEL MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008849-94.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOEL MARTINS DOS SANTOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus

argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Registro que objeto da lide se trata de relação contratual, sendo as provas carreadas aos autos são suficientes para o deslinde da demanda. Com isso, indefiro o pedido de dilação probatória. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por JOEL MARTINS DOS SANTOS em face de TELEFÔNICA BRASIL S.A. - VIVO onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendido pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Em contestação, alega a parte Reclamada que houve regular contratação dos serviços, bem como que não houve dano moral, que se trata de mero aborrecimento, já que a parte atuora não teria provado tal dano. Assim, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Neste contexto, caberia à Requerida comprovar os fatos extintivos de sua responsabilidade, ou seja, deveria PROVAR QUE A PARTE AUTORA ESTÁ EM DÉBITO COM A REQUERIDA JUSTIFICANDO A INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE MAUS PAGADORES, o que foi feito, desincumbindo-se de seu ônus probatório, a teor do disposto no artigo 373, II, CPC. No caso em comento, a Reclamada pugna pela existência do débito, juntando aos autos o áudio de registro de atendimentos realizados à parte reclamante, os quais indicam a existência de débitos que não foram quitados pela mesma. Assim, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório, mesmo frente às meras argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Neste sentido: Recurso Inominado: 1000768-84.2018.811.0004Origem: Juizado Especial Cível de Barra do GarçasRecorrente(s): ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDARecorrido(s): CLEBENILTO PEREIRA DOS SANTOSJuiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de MoraesData do Julgamento: 11/07/2019E M E N T ARECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO - ALEGAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA – NEGA CONTRATAÇÃO - NÃO COMPROVA PAGAMENTO DAS MENSALIDADES – DANO MORAL NÃO COMPROVADO – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DO AUTOR - REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.Não restando comprovado nos autos os fatos constitutivos do direito do AUTOR, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil 2015, a improcedência da ação é medida que se impõe.Reforma da sentença para julgar IMPROCEDENTE a ação. (N.U 1000768-84.2018.8.11.0004, TURMA RECURSAL, MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES, Turma Recursal Única, Julgado em 11/07/2019, Publicado no DJE 12/07/2019) Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, consequentemente tem-se a inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Via de consequência, inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, a improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte do Reclamante é medida que se impõe. Friso ainda que, a eventual não comunicação prévia da inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, é de responsabilidade exclusiva dos próprios órgãos mantenedores do cadastro de inadimplentes, já que fica a cargo deles comunicar a solicitação de inclusão de débito. Ainda, analisando as provas trazidas pela parte autora e as provas trazidas pela reclamada, resta caracterizada a litigância de má fé da reclamante, nos termos do artigo 80, do Código de Processo Civil, notadamente quando se observa a alteração clarividente da verdade dos fatos, sustentando-se demanda contra a Reclamada, mesmo ausente qualquer direito supostamente afetado. No que tange ao pedido contraposto, constato que merece acolhimento, já que comprovada a relação jurídica entre as partes, bem como a regularidade da cobrança. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ainda, RECONHEÇO litigância de má-fé e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) do valor atribuído à causa atualizado, custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE. Julgo procedente o pedido contraposto e condeno o autor ao pagamento no valor de R$ 102,55 (cento e dois reais e trinta e cinco centavos), com incidência de juros de 1% ao mês a partir do vencimento e correção monetária pelo INPC a partir da sentença. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009398-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELEN WANESSA DE PIERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009398-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELEN WANESSA DE PIERI REQUERIDO: OI S.A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da demanda. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por ELEN WANESSA DE PIERI em desfavor de OI S.A. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Tendo em vista que o objeto da lide é matéria exclusivamente de direito, razão que dispensa a produção de provas em audiência e, enseja o julgamento antecipado da demanda, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Inicialmente é de se considerar que a relação havida entre as partes é indiscutivelmente de consumo, e a reclamante está evidentemente em posição altamente desfavorável. Assim, ante a hipossuficiência do consumidor, inverto o ônus da prova, o que faço com supedâneo no artigo 6º, inciso VIII, do CDC, com o fito de equilibrar a relação processual. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da

matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida. Assim, alega como fato constitutivo do seu direito a ilegalidade da negativação e a parte ré deixou de instruir os autos com documento hábil que autorizasse o reconhecimento da legitimidade da cobrança do crédito. De outro lado, a parte ré não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade da dívida. Ademais, a alegação de ausência de responsabilidade não procede quando confrontado com a inobservância de dever de cautela. Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito é medida que se impõe. Logo, comprovada que a inclusão da negativação foi indevida, bem como o dano moral puro, não há que se falar em ausência do nexo causal, que, no caso, é cristalino diante do fato de que o evento danoso ocorreu em consequência da circunstância provada consubstanciada no referido ato ilícito. Em que pese exista outra negativação em nome da parte autor, verifico que não se aplica ao caso a Súmula 385 STJ, por se tratar de negativação posterior a que está sendo discutida nestes autos e da qual não houve demonstração de que estaria sendo questionada judicialmente. Todavia, conforme entendimento jurisprudencial, a inscrição posterior deve ser levada em conta para reduzir o valor indenizatório, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. Nesse entendimento: APELAÇÃO CÍVEL - DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - FRAUDE - DANO MORAL PURO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - EXTENSÃO DO DANO - SÚMULA 385 DO STJ - INAPLICABILIDADE. - Age com negligência o cessionário de crédito que não confere de modo adequado os documentos comprobatórios da legitimidade do crédito adquirido e inscreve indevidamente o nome do suposto devedor em cadastro de inadimplentes. - É ilícita a inscrição em cadastro negativo de crédito decorrente de dívida inexistente. - Para a caracterização do dano moral, basta a negativação indevida, sendo desnecessária a demonstração do prejuízo sofrido pela parte. - A Súmula nº 385 do STJ não deve ser aplicada no caso de as demais negativações do nome do requerente serem objeto de questionamento judicial. - A indenização por danos morais deve ser suficiente apenas para repará-los, pois a indenização se mede pela extensão dos danos, nos termos do art. 944, caput, do Código Civil. - Se a vítima de fraude cobra indenização por danos morais de vários estabelecimentos que negativaram seu nome indevidamente, em razão da fraude, deve o valor da indenização observar o reduzido grau do dano, já que há outras inscrições indevidas, evitando-se o enriquecimento indevido do ofendido. - Recurso provido em parte. (TJ-MG , Relator: Gutemberg da Mota e Silva, Data de Julgamento: 23/07/2013, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL) CONSUMIDOR. TELEFONIA. PLEITO DE REGULARIZAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REGISTRO INDEVIDO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÃO POSTERIOR QUE DEVE SER CONSIDERADA PARA EFEITO DO ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO. QUANTUM ARBITRADO REDUZIDO PARA R$ 3.000,00 1. É incontroverso o dano moral decorrente de cadastro indevido, pois ilegítima a cobrança que deu ensejo ao registro, tanto que a ré cancelou o débito. Na verdade, a ré argui o descabimento da condenação no caso concreto, pois seria o demandante devedor contumaz. O cadastro indevido foi comandado em 19.01.2010 e regularizado somente em 15.06.2011, em razão do ingresso desta demanda. Um segundo registro em nome da parte autora ocorreu abril de 2011, ou seja, posterior ao cadastro indevido de iniciativa da ré. Assim, inaplicável a Súmula n. 385 do STJ, uma vez que a sua incidência pressupõe o cadastro preexistente. A inscrição posterior deve ser levada em conta apenas para reduzir o valor indenizatório para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. 2. Sentença parcialmente confirmada por seus próprios fundamentos, na esteira do art. 46, da Lei n. 9.099/95. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003541893, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 28/11/2012) (TJ-RS - Recurso Cível: 71003541893 RS , Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 28/11/2012, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/12/2012) Reputa-se assim existente a relação jurídica obrigacional entre as partes, restando inequívoca a obrigação de reparar o dano causado. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil a pretensão contida na inicial para: DETERMINAR a exclusão do nome da parte autora do cadastro de inadimplentes; DECLARAR a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio; E ainda, a título de danos morais, CONDENAR a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária PELO INPC partir desta data (súmula 362 do STJ). Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009365-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELLEN CHRISTINA DE SOUZA ORMONDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009365-17.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HELLEN CHRISTINA DE SOUZA ORMONDES REQUERIDO: OI S.A Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a

decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por HELLEN CHRISTINA DE SOUZA ORMONDES em face de OI S.A onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendido pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Em contestação, alega a parte Reclamada que houve regular contratação dos serviços, bem como que não houve dano moral, que se trata de mero aborrecimento, já que a parte autora não teria provado tal dano. Afasto a preliminar suscitada pela Requerida, tendo em vista que extrato expedido pelos órgãos creditícios não é documento indispensável à propositura da ação. Assim, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Neste contexto, caberia à Requerida comprovar os fatos extintivos de sua responsabilidade, ou seja, deveria PROVAR QUE A PARTE AUTORA ESTÁ EM DÉBITO COM A REQUERIDA JUSTIFICANDO A INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE MAUS PAGADORES, o que foi feito, desincumbindo-se de seu ônus probatório, a teor do disposto no artigo 373, II, CPC. No caso em comento, a Reclamada pugna pela existência do débito, juntando aos autos o áudio de registro de atendimentos realizados à parte reclamante, que comprovou a instalação do telefone fixo, restando satisfatoriamente comprovada a regularidade do débito. Assim, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório, mesmo frente às meras argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Neste sentido: Recurso Inominado: 1000768-84.2018.811.0004Origem: Juizado Especial Cível de Barra do GarçasRecorrente(s): ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDARecorrido(s): CLEBENILTO PEREIRA DOS SANTOSJuiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de MoraesData do Julgamento: 11/07/2019E M E N T ARECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO - ALEGAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA – NEGA CONTRATAÇÃO - NÃO COMPROVA PAGAMENTO DAS MENSALIDADES – DANO MORAL NÃO COMPROVADO – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DO AUTOR - REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.Não restando comprovado nos autos os fatos constitutivos do direito do AUTOR, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil 2015, a improcedência da ação é medida que se impõe.Reforma da sentença para julgar IMPROCEDENTE a ação. (N.U 1000768-84.2018.8.11.0004, TURMA RECURSAL, MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES, Turma Recursal Única, Julgado em 11/07/2019, Publicado no DJE 12/07/2019) Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, consequentemente tem-se a inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Via de consequência, inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, a improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte do Reclamante é medida que se impõe. Friso ainda que, a eventual não comunicação prévia da inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, é de responsabilidade exclusiva dos próprios órgãos mantenedores do cadastro de inadimplentes, já que fica a cargo deles comunicar a solicitação de inclusão de débito. Ainda, analisando as provas trazidas pela parte autora e as provas trazidas pela reclamada, resta caracterizada a litigância de má fé da reclamante, nos termos do artigo 80, do Código de Processo Civil, notadamente quando se observa a alteração clarividente da verdade dos fatos, sustentando-se demanda contra a Reclamada, mesmo ausente qualquer direito supostamente afetado. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ainda, RECONHEÇO litigância de má-fé e, por conseguinte, CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) do valor atribuído à causa atualizado, custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE. Julgo procedente o pedido contraposto no importe de R$ 342,48,), com incidência de juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC a partir do vencimento. . Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010787-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ CRISTINA DA COSTA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010787-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BEATRIZ CRISTINA DA COSTA OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da demanda. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por BEATRIZ CRISTINA DA COSTA OLIVEIRA em desfavor de TELEFONICA BRASIL S/A (VIVO S/A). Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Tendo em vista que o objeto da lide é matéria exclusivamente de direito, razão que dispensa a produção de provas em audiência e, enseja o julgamento antecipado da demanda, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Inicialmente é de se considerar que a relação havida entre as partes é indiscutivelmente de consumo, e a reclamante está evidentemente em posição altamente desfavorável. Assim, ante a

hipossuficiência do consumidor, inverto o ônus da prova, o que faço com supedâneo no artigo 6º, inciso VIII, do CDC, com o fito de equilibrar a relação processual. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida. Assim, alega como fato constitutivo do seu direito a ilegalidade da negativação e a parte ré deixou de instruir os autos com documento hábil que autorizasse o reconhecimento da legitimidade da cobrança do crédito. De outro lado, a parte ré não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade da dívida. Afasto a preliminar suscitada pela Requerida, tendo em vista que extrato expedido pelos órgãos creditícios não é documento indispensável à propositura da ação. Ademais, a alegação de ausência de responsabilidade não procede quando confrontado com a inobservância de dever de cautela. Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito é medida que se impõe. Logo, comprovada que a inclusão da negativação foi indevida, bem como o dano moral puro, não há que se falar em ausência do nexo causal, que, no caso, é cristalino diante do fato de que o evento danoso ocorreu em consequência da circunstância provada consubstanciada no referido ato ilícito. Em que pese exista outra negativação em nome da parte autor, verifico que não se aplica ao caso a Súmula 385 STJ, por se tratar de negativação posterior a que está sendo discutida nestes autos e da qual não houve demonstração de que estaria sendo questionada judicialmente. Todavia, conforme entendimento jurisprudencial, a inscrição posterior deve ser levada em conta para reduzir o valor indenizatório, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. Nesse entendimento: APELAÇÃO CÍVEL - DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - FRAUDE - DANO MORAL PURO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - EXTENSÃO DO DANO - SÚMULA 385 DO STJ - INAPLICABILIDADE. - Age com negligência o cessionário de crédito que não confere de modo adequado os documentos comprobatórios da legitimidade do crédito adquirido e inscreve indevidamente o nome do suposto devedor em cadastro de inadimplentes. - É ilícita a inscrição em cadastro negativo de crédito decorrente de dívida inexistente. - Para a caracterização do dano moral, basta a negativação indevida, sendo desnecessária a demonstração do prejuízo sofrido pela parte. - A Súmula nº 385 do STJ não deve ser aplicada no caso de as demais negativações do nome do requerente serem objeto de questionamento judicial. - A indenização por danos morais deve ser suficiente apenas para repará-los, pois a indenização se mede pela extensão dos danos, nos termos do art. 944, caput, do Código Civil. - Se a vítima de fraude cobra indenização por danos morais de vários estabelecimentos que negativaram seu nome indevidamente, em razão da fraude, deve o valor da indenização observar o reduzido grau do dano, já que há outras inscrições indevidas, evitando-se o enriquecimento indevido do ofendido. - Recurso provido em parte. (TJ-MG , Relator: Gutemberg da Mota e Silva, Data de Julgamento: 23/07/2013, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL) CONSUMIDOR. TELEFONIA. PLEITO DE REGULARIZAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REGISTRO INDEVIDO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÃO POSTERIOR QUE DEVE SER CONSIDERADA PARA EFEITO DO ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO. QUANTUM ARBITRADO REDUZIDO PARA R$ 3.000,00 1. É incontroverso o dano moral decorrente de cadastro indevido, pois ilegítima a cobrança que deu ensejo ao registro, tanto que a ré cancelou o débito. Na verdade, a ré argui o descabimento da condenação no caso concreto, pois seria o demandante devedor contumaz. O cadastro indevido foi comandado em 19.01.2010 e regularizado somente em 15.06.2011, em razão do ingresso desta demanda. Um segundo registro em nome da parte autora ocorreu abril de 2011, ou seja, posterior ao cadastro indevido de iniciativa da ré. Assim, inaplicável a Súmula n. 385 do STJ, uma vez que a sua incidência pressupõe o cadastro preexistente. A inscrição posterior deve ser levada em conta apenas para reduzir o valor indenizatório para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. 2. Sentença parcialmente confirmada por seus próprios fundamentos, na esteira do art. 46, da Lei n. 9.099/95. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003541893, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 28/11/2012) (TJ-RS - Recurso Cível: 71003541893 RS , Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 28/11/2012, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/12/2012) Reputa-se assim existente a relação jurídica obrigacional entre as partes, restando inequívoca a obrigação de reparar o dano causado. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil a pretensão contida na inicial para: DETERMINAR a exclusão do nome da parte autora do cadastro de inadimplentes; DECLARAR a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio; E ainda, a título de danos morais, CONDENAR a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ). Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011009-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA BASSAN VASQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011009-92.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VANESSA BASSAN VASQUES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E

MATERIAIS C/C TUTELA ANTECIPADA proposta por VANESSA BASSAN VASQUES em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que assiste razão parcial à parte autora. Afasto a preliminar de incompetência deste Juízo, tendo em vista que as provas carreadas aos autos são suficientes para o julgamento. A empresa requerida contestou, afirmando que no caso em tela, na ocasião da inspeção realizada não foi encontrada nenhuma irregularidade. Em que pesem os argumentos trazidos pela Reclamada, aliado ao fato de que a inexistiu anormalidade descrita, verifica-se que a cobrança buscada pela Requerida deve ser declarada inexistente, por inexistir prova cabal da culpa do consumidor pelo evento. Ademais, o requerido deixou de juntar ao feito o TOI e o laudo pericial em que atesta a ausência da cobrança devida passível de ensejar a recuperação do serviço, sendo imprescindível no caso. Deste modo, constato que o requerido descumpriu o procedimento estabelecido na Resolução n. 414, da ANEEL. A propósito: Art. 129. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado ou faturado a menor. § 1o A distribuidora deve compor conjunto de evidências para a caracterização de eventual irregularidade por meio dos seguintes procedimentos: I – emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme Anexo V desta Resolução; II – solicitar perícia técnica, a seu critério, ou quando requerida pelo consumidor ou por seu representante legal; III – elaborar relatório de avaliação técnica, quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, exceto quando for solicitada a perícia técnica de que trata o inciso II; IV – efetuar a avaliação do histórico de consumo e grandezas elétricas; e V – implementar, quando julgar necessário, os seguintes procedimentos: a) medição fiscalizadora, com registros de fornecimento em memória de massa de, no mínimo, 15 (quinze) dias consecutivos; e b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos. § 2o Uma cópia do TOI deve ser entregue ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, no ato da sua emissão, mediante recibo. § 3o Quando da recusa do consumidor em receber a cópia do TOI, esta deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento. § 4º O consumidor tem 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do TOI, para informar à distribuidora a opção pela perícia técnica no medidor e demais equipamentos, quando for o caso, desde que não se tenha manifestado expressamente no ato de sua emissão. § 5o Nos casos em que houver a necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para realização da avaliação técnica. § 6º A avaliação técnica dos equipamentos de medição pode ser realizada pela Rede de Laboratórios Acreditados ou pelo laboratório da distribuidora, desde que com pessoal tecnicamente habilitado e equipamentos calibrados conforme padrões do órgão metrológico, devendo o processo ter certificação na norma ABNT NBR ISO 9001, preservado o direito de o consumidor requerer a perícia técnica de que trata o inciso II do § 1º. § 7o Na hipótese do § 6o, a distribuidora deve comunicar ao consumidor, por escrito, mediante comprovação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, o local, data e hora da realização da avaliação técnica, para que ele possa, caso deseje, acompanhá-la pessoalmente ou por meio de representante nomeado. § 8o O consumidor pode solicitar, antes da data previamente informada pela distribuidora, uma única vez, novo agendamento para realização da avaliação técnica do equipamento. § 9o Caso o consumidor não compareça à data previamente informada, faculta-se à distribuidora seguir cronograma próprio para realização da avaliação técnica do equipamento, desde que observado o disposto no § 7o. § 10. Comprovada a irregularidade nos equipamentos de medição, o consumidor será responsável pelos custos de frete e da perícia técnica, caso tenha optado por ela, devendo a distribuidora informá-lo previamente destes custos, vedada a cobrança de demais custos. § 11. Os custos de frete de que trata o § 10 devem ser limitados ao disposto no § 10 do art. 137. Portanto, como o requerido não emitiu o TOI, não há como demonstrar eventual a irregularidade no consumo. Corroborando: APELAÇÃO CÍVEL RESPONSABILIDADE CIVIL AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA RGE Responde a concessionária do serviço público de fornecimento de energia elétrica pelo defeito na prestação. Tal acarreta a responsabilidade objetiva, calcada na teoria do risco administrativo. Exegese do art. 37, § 6º da CF. Dano emergente e nexo causal devidamente demonstrados. Indenização devida. Lucro cessante e dano moral. Indemonstrados. Negado provimento ao apelo e ao recurso adesivo. (TJRS ? APC 70010312296 10ª C.Cív. Rel. Des. Luiz Ary Vessini de Lima J. 10.03.2005) De outra banda, a situação alegada pela parte autora não ultrapassou um inconveniente, sendo um transtorno ordinário, situação que não dá ensejo à indenização por danos morais. Vejamos o entendimento dos nossos tribunais: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EXCESSO DE BAGAGEM. COBRANÇA REGULAR. LIMITE NÃO OBSERVADO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE ABALO AOS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO AUTOR. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. 1. Narram os autores que contrataram viagem para Porto Seguro, através da requerida, em que o preço pago estaria incluído o transporte da bagagem. Aduzem que durante o embarque e no retorno tiveram que efetuar o pagamento de cobrança adicional no valor de R$ 320,00 referente ao excesso de bagagem. 2. Sentença que julgou improcedente a ação. 3. Com efeito, trata-se de relação regulada pelas normas consumeristas, constando às partes, respectivamente, a caracterização de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor. 4. Analisando o conjunto probatório coligido ao feito, verifica-se que os autores não comprovaram fato constitutivo de seus direitos, tendo em conta que não demonstraram que sua bagagem não tenha extrapolado o limite dado pela companhia aérea, ônus que lhes incumbia, nos termos do art. 373, I, do CPC. 5. Gize-se que, na época da viagem dos recorrentes, de praxe, cada passageiro tinha direito ao transporte de uma peça de... até 23 kg. 6. Alega a recorrida que, na ocasião da contratação, todas as informações referentes ao excesso de bagagem foram repassadas aos autores, sendo que os mesmos deveriam ter acessado as condições gerais do contrato, as quais estavam no site da agência de viagem. Assim, incabível a restituição do valor cobrado. 7. No que atine aos danos morais, entende-se que não restaram caracterizados, já que a autora não comprovou que tivesse tido abalo em algum dos atributos da sua personalidade, em função da situação vivenciada, tratando-se de mero aborrecimento, o que não é capaz de gerar dano moral indenizável, salvo em situações excepcionais. 8. Os fatos revelaram que houve transtornos inerentes à vida em sociedade, caracterizados, como tais, como dissabores da vida moderna. 9. Ademais, não há como haver condenação em danos morais com pura finalidade punitiva, isso porque os danos morais têm cunho compensatório, não havendo lei que ampare punição patrimonial por danos morais. 10. Destarte, a sentença atacada merece ser confirmada por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46, da Lei nº 9.099/95. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007740905, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Julgado em 29/11/2018). Desta forma, julgo improcedente o pedido de danos morais. Em razão da irregularidade da cobrança, necessária a restituição do montante ao autor, de forma simples, uma vez que não demonstrada a má-fé da concessionária. Registro que, em razão da necessidade de refaturamento, a restituição será calculada em sede de cumprimento de sentença. Friso que o mero cálculo aritmético não torna a sentença ilíquida, nos termos do artigo 509, §2º, do CPC. Por tais considerações, e em consonância com o art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para o fim de DETERMINAR que a Reclamada efetue o refaturamento na fatura referente ao mês 05/2019 para cobrar tão somente o equivalente a media aos três últimos meses, devendo restituir o montante remanescente de forma simples, descontada fatura. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011816-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEVI BATISTA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDEVANIO BARBOSA DA SILVA OAB - MT0008860A (ADVOGADO(A))
LUCAS SOUZA DIAS OAB - MT23098/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011816-15.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LEVI BATISTA DE LIMA REQUERIDO: BANCO PAN Vistos etc., Trata-se de DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por LEVI BATISTA DE LIMA em desfavor de BANCO PAN S/A. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. De início, A parte Reclamada juntamente com a contestação traz aos autos GRAVAÇÃO DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO (VIA CALL CENTER), onde consta confirmação dados do autor, através do qual teria havido a contratado serviços com a parte reclamada. Entretanto, em sede de impugnação, o reclamante nega veementemente ter realizado qualquer contratação de serviços com a reclamada, alegando tratar-se de fraude. AFASTO a preliminar arguida ante as provas trazidas autos são suficientes ao julgamento da lide e formação de convicção deste juízo, sem necessidade dilação probatória; No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da demanda. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337, do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. O que se tem de relevante para o deslinde da causa é que alega a parte autora teve nome do reclamante foi negativado pela reclamada, por dívida indevida, inexistente, a demandada inseriu uma restrição no valor de R$ 1.442,82, conforme faz extrato do SPC, que não reconhece a divida em questão, uma vez que nada deve para a reclamada; pleiteia ao final declaração de inexistência de débito com pedido de danos morais. Na peça contestatória a parte reclamada afirma e demonstra que a parte autora firmou CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO junto ao banco PAN, nº 514086XXXXXX5011, formalizado em 11/05/2016, o qual se deu por meio de contato telefônico, sendo certo que tal narrativa é corroborado pelo autor em sua inicial, além disso a contratação deu origem a um cartão adicional emitido em nome da esposa do titular, sendo o cartão número 514086XXXXXX5029. Aduz que o cartão apresenta saldo devedor no importe de R$ 1.878,26 que refere-se a COMPRAS realizadas com o cartão, além dos encargos da operação. Pois bem. Restou ainda devidamente comprovado pela reclamada que foi realizado aderido o cartão de crédito pelo BANCO PAN, conforme ÁUDIO MP3 ,com confirmação dados pessoais do autor, nome, endereço (Qda. 01; Lote 28; bairro Mapin –Várzea Grande-MT);Profissão Construtor há 25 anos; renda mensal bruta média R$ 5.000,00; Casado: Sim, há 27 anos; Dta nascimento 15/04/66; nome mãe: Gerônima Alves Lilma; Cle 98018175; RG 03486091490; CPF 411.998.631-49; Nome de referência, sua esposa: Marli Ribeiro de Lima; Destaco que a Ré, em defesa tempestiva, alega inexistência dos danos morais, bem como pontua a legitimidade da cobrança e da negativação, trazendo aos autos AÚDIO MP3, com confirmação documentos do autor que comprovam o vínculo contratual,. Consequentemente, a Ré cumpriu o ônus probatório do artigo 373, II do CPC/15. Em casos semelhantes, já decidiu o Turma Recursal de nosso estado: E M E N T ARECURSO INOMINADO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO DO CONSUMIDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - ALEGAÇÃO DE FRAUDE - ÁUDIO COMPROVANDO A RELAÇÃO CONTRATUAL APRESENTADO NA DEFESA - INSCRIÇÃO EM SERASA LEGÍTIMA - AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL INEXISTENTE - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO - INDEVIDA - SENTENÇA MANTIDA- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1- Comprovada a CONTRATAÇÃO dos serviços mediante apresentação de gravação em MP3, pela parte recorrida, resta demonstrada a relação jurídica e, por consequência, revela-se legítima a cobrança questionada na inicial. 2-Não pratica ato ilícito a empresa que, verificando o inadimplemento da dívida, insere o nome da consumidora nos órgãos de proteção ao crédito, agindo no exercício regular do direito.3- Não havendo fraude na CONTRATAÇÃO dos serviços, não há que se falar em indenização por dano moral e declaração de inexistência do débito.4- Recurso conhecido e improvido.(N.U 1000328-38.2017.8.11.0032, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 26/03/2019, Publicado no DJE 28/03/2019) RECURSO INOMINADO – AÇÃO DECLATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA NO VALOR DE R$ 1.584,83 (um mil e quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos) SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA –INSURGÊNCIA DA PARTE RECLAMADA – RELAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO – RECONHECE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – REFORMA DA SENTENÇA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Alega a parte Reclamante que não reconhece a origem do débito imposto em seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, uma vez que não utilizou os serviços da Reclamada. 2. Contudo, de análise dos autos, nota-se que a legalidade do débito restou comprovada, notadamente quando foram apresentadas na contestação, realização de pagamentos de faturas, gravação de áudio em que a recorrida procura a reclamada a fim de parcelar seus débitos e faturas em nome da parte Recorrida, o que evidencia regular contratação e utilização dos serviços inicialmente negados. 3. Portanto, a negativação se trata de exercício regular do direito da Recorrente, uma vez que devido o débito ante a ausência de comprovação de pagamento. 4. Deste modo, não há que se falar em negativação indevida, tampouco em dano moral. 5. Sentença reformada para reconhecer a improcedência do pedido. Recurso conhecido e provido. (CENI, Patrícia. Recurso inominado n. 7813062201681100001/2018. J. em 03 Abr. 2018. Disp. em www.tjmt.jus.br. Acesso em 23 Ago. 2018) Comprovada a contratação dos serviços mediante apresentação de gravação em MP3, pela parte requerida, resta demonstrada a relação jurídica e, por consequência, revela-se legítima a cobrança questionada na inicial. Não pratica ato ilícito a empresa que, verificando o inadimplemento da dívida, insere o nome da consumidora nos órgãos de proteção ao crédito, agindo no exercício regular do direito. Não havendo fraude na contratação dos serviços, não há que se falar em indenização por dano moral e declaração de inexistência do débito Pois bem. Para que a Ré seja responsabilizada civilmente, faz-se necessário três requisitos: Ato ilícito, dano e nexo causal. Assim, do contexto probatório apresentado aos autos, tem-se que, apesar da negativação dos dados do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, ser fato incontroverso nos autos, somente representa um exercício regular de direito por parte da Ré, e não configura ato ilícito, consoante lhe assegura o artigo 188, I do C.C. Consequentemente, ausente um dos requisitos da responsabilidade civil (Ato ilícito), não há que se falar em indenização, posto que restou comprovada a existência da relação jurídica entre as partes e que de fato, o Autor contratou os serviços da Ré, sendo a negativação devida, principalmente quando o Autor não demonstrou o pagamento do valor negativado. Logo, a Ré apresentou argumentos que desconstituem, modificam e extinguem o direito pleiteado pelo Autor. Por essas razões, não há que se falar em declaração de inexistência de débito, sequer indenização por danos morais, razão pela qual OPINO por julgar improcedentes os pedidos formulados pelo Autor nesse sentido. DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Importa-nos observar, por fim, que resta clara a alteração dos fatos, já que o Autor tenta indicar a inexistência de vínculo e débito devidamente comprovados nos presentes autos, tornando-se a condenação em litigância de má-fé medida necessária, consoante autorizado pelo artigo 80 do CPC/15. DISPOSITIVO: ISSO POSTO, após a análise dos fatos pela ótica de ambas as partes, nos termos da

fundamentação supra: 1. OPINO por afastar todas as preliminares arguidas. 2. NO MÉRITO, OPINO por reconhecer a relação de consumo, e para determinar a inversão do ônus probatório em favor do Autor, nos termos do artigo 6º, VIII do CDC. 3. OPINO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na inicial quanto à declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, I do CPC/15. 4. Em consequência, OPINO pela CONDENAÇÃO do Autor por litigância de má-fé, nos termos do art. 80, incisos II e III, do CPC/15, fixando, em seu desfavor, multa de 5% sob o valor atribuído à causa, consoante art. 81, caput do CPC. À consideração do Excelentíssimo Juíz de Direito do 6º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS JUÍZ LEIGO S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012524-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012524-65.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO REQUERIDO: VIVO S.A. S E N T E N Ç A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS , que ANA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO move contra VIVO S.A. Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.. Fundamento e Decido. Analisando os autos, constato que o requerente deixou de comparecer na audiência de conciliação e, ainda, não apresentou justificativa prévia. Cabe à parte autora comparecer a todas as audiências realizadas no âmbito do rito da Lei nº. 9.099 /95, sob pena de extinção do processo, conforme o disposto no artigo 51, da mencionada Lei: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. De igual modo, o enunciado 20, do Fonaje dispõe que: ENUNCIADO 20 – O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Ressalto que o autor deve justificar sua ausência antes, durante ou até o prazo razoável (05 dias) da data de realização do ato, sob pena de preclusão. Nesse sentido: JUIZADOS ESPECIAIS. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DA PARTE AUTORA NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. JUSTIFICATIVA PRECÁRIA. EXTINÇÃO POR DESÍDIA. PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Consoante o preceituado no Enunciado nº 20 do Fonaje, nos Juizados Especiais, a ausência injustificada da parte autora a quaisquer das audiências é causa de extinção do processo sem resolução do mérito, a teor do disposto no artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95. 2. Ademais, a justificativa para a ausência deve ocorrer antes ou no momento da audiência, sob pena de preclusão. Precedente desta Turma Recursal: EVERSON MENDES LIMA versus TAM LINHAS AEREAS S/A. Acórdão nº 991266, 07031065020168070016, Relator: JOÃO FISCHER 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 01/02/2017, Publicado no DJE: 14/02/2017. Pág.: Sem Página Cadastrada.) 3. No caso em exame, a audiência de conciliação foi designada para o dia 31.05.2017, às 14 horas e 30 minutos, comparecendo ao ato apenas o advogado (a) da parte requerente e a parte ré. Mesmo sendo regularmente intimado, restou ausente o autor. A justificativa da ausência só foi apresentada, após a conclusão da audiência. Ressalta-se que o atestado médico (ID 2147297) não demonstra que o autor não tinha condições para comparecer à sessão de conciliação, pois limita-se a informar genericamente que deveria afastar-se de atividades, mas sem especificar quais. Ademais, verifica-se que a emissão deste foi às 16 horas e 48 minutos, portanto, posteriormente ao horário da audiência. 4. Recurso CONHECIDO e NÃO PROVIDO. Sentença mantida. Condeno o recorrente vencido em honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da causa, contudo, suspendo a sua exigibilidade em face da gratuidade de justiça que ora defiro. A Súmula de julgamento servirá de acórdão, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. (07127611220178070016 DF 0712761-12.2017.8.07.0016; 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF; Relator JOÃO FISCHER; Publicado no DJE em 19/09/2017). Portanto, diante da ausência do demandante à sessão de conciliação, a extinção do feito é medida que se impõe. Diante do exposto, julgo extinto o feito sem resolução de mérito, nos termos do artigo 51, I, da Lei n. 9.099/1995. Ainda, Revogo Concessão da liminar concedida, caso venha existir nos autos. Considerando que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei 9.099/95), CONDENO a parte promovente no pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE, não podendo repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito. Transitado em julgado arquive-se o feito procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registra-se. Intime-se. Cumpra-se. Dr. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010208-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA DE SOUZA NOGUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010208-79.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SELMA DE SOUZA NOGUEIRA REQUERIDO: OI S/A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da demanda. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por SELMA DE SOUZA NOGUEIRA em desfavor de OI S/A. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Tendo em vista que o objeto da lide é matéria exclusivamente de direito, razão que dispensa a produção de provas em audiência e, enseja o julgamento antecipado da demanda, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Inicialmente é de se considerar que a relação havida entre as partes é indiscutivelmente de consumo, e a reclamante está evidentemente em posição altamente desfavorável. Assim, ante a hipossuficiência do consumidor, inverto o ônus da prova, o que faço com supedâneo no artigo 6º, inciso VIII, do CDC, com o fito de equilibrar a relação processual. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido

apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida. Assim, alega como fato constitutivo do seu direito a ilegalidade da negativação e a parte ré deixou de instruir os autos com documento hábil que autorizasse o reconhecimento da legitimidade da cobrança do crédito. De outro lado, a parte ré não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade da dívida. Insta registrar que as telas do sistema juntados pelo requerido não equivalem a cobrança no valor de R$ 236,74, que constam na restrição. Ademais, se tratam de documentos unilaterais e, portanto, insuficientes para provar a relação jurídica entre as partes. Com isso, não há comprovação da origem do débito na quantia de R$ 236,74. Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito é medida que se impõe. Logo, comprovada que a inclusão da negativação foi indevida, bem como o dano moral puro, não há que se falar em ausência do nexo causal, que, no caso, é cristalino diante do fato de que o evento danoso ocorreu em consequência da circunstância provada consubstanciada no referido ato ilícito. Em que pese exista outra negativação em nome do autor, verifico que não se aplica ao caso a Súmula 385 STJ, por se tratar de negativação posterior a que está sendo discutida nestes autos e da qual não houve demonstração de que estaria sendo questionada judicialmente. Todavia, conforme entendimento jurisprudencial, a inscrição posterior deve ser levada em conta para reduzir o valor indenizatório, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. Nesse entendimento: APELAÇÃO CÍVEL - DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - FRAUDE - DANO MORAL PURO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - EXTENSÃO DO DANO - SÚMULA 385 DO STJ - INAPLICABILIDADE. - Age com negligência o cessionário de crédito que não confere de modo adequado os documentos comprobatórios da legitimidade do crédito adquirido e inscreve indevidamente o nome do suposto devedor em cadastro de inadimplentes. - É ilícita a inscrição em cadastro negativo de crédito decorrente de dívida inexistente. - Para a caracterização do dano moral, basta a negativação indevida, sendo desnecessária a demonstração do prejuízo sofrido pela parte. - A Súmula nº 385 do STJ não deve ser aplicada no caso de as demais negativações do nome do requerente serem objeto de questionamento judicial. - A indenização por danos morais deve ser suficiente apenas para repará-los, pois a indenização se mede pela extensão dos danos, nos termos do art. 944, caput, do Código Civil. - Se a vítima de fraude cobra indenização por danos morais de vários estabelecimentos que negativaram seu nome indevidamente, em razão da fraude, deve o valor da indenização observar o reduzido grau do dano, já que há outras inscrições indevidas, evitando-se o enriquecimento indevido do ofendido. - Recurso provido em parte. (TJ-MG , Relator: Gutemberg da Mota e Silva, Data de Julgamento: 23/07/2013, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL) CONSUMIDOR. TELEFONIA. PLEITO DE REGULARIZAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REGISTRO INDEVIDO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÃO POSTERIOR QUE DEVE SER CONSIDERADA PARA EFEITO DO ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO. QUANTUM ARBITRADO REDUZIDO PARA R$ 3.000,00 1. É incontroverso o dano moral decorrente de cadastro indevido, pois ilegítima a cobrança que deu ensejo ao registro, tanto que a ré cancelou o débito. Na verdade, a ré argui o descabimento da condenação no caso concreto, pois seria o demandante devedor contumaz. O cadastro indevido foi comandado em 19.01.2010 e regularizado somente em 15.06.2011, em razão do ingresso desta demanda. Um segundo registro em nome da parte autora ocorreu abril de 2011, ou seja, posterior ao cadastro indevido de iniciativa da ré. Assim, inaplicável a Súmula n. 385 do STJ, uma vez que a sua incidência pressupõe o cadastro preexistente. A inscrição posterior deve ser levada em conta apenas para reduzir o valor indenizatório para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. 2. Sentença parcialmente confirmada por seus próprios fundamentos, na esteira do art. 46, da Lei n. 9.099/95. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003541893, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Julgado em 28/11/2012) (TJ-RS - Recurso Cível: 71003541893 RS , Relator: Alexandre de Souza Costa Pacheco, Data de Julgamento: 28/11/2012, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/12/2012) Reputa-se assim existente a relação jurídica obrigacional entre as partes, restando inequívoca a obrigação de reparar o dano causado. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil a pretensão contida na inicial para: DETERMINAR a exclusão do nome da parte autora do cadastro de inadimplentes; DECLARAR a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio; E ainda, a título de danos morais, CONDENAR a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ). Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008610-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO SOCORRO SOARES RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA DENUZZO OAB - MT253384-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008610-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO SOARES RIBEIRO REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I Vistos etc., Trata-se AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por MARIA DO SOCORRO SOARES RIBEIRO em face de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NPL I. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da demanda. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a

manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que parcial razão assiste à parte autora. Inicialmente é de se considerar que a relação havida entre as partes é indiscutivelmente de consumo, e a reclamante está evidentemente em posição altamente desfavorável. Assim, ante a hipossuficiência do consumidor, inverto o ônus da prova, o que faço com supedâneo no artigo 6º, inciso VIII, do CDC, com o fito de equilibrar a relação processual. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida. Assim, alega autor como fato constitutivo do seu direito a ilegalidade da negativação do valor R$ 89,83 (Oitenta e enove reais e oitenta e três centavos), cujo vencimento deu-se em 05/10/2014; incluída em data 03/03/2017, e a parte ré deixou de instruir os autos com documento hábil que autorizasse o reconhecimento da legitimidade da cobrança do crédito. Consta da contestação que o crédito que originou a inscrição acoimada de indevida foi objeto de contrato de cessão – Natura Cosméticos S; contrato nº 5604239978-N089944593, com data cessão 24/11/2016. Na peça contestatória a parte reclamada afirma que a inscrição deriva de dívida não adimplida que fora contraída pela parte reclamante; a) Cedente: NATURA COSMÉTICOS S.A. CNPJ/MF nº 71.673.990/0001-77 b) Cessionário: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II e cedida, por instrumento próprio (Contrato: 5604239978-N089944593). Todavia, verifico que não há comprovação da contrato assinado, com documentos mínimos RG/CPF, tampouco documentos que comprovem a origem do débito. Assim, a parte autora impugna o crédito primitivo, sustentando, com razão, que não há relação jurídica com a reclamada, contrato assinado, documentos mínimos que comprovam relação jurídica. Ora, a parte reclamada é responsável pela negativação indevida, mormente porque a ela competia o dever de cautela e verificar eventual falha em seu sistema de cobrança. De outro lado, a parte ré não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade da dívida., razão pela qual, resta evidente a falha na prestação de serviço. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICATurma Recursal Única Recurso Cível Nº 0030269-17.2015.811.0001Quarto Juizado Especial Cível de Cuiabá/MTRecorrente: Helio Franco Recorrido: Fundo de Renegociação de Débitos Fundo de Investimento –FIDC EMENTA RECURSO INOMINADO. REGISTRO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. CESSÃO DE CRÉDITO. ORIGEM DA DÍVIDA NÃO COMPROVADA. ATUAÇÃO DE FALSÁRIOS. PREVISIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR. RECURSO PROVIDO. Ausência de documento que comprove a relação contratual existente entre o consumidor e a empresa que cedeu os créditos para a parte recorrida.A utilização dos bancos de dados pelas empresas gera riscos e, havendo inclusão indevida, devem suportar os danos, independentemente de culpa.A inclusão indevida nos bancos de dados das entidades de proteção ao crédito configura dano moral in re ipsa. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude da presunção passar a ser favorável a ela. Conquanto a requerida tenha aduzido ser lícita a negativação do nome da parte requerente, ante a sua inadimplência, não apresentou cópia do contrato que menciona, comprovando a relação jurídica existente entre a parte requerente e a empresa citada – Natura Cosméticos S.. Cabe ao requerido que alegar fato impeditivo da parte requerente provar o alegado, sob pena de prevalecer a versão posta na inicial. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Não há dúvida de que a conduta da parte requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, pois negativou os dados do consumidor por dívida cuja legitimidade não foi demonstrada. Nesse sentido são os seguintes julgados: TJRS-0172276) APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÍVIDA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CESSÃO DO CRÉDITO. HIGIDEZ DA DÍVIDA NÃO DEMONSTRADA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CONSECTÁRIOS LEGAIS. 1. Ausente à prova da regularidade do débito, revela-se abusiva a negativação do nome do autor realizada pelos demandados, colorindo a figura do dano moral in re ipsa, que resulta do próprio fato da inscrição indevida. 2. Valor da indenização mantido em R$ 6.780,00, por ser montante que se mostra compatível com os precedentes da Câmara em casos análogos, bem como se afigura adequado para cumprir a finalidade punitivo-pedagógica da sanção pecuniária. 3. A correção monetária incide desde a data do arbitramento da indenização, seguindo-se a dicção da Súmula nº 362 do STJ, e os juros de mora passam a incidir a contar da data da citação, por se tratar de responsabilidade civil contratual. Apelo provido no tópico. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. (Apelação Cível nº 70058582685, 12ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout. j. 21.05.2015, DJe 25.05.2015). TJMT-0073304) APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO DO CONSUMIDOR - CESSÃO DE CRÉDITO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DO DÉBITO - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ATO ILÍCITO - DEVER DE INDENIZAR - RECURSO IMPROVIDO. 1 - Apesar de ter adquirido os direito creditórios através de cessão de direito, o documento comprovando o referido negócio jurídico não explicita os créditos cedidos. 2 - Observa-se ainda que não ficou demonstrado qualquer relação jurídica entre a recorrida e a BRASIL TELECOM S/A que justificasse a cobrança da dívida pela companhia securitizadora e consequentemente a negativação do nome da recorrente. (Apelação nº 0001917-98.2010.8.11.0009, 6ª Câmara Cível do TJMT, Rel. Serly Marcondes Alves. j. 06.05.2015, DJe 11.05.2015). A cessionária de créditos responde solidariamente com a cedente por eventuais danos gerados por cobranças indevidas ao consumidor, nos termos do art. 7º, parágrafo único, do CDC. Para ser legítima a cobrança do débito e, por conseguinte, a inscrição do devedor no cadastro de inadimplente, caberia à ré, ora recorrente, ao alegar ter entabulado cessão de crédito, comprovar a origem do crédito, com base no art. 333, II, do Código de Processo Civil, ônus do qual não se desincumbiu. A requerida não logrou êxito em demonstrar a contratação, nem sua regularidade, razão pela qual conclui-se que o negócio que ensejou a negativação do nome do autor foi realizado mediante ação fraudulenta de terceiro, com uso de documento falso, devendo ser reconhecida a inexistência de dívida e a indevida inscrição do autor nos órgãos de proteção ao crédito. Extrapola o exercício regular de direito a negligência da apelante em verificar a veracidade das informações contidas nos contratos objeto de cessão antes de proceder a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. Em que pese não existam comprovação de outras negativações, a própria empresa reclamada afirma ter excluído o nome do autor do cadastro SPC/SERASA, antecipadamente. Reputa-se assim existente a relação jurídica obrigacional entre as partes, restando inequívoca a obrigação de reparar o dano causado. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 6.000,00 (seis mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. DISPOSITIVO: ANTE O EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão contida na inicial para o fim de DECLARAR a inexistência de débito da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio, e ainda, a título de danos morais, CONDENO a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento disponibilização da negativação mais antiga e correção monetária PELO INPCa partir desta data (súmula 362 do STJ), e assim o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de

Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado do 6º Juizado Especial Cível para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS Juiz Leigo S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010828-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SAMUEL BATISTA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010828-91.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SAMUEL BATISTA MARTINS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Trata-se AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por SAMUEL BATISTA MARTINS em face de TELEFÔNICA BRASIL S.A RELATÓRIO O autor afirma que não possui qualquer relação jurídica. Contudo, vem sofrendo cobranças indevidas por parte da empresa reclamada, referente ao débito com data de data de 21/11/2017 no valor de R$ 122,84;o que resultou na indevida inserção de seu nome no cadastro de inadimplentes do SPC/SERASA/SCPC, apontado pela requerida, nos órgãos de proteção ao crédito. O requerido apresentou contestação arguindo, o débito contestado é devido por decorrer do inadimplemento da parte Autora quanto ao pagamento da utilização dos serviços efetivamente prestados pela Ré ; aderiu a pacote de serviços da Ré, linha telefônica de nº (65) 9.9951-6029,, o que ocasionou a emissão de faturas mensais. Aduz que a parte Autora deixou de efetuar o pagamento das faturas; Houve a audiência de conciliação, sem acordo entre as partes. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Compulsando os autos, constato que o objeto da lide é matéria exclusivamente de direito, razão que dispensa a produção de provas em audiência e, enseja o julgamento antecipado da demanda, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. DAS PRELIMINARES - DA INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 6º, INCISO VIII, DO CDC: A requerida contesta a inversão do Ônus da Prova, com base nos incisos da que não há verossimilhança nas alegações da autora e hipossuficiência; Porém, destaco que não junta nenhuma contraprova capaz e hábil afim de comprovar sua impugnação. É importante esclarecer que a hipossuficiência a que faz menção o CDC nem sempre é econômica. Embora pouco freqüente, não é impossível que o consumidor seja economicamente mais forte que o fornecedor, e ainda assim ser hipossuficiente. A hipossuficiência pode ser técnica, por exemplo (paciente submetido a cirurgia em clínica médica, ocasião em que ocorre um erro médico que o deixa cego). "Um dos aspectos mais relevantes do Código de Defesa do Consumidor é a possibilidade de inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, [do CDC]. [...] façamos algumas observações importantes sobre esta inversão [...]: É ope iudicis (a critério do juiz), ou seja, não se trata de inversão automática por força de lei (ope legis). Obs: no CDC, existem outros casos de inversão do ônus da prova e que são ope legis (exs: art. 12, § 3º, II; art. 14, § 3º, I e art. 38. Opino por não acolher Preliminar na contestação da requerida, da Inversão do Ônus da Prova, em face dos fundamentos acima demonstrados; DA AUSÊNCIA DE CONSULTA EXTRAÍDA NO SPC/SERASA: À defesa tempestiva, a requerida questiona os comprovantes de negativação apresentados pela Autora à inicial. No que tange ao comprovante de negativação, observa-se que o mesmo foi expedido pelo SPC Brasil, e que a Ré não apresentou qualquer contraprova que o desconstituísse, razão pela qual OPINO por aceita-lo para todos os fins processuais. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO O requerente pleiteia pela inversão do ônus da prova. In casu, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes (Telefonia) é de natureza consumerista, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive a inversão do ônus da prova, preconizada no artigo 6º, VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessário a presença dos requisitos mencionados, pelos quais vislumbro nos presentes autos. No caso, verifico que a hipossuficiência do demandante em relação ao requerido, pois o demandado possui conhecimento técnico sobre os fatos. Assim, imprescindível a inversão para possibilitar a igualdade entre as partes Posto isso, defiro a inversão do ônus da prova. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. DO MÉRITO Analisando o processo, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, uma vez que o ponto controvertido da presente seria facilmente esclarecido com a juntada do contrato e da fatura respectiva comprovante do débito. Nota-se que o requerida junta apenas faturas; e histórico de chamadas, de forma unilateral, com endereço distinto do apresentado pelo autor, contudo deixou de comprovar o fato. Nesse passo, mostra-se de bom alvitre trazer a questão o princípio que exorta: allegare nihil, et allegatum non probare, paria sunt (nada alegar ou não provar o alegado, é a mesma coisa). É inafastável a conclusão de que o requerido não se desincumbiu do ônus estabelecido no art. 373, inc. II, do código de Processo Civil. Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. Assim, os elementos probatórios constantes nos autos, demonstram a ilegitimidade da cobrança e da negativação; ou seja a requerida não trouxe aos autos contrato; notificação ou qualquer outro documento que comprovasse origem da inadimplência do autor; A reclamada limitou-se a juntar TELAS SISTÊMICAS, expedidas de forma unilateral, que não possuem o condão de comprovar a veracidade dos fatos alegados. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 333, II, CPC. Portanto, a declaração de inexistência de débito atribuído à parte promovente, é medida que se impõe. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR O DIREITO DA PARTE AUTORA. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO APRESENTADO PELA PARTE ADVERSA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. ÔNUS DA EMPRESA DE TELEFONIA. ART. 373, II DO CPC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RELAÇÃO JURÍDICA INEXISTENTE. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. VALOR ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APLICABILIDADE DO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. Na hipótese do réu não trazer provas capazes para demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito postulado pelo autor, a pretensão deve ser acolhida.2. O “print” de TELA SISTÊMICA colacionada e a cópia de faturas, não são provas suficientes para atestar a existência da relação contratual entre as partes, tampouco a legalidade do débito em questão, por tratar-se de provas unilaterais.3. Não comprovada a contratação, tem-se por inexistente a dívida, e as deduções efetivadas indevidamente na aposentadoria configuram ato ilícito passível de reparação. O dano moral daí decorrente é presumido, dispensa prova. 4. Para a fixação da quantia indenizatória, deve-se levar em consideração a extensão do dano, ao comportamento dos envolvidos, às condições econômicas das partes, à repercussão do fato, além da observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como o caráter punitivo e pedagógico da condenação, a fim de que não se caracterize enriquecimento ilícito.5. Sentença reformada.6. Recurso Provido.(N.U 0001603-46.2016.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 23/07/2019, Publicado no DJE 25/07/2019)

Evidencia-se o prejuízo moral pela dor e sofrimento ocasionados à vítima pelo evento. Colocando a questão em termos de maior amplitude, Savatier oferece uma definição de dano moral como 'qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vitima, à sua autoridade legitima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor-próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições etc. (Traité de la Responsabilité civile, vol. II, n. 525). No caso vertente, iniludível a intranqüilidade ocasionada à parte autora, eis que incumbe ao fornecedor do serviço conduzir-se de forma a atender as expectativas do consumidor, na prestação do serviço, concretizando todas as providências necessárias a resguardar sua integridade, física e moral. Ao se desincumbir dessa obrigação, responde pelos prejuízos correlatos. Subsiste, pois, o dever da parte ré indenizar a parte autora, cabendo a este Juízo fixar a indenização por dano moral atendendo os princípios da razoabilidade, da capacidade econômica da parte ré e da exemplaridade. Sobre este tema, diga-se ainda que deve atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. E, portanto, deve ser observada a capacidade econômica do atingido, mas também dos ofensores, de molde a que não haja enriquecimento injustificado, mas que também não lastreie indenização que não atinja o caráter pedagógico a que se propõe. De acordo com o magistério de Carlos Alberto Bittar, para a fixação do valor do dano moral "levam-se, em conta, basicamente, as circunstâncias do caso, a gravidade do dano, a situação do lesante, a condição do lesado, preponderando em nível de orientação central, a idéia de sancionamento ao lesado". (in "Reparação Civil por Danos Morais", 3ª ed., São Paulo, Editora Revistas dos Tribunais, 1999, p.279). Logo, conclui-se que o prejuízo moral experimentado pela parte autora deve ser ressarcido numa soma que não apenas compense a dor e/ou o sofrimento causado, mas especialmente deve atender às circunstâncias do caso em tela, tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, exigindo-se a um só tempo prudência e severidade. A respeito do valor da indenização por dano moral, a orientação jurisprudencial é neste sentido: "(...) A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVE SER ARBITRADA MEDIANTE ESTIMATIVA PRUDENCIAL QUE LEVE EM CONTA A NECESSIDADE DE, COM A QUANTIA, SATISFAZER A DOR DA VÍTIMA E DISSUADIR, DE IGUAL E NOVO ATENTADO, O AUTOR DA OFENSA (RT 706/67). Comporta redução o quantum, quando arbitrado em quantia excessiva e desproporcional ao evento e suas circunstâncias. Provimento parcial do recurso." (TJPR – ApCiv 0113615-8 – (8666) – São José dos Pinhais – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Luiz Cezar de Oliveira – DJPR 17.06.2002). – grifo nosso. Argumente-se ainda a inteligência do art. 6º da Lei nº 9.099/95 nos mostra que: "O JUIZ ADOTARÁ EM CADA CASO A DECISÃO QUE REPUTAR MAIS JUSTA E EQUÂNIME ATENDENDO OS FINS SOCIAIS DA LEI E AS EXIGÊNCIAS DO BEM COMUM", demonstrando ao Juízo que poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo discricionariedade amparada por Lei. – grifo nosso. Sopesando tais critérios, diante e constar outras negativações de outras empresas junto ao extrato SPC/SERASA, tenho como razoável o valor R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que certamente satisfaz ao caráter reparatório, servindo ainda como punição à parte Reclamada. DISPOSITIVO: ISTO POSTO, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES os pedidos da exordial para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO aqui discutido : A) Determinar que a reclamada, proceda, no prazo máximo de 05 (dias), A CONTAR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, o CANCELAMENTO DAS INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE MAUS PAGADORES, sob pena de multa fixa de R$ 200,00 (duzentos reais). B) CONDENAR a reclamada, a pagar a título de DANOS MORAIS à parte autora o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), forte nos artigos no art. 5.º, V da CR/88 c/c art. 14 da Lei n.º 8.078/90, incidindo-se correção monetária pelo INPC a partir da sentença e juros de 1% ao mês a partir do evento danoso. C) REJEITO todas as preliminares arguidas pela requerida,; Deixo de condenar a parte reclamada no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei n.º 9.099/95). À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 6º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS Juiz Leigo S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010305-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEOMARQUIS LIMA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLA FERNANDA AMARAL SEGUNDO OAB - MT13867/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010305-79.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LEOMARQUIS LIMA RODRIGUES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por LEOMARQUIS LIMA RODRIGUES em face de VIVO S.A. onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendida pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Em contestação, alegam a Reclamada que houve regular contratação dos serviços, bem como que não houve dano moral, que se trata de mero aborrecimento, já que a parte autora não teria provado tal dano, tampouco demonstrou ter quitado o débito. Quanto a preliminar de falta interesse de agir, vejamos: Segundo lições de Alexandre Freitas Câmara (Lições de Direito Processual Civil. Vol. 1. RJ: Editora Lúmen Júris, 2003. 8.ed., p. 124): O interesse de agir é verificado pela presença de dois elementos, que fazem com que esse requisito do provimento final seja verdadeiro binômio 'necessidade da tutela jurisdicional' e 'adequação do provimento pleiteado'. Logo, percebe-se que desde que a demanda seja necessária, configurado está o interesse de agir. Pela análise da inicial infere-se que não há qualquer elemento que demonstre a desnecessidade da tutela jurisdicional. O autor pretende a anulação da cobrança e

indenização por danos morais. Portanto, necessitando da tutela judicial. Com essas razões, rejeito a preliminar arguida. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Assim, defiro a inversão do ônus em favor do Autor. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Logo, a parte Ré deve ser responsabilizada pelo ocorrido, pois, em que pese alegue que o débito é legítimo, nada comprova, quem emitiu contas a serem pagas e lançou o nome da parte Autora em órgãos de proteção ao crédito foi a Reclamada. Neste sentido : EMENTARECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA ? DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO DO INSS ? ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS NÃO CONTRATADOS ? ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ? AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO ? INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA ? TELAS UNILATERAIS INSUFICIENTES ? ATO ILÍCITO CARACTERIZADO ? DANO MORAL CONFIGURADO ? FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL ? SENTENÇA MANTIDA ? RECURSO DESPROVIDO.Nos termos do artigo 17 do Código de Processo Civil para postular ou ser demandado em juízo é necessário que haja legitimidade.A legitimidade decorre da titularidade da relação jurídica de direito material objeto da demanda, de modo que legitimado ativo é aquele que atribui a si o direito que pleiteia e legitimado passivo é aquele a quem o autor atribui o dever de satisfazer a pretensão.Diante da comprovação de que os descontos em folha de pagamento se deram, também, por parte do Recorrente inegável sua legitimidade passiva, ainda mais porque prevalece a responsabilidade objetiva e solidária dos que integram o mesmo grupo econômico.Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços comprovar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento, o que não restou comprovado.A contratação, quando negada, se prova mediante a juntada do contrato escrito ou do áudio oriundo de ?call center? e, no caso, não houve a juntada de qualquer documento que comprove a existência de relação jurídica entre as partes, de modo que os descontos no benefício do INSS devem ser restituídos e o dano moral ser indenizado.O valor da indenização por dano moral deve ser mantido quando fixada com razoabilidade assim como o dano material comprovadamente sofrido.Sentença mantida.Recurso desprovido. (N.U 1002816-24.2017.8.11.0045, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) Ademais, a requerida não trouxe aos autos documentos que comprovem que os serviços foram prestados, como sustenta a Ré, apenas imagens de telas sistêmicas e faturas sem assinatura que não provam que a Autora teria solicitado e usufruído do serviço. Portanto, tem-se que a Ré não se desincumbiu do seu ônus probatório. Logo, a declaração de inexistência de débito é medida que se impõe. O art. 186 do CC dispõe que “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. No esteio, o art. 927 do mesmo Codex: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Dessa forma, caracterizando-se o ato ilícito cometido pela Ré, surge o seu dever de indenizar. Nada obstante, o dano moral nas circunstâncias em de que tratam estes autos, de acordo com reiterada jurisprudência, não depende de comprovação de dano sofrido, bastando a demonstração do fato ocorrido, haja vista que a impossibilidade da medição do mal causado por técnica ou meio de prova do sofrimento. No caso dos autos o dano moral subsiste pela simples ofensa dirigida a outrem e pela mera violação do seu direito de permanecer com o nome desprovido de máculas, o que torna desnecessária a comprovação específica do prejuízo sofrido, conforme orienta o seguinte julgado: O dano simplesmente moral, sem repercussão no patrimônio não há como ser provado. Ele existe tão somente pela ofensa, e é dela presumido, sendo o bastante para justificar a indenização?. (TJPR 4ª C. AP. Rel. Wilson Reback ? RT 681/163, in RUI STOCO, Responsabilidade Civil, RT, p. 493). Assim, provada a ofensa e o dano moral sua reparação é impositiva, na forma do art. 5o, incisos V e X da Constituição Federal e do art. 944 e seguintes do Código Civil. No que se refere ao quantum da indenização, a melhor doutrina e jurisprudência orientam que para o seu arbitramento justo, o juiz deve levar em consideração principalmente o poderio econômico de quem deve indenizar, mas, não isoladamente, pois também são de relevância outros aspectos, tais como a situação pessoal do ofendido, a gravidade do dano moral, sobretudo no que diz respeito aos reflexos negativos do ilícito civil na auto-estima da vítima e nas suas relações sociais, o grau da culpa e a rapidez na atenuação da ofensa e de seus efeitos. No caso concreto, tomando como parâmetro os critérios acima referidos e tendo em conta, principalmente, a situação financeira dos litigantes a fixação do quantum indenizatório em R$ 6.000,00 (seis mil reais) é suficiente para reparar, nos limites do razoável, o prejuízo moral que o fato acarretou. Com efeito, tal estimativa guarda perfeita correspondência com a gravidade objetiva do fato e do seu resultado danoso, bem assim com as condições da vítima e da empresa autora da ofensa, revelando-se, além disso, ajustada ao princípio da equidade e à orientação pretoriana, segundo a qual "a eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que tampouco signifique um enriquecimento sem causa da vítima, mas está também em produzir no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual e novo atentado" (acórdão publicado em RT 650, p. 63 a 67). Destarte, caminho outro não há senão o da procedência do pedido. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente com resolução do mérito para DECLARAR a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente à dívida em litígio, e ainda, a título de danos morais, CONDENO a empresa ré ao pagamento da importância de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros de mora de 1% a.m., a partir do evento da negativação e correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ), e assim o faço com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Confirmo eventual tutela concedida neste feito. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1041448-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SUCATAS AMERICA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELLO AUGUSTO DOS SANTOS NOCCHI OAB - MT14913-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDGARD CARLOS PINHEIRO NETO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1041448-63.2019.8.11.0041. REQUERENTE: SUCATAS AMERICA LTDA - ME REQUERIDO: EDGARD CARLOS PINHEIRO NETO Vistos. Trata-se de ação formada entre as partes acima indicadas. O requerente pleiteia a desistência da lide. Diante da manifestação do autor, não há alternativa a este Juízo senão homologar a desistência, nos termos do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e, por corolário, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Ressalto a desnecessidade de intimação do demandado para ciência,

visto que não houve triangularização processual. Sem condenação nas custas e honorários, nos termos do artigo 54, da Lei n. 9.099/1995. Por ausência de interesse do autor no prosseguimento do feito, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010040-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NICKAELLE JOAHNNE GOMES SICARELLI OLIVEIRA PAIXAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTYNY LAYANA GONCALVES DE ALMEIDA OAB - MT16279-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA DE OLIVEIRA GONCALVES OAB - MT14645-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010040-77.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NICKAELLE JOAHNNE GOMES SICARELLI OLIVEIRA PAIXAO REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Os Juizados Especiais foram criados para cuidar das causas de menor complexidade, por isso mesmo é norteado por princípios informadores, que sustentam todo o Sistema Especial, trazendo consigo a carga idealizada para garantir o amplo acesso ao Poder Judiciário, e principalmente a "rápida solução do conflito". Tais princípios estão enumerados no artigo 2° da Lei n° 9.099/95, que afirma que o processo será orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Assim é que, além de simplificar o procedimento, que será sempre norteado por aqueles princípios, também dotou o legislador os Juizados de métodos próprios para diminuir a burocracia e ainda acelerar a prolação das decisões judiciais; desta forma, eliminou a necessidade do relatório nas sentenças, e também estabeleceu que ela deverá conter apenas os elementos de convicção do julgador, com breve resumo dos fatos relevantes "ocorridos em audiência", se houver é óbvio (art. 38 da Lei n° 9.099/95). Ao sentenciar, o Juiz deve adotar no Sistema dos Juizados Especiais, caso a caso, a decisão que entender mais justa e equânime (art. 6°), não resultando inclusive em julgamento "extra petita" aquele que o julgador, ao acolher ou rejeitar o pedido, utilizar de fundamento legal diverso do mencionado na inicial. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). Desta forma, atrelado às orientações supra, passo a proferir a sentença. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por NICKAELLE JOAHNNE GOMES SICARELLI OLIVEIRA PAIXAO em desfavor de GOL LINHAS AÉREAS S/A. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Inicialmente é de se considerar que a relação havida entre as partes é indiscutivelmente de consumo, e os reclamantes estão evidentemente em posição altamente desfavorável. Assim, ante a hipossuficiência dos consumidores, inverto o ônus da prova, o que faço com supedâneo no artigo 6º, inciso VIII, do CDC, com o fito de equilibrar a relação processual. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste a parte autora. Verifica-se que a alteração do voo impediu o autor de comparecer na pós graduação do primeiro dia (23). Anoto que, embora o demandante não tenha comprovado a venda em duplicidade da passagem área, restou demonstrada a irregularidade do serviço. De outro lado, em contestação, a parte Reclamada alega que o cancelamento do embarque ocorreu devido à reestruturação da malha aérea e que não cometeu qualquer ato ilícito indenizável. Verifico que a parte ré não trouxe elemento de prova que retire a validade das alegações e documentos juntados na inicia e, ainda, deixou de comprovar o caso fortuito ou força maior para justificar a alteração unilateral. Assim, o dano moral decorrente do atraso do voo é presumido, e a responsabilidade é do causador, pelo desconforto, aflição e transtornos causados ao passageiro que arcou com o pagamento daquele serviço, prestado de forma defeituosa. Nesse mesmo sentido corrobora a jurisprudência: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRANSPORTE AÉREO. VOO NACIONAL, DE SÃO PAULO PARA PORTO ALEGRE. ATRASO NO VOO POR PERÍODO SUPERIOR A QUATRO HORAS. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA NA AERONAVE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES AOS PASSAGEIROS. DESCASO PARA COM O CONSUMIDOR, DIANTE DA FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO PARA R$ 4.000,00, A FIM DE ADEQUÁ-LO AOS PARÂMETROS UTILIZADOS PELAS TURMAS RECURSAIS. READEQUAÇÃO DOS MARCOS INICIAIS DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS MORATÓRIOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRS, Recurso Cível Nº 71005819743, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrensdorf Gomes da Silva, Julgado em 16/12/2015) Essas premissas forçam reconhecer que a procedência dos pedidos é a medida que se impõe. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 1.000,00 (mil reais) é suficiente para correção da prática ilícita. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na inicial para o fim de CONDENAR a reclamada a pagar aos autores a título de danos morais, a importância de R$ 1.000,00 (mil reais), corrigido monetariamente pelo INPC a partir desta data e juros de mora de 1% a.m., conforme disposição do art. 406 do NCC, combinado com o art. 161, § 1º do CTN, contados da citação válida, nos termos do artigo 487, I, d Código de Processo civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010851-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS PAULO CARDOSO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-O (ADVOGADO(A))
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010851-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARCOS PAULO CARDOSO DOS SANTOS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Trata-se AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURIDICO C/C INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por MARCOS PAULO CARDOSO DOS SANTOS em face de

TELEFÔNICA BRASIL S.A RELATÓRIO O autor afirma que não possui qualquer relação jurídica. Contudo, vem sofrendo cobranças indevidas por parte da empresa reclamada, referente ao débito valor R$ 211,34 (duzentos e onze reais, trinta e quatro centavos) e R$ 243,88 (duzentos e quarenta e três reais, oitenta e oito centavos. Dívidas que teriam vencido em 21 de agosto de 2015 e 07 de julho de 2015, sendo as negativações disponibilizadas no sistema em 12 de fevereiro de 2016 e 07 de dezembro de 2015, referente aos supostos contratos de números 0250346629 e 0239181864; o que resultou na indevida inserção de seu nome no cadastro de inadimplentes do SPC/SERASA/SCPC, apontado pela requerida, nos órgãos de proteção ao crédito. O requerido apresentou contestação arguindo, o débito contestado é devido por decorrer do inadimplemento da parte Autora quanto ao pagamento da utilização dos serviços efetivamente prestados pela Ré ; aderiu a pacote de serviços da Ré, habilitou as linhas telefônicas de nº (65) 99907-8766, com a conta 0239181864, habilitado em 11/02/2015 e cancelado em 29/10/2015, com plano SMARTVIVO CONTROLE PLUS, e de nº (65) 99663-9495, com a conta 0250346629, habilitado em 15/06/2015 e cancelado em 29/01/2016, com plano SMARTVIVO CONTROLE PLUS, o que ocasionou a emissão de faturas mensais. Aduz que a parte Autora deixou de efetuar o pagamento das faturas; Houve a audiência de conciliação, sem acordo entre as partes. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Compulsando os autos, constato que o objeto da lide é matéria exclusivamente de direito, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado, nos termos do artigo 371 do CPC/15, inclusive a audiência de instrução, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do aludido diploma legal. DAS PRELIMINARES - DA INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 6º, INCISO VIII, DO CDC: A requerida contesta a inversão do Ônus da Prova, com base nos incisos da que não há verossimilhança nas alegações da autora e hipossuficiência; Porém, destaco que não junta nenhuma contraprova capaz e hábil afim de comprovar sua impugnação. É importante esclarecer que a hipossuficiência a que faz menção o CDC nem sempre é econômica. Embora pouco freqüente, não é impossível que o consumidor seja economicamente mais forte que o fornecedor, e ainda assim ser hipossuficiente. A hipossuficiência pode ser técnica, por exemplo (paciente submetido a cirurgia em clínica médica, ocasião em que ocorre um erro médico que o deixa cego). "Um dos aspectos mais relevantes do Código de Defesa do Consumidor é a possibilidade de inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, [do CDC]. [...] façamos algumas observações importantes sobre esta inversão [...]: É ope iudicis (a critério do juiz), ou seja, não se trata de inversão automática por força de lei (ope legis). Obs: no CDC, existem outros casos de inversão do ônus da prova e que são ope legis (exs: art. 12, § 3º, II; art. 14, § 3º, I e art. 38. Opino por não acolher Preliminar na contestação da requerida, da Inversão do Ônus da Prova, em face dos fundamentos acima demonstrados; DA AUSÊNCIA DE CONSULTA EXTRAÍDA NO SPC/SERASA: À defesa tempestiva, a requerida questiona os comprovantes de negativação apresentados pela Autora à inicial. No que tange ao comprovante de negativação, observa-se que o mesmo foi expedido pelo SPC Brasil, e que a Ré não apresentou qualquer contraprova que o desconstituísse, razão pela qual OPINO por aceita-lo para todos os fins processuais. Afasto pedido de preliminar de audiência de instrução, ante as provas nos autos serem eminentemente de direito; aliado ao fato de serem suficientes ao convencimento motivado; não havendo necessidade de dilação probatória; O requerente pleiteia pela inversão do ônus da prova. In casu, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes (Telefonia) é de natureza consumerista, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive a inversão do ônus da prova, preconizada no artigo 6º, VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessário a presença dos requisitos mencionados, pelos quais vislumbro nos presentes autos. No caso, verifico que a hipossuficiência do demandante em relação ao requerido, pois o demandado possui conhecimento técnico sobre os fatos. Assim, imprescindível a inversão para possibilitar a igualdade entre as partes. Posto isso, defiro a inversão do ônus da prova. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. DO MÉRITO Analisando o processo, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, uma vez que o ponto controvertido da presente seria facilmente esclarecido com a juntada do contrato e da fatura respectiva comprovante do débito. Nota-se que o Autor apenas afirma a regularidade dos débitos, contudo deixou de comprovar o fato. Nesse passo, mostra-se de bom alvitre trazer a questão o princípio que exorta: allegare nihil, et allegatum non probare, paria sunt (nada alegar ou não provar o alegado, é a mesma coisa). É inafastável a conclusão de que o requerido não se desincumbiu do ônus estabelecido no art. 373, inc. II, do código de Processo Civil. Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. Assim, os elementos probatórios constantes nos autos, demonstram a ilegitimidade da cobrança e da negativação; ou seja a requerida não trouxe aos autos contrato; notificação ou qualquer outro documento que comprovasse origem da inadimplência do autor; A reclamada limitou-se a juntar TELAS SISTÊMICAS, expedidas de forma unilateral, que não possuem o condão de comprovar a veracidade dos fatos alegados. De igual modo, as faturas são insuficientes para provar o débito. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 333, II, CPC. Portanto, a declaração de inexistência de débito atribuído à parte promovente, é medida que se impõe. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR O DIREITO DA PARTE AUTORA. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO APRESENTADO PELA PARTE ADVERSA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. ÔNUS DA EMPRESA DE TELEFONIA. ART. 373, II DO CPC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RELAÇÃO JURÍDICA INEXISTENTE. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. VALOR ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APLICABILIDADE DO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. Na hipótese do réu não trazer provas capazes para demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito postulado pelo autor, a pretensão deve ser acolhida.2. O “print” de TELA SISTÊMICA colacionada e a cópia de faturas, não são provas suficientes para atestar a existência da relação contratual entre as partes, tampouco a legalidade do débito em questão, por tratar-se de provas unilaterais.3. Não comprovada a contratação, tem-se por inexistente a dívida, e as deduções efetivadas indevidamente na aposentadoria configuram ato ilícito passível de reparação. O dano moral daí decorrente é presumido, dispensa prova. 4. Para a fixação da quantia indenizatória, deve-se levar em consideração a extensão do dano, ao comportamento dos envolvidos, às condições econômicas das partes, à repercussão do fato, além da observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como o caráter punitivo e pedagógico da condenação, a fim de que não se caracterize enriquecimento ilícito.5. Sentença reformada.6. Recurso Provido. (N.U 0001603-46.2016.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 23/07/2019, Publicado no DJE 25/07/2019) Evidencia-se o prejuízo moral pela dor e sofrimento ocasionados à vítima pelo evento. Colocando a questão em termos de maior amplitude, Savatier oferece uma definição de dano moral como 'qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vitima, à sua autoridade legitima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor-próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições etc. (Traité de la Responsabilité civile, vol. II, n. 525). No caso vertente, iniludível a intranqüilidade ocasionada à parte autora, eis que incumbe ao fornecedor do serviço conduzir-se de forma a atender as expectativas do consumidor, na prestação do serviço, concretizando todas as providências necessárias a resguardar sua integridade, física e moral. Ao se desincumbir dessa obrigação, responde pelos prejuízos correlatos. Subsiste, pois, o dever da parte ré indenizar a parte autora, cabendo a este Juízo fixar a indenização por dano moral atendendo os princípios da razoabilidade, da capacidade econômica da parte ré e da exemplaridade. Sobre este tema, diga-se ainda que deve atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. E, portanto, deve ser observada a capacidade econômica do atingido, mas também dos ofensores, de molde a que não haja enriquecimento injustificado, mas que também não lastreie indenização que não atinja o caráter pedagógico a

que se propõe. De acordo com o magistério de Carlos Alberto Bittar, para a fixação do valor do dano moral "levam-se, em conta, basicamente, as circunstâncias do caso, a gravidade do dano, a situação do lesante, a condição do lesado, preponderando em nível de orientação central, a idéia de sancionamento ao lesado". (in "Reparação Civil por Danos Morais", 3ª ed., São Paulo, Editora Revistas dos Tribunais, 1999, p.279). Logo, conclui-se que o prejuízo moral experimentado pela parte autora deve ser ressarcido numa soma que não apenas compense a dor e/ou o sofrimento causado, mas especialmente deve atender às circunstâncias do caso em tela, tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, exigindo-se a um só tempo prudência e severidade. A respeito do valor da indenização por dano moral, a orientação jurisprudencial é neste sentido: "(...) A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVE SER ARBITRADA MEDIANTE ESTIMATIVA PRUDENCIAL QUE LEVE EM CONTA A NECESSIDADE DE, COM A QUANTIA, SATISFAZER A DOR DA VÍTIMA E DISSUADIR, DE IGUAL E NOVO ATENTADO, O AUTOR DA OFENSA (RT 706/67). Comporta redução o quantum, quando arbitrado em quantia excessiva e desproporcional ao evento e suas circunstâncias. Provimento parcial do recurso." (TJPR – ApCiv 0113615-8 – (8666) – São José dos Pinhais – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Luiz Cezar de Oliveira – DJPR 17.06.2002). – grifo nosso. Argumente-se ainda a inteligência do art. 6º da Lei nº 9.099/95 nos mostra que: "O JUIZ ADOTARÁ EM CADA CASO A DECISÃO QUE REPUTAR MAIS JUSTA E EQUÂNIME ATENDENDO OS FINS SOCIAIS DA LEI E AS EXIGÊNCIAS DO BEM COMUM", demonstrando ao Juízo que poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo discricionariedade amparada por Lei. – grifo nosso. Sopesando tais critérios, tenho como razoável o valor R$ 6.000,00 (seis mil reais), quantia que certamente satisfaz ao caráter reparatório, servindo ainda como punição à parte Reclamada. DISPOSITIVO: ISTO POSTO, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da exordial para DECLARAR INEXISTÊNCIA DO DÉBITO aqui discutido: A) Determinar que a reclamada, proceda, no prazo máximo de 05 (dias), A CONTAR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, o CANCELAMENTO DAS INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE MAUS PAGADORES, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); B) CONDENAR a reclamada, a pagar a título de DANOS MORAIS à parte autora o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), forte nos artigos no art. 5.º, V da CR/88 c/c art. 14 da Lei n.º 8.078/90, incidindo-se correção monetária pelo INPC a partir desta decisão e juros de 1% ao mês a partir da negativação. C) REJEITO todas as preliminares arguidas pela requerida,; Deixo de condenar a parte reclamada no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei n.º 9.099/95). À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 6º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS Juiz Leigo S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010110-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALVO GOMES DA SILVA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010110-94.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROSALVO GOMES DA SILVA JUNIOR REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos. Trata-se AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS RAIS proposta por ROSALVO GOMES DA SILVA JUNIOR em face de BANCO BRADESCARD S/A RELATÓRIO De início, tem-se que a Ré manifesta-se acerca do comprovante de endereço juntado à inicial. Observa-se que o mesmo, claramente, declara residir no endereço, traz comprovante; presumindo boa fé;, razão pela qual OPINO por aceita-los para todos os fins processuais, principalmente considerando o princípio da boa fé, preconizado no artigo 5º do CPC/15. A requerida argui ainda preliminar de falta de interesse de agir, por entender que não havia demonstração de pretensão resistida. O artigo 17 do NCPC, deixa claro que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". Nesse sentido, o interesse de agir é consubstanciado numa "situação jurídica que reclama a intervenção judicial, sob pena de um dos sujeitos sofrer um prejuízo em razão da impossibilidade de autodefesa"[1]. Exatamente o caso em tela, no qual a Autora suplica a intervenção judicial para não continuar sofrendo prejuízos frente a conduta supostamente ilícita por parte do Réu. E, ademais, não há dispositivo legal que obrigue a Autora à esgotar todos os meios administrativos antes de ingressar com a contenda, sob pena de ferir o direito constitucional do livre acesso ao poder judiciário, preconizado no artigo 5º, XXXV da CF. Assim, OPINO por afastar a preliminar de interesse de agir. O autor afirma que não possui qualquer relação jurídica. Contudo, vem sofrendo cobranças indevidas por parte da empresa reclamada, referente ao débito valor R$ 228,73 e não forneceu qualquer espelho da dívida muito menos informações sobre o contrato que a originou ou mesmo o que gerou esta dívida, de nº 4180531125244000; o que resultou na indevida inserção de seu nome no cadastro de inadimplentes do SPC/SERASA/SCPC, apontado pela requerida, nos órgãos de proteção ao crédito. O requerido apresentou contestação arguindo, o débito contestado é devido por decorrer do inadimplemento da parte Autora quanto ao pagamento da utilização dos serviços efetivamente prestados pela Ré, negativação se deu exercício regular do direito ; Houve a audiência de conciliação, sem acordo entre as partes. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Compulsando os autos, constato que o objeto da lide é matéria exclusivamente de direito, razão que dispensa a produção de provas em audiência e, enseja o julgamento antecipado da demanda, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. Superadas essas nuances, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas para o convencimento motivado, nos termos do artigo 371 do CPC/15, inclusive a audiência de instrução, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do aludido diploma legal. O requerente pleiteia pela inversão do ônus da prova. In casu, é oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes (Telefonia) é de natureza consumerista, nos termos dos artigos 2º e 3º do CDC, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive a inversão do ônus da prova, preconizada no artigo 6º, VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessário a presença dos requisitos mencionados, pelos quais vislumbro nos presentes autos. No caso, verifico que a hipossuficiência do demandante em relação ao requerido, pois o demandado possui conhecimento técnico sobre os fatos. Assim, imprescindível a inversão para possibilitar a igualdade entre as partes Posto isso, defiro a inversão do ônus da prova. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. DO MÉRITO Analisando o processo, verifico que se encontra apto para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, uma vez que o ponto controvertido da presente seria facilmente esclarecido com a juntada do contrato e da fatura respectiva comprovante do débito. Nota-se que o REQUERIDO apenas afirma a regularidade dos débitos, contudo deixou de comprovar o fato. Nesse passo, mostra-se de bom alvitre trazer a questão o princípio que exorta: allegare nihil, et allegatum non probare, paria sunt (nada alegar ou não provar o alegado, é a mesma coisa). É inafastável a conclusão de que o requerido não se desincumbiu do ônus estabelecido no art. 373, inc. II, do código de Processo Civil. Pela logística da responsabilidade civil, para que haja a condenação, faz-se necessário a presença de três requisitos

basilares: Ato ilícito, dano e nexo de causalidade entre eles. Assim, os elementos probatórios constantes nos autos, demonstram a ilegitimidade da cobrança e da negativação; ou seja a requerida não trouxe aos autos contrato; notificação ou qualquer outro documento que comprovasse origem da inadimplência do autor; A reclamada deixou de juntar qualquer prova para provar a regularidade da cobrança. Posto issio, resta evidencia a irregularidade do ato. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 333, II, CPC. Portanto, a declaração de inexistência de débito atribuído à parte promovente, é medida que se impõe. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR O DIREITO DA PARTE AUTORA. INSTRUMENTO CONTRATUAL NÃO APRESENTADO PELA PARTE ADVERSA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. ÔNUS DA EMPRESA DE TELEFONIA. ART. 373, II DO CPC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RELAÇÃO JURÍDICA INEXISTENTE. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. VALOR ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APLICABILIDADE DO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. Na hipótese do réu não trazer provas capazes para demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito postulado pelo autor, a pretensão deve ser acolhida.2. O “print” de TELA SISTÊMICA colacionada e a cópia de faturas, não são provas suficientes para atestar a existência da relação contratual entre as partes, tampouco a legalidade do débito em questão, por tratar-se de provas unilaterais.3. Não comprovada a contratação, tem-se por inexistente a dívida, e as deduções efetivadas indevidamente na aposentadoria configuram ato ilícito passível de reparação. O dano moral daí decorrente é presumido, dispensa prova. 4. Para a fixação da quantia indenizatória, deve-se levar em consideração a extensão do dano, ao comportamento dos envolvidos, às condições econômicas das partes, à repercussão do fato, além da observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como o caráter punitivo e pedagógico da condenação, a fim de que não se caracterize enriquecimento ilícito.5. Sentença reformada.6. Recurso Provido. (N.U 0001603-46.2016.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 23/07/2019, Publicado no DJE 25/07/2019) Evidencia-se o prejuízo moral pela dor e sofrimento ocasionados à vítima pelo evento. Colocando a questão em termos de maior amplitude, Savatier oferece uma definição de dano moral como 'qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vitima, à sua autoridade legitima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor-próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições etc. (Traité de la Responsabilité civile, vol. II, n. 525). No caso vertente, iniludível a intranqüilidade ocasionada à parte autora, eis que incumbe ao fornecedor do serviço conduzir-se de forma a atender as expectativas do consumidor, na prestação do serviço, concretizando todas as providências necessárias a resguardar sua integridade, física e moral. Ao se desincumbir dessa obrigação, responde pelos prejuízos correlatos. Subsiste, pois, o dever da parte ré indenizar a parte autora, cabendo a este Juízo fixar a indenização por dano moral atendendo os princípios da razoabilidade, da capacidade econômica da parte ré e da exemplaridade. Sobre este tema, diga-se ainda que deve atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. E, portanto, deve ser observada a capacidade econômica do atingido, mas também dos ofensores, de molde a que não haja enriquecimento injustificado, mas que também não lastreie indenização que não atinja o caráter pedagógico a que se propõe. De acordo com o magistério de Carlos Alberto Bittar, para a fixação do valor do dano moral “levam-se, em conta, basicamente, as circunstâncias do caso, a gravidade do dano, a situação do lesante, a condição do lesado, preponderando em nível de orientação central, a idéia de sancionamento ao lesado”. (in “Reparação Civil por Danos Morais”, 3ª ed., São Paulo, Editora Revistas dos Tribunais, 1999, p.279). Logo, conclui-se que o prejuízo moral experimentado pela parte autora deve ser ressarcido numa soma que não apenas compense a dor e/ou o sofrimento causado, mas especialmente deve atender às circunstâncias do caso em tela, tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, exigindo-se a um só tempo prudência e severidade. A respeito do valor da indenização por dano moral, a orientação jurisprudencial é neste sentido: “(...) A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVE SER ARBITRADA MEDIANTE ESTIMATIVA PRUDENCIAL QUE LEVE EM CONTA A NECESSIDADE DE, COM A QUANTIA, SATISFAZER A DOR DA VÍTIMA E DISSUADIR, DE IGUAL E NOVO ATENTADO, O AUTOR DA OFENSA (RT 706/67). Comporta redução o quantum, quando arbitrado em quantia excessiva e desproporcional ao evento e suas circunstâncias. Provimento parcial do recurso.” (TJPR – ApCiv 0113615-8 – (8666) – São José dos Pinhais – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Luiz Cezar de Oliveira – DJPR 17.06.2002). – grifo nosso. Argumente-se ainda a inteligência do art. 6º da Lei nº 9.099/95 nos mostra que: “O JUIZ ADOTARÁ EM CADA CASO A DECISÃO QUE REPUTAR MAIS JUSTA E EQUÂNIME ATENDENDO OS FINS SOCIAIS DA LEI E AS EXIGÊNCIAS DO BEM COMUM”, demonstrando ao Juízo que poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo discricionariedade amparada por Lei. – grifo nosso. Sopesando tais critérios, ante a demonstração de protesto no cadastro de inadimplentes em nome autor; tenho como razoável o valor R$ 6.000,00 (seis mil reais), quantia que certamente satisfaz ao caráter reparatório, servindo ainda como punição à parte Reclamada. DISPOSITIVO: ISTO POSTO, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da exordial para DECLARAR INEXISTÊNCIA DO DÉBITO aqui discutido: A) CONDENAR a reclamada, a pagar a título de DANOS MORAIS à parte autora o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) com incidência de juros de 1% ao mês a partir da restrição e correção monetária pelo INPC a partir da data do arbitramento, forte na Súmula 362 do STJ de 03/11/08 (A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”); B) REJEITO todas as preliminares arguidas pela requerida,; Deixo de condenar a parte reclamada no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei n.º 9.099/95). À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do 6º Juizado para apreciação e homologação de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS Juiz Leigo S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011824-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAGNA DA SILVA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011824-89.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MAGNA DA SILVA SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado do mérito. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por MAGNA DA SILVA SANTOS em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcial assiste à parte autora. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do

Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Analisando os autos, tenho que comprovada a ocorrência de ato ilícito, vez que foi demonstrada pela parte reclamante a suposta negativa de atendimento para transferência de titularidade da UC, bem como a exigência de quitação dos débitos anteriores para a efetivação da troca de titularidade, portanto, cumprido o artigo 373, I, do Código de Processo Civil. Friso que há nos autos um comprovante de protocolo de entrega dos documentos necessários à transferência de titularidade, restando demonstrado que os documentos apresentados pelo solicitante estivavam de acordo com a Resolução n. 414/2010 da ANEEL, por exemplo. Logo, estamos diante de clara relação consumerista e, diante da verossimilhança das alegações do autor, bem como devido à sua notória hipossuficiência, determino a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar o equilíbrio da relação processual. Partindo destas premissas e diante das provas produzidas pelas partes, tenho que os fatos alegados na inicial restaram comprovados. Assim, o indeferimento de troca de titularidade restou devidamente comprovado, já que incontroverso. Logo, deve ser deferido o pedido de ligação em nome do autor, na UC no. 6/1192547-6. Ademais, não é prudente reconhecer que o fato não tenha ultrapassado a linha do mero dissabor, haja vista que a parte autora passou a conviver transtornos devidamente comprovados. Além disso, se trata de serviço essencial. Logo, se incumbiu o autor de demonstrar os requisitos necessários ao comprovar o ato ilícito, consubstanciado na falha da prestação do serviço, o dano moral e nexo causal. Ademais, é certo que é possível reconhecer que o evento ultrapassou a linha do mero dissabor inerente a vida em sociedade, causando real lesão ao direito da personalidade da parte autora, uma vez que ficou privada de serviço essencial à sobrevivência e que permite a convivência do ser humano de forma digna em sociedade, ressaltando que a falha ocorreu por falta de cuidados nos procedimentos realizados pela Reclamada. Para que se configure o dano moral, será imprescindível que haja: a) ato ilícito, causado pelo agente, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência; b) ocorrência de um dano, seja ele de ordem patrimonial ou moral; c) nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Portanto, os fatos são incontroversos e a ação impende ser, de plano, julgada procedente sendo desnecessário efetuar maiores fundamentações, nos termos do artigo 20, da Lei nº 9.099/95. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum." Isso demonstra que o Juízo, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. (destaquei e negritei). A jurisprudência é neste sentido: "O Juiz não pode desprezar as regras de experiência comum ao proferir a sentença. Vale dizer, o juiz deve valorizar e apreciar as provas dos autos, mas ao fazê-lo pode e deve servir-se da sua experiência e do que comumente acontece". (JTA 121/391 – apud, Código de Processo Civil Theotônio Negrão, notas ao artigo 335). (negritei). Reputa-se assim existente a relação jurídica obrigacional entre as partes, restando inequívoca a obrigação de reparar o dano causado. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na inicial para o fim de CONFIRMAR A TUTELA CONCEDIDA a fim de seja efetuada a transferência da titularidade da unidade consumidora n. 6/1192547-6 ao autor, e ainda CONDENAR, a título de danos morais, a empresa ré ao pagamento à parte reclamante, da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigida monetariamente pelo INPC a partir desta data e juros de mora de 1% a.m., conforme disposição do art. 405 do CC, combinado com o art. 161, § 1º do CTN, contados da citação, e assim o faço com resolução do mérito, a teor do artigo 487, I, CPC. Confirmo a liminar concedida. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011195-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO AUGUSTO CHAVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011195-18.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CLAUDIO AUGUSTO CHAVES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO cc DANOS MORAIS proposta por CLAUDIO AUGUSTO CHAVES em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA EXTRATO E ENDEREÇO De início, tem-se que a Ré manifesta-se acerca do comprovante de endereço juntado à inicial. Observa-se que o mesmo, claramente, refere-se ao endereço da genitora do Autor, razão pela qual OPINO por aceita-los para todos os fins processuais, principalmente considerando o princípio da boa fé, preconizado no artigo 5º do CPC/15. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Analisando a questão discutida nos autos, verifico que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução, uma vez que trata-se de prova meramente documental, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Autora afirma desconhecer a origem do suposto débito, incluído junto aos órgãos de proteção ao crédito pelo Requerido em 02/08/2017 e 04/10/2017, nos importes de R$ 44,38 (quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) e R$ 54,66 (cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), decorrente de suposto débito. Oportunizada a conciliação, as partes compareceram, mas optaram por prosseguir com a demanda. Em defesa tempestiva, a Ré pontua que os valores cobrados representavam cobranças regulares, e que os débitos alegados desconhecidos pelo autor são pendências financeiras referentes à UC cadastrada sob o nº 2534640-4, situada na ESTRADA RURAL 0 FRENTE UC 12923791 BAIRRO: COMUNIDADE BARR ZONA: LOCAL: CHAPADA DOS GUIMARAES, /MT, senão vejamos extrato de contas da referida unidade: Que a cobrança e a negativação efetuadas pela Energisa estão corretas. A Ressalta que, apesar da parte autora alegar que desconhece os débitos, pois não teria relação contratual com a requerida, HÁ FATURA(S) PENDENTE(S) NA à UC 2534640-4,. Impugnação apresentada., autor rechaça a contestação, pugnando que demandado não comprovou relação jurídica, origem do débito negativado, colacionando apenas telas sitêmicas ; DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO Cumpre-nos ressaltar que a presente contenda versa acerca de relação de consumo, nos moldes dos artigos 2º e 3º do CDC, estando patente a

hipossuficiência da Autora, uma vez que a Ré está mais apta a provar a regularidade de suas atitudes, razão pela qual o i. Magistrado já concedeu a inversão do ônus da prova, à oportunidade em que se analisou a liminar, o que OPINO por ratificar, nesta ocasião, consoante autorizado pelo artigo 6º, VIII do CDC, justamente para proporcionar equilíbrio à relação processual. DA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL Para a responsabilização civil da Ré, faz-se necessário a presença de três requisitos: ato ilícito, dano indenizável e nexo causal entre eles. Inobstante à inversão do ônus probatório, cabia à Ré demonstrar fatos que viessem a desconstituir, modificar ou extinguir o direito da Autora. Apesar da Ré asseverar a legitimidade das cobranças, fundamentando-as no exercício regular de direito, trouxe apenas provas frágeis, que não são hábeis à legitimar os valores cobrados. Pois bem. Compulsando os autos e o histórico de consumo trazido pela requerida, em que pese em nome do autor; apresenta endereço distinto do apresentado pelo autor; bem como não comprova origem do débito negativados contratos numerados no extrato negativação não coincidem com faturas apresentadas pelo requerido; razão pela qual não há como acolher a verossimilhança das alegações da requerida Ademais, observa-se que a requerida não traz contrato assinado, ou documento pessoal da autora, afim de elidir os argumentos trazidos aos autos; não havendo como comprovar os aludidos débitos pela autora; Dessa feita, evidencia-se que os fatos narrados na exordial apresentaram-se verossímeis. Restou incontroverso as negativações pela reclamada nos órgãos de proteção ao crédito, no valor de R$ 44,38 (quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) e R$ 54,66 (cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), incluídos em data 02/08/2017 e 04/10/2017. Ou seja configurando ato ilícito, nos termos do artigo 186 do C.C., pois a postura da Ré representa falhas na prestação dos serviços, na medida em que efetua negativações pela reclamada nos órgãos de proteção ao crédito, sem propiciar a segurança do efetivamente consumido, comportamento que viola os preceitos basilares da relação de consumo, em especial o artigo 6º, VI, X, bem como à transparência precípua da politica nacional da relação de consumo. Em casos semelhantes, já decidiu a jurisprudência pátria: No caso em tela, a Ré não demonstrou qualquer suporte à consumidora, seja com a prestação de informações claras e precisas. Pelo contrário, viu-se que a as cobranças continuaram em nome da autora, ensejando seus dados SPC/SERASA, tornando incontroversa a ilicitude de seus atos. Pois bem. Consigno que as reclamadas apresentaram uma única defesa, cuja peça contestatória encontra-se incompleta, tendo em vista a ausência de laudas, bem como a tese conclusiva, além disso, não há nos autos a juntada de qualquer documento apto a comprovar suas frágeis alegações. O que significa dizer que as mesmas não lograram êxito em demonstrar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da demandante, ônus que lhes incumbia por força do art. 333, II, do CPC, c/c art. 6º, VIII, do CDC. Assim, considerando a inexistência de elementos probatórios que afastem o direito da parte autora e, havendo verossimilhança em suas alegações, a procedência da ação é medida que se impõe. Assim, OPINO por reconhecer o ato ilícito perpetrado pela Ré, nos termos do artigo 186 do C.C., posto que a conduta da Ré violou, flagrantemente, os preceitos basilares do direito da consumidora, em especial o direito à informação, e à prestação de um serviço adequado e contínuo, consoante se vê nos artigos 6º, III, VI e X, bem como violou a própria Resolução 414/10 da ANEEL. A aludida resolução deixa claro, no artigo 140, que a distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado, aos seus consumidores, bem como pelas informações necessárias à defesa de interesses, o que não se viu no caso em tela. Isso porque a Ré não demonstrou as reais razões para que não houvesse continuidade da prestação do serviço, sequer demonstrou ter atendido a consumidora com a qualidade exigida. Dessa feita, entendo que a Ré não cumpriu o seu ônus probatório do artigo 373, II do CPC/15. Assim, entendo presente o nexo causal, ou seja, "o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado" (CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 71.), posto que, não fosse a interrupção da energia, sem explicações plausíveis à consumidora, por dívida paga, sequer atendimento qualitativo ou suporte, os danos não teriam se configurado. Consequentemente, para fins de efetividade da prestação jurisdicional, e preservação do direito de ambas as partes, OPINO por declarar abusivas e inconsistentes as faturas acima mencionadas, determinando as suas exclusão em nome da autora, sob pena de multa fixa que OPINO por arbitrar em R$ 300,00 (trezentos reais). DA ANÁLISE DOS DANOS MORAIS Nos casos de ação de cunho indenizatório, além da ação ou omissão, há que se apurar se houve ou não dolo ou culpa do agente no evento danoso, bem como se houve relação de causalidade entre o ato do agente e o prejuízo sofrido pela vítima. Concorrendo tais requisitos, surge o dever de indenizar. Prelecionam os artigos 186 e 927 do Código Civil: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. O artigo 6º da Lei nº 9.099/95, nos mostra que o juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. Isso demonstra que o Juízo poderá valer-se da interpretação com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. A Ré, por se tratar de prestadora de serviço público, com base na teoria do risco administrativo, responde objetivamente pelos danos que vier a causar a terceiros durante a prestação do serviço concedido, por força do artigo 37, § 6º, da CF/88, e, a não ser que comprove fato de terceiro ou culpa exclusiva da consumidora, o que aqui não se verifica. Sob esse contexto, no tocante à indenização por danos morais, não se pode deixar de reconhecer que o sofrimento advindo da ineficácia da prestação dos serviços de energia elétrica pela Ré, bem como pelo atendimento deficiente à consumidora, com a privação injustificada de serviço essencial, são fatos que indubitavelmente ultrapassam a seara do mero desconforto, configurando efetiva lesão à personalidade. Em casos semelhantes, tem decidido a recente jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO – ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – TELAS UNILATERAIS E FATURAS INSUFICIENTES – ATO ILÍCITO CARACTERIZADO – DANO MORAL CONFIGURADO – DANO IN RE IPSA – FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL – SENTENÇA REFORMADA – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO - RECURSO PROVIDO. Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços que requereu a negativação comprovar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento. As telas e faturas juntadas em contestação não são suficientes para demonstrar a contratação e a origem do débito, posto que são provas unilaterais que devem ser admitidas apenas quando corroboradas por meio de outros elementos de prova. A contratação, quando negada, se prova mediante a juntada do contrato escrito ou do áudio oriundo de "call center" e não por meio de provas unilaterais consubstanciadas em faturas e telas de computador interno. Não restando comprovada a contratação e a origem do débito, por meio de prova hábil a tanto, tem-se como indevida a restrição , devendo o fornecedor de produtos e serviços e na o consumidor suportar os riscos do negócio. A inscrição indevida do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito é causa que enseja o recebimento de indenização por dano moral , uma vez que se trata de dano moral "in re ipsa", sobretudo se não há inscrição prévia. O valor da indenização por dano moral deve ser fixado segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Sentença reformada. Recurso provido. (N.U 1006126-94.2018.8.11.0015, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 28/05/2019, Publicado no DJE 31/05/2019) Consequentemente, RECONHEÇO o dano moral in re ipsa, sendo o nexo causal necessário o próprio desgaste da Autora com a interrupção contínua e imotivada do fornecimento da energia. No que tange ao quantum indenizatório, ressalto que para a fixação do dano moral, à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo à título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido, proporcionando um equilíbrio tal, de modo que não signifique enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal a fim de dissuadi-la de novo atentado. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, a fragilidade da defesa, e ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais), como medida de caráter pedagógico, evitando a reiteração da conduta no mercado de consumo. DISPOSITIVO: ANTE AO

EXPOSTO e por tudo que dos autos consta, após analisar a versão fática e probatória apresentada por ambas as partes, , 1. AFASTO as preliminares arguidas pela requerida. 2. OPINO por reconhecer a relação de consumo, nos termos do artigo 2º e 3º do CDC, e por ratificar a inversão do ônus da prova em favor da Autora, nos termos do artigo 6º, VIII. 3. Após a analise da versão fática e probatória de ambas as partes, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, com fulcro no art.487, I do Código de Processo Civil, para, CONDENAR a Ré que proceda exclusão dos valores cobrados nesse período DECLARANDO INEXISTENTE A DÍVIDA aqui discutida nestes autos referente valor de R$ 44,38 (quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) e R$ 54,66 (cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), incluídos em data 02/08/2017 e 04/10/2017. 4. Quanto aos DANOS MORAIS, opino pela sua procedência parcial , que aliado os princípios da razoabilidade e proporcionalidade fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais) incidido juros de 1% ao mês a partir do evento danoso e correção monetária pelo INPC a partir desta decisão. Sem custas e honorários (art. 55, parte inicial, da Lei nº 9.099/95). À apreciação do Excelentíssimo Juiz de Direito do 6º Juizado para análise e homologação, conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS Juiz Leigo S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010414-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA NANTES PAULINO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON LUIZ DE FRANCA DIAS OAB - MT16408/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010414-93.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RENATA NANTES PAULINO DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. Trata-se de AÇÃO INEXISTÊNCIA DE DÉBITO DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E DANOS MORAIS. A, movido por RENATA NANTES PAULINO DA SILVA,, em desfavor da ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Da incompetência do Juízo; A parte requerida arguiu a preliminar de incompetência do juízo, sob o argumento que o feito carece de prova pericial técnica para o seu deslinde. Todavia, nos autos se encontram encartados todos os documentos comprobatórios das alegações trazidas pela parte autora, aliado ao fato de que houve a substituição do medidor de energia elétrica, sendo, portanto, impossível a realização de prova pericial. Rejeito, pois, a preliminar suscitada. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que assiste razão parcial à parte autora. A solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida no artigo 336 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que possui a unidade consumidora n.6/2172731. Registra que o demandado emitiu fatura no valor de R$ 3.539,49 (três mil, quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos), com vencimento para 30/10/2019, relativo a recuperação de consumo de energia. Ressalta a irregularidade da cobrança. Requer, em tutela de urgência, a abstenção de inclusão de seu nome do rol de mal pagadores, bem como a suspensão da cobrança do montante de R$ 3.539,49 (três mil, quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos). Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova.. Pleiteia a condenação da Ré ao pagamento dos danos morais, bem como declarada inexistente as contas da unidade consumidora 6/2172731-8, com vencimento em 30/10/2019 no valor total de R$ 3.539,49 (três mil e quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos); . A empresa requerida contestou, afirmando – preliminarmente, a incompetência absoluta do Juizado Especial para apreciar e julgar o presente litígio face à necessidade de produção de prova pericial,– no mérito, ao realizar a vistoria na unidade consumidora da autora, em 14/07/2019, a Requerida constatou irregularidades EXTERNAS, cuja comprovação foi feita por meio de LAUDO FOTOGRÁFICO. Aduz que no caso em tela, por ocasião de uma inspeção realizada na UC do autor, , verificou a concessionária que o sistema de medição havia sido adulterado, apresentando irregularidade no equipamento, o que fazia com que uma parte do produto consumido não fosse registrada pelo aparelho. Assevera que após substituição do equipamento e com a regularização da unidade consumidora, o equipamento passou a registrar o real consumo havido no imóvel, de maneira que as cobranças levadas a efeito pela Energisa a partir de julho/2019 são totalmente devidas. Ocorre que nada houve de ilegal na cobrança levada a efeito pela energisa. Ressalta, o fato é que houve consumo de energia no imóvel, não havendo possibilidade de ser isentada do pagamento das contas, ao final pleiteia improcedência;. Pois bem. No caso dos autos, os documentos juntados com a defesa demonstram que foi realizada vistoria pela concessionária de energia recorrente, todavia, referido procedimento não obedeceu ao disposto pela agência reguladora. Não consta no relatório de inspeção a assinatura do titular da UC ou seu responsável. Ainda, verifico que não há qualquer documento que demonstre a notificação prévia para comparecimento ao ato de inspeção. Ressalto que inexiste qualquer indício de prova de que o autor tenha recusado a assinar o TOI. Destarte, não há como reconhecer a legitimidade da apontada irregularidade, visto que a parte requerida agiu em desacordo com as normas que regem o procedimento por ela adotado. Assim, razão assiste ao autor quanto ao reconhecer a ilegitimidade da cobrança realizada a título de RECUPERAÇÃO de CONSUMO. Verifica-se que tanto a inspeção realizada no medidor, quanto o cálculo efetuado para quantificar um eventual CONSUMO indevido pela parte promovente foram feitos de forma unilateral pela ENERGISA, utilizando-se de fórmulas e métodos que se mostram desconhecidos pela pessoa leiga. Quanto aos danos morais fixados em razão da suspensão do serviço de energia, é entendimento firmado pelo C. Superior Tribunal de Justiça que quando o corte é motivado pela cobrança de fatura emitida por alegada irregularidade no medidor, a prática se mostra abusiva. A suspensão do serviço essencial por débitos pretéritos é causa passível de indenização por danos morais.A título exemplificativo, transcrevo as seguintes ementas: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA DE DÉBITOS PRETÉRITOS. INTERRUPÇÃO. ILEGALIDADE. PRECEDENTES STJ. RELAÇÃO CONSUMERISTA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça consagra entendimento no sentido da ilicitude da interrupção, pela concessionária, dos serviços de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de RECUPERAÇÃO de CONSUMO, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos. Precedentes STJ. 2. "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 468.064/RS, Primeira Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 7/4/2014). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1351546/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES

LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 07/05/2014) (negritei) Vale salientar que é essencial oportunizar, ao consumidor, o efetivo acompanhamento da produção de prova, não podendo ser restrito o acesso às informações referentes ao processo administrativo, sob pena de apuração unilateral e inquisitória do suposto ilícito. É cediço que o contraditório e a ampla defesa devem permear não só o processo jurisdicional, como também os procedimentos administrativos e privados. Tal comprovação, consideradas as peculiaridades do caso, está a cargo da concessionária, em decorrência da aplicação das normas consumeristas, pois referido diploma consagrou expressamente o direito do consumidor à racionalização e à melhoria dos serviços públicos (art. 4.º VII, do CDC). A Lei n.º 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, consagra, expressamente, a aplicação da Lei nº 8.078/90 aos serviços públicos: EMENTARECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – COBRANÇA DE FATURA DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO – ALEGAÇÃO DE CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADE – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA IRREGULARIDADE – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA DA PROMOVIDA – INSPEÇÃO REALIZADA UNILATERALMENTE – AUSÊNCIA DE LAUDO OFICIAL – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO – FATURA ILEGÍTIMA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.A responsabilidade do fabricante e do fornecedor de serviços é objetiva, pelo que responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores em decorrência da falha na prestação de serviço, nos termos do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor.Inexistindo laudo elaborado por órgão oficial (INMETRO) ou mesmo a realização de TOI com respeito às formalidades legais, inexiste parâmetros para sustentar a legalidade da fatura de RECUPERAÇÃO de CONSUMO, sendo acertada a sentença que declarou a inexigibilidade da referida fatura.Sentença mantida.Recurso desprovido.(N.U 1004950-05.2018.8.11.0040, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019) A par dessas premissas, tenho que a documentação apresentada pela concessionária é insuficiente a embasar a cobrança exacerbada, como questionado pela parte autora, mormente porque a concessionária sequer mencionou na contestação a existência de procedimento bilateral regular apto a apurar o suposto faturamento a menor, bem como não há nos autos a comprovação, por meio de laudo técnico, ou qualquer suporte fotográfico ou prova de que havia alguma irregularidade na Unidade Consumidora ou no relógio medidor da parte autora. Em outras palavras, que tenha possibilitado ao consumidor o direito de defesa e de acompanhamento da aferição, da qual não há qualquer laudo. Em que pese os termos ;TOI;Fotos; produzida pela parte promovida, notadamente quanto à existência de irregularidade no sistema de medição, entendo que não restou comprovada a ocorrência de fraude e nem a culpa da parte autora na suposta irregularidade, especialmente pela falta de juntada de perícia elaborada por órgão oficial, no caso o INMETRO e mesmo porque sequer houve a realização de TOI com respeito às formalidades legais. A inspeção realizada foi produzida de forma unilateral, sem a oportunidade do contraditório, posto que assinado por terceiro estranho à lide, razão pela qual não pode ser aceita como meio de prova, mesmo porque a regulamentação exige a realização de TOI com respeito às formalidades legais, o que não ocorreu. Assim, entendo o ato ilícito na emissão de fatura de RECUPERAÇÃO, por fraude, sem a competente prova, no caso, o laudo elaborado pelo INMETRO ou por laboratório acreditado por este, bem como TOI com respeito às formalidades legais. Posto isso, restou demonstrada a irregularidade da cobrança. Quanto aos danos morais, todavia, vislumbro que não assiste razão à parte autora. Conquanto os fatos relatados na inicial possam ter causado aborrecimentos, não há falar-se em ocorrência de dano moral, configurando tão-somente incômodo inerente à vida em sociedade, notadamente se não ocorreu fato outro capaz de gerar constrangimento. Dano moral é a dor subjetiva, que refoge à normalidade do dia-a-dia do homem médio. No caso, o que ocorreu foi mero dissabor, não constituindo, assim, lesão de bem integrante da personalidade da parte autora, consoante preconiza o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal. A parte autora não teve o serviço de energia suspenso, nem seus dados negativados. Apenas foi cobrada por uma única fatura de forma injusta. A jurisprudência é assente no sentido de que o mero aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral. Esse é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça: STJ-0504145) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DISSIDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO DEPENDENTE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. A falta de demonstração da similitude fática entre os julgados confrontados, mediante o devido cotejo analítico, descaracteriza a existência da divergência jurisprudencial na forma dos arts. 255 do RISTJ e 541 do CPC. 2. A configuração do dano moral advindo de cobrança indevida de serviço de telefonia, sem corte do fornecimento ou inscrição em cadastro de inadimplentes, depende de comprovação, providência inadmitida em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Recurso Especial nº 1.352.544/SC (2012/0219873-2), 2ª Turma do STJ, Rel. Og Fernandes. j. 18.12.2014, unânime, DJe 06.02.2015). STJ-0453071) ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. REVISÃO DA VIA ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. ENUNCIADO SUMULAR 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Alterar a conclusão do Tribunal a quo, no sentido de que não houve conduta, por parte da concessionária, capaz de configurar dano moral, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que não é possível ante o óbice do Enunciado Sumular 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 403.826/DF (2013/0332583-0), 1ª Turma do STJ, Rel. Arnaldo Esteves Lima. j. 04.02.2014, maioria, DJe 22.04.2014). Destarte, não tendo sido demonstrada ofensa aos direitos de personalidade da parte autora, não há como conceder indenização por danos morais. DISPOSITIVO ANTE O EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão contida no pedido inicial apenas para o fim de DECLARAR inexistência de débito com vencimento em 30/10/2019 no valor total de R$ 3.539,49 (três mil e quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos),e assim o faço com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, CPC. RATIFICO a liminar concedida anteriormente; AFASTO as preliminares arguidas pela requerida; Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS Juiz Leigo S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012690-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVETE LEITE DA CRUZ FERREIRA OAB - MT10174-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012690-97.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DO CARMO SILVA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95. A inteligência do art. 6º da Lei nº. 9.099/95 nos mostra que: O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum. Isso demonstra que o Juízo poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade, como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade amparada na Lei. Assim é pacífico que: "O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão,

nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (RJTJSP, 115:207). (grifei) Verifico que a matéria de fato já está satisfatoriamente demonstrada pelas provas carreadas ao bojo dos autos, e para evitar a prática de atos inúteis ou protelatórios e, conhecendo diretamente do pedido, passo para o julgamento antecipado do feito nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Nesse contexto, sem dúvida, é irrelevante a produção de prova pericial e testemunhal para deslinde do feito, o que afasta qualquer alegação futura de cerceamento de defesa. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por MARIA DO CARMO SILVA em face de BANCO DO BRASIL, onde a parte autora argumenta que sofreu constrangimento em espera na fila do banco da Reclamada, o que lhe causou transtornos de ordem pessoal. Na contestação, em resumo, a Reclamada alega que o Reclamante não comprova o dano ocorrido, bem como o fato não é capaz de caracterizar ato ilícito, passível de indenização. Verifica-se que o requerido deixou de comprovar que o autor fora atendido por seu gerente. Porém, a espera da fila por tempo superior ao previsto na Lei Estadual n. 7872/2002 não é suficiente para ensejar à indenização por danos morais. Isso porque não restou demonstrado, de forma robusta, a enfermidade acometida pelo autor que impossibilitasse aguardar o atendimento na data do fato. Anoto que o laudo é anterior e posterior aos fatos. Ressalto que o demandante em momento algum solicitou a produção de prova testemunhal. Com isso, resta evidente que se trata de mero aborrecimento. Logo, não se vislumbra nos fatos narrados, a presença dos elementos da responsabilidade civil, sobretudo o dano, independentemente da natureza. O fato de o cliente permanecer em fila de banco por tempo superior ao que estabelece a Lei Municipal, não passa de mero aborrecimento diário, desconforto, e irregularidade administrativa, comuns nas relações como a descrita nestes autos. Infelizmente, a conduta como a sub judice é rotineira a todos os clientes de instituições financeiras, devendo tais condutas, serem penalizadas por meio de multas a serem aplicadas pelo Poder Público Municipal. Com efeito, compartilho do entendimento de que “permanecer em fila de banco por tempo superior ao que estabelece a Lei Municipal para ser atendido”, com relação ao dano, em si, não há ofensa ao direito da personalidade, à honra, não havendo qualquer dano moral passível de indenização, ainda pelo fato que nos dias hodiernos, a espera em fila de banco pode ser evitada, com os serviços on-line, caixa eletrônico e os postos de auto-atendimento, e no presente caso, o autor não demonstrou que o serviço realizado deveria ser exclusivamente no banco ou que não poderia ser realizado em outro horário, o que implica em afirmar que o próprio autor deu causa ao aborrecimento. Portanto, a atitude da parte reclamada evidencia, tão somente, mero dissabor, que não é capaz de impingir dor moral a ser reparada a parte reclamante. Destarte, a dor moral, que decorre da ofensa aos direitos da personalidade, apesar de ser deveras subjetiva, deve ser diferenciada do mero aborrecimento, a que todos estamos sujeitos, sob pena de se ampliar excessivamente a abrangência do dano moral, a ponto de desmerecermos o instituto. Não se afirma aqui que a conduta dos Bancos é admissível. Pelo contrário. A controvérsia revela falha na prestação de serviço que merece atenção do Ministério Público e aplicações de multas, inclusive, pesadíssimas pelos órgãos regularmente constituídos. No entanto, a espécie não revela qualquer situação excepcional que autorize reconhecer que o evento danoso tenha ultrapassado a linha do mero aborrecimento. Nesse sentido, decisão da Turma Recursal Cível do Estado do Rio de Janeiro, como se vê do seguinte aresto: RECURSO INOMINADO. REPARAÇÃO DE DANOS. ESPERA EM FILA DE BANCO. DEMORA NO ATENDIMENTO. DANO MORAL AFASTADO. AUSENTE EXCEPCIONALIDADE NO CASO CONCRETO. MERO ABORRECIMENTO DO COTIDIANO QUE NÃO FERE ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE. RECURSO PROVIDO, (Recurso Cível Nº 71004952644, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 14/11/2014). (TJ-RS - Recurso Cível: 71004952644 RS , Relator: Glaucia Dipp Dreher, Data de Julgamento: 14/11/2014, Quarta Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/11/2014) E também, é o entendimento Jurisprudencial da nossa Corte Estadual: APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - TEMPO DE ESPERA EM FILA DE BANCO - MERO DISSABOR - RECURSO DESPROVIDO. A extrapolação do tempo fixado em Lei Municipal para atendimento nos estabelecimentos bancários, por si só, é insuficiente para gerar o direito à indenização por dano moral, configurando mero aborrecimento experimentado pelo consumidor. (Ap, 107243/2011, DES.ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 07/03/2012, Data da publicação no DJE 21/03/2012). Assim, inexistindo dano moral, descaracteriza-se a pretensão indenizatória. Logo, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos da inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. LETÍCIA BATISTA DE SOUZA Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005479-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IZABEL CONCEICAO DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELY RODRIGUES MACHADO OAB - MT22410-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATLAS INDUSTRIA DE ELETRODOMESTICOS LTDA. (REQUERIDO)
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SUELEN ZDZIARSKI OAB - PR88616 (ADVOGADO(A))
DIEGO PEDREIRA DE QUEIROZ ARAUJO OAB - BA0022903A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005479-10.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IZABEL CONCEICAO DA SILVA OLIVEIRA REQUERIDO: ATLAS INDUSTRIA DE ELETRODOMESTICOS LTDA., VIA VAREJO S/A Vistos etc., O autor alega que ganhou o fogão de 05 bocas piso atlas glass biv/inx no dia das mães. Sustenta que ao ligar uma das bocas do fogão, em 09/07/2019, o vidro que compõe o produto quebrou. Registra que entrou em contato com o requerido para solicitar a substituição do produto, porém a empresa apenas trocou a tampa de vidro. Ressalta que o técnico não realizou qualquer vistoria para investigar a causa da explosão. Alega que deixou de utilizar o produto por falta de confiança. Requer a procedência da lide para restituir imediatamente a quantia paga pelo produto, bem como a indenização por danos morais no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). A demandada Atlas Indústria de Eletrodomésticos LTDA apresentou defesa alegando, em preliminar, a ausência de legitimidade ativa do autor e de interesse processual. Aduz que a Sra. Marta Izabem de Oliveira e Silva, titular da nota fiscal, entrou em contato com a central de atendimento para informar o suposto vício do produto, momento em que realizou o agendamento da vistoria e a reparação do defeito na data de 21/07/2019. Assegura que. após o atendimento, entrou em contato com a consumidora que confirmou a reparação do fogão. Anota que não houve reclamação posterior a reparação do defeito. Alega a impossibilidade de quebra espontânea do vidro, pois é temperado e possui maior resistência para altas temperaturas. Sustenta que não foi comprovado o vício de fabricação. Requer a improcedência da lide. A empresa Via Varejo contestou a lide arguindo, em preliminar, a ilegitimidade passiva para figurar na lide. No mérito alega que não possui culpa pelo evento descrito nos autos.Ressalta que não ocorreu dano passível de indenização. Requer a improcedência dos pedidos. Realizada audiência de conciliação, as partes comparecem no ato, porém a tentativa de acordo restou infrutífera. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Analisando os autos, verifico que o objeto da lide é matéria exclusivamente de direito, razão que dispensa a produção de provas em audiência e, enseja o julgamento antecipado da demanda, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. A requerida Atlas Indústria de Eletrodomésticos LTDA apresentou defesa alegando, em

preliminar, a ausência de legitimidade ativa do autor e de interesse processual. Verifica-se que a parte autora informou na exordial que ganhou o produto em data comemorativa e que utilizou o produto no momento em que ocorreu a quebra do vidro. Com isso, resta evidente a legitimidade ativa do demandante. Friso que a nota fiscal registrada em nome de terceiro não é suficiente para afastar o interesse do autor, já que utiliza o produto e se considerou prejudicado pelos serviços prestados. Nesse sentido: EMENTA RECURSOS INOMINADOS – RELAÇÃO DE CONSUMO – COMPRA DE CELULAR COM AQUISIÇÃO DE SEGURO – SEGURO PREVENDO COBERTURA DE DANOS MATERIAIS – ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE COBERTURA – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA DAS PROMOVIDAS – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTIPULANTE – PRELIMINAR ARGUIDA PELA ROMERA ACOLHIDA – EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RELAÇÃO A PROMOVIDA ROMERA – PREVISÃO CONTRATUAL QUANTO AO PAGAMENTO DE FRANQUIA PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO – NÃO COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DA FRANQUIA PELO PROMOVENTE – AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO – SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. A legitimidade decorre da titularidade da relação jurídica de direito material objeto da demanda, de modo que legitimado ativo é aquele que atribui a si o direito que pleiteia e legitimado passivo é aquele a quem o autor atribui o dever de satisfazer a pretensão. Nos termos do artigo 17 do Código de Processo Civil para postular ou ser demandado é necessário que haja legitimidade . Como regra, o estipulante não é responsável pelo pagamento da indenização, por atuar apenas como interveniente, agilizando o procedimento de contratação do seguro, vale dizer, na condição de mandatário do segurado, não tendo legitimidade passiva para responder aos termos da presente demanda. Reconhecida a ilegitimidade para integrar o polo passivo, deve o processo ser extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil com relação à promovida Romera. Não restando comprovado qualquer ato ilícito por parte da promovida Zurich não há se falar em responsabilização por danos morais decorrentes dos fatos. Não incorre em ato ilícito a promovida que nega a cobertura do seguro ante o não pagamento da franquia que encontra-se prevista contratualmente. Sentença parcialmente reformada. Recurso da Romera provido para reconhecer a ilegitimidade passiva. Recurso da Zurich parcialmente provido para excluir a indenização por dano moral. (N.U 1002167-85.2017.8.11.0004, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 23/07/2019, Publicado no DJE 24/07/2019) No que tange a arguição de carência da ação por falta de interesse na lide, constato que se trata de questão de mérito, de forma que será apreciado em conjunto. Em relação a alegação da empresa Via Varejo de ilegitimidade passiva, verifico que não merece acolhimento, pois as empresas que participaram da cadeia de fornecedores do produto. Registro que o autor adquiriu o bem através do demandado. Com isso, rejeito as preliminares. O autor pleiteia pela inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Deste modo, defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Ressalto que o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova não impede o conhecimento e o julgamento da matéria posta a lume, uma vez que este juízo pode apreciar o pedido apenas com as provas trazidas pelas partes, que se mostram suficientes para o julgamento do processo na fase em que se encontra. Passo a apreciar o mérito da demanda. Analisando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar em parte. No caso, restou satisfatoriamente demonstrado o vício no produto, visto que o vidro do fogão quebrou no momento em que o autor ligou uma das chamas do fogão. Registro que, embora a empresa Atlas tenha realizado a substituição do vidro, não restou demonstrada a efetiva reparação do fogão. O laudo técnico acostado ao feito fora emitido em 14/10/2019, ou seja, mais de dois meses após a data da substituição da peça (21/07/2019) e, ainda, não fora efetuado o laudo em relação ao fogão do autor e sim de produto similar em laboratório. Assim, o laudo apenas indica a resistência do vidro temperado de forma genérica, porém não atesta a ausência de defeito do fogão vendido ao requerente. Não obstante as arguições elencadas, registro que o laudo se trata de produção unilateral, sendo insuficiente para afastar o vício. Importante registrar que o requerido não recusou à substituição o vidro temperado, restando demonstrada a ausência de culpa do autor pelo evento. Ressalto que incumbia aos demandados efetuarem a vistoria do produto para averiguar as causas da quebra do vidro, a fim de atestarem o perfeito estado de utilização do produto. Com isso, não há dúvida da falha na prestação de serviço dos demandados, visto que não há prova de que o produto esteja apto para o uso. Registro que o produto tem alta periculosidade. Nesse passo, mostra-se de bom alvitre trazer a questão o princípio que exorta: allegare nihil, et allegatum non probare, paria sunt (nada alegar ou não provar o alegado, é a mesma coisa). É inafastável a conclusão de que o requerido não se desincumbiu do ônus estabelecido no art. 373, inc. II, do código de Processo Civil. Assim, resta evidente a falha na prestação do serviço passível de indenização. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MATERIAL E MORAL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. VÍCIO DO PRODUTO. TELEFONE CELULAR DEFEITUOSO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO PLENA DA CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR. FORNECEDORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DA PROVA. LAUDO TÉCNICO PRODUZIDO UNILATERALMENTE PELO FORNECEDOR. IMPOSSIBILIDADE DE USO COMO PROVA. DANO MATERIAL COMPROVADO. DANO MORAL DECORRENTE DA NATUREZA DA DEMANDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO FABRICANTE E DO VENDEDOR PELOS DANOS MATERIAS E MORAIS CAUSADOS AO CONSUMIDOR. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL ARBITRADO EM PATAMAR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO STJ. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. REFORMA DA SENTENÇA. 1. A controvérsia posta nos autos gira em torno da existência de danos materiais e/ou morais como consequência da conduta das apeladas, respectivamente fabricante e comerciante de aparelho celular, que, após adquirido pelo apelante, ainda no período de garantia, apresentou defeitos que inviabilizaram seu uso. 2. A aplicação das normas consumeristas ganham importância sobretudo quanto à sistemática da produção probatória, conforme art. 6º, VIII, do CDC, ainda que também o Código de Processo Civil permita a distribuição dinâmica do ônus de provar, a partir do que dispõe o art. 373. 3. Uma vez que a alegação do consumidor trata de vício do produto, afirmando a existência de defeito ínsito à fabricação e comercialização, nos termos do art. 14 do CDC, a responsabilização independe da existência de culpa, somente sendo excluída quando não há defeito ou é certificada a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. 4.De acordo com a documentação juntada aos autos, porém, não entendo ter havido prova da culpa exclusiva do consumidor. O "parecer técnico" acostado foi produzid unilateralmente pela primeira apelada, sem que se possa considerar prova técnica apta a desconstituir a pretensão do autor. 5. Comprovado o dano material, este deve ser calculado sob o valor pago pelo telefone celular, sem repetição em dobro, pois não resta posta a situação do art. 42 do CDC. 6. Igualmente resta certificada a existência de violação a direito da personalidade, constituindo-se, assim, o dano moral. A falta do telefone celular, como aparelho eletrônico que ganha maior importância nos últimos tempos significa a perda de um bem de utilidade prática considerável, em situação de gravidade presumida pelas circunstâncias dos fatos, in re ipsa, porque decorrente, de forma inexorável, da própria conduta, sendo despicienda maiores ilações ao suporte probatório presente nos fólios em busca de uma pretensa prova concreta das suas alegações. A indenização deve ser arbitrada, segundo critérios de proporcionalidade e razoabilidade, em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). 7. Ainda, deve haver inversão da sucumbência, com o pagamento de despesas processuais atribuído às recorridas e sendo arbitrado o valor dos honorários em 15% do valor da condenação (Classe: Apelação,Número do Processo: 0559291-60.2017.8.05.0001, Relator (a): Marcia Borges Faria, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 23/08/2018) (TJ-BA - APL: 05592916020178050001, Relator: Marcia Borges Faria, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 23/08/2018) O Código de Defesa do Consumidor prestigia a teoria da responsabilidade objetiva, de que é desnecessária a comprovação da culpa do agente para caracterizar o dever de indenizar, bastando demonstrar a efetiva ocorrência do dano e o nexo de causalidade. No presente caso, ficou demonstrado o dano e o nexo

causal entre a conduta praticada pelos suplicados e o prejuízo ocasionado ao demandante ao deixaram de substituir o produto com defeito ou ressarcirem o montante pago pelo autor. Dessa forma, resta configurada a falha na prestação do serviço. Tal fato acarreta o dever de indenizar conforme preleciona a disposição dos artigos 186, do Código Civil e 927 do Código de Ritos: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. Constatada a falha na prestação de serviço, passo a apreciar os pedidos de indenizações. O requerente faz jus ao ressarcimento da quantia paga pelo produto, conforme o artigo 18, do CDC: ARTIGO 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço. § 2° Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor. § 3° O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1° deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial. § 4° Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso I do § 1° deste artigo, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, sem prejuízo do disposto nos incisos II e III do § 1° deste artigo. § 5° No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor. § 6° São impróprios ao uso e consumo: I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos; II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; III - os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam. Deste modo, demonstrada a ausência da reparação devida no produto, resta evidente o dever de ressarcir o requerente no valor de R$ 1.049,00 (um mil e quarenta e nove reais). Em relação ao pedido de indenização por danos morais, constato que também merece acolhimento, pois o dano ocasionado ao autor, que permaneceu com o produto com defeito, ultrapassa o limite do mero aborrecimento. Nesse sentido: Recurso Inominado nº.: 1002273-47.2017.811.0004 Origem: Juizado Especial Cível de Barra do Garças Recorrente(s): GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS Recorrido(s): ALINE GOMES MORAIS Juiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de Moraes Data do Julgamento: 06/06/2019 E M E N T A RECURSO INOMINADO - RELAÇÃO DE CONSUMO - AQUISIÇÃO DE PRODUTO - PRODUTO APRESENTOU VÍCIO - ASSISTÊNCIA NÃO SOLUCIONOIU O PROBLEMA - SENTENÇA PARCIAL PROCEDENCIA - QUANTUM FIXADO DE FORMA DESPROPORCIONAL - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Comprovada a compra de produto junto à empresa Recorrente, e após apresentado vício sem a devida assistência técnica. Assim, pelas circunstâncias, permite a punição da empresa Recorrida a fim de inibir a repetição da conduta. Situação descrita nos autos que ultrapassa o simples descumprimento contratual. No entanto, necessário se faz a redução do valor fixado no montante de R$ 7.000,00 (sete mil reais) para R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Recurso conhecido e parcialmente provido. (N.U 1002273-47.2017.8.11.0004, TURMA RECURSAL, MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES, Turma Recursal Única, Julgado em 03/06/2019, Publicado no DJE 04/06/2019) Observo que a indenização do dano moral tem como objetivo impor uma penalidade ao ofensor, para que tenha mais cuidado e disciplina, a fim de evitar que essa conduta danosa se repita. Deste modo, constato que a indenização no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais) cumprirá o escopo de inibir que a requerida volte a cometer o ato ilícito. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos autorais a fim de CONDENAR o REQUERIDO ao pagamento de R$ 1.049,00 (um mil e quarenta e nove reais) a título de danos materiais e o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, ambos os valores serão atualizados com incidência de juros de 1% ao mês a partir da citação (arts. 404 e 405 do CC) e correção monetária pelo INPC devida a partir da data de publicação desta sentença (súmula 362 STJ) e, por corolário, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Letícia Batista de Souza Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012532-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN MARCELL ALMEIDA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

SENTENÇA A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. P.I.C. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014270-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO CARLOS CINTRA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte reclamante, embora devidamente intimada, não se fez presente na audiência de Conciliação. O art. 51, inciso I, da lei 9.099/95 assim dispõe sobre essa situação: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; Assim, não havendo justificativa para ausência da parte autora à referida audiência, o processo deve ser extinto. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, nos termos do Art. 51, I, da Lei n. 9.099/95. Ficam revogadas medidas liminares e outras tutelas de urgência eventualmente deferidas quando do ajuizamento da ação. Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito, se for o caso, comunicando o teor desta decisão e para que sejam restituídas as negativações por ventura baixadas, em razão da liminar aqui deferida. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei n. 9.099/95), CONDENO a parte promovente ao pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE e item 5.9.1 da CNGC (item 5.9.1, inciso III, da Seção 9), não podendo a parte repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito, uma vez que a medida tem caráter punitivo, não sendo abrangida, portanto, pela gratuidade da justiça (TJMT RNEI, 5659/2008, Dr. Yale Sabo Mendes, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, j. 24-6-2009). Após o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas pertinentes. Publicado eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016128-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL MONTE CARLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA DE OLIVEIRA CANDIDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado e encartado ao processo. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se . Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002774-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ALEXANDRE SCHOFFEN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ALEXANDRE SCHOFFEN OAB - MT10657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GASPAR LUIZ ZAMBIAZI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Relatório dispensado nos termos do art., 38 da Lei 9099/95. A parte autora, devidamente intimada a se manifestar, quedou-se inerte. In casu, os autos estão paralisados por mais de 30 (trinta) dias, situação essa que configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela jurisdicional. Por outro lado, no rito adotado pela Lei 9.099/95 é desnecessária a prévia intimação pessoal da parte para extinção do processo. ISTO POSTO, julgo extinto o presente feito sem apreciação de mérito com base no art., 485, inciso III do CPC c/c art., 51, caput, da Lei 9099/95. Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem – se os autos. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006725-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ITACIR BRANDELERO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO BARAO OAB - MT8313-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DAS GRACAS PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Trata-se de Ação Monitória ajuizada por ITACIR BRANDELERO em face de MARIA DAS GRACAS PEREIRA. Entretanto, o Enunciado nº 08 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais - dispõe: “As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais”. Como a ação monitória deve obedecer ao rito estabelecido nos arts. 700 e seguintes do CPC/2015, resta patente que se trata de procedimento especial, diverso do previsto no Juizado Especial. Urge salientar, entretanto, que o fato de não se aceitar o processamento da ação monitória no Juizado Especial não significa que o Promovente ficará impedido de procurar receber o seu crédito pelo Juizado Especial, pois poderá promover diretamente a execução se tiver título executivo ou, caso contrário, ajuizar ação de cobrança com esta finalidade que tramitará pelo rito previsto na Lei 9.099/95. Ante o exposto, levando-se em consideração que a ação monitória possui rito especial, e que as ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, em consequência, JULGO EXTINTO este feito, com fulcro no art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Transitado em julgado arquive-se este processo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008883-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO TADEU SCARPARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YASMINI TAVEIRA ABREU GRETER OAB - MT22379-O (ADVOGADO(A))
VITOR HUGO DA CRUZ SANTOS OAB - MT21852-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANO DE OLIVEIRA 29901936187 (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA CLAUDIMAR SOARES LACERDA DE OLIVEIRA OAB - MT9.355 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008883-69.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO TADEU SCARPARO REQUERIDO: SILVANO DE OLIVEIRA 29901936187 I. RELATÓRIO Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. II. PRELIMINARES Inicialmente, no que tange a preliminar de incompetência arguida à parte requerida sustenta a necessidade de prova pericial para comprovar os vícios alegados pela requerente, analisando detidamente o presente processo, observa-se que as provas existentes no processo são hábeis à formação de juízo de convicção. Assim, rejeito a preliminar em epígrafe, por entender que os elementos probatórios juntados nos autos são suficientes para o deslinde da controvérsia. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela reclamada, o Código de Defesa do Consumidor estabelece sistema de responsabilidade ampla e solidária pelos vícios do produto ou serviço, alcançando a todos que de alguma forma tenham participado da relação, justamente para que o consumidor não se perca na imensa cadeia de produção/distribuição dos bens e dos serviços oferecidos ao mercado de consumo. Rejeito a preliminar referente à impugnação do pedido de deferimento de justiça gratuita, uma vez que o momento oportuno para o requerimento de gratuidade se revela na interposição de recurso inominado. Somente com a prática deste ato ter-se-á, se for o caso, o requerimento e deliberação acerca do pedido, pois é a partir dessa fase que a gratuidade deixa de ser generalizada (por determinação da Lei 9.099/95) e abre-se, então, a possibilidade de incidência do artigo 98, CPC. III. MÉRITO Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento o caso comporta julgamento antecipado, não havendo necessidade de produção de prova em audiência passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do CPC. In casu, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do

ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Alega a parte Autora que no dia 09/05/2019 adquiriu um aparelho denominado BTV, no valor de R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais). Aduz que após 03 meses de uso, o produto teria começado a apresentar defeito, e ao retornar ao Box 135 – localizado no Shopping Popular, teria sido orientado a procurar a assistência técnica. Contudo, afirma que o funcionário da assistência técnica constatou que não havia solução em virtude de falha no software do produto. Ante tais fatos fez Boletim de Ocorrência, que foi encaminhado à Delegacia Especializada do Direito do Consumidor, onde foi lavrado o Termo Circunstanciado n° 433/2019, anexando aos autos cópia do Boletim, ID 24176081. Em audiência de conciliação realizada em data de 06/09/2019 no JECRIM, foi feita uma composição amigável entre as partes, onde o Requerido se comprometeu em trocar o aparelho por um novo, entretanto, afirma o Autor, que no dia combinado o Requerido teria tentado ludibriá-lo, oferecendo-lhe um produto infinitamente inferior. Por derradeiro, pugna na inicial pela nulidade do acordo feito em audiência perante o Juizado Especial Criminal da Comarca de Cuiabá ante o descumprimento por parte do reclamado, bem como que seja condenado a substituir o produto ou devolver a quantia paga pelo mesmo. Diante de todos os fatos pede pelos danos morais sofridos. A reclamada sustenta em sua defesa como teses meritória que não houve conduta ilícita da sua parte e suscita a responsabilidade do fabricante na presente demanda, ausência de provas e de conduta ensejadora de danos morais. Alega que o reclamante não compareceu ao box do reclamado para efetuar a substituição do produto, não tendo que se falar em descumprimento do acordo realizado. Por sua vez, a segunda reclamada afirma a inexistência de ato ilícito, sendo que a consumidora não comprovou o direito que alega possuir, por tais fatos não há que se falar em danos materiais, bem como danos morais a serem indenizados. Não se pode olvidar que neste conflito de interesses figuram, de um lado, empresa dotada de todas as possibilidades de produção de prova, e, de outro o particular, que se encontra na condição de consumidor. A requerida não juntaram nenhuma prova demonstrando que tentaram solucionar o conflito. A parte requerente apresentou prints da conversa que teve com a preposta de autorizada em efetuar o reparo no produto, comprovando que buscou realizar o conserto e que este não foi feito, junta reclamação feita junto ao JECRIM, o termo do acordo, além do boletim de ocorrência que comprovam o alegado. Assim, o reclamante produziu um mínimo de prova material exigido para comprovar a relação contratual de consumo, a aquisição do produto, e as reclamações quanto ao vício no produto, cumprindo com o ônus que lhe incumbia. De tal modo, resta provado que a requerida, conforme determina o artigo 18 do CDC, não realizou a troca do produto, e, não sendo sanado o vício a requerente tem o direito a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, conforme determina o artigo 18, §1º, do CDC. "Art. 18 - Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: II- a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; Desta feita, ante a inexistência de alguma causa de exclusão de sua responsabilidade, como previsto no artigo 12, § 3º, do CDC – pois nada comprovou nesse sentido - a reclamada deverá ser compelida a restituir o valor pago pelo referido produto. Da mesma forma, os danos morais são devidos, embora não na cifra inicialmente pretendida, diante de todo o desgaste, transtorno, da sensação de impotência, da humilhação, experimentados pelo consumidor, na via crucis que percorreu, tentando solucionar o impasse e assim poder fazer uso do bem pelo qual pagou. Na hipótese vertente, tal frustração alcança a extensão do dano moral, pois o produto viciado trata-se de bem de consumo que influi diretamente no dia a dia de quem dele se utiliza. Assim, privada a parte autora do direito à utilização do bem, e, ainda coberta pela garantia, a demora injustificada na sua substituição configura atitude lesiva, capaz de causar dano moral. Reconhecida a conduta lesiva, o dano moral experimentado pela autora, e o nexo de causalidade, resta caracterizado o dever de indenizar. IV. DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares arguidas e no mérito pela PROCEDÊNCIA da ação e o faço para: 1 - CONDENAR a reclamada a restituir a reclamante o montante R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir do desembolso, e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da citação. 2 - CONDENAR a reclamada ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) ao reclamante pelos danos morais sofridos, devendo a quantia ser acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária segundo o INPC a partir da prolação da sentença, nos termos do Enunciado 362 do STJ. - Declaro que o acordo firmado entre as partes deixou de produzir seus efeitos ante o descumprimento por parte do reclamado. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/95. Tamires Freire Berto Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012164-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEMIR PINTO DE MATOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO CLAUDIOMAR GOMES OAB - MT27366/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO SANTORO SALOMAO OAB - SP199085-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012164-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VALDEMIR PINTO DE MATOS REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e MATERIAIS proposta por VALDEMIR PINTO DE MATOS em desfavor de ÁGUAS CUIABÁ S.A - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste ao autor. Menciona o Autor que houve a ausência de abastecimento desde setembro de 2019, e requer a retomada do fornecimento de água, além de indenização por danos morais. Citada, a Requerida negou os fatos e requereu a improcedência da ação. Passo a análise mérito. A questão de fundo cinge-se à análise do pedido de indenização por danos morais e materiais, em virtude de falha na prestação de serviços da Ré, a qual seria supostamente ocasionado danos materiais e morais. No presente caso, verifico que pela análise do caso concreto, restou comprovado que a ré efetivamente agiu de forma ilícita, diante da falha de sua prestação de serviços, e, portanto, incidindo na hipótese dos artigos 186 e 927 ambos do Código Civil. Cinge-se a controvérsia à análise das provas carreadas aos autos a fim de se estabelecer se no mês de setembro de 2019 o demandado realizou obras de adequação em toda a rede de saneamento de água em várias ruas do bairro CPA, ocasionando a falta de água em um período de 10 (dez) dias

em sua residência. Observa-se que o Autor juntou fotos à inicial que corroboram com as obras efetuadas. Friso que o demandado deixou de contestar que realizou obras no local e que houve o aviso prévio, com isso, as alegações do autor presumem-se verdadeiras , conforme o artigo 341, do Código de Processo Civil: Art. 341. Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se: I - não for admissível, a seu respeito, a confissão; II - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato; III - estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto. Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial. Ademais, o requerido deixou de comprovar o fornecimento dos serviços de forma apta, já que fez aferição no mês de novembro de 2019, ou seja, após a data dos fatos. Inicialmente, cumpre assinalar que a responsabilidade da concessionária de serviço público é objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que estendeu a norma às pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Assim é que, ao demandante bastaria a comprovação do evento danoso narrado na inicial e do nexo causal, para que se configurasse o dever de indenizar, cabendo à ré, a quem a CRFB atribui responsabilidade objetiva, a demonstração de incidência de causas capazes de excluir sua responsabilidade por atos omissivos ou comissivos, ônus do qual não se desincumbiu. Deste modo, constatada a falha na prestação de serviço, passo a apreciar os pedidos de indenização. O artigo 5º, da Lei n, 5951/2015 estabelece que a empresa concessionária deverá efetuar a cobrança dos serviços de acordo com a suspensão dos serviços. A propósito: Artigo 5º. O prestador do serviço compensará os usuários afetados pela descontinuidade no abastecimento de água, proporcionalmente ao período da interrupção ou fornecimento insuficiente, na seguinte forma: I - até 6 horas de descontinuidade no abastecimento de água - 3% (três por cento) de redução no valor da fatura no mês subsequente ao evento; II - do início da 7º hora até 12 horas de descontinuidade no abastecimento de água - 5% (cinco por cento) de redução no valor da fatura no mês subsequente ao evento; III - do início da 13º hora até 24 horas de descontinuidade no abastecimento de água - 10% (dez por cento) de redução no valor da fatura no mês subsequente ao evento; IV - do início da 25º hora até 36 horas de descontinuidade no abastecimento de água - 15% (quinze por cento) de redução no valor da fatura no mês subsequente ao evento; V - do início da 37º hora até 48 horas de descontinuidade no abastecimento de água - 25% (vinte e cinco por cento) de redução no valor da fatura no mês subsequente ao evento; VI - por mais de 48 horas de descontinuidade no abastecimento de água - 35 % (trinta e cinco por cento) de redução no valor da fatura no mês subsequente ao evento. § 1º Para os usuários caracterizados no art. 3º da presente Lei, a redução do valor da fatura no mês subsequente ao evento será de 25% (vinte e cinco por cento). § 2º O período de descontinuidade no abastecimento de água é contado a partir de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: I - a reclamação do usuário junto ao prestador; ou II - o registro do incidente pelo prestador de serviços junto à AMAES, ou outra que venha a substituí-la. § 3º Durante o ciclo de faturamento, cada descontinuidade no abastecimento de água será avaliada isoladamente e a redução no valor da fatura do usuário será no máximo de 35% (trinta e cinco por cento). § 4º As reduções nos valores das faturas dos usuários, previstas no presente artigo, não afastam a possibilidade de instauração de processo administrativo sancionatório pela AMAES em face da descontinuidade no abastecimento de água, ou outra que venha a substituí-la. Posto isso, o demandante faz jus a redução de 35% sobre a fatura subsequente. Pela simples apreciação do feito constato que o demandante faz jus à re Portanto, o que se observa, neste episódio, é a prova incontestável de que a falta de água por dias tivera origem por ineficiência da Requerida. Este é o cenário. Um verdadeiro menoscabo à pessoa humana, desrespeito flagrante aos deveres e obrigações decorrentes da prestação de um serviço público. Os danos morais são evidentes, e sua configuração para a ocorrência em análise dispensa maiores digressões. Sob este prisma: ALAGAMENTO POR ÁGUAS PLUVIAIS NA RESIDÊNCIA DA AUTORA, LOCALIZADA EM VOLTA REDONDA. INUNDAÇÃO DECORRENTE DE FALHA NA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA, PELA CONCESSIONÁRIA RÉ, NA RODOVIA BR 393/RJ. PROVA PERICIAL INCISIVA. CONSTATAÇÃO DE QUE O SERVIÇO EXECUTADO PELA APELANTE GEROU RESÍDUOS SOLTOS NA LOCALIDADE, ENSEJANDO OBSTRUÇÃO DA MANILHA. ALAGAMENTO NA RESIDÊNCIA DA AUTORA E DA VIZINHANÇA. FLAGRANTE MENOSCABO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VIOLAÇÃO DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES INERENTES À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. AUTORA QUE COMPROVOU FARTAMENTE OS FATOS NARRADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS SUPORTADOS. NO QUE SE REFERE AOS DANOS MATERIAIS, VÊ-SE QUE, DE FATO, NÃO HOUVE PEDIDO EM VALOR DETERMINADO NA PETIÇÃO INICIAL, RAZÃO PELA QUAL IMPÕE-SE RECONHECER NÃO TER HAVIDO VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. VERBA INDENIZATÓRIA CONSERVADA EM R$ 13.000,00 (TREZE MIL REAIS). NEGATIVA DE PROVIMENTO DO APELO. SENTENÇA MANTIDA NA INTEGRALIDADE, COM MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 18% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, EM OBEDIÊNCIA À NORMA DO § 11 , DO ART. 85 DO NOVO CPC . VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL/CONSUMIDOR APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002649-12.2012.8.19.0066 - APELANTE: ACCIONA CONCESSÕES – RODOVIA DO AÇO S.A. APELADO: EDNA MARIA DOS SANTOS- RELATORA: DES. SANDRA SANTARÉM CARDINALI É certo que a indenização, além de servir como compensação pelo sofrimento experimentado, deve também ter caráter pedagógico-punitivo de modo a desestimular condutas semelhantes. Desta forma, necessário que a compensação deva ser razoável ante o desconforto experimentado pelo autor, cuja intensidade deve ser considerada para fixação do valor, aliada a outras circunstâncias peculiares de cada conflito de interesses, sem jamais constituir-se em fonte de enriquecimento sem causa para o ofendido, nem, tampouco, em valor ínfimo que o faça perder o caráter pedagógico-punitivo ao ofensor. Neste passo, há critérios norteadores que balizam o arbitramento, como a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor e da vítima, sem olvidar da vedação de constituir-se em fonte de lucro. Portanto, deve ser fixado o valor de R$ 3.000,00, posto que se encontra nos patamares usualmente adotados por este Tribunal para hipóteses assemelhadas: RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. FALTA DE ÁGUA. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. QUANTUM. MAJORAÇÃO. Sendo incontroverso o defeito na prestação de serviço de fornecimento de água, trata-se de dano moral in re ipsa. O valor do dano moral deve ser estabelecido de maneira a compensar a lesão causada em direito da personalidade e com atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Majoração do quantum. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70078227956, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Cezar Muller, Julgado em 25/10/2018). (TJ-RS - AC: 70078227956 RS, Relator: Marcelo Cezar Muller, Data de Julgamento: 25/10/2018, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 12/12/2018) Acresce que ainda que a verba indenizatória do dano moral atende os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida no pedido inicial para o fim de CONDENAR a parte reclamada a pagar ao autor a importância de R$ 3.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais e o valor de R$ 124,24 a título de danos materiais, ambos com incidência de juros de mora de 1% a.m, a partir da citação válida e correção monetária pelo INPC a partir desta data, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Letícia Batista de Souza Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1009321-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
INES MARIA GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Gustavo Araujo da Costa OAB - MT15134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS SARAIVA IMPORTACAO E COMERCIO S/A (REQUERIDO)
RN COMERCIO VAREJISTA S.A (REQUERIDO)
WHIRLPOOL S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES OAB - MT17603-A (ADVOGADO(A))
ANGELLO RIBEIRO ANGELO OAB - BA39592 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009321-95.2019.8.11.0001. REQUERENTE: INES MARIA GUIMARAES REQUERIDO: CARLOS SARAIVA IMPORTACAO E COMERCIO S/A, RN COMERCIO VAREJISTA S.A, WHIRLPOOL S.A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que a parte autora dispensou produção de prova em audiência. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS proposta por INES MARIA GUIMARAES em desfavor de ARLOS SARAIVA IMPORTACAO E COMERCIO S/A e outros. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Sustenta a parte Autora ter adquirido junto a ré, no dia 07/01/2019, um Refrigerador, marca Brastemp, modelo BRM54HB, 400L, 2 Portas, Frost Free, Branco, 110V, pelo valor de R$ 2.299,00 (dois mil, duzentos e noventa e nove reais), mais garantia estendida pelo período de 01 (um) ano, no valor de R$ 369,90 (trezentos e sessenta e nove reais e noventa centavos), totalizando a compra o valor de R$ 2.668,90 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa centavos). Afirma o referido produto lhe fora entregue contendo avarias, sendo firmado um acordo de restituição do valor da compra junto ao PROCON, todavia não sendo este supostamente cumprido. Com isso, requer indenização por danos materiais e morais. Inicialmente é de se considerar que a relação havida entre as partes é indiscutivelmente de consumo, e a reclamante está evidentemente em posição altamente desfavorável. Assim, ante a hipossuficiência do consumidor, inverto o ônus da prova, o que faço com supedâneo no artigo 6º, inciso VIII, do CDC, com o fito de equilibrar a relação processual. No caso vertente, verifico que foi comprovada a irregularidade praticada pelo demandado, visto que deixou de comprovar a regularidade da contratação do serviço do mostruário. Ademais, efetuou o pagamento após a distribuição da ação. Com isso, não há dúvida da falha na prestação de serviço, visto que vendeu produto com avarias.. Necessário registrar que o demandado efetuou a restituição do montante ao autor, de forma que incabível a condenação por danos materiais. No que tange ao pedido de indenização por danos morais, constato que merece parcial procedência, já que o ato configura lesão que supera o mero aborrecimento. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA, CARÊNCIA DA AÇÃO E REVELIA - REJEIÇÃO - AQUISIÇÃO DE PRODUTO EXPOSTO EM MOSTRUÁRIO – VÍCIOS IGNORADOS PELO CONSUMIDOR QUE TORNARAM O PRODUTO IMPRÓPRIO PARA O USO – ATO ILÍCITO CONFIGURADO – REPARAÇÃO MORAL E MATERIAL – VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL - RECURSO DA AUTORA E DA RÉ DESPROVIDOS. 1. Não ocorre cerceamento de defesa quando o juiz decide de acordo com prova documental suficiente à formação segura da convicção. 2. O art. 18 do CDC não exige a prévia oportunização ao fornecedor para consertar ou substituir o produto antes do ajuizamento da ação judicial, não faltando interesse de agir ao consumir que propõe lide reparatória em caso de vício do produto . 3. Verifica a tempestividade da defesa apresentada pelo réu por meio de consulta ao andamento processual no sitio eletrônico do Tribunal, deve ser afastada a preliminar de revelia. 4. A venda de produto exposto em mostruário não exonera o fornecedor da responsabilidade por vícios constatados após a celebração do negócio se não há prova de que o consumidor tinha prévio conhecimento dos vícios. 5. O valor da indenização deve ser arbitrado com obediência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, e, ainda, mirando o propósito pedagógico do ofensor, a fim de evitar o enriquecimento indevido. (N.U 0000815-85.2012.8.11.0004, , JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 29/07/2014, Publicado no DJE 08/08/2014) De um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Dessa forma, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida no pedido inicial para o fim de CONDENAR a parte reclamada a pagar à parte autora a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% a.m, a partir da citação válida e correção monetária pelo INPC a partir desta data, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Letícia Batista de Souza Juíza Leiga S E N T E N Ç A Dispensado o Relatório, nos termos da parte final do art. 38 e §3º do art. 81, ambos da Lei nº 9.099/1995. A ação correu regularmente, sem qualquer prejuízo ou nulidade às partes. Diante disso, homologo a minuta de sentença elaborada pelo Juiz Leigo, de acordo com os fundamentos ali expostos, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos. Com isto, julgo extinto o feito, com suporte no art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/1995. Publique-se PROJUDI. Intime-se. Cumpra-se. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020943-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAIME SIQUEIRA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA PEREIRA DA SILVA OAB - MT0017534A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LCG COMERCIO DIGITAL EIRELI (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020943-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JAIME SIQUEIRA DE MORAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIA PEREIRA DA SILVA POLO PASSIVO: LCG COMERCIO DIGITAL EIRELI FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020950-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILMER CYSNE PRADO E VASCONCELOS NETO (REQUERENTE)
BRUNO MENEZES SOUTINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020950-66.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WILMER CYSNE PRADO E VASCONCELOS NETO e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES POLO PASSIVO: LATAM AIRLINES GROUP S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020951-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAYARA BRUNA OLIVATO 91047200163 (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO DE CASTRO FARIAS SANTOS OAB - MT15626-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO GRACILIANO CAMARGO (REQUERIDO)
SUELEN COELHO CAMARGO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020951-51.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MAYARA BRUNA OLIVATO 91047200163 ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONALDO DE CASTRO FARIAS SANTOS POLO PASSIVO: SUELEN COELHO CAMARGO e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020963-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GESIANE SANTANA FORTES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020963-65.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GESIANE SANTANA FORTES DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WARLEN LEMES DA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 14 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021016-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE HANDELL DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA KAROLINE DOS SANTOS DIAS CAVALCANTI OAB - MT23793/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILZA G DORILEO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021016-46.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALEXANDRE HANDELL DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIA KAROLINE DOS SANTOS DIAS CAVALCANTI POLO PASSIVO: NILZA G DORILEO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 15 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021035-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE AUXILIADORA MASSOLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THURLAND HENRY DE FIGUEIREDO OAB - MT0021402A (ADVOGADO(A))
BARBARA KARYNE DE FIGUEIREDO OAB - MT25101/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021035-52.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARLENE AUXILIADORA MASSOLI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: BARBARA KARYNE DE FIGUEIREDO, THURLAND HENRY DE FIGUEIREDO POLO PASSIVO: TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021060-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HUGO DA SILVA ALCANTARA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAMARIS ALVES CHAVES OAB - MT12377-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021060-65.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HUGO DA SILVA ALCANTARA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DAMARIS ALVES CHAVES POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021075-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAUCENI CICERA ARISTIDES ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON RAPHAEL DELLA VALENTIN OAB - MT0020929A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A, (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021075-34.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LAUCENI CICERA ARISTIDES ALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JACKSON RAPHAEL DELLA VALENTIN POLO PASSIVO: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A, FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1007069-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA BUENO DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO BRUNO CALDEIRA OAB - MT16707-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CASSIO RAMOS HAANWINCKEL OAB - PR0105688A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003781-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELAINE DA SILVA MENEZES (REQUERENTE)
ANA FLAVIA AQUINO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA FLAVIA AQUINO SILVA OAB - MT27233/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004960-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICHARD DE ASSIS BRAZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR BERNARDINELLI DACACHE OAB - MT15361/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009593-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILCINEIA CARDOSO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003826-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERIKA HOMINIUKY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA CLEUZA DE JESUS OAB - MT0020413A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005944-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA RIBEIRO PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009136-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO SANTANA TEIXEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELTON DOS SANTOS OAB - MT10153/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004605-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RUBER CARLOS DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO OLIVEIRA JESUS OAB - MT23440/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009698-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SIRLENE DE LIMA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DAMACENO JUNIOR OAB - MT18098-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009465-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR ALVES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011418-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

WILLIAM DOS SANTOS RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007084-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NATHANIA CORREIA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010668-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIO REJANE MARTINS DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOGIVAL BARBOSA DA SILVA OAB - MT10535-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009876-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELLYPE CESAR NICOLAU DE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL WINCK DO NASCIMENTO OAB - MT19119/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010088-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIELLI DOS SANTOS SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON RODRIGUES CARVALHO OAB - MT17514-O (ADVOGADO(A))
IVAN EURIPEDES DA SILVA OAB - MT24228-O (ADVOGADO(A))
HERVITAN CRISTIAN CARULLA OAB - MT19133-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005294-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA HELENA SILVA DE ALENCAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011390-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON TOMAZ GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021094-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO PESCADOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIMAR VITOR PEREIRA OAB - MT19848-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021094-40.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SERGIO PESCADOR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOSIMAR VITOR PEREIRA POLO PASSIVO: OMNI FINANCEIRA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004959-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL BEIRA RIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SPE PARQUE RESIDENCIAL BEIRA RIO LTDA. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO VALERIO FARIA DE OLIVEIRA OAB - MT15629-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para requerer o que entender de direito.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012681-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HANDRIELLY RIBEIRO DE ALMEIDA (EXECUTADO)

Procedo à intimação da parte para requerer o que entender de direito.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020333-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTEVAO MENDES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
DONATO SANTANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VILMA RIBEIRO DA SILVA AZEVEDO OAB - MT7013-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: DONATO SANTANA DA SILVA Endereço: RUA AIRTON SENNA, 209, JARDIM UNIÃO, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-858 Nome: ESTEVAO MENDES DE OLIVEIRA Endereço: RUA AIRTON SENNA, 209, JARDIM UNIÃO, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-858 Senhor(a) DONATO SANTANA DA SILVA e outros: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020333-09.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: 0,00 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA]->PETIÇÃO (241) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:30 REQUERENTE: DONATO SANTANA DA SILVA, ESTEVAO MENDES DE OLIVEIRA Advogado do(a) REQUERENTE: VILMA RIBEIRO DA SILVA AZEVEDO - MT7013-O Advogado do(a) REQUERENTE: VILMA RIBEIRO DA SILVA AZEVEDO - MT7013-O REQUERIDO(A): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DESPACHO/DECISÃO: “” ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ATENÇÃO: LOCAL DA AUDIÊNCIA: As audiências de conciliação serão realizadas no seguinte endereço: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL. Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, Cuiabá-MT, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada-BIM. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020613-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GIGLIANE NARDUCI (REQUERENTE)
ASSISTEC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA DOS SANTOS BERTOLINI OAB - MT25776/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: GIGLIANE NARDUCI Endereço: Rua Serapio Rosa, 555, coxipó, Vista Alegre, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-001 Nome: ASSISTEC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS EIRELI Endereço: RUA SERAPIO ROSA, 555, VISTA ALEGRE, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-001 Senhor(a) GIGLIANE NARDUCI e outros: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020613-77.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 21.168,00 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA]->PETIÇÃO (241) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:40 REQUERENTE: GIGLIANE NARDUCI, ASSISTEC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS EIRELI Advogado do(a) REQUERENTE: GABRIELA DOS SANTOS BERTOLINI - MT25776/O Advogado do(a) REQUERENTE: GABRIELA DOS SANTOS BERTOLINI - MT25776/O REQUERIDO(A): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DESPACHO/DECISÃO: “” ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ATENÇÃO: LOCAL DA AUDIÊNCIA: As audiências de conciliação serão realizadas no seguinte endereço: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL. Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, Cuiabá-MT, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada-BIM. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020293-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALMIR RODRIGUES PRATES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:

HENNYNK FERNANDO PRATES OAB - MT20967-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: VALMIR RODRIGUES PRATES Endereço: RUA N, 01, QUADRA 20, PARQUE ATALAIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78095-140 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para manifestar nos autos especificados, conforme DECISÃO e documentos que se encontram disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020293-27.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 854,88 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, DIREITO DO CONSUMIDOR, FORNECIMENTO DE ÁGUA, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) INTERESSADO: VALMIR RODRIGUES PRATES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: HENNYNK FERNANDO PRATES REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020343-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOHN KENNEDY NERES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MIRANDA OAB - MT0020517A (ADVOGADO(A))
EDUARDO ADELINO SEMEDO FERNANDES OAB - MT20518-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JOHN KENNEDY NERES DE SOUZA Endereço: Avenida Presidente Médici, 41, Campo Velho, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-001 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para apresentar documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme DESPACHO proferido nestes autos e disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020343-53.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 27.044,56 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DESPACHO: anexo REQUERENTE: JOHN KENNEDY NERES DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDUARDO ADELINO SEMEDO FERNANDES, CARLOS MIRANDA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021060-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HUGO DA SILVA ALCANTARA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAMARIS ALVES CHAVES OAB - MT12377-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: HUGO DA SILVA ALCANTARA Endereço: RUA MAGUARI, 19, q06, CPA IV, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-100 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para apresentar documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme DESPACHO proferido nestes autos e disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1021060-65.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 19.674,24 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DESPACHO: anexo INTERESSADO: HUGO DA SILVA ALCANTARA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DAMARIS ALVES CHAVES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada

processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020268-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CESAR DE SOUZA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTO RACA LTDA (REQUERIDO)
BANCO PAN (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: AUGUSTO CESAR DE SOUZA SILVA Endereço: RUA K, 82, Quadra 02, lote 20, RESIDENCIAL BURITI, CUIABÁ - MT - CEP: 78057-006 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para manifestar nos autos especificados, conforme DECISÃO e documentos que se encontram disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020268-14.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [FINANCIAMENTO DE PRODUTO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE: AUGUSTO CESAR DE SOUZA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIANO ALVES ZANARDO REQUERIDO: BANCO PAN, MOTO RACA LTDA CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021118-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO LERGINO XAVIER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021118-68.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOAO LERGINO XAVIER ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021122-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAIANE STEFANI DOS SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA LAURA MEDEIROS DE AMORIM OAB - MT15131/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021122-08.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RAIANE STEFANI DOS SANTOS PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILENA LAURA MEDEIROS DE AMORIM POLO PASSIVO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009336-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURA TEIXEIRA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUDSON FIGUEIREDO SERROU BARBOSA OAB - MT11370-O (ADVOGADO(A))
MAXWELL LATORRACA DELGADO OAB - MT24870-O (ADVOGADO(A))
KEYTHISON MARCELO DE ARRUDA FARIA OAB - MT18107-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
G C M DE AQUINO MERCEARIA (REQUERIDO)
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: MAURA TEIXEIRA GOMES Endereço: RUA DEPUTADO YTRIO CORREA DA COSTA, 453, JARDIM SANTA ISABEL, CUIABÁ - MT - CEP: 78035-050 Senhor(a) MAURA TEIXEIRA GOMES: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1009336-64.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 26.550,01 ESPÉCIE: [DIREITO DE IMAGEM, DIREITO DE IMAGEM] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:00 REQUERENTE: MAURA TEIXEIRA GOMES Advogados do(a) REQUERENTE: KEYTHISON MARCELO DE ARRUDA FARIA - MT18107-O, HUDSON FIGUEIREDO SERROU BARBOSA - MT11370-O, MAXWELL LATORRACA DELGADO - MT24870-O REQUERIDO(A): Aguas Cuiabá S/A e outros DESPACHO/DECISÃO: "" ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ATENÇÃO: LOCAL DA AUDIÊNCIA: As audiências de conciliação serão realizadas no seguinte endereço: CEJUSC

DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL. Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, Cuiabá-MT, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada-BIM. CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021131-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANETE CECILIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021131-67.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SILVANETE CECILIA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019411-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VANDERLEI MORENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVAN CORRÊA DA COSTA OAB - MT8202-O (ADVOGADO(A))
EDE MARCOS DENIZ OAB - MT6808-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JOSE VANDERLEI MORENO Endereço: RUA JOÃO PAULO DOS SANTOS, 18, Quadra 08, COOPHAMIL, CUIABÁ - MT - CEP: 78028-165 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para manifestar nos autos especificados, conforme DECISÃO e documentos que se encontram disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1019411-65.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE: JOSE VANDERLEI MORENO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDE MARCOS DENIZ, EVAN CORRÊA DA COSTA REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021137-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCILENE MENDES NERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021137-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUCILENE MENDES NERES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013951-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CREMILSON LIMA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE GAIVA MUZZI OAB - MT8337-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013035-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLEICILENE COSTA DA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012768-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIEZY FERREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012086-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO PEREIRA LIMA ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012267-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALDYR NEVES BOTELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-O (ADVOGADO(A))
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011528-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR FERREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR FERREIRA LEITE OAB - MT20728/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021141-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSENIL MORAES ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021141-14.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ROSENIL MORAES ROSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012653-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAIANE CAMARGO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011600-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOADEMILSON DOS SANTOS DE CARVALHOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012525-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CHIRLEY CRIS OLIVEIRA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014344-22.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
ERICA RAIANE DOS SANTOS SOBRINHO (REQUERENTE)
BENEDITA MARQUES DA SILVA (REQUERENTE)
MARCOS ANTONIO DA SILVA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAM BARBOSA DE MOURA OAB - MT0011440A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012863-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACIRA PINTO DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013445-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO BARBOSA COELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSEIAS LUIZ FERREIRA OAB - MT12860-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013137-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA TEIXEIRA JOTA PORTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARYME PARADA PEDROSA OAB - MT22946-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)
AGUIA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (REQUERIDO)
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012254-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KENNEDY LIMA VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (INVENTARIADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021152-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE VIEIRA DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021152-43.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARLENE VIEIRA DA CUNHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FERNANDA RIBEIRO DAROLD, BERNARDO RIEGEL COELHO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013643-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO JUNIOR SIMOES BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012826-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA RAINILDE LOFFI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007457-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEUZIQUELI DIAS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013104-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIELE EUZEBIO VIANNA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011846-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - PR7295-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013231-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OSCALINO RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011439-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANETE DOS SANTOS FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS RAPHAEL MIRANDA NUNES OAB - MT21846-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO (RECONVINDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011701-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CRENILDA APARECIDA DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012286-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA ROSA DE SOUZA CAMARGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013443-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIANE DE AZEVEDO SANTOS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012177-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERINALVA SILVA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando

ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013171-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA MORAES DA GUIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011740-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA GREGORIA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011625-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA DE ALMEIDA SAGAZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010866-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARNEIRO DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT9879-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006391-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA OAB - MT5768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA EDUARDA TERRA RIBEIRO (REQUERIDO)

Procedo à intimação da parte REQUERENTE do inteiro teor da sentença

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011692-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO CAMILO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CPFL ENERGIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO RENATO FERRAZ NASCIMENTO OAB - SP138990 (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010132-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA RIBEIRO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013201-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EVANDRO JONAEL STREY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAGNA LAURA COSTA DELGADO OAB - MT19162/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação das partes do inteiro teor da decisão.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021183-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAS LOCACAO DE GUINDASTES EIRELI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL GERMANO DE CAMPOS NETO OAB - MT17002/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO MARCOS PEREIRA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021183-63.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RAS LOCACAO DE GUINDASTES EIRELI - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANOEL GERMANO DE CAMPOS NETO POLO PASSIVO: ANTONIO MARCOS PEREIRA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada.

DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014765-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERLEI DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação das partes do inteiro teor da decisão.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014570-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL FAVARO BARBOZA (REQUERENTE)
CARLOS ROBERTO DE FARIA BARBOZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA TERRA CYRINEU OAB - MT24378/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

Procedo à intimação das partes do inteiro teor da decisão.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015603-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEISYANE SANTOS MUNIZ (REQUERIDO)

Procedo à intimação das partes do inteiro teor da decisão.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006503-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PEREIRA MENDES DE SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006495-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUELI FERREIRA LIRA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004236-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILLA QUEIROZ DE ALMEIDA OAB - MT10375/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013114-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO ALMEIDA GIRALDELLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI OAB - MT22761-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005003-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CREIDINEIA CAMARGO FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBIA FERRETTI OAB - MT9994/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005005-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ISMAEL MORAIS DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBIA FERRETTI OAB - MT9994/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA (REQUERIDO)
MOTO RACA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REINALDO AMERICO ORTIGARA OAB - MT9552-O (ADVOGADO(A))
KALIANDRA ALVES FRANCHI OAB - BA0014527A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004671-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDENI PEREIRA ALMADA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10

(dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004955-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO NISTAL SANCHES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Pedro Moacyr Pinto Júnior OAB - MT7585-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAGA HYUNDAI (SAGA PANTANAL COMERCIO DE VEICULO LTDA) (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SELMA FERNANDES DA CUNHA OAB - MT15600-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005276-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA ANICIA BENACCHIO CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA CARVALHO CARVIELLI OAB - MT20313/O (ADVOGADO(A))
AMANDA ANYELLE DA SILVA LUCHTENBERG OAB - MT24414/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004964-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENA ASSIS BRAZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR BERNARDINELLI DACACHE OAB - MT15361/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008800-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCIMAR NUNES CAMARAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009791-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE NUNES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013636-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEOVA FRANCISCO BUENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PERICLES PEREIRA LEITE OAB - MT25022/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE PERUZZOLO OAB - SP143567 (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012528-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR HENRIQUE SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013057-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SHIRLEY DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004985-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA APARECIDA DE ALMEIDA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA OAB - MT26596/O (ADVOGADO(A))
ALAN ALMEIDA SANTOS OAB - MT27462/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIACAO MOTTA LIMITADA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: SANDRA APARECIDA DE ALMEIDA SANTOS Endereço: RUA MINISTRO JOÃO ALBERTO, 154, ARAÉS, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-580 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para manifestar nos autos especificados, conforme DECISÃO e documentos que se encontram disponíveis no Portal de Serviços do

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1004985-48.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 8.000,00 ESPÉCIE: [TRANSPORTE TERRESTRE, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE: SANDRA APARECIDA DE ALMEIDA SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOSE EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA, ALAN ALMEIDA SANTOS REQUERIDO: VIACAO MOTTA LIMITADA CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012954-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JESSYCA DE ALMEIDA FARIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONNY WILLY BATISTA FARIA OAB - MT26800/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010673-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VAGNER LUIZ DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental de Cuiabá

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 54613 Nr: 2418-12.2019.811.0082
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): V. S. Da Costa Madeiras
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elensilzie de Oliveira - OAB:6141
DETERMINO:a)A intimação de V. S. DA COSTA MADEIRAS para que interrompa imediatamente a realização dos depósitos mensais em favor da OSCIP Instituto Verde Rio;b)Comprove em Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, os depósitos já realizados em favor da OSCIP Instituto Verde Rio, conforme cronograma constante às fls. 87/88;c)Realize o depósito judicial das parcelas vencidas e vincendas ainda não adimplidas, mediante obtenção da guia por meio de acesso ao site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (www.tjmt.jus.br), disponível no link "Depósitos Judiciais", seguir o caminho "Emissão de Guia Pública", selecionar no campo "Comarca*" a opção "Cuiabá-Juizado Volante Ambiental (JUVAM)", preencher o número do código do processo de origem (54.613) na caixa "Código do Processo", clicar no botão "Validar Processo", digitar o valor da parcela no campo "Valor do Depósito", selecionar o nome da autora do fato na opção "Depositante" e, por fim, clicar no botão "Emitir Guia"; ed)DESIGNO audiência preliminar para o dia 12.02.2020, às 14h30.....Cumpra-se, expedindo o necessário.Cuiabá, 19 de novembro de 2019.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 30703 Nr: 2168-81.2016.811.0082
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rafael Ribeiro Magalhães
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Armando Camargo Penteado Neto - OAB:14284/MT
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA NO PRAZO EGAL APRESENTAR OS COMPROVANTES DE DEPÓSITO CONFORME ACORDADO EM AUDIÊNCIA.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32358 Nr: 150-53.2017.811.0082
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Madeireira Brasil Madeiras Ltda-Me, Marcelo de Souza Delfino Coelho
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Roberto Gomes - OAB:12.922, RAFAEL JERONIMO SANTOS - OAB:13389/MT
intimaação do advogado para no prazo de legal apresentar alegações finais nos autos em referência.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32358 Nr: 150-53.2017.811.0082
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Madeireira Brasil Madeiras Ltda-Me, Marcelo de Souza Delfino Coelho
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Roberto Gomes - OAB:12.922, RAFAEL JERONIMO SANTOS - OAB:13389/MT
Intimação do advogado para no prazo de legal apresentar alegações finais nos autos em referência.

Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017361-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SIDINEY JOSE DE OLIVEIRA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 17/03/2020 Hora: 14:20 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Vistos, etc. No sistema dos Juizados Especiais de Fazenda Pública a realização da audiência de conciliação possibilita o exercício da denominada "justiça coexistencial" (acordo com sacrifícios recíprocos), cujo objetivo maior é a pacificação social. Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016762-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURA MARCIA SILVA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 12/03/2020 Hora: 10:00 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016158-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO RAFAEL BARBOSA NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 10/03/2020 Hora: 16:00 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013430-37.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA TORRES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE DE LAET E SOARES OAB - MT0006119A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:"Vistos, etc.Deixa-se de receber o recurso inominado interposto no id. 23406161 ante a sua deserção.Certifique-se o trânsito em julgado.Arquive-se.Intimem-seCuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016781-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONILDO SILVESTRE DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 12/03/2020 Hora: 10:20 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016082-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO DA COSTA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 10/03/2020 Hora: 14:50 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016144-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALDEZ MOURA TAPAJOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 10/03/2020 Hora: 15:40 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se.Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016051-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO DA COSTA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
KIMBELLI KEISY CAVALCANTI EUFRASIO OAB - MT27065/O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 10/03/2020 Hora: 14:40 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Diante disso, INDEFERE-SE o pedido de dispensa da audiência feito na petição retro. Aguarde-se audiência já designada. Cite-se e intime-se a parte reclamada para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9° da Lei n. 12.153/2009. Ofertada resposta, à impugnação. Intimem-se.Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020841-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON HIDEKI HARIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA OAB - MT14490-O (ADVOGADO(A))
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 26/03/2020 Hora: 12:00 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Vistos, etc.Verifica-se que no teor da petição inicial, no que se refere aos pedidos, não há solicitação do pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se e intime-se o Reclamado para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9º da Lei 12.153/2009. Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001943-93.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAIS MUNIQUE SILVA DUARTE (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:"Vistos, etc.O processo encontra-se com acórdão transitado em julgado e inexiste requerimento pendente de apreciação.Arquive-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000222-38.2018.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ DINARTE FARIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA PETRILLI COELHO DE SOUZA OAB - MT19820-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002412-08.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEROCI ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Vistos etc.Declaram-se prejudicados os embargos de declaração que visam modificação da suspensão do sobrestamento do feito por ordem do tribunal superior, haja vista o julgamento do Tema 810/STF antes da apreciação do pedido.Indefere-se o pedido de id. 19715931.Intime-se a parte exequente, por intermédio de seu(sua) advogado(a), ou, na ausência de causídico, pessoalmente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, instrua o pedido de cumprimento de sentença com o demonstrativo discriminado e atualizado do cálculo observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09.Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1020102-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: “(...) Vistos etc.Trata-se de Ação de Repetição Indébito Tributário C/C Tutela de Urgência ajuizada por Angela Maria de Moraes contra o Estado de Mato Grosso e Mato Grosso Previdência – MT PREV, qualificados nos autos.A requerente postulou pela desistência da ação (id. 27207425).É a síntese.Decido.Nos termos do art. 200, § único, do CPC, a desistência da ação somente produz efeitos após a homologação judicial, sendo desnecessário o consentimento dos requeridos, eis que não houve as suas citações.Inexistindo óbice legal, HOMOLOGA-SE, por sentença, a desistência da ação, para que produza os seus jurídicos efeitos e, em consequência, JULGA-SE extinto o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII, do CPC.Sem custas e honorários.Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as baixas e anotações de estilo.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Kanul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042324-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSINEI PEREIRA DOS SANTOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CESAR MIRANDA BENCICE OAB - MT25697-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RÉU)
IVAN ALVES FERREIRA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Outros Interessados:
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ MT (LITISCONSORTES)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Vistos, etc.Processo com erro de distribuição, retifique a secretaria a autuação quanto a classe processual e assunto. As secretarias não possuem personalidade jurídica para compor o polo passivo da ação, razão pela qual devem ser substituídas pelas respectivas pessoas jurídicas de direito público que integram.Assim,FACULTA-SE à parte autora emendar a petição inicial com o escopo de promover a respectiva adequação do polo passivo, com nome, CNPJ e demais dados, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.Intime-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019107-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILEIDE CONCEICAO DE MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSA CEBALHO DO CARMO OAB - MT0018223A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABA/MT (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Vistos, etc. É cediço que a extinção do Cuiabá Prev, o Município de Cuiabá está legitimado para as questões afetas a tais relações jurídicas.Ante o exposto, intime-se para a parte autora para emendar a inicial para regularizar o polo passivo, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1014667-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DOMINGOS DANYLO SILVA PASSOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNCAB-FUNDACAO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 03/03/2020 Hora: 10:20 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: “(...) Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o ente público, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e a pessoa jurídica de direito privado na froma da Lei 9099/95. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021072-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE DA ROCHA FLORENCIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI OAB - MT10042/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021072-79.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FELIPE DA ROCHA FLORENCIO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI POLO PASSIVO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 31/03/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003939-06.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANA ANTONIA DE FRANCA (REQUERENTE)
FRANCISCO RAMOS HURTADO (REQUERENTE)
DIONETE MARIA DUARTE DOS SANTOS (REQUERENTE)
TEMIS BEATRIZ MARTINS (REQUERENTE)
ZENALDO APODACA (REQUERENTE)
CELIO GONCALVES DA COSTA (REQUERENTE)
MARI GEMA FONTELLES DE LA CRUZ (REQUERENTE)
HORACIO CUSTODIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR A(S) PARTE(S) RECORRIDA(S) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013292-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NILMA AUXILIADORA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT15373-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 18/02/2020 Hora: 16:10 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002277-30.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILEUDA PEREIRA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001022-37.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENI DA SILVA ZANINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002742-39.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IARA SILVIA CASOTTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0500309-56.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIZY EMANOELLE DE AZEVEDO OAB - MT15773/O-O (ADVOGADO(A))
ANA MARIA ROSA TREVISAN OAB - MT15426-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 0504465-24.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NILVA DE FATIMA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011081-90.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALDIR BOERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADILSON DAMIAO DA SILVA CRUZ OAB - MT19681/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000423-30.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA DA SILVA MENDONCA PORTELA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DE OLIVEIRA FREITAS OAB - MT13156-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR A(S) PARTE(S) RECORRIDA(S) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001333-28.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEJALMA MACEDO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBIA VIEGAS APOLINARIO OAB - MT5255-O (ADVOGADO(A))
STEFANIE ROSA GOMES GEISS OAB - MT12189-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar 03 (três) orçamentos do procedimento pleiteado, sendo que o de menor valor deve estar com os custos pormenorizados do procedimento, devendo discriminar quais são as medicações, taxa do centro cirúrgico, materiais, equipamentos e exames e todos os outros gastos porventura cobrados, de forma que seja especificado o valor de cada item ou requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito." OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002484-92.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE RIBEIRO PIAI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DE MELLO FILHO OAB - MT6341-O (ADVOGADO(A))
CARLOS ALBERTO TONDATI RISSATO OAB - MT15128/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002601-20.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILMAR DE ALMEIDA MAGALHAES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO PAULO MONAN GUSMAO DOS SANTOS (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA AUGUSTA DE CAMARGO OAB - MT10024-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR A(S) PARTE(S) RECORRIDA(S) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009920-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROZENI DE BARROS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCIO SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT16751-O (ADVOGADO(A))
ELISANGELA GONCALVES DA SILVA OLIVEIRA OAB - MT12954-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de endereço, o demonstrativo de cálculo do total que pretende receber devidamente atualizado até a distribuição, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, bem como o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir.Após concluso para análise da liminar.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza deDireito ”.OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1021070-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE MARTINS DE CARVALHO (REQUERENTE)
JUAREZ CAMPOS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 31/03/2020 Hora: 14:30 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1021070-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE MARTINS DE CARVALHO (REQUERENTE)
JUAREZ CAMPOS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 31/03/2020 Hora: 14:30 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010071-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALDILEUZA FERREIRA RODRIGUES BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir.Após, concluso para análise da liminar. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1010692-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FAUSTO IRENO DA PAIXAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR LIMA DO NASCIMENTO OAB - MT4651-O (ADVOGADO(A))
JANE RODRIGUES BARROS OAB - MT13028-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: “(...) Vistos, etc.Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade.Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24252436, sob o fundamento de que houve vício de omissão e erro material devido à não concessão do benefício da gratuidade da justiça ao autor, que fora condenado por contumácia e no pagamento das custas processuais.Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, tendo em vista que nos sistemas dos Juizados Especiais, na primeira fase o processo é gratuito por força de disposição legal, excetuando-se os casos de condenação e, deste modo, o interesse na apreciação do pleito de assistência judiciária gratuita só ocorre caso interposto recurso.Logo, não há que se falar em omissão por deixar de servir aos interesses da parte requerente, portanto, a decisão deve ser combatida por recurso próprio.A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos.Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema. ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007957-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA GLORIA DE GASPERY E SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TAMIRES PAULA COSTA LEITE OAB - MT21419/O (ADVOGADO(A))
DALILA AUXILIADORA DA COSTA LEITE OAB - MT0010469A (ADVOGADO(A))
LUANA LIPORACE PIRES DA SILVA OAB - MT0012223A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: “(...) Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil.Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema. ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1007655-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE SOARES LEAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: “(...) Desse modo, HOMOLOGA-SE o pedido de desistência da ação formulado pela parte autora para que produza os jurídicos e legais efeitos, e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.Publicada no sistema PJe.Arquive-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021114-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA AUGUSTA DERKOSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021114-31.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:RENATA AUGUSTA DERKOSKI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA POLO PASSIVO: Cuiaba Prefeitura Municipal FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 31/03/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001521-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA REGINA DE CARVALHO (REQUERENTE)
N. C. D. C. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIAN CALDAS RODRIGUES OAB - MT18838-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001521-16.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NATHALIA CAROLINE DE CARVALHO SENA, ANA REGINA DE CARVALHO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de “ação de cobrança” proposta por NATHALIA

CAROLINE DE CARVALHO SENA neste ato assistida por sua mãe ANA REGINA DE CARVALHO em desfavor de MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV, almejando o pagamento de pensão temporária referente ao período de 02/08/2018 a 04/11/2018, tendo em vista a inocorrência do prazo de prescrição para menor absolutamente incapaz. Citado, o requerido apresentou contestação, mas não compareceu na audiência de conciliação. Contudo, não são aplicados os efeitos da revelia contra o Reclamado, diante da indisponibilidade do interesse público, consoante o disposto no artigo 345, inciso II, do CPC/2015. Passa-se ao julgamento. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. I- PRELIMINAR: DA CAPACIDADE PARA ESTAR EM JUÍZO. MENOR ABSOLUTAMENTE INCAPAZ A incapacidade da autora, não afasta a competência absoluta do Juizado Fazendário. A Lei nº 12.153/2009 prevê, textualmente, em seu artigo 5º, quem pode ser parte nos processos distribuídos ao Juizado, e faz referência à pessoa física, sem qualquer restrição referente a sua capacidade. Ademais, a Corte Superior, no exercício da competência que lhe é reservada de pacificar a interpretação e aplicação do direito federal infraconstitucional, estabelecera que a Lei nº 12.153/09 não contemplara o óbice de que a pessoa física incapaz pode litigar no ambiente do microssistema do Juizado Especial Fazendário, consoante se afere do julgado adiante sumariado: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. MENOR INCAPAZ. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 5º DA LEI 12.153/2009. INAPLICABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ART. 8º DA LEI 9.099/1995. 1. A controvérsia gira em torno da possibilidade de menor incapaz demandar como autor em causa que tramita no Juizado Especial da Fazenda Pública, tendo em vista que o artigo 27 da Lei 12.153/2009, que regula aqueles juizados, determina a aplicação subsidiária da Lei 9.099/95, a qual expressamente proíbe a atuação do incapaz no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. 2. A Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, ao tratar da legitimidade ativa das demandas que lhe são submetidas (art. 5º), faz alusão, tão somente, às pessoas físicas, não fazendo restrição quanto aos incapazes, nem mesmo por ocasião das disposições acerca das causas que excepcionam a sua competência (art. 2º). 3. Tendo havido regulação clara e suficiente acerca do tema na Lei 12.153/2009, não há o que se falar em omissão normativa a ensejar a incidência do art. 8º da Lei 9.099/95, visto ser este dispositivo legal de cunho subsidiário e que conflita com aquele regramento específico do Juizado Fazendário. 5. Recurso especial não provido." (REsp 1372034/RO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 21/11/2017). Desse modo, rejeita-se a preliminar arguida. II – MÉRITO Postula a requerente a retroação do termo inicial da pensão por morte para a data do óbito de seu genitor, ocorrida em 02/08/2011, por se tratar de pessoa incapaz em razão da idade. Afirma a parte autora ter recebido administrativamente o reconhecimento de seu direito ao recebimento de pensão pela morte do seu genitor. Todavia, equivocadamente, os pagamentos respectivos tomaram como início a data do requerimento administrativo, qual seja, 05/11/2018, e não a data do evento morte ocorrida em 02/08/2018. Analisando-se os documentos acostados aos autos pela parte, vê-se que a autora Nathalia Caroline de Carvalho Sena, nascida em 01/07/2003 (id. 20991111 - Pág. 13), era absolutamente incapaz ao tempo do óbito do segurado (02/08/2018), sendo que completaria 16 anos em 01/07/2019. Quando a incapacidade absoluta decorre da menoridade, após atingir 16 de idade, o prazo prescricional começará a fluir regularmente para o dependente em questão. Logo, se o benefício não for requerido até 30 dias depois da data em que o dependente completar 16 anos de idade, a data de início do benefício deve ser estabelecida na data do protocolo do requerimento. Nesse sentido: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUISITOS. ÓBITO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO. CONSECTÁRIOS LEGAIS. DIFERIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS. IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO. 1. A concessão do benefício de pensão por morte depende da ocorrência do evento morte, da demonstração da qualidade de segurado do de cujus e da condição de dependente de quem objetiva a pensão. 2. É considerada presumida a dependência econômica do cônjuge, companheiro (a) e do filho menor de 21 anos ou inválido, nos termos do art. 16, I, § 4º, da Lei nº 8.213/91. 3. A qualidade de segurado especial deve ser comprovada por início de prova material, corroborada por prova testemunhal. No caso em apreço, restou provado que o de cujus exercia atividade rural em regime de economia familiar, razão pela qual a parte autora faz jus à pensão por morte. 4. O termo inicial do benefício de pensão por morte deve ser fixado de acordo com as leis vigentes por ocasião do óbito. Antes da Lei 9.528/97, de 10/12/1997, o benefício era devido a contar do falecimento, independente da data do requerimento. A partir do advento dessa lei, a pensão por morte passou a ser devida: a) a contar do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste; b) do requerimento, quando pleiteada após o prazo mencionado. 5. Em se tratando de obrigação de trato sucessivo e de verba alimentar, não há falar em prescrição do fundo de direito. Contudo, são atingidas pela prescrição as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, conforme os termos do parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213/91 e da Súmula 85/STJ. 6. A definição dos índices de correção monetária e juros de mora deve ser diferida para a fase de cumprimento do julgado. 7. Havendo o feito tramitado perante a Justiça Estadual do Rio Grande do Sul, o INSS está isento do pagamento de custas, consoante o disposto no art. 11 da Lei Estadual n. 8.121/85, na redação dada pela Lei n. 13.471, de 23 de junho de 2010. 8. O cumprimento imediato da tutela específica independe de requerimento expresso do segurado ou beneficiário, e o seu deferimento sustenta-se na eficácia mandamental dos provimentos fundados no art. 461 do CPC/1973, bem como nos artigos 497, 536 e parágrafos e 537 do CPC/2015. 9. A determinação de implantação imediata do benefício, com fundamento nos artigos supracitados, não configura violação dos artigos 128 e 475-O, I, do CPC/1973 e 37 da CF/1988. (TRF4, AC 0000591-90.2017.404.9999, QUINTA TURMA, Relator ROGER RAUPP RIOS, D.E. 22/06/2017). Verifica-se que na data do protocolo do requerimento, em 05/11/2018, a autora tinha 15 anos de idade. Logo, não há falar em ocorrência de prescrição, eis que em relação ao absolutamente incapaz, não corre a prescrição, resultando na conclusão de que são devidas as parcelas a partir da data do falecimento do instituidor da pensão, independentemente do momento em que formulado o requerimento administrativo. Assim sendo, faz jus a requerente ao recebimento do benefício da pensão por morte desde a data do óbito de seu genitor, em 02/08/2018. Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para DECLARAR a inocorrência de contagem do prazo prescricional, por ser a parte autora menor impúbere na data do óbito do instituidor (02/08/2018), e CONDENAR o requerido MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a pagar a requerente o valor correspondente ao benefício de pensão por morte provisória no período compreendido do óbito do genitor em 02/08/2018 até a data do início do pagamento administrativo em 04/11/2018, acrescidos de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica aplicados à caderneta de poupança, da citação; e correção monetária da data do não recebimento do benefício (02/08/2018) pelo IPCA-E, respeitando o teto do juizado especial, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Promova-se a secretaria a exclusão do ESTADO DE MATO GROSSO do polo passivo. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017066-40.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARTINHO DE FARIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALDAIR GONCALVES DA COSTA CALEGARI OAB - MT10178/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo:

1017066-40.2018.8.11.0041 AUTOR(A): JOSE MARTINHO DE FARIAS RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação ordinária" ajuizada por JOSÉ MARTINHO DE FARIAS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando o recebimento de 1/12 avos de férias proporcionais e 09 (nove) meses de licenças-prêmio não usufruídas em atividade, no valor total de R$ 43.700, 92(quarenta e três mil, setecentos reais e quarenta e seis centavos). Citado, o requerido apresentou contestação. Passa-se ao julgamento. A preliminar será analisada conjuntamente com o mérito. É cediço que as férias e a licença-prêmio geram direito a conversão em pecúnia quando não usufruído durante o vínculo sob o regime jurídico estatutário e que o servidor público, em razão da aposentadoria, não poderá mais gozar, iniciando-se o prazo prescricional a partir da aposentadoria. O autor, aposentado, pleiteia o direito a licença-prêmio e férias não gozadas. Noticia que, apesar de requerer administrativamente as verbas, o requerido não efetuou o pagamento até o momento (id. 13724740). Contudo, analisando detidamente os autos, verifica-se do histórico funcional o autor que este foi admitido sob o regime CLT em 27/10/1981 no serviço público para ocupar o cargo de Vigilante na Empresa Mato-grossense de Administração de Próprios Estaduais/EMAPE, sendo declarado estável no serviço público estadual em 21/12/1989,pelo Decreto 2.173, nos termos do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal em 1988, ocasião em que foi transposto para o Regime Jurídico Estatutário. A licença prêmio é vantagem concedida aos servidores que ingressaram na Administração Pública por meio de concurso público. Veja-se decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso: APELAÇÃO CÍVEL – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – ESTABILIDADE EXCEPCIONAL - LICENÇA-PRÊMIO – CONTRATAÇÃO PELO REGIME CELETISTA - VÍNCULO ESTATUTÁRIO NÃO COMPROVADO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Não faz jus à indenização pelas licenças-prêmio não usufruídas, aquele que foi admitido no serviço público municipal pelo regime celetista, embora tenha adquirido a estabilidade por força do art. 19 do ADCT, uma vez que tal condição, não lhe confere o status de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, aprovado mediante concurso público. (Ap 20430/2013, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2014, Publicado no DJE 21/03/2014). No mesmo sentido, o Supremo Tribunal: EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ESTABILIDADE DO ART. 19 DO ADCT. GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. VANTAGENS INERENTES AO CARGO INDEVIDAS A SERVIDOR NÃO EFETIVO. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que é necessário que o servidor público possua, além da estabilidade, efetividade no cargo para ter direito às vantagens a ele inerentes. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 558873 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 22/09/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 10-11-2015 PUBLIC 11-11-2015) (...) 3. Estabilidade: artigos 41 da Constituição Federal e 19 do ADCT. A vigente Constituição estipulou duas modalidades de estabilidade no serviço público: a primeira, prevista no art. 41, é pressuposto inarredável à efetividade. A nomeação em caráter efetivo constitui-se em condição primordial para a aquisição da estabilidade, que é conferida ao funcionário público investido em cargo, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público. A segunda, prevista no art. 19 do ADCT, é um favor constitucional conferido àquele servidor admitido sem concurso público há pelo menos cinco anos antes da promulgação da Constituição. Preenchidas as condições insertas no preceito transitório, o servidor é estável, mas não é efetivo, e possui somente o direito de permanência no serviço público no cargo em que fora admitido, todavia sem incorporação na carreira, não tendo direito a progressão funcional nela, ou a desfrutar de benefícios que sejam privativos de seus integrantes. 3.1. O servidor que preenchera as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT-CF/88 é estável no cargo para o qual fora contratado pela Administração Pública, mas não é efetivo. Não é titular do cargo que ocupa, não integra a carreira e goza apenas de uma estabilidade especial no serviço público, que não se confunde com aquela estabilidade regular disciplinada pelo art. 41 da Constituição Federal. Não tem direito a efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus à contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade excepcional, como título. (...) (RE 167635, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 17/09/1996, DJ 07-02-1997 PP-01355 EMENT VOL-01856-04 PP-00732) O art. 19, do ADCT e seu § 1º, estabelecem: "Art. 19 – Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público. (grifo não pertencente ao texto de origem) Parágrafo único – Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para o cumprimento do disposto neste artigo, farão a devida adequação em seus quadros funcionais" Nessa vertente, restou reconhecido ao autor o direito à estabilidade extraordinária, instituto decorrente da excepcionalidade prevista no art. 19 do ADCT, que tornou estável o servidor que na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, estivesse com cinco anos continuados no serviço público. Com efeito, tal instituto em muito se distancia do da efetividade, este referente ao cargo ocupado mediante aprovação em concurso público, circunstância não vislumbrada nos autos, o que impede a procedência da almejada progressão, porquanto tal direito não restou estendido aos estabilizados. A única garantia que o constituinte conferiu a este grupo de servidores, é a de permanecer no serviço público. Neste norte os direitos e vantagens, inclusive as pecuniárias, instituídos em benefício de ocupantes de cargos de provimento efetivo não podem ser estendidos aos excepcionalmente estáveis pelo art. 19 do ADCT. Em outras palavras, ainda que ocupante de cargo público, não é o autor servidor efetivo, conforme assim decidiu o Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Ministro Roberto Barroso: "O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que, aquele que preenchera as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT da CF/1988, embora estável no cargo para o qual fora contratado pela Administração Pública, não é servidor efetivo". (STF, AgR no AI Nº 681610, julgado em 09.09.2014, DJe 23.09.2014). (g.n) No mesmo sentido, decidiu a Corte Superior: "RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 19 DO ADCT. ESTABILIDADE. PLEITO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PESSOAL (QUINTOS). IMPOSSIBILIDADE. ESTABILIDADE E EFETIVIDADE. DISTINÇÃO. ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 11.847/91. O art. 1º da Lei Estadual nº 11.847/91 do Estado do Ceará impõe, como requisito indispensável para a aquisição da gratificação de função, a titularidade de cargo efetivo, não compreendendo, portanto, servidor estabilizado pelo art. 19 do ADCT. Precedentes. Os servidores estabilizados, enquanto não se submeterem a concurso público para se efetivarem, ou seja, titularizarem cargo público, não poderão receber as benesses previstas no estatuto de pessoal dos servidores efetivos. Recurso ordinário desprovido". (RMS Nº 22366/CE, Rel. Ministro Félix Fischer, Quinta Turma, julgado em 17.12.2007, DJe 03.03.2008). (g.n) Nesse contexto, é preciso destacar que, consoante entendimento sedimentado no Supremo Tribunal Federal, o servidor público que adquire estabilidade não possui cargo ou integra carreira, e, por isso, não faz jus a licença-prêmio devidas aos servidores efetivos. Ora, se a licença prêmio não se aplica aos servidores estabilizados por meio de previsão constitucional, Destarte, o pleito se mostra improcedente, haja vista que a sua situação não pode ser confundida com os servidores estatutários que prestaram concurso público. Esclarece-se que o que se tem visto na prática é o tratamento desordenado e desigual da Administração Pública aos servidores estabilizados; não há uniformidade no tratamento e alguns acabam sendo equiparados a servidores efetivos, muitos deles aposentados; no entanto, tais equívocos não servem de fundamento para que o Poder Judiciário deixe de aplicar a lei ao caso concreto. No que tange as das férias proporcionais referente a 1/12 avos do período de 28/10/2016 a 02/12/2016, faz jus o requerente, eis que restou incontroverso o direito pleiteado, reconhecida pela administração, a qual, não foi usufruída e não juntou comprovante de pagamento. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao reclamante as férias proporcionais referentes a 1/12 avos do período de 28/10/2016 a 02/12/2016, não gozada em atividade, no valor de R$ 400,92 (quatrocentos reais e noventa e dois centavos), acrescidos de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança desde a citação, e correção monetária pelo IPCA-E, da data da aposentadoria (02/12/2016), respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei

nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021119-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUELLEN CELINA VITCOV RIBEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021119-53.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SUELLEN CELINA VITCOV RIBEIRO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA POLO PASSIVO: Cuiaba Prefeitura Municipal FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 31/03/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021124-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILEIDE DA SILVA MAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAIK HALLEY MAGALHAES OAB - MT18893-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021124-75.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARILEIDE DA SILVA MAIA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAIK HALLEY MAGALHAES POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 02/04/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021126-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALINA BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021126-45.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GONCALINA BARBOSA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA POLO PASSIVO: estado de mato grosso FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 02/04/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1021130-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE DE PAULA CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021130-82.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CRISTIANE DE PAULA CORREA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008899-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO VENANCIO TORTORELLI NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Vistos, etc.Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade.Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 26497817, sob o fundamento de que houve vício de omissão, alegando erro material do Juízo ao não acolher a emenda a inicial.Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido, não havendo que se falar em omissão, tendo em vista ter agido nos limites legais da ação, portanto, deve a parte reclamante buscar em recurso próprio a modificação da sentença.A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos.Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema. ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1013766-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GERSON JOSE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Vistos, etc.Dispensa-se a audiência de conciliação.Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar (em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009, e querendo contestar no prazo de 30 dias.Em seguida intime-se a parte autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 dias.Após, conclusos para a sentença.Intime-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1021142-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA GONCALINA DE PAULA CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021142-96.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VANIA GONCALINA DE PAULA CORREA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003654-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEDER FIGUEIREDO FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HEITOR JERONIMO ALMEIDA SILVA OAB - MT15188-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009).Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito.Brenda Guimarães de MoraesJuíza LeigaSENTENÇAVistos, etc.Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020796-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OSVALDO LUCIO RODRIGUES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Vistos, etc.Intime-se a parte autora para apresentar petição inicial completa, no prazo de 15 (quinze) dias.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020791-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LOSDALVA MARIA DO ROSRIO RODRIGUES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:"Vistos, etc.Intime-se a parte autora para apresentar petição inicial completa e documentos pessoal legível, no prazo de 15 (quinze) dias.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031280-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ORIVALDO RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ORIVALDO RIBEIRO OAB - MT1276-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE UBERLANDIA (RÉU)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) o exposto, de ofício, reconheço e declaro a incompetência territorial do Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá para processar e julgar a presente demanda, e julgo extinto, sem resolução do mérito, o presente feito, na forma do artigo 51, III, da Lei 9.099/1995.Sem custas (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 e 27 da Lei nº 12.153/09).Transitada em julgado, ao arquivo.Publique-se. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000197-59.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ DECHAMPS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO MARIANO COSTA PEREIRA JUNIOR OAB - MT0022358A (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Vistos, etc.HOMOLOGA-SE o pedido de desistência do recurso inominado interposto no Id. 25275087.Certifique-se o trânsito em julgado.Após, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.Nada sendo requerido, ao arquivo.Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000387-56.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON CIRILO DE ASSIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA FRANCE GOMES SIMOES OAB - MT22414-O (ADVOGADO(A))
JABES ALBERTO DIAS OAB - MT17005-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1000387-56.2016.8.11.0001 REQUERENTE: NILSON CIRILO DE ASSIS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram

devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001615-32.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVANILDO SENATORE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001615-32.2017.8.11.0001 REQUERENTE: IVANILDO SENATORE DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000064-17.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEANE THAISE SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1000064-17.2017.8.11.0001 REQUERENTE: JEANE THAISE SILVA PEREIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e, conforme certidão retro, nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001852-32.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDILENE TEREZINHA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001852-32.2018.8.11.0001 REQUERENTE: VALDILENE TEREZINHA DE CAMPOS REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012095-46.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CHERILYN KARINE FRITSCHE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OLAIR DE OLIVEIRA OAB - MT14547-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABA/MT (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1012095-46.2017.8.11.0041 REQUERENTE: CHERILYN KARINE FRITSCHE REQUERIDO: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABA/MT, CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. O processo encontra-se com sentença transitado em julgado e inexiste requerimento pendente de apreciação. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000726-15.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURINA FERNANDES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1000726-15.2016.8.11.0001 REQUERENTE: MAURINA FERNANDES DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002065-09.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIANARUZE MOTTA MENEZES E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002065-09.2016.8.11.0001 REQUERENTE: DIANARUZE MOTTA MENEZES E SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e, conforme certidão retro, nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015670-96.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ROSANGELA BECKERT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1015670-96.2016.8.11.0041 REQUERENTE: MARIA ROSANGELA BECKERT REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo

discriminado e atualizado do crédito observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1051723-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RUBENS PINTO FIUZA JUNIOR (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBENS PINTO FIUZA JUNIOR OAB - MT15138-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1051723-71.2019.8.11.0041 EXEQUENTE: RUBENS PINTO FIUZA JUNIOR EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar comprovante de endereço, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017406-18.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARQUES LOURENCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALECIANE CRISTINA SANCHES OAB - MT14513/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1017406-18.2017.8.11.0041 REQUERENTE: ANTONIO MARQUES LOURENCO REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e, conforme certidão retro, nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1035313-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LORIVAL LINDNER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1035313-35.2019.8.11.0041 AUTOR(A): LORIVAL LINDNER RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar aos autos documento pessoal e demonstrativo de cálculo atualizado do total que pretende receber, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, até a distribuição, de modo a quantificar monetariamente o pedido e compatibilizar o valor da causa com o proveito econômico total, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018721-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DELCIO FERNANDO MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANYELE APARECIDA GOMES DE AQUINO OAB - MT9140-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018721-36.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DELCIO FERNANDO MARTINS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Recebe-se a emenda a inicial. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1012494-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON DA SILVA MARQUES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON DA SILVA MARQUES OAB - MT16877-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1012494-30.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: EMERSON DA SILVA MARQUES EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar as certidões legíveis com selo de autenticidade, bem como tabela de honorários da OAB, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1020397-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIS DE ALMEIDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL RODRIGUES ALVES REAL OAB - MT15434-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DETRAN MT (EXECUTADO)
Coordenador de Veículos do DETRAN/MT (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1020397-19.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ANDRE LUIS DE ALMEIDA EXECUTADO: DETRAN MT, COORDENADOR DE VEÍCULOS DO DETRAN/MT Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar aos autos comprovante de endereço atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1021178-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIANA BARBOSA AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO IAGO VILLAS BOAS BORBA OAB - MT24382/O (ADVOGADO(A))
CARLA FERNANDA FLAUSINO DA SILVA OAB - MT24386/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1021178-41.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SEBASTIANA BARBOSA AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLA

FERNANDA FLAUSINO DA SILVA, BRUNO IAGO VILLAS BOAS BORBA POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 16 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046338-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS BENEDITO CORREA GABRIEL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
HENRIQUE BOM DESPACHO DANTAS BORGES OAB - MT13274-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1046338-45.2019.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: MARCOS BENEDITO CORREA GABRIEL ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar aos autos comprovante de endereço atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018594-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIANA CASSIANA DA SILVA PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018594-98.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSIANA CASSIANA DA SILVA PRADO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o demonstrativo de cálculo atualizado do total que pretende receber, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, bem como o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1043879-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE LIMA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIONOR ANTONIO CHAVES OAB - MT24537-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA DE LIMA SILVA OAB - MT23978-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 27/02/2020 Hora: 09:20 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT; bem como para ciência do despacho/decisão: "(...) Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva.Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1018000-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EVERSON CEZAR GOMES METELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRAZIELE CASSUCI FRIOSI OAB - MT27666/O-O (ADVOGADO(A))
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018000-84.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EVERSON CEZAR GOMES METELO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o demonstrativo de cálculo do total que pretende receber devidamente atualizado até a distribuição, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, bem como o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016119-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTONIO POMAGERSKI JUNIOR (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA LACERDA CARDOSO OAB - RS103321 (ADVOGADO(A))
MAURICIO MOSENA OAB - RS72174 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (REQUERIDO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:" Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de liminar. Dispensa-se a audiência de conciliação. Cancele-se o ato.Cite-se o requerido ESTADO DE MATO GROSSO, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e, querendo, contestar no prazo de 30 dias. Com a contestação, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar no prazo de 15 dias. Após, conclusos para a sentença. Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018719-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR RAMOS E SILVA (REQUERENTE)
WENDEL DONIZETE DERMONDES DE AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BARBARA FERREIRA ARAUJO OAB - MT20170/O (ADVOGADO(A))
Divanir Marcelo de Pieri OAB - MT5698-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DA PMMT (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir

transcrita:“ Vistos, etc.Designe-se audiência de conciliação.Cite-se e intime-se o Reclamado para trazer aos autos documentos de que disponha para o esclarecimento da causa, nos termos do art. 9º da Lei 12.153/2009. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva. Juíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1021198-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAQUIM MARQUES DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALDAIR GONCALVES DA COSTA CALEGARI OAB - MT10178/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para comparecer a Audiência de Conciliação em Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 10:10 , Local: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro: Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM, Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009738-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JP PAPELARIA MATERIAIS DE INFORMATICA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Thiago Ribeiro OAB - MT13293-O (ADVOGADO(A))
CARLOS JOSE DE CAMPOS OAB - MT14526-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1009738-48.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JP PAPELARIA MATERIAIS DE INFORMATICA LTDA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória de multa administrativa proposta por JP PAPELARIA MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA – EPP (MILLENIUM PAPELARIA) em face do ESTADO DE MATO GROSSO, na qual pede a concessão de tutela provisória nos seguintes termos: “ Seja concedida na utilização subsidiária do art. 300, do Código de Processo Civil, a Tutela Antecipada de forma “inaudita altera pars”, para os fins de se suspender a exigibilidade do débito sub judice, bem como determinar que o requerido não negue a emissão de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos negativa com relação somente ao débito em questão;” Argumenta, em síntese, que sofreu fiscalização do PROCON/MT porque teriam sido constatadas irregularidades cuja materialidade pretende discutir uma vez que não concorda com a conclusão levada a cabo pela autoridade fiscalizadora. Também se insurge contra vícios formais do ato administrativo como a lavratura e auto de infração em local diverso da fiscalização e supressão de dupla certificação. Oferta bem móvel (veículo), considerando-o adequado a prestação de caução. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. É cediço que a viabilização de ordem suspensiva da exigibilidade do crédito tributário depende, nos termos do art. 151, II, do CTN, de depósito integral e em dinheiro, na forma do que preconiza a Súmula 112 STJ. Desse modo, a ordem almejada só se viabiliza nessa condição. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência, facultando reconsideração caso a parte autora opte pelo depósito integral do valor questionado em dinheiro, o qual fica, desde logo, autorizado como condição à eventual pedido de revisão da decisão provisória. Dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado n.º 1, aprovado no XIII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que dispõe para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e, querendo, contestar, no prazo de 30 (trinta) dias. Apresentada contestação, intimem-se o requerente para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013190-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGP GESTAO EMPRESARIAL LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSA CEBALHO DO CARMO OAB - MT0018223A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013190-43.2019.8.11.0041 AUTOR(A): AGP GESTAO EMPRESARIAL LTDA - EPP RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória proposta por AGP GESTÃO EMPRESARIAL LTDA em face do ESTADO DE MATO GROSSO, na qual se insurge contra ato administrativo que inadmitiu o enquadramento no SIMPLES NACIONAL. Pede a concessão de tutela provisória nos seguintes termos: “- Seja deferida a tutela de urgência nos moldes do artigo 300 do Código de Processo Civil, para que o Estado de Mato Grosso suspenda a Exclusão do Regime de Tributação do Simples Nacional e se abstenha de cobrar diferenças referente tributação menos vantajosa, e ainda, abster-se de impedir a emissão de certidões negativas e tão pouco impedir o trânsito de mercadorias vendidas e adquiridas para sua inscrição estadual, até o julgamento do mérito;” A empresa, estabelecida na cidade de Sorriso-MT, argumenta, em síntese, que, no ano de 2018, foi excluída do regime tributário diferenciado SIMPLES NACIONAL porque a Fazenda Pública entendeu como irregular a situação fiscal relativa à filial, que não possuía inscrição junto ao Estado de Mato Grosso. Aponta que a compreensão é equivocada, haja vista que, em que pese tenha constituído unidade na cidade de Nobres/MT, aos 28/07/2014, não requereu as inscrições estadual e municipal pois não operou com a referida sucursal, devido ao fato de não dispor de verbas para a construção do estabelecimento. O ESTADO DE MATO GROSSO prestou informações preliminares, as quais aportaram no id. 23970279 e correlatos. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. As informações trazidas pelo ESTADO DE MATO GROSSO não permitem a concessão da tutela na forma pretendida, mormente porque se estabelece controvérsia sobre a probabilidade do direito. Segundo a informação trazida pela Fazenda: “Em consulta ao despacho do e-process nº. 5424192/2018 a filial com CNPJ nº 20.794.325/0002-81 possuía o Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE principal de 31.01- 2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira, cuja atividade exige a inscrição estadual(...) Ou seja, o contribuinte teve corretamente indeferida sua opção pelo Simples Nacional para o exercício de 2018 por inexistência de inscrição estadual, nos termos do inciso XVII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006.” A inscrição estadual é obrigatória para o contribuinte que mantém filial, para cada uma delas (art. 58, V, § 2º , RICMS). A despeito de o requerido ter constituído sucursal desde o ano de 2014, não procedeu a necessária regularização. De regra, sabe-se que as empresas trabalham com planejamento administrativo, financeiro e contábil de modo que é até curiosa a situação fática descrita relativa ao lapso aparentemente sem instalação. A filial, para todos os fins, se caracteriza como ente autônomo, de modo que, ainda que não tenha entrado em operação, há que observar o integral cumprimento das obrigações acessórias relativas ao ICMS. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela de urgência. Dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado n.º 1, aprovado no XIII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que dispõe para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e,

querendo, contestar, no prazo de 30 (trinta) dias. Apresentada contestação, intimem-se o requerente para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1003984-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HYLA DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERIKA BORGES SOLER OAB - MT17850-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1003984-28.2019.8.11.0001 REQUERENTE: HYLA DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória proposta por HYLA DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP em face do ESTADO DE MATO GROSSO, na qual pede a concessão de tutela provisória nos seguintes termos: “a) a CONCESSÃO da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA de natureza ANTECIPADA, INAUDITA ALTERA PARS, vez que demonstrados os requisitos da probabilidade do direito e perigo de dano – e risco ao resultado útil do processo -, para SUSPENDER os efeitos do Termo de Citação nº 6450/2019, declarando-o NULO, bem como SUSPENDER a exigibilidade dos créditos tributários constituídos por meio do Termo de Apreensão e Depósito nº 1138241-2, nos termos do art. 151, V do CTN e, consequentemente, obstar quaisquer atos sucessivos de cobrança, como inscrição do débito em dívida ativa, protesto de valores e impedimento à emissão de Certidão de Regularidade Fiscal e, ainda, para determinar a IMEDIATA LIBERAÇÃO DAS MERCADORIAS APREENDIDAS e depositadas no TAD Nº 1138241-2 em favor da Autora; ”. Argumenta, em síntese, que sofreu ação fiscal que resultou na imputação de multa, diferencial de alíquota e apreensão de mercadoria em razão de que vendeu um produto e emitiu o devido documento fiscal, contudo em razão de erro teve que emitir outro e procedeu ao cancelamento do primeiro. Por equívoco do contribuinte, a mercadoria se fez acompanhar da nota fiscal cancelada e resultou objeto da atividade fiscalizatória. Aponta que: “(...)A situação foi devidamente justificada na via administrativa por meio do Pedido de Revisão (Processo Administrativo n 5599522/2019), cópia integral anexa (Doc. 09), requerido no Portal Eletrônico da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso nos termos dos artigos 1.026 e seguintes do RICMS-MT, situação na qual a Autora levou ao conhecimento da SEFAZ/MT a Nota Fiscal correta, justificando-se perante ao Fisco Estadual em decorrência do equívoco, este insuficiente a ensejar autuação fiscal. O Pedido de Revisão do débito lançado sob n 1138241-2 foi devidamente admitido pelo ente administrativo, posto que preenchido os requisitos de admissibilidade do artigo 1.028 RICMS/MT, tendo sido declarada SUSPENSA a exigibilidade do débito fiscal por força do artigo 1.030 RICMS/MT, conforme se depreende do despacho exarado na data de 22 de fevereiro de 2019 (Doc. 10). Conformada com a estabilidade decorrente da suspensão da exigibilidade do débito fiscal, a Autora, no entanto, foi surpreendida pelo Termo de Citação No 6450/2019 (Doc. 11), encaminhado via Correio pela Coordenadoria de Mercadorias Apreendidas CMAP/SUPS/SAAF/SEFAZ-MT na data de 05 de julho de 2019, na qual a Administração Fazendária Estadual, ao dar ciência do débito acima referenciado, intimou a autora ao pagamento do débito no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de incorporação do bem apreendido à Fazenda Estadual.” O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. É cediço que a viabilização de ordem suspensiva da exigibilidade do crédito tributário depende, nos termos do art. 151, II, do CTN, de depósito integral e em dinheiro, na forma do que preconiza a Súmula 112 STJ. Desse modo a ordem almejada só se viabiliza nessa condição. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência, facultando reconsideração caso a parte autora opte pelo depósito integral em dinheiro em conta judicial vinculada a estes autos, o qual fica, desde logo, autorizado como condição à eventual pedido de revisão da decisão. Dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado n.º 1, aprovado no XIII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que dispõe para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e, querendo, contestar, no prazo de 30 (trinta) dias. Apresentada contestação, intimem-se o requerente para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020853-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ABRAO FABRICIO DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRIAN STEFFSEN BEZERRA DE AMORIM (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
DETRAN MT (REQUERIDO)
MANOEL FELIX DA SILVA SOBRINHO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020853-66.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ABRAO FABRICIO DA SILVA REQUERIDO: DETRAN MT, ESTADO DE MATO GROSSO, MANOEL FELIX DA SILVA SOBRINHO, BRIAN STEFFSEN BEZERRA DE AMORIM Vistos, etc. Trata-se de reclamação cujo escopo é obter a suspensão de débitos fiscais inscritos em dívida ativa e protesto. Pede a parte autora: “Ante os relevantes fundamentos jurídicos, se digne Vossa Excelência conceder a tutela provisória de urgência para determinar ao DETRAN/MT: (a) se abstenha de lançar no prontuário de condutor do Autor os pontos referentes a(s) infração(ões) que porventura for(em) lavrada(s) entre a data em que tal autarquia for citada dos termos desta lide até o julgamento deste feito; (b) se abstenha de cobrar o Licenciamento Obrigatório e o Seguro Obrigatório do Autor referente ao veículo aqui identificado; (c) se abstenha de informar os dados cadastrais do Autor como sendo o proprietário do veículo aqui identificado para a SEFAZ cobrar o IPVA, e para as autoridades de trânsito lançarem futura(s) infração(ões) de trânsito cometida(s) pela(os) usuária(os) do veículo; e finalmente: d) SEJA DETERMINADA A SUSPENSÃO DO NOME E CPF DO AUTOR DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO , BEM COMO LEVANTADO /SUSTADO O PROTESTO DE TAL DÍVIDA EM SEU NOME JUNTO AO CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE CUIABÁ, no que pertine aos débitos do veículo objeto da presente ação, até julgamento final da lide, mediante expedição de Ofício ao 2º Requerido e à Notária e Registradora do 4º Ofício de Protesto de Títulos e Documentos de Cuiabá/MT, ante o novo posicionamento do Colendo STJ;” A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para “processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa”. A instalação da referida vara ocorreu aos 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: “Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa”. Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente.” (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE

DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo e determina-se a remessa dos autos à Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020878-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MAURICIO PAZ NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MAURICIO PAZ NETO OAB - MT24301/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020878-79.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE MAURICIO PAZ NETO REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em face do DETRAN/MT na qual a parte autora pleiteia a suspensão de multa de trânsito e desvinculação do licenciamento ao pagamento. Em síntese, afirma a parte requerente que ao retirar o CRLV, exercício 2019, foi surpreendida com exigência de pagamento de uma multa de trânsito, cuja notificação foi extemporânea. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Para habilitar a suspensão do ato, quando se discute aspectos de legalidade da multa, é necessário que a inicial venha instruída com prova documental do alegado, sem a qual não há como se concluir pela ilegalidade do ato combatido, mormente sem oportunizar a oitiva da parte contrária. Desse modo, sem a apresentação da cópia integral do processo administrativo que resultou na imposição de penalidade no qual se poderá aferir, entre outros aspectos, a formalidade da notificação não é possível o afastamento, sem facultar o contraditório, do ato administrativo que se presume legítimo. O prazo máximo é para expedição da notificação de autuação. O documento apresentado pela parte autora é a notificação de imposição de penalidade, para a qual não há prazo determinado. Como a parte autora trouxe aos autos a notificação de imposição de penalidade não há, a princípio, comprovação de extemporaneidade da notificação de autuação que autorize o afastamento do ato administrativo. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, para que apresente(m) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1003430-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO LOPES ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1003430-93.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ADAO LOPES ALVES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. A parte autora requereu a suspensão do processo individual em razão da tramitação da ação coletiva PJe n.º 1027806-23.2019.8.11.0041 (1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Capital), ajuizada pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Defere-se o pedido com amparo no art. 104 da Lei 8.078/90. Mantenha-se em secretaria no lote de processos suspensos por requerimento da parte até nova manifestação da parte autora, à qual incumbe impulsionar o feito após a decisão na ação coletiva. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1003585-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO RODRIGUES LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1003585-96.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RONALDO RODRIGUES LIMA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. A parte autora requereu a suspensão do processo individual em razão da tramitação da ação coletiva PJe n.º 1027806-23.2019.8.11.0041 (1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Capital), ajuizada pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Defere-se o pedido com amparo no art. 104 da Lei 8.078/90. Mantenha-se em secretaria no lote de processos suspensos por requerimento da parte até nova manifestação da parte autora, à qual incumbe impulsionar o feito após a decisão na ação coletiva. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002864-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDER DIAS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1002864-47.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDER DIAS DE OLIVEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. A parte autora requereu a suspensão do processo individual em razão da tramitação da ação coletiva PJe n.º 1027806-23.2019.8.11.0041 (1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Capital), ajuizada pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Defere-se o pedido com amparo no art. 104 da Lei 8.078/90. Mantenha-se em secretaria no lote de processos suspensos por requerimento da parte até nova manifestação da parte autora, à qual incumbe impulsionar o feito após a decisão na ação coletiva. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1020200-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DOS ANJOS NERIS PASSADORE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEFERSON FERREIRA NUNES OAB - MT23861/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020200-64.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: MARIA DOS ANJOS NERIS

PASSADORE EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Considerando a decisão proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu que serão julgados como repetitivos três recursos sobre o tema tratados nos presentes autos, quais sejam: REsp 1.692.023[1], REsp 1.699.851[2] e o EREsp 1.163.020, bem como determinou a suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão determino, em cumprimento à decisão proferida no Tribunal Superior, que se aguarde em Secretaria até a comunicação acerca da modificação da ordem determinada por aquela Corte. Aguarde-se em Secretaria no lote de processos suspensos por força de decisão proferida por Tribunal Superior. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.692.023-MT (2017/0170364-8) – Min. Herman Benjamin; [2] CERTIDÃO Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão virtual com término nesta data, proferiu a seguinte decisão: A PRIMEIRA SEÇÃO, por maioria, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C), suspendendo a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta do Sr. Ministro Relator. Votaram com o Sr. Ministro Relator os Srs. Ministros Og Fernandes, Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Gurgel de Faria e Francisco Falcão. Quanta à afetação do processo, divergiram os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho e Regina Helena Costa.

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500376-89.2013.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCY ANTONIO DE SIQUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 0500376-89.2013.8.11.0001. EXEQUENTE: JUSCY ANTONIO DE SIQUEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc., Acolhe-se o pedido de desistência dos embargos de declaração opostos pela parte requerente. Após, conclusos para sentença. Intime-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006742-88.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GISLENE MARTINS MEGA TEIXEIRA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA GABRIELA ZANROSSO OAB - MT0015679A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1006742-88.2018.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: GISLENE MARTINS MEGA TEIXEIRA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000782-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAICE CONCEICAO BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1000782-43.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CLAICE CONCEICAO BATISTA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Contrarrazões já apresentadas. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1023986-64.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANETH APARECIDA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT0019148A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1023986-64.2017.8.11.0041 EXEQUENTE: JANETH APARECIDA DA SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os recursos no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001220-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNALVA DE OLIVEIRA DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERSON DELLA VALENTINA OAB - RS99543 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1001220-69.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDNALVA DE OLIVEIRA DIAS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Recebe-se a emenda à petição inicial. Promova a secretaria retificação do valor da causa para R$ 51.776,12 (conforme o cálculo apresentado). Trata-se de reclamação que visa à implementação de pensão por morte que promove Ednalva de Oliveira Dias em face do MTPREV (Mato Grosso Previdência). Aduz, em síntese, que manteve relacionamento duradouro com a Sr. Laudocir Huppes, ex- servidor do Estado de Mato Grosso, de 24/01/1983 a 20/11/1986, data do óbito, da união nasceu, aos 24/01/1984, o filho Ivan Cezar Huppes. Requereu a concessão de pensão por morte, contudo foi negada. Pede: “a) A concessão da antecipação de tutela através de liminar “inaldita altera parts”, em conformidade com o art. 300 do CPC, para que o MTPREV (Mato Grosso Previdência), providencie o imediato deferimento da Concessão do Beneficio Pensão por Morte para amparar a Autora;”(sic) O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. O vínculo conjugal da parte autora com Laudocir Huppes está comprovado por meio da certidão de id 20379184. O registro do óbito, aos 20/11/1986, consta no id 20379345. O parecer MT PREV acostado no id 20607594 indica que, embora a parte autora tenha sido considerada integrante do rol de beneficiário, a negativa decorre do fato de ter-se considerado a aplicabilidade do Decreto n.º 269/62 o qual previa que: “Art. 93 – Caducará no prazo de cinco anos,

contados da data do falecimento do contribuinte, o direito ao recebimento de qualquer benefício." No parecer da autarquia previdenciária consta que: "A expressão caducidade, utilizada naquela oportunidade, equivale hoje à prescrição, ou seja, a legislação à época previa que prescrição do direito de requerer qualquer benefício dar-se-ia após 5 (cinco) anos do óbito do segurado". O óbito ocorreu no ano de 1986, dois anos antes da promulgação da Constituição de 1988. Não consta do parecer MT PREV que a parte autora, durante os longos 32 anos que separam o pedido administrativo, realizado aos 18/09/2018, do óbito do marido, cuja ocorrência remonta ao ano de 1986, tenha realizado qualquer outro pedido relativo à pensão. Nessa circunstância a conclusão da autarquia previdenciária confronta a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema, mormente no que tange à aplicação de lapso prescricional, o qual só começa a fluir a partir da negativa da administração. Nesse sentido é a orientação do Superior Tribunal de Justiça, vejamos: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO NÃO CONSUMADA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO QUE ATENDE NECESSIDADE DE CARÁTER ALIMENTAR. INEXISTINDO NEGATIVA EXPRESSA E FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO, INCIDE A SÚMULA 85/STJ. AGRAVO INTERNO DO IPERGS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O acórdão impugnado não destoa da jurisprudência desta Corte, que recentemente consolidou o entendimento de que os benefícios previdenciários envolvem relações de trato sucessivo e atendem necessidades de caráter alimentar, razão pela qual não se admite a tese de prescrição do fundo de direito, como sustentado pela Autarquia Estadual. As prestações previdenciárias têm características de direitos indisponíveis, daí porque o benefício previdenciário em si não prescreve, somente as prestações não reclamadas no lapso de cinco anos é que prescreverão, uma a uma, em razão da inércia do beneficiário. Nesse sentido: EREsp. 1.269.726/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 20.3.2019. 2. Agravo interno do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a que se nega provimento. (STJ - AgInt na Pet 11.177/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)G.n. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. TRANSCURSO DE PRAZO SUPERIOR A CINCO ANOS DA DATA DO ÓBITO DO SERVIDOR. APLICABILIDADE DA SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. ERESP 1.269.726/MG. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 568/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.II. In casu, trata-se de Ação Ordinária, proposta, em 30/04/2009, por Maria Santana Salgado da Rocha em desfavor do Estado do Pará, objetivando a "condenação do Réu no pagamento da pensão especial e no pagamento das diferenças correspondentes aos últimos cinco anos". O Juízo de 1º Grau julgou procedente o pedido, para condenar o réu "a pagar, doravante, à requerente, a pensão especial, no valor correspondente àquele a que faria jus o ex-servidor caso vivo estivesse, bem como ao pagamento dos retroativos, observado o lustro prescricional anterior à propositura da ação". O Tribunal de origem manteve a sentença, ao entendimento de que "a pensão especial possui uma natureza imprescritível, não havendo prescrição do fundo de direito, quando não tiver sido negado o direito vindicado, tudo em conformidade com a súmula 85 do STJ, sendo uma relação jurídica de trato sucessivo, em que a prescrição é alcançada, apenas em relação as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da demanda". III. Recentemente, a Primeira Seção desta Corte, em sessão realizada em 13/03/2019, nos autos dos EREsp 1.269.726/MG (Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 20/03/2019), examinou a questão, para reconhecer que "o pedido de concessão do benefício de pensão por morte deve ser tratado como uma relação de trato sucessivo, que atende necessidades de caráter alimentar, (...). Assim, não havendo óbice legal a que se postule o benefício pretendido em outra oportunidade, o beneficiário pode postular sua concessão quando dele necessitar". IV. Com efeito, o benefício de pensão por morte rege-se pelas normas vigentes na data do óbito do servidor, mas não é concedido, de ofício, pela Administração, haja vista a necessidade de habilitação do beneficiário, cujos requisitos, para a obtenção do benefício, já se perfazem, na data do falecimento do instituidor da pensão. Assim, a eventual demora no pedido de pagamento da pensão por morte estatutária acarreta, dessa forma, apenas a perda das parcelas devidas, desde o óbito, por força da prescrição, vencidas no quinquênio que antecede a formulação do requerimento. V. Diversamente é o caso em que há indeferimento do pedido administrativo de pensão por morte - o que não ocorreu, no caso -, pois, em tal situação, o interessado deve submeter ao Judiciário, no prazo de cinco anos, contados do indeferimento, a pretensão referente ao próprio direito postulado, sob pena de ser ele fulminado pela prescrição. VI. Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1799276/PA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 11/12/2019. Grifei. Nesse contexto, o indeferimento baseado tão somente na prescrição/caducidade, sem analisar os demais requisitos se mostra inadequado, contudo não é hipótese de se determinar o imediato deferimento como pretende a parte autora, mas, tão somente de afastar o requisito equivocadamente aplicado. Ante o exposto, defere-se, em parte o pedido de tutela provisória de urgência para suspender o ato administrativo no que tange a prescrição e a consequente quanto à declaração de inaptidão e determinar ao MT PREV que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetive a análise do pedido de pensão por morte formulado pela parte autora, considerando os demais requisitos legais e deferindo-o, caso a única pendência decorra da extemporaneidade ora afastada. Dispensa-se a audiência de conciliação, com amparo no Enunciado n.º 1, aprovado no XIII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que dispõe para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e, querendo, contestar, no prazo de 30 (trinta) dias. Apresentada contestação, intimem-se o requerente para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, colha-se a manifestação do Ministério Público. Em seguida conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051345-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ODELAR BARBIERI VARELA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WALDIR CECHET JUNIOR OAB - MT4111-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1051345-18.2019.8.11.0041 AUTOR(A): ODELAR BARBIERI VARELA - ME RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação cujo escopo é obter a suspensão de débitos fiscais inscritos em dívida ativa. Pede a parte autora: "Também liminarmente, a título de TUTELA ANTECIPADA, determine a Ré que imediatamente exclua o CNPJ da Autora da Conta Corrente do Estado de Mato Grosso pelo débito de R$ 43.047,46, ou ainda, de R$ 100.003,49, e SUSPENDA a cobrança da CDA 20192761053, bem como, SE ABSTENHA de excluir a Autora do Regime Simples pela falta de pagamento do débito discutido nesta ação, até o julgamento final do processo, sob pena de pagar uma multa diária, a ser arbitrada por Vossa Excelência." G.n. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu aos 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de

Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo e determina-se a remessa dos autos à Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023666-14.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLITO LOPES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONNY RANGEL MOSHAGE OAB - MT7694-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Outros Interessados:
Estado de Mato Grosso (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1023666-14.2017.8.11.0041 REQUERENTE: CARLITO LOPES DA COSTA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Cuida-se de AÇÃO DE COBRANÇA ajuizada por CARLITO LOPES DA COSTA contra o ESTADO DE MATO GROSSO, almejando a incorporação das verbas devidas sob a rubrica "título julgado incorporado 61,38%", bem como seja o Requerido condenado ao pagamento da diferença dos valores não pagos desde janeiro de 2002, e os valores não pagos, conforme julgado em mandado de segurança. A liminar foi indeferida. Citado, o reclamado apresentou contestação. Decido. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). O requerido aponta prejudicial de mérito, aduzindo que o fundo de direito pleiteado pelo autor está prescrito, pois ajuizou a presente demanda somente em 2017. Contudo, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de recursos repetitivos, traz o entendimento de que por tratar-se de relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição renova-se a cada mês, atingindo tão somente as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, nos termos da Súmula 85 do STJ. Assim, rejeita-se a prejudicial de mérito aventada pelo requerido, eis que, por se tratar de trato sucessivo, prescrevem apenas as parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que antecedeu ao ajuizamento da ação. Considerando que a interposição da ação se deu em 31/07/2017, conclui-se pela presença da prescrição quinquenal do período anterior a 31/07/2012. Superada a preliminar, passa-se ao julgamento. Versam os autos sobre o retorno à percepção da rubrica "Titulo Julgado Incorporado 61,38%", lançada em seus hollerites de forma destacada ou desmembrada da rubrica "vencimento" no período de dezembro de 1994 a dezembro de 1999 e que, segundo a exordial, fora suprimido de seus proventos em dezembro de 2001, por ato ilegal do requerido, violando o direito adquirido previsto no inciso II do artigo 219 da Lei Complementar nº 04/90. O Estado de Mato Grosso, por força do artigo 42 da Constituição Estadual, editou a Lei nº 7.554 de 10 de dezembro de 2001, que dispôs sobre a criação da carreira dos profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social e dentre outras providências, implantou o regime jurídico remuneratório de subsídios aos servidores a ela vinculados. O § 1º do artigo 4º da referida Lei estabeleceu que todas as vantagens remuneratórias percebidas à época de sua implantação seriam a ele incorporadas, litteris: "Art. 4º. O sistema remuneratório dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social é estabelecido através de subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação, ou outra espécie remuneratória, obedecido o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal. § 1º O subsídio de que trata o caput deste artigo é o somatório de todas as verbas remuneratórias e demais vantagens pecuniárias atualmente percebidas pelos servidores." Assim, verifica-se que há vedação ao acréscimo de verba de qualquer natureza ao valor do subsídio, ou seja, o subsídio promove a incorporação de todas as vantagens percebidas pelo servidor, não havendo que se falar em supressão de verba remuneratória, pois não se configura a perda salarial. No caso dos autos, não se configura o alegado decesso remuneratório por supressão de vantagem remuneratória decorrente da implantação do subsídio, nos termos da Lei nº 7.554/2001. Ademais, não logrou o requerente demonstrar documentalmente que ocorrera a redução de seus proventos integrais - aqueles pagos em parcela única, por força do regime de subsídio. Nesse sentido: "MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR APOSENTADO - SUPRESSÃO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E DO ADICIONAL DE FINAL DE CARREIRA - LEI ESTADUAL Nº 7.360/2001 - CRIAÇÃO DA PARCELA ÚNICA DENOMINADA "SUBSÍDIO" - IMPOSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO DE QUALQUER OUTRA VERBA REMUNERATÓRIA - VIOLAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO NÃO COMPROVADA - SEGURANÇA DENEGADA. A nova sistemática de pagamento dos servidores públicos estaduais, instituída através do artigo 24 da Lei Estadual nº 7.360/2000 vedou expressamente a inclusão de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória sobre a parcela única denominada subsídio. Não ofende o direito adquirido o ato da administração que, alterando a forma de remuneração do servidor aposentado, preserva o quantum remuneratório por ele percebido. Deve ser denegada a segurança quando o impetrante não demonstra, de forma clara e precisa, os prejuízos decorrentes do ato atacado." (MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL - Classe II - 11 - nº 2.961 - Capital, Tribunal Pleno, Relator Des. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, por maioria, j. 26.09.02) – grifei MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR INATIVO - SUPRESSÃO DA VERBA "TÍTULO JULGADO INCORPORADO 61,38" - LEI Nº 7.554/2001 - CRIAÇÃO DA PARCELA ÚNICA DENOMINADA "SUBSÍDIO" - IMPOSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO DE QUALQUER OUTRA VERBA REMUNERATÓRIA - VIOLAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO NÃO COMPROVADA - SEGURANÇA DENEGADA. A nova sistemática de pagamento dos servidores públicos estaduais, instituída através do artigo 4º, § 1º da Lei nº 7.554/2001 vedou expressamente a inclusão de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória sobre a parcela única denominada subsídio. Não ofende o direito adquirido o ato da administração que, alterando a forma de remuneração do servidor aposentado, preserva o quantum remuneratório por ele percebido. Deve ser denegada a segurança quando o impetrante não demonstra, de forma clara e precisa, os prejuízos decorrentes do ato atacado. (MS 38810/2005, DES. PAULO INÁCIO DIAS LESSA, ÓRGÃO ESPECIAL, Julgado em 11/05/2006, Publicado no DJE 21/06/2006) (TJ-MT - MS: 00388109120058110000 38810/2005, Relator: DES. PAULO INÁCIO DIAS LESSA, Data de Julgamento: 11/05/2006, ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 21/06/2006). Não há, pois, como cogitar a existência de direito adquirido em relação à manutenção da verba oriunda do contrato de trabalho, eis que o servidor não adquire direito ao regime jurídico de remuneração. Ademais, o benefício concedido pela Justiça do Trabalho, ainda que por decisão transitada em julgado, não é intocável, ou seja, o subsídio, em tese, pode englobar todos os benefícios e/ou vantagens, qualquer que seja a sua origem judiciária. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016573-97.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEODENISE BERNARDES GARCIA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
AMARAL AUGUSTO DA SILVA JUNIOR OAB - MT0011588A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1016573-97.2017.8.11.0041 AUTOR(A): CLEODENISE BERNARDES GARCIA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada aos 01/10/1998, com a publicação da Lei Complementar nº 50/1998. A ação foi proposta no ano de 2017, passados mais de cinco anos da vigência das referidas leis. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004036-06.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARILENE ALVES QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1004036-06.2016.8.11.0041 REQUERENTE: MARILENE ALVES QUEIROZ REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS teve a carreira reestruturada com a publicação das Leis 7.360, de 14 de Dezembro de 2000 e 8.269, de 29 de Dezembro de 2004. A ação foi proposta no ano de 2016, passados mais de cinco anos da vigência das referidas leis. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão

recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006030-35.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL ALVES FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006030-35.2017.8.11.0041 AUTOR(A): DANIEL ALVES FERREIRA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais da Área da Metrologia Legal e Qualidade Industrial do IMEQ/MT, atualmente denominado Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso – IPEM/MT, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE Rejeita-se a preliminar arguida, eis que o Estado de Mato Grosso é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda em que se busca a recomposição de verba salarial de servidor do IPEM-MT, porquanto é o responsável principal pela receita e ordenador do pagamento do quadro de pessoal da entidade autárquica. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a parte autora, servidor público estadual da Carreira dos Profissionais da Área da Metrologia Legal e Qualidade Industrial do IMEQ/MT, atualmente denominado Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso – IPEM/MT teve a carreira reestruturada com a publicação da Lei 7.270, de 12 de abril de 2000. A ação foi proposta no ano de 2017, passados mais de cinco anos da vigência das referidas leis. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam

ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004244-87.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
POLHANA CARLA DUTRA KLEBER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1004244-87.2016.8.11.0041 AUTOR(A): POLHANA CARLA DUTRA KLEBER RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a parte autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo teve a carreira reestruturada com a publicação das Leis 8.089, de 20 de janeiro de 2004 e 8.260, de 28 de dezembro de 2004. A ação foi proposta no ano de 2016, passados mais de cinco anos da vigência das referidas leis. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007270-25.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA RITA BOTELHO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1007270-25.2018.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: MARIA RITA BOTELHO ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Citado, o requerido apresentou contestação. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada aos 01/10/1998, com a publicação da Lei

Complementar nº 50/1998. A ação foi proposta no ano de 2018 passados mais de cinco anos da vigência da referida lei. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, DECLARA-SE, de ofício, a prescrição da pretensão e por consequência extinto o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008275-19.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE PELLOSO BORGHESAN (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO DANIEL OAB - MT9173-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1008275-19.2017.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: PEDRO HENRIQUE PELLOSO BORGHESAN ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a parte autora, servidor público estadual da Carreira dos Profissionais da Polícia Judiciária Civil teve a carreira reestruturada com a publicação das Leis Complementares 72, de 16 de novembro de 2000 e 155, de 14 de janeiro de 2004. A ação foi proposta no ano de 2017, passados mais de cinco anos da vigência das referidas leis. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO.

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006461-06.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIRCE BORANELLI DOS SANTOS TONON (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006461-06.2016.8.11.0041 AUTOR(A): DIRCE BORANELLI DOS SANTOS TONON RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de ação de cobrança de atestado emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no valor atualizado de R$ 20.610,20 (vinte mil seiscentos e dez reais e vinte centavos), o qual, segundo a parte autora, decorre de ação promovida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - SINJUSMAT objetivando a incorporação de 11,93% referentes à conversão da URV e pagamento do valor atrasado, devidamente corrigido. Citado o requerido apresentou contestação. Passa-se à decisão. Precedendo a análise acerca das características do documento em execução deve-se avaliar a competência do juízo. É cediço que, segundo a disciplina legal, o Juizado Especial possui competência para a execução dos seus próprios julgados, conforme disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.099/95, aplicável ao Juizado Especial da Fazenda Pública por força da disposição prevista no art. 27 da Lei nº 12.153/10. Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: (...)§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução: I - dos seus julgados; II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei. A propósito segue jurisprudência sobre a matéria: "PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. JUÍZO COMUM FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. ART. 3º, CAPUT, DA LEI N.º 10.259/01. ART. 575, II, DO CPC. SEGUIMENTO DA EXECUÇÃO PERANTE O JUÍZO COMUM FEDERAL QUE JULGOU A AÇÃO COLETIVA. DECISÃO PARCIALMENTE REFORMADA. A decisão agravada declinou da competência do Juízo Comum Federal em favor de uma das Varas dos Juizados Especiais Federais, considerando o valor atribuído à causa e tendo em vista a competência absoluta dos JEF's para processar e julgar a lide em questão, na forma do art. 3º, § 3º, da Lei n.º 10.259/2001 e a teor dos artigos 1º, 14 e 91 da Resolução nº 30, de 22/11/01, da Presidência deste eg. TRF-2ª Região. - O presente recurso foi tirado de execução individual oriunda de ação coletiva obtida por Sindicato, que tramitou perante o Juízo Federal da 18ª Vara/RJ. - Segundo o disposto no art. 3º, caput, da Lei n.º 10.259/01, os Juizados Especiais Federais detém a competência apenas para a execução de seus próprios julgados e de títulos executivos extrajudiciais, o que não é o caso dos autos. - Ademais, por força da regra geral contida no art. 575, II, do CPC, as execuções individuais de ações coletivas devem ser propostas no mesmo Juízo no qual proferida a sentença condenatória. - Agravo parcialmente provido para que a execução da ação coletiva prossiga perante o Juízo da 18ª Vara Federal/RJ, onde tramitou a ação coletiva proposta pelo Sindicato da categoria. (TRF-2 - AG: 165619 RJ 2008.02.01.007373-0, Relator: Desembargador Federal RENATO CESAR PESSANHA DE SOUZA, Data de Julgamento: 20/10/2008, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data: 03/11/2008 - Página:138)". No caso em exame os exequentes pretendem executar crédito oriundo de ação que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública (Ação Ordinária nº 103/2006), execução esta que deve ocorrer na própria vara que deu origem ao título. Dessa forma, a hipótese é de extinguir de ofício o processo, ante a incompetência do juízo. Ante o exposto, RECONHECE-SE a incompetência do juízo e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com amparo no art. 485, incisos IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000788-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINALVO GARCIA DE FARIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURÉLIO DA COSTA OAB - MT14958-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000788-50.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARINALVO GARCIA DE FARIAS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de "ação declaratória de nulidade c/c indenização de verba de fgts" proposta por MARINALVO GARCIA DE FARIAS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO consubstanciada em contrato temporário para exercer o cargo de apoio administrativo educacional e elementar realizando a função de vigia noturno, lotado em uma das unidades da Secretaria do Estado de Educação, no período de 2004 a 2018, objetivando a declaração de nulidade dos contratos e o recebimento do FGTS e a multa de 40% (quarenta por cento) no montante de R$ 9.553,94 (nove mil e quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos). Citado, o reclamado não compareceu na audiência e não apresentou a contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento dos requeridos na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em Juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. I – PRESCRIÇÃO Segundo o disposto no artigo 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932: "Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." Ultrapassado o prazo quinquenal, verifica-se a ocorrência da prescrição em relação às parcelas anteriores a abril/2014, haja vista que a ação foi distribuída no dia 05/04/2019. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a abril/2014. II - MÉRITO O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. É cediço que, os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem forma excepcional de contratação para prestação de serviço público. O art. 37, inciso II, da Constituição Federal, dispõe que: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (...) § 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei." (g.n.) A

Constituição Federal prevê expressamente, como regra, a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos e excepciona referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão declarado em lei. Os casos de contratação de natureza temporária deverão ocorrer por tempo determinado, com fundamento no excepcional interesse público, cuja contratação integrará o regime jurídico administrativo especial, tendo em vista sua caracterização precária e diversa da contratação por meio de concurso público ou estatutário. A contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público se dá por norma específica, não se aplicando a CLT. A Lei Complementar nº 600, de 19 de dezembro de 2017 dispõe sobre a contratação por tempo determinado no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, vejamos: "Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: I - assistência a emergências em saúde pública, inclusive surtos epidemiológicos; II - realização de recenseamentos; III - assistência a situações de calamidade pública; IV - admissão de professores substitutos ou professores visitantes, inclusive estrangeiros, pela: a) Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; b) Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC; (...) Art. 11 As contratações de pessoal por tempo determinado observarão o prazo máximo de: I - 06 (seis) meses, nas hipóteses previstas nos incisos I, III, IX, XI e XIII do art. 2º desta Lei Complementar; II - 12 (doze) meses, nas hipóteses previstas nos incisos II, IV, V, VI e VIII do art. 2º; nos incisos I, II e IV do art. 4º e no art. 6º desta Lei Complementar; (...) § 2º Apenas os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III deste artigo admitem prorrogação, por igual período, desde que permaneçam as condições que ensejaram a contratação. (...) Art. 18 O contratado segundo os termos desta Lei Complementar não poderá: I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato celebrado com o órgão/entidade; II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei Complementar, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I, III, IX, XI, XII e XIV do art. 2º desta Lei Complementar." (Grifei) No caso, o cargo a que o autor foi contratado temporariamente não esta no rol da lei taxativa, conforme o art. 2 Lei Complementar nº 600, de 19 de dezembro de 2017. Portanto, deve ser reconhecido o descumprimento das regras constitucionais e da legislação específica relativa à contratação por prazo determinado pela administração pública, impondo-se a nulidade dos contratos e, em consequência, aplica-se o art. 19-A, da Lei nº 8036/90. "Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário." Nesse sentido é a jurisprudência do STF: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (STF RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) (g.n.) Vê-se que a espécie de contratação não se enquadra na legislação estadual, eis que o cargo não esta previsto no rol da lei, não estando claro, inclusive, as circunstâncias da contratação conforme especificação legal – ônus probatório que é imposto ao requerido. Por essa premissa, impõe-se o reconhecimento da nulidade dos contratos por não observância às regras que embasam esta espécie de relação. Vale lembrar que, no âmbito do direito Administrativo vige o princípio da legalidade, segundo o qual a Administração somente pode atuar nos estritos limites da lei. Para tanto, de acordo com a decisão do STF, não observados os requisitos legais para a contratação temporária o trabalhador faz jus apenas ao recebimento do FGTS e saldo de salário. Assim, indefere-se o pedido de recebimento da multa de 40% (quarenta por cento). Por fim, NÃO É POSSÍVEL OUTORGAR AO CONTRATADO TEMPORÁRIO MAIORES DIREITOS QUE O PRÓPRIO SERVIDOR CONCURSADO POSSUI. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para declarar a nulidade dos contratos temporários do requerente e CONDENAR o requerido a pagar o valor de 8% sobre a remuneração bruta (correspondente ao percentual a título de FGTS), nos períodos de contratação temporária compreendidos de 04/2014 a 06/2018, acrescidos de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, desde a citação; e correção monetária pelo IPCA-E, a partir da data que deveria ter sido adimplido, e, de consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Para fins de cumprimento de sentença deve a parte autora juntar o cálculo do débito com os respectivos holerites de todo o período. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registra no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007840-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER DIVINODE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1007840-97.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WAGNER DIVINODE MELO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por WAGNER DIVINO DE MELO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 10.064,28 (dez mil e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos). A liminar foi deferida determinando a suspensão dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre os valores de adicional noturno. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso

dos autos. Passa-se ao mérito. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, o requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que no demonstrativo de id. 23970265 e 23970267 foram considerados os meses dos pagamentos do adicional noturno quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se à fazenda pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, (Tema 163[1] /STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir ao autor os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno dos mês 12/2014 (pago em 01/2015); e à autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 08/2019, respeitada a "data direito" e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1032267-09.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE BATISTA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1032267-09.2017.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ELIANE BATISTA DA SILVA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Citado, o requerido apresentou contestação. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada aos 01/10/1998, com a publicação da Lei Complementar nº 50/1998. A ação foi proposta no ano de 2017 passados mais de cinco anos da vigência da referida lei. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, DECLARA-SE, de ofício, a prescrição da pretensão e por consequência extinto o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico

remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036234-28.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DURCILENE GUIA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1036234-28.2018.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: DURCILENE GUIA DA SILVA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Citado, o requerido apresentou contestação. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada aos 01/10/1998, com a publicação da Lei Complementar nº 50/1998. A ação foi proposta no ano de 2018 passados mais de cinco anos da vigência da referida lei. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, DECLARA-SE, de ofício, a prescrição da pretensão e por consequência extinto o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012052-46.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELENIL GASPAR CEBALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1012052-46.2016.8.11.0041 AUTOR(A): ELENIL GASPAR CEBALHO RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “ação de obrigação de não fazer cumulada com repetição de indébito” proposta por ELENIL GASPAR CEBALHO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e regime de plantão, bem como a restituição do montante descontado, perfazendo o total atualizado de R$ 15.372,24 (quinze mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. PRESCRIÇÃO A jurisprudência é pacífica no sentido de que não incide a prescrição sobre o fundo de direito em obrigação de trato sucessivo, mas apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32[1] e da Súmula nº 85 do STJ[2]. Ultrapassado o prazo quinquenal, verifica-se a ocorrência da prescrição em relação à parcela de julho/2011, haja vista que a ação foi distribuída no dia 27/07/2016. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a 07/2011. MÉRITO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014, onde estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para

responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, o requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional de regime de plantão e adicional de insalubridade. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que no demonstrativo de id. 23829452 foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Observa-se ainda, que na folha de pagamento do mês 12/2011 foi pago o adicional de regime plantão do mês 05/2011, que se encontra prescrito. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade (Tema 163[3]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre as verbas de adicional de regime de plantão no período de 12/2011 (referentes aos pagamentos dos meses 08, 09 e 10/2011) a 12/2014 e adicional de insalubridade no período de 03/2012 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 07/2019, bem como os valores vincendos no decorrer do processo, mediante comprovação, ambas as importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1022814-53.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA BULZON (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BARBARA LIMA E CASTRO OAB - MG155459 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1022814-53.2018.8.11.0041 REQUERENTE: APARECIDA BULZON REQUERIDO: MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Cuida-se de "ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação liminar da tutela obrigacional", proposta por APARECIDA BULZON em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, almejando seja determinada a obrigação de remover a autora da cidade de Nova Lacerda/MT para Juscimeira/MT. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido. Citado, o requerido não apresentou contestação e não compareceu à audiência de conciliação. Considerando a indisponibilidade do interesse público (artigo 345, II, CPC/2015), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Passa-se ao julgamento. Em síntese, a requerente aduz que mantém vínculo com o ESTADO DE MATO GROSSO como professora de geografia lotada no município de Nova Lacerda – MT, porque foi aprovada em novo certame e pretende cumular dois cargos de professora da rede pública estadual, exercendo-os no município de Juscimeira – MT, em cujo concurso ficou classificada razão pela qual realizou pedido de remoção, o qual foi negado sob a justificativa de impossibilidade em razão da vedação relativa ao período eleitoral. Após análise das provas produzidas, verifica-se que o indeferimento do pedido administrativo da servidora se deu em virtude de não haver disponibilidade de vagas para remoção, sendo as vagas preenchidas pelos aprovados no concurso Edital 01/2017 (id. 25710053 - Pág. 3). Observa-se, ainda, do id. 25710053 - Pág. 26 que foi publicada Portaria n° 749/2018/GS/SEDUC/MT que dispõe sobre remoção "a pedido" dos Profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso, estabelecendo critérios para remoção dos profissionais para o ano letivo de 2019 e o período de inscrições de 03/12/2016 a 10/12/2018. Denota-se do quadro de vagas id. 25710053 - Pág. 28 que não há disponibilidade de vagas para remoção no cargo de professor da educação básica para o município de Juscimeira. Extrai-se da relação de inscritos e do resultado da remoção (id. 25710053 - Pág. 17 e 35/45) que a autora sequer figura como candidata. A remoção de Servidor Publico ocorre de duas formas, ex-officio ou a pedido do Servidor[1]. Contudo, em ambos os casos, devem ser atendidos o interesse e a conveniência da Administração Publica, que ao analisar o pedido e/ou determinar a remoção de Servidor, deve obedecer à discricionariedade administrativa observando as necessidades do serviço, a existência de vagas, regras e princípios legais, observada. Senao vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - REMOÇÃO - PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PEDIDO INDEFERIDO POR DECISÃO MOTIVADA - REVISÃO DO ATO PELO PODER JUDICIÁRIO - VEDAÇÃO VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES - AUSÊNCIA - RISCO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO - NÃO CONSTATAÇÃO - DESPROVIMENTO. - O ato de transferência e remoção do servidor se insere no poder discricionário da Administração Pública, observados os critérios da conveniência e oportunidade, estando o controle judicial restrito ao exame da sua legalidade. (TJ-MG - AI: 10024142384452001 MG, Relator: Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 07/05/2015, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/05/2015) Não se vislumbra dos autos que o interesse pessoal da requerente possa prevalecer em detrimento do serviço público. A remoção decorre de ato administrativo pautado em razões de conveniência e oportunidade da Administração, sendo apenas, excepcionalmente, admitida com fundamento no interesse do servidor público. Desse modo, não restou demonstrado qualquer vício ou ilegalidade do ato administrativo. É cediço que incumbe o ônus de prova dos fatos constitutivos do direito à parte autora, como dispõe o artigo 373, inciso I, do CPC. Neste sentido, oportuno registrar que a deficiência probatória não deve ser suprida pelo julgador, logo não há diligência a ser ordenada por este Juízo, conforme se extrai do Informativo nº 0450, Quarta Turma, vejamos: "O art. 130 do CPC dispõe que o juiz é o principal destinatário da prova e, por conseguinte, a ele cabe determinar as diligências necessárias para a formação do seu convencimento, não havendo compatibilidade com a atual processualística a restrição desse seu poder de iniciativa. Ao julgador não é possível suprir a deficiência probatória da parte, violando, assim, o princípio da imparcialidade, mas, diante da dúvida surgida com a prova constante dos autos, cabe-lhe aclarar os pontos obscuros de modo a formar adequadamente a sua convicção. Precedentes citados: AgRg no REsp 294.609-RJ, DJe 24/6/2010; REsp 382.742-PR, DJ 26/4/2006, e REsp 222.445-PR, DJ 29/4/2002. REsp 906.794-CE, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 7/10/2010". Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação do MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Preclusa a via recursal, arquive-se com as baixas necessárias.

Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 51 Remoção é o deslocamento do servidor a pedido ou de oficio, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, observada a lotação existente em cada órgão: (Nova redação dada pela LC 187/04) I - de uma para outra repartição do mesmo órgão ou entidade; II - de um para outro órgão ou entidade, desde que compatíveis a situação funcional e a carreira especifica do servidor removido. § 1º A remoção a pedido para outra localidade, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, fica condicionada à apresentação de laudo pericial emitido pela Corregedoria-Geral de Perícia Medica da Secretaria de Estado de Administração - SAD, bem como à existência de vagas. (Acrescentado pela LC 187/04) § 2º A remoção para outra localidade, baseada no interesse público, deverá ser devidamente fundamentada. (Acrescentado pela LC 187/04)

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001322-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA CONCEICAO DE BARROS CALDAS TEIXEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA FERRARI BORGES LEAL OAB - MT15628-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001322-91.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANDREIA CONCEICAO DE BARROS CALDAS TEIXEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). FUNDAMENTA-SE e DECIDE-SE. Cuida-se de 'Ação de Indenização por Danos Morais c/c pedido de Antecipação de Tutela" que promove ANDRÉIA CONCEIÇÃO DE BARROS CALDAS TEIXEIRA em face do ESTADO DE MATO GROSSO, postulando a exclusão do protesto por falta de pagamento de débito inexistente junto ao 4° Serviço Notarial de Cuiabá/MT datado de 11/07/2018, protocolo n° 6070483 referente a CDA n° 2017298108 – 18/08/2017, bem como retire o débito da Dívida Ativa e a condenação da requerida em danos morais no valor de 20 salários mínimos. Afirma, em síntese, que sofreu protesto indevido por parte do ESTADO DE MATO GROSSO, relativa a débito de IPVA de seu veículo furtado em 30/03/2014. Sustenta que a anotação decorreu de erro da administração haja vista que a própria SEFAZ/MT não reconhece o débito do IPVA da autora. Citado, o requerido apresentou contestação e não compareceu à audiência de conciliação. Considerando a indisponibilidade do interesse público (artigo 345, II, CPC/2015), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Passa-se ao mérito. O cerne da questão é definir se o ato da administração consistente em efetivar protesto no nome da autora se constitui, no caso concreto, em ato ilícito. Inicialmente há que se destacar que, em se tratando de ato comissivo se aplica a regra do art. 37, § 6º, da CF, hipótese que se exige somente a comprovação do nexo de causalidade entre a ação estatal e o evento danoso. A prova dos autos demonstra que restou incontroverso a existência do protesto. Contudo, compulsando os autos verifica-se que não restou comprovado a origem do débito levado a protesto, eis que a parte autora não juntou aos autos a CDA N° 2017298108 a confirmar que se trata de débitos de IPVA do veículo I/Toyota Hilux CD 4x4 SRV, placas: 0AY0303, que fora roubado/furtado. Verifica-se do extrato de IPVA, id. 20598964 - Pág. 1, do referido veículo não consta débito, e o valor do título inscrito na certidão de protesto não se refere a qualquer parcela do IPVA do veiculo furtado. Observa-se, ainda, no id. 20783495 - Pág. 1, que o requerido apresentou decisão administrativa n° 2019183539 de 07/06/2019, determinando o cancelamento da CDA 2017298108, em nome de ANDREIA CONCEICAO DE BARROS C TEIXEIRA, CPF 345.948.841-72, mas há divergência no referido documento, eis que consta dois números diversos de CDA's (CDA N.°: 2017246246 e CDA n° 2017298108). Desse modo, não há nexo de causalidade que autorize o reconhecimento do dever de indenizar. Portanto, na espécie não estão comprovados os requisitos necessários à responsabilização civil do requerido. Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS e declara-se extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487,I, do CPC . Sem custas e honorários (art.54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c 27, da Lei nº 12.153/09). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Preclusa a via recursal, arquive-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002070-60.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENIMA DA SILVA ALMEIDA EVANGELISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002070-60.2018.8.11.0001 REQUERENTE: GENIMA DA SILVA ALMEIDA EVANGELISTA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de Reclamação proposta por GENIMA DA SILVA ALMEIDA EVANGELISTA em desfavor do MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, objetivando a concessão da aposentadoria especial com paridade e proventos integrais por ter completado 25 anos de contribuição e de tempo de serviço. Citado, o requerido não compareceu na audiência de conciliação, mas apresentou contestação. Passa-se à apreciação. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conhece-se diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. A requerente, servidora pública lotada na Secretaria de Estado de Segurança Pública, no cargo de Escrivão de Polícia (Declaração - id. 14907449), alega que, por exercer atividade especial e contar com 25 (vinte e cinco) anos e 04 (quatro) meses e 18 (dezoito) dias de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial e o mesmo tempo de contribuição, faz jus a aposentaria especial. No âmbito do Estado de Mato Grosso, a aposentadoria especial dos integrantes das carreiras da Polícia Judiciária Civil está disciplinada na Lei Complementar nº 401/2010, que dispõe: Art. 1º Será adotado regime especial de aposentadoria, nos termos do Art. 40, § 4º, inciso II da Constituição Federal, para os ocupantes dos cargos de provimento efetivo que integram as carreiras de policiais civis, do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo, cujo exercício seja considerado atividade de risco. Art. 2º O policial civil, os servidores do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo serão aposentados voluntariamente, independentemente da idade, após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, com pelo menos, 20 (vinte) anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial, fazendo jus à remuneração do cargo efetivo, com revisão na mesma data e proporção dos que se encontram em atividade, inclusive em decorrência de transformação ou reclassificação do cargo ou função. Parágrafo único. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória. (Acrescentado pela LC 524/14) Parágrafo único. A servidora do sexo feminino ocupante de quaisquer dos cargos a que se refere o caput do presente artigo será aposentada voluntariamente, independente da idade, após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte com, pelo menos, 15 (quinze) anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial, fazendo jus à remuneração do cargo efetivo, com revisão na mesma data e proporção dos que se encontram em atividade, inclusive em decorrência de transformação ou reclassificação do cargo ou função. (Acrescentado pela LC 558/14) Observa-se que, em consulta ao site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a LC nº 558/14, cujo teor acrescentou a disposição do segundo parágrafo único ao art. 2º da LC nº

401/2010, publicada no DOE de 29/12/14, decorre de iniciativa parlamentar (https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lc-558-2014.pdf). O Supremo Tribunal tem declarado a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, das leis estaduais provenientes de projetos de iniciativa parlamentar que, a exemplo da LC nº 558/14, tratam do regime jurídico dos servidores, cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, inc. II, da CF). Nesse sentido: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 191/00, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. DOCUMENTOS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NA POSSE DE NOVOS SERVIDORES. MATÉRIA RELATIVA AO PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. OFENSA AO ART. 61, § 1º, II, C DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O art. 61, § 1º, II, c da Constituição Federal prevê a iniciativa privativa do Chefe do Executivo na elaboração de leis que disponham sobre servidores públicos, regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Por outro lado, é pacífico o entendimento de que as regras básicas do processo legislativo da União são de observância obrigatória pelos Estados, "por sua implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes". Precedente: ADI 774, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 26.02.99. 2. A posse, matéria de que tratou o Diploma impugnado, complementa e completa, dispõe sobre critério de progressão funcional de servidores do Estado do Mato Grosso, juntamente com a entrada no exercício, o provimento de cargo público iniciado com a nomeação do candidato aprovado em concurso. É, portanto, matéria claramente prevista no art. 61, § 1º, II, c da Carta Magna, cuja reserva legislativa foi inegavelmente desrespeitada. 3. Ação direta cujo pedido se julga procedente". (ADI 2420/ES, Tribunal Pleno, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 8/4/05). Ação Direta de Inconstitucionalidade. Pedido de concessão de medida cautelar. 2. Lei nº 7.341, de 2002, do Estado do Espírito Santo, que dispõe sobre a necessidade de diploma de graduação em curso superior de ensino para o cargo de Agente de Polícia. 3. Regime jurídico de servidores públicos. Lei de iniciativa da Assembleia Legislativa. Vício de iniciativa. 4. Configuração dos requisitos de plausibilidade jurídica do pedido e conveniência política de suspensão da vigência da Lei. 5. Cautelar deferida com efeitos ex tunc". (ADC 2856-MC/ES, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 30/4/04). Desse modo, a jurisprudência no Supremo Tribunal Federal é no sentido da estrita observância da reserva privativa do Poder Executivo, sob pena de, por via transversa, alterar-se as regras de competência legislativa. Como sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal, as normas que regem o processo legislativo previstas na Constituição Federal são de reprodução obrigatória pelos Estados-Membros e Municípios, sob pena de incorrerem em vício insanável de inconstitucionalidade. (Precedente: RE 505476 AgR/SP; RE 586050 AgR/AC) Portanto, o desrespeito às regras que a Constituição elegeu como titular da reserva da iniciativa legislativa implica o vício formal subjetivo que contamina a lei de nulidade inconvalidável, à propósito: A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. [ADI 2.867, rel. min. Celso de Mello, j. 3-12-2003, P, DJ de 9-2-2007.] = ADI 2.305, rel. min. Cezar Peluso, j. 30-6-2011, P, DJE de 5-8-2011 Destarte, por força da reserva privativa atribuída ao Poder Executivo, no § 1º, do art. 61, da Constituição da República, a normativa que disponha sobre regime previdenciário dos servidores públicos é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A inserção do parágrafo único ao art. 2º da LC nº 401/2010, por meio da LC nº 558/14, está diretamente relacionada ao regime jurídico dos servidores estaduais uma vez que trata da aposentadoria de servidor público com impacto de natureza financeira. No âmbito da doutrina, o Min. Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco esclarecem que "a iniciativa privativa visa subordinar ao seu titular a conveniência e oportunidade da deflagração do debate legislativo em torno do assunto reservado". E complementam que "(...) o controle de constitucionalidade difuso, concreto, ou incidental, caracteriza-se, fundamentalmente, também no Direito brasileiro, pela verificação de uma questão concreta de inconstitucionalidade, ou seja, de dúvida quanto à constitucionalidade de ato normativo a ser aplicado num caso submetido à apreciação do Poder Judiciário. 'É mister – diz Lucio Bittencourt – que se trate de uma controvérsia real, decorrente de uma situação jurídica objetiva'. Anote-se que não se faz imprescindível à alegação dos litigantes, podendo o juiz ou o Tribunal recusar-lhe aplicação, a despeito do silêncio das partes.". (G.n.) Desse modo, em sede do controle difuso de constitucionalidade sendo clara a existência de vício de iniciativa quanto ao parágrafo único do art. 2º da LC nº 401/2010, acrescido por meio da LC nº 558/14, impõe-se o reconhecimento, de ofício, da inconstitucionalidade do dispositivo. A inconstitucionalidade da norma legal que reduziu o prazo de contribuição de 30 para 25 anos para as carreiras da Polícia Judiciária Civil, conduz à improcedência do pedido, em razão da ausência do requisito legal para concessão da aposentadoria especial. Diante do exposto, DECLARA-SE, de ofício, via controle difuso, A INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL SUBJETIVA (VÍCIO DE INICIATIVA) ante a ofensa direta ao art. 61, §1º, II, "c", da Constituição Federal, e art. 39, parágrafo único, inc. II, "b", da Constituição Estadual de Mato Grosso, e, por consequência, afasta-se a aplicação do parágrafo único, do art. 2º da LC nº 401/2010, acrescentado pela LC nº 558/14; e, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido de aposentadoria especial formulado por GENIMA DA SILVA ALMEIDA EVANGELISTA em desfavor do MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, e extingue-se o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Decorrido o prazo recursal sem impugnação à sentença, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004033-51.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARACI DA SILVA PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1004033-51.2016.8.11.0041 AUTOR(A): ARACI DA SILVA PEREIRA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde –SUS do Estado de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Citado, o requerido apresentou contestação. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde-SUS de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada com as publicações das Leis n° 7.360, de 14 de dezembro de 2000 e n° 8.269, de 29 de dezembro de

2004. A ação foi proposta no ano de 2016 passados mais de cinco anos da vigência da referida lei. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012270-74.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAERCIO GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1012270-74.2016.8.11.0041 AUTOR(A): LAERCIO GOMES RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer cumulada com repetição de indébito" proposta por LAERCIO GOMES em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados no importe de R$ 1.451,21 (mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos). Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, o requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional insalubridade. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional insalubridade (Tema 163[3] /STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir ao autor os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional insalubridade nos meses 11/2013 (sendo no mesmo mês pagos os meses 08,09 e 10/2013) a 12/2014; e à autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01,02,03 e 06/2015, e demais valores vincendo, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. [2] SÚMULA Nº 85: Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. [3] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007749-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

ELERSON MENDES DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX MALHEIROS DE LIMA OAB - MT14418/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1007749-07.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ELERSON MENDES DA CUNHA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por ELERSON MENDES DA CUNHA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 4.424,02 (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e um centavo). A liminar foi deferida determinando a suspensão dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre os valores de adicional noturno. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO Trata-se de pedido de restituição de contribuição previdenciária que abrange período posterior a janeiro/2015, relativo a servidor público na ativa. A Lei Complementar nº 560/2014 estabelece que o MTPREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, competente para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (01/01/2015). Diante do exposto, DECLARA-SE a ilegitimidade passiva do Estado de Mato Grosso, por consequência determina-se sua exclusão do polo passivo no sistema PJe. IMPUGNAÇÃO A JUSTIÇA GRATUITA Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. Em síntese, o requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que no demonstrativo de id. 23950246 foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais e cargo comissionado quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se à fazenda pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir de forma simples a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de janeiro/2015 a agosto/2019, respeitada a "data direito" e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Promova a secretaria a exclusão do ESTADO DE MATO GROSSO no cadastro do polo passivo no sistema PJe. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000588-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GREYCK DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000588-43.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GREYCK DE ARRUDA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a parte autora, servidor público estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo teve a carreira reestruturada com a publicação das Leis 8.089, de 20 de janeiro de 2004 e 8.260, de 28 de dezembro de 2004. A ação foi proposta no ano de 2019, passados mais de cinco anos da vigência das referidas leis. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI

ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000214-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LORENI AUGUSTA PIVETTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000214-27.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LORENI AUGUSTA PIVETTA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde –SUS do Estado de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Citado, o requerido apresentou contestação. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde-SUS de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada com as publicações das Leis n° 7.360, de 14 de dezembro de 2000 e n° 8.269, de 29 de dezembro de 2004. A ação foi proposta no ano de 2019 passados mais de cinco anos da vigência da referida lei. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004202-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSSIMARA DA SILVA TRIGUEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LAISA GONCALVES AQUINO OAB - MT14839-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1004202-33.2019.8.11.0041 AUTOR(A): JUSSIMARA DA SILVA TRIGUEIRO RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099.95. Indefere-se o pedido de reconsideração, notadamente diante da ausência de elementos que alterem o quadro fático inicialmente delineado quanto à probabilidade do direito. Trata-se de "ação de obrigação de fazer com pedido de liminar", proposta por JUSSIMARA TRIGUEIRO OHLWEILER em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, considerando a suposta demora do reclamado em proceder a nomeação da reclamante. Foi realizada a audiência de conciliação, sendo que o reclamado não compareceu, porém apresentou contestação. Considerando a indisponibilidade do interesse público, deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. A liminar foi indeferida. Passa-se ao julgamento. Pois bem, informa a reclamante que foi aprovada no concurso sob edital 01/2017, de 03 de julho de 2017, na 14ª posição, para o cargo de professor da educação básica – Pedagogia, contudo, teve sua posse suspensa nos termos do documento de id. 17688749, para análise do diploma de graduação. A suspensão da posse ocorreu com fundamento no art.80 da Lei n° 9.394/96 – LDB regulamentada pelo Decreto n° 9.057/2017, que dispõe sobre a educação distância, bem como na Instrução Normativa n. 03/2013, modificada pela Instrução Normativa n. 01/2018 que preceitua a necessidade de apresentação de diploma reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação como requisito para nomeação. A intervenção do judiciário no âmbito da administração é feita de forma excepcional, apenas quando verificada inconstitucionalidade ou ilegalidade formal ou substancial a provocar a sua atuação, em respeito ao princípio da separação dos poderes. Dessa maneira, a suspensão da posse do reclamante, no caso, é cautela legitimada ao poder púbico, no âmbito de sua atuação, quando verificada suspeita de fraude ou na hipótese do candidato não ter contemplado os requisitos necessários ao cargo. A este juízo incumbe, tão somente, analisar a legalidade no ato de suspensão da posse por decorrência de análise do diploma, sendo incumbência da reclamante a juntada de prova incontestável do reconhecimento da legalidade do documento. Ocorre que a reclamante não fez prova da regularidade do diploma, pois não trouxe aos autos a situação atual do curso e da instituição junto ao MEC, e também qualquer documento constitutivo que demonstre ser indevida a suspensão da nomeação. Ademais, a reclamante não juntou o diploma de sua primeira licenciatura, que a legitimou a cursar o segundo curso, de artes, incumbências estas que lhe eram devidas, por força do artigo 373, I, do CPC. Outrossim, a instrução neste feito é aferida somente por prova documental, sendo desnecessária a oitiva de testemunhas em audiência de instrução e julgamento. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000820-26.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ELIDA BLANCO INSAURRALDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO DE SOUZA MORENO OAB - MT17326/O-O (ADVOGADO(A))
JOSIELLEN THAYANE MATOS DA SILVA OAB - MT20406-O (ADVOGADO(A))
Doriane Jurema Psendziuk OAB - MT5262-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000820-26.2017.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA ELIDA BLANCO INSAURRALDE REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de Ação de Cobrança proposta por MARIA ELIDA BLANCO INSAURRALDE em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e do MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, almejando o pagamento da quantia de atualizada de R$ 22.416,36 (vinte e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos) referente à contribuição previdenciária sobre a parcela de proventos que não exceda o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, de março de 2014 até fevereiro de 2017, por ser portadora de cardiopatia grave. Citado, o requerido deixou de comparecer na audiência de conciliação e apresentou contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento do requerido à audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixo de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. A parte autora noticia que foi reconhecido judicialmente seu direito a isenção do imposto de renda em virtude de ser portadora de cardiopatia grave. Assevera, contudo, que a Administração vem realizando descontos a título de contribuição previdenciária sobre o valor que ultrapassa o teto dos benefícios do regime geral, quando o correto é somente em relação ao que supere o dobro do limite máximo do teto da previdência, de modo que pleiteia a restituição do período de março de 2014 até fevereiro de 2017. A contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões está regulamentada no §21, do art. 40, da Constituição Federal, nos seguintes moldes: Art. 40. (...) § 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (...) § 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. Destarte, o § 21 estabelece uma espécie de exceção ao §18 aos portadores de doenças incapacitantes, devendo ser calculada a contribuição previdenciária apenas sobre os valores que superem o dobro do limite máximo do teto do RGPS. É a jurisprudência: AGRAVO REGIMENTAL — MANDADO DE SEGURANÇA — CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA — PROVENTOS DA APOSENTADORIA — SERVIDOR ACOMETIDO DE DOENÇA INCAPACITANTE — NÃO OBSERVÂNCIA DO TETO CONSTITUCIONAL — LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 4, DE 15 DE OUTUBRO DE 1990 — APLICAÇÃO — DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR — MANUTENÇÃO. Em consonância com o entendimento reiterado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a contribuição previdenciária de servidor público inativo ou militar, acometido de doença incapacitante do rol previsto no artigo 213, I, § 1º, da Lei Complementar do Estado de Mato Grosso nº 4, de 15 de outubro de 1990, incide tão somente sobre o valor que exceder o dobro do limite máximo estabelecido aos benefícios do regime geral de previdência social, conforme o artigo 40, § 21, da Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, é de rigor a manutenção de decisão agravada que deferiu a segurança. Recurso não provido. (TJMT - AgR 178434/2015, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO

PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 04/02/2016, Publicado no DJE 15/02/2016). Na hipótese dos autos, a parte autora teve reconhecido nos autos nº 0504617-72.2014.8.11.0001, em trâmite neste Juizado, o direito a isenção do IR. Registre-se que naquele processo ficou demonstrada a existência da doença "cardiopatia grave" por meio de Perícia Médica Judicial ocorrida no Processo 0003404-80.2008.4.03.6201, Juizado Especial Federal Previdenciário da 3º Região, no qual foi julgado procedente o pedido para aposentadoria por invalidez. Assim, tratando-se do mesmo rol da isenção do IR para a contribuição previdenciária, o valor a ser descontado do benefício de pensão percebido pela parte autora deverá incidir somente sobre o montante que exceder o dobro do teto previdenciário, fazendo jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas a maior, sem observância ao disposto no art. 40, § 21, da CF. Portanto, faz jus à restituição dos valores cobrados a maior, do período de 03/2014 a 02/2017. Quanto ao índice atualizador, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003 a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% (um) por cento ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR os requeridos a restituírem os valores que NÃO superem o dobro do limite máximo estabelecido para o regime geral da previdência social, sendo o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a soma dos valores descontados no período de março/2014 a dezembro/2014, no valor de R$ 5.312,14 (cinco mil, trezentos e doze reais e quatorze centavos) e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma de descontos de mesma natureza dos meses de janeiro/2015 a fevereiro/2017, no montante de R$ 15.307,50 (quinze mil, trezentos e sete reais e cinquenta centavos), ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação do MM. Juiz de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011842-92.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUVENTINO PEDROSO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1011842-92.2016.8.11.0041 AUTOR(A): JUVENTINO PEDROSO DA SILVA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de servidores públicos estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde –SUS do Estado de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Citado, o requerido apresentou contestação. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o autor, servidor público estadual da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde-SUS de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada com as publicações das Leis n° 7.360, de 14 de dezembro de 2000 e n° 8.269, de 29 de dezembro de 2004. A ação foi proposta no ano de 2016 passados mais de cinco anos da vigência da referida lei. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002654-30.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

LEZIHEL NUNES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE DE JESUS SILVA OAB - MT21602/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002654-30.2018.8.11.0001 REQUERENTE: LEZIHEL NUNES DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Cuida-se de "ação cobrança" proposta por LEZIHEL NUNES DA SILVA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando o recebimento da gratificação adicional correspondente a 10% dos respectivos vencimentos fixos dos policiais civis e militares atuantes no GAECO do período de 14/01/2015 a 31/07/2017 no montante atualizado de R$ 37.698,65 (trinta e sete mil seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos). Citado, o requerido não apresentou contestação e não compareceu na audiência conciliatória. Contudo, inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Passa-se à apreciação. A Lei Complementar Estadual nº 119/2002 disciplina a criação, no âmbito do Poder Executivo e do Ministério Público do Estado, do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado – GAECO, composto de membros e servidores do Ministério Público e de equipes da Polícia Militar e Polícia Civil, cuja atribuição é combater o crime organizado no Estado de Mato Grosso, disciplina em seu art. 6º, parágrafo único que: Art. 6º O GAECO terá dotação orçamentária específica, dentro da proposta orçamentária do Ministério Público e destinação de recursos pelo Poder Executivo. Parágrafo único Os integrantes do GAECO receberão gratificação adicional não incorporável, correspondente a 10% (dez por cento) de seus respectivos vencimentos fixos, durante o período de atuação no referido Grupo, observada a disponibilidade financeira para despesa de pessoal. Extrai-se do texto acima que, para que o servidor faça jus ao recebimento da gratificação, a saber, deve ser observada a disponibilidade financeira para despesa de pessoal. Entretanto, não consta na documentação trazida pela parte autora qualquer comprovação da disponibilidade financeira para fins de recebimento da referida verba. Considerando a ausência de comprovação da disponibilidade financeira para despesa de pessoal, não restando atendido o requisito legal para fins de recebimento da gratificação, o que impede o deferimento do pedido. O ônus de prova dos fatos constitutivos do seu direito incumbe à parte reclamante (artigo 373, I, do CPC). Logo, a mingua de prova capaz de comprovar o alegado pela parte reclamante, não há necessidade de diligência a ser ordenada por este Juízo, conforme se extrai da jurisprudência a seguir: "(...) A insuficiência ou falta de provas acarreta a improcedência do pedido, não a extinção do processo sem julgamento do mérito. Se o autor não consegue provar o fato constitutivo de seu direito, deverá sofrer as consequências da ausência ou insuficiência de provas, que invariavelmente será a improcedência de seu pedido, nos termos do art. 269, I, CPC. Em outras palavras, não provado o direito postulado, o julgador deve negar a pretensão, que ocorrerá com o julgamento de mérito do pedido" (REsp 873.884/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 02/03/2010, DJe 29/03/2010) (...) (TJ-MA - Apelação APL 0383592015 MA 0007807-88.2006.8.10.0040 (TJ-MA) - Data de publicação: 04/11/2015). Nesse esteio, não restou cabalmente demonstrado o direito do requerente ao recebimento da gratificação no período de 14/01/2015 a 31/07/2017. Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, de consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007632-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KASSIA KISS DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1007632-16.2019.8.11.0001 REQUERENTE: KASSIA KISS DA CRUZ REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer cumulada com repetição de indébito c/c tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por KASSIA KISS DA CRUZ em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, e a restituição, em dobro, do montante descontado no período de 08/2015 a 08/2019, perfazendo o total R$ 3.890,16 (três mil oitocentos e noventa reais e dezesseis centavos). A Liminar foi deferida. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 23907888, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1] /STF); 2) condenar e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 08/2015 a 08/2019, respeitada a "data direito", e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em

julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000786-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ISABEL GARCIA DE FARIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURÉLIO DA COSTA OAB - MT14958-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000786-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ISABEL GARCIA DE FARIAS REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de "ação declaratória de nulidade c/c indenização de verba de FGTS" proposta por ISABEL GARCIA DE FARIAS em desfavor do MUNICÍPIO DE CUIABÁ, na qual objetiva a declaração de nulidade dos sucessivos contratos temporários do período de 08/2007 a 05/2016, pagamento do FGTS e a multa de 40% (quarenta por cento) no montante de R$ 9.384,73 (nove mil, trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos). Citado, o reclamado não compareceu na audiência e não apresentou a contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento dos requeridos na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em Juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. I – PRESCRIÇÃO Segundo o disposto no artigo 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932: "Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." Ultrapassado o prazo quinquenal, verifica-se a ocorrência da prescrição em relação às parcelas anteriores a abril/2014, haja vista que a ação foi distribuída no dia 05/04/2019. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a abril/2014. II - MÉRITO É cediço que os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem forma excepcional de contratação para prestação de serviço público, haja vista que o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, prevê expressamente a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos, excepcionando referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão e a contratação temporária, em caso de excepcional interesse público, vejamos: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) Observa-se ainda que, o § 2º do artigo alhures mencionado preceitua: "A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei." O art. 37, inciso IX, da CF estabelece que: "IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público." Tal legislação regulamentará o regime jurídico administrativo especial, tendo em vista sua caracterização precária e diversa da contratação por meio de concurso público ou estatutário. Portanto, trata-se de norma específica, não se aplicando a CLT ao presente caso, eis que a relação é jurídico administrativa[1]. Assim, o Município de Cuiabá atendeu aos requisitos estabelecidos pela legislação que rege o tema editando a Lei Municipal nº 4.424/2003, que estabelece: Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal direta, as autarquias e as Fundações Públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei. Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município: I – assistência e situações de calamidade pública; II – combate a surtos endêmicos; III – admissão de professor substituto e professor visitante; IV – qualquer atividade que necessita ser assegurada pelo Poder Público: a) limpeza pública; b) construções públicas; c) serviços na área de Saúde; d) atividades administrativas inerentes a manutenção dos serviços públicos nas secretarias municipais; V – atender programas sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social; (g.n.) V – atender programas sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. (Nova redação dada pela Lei nº 5.917, de 02 de março de 2015, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE nº 578 de 04/03/2015) (...) Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, podendo ser prorrogado por mais vez pelo mesmo período, observados os seguintes prazos máximos: Parágrafo único. Dentro do prazo de 90 (noventa) dias após a extinção de contratos em virtude do término do prazo nele estabelecido, é permitida, nas áreas da saúde e da assistência social, a recontratação de pessoal no âmbito municipal, com aproveitamento da seleção anterior a que tenha se submetido o contratado, desde que se demonstre, pelo titular da Secretaria interessada na contratação, a necessidade temporária de sua permanência no serviço público em razão da natureza da atividade laboral a ser desenvolvida e para que não reste prejudicado o interesse público e o normal andamento das atividades estatais, caso em que a contratação será permitida pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, procedendo-se, neste intervalo, à realização de novo processo seletivo simplificado. (Acrescentado pela Lei nº 5.920, de 19 de março de 2015, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE nº 591, de 23 de março de 2015) I – até doze meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º; II – até doze meses, no caso do inciso III do art. 2º; II– até dezoito meses, no caso do inciso III, do art. 2°. (Nova redação dada pela Lei nº 5.172 de 30/12/2008, publicada na Gazeta Municipal nº 942 de 27/02/2009) III – até dois anos, nos casos dos incisos IV, V, e VI do art. 2º. (g.n.) III – até 4 (quatro) anos, nos casos dos incisos IV, V e VI do art. 2º." (Nova redação dada pela Lei nº 5.917, de 02 de março de 2015, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE nº 578 de 04/03/2015) Com efeito, a Lei Municipal vigente à época da contratação determinava que os contratos por prazo determinado poderiam ser prorrogados, por uma única vez, pelo mesmo período respeitado o prazo máximo de até 18 meses. Extrai-se da documentação juntada que a requerente foi contratada temporariamente pelo Município no período de 08/2007 a 05/2016, junto à Secretaria Municipal de Educação, exercendo a função de professora, totalizando mais de 18 meses. Portanto, deve ser reconhecido o descumprimento das regras constitucionais e da legislação específica relativa à contratação por prazo determinado pela administração pública, impondo-se a nulidade dos contratos e, em consequência, aplica-se o art. 19-A, da Lei nº 8036/90. "Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário." Nesse sentido é a jurisprudência do STF: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à

percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (STF RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) (g.n.) Vê-se que a espécie de contratação não se enquadra na legislação estadual, não estando claro, inclusive, as circunstâncias da contratação conforme especificação legal – ônus probatório que é imposto ao requerido. Por essa premissa, impõe-se o reconhecimento da nulidade dos contratos por não observância às regras que embasam esta espécie de relação. Vale lembrar que, no âmbito do direito Administrativo vige o princípio da legalidade, segundo o qual a Administração somente pode atuar nos estritos limites da lei. Para tanto, de acordo com a decisão do STF, não observados os requisitos legais para a contratação temporária o trabalhador faz jus apenas ao recebimento do FGTS e saldo de salário. Assim, indefere-se o pedido de recebimento da multa de 40% (quarenta por cento). Por fim, NÃO É POSSÍVEL OUTORGAR AO CONTRATADO TEMPORÁRIO MAIORES DIREITOS QUE O PRÓPRIO SERVIDOR CONCURSADO POSSUI. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para declarar a nulidade dos contratos temporários e seus aditivos e CONDENAR o requerido a pagar o valor de 8% sobre a remuneração bruta (correspondente ao percentual a título de FGTS) à requerente, no período não prescrito de 04/2014 a 05/2015, acrescidos de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, desde a citação; e correção monetária pelo IPCA-E, a partir da data que deveriam ter sido adimplidos; e, de consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Precedente: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO TRABALHISTA - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PELO MUNICÍPIO (...) 2. Não obstante, "O fato de o contrato de trabalho temporário ser nulo 'ou se tornado nulo em razão de sucessivas e ilegais prorrogações' não transforma automaticamente o seu caráter jurídico-administrativo em celetista. A sua natureza é e continua sendo jurídico-administrativa, a atrair a competência da justiça comum, estadual ou federal". (Reclamação 5.863/MT, Ministro Joaquim Barbosa) (...) 5. Em se tratando de relação jurídico-administrativa, não se aplica a multa de 40% do FGTS, aquelas previstas nos arts. 467 e 477, §8º, da CLT, assim como a anotação na CTPS, por se tratar de verbas tipicamente celetistas. (TJMT Ap 27331/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008190-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCILIO APARECIDO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1008190-85.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUCILIO APARECIDO DOS SANTOS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por LUCILIO APARECIDO DOS SANTOS em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 3.844,04 (três mil oitocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos). A Liminar foi deferida. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 24046321, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1] /STF); 2) condenar e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 01/2015 a 08/2019, respeitada a "data direito", e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001485-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS SIGARINE BASTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001485-71.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOAO CARLOS SIGARINE BASTOS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer cumulada com repetição de indébito c/c tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por JOÃO CARLOS SIGARINE BASTOS em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, e a restituição, em dobro, do montante descontado no período de 01/2015 a 05/2019, perfazendo o total r$ 8.922,06 (oito mil novecentos e vinte e dois reais e seis centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 20897529 - Pág. 1, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade (Tema 163[1] /STF); 2) condenar e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade no período de 01/2015 a 05/2019, respeitada a "data direito", e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001472-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO HENRIQUE PAZ FEITOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001472-72.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RICARDO HENRIQUE PAZ FEITOSA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer cumulada com repetição de indébito c/c tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por RICARDO HENRIQUE PAZ FEITOSA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, adicional noturno e cargo comissionado, e a restituição, em dobro, do montante descontado no período de 01/2015 a 05/2019, perfazendo o total R$ 10.299,92 (dez mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e cargo comissionado. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 20865910 - Pág. 1, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas em relação ao adicional noturno e cargo comissionado porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e cargo comissionado (Tema 163[1] /STF); 2) condenar e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade no período de 01/2015 a 05/2019 e do cargo comissionado nos meses de 01/2017, 09 a 11/2017 (pagos em novembro/2017) e 12/2017, 01/2018 a 04/2019 e 05/2019 respeitada a "data direito", e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante

comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021972-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLE PEREIRA VILAS BOAS BIANCARDINI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE ASSIS COSTA OAB - MT25530/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1021972-39.2019.8.11.0041 AUTOR(A): DANIELLE PEREIRA VILAS BOAS BIANCARDINI RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de reclamação proposta por DANIELLE PEREIRA VILAS BÔAS BIANCARDINI contra o ESTADO DE MATO GROSSO, almejando a condenação do requerido “a efetuar o cômputo como tempo de serviço para fins de aposentadoria e disponibilidade, independentemente do recolhimento de contribuições à previdência, do tempo de estágio e de exercício profissional da advocacia pela Requerente, em período anterior à Emenda Constitucional 20/98, referentes aos seguintes períodos: i) Tempo de estágio: 02/09/1991 a 07/04/1993 (01 ano, 07 meses e 05 dias); ii) Tempo de advocacia: 09/06/1993 a 09/06/1994 (01 ano e 01 dia) e 06/06/1995 a 15/12/1998 (03 anos, 06 meses e 09 dias).” A liminar foi indeferida. Citada, a parte reclamada não apresentou contestação. Considerando a indisponibilidade do interesse público (artigo 345, II, CPC/2015), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Passa-se ao julgamento. Registra-se que a presente ação tem por objetivo a averbação do tempo de serviço de estágio jurídico e de exercício profissional da advocacia, em período anterior à Emenda Constitucional 20/98. A autora aduz, em síntese, ser Defensora Pública Estadual, tendo entrado em exercício na data de 24/02/1999, relatando que, antes do ingresso na respectiva carreira pública, fez estágio jurídico e exerceu a advocacia privada desde a sua inscrição nos quadros da OAB, que se dera em 06/06/1995, antes, portanto, da EC 20/98. Diante disso, faz jus à contagem de tal período como tempo de serviço, independentemente da comprovação de recolhimento da contribuição previdenciária, permitindo, assim, a implementação das condições temporais para a concessão de sua aposentadoria, sem prejuízo da análise dos demais requisitos legais. A Constituição Federal trata, em seu artigo 40, do regime de previdência social aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, dos Distrito Federal e dos Municípios. Desse modo, exsurge que o requerente tem direito a ter averbado o tempo de contribuição prestado quando em atividade particular, conforme se depreende da redação do artigo 40, da Carta, antes da vigência da EC 020/1998, oportunidade esta que não tornava obrigatório o recolhimento das contribuições, posto que a época havia, apenas, contagem do tempo de serviço. Com efeito, com o advento da EC 20, 15/12/98, o sistema previdenciário tornou obrigatório o recolhimento das contribuições para fins de contagem de tempo de serviço, resguardando, entretanto, as situações já consolidadas. O Supremo Tribunal Federal ao julgar o AI-AgR 727.410/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 02.04.2012, admitiu que o tempo de serviço prestado como advogado ou estagiário, sem recolhimento de contribuição, pode ser considerado para fins de aposentadoria, uma vez que “o artigo 4º da Emenda Constitucional 20/1998, ao estabelecer a regra de transição, admite que o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, seja contado como tempo de contribuição”. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: "Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Servidor público municipal. Averbação do tempo de serviço de advocacia anterior à EC nº 20/98. Possibilidade. Ofensa a direito local. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Supremo Tribunal Federal, no exame do AI nº 727.410/SP, concluiu pela possibilidade da contagem do tempo de serviço prestado como advogado e estagiário , para fins de aposentadoria e disponibilidade no cargo de Procurador Municipal (Lei 10.182/86), haja vista que “o art. 4º da Emenda Constitucional 20/98, ao estabelecer regra de transição, admite que o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, seja contado como tempo de contribuição ”. 2. A questão relativa ao preenchimento dos requisitos para a aquisição do direito demandaria a análise da legislação infraconstitucional e o reexame dos fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 636, 280 e 279/STF. 3. Agravo regimental não provido" (STF, AgR no ARE 890.269/SP, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, Dje de 08/10/2015). “Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Direito Administrativo. 3. Servidor público civil. 4. Contagem do tempo de serviço como advogado e estagiário para fins de aposentadoria e disponibilidade no cargo de Procurador Municipal (Lei 10.182/86). 5. Regra de transição do art. 4º da EC 20/98. Possibilidade. Admissão de que o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, seja contado como tempo de contribuição . 6. Discussão acerca da necessidade de prévia averbação do período, por se tratar de suposta condição suspensiva para aquisição do direito. Inviabilidade. Necessidade de análise de legislação infraconstitucional, providência vedada no âmbito do recurso extraordinário. 7. Agravo regimental a que se nega seguimento" (STF, AgR no AI 727.410/SP, Rel. Minisro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/03/2012). Assim, não há que se exigir o recolhimento previdenciário da requerente no período em que exerceu a advocacia privada e estágio jurídico, vez que somente a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, passou-se a exigir a comprovação dos recolhimentos previdenciários, conforme exposto. Vale dizer, o tempo de serviço anterior à EC 20/1998, sem as devidas contribuições, não pode ser desconsiderado, para fins de aposentadoria, em respeito ao princípio do tempus regit actum. Ademais, o regime jurídico especial estabelecido na LCE 146 e na Lei Complementar Federal n° 80/94, bem como o artigo 130 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso (LC 04/90), dessume-se, à época, a possibilidade de averbação do tempo de serviços em atividade privada, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, após decorridos 05 anos de efetivo exercício no serviço público. Diante do exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e DETERMINA-SE que o requerido promova o cômputo do tempo de estágio jurídico e exercício profissional da advocacia da requerente, em período anterior à EC 20/98, para fins de aposentadoria e disponibilidade, independentemente do recolhimento de contribuições à previdência, considerando os seguintes períodos: i) Tempo de estágio: 02/09/1991 a 07/04/1993 (01 ano, 07 meses e 05 dias); ii) Tempo de advocacia: 09/06/1993 a 09/06/1994 (01 ano e 01 dia) e 06/06/1995 a 15/12/1998 (03 anos, 06 meses e 09 dias), e, de consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC/2015. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002977-35.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARIDA OTACILIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002977-35.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MARGARIDA OTACILIA DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de "ação declaratória de nulidade c/c indenização de verba de FGTS" proposta por MARGARIDA OTACILIA DA SILVA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO consubstanciada em contrato temporário para exercer função de Apoio Administrativo educacional, lotado em uma das unidades da Secretaria do Estado de Educação, no período de 06/02/2015 a 21/12/2018, objetivando a declaração de nulidade dos contratos e o recebimento do FGTS no período laborado no montante de R$ 3.333,23, bem como danos morais. Citado, o reclamado não compareceu na audiência, mas apresentou a contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento dos requeridos na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em Juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. A parte reclamada invoca a preliminar, alegando ser incompetente este Juizado, porém o presente caso não se trata de matéria complexa e desnecessária a pericia técnica. Ademais foi apurado o valor pretendido pela parte reclamante, o que se faz por simples cálculo. Rejeita-se. Passa-se ao mérito. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. É cediço que, os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem forma excepcional de contratação para prestação de serviço público. O art. 37, inciso II, da Constituição Federal, dispõe que: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (...) § 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei." (g.n.) A Constituição Federal prevê expressamente, como regra, a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos e excepciona referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão declarado em lei. Os casos de contratação de natureza temporária deverão ocorrer por tempo determinado, com fundamento no excepcional interesse público, cuja contratação integrará o regime jurídico administrativo especial, tendo em vista sua caracterização precária e diversa da contratação por meio de concurso público ou estatutário. A contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público se dá por norma específica, não se aplicando a CLT. A Lei Complementar nº 600, de 19 de dezembro de 2017 dispõe sobre a contratação por tempo determinado no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, vejamos: "Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: I - assistência a emergências em saúde pública, inclusive surtos epidemiológicos; II - realização de recenseamentos; III - assistência a situações de calamidade pública; IV - admissão de professores substitutos ou professores visitantes, inclusive estrangeiros, pela: a) Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; b) Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC; (...) Art. 11 As contratações de pessoal por tempo determinado observarão o prazo máximo de: I - 06 (seis) meses, nas hipóteses previstas nos incisos I, III, IX, XI e XIII do art. 2º desta Lei Complementar; II - 12 (doze) meses, nas hipóteses previstas nos incisos II, IV, V, VI e VIII do art. 2º; nos incisos I, II e IV do art. 4º e no art. 6º desta Lei Complementar; (...) § 2º Apenas os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III deste artigo admitem prorrogação, por igual período, desde que permaneçam as condições que ensejaram a contratação. (...) Art. 18 O contratado segundo os termos desta Lei Complementar não poderá: I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato celebrado com o órgão/entidade; II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei Complementar, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I, III, IX, XI, XII e XIV do art. 2º desta Lei Complementar." (Grifei) No caso, o cargo a que a autora foi contratada temporariamente não esta no rol da lei taxativa, conforme o art. 2 Lei Complementar nº 600, de 19 de dezembro de 2017. Portanto, deve ser reconhecido o descumprimento das regras constitucionais e da legislação específica relativa à contratação por prazo determinado pela administração pública, impondo-se a nulidade dos contratos e, em consequência, aplica-se o art. 19-A, da Lei nº 8036/90. "Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário." Nesse sentido é a jurisprudência do STF: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (STF RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) (g.n.) Vê-se que a espécie de contratação não se enquadra na legislação estadual, eis que o cargo não esta previsto no rol da lei, não estando claro, inclusive, as circunstâncias da contratação conforme especificação legal – ônus probatório que é imposto ao requerido. Por essa premissa, impõe-se o reconhecimento da nulidade dos contratos por não observância às regras que embasam esta espécie de relação. Para tanto, de acordo com a decisão do STF, não observados os requisitos legais para a contratação temporária o trabalhador faz jus apenas ao recebimento do FGTS e saldo de salário. Vale lembrar que, no âmbito do direito Administrativo vige o princípio da legalidade, segundo o qual a Administração somente pode atuar nos estritos limites da lei. Ademais, NÃO É POSSÍVEL OUTORGAR AO CONTRATADO TEMPORÁRIO MAIORES DIREITOS QUE O PRÓPRIO SERVIDOR CONCURSADO POSSUI. No tocante ao dano moral pleiteado, não identifica-se os requisitos da responsabilidade civil: fato, dano e nexo de causalidade, mormente o alegado dano, não podendo ser decorrente de mera alegação ou presunção, salvo nas hipóteses de dano in re ipsa, não configuradas no caso. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para declarar a nulidade dos contratos temporários da requerente e CONDENAR o requerido a pagar o valor de 8% sobre a remuneração bruta (correspondente ao percentual a título de FGTS), referentes aos períodos de contratação temporária compreendidos de 06/02/2015 – 05/06/2015; 06/06/2015 – 04/08/2015, 11/02/2016 – 23/12/2016, 13/03/2017 – 22/12/2017 e 05/02/2018 – 21/12/2018, acrescidos de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, desde a citação; e correção monetária pelo IPCA-E, a partir da data que deveria ter sido adimplido, e, de consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que

produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Para fins de cumprimento de sentença deve a parte autora juntar o cálculo do débito com os respectivos holerites de todo o período. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registra no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001148-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DARCILIA DA SILVA MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001148-82.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DARCILIA DA SILVA MOURA REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de ação indenizatória proposta por DARCILIA DA SILVA MOURA em desfavor do MUNICÍPIO DE CUIABÁ na qual a parte reclamante, em abril de 2018, ao trafegar com seu veículo na Av. Dantes Martins de Oliveira, no bairro Bosque da Saúde II, nesta Comarca, alega ter sofrido acidente em virtude de uma falha/defeito em via pública Municipal, perdendo o controle de seu veículo ao "cair" no buraco não sinalizado e chocou-se com outro veículo, gerando prejuízos materiais. Citada, a parte reclamada apresentou contestação, mas não compareceu na audiência de conciliação. Considerando a indisponibilidade do interesse público (artigo 345, II, CPC/2015), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Passa-se ao julgamento. A responsabilidade administrativa por ato omissivo (a não sinalização da via) pressupõe a verificação de culpa de Estado. Ensina José dos Santos Carvalho Filho que "O Estado causa danos aos particulares por ação ou omissão. Quando o fato administrativo é comissivo, podem os danos ser gerados por conduta culposa ou não. A responsabilidade objetiva do Estado se dará pela presença dos seus pressupostos – o fato administrativo, o dano e o nexo causal. Todavia, quando a conduta estatal for omissiva, será preciso distinguir se a omissão constitui, ou não, fato gerador da responsabilidade civil do Estado. Nem toda conduta omissiva retrata um desleixo do Estado em cumprir um dever legal; se assim for, não se configurará a responsabilidade estatal. Somente quando o Estado se omitir diante do dever legal de impedir a ocorrência do dano é que será responsável civilmente e obrigado a reparar os prejuízos. A consequência, dessa maneira, reside em que a responsabilidade civil do Estado, no caso de conduta omissiva, só se desenhará quando presentes estiverem os elementos que caracterizam a culpa.(...)" Dessa forma, segundo o supracitado administrativista, os requisitos necessários à responsabilização do Estado no caso em exame são: a) o fato; b) o dano; c) o nexo de causalidade entre o fato e dano; e d) a culpa. Na espécie, as provas coligidas aos autos não dão conta de comprovar que, realmente, o acidente entre o veículo da autora e do terceiro teria sido originada pela existência de buraco na via pública, eis que não foram devidamente juntadas aos autos provas robustas capazes de demonstrar os fatos alegados nos autos. A requerente colaciona aos autos apenas fotografias do acidente e das avarias no seu veículo, bem como, orçamentos e recibos do conserto, não se vislumbrando das provas carreadas o nexo de causalidade entre o fato e o dano. Ademais, a requerente sequer traz o Boletim de Ocorrência para corroborar com a tese alegada na inicial. Nesse ponto, doutrina e jurisprudência têm firmado entendimento no sentido de que se aplica a Teoria da Responsabilidade Civil Subjetiva, exigindo, então, a comprovação da falha do ente público no dever de agir, consubstanciada na não adoção de medida efetiva e eficaz a fim de impedir o resultado danoso, o que não restou plenamente demonstrado no caso dos autos. Além disso, sabe-se que o acidente pode ter se dado por infinitas razões inclusive, manutenção insuficiente do veiculo, defeitos de peças, calibragem em desconformidade com o manual do proprietário, condução inapropriada pelo motorista, etc, enfim, para a ocorrência do fato, notadamente ante a ausência da juntada de laudo circunstanciado pericial do local e veiculo na época do sinistro. Nesse contexto, não é possível firmar culpa do requerido sem excluir as demais possibilidades que, igualmente, poderiam ter contribuído para o evento danoso. Ademais, a culpa deve ser provada para que haja condenação do Estado, pois não se admite a condenação por presunção. Portanto, a parte autora não se desincumbiu de ônus probatório a seu encargo. Assim, pelo conjunto probatório carreado aos autos, os pedidos iniciais não merecem guarida, eis que não há provas suficientes nos autos que pudessem ensejar a responsabilização do ente público. Desse modo, ausentes os requisitos da responsabilidade civil, a improcedência do pedido é medida que se impõe. Ante o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juiz de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001181-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN KARLO DE ALMEIDA CASTRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIAN FRAGA DE CASTRO OAB - MT20935-O (ADVOGADO(A))
VINICIUS JOSE DE ARRUDA CASTRO JUNIOR OAB - MT20937-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001181-72.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JEAN KARLO DE ALMEIDA CASTRO REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de indenização por danos morais c/c restituição de valor" proposta por JEAN KARLO DE ALMEIDA CASTRO em desfavor do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO – DETRAN/MT, almejando a restituição do valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) pago pela consulta particular realizada, bem como, indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Aduz o requerente que é servidor público, beneficiário do plano de saúde UNIMED Cuiabá vinculado ao DETRAN -MT, sendo os pagamentos da fatura são efetuados pelo órgão mediante desconto em folha de pagamento. Afirma que ao passar sua digital para realização de consulta médica no dia 07/05/2018, não foi autorizado tendo em vista a existência de fatura em aberto a ser paga pelo DETRAN-MT, tendo que efetuar o pagamento da referida consulta particular no valor de R$500,00. Alega que solicitou o reembolso da despesa pela via administrativa (protocolo nº 243216/2018), mas que até o momento não teve obteve resposta. Citado, o requerido apresentou contestação, mas não compareceu à audiência de conciliação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixo de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. Da análise dos documentos acostados aos autos demonstram que o autor é beneficiário do plano de saúde e teve a cobertura negada em razão de inadimplência, ocasionada em decorrência do pagamento parcial da mensalidade, referente ao mês de Março/2018 (02/04/18), que constava com 35 dias de atraso. Da mesma forma, restou incontroverso o desconto da referida parcelas do plano na folha de pagamento do autor. Assim, em que pese o desconto no folha de pagamento do requerente (id. 20229542, o requerido deixou de cumprir com sua contra prestação financeira por mais 35 dias para com o plano de saúde, referente a mensalidade do mês de Março/2018 (02/04/18), sem qualquer justificativa plausível para o inadimplemento. Dessa forma, verifica-se que o demandado não comprovou o repasse dos valores descontados em folha de pagamento do autor, referente ao mês

de Março/2018 (02/04/18), ao plano de saúde, prova que seria até simples de ser produzida, bastado a apresentação, em juízo, de cópia dos documentos que, por obrigação contratual, deve encaminhar mensalmente à autarquia estadual para informar a relação de servidores abrangidos pelo convênio do plano de saúde, ônus que lhe impunha, a teor do que estabelece o art. 373, II, do CPC. Sendo adimplente o requerente, este faz jus à utilização do plano de saúde, conforme contratado, ao passo que a entidade estatal, tem o dever de repassar os valores à seguradora, que contratualmente somente é obrigada a prestar o seu serviço quando remunerada nos termos do contrato celebrado com o primeiro. Dessarte, o ente demandado deve ressarcir os danos materias, cuja incidência decorre da prática de conduta ilícita, a qual se configurou no caso em tela, decorrente do inadimplemento injustificado da prestação devida, atitude abusiva na qual a requerida assumiu o risco de causar lesão à parte autora, daí ensejando o dever de indenizar. No que tange aos danos morais, no caso dos autos, não há prova de que a impossibilidade de realização da consulta tenha causado algum prejuízo à saúde do autor, razão pela qual se mostra improcedente o pedido de danos morais. Ausentes, portanto, os requisitos da responsabilidade civil para danos morais. Diante do exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para CONDENAR o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO – DETRAN/MT a reembolsar, diretamente à parte autora o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) a título de danos materiais, acrescido de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, a partir da citação, e de correção monetária pelo IPCA-E, do efetivo desembolso (07/05/2018), respeitado o teto dos juizados especiais. De consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, com resolução de mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1038774-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOVINO GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THAYANE PINHEIRO DO NASCIMENTO OAB - MT20797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1038774-49.2018.8.11.0041 AUTOR(A): JOVINO GOMES DA SILVA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório (conforme artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer que promove JOVINO GOMES DA SILVA em face do ESTADO DE MATO GROSSO, requerendo, urgentemente, sua transferência para uma Unidade Hospitalar. A liminar foi deferida. Citada, a parte reclamada apresentou contestação. Passa-se ao julgamento. Rejeita-se a alegação de falta de interesse, uma vez que restou comprovado que o pronunciamento jurisdicional é tanto útil quanto necessário ao paciente, que dependia de tratamento em UTI para manter-se vivo. Ademais, a transferência da requerente para a UTI ocorreu em cumprimento da decisão liminar. O ente público tem o dever de fornecer os meios indispensáveis à promoção da saúde, direito social assegurado pela Constituição Federal, como sendo direito básico de todo cidadão, de acordo com os artigos 196 e 197, sendo dever do Estado e de relevância pública tais serviços, não se podendo isentar da obrigação que lhe cabe. Até porque negar ao paciente a utilização de medicamento, a necessidade de fazer uma cirurgia, transferência para UTI ou de insumos, é o mesmo que desconsiderá-la como pessoa humana. Ressaltando que se trata de direito fundamental à saúde, e dever do Estado de desenvolver e assegurar políticas públicas que visem à redução de doenças, à proteção e à recuperação da saúde. Dessa feita, cabe ao Poder Judiciário, nos termos do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, reparar a lesão ou ameaça a direito no caso de omissão ou negativa do ente público em cumprir o que lhe compete (TJ/MT AI 54143/2014, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 24/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). No caso em exame, observa-se do relatório médico que o requerente necessita da transferência para unidade hospitalar, uma vez que esta com quadro de insuficiência renal, com necessidade de avaliação e acompanhamento com profissional especialista. Paciente se encontrando internado UPA Morada do Ouro. Em parecer, o Núcleo de Apoio Técnico – NAT informou que “há risco de vida, caso não seja providenciada a transferência com brevidade, inclusive até mesmo com necessidade de leito de UTI caso haja progressão do quadro clínico apresentado”. Assim, resta comprovado que, por conta de tal quadro clínico, necessita ser imediatamente transferido para hospital que disponha de profissional especialista no caso do paciente, sendo confirmada a necessidade pelo laudo médico juntado aos autos. Consta nos autos informação que o paciente fora removido para UTI do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá em 05/11/2018, portanto, cumprida a liminar (id. 16788216). O direito à saúde consubstancia-se em direito indisponível, de regramento auto-aplicável, de maneira que o SUS deve prestar atendimento e fornecer tratamento adequado às pessoas que necessitam. Neste sentido, segue entendimento do STJ: ADMINISTRATIVO. TRATAMENTO MÉDICO. INTERNAÇÃO HOSPITALAR POR ORIENTAÇÃO MÉDICA. DEVER DO ESTADO. "Não viola legislação federal a decisão judicial que impõe ao Estado o dever de garantir a internação em UTI conforme orientação médica e, inexistindo vaga na rede pública, arcar com os custos da internação em hospital privado". (AgRg no AREsp 36.394/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/2/2012, DJe 12/4/2012.) Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 807.820/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 05/02/2016) g.n. Por fim, verifica-se que sequer foi aplicada multa em decorrência do não cumprimento da liminar. Ante o exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGA-SE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para CONDENAR o requerido, na obrigação de fazer de viabilizar a transferência do paciente para um leito de Unidade hospitalar do SUS que disponha de condições técnicas para dar suporte ao seu caso, nos moldes da prescrição médica, a custo e ônus das partes reclamadas, e mediante avaliação de risco específica para transferência pela equipe que atualmente assiste a paciente e autorização médica da unidade na qual se encontra internada caso se apresente viável, e respeitando o teto do juizado. E, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000855-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA OAB - MT24579/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000855-15.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA ajuizou ação de título executivo de 7,5 URH´s referentes a honorários de defensor dativo fixados nos

processos de códigos nº 449185, 419321, 355359, 334192, 529816, 528049, 514671, 536275, 532903, 532919, 529495, 528498, em trâmite na 8ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá -MT. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 22121394. Portanto, considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 7,5 (sete e meio) URH's, que perfaz o montante de R$ 6.963,82 (seis mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a(s) certidão(ões) original(is) na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la(s) para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000854-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA OAB - MT24579/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000854-30.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. FELIPE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA ajuizou ação de título executivo de 12 URH´s referentes a honorários de defensor dativo fixados nos processos de códigos nº 328255, 382191, 529585, 540258, 542004, 542053, 541467, 541367, 543163, 542481, 541101, 539057, em trâmite na 8ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá -MT. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23350663. Portanto, considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 12 (doze) URH's, que perfaz o montante de R$ 11.142,12 (onze mil, cento e quarenta e dois reais e doze centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a(s) certidão(ões) original(is) na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la(s) para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001477-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DOMINGOS SAVIO FERREIRA DA COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOMINGOS SAVIO FERREIRA DA COSTA OAB - MT7672-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001477-94.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: DOMINGOS SAVIO FERREIRA DA COSTA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. DOMINGOS SÁVIO FERREIRA DA COSTA ajuizou ação de título executivo de 20 URH´s referentes a honorários de defensor dativo fixado no processo de código nº 83727, em trâmite na 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaciara -MT. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23355072. Considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 20 (vinte) URH's, que perfaz o montante de R$ 18.570,31 (dezoito mil, quinhentos e setenta reais e trinta e um centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a(s) certidão(ões) original(is) na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la(s) para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001760-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO NOEL DAS NEVES E SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAO NOEL DAS NEVES E SILVA OAB - MT0015703A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001760-20.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ADAO NOEL DAS NEVES E SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. ADÃO NOEL DAS NEVES E SILVA ajuizou ação de título executivo no valor total de R$ 4.357,02 (quatro mil e trezentos e cinquenta e sete reais e dois centavos) referentes a honorários de defensor dativo fixados nos processos de código nº 51220, 150363, 150361, 150360, 151671, 151777, 152517, em trâmite na 3ª Vara Criminal da Comarca de Barra do Bugres -MT. Citado, o executado não opôs embargos, conforme certidão lançada no id. 23152795. O requerente dispensa a correção e juros dos referidos valores. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE a renúncia do requerente a correção e juros dos valores, fixando o crédito no montante de R$ 4.357,02 (quatro mil e trezentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e

legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a(s) certidão(ões) original(is) na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la(s) para fins do disposto no art. 3º, § 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0502614-47.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA MARIA FRANDOLOSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO FRANDOLOSO MENEGAZZO OAB - MT0017494A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 0502614-47.2014.8.11.0001 EXEQUENTE: ROSA MARIA FRANDOLOSO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório (conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de cumprimento de sentença proposto por ROSA MARIA FRANDOLOSO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, na qual a parte exequente postula o pagamento do valor atualizado de R$ 2.389,19 (dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos), conforme planilha de cálculo no corpo da petição id. 16870772. Citado, o executado impugnou a execução, alegando excesso e requereu a redução do valor. Para tanto, junta planilha de cálculos com o valor R$ 1.371,38 (um mil, trezentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) que entende correto (id. 17847473). A parte Exequente manifestou concordância com o valor apresentado pelo executado, pugnando pela homologação. (id. 18049034). Ante o exposto, Diante do exposto, ACOLHE-SE os Embargos à Execução opostos pela Fazenda Pública, e HOMOLOGA-SE o crédito no valor total de R$ 1.371,38 (um mil, trezentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos). Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação do MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, cumpra-se de acordo com o Provimento nº 11/2017–CM. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002455-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDEMIR RIBEIRO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002455-71.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CLAUDEMIR RIBEIRO DE SOUZA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais” proposta por CLAUDEMIR RIBEIRO DE SOUZA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 31.089,92 (trinta e hum mil e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos). A liminar foi deferida determinando a suspensão dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre os valores de adicional noturno. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, o requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que no demonstrativo de id. 22546592 e 22546595 foram considerados os meses dos pagamentos do adicional noturno quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se à fazenda pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, insalubridade e cargo comissionado (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir ao autor os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses 08/2014 a 12/2014; e à autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 07/2019, respeitada a “data direito” e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço

constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008085-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR CAVALCANTE SANTOS NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1008085-11.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JULIO CESAR CAVALCANTE SANTOS NUNES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais” proposta por JULIO CESAR CAVALCANTE SANTOS NUNES em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 3.061,74 (três mil e sessenta e hum reais e setenta e quatro centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 24029177, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1] /STF); 2) condenar e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 10/2016; 01/2017 a 08/2019, respeitada a “data direito”, e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008209-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO PAULO DE MEDEIROS NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1008209-91.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PEDRO PAULO DE MEDEIROS NETO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais” proposta por PEDRO PAULO DE MEDEIROS NETO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 8.472,46 (oito mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos). A liminar foi deferida determinando a suspensão dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre os valores de adicional noturno. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, o requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas

financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que no demonstrativo de id. 24048135 e 24048134 foram considerados os meses dos pagamentos do adicional noturno quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se à fazenda pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir ao autor os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno dos mês 09/2014 (pago no mês 10/2014), 10/2014 (pago no mês 11/2014), 11/2014 (pago no mês 12/2014) e 12/2014 (pago no mês 01/2015) e à autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 08/2019, respeitada a "data direito" e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003668-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1003668-15.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ELIANE ALVES DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por ELIANE ALVES DA SILVA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e cargo comissionado bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 11.720,62 (onze mil setecentos e vinte reais e sessenta e dois centavos). A liminar foi deferida determinando a suspensão dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre os valores de adicional noturno e cargo comissinado. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, a requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e cargo comissionado. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que no demonstrativo de id. 22759632 e 22759895 foram considerados os meses dos pagamentos do adicional noturno quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se à fazenda pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e cargo comissinado, (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir ao autor os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno dos mês 08/2014 (pago no mês 09/2014), 09/2014 (pago no mês 10/2014), 10/2014 (pago no mês 11/2014) e 11, 12/2014 (pagos no mês 01/2015) e à autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT a soma dos descontos de adicional noturno incidentes no período de 01/2015 a 07/2019 e do cargo comissionado incidentes no período de 08/2016 a 03/2018, respeitada a "data direito" e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002732-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELIO ESTEVES NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002732-87.2019.8.11.0001 REQUERENTE: HELIO ESTEVES NETO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por HELIO ESTEVES NETO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 6.082,22 (seis mil e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos). A liminar foi deferida determinando a suspensão dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre os valores de adicional noturno. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente, em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem o elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância. Desse modo, excepcionalmente, nessa hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, o requerente assevera que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que no demonstrativo de id. 22598860 e 22598863 foram considerados os meses dos pagamentos do adicional noturno quando deveriam ter sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se à fazenda pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir ao autor os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno dos mês 08/2014 (pago no mês 09/2014), 09/2014 (pago no mês 10/2014), 10/2014 (pago no mês 11/2014) e 11/2014 (pago no mês 12/2014) e 12/2014 (pago no mês 01/2015) e à autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 06/2019, respeitada a "data direito" e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008608-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEODIOMAR DA COSTA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1008608-23.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CLEODIOMAR DA COSTA BARBOSA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "ação de obrigação de não fazer c/c repetição de indébito e tutela de urgência inaudita altera pars para fazer cessar os descontos previdenciários ilegais" proposta por CLEODIOMAR DA COSTA BARBOSA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA-MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e insalubridade, bem como a restituição, em dobro, dos valores descontados no importe de R$ 4.654,04 (quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos). A liminar foi deferida. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. Passa-se ao mérito. Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e insalubridade. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 24118261, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos

pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e insalubridade (Tema 163[1] /STF); 2) condenar e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 01/2015 (pago em 02/2015) a 08/2018 (pago no mês 09/2018), adicional insalubridade no período de 01/2015 a 08/2019, respeitada a "data direito", e demais parcelas até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambos acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos juizados especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte Gonzaga Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0501185-11.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DURVAL RODRIGUES DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 0501185-11.2015.8.11.0001 REQUERENTE: DURVAL RODRIGUES DE LIMA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de cumprimento de sentença objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 30.228,86 (trinta mil duzentos e vinte e oito centavos), conforme demonstrativo de cálculo coligido no id. 16473768. Citado, o executado impugnou a execução, alegando não se opor ao cálculo da exequente, mas requerendo a redução do valor para R$ 30.071,55 (trinta mil setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos). A exequente não concordou com o valor apresentado pelo executado. Decido. Inobstante a irresignação do executado, os cálculos por ele apresentados são flagrantemente inconsistentes, pois os últimos 08 (oito) meses em que foram calculados juros e correção, os valores eram iguais, os índices diferentes, contudo apresentaram mesma a quantia, demonstrando o equívoco dos cálculos de id. 22745550. Ante o exposto, REJEITA-SE os Embargos à Execução opostos pelo ESTADO DE MATO GROSSO e HOMOLOGA-SE o valor de R$ 30.228,86 (trinta mil duzentos e vinte e oito centavos), conforme cálculo juntado no id. 16473768. Defere-se o destaque da verba honorária no percentual pactuado entre as partes (15%). Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada do sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001502-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO MANGINI FERNANDES NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL RIBEIRO DA GUIA OAB - MT14169-O (ADVOGADO(A))
Raphael Naves Dias OAB - MT14847-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1001502-10.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JULIO MANGINI FERNANDES NETO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de reclamação ajuizada por JULIO MANGINI FERNANDES NETO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV , objetivando a restituição dos descontos a título de contribuição previdenciária sobre a remuneração de cargo em comissão no período de 04/2014 a 03/2019, no valor atualizado e dobrado de R$ 28.386,34 (vinte e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014, estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, parte legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária após a entrada em vigor da Lei (01/01/2015). Desse modo, compete ao Estado responder por eventuais restituições até 31/12/2014 e ao MT PREV a partir de 01/01/2015. MÉRITO. A questão trazida a juízo não demanda maiores digressões, pois o art. 40 da Constituição Federal versa sobre as regras de contribuição previdenciária, assim como o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre vantagem não incorporável ao vencimento para o cálculo dos proventos relativo ao exercício de função comissionada (RE nº 463.348/PR, AI 799026 AgR/PE). No mesmo sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. FUNÇÃO COMISSIONADA. NÃO INCIDÊNCIA. LEI 9.783/99. TEMA PACIFICADO. 1. Está pacificado o tema da não incidência da contribuição previdenciária a partir do momento em que as verbas em questão (gratificações pelo exercício de funções de confiança e cargos em comissão) não foram mais incorporadas à remuneração dos servidores, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, com base na Lei n. 9.783/99. 2. Precedentes: EREsp 859.691/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 23.2.2012; AgRg no AgRg no REsp 962.863/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 5.9.2012; e AgRg no Ag 1.394.751/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10.6.2011. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1366263 / DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, T2, DJe 06/09/2013). O caso tratado nos autos se encontra pacificado na jurisprudência, de modo que a incidência do desconto previdenciário deve ser limitada tão somente à remuneração relativa ao cargo efetivo. Das provas acostadas aos autos, extrai-se que houve desconto da contribuição previdenciária sobre os valores correspondentes ao cargo em comissão (discriminado em folha de pagamento como "SUBSIDIO COMIS. SERVIDO."), o que é vedado por lei, inexistindo ainda prova nos autos de que houve a devolução na via administrativa. Assim sendo, o requerente faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas no período de 06/2014 a 03/2019, haja vista a incidência indevida da alíquota previdenciária de 11% (onze por cento) sobre a verba decorrente

de cargo comissionado, em razão da verba não incorporar à remuneração dos servidores para fins de aposentadoria. Rejeito o pedido de restituição do período de 04 e 05/2014, pois a Ficha Financeira apresentada pelo requerente não informa a percepção de subsídio de cargo de comissão para esse período. Nos casos de repetição de indébito de natureza tributária, as Súmulas 162, 188 e 523 do STJ disciplinam a aplicação dos mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários, ou seja, a correção monetária incide a partir do pagamento indevido e os juros moratórios, a partir do trânsito em julgado. Quanto ao índice, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003 a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, acrescidos de juros de mora de 1% (um) por cento ao mês calendário ou fração. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar o requerido ESTADO DE MATO GROSSO a restituir à parte autora os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre o cargo em comissão, no período de 06/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 03/2019, ambas as importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso; e juros de mora equivalentes a 1% ao mês, do trânsito em julgado; e, em consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1043578-60.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AVIMAR MACIEL MACHADO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIANY MIRANDA JAC DE JESUS OAB - MT22556/O (ADVOGADO(A))
VALDECIR SARAIVA DE FREITAS JUNIOR OAB - MT20805/O (ADVOGADO(A))
LUCAS ALMEIDA OAB - MT20147/O (ADVOGADO(A))
FELIPE RIBEIRO ARAUJO OAB - MT20193/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1043578-60.2018.8.11.0041 REQUERENTE: AVIMAR MACIEL MACHADO FILHO REQUERIDO: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Cuida-se de ação anulatória de ato administrativo em desfavor do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN, objetivando a declaração de nulidade dos autos de infração: DETRAN-111100-MT0548585-5169/01; DETRAN-111100-BPM0097797-6050/01; P.CUIABÁ-290670-P480096486-550/00; P.V.GRANDE-291670-VGA0005736-5568/00; P.V.GRANDE-291670-T000020749-7366/02; P.CUIABÁ-290670-E430554974-7455/00; P.V.GRANDE-291670-T000049460-5185/01. Alega o requerente que é proprietário do veículo UP TAKE VOLKSWAGEN, PLACA QBI0250, RENAVAM 0025509738, ANO/MODELO 2014/2015, e que não foi notificado de nenhuma das autuações acima elencadas, o que lhe impossibilitou de realizar defesa administrativa. Citado, o requerido apresentou contestação. Decido. Acolho a preliminar de ilegitimidade passiva alegada pelo DETRAN, quanto as infrações P.CUIABÁ-290670-P480096486-550/00; P.V.GRANDE-291670-VGA0005736-5568/00; P.V.GRANDE-291670-T000020749-7366/02; P.CUIABÁ-290670-E430554974-7455/00; P.V.GRANDE-291670-T000049460-5185/01, tendo em vista que os autos de infrações foram produzidos pelo Município de Cuiabá e pelo Município de Várzea Grande, de forma que a ação anulatória do ato administrativo deve ser ajuizada em face do ente público responsável pelo ato rechaçado. Afasta-se a preliminar de falta de interesse processual suscitada pelo DETRAN, ante a verificação da necessidade, utilidade e adequação da medida pleiteada que visa a anulação de atos administrativos praticados pelo requerido. Passa-se ao julgamento. A Lei nº 9.503/1997 (Código de Transito Brasileiro – CTB) dispõe sobre a notificação do auto de infração: Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível. Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente: I - se considerado inconsistente ou irregular; II - se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação. Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência da imposição da penalidade. Assim, verifica-se que o auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente quando não for expedida a notificação da autuação no prazo máximo de trinta dias, sendo perfeitamente aplicável ao presente caso. Da análise da documentação aportada aos autos, extrai-se que a infração DETRAN-111100-MT0548585-5169/01 foi cometida em 22/03/2015, contudo, conforme extrato apresentado pelo ente público no id. 20109615, a notificação do infrator foi postada apenas em 26/11/2015. Quanto a infração DETRAN-111100-BPM0097797-6050/01, cometida em 06/07/2015, foi expedida notificação no dia 19/11/2015, de moda que entendo por acolher o pedido inicial para declarar a nulidade de ambas as infrações. A notificação da infração é requisito de constituição de validade da multa, e, não sendo notificado o infrator no prazo legal, torna-se indevida a penalidade, pela sua insubsistência. Nesse sentido: É ilegal a exigência do pagamento de multas pelo DETRAN, como condição da renovação do licenciamento de veículos, principalmente quando não há comprovação cabal de que o pretenso infrator tenha sido regularmente notificado. A discussão sobre a legalidade das multas por infração de trânsito, por exigir dilação probatória, deve ser pleiteada nas vias ordinárias." (TJ/MT ReeNec 77768/2014, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 24/02/2015, Publicado no DJE 06/03/2015). Entendo pela improcedência do pedido de determinação ao DETRAN para que realize o licenciamento do veículo, pois cumpre ao requerente diligenciar junto ao órgão e proceder com os trâmites administrativos necessários ao licenciamento da motocicleta. Rejeito o pedido contraposto formulado pelo requerido, por não ser compatível com o rito do Juizado Especial de Fazenda Pública. Diante do exposto: a) RECONHECE-SE a ilegitimidade passiva do DETRAN/MT e JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, com relação as infrações: P.CUIABÁ-290670-P480096486-550/00; P.V.GRANDE-291670-VGA0005736-5568/00; P.V.GRANDE-291670-T000020749-7366/02; P.CUIABÁ-290670-E430554974-7455/00; P.V.GRANDE-291670-T000049460-5185/01. b) JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para DECLARAR a nulidade dos autos de infração de trânsito: DETRAN-111100-MT0548585-5169/01 e DETRAN-111100-BPM0097797-6050/01; e, em consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005506-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ISABELLE BONINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A

(ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1005506-90.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ISABELLE BONINI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por ISABELLE BONINI em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado e dobrado de R$ 7.152,34 (sete mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos). Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citados, os requeridos apresentaram contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de agosto/2014 a julho/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de agosto/2014 a julho/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, nos meses 08/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 07/2019, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003728-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAIS CASTRO DE SOUZA PORTELLA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1003728-85.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LAIS CASTRO DE SOUZA PORTELLA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por LAIS CASTRO DE SOUZA PORTELLA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função de confiança, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 3.136,42 (três mil cento e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citada, a parte requerida apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de 04/2015 a 07/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Mérito. Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional Noturno no período de 04/2015 a 07/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Quanto à contribuição previdenciária incidente sobre cargo de confiança, a Lei Federal nº 9.783/99 revogada pela Lei nº 10.887/2004 (alterada pela Lei nº 12.688/2012), dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e regulamentou o art. 40, § 2º, da Constituição Federal, a qual veda a incidência da contribuição previdenciária sobre a remuneração do cargo comissionado ou de função de confiança quando estas não forem incorporadas pelo servidor. Esta vedação é corolário do princípio da contributividade, pois o servidor não pode ser obrigado a contribuir sobre parcela remuneratória que comporá sua remuneração quando estiver na inatividade. É a jurisprudência no tema: "pacificado o tema da não incidência da contribuição previdenciária a partir do momento em que as verbas em questão (gratificações pelo exercício de funções de confiança e cargos em comissão) não foram mais incorporadas à remuneração dos servidores, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, com base na Lei n. 9.783/99". Precedentes: (EREsp 859.691/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 23.2.2012; AgRg no AgRg no REsp 962.863/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 5.9.2012; e AgRg no Ag 1.394.751/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10.6.2011). (...) REPETIÇÃO DE INDÉBITO - SERVIDOR EFETIVO NO EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO -

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - DESCONTO SOBRE A TOTALIDADE DOS PROVENTOS - ILEGALIDADE - ART. 2º, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 202/2004, LEI Nº 10.887/2004 E §12 DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO - RESTITUIÇÃO DEVIDA. Nos termos do art. 40 da Carta Magna, "Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)". Com relação aos servidores efetivos, o §12 do mesmo dispositivo constitucional estabelece que, "Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)". No âmbito federal, a matéria é disciplinada pela Lei nº 10.887/2004, que regulamentou a EC n. 41/2003, excluindo da incidência da contribuição previdenciária "a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança" (art. 4º, §1º, VIII). A questão já foi objeto de apreciação pelo Plenário do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso: MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO - INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO COMISSIONADA - CONTRIBUIÇÃO RESTRITA À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO - PRECEDENTES STF - INCONSTITUCIONALIDADE ART. 2º DA LCE 202/2004 - SEGURANÇA CONCEDIDA. A contribuição previdenciária, com o advento da EC nº 41/2003 e a regulamentação trazida pela Lei n.º10.887/04, não incide sobre a parcela referente ao exercício do cargo em comissão, porquanto não incorporável ao vencimento para o cálculo dos proventos de aposentadoria. O art. 2º, I da LCE nº 202/2004, que amparava legalmente o desconto previdenciário sobre a remuneração do exercício de cargo em comissão por servidores efetivos, recebeu interpretação conforme a Constituição para determinar que o vocábulo "remuneração" seja entendido como a remuneração do cargo efetivo do servidor público." (MS, 110928/2011, Rel. Des. MARCOS MACHADO, Data do Julgamento 08/03/2012, DJe 30/03/2012). Portanto, a parte reclamante faz jus à restituição dos valores descontados em desconformidade com essas regras, como bem salientado na r. sentença recorrida: "Desse modo, a requerente faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas nos períodos compreendidos entre dezembro/2007 a abril/2012, sendo que a base de contribuição deveria ter incidido sobre o cargo efetivo e não sobre o valor percebido em virtude de cargo em comissão." (...) RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJMT RI 921/2013, DR. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES, TURMA RECURSAL ÚNICA, Julgado em 15/04/2014, Publicado no DJE 08/05/2014). Extrai-se da ficha de rendimentos do requerente que a contribuição previdenciária incidiu sobre o valor descrito no item “FUNÇÃO CONFIANÇA”, o que é vedado por lei. Desse modo, a parte autora faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas a maior, haja vista a incidência indevida da alíquota previdenciária de 11% (onze por cento) sobre a verba contida no item “FUNÇÃO CONFIANÇA”, por se tratar de verba que não é incorporada à remuneração dos servidores para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto: 1) RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 2.1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre a função de confiança e o adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2.2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre a função de confiança e sobre adicional noturno, nos meses de abril/2015 a julho/2019, acrescidos de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006819-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE DE OLIVEIRA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1006819-86.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANDRE DE OLIVEIRA GOMES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por ANDRE DE OLIVEIRA GOMES em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 4.138,60 (quatro mil cento e trinta e oito reais e sessenta centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citado, o requerido apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de janeiro/2015 a agosto/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de janeiro/2015 a agosto/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, no período de 01/2015 a 08/2019, importância a ser acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc.

Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005379-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOICE QUEIROZ DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1005379-55.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOICE QUEIROZ DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por JOICE QUEIROZ DOS SANTOS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função de confiança, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 9.798,39 (nove mil setecentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citada, a parte requerida apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de 08/2014 a 07/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Desse modo, compete ao Estado responder por eventuais restituições até 31/12/2014 e ao MT PREV a partir de 01/01/2015. Mérito. Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional Noturno no período de 08/2014 a 07/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Quanto à contribuição previdenciária incidente sobre cargo de confiança, a Lei Federal nº 9.783/99 revogada pela Lei nº 10.887/2004 (alterada pela Lei nº 12.688/2012), dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e regulamentou o art. 40, § 2º, da Constituição Federal, a qual veda a incidência da contribuição previdenciária sobre a remuneração do cargo comissionado ou de função de confiança quando estas não forem incorporadas pelo servidor. Esta vedação é corolário do princípio da contributividade, pois o servidor não pode ser obrigado a contribuir sobre parcela remuneratória que comporá sua remuneração quando estiver na inatividade. É a jurisprudência no tema: "pacificado o tema da não incidência da contribuição previdenciária a partir do momento em que as verbas em questão (gratificações pelo exercício de funções de confiança e cargos em comissão) não foram mais incorporadas à remuneração dos servidores, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, com base na Lei n. 9.783/99". Precedentes: (EREsp 859.691/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 23.2.2012; AgRg no AgRg no REsp 962.863/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 5.9.2012; e AgRg no Ag 1.394.751/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10.6.2011). (...) REPETIÇÃO DE INDÉBITO - SERVIDOR EFETIVO NO EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - DESCONTO SOBRE A TOTALIDADE DOS PROVENTOS - ILEGALIDADE - ART. 2º, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 202/2004, LEI Nº 10.887/2004 E §12 DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO - RESTITUIÇÃO DEVIDA. Nos termos do art. 40 da Carta Magna, "Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)". Com relação aos servidores efetivos, o §12 do mesmo dispositivo constitucional estabelece que, "Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)". No âmbito federal, a matéria é disciplinada pela Lei nº 10.887/2004, que regulamentou a EC n. 41/2003, excluindo da incidência da contribuição previdenciária "a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança" (art. 4º, §1º, VIII). A questão já foi objeto de apreciação pelo Plenário do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso: MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO - INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO COMISSIONADA - CONTRIBUIÇÃO RESTRITA À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO - PRECEDENTES STF - INCONSTITUCIONALIDADE ART. 2º DA LCE 202/2004 - SEGURANÇA CONCEDIDA. A contribuição previdenciária, com o advento da EC nº 41/2003 e a regulamentação trazida pela Lei n.º10.887/04, não incide sobre a parcela referente ao exercício do cargo em comissão, porquanto não incorporável ao vencimento para o cálculo dos proventos de aposentadoria. O art. 2º, I da LCE nº 202/2004, que amparava legalmente o desconto previdenciário sobre a remuneração do exercício de cargo em comissão por servidores efetivos, recebeu interpretação conforme a Constituição para determinar que o vocábulo "remuneração" seja entendido como a remuneração do cargo efetivo do servidor público." (MS, 110928/2011, Rel. Des. MARCOS MACHADO, Data do Julgamento 08/03/2012, DJe 30/03/2012). Portanto, a parte reclamante faz jus à restituição dos valores descontados em desconformidade com essas regras, como bem salientado na r. sentença recorrida: "Desse modo, a requerente faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas nos períodos compreendidos entre dezembro/2007 a abril/2012, sendo que a base de contribuição deveria ter incidido sobre o cargo efetivo e não sobre o valor percebido em virtude de cargo em comissão." (...) RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJMT RI 921/2013, DR. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES, TURMA RECURSAL ÚNICA, Julgado em 15/04/2014, Publicado no DJE 08/05/2014). Extrai-se da ficha de rendimentos do requerente que a contribuição previdenciária incidiu sobre o valor descrito no item "FUNÇÃO CONFIANCA", o que é vedado por lei. Desse modo, a parte autora faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas a maior, haja vista a incidência indevida da alíquota previdenciária de 11% (onze por cento) sobre a verba contida no item "FUNÇÃO CONFIANCA", por se tratar de verba que não é incorporada à remuneração dos servidores para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto: 1) RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 2.1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre a função de confiança e o adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2.2) Condenar o requerido ESTADO DE MATO GROSSO a restituir à parte autora os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre função de confiança e sobre adicional

noturno, no período de 08/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 07/2019, ambas as importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso; e juros de mora equivalentes a 1% ao mês, do trânsito em julgado; e, em consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003370-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON CORREA VIANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1003370-23.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NELSON CORREA VIANA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de pedido de restituição de valores que alega terem sido descontados indevidamente a título de contribuição previdenciária, incidentes sobre a remuneração de cargo em comissão, no período de 01/2015 a 01/2019, proposto por NELSON CORREA VIANA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV, objetivando a percepção da quantia de R$ 23.439,66 (vinte e três mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos). Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citada, a parte reclamada apresentou contestação. Decido. Trata-se de pedido de restituição de contribuição previdenciária que abrange o período posterior a janeiro/2015, relativo ao servidor da ativa. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014, estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, parte legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária após a entrada em vigor da Lei (01/01/2015). Passa-se ao julgamento. A parte reclamante alega o desconto da contribuição previdenciária sobre o valor correspondente a cargo em comissão, no período de no período de 01/2015 a 01/2019. A Lei Federal nº 9.783/99 revogada pela Lei nº 10.887/2004 (alterada pela Lei nº 12.688/2012), dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e regulamentou o art. 40, § 2º, da Constituição Federal, a qual veda a incidência da contribuição previdenciária sobre a remuneração do cargo comissionado quando esta não for incorporada pelo servidor. Esta vedação é corolário do princípio da contributividade, pois o servidor não pode ser obrigado a contribuir sobre parcela remuneratória que comporá sua remuneração quando estiver na inatividade. É a jurisprudência no tema: "pacificado o tema da não incidência da contribuição previdenciária a partir do momento em que as verbas em questão (gratificações pelo exercício de funções de confiança e cargos em comissão) não foram mais incorporadas à remuneração dos servidores, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, com base na Lei n. 9.783/99". Precedentes: (EREsp 859.691/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 23.2.2012; AgRg no AgRg no REsp 962.863/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 5.9.2012; e AgRg no Ag 1.394.751/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10.6.2011). (...) REPETIÇÃO DE INDÉBITO - SERVIDOR EFETIVO NO EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - DESCONTO SOBRE A TOTALIDADE DOS PROVENTOS - ILEGALIDADE - ART. 2º, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 202/2004, LEI Nº 10.887/2004 E §12 DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO - RESTITUIÇÃO DEVIDA. Nos termos do art. 40 da Carta Magna, "Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)". Com relação aos servidores efetivos, o §12 do mesmo dispositivo constitucional estabelece que, "Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)". No âmbito federal, a matéria é disciplinada pela Lei nº 10.887/2004, que regulamentou a EC n. 41/2003, excluindo da incidência da contribuição previdenciária "a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança" (art. 4º, §1º, VIII). A questão já foi objeto de apreciação pelo Plenário do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso: MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO - INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO COMISSIONADA - CONTRIBUIÇÃO RESTRITA À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO - PRECEDENTES STF - INCONSTITUCIONALIDADE ART. 2º DA LCE 202/2004 - SEGURANÇA CONCEDIDA. A contribuição previdenciária, com o advento da EC nº 41/2003 e a regulamentação trazida pela Lei n.º10.887/04, não incide sobre a parcela referente ao exercício do cargo em comissão, porquanto não incorporável ao vencimento para o cálculo dos proventos de aposentadoria. O art. 2º, I da LCE nº 202/2004, que amparava legalmente o desconto previdenciário sobre a remuneração do exercício de cargo em comissão por servidores efetivos, recebeu interpretação conforme a Constituição para determinar que o vocábulo "remuneração" seja entendido como a remuneração do cargo efetivo do servidor público." (MS, 110928/2011, Rel. Des. MARCOS MACHADO, Data do Julgamento 08/03/2012, DJe 30/03/2012). Portanto, a parte reclamante faz jus à restituição dos valores descontados em desconformidade com essas regras, como bem salientado na r. sentença recorrida: "Desse modo, a requerente faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas nos períodos compreendidos entre dezembro/2007 a abril/2012, sendo que a base de contribuição deveria ter incidido sobre o cargo efetivo e não sobre o valor percebido em virtude de cargo em comissão." (...) RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJMT RI 921/2013, DR. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES, TURMA RECURSAL ÚNICA, Julgado em 15/04/2014, Publicado no DJE 08/05/2014). Extrai-se da ficha de rendimentos do requerente que a contribuição previdenciária incidiu sobre o valor descrito no item "SUBSIDIO COMIS.", o que é vedado por lei. Desse modo, a parte autora faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas a maior, haja vista a incidência indevida da alíquota previdenciária de 11% (onze por cento) sobre a verba contida no item "SUBSIDIO COMIS.", por se tratar de verba que não é incorporada à remuneração dos servidores para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria. Nos casos de repetição de indébito de natureza tributária, as Súmulas 162, 188 e 523 do STJ disciplinam a aplicação dos mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários, ou seja, a correção monetária incide a partir do pagamento indevido e os juros moratórios, a partir do trânsito em julgado. Quanto ao índice, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003 a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, acrescidos de juros de mora de 1% (um) por cento ao mês calendário ou fração. Veja-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: "(...) Sobre o indébito incide correção monetária com base no IGP-DI e juros moratórios à razão de 1% a.m., conforme disposto no art. 42 e 44 da Lei Estadual n. 7.098/98, com as alterações trazidas pela Lei Estadual n. 7.900/03."(Ap 13941/2012, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/06/2013, Publicado no DJE 09/07/2013). Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as

disposições do CDC. Diante do exposto, CONFIRMA-SE a tutela antecipatória e JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar o requerido a restituir o valor descontado a título de contribuição previdenciária sobre cargo de comissão, no período de 01/2015 a 01/2019, acrescidos de correção monetária pelo Índice Geral de Preços, Conceito Disponibilidade Interna (IGP-DI/FGV) desde o desembolso, e juros de mora equivalentes a 1% (um) por cento ao mês do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/09; e de consequência, EXTINGUE-SE o processo, com fundamento no art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003586-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUED DIAS DA SILVA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1003586-81.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SUED DIAS DA SILVA JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por SUED DIAS DA SILVA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, bem como a restituição dos valores descontados, no importe de R$ 12.064,78 (doze mil sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citados, os requeridos apresentaram contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de agosto/2014 a julho/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional Noturno, no período de agosto/2014 a julho/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, nos meses 08/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 07/2019, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006031-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CREUSA PINHEIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1006031-72.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CREUSA PINHEIRO DOS SANTOS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por CREUSA PINHEIRO DOS SANTOS em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 3.705,16 (três mil setecentos e cinco reais e dezesseis centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citado, o requerido apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de janeiro/2015 a agosto/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de janeiro/2015 a

agosto/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, no período de 01/2015 a 08/2019, importância a ser acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002176-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELIO FARIA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002176-85.2019.8.11.0001 REQUERENTE: HELIO FARIA DOS SANTOS REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por HELIO FARIA DOS SANTOS em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 587,25 (quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citado, o requerido apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de janeiro/2015 a julho/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de janeiro/2015 a julho/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, no período de 01/2015 a 07/2019, importância a ser acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001884-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALDO GONCALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1001884-03.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALDO GONCALVES DA SILVA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por ALDO GONÇALVES DA SILVA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 2.896,78 (dois mil oitocentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citado, o requerido apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de janeiro/2015 a junho/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de janeiro/2015 a junho/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir

a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, no período de 01/2015 a 06/2019, importância a ser acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018817-33.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO SEMIAO DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS REZENDE OAB - MT12432-O (ADVOGADO(A))
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1018817-33.2016.8.11.0041 AUTOR(A): ANTONIO SEMIAO DE CAMPOS RÉU: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria auxiliar de serviços gerais, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o autor, auxiliar de serviços gerais do Estado de Mato Grosso vinculado à SEDUC, teve a carreira reestruturada em 1998, com a publicação da Lei Complementar nº 50/1998. A ação foi proposta no ano de 2016. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei Complementar nº 50/1998 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000466-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO MOREIRA MARINHO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO MOREIRA MARINHO OAB - MT18791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1000466-30.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: RODRIGO MOREIRA MARINHO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. RODRIGO MOREIRA MARINHO ajuizou ação de título executivo de 6,5 URH´s (R$ 5.827,31) e mais R$ 6.000,00 (seis mil reais) referentes aos honorários de defensor dativo nos processos de códigos n° 492921, 491954, 497362, 504515, 498179, 384326, 377755, 348299, 454319, 72141, 360660, 364037, 500000, 359634, 369282, 402180, 477151, 52303, 495194, 23280-95.2017.811.00042, em trâmite perante o Juízo da Vara Criminal de Cuiabá/MT, almejando o recebimento da importância de R$ 11.827,31 (onze mil oitocentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos). Citado, o executado não se manifestou. As Certidões apresentadas pelo exequente demonstram o crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 11.827,31 (onze mil oitocentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da

certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0501243-82.2013.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IZADORA REGINA DE SOUZA DANIEL (EXEQUENTE)
ANTONIO ALVES DANIEL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAIRAN SCHUMACHER OAB - MT20120-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 0501243-82.2013.8.11.0001 EXEQUENTE: IZADORA REGINA DE SOUZA DANIEL, ANTONIO ALVES DANIEL EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de cumprimento de sentença objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 27.543,14 (vinte e sete mil quinhentos e quarenta e três reais e quatorze centavos), conforme demonstrativo de cálculo coligido no id. 14427836. Citado, o executado impugnou a execução, alegando excesso e requereu a redução do valor. A exequente não concordou com o valor apresentado pelo executado. Decido. Constou no dispositivo da Sentença: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, CONDENANDO o Estado de Mato Grosso ao pagamento, em pecúnia, aos requerentes, na proporção de 50% para cada, R$ 3.664,83 (três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos) referente a crédito salarial e R$ 3.970,08 (três mil novecentos e setenta reais e oito centavos) referente à licença-prêmio, ambos acrescidos de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação da Lei nº 11.960/09, desde a data do requerimento administrativo, e, com a correção monetária, até 25/03/2015 pelo mesmo índice e, posteriormente, pelo IPCA-E a partir do requerimento administrativo (04.12.2006). Da análise dos autos constato que os cálculos apresentados pelo executado respeitam os termos do dispositivo da Sentença, com a aplicação de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir de 04/12/2006, e corrigido pela TR e pelo IPCA-E. Ante o exposto, ACOLHE-SE os Embargos à Execução opostos pelo ESTADO DE MATO GROSSO e HOMOLOGA-SE o valor de R$ 18.835,14 (dezoito mil oitocentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos), conforme cálculo juntado no id. 17896572, sendo a quantia de R$ 9.417,57 (nove mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos) devida a autora IZADORA REGINA DE SOUZA DANIEL e a mesma quantia de R$ 9.417,57 (nove mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos) devida ao autor ANTONIO ALVES DANIEL. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada do sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001193-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MOISES ADRIANO AMORIM DE SOUSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOISES ADRIANO AMORIM DE SOUSA OAB - DF15094 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1001193-86.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: MOISES ADRIANO AMORIM DE SOUSA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. MOISES ADRIANO AMORIM DE SOUZA ajuizou ação de título executivo de R$ 3.000,00 (três mil reais) referentes aos honorários de defensor dativo no processo de código n° 90738, em trâmite perante o Juízo da Comarca de Alto Araguaia/MT, almejando o recebimento daquela importância. Citado, o executado não se manifestou. A Certidão apresentada pelo exequente demonstra ser o crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001749-25.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VITOR PEREIRA DE CASTRO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE VITOR PEREIRA DE CASTRO OAB - MT11258-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1001749-25.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: JOSE VITOR PEREIRA DE CASTRO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. JOSE VITOR PEREIRA DE CASTRO ajuizou ação de título executivo de R$ 11.490,03 (onze mil quatrocentos e noventa reais e três centavos) referentes aos honorários de defensor dativo no processo de código n° 34872, 35272 e 62155, em trâmite perante o Juízo da Comarca de Cotriguaçu/MT, almejando o recebimento daquela importância. Citado, o executado não se manifestou. As Certidões apresentadas pelo exequente demonstram ser o crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 11.490,03 (onze mil quatrocentos e noventa reais e três centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-10 NOMEAÇÃO DE ADVOGADO
Processo Número: 1002064-53.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS OAB - MT19493-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002064-53.2018.8.11.0001 REQUERENTE: DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS ajuizou ação de título executivo de 13 URH´s referentes aos honorários de defensor dativo nos processos de códigos n° 126767, 112212, 113848, 126638, 125791, 125503, 113461, 104964, 1119531, 129473, 129397, 129447 e 113848, em trâmite na Comarca de Cuiabá – MT, almejando o recebimento da importância corrigida de R$ 11.654,63 (onze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Citado, o executado informou que não se opõe ao requerimento. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 13 (treze) URH´s, que perfaz o montante de R$ 11.654,63 (onze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a(s) certidão(ões) original(is) na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la(s) para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000736-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RUI HIGA TUNES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO(A))
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1000736-54.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: RUI HIGA TUNES EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. RUI HIGA TUNES ajuizou ação de título executivo de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) referentes aos honorários de perito nomeado no processo de código n° 229575, em trâmite na Segunda Vara de Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande – MT, almejando o recebimento da importância corrigida de R$ 2.437,83 (dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos). Citado, o executado informou não se opor ao pleito. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de R$ 2.437,83 (dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a(s) certidão(ões) original(is) na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la(s) para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002804-11.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ADALIA RAMOS DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DA SILVA MOITINHO OAB - RS104065B-B (ADVOGADO(A))
EDUARDO SORTICA DE LIMA OAB - MT7485-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002804-11.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA ADALIA RAMOS DA LUZ REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de Ação de Cobrança proposta por MARIA ADALIA RAMOS DA LUZ em desfavor do Estado de Mato Grosso, objetivando o recebimento do FGTS no percentual de 8% relativo ao período de 09/11/2005 a 01/11/2011, na importância de R$ 14.755,69. Citado, o requerido apresentou contestação. Passa-se à apreciação. Segundo o disposto no artigo 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932: "Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." Ultrapassado o prazo quinquenal, verifica-se a ocorrência da prescrição, haja vista que a ação foi distribuída no dia 05/03/2012. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral em relação às parcelas anteriores a 05/03/2007. A requerente afirma que foi contratada temporariamente para o cargo de técnica de enfermagem no Hospital Regional Antônio Fontes, na cidade de Cáceres, no período de 09/11/2005 a 01/11/2011, por isso pretende o recebimento do FGTS relativo a todo período. A administração pública está autorizada, atendidos os requisitos legais, a efetuar contratação de pessoal sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, sem que se estabeleça o regime estatutário ou celetista, eis que trata-se de regime jurídico-administrativo. Compulsando a documentação acostada pela requerente vê-se que a contratação ocorreu nos períodos de: 09/11/2005 a 08/11/2006; 09/11/2006 a 28/02/2007; 01/03/2007 a 31/05/2007; 01/06/2007 a 30/05/2008, prorrogado até 30/05/2009; 01/06/2009 a 31/12/2009, prorrogado até 31/12/2010; prorrogado até 31/05/2011; e de 01/06/2011 a 01/11/2011, quando sobreveio o distrato. Em razão do longo período (2005 a 2011) e das sucessivas renovações e prorrogações, evidencia-se de plano a nulidade da reiterada contratação temporária. Os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem forma excepcional de contratação para prestação de serviço público, haja vista que o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, prevê expressamente a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos, excepcionando referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão e a contratação temporária, em caso de excepcional interesse público, vejamos: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; Note-se que o art. 37, IX, CF, previu a necessidade de edição lei. No caso do Estado de Mato Grosso editou-se a LC 04/90, que no §1º do art. 264, vigente à época, previa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses para as contratações temporárias, vejamos: Art. 264 Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a: (...) § 1º As contratações de que trata este artigo terão dotação específica e não poderão ultrapassar o prazo de 06 (seis) meses, exceto nas hipóteses dos incisos II, IV e VI, cujo prazo máximo será de 12 (doze) meses, e inciso V, cujo prazo máximo será de 24 (vinte e quatro) meses, prazos estes somente prorrogáveis se o interesse público, justificadamente, assim o exigir ou até a nomeação por concurso público. Vê-se que a espécie de contratação dos presentes autos não se

enquadra legislação estadual, eis que ultrapassado o prazo legal, não estando claro, inclusive, as circunstâncias da contratação conforme especificação legal – ônus probatório que é imposto ao requerido. Por essa premissa, impõe-se o reconhecimento da nulidade dos contratos por não observância às regras que embasam esta espécie de relação. Acerca deste ponto, o STF atribuindo repercussão geral, firmou que são devidos o saldo de salário e o levantamento de saldo de FGTS nas hipóteses de contratação temporária, cuja contratação não observou as regras legais: CONSTITUCIONAL E TRABALHO. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM CONCURSO. NULIDADE. EFEITOS JURÍDICOS ADMISSÍVEIS EM RELAÇÃO A EMPREGADOS: PAGAMENTO DE SALDO SALARIAL E LEVANTAMENTO DE FGTS (RE 596.478 - REPERCUSSÃO GERAL). INEXIGIBILIDADE DE OUTRAS VERBAS, MESMO A TÍTULO INDENIZATÓRIO. 1. Conforme reiteradamente afirmado pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 reprova severamente as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, cominando a sua nulidade e impondo sanções à autoridade responsável (CF, art. 37, § 2º). 2. No que se refere a empregados, essas contratações ilegítimas não geram quaisquer efeitos jurídicos válidos, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. 3. Recurso extraordinário desprovido. (RECURSO EXTRAORDINÁRIO 705.140 RIO GRANDE DO SUL) O acórdão do citado RE declara expressamente que: "5. É de se confirmar, portanto, o acórdão recorrido, adotando-se a seguinte tese, para fins de repercussão geral: A Constituição de 1988 comina de nulidade as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público (CF, art. 37, § 2º), não gerando, essas contratações, quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos empregados contratados, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS." (g.n). Desse modo, não observados os requisitos legais para a contratação temporária o trabalhador faz jus apenas ao saldo de salário e recebimento do FGTS. Assim, ainda que, por fundamento diverso, acolhe-se o pedido inicial de pagamento do FGTS em relação ao período não prescrito. Diante do exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para CONDENAR o requerido a pagar a requerente o valor de 8% sobre a remuneração bruta (correspondente ao percentual a título de FGTS), no período de contratação temporária não prescrito, compreendido de 05/03/2007 a 01/11/2011, acrescido de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, desde a citação; e correção monetária pelo IPCA-E, a partir da data que deveriam ter sido adimplidos; e, de consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1018839-57.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA OAB - MT21613-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1018839-57.2017.8.11.0041 EXEQUENTE: HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA ajuizou ação de título executivo de 5 URH´s referentes aos honorários de defensor dativo no processo de código n°48537, em trâmite na Vara Única da Comarca de Nobres – MT, almejando o recebimento da importância corrigida de R$ 4.642,55 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Citado, o executado não se manifestou nos autos, conforme certidão de id. 21420174. Vê-se que foi feita atualização do valor da URH pelo exequente, tendo como base a tabela de honorários da OAB, que é reajustada anualmente todo mês fevereiro. Portanto, considerando a atualização da URH na tabela de honorários da OAB[1] para o ano de 2019, que é de R$ 928,51, deve ser aplicado esse valor reajustado da unidade pela própria OAB para fins de homologação do crédito devido. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito referente à quantia correspondente e atualizada de 5 (cinco) URH's, que perfaz o montante de R$ 4.642,55 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a(s) certidão(ões) original(is) na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la(s) para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1]Disponível: https://www.oabmt.org.br/tabela-honorarios

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002932-31.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002932-31.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: LOURIVAL DA CRUZ DIAS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. LOURIVAL DA CRUZ DIAS ajuizou ação de título executivo de R$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais) referentes aos honorários de defensor dativo nos processos de códigos n° 48646, 100804, 122086, 144987, 139949, 141774, 141883, 144986, 141898, 142168, 142213, 144991, 144992 e 145003, em trâmite perante o Juízo da Terceira Vara da Comarca de Barra do Bugres/MT. Citado, o executado não se manifestou. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002864-81.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
José Sebastião de Campos Sobrinho (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

José Sebastião de Campos Sobrinho OAB - MT6203-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002864-81.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: JOSÉ SEBASTIÃO DE CAMPOS SOBRINHO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. JOSÉ SEBASTIÃO DE CAMPOS SOBRINHO ajuizou ação de título executivo de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) referentes aos honorários de defensor dativo no processo de códigos n° 517934, em trâmite perante o Juízo da Décima Vara Criminal da Comarca de Cuiabá/MT. Citado, o executado não se manifestou. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002253-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON CIBULSKIS JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002253-94.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WILSON CIBULSKIS JUNIOR REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por WILSON CIBULSKIS JUNIOR em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, restituição do montante descontado no período de 06/2014 a 07/2019, em dobro, perfazendo o total de R$ 19.640,94 (dezenove mil seiscentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – PRESCRIÇÃO Como se sabe, a jurisprudência é pacífica no sentido de que não incide a prescrição sobre o fundo de direito em obrigação de trato sucessivo, mas apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32[1] e da Súmula nº 85 do STJ[2] . Ultrapassado o prazo quinquenal verifica-se a ocorrência da prescrição em relação às parcelas de junho de 2014 e julho de 2014 haja vista que a ação foi distribuída no dia 08/08/2019. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a 08/2014. II – MÉRITO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos seguintes períodos: 08/2014 a 11/2014; 01/2015 a 05/2015; 09/2015; 11/2015 a 12/2015; 01/2016 a 03/2016; 05/2016 a 08/2016; 10/2016; 12/2016; 01/2017 a 06/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22459182 e 22459445, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Verifica-se ainda que o referido cálculo inclui os descontos realizados em período atingido pela prescrição quinquenal, qual seja 06/2014 e 07/2014. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função comissão (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função comissão, nos meses de 08/14 a 12/14, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 06/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002300-05.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
Raphael Naves Dias (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Raphael Naves Dias OAB - MT14847-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002300-05.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: RAPHAEL NAVES DIAS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c

artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. RAPHAEL NAVES DIAS ajuizou ação de título executivo de R$ 400,00 (quatrocentos reais) referentes aos honorários de defensor dativo no processo de códigos n° 476327, em trâmite perante o Juízo da Quarta Vara Criminal da Comarca de Cuiabá/MT. Citado, o executado não se manifestou. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 400,00 (quatrocentos reais). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000507-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME JUNIO PAES ANANIAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOISES ADRIANO AMORIM DE SOUSA OAB - DF15094 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1000507-94.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: GUILHERME JUNIO PAES ANANIAS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. GUILHERME JUNIO PAES ANANIAS ajuizou ação de título executivo de R$ 23.494,58 (vinte e três mil quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos) referentes aos honorários de defensor dativo nos processos de códigos n° 30591, 30531, 30528, 22236, 31543, 54335 e 33068, em trâmite perante o Juízo da Vara Única de Alta Taquari/MT. Citado, o executado não se manifestou. Correção monetária realizada com base no índice IPCA-E. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 23.494,58 (vinte e três mil quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001598-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO JOSE ROCHA VENANCIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1001598-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANTONIO JOSE ROCHA VENANCIO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por ANTONIO JOSÉ ROCHA VENANCIO em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e cargo de comissão, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 4.898,37 (quatro mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citada, a parte requerida apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de 01/2015 a 05/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Mérito. Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional Noturno e Adicional de Insalubridade, no período de janeiro de 2015 a maio de 2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Ademais, inobstante o requerente nomeie os descontos arrolados na planilha de id. 21087233 como cargo "COMISSIONADO", em verdade, os referidos descontos se direcionam a "FUNÇÃO CONFIANCA/LC266", conforme se extrai dos holerites Quanto à contribuição previdenciária incidente sobre cargo de confiança, a Lei Federal nº 9.783/99 revogada pela Lei nº 10.887/2004 (alterada pela Lei nº 12.688/2012), dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e regulamentou o art. 40, § 2º, da Constituição Federal, a qual veda a incidência da contribuição previdenciária sobre a remuneração do cargo comissionado ou de função de confiança quando estas não forem incorporadas pelo servidor. Esta vedação é corolário do princípio da contributividade, pois o servidor não pode ser obrigado a contribuir sobre parcela remuneratória que comporá sua remuneração quando estiver na inatividade. É a jurisprudência no tema: "pacificado o tema da não incidência da contribuição previdenciária a partir do momento em que as verbas em questão (gratificações pelo exercício de funções de confiança e cargos em comissão) não foram mais incorporadas à remuneração dos servidores, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, com base na Lei n. 9.783/99". Precedentes: (EREsp 859.691/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 23.2.2012; AgRg no AgRg no REsp 962.863/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 5.9.2012; e AgRg no Ag 1.394.751/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10.6.2011). (...) REPETIÇÃO DE INDÉBITO - SERVIDOR EFETIVO NO EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - DESCONTO SOBRE A TOTALIDADE DOS PROVENTOS - ILEGALIDADE - ART. 2º, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 202/2004, LEI Nº 10.887/2004 E §12 DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO - RESTITUIÇÃO DEVIDA. Nos termos do art. 40 da Carta Magna, "Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)". Com relação aos servidores efetivos, o §12 do mesmo dispositivo constitucional estabelece que, "Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)". No âmbito federal, a matéria é disciplinada pela Lei nº 10.887/2004, que regulamentou a EC n. 41/2003, excluindo da incidência da contribuição previdenciária "a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança" (art. 4º, §1º, VIII). A questão já foi objeto de apreciação pelo Plenário do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso: MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO - INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO COMISSIONADA - CONTRIBUIÇÃO RESTRITA À REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO - PRECEDENTES STF - INCONSTITUCIONALIDADE ART. 2º DA LCE 202/2004 - SEGURANÇA CONCEDIDA. A contribuição previdenciária, com o advento da EC nº 41/2003 e a regulamentação trazida pela Lei n.º10.887/04, não incide sobre a parcela referente ao exercício do cargo em comissão, porquanto não incorporável ao vencimento para o cálculo dos proventos de aposentadoria. O art. 2º, I da LCE nº 202/2004, que amparava legalmente o desconto previdenciário sobre a remuneração do exercício de cargo em comissão por servidores efetivos, recebeu interpretação conforme a Constituição para determinar que o vocábulo "remuneração" seja entendido como a remuneração do cargo efetivo do servidor público." (MS, 110928/2011, Rel. Des. MARCOS MACHADO, Data do Julgamento 08/03/2012, DJe 30/03/2012). Portanto, a parte reclamante faz jus à restituição dos valores descontados em desconformidade com essas regras, como bem salientado na r. sentença recorrida: "Desse modo, a requerente faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas nos períodos compreendidos entre dezembro/2007 a abril/2012, sendo que a base de contribuição deveria ter incidido sobre o cargo efetivo e não sobre o valor percebido em virtude de cargo em comissão." (...) RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJMT RI 921/2013, DR. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES, TURMA RECURSAL ÚNICA, Julgado em 15/04/2014, Publicado no DJE 08/05/2014). Extrai-se da ficha de rendimentos do requerente que a contribuição previdenciária incidiu sobre o valor descrito no item “FUNÇÃO CONFIANCA”, o que é vedado por lei. Desse modo, a parte autora faz jus ao recebimento das diferenças que lhe foram cobradas a maior, haja vista a incidência indevida da alíquota previdenciária de 11% (onze por cento) sobre a verba contida no item “FUNÇÃO CONFIANCA”, por se tratar de verba que não é incorporada à remuneração dos servidores para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto: 1) RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 2.1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre a função de confiança, o adicional de insalubridade e o adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2.2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir à parte autora os valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre função de confiança, sobre adicional de insalubridade e sobre adicional noturno, no período de 01/2015 a 05/2019, acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso; e juros de mora equivalentes a 1% ao mês, do trânsito em julgado; e, em consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006208-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVANILSO ROSA SAMPAIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1006208-36.2019.8.11.0001 REQUERENTE: IVANILSO ROSA SAMPAIO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por IVANILSO ROSA SAMPAIO em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 3.470,52 (três mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citado, o requerido apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de janeiro/2015 a agosto/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de janeiro/2015 a agosto/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, no período de 01/2015 a 08/2019, importância a ser acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006214-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MONICA CARVALHO ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1006214-43.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MONICA CARVALHO ALMEIDA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por MONICA CARVALHO ALMEIDA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 2.713,89 (dois mil setecentos e treze reais e oitenta e nove centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citado, o requerido apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de janeiro/2015 a agosto/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de janeiro/2015 a agosto/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, no período de 01/2015 a 08/2019, importância a ser acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006768-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER NOVAES VENTURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1006768-75.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WAGNER NOVAES VENTURA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por WAGNER NOVAES VENTURA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 3.045,43 (três mil quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos), em dobro. Tutela antecipatória deferida. Dispensada audiência de conciliação. Citado, o requerido apresentou contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Rejeita-se a impugnação a justiça gratuita, uma vez que no sistema dos juizados especiais o processo é gratuito na primeira fase. Dessa forma, só há interesse para o requerimento de gratuidade no momento da interposição de recurso inominado, que é a fase na qual o processo apresenta a possibilidade de imposição de condenação em custas e honorários, o que não é o caso dos autos. A Reclamante requer a restituição das contribuições previdenciárias do período de janeiro/2015 a agosto/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de janeiro/2015 a agosto/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não se aplica à Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a tutela antecipatória e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) Condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, no período de 01/2015 a 08/2019, importância a ser acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006060-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BATUIRES ROSA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006060-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: BATUIRES ROSA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por BATUIRES ROSA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados no período de 2015 à 2019, no importe atualizado de R$ 4.029,04 (quatro mil e vinte e nove reais e quatro centavos). A liminar foi deferida determinando a suspensão dos descontos referentes à contribuição previdenciária sobre as verbas adicional noturno e de insalubridade. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – PRESCRIÇÃO Como se sabe, a jurisprudência é pacífica no sentido de que não incide a prescrição sobre o fundo de direito em obrigação de trato sucessivo, mas apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32[1] e da Súmula nº 85 do STJ[2]. Assim, considerando que o período requerido corresponde aos exercícios de 2015 à 2019, e a ação foi proposta em 04/09/2019, reconhece-se a ausência de prescrição da pretensão autoral. II - MÉRITO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade, no período de 01/2015 a 08/2019, da seguinte forma: - adicional noturno: 01/2015 a 10/2015; 12/2015 a 02/2016; 12/2016 a 11/2017; 01/2018 a 02/2018; 07/2018 a 07/2019. - adicional de insalubridade: 01/2015 a 08/2019 (exceto no exercício de 11/2016). Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. nº 23350023 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e de insalubridade (Tema 163[3]/STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma de descontos a título de Contribuição Previdenciária sobre Adicional de Insalubridade nos exercícios 01/2015 a 08/2019 (exceto no exercício de 11/2016) e, sobre Adicional Noturno nos exercícios 01/2015 a 10/2015; 12/2015 a 02/2016; 12/2016 a 11/2017; 01/2018 a 02/2018; 07/2018 a 07/2019, e eventualmente demais parcelas, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais e, por consequência, DECLARO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Para fins de apuração do valor deve a parte autora trazer aos autos as fichas financeiras/holerites referente ao período posterior que eventualmente foi indevidamente cobrado, assim como o demonstrativo com os cálculos do valor nos exatos termos da sentença. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. [2] SÚMULA N. 85: Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública fi gure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação. [3] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006609-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DA COSTA E SILVA COELHO SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006609-35.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DANIEL DA COSTA E SILVA COELHO SOARES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS" proposta por DANIEL DA COSTA E SILVA COELHO SOARES em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e subsídio comissão, bem como a restituição, em dobro, do montante descontado, no período de 07/2014 a 09/2019, perfazendo o total de R$ 26.391,14 (vinte e seis mil trezentos e noventa e um reais e quatorze centavos). A liminar foi deferida. Citada, a requerida apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I- PRELIMINAR A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). De plano, RECONHECE-SE a ilegitimidade passiva do MT PREV referente ao pedido de restituição das contribuições previdenciárias do período anterior a janeiro/2015. Em razão do reconhecimento da preliminar de ilegitimidade passiva da autarquia estadual nos moldes acima exposto, passa-se a análise dos pedidos deduzidos em juízo a partir de janeiro de 2015. II - MÉRITO Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068,

com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e subsídio comissão nos períodos de: Adicional Noturno: 01/2015 a 12/2015; 01/2016; 03/2016 a 12/2016; 01/2017 a 08/2017; 10/2017 a 07/2019; Adicional de Insalubridade: 11/2016 a 05/2018; 07/2018 a 08/2019; e Subsídio Comissão: 01/2015 a 07/2018. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 23536679 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas, primeiramente, por terem sido consideradas as parcelas descontadas durante período que não é de competência da parte requerida (anteriores a 01/2015), e, ainda, porque foram considerados os meses dos pagamentos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e subsídio comissão (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre Adicional Noturno: 01/2015 a 12/2015; 01/2016; 03/2016 a 12/2016; 01/2017 a 08/2017; 10/2017 a 07/2019; Adicional de Insalubridade: 11/2016 a 05/2018; 07/2018 a 08/2019; e Subsídio Comissão: 01/2015 a 07/2018 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006278-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEORGE ADRIANO DE LAMONICA ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006278-53.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GEORGE ADRIANO DE LAMONICA ARAUJO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS” proposta por GEORGE ADRIANO DE LAMONICA ARAUJO em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade, bem como a restituição, em dobro, do montante descontado, no período de 07/2014 a 07/2019, perfazendo o total de R$ 12.541,32 (doze mil quinhentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos). A liminar foi deferida. Citada, a requerida apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I- PRELIMINAR A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Diante do exposto, RECONHECE-SE a ilegitimidade passiva do MT PREV referente ao pedido de restituição das contribuições previdenciárias do período anterior a janeiro/2015. Em razão do acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva da autarquia estadual nos moldes acima exposto, passa-se a análise dos pedidos deduzidos em juízo a partir de janeiro de 2015. II - MÉRITO Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 02/2015 a 07/2019 e adicional de insalubridade no período de 11/2016 a 08/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 23469897 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas, primeiramente, por terem sido consideradas as parcelas descontadas durante período que não é de competência da parte requerida (anteriores a 01/2015), e, ainda, porque foram considerados os meses dos pagamentos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 02/2015 a 07/2019 e adicional de insalubridade no período de 11/2016 a 08/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas as importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006823-26.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS JESUS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006823-26.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CARLOS JESUS DE OLIVEIRA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por CARLOS JESUS DE OLIVEIRA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade, bem como a restituição, em dobro, do montante descontado, no período de 01/2015 a 08/2019, perfazendo o total de R$ 5.624,00 (cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais). A liminar foi deferida. Citada, a requerida apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade no período de: Adicional Noturno: 01/2015 a 10/2015; 03/2016 a 07/2016; 09/2016 a 12/2016; 01/2017 a 12/2018 e 02/2019 a 05/2019; Adicional de Insalubridade: 01/2015 a 08/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 23710768 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses de 01/2015 a 10/2015; 03/2016 a 07/2016; 09/2016 a 12/2016; 01/2017 a 12/2018 e 02/2019 a 05/2019 e adicional de insalubridade, no período de 01/2015 a 08/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006285-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO ARAUJO PORANGABA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1006285-45.2019.8.11.0001 REQUERENTE: FABIO ARAUJO PORANGABA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por FABIO ARAUJO PORANGABA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e subsídio comissão, bem como a restituição, em dobro, do montante descontado, no período de 01/2015 a 08/2019, perfazendo o .total de R$ 7.469,78 (sete mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos). A liminar foi deferida. Citada, a requerida apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços/ extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de ; insalubridade'" (Tese 163)./ A O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e subsídio comissão nos períodos de: Adicional Noturno: 01/2015 a 07/2015; 09/2015 a 08/2016; 10/2016 a 12/2016; 01/2017; 09/2017; 11/2017 a 07/2018; Adicional de Insalubridade: 01/2015 a 08/2019 (exceto mês de 02/2017) e Subsídio Comissão: 07/2018 a 08/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese a; colhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores./ ; Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 23470730 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês

calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e subsídio comissão (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses de 01/2015 a 07/2015; 09/2015 a 08/2016; 10/2016 a 12/2016; 01/2017; 09/2017; 11/2017 a 07/2018; Adicional de Insalubridade no período de 01/2015 a 08/2019 (exceto mês de 02/2017) e Subsídio Comissão no período de 07/2018 a 08/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002598-94.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEONIZIA LEMES DA CRUZ CAMPOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAELA MEIRELES MAIOLINO OAB - MT17501/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002598-94.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: DEONIZIA LEMES DA CRUZ CAMPOS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de cumprimento de sentença objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 7.835,15 (sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e quinze centavos), conforme demonstrativos de cálculo de id. 21956165. Citado, o executado impugnou a execução, alegando excesso e requereu a redução do valor. A exequente não concordou com o valor apresentado pelo executado. Decido. Inobstante a irresignação do exequente, os cálculos por ele apresentados desrespeitam os termos do dispositivo da sentença, vez que, para a correção monetária do valor principal arbitrado, não observou a data individualizada de cada desconto para a sua aplicação, e, ainda, aplicou juros desde a data do primeiro desconto, sendo que a sentença determinou que seria a partir do trânsito em julgado. Ante o exposto, ACOLHE-SE os Embargos à Execução opostos pelo ESTADO DE MATO GROSSO e HOMOLOGA-SE o valor de R$ 4.272,39 (quatro mil duzentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos), sendo R$ 3.594,09 (três mil quinhentos e noventa e quatro reais e nove centavos) devidos pela autarquia MTPREV, e, R$ 678,30 (seiscentos e setenta e oito reais e trinta centavos) devidos pelo ESTADO DE MATO GROSSO. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002908-03.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO MAGELA SODRE COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAELA MEIRELES MAIOLINO OAB - MT17501/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (EXECUTADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002908-03.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: GERALDO MAGELA SODRE COSTA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de cumprimento de sentença objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 11.527,20 (onze mil quinhentos e vinte e sete reais e vinte centavos), conforme demonstrativos de cálculo de id. 21952174. Citado, o executado impugnou a execução, alegando excesso e requereu a redução do valor. A exequente não concordou com o valor apresentado pelo executado. Decido. Inobstante a irresignação do exequente, os cálculos por ele apresentados desrespeitam os termos do dispositivo da sentença, vez que, para a correção monetária do valor principal arbitrado, não observou a data individualizada de cada desconto para a sua aplicação, e, ainda, aplicou juros desde a data do primeiro desconto, sendo que a sentença determinou que seria a partir do trânsito em julgado. Ante o exposto, ACOLHE-SE os Embargos à Execução opostos pelo ESTADO DE MATO GROSSO e HOMOLOGA-SE o valor de R$ 6.504,28 (seis mil quinhentos e quatro reais e vinte e oito centavos), sendo R$ 5.623,35 (cinco mil seiscentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos) devidos pela autarquia MTPREV, e, R$ 880,93 (oitocentos e oitenta reais e noventa e três centavos) devidos pelo ESTADO DE MATO GROSSO. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002986-31.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIOMIR LINO DUARTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CORBELINO BIANCARDINI OAB - MT7341-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002986-31.2017.8.11.0001 EXEQUENTE: CLAUDIOMIR LINO DUARTE EXECUTADO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Trata-se de cumprimento de sentença objetivando o recebimento do valor atualizado de R$ 5.911,08 (cinco mil novecentos e onze reais e oito centavos), conforme demonstrativo de cálculo coligido no id. 15491396. Citado, o executado impugnou a execução alegando excesso e requerendo fosse aberto novo prazo para a apresentação de memória de cálculo. Decido. Inobstante a irresignação do executado, o art. 535 do CPC estabelece, em seu parágrafo segundo, que: “Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição”. Em observância ao preceito

legal, por não ter o executado informado o valor que entende devido, e, também, pelo fato de constatar que a planilha apresentada pela parte autora atende ao estabelecido no dispositivo da Sentença, acolho o saldo ali descrito. Ante o exposto, NÃO CONHEÇO os Embargos à Execução opostos pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ e HOMOLOGO o valor de R$ 5.911,08 (cinco mil novecentos e onze reais e oito centavos), conforme cálculo juntado no id. 15491396. Defere-se o destaque da verba honorária no percentual pactuado entre as partes (30%). Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada do sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002617-48.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCI MARA DA SILVA PROFESSOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
NATHALIA MARIA BARBOSA QUEIROZ OAB - MT25135/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002617-48.2016.8.11.0041 REQUERENTE: JUCI MARA DA SILVA PROFESSOR REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, servidora pública do Município de Cuiabá, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o Município de Cuiabá, com a publicação das Leis 4594/2004 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ) e LC 220/2010 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIAL DE EDUCAÇÃO) efetivou a reestruturação. A ação foi proposta passados mais de cinco anos da vigência da lei que reestruturou a carreira. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) (g.n.) “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 11: SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei que reestrutura a carreira da parte autora e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, RECONHECE-SE DE OFÍCIO A PREJUDICIAL DE MÉRITO para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Ante o reconhecimento da preliminar de mérito, rejeita-se o pedido de dilação probatória elencado no id. 24022478. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002572-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIENE DA SILVA TOLEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002572-62.2019.8.11.0001 REQUERENTE: FABIENE DA SILVA TOLEDO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS” proposta por FABIENE DA SILVA TOLEDO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, adicional noturno e subsídio comissão, restituição do montante descontado no período de 08/2014 a 07/2019, em

dobro, perfazendo o total de R$ 9.690,76 (nove mil seiscentos e noventa reais e setenta e seis centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e subsídio comissão, nos períodos de: Adicional Noturno: 08/2014 a 05/2015; 07/2015 a 08/2016; 10/2016 a 04/2017; 06/2017 a 02/2018; 01/2019 a 03/2019 e, 05/2019 a 06/2019 e; Subsídio Comissão: 02/2018 a 12/2018 e 01/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22565685 e 22565991 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito.", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e subsídio comissão (Tema 163[1] /STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e verba comissão nos meses de 08/2014 a 12/14, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 06/2019 e demais descontos mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002643-98.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONY GONCALO MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CARVALHO DE SOUZA OAB - MT19198-O (ADVOGADO(A))
MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI OAB - MT22761-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002643-98.2018.8.11.0001 REQUERENTE: JONY GONCALO MARTINS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA. Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995, c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, deixo de exarar o relatório. Trata-se de "Ação Ordinária com pedido liminar" proposta por JONY GONCALO MARTINS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, almejando a anulação do ato administrativo que suspendeu a contagem de tempo de serviço para progressão de carreira para nível 06, em consequência de suspensão disciplinar aplicada em sindicância administrativa e, assim, que seja alterada a data da referida progressão para o dia 01/12/2017, condenando o requerido ao pagamento do retroativo equivalente à diferença salarial, no montante de R$ 5.498,64 (cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos). Citado, o requerido apresentou contestação, mas não compareceu na audiência de conciliação. Considerando a indisponibilidade do interesse público (artigo 345, II, CPC/2015), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia, bem como a multa requerida. A liminar foi indeferida, id. 16520335. Passa-se ao julgamento. Da leitura da inicial, vê-se que o requerente pretende a revisão da sua progressão de Nível 06, tendo afirmado que a data correta em que teria alcançado o direito fora em 01/12/2017. Alega ilegalidade na penalidade aplicada, a qual suspendeu a contagem de tempo para progressão na carreira policial por 01 ano como consequência da suspensão disciplinar de 02 dias aplicada em procedimento de sindicância disciplinar punitiva nº 038/2013/CGPJC/MT, instaurada em desfavor do requerente. A relação jurídica entre as partes é regida pela Lei Complementar nº 407/2010, alterada pela LC 565/2015. O instituto da progressão é previsto no referido diploma nos seguintes termos: "Art. 154-A Os Escrivães de Polícia e Investigadores de Polícia terão aproveitamento de seu tempo de serviço efetivo prestado na Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista do Estado de Mato Grosso, ainda não computado para fins de enquadramento em nível, na proporção de dias, contados de acordo com o Anexo II, mediante comprovação e formalização de processo devidamente instruído. § 1º Somente será aproveitado o tempo de serviço exercido em cargo distinto do atualmente ocupado pelo servidor. § 2º O servidor poderá solicitar o aproveitamento de tempo de serviço previsto no caput até o dia imediatamente anterior à data de cumprimento do interstício da próxima progressão vertical. § 3º Os efeitos financeiros e funcionais da contagem do tempode serviço prevista no caput serão a partir da data do cumprimento do interstício da próxima progressão vertical. § 4º O servidor será enquadrado no nível correspondente à soma de seu tempo de serviço no cargo atualmente exercido e o tempo de serviço a ser aproveitado, de acordo com o Anexo II desta lei complementar. § 5º Em existindo sobras será realizado novo enquadramento quando o servidor completar o tempo suficiente para mais um nível, na forma do § 4° deste artigo. § 6º Este artigo passa a vigorar a partir de janeiro de 2016." Conforme consta dos dispositivos transcritos, fazem jus à progressão os servidores que tenham cumprido os requisitos de interstício temporal mínimo em cada nível, de acordo com os anexos que complementam a norma. No caso dos autos, em que pese o requerente alegue que na data de 01/12/2017 tenha cumprido o requisito de interstício temporal mínimo para progressão para o nível 06, restou evidenciada sua suspensão funcional no período de 31/03/2015 a 01/04/2015 aplicada em procedimento de sindicância disciplinar punitiva nº 038/2013/CGPJC/MT, cuja fase instrutória, conforme informações do próprio requerente, lhe foram garantidos os direitos à ampla defesa e ao contraditório. A Lei Complementar nº 407/2010 determina que a suspensão disciplinar de até 30 (trinta) dias gera, consequentemente, a suspensão da contagem de tempo para cumprimento dos interstícios de elevação de classe e de nível, por 01 ano, vejamos: "Art. 154 Será suspensa a contagem de tempo para cumprimento dos interstícios de classe e de nível para o policial civil que for condenado em processo administrativo disciplinar ou em sentença penal transitada em julgado pelo período de: I - 06 (seis) meses em caso de penas de advertência e repreensão; II - 01 (um) ano em caso de pena de multa e suspensão até 30 (trinta) dias; III - 02 (dois) anos em caso de pena de suspensão superior a 30 (trinta) dias e em condenação penal." A alegada distinção entre processo administrativo disciplinar e sindicância punitiva não merece prosperar. A norma indica de forma ampla "processo administrativo disciplinar" no intuito de assegurar que a referida suspensão só é adequada após condenação

do servidor em procedimento que lhe fora garantido os direitos ao contraditório e a ampla defesa. A sindicância punitiva e o procedimento administrativo disciplinar garantem o contraditório e a ampla defesa e diferenciam-se apenas pela gravidade dos fatos investigados, bem como pelas penas aplicadas. A já mencionada norma que institui a carreira dos servidores da Polícia Judiciária Civil, Lei Complementar 407/2010, prevê a instauração de Sindicância Administrativa para apuração de fatos que gerem sanções mais leves (repreensão, advertência e suspensão de até 30 dias): Art. 244 Instaurar-se-á sindicância: (...) II - quando não for obrigatório o Processo Administrativo Disciplinar, e para aplicação da penalidade de até trinta dias de suspensão, assegurado o princípio do contraditório e da ampla defesa. Sendo assim, afirma-se que se a sindicância pode motivar punições legalmente previstas para o servidor e que o referido procedimento assegura ao servidor sindicado os direitos à defesa e ao contraditório, não há que se falar em ilegalidade na suspensão da contagem do interstício aplicada pela Administração. Ademais, é cediço que a atuação do Poder Judiciário é limitada a análise de legalidade do ato praticado pela administração pública, isto porque não lhe é dado apreciar critérios de decisões administrativas resguardadas por lei. Assim, tendo em vista a previsão legal da decisão, há impedimento para que o Poder Judiciário modifique a decisão administrativa, uma vez que, ausente qualquer comprovação de que a progressão do requerente na carreira foi suspensa de forma equivocada. Assim sendo, descabida a condenação do ente público ao pagamento de qualquer diferença salarial. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002253-31.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOÃO NEVES DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO NEVES DE OLIVEIRA OAB - MT0015311A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1002253-31.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: JOÃO NEVES DE OLIVEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. JOÃO NEVES DE OLIVEIRA ajuizou ação de título executivo de R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) referentes aos honorários de defensor dativo nos processos de códigos n° 103700, 119642, 135182, 135455, 135173, 89459, 138868 e 136045, em trâmite perante o Juízo da Terceira Vara da Comarca de Barra do Bugres/MT. Citado, o executado informou não se opor ao pleito. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito na quantia de R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente as certidões originais na Secretaria deste juízo, que deverá retê-las para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002202-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLARIZE AUXILIADORA MIRANDA PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002202-83.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CLARIZE AUXILIADORA MIRANDA PRADO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO” proposta por CLARIZE AUXILIADORA MIRANDA PRADO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAG, bem como a restituição do montante descontado no período de 01/2018 a 06/2019, perfazendo o total de R$2.618,73 (dois mil e seiscentos e dezoito reais e setenta e três centavos). Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Sendo assim, considerando o período ora discutido (01/2018 a 06/2019), reconhece-se, de ofício, a ilegitimidade passiva do ESTADO DE MATO GROSSO para figurar no polo passivo da demanda. II- MÉRITO Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAG no período de 01/2018 a 06/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22320802, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAG (Tema 163[1]/STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAG nos meses de 01/2018 a 06/2019, e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, importância acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não

incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002206-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VILSON ATAIDES ALVES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002206-23.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VILSON ATAIDES ALVES JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO” proposta por VILSON ATAIDES ALVES JUNIOR em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional FTE. SECRET. ESC/PEB, bem como a restituição do montante descontado no período de 08/2014 a 02/2018 perfazendo o total de R$ 5.790,11 (cinco mil setecentos e noventa reais e onze centavos). Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional FTE. SECRET. ESC/PEB nos períodos de 08/2014 a 03/2015; 01/2016 a 02/2018. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22322985, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional FTE. SECRET. ESC/PEB (Tema 163[1] /STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional FTE. SECRET. ESC/PEB nos meses de 08/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 03/2015; 01/2016 a 02/2018, e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002203-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO ROBERTO DA SILVA PEDROSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002203-68.2019.8.11.0001 REQUERENTE: FERNANDO ROBERTO DA SILVA PEDROSO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO” proposta por FERNANDO ROBERTO DA SILVA PEDROSO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional FDE. DIR. ESCOLA./PEB, bem como a restituição, conforme Emenda à inicial (id. 22851595), do montante descontado no período de 08/2018 a 06/2019, perfazendo o total de R$ 4.763,23 (quatro mil setecentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos). Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Sendo assim, considerando o período ora discutido (08/2018 a 06/2019), reconhece-se, de ofício, a ilegitimidade passiva do ESTADO DE MATO GROSSO para figurar no polo passivo da demanda. II- MÉRITO Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. DIR. ESCOLA./PEB no período de 08/2018 a 06/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22851599, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido

utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. DIR. ESCOLA./PEB (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. DIR. ESCOLA./PEB nos meses de 08/2018 a 06/2019, e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, importância acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002694-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VITOR HUGO BRUZULATO TEIXEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002694-75.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VITOR HUGO BRUZULATO TEIXEIRA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS” proposta por VITOR HUGO BRUZULATO TEIXEIRA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, bem como a restituição, em dobro, do montante descontado, no período de 01/2015 a 07/2019, perfazendo o total de R$ 25.171,14 (vinte e cinco mil cento e setenta e um reais e quatorze centavos). A liminar foi deferida. Citada, a requerida apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno no período de 10/2015 a 06/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22591938 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses de 10/2015 a 06/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002612-78.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA EUNICE DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAELA MEIRELES MAIOLINO OAB - MT17501/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002612-78.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: MARIA EUNICE DE SOUZA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009, dispensa-se o relatório. Cuida-se de cumprimento de sentença, na qual a parte exequente postula o recebimento do valor atualizado de R$ 8.345,98 (oito mil trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos), consoante planilhas de cálculo dos ids nºs 21954794 e 21954795. Citado, o executado impugnou a execução, alegando excesso de execução, acreditando ser correto o valor total de R$ 4.992,99 (quatro mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos). Para tanto, junta planilha de cálculos com o montante que entende correto (Id. 23035559). De acordo com o Enunciado 3, do Juizado Especial da Fazenda Pública de Mato Grosso “a execução de título extrajudicial e judicial no Juizado Especial da Fazenda Pública segue o rito do art. 910 do Código de Processo Civil, facultando-se a oposição de embargos nos próprios autos.” (Aprovado XIII Encontro – Cuiabá e Alterado XV Encontro Cuiabá). Passa-se a decisão. Indefere-se o pedido de remessa dos autos à contadoria judicial, tendo em vista o equívoco clarividente no cálculo

apresentado pela parte exequente, eis que aplicou-se juros a partir da data do desembolso, contrariando decisão fixada em sentença, bem como determinação elencada na Súmula 188 do STJ que prevê juros a partir do trânsito em julgado da sentença. SÚMULA 188 OS JUROS MORATORIOS, NA REPETIÇÃO DO INDEBITO TRIBUTÁRIO, SÃO DEVIDOS A PARTIR DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. Sendo assim, razão está com o embargante, face ao erro nos cálculos apresentados pela exequente, que aplicou os juros de 1% ao mês desde a data do desembolso (01/01/2014 e 01/01/2015), ocasionando grande discrepância entre os valores. Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE os embargos de execução opostos pelo executado, reconhece-se o excesso a execução, e HOMOLOGA-SE o cálculo apresentado pela parte executada ESTADO DE MATO GROSSO E MT PREV no valor de R$ 4.992,99 (quatro mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos). Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação do MM. Juiz de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002666-44.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RUY DE SOUZA GONCALVES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUY DE SOUZA GONCALVES OAB - MT12133-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002666-44.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: RUY DE SOUZA GONCALVES EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de execução de título extrajudicial proposta por RUY DE SOUZA GONCALVES em desfavor do Estado de Mato Grosso, objetivando o recebimento dos honorários periciais fixados no Processo nº 21606-13.2014 - Código: 373061, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Várzea Grande–MT, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Citado, o executado concordou com o valor exequendo (id. 17945499). O exequente informa que possui débitos com a fazenda pública e foi protestado, razão pela qual requer sejam compensados os créditos. Passa-se à apreciação. Indefere-se o pedido de compensação, pois, segundo o disposto no art. 170 do CTN, o instituto depende de lei, bem como não há prova nos autos do alegado protesto. Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o crédito no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativo aos honorários periciais fixados no processo nº 21606-13.2014 - Código: 373061, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Várzea Grande–MT. Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito (art. 40 da Lei nº 9.099/95). Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. INTIME-SE a parte exequente para que apresente a certidão original na Secretaria deste juízo, que deverá retê-la para fins do disposto no art.3º,§ 1º, III, do Provimento 11/2017-CM. Oficie-se ao juízo de origem da certidão de crédito acerca da presente execução e pagamento. Transitada em julgado, expeça-se o necessário. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002205-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA ISABEL LENA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002205-38.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUCIANA ISABEL LENA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO” proposta por LUCIANA ISABEL LENA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAGOG., bem como a restituição dos valores descontados no período de 01/2019 a 07/2019 no montante no total de R$ 893,63 (oitocentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos). Citados, os requeridos deixaram de comparecer à audiência de conciliação, contudo, apresentaram contestação. DECIDO. Inobstante a ausência dos requeridos na audiência preliminar, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixo de aplicar os efeitos da revelia. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Sendo assim, considerando o período pleiteado (01/2019 a 07/2019), acolhe-se a preliminar suscitada para reconhecer a ilegitimidade passiva do Estado de Mato Grosso para responder a ação. II - MÉRITO Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAGOG, no período de 01/2019 a 07/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22322632 a consideração de parcelas já alcançadas pela prescrição, competências que não ocorreram cobranças indevidas, bem como a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAGOG. (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. COORD. PEDAGOG. nos meses de 01/2019 a 07/2019 e demais descontos mediante comprovação, importância acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto

de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002204-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LARYSSA FIGUEIREDO DE SOUZA FRITZEN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002204-53.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LARYSSA FIGUEIREDO DE SOUZA FRITZEN REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO” proposta por LARYSSA FIGUEIREDO DE SOUZA FRITZEN em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional FDE. SECRET. ESC./PEB., bem como a restituição dos valores descontados no período de 01/2016 a 07/2019 no montante no total de R$ 10.067,75 (dez mil sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos). Citados, os requeridos deixaram de comparecer à audiência de conciliação, contudo, apresentaram contestação. DECIDO. Inobstante a ausência dos requeridos na audiência preliminar, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixo de aplicar os efeitos da revelia. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Sendo assim, considerando o período pleiteado (01/2016 a 07/2019), acolhe-se a preliminar suscitada para reconhecer a ilegitimidade passiva do Estado de Mato Grosso para responder a ação. II - MÉRITO Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. SECRET. ESC./PEB, no período de 01/2016 a 07/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22322228 a consideração de parcelas já alcançadas pela prescrição, competências que não ocorreram cobranças indevidas, bem como a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. SECRET. ESC./PEB (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional FDE. SECRET. ESC./PEB. nos meses de 01/2016 a 07/2019 e demais descontos mediante comprovação, importância acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011286-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RUTHE LINO CUSTODIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1011286-90.2016.8.11.0041 AUTOR(A): RUTHE LINO CUSTODIO RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por RUTHE LINO CUSTODIO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 3.533,29 (três mil quinhentos e trinta e três reais e vinte nove centavos). Dispensada audiência de conciliação. Citados, os requeridos apresentaram contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente a reclamante requereu a restituição das contribuições previdenciárias do período de 01/2012 a 07/2015. Em contestação, os requeridos pugnaram preliminarmente pelo indeferimento da petição inicial, ante ao prejuízo a defesa dos réus, alegando que a parte autora não havia especificado quais seriam as verbas objeto de retenções previdenciárias. Intimada para impugnar, a requerente, ainda que provocada, não especificou as verbas que integram o seu pedido de restituição. Por meio da petição de id. 20788623, a parte autora emendou a inicial, apresentado planilhas de débitos de id. 20789164 e 20789172, elencado os descontos individualizados de adicional de insalubridade. Intimado, o requerido deixou transcorrer in albis o prazo para manifestação quanto aos referidos documentos. Pois bem. Não preenche os requisitos a petição inicial que tão somente faz alusão à suposta cobrança indevida sem especificar seu objeto e valor. É o autor da cobrança quem deve apontar, com clareza, o objeto da pretensão e qual sua expressão econômica, a qual deve inclusive ser compatível com o valor da causa, de modo a permitir o pleno exercício do contraditório. O pedido deve ser claro porque é este que limita o objeto da lide e os limites da cognição. Contudo, por ter a parte autora emendado a inicial, especificando as datas e os valores descontados sobre adicional de insalubridade, entendo ter sido o vício da exordial sanada e rejeito a preliminar suscitada. Passa-se ao julgamento. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de

autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de insalubridade, no período de 03/2012 a 07/2015. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Rejeito o pedido de restituição do período de 01 e 02/2012, pois a própria planilha de id. 20789172 apresentada pela requerente demonstra a não ocorrência de desconto previdenciário para estes meses. Quanto ao pedido de restituição do período compreendido entre 08/2015 a 05/2019, por não ter a parte autora apresentado as fichas financeiras do período a fim de demonstrar os descontos que afirma serem indevidos, a justificar o seu pedido de restituição, rejeito-o. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, para: a) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade (Tema 163[1]/STF); b)Condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, nos meses 03/2012 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 07/2015, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011066-92.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVA RIBEIRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1011066-92.2016.8.11.0041 AUTOR(A): EVA RIBEIRO DA SILVA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MTPREV na qual objetiva a cessação dos descontos de contribuição previdenciária sobre verbas de caráter indenizatório e eventual e o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente. Foi atribuída à causa a importância de R$ 1.000,00 (um mil reais). Citados, os requeridos suscitaram preliminar de inépcia da inicial em razão da ausência de identificação das verbas cobradas e do respectivo valor. Impugnada a contestação a parte autora alega preenchidas as condições da ação. No sistema dos juizados especiais não se admite liquidação de sentença. Não preenche os requisitos a petição inicial que tão somente faz alusão à suposta cobrança indevida sem especificar seu objeto e valor. É o autor da cobrança quem deve apontar, com clareza, o objeto da pretensão e qual sua expressão econômica, a qual deve inclusive ser compatível com o valor da causa, de modo a permitir o pleno exercício do contraditório. O pedido deve ser claro porque é este que limita o objeto da lide e os limites da cognição. Não é hipótese de determinação de emenda posterior à contestação ante a incidência da preclusão, haja vista que na impugnação a parte autora não rechaçou pontualmente a preliminar fazendo a expressa demonstração de onde se encontra o valor, ou seja, teve a oportunidade de comprovar a inexistência do vício, contudo não o fez, criando impeditivo ao exame do mérito. Veja-se que o STJ indica que mesmo na justiça comum, na qual não há a mesma limitação dos juizados, eventual pedido de dano material genérico para ser admitido se submete a condições, vejamos: "Na hipótese em que for extremamente difícil a imediata mensuração do quantum devido a título de dano material - por depender de complexos cálculos contábeis -, admite-se a formulação de pedido genérico, desde que a pretensão autoral esteja corretamente individualizada, constando na inicial elementos que permitam, no decorrer do processo, a adequada quantificação do prejuízo patrimonial." (REsp 1534559 – julgamento 21/11/2016). A observação é pertinente em razão de que, no caso em exame, os autos vieram da vara fazendária e verifica-se que já padecia do vício anunciado na preliminar, haja vista que na esteira da orientação do STJ somente se extremamente difícil a imediata mensuração se admitirá o pedido genérico. O que não é a hipótese dos autos. Diante o exposto, acolhe-se a preliminar suscita pelos requeridos e julga-se extinta, sem resolução de mérito, a presente ação, na forma do art. 485, incisos I, do Código de Processo Civil. Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. (art. 40 da Lei nº 9.099/95). Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada nos sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011860-16.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE ORTEGA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1011860-16.2016.8.11.0041 AUTOR(A): LUCIENE ORTEGA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MTPREV na qual objetiva a cessação dos descontos de contribuição previdenciária sobre verbas de caráter indenizatório e eventual e o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente. Foi atribuída à causa a importância de R$ 1.000,00 (um mil reais). Citados, os requeridos suscitaram preliminar de inépcia da inicial em razão da ausência de identificação das verbas cobradas e do respectivo valor. Impugnada a contestação a parte autora alega preenchidas as condições da ação. No sistema dos juizados especiais não se admite liquidação de sentença. Não preenche os requisitos a petição inicial que tão somente faz alusão à suposta cobrança indevida sem especificar seu objeto e valor. É o autor da cobrança quem deve apontar, com clareza, o objeto da pretensão e qual sua expressão econômica, a qual deve inclusive ser compatível com o valor da causa, de

modo a permitir o pleno exercício do contraditório. O pedido deve ser claro porque é este que limita o objeto da lide e os limites da cognição. Não é hipótese de determinação de emenda posterior à contestação ante a incidência da preclusão, haja vista que na impugnação a parte autora não rechaçou pontualmente a preliminar fazendo a expressa demonstração de onde se encontra o valor, ou seja, teve a oportunidade de comprovar a inexistência do vício, contudo não o fez, criando impeditivo ao exame do mérito. Veja-se que o STJ indica que mesmo na justiça comum, na qual não há a mesma limitação dos juizados, eventual pedido de dano material genérico para ser admitido se submete a condições, vejamos: "Na hipótese em que for extremamente difícil a imediata mensuração do quantum devido a título de dano material - por depender de complexos cálculos contábeis -, admite-se a formulação de pedido genérico, desde que a pretensão autoral esteja corretamente individualizada, constando na inicial elementos que permitam, no decorrer do processo, a adequada quantificação do prejuízo patrimonial." (REsp 1534559 – julgamento 21/11/2016). A observação é pertinente em razão de que, no caso em exame, os autos vieram da vara fazendária e verifica-se que já padecia do vício anunciado na preliminar, haja vista que na esteira da orientação do STJ somente se extremamente difícil a imediata mensuração se admitirá o pedido genérico. O que não é a hipótese dos autos. Diante o exposto, acolhe-se a preliminar suscita pelos requeridos e julga-se extinta, sem resolução de mérito, a presente ação, na forma do art. 485, incisos I, do Código de Processo Civil. Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. (art. 40 da Lei nº 9.099/95). Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada nos sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011809-05.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE FRANCISCO ROSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1011809-05.2016.8.11.0041 AUTOR(A): JOSE FRANCISCO ROSA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MTPREV na qual objetiva a cessação dos descontos de contribuição previdenciária sobre verbas de caráter indenizatório e eventual e o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente. Foi atribuída à causa a importância de R$ 1.000,00 (um mil reais). Citados, os requeridos suscitaram preliminar de inépcia da inicial em razão da ausência de identificação das verbas cobradas e do respectivo valor. Impugnada a contestação a parte autora alega preenchidas as condições da ação. No sistema dos juizados especiais não se admite liquidação de sentença. Não preenche os requisitos a petição inicial que tão somente faz alusão à suposta cobrança indevida sem especificar seu objeto e valor. É o autor da cobrança quem deve apontar, com clareza, o objeto da pretensão e qual sua expressão econômica, a qual deve inclusive ser compatível com o valor da causa, de modo a permitir o pleno exercício do contraditório. O pedido deve ser claro porque é este que limita o objeto da lide e os limites da cognição. Não é hipótese de determinação de emenda posterior à contestação ante a incidência da preclusão, haja vista que na impugnação a parte autora não rechaçou pontualmente a preliminar fazendo a expressa demonstração de onde se encontra o valor, ou seja, teve a oportunidade de comprovar a inexistência do vício, contudo não o fez, criando impeditivo ao exame do mérito. Veja-se que o STJ indica que mesmo na justiça comum, na qual não há a mesma limitação dos juizados, eventual pedido de dano material genérico para ser admitido se submete a condições, vejamos: "Na hipótese em que for extremamente difícil a imediata mensuração do quantum devido a título de dano material - por depender de complexos cálculos contábeis -, admite-se a formulação de pedido genérico, desde que a pretensão autoral esteja corretamente individualizada, constando na inicial elementos que permitam, no decorrer do processo, a adequada quantificação do prejuízo patrimonial." (REsp 1534559 – julgamento 21/11/2016). A observação é pertinente em razão de que, no caso em exame, os autos vieram da vara fazendária e verifica-se que já padecia do vício anunciado na preliminar, haja vista que na esteira da orientação do STJ somente se extremamente difícil a imediata mensuração se admitirá o pedido genérico. O que não é a hipótese dos autos. Diante o exposto, acolhe-se a preliminar suscita pelos requeridos e julga-se extinta, sem resolução de mérito, a presente ação, na forma do art. 485, incisos I, do Código de Processo Civil. Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. (art. 40 da Lei nº 9.099/95). Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada nos sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011726-86.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREZZA CASTILHO PAIVA VILAS BOAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1011726-86.2016.8.11.0041 AUTOR(A): ANDREZZA CASTILHO PAIVA VILAS BOAS RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO" proposta por ANDREZZA CASTILHO PAIVA VILAS BOAS em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, adicional noturno e regime plantão, restituição do montante em dobro, perfazendo o total de R$ 9.216,30 (nove mil, duzentos e dezesseis reais e trinta centavos). Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I - INDEFERIMENTO DA INICIAL Rejeita-se a preliminar de indeferimento da inicial uma vez que, tempestivamente, a parte requerente promoveu emenda ao petitório (id. 9042178), descrevendo quais as verbas indenizatórias sofreram os descontos relativos à contribuição previdenciária, bem como apresentou o cálculo. II – PRESCRIÇÃO Como se sabe, a jurisprudência é pacífica no sentido de que não incide a prescrição sobre o fundo de direito em obrigação de trato sucessivo, mas apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32[1] e da Súmula nº 85 do STJ[2] . Ultrapassado o prazo quinquenal verifica-se a ocorrência da prescrição em relação às parcelas de janeiro de 2011 à junho de 2011, tendo em vista que a ação foi distribuída no dia 25/07/2016. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a 07/2011. III - MÉRITO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese,

diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, adicional noturno e regime plantão, nos períodos de: Adicional de Insalubridade: 04/2012 a 06/2015 (exceto 07/2013); Adicional Noturno: 07/2011 e; Regime Plantão: 07/2011, 11/2011, 12/2011, 08/2012, 06/2013 e 08/2013 a 04/2015. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id's. 20788161, 20788164, 20788168 e 20788173 a consideração de parcelas já alcançadas pela prescrição, competências que não ocorreram cobranças indevidas, bem como a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Compet.", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, adicional noturno e regime plantão (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, adicional noturno e regime plantão, nos meses de 07/2011 12/14, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 06/2015 e demais descontos mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012048-09.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSILENE DA SILVA RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1012048-09.2016.8.11.0041 AUTOR(A): ROSILENE DA SILVA RIBEIRO RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de ação de obrigação não fazer c.c. repetição de indébito proposta por ROSILENA DA SILVA RIBEIRO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, de insalubridade e de plantão, bem como a restituição dos valores descontados, no importe atualizado de R$ 17.061,45 (dezessete mil sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos). Dispensada audiência de conciliação. Citados, os requeridos apresentaram contestação. FUNDAMENTO e DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Inicialmente a reclamante requereu a restituição das contribuições previdenciárias do período de 01/2011 a 12/2014. Em contestação, os requeridos pugnaram preliminarmente pelo indeferimento da petição inicial, ante ao prejuízo a defesa dos réus, alegando que a parte autora não havia especificado quais seriam as verbas objeto de retenções previdenciárias. Intimada para impugnar, a requerente, ainda que provocada, não especificou as verbas que integram o seu pedido de restituição. Por meio da petição de id. 21857106, a parte autora emendou a inicial, apresentado holerites do período de 01/2014 a 05/2019, e planilha de débito de id. 21857129, elencado os descontos individualizados de adicional de plantão, adicional noturno e adicional de insalubridade. Intimado, o requerido deixou transcorrer in albis o prazo para manifestação quanto aos referidos documentos. Pois bem. Não preenche os requisitos a petição inicial que tão somente faz alusão à suposta cobrança indevida sem especificar seu objeto e valor. É o autor da cobrança quem deve apontar, com clareza, o objeto da pretensão e qual sua expressão econômica, a qual deve inclusive ser compatível com o valor da causa, de modo a permitir o pleno exercício do contraditório. O pedido deve ser claro porque é este que limita o objeto da lide e os limites da cognição. Não é hipótese de determinação de emenda posterior à contestação ante a incidência da preclusão, haja vista que na impugnação a parte autora não rechaçou pontualmente a preliminar fazendo a expressa demonstração de onde se encontra o valor, ou seja, teve a oportunidade de comprovar a inexistência do vício, contudo não o fez, criando impeditivo ao exame do mérito quanto as verbas relativas ao período de 01/2011 a 01/2014. Por essa razão, reconheço a inépcia parcial da inicial, para o período de 01/2011 a 01/2014. Passa-se ao julgamento. Considerando o reconhecimento da inépcia parcial da inicial nos moldes acima exposto, passo a análise dos pedidos deduzidos em juízo de 02/2014 a 05/2019. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos as fichas financeiras comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre Adicional de Plantão, Adicional de insalubridade e Adicional Noturno, no período de fevereiro/2014 a maio/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição. Diante do exposto: 1) Acolhe-se a preliminar suscita pelo requerido, reconhecendo a INÉPCIA PARCIAL DA INICIAL, e, quanto aos descontos previdenciários do período de 01/2011 e 01/2014, julga-se extinta, sem resolução de mérito, a pretensão, na forma do art. 485, incisos I, do Código de Processo Civil; 2) JULGAM-SE PROCEDENTES os pedidos relativos ao período de 02/2014 a 05/2019, para: a) Declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de plantão, adicional de insalubridade e adicional noturno (Tema 163[1]/STF); b)Condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a autora a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional de plantão, adicional de insalubridade e adicional noturno, nos meses 02/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 05/2019, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora

de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012049-91.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA EMILIA JANELLA ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1012049-91.2016.8.11.0041 AUTOR(A): MARIA EMILIA JANELLA ALVES RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO proposta por MARIA EMILIA JANELLA ALVES em face do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, na qual o pedido foi formulado nos seguintes termos: "... c) O julgamento procedente dos pedidos da presente ação, declarando a inexistência dos débitos não alcançados pela prescrição quinquenal, bem como dos valores vincendos no decorrer deste feito, e a consequente obrigação de não fazer correspondente a não mais incluir verbas de caráter indenizatório e eventual na base de cálculo da contribuição previdenciária dos servidores; d) A condenação do requerido, por força da repetição de indébito, ao ressarcimento no valor das contribuições cobradas indevidamente, cujo valor deverá ser apurado em liquidação de sentença, apurando-se os juros e a correção monetária incidentes sobre os descontos indevidos desde o desembolso. ..." Em sede de contestação o ESTADO DE MATO GROSSO, requer preliminarmente, o indeferimento da inicial diante da ausência de cálculo, bem como da discriminação específica do pedido, uma vez que o requerente resume-se em suscitar a ilegalidade da cobrança da contribuição previdenciária sobre "verbas de natureza indenizatória", sem, contudo, especificar quais as verbas quer alcançar. O requerente manifestou no sentido de que os holerites apresentados na inicial são suficientes para identificação das verbas sobre as quais incidiram indevidamente a contribuição previdenciária: "Primeiramente urge dizer que o feito foi claramente instruído com os holerites da Requerente. A partir de tais documentos se verifica o somatório das verbas que não se incorporarão a aposentadoria da Requerente, por força do que estabelece o artigo 4º, 1º da Lei Federal 10.887/2004. Eis, porquanto, a exordial encontra-se munida de todas as condições da ação e pressupostos processuais, não havendo qualquer preliminar a ser arguida que impeça o seu regular processamento." Acolhe-se a preliminar suscitada pela parte requerida, considerando que apesar de oportunizado, o requerente deixou de apresentar o demonstrativo de cálculo mês a mês e identificar as verbas sobre as quais, supostamente recai a cobrança indevida, bem como qual o valor devido e seus respectivos períodos. Desse modo, verifica-se a inépcia da inicial (parágrafo único, art. 321, CPC), que determina extinção do feito. Ante o exposto, ACOLHE-SE a preliminar suscitada pela parte requerida e RECONHECE-SE a INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL e JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com amparo no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010704-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA HELENA MARTINS ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1010704-90.2016.8.11.0041 AUTOR(A): MARTA HELENA MARTINS ARAUJO RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MTPREV na qual objetiva a cessação dos descontos de contribuição previdenciária sobre verbas de caráter indenizatório e eventual e o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente. Foi atribuída à causa a importância de R$ 1.000,00 (um mil reais). Citados, os requeridos suscitaram preliminar de inépcia da inicial em razão da ausência de identificação das verbas cobradas e do respectivo valor. Impugnada a contestação a parte autora alega preenchidas as condições da ação. No sistema dos juizados especiais não se admite liquidação de sentença. Não preenche os requisitos a petição inicial que tão somente faz alusão à suposta cobrança indevida sem especificar seu objeto e valor. É o autor da cobrança quem deve apontar, com clareza, o objeto da pretensão e qual sua expressão econômica, a qual deve inclusive ser compatível com o valor da causa, de modo a permitir o pleno exercício do contraditório. O pedido deve ser claro porque é este que limita o objeto da lide e os limites da cognição. Não é hipótese de determinação de emenda posterior à contestação ante a incidência da preclusão, haja vista que na impugnação a parte autora não rechaçou pontualmente a preliminar fazendo a expressa demonstração de onde se encontra o valor, ou seja, teve a oportunidade de comprovar a inexistência do vício, contudo não o fez, criando impeditivo ao exame do mérito. Veja-se que o STJ indica que mesmo na justiça comum, na qual não há a mesma limitação dos juizados, eventual pedido de dano material genérico para ser admitido se submete a condições, vejamos: "Na hipótese em que for extremamente difícil a imediata mensuração do quantum devido a título de dano material - por depender de complexos cálculos contábeis -, admite-se a formulação de pedido genérico, desde que a pretensão autoral esteja corretamente individualizada, constando na inicial elementos que permitam, no decorrer do processo, a adequada quantificação do prejuízo patrimonial." (REsp 1534559 – julgamento 21/11/2016). A observação é pertinente em razão de que, no caso em exame, os autos vieram da vara fazendária e verifica-se que já padecia do vício anunciado na preliminar, haja vista que na esteira da orientação do STJ somente se extremamente difícil a imediata mensuração se admitirá o pedido genérico. O que não é a hipótese dos autos. Diante o exposto, acolhe-se a preliminar suscita pelos requeridos e julga-se extinta, sem resolução de mérito, a presente ação, na forma do art. 485, incisos I, do Código de Processo Civil. Por disposição legal não incide condenação em custas e honorários. Submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. (art. 40 da Lei nº 9.099/95). Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada nos sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010714-37.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MELITA ALT PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1010714-37.2016.8.11.0041 REQUERENTE: MELITA ALT PEREIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO" proposta por MELITA ALT PEREIRA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade, bem como a restituição do montante descontado a partir de 2010, perfazendo o total, até 10/2019, de R$ 12.870,45 (doze mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos). Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I - INDEFERIMENTO DA INICIAL Rejeita-se a preliminar de indeferimento da inicial uma vez que, tempestivamente, a parte requerente promoveu emenda ao petitório (id. 14241851 e 24541129), descrevendo quais as verbas indenizatórias sofreram os descontos relativos à contribuição previdenciária, bem como apresentou o cálculo. II – PRESCRIÇÃO Como se sabe, a jurisprudência é pacífica no sentido de que não incide a prescrição sobre o fundo de direito em obrigação de trato sucessivo, mas apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32[1] e da Súmula nº 85 do STJ[2] . Ultrapassado o prazo quinquenal verifica-se a ocorrência da prescrição em relação às parcelas de janeiro de 2010 a junho de 2011, tendo em vista que a ação foi distribuída no dia 12/07/2016. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a 07/2011. III - MÉRITO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente foi intimada (id. nº 20211812) para colacionar as fichas financeiras legíveis, tendo em vista a impossibilidade de análise dos documentos que acompanham a inicial. Contudo, colacionou apenas os holerites referentes aos períodos de 02/2015 a 08/2019. Sendo assim, rejeita-se o pedido em relação as parcelas descontas supostamente de forma indevida no período de 07/2011 a 01/2015 cujos documentos financeiros não restaram comprovados nos autos, impossibilitando o convencimento do juízo. Por fim, porque sofreu cobrança sobre adicional de insalubridade, nos períodos de 02/2015 a 08/2019 em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores e, assim sendo, como o período a ser restituído compreende apenas período após 1º/01/2015, RECONHECE-SE a ilegitimidade passiva do Estado de Mato Grosso. Extrai-se do demonstrativo de cálculo (id. nº 24541134) a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RECONHECE-SE A ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade (Tema 163[1]/STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 02/2015 a 08/2019 e demais descontos mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000286-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA CRISTINA RAMOS DELUQUE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1000286-14.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCIA CRISTINA RAMOS DELUQUE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de agente soc. do sistema socioeducativo, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. Os Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, tiveram a carreira reestruturada em 28/12/2011 com a publicação da Lei nº 9.688/2011[1], e, a presente ação foi proposta apenas no ano de 2019. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição

quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[2]. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei de reestruturação da carreira dos profissionais do sistema socioeducativo e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Lei nº 9.688 de 28.12.11 - Reestrutura a Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo [2] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000177-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONY SANDER DOS PASSOS VELOZO DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Numero do Processo: 1000177-97.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JONY SANDER DOS PASSOS VELOZO DUARTE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria de agente soc. do sistema socioeducativo, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. Os Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, tiveram a carreira reestruturada em 28/12/2011 com a publicação da Lei nº 9.688/2011[1], e, a presente ação foi proposta apenas no ano de 2019. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[2]. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei de reestruturação da carreira dos profissionais do sistema socioeducativo e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Lei nº 9.688 de 28.12.11 - Reestrutura a Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo [2] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000118-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BOSCO GRIGGI BORRALHO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000118-12.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOAO BOSCO GRIGGI BORRALHO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA DE DANOS MATERIAIS, COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE ajuizada por JOAO BOSCO GRIGGI BORRALHO em desfavor do Estado de Mato Grosso, almejando o recebimento do abono de permanência referente ao período de 05/2017 a 12/2018, no valor de R$ 24.501,43 (vinte e quatro mil quinhentos e um reais e quarenta e três centavos), a ser acrescido de juros de mora de acordo com a remuneração oficial da caderneta de poupança e correção monetária pelo IPCA-E. O requerente alega que é servidor público estadual nomeado em 19/02/1987 e, supostamente teria direito ao abono de permanência desde 24/05/2017, todavia, somente após pedido administrativo realizado em 08/01/2018, passou a receber o benefício, fazendo jus ao período não recebido, qual seja, 05/2017 a 12/2017. Citado, o reclamado não compareceu na audiência de conciliação, mas apresentou contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. O abono de permanência consiste no reembolso da contribuição previdenciária aos servidores que tenham preenchido as exigências para a aquisição do benefício da aposentadoria voluntária, e que, ainda assim, optem por permanecer em atividade. O abono de permanência está previsto no art. 40, §19 da Constituição Federal e foi instituído pela Emenda Constitucional nº 41/2003, nos seguintes termos: "Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente. § 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal. (g.n.) Analisando a Emenda Constitucional nº 41/03 verifica-se que existem três requisitos para caracterizar o direito ao abono permanência: a) completar as exigências para a aposentadoria voluntária; b) contar com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem; e c) optar por permanecer em atividade. Acerca disso, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que uma vez completado o período necessário para aposentadoria voluntária e o servidor permanecendo na ativa, passa a ter direito ao referido benefício: DIREITO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDORA PÚBLICA. MOMENTO DO RECEBIMENTO DO ABONO DE PERMANÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 359/STF. 1. O Supremo Tribunal Federal possui o entendimento no sentido de que o termo inicial para o recebimento do abono de permanência ocorre com o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria voluntária. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 825334 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 24/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-119 DIVULG 09-06-2016 PUBLIC 10-06-2016). Em seu voto, o Min. Rel. Roberto Barroso destacou: "uma vez preenchido os requisitos para o recebimento do abono de permanência, esse direito não pode estar condicionado a outra exigência. Dessa forma, o termo inicial para o recebimento do abono de permanência dá-se com o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria voluntária.". Comprovado que o requerente, mesmo cumprindo os requisitos para inatividade, permaneceu na ativa, faz jus ao abano de permanência previsto no art. 40, § 19 da Constituição Federal. Com base no Parecer nº 7639/2018/SEGES (id. nº 17469496, pág. 25 a 28), bem como simulação expedida pela própria administração pública (id. 17469496, pág. 29), a qual considerou as regras de transição disposta na Emenda Constitucional 41 ao caso do servidor, o requerente implementou todos os requisitos necessários para aposentadoria voluntária em 24/05/2017. Quanto ao termo inicial da contagem para o abono de permanência, convém registrar que o texto constitucional estampa como requisitos à concessão do benefício apenas o preenchimento das condições para aposentadoria voluntária e a permanência em atividade do servidor, não sendo dado à Administração limitar o direito constitucionalmente assegurado, exigindo prévio requerimento administrativo. Nesse sentido, o direito ao recebimento do abono de permanência vindicado deve ser assegurado ao servidor público desde a data do preenchimento de seus requisitos, excluindo o período já recebido após o requerimento administrativo, sendo certo que o pagamento do benefício deve se dar de 05/2017 a 12/2017. Diante do exposto, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para CONDENAR o requerido a pagar o abono de permanência ao requerente JOAO BOSCO GRIGGI BORRALHO do período de 05/2017 a 12/2017, acrescidos de correção monetária pelo Índice Geral de Preços, Conceito Disponibilidade Interna (IGP-DI/FGV) desde o desembolso, e juros de mora equivalentes a 1% (um) por cento ao mês do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais, e, de consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000192-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAUL RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000192-66.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RAUL RIBEIRO DA SILVA JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria servidor público estadual da Carreira de Profissionais do Sistema Sócioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional

de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o autor, servidor público estadual da Carreira de Profissionais socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, teve a carreira reestruturada aos 20/01/2004, com a publicação da Lei nº 8.089/2004. A ação foi proposta no ano de 2019. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, DECLARA-SE A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000760-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA LANGE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000760-82.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CARLA LANGE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por CARLA LANGE em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função de confiança, bem como a restituição do montante descontado no período de 03/2014 a 03/2019, perfazendo, conforme emenda à inicial colacionada ao id. 19225296, o total de R$ 8.655,58 (oito mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – PRESCRIÇÃO Como se sabe, a jurisprudência é pacífica no sentido de que não incide a prescrição sobre o fundo de direito em obrigação de trato sucessivo, mas apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32[1] e da Súmula nº 85 do STJ[2] . Ultrapassado o prazo quinquenal verifica-se a ocorrência da prescrição em relação às parcelas de março de 2014 haja vista que a ação foi distribuída no dia 02/04/2019. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a 04/2014. II – MÉRITO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz a requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função confiança nos seguintes períodos: Adicional Noturno: 04/2014 a 08/2014; 10/2014 a 12/2014; 01/2015 a 06/2015; 08/2015 a 12/2015; 02/2016 a 016; 10/2016 a 12/2016; 03/2017 a 04/2017; 06/2017 a 12/2017; 02/2018 a 02/2019 e Função Confiança: 04/2014 a 08/2018. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 19225298, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função confiança (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função de confiança nos meses de 04/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 02/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas

e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000701-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELI TEREZINHA MUNZ DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000701-94.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ELI TEREZINHA MUNZ DA CONCEICAO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95). Cuida-se de "ação judicial" proposta por ELI TEREZINHA MUNZ DA CONCEICAO em desfavor do MATO GROSSO PREVIDENCIA – MTPREV objetivando à concessão da sua APOSENTADORIA ESPECIAL, com proventos integrais, na carreira do sistema penitenciário, alegando pendência de apreciação de seu requerimento administrativo. Afirma autora que é servidora pública estadual e faz jus a aposentadoria especial, uma vez que exerce suas funções há mais de 25 (vinte cinco) anos na carreira de agente penitenciária. Aduz que o direito pleiteado encontra-se previsto na Lei Complementar nº524/2014 que alterou a Lei Complementar nº 401/2010. Citado, o requerido não compareceu à audiência de conciliação, mas apresentou defesa. Inobstante o não comparecimento do requerido à audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Passa-se ao julgamento. Depreende-se das informações declaradas na peça inaugural, a requerente é agente penitenciária, e conta com mais 25 anos de tempo total de contribuição, sendo mais de 18 (dezoitos) anos na carreira de agente prisional. Na data de 27/07/2018 protocolou requerimento administrativo distribuído sob o nº 380090/2018 requerendo a concessão de sua aposentadoria especial com proventos integrais. Requer a aplicação da Lei Complementar nº 524/2014 que alterou o tempo mínimo de contribuição para aposentadoria de agentes prisionais do sexo feminino, nos seguintes termos: "Art. 1º Os Arts. 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 401, de 22 de junho de 2010, passam a vigorar com as seguintes modificações e acréscimo: "Art. 1º Será adotado regime especial de aposentadoria, nos termos do Art. 40, § 4º, inciso II da Constituição Federal, para os ocupantes dos cargos de provimento efetivo que integram as carreiras de policiais civis, do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo, cujo exercício seja considerado atividade de risco. (NR) Art. 2º O policial civil, os servidores do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo serão aposentados voluntariamente, independentemente da idade, após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, com pelo menos, 20 (vinte) anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial, fazendo jus à remuneração do cargo efetivo, com revisão na mesma data e proporção dos que se encontram em atividade, inclusive em decorrência de transformação ou reclassificação do cargo ou função.(NR) Parágrafo único O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória. Art. 3º Para efeito desta lei complementar será considerado policial civil os cargos definidos no Art. 109 da Lei Complementar nº 407, de 30 de junho de 2010, servidor do sistema penitenciário os cargos previstos na Lei Complementar nº 389 de 31 de março de 2010, e servidor do sistema socioeducativo os cargos estabelecidos na Lei Complementar nº 9688, de 28 de dezembro de 2011."(NR). Analisando detidamente o conjunto probatório, verifica-se a impossibilidade de se afirmar que a parte requerente preenche os requisitos elencados na legislação e seja beneficiada pela aposentadoria especial. Isso porque as alegações da requerente estão desacompanhadas de qualquer documento capaz de comprovar o posicionamento da administração pública, o vínculo jurídico administrativo declarado, tempo de contribuição e tempo de efetivo exercício como agente prisional (certidão/histórico funcional, fichas financeiras), informações imprescindíveis para convencimento do juízo. Em sede de contestação, o requerido pugnou pelo indeferimento da ação em face da ausência de prova mínima, contudo, não houve impugnação pela parte requerente, de modo que não se desincumbiu do ônus probatório que lhe é imposto no art. 373, I, do CPC. Importante salientar que a requerente, deixou de comprovar ainda a negativa administrativa da concessão da aposentadoria especial, questionando-se, inclusive o interesse de agir à parte requerente. Não pode o judiciário sem a prova da pretensão resistida imiscuir-se na seara da relação previdenciária e declarar o direito da requerente à aposentadoria especial, sob risco de ofender o princípio da legalidade, uma vez que não há provas nos autos que demonstrem o direito à parte requerente. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos da inicial, e de consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1000978-92.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA SENA DE AMORIM REICHENBACH (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000978-92.2016.8.11.0041 AUTOR(A): ANGELITA SENA DE AMORIM REICHENBACH RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, (conforme o artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). ANGELITA SENA DE AMORIM REICHENBACH, ex servidora pública estadual contratada, ajuizou a ação contra o ESTADO DE MATO GROSSO, almejando "seja DECLARADA a ESTABILIDADE EXTRAORDINÁRIA C/C REINTEGRAÇÃO da autora ao cargo já que conseguiu demonstrar o preenchimento dos requisitos insertos no art. 19 do ADCT, da mesma forma que seus colegas a seguir discriminados conseguiram via Poder Judiciário suas estabilidades.... Seja considerado como de efetivo exercício no cargo público estável o período compreendido de 30.06.1996 até a presente data, tempo este do qual a Requerente teve seus contratos rescindidos indevidamente e por diversas vezes e readmitida, c/c enquadramento por descompressão na classe e nível correspondente aos de seus colegas em atenção ao princípio da isonomia e, em conformidade com o Dec. n° 1787/92. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. A liminar foi indeferida. Passa-se ao julgamento. Verifica-se que a ação meramente declaratória ou declaratória pura é aquela que tem como objetivo apenas a eliminação de incertezas sobre a existência ou inexistência de uma relação jurídica. Sobre isso, leciona o doutrinador Pontes de Miranda: "A ação declarativa é a ação a respeito do ser ou não ser da relação jurídica. Supõe a pureza (relativa) do enunciado que se postula; por ele, não se pede condenação,

nem constituição, nem mandamento, nem execução. Só se pede que se torne claro (de-clare), que se ilumine o recanto do mundo jurídico para se ver se é, ou se não é, a relação jurídica de que se trata. O enunciado é só enunciado de existência. A prestação jurisdicional em simples clarificação".(Tratado das ações . t. 1. Campinas: Bookseller, 1998. p. 132) Portanto, o objetivo é restrito a obter uma declaração judicial, a qual não conterá pedido de condenação e sequer pretensão em ordenar qualquer obrigação, portanto não aplicável ao caso em comento a imprescritibilidade utilizada em ações puramente declaratórias, por pretender sua reintegração no serviço público. Desse modo, é cediço que o Decreto nº 20.910/1932, em seu artigo 1º, prevê o prazo prescricional quinquenal para as ações de qualquer natureza contra a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, vejamos: "Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." No mesmo sentido, "é de rigor o reconhecimento da prescrição do fundo de direito quando já ultrapassados mais de 5 (cinco) anos entre o ajuizamento da ação e o ato administrativo questionado pelo demandante, nos termos do art. 1.º do Decreto 20.910/1932, e não apenas a prescrição das prestações anteriores ao qüinqüênio que antecedeu a data da propositura do feito.". Precedentes: AgRg nos EDcl no AREsp 225.948/SC, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 16/10/2014 e EDcl. nos EAREsp 305.543/PR, Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 05/12/2013; AgRg no AREsp 312.896/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 25/11/2014 O Tribunal de Justiça de Mato Grosso também usou a mesma regra: (...) OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO – INCIDÊNCIA DO ART. 1º, DO DECRETO N. 20.910/32 – TENTATIVA DE APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DE TRATO SUCESSIVO AFASTADA NO CASO CONCRETO – INAPLICABILIDADE DO ART. 3º, DO REFERIDO DECRETO E DAS SÚMULAS 443/STF E 85/STJ – FORMULAÇÃO DE PEDIDO ADMINISTRATIVO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS – NÃO INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO – EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – CORREÇÃO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Regra geral, nas ações contra a Fazenda Pública a prescrição é disciplinada pelo art. 1º, do Decreto n. 20.910/32, pelo qual "As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem", tendo o prazo prescricional seu início com a efetiva lesão do direito reclamado, por aplicação do princípio da actio nata. 2. Quando a ação busca configurar ou restabelecer uma situação jurídica fundamental, isto é, relativa ao direito de ser servidor público, o prazo prescricional de cinco anos deve ser contado a partir do momento em que a parte teve ciência da violação de seu direito pela Administração, sob pena de configuração da prescrição do próprio fundo de direito. 3. Diversamente, porém, se a pretensão volta-se apenas aos efeitos pecuniários decorrentes de uma situação jurídica fundamental já reconhecida, fala-se em prescrição de trato sucessivo, que atinge apenas as parcelas anteriores aos cinco anos antes do ajuizamento da ação proposta contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 3º, do Decreto n. 20.910/32 e das Súmulas 443/STF e 85/STJ. 4. Nesse sentido, ensina Yussef Said Cahali, que havendo "necessidade de se reconhecer um direito através de uma ação, para só então se reconhecerem as prestações vencidas, a prescrição se inicia da data em que o mesmo direito deixa de ser observado", de modo que, ao revés, apenas se configura a prescrição das prestações de trato sucessivo, quando "as parcelas em débito decorrem de um direito já reconhecido". (in Prescrição e Decadência, RT, 2008, p.304) (...) (Ap 99383/2013, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 05/08/2014, Publicado no DJE 11/08/2014) Destarte, infere-se dos entendimentos de que a hipótese em que o servidor pretende restabelecer uma situação jurídica fundamental com a consequente reintegração ao serviço público importará na prescrição do fundo de direito após o transcurso de mais de cinco anos, sendo incontroverso de que o mesmo não participou anteriormente de nenhuma ação judicial ou realizou algum protocolo de pedido administrativo, visando suspender a prescrição. In casu, o termo inicial da contagem deve fluir a partir da data em que a parte requerente alega ter nascido seu direito ao reconhecimento da suposta estabilização, sendo em junho/1996. Não havendo prova nos autos de fato suspensivo ou interruptivo da contagem de prazo e observando a data em que se postula o direito e o ajuizamento da ação, a pretensão encontra-se fulminada pela prescrição quinquenal, comum à Fazenda Pública. Ademais, a parte requerente apenas informa que mantêm vínculo com a administração pública desde 06/1983, contudo, não traz provas que comprovam o efetivo vínculo, bem como sua espécie, informações imprescindíveis para análise dos requisitos necessários para a suposta estabilização e, consequentemente, sua reintegração. Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo, sem resolução de mérito, com amparo no art. 485, inciso II, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000733-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EMANUEL CAMPOS LADISLAU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR OAB - MT13822-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000733-02.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EMANUEL CAMPOS LADISLAU REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, (conforme o artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS e MATERIAIS COM PEDIDO DE LIMINAR proposta por EMANUEL CAMPOS LADISLAU em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando o cancelamento dos descontos em sua folha de pagamento, alegando se tratar de descumprimento da ordem Judicial expedida nos autos do processo nº 1011819-49.2016.8.11.0041, bem como a condenação do requerido ao pagamento de danos materiais relativos aos descontos já efetivados nas folhas dos meses de 01 a 04/2019, totalizando o valor de R$ R$ 3.225,07 (três mil duzentos e vinte e cinco reais e sete centavos), bem como ao pagamento de danos morais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Citado, o requerido deixou de comparecer à audiência de conciliação, contudo, apresentou contestação. DECIDO. Inobstante a ausência de contestação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixo de aplicar os efeitos da revelia. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Alega o requerente que é servidor militar e, no ano de 2016 propôs ação de reconhecimento de promoção retroativa, a qual, foi distribuída sob o nº 1011819-49.2016.8.11.0041, perante a segunda vara especializada da fazenda pública de Cuiabá –MT, cuja decisão deferiu o pedido nos seguintes termos: DIANTE DO EXPOSTO e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTES os pedidos insertos na inicial, EXTINGUINDO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, fincado no disposto no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, confirmando a liminar outrora proferida, para o fim de determinar que o réu permita que os Policiais Militares, devidamente filiados na associação requerente até a presente data, concorram a promoção ao posto de Terceiro Sargento, retroativa a setembro de 2008, desde que preencham os requisitos estabelecidos no artigo 31, da Lei Complementar 271/2007, vigente em 2008. Em seguida, a polícia militar do Estado de Mato Grosso, no intuito de promover cumprimento a ordem Judicial de execução provisória publicou o BCG 2066 de 05 de novembro de 2018, reconhecendo a promoção retroativa do Requerente (id. 19050247). Contudo, apesar da inexistência da natureza condenatória da decisão, a administração pública promoveu, de forma instantânea, o crédito salarial retroativo na folha de pagamento do mês de 12/2018 do requerente, conforme elencado no id. 20621482, no

valor total de R$ 78.719,12 (setenta e oito mil setecentos e dezenove reais e doze centavos) e, posteriormente, na necessidade de revisão de seus atos, promoveu descontos compensatórios nas folhas de pagamento dos meses de 01 a 04/2019. Aduz o requerente que, apesar da natureza exclusivamente declaratória da ação que reconheceu sua promoção retroativa, a ordem judicial deveria ter como consequência implícita, a retroatividade de seus vencimentos, devendo receber conforme a graduação devida na época. As alegações do requerente não merecem prosperar, isso, pois, segundo amplamente relatado nos autos, houve uma implementação financeira na folha de pagamento da parte autora, no mês de dezembro/2018, supostamente decorrente de uma sentença proferida pelo juízo fazendário. Segundo documento acostado a movimentação financeira atípica deflagrou processo de averiguação pela Controladoria-Geral do Estado - CGE, culminando com a recomendação técnica 0013/2019 contida no documento de id 20251211 (pag. 6 a 12), de "(...)suspensão do pagamento dos valores retroativos registrados na folha de pagamento do mês de dezembro de 2018 da PM-MT", sendo assim, devidos os descontos. É cediço que o recebimento de boa-fé de valores por erro da administração não induz à devolução, pois "A boa-fé na percepção de valores indevidos bem como a natureza alimentar dos mesmos afastam o dever de sua restituição." (MS 25921 – STF- Min Luiz Fux). Contudo, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reiterada no mandado de segurança n.º 34243 elenca os critérios a serem observados, cumulativamente, para a dispensa de restituição de valor pelo servidor, vejamos: 1) boa-fé do servidor;(g.n) 2) ausência de influência, pelo servidor, na concessão da vantagem; 3) existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida; (g.n.) 4) interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração. (g.n.) No caso dos autos, não há ordem judicial condenatória e, portanto, não poderia haver implemento financeiro, atingindo os critérios 3 e 4 acima mencionados. Os descontos objeto da presente demanda ocorreram por implementação financeira fora dos limites da ordem judicial, já que a decisão fazendária não possuiu cunho condenatório, não havendo que se falar em descumprimento de decisão judicial. Nesse contexto, em tese, não poderia haver dúvida por parte da parte requerente de que a verba não lhe pertencia, especialmente porque não demonstra nestes autos a existência de ordem judicial específica para o pagamento, a qual, se relativa à obrigação de pagar quantia não viabilizaria cumprimento provisório da sentença condenatória, mormente porque o tema 45 da repercussão geral assentada pelo STF só dispensou do regime de precatórios a "execução provisória da obrigação de fazer": TRIBUNAL PLENO Decisão: O Tribunal, apreciando o tema 45 da repercussão geral, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu do recurso extraordinário e a ele negou provimento. Em seguida, o Tribunal fixou tese nos seguintes termos: "A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios". Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Carmen Lúcia. Plenário, 24.5.2017. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL. DIREITO CONSTITUCIONAL FINANCEIRO. SISTEMÁTICA DOS PRECATÓRIOS (ART. 100, CF/88). EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE DÉBITOS DA FAZENDA PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. SENTENÇA COM TRÂNSITO EM JULGADO. EMENDA CONSTITUCIONAL 30/2000. 1. Fixação da seguinte tese ao Tema 45 da sistemática da repercussão geral: "A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios." 2. A jurisprudência do STF firmou-se no sentido da inaplicabilidade ao Poder Público do regime jurídico da execução provisória de prestação de pagar quantia certa, após o advento da Emenda Constitucional 30/2000. Precedentes. 3. A sistemática constitucional dos precatórios não se aplica às obrigações de fato positivo ou negativo, dado a excepcionalidade do regime de pagamento de débitos pela Fazenda Pública, cuja interpretação deve ser restrita. Por consequência, a situação rege-se pela regra regal de que toda decisão não autossuficiente pode ser cumprida de maneira imediata, na pendência de recursos não recebidos com efeito suspensivo. 4. Não se encontra parâmetro constitucional ou legal que obste a pretensão de execução provisória de sentença condenatória de obrigação de fazer relativa à implantação de pensão de militar, antes do trânsito em julgado dos embargos do devedor opostos pela Fazenda Pública. 5. Há compatibilidade material entre o regime de cumprimento integral de decisão provisória e a sistemática dos precatórios, haja vista que este apenas se refere às obrigações de pagar quantia certa. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (RE 573872, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 24/05/2017, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-204 DIVULG 08-09-2017 PUBLIC 11-09-2017). G.n. O STF obsta a execução provisória enquanto recorrível a decisão judicial condenatória de obrigação de pagar, de modo que a satisfação de comando de tal natureza só se viabilizaria após o trânsito em julgado, fato que, aparentemente, ainda não se verifica no processo a que remete a parte requerente. Deste modo, resta claro e inequívoco a legalidade do ato da administração pública, impondo-se a improcedência de todos os pedidos. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial e, de consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009534-15.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IOLANDA DAMAZIA MARQUES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1009534-15.2018.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: IOLANDA DAMAZIA MARQUES ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria servidora pública estadual da com vínculo temporário Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. Ademais, os documentos que a parte reclamante trouxe aos autos para comprovar sua relação jurídica com a Administração consta que é por meio de contrato temporário (id. nº 12653241 e 12653244), não se aplicando à estes o direito pleiteado. Ora, a relação jurídica estabelecida entre a parte autora e a Administração é por determinação constitucional, essencialmente de caráter excepcional e por tempo determinado, não se aplicando as mesmas regras estatutárias. Trata-se, pois, de uma relação jurídico-administrativa, em que os direitos não se confundem com os dos servidores estatutários. Ainda que a parte

requerente preste serviços por longos anos ao reclamado, não transmuda a natureza da relação, muito pelo contrário, aparentemente existe um descumprimento das disposições contidas no art. 37, X, da CF. Inclusive, no id. nº 102998 que traz o holerite da parte autora do mês 04/2014 consta expressamente que o tipo de vínculo é por meio de contrato temporário. Veja, este documento é poucos meses antes à propositura da presente demanda. Da análise do contexto probatório, observa-se que a parte autora não se desincumbiu do ônus da prova que lhe cabia, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, no sentido de comprovar o seu vínculo efetivo com o Estado, pois dentre os documentos apresentados consta como regime especial (contrato temporário), não trazendo quaisquer elementos a elidir essa informação. A propósito, na contestação a parte demandada aduz que "a parte autora não faz jus à recomposição salarial uma vez que seu vínculo com Estado é precário e posterior à 1994. Trata-se de servidora temporária, contratada muito tempo após a implantação da URV a qual não goza dos mesmos direitos dos demais servidores públicos efetivos, uma vez que seu vínculo com a administração pública é especial e precário.". E na impugnação, a parte autora reconhece a precariedade do seu vínculo, nestes termos: "Excelência, mesmo que a Requerente tenha sido contratada após o periodo da conversão, no momento de sua posse, estava investido dos direitos dos servidores públicos, pois são equiparados durante a duração de todo o contrato, independente de seu regime de trabalho.". Deste modo, resta claro e inequívoco que a relação entre as partes advém de um contrato temporário, e, portanto precário. Os contratos temporariamente não se confundem com os servidores em sentido estrito, impondo-se a improcedência do pedido. Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, de consequência, EXTINGUE-SE o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009383-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DIVINA SILVA ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA PATRICIA DOURADO AMORIM OAB - MT9217-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

714 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1009383-49.2018.8.11.0041 AUTOR(A): MARIA DIVINA SILVA ARAUJO RÉU: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, integrante da categoria servidor público municipal- agende de saúde, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o autor, servidor público do sistema único de saúde do Município de Cuiabá, teve a carreira reestruturada aos 28/03/2007, com a publicação da Lei 152/2007. A ação foi proposta no ano de 2018. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. No mesmo sentido as decisões mais recentes de Tribunais Estaduais: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS EM URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVOS PADRÕES DE VENCIMENTO. PRESCRIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Segundo precedente qualificado do STF (RE 561836/RN), "o termo ad quem da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração do agente público deve ocorrer no momento em que a sua carreira passar por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público." 2. Considerando que houve reestruturação remuneratória dos cargos integrantes das carreiras do magistério do Estado de Goiás, com a Lei n. 13.909/2001, e tendo sido proposta a ação após decorridos cinco anos, a contar da data da reestruturação da carreira, impõe-se a extinção do feito em razão da prescrição de todas as parcelas eventualmente devidas. 3. Honorários advocatícios majorados, por força do art. 85, §§ 1º e 11º, do CPC, observada a respectiva limitação legal. 4. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJGO – Apelação Cível n.º 5036439.06.2017.8.09.0097 – 5 ª CÂMARA CÍVEL – COMARCA DE JUSSARA, Relator: Ds. GUILHERME GUTEMBERG ISAC PINTO, Publicado em: 05-04-2019). EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPOSIÇÃO DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, recentemente transitado em julgado, consagrou o entendimento acerca do direito dos servidores públicos à recomposição da defasagem eventualmente ocorrida com a conversão da moeda, limitada, por sua vez, à lei que reestrutura a remuneração do servidor e/ou fixa novos padrões remuneratórios 2 - No presente caso, a Lei Estadual nº 1.534/2004, que tratou sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo, trouxe uma nova tabela vencimental, assim, atua ela como limitadora no tempo, para fins da contagem do prazo prescricional. 3 - Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime. g.n. (TJTO – Apelação Cível n.º 0009059-24.2019.827.0000 - 3ª TURMA DA 1ª CÂMARA CÍVEL, Relatora: JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA, Publicado em: 28-05-2019). Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei 152/2007 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos

contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo, sem resolução de mérito, com amparo no art. 485, inciso II, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009457-74.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA MOREIRA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NATHALIA MARIA BARBOSA QUEIROZ OAB - MT25135/O (ADVOGADO(A))
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1009457-74.2016.8.11.0041 AUTOR(A): VILMA MOREIRA DOS SANTOS RÉU: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, servidora pública do Município de Cuiabá, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o Município de Cuiabá, com a publicação das Leis 4594/2004 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ) e LC 220/2010 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIAL DE EDUCAÇÃO) efetivou a reestruturação. A ação foi proposta passados mais de cinco anos da vigência da lei que reestruturou a carreira. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) (g.n.) “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 11: SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei que reestrutura a carreira da parte autora e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009599-78.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECI GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1009599-78.2016.8.11.0041 AUTOR(A): VALDECI GOMES DA SILVA RÉU: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, servidora pública do Município de Cuiabá, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a

propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o Município de Cuiabá, com a publicação das Leis 4594/2004 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ) e LC 220/2010 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIAL DE EDUCAÇÃO) efetivou a reestruturação. A ação foi proposta passados mais de cinco anos da vigência da lei que reestruturou a carreira. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) (g.n.) "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 11: SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei que reestrutura a carreira da parte autora e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005497-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO MARQUES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1005497-31.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JULIO MARQUES DE OLIVEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VERBAS NÃO INCORPORÁVEIS À APOSENTADORIA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REVISÃO E RECOMPOSIÇÃO DO VALOR DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE COM PEDIDO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA" proposta por JULIO MARQUES DE OLIVEIRA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional subsídio comissão, bem como a restituição do montante descontado no período de 12/2016 a 07/2019, perfazendo o total de R$ 4.310,30 (quatro mil trezentos e dez reais e trinta centavos). A liminar foi deferida. Citado, o requerido apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). A parte requerente requer a restituição dos descontos relativos à contribuição previdenciária incididos sobre o valor dos adicionais Noturno e de Insalubridade, no período de dezembro/2016 a julho/2019.. Desse modo, reconhece-se de plano a ilegitimidade passiva do Estado de Mato Grosso para responder a ação, uma vez que a competência para restituição da contribuição previdenciária após a edição da LC 560/2014 é do MT PREV. Diante do exposto, RECONHECE-SE a ilegitimidade passiva da parte requerida, e por consequência, REVOGA-SE A LIMINAR e DECLARA-SE EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VI do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006999-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRO SEBASTIAO GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo:

1006999-79.2019.8.11.0041 REQUERENTE: SANDRO SEBASTIAO GOMES DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA SANDRO SEBASTIAO GOMES DA SILVA propõe a presente Ação Anulatória de Débito Fiscal c/c pedido de tutela provisória de urgência antecipada em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, almejando a procedência dos pedidos para "extinção o Crédito Tributário, constante no AVISO DE COBRANÇA FAZENDÁRIO SOB. N.713892/1624/101/2018, nos moldes do art. 156, X, do CTN". Sustenta, em síntese, que sofreu atuação do fisco que resultou em lançamento de crédito tributário no valor de R$ 54.685,80 (cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), sob o fundamento de omissão de entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD, no período de 06/2017 a 06/2018, por intermédio do Aviso de Cobrança Fazendário sob nº 713892/1624/101/2018. Aduz que trata-se de contribuinte beneficiário de Diferimento de ICMS e que a atuação fiscal esta eivada de irregularidade formal no que concerne a ausência de intimação pessoal, por ter sido notificado tão somente por diário oficial, sem o esgotamento das vias ordinárias diretas de comunicação, bem como por falta de subsunção do fato jurídico tributário à hipótese de incidência. Aponta que teve a inscrição suspensa e automaticamente a contabilidade realizou a escrituração fiscal digital, mesmo não sendo obrigado, resultando no restabelecimento da inscrição. Informa que o referido débito fiscal está lançado em sua conta corrente Fiscal gerando óbice para certidão negativa de débitos fiscais, o que é imprescindível para manutenção do benefício de diferimento do ICMS. Citado o requerido, apresentou contestação. Sustenta o requerente que foi notificado do AVISO DE COBRANÇA FAZENDÁRIO N. 713892/1624/101/2018 via Diário Oficial, e, por esse motivo, o procedimento administrativo tributário é nulo por ausência de regular notificação do lançamento. Contudo, da análise do contexto probatório trazido pela parte requerente verifica-se que em seu Cadastro de Contribuinte, o e-mail indicado para notificação eletrônica é o da empresa de contabilidade ATAÍDE DAMÁSIO TITO CASTILHO. Verifica-se, ainda, no andamento da Notificação nº 713892/1624/101/2018, que anteriormente a Notificação via Diário Oficial, na data de 22/11/2018, houve notificação via email cadastrado. Portanto, há flagrante equívoco na interpretação das informações constantes na documentação ao se afirmar que a notificação editalícia ocorreu sem o esgotamento das vias ordinárias diretas de comunicação. A Lei Estadual nº 7.098/98, no artigo 17 elenca as obrigações do contribuinte, entre elas: XVIII – informar à Administração Tributária e manter atualizados os endereços eletrônicos próprio, do seu preposto e do profissional de Contabilidade responsável pela respectiva escrituração fiscal e/ou contábil, bem como acessá-los, diariamente, verificando as notificações e comunicações administrativo-tributárias, que lhe forem enviadas eletronicamente pelas unidades fazendárias. Desse modo, não há como ser acolhida a tese da requerente de que não foi regularmente notificada do lançamento, pois, ao contrário do alegado, o documento denominado "Sistema de Notificação Eletrônica", coligido na peça inaugural, bem como no id. 18093204, informam de forma inequívoca a ciência da notificação eletrônica no dia 22/11/2018. Nesse sentido a jurisprudência do TJMT: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA - DÉBITOS TRIBUTÁRIOS LANÇADOS EM CONTA CORRENTE FISCAL – AVISO DE COBRANÇA FAZENDÁRIA – NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA – LEI 7.098/98 - OFENSA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – NÃO VERIFICADA – DECADÊNCIA - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – INADEQUAÇÃO DA VIA MANDAMENTAL – RECURSO PROVIDO. A verificação da suposta inobservância do devido processo legal, que ensejou no registro de débito no Sistema de Conta Corrente Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso em desfavor da contribuinte, bem como se ocorreu ou não a decadência do crédito tributário, exige dilação probatória, fato este incompatível pela via estreita do mandado de segurança, principalmente porque há previsão na Lei Estadual nº 7.098/98, que o mecanismo disponibilizado pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso constitui meio hábil para se promover as notificações em matéria tributária e efetuar os lançamentos de ofício dos tributos devidos pelos contribuintes. (Apelação/Remessa Necesária 120890/2015, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 11/10/2016, Publicado no DJE 28/10/2016). APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO — MANDADO DE SEGURANÇA — CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS — ILEGALIDADE — NÃO VERIFICAÇÃO — DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO – DAR — AVISO DE COBRANÇA FAZENDÁRIA — MEIOS LEGÍTIMOS DE CONSTITUIÇÃO — CONTRIBUINTE — VERIFICAÇÃO DIÁRIA DO ENDEREÇO ELETRÔNICO — RECEBIMENTO DE INTIMAÇÕES FISCAIS — INCUMBÊNCIA — DILAÇÃO PROBATÓRIA — NECESSIDADE. Não há que se falar em ilegalidade dos créditos tributários em discussão, visto que: a) nos termos do artigo 39-B, cabeça, da Lei nº 7.098/1998, o Documento de Arrecadação – DAR e o Aviso de Cobrança Fazendária são meios legítimos de constituição; b) à luz do que dispõem os artigos 17, XVIII, e 39-B, § 4º, da Lei nº 7.098/1998 e do artigo 467-A, § 4º, do RICMS/MT, compete ao contribuinte proceder à verificação diária do endereço eletrônico, a fim de receber intimações fiscais, inclusive referentes à exigência do seu pagamento; c) a análise da regularidade de cada um deles estaria a depender de inexorável dilação probatória, inadmissível em sede de mandado de segurança. Recurso não provido. Sentença ratificada. (Apelação/Remessa Necessária 137350/2013, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 20/05/2014, Publicado no DJE 04/06/2014). Assim, nos termos do citado artigo cabia ao requerente manter atualizado o e-mail do Cadastro de Contribuinte, de modo que se considera notificada validamente uma vez comprovada regular envio no email cadastrado no sistema. Insurge-se ainda a parte requerente quanto a obrigatoriedade da escrituração fiscal no período de 06/2017 a 06/2018. Corroborando com a referida alegação aponta que recebeu nova notificação, cientificando acerca da obrigatoriedade da ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD no ano de 2019. Em consulta ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED https://www.sped.fazenda.gov.br/spedfiscalserver/ConsultaContribuinte/Default.aspx denota a que o requerente está obrigado à escrituração fiscal digital a partir de 1º/1/2015, de modo que pode-se afirmar que, no período do fato gerador havia necessidade da obrigação acessória, vejamos: Refazer Pesquisa NI IE UF Perfil Data início obrigatoriedade Data fim obrigatoriedade DataConsulta Historico 31463916191 133189015 MT A 01/01/2015 05/12/2019 Historico Histórico - NI: 31463916191 IE: 133189015 Ativação Desativação Histórico de Perfis 01/01/2015 Perfil Data Início Data Fim A 01/01/2015 Tal obrigatoriedade decorre do art. 430, § 2º, inc. III, alínea "b", do Regulamento do ICMS, vigente a partir de 2014 até 31-12-18: Art. 430 Os demais estabelecimentos dos contribuintes localizados no território mato-grossense, independentemente do respectivo enquadramento em qualquer das hipóteses arroladas nos artigos 428 e 429, ficam, igualmente, obrigados ao uso de EFD, observado o disposto neste artigo. § 2° Em relação aos estabelecimentos agropecuários, deverá ser observado o que segue, para fins de determinação do termo de início da obrigatoriedade de uso da EFD: III – ficam, também, obrigados ao uso da EFD os estabelecimentos agropecuários, pertencentes a pessoa física, não inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, a partir das datas assinaladas, conforme o faturamento anual auferido: (...) b) a partir de 1° de janeiro de 2015: em relação aos estabelecimentos agropecuários, pertencentes a pessoa física, não inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, cujo faturamento no ano civil imediatamente anterior superar R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). (g.n.) Verifica-se que a dispensa refere-se apenas ao produtor rural cujo faturamento no ano civil imediatamente anterior for inferior ao valor de 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), situação não comprovada nos autos. A parte requerente não trouxe provas suficientes para fazer jus ao direito pretendido, ônus que lhe incumbe a teor do disposto no artigo 373, I, do CPC, uma vez que limitou-se a informar em sede de impugnação "é o que NÃO OCORRE no caso do autor". Desse modo, não restou evidenciada qualquer nulidade na Notificação ou autuação do Aviso de Cobrança Fazendária nº 713892/1624/101/2018. Diante do exposto, REVOGA-SE A LIMINAR e JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei n. 9.099/95. Preclusa a via recursal, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1001543-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA PASSOS BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001543-74.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AMANDA PASSOS BORGES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por AMANDA PASSOS BORGES em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional de insalubridade e adicional noturno, restituição do montante descontado no período de 2015 a 2019, em dobro, perfazendo o total de R$ 7.069,02 (sete mil sessenta e nove reais e dois centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). A requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade, nos períodos de: Adicional Noturno: 01/2015 a 10/2015; 12/2015 a 11/2016; 01/2017 a 05/2017 e; 07/2017 a 03/2019 e; Adicional de Insalubridade: 01/2015 a 05/2017; 07/2017 a 03/2019 e 05/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 21016367 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito.", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses de 01/2015 a 10/2015; 12/2015 a 11/2016; 01/2017 a 05/2017 e; 07/2017 a 03/2019 e adicional de insalubridade nos meses de 01/2015 a 05/2017; 07/2017 a 03/2019 e 05/2019 e demais descontos mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003934-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO PEREIRA MENDONCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1003934-02.2019.8.11.0001 REQUERENTE: FABIO PEREIRA MENDONCA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por FABIO PEREIRA MENDONCA em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, restituição do montante descontado no período de 01/2015 a 07/2019, em dobro, perfazendo o total de R$ 3.848,40 (três mil oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). Apesar de o petitório conglomerar o período de 2015 a 2019, o requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno, apenas no período de 07/2016 (adicional creditado no holerite correspondente ao mês de 09/2016) a 06/2019 (com exceção do mês de 02/2018). Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores cobrados no

período de 07/2016 a 06/2019 (com exceção ao mês de 02/2018). Contudo, extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22803653 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito.", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1] /STF); 2) condenar e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses de 07/2016 a 06/2019 (com exceção ao mês de 02/2018) e demais descontos mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003890-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO DELGADO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1003890-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ADAO DELGADO DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por ADAO DELGADO DA SILVA em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função comissão, restituição do montante descontado no período de 03/2015 a 07/2019, em dobro, perfazendo o total de R$ 12.273,56 (doze mil duzentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. Em que pese este juízo tenha firmado posicionamento no sentido de que o requerimento administrativo e a respectiva negativa da Administração constituem elemento probatório apto a demonstrar a pretensão resistida e, portanto, o interesse de agir, observa-se que há manifestação da Fazenda Pública da qual se extrai a discordância com o pleito. Desse modo, excepcionalmente, nesta hipótese, passa-se ao julgamento. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I – PRESCRIÇÃO Como se sabe, a jurisprudência é pacífica no sentido de que não incide a prescrição sobre o fundo de direito em obrigação de trato sucessivo, mas apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32[1] e da Súmula nº 85 do STJ[2] . Ultrapassado o prazo quinquenal verifica-se a ocorrência da prescrição em relação às parcelas de março de 2014 a julho de 2014 haja vista que a ação foi distribuída no dia 21/08/2019. Desse modo, DECLARA-SE a prescrição da pretensão autoral referente ao período anterior a 08/2014. II – MÉRITO A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e Função Confiança nos seguintes períodos: Função Confiança: 09/2014, 12/2014 e 01/2015 a 12/2015 (com exceção do exercício de 11/2015); Adicional Noturno: 08/2014 a 12/2014; 01/2015, 03/2015 a 05/2015, 08/2015 a 10/2015; 03/2016 a 12/2016; 01/2017 a 06/2017; 09/2017 a 12/2017; 02/2018 a 06/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22797516 e 22797518, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Verifica-se ainda que o referido cálculo inclui os descontos realizados em período atingido pela prescrição quinquenal, qual seja 03/2014 e 07/2014. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função comissão (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno e função comissão, nos meses de 08/14 a 12/14, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 06/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004611-32.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO GABE AMERICO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1004611-32.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RODRIGO GABE AMERICO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por RODRIGO GABE AMERICO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, bem como a restituição do montante descontado no período de 08/2014 a 07/2019, em dobro, perfazendo o total de R$ 7.855,56 (sete mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos seguintes períodos: 08/2014 a 12/2014; 01/2015 a 10/2015; 01/2016 a 05/2016; 07/2016 a 12/2016; 01/2017 a 10/2017; 03/2018 a 12/2018; 01/2019; 03/2019 a 06/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22917843 e 22917847, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1]/STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses de 08/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 10/2015; 01/2016 a 05/2016; 07/2016 a 12/2016; 01/2017 a 10/2017; 03/2018 a 12/2018; 01/2019; 03/2019 a 06/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004633-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DE ARAUJO MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1004633-90.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUIZ FERNANDO DE ARAUJO MELO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS PARA FAZER CESSAR OS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS ILEGAIS" proposta por LUIZ FERNANDO DE ARAUJO MELO em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, bem como a restituição do montante descontado no período de 08/2014 a 07/2019, em dobro, perfazendo o total de R$ 12.187,74 (doze mil cento e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos). A Liminar foi deferida. Citados, os requeridos apresentaram contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que "não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos seguintes períodos: 08/2014 a 12/2014; 01/2015 a 03/2015; 05/2015 a 12/2015; 01/2016 a 06/2016; 08/2016 a 12/2016; 01/2017 a 04/2017; 06/2017 a 12/2017; 01/2018 a 12/2018 e 02/2019 a 05/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 22920779 e 22920780, a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas porque foram considerados os meses dos pagamentos dos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de

Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar deferida e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1] /STF); 2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre adicional noturno nos meses de 08/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 03/2015; 05/2015 a 12/2015; 01/2016 a 06/2016; 08/2016 a 12/2016; 01/2017 a 04/2017; 06/2017 a 12/2017; 01/2018 a 12/2018 e 02/2019 a 05/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023838-87.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA ALVES DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NATHALIA MARIA BARBOSA QUEIROZ OAB - MT25135/O (ADVOGADO(A))
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1023838-87.2016.8.11.0041 AUTOR(A): SANDRA ALVES DA CRUZ RÉU: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, servidora pública do Município de Cuiabá, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação a arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o Município de Cuiabá, com a publicação das Leis 4594/2004 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ) e LC 220/2010 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIAL DE EDUCAÇÃO) efetivou a reestruturação. A ação foi proposta passados mais de cinco anos da vigência da lei que reestruturou a carreira. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) (g.n.) "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 11: SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei que reestrutura a carreira da parte autora e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018381-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE WANDERLEY MARTINS ALMEIDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT0015120A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1018381-06.2018.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: JOSE WANDERLEY MARTINS ALMEIDA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, pensionista de integrante da categoria servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, servidora pública estadual da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, teve a carreira reestruturada aos 01/10/1998, com a publicação da Lei Complementar nº 50/1998. A ação foi proposta no ano de 2018. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei nº 7.860/2002 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, ACOLHE-SE A PREJUDICIAL DE MÉRITO suscitada pelo requerido para DECLARAR A PRESCRIÇÃO da pretensão e EXTINGUIR o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014919-12.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AILTON CELSO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1014919-12.2016.8.11.0041 AUTOR(A): AILTON CELSO DE OLIVEIRA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO proposta por AILTON CELSO DE OLIVEIRA em face do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, na qual o pedido foi formulado nos seguintes termos: “... c) O julgamento procedente dos pedidos da presente ação, declarando a inexistência dos débitos não alcançados pela prescrição quinquenal, bem como dos valores vincendos no decorrer deste feito, e a consequente obrigação de não fazer correspondente a não mais incluir verbas de caráter indenizatório e eventual na base de cálculo da contribuição previdenciária dos servidores; d) A condenação do requerido, por força da repetição de indébito, ao ressarcimento no valor das contribuições cobradas indevidamente, cujo valor deverá ser apurado em liquidação de sentença, apurando-se os juros e a correção monetária incidentes sobre os descontos indevidos desde o desembolso. ...” Em sede de contestação o ESTADO DE MATO GROSSO, requer preliminarmente, o indeferimento da inicial diante da ausência de cálculo, bem como da discriminação específica do pedido, uma vez que o requerente resume-se em suscitar a ilegalidade da cobrança da contribuição previdenciária sobre “verbas de natureza indenizatória”, sem, contudo, especificar quais as verbas quer alcançar. O requerente manifestou no sentido de que os holerites apresentados na inicial são suficientes para identificação das verbas sobre as quais incidiram indevidamente a contribuição previdenciária: “Primeiramente urge dizer que o feito foi claramente instruído com os holerites da Requerente. A partir de tais documentos se verifica o somatório das verbas que não se incorporarão a aposentadoria da Requerente, por força do que estabelece o artigo 4º, 1º da Lei Federal 10.887/2004. Eis, porquanto, a exordial encontra-se munida de todas as condições da ação e pressupostos processuais, não havendo qualquer preliminar a ser arguida que impeça o seu regular processamento.” Acolhe-se a preliminar suscitada pela parte requerida, considerando que apesar de oportunizado, o requerente deixou de apresentar o demonstrativo de cálculo mês a mês e identificar as verbas sobre as quais, supostamente recai a cobrança indevida, bem como qual o valor devido e seus respectivos períodos. Desse modo, verifica-se a inépcia da inicial (parágrafo único, art. 321, CPC), que determina extinção do feito. Ante o exposto, ACOLHE-SE a preliminar suscitada pela parte requerida e RECONHECE-SE a INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL e JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com amparo no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme

inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005657-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS SALLES PADOVAN REZEK (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE PATRICIA DIAS GADEIA BOTELHO OAB - MT25017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1005657-56.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VINICIUS SALLES PADOVAN REZEK REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de “AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS” proposta por VINICIUS SALLES PADOVAN REZEK em desfavor do MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV, objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre adicional noturno, adicional de insalubridade e subsídio comissão, bem como a restituição, em dobro, do montante descontado, no período de 07/2014 a 06/2019, perfazendo o total de R$ 33.514,84 (trinta e três mil quinhentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos). A liminar foi deferida. Citada, a requerida apresentou contestação. DECIDO. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). I- PRELIMINAR A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial; e, portanto, legítima para responder por questões relacionadas à contribuição previdenciária a partir da vigência da referida norma (1º/1/2015). Ao Estado de Mato Grosso atribui-se a legitimidade no período anterior (até 31/12/2014). Diante do exposto, RECONHECE-SE a ilegitimidade passiva do MT PREV referente ao pedido de restituição das contribuições previdenciárias do período anterior a janeiro/2015. Em razão do acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva da autarquia estadual nos moldes acima exposto, passa-se a análise dos pedidos deduzidos em juízo a partir de janeiro de 2015. II - MÉRITO Em síntese, diz o requerente que está sofrendo retenção de contribuição previdenciária sobre verbas não incorporáveis ao cálculo para concessão de aposentadoria. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 593.068, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese de que “não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'” (Tese 163). O requerente colacionou aos autos os holerites comprovando os descontos de contribuição previdenciária sobre subsídio comissão no período de 01/2015 a 07/2019. Assim, porque sofreu cobrança em desconformidade com a tese acolhida pelo STF, faz jus à restituição dos valores. Verifica-se, contudo, que extrai-se do demonstrativo de cálculo de id. 23163459 a existência de impropriedade em relação às parcelas a serem restituídas, primeiramente, por terem sido consideradas as parcelas descontadas durante período que não é de competência da parte requerida (anteriores a 01/2015), e, ainda, porque foram considerados os meses dos pagamentos adicionais, quando deveriam terem sido utilizados os meses descritos nos itens "Data Direito", o que não impede a identificação do débito, mas deve ser corrigido em sede de cumprimento de sentença. Quanto à atualização, após o advento da Lei Estadual nº 7.900/2003, a correção monetária será pelo Índice Geral de Preços, conceito disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do pagamento indevido, acrescido de juros de mora de 1% ao mês calendário ou fração, do trânsito em julgado, nos termos das Súmulas 162, 188 e 523 do STJ. Indefere-se o pedido de restituição em dobro, eis que não aplica-se a Fazenda Pública as disposições do CDC. Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: 1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre subsídio comissão (Tema 163[1] /STF); 2) condenar a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a restituir a parte requerente a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre Subsídio Comissão: 01/2015 a 07/2019 e demais descontos até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, importância acrescida de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado, respeitado o teto dos Juizados Especiais; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] RE 593.068/ STF – Tema 163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1034083-89.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITA MARIA CORREA (REQUERENTE)
FRANCISCO SOUZA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA NOVAES SANTOS OAB - MT17644-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1034083-89.2018.8.11.0041 REQUERENTE: BENEDITA MARIA CORREA, FRANCISCO SOUZA DA CONCEICAO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE CUIABÁ PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Os requerentes, servidores públicos do Município de Cuiabá, postulam a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, o Município de Cuiabá, com a publicação das Leis 4594/2004 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ) e LC 220/2010 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) efetivou a reestruturação. A ação foi proposta passados mais de cinco anos da vigência da lei que reestruturou a carreira. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição

quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) (g.n.) "Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais." (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 11: SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei que reestrutura a carreira dos requerentes e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, DECLARA-SE A PRESCRIÇÃO da pretensão autoral e EXTINGUI-SE o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brunna Neves Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001826-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TEOBALDO GARCIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO(A))
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001826-97.2019.8.11.0001 REQUERENTE: TEOBALDO GARCIA REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA ajuizada por TEOBALDO GARCIA em desfavor do MUNICÍPIO DE CUIABÁ, objetivando o recebimento de verbas rescisórias, consubstanciada em contratos temporários para exercer a função de motorista, no período de 03/01/2011 a 31/12/2012. Citado, o reclamado não compareceu na audiência, mas apresentou a contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em Juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. O Decreto-Lei nº 20.910/32 estabelece que prescreve em 05 (cinco) anos qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, contados da data do ato ou fato do qual se originarem. O art. 4º do respectivo regramento legal estabelece que o prazo de 05 (cinco) anos fica suspenso enquanto estiver em aberto o procedimento administrativo para o estudo e apuração da dívida ou ainda durante a demora no pagamento da dívida reconhecida. O referido dispositivo assim dispõe, in verbis: Art. 4º Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la. Desse modo, afasta-se a prejudicial de mérito da prescrição arguida pelo requerido, pois a inércia do ente público em analisar o processo administrativo é causa de suspensão do prazo prescricional. No caso em análise, o requerimento administrativo foi protocolado em 2015, de forma que não resta configurada a prescrição. Rejeita-se a preliminar de inépcia da inicial, por entender preenchidos os requisitos para a sua admissibilidade. Mérito. É cediço que, os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem forma excepcional de contratação para prestação de serviço público. O art. 37, inciso II, da Constituição Federal, dispõe que: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (...) § 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei." (g.n.) A Constituição Federal prevê expressamente, como regra, a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos e excepciona referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão declarado em lei. Os casos de contratação de natureza temporária deverão ocorrer por tempo determinado, com fundamento no excepcional interesse público, cuja contratação integrará o regime jurídico administrativo especial, tendo em vista sua caracterização precária e diversa da contratação por meio de concurso público ou estatutário. Aplica-se ao Município de Cuiabá a Lei Municipal 93/03 e a Lei Municipal 4.424/2003 que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado, vejamos: Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal direta, as autarquias e as Fundações Públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei. Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município: I - assistência e situações de calamidade pública; II - combate a surtos endêmicos; III - admissão de professor substituto e professor visitante; IV - qualquer atividade que necessita ser assegurada pelo Poder Público: - limpeza pública; - construções públicas; - serviços na área de Saúde; - atividades administrativas inerentes a manutenção dos serviços públicos nas secretarias municipais; (...) Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, podendo ser prorrogado por mais vez pelo mesmo período, observados os seguintes prazos máximos: I - até doze meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º; II - até doze meses, no caso do inciso III do art. 2º; III - até dois anos, nos casos dos incisos IV, V, e VI do art. 2º. No caso, o cargo a que o autor foi contratado temporariamente está incluído no rol acima, bem como restou comprovado que exerceu o cargo de motorista nos períodos de 03/01/2011 a 31/12/2012; 02/01/2013 a 30/04/2013 e 01/05/2013 a 30/12/2014, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. Vê-se que a reiterada contratação temporária não se enquadra na legislação vigente, porque não observou o prazo máximo de dois anos. Portanto, deve ser

reconhecido o descumprimento das regras constitucionais e da legislação específica relativa à contratação por prazo determinado pela administração pública. Nesse sentido é a jurisprudência do STF: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (STF RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) (g.n.) Da análise dos documentos que instruem os autos, constata-se a reiterada e sucessiva contratação temporária do requerente. Com isso, conclui-se que são indevidas as verbas rescisórias, nos termos da jurisprudência do STF. Registre-se que, ao ser contratado, o reclamante tinha ciência da precariedade do seu vínculo, estabelecido por prazo determinado. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial; e, de consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001829-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIMAR DOS SANTOS FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001829-52.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUCIMAR DOS SANTOS FRANCA REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por LUCIMAR DOS SANTOS FRANCA em desfavor do MUNICÍPIO DE CUIABÁ, objetivando o recebimento de verbas rescisórias, consubstanciadas em contratos temporários para exercer a função de Técnica de Multimeios Didáticos, no período de 2000 a 2012. Citado, o reclamado não compareceu na audiência, mas apresentou a contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em Juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. O Decreto-Lei nº 20.910/32 estabelece que prescreve em 05 (cinco) anos qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, contados da data do ato ou fato do qual se originarem. Desse modo, resta configurada a prejudicial de mérito da prescrição, pois o requerimento administrativo suspensivo só foi protocolado em 10/09/2014, de forma que declara-se a prescrição de eventuais verbas rescisórias anteriores a 10/09/2009. Rejeita-se a preliminar de inépcia da inicial, por entender preenchidos os requisitos para a sua admissibilidade. Mérito. É cediço que, os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem forma excepcional de contratação para prestação de serviço público. O art. 37, inciso II, da Constituição Federal, dispõe que: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (...) § 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.” (g.n.) A Constituição Federal prevê expressamente, como regra, a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos e excepciona referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão declarado em lei. Os casos de contratação de natureza temporária deverão ocorrer por tempo determinado, com fundamento no excepcional interesse público, cuja contratação integrará o regime jurídico administrativo especial, tendo em vista sua caracterização precária e diversa da contratação por meio de concurso público ou estatutário. Aplica-se ao Município de Cuiabá a Lei Municipal 93/03 e a Lei Municipal 4.424/2003 que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado, vejamos: Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal direta, as autarquias e as Fundações Públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei. Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município: I - assistência e situações de calamidade pública; II - combate a surtos endêmicos; III - admissão de professor substituto e professor visitante; IV - qualquer atividade que necessita ser assegurada pelo Poder Público: - limpeza pública; - construções públicas; - serviços na área de Saúde; - atividades administrativas inerentes a manutenção dos serviços públicos nas secretarias municipais; (...) Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, podendo ser prorrogado por mais vez pelo mesmo período, observados os seguintes prazos máximos: I - até doze meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º; II - até doze meses, no caso do inciso III do art. 2º; III - até dois anos, nos casos dos incisos IV, V, e VI do art. 2º. No caso, o cargo a que a autora foi contratada temporariamente está incluído no rol acima, bem como restou comprovado que exerceu o cargo de de Técnica em Multimeios Didáticos II, no período de 01/02/2000 a 10/03/2014, junto à Secretaria Municipal de Educação. Vê-se que a reiterada contratação temporária não se enquadra na legislação vigente, porque não observou o prazo máximo de dois anos. Portanto, deve ser reconhecido o descumprimento das regras constitucionais e da legislação específica relativa à contratação por prazo determinado pela administração pública. Nesse sentido é a jurisprudência do STF: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em

desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (STF RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) (g.n.) Da análise dos documentos que instruem os autos, constata-se a reiterada e sucessiva contratação temporária da requerente. Com isso, conclui-se que são indevidas as verbas rescisórias, nos termos da jurisprudência do STF. No tocante ao dano moral pleiteado, não identificam-se os requisitos da responsabilidade civil: fato, dano e nexo de causalidade, mormente o alegado dano. Nesse sentido: CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. NULIDADE. FGTS. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE DANO. 1. Na forma do atual entendimento desta Câmara, é de ser reconhecida a nulidade dos contratos temporários sucessivamente renovados, em afronta ao permissivo Constitucional. 2. Consoante posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 596.478-RR e do RE 765.320-MG, ambos admitidos sob o regime da repercussão geral, o reconhecimento da nulidade dos contratos firmados com a administração pública não gera efeitos, salvo o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS. 3. A indenização por danos morais exige prova de violação de direitos de personalidade, não podendo ser decorrente de mera alegação ou presunção, salvo nas hipóteses de dano in re ipsa, não configuradas no caso. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70077640688, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 01/08/2018). Registre-se que, ao ser contratado, a reclamante tinha ciência da precariedade do seu vínculo, estabelecido por prazo determinado. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial; e, de consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001828-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE APARECIDO RAMOS RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001828-67.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE APARECIDO RAMOS RIBEIRO REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensa-se o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por JOSE APARECIDO RAMOS RIBEIRO em desfavor do MUNICÍPIO DE CUIABÁ, objetivando o recebimento de verbas rescisórias, consubstanciadas em contratos temporários para exercer a função de Técnico em Enfermagem junto à Policlínica Pedra 90, no período de 01/08/2011 a 09/10/2014. Citado, o reclamado não compareceu na audiência, mas apresentou a contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em Juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. O Decreto-Lei nº 20.910/32 estabelece que prescreve em 05 (cinco) anos qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, contados da data do ato ou fato do qual se originarem. O art. 4º do respectivo regramento legal estabelece que o prazo de 05 (cinco) anos fica suspenso enquanto estiver em aberto o procedimento administrativo para o estudo e apuração da dívida ou ainda durante a demora no pagamento da dívida reconhecida. O referido dispositivo assim dispõe, in verbis: Art. 4º Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la. Desse modo, afasta-se a prejudicial de mérito da prescrição, pois o requerimento administrativo foi protocolado em 2014. Rejeita-se a preliminar de inépcia da inicial, por entender preenchidos os requisitos para a sua admissibilidade. Mérito. É cediço que, os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem forma excepcional de contratação para prestação de serviço público. O art. 37, inciso II, da Constituição Federal, dispõe que: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (...) § 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.” (g.n.) A Constituição Federal prevê expressamente, como regra, a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos e excepciona referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão declarado em lei. Os casos de contratação de natureza temporária deverão ocorrer por tempo determinado, com fundamento no excepcional interesse público, cuja contratação integrará o regime jurídico administrativo especial, tendo em vista sua caracterização precária e diversa da contratação por meio de concurso público ou estatutário. Aplica-se ao Município de Cuiabá a Lei Municipal 93/03 e a Lei Municipal 4.424/2003 que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado, vejamos: Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal direta, as autarquias e as Fundações Públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei. Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município: I - assistência e situações de calamidade pública; II - combate a surtos endêmicos; III - admissão de professor substituto e professor visitante; IV - qualquer atividade que necessita ser assegurada pelo Poder Público: - limpeza pública; - construções públicas; - serviços na área de Saúde; - atividades administrativas inerentes a manutenção dos serviços públicos nas secretarias municipais; (...) Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, podendo ser prorrogado por mais vez pelo mesmo período, observados os seguintes prazos máximos: I - até doze meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º; II - até doze meses, no caso do inciso III do art. 2º; III - até dois anos, nos casos dos incisos IV, V, e VI do art. 2º. (g.n.) No caso, o cargo a que o autor foi contratado temporariamente está incluído no rol acima, bem como restou comprovado que exerceu o cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 01/08/2011 a 09/10/2014, junto à Policlínica Pedra 90. Vê-se que a reiterada contratação temporária não se enquadra na legislação vigente, porque não observou o prazo máximo de dois anos. Portanto, deve ser reconhecido o descumprimento das regras constitucionais e da legislação específica relativa à contratação por prazo determinado pela administração pública. Nesse sentido é a jurisprudência do STF: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS

REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (STF RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) (g.n.) Da análise dos documentos que instruem os autos, constata-se a reiterada e sucessiva contratação temporária do requerente. Com isso, conclui-se que são indevidas as verbas rescisórias, nos termos da jurisprudência do STF. No tocante ao dano moral pleiteado, não identificam-se os requisitos da responsabilidade civil: fato, dano e nexo de causalidade, mormente o alegado dano. Nesse sentido: CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. NULIDADE. FGTS. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE DANO. 1. Na forma do atual entendimento desta Câmara, é de ser reconhecida a nulidade dos contratos temporários sucessivamente renovados, em afronta ao permissivo Constitucional. 2. Consoante posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 596.478-RR e do RE 765.320-MG, ambos admitidos sob o regime da repercussão geral, o reconhecimento da nulidade dos contratos firmados com a administração pública não gera efeitos, salvo o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS. 3. A indenização por danos morais exige prova de violação de direitos de personalidade, não podendo ser decorrente de mera alegação ou presunção, salvo nas hipóteses de dano in re ipsa, não configuradas no caso. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70077640688, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 01/08/2018). Registre-se que, ao ser contratado, o reclamante tinha ciência da precariedade do seu vínculo, estabelecido por prazo determinado. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial; e, de consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Haiana Katherine Menezes Follmann Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000974-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINO ANTONIO CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANIA LIBORIO FELICIANO MENDONCA OAB - MT7528/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000974-73.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CLAUDINO ANTONIO CORREA REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009). Trata-se de “Ação de Cobrança FGTS” proposta por CLAUDINO ANTONIO CORREA em desfavor do MUNICÍPIO DE CUIABÁ, consubstanciada em contratos temporários sucessivos para exercer a função de Agente Operacional de Saúde - SMS, no período de 27/12/2012 a 01/02/2019, objetivando, a declaração de nulidade dos contratos temporários e recebimento do FGTS sobre a remuneração bruta de todo o período laborado. Citada, a parte reclamada não compareceu na audiência, mas apresentou a contestação. Passa-se ao julgamento. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em Juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. Sobre a prescrição quinquenal, o artigo 1º do Decreto – Lei nº 20.910/32, diz: "Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem." No artigo 3º do referido Decreto menciona que “o pagamento se dividir por dias, meses ou anos, a prescrição atingirá progressivamente as prestações à medida que completarem os prazos estabelecidos pelo presente decreto”. Deste modo, os prazos prescricionais são contados de forma objetiva, na forma da lei de regência, não havendo que se falar em critérios que alarguem sua interpretação e aplicação, sob pena de burla a norma de ordem pública. Observa-se que a parte requerente não comprovou nos autos qualquer suspensão ou interrupção da prescrição dos pedidos vinculados aos contratos temporários, ônus que lhe incumbia. Em razão disso, o direito invocado pela parte reclamante, encontram-se prescrito em parte, considerando que presente foi proposta em 29/04/2019, razão pela qual DECLARA-SE a prescrição quinquenal dos pedidos anteriores a 29/04/2014. MÉRITO É cediço que os contratos temporários possuem regramento próprio por se constituírem em forma excepcional de contratação para prestação de serviço público. O art. 37, inciso II, da Constituição Federal, dispõe que: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (...) IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (...) § 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei. Assim, trata-se de norma específica, não se aplicando a CLT ao presente caso, eis que cuida-se de relação jurídico administrativa[1]. No mais, resta observar que aplica ao Município de Cuiabá a Lei Municipal 93/03 e a Lei Municipal nº 4.424/2003 que regula a contratação por prazo determinado, vejamos: Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal direta, as autarquias e as Fundações Públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei. Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município: I - assistência e situações de calamidade pública; II - combate a surtos endêmicos; III - admissão de professor substituto e professor visitante; IV - qualquer atividade que necessita ser assegurada pelo Poder Público: - limpeza pública; - construções públicas; - serviços na área de Saúde; - atividades administrativas inerentes a manutenção dos serviços públicos nas secretarias municipais; - atender programas sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social; (...) Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, podendo ser prorrogado por mais vez pelo mesmo período, observados os seguintes prazos máximos: I - até doze meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º; II - até doze meses, no caso do inciso III do art. 2º; III - até dois anos, nos casos dos incisos IV, V, e VI do art. 2º. (g.n.) Portanto, a Constituição Federal prevê expressamente, como regra, a necessidade de prévia aprovação em concurso para o provimento dos cargos públicos e excepciona referida regra ao tratar de cargos de provimento em comissão declarado em lei. Os casos de contratação de natureza temporária deverão ocorrer por tempo determinado, com fundamento no excepcional interesse público, cuja contratação integrará o regime jurídico administrativo especial, tendo em vista sua caracterização precária e diversa da contratação por meio de

concurso público ou estatutário. Assim, vê-se que a reiterada contratação temporária do requerente na função de Agente Operacional de Saúde - SMS não se enquadra na legislação vigente, porque, a prestação de serviço temporário extrapolou o prazo máximo de dois anos estabelecido pela lei. Portanto, deve ser reconhecido o descumprimento das regras constitucionais relativos à contratação por prazo determinado pela administração pública, impondo-se a nulidade dos contratos. De consequência, aplica-se o art. 19-A, da lei 8036/90. Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2o, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001) A propósito, a jurisprudência do STF é no seguinte sentido: CONSTITUCIONAL E TRABALHO. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM CONCURSO. NULIDADE. EFEITOS JURÍDICOS ADMISSÍVEIS EM RELAÇÃO A EMPREGADOS: PAGAMENTO DE SALDO SALARIAL E LEVANTAMENTO DE FGTS (RE 596.478 - REPERCUSSÃO GERAL). INEXIGIBILIDADE DE OUTRAS VERBAS, MESMO A TÍTULO INDENIZATÓRIO. 1. Conforme reiteradamente afirmado pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 reprova severamente as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, cominando a sua nulidade e impondo sanções à autoridade responsável (CF, art. 37, § 2º). 2. No que se refere a empregados, essas contratações ilegítimas não geram quaisquer efeitos jurídicos válidos, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. 3. Recurso extraordinário desprovido.(RE 705.140 RIO GRANDE DO SUL) (g.n.) ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria.(STF RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) Com isso, caracterizada a nulidade dos reiterados contratos, o requerente faz jus à indenização do FGTS relativa ao período não prescrito. Diante do exposto, declara-se a prescrição dos pedidos anteriores a 29/04/2014, JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para DECLARAR A NULIDADE dos contratos temporários descritos na inicial e CONDENAR a parte reclamada a pagar a parte autora o valor de 8% sobre o vencimento mensal (correspondente ao percentual que deveria ter recolhido pelo empregador a título de FGTS) referente ao período de 30/04/2014 a 01/02/2019, acrescido de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica aplicado à caderneta de poupança, desde a citação, e correção monetária pelo pelo IPCA-E, a partir do vencimento de cada parcela, respeitando o teto dos juizados especiais; e, por consequência, EXTINGUE-SE o processo, com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Leidydaime Barros de Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada pelo sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Precedente:RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO TRABALHISTA - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PELO MUNICÍPIO (...) 2. Não obstante, “O fato de o contrato de trabalho temporário ser nulo 'ou se tornado nulo em razão de sucessivas e ilegais prorrogações' não transforma automaticamente o seu caráter jurídico-administrativo em celetista. A sua natureza é e continua sendo jurídico-administrativa, a atrair a competência da justiça comum, estadual ou federal”. (Reclamação 5.863/MT, Ministro Joaquim Barbosa).(...) 5. Em se tratando de relação jurídico-administrativa, não se aplica a multa de 40% do FGTS, aquelas previstas nos arts. 467 e 477, §8º, da CLT, assim como a anotação na CTPS, por se tratar de verbas tipicamente celetistas. (TJMT Ap 27331/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001460-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1001460-58.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANGELA MARIA MACHADO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Trata-se de reclamação proposta por ÂNGELA MARIA MACHADO em desfavor do MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, objetivando a concessão da aposentadoria especial com paridade e proventos integrais por ter completado 17 anos na carreira de agente prisional e 16 anos em outro cargo, num total de 33 anos de contribuição. Citado, o requerido não compareceu na audiência de conciliação, mas apresentou contestação. Passa-se à apreciação. Inobstante o não comparecimento do requerido na audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conhece-se diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. A requerente, servidora pública lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, no cargo de Agente do Sistema Penitenciário (Certidão de Vida Funcional - id. 20847839), insurge-se contra o Parecer n° 2116/2019/MTPREV (id. 20847839), alegando que, apesar de exercer atividade especial e contar com 17 (dezessete) anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, teve o seu pedido de aposentaria especial indeferido. No âmbito do Estado de Mato Grosso a aposentadoria especial dos integrantes das carreiras dos Profissionais do Sistema Penitenciário está disciplinada na Lei Complementar nº 401/2010, que dispõe: Art. 1º Será adotado regime especial de aposentadoria, nos termos do Art. 40, § 4º, inciso II da Constituição Federal, para os ocupantes dos cargos de provimento efetivo que integram as carreiras de policiais civis, do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo, cujo exercício seja considerado atividade de risco. Art. 2º O policial civil, os servidores do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo serão aposentados voluntariamente, independentemente da idade, após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, com pelo menos, 20 (vinte) anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial, fazendo jus à remuneração do cargo efetivo, com revisão na mesma data e proporção dos que se encontram em atividade, inclusive em decorrência de transformação ou reclassificação do cargo ou função. Parágrafo único. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória. (Acrescentado pela LC 524/14) Parágrafo único. A servidora do sexo feminino ocupante de quaisquer dos cargos a que se refere o caput do presente artigo será aposentada

voluntariamente, independente da idade, após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte com, pelo menos, 15 (quinze) anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial, fazendo jus à remuneração do cargo efetivo, com revisão na mesma data e proporção dos que se encontram em atividade, inclusive em decorrência de transformação ou reclassificação do cargo ou função. (Acrescentado pela LC 558/14) Observa-se que, em consulta ao site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a LC nº 558/14, cujo teor acrescentou a disposição do segundo parágrafo único ao art. 2º da LC nº 401/2010, publicada no DOE de 29/12/14, decorre de iniciativa parlamentar (https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lc-558-2014.pdf). O Supremo Tribunal tem declarado a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, das leis estaduais provenientes de projetos de iniciativa parlamentar que, a exemplo da LC nº 558/14, tratam do regime jurídico dos servidores, cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, inc. II, da CF). Nesse sentido: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 191/00, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. DOCUMENTOS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NA POSSE DE NOVOS SERVIDORES. MATÉRIA RELATIVA AO PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. OFENSA AO ART. 61, § 1º, II, C DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O art. 61, § 1º, II, c da Constituição Federal prevê a iniciativa privativa do Chefe do Executivo na elaboração de leis que disponham sobre servidores públicos, regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Por outro lado, é pacífico o entendimento de que as regras básicas do processo legislativo da União são de observância obrigatória pelos Estados, "por sua implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes". Precedente: ADI 774, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 26.02.99. 2. A posse, matéria de que tratou o Diploma impugnado, complementa e completa, dispõe sobre critério de progressão funcional de servidores do Estado do Mato Grosso, juntamente com a entrada no exercício, o provimento de cargo público iniciado com a nomeação do candidato aprovado em concurso. É, portanto, matéria claramente prevista no art. 61, § 1º, II, c da Carta Magna, cuja reserva legislativa foi inegavelmente desrespeitada. 3. Ação direta cujo pedido se julga procedente". (ADI 2420/ES, Tribunal Pleno, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 8/4/05). Ação Direta de Inconstitucionalidade. Pedido de concessão de medida cautelar. 2. Lei nº 7.341, de 2002, do Estado do Espírito Santo, que dispõe sobre a necessidade de diploma de graduação em curso superior de ensino para o cargo de Agente de Polícia. 3. Regime jurídico de servidores públicos. Lei de iniciativa da Assembleia Legislativa. Vício de iniciativa. 4. Configuração dos requisitos de plausibilidade jurídica do pedido e conveniência política de suspensão da vigência da Lei. 5. Cautelar deferida com efeitos ex tunc". (ADC 2856-MC/ES, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 30/4/04). Desse modo, a jurisprudência no Supremo Tribunal Federal é no sentido da estrita observância da reserva privativa do Poder Executivo, sob pena de, por via transversa, alterar-se as regras de competência legislativa. Como sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal, as normas que regem o processo legislativo previstas na Constituição Federal são de reprodução obrigatória pelos Estados-Membros e Municípios, sob pena de incorrerem em vício insanável de inconstitucionalidade. (Precedentes: RE 505476 AgR/SP; RE 586050 AgR/AC) Portanto, o desrespeito às regras que a Constituição elegeu como titular da reserva da iniciativa legislativa implica o vício formal subjetivo que contamina a lei de nulidade inconvalidável, à propósito: A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. [ADI 2.867, rel. min. Celso de Mello, j. 3-12-2003, P, DJ de 9-2-2007.] = ADI 2.305, rel. min. Cezar Peluso, j. 30-6-2011, P, DJE de 5-8-2011 Destarte, por força da reserva privativa atribuída ao Poder Executivo, no § 1º, do art. 61, da Constituição da República, a normativa que disponha sobre regime previdenciário dos servidores públicos é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A inserção do parágrafo único ao art. 2º da LC nº 401/2010, por meio da LC nº 558/14, está diretamente relacionada ao regime jurídico dos servidores estaduais uma vez que trata da aposentadoria de servidor público com impacto de natureza financeira. No âmbito da doutrina, o Min. Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco esclarecem que "a iniciativa privativa visa subordinar ao seu titular a conveniência e oportunidade da deflagração do debate legislativo em torno do assunto reservado". E complementam que "(...) o controle de constitucionalidade difuso, concreto, ou incidental, caracteriza-se, fundamentalmente, também no Direito brasileiro, pela verificação de uma questão concreta de inconstitucionalidade, ou seja, de dúvida quanto à constitucionalidade de ato normativo a ser aplicado num caso submetido à apreciação do Poder Judiciário. 'É mister – diz Lucio Bittencourt – que se trate de uma controvérsia real, decorrente de uma situação jurídica objetiva'. Anote-se que não se faz imprescindível à alegação dos litigantes, podendo o juiz ou o Tribunal recusar-lhe aplicação, a despeito do silêncio das partes.". (G.n.) Desse modo, em sede do controle difuso de constitucionalidade, sendo clara a existência de vício de iniciativa quanto ao parágrafo único do art. 2º da LC nº 401/2010, acrescido por meio da LC nº 558/14, impõe-se o reconhecimento, de ofício, da inconstitucionalidade do dispositivo. A inconstitucionalidade da norma legal que reduziu o prazo de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial de 20 para 15 anos para os profissionais (policial civil, os servidores do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo) do sexo feminino conduz à improcedência do pedido, em razão da ausência do requisito legal para concessão da aposentadoria especial. Diante do exposto, DECLARA-SE, de ofício, via controle difuso, A INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL SUBJETIVA (VÍCIO DE INICIATIVA) ante a ofensa direta ao art. 61, §1º, II, "c", da Constituição Federal, e art. 39, parágrafo único, inc. II, "b", da Constituição Estadual de Mato Grosso, e, por consequência, afasta-se a aplicação do parágrafo único do art. 2º da LC nº 401/2010, acrescentado pela LC nº 558/14; e, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido de aposentadoria especial formulado por ÂNGELA MARIA MACHADO em desfavor do MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, e extingue-se o processo nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Brunna Neves Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Decorrido o prazo recursal sem impugnação à sentença, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016524-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RONE RUBENS DA SILVA GONSALES OAB - MT0017665A (ADVOGADO(A))
MARCELLE DOMINGUES TINOCO SAAD OAB - MT9913/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABA/MT (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1016524-90.2016.8.11.0041 AUTOR(A): MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA RÉU: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABA/MT PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, servidora pública aposentada do Município de Cuiabá, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Citado, o requerido deixou de apresentar contestação. DECIDO. Inobstante a ausência de contestação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. Processo apto para julgamento antecipado (art.355, I, do CPC). Reconhece-se a ilegitimidade passiva do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABA/MT, eis que o mesmo não detém mais legitimidade para figurar no polo passivo de ação cujo objeto é a reposição de eventuais perdas remuneratórias decorrentes da conversão salarial em URV, em razão da sua extinção, tendo sido sua competência transferida à

Secretaria Municipal de Gestão, portanto, ao respectivo ente público municipal. Ante o exposto, RECONHECE-SE, de ofício, a ILEGITIMIDADE PASSIVA da parte requerida e EXTINGUE-SE o processo na forma do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000452-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DINAZE RODRIGUES DE MORAIS SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1000452-23.2019.8.11.0041. AUTOR(A): DINAZE RODRIGUES DE MORAIS SILVA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24418619, sob o fundamento de que houve vício de omissão devido à inobservância a unicidade contratual entre as partes devido ao período de prestação de serviços ter sido contínuo. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em erro por deixar de servir aos interesses da parte requerente, portanto, a decisão deve ser combatida por recurso próprio. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002797-19.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESSA CAROLINA MANZANO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRÉ WILLIAM CHORMIAK OAB - MT14861/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1002797-19.2018.8.11.0001. REQUERENTE: ANDRESSA CAROLINA MANZANO REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24581396, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição na sentença atacada. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001813-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRQUE FIGUEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
LEANDRO ZUQUETI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001813-98.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IRQUE FIGUEIRA DA SILVA, LEANDRO ZUQUETI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24643305, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que houve aplicação contrária ao entendimento que seria devido se somado aos documentos e informações acostadas em inicial. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1028112-60.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADAILTON MARIANO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1028112-60.2017.8.11.0041. REQUERENTE: ADAILTON MARIANO DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pela requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24549427, sob o fundamento de que houve vício de omissão devido à incidência de cerceamento de defesa em razão do julgamento antecipado, o que supostamente não teria permitido a produção de provas. Verifica-se que o dispositivo da sentença está nos exatos limites do pedido inicial, não havendo que se falar em omissão por deixar de servir aos interesses da parte requerente, portanto, a decisão deve ser combatida por recurso próprio. A inexistência de vício (art. 1.022, CPC) impõe a rejeição dos embargos. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001809-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELISANGELA MARIA MOREIRA (REQUERENTE)
GIANCARLO JOSE SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001809-61.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELISANGELA MARIA MOREIRA, GIANCARLO JOSE SANTANA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24646522, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que houve aplicação contrária ao entendimento que seria devido se somado aos documentos e informações acostadas em inicial. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001814-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO SOARES DA SILVA JUNIOR (REQUERENTE)
JUDSON CORDEIRO PANTALEAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001814-83.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOAO SOARES DA SILVA JUNIOR, JUDSON CORDEIRO PANTALEAO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24640864, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que houve aplicação contrária ao entendimento que seria devido se somado aos documentos e informações acostadas em inicial. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001805-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIANA SANTANA MONTEIRO MAZURKEWICZ (REQUERENTE)
EDIS DA SILVA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001805-24.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CLAUDIANA SANTANA MONTEIRO MAZURKEWICZ, EDIS DA SILVA BARBOSA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24678560, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que houve aplicação contrária ao entendimento que seria devido se somado aos documentos e informações acostadas em inicial. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001816-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VOLNEI JOSE DA ROSA (REQUERENTE)
VONILDO VIEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001816-53.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VOLNEI JOSE DA ROSA, VONILDO VIEIRA DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24648404, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que houve aplicação contrária ao entendimento que seria devido se somado aos documentos e informações acostadas em inicial. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001637-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA SIQUEIRA GALVAO CORVOISIER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001637-22.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROSANA SIQUEIRA GALVAO CORVOISIER REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24390233, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar à requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar à requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação; e, correção monetária desde setembro/2015 pelo índice IPCA-E, nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE; e, em consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001786-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEY LOJOR DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001786-18.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WESLEY LOJOR DA COSTA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24425040, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar à requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar à requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo índice IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001703-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE NILDO SILVA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001703-02.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOSE NILDO SILVA DE OLIVEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24388816, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ R$ 18.540,93 (dezoito mil quinhentos e quarenta reais e noventa e três centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ R$ 18.540,93 (dezoito mil quinhentos e quarenta reais e noventa e três centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação; e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições

fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001698-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OSMARIO CICERO DE OLIVEIRA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001698-77.2019.8.11.0001. REQUERENTE: OSMARIO CICERO DE OLIVEIRA JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24426023, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo índice IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018769-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIMAR NUNES BEZERRA SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1018769-92.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALCIMAR NUNES BEZERRA SANTANA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Trata-se de Ação de Repetição do Indébito de Contribuições Previdenciárias Indevidas C/C Tutela de Urgência ajuizada por Alcimar Nunes Bezerra Santana contra o Estado de Mato Grosso, qualificados nos autos. A requerente postulou pela desistência da ação (id. 27473640). É a síntese. Decido. É cediço que havendo a estabilização subjetiva da lide por meio da formalização da angularização processual, deve-se buscar a anuência da parte requerida em relação ao mencionado pedido de desistência. No entanto, o Enunciado 90 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que "A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento." (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ). Sabe-se que referido Enunciado 90 se aplica ao Juizado da Fazenda Pública em decorrência do Enunciado 01 da Fazenda Pública, que estabelece que "Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis" (XXIX Encontro – Bonito/MS). Inexistindo óbice legal, HOMOLOGA-SE, por sentença, a desistência da ação, para que produza os seus jurídicos efeitos e, em consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII, do CPC. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as baixas e anotações de estilo. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001811-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GONCALO SALVADOR DE ALMEIDA (REQUERENTE)
HUANDERSON FERMINO DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001811-31.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GONCALO SALVADOR DE ALMEIDA, HUANDERSON FERMINO DUARTE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Trata-se de embargos declaratórios interpostos pelo requerente em desfavor da sentença proferida no id. 24644235, sob o fundamento de que houve vício de omissão e contradição, alegando que houve aplicação contrária ao entendimento que seria devido se somado aos documentos e informações acostadas em inicial. Segundo entendimento do STJ: "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (REsp 1.250.367/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/8/2013). Afasta-se desse conceito, portanto, o entendimento do magistrado na apreciação da prova. Nesse sentido, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com a finalidade de modificar a sentença, o que não é possível na via recursal utilizada, especialmente porque não resta evidenciado qualquer dos elementos elencados no art. 1.022, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, REJEITAM-SE os presentes embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020430-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREA DE ANDRADE BRETAS GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo:

1020430-09.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANDREA DE ANDRADE BRETAS GUIMARAES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Trata-se de Ação de Repetição do Indébito de Contribuições Previdenciárias Indevidas C/C Tutela de Urgência ajuizada por Andrea de Andrade Bretas Guimarães contra o Estado de Mato Grosso, qualificados nos autos. A requerente postulou pela desistência da ação (id. 27472332). É a síntese. Decido. É cediço que havendo a estabilização subjetiva da lide por meio da formalização da angularização processual, deve-se buscar a anuência da parte requerida em relação ao mencionado pedido de desistência. No entanto, o Enunciado 90 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que "A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento." (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ). Sabe-se que referido Enunciado 90 se aplica ao Juizado da Fazenda Pública em decorrência do Enunciado 01 da Fazenda Pública, que estabelece que "Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis" (XXIX Encontro – Bonito/MS). Inexistindo óbice legal, HOMOLOGA-SE, por sentença, a desistência da ação, para que produza os seus jurídicos efeitos e, em consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII, do CPC. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as baixas e anotações de estilo. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001701-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME ODILON GAHYVA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001701-32.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GUILHERME ODILON GAHYVA DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24388034, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo índice IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001697-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE MAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001697-92.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO HENRIQUE MAIA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24387631, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação; e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo índice IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000834-73.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDEVAL PRAXEDES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA

FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1000834-73.2018.8.11.0001 REQUERENTE: NEIDEVAL PRAXEDES DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO E DECIDO. Extrai-se do termo de audiência (ID. 14776997) que a parte autora Neideval Praxedes da Silva não compareceu à sessão de conciliação. É cediço que no sistema dos Juizados Especiais o comparecimento pessoal da parte autora à audiência é obrigatório, a teor do que dispõe o art. 51 da Lei 9.099/95, de maneira que a penalidade para o seu descumprimento é a extinção da ação. O Enunciado 20 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.". O Enunciado 01 da Fazenda Pública estabelece que "Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis" (XXIX Encontro – Bonito/MS). Há, ainda, sanção pela contumácia, conforme o convencionado no Enunciado FONAJE 28 no sentido de que "Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas.". Nos Juizados Especiais, somente em hipóteses especialíssimas, quais sejam naquelas que a própria lei confere a possibilidade de dispensa da audiência é que o juiz poderá fazê-lo. Ante o exposto, face à ausência da parte autora NEIDEVAL PRAXEDES DA SILVA à audiência de conciliação, JULGA-SE EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, I, da Lei 9099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009 e condena-se a requerente ao pagamento das custas processuais, por aplicação do Enunciado 28 do FONAJE. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001638-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO BRAZ DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001638-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: THIAGO BRAZ DE OLIVEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24385789, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação; e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo índice IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001978-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARTHUR MERLIM RODRIGUES MAJOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001978-48.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ARTHUR MERLIM RODRIGUES MAJOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24392186, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar à requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar à requerente a importância de R$ 10.338,92 (dez mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003230-68.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCILA ROSA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICIUS SILVERIO OAB - MT0016319A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1003230-68.2016.8.11.0041 AUTOR(A): LUCILA ROSA DE SOUZA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. A parte autora, pensionista do ex-servidor público estadual integrante da categoria da Carreira de Agente de Polícia Civil da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública, postula a incorporação do percentual de 11,98% na remuneração e a cobrança de verbas reflexas, relativa ao quinquênio que antecede a propositura da ação, decorrente de alegada perda advinda da conversão do cruzeiro real em URV. Extrai-se da contestação à arguição da prescrição quinquenal e, no mérito, a defesa da improcedência do pedido. Fundamento e decido. PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO O Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, no Recurso Extraordinário n.º 561.836/RN, que o servidor público que não teve a sua remuneração convertida de cruzeiro real para URV na forma prescrita na Lei n.º 8.880/1994, e sofreu prejuízo, faz jus ao pagamento das diferenças salariais devido ao decréscimo e que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória. Nesse norte, eventual erro relativo à conversão que implicou em decréscimo remuneratório, por se tratar de obrigação de trato sucessivo, só poderia ter sido reconhecido até a data da publicação da lei que determinou a reestruturação da carreira, haja vista que a nova norma, a teor do decidido no RE 561836, encerra as alegadas perdas e, portanto, daria início ao prazo prescricional de cinco anos para sua cobrança. Portanto, foi fixado em sede de repercussão geral que, após a reestruturação da carreira do servidor público, inexiste direito à incorporação do percentual de 11,98%. No caso dos autos, a autora, pensionista do ex-servidor público estadual integrante da categoria da Carreira de Agente de Polícia Civil e que teve a carreira reestruturada aos 14/01/2004, com a publicação da Lei Complementar nº 155/2004. A ação foi proposta no ano de 2016. Assim, mesmo se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo reestruturação da carreira, incide a prescrição quinquenal tendo como termo inicial a data da vigência da lei. Nesse sentido, a jurisprudência recente do STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019). g.n. “Está prescrita a pretensão do autor, visto que a demanda foi proposta cinco anos após lei que, segundo o Tribunal a quo, reestruturou a carreira dos sevidores estaduais.” (voto – STJ AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)[1]. A Turma Recursal do Estado de Mato Grosso sedimentou o entendimento sobre o tema ao publicar a Súmula 10: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. Nesse contexto, considerando que entre a vigência da Lei Complementar nº 155/2004 e o ajuizamento da presente ação transcorreu prazo superior a 5 (cinco) anos, impõe-se o reconhecimento da prescrição, inclusive de acordo com o art. 1º Decreto n. 20.910/32, "as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem". Ante o exposto, DECLARA-SE A PRESCRIÇÃO da pretensão autoral e EXTINGUI-SE o processo na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de Paiva Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001628-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL VINICIUS SALUSTIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001628-60.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DANIEL VINICIUS SALUSTIANO DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24290436, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: “(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)”. Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: “(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação; e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo índice IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)”. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001707-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO WENDEL DE OLIVEIRA DEL BARCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))

MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1001707-39.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BRUNO WENDEL DE OLIVEIRA DEL BARCO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebem-se os presentes embargos de declaração uma vez que preenchidos os seus pressupostos de admissibilidade. Deixa-se de intimar a parte requerida por se tratar de análise quanto a mero erro material. Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerente em desfavor da decisão proferida no id. 24426001, sob o fundamento de que a sentença padece de erro material/omissão ao não fixar o período de incidência da correção monetária. O embargante indica erro material na decisão onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação, e correção monetária pelo IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Compulsando os autos observa-se que, de fato, houve erro material quanto ao período que deveria incidir a correção monetária, que deve seguir o padrão das ações propostas de maneira idêntica (autos 1000971-21.2019.811.0001, 1000628-25.2019.811.0001 e 1000501-87.2019.811.0001). Ante o exposto, ACOLHEM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo requerente, nos termos do art. 1.022, do CPC, somente para sanar vício na sentença de mero erro material, passando a sentença a ter a seguinte redação: "(...) Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o ESTADO DE MATO GROSSO a pagar ao requerente a importância de R$ 16.210,82 (dezesseis mil duzentos e dez reais e oitenta e dois centavos) acrescido dos juros aplicáveis à caderneta de poupança (Art. 1º-F da Lei 9.494/97), a partir da citação; e correção monetária a partir de setembro/2015 pelo índice IPCA-E (ADI 4425 - STF), nos termos e condições fixados na decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947/SE, e DECLARA-SE EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. (...)". Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002908-37.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONDINELEYS PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1002908-37.2017.8.11.0001 REQUERENTE: RONDINELEYS PEREIRA DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da 12.153/09) Trata-se de ação anulatória proposta por RONDINELEYS PEREIRA DA SILVA em face do ESTADO DE MATO GROSSO, na qual postula anulação do ato administrativo que o eliminou do concurso público para o cargo de Agente do Sistema Penitenciário de Mato Grosso. Citado, o requerido não compareceu na audiência, mas apresentou a contestação. DECIDO. Inobstante o não comparecimento do requerido à audiência de conciliação, diante da indisponibilidade do interesse público posto em juízo (artigo 345, II, CPC), deixa-se de aplicar os efeitos da revelia. O deslinde da presente causa não depende da realização de audiência instrutória. Assim, atento aos princípios da economia e celeridade processuais, conheço diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide. Em síntese, diz o requerente que foi desclassificado por não ter entregue em tempo hábil o exame de VDRL, mas por ausência de pedido médico, bem como a falta de manifestação do órgão público quando do protocolo de entrega, deixou de atender a solicitação. No id. 10421143 juntou o resultado do exame de saúde VDRL e se manifesta pelo afastamento da inaptidão. O cerne da questão implica em resolver-se se o ato administrativo de exclusão do autor do certame, o qual resultou da aplicação da regra do edital é nulo pela falta de clareza da norma que rege o concurso público. A jurisprudência dos Tribunais Superiores orientam no sentido de que a intervenção do Poder Judiciário nos atos que regem os concursos públicos deve se pautar na observância dos princípios da legalidade e da vinculação ao edital. Desse modo, na apreciação dos conflitos deve-se ter assegurado o estrito cumprimento das regras do edital do certame, as quais vinculam tanto a administração pública quanto os candidatos. Nesse contexto, examinando as provas, mormente o edital, verifica-se que não há traço de ilegalidade na exclusão do candidato, pois restou incontroverso que não entregou o resultado do exame VDRL no prazo estipulado. Na hipótese não se identifica incompatibilidade nas regras do item 12.5 do edital no qual há previsão expressa que, todos os exames de saúde correrão a expensas do candidato, bem como o item 12.6 prevê a impossibilidade de reapresentação em data posterior a realização da fase. Já a alínea "c" do item 12.9 prevê a eliminação do candidato que "não apresentar documentação/exames/laudos exigidos em conformidade com o Edital;" Nesse norte, em que pese seja lamentável que o candidato, tão bem posicionado na primeira fase, tenha sucumbido pelo não atendimento integral da convocação de fase subsequente, na hipótese não se legitima a intervenção judicial para alargar o prazo de entrega do exame faltante porque não se evidencia vício no cumprimento da regra editalícia, a qual ostenta a clareza necessária à compreensão da vontade da administração. O Poder Judiciário não pode atuar para restringir ou estender o alcance das regras do edital, sob pena de violar a isonomia e o princípio da vinculação ao edital. A propósito: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CONDUTAS LINEARES E IMPARCIAIS.NORMAS EDITALÍCIAS. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA OU EXTENSIVA PELO JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. "O edital é a lei do concurso", que estabelece um vínculo entre a Administração e os candidatos. 2. A finalidade principal do certame é propiciar a toda a coletividade igualdade de condições no ingresso no serviço público, sendo pactuadas normas entre os dois sujeitos da relação editalícia: a Administração e os candidatos, de modo que é defeso a qualquer candidato vindicar direito alusivo à quebra das condutas lineares, universais e imparciais adotadas no certame. 3. Hipótese em que a impetrante, ao se submeter ao concurso, concordou com as regras previstas no edital, não podendo agora, apenas por não ter preenchido os requisitos exigidos, insurgir-se contra a referida previsão. 4. Esta Corte possui o entendimento de que as disposições previstas em edital de certame público estão inseridas no âmbito do poder discricionário da Administração, o qual não está, porém, isento de apreciação pelo Poder Judiciário, se comprovada ilegalidade ou inconstitucionalidade nos juízos de oportunidade e conveniência.5. É defeso ao Judiciário, entretanto, realizar interpretação restritiva ou extensiva de normas editalícias, sob pena de, extrapolando os limites da legalidade, invadir seara exclusiva da administração pública.6. Agravo interno desprovido.(AgInt no RMS 47.814/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 24/11/2017) (g.n.) No caso dos autos embora a parte autora invoque a culpa de terceiro (o médico não solicitou o referido exame), é cediço que eventual falha na prestação de serviço entre o prestador e o requerente não possui o condão de permitir seja subvertida a regra editalícia para alterar a data da entrega do laudo, haja vista que todos os demais candidatos que anuíram ao edital cumpriram a norma do certame, de forma que não justifica excepcioná-la. Diante do exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial; e de consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Leidydaime Barros de Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Decorrido o prazo recursal sem impugnação à sentença, arquive-se com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Juizado Especial Criminal Unificado

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 127568 Nr: 1759-97.2018.811.0062
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Michael César Barbosa Costa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ivan Schneider - OAB:OAB/MT 15.345, Rony de Abreu Munhoz - OAB:OAB/MT 11.972, Seonir Antônio Jorge - OAB:OAB/MT 23.002/B
Nos Termos do Art. 70, da Lei 9.099 de 26/09/1995, INTIMO O ADVOGADO do querelado, Dr. Michael Cesar Barbosa Costa, OAB/MT n. 11.972, da audiência designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 14h30min., Processo código n. 134253, neste Juizado Especial Criminal Unificado da Capital.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 136569 Nr: 2895-95.2019.811.0062
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Wendell Pereira de Melo
PARTE(S) REQUERIDA(S): Fábio Ferreira Filipim
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Clovis dos Santos Custódio Júnior - OAB:22.128/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono os autos , para proceder a intimação do advogado do Querelante para manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 28, no prazo legal.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CUIABÁ

PORTARIA N.º 644/2019-GRHFC

ANEXO I

VARAS CÍVEIS

15h do dia 19/12/2019 até 19h do dia 20/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 7ª Vara Cível)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Yale Sabo Mendes	Jorge José Noga Júnior 3648-6345 99948-8823	Selma Dias Martins 99661-5015	Miguel Carlos Tadeu Atala 99251-5661	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 20/12/2019 até 19h do dia 21/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 4ª Vara Bancária)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Paulo de Toledo Ribeiro Júnior	Merly Heidelind Kim Sguarezzi 3648-6405 99948-8823	Selma Dias Martins 99661-5015	Miguel Carlos Tadeu Atala 99251-5661	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 21/12/2019 até 19h do dia 23/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 2ª Vara Cível)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Carlos Roberto Barros de Campos	Paola Regina Pouso Gracioli 3648-6215 99948-8823	Cesar Divino Siqueira 99661-5015	Vera Lúcia Maria de Araújo 99251-5661	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 23/12/2019 até 19h do dia 25/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 3ª Vara Bancária)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Alex Nunes de Figueiredo	Marcelo Parada Machado Filho 3648-6395 99948-8823	Manoela Vital Rodrigues 99661-5015	Thiago Francisco de Campos 99251-5661	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 25/12/2019 até 19h do dia 27/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 3ª Vara Bancária)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Alex Nunes de Figueiredo	Marcelo Parada Machado Filho 3648-6395 99948-8823	Jeie Darque Braz de Moraes 99661-5015	Marcos Santos Rego 99251-5661	Jaqueline de Paula Oliveira Silva e Elias Gomes Ferreira 99997-5916

19h do dia 27/12/2019 até 19h do dia 30/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo do 6ª Vara Cível)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Jones Gattass Dias	Mirelli Silva 3648-6332 99948-8823	Gilson Ernesto Carvalho Gomes 99661-5015	Maurício Dellafina 99251-5661	Elias Gomes Ferreira e Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 30/12/2019 até 19h do dia 01/01/2020 Local do Plantão: Complexo POMERI (Juízo da 1ª Vara Esp. da Infância e Juventude)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Drª. Gleide Bispo Santos	Valcides Ferreira de Assis 3645-8211 99948-8823	Ana Paula de Oliveira Morais 99661-5015	João Pereira da Silva Neto 99251-5661	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 01/01/2020 até 19h do dia 03/01/2020 Local do Plantão: Complexo POMERI (Juízo da 1ª Vara Esp. da Infância e Juventude)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Drª. Gleide Bispo Santos	Valcides Ferreira de Assis 3645-8211 99948-8823	Luciana Dias Mâncio 99661-5015	João Pereira da Silva Neto 99251-5661	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 03/01/2020 até 19h do dia 05/01/2020 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 2ª Vara Bancária)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Drª. Rita Soraya Tolentino de Barros	Laura Ferreira Araújo e Medeiros 3648-6355 99948-8823	Amauri José Elias 99661-5015	Lucas Gabriel Gomes Peixoto 99251-5661	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 05/01/2020 até 11:59h do dia 07/01/2020 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 2ª Vara Esp. de Família e Sucessões)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Sérgio Valério	Evandeide Martins de Freitas do Amaral 3648-6455 99948-8823	Simone Vieira Ormonde 99661-5015	João Costa de Souza 99251-5661	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

ANEXO II

VARAS CRIMINAIS E AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

15h do dia 19/12/2019 até 19h do dia 20/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 1ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Drª. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa	Murilo César de Araújo Vieira 3648-6605 99949-0558	Carlos Renato Leite Salema 99642-8737	Eliane Pereira Pires 99326-7998	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 20/12/2019 até 19h do dia 21/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 8ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Drª. Maria Rosi de Meira Borba	Guilherme Paes Maiolino 3648-6225 99949-0558	Carlos Renato Leite Salema 99642-8737	Eliane Pereira Pires 99326-7998	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 21/12/2019 até 19h do dia 23/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 8ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Drª. Maria Rosi de Meira Borba	Guilherme Paes Maiolino 3648-6225 99949-0558	Iris Alvina Guarim Soares 99642-8737	Alexandre Girard Ribeiro da Silva 99326-7998	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 23/12/2019 até 19h do dia 25/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 3ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Wladymir Perri	Joilson Ribeiro 3648-6175 99949-0558	Dênio Souza de Rezende 99642-8737	Luziete Alves da Cunha Moraes 99326-7998	Jaqueline de Paula Oliveira Silva 99997-5916

19h do dia 25/12/2019 até 19h do dia 26/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 3ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Wladymir Perri	Joilson Ribeiro 3648-6175 99949-0558	Jorge Elias dos Santos 99642-8737	Leodemar Nunes da Cunha 99326-7998	Jaqueline de Paula Oliveira Silva e Elias Gomes Ferreira 99997-5916

19h do dia 26/12/2019 até 19h do dia 27/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 13ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto	Virgínia da Cunha Muller 3648-6275 99949-0558	Jorge Elias dos Santos 99642-8737	Leodemar Nunes da Cunha 99326-7998	Elias Gomes Ferreira 99997-5916

19h do dia 27/12/2019 até 19h do dia 28/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 13ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto	Virgínia da Cunha Muller 3648-6275 99949-0558	Altair Rodrigues de Souza 99642-8737	Amilson Miguel da Silva 99326-7998	Elias Gomes Ferreira 99997-5916

19h do dia 28/12/2019 até 19h do dia 30/12/2019 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 2ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Geraldo Fernandes Fidelis Neto	Gelison Nunes de Souza 3648-6168 99949-0558	Altair Rodrigues de Souza 99642-8737	Amilson Miguel da Silva 99326-7998	Elias Gomes Ferreira e Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 30/12/2019 até 19h do dia 01/01/2020 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 3ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Wladymir Perri	Joilson Ribeiro 3648-6175 99949-0558	Benedito José de Magalhães 99642-8737	Lucas Vieira 99326-7998	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 01/01/2020 até 19h do dia 04/01/2020 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 3ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. Wladymir Perri	Joilson Ribeiro 3648-6175 99949-0558	Douglas Cardoso de Oliveira 99642-8737	Luiz Mauro Pereira Senna 99326-7998	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 04/01/2020 até 19h do dia 06/01/2020 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 6ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Drª. Suzana Guimarães Ribeiro	Zeneide Vieira Santana 3648-6205 99949-0558	Juarez Campos Silva 99642-8737	Saturnino Armando Ojeda 99326-7998	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

19h do dia 06/01/2020 até 11:59h do dia 07/01/2020 Local do Plantão: Fórum de Cuiabá (Juízo da 10ª Vara Criminal)				
Magistrado	Gestor	Of. Justiça 1	Of. Justiça 2	Distribuidor
Dr. João Bosco Soares da Silva	Kelvin Breno Rowe Rodrigues 3648-6245 99949-0558	Juarez Campos Silva 99642-8737	Saturnino Armando Ojeda 99326-7998	Aurecy Ferreira Anzil de Morais 99997-5916

Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT